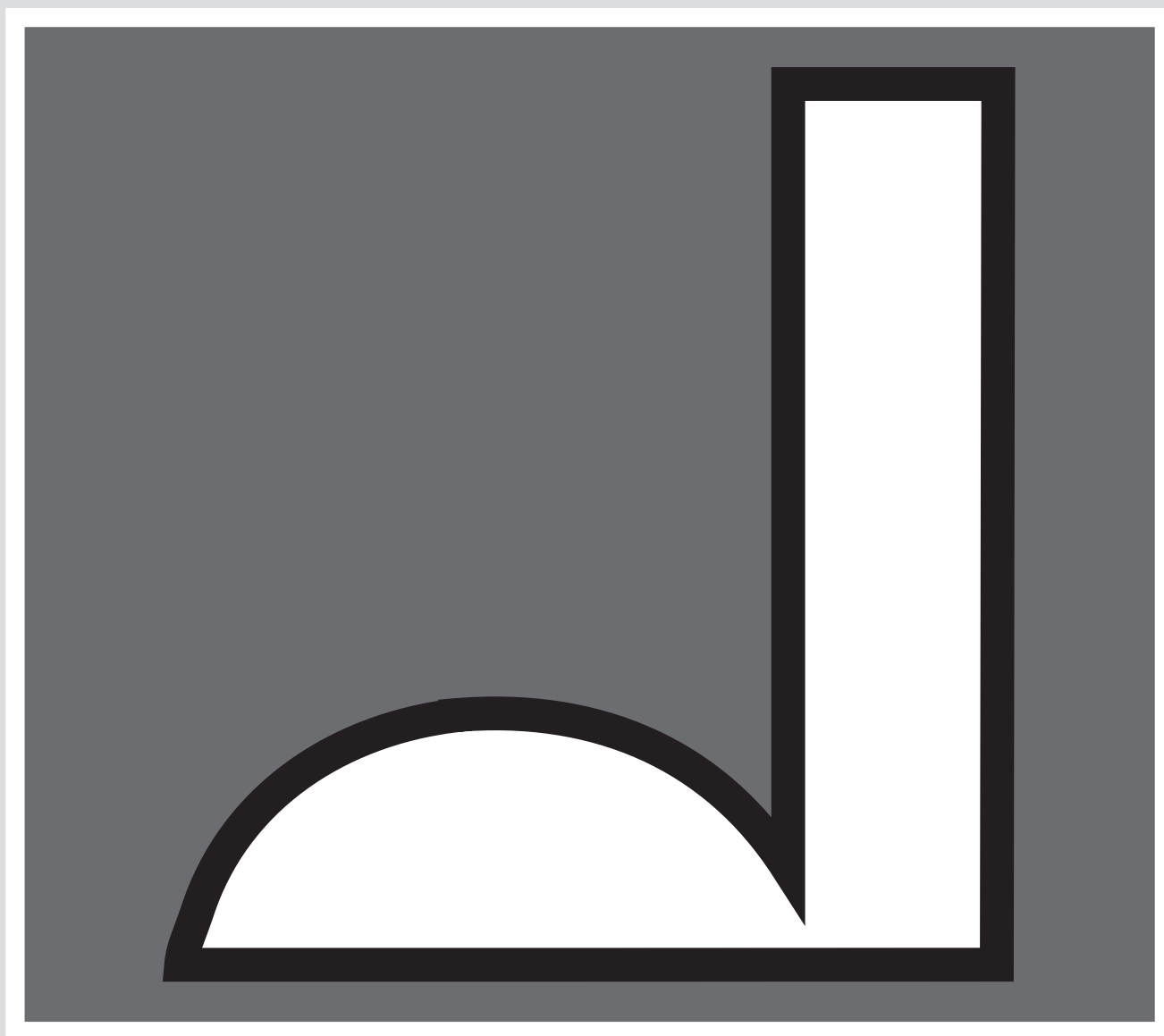




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 084 - QUARTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, **Medida Provisória nº 424, de 16 de abril de 2008**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de junho de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 10 de junho de 2008.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 98ª SESSÃO ESPECIAL, EM 10 DE JUNHO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Reverenciar a memória do intelectual e ex-Senador Artur da Távola, de acordo com o Requerimento nº 581, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores. 18994

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Alvaro Dias)

1.2.2 – Oradores

Senador Arthur Virgílio..... 18995

Senador Pedro Simon..... 18996

Senador Tasso Jereissati 18999

Senador Marconi Perillo..... 19001

Senadora Lúcia Vânia 19002

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)

1.2.4 – Oradores (continuação)

Sra. Miriam Ripper Nogueira Lobo (Viúva do ex-Senador Artur da Távola) 19003

Sr. Eduardo Monteiro de Barros (Filho do ex-Senador Artur da Távola) 19005

Senador Flexa Ribeiro (Nos termos do art. 203 do Regimento Interno)..... 19005

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 99ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE JUNHO DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão, que será dedicado a homenagear Leonel de Moura Brizola, pelo transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, de acordo com os Requerimentos nºs 640 e 743, de 2008, do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores. 19008

2.2.2 – Oradores

Senador Paulo Paim 19008

Senador Cristovam Buarque..... 19010

Senador Geovani Borges..... 19012

Senador Gilberto Goellner 19013

Senador Osmar Dias 19014

Senador Jefferson Praia 19016

Senador José Nery 19020

Senador Augusto Botelho 19022

Senador Marcelo Crivella..... 19023

Senador Arthur Virgílio..... 19023

Senador Antonio Carlos Valadares.... 19024

2.2.3 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)

2.2.4 – Suspensa às 16 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 13 minutos

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR TIÃO VIANA – Homenagem pelo transcurso dos 40 anos de criação da Justiça Federal no Acre. 19025

SENADOR MÁRIO COUTO – Preocupação com a área de segurança pública do Estado do Pará. 19026

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentário sobre matéria publicada pela imprensa, intitulada “Diga não à volta da CPMF”. 19029

SENADOR PAPALÉO PAES – como Líder – Lembrança dos 15 anos da implantação do Plano Real, um passo decisivo rumo ao desenvolvimento social e econômico do país. 19035

2.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que *obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas*. 19036

Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados*..... 19037

Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação*

Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, novo trecho situado entre Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, e a divisa com o Estado do Mato Grosso. 19039

2.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 748, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-vice-Governador do Paraná, o Engenheiro Plínio Franco Ferreira da Costa.* 19044

Nº 749, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador Meira Filho.* 19045

Nº 750, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Luiz de Carvalho.* 19045

Nº 751, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, *solicitando o aditamento ao Requerimento nº 227, de 2008, de criação de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal, para que passe a ser integrada por 8 (oito) juristas.* 19046

Nº 752, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do fundador do “Galo da Madrugada”, Enéas Freire.* 19046

Nº 753, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando votos de congratulações a Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo.* 19047

Nº 754, de 2008, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Zaragoza, Reino da Espanha, no período de 12 a 16 de junho de 2008.* 19047

Nº 755, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Zaragoza, Reino da Espanha, no período de 12 a 16 de junho de 2008.* 19047

Nº 756, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa composta por três membros, destinada a acompanhar “in loco”, junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.* 19047

2.2.8 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007. 19048

2.2.9 – Aviso do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 80/2008, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 703, de 2005, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. 19048

2.2.10 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2008 (nº 1.153/1995, na Casa de origem), que *regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.* 19048

2.2.11 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 284/2008, de 4 do corrente, encaminhando o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1991 (nº 3.491/93, naquela Casa), que *dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.* 19061

2.2.12 – Comunicações da Presidência

Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes órgãos: do Governo Federal (Mensagem nº 46/2008-CN – nº 332/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008; Tribunal de Contas da União (Aviso nº 17/2008-CN – nº 454/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008; Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 23/2008-CN – nº 1.027/2008, na origem), referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008; Câmara dos Deputados (Ofício nº 24/2008-CN – nº 1.307/2008, na origem), referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008; Senado Federal (Ofício nº 25/2008-CN – Ato do Presidente do Senado Federal nº 9/2008, na origem), compreendendo a consolidação dos dados de maio de 2007 a abril de 2008; Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 26/2008-CN – nº 3.068/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008; Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 27/2008-CN – Mensagem nº 34/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008; Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 28/2008-CN – nº 207/2008, na origem), referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008; e Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 29/2008-CN – nº 387/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008. ... 19063

Realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional amanhã, dia 11 de junho, quarta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. 19064

2.2.13 – Comunicações

Do Senador Regis Fichtner, de 9 do corrente, comunicando o seu afastamento, a partir daquela data, do exercício do mandato de Senador da República, para assumir o cargo de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado da Casa Civil, no Governo do Estado do Rio de Janeiro. 19064

Do Senador Paulo Duque, de 10 do corrente, comunicando a reassunção ao mandato de Senador pelo Estado do Rio de Janeiro. 19064

2.2.14 – Ofícios

Nºs 64 a 66/2008, de 10 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Econômicos. *Designação da Senadora Marina Silva, como suplente, para integrar as referidas Comissões.*..... 19064

Nº 67/2008, de 10 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 19065

Nº 68/2008, de 10 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs. 19065

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Medida Provisória nº 419, de 2008, que altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de *Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial* em *Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*. **Aprovada**, após **Parecer nº 529, de 2008-PLEN** (Relator revisor: Senador Paulo Paim), tendo usado da palavra os Srs. Arthur Virgílio, José Agripino, Alvaro Dias, Geraldo Mesquita Júnior, Mário Couto, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, a Sra. Marisa Serrano, os Srs. Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Raimundo Colombo, Paulo Paim (Relator revisor), Osmar Dias, Valdir Raupp, Paulo Duque, José Nery, a Sra. Lúcia Vânia e o Sr. Heráclito Fortes. À promulgação. 19065

São os seguintes os itens transferidos para próxima sessão deliberativa ordinária, dia 11 de junho, quarta-feira, nos termos de acordo de Lideranças:**Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de *Encargos Financeiros da União*, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica. 19097

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008. 19097

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos *Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional*, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica. 19097

Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o *Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro)*. 19097

Item 6 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a *Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*. 19097

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. 19098

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 19098

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 19098

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 19098

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador

Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)....* 19098

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....* 19098

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....* 19099

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.....* 19099

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....* 19099

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece...* 19099

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.* 19099

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador

Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.....* 19099

Item 19

Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.....* 19100

Item 20

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.* 19100

Item 21

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.....* 19100

Item 22

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).* 1910

Item 23

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. ...* 19100

Item 24

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.....* 19100

Item 25

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e a outras providências.....* 19101

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.....* 19101

Item 27	
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que <i>acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)</i>	19101
Item 28	
Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que <i>altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências</i>	19101
Item 29	
Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que <i>altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)</i>	19101
Item 30	
Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que <i>dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação)</i>	19101
Item 31	
Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que <i>veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT</i>	19102
Item 32	
Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas</i>	19102
Item 33	
Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que <i>modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)</i>	19102
Item 34	
Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que <i>altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)</i>	19102
Item 35	
Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que <i>altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)</i>	19102
Item 36	
Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)</i>	19102
Item 37	
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho</i>	19102
Item 38	
Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que <i>denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela</i>	19103
Item 39	
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários</i>	19103
Item 40	
Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que <i>acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)</i>	19103
Item 41	
Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional dos Surdos</i>	19103
Item 42	
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Vaqueiro</i>	19103
Item 43	
Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Agente Marítimo</i>	19103

Item 44

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que *altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça*..... 19103

Item 45 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*..... 19103

Item 46 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*..... 19104

Item 47 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. 19104

Item 48

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*. 19104

Item 49 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*. 19104

Item 50

Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil*..... 19104

Item 51 (Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN*. 19104

Item 52

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*..... 19105

Item 53

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)*. ... 19105

Item 54

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural*. 19105

Item 55

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica*. 19105

Item 56

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos*

Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa..... 19105

Item 57

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.....* 19105

Item 58

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remissa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.....* 19105

Item 59 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.* 19106

Item 60

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 19106

Item 61 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".....* 19106

Item 62 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.* 19106

Item 63

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial*

de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania..... 19106

Item 64 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.* 19106

Item 65

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....* 19106

Item 66

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....* 19107

Item 67

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.....* 19107

Item 68

Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.* 19107

Item 69

Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....* 19107

Item 70

Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição,*

seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle...... 19107

Item 71

Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*..... 19107

Item 72

Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde.)* 19107

Item 73

Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria....* 19107

Item 74

Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)..* 19108

Item 75

Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*..... 19108

Item 76

Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria. (Liberdade de manifestação do pensamento e de informação.)*..... 19108

Item 77

Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inova-*

ção, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV.) 19108

Item 78

Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.*..... 19108

Item 79 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*..... 19108

Item 80 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.* 19108

Item 81

Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática.)*..... 19108

Item 82

Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento.)*..... 19108

Item 83

Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento.)*..... 19109

Item 84

Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais.)* 19109

Item 85

Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comis-*

são constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.) 19109

Item 86 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.* 19109

2.3.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2008 (nº 563/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.* 19109

2.3.2 – Comunicação da Presidência

Referente aos dois turnos de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2008, recebido anteriormente, ao interstício regimental, e à abertura prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição. 19138

2.3.3 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimento nº 751, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 19138

Requerimentos nºs 754 e 755, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.** 19138

2.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Registro do lançamento, no último dia 6, na cidade de Simão Dias, do programa “Sergipe para Todos”. 19139

SENADORA KÁTIA ABREU – A designação de S. Exª para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Indignação com declarações da Senadora Marina Silva e da Deputada Federal Vanessa Grazziotin sobre a indicação de S. Exª para a Relatoria Setorial de Integração Nacional e Meio Ambiente. 19140

2.3.5 – Leitura de pareceres

Nºs 530 a 532, de 2008, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que *sugere à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor*

e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta indicação. 19143

2.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MARCONI PERILLO – Registro da matéria intitulada “Minc usou brecha da lei para se aposentar aos 51”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 15 de maio último. 19149

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Em vô da FAB, familiares de Lula chegam a Roma antes dele”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 30 de maio último. . 19150

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 2 de maio último. 19150

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “FHC pede ‘fim da roubalheira’ como mote de campanha”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 16 de fevereiro último. 19152

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do engajamento de S. Exa. no esforço de divulgação do Dia Nacional do Teste do Pezinho, que transcorreu no dia 6 de junho. 19153

2.3.7 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, quarta-feira, dia 11, com Ordem do Dia anteriormente designada. 19153

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 10.06.2008

4 – ATAS DE COMISSÕES

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2008, realizada em 12 de março de 2008, às nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 02, de 2008, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos. **(Republicação)** 19167

Atas Circunstanciadas das 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 18ª Reuniões, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 02, de 2008, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos, realizadas em 16 de abril, 13, 20, 27 e 28 de maio, 3 e 5 de junho de 2008, respectivamente. 19201

5 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 13, de 2008. 19471

6 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.188, de 2008..... 19472

SENADO FEDERAL**7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 53ª LEGISLATURA****8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****15 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****17 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****18 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 98ª Sessão Especial, em 10 de junho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Alvaro Dias

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 17 minutos e encerra-se às 12 horas e 57 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a reverenciar a memória do intelectual e ex-Senador Artur da Távola, de acordo com o Requerimento nº 581, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa a Srª Mirian Ripper Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola; o Sr. Eduardo Monteiro de Barros, filho do Senador Artur da Távola; e o Exmº Sr. Senador Arthur Virgílio, primeiro signatário da presente sessão.

Agradecemos a presença de familiares do saudoso Senador Artur da Távola e dos demais convidados presentes a esta sessão, que nos honram com suas presenças.

Eu não poderia deixar, no início desta sessão, de tecer alguns comentários sobre essa figura humana magistral e de sensibilidade rara: Paulo Alberto Monteiro de Barros, o genial Artur da Távola.

Como definir Artur da Távola? Advogado, jornalista, radialista, professor, escritor, poeta, político. O ângulo mais fiel para se buscar uma definição talvez seja o seu enquadramento como um homem detentor de elaborada sensibilidade, capaz de compreender e interpretar com engenho e arte os sentimentos humanos.

Foi capaz de conciliar a razão e a sensibilidade e nos deixar um legado rico, suave e profundo do ponto de vista intelectual.

Iniciou sua trajetória política num centro acadêmico da PUC, no Rio de Janeiro. Foi Deputado Constituinte do Estado da Guanabara e Deputado da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. Cassado pelo regime militar, exilou-se na Bolívia e no Chile. Lá fora, lecionou na Universidade do Chile e ocupou a vice-diretoria da Escola de Periodismo daquela universidade.

Ao retornar do exílio, em 1968, foi ativo participante dos movimentos em prol do restabelecimento

da democracia. O intelectual retornou ao Poder Legislativo como Deputado Constituinte pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores do PSDB e presidiu a legenda, entre tantos cargos de destaque que ocupou.

Neste momento reproduzo sua visão do Senado, a qual esperamos seja ratificada o mais breve possível: “Tenho desta Casa o mais elevado dos conceitos. É uma Casa de sabedoria. É uma Casa de saber. É uma Casa de serenidade”.

Sua visão humanística e a importância que sempre reservou à cultura – sua identificação com o tema – o levou a enxergar que “a cultura não ensina aquilo que o sistema deseja: adestrar pessoas para que sejam bons agentes do desenvolvimento econômico ou qualquer outro. A cultura dá o substrato necessário à compreensão do próprio tempo. A cultura, a meu juízo, é bem de primeira necessidade.

O intelectual, o poeta, o escritor jamais disfarçou seu fascínio pelo Parlamento: “Sou uma pessoa que tem uma compreensão muito profunda da importância do parlamento, por cuja pulsação tenho paixão”.

Artur da Távola sabia igualmente dimensionar a relevância estratégica da Educação: “Inteligência, lucidez e valores não são mais adquiridos quando se está adulto, a não ser por um esforço pessoal formidável e digno de elogios. Eles são adquiridos na escola”.

De forma singela, Artur da Távola se definia como “autodidata atrevido”. O seu ‘atrevimento’ nos legou poesia, sabedoria e honradez, entre tantas outras qualidades. Como escreveu certa feita: “Perdoar e esquecer nos torna mais jovens. Água é um santo remédio. Deus inventou o choro para o homem não explodir”.

Homem fiel a seus princípios e valores, militou na política com elegância e altivez. A sua descrição da fidelidade traduz sua poesia: “Animais são anjos disfarçados, mandados à terra por Deus para mostrar ao homem o que é fidelidade”.

A nossa homenagem, a saudade que fica e o nosso tributo afetuoso ao amigo Artur da Távola, aquele que jamais se distanciou do arquiteto maior do Universo: “Há poesia em toda a criação divina. Deus é o maior poeta de todos os tempos”.

Eu concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, primeiro subscritor do Requerimento. O Senador Arthur Virgílio é Líder do PSDB nesta Casa que sempre foi grande companheiro e amigo de Artur da Távola.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado companheiro Senador Alvaro Dias; minha querida Mirian Ripper Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola; meu prezado Eduardo Monteiro de Barros, filho do Senador tão pranteado; familiares do homenageado; senhoras e senhores, eu a todos homenageio na figura da minha querida amiga Vera Brant.

O Artur da Távola era muitas pessoas. Neste País, o seu codinome de Artur da Távola já encerrava um feliz paradoxo, porque, geralmente aqui, quando se troca de nome é porque se quer fugir de alguma coisa, e aí entramos naquela história de "fulano de tal, que tem 353.226 CPFs". E o Arthur da Távola, porque era muitos, jamais deixou de ser, para os seus amigos mais próximos, o Paulo Alberto. E, porque era muitos, se consagrou numa outra etapa de sua vida intelectual, sempre muito intensa, e política como o Artur da Távola.

O Paulo Alberto foi eleito Deputado Estadual no Rio de Janeiro, tinha uma carreira a perder de vista, do ponto de vista do seu futuro, que saiu da presença do Deputado Otavio Leite, que cumpre o seu dever de parlamentar do Rio de Janeiro, homenageando um dos homens públicos e corretos que aquele Estado já ofereceu ao País. Mas, se não me engano, o Paulo Alberto se elegeu Deputado Estadual por duas vezes. Não é isso? E veio o golpe militar. Ele encarnava, para a minha juventude, a figura do antilacerda, e com brilho, com muito brilho. Encarnava a figura da esperança, porque aliava a combatividade, pois aqueles tempos de luta exigiam uma cultura invulgar, já àquela altura. E vem o golpe militar com sua violência e o aparta do Brasil.

Para alguns, o exílio interno ou externo foi mortal do ponto de vista da própria capacidade de o homem ou a mulher se realizarem plenamente. Já para o Paulo Alberto, o exílio externo, exílio no exterior, serviu para que ele se aprimorasse do ponto de vista cultural; serviu para que apreendesse e estudasse; serviu para que, depois, voltasse como o Artur da Távola que presidiu o meu Partido, o Artur da Távola que se elegeu Senador da República, num pleito renhido, enfrentando nada mais nada menos que um outro mito da vida pública brasileira que era Nelson Carneiro.

Aliás, eu acho que tinha de ter sido aberta uma exceção. Todos os Estados têm direito a três Senadores, mas o Rio de Janeiro, naquele momento, deveria ter tido quatro; teria de ter havido uma exceção para que, dos dois vitoriosos, fossem os dois, pelo espírito público, pela seriedade, pelo que faziam de bom pelo País.

Mas o Artur antes disso havia sido Deputado Federal pelo PSDB, Líder de um pequeno PSDB que tinha 27, 30 Deputados Federais, uma liderança de absoluta qualidade, a mesma que ele imprimiu ao seu episódio de Líder do Governo Fernando Henrique aqui nesta Casa, usando a tribuna sempre de maneira luminosa, de maneira iluminada.

E como eu dizia que o Artur da Távola e o Paulo Alberto eram muitos, tanto que ele conseguia ser o Paulo Alberto e o Artur da Távola, ele não se esgotava na figura brilhante do homem público, do orador absolutamente singular, menos pela belíssima forma como sabia empreender as suas falas e mais pelo conteúdo das mesmas, pelo que era capaz de dizer. Ou seja, alguém pode ter uma enorme vocação para falar, mas, se não leu, se não estudou, se não se aprimorou, fica como alguém que tem muito jeito para falar. A informação, o enraizamento intelectual, isso é que distingue aquele que fala bem daquele outro que se torna singular, como foi o caso do Artur.

O que ele gostava de fazer mesmo era se dedicar à produção intelectual.

Certa vez eu fui ao seu gabinete no Senado – eu era Deputado, e ele, Senador. Havia uma espécie de estúdio de rádio muito simples, e percebi o esmero com que ele preparava uma crônica para a Rádio Cultura, se não me engano, do Rio de Janeiro, algo assim. Cada palavra, ele queria que fosse a palavra exata. Ele trocou aquela palavra mil vezes – eu estava acompanhando aquele perfeccionismo dele – e, no final, saiu a crônica perfeita. Era capaz também de, em dez minutos, escrever o que quisesse, porque o improviso marcou, pelo brilho, pelo senso de oportunidade, a trajetória do Artur da Távola na Câmara e, sobretudo, no Senado, onde ele tinha mais espaço para pensar, para expor o que pensava e o que falava.

Gostaria de, neste DVD que recebemos da Rádio Senado – uma manifestação muito gentil dos funcionários da Rádio, que o estimavam, como estimado ele era pelos servidores da TV Senado e da Casa como um todo –, mostrar aquele jargão com que o Artur terminava sempre seus programas: "Sou muito grato a quem ouviu e mais ainda a quem apreciou".

Já conversei com o Presidente Garibaldi Alves e queria, Senador Alvaro Dias, pedir que isto virasse uma decisão da Mesa do Senado: o programa do Artur da

Távola, tanto na TV Senado quanto na Rádio Senado, não deve perecer. Ele não fazia o programa só, tinha uma equipe, e providência parecida com essa já está sendo tomada no Rio de Janeiro, no veículo que ele utilizava para divulgar a sua genialidade.

Artur da Távola é homenageado pela Mesa do Senado, com a aprovação do Plenário: o Senado, a partir da morte de Artur da Távola, vive o Ano Cultural Artur da Távola. Isso é uma honra para nós sobretudo.

O Artur me surpreendeu... (Pausa)

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Pedro Simon, que falará em nome do PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, querida amiga Mirian, esposa do nosso querido e bravo Senador, jovem Eduardo Monteiro de Barros, querido filho, senhoras e senhores, se é possível medir o tamanho da consternação que sentimos, eu diria que, para muitos de nós, a partida de Artur da Távola foi a partida de um irmão, daqueles irmãos verdadeiros, companheiros de travessia na vida, daqueles com quem gostaríamos ainda de caminhar por muito tempo, embora a dureza da trilha.

Artur e eu temos a mesma origem. Os pais dele e os meus vieram lá do Líbano, lá do Oriente. Os pais dele e os meus foram lá para o Rio Grande do Sul: os meus pais, para Caxias do Sul; os pais dele, para Garibaldi e Bento Gonçalves. Somente depois, muito tempo depois, os pais de Artur da Távola mudaram-se para o Rio de Janeiro. E lá, no Rio, nasceu Artur da Távola. Portanto, ele era um carioca, mas que preservava os sentimentos mais verdadeiros do Brasil e – perdoem-me os cariocas – também do Rio Grande do Sul e da cultura libanesa, que cultuamos ao longo do tempo.

Eu não tenho qualquer dúvida de que, nesta homenagem, também se irmanam milhões de brasileiros de todos os recantos deste imenso País, amantes da política ética, amantes da música, amantes da arte, da solidariedade, da humanidade, do companheirismo e da sensibilidade que a vida dita moderna teima em nos subtrair, tenhamos ou não “medo da música clássica”.

O Artur era um conterrâneo de todos nós. Diria que, nesta Casa, ele representava todo o Brasil, o Brasil de todos os contrastes, unificado pela sua sensibilidade poética e política.

O Artur era uma espécie de lente, capaz de nos permitir a visão da alma, prova maior da existência de Deus.

Ele conseguia traduzir o que parecia intangível para todos nós, mortais. O clássico, na beleza de suas

palavras, tornava-se popular. Com ele, o popular, enquanto alma do povo, transformava-se na mais bela poesia.

Ele trouxe, para a política, o seu canto. A política lhe retribuiu com o desencanto.

O Artur da Távola poeta é imortal. O Artur da Távola político, nós o perdemos. Sim, nós o perdemos quando transformamos a política em mera atividade de mortais sem alma e sem a sensibilidade dos poetas.

Que imensa beleza ele nos deixa como escritor, poeta, testemunha e porta-voz de Deus! Que falta nos faz como político!

Essa imensa contradição deveria servir como reflexão para todos nós.

Por que alguém que traduz, como ninguém, o sentimento do povo procura se afastar da política? Por que alguém consegue fazer da poesia a política, e muitos não alcançam fazer da política um sentimento do povo, uma poesia da vida?

O afastamento de Artur da Távola da política – e ele não está aqui, que era onde ele deveria morrer, nesta Casa e nesta tribuna –, mantendo a sua mais bela inspiração política e poética, não faz sentido; pelo contrário, faz-nos sentir que, na verdade, somos nós que estamos nos afastando, cada vez mais, do povo, da sociedade. E o que é pior, cada vez mais nos afastando da imortalidade de Deus.

O Artur era muitos. Quem sabe ele era todos nós. Quem sabe ainda ele era o que todos nós gostaríamos de ser.

Como escritor, ele foi brilhante em todos os seus livros, nas mais de duas dezenas de publicações, sem contar os inúmeros artigos publicados em grandes jornais de todo o País. Toda sua obra tinha um traço comum: o ser humano e os mais nobres sentimentos de humanidade, de solidariedade, de compaixão, de amizade e, principalmente, de amor.

Articulava, como ninguém, as palavras, embora dissesse que “a palavra é o melhor e o mais impreciso meio de representar o real”. Repito: “A palavra é o melhor e o mais impreciso meio de representar o real”. Dizia mais Artur da Távola: “A palavra representa o esforço do homem para aprisionar, traduzir, decodificar e até reinventar a fluidez do real”. E continuava: “É instrumento precário e, ao mesmo tempo, único, original, deslumbrante”.

Quando Artur falava desta tribuna de improviso, quando dizia seus discursos de última hora e subia sem nenhuma preocupação de como fazer, era impressionante. O seu discurso era perfeito; parecia que ele o tinha redigido com um mês de preparo e que o estava lendo frase por frase. E isso eu dizia para ele: que coisa fantástica! Tirei vários discursos dele da Taquigrafia

feitos de improviso – eu e outros companheiros –, e não havia uma vírgula fora do lugar, não havia uma palavra fora do lugar; parece que ele havia preparado aquilo já pronto para ir para a gráfica.

Que falta ele vai nos fazer, principalmente neste instante que o Brasil mais precisa de todos os sentimentos que marcaram a sua existência entre nós; neste momento em que perdemos a sua palavra única, original e deslumbrante. Um momento em que, parece, perdemos os melhores talentos, os melhores valores, as maiores referências. Sem ele, sem a sua poesia, perdemos também mais uma de nossas mais ilustres referências. Ele parte exatamente num momento de comoção, de indignação nacional por acontecimentos na humanidade e no Brasil que exigem, cada vez mais, a nossa compreensão, a nossa solidariedade e, principalmente, o nosso respeito.

Não sei até que ponto, portanto, chegou o desencanto de Artur, a sua indignação, a sua frustração. É que a humanidade também teima em caminhar na contramão da realidade.

A importância de Artur da Távola tem o tamanho de nossa saudade.

Em vida, ele uniu tantos, não importa se tão diferentes. Na despedida, lá estavam esses tantos a rodeá-lo e a reverenciá-lo e, mais uma vez, parece que não havia ali nenhuma diferença. Eram todos semelhantes como ele tanto queria. Estavam ali a música, o teatro, a política, a poesia, o jornalismo, o político, o suntuoso, o singelo, o modesto, o clássico, o erudito, o popular.

Eu costumo dizer que há homens que se contentam em viver bem a história. Vivem bem a história e se dão por satisfeitos. Há outros que são mestres em contar a história. Artur da Távola era daqueles que viveram a história, construíram a história e contaram a história. Mais do que isto: para modificá-la naquilo que fugisse do projeto original da Criação, a sua arma, a palavra certa em tom adequado, no momento certo, foi o seu grande poder.

Artur era muito mais do que um decodificador da arte. Ele teimava em ser o contraponto do noticiário.

Quando a barbárie invadia nossas salas, ele nos encantava com a sua mensagem de paz, com a sua palavra, com a sua música, com a sua poesia transformada de forma simples e direta. Perdíamos, então, não só o medo da música clássica, como no seu programa da TV Senado, mas igualmente deixávamos de lado o temor pela desesperança.

Lembro-me das muitas vezes que com ele conversei neste plenário. Nos momentos em que o bom senso parecia se transformar em um imenso deserto, ele era um oásis de frondosas e frutíferas idéias. Ele era um pacificador.

Ele, de certa forma, não me parecia ser um ser humano normal, nem poeta de horas vagas, daqueles que se desvestem de sentimentos quando do interesse próprio, aliás, muito comum nesses nossos dias turbulentos. Ou daqueles que se vestem deles por conveniência de momento. Ele vivia na plenitude a sua palavra. Aquilo que ele falava ele vivia em todos os momentos, em todas as horas, em todos os dias da sua vida.

Selecionei algumas de suas palavras para homenageá-lo neste momento de lembrança e de saudade.

Dizia Artur da Távola: “Ser autêntico é a melhor e única forma de agradar”. Dizia Artur da Távola: “Amigos de verdade nunca te abandonam”. Dizia Artur da Távola: “O carinho é a melhor arma contra o ódio”. Dizia: “As diferenças tornam a vida mais bonita e colorida”. Dizia: “Há poesia em toda a criação divina”. “Deus é o maior poeta de todos os tempos”. “A música é a sobremesa da vida”. “Acreditar não faz de ninguém um tolo; tolo é quem mente”. “Filhos são presentes raros”. “De tudo, o que fica é o seu nome e as lembranças acerca de suas ações”. “*Obrigado, desculpa, por favor*, são palavras mágicas, chaves que abrem porta para uma vida melhor”.

Dizia ele:

O amor... Ah, o amor...

O amor quebra barreiras, une facções,
destrói preconceitos, cura doenças...

Não há vida decente sem amor!

E é certo que quem ama é muito amado
e vive a vida toda mais alegremente.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um breve aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Gostaria, nobre Senador Pedro Simon, em rápidas palavras, associar-me à manifestação que ora V. Ex^a faz em memória do querido amigo e ilustre Senador Artur da Távola. Secundando o que V. Ex^a acaba de afirmar, diria que Artur da Távola tinha, entre muitas, três qualidades que, a meu ver, se destacavam. Em primeiro lugar, o seu senso de humanismo. Nada do que era humano lhe era estranho, e, por isso mesmo, sempre trazia uma provisão do sol interior a todos. Para as pessoas com as quais ele conversava, geralmente transmitia uma mensagem positiva a respeito dos problemas defrontados. Por outro lado, S. Ex^a tinha um sólido caráter. Era verdadeiramente um cidadão republicano, isto é, buscava servir ao País e às suas instituições. Não podemos deixar de mencionar que se caracterizava por uma enorme coerência, de cidadão múltiplo que alia-

va pensamento à ação, nem sempre comum na vida pública. Por fim, uma pessoa dotada de enorme visão. Graças a isso construiu uma imagem, a que faz jus, de ter sido uma das grandes figuras da política brasileira, mas também uma grande expressão nos campos literário, cultural e da música, tanto popular quanto erudita, que S. Ex^a conhecia tão bem. Seu desaparecimento nos entristece. Rui Barbosa, no enterro de Machado de Assis, asseverou que a morte não extingue, transforma; não aniquila, renova; não divorcia, aproxima. O falecimento de Artur da Távola não nos afasta dele, devido ao seu exemplo, à sua conduta, à mensagem que ele nos deixou, às lições de vida que nos propiciou. Artur da Távola continuará presente entre nós e a guiar nossos caminhos neste instante tão difícil da vida nacional. Aproveito a ocasião para apresentar, mais uma vez, nosso sentimento de pesar à Sr^a Mirian Ripper, sua esposa, bem como ao seu filho Eduardo Monteiro de Barros, e estender esse sentimento aos amigos e parentes aqui presentes ou representados. Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigada, Senador.

Eu não encontro mais meu amigo Artur caminhando pelo Túnel do Tempo, que nos traz a este plenário, onde sua palavra era sempre uma poesia que nos invadia a alma. Sábio, ele utilizou a poesia do desencanto para nos preparar, enfim, para a sua ausência.

Mas não há como deixar de sentir a sua presença, porque o encanto de sua poesia será sempre imortal.

Era impressionante falar com Artur da Távola. É interessante a análise espetacular que ele fazia, como ele contava a sua vida. Como ele contava, por exemplo, que ele, poeta, jornalista, homem de rádio, de repente teve de ir para o exterior, porque Artur da Távola foi sempre um homem de idéias. Artur da Távola foi sempre um homem de princípios, um homem de conteúdo. Ele tinha uma doutrina social. Ele tinha uma preocupação com o seu País e lutou por isso, e pagou por isso.

E foi para o exterior. Quando voltou, era um nome tão marcado e tão caracterizado que mudou de nome. Aí surgiu o Artur da Távola, para poder sobreviver, para poder publicar, para ter uma chance de entrar.

Olha, no Brasil, nós temos muita gente que nunca muda de nome, mas muda tanto de idéias, de lado – meu Deus do céu! Ele mudou de nome para permanecer o mesmo, absolutamente o mesmo e tinha o seu mundo.

Eu me impressiono ao ver o número de pessoas que, ao longo da vida, acompanharam Artur da Távola nas suas crônicas, nos seus livros, nos seus programas

de televisão, nos seus programas de rádio. É impressionante o número de pessoas que guiaram sua vida tendo como parâmetro Artur da Távola.

Nesse fim de semana estive no Rio. Participei dos 400 anos do Seminário Santo Antônio. Ali, pessoas ilustres, inclusive os freis franciscanos, falaram de Artur da Távola, das palestras que ele fazia naquela comunidade. E, quando citaram os nomes ilustres com que conviviam, citaram Artur da Távola.

Eu me lembro da sua grandeza, quando, dentro do seu Partido, lutou, sem, no entanto, conseguir que os seus ideais fossem como ele queria; mas foi adiante. E, quando deixou de estar na política, aqui, continuou seu mesmo trabalho.

Eu já pedi, Sr. Presidente, e repito desta tribuna: a Mesa do Senado tem obrigação de reproduzir uma, duas vezes todos os programas “Quem tem medo da Música Clássica?”, de Artur. Acho que será um grande papel, e muito importante – não sei quantos, mas devem ser muitos, muitos, muitos que estão gravados – que os programas sejam reproduzidos, para ele continuar a nos ajudar.

Coisa interessante! As pessoas conversavam dizendo: “Nunca entendi de música clássica, nunca soube o que era música clássica, nunca me preocupei com isso, até o programa do Artur”.

O Artur da Távola fazia o programa na televisão, mostrava a música e a explicava: “Ouçam o violino; o violino quer dizer isso”. E ele dava uma explicação com a qual eu me emocionava. E terminei entendendo, e terminei conhecendo, e terminei gostando.

O Artur era aquele homem que dava tudo o que ele era naquilo que ele fazia. Há pessoas que têm dedicação a alguma coisa, mas, se saem dali, não são nada. O Artur deu tudo na política, deu tudo na arte, deu tudo à família, deu tudo à poesia. Eu diria que, um homem como o Artur...

“Sou muito grato a quem ouviu e mais grato ainda a quem apreciou” – este, o Artur da Távola.

Caminha por aqui a sua imagem, a sua história. Por esse nosso túnel, o Artur estará sempre presente.

Minha querida Mirian, meu querido Eduardo, ao longo da tristeza, da saudade, perdoem-me dizer, mas V. S^{as} devem ser muito felizes por poderem conviver, na memória, na história e no sofrimento, com a herança de Artur.

Obrigado. Ele está lá, olhando por nós, tenho certeza.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Comunicamos aos nossos convidados que, além desta sessão especial em homenagem ao ex-Senador Artur da Távola, haverá, em data ainda a ser confirmada, outra sessão conjunta, da Câmara dos Deputados e

do Senado, portanto, sessão do Congresso Nacional, proposta pelo Deputado Otávio Leite, do Rio de Janeiro, para também prestar homenagens ao ex-Senador Artur da Távola.

Queremos registrar a presença de comunicadores do Estado do Paraná que comparecem a esta homenagem a Artur da Távola: os Srs. Adjaime e Mauri Viana, empresários de comunicação no Estado do Paraná.

Também registro a presença, com satisfação, do ex-Senador Antero Paes de Barros, do Mato Grosso, que comparece para homenagear Artur da Távola.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, do PSDB, do Estado do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, familiares, amigos, companheiros do nosso inesquecível Artur da Távola, na verdade eu havia preparado um texto em que tentava descrever a personalidade do nosso querido Artur da Távola e o tamanho do vazio deixado por ele. No entanto, ouvi com atenção nosso querido Senador Pedro Simon, que expressou, de maneira muito mais talentosa do que eu poderia fazer, toda essa personalidade, todo o caráter, enfim, a grande figura humana que era o Artur da Távola.

Também considero Artur da Távola, talvez, eu não diria o maior, porque é sempre difícil qualificarmos alguém de maneira absoluta, mas, sem dúvida alguma, um dos maiores oradores, um dos maiores mestres da palavra que passaram aqui nesta Casa, pelo menos no meu tempo de participação na vida política.

Eu queria, por causa disso, então, resumir minhas palavras – e me dirijo em especial à Mirian e ao Eduardo – apenas num abraço muito apertado, muito querido mesmo, de muito respeito e de muita admiração por um homem que fez parte de uma casta raríssima de políticos, e boa parte dela fundou nosso Partido, o PSDB.

Eu me lembro muito bem quando o PSDB foi fundado: homens, identificados por uma excepcional qualidade intelectual, humana e ética, uniram-se na tentativa de formar um partido político que pudesse trazer a este País essa visão da política, essa atitude na política e essa ação na política brasileira, de modo a transformar a qualidade da vida dos brasileiros por meio da ação política.

Talvez por causa disso, na época, este Partido fosse considerado um pouco elitista. Em certo sentido, sim, porque ele não era composto por homens comuns, não eram homens que se encontravam no dia-a-dia, todos os dias, na repartição, na empresa, no escritório, no restaurante. Não eram, realmente, homens comuns; eram homens extraordinários. E Artur era um deles e

se distinguia, principalmente pela sua figura ligada à beleza – beleza no sentido mais amplo, o mais abrangente possível.

Ele, nos seus últimos anos, nos brindou, aqui no Senado, com seus programas, principalmente sobre música.

Ele era ligado à beleza da ética, à beleza do ser humano. Ele era profundamente sensível à beleza do ser humano, à beleza da vida, à beleza da natureza e expressava isso através da beleza das palavras, o que, por sua vez, refletia a beleza do seu caráter. Um ser humano extremamente doce e extremamente sensível.

Não estive com ele, infelizmente, nos últimos anos de sua vida – infelizmente. Para mim, Mirian e Eduardo, foi um privilégio haver convivido com ele, ter tido essa felicidade. Não são muitos os que tiveram esse privilégio, essa felicidade; não são muitos os que poderão dizer, no futuro, para os seus netos, quando recordarem a sua vida política, que conviveram com Fulano, com Sicrano; enfim, que conviveram com homens com as qualidades de Artur da Távola. Não são muitos os que poderão dizer isso.

Contudo, com certeza, pelas notícias que tinha dele por amigos comuns, ele revelava um certo desencanto pela política. Parece-me que ele estava, sim, um pouco desencantado, um pouco desiludido. E acho que com muita razão. Eu não vejo muito lugar na política eleitoral, hoje, infelizmente, para um homem como Artur. Não vejo muito lugar hoje, não. Hoje, são os mais espertos que chegam mais perto do poder; são os que têm maior habilidade para – sem nenhuma crítica – serem uma “metamorfose ambulante”, para se transformarem de oposição em situação, para mudarem de opinião e, assim, conseguirem vantagens e darem seus votos por qualquer negociação, por mais honesta que seja.

Então, essa sua desilusão é perfeitamente justificada. Eu acho difícil, na política de hoje, haver lugar para homens como o Artur. Mas não digo que não deva haver, na política, lugar para homens como Artur. Deve, sim. Para mim, o mais importante a ser deixado para as gerações futuras são os exemplos. E o exemplo deixado por ele serve como semente para que esses lugares voltem a ser abertos lentamente dentro da consciência dos brasileiros. Refiro-me ao espaço político, ao espaço ético, ao espaço humanístico da sociedade brasileira. Só assim serão abertos espaços para que outros homens como Artur voltem a aparecer na política brasileira, trazendo o belo junto com eles: o belo da palavra, o belo do caráter, o belo do sentimento, o belo do amor às artes, a sensibilidade.

Que a política brasileira volte a ser mais bonita, aquilo que era um pouco o mestre, que orientava e que norteava a vida do Artur.

Por isso, quero aqui deixar esse nosso abraço.

Fui presidido por ele no PSDB; fui Presidente dele no PSDB, e isso...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Tasso, V. Ex^a me permite?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Eu estava esperando a palavra de V. Ex^a, porque, desde que nos conhecemos, ouvi muitas vezes depoimentos e palavras suas sobre Artur da Távola. Conheço muito a sua capacidade de avaliação das pessoas e o seu profundo conhecimento da vida política do Brasil recente e, de uma maneira especial, do nosso Partido. Não houve oportunidade em que a sua palavra não fosse na direção de uma profunda admiração e de um enorme respeito por ele. Por isso, penso que, entre tantos depoimentos, o seu é importante hoje, porque é coerente, não é depois que ele morreu, quando a Nação inteira acusa esse falecimento, essa perda, que a sua palavra é a mesma. O fato concreto é que o Brasil e o nosso Partido têm perdido valores importantes; uns com determinadas qualidades, outros, com outras. Mas, a avaliação do grande Artur da Távola é uma avaliação especial, simbólica, consistente: conteúdo humano, conteúdo geral, conteúdo cultural, firmeza, coisas que faltam, de uma maneira geral, no Brasil de hoje. Uma relativa capacidade de conviver sempre de maneira consistente, de maneira firme, nos momentos em que atuava na política – mais antes; um pouco menos depois. O fato é que estamos carentes, no Brasil, de gente que honra a palavra e que tem espírito público, como V. Ex^a, que tenha a sua capacidade, que confunde a sua vida com os seus propósitos. Não tem esse negócio de ter uma vida assim e uma palavra para o outro lado; de dizer uma coisa para um lado e pensar de outro jeito. Parece que virou regra no Brasil: em nada do que se diz se acredita. A descrença tomou conta do País. A incapacidade de reação, de indignação é crescente nessa imensa permissividade que compromete muita gente, que compromete a nós todos, mesmo que para muitos de nós não faça sentido. Vai fazer falta ao Brasil, muita falta ao Senado – já vem fazendo – e muito ao PSDB a presença de alguém como ele, que é recuperada, hoje, pela sua palavra e de outros que têm aqui essa idéia de que a política não vale do jeito que está, vale do jeito que era feita por Arthur da Távola. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que o PSDB todo tem na sua palavra o exemplo e a demonstração da

nossa convicção geral, de todos os que são do PSDB no Brasil inteiro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra, que, com sua sempre inteligente argumentação, enriquece esse depoimento.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Tasso Jereissati, não gostaria de estar aqui, hoje, participando dessa solenidade, porque queria que Artur da Távola estivesse conosco ainda, evidentemente, como todos nós. Artur, uma pessoa tão querida, tão sensata e de bem com a vida. Acho que é importante dizermos isso, que é a imagem que sempre tive e que guardarei dele. Ainda nesse fim de semana, lá em Belo Horizonte, em Minas Gerais, algumas pessoas do Estado lembravam da sua participação na TV Senado, pedindo-me, inclusive, para que o programa não acabe. Alguns diziam: “Temos de dar continuidade ao que o Artur plantou”. O seu trabalho no Senado deixou marcas fortes pelo seu cuidado com o interesse público. O nosso Partido, o PSDB, teve nele sempre um grande expoente. E, como representante de Minas Gerais, queria trazer o meu abraço e o meu sentimento pela perda de Artur da Távola.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado pela oportunidade. Não convivi com o Senador Artur da Távola enquanto Parlamentar; porém, desde quando estou aqui no Senado, mesmo assim, o Senador Artur foi um dos Parlamentares de maior presença na TV Senado, inclusive. Como amante da música e admirador de homens públicos de integridade e de caráter irreprovável, como era o Senador Artur da Távola, tornei-me um grande admirador, mesmo jamais tendo convivido com ele. A sua ausência provoca aquelas situações em que paramos para pensar e percebemos que o mundo fica um pouco diminuído com a ausência de pessoas como o Senador Artur. Essa homenagem e tantas outras prestadas a ele são provas disso: do nosso sentimento, da sensação de ausência de alguém que pontuou, de alguém que foi muito importante no sentido de fazer com que suas idéias ultrapassassem até a dimensão da vida, como é o caso aqui. Estamos prestando uma singela, uma humilde homenagem a uma pessoa, um brasileiro. E

aqui eu me dirijo a Sr^a Mirian, esposa, e ao Eduardo, filho, dizendo a eles que são pessoas de muita sorte por terem tido a seu lado alguém como o Senador Artur da Távola, pessoa que conseguiu levar a sua alegria, a sua honestidade para além dos limites familiares. Isso é uma coisa muito difícil e rara. Ele encantou este País não só naquilo que mais gostava, que era a música, mas encantou este País praticando a política com seriedade, com dignidade e com honradez. E aqui, com toda sinceridade, eu rendo as minhas homenagens ao Senador Artur da Távola, e quero transmitir as mesmas homenagens à sua digna família. Pessoas que têm um esposo ou um pai como o Senador Artur da Távola são pessoas de certa forma iluminadas; receberam uma dádiva de Deus por terem alguém a seu lado com uma estrela de tanto brilho. A nossa saudade eterna do Senador Artur e as nossas homenagens à sua família pela perda de uma pessoa tão importante.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Geraldo.

Eu queria, então, ao encerrar, dizer desse carinho que todos nós, especificamente dentro do nosso Partido, sentiremos sempre pelo Paulo Alberto. Eu, pessoalmente, orgulho-me muito de pertencer a um Partido que foi fundado e presidido por ele. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo do PSDB de Goiás.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr^a Mirian Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola; Sr. Eduardo Monteiro de Barros, filho do Senador, que aqui representa também a sua família, demais convidados, admiradores, ex-colegas de trabalho do Senador Artur da Távola, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, nos próximos dias, o PSDB estará completando 20 anos desde a sua fundação e, lamentavelmente, muitos dos seus fundadores já fizeram uma espécie de revoada Tucana, e estão hoje formando uma boa base do bem junto de Deus: Mário Covas, Franco Montoro, José Richa, Sérgio Motta, Mascarenhas de Moraes, e agora o nosso querido Artur da Távola.

O saudoso, o querido e brilhante Senador Artur da Távola foi uma das poucas personagens da historiografia brasileira que podem ser lembradas de múltiplas formas. Além de amigo, com um humor invejável, caminhou pela vida pública como referência de percepção e acuidade invejável.

Era também, para e na vida pública, uma referência em outros aspectos: autêntico, coerente entre o que pensava, falava e praticava, ético, humanista, poderia dizer um homem público do bem, um homem

público de extraordinário valor, não só intelectual e moral, mas de valor político, daqueles que efetivamente engrandecem qualquer atividade onde possam estar inseridos.

Artur da Távola, parece-nos, deve ser lembrado como o homem das letras, intelectual, arquiteto de pensamentos e idéias, e é claro, radialista, jornalista e, para orgulho nosso, fundador do PSDB.

Nascido a 3 de janeiro de 1936, Paulo Alberto Monteiro de Barros notabilizou-se com o nome de Artur da Távola, como era conhecido carinhosamente, que o acompanharia até nos deixar agora no dia 9 de maio.

O ex-Senador Artur da Távola morreu na ativa, porque dirigia ainda a rádio Rocket Pinto, FM 94, referência do pioneirismo do rádio brasileiro. Morreu, portanto, no exercício da profissão que abraçou ainda em 57, quando começou um programa sobre música clássica, na rádio MEC, onde permanecia como o mais antigo servidor. Sua erudição nos deixava cada vez mais impressionados, cada vez mais apaixonados por ele, por todas as suas referências, especialmente nessa área da música clássica, mais apaixonados pela sua devoção, dedicação e paixão pelas artes, pelas letras, especialmente pela música clássica.

Quantas vezes eu não assistia ao Artur, deliciado, apresentar seus programas na TV Senado ou o ouvia pela Rádio Senado? Não só eu, seu admirador, mas também outros com quem às vezes compartilhava esses momentos, apreciavam de forma muito carinhosa e apaixonada as apresentações, especialmente o conhecimento com que o nosso querido Artur nos brindava.

Não poderíamos deixar de lembrar também da sua atuação na TV Senado, onde Artur teve um programa: Quem Tem Medo de Música Clássica?. Durante quinze anos assinou uma coluna sobre televisão no jornal *O Globo*. Trabalhou, ainda, no extinto Grupo Bloch Editores e escreveu muitas colunas semanais no jornal *O Dia*.

Artur da Távola começou sua vida parlamentar em 60, como Deputado Federal. Foi cassado pela ditadura militar e viveu na Bolívia e no Chile entre 64 e 68. Ao voltar ao País, o jornalista Artur da Távola passou a usar esse pseudônimo. Távola foi um dos fundadores do PSDB e nos liderou, liderou toda a bancada Tucana na Assembléia Constituinte em 88. Também na Década de 80 ele presidiu a Subcomissão de Educação e Esporte, na Câmara Federal. Em 2001, o político ocupou o cargo de Secretário de Cultura do município do Rio de Janeiro. – nada mais justo, aliás.

Sem dúvida, o nome desse ilustre brasileiro, jornalista, parlamentar e intelectual será lembrado de for-

ma perene como referência para as gerações de hoje e, sobretudo, para as próximas gerações.

Deixa-nos, como símbolo, a trajetória coroada pela dedicação e empenho em servir à Nação e, principalmente, à sociedade brasileira.

Eu me lembro carinhosamente de que, ao chegar ao Senado, no ano passado, uma das primeiras ligações que recebi foi a do Senador Artur da Távola, saudando-me, desejando-me boa sorte, augurando êxito em relação à caminhada nova que eu haveria de iniciar. Lembro-me, com saudade também, do último encontro nosso, no Rio, no restaurante O Convento, onde conversamos longamente sobre o Partido, sobre cultura, sobre a política e a sociedade brasileira. Aprendi muito. Lamento não ter tido oportunidade de conviver mais com ele, para que eu pudesse agregar mais valor ainda à minha jovem vida pública.

Deixo a vocês todos, familiares, minha solidariedade, meu abraço carinhoso e a saudade de todos nós que aprendemos, ao longo dessa trajetória, a admirar Artur da Távola.

Parabéns.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Marconi Perillo.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^o Sr. Presidente Senador Alvaro Dias; Sr^a Mirian Ripper Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola; Sr. Eduardo Monteiro de Barros, filho do Senador Artur da Távola; senhores e senhoras, familiares dos homenageados, gostaria de me associar aos demais Senadores que aqui já falaram, mas, para mim, este é um momento muito especial.

Como estudante de jornalismo, li apaixonadamente os livros de Artur da Távola. Meu maior sonho era chegar ao Congresso Nacional, principalmente no Senado da República, e aqui encontrá-lo, conviver com ele, sentir aquilo que todos da minha geração sentíamos ao ler seus livros. Infelizmente, não consegui isso.

Mas venho a esta tribuna hoje para falar do homem, como disse aqui, do mito, do intelectual, do ex-Senador e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, conhecido por todos nós como Artur da Távola, homem de vocação renascentista, que sabia de política, música e poesia contemporâneas. Conhecido por atuar com brilho em áreas distintas, como na política, literatura, rádio e televisão, ficou nacionalmente conhecido, como foi dito aqui, como Artur da Távola, pseudônimo adotado ao retornar do exílio, em 1968, depois de cassado pelo regime militar como Deputado Federal.

Cronista e poeta respeitado, foi a primeira pessoa a fazer crítica de televisão a sério no Brasil.

Nascido em 3 de janeiro de 1936, formou-se em Direito, em 1959, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mas seu envolvimento com o movimento estudantil o levou, já no ano seguinte, a ser eleito Deputado Constituinte pelo Estado da Guanabara. Como jornalista, trabalhou em revistas da Bloch Editores e fazia crônicas para os jornais **O Globo**, **O Dia** e **Última Hora**.

Autor de 23 livros, adorado conhecedor de música clássica, após cassado pelo regime militar, foi viver na Bolívia e no Chile, entre 1964 e 1968. Voltou à política como fundador do PSDB e futuro Senador pelo Partido, onde exerceu mandatos de Deputado Federal até 1995 e de Senador, e foi um Líder destacado no Senado da República não só pela sua prudência, pela sua articulação política, mas, essencialmente, pela formação intelectual.

Pensador independente, deixou o Senado em 2003, mas se manteve como uma referência respeitada nesta Casa. Os senhores e as senhoras puderam ouvir aqui o Senador Pedro Simon, que foi seu colega e que, talvez, por ter convivido com ele aqui no dia-a-dia, pôde traduzir, com tanta ênfase, sinceridade e sensibilidade, o que representou Artur da Távola nesta Casa.

Ele foi exemplo de uma vida sem rasuras, um dos grandes homens públicos de seu tempo. Enfim, era homem reconhecido no meio cultural. E o meio cultural, não apenas o meio político, sentiu enormemente a perda desse grande crítico.

Ele foi um defensor incansável da cultura no Brasil. Sempre foi admirado pela coragem de suas posições políticas e pelas crônicas inesquecíveis que assinou, fazendo análises precisas e inteligentes. Artur da Távola emprestou sua cultura para que a TV brasileira não se tornasse um subproduto. Seu papel foi de grande importância cultural no rádio e TV do nosso País.

Usou suas habilidades na organização de conteúdos para fazer da comunicação de massa uma grande ferramenta pedagógica. E foi um grande mestre para o jornalismo neste País. Eu, que sou do interior de Goiás, posso aqui testemunhar o entusiasmo com que os estudantes liam os livros de Artur da Távola.

Entendia a cultura como um exercício do espírito, um cultivo da condição humana, sobretudo como incitação à liberdade e à autonomia.

Em seu programa na TV Senado, que se intitulava Quem Tem Medo da Música Clássica?, ele criava um ambiente com forte identificação com o telespectador.

Facilmente comparável à voz que ouvimos de um autor durante a leitura de um livro, Artur da Távola nos

fazia refletir sobre a música erudita, habilitando nossa mente e ouvidos para captar melodias e harmonias mais profundas, ampliando esse contato com a arte para uma disposição de valores em favor da paz.

Com sua visão clarividente e seu tom de cronista, apresentava um mundo humanizado. Como dizia: “Música é vida interior.” E completava: “Quem tem vida interior nunca padecerá de solidão.”

Artur da Távola ensinava que não precisávamos ter medo da música clássica ou do conhecimento. Como um enciclopedista, era promotor do conhecimento e do belo ideal iluminista de fazê-lo elemento de autonomia. Fará muita falta esse notável exemplo de um intelectual vocacionado a socializar o conhecimento.

Sr. Presidente, em 4 de janeiro deste ano, ele postou uma última mensagem no *blog* que mantinha. Faço questão de reproduzir, aqui, suas palavras:

Embora enfermo desde agosto de 2007, com risco de vida, nas breves oportunidades em que não esteve internado, o titular deste blog nele não mais pôde escrever. Ele ficou aberto sujeito à interferência de internautas que se comprazem em entrar em domicílios alheios. Embora não mais internado em hospital, prossigo em tratamento doméstico e assim será por algum tempo. Nessas circunstâncias, peço desculpas a quem o procure. Ele está momentaneamente congelado por seu titular. Espero voltar na plenitude de minhas possibilidades dentro de dois ou três meses. E conto com sua compreensão. Fraternalmente, Artur da Távola.

Sempre tive por ele grande admiração, homem inteligente, culto e sensível. Em cada palavra pronunciada, irradiava, ao mesmo tempo, a marca do infinito e o respeito mútuo entre as pessoas.

Sua trajetória de escritor, jornalista e político sério, dedicado às melhores causas são exemplos a serem observados, com muita atenção, por todos aqueles que desejam uma vida pública séria e limpa.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havendo mais oradores inscritos, antes de conceder a palavra à Srª Mirian Ripper Nogueira Lobo, viúva do Senador Artur da Távola, também quero expressar todo o meu sentimento de absoluto

apreço, admiração, hoje, pela memória do Senador Artur da Távola.

Não tive o privilégio de ser aqui colega do Senador, mas digo hoje, com toda a convicção, que foi ele um daqueles Senadores mais brilhantes que já passaram por esta Casa. Na verdade, vamos recolhendo os depoimentos, que se vão somando e ficando cada vez mais apurados, no sentido de fazer justiça àquele intelectual, àquele homem público que só fez engrandecer o Senado Federal.

Quero dizer, em nome desta Casa, na qualidade de seu Presidente, hoje ocupando este mandato, que o trabalho dele, o seu esforço, a sua dedicação, tudo aquilo que produziu ao longo de sua vida aqui no Senado Federal não passará. Esta Casa precisa, isto sim, ir buscar marcas; ir buscar alguma coisa que possa ser recolhida, para tornar perene a sua passagem, o seu exemplo aqui no Senado Federal.

Portanto, Srª Mirian Ripper Nogueira Lobo, a senhora, que agora vai ter a oportunidade de falar em nome dele, fique certa de que vamos ouvi-la, com aquele silêncio de saudade – silêncio feito de dor, silêncio feito de amor – pelo que seu marido representou.

Com a palavra, a Srª Mirian Ripper Nogueira Lobo, que aqui está, ao lado do seu filho – desculpe a falta do registro até agora –, Eduardo Monteiro de Barros.

Quero agradecer, também, a presença de todos, porque, logo após a palavra da Srª Mirian Ripper Nogueira Lobo, vamos dar por encerrada a presente sessão.

Consulto se a senhora quer falar daqui mesmo.

A SRA. MIRIAN RIPPER NOGUEIRA LOBO –

Quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, daqui mesmo, falará agora a Srª Mirian Ripper Nogueira Lobo, viúva do saudoso Senador Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, daqui mesmo, falará agora a Srª Mirian Ripper Nogueira Lobo, viúva do saudoso Senador Artur da Távola.

A SRA. MIRIAN RIPPER NOGUEIRA LOBO –

Paulo Alberto era um homem de muitos talentos e um dom muito especial: a palavra, oral ou escrita, aqui dita por todos. Sabia traduzir como poucos, de maneira refinada e culta, o que pensávamos e sentíamos, mas não conseguíamos expressar. Pelo menos, não de forma tão bela.

Parecia ter, e este foi título e tema de crônica sua, uma lanterna existencial que iluminava e tornava transparentes pontos por vezes obscuros, não compreendidos ou não detectados pelas pessoas em geral.

Ajudou a muitos com suas crônicas, elevou espíritos e promovia sempre o melhor de cada um.

Compreendeu a televisão muito antes de todos e não só escreveu sobre ela em crônicas e livros, como aproveitava seus temas, para, com sua lanterna peculiar, esclarecer um pouco a vida para todos nós. Seus estudos e admiração por Jung certamente o ajudaram a compreender muito o ser humano. Seu espírito conciliador, observador, o analista inteligente, junto com sua natureza generosa e com sua alma elegante também ajudaram. Era assim na política, na vida pessoal e na família.

Por vezes paciente demais, ingênuo demais, fazendo até com que se decepçionasse adiante. Não mudava, porém, e continuava sempre vendo o lado bom de cada um. Não guardava rancor. Ele dizia que Deus o poupou do sentimento do ódio. Era, entretanto, um homem de luta. Afirmava: “Não sou de briga, mas sou de luta”. Perseverou em suas idéias e conseguiu muito do que procurou realizar. E, ao final da política, dizia feliz: “Não vendi minha alma ao diabo. Dei minha contribuição ao País”.

Tinha orgulho de ter sido fundador do PSDB junto com companheiros, que, além de amigos, eram homens de bem e brilhantes, como José Serra, Fernando Henrique, Mário Covas, José Richa, Egídio Ferreira Lima, Euclides Scalco, Ronaldo Cezar Coelho, Geraldo Alckmin, entre muitos outros. Foi um período marcante em sua vida, o convívio e a troca de idéias sempre atiladas, percucientes e direcionadas para o melhor do País. Bons tempos, dos quais tive a felicidade de participar também.

Era um homem poli, com múltiplos interesses: a política, a literatura, a música, o esporte, o rádio, a televisão.

Dizia sempre que isso confundia as pessoas. Político? Escritor? Radialista?

Creio, porém, que o que ficou para todos é que, no seu ecletismo, fazia tudo bem, de forma talentosa, honrada e digna.

Curioso em saber sempre mais sobre si mesmo, gostava de perguntar “Quem sou eu?”

Eu dizia: além das qualidades e alguns defeitos que todos proclamam, eu acrescentaria: você é um sedutor. Não no sentido corriqueiro ou menor da palavra, mas, com sua inteligência, delicadeza, percepção aguda da alma humana, simplicidade, sempre com a palavra certa para dirigir-se ao outro, a todos encantava: jovens, adultos, mulheres, homens, crianças ou idosos.

Nos últimos meses, continuava seus projetos e sonhos. Ao assumir a Presidência da Rádio Roquette Pinto, realizou um desejo antigo. E o fez com extrema competência. Em pouco tempo, transformou a Rádio

com um excelente projeto, reconhecido por todos que a ouviram. Ele afirmava sempre: “Estou pronto para dirigir uma Rádio. Sei o que tenho que fazer”. Estava certo.

Quanto a esta Casa, o Senado, sentiu-se bem e feliz, aqui, com a possibilidade de ouvir e ser ouvido. Ressaltava sempre a qualidade e a competência dos Senadores. Muitos, com grande experiência na vida pública.

A política para ele era um dever de retribuir ao povo brasileiro o que recebeu com sua boa formação. A justiça social e a liberdade eram temas recorrentes em suas conversas. A cultura e a educação eram fundamentos para a mudança do País. E muito contribuiu nessas áreas.

Realizou nesta Casa, por meio da TV Senado, outro dos seus sonhos: levar a música clássica, grande paixão de sua vida, para todos: jovens, adultos e crianças. Nesses programas revelou também sua cultura e a preocupação de traduzir, de maneira simples, o que era desconhecido pela maioria.

Outra dimensão sua, pouco conhecida, era a religiosa. Lia muito, conhecia profundamente a vida de vários santos. Sua busca era incessante para transformar a fé, que ele tinha como esperança, em certeza. Achava que a fé absoluta era um dom com o qual ele não tinha sido agraciado, mas sempre a perseguia e buscava sinais. Era, no entanto, altamente espiritualizado. Suas reflexões e dimensão interior assim o demonstravam.

Neste ano, mesmo doente, não se afastava do desejo de contribuir para a vida pública, embora desencantado, Senador Tasso, Senador Pedro Simon, ele continuava com esperança. E falava com convicção: eu e o Gabeira seríamos uma dupla imbatível no Rio de Janeiro. Entendia a política como dever, mas seu coração pulsava de alegria quando conseguia realizar algo de bom para o País.

Como companheiro, foi cúmplice, sempre trocando idéias e projetos e ouvindo com atenção minha opinião. Dizia com satisfação: formamos uma bela dupla, rara mesmo.

Tenho muito orgulho de ter convivido com este homem notável para o País e para a cultura brasileira e da mesma forma notável em sua vida particular, porque sempre simples, amoroso, parceiro, especial. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu estava me preparando para encerrar a sessão, mas recebi um apelo do filho do Senador Artur da Távola, Eduardo Monteiro de Barros, que me pediu para ler um trecho de uma crônica de Artur da Távola, já publicada em livro.

Com a palavra o Sr. Eduardo Monteiro de Barros.

O SR. EDUARDO MONTEIRO DE BARROS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os presentes, fiz questão de vir a esta tribuna porque sei que aqui meu pai conseguia transformar as palavras em algo além delas e proferir discursos memoráveis, como todos vocês citaram aqui durante esta sessão de homenagem.

Aproveito para agradecer, também, todas as homenagens, todas as palavras de muito carinho e de saudades dirigidas à memória de meu pai.

O Senador Arthur Virgílio citou que meu pai, ele próprio, dizia que esta era a Casa da sabedoria, a Casa do saber. Separei, assim, um soneto de sua autoria, o “Soneto da Sabedoria”, que tem muito a ver com o momento que vive nossa família e, também, com a questão da morte.

Eis o poema “Soneto da Sabedoria”:

Saudade é lúcida
Ensina verdades boas.
Perda é arguta
Ajuda a julgar.
Morte é glória
Ensina o sido, sendo.
(Dava tudo para descobrir o que sou
Vendo-me visto depois da morte.)
As pessoas se separam
Para antever a vida
O que delas será dito depois.
O morto ajuda a percepção
O vivo embota a clareza.
Morrer é esclarecer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ao encerrar a sessão, sinto-me até compelido a dizer que não cheguei a tempo, Sr^a Mirian Rippel, de presidir toda a sessão – isso, aliás, foi feito com brilhantismo, acredito, pelo Senador Alvaro Dias –, porque eu participava de uma reunião conjunta do Senado e da Câmara em comemoração aos 20 anos da nossa Constituição.

Como sei que Artur da Távola era um homem público que prezava aqueles que se norteavam pela obediência à Constituição, que sabia da importância desse diploma legal, que é a Lei Maior do País, realmente fiquei um tanto constrangido ao perceber que esta sessão iria começar e eu não estaria presente desde o seu início, o que, de fato, não foi possível. Tenho certeza de que o motivo foi dos mais justos: enquanto eu não estava aqui, estava homenageando uma Constituição que, por mais que possamos falar mal dela,

sabemos todos nós, no entanto, foi a Constituição que consolidou a redemocratização em nosso País.

Apresentada essa justificativa, quero registrar, no encerramento dos trabalhos, que o Senado Federal, com esta sessão, viveu um grande momento, um momento de saudade, de ausência, mas, sobretudo, de homenagem à memória sempre presente de um dos maiores homens públicos que já passaram pela vida pública do País: Artur da Távola. Isso para não falar do intelectual, isso para não falar do radialista, do jornalista, daquele que se dedicava à música.

Portanto, à Sr^a Mirian, ao Sr. Eduardo, aos amigos, aos admiradores de Artur da Távola, a demonstração da nossa saudade e da nossa gratidão a ele, que tanto contribuiu para que este Senado fosse grande como merece ser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203.

S. Ex^a será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda que certa, paradoxalmente a morte tem o dom de surpreender e, não raro, de emocionar. Quando alguém muito especial se afasta de nosso convívio, é inevitável a sensação de perda, de uma espécie de vazio que custa a ser superado. Ver Artur da Távola partir reitera em todos nós esse sentimento, mas, por tudo o que ele foi e fez, também nos obriga a refletir sobre nosso ofício, nossa atividade, nossa própria presença no mundo.

Nascido em 1936, Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros foi um ser iluminado. Muito jovem, já demonstrava a personalidade carismática que o acompanharia até o fim da vida. Aluno do curso de Direito da prestigiosa Pontifícia Universitária Católica do Rio de Janeiro, na segunda metade da efervescente década de 1950, em pouco tempo distinguiu-se entre os colegas, sendo por eles alçado à condição de líder estudantil, à frente do Centro Acadêmico Eduardo Lustosa. Nesse período, entre 1956 e 1957, assumiu a redação do “Metropolitano”, órgão oficial de divulgação da União Metropolitana dos Estudantes. Ali começava seu contato direto com a atividade jornalística, algo que jamais abandonou.

Em tempo de crescente polarização ideológica, que desaguiaria na ruptura institucional de 1964, Paulo Alberto tornou-se o mais jovem constituinte do recém-criado Estado da Guanabara, após a transferência da Capital para Brasília. Eleito pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), cumpriu com brilhantismo

o papel que lhe coube de elaborar a primeira Constituição daquela verdadeira cidade-estado.

Nas primeiras eleições que se seguiram à Constituinte Estadual, Paulo Alberto foi mais uma vez eleito, agora Deputado Estadual e abrigado no valoroso Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB de Getúlio, Jango e Brizola. Com posição ideológica claramente definida, comprometido com as mudanças sociais de que o País tanto carecia, as chamadas reformas de base, destacou-se na oposição ao Governador Carlos Lacerda, baluarte da União Democrática Nacional, a UDN.

A violência do autoritarismo também caiu sobre ele. Com o mandato cassado e os direitos políticos suspensos, Paulo Alberto também seguiu o destino imposto a tantos outros, o amargo exílio. Em nossa América Latina, encontrou abrigo, proteção e reconhecimento. Esteve inicialmente na Bolívia, mas foi no Chile que se fixou por mais tempo. Lá, em contato com outros exilados, que se transformariam em amigos para sempre, como Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Paulo Renato Souza, entre muitos outros companheiros de fé política e de sonhos generosos, Paulo Alberto aprimorou sua formação acadêmica.

Já em 1965, Paulo Alberto especializou-se em educação, tendo estudado no Centro Latino-Americano de Formação de Especialistas em Educação, da Universidade do Chile, instituição na qual chegou a lecionar. De volta ao Brasil, quatro anos após ter partido, esperou a reconquista dos direitos políticos para retomar sua vitoriosa carreira parlamentar. Em 1976, abrigou-se na trincheira da oposição consentida ao arbítrio, o velho MDB. Com a reestruturação partidária determinada pelo regime militar, filiou-se, coerentemente, ao PMDB.

A essa altura, Paulo Alberto se transmutara em Artur da Távola. O pseudônimo, adotado quando escrevia para o valoroso jornal "Última Hora", integrou-se tão perfeita e vigorosamente nele que nunca mais pôde ser deixado de lado. Assim, ele chegou à Câmara dos Deputados, eleito pelo povo fluminense para, pela segunda vez na vida, ser Deputado Constituinte, agora em escala nacional.

Como em tudo o que fazia, Artur da Távola foi um brilhante Constituinte. Nela, foi indicado Relator-Geral

da Comissão de Educação, Família, Cultura, Menor, Idosos, Comunicação, Esporte, Ciência e Tecnologia. O homem certo no lugar que lhe era de direito. Aliás, nunca é demais enfatizar que Artur da Távola notabilizou-se, como parlamentar, pela defesa da alteração na legislação que regulava as concessões de canais de televisão. Para ele, elas deveriam deixar de ser prerrogativa do Poder Executivo e serem concedidas por um Conselho em que tivessem assento representantes do empresariado do setor, dos Poderes Executivo e Legislativo, além dos trabalhadores da área.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, orgulho-me por pertencer a um Partido, o PSDB, fundado por pessoas como Artur da Távola, que o liderou na Câmara e que, já no Senado, assumiu sua Presidência. Para sermos dignos de seu legado e de sua memória, outra coisa não há a fazer senão lutar para que os mais elevados princípios doutrinários da social-democracia jamais esmoreçam, e sua bandeira, comprometida com a transformação social, permaneça de pé. Artur da Távola foi, na contemporaneidade, provavelmente, o mais belo exemplo de homem renascentista. Múltiplo, foi único em dignidade e correção. Homem de letras, amante da música como poucos, doce no falar e firme no agir, engrandeceu a política pela correção, pelo caráter e pelos propósitos dignificantes. Ninguém, como ele, melhor entendeu o papel da televisão e sobre ela discorreu. Ninguém, como ele, compreendia o valor da cultura como elemento humanizador do próprio homem.

Serenamente, como convém a alguém como ele, Artur da Távola partiu. Fica o vazio, por certo. Fica a tristeza da perda, como é natural. Mas fica, acima de tudo, o exemplo, o legado, a lição.

Que sejamos dignos de sua memória!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 57 minutos.)

Ata da 99ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de junho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes,
Antonio Carlos Valadares, Geovani Borges e Romeu Tuma*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 12 minu-
tos e encerra-se às 20 horas e 52 Minutos)*

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/6/2008 07:39:39 até 10/6/2008 20:51:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores do período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de hoje será dedicado a homenagear Leonel de Moura Brizola pelo transcurso do quarto aniversário de seu falecimento, ocorrido no dia 21 de junho de 2004, nos termos dos **Requerimentos nºs 640 e 743, de 2008**, de autoria do Sr. Senador Cristovam Buarque e de outros Srs. Senadores.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sem prejuízo da destinação da Hora do Expediente da presente sessão, peço a minha inscrição para uma breve comunicação assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Após a homenagem do primeiro orador inscrito, concederei a palavra, a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever também para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador Augusto Botelho, após a homenagem, V. Ex^a também está inscrito.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim pelo tempo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geovani Borges, antes de tudo, agradeço ao Senador Cristovam, que permutou comigo, já que S. Ex^a é o primeiro signatário do requerimento, que também assinei, para realização desta homenagem ao nosso querido e sempre líder – seus ideais continuam a iluminar nossos caminhos –, o engenheiro, ex-Governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola.

Eu começaria dizendo que até hoje não entendo, Senadores Geovani e Mesquita Júnior, como é que o nosso querido Governador, Senador Cristovam, não chegou à Presidência da República. E, ao tempo em

que penso isso, vejo um momento muito difícil para o nosso Estado, e, na oportunidade, homenagear o Governador Leonel Brizola, infelizmente numa data que lembra a sua morte, faz com que todo o povo gaúcho fique com muita esperança de que novos líderes com a mesma estirpe, com a mesma raça, com a mesma fibra, com o mesmo caráter de Leonel Brizola iluminem os caminhos do Rio Grande.

Sr. Presidente, os gaúchos que se acostumaram a sorver um chimarrão bem cevado, nas tardes de um dia qualquer, carregam a sina da solidão dos Pampas, lá onde o meu querido Brizola cavalgou inúmeras vezes. Conversam consigo nesse ritual e observam a vida num transbordar de pensamentos e sentimentos.

Ontem, não cevei nenhum mate, mas, desta tribuna, refleti sobre a situação do Rio Grande e me pus a pensar, depois, qual seria a melhor maneira de homenagear um homem que eu admirava tanto, Leonel de Moura Brizola, cujo quarto ano de falecimento é marcado nesta sessão.

Estas paredes do Senado, Senador Mesquita Júnior, já me ouviram – não só a mim, mas a diversos Senadores – falar de Leonel Brizola. As paredes e o teto do Senado já sabem de tudo; são testemunhas dessa bonita história que precisa ser contada para as novas gerações – e, para mim, a história de Leonel Brizola deveria ser contada de geração em geração.

Hoje, Sr. Presidente, gostaria de me dirigir não somente ao Plenário, mas gostaria de me dirigir a ti, Leonel Brizola. Como que em um réquiem, eu quero fazer esta homenagem.

Nós nos acostumamos, querido Brizola, a te ver usando um lenço encarnado no pescoço como se fosse uma bandeira, uma bandeira da liberdade tremulando campo afora. Para nós, gaúchos, isso tem um valor estóico e atávico.

Deus deu a Brizola a sina de emparelhar horizontes de ideais nas mais destemidas missões que um patriota poderia receber de seu povo e de sua gente.

Deputado Vieira da Cunha, é uma satisfação vê-lo aqui. Na minha fala, citarei algo que vi em seu gabinete. Registro sua presença. Falarei sobre isso aqui.

Eu dizia, do Brizola, que isso só pode ser coisa da tal genética. O pai de Brizola, guerreiro federalista da Revolução de 1893, esteve ao lado dos maragatos de Gaspar Silveira Martins.

Se eu pudesse aqui falar, já que estou fazendo uma homenagem direta, como um réquiem, a Brizola, buscaria uma canção do nosso inesquecível Passarinho. E o pai do Brizola diria a ele neste momento: “Este guri saiu igualzito ao pai”.

Na de 23, o seu “tata”, como falamos lá no Sul, meu querido Vieira, tomba peleando nas tropas do

comandante Leonel Rocha. A tua mãe, meu querido Leonel, Dona Onívia, também foi uma guerreira daquelas que se levantavam a tempo de acordar o sol para limpar o pátio e depois ir semear aquilo que estava no rumo do seu caminho. Aprendeste com ela, meu querido Brizola, as tuas primeiras letras.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a é o autor desta sessão. Eu dizia, aqui, que só estava falando por permuta com V. Ex^a, que me permitiu iniciar esta sessão.

O tempo amigo foi passando e quando chegaram os anos 30, tu, Brizola, já guri de calças curtas, empunhavas uma espada de taquara, montado num cavalo de sonhos, e gritavas aos quatro cantos do Rio Grande: “Eu sou o capitão Leonel!”

É, meu querido Brizola, como são as coisas neste mundo! Uma vez eu disse aqui mesmo, neste plenário, que a infância de quem perde o pai muito cedo, como foi o teu caso, por muitas vezes é triste, ou na maioria das vezes o é. Mas a infância de um menino que um dia entrará para a história e fará com que homens, mulheres, velhos, jovens, negros, pessoas com deficiência, índios, minorias discriminadas chorem e tenham orgulho do seu País, da nossa Pátria maior, é a coisa mais linda que o destino poderia propiciar a cada um de nós.

Brizola velho de guerra, que um dia foi palanque fincado nas planuras da América Latina, estás ao lado de Tupac Amaru, Simon Bolívar, Zumbi dos Palmares, Tiradentes, Sepé Tiarajú, e por que não lembrar de Getúlio Vargas e tantos outros, meu Líder do PDT, companheiro Deputado Vieira.

Em cada canto deste País, onde existe um diretório do PDT, onde existe uma trincheira do PDT, como é seu gabinete, Deputado Vieira, lá estão os versos do poeta chileno Pablo Neruda, e que eu já li aqui uma vez, mas hoje quis repetir, em homenagem ao Brizola e ao Rio Grande, que está num momento muito difícil, e o Deputado Vieira está acompanhando.

Diz Pablo Neruda a Brizola, num poema escrito para o Brizola:

Novas ilhas, Novos rios, Novos vulcões
fazem de nosso continente, Uma nova geografia.
Queremos nova agricultura, Outras forças juvenis,
Uma sociedade mais pura, Novos protagonistas da história que está nascendo,
E que temos o dever de construir. Quem pode estar contra a vida? [Aí diz o Pablo, numa parte que considero das mais bonitas] Celebremos a chegada de Leonel Brizola, No Cenário da América,
Como uma deslumbrante encarnação, De nossas esperanças. Estamos cansados da rotina da miséria, Da ignorância,

de injustiça econômica. Abramos o caminho àquele que encarna hoje, A possível construção do futuro.

Palavras do Neruda para o nosso querido Brizola. Vieira, isso eu disse um outro dia e fiz questão de dizer hoje, nesse momento tão difícil para o nosso Rio Grande.

Eu te considero. Brizola, se há importância no que falo, o maior político da minha geração. Sem dúvida alguma, foi você o mais importante e determinado homem público da República desde Getúlio Vargas.

Quando eu tinha 10 anos, ouvi pela primeira vez a tua voz. Tu falavas na Rede da Legalidade pelos microfones da Rádio Guaíba de Porto Alegre e pedias para que o povo brasileiro resistisse pela manutenção constitucional e que dessem posse a João Goulart na Presidência da República. Naqueles dias frios de 1961, muitas vezes eu, ainda moleque, parei de jogar bolita e soltar pandorga para, junto do meu velho pai e minha mãe, já falecidos, todos brizolistas, escutar os teus recados na Rádio da Legalidade, recados que enfeitavam a todos num patriotismo enlouquecido, como os poetas assim definem.

Senador Cristovam Buarque, certa feita, encontramos-nos no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, em 1984, tu eras o Governador, Brizola. Estávamos numa comissão de sindicalistas. Os mais experientes já me lembravam: “Olha, Paim, seja rápido na conversa, pois o Brizola encanta a todos e ainda temos que ir para Minas Gerais”. Dito, mas não feito. Brizola seduziu a todos nós com aquela sua fala mansa e tranqüila, lembrando, em cada frase, um pouco da tradição do nosso povo do Rio Grande. Essa conversa, lembro aqui, foi regada ao chimarrão; e fomos terminá-la no apartamento dele em Copacabana.

Minas Gerais ficou para trás; acabamos chegando lá quase que dois dias depois. Esse era o Brizola que encantava a todos.

Assim tu foste Leonel, ou melhor, assim tu continuas a ser para nós outros. As tuas idéias estão cada vez mais vivas. O teu sonho de um Brasil livre e soberano é o que todos nós perseguimos.

Ontem, antes de dormir, Senador Cristovam Buarque, mais uma vez recordei Santo Agostinho:

Na eternidade nada passa, tudo é presente, o passado vem empurrado por um futuro, e o futuro vem atrás de um passado. Quem prenderá o coração do homem para que pare e veja como, estando imóvel, a eternidade governa os tempos futuros e passados, sem ser nem futuro nem passado.

Assim eu te considero, Brizola, meu querido Brizola velho de guerra.

Pode ter certeza, Leonel Brizola, e fiz minha fala desde o início como um réquiem a ele, que aqui, no fundo do coração deste Senador negro do Rio Grande, as tuas idéias haverão de me acompanhar sempre, sendo diretrizes para caminhada de todos homens de bem.

Neste momento tão difícil do meu Rio Grande, espero que a figura de Leonel Brizola ilumine os caminhos de toda a nossa gente.

Viva sempre presente Leonel de Moura Brizola!

Viva o nosso Rio Grande!

Viva o nosso Brasil!

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplenete de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; Deputado Vieira da Cunha, Presidente do PDT; Sr^{as} e Srs. Deputados presentes, em nome de todos os demais, cito o Deputado Brizola Neto, aqui presente.

Sr. Presidente, não é possível deixar passar datas importantes da vida dos grandes políticos sem lembrá-las. Esse é um gesto até educacional, Senador Geraldo Mesquita Júnior, com todos os jovens que não tiveram a oportunidade de vivenciar a política no seu tempo. Por isso, hoje, estamos fazendo questão de lembrar o grande nome que foi Leonel Brizola.

Medimos os grandes políticos pela presença deles no cenário nacional quando estão vivos, mas medimos a importância dos maiores de todos pela ausência deles, quando não estão presentes. E Brizola foi um político de presença firme ao longo de todas as décadas de sua atividade política. Ele nunca esteve discreto na vida pública brasileira. Sempre teve um lado claro, firme, em defesa da Nação brasileira, em defesa dos trabalhadores brasileiros, em defesa da democracia no Brasil.

Brizola foi um político de presença, mas, hoje, prefiro falar – até porque estamos lembrando a data de seu falecimento – sobre sua ausência, sobre a falta que ele faz em momentos em que o Brasil enfrenta desafios que nos deixam – reconheçamos – perplexos, sem dar a resposta de que o povo e a história precisam.

Tomemos o problema da Amazônia – e vejo aqui Senadores que representam a região – neste momento da história do Brasil. Brizola está fazendo falta. A palavra dele está fazendo falta. O grito dele em defesa da

soberania nacional está fazendo falta. Alguns de nós até que falam nisso, mas sem a força, sem a firmeza, sem a maneira que, além de firme, é entendida por todo o povo. Brizola faz grande falta neste momento em que o Brasil precisa afirmar, diante do mundo inteiro, que a Amazônia é nossa.

A fala de Brizola não chega para nós por que ele nos deixou há quatro anos. Mas não é só em relação à soberania do Brasil sobre a Amazônia que sentimos falta da presença de Brizola aqui. Faz falta nitidez na política. Nós fazemos política hoje como se não houvesse nitidez seja no comportamento, seja nos princípios fundamentais que unem diversos políticos naquilo que a gente chama de partido. Brizola faz falta. Brizola faz falta neste mundo em que, aparentemente, não há bandeiras claras, nítidas. Ele era uma bandeira. Ele carregava em si uma bandeira. Ele falava com uma posição, com um lado, com uma nitidez de princípios e de propostas, sem esse furta-cor que hoje caracteriza as bandeiras dos partidos no Brasil. Brizola faz falta na soberania nacional. Brizola faz falta na nitidez de posições que digam: existe um lado, e existe outro lado, não esse meio-de-campo em que todo mundo hoje está se misturando.

Brizola faz falta pela falta de nitidez que nós temos. Brizola faz muita falta, sim, porque era a voz, respeitada nacionalmente, capaz de colocar no cenário nacional a prioridade radical pela educação. É diferente o discurso que põe essa bandeira na boca de outros ou na boca do grande Leonel Brizola, até porque ele, quando fazia esse discurso cinquenta anos atrás, estava muito adiantado. Ele estava adiantado demais em um mundo que achava que o futuro era a industrialização, que o futuro era a economia e que à economia bastava contar apenas com as mãos de alguns trabalhadores com o mínimo de habilidade e com algum cursinho de um dos institutos do Sistema S. Ele já previu, mas previu antes do tempo.

Hoje, no momento em que o grande capital é o conhecimento, no momento em que a base do progresso é a educação, a fala de Brizola estaria incendiando este País por uma revolução, não por pequenos gestos que fizessem com que aumentasse o número de crianças na escola, quando não são escolas o local para onde elas estão indo, são semi-escolas, pseudo-escolas, quase escolas, mas não escolas verdadeiras. Brizola está fazendo falta, porque ele criou, há muito tempo, a verdadeira escola, que era o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep), a escola de horário integral. Mas ele falou tão na frente, tão adiantado, que não conseguiu levar isso para o Brasil inteiro, que não conseguiu se fazer Presidente da República com esse discurso. Hoje, certamente, ele se faria Presidente, porque há

um sentimento propício, casando com a vontade que ele tinha décadas atrás.

Por isso, Deputado Vieira da Cunha, Brizola faz tanta falta! Faz falta por que ele seria capaz de conduzir o Brasil nessa revolução educacional que defendia em um tempo, antes de ser essa a verdadeira razão da revolução.

Brizola faz falta, sem dúvida alguma, no momento em que o Brasil tem, outra vez, uma grande oportunidade – como teve na época da cana-de-açúcar, do ouro, do café, da própria industrialização –, uma grande chance, com a possibilidade de se transformar em fonte importante de energia, seja pelo petróleo, que estamos descobrindo cada vez mais, seja pela possibilidade dos biocombustíveis.

Mas Brizola está fazendo falta. Brizola está fazendo falta por que ele defenderia que o Brasil aproveitasse essa oportunidade, mas tomando cuidados, para que não se repetisse, com essas alternativas, o ocorrido com o açúcar, com o café, com o ouro, com a borracha. Ele seria a voz capaz de dizer: “Esse é o caminho, vamos aproveitar a chance. Esse é o caminho, vamos fazer com que seja uma chance definitiva na transformação não apenas da economia, mas da sociedade brasileira inteira”.

Brizola está nos fazendo falta. Ele nos está fazendo falta no momento em que as leis trabalhistas exigem alguns ajustes, mas não podem ser ajustes contra os interesses dos trabalhadores. Ele faz falta. Ele faz falta por que a voz dele seria a melhor para dizer que aqui estão as mudanças que podemos fazer, aqui está o limite além do qual a gente não vai, aqui está a maneira de mudar as leis, melhorando-as, não prejudicando os trabalhadores.

Ele está fazendo falta, Deputado Paulinho, neste momento, porque a voz dele daria uma força, uma credibilidade que nenhum de nós, políticos ainda vivos, temos.

Brizola está fazendo falta. E é isso que faz dele o grande político, porque o grande político se dá na presença, mas o político maior se dá no sentimento da sua ausência.

Brizola está fazendo falta neste momento em que a globalização é um processo irreversível, mas não pode ser um processo destruidor da soberania de nenhum país. Brizola seria o nome para, hoje, neste momento da história, nos próximos dez anos ou quinze anos, definir como podemos viver a globalização sem diminuir a soberania. Ele era o nome para dizer que o Brasil vive em um planeta que é uma espécie de condomínio, onde somos donos da nossa parte, mas temos de respeitar o resto do condomínio.

Está faltando uma palavra como aquela, que tinha força para dizer o que era possível e o que não era possível, o que devia e o que não devia ser feito, fazendo o que parecia transigir, mas com uma linha firme para onde ele queria ir, sem medo de, às vezes, dizer que precisamos fazer alguns ajustes. Todos sabiam que ele tinha claro o destino e que os ajustes não eram desvios. Brizola faz falta, porque ele era um político de ajustes, mas jamais de desvios. E a história dele mostrava que ele, quando dizia para ajustar, não estava caindo na tentação do desvio. Hoje, qualquer um de nós que fala em ajuste cai imediatamente sob a suspeita não do ajuste, mas do desvio. Ele tinha os princípios, a história dos princípios, a palavra dos princípios, a cara de princípios. Por isso, Brizola faz falta.

Brizola faz falta também – não vou continuar insistindo na sua ausência –, falta profunda, neste momento do vazio ideológico que vive a política no Brasil e, diria até, no mundo inteiro, porque ele nunca foi contaminado por uma ou outra ideologia. Ele construiu sua ideologia. Ele foi capaz de não cair nos “ismos” e criar o trabalhismo junto com Getúlio, com Jango, com Pasqualini e com outros, mas a linha dele não seria afetada pelo debacle que a gente viu da maneira como o socialismo era feito. A queda do socialismo no leste não afetaria em nada o pensamento, a linha e a credibilidade de Brizola, mas também o fracasso do capitalismo, que provoca o aquecimento global, que aumenta a desigualdade, a ponto de fazer com que certos seres humanos não se sintam mais semelhantes a outros, esse fracasso do capitalismo e o fracasso do socialismo não atingiriam as idéias que Brizola defendia.

Por isso, ele faz falta imensa neste vazio de bandeiras, neste vazio de ideologias, porque ele tinha a sua. E a sua, felizmente, deixou seguidores, Sr. Presidente, e mesmo aqueles que não são seus seguidores são pessoas que respeitam aquilo que ele fez, aquilo que ele defendeu.

Hoje, estamos aqui para lembrar a todos que houve um político que foi grande quando vivo e que ficou ainda maior quando a gente sente sua ausência. Está é uma tarde para se lembrar a ausência, que é a melhor forma de se medir o tamanho de um político.

Viva Brizola, pelo seu tamanho em vida e pelo sentimento de ausência que ele nos passa!

E concluo, Sr. Presidente, dizendo que, se ele era tão grande e se sua ausência é tão forte, o que nos cabe fazer é lutar mais ainda, porque, se a gente não tem um Brizola hoje conosco, será preciso haver dezenas, centenas, milhares de pequenos como nós, para, juntos, tentarmos preencher o vazio que ele nos deixa.

Esta é uma tarde para lembrar Brizola, mas, sobretudo, para lembrar nossa responsabilidade, para continuarmos carregando as bandeiras que ele deixou.

Essas eram minhas palavras, Sr. Presidente, com meu carinho por ter sido brizolista e por continuar como tal hoje em dia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de ouvir as eloqüentes palavras, carinhosas, que saíram do sentimento, da alma do Senador gaúcho Paulo Paim, e do autor do requerimento, Senador Cristovam Buarque, como Senador do PMDB, lá do Estado do Amapá, vou me ater à biografia do nosso querido Brizola, do qual sou admirador.

Nascido em 22 de janeiro de 1922, em Carazinho, no Rio Grande do Sul, Brizola foi, durante cerca de 40 anos, um dos políticos mais populares e polêmicos do País. Depois de entrar na política em 1945, no PTB do ex-Presidente Getúlio Vargas, acabou eleito Deputado Federal em 1954 e Prefeito de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no ano seguinte.

Como Governador do Rio Grande do Sul, eleito em 1958, comandou, em 1961, a “Campanha da Legalidade”, garantindo a posse na Presidência do então Vice-Presidente João Goulart. O Presidente Jânio Quadros havia renunciado em agosto, quando João Goulart estava numa viagem à China. Militares tentaram impedir a posse do vice, mas acabaram recuando, graças à reação popular capitaneada por Brizola.

Como Governador do Rio Grande do Sul, Brizola teve um mandato polêmico, tendo encapado empresas multinacionais de energia elétrica e telefonia no Rio Grande do Sul.

No governo de João Goulart, teve grande influência, lutando pelas chamadas “reformas de base”. Em 1964, Brizola teve os direitos políticos cassados e foi exilado com o golpe militar. Voltou ao Brasil em 1979, com a Anistia, e retornou à política, mas perdeu o direito pela legenda do PTB para Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio. Fundou, então, com outros trabalhistas históricos, o Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

Em 1982, numa campanha surpreendente, foi eleito pela primeira vez Governador do Rio de Janeiro. Fez um governo em que foi acusado por seus opositores de não combater o crime, o que custou a eleição de seu vice, Darcy Ribeiro, para governador, em 1986.

Na eleição presidencial de 1989 – a primeira direta após a ditadura –, ficou em terceiro lugar, atrás de Fernando Collor e Lula, a quem acabou apoiando.

Em 1990, Brizola foi eleito para um segundo mandato como Governador do Rio de Janeiro, mas acabou deixando o governo desgastado e, dado o aumento da violência, com a presença do Exército nas ruas, acabou derrotado. O fenômeno se repetiu, a partir de então, em todas as eleições que disputou: Presidente, em 1994; Vice-Presidente, na chapa de Lula, em 1998; Prefeito do Rio, em 2000; e Senador, em 2002.

Pouco antes de morrer, em junho de 1984, com 82 anos, tinha admitido a possibilidade de voltar a disputar a Presidência da República em 2006.

As ações em defesa da democracia, seja no episódio da posse de Jango ou nos comícios pelas Diretas Já, em 1984, e a coerência, que o levou, ao longo de toda a sua atividade política, a defender passionalmente o Estado centralizado e nacionalista, deixaram herdeiros e inscreveram seu nome na história do Brasil.

Quem votava em Brizola não votava em uma plataforma administrativa ou em um projeto ideológico. Movido pelo indiscutível carisma do último dos caudilhos, dava, sim, um cheque em branco ao brizolismo, uma peculiar corrente política também conhecida pela alcunha exótica de Socialismo Moreno, movida à base da construção de CIEPs e bravatas contra o “imperialismo ianque”.

Vale registrar, Sr. Presidente, nobres Senadores, que, ao contrário do que pensa a voz corrente, “caudilho” não é expressão pejorativa por si mesma. Caudilho é um termo de origem espanhola que possui diversos significados, em especial na área política. Entre os vários aspectos que podem ser identificados num caudilho está o carisma e a eficácia com que esse conduz seus comandados. Um caudilho, porém, exerce seu poder de forma autoritária, é verdade, exigindo de seus seguidores fidelidade total. Mas está longe de ser um déspota. Na América Latina, caudilho também pode designar um líder político regional.

Pois bem, o importante é que Leonel de Moura Brizola, mais que tudo, foi o representante de uma época em que a política era feita com idealismo, com paixão e até com certa dose de romantismo.

Suas idéias frutificaram, quer na lisura do Senador Jefferson Péres, quer na obstinação por ensino de qualidade, pelo qual tanto briga o brilhante Senador Cristovam Buarque, admirador e discípulo de Brizola.

Vem também do primeiro mandatário do Amapá, meu querido Governador Waldez Góes, a política exercida com paixão. O Governador do meu Estado e Presidente do PDT, partido ao qual é filiado desde 1989 – aliás, único partido a que se filiou em toda sua

vida pública –, já foi duas vezes Deputado Estadual e, hoje, é o nosso atual Governador pelo PDT. Quando ele tomou conhecimento desta sessão especial, pediu para que eu fizesse um pronunciamento em homenagem ao Brizola, que foi seu líder, o seu ídolo político.

Há quatro anos, quando Brizola dava seu último suspiro de vida, Waldez, nosso Governador, disse à *Folha de S.Paulo*:

Leonel Brizola foi um gigante na vida pública brasileira. Um homem singular, cuja trajetória de vida está profundamente associada à própria trajetória da nossa história política. Era cheio de energia e disposição quando se tratava de defender as causas da nação brasileira. Assumia com orgulho sua identidade de nacionalista fervoroso, ciente de que o Brasil só poderá ter participação competitiva no mundo globalizado se assumir sua identidade e valorizar suas riquezas.

Depoimento emocionado, porém lúcido, de quem se despedia de um líder inteligente, excêntrico e inesquecível como Leonel Brizola, que gostava de dizer acerca do caráter da humanidade: “Venho e volto do campo e os bois são os mesmos: não mudam de caráter. Já os homens...”

É... Talvez a frase de Brizola faça sentido em um mundo repleto de contradições e perplexidades... A humanidade é mesmo gigante e, muitas vezes, miserável...

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Parabenizo o autor do requerimento, Senador Cristovam Buarque, por este momento solene de homenagem à memória de uma pessoa que marcou gerações que passaram e de cuja biografia o Brasil todo precisava ter conhecimento: Leonel Brizola.

Concluo, referindo-me às palavras do meu querido Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que chegou a se emocionar aqui, na tribuna do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de registrar, com muita honra, que estamos recebendo, no plenário desta Casa, o Deputado Federal Vieira da Cunha, Presidente Nacional do PDT; o Sr. Ministro interino do Trabalho e Emprego, Dr. André Figueiredo; o Deputado Federal Brizola Neto; Dr. Ezequiel Nascimento, Secretário de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho e Emprego; o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal, Antillhon Saraiva; e o Deputado Federal Paulo Pereira da Silva.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, próximo orador inscrito.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores convidados para esta sessão de homenagem ao ilustre rio-grandense Leonel de Moura Brizola.

Sr. Presidente, gostaria de me associar às homenagens a esse grande estadista, principalmente pelo fato de ele ter sido meu conterrâneo.

Leonel Brizola nasceu em 1923. Teve vida humilde e, mesmo passando por muitas dificuldades, conseguiu se educar, porque sempre teve apoio, já que, desde menino, sempre se destacou.

Em 1937, o prefeito de sua cidade, Carazinho, conseguiu-lhe uma bolsa de estudo, paga pelo Município, oportunidade em que ele foi a Porto Alegre, de trem de ferro, que já existia àquela época em Carazinho, para iniciar seus estudos no Instituto Flores da Cunha, um colégio estadual à época.

Posteriormente, Leonel de Moura Brizola foi estudar no Colégio Técnico Agrícola de Viamão, próximo a Porto Alegre, onde completou o curso de Técnico Agrícola. Em seguida, Brizola se empregou na empresa pública dos Correios e Telégrafos, época em que trabalhava e estudava. Também eu tive uma vida semelhante à dele.

Com 14 a 15 anos, Brizola foi estudar fora, distante 230 quilômetros da sua cidade natal, São Bento, um distrito. Também eu nasci em um distrito, à época, de Carazinho: distrito de Não-Me-Toque.

Eu fico muito feliz pela coincidência de épocas. Bem depois, eu também, com quinze anos, fui estudar em Porto Alegre, e completei meus estudos agrônomicos. Brizola, porém, interrompeu a Escola Técnica Agrícola e ingressou na faculdade de Engenharia Civil. E, já como estudante, candidatou-se a Deputado Estadual, elegendo-se para o seu primeiro mandato. Depois, elegeu-se Prefeito, Deputado Federal, Governador do Rio Grande do Sul, Governador do Rio de Janeiro e, depois, Senador.

Sr. Presidente, eu gostaria de destacar, da vida humilde de Brizola, o fato de que, quando ele tinha quatorze anos, ele era um conhecido engraxate da cidade de Carazinho. Meus tios o conheciam. Inclusive, tenho um tio que se vangloriava ao dizer que o Governador já havia sido o seu engraxate.

Tenho grande honra de dizer que Brizola teve no meu avô, Guilherme Augustin, o seu grande líder político, à época do PTB, em toda a região de Não-Me-Toque, Victor Graeff, hoje, a grande região agrícola do Estado do Rio Grande do Sul. Todos tínhamos

um grande respeito, uma grande admiração por esse grande político que foi Leonel Brizola.

Em 1951, Brizola foi Secretário de Estado, assumindo a Secretaria de Viação e Obras Públicas, mesmo contando com os seus vinte e poucos anos. À frente dessa Secretaria, surgiram as primeiras pavimentações asfálticas nas estradas de toda aquela região agrícola de Carazinho, Passo Fundo – “a estrada da produção”, que ele idealizou –, além das escolas, chamadas de “brizoletas”. Então, tudo isso nos traz tantas saudades!

Recordo-me também de uma passagem muito engraçada. Em 1958, ele, candidato a Deputado Federal, tínhamos passado a noite pintando o seu nome no asfalto, asfalto esse que ele havia proporcionado a toda a região, ligando cidades importantes, Carazinho e Não-Me-Toque, a outras cidades. Naquele mesmo asfalto já se fazia a continuidade de sua atuação política como Deputado Federal.

Então, esse empenho, essa adoração que os gaúchos tinham por Leonel Brizola se perpetua até hoje. Ele é lembrado constantemente, bem como os ideais que ele deixou, ao longo de uma vida política íntegra, que hoje se perpetuam no grande partido que é o PDT.

Meus parabéns, Senador Cristovam! V. Ex^a, como dileto discípulo desse grande gaúcho, que delineou a educação brasileira, V. Ex^a, agora, como seu maior discípulo, continua esse belo trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, Líder do PDT nesta Casa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, familiares do nosso inesquecível líder Brizola, eu evito muito falar em sessão de homenagem, principalmente como a que estamos vivendo neste momento, Senador João Durval, porque, muitas vezes, quando se fala numa sessão como esta, há aqueles que falam com sinceridade mesmo enquanto há outros que falam para cumprir a formalidade. Mas quem teve o privilégio de conviver com Leonel Brizola, como eu tive – nos anos finais da sua vida, é verdade! –, tem, como tiveram aqui o Senador Cristovam e o Senador Paim, dificuldades até de fazer um discurso a respeito, numa sessão de homenagem ao quarto aniversário do seu falecimento. É que a gente se lembra de uma parte, mas uma parte muito promissora em termos de idéias, de ensinamentos, que foram aqueles últimos anos.

Eu era de um partido, aqui nesta Casa, o PSDB, e um dia assinei um requerimento propondo uma CPI

da Corrupção. Esse requerimento me custou a permanência no PSDB. Eu fui convidado a deixar o PSDB, se não retirasse a assinatura daquele requerimento. Eu não retirei, evidentemente, a assinatura e saí do PSDB. Fiquei sem partido por oito meses aproximadamente. Aí, um dia, Senador Paim, o nosso grande Líder Brizola esteve aqui no Senado e pediu para ter uma conversa comigo, e fez pessoalmente o convite para que eu ingressasse no PDT e fosse candidato já na reeleição minha em 2002 a Senador novamente, mas pelo PDT, com o nº 12. Como estávamos no prazo final de filiação, marquei a data para a outra semana. E, no dia 22 de setembro de 2001, eu me filiei no PDT, com a presença do Presidente Nacional do PDT, Leonel Brizola, lá em Curitiba. Foi um dia emocionante para mim.

Nosso primeiro contato foi quando ele me convidou. O segundo, na minha filiação ao PDT. Depois desses dois contatos, muitas vezes nós conversamos. Incansável, aceitou todos os convites que lhe fiz para que fosse ao Paraná falar da sua vida e deixar exemplos não só aos pedetistas do Paraná, mas a todos os políticos e a todas as pessoas que iam aos eventos que eu promovia.

Lembro-me que, um dia, estávamos em Pato Branco, no sudoeste do Paraná, numa campanha para governador, e eu candidato ao Senado. Ele chegou e criou-se um tumulto na platéia que estava em frente ao palanque – naquele tempo a gente ainda podia fazer “showmício”. Como chegaria logo em seguida uma dupla para fazer um *show* sertanejo, achei que tinha chegado a dupla, mas era o Brizola que tinha chegado. E, quando ele chegou, foi aquele tumulto na platéia: todos aplaudindo, gritando o nome de Brizola e pedindo para que ele falasse. Eu não seria doido de fazer um discurso naquele momento. Tomei o microfone e anunciei a palavra ao Brizola. Fui muito aplaudido. Talvez a vez que eu tenha sido mais aplaudido foi quando falei, quando peguei o microfone para anunciar que o Brizola falaria naquele momento. Não precisava falar mais nada, Presidente Valadares.

Ele falou com o seu estilo próprio e fez com que a platéia ouvisse cada palavra. Parecia que a platéia estava aproveitando aquele momento. Cada palavra que o Brizola falava, aquelas pessoas que estavam em frente ao palanque estavam, Senador Cristovam, absorvendo, pegando mesmo para si. Foi muito bonito ver todo mundo olhando para uma direção só; uma multidão, 20 mil pessoas na praça, olhando para ele. Aquele dia foi inesquecível para mim.

Naquela campanha, acabei fazendo uma grande votação para Senador com o nº 12. E o nº 12 me ajudou muito, por causa da presença do Brizola. Naquele Es-

tado colonizado, boa parte, por gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros – mas ali, naquela região oeste e sudoeste do Estado, por gaúchos –, havia uma identificação com o Brizola impressionante.

Ele sempre dizia: “É porque escolhi o Paraná para regressar ao Brasil”. Voltei por Foz do Iguaçu. E foi verdade. Quando regressou do exílio, ele voltou por Foz do Iguaçu, foi até Cascavel, onde fez uma entrevista coletiva e, depois, dirigiu-se ao seu Estado. Ele dizia: “Se não fosse gaúcho, o Estado que eu escolheria para nascer seria o Paraná”. Eu tinha muito orgulho disso, porque ele tinha, no Paraná, um respeito muito grande, não só meu, mas de todos, inclusive daqueles que se consideravam de partidos adversários.

Aliás, foi isto que eu vi no dia em que, no Rio de Janeiro, nós nos despedimos de Brizola: eu vi pessoas de todas as cores partidárias. Vi pessoas de todos os Estados, de todos os segmentos econômicos. Vi pessoas de todas as crenças que foram para a sua despedida. Fui para lá e, mais uma vez, me impressionei. O poder que tinha de mobilizar quando vivo estava ali também presente já prestes a ser sepultado na sua cidade natal – seria transferido para lá. Uma multidão estava no Rio de Janeiro para essa despedida, e todos muito emocionados, com franqueza e sinceridade. Lá ninguém estava para fazer média política.

Um dia, a última vez que ele foi ao Paraná, ele estava em Montevideu, e eu precisa que ele fosse a um evento em Londrina. E ele saiu de Montevideu, de manhã, passou pelo Rio de Janeiro, chegou no Paraná um pouquinho atrasado e começou o seu pronunciamento ao meio-dia. E já avisou logo: “Quem não almoçou vai almoçar mais tarde hoje”. Porque tinha começado o pronunciamento. E todos sabemos que ele gostava de falar. E a gente gostava de ouvir. Ninguém se incomodou. Fomos almoçar tarde, mas foi um dia memorável, porque ali ele nos deu uma grande lição de vida e de política.

E, partir daquele dia, em Londrina, começamos a construir o PDT do Paraná em cima das idéias que ele deixou. Um homem que construiu no seu Estado, quando governou, 6.300 escolas. Com toda a certeza, tem muita gente que está por aí hoje ocupando cargo público, ocupando cargos executivos de importância que um dia estudou numa sala de aula, numa carteira escolar, que foi colocada pelo Brizola. Talvez até o Paim tenha estudado numa dessas escolas construídas pelo Brizola. Foram 6.300, e é bem provável que V. Ex^a tenha sido um dos privilegiados.

Raro alguém sair do seu Estado e ir para outro e se tornar Governador do outro duas vezes, e lá construir 500 escolas em tempo integral. Hoje o conceito de escola em tempo integral é outro, mas continuamos com a

bandeira do PDT. E digo sempre, a maior homenagem que podemos prestar ao Brizola não é ficar contando a história dele não, porque a sua história quase todo mundo conhece. Mas é colocar em prática os seus ideais, as suas idéias. E digo, com toda a franqueza: fui candidato a Governador do Paraná, em 2006, em um eleitorado de 7 milhões de votos, uma diferença de 5 mil votos nos separou da vitória. Mas não tem problema. O sonho da escola integral não morreu naquela campanha, não. Nós temos essa obrigação.

Essa homenagem, que será permanente a Brizola, nós temos de prestar-lhe, cada um de nós que vamos exercer um cargo executivo, seja do PDT ou de outro partido que tenha admiração por Brizola. Vamos lutar para que o sonho de Brizola se torne realidade em todos os Municípios brasileiros: a escola em tempo integral, o caminho mais curto para levar à cidadania.

Senador Cristovam Buarque, a Unicef tem um cálculo muito objetivo: a criança que tem a oportunidade de estudar em uma escola em tempo integral, quando adulta, tem uma renda quase duas vezes superior à daquela criança que não teve a mesma oportunidade. Porque na escola em tempo integral ela aprende o que é ser cidadão, aprende direitos e deveres, ela se alimenta adequadamente e se prepara para os desafios da vida.

No meu entendimento, não existe obra mais importante do que a educação e, principalmente, quando é educação em tempo integral. Portanto, essa é uma homenagem, sim, bonita que temos de prestar a Brizola. Sua história é muito bonita, mas o que ele deixou pode ser perpetuado ao ser transformado em fato concreto, em realidade.

Eu conversava com o Michel, Secretário da Liderança do PDT, atualmente meu secretário, porque sou o atual Líder do PDT, uma pessoa admirável, que conviveu com o Brizola nos anos de exílio, e ele sempre me conta algumas histórias. Agora mesmo, ele me contava uma que eu não sabia. Quando o Gilberto tocou no assunto, Michel disse: “Hoje, encontramos grandes produtores no Mato Grosso que foram assentados da reforma agrária promovida por Brizola no Rio Grande do Sul”. Poucos sabem disso, mas ele promoveu, pelo Estado – coisa rara –, uma reforma agrária. E, ao assentar aqueles colonos, estava prevendo que um dia eles seriam produtores de alimentos, gerando renda e empregos. Muitos continuaram, evidentemente, pequenos produtores, mas muitos se transformaram em empresários do meio rural, e hoje ajudam no crescimento do País, em outros Estados, promovendo o desenvolvimento, graças à oportunidade que Brizola deu. Ele pensou na educação para formar as pessoas, mas

pensou também na justiça social, quando promoveu essa distribuição de terras.

E a obra maior de Brizola, Paulinho, foi implantar em nosso País uma linha política, uma ideologia política que talvez seja única, que é exatamente o trabalhismo. Veio de Getúlio Vargas e teria morrido com Getúlio Vargas, não fosse Brizola. O trabalhismo – e podem os outros partidos pensar que estou até exagerando – é a única linha definida de ideologia política que há no País; o trabalhismo de Brizola.

Existe a socialdemocracia e tantas outras linhas, mas aquela que é concreta, que foi para a prática, que fez parte da vida de um personagem político, que vai ficar para o resto da história deste País, que nunca mais será apagada da história deste País, é o trabalhismo.

Portanto, hoje, tenho muito orgulho de pertencer ao Partido criado por Brizola. Um orgulho muito grande. Mas tenho mais orgulho ainda de ter podido conviver com Brizola por alguns anos e ter aprendido com ele muitos conceitos, muitas idéias, com sua paciência para ouvir, e exigindo paciência dos outros em ouvi-lo também, porque ele gostava de falar. Ele foi simplesmente um ídolo para muitos e um ídolo para mim, porque representou, sem dúvida alguma, ao longo de sua existência, uma coerência. Podem gostar ou não do estilo dele, podem até falar que não gostam do estilo dele, mas não há uma pessoa neste País que possa dizer que Leonel Brizola não foi coerente, porque ele foi coerente. Não podem dizer que não foi decente, porque foi decente a vida toda; ético, porque foi ético a vida toda; honesto, porque foi honesto a vida toda. É um político que merece ser homenageado todos os dias. Devemos tê-lo como...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Devemos tê-lo como modelo. E o ensinamento vem sempre daqueles que nos antecederam. Alguém já me dizia que temos de ter um modelo para tentar superar, e não copiar.

No caso de Leonel Brizola, basta copiar, ou tentar copiar, porque tentar superar é muito difícil, já que ele foi, no meu entendimento, o político mais completo no que se refere à construção de uma ideologia no País, à luta pela soberania, pelos interesses individuais, para que o País tivesse uma classe política respeitada. Sei que morreu frustrado com muitos acontecimentos, mas tenho certeza de que morreu feliz por ter construído um nome que jamais será apagado da história deste País.

O Senador Francisco Dornelles, que está em viagem oficial ao exterior representando o Senado, pediu-me que eu dissesse, desta tribuna, que as homenagens que presto também são as de S. Ex^a, que

tinha por Brizola uma grande admiração e um grande respeito. Respeito e admiração que é de todos nós e, tenho certeza, de toda a sociedade brasileira, que tem muita gratidão por esse homem, que nos ensinou muito, mas que continua, Senador Antonio Carlos Valadares, muito forte na nossa consciência para nos impulsionar a realizar seus ideais, suas idéias. A escola em tempo integral é, sem dúvida alguma, a maior homenagem que cada prefeito, cada governador, pode prestar-lhe.

Sr. Presidente, deixo aqui minhas palavras, em nome da Liderança do PDT e dos Senadores do PDT que não falarão, com a certeza de que nosso Partido perdeu, sim, seu líder, mas o Brasil perdeu um dos seus principais políticos. E, graças a Deus, a história não apagará esse nome jamais, pois ele é muito importante também para as gerações futuras.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Registro a presença, nesta sessão, prestigiando as homenagens ora tributadas ao ex-Governador Brizola, do Deputado Federal Mário Heringer, do Sr. Cláudio Pereira de Souza Neto e do Sr. Nélio Machado, Conselheiros Federais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), representando a Seccional do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia, do PDT do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje para me associar ao Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento que deu origem a esta sessão especial; ao nobre Líder do meu Partido, Senador Osmar Dias; aos companheiros da bancada pedetista no Senado e a todos os ilustres Pares desta Casa, nas homenagens à memória do ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e ex-Presidente Nacional do nosso Partido Democrático Trabalhista (PDT), o estadista Leonel de Moura Brizola.

Durante as seis décadas em que iluminou o cenário político brasileiro, Brizola fez do seu discurso e das suas ações uma lição profunda e duradoura de amor ao Brasil e ao nosso povo. Do início ao fim de sua trajetória pública, destacou-se pela intransigente defesa das liberdades democráticas, do desenvolvimento econômico e da emancipação social dos brasileiros. Sua identificação sincera e comovente com a luta cotidiana das pessoas do povo começou pela origem humilde desse líder de massas.

Com sacrifício, concluiu seu curso primário e secundário e, após diplomar-se como técnico rural pelo antigo Instituto Agrícola de Viamão, próximo de Porto Alegre, em 1939, sempre trabalhando para sobreviver,

para ajudar a família e para custear seus estudos, foi admitido, em 1945, à Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, cujo curso completaria em 1949. Ainda universitário e já simpatizante do Presidente Getúlio Vargas, Brizola ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em agosto de 1945. Ao lado de líderes sindicais, formou o primeiro núcleo gaúcho do Partido.

Elegeram-se Deputado Estadual em janeiro de 1947 e assumiu seu primeiro mandato com uma profissão de fé que jamais abandonaria, declarando-se representante das camadas mais pobres da população. Reafirmou esse compromisso na sua recondução à Assembléia Legislativa gaúcha no pleito de 1950; na primeira eleição à Câmara dos Deputados, a de 1954; e também na eleição à Prefeitura de Porto Alegre, um ano depois. No Governo da Capital, mostrou-se sensível às reivindicações dos trabalhadores nos setores de saneamento básico, de educação (com a inauguração de inúmeras escolas primárias na área urbana e, sobretudo, nas vilas populares) e de transporte coletivo.

Sua proposta de reforma tributária e seu ambicioso Plano de Obras foram respaldados, entusiasticamente, por cinco federações e por dezesseis sindicatos no famoso Manifesto dos Trabalhadores ao Povo.

Chegou ao Palácio Piratini, sede do Governo gaúcho, na eleição de 1958, a bordo de esmagadora vitória, tendo obtido mais de 55% dos votos. Sua administração teve como prioridade absoluta o desenvolvimento econômico e a industrialização do Rio Grande do Sul, procurando, por meio do planejamento e da racionalização administrativa, fazer convergirem os esforços do Governo e da iniciativa privada, com atenção especial às pequenas e médias empresas.

Para financiar o processo de desenvolvimento, o Governo Brizola criou a Caixa Econômica Estadual, transferiu para o controle acionário do Estado o Banco do Rio Grande do Sul e apoiou decisivamente a constituição do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (Brde), integrado pelos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Na educação, ampliou à escala estadual suas experiências vitoriosas quando à frente da Prefeitura de Porto Alegre e conduziu diversas proposições. Assim, dotou o Rio Grande de 6.302 novos estabelecimentos de ensino, entre escolas primárias, técnicas, ginásiais e normais, em um total de 688.209 novas matrículas, com a admissão de 42.153 professores.

No período em que Brizola governava o Rio Grande do Sul, a frágil democracia brasileira passou por dolorosa prova: com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, os três Ministros militares vetaram a posse do Vice-Presidente João Goulart, líder traba-

lhista de expressão nacional, e seu cunhado. Corajoso e desprendido, Brizola abriu mão de toda e qualquer conveniência política e mesmo da própria segurança física, assumindo o comando da famosa Rede da Legalidade, formada por mais de 100 emissoras de rádio gaúchas, catarinenses e paranaenses, para mobilizar o povo brasileiro em favor da posse de Jango, que afinal se daria em 7 de setembro de 1961, sob a égide da emenda constitucional que instauraria breve e tumultuado regime parlamentarista, solução encontrada pelos líderes políticos do Congresso Nacional para evitar a ruptura da ordem jurídica e um desfecho sangrento para aquele impasse.

Sua fama logo ultrapassaria o Brasil meridional, e, na eleição do ano seguinte, ungido pela consagrada votação do povo carioca, tornou-se Deputado Federal pelo Estado da Guanabara. Naquela tumultuada quadra da vida brasileira, integrou com destaque a Frente Parlamentar Nacionalista e defendeu, com sua já conhecida eloquência, as chamadas reformas de base, conjunto de mudanças nos sistemas tributário, bancário, eleitoral, administrativo e agrário, patrocinadas pelo Presidente Goulart, pelo PTB e pelas demais forças progressistas e populares, com a finalidade de modernizar e humanizar o capitalismo brasileiro, possibilitando ao povo trabalhador, na cidade e no campo, uma justa participação nos frutos do progresso e da riqueza que esse mesmo povo produzia com suor e com sacrifício.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Jefferson Praia, permita-me um aparte rápido?

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Com muito prazer, Senador Osmar Dias, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Jefferson Praia, V. Ex^a, como todos nós, está fazendo uma homenagem justa e merecida ao nosso líder Leonel Brizola. Gostaria, neste ponto do pronunciamento de V. Ex^a, de mostrar um pensamento meu que considero importante. Quando Leonel Brizola fez a Rede da Legalidade em 1961 e evitou que, na época, já ocorresse o movimento militar e a queda do poder civil, ele o fez não por que tinha espírito revolucionário, mas por que tinha o espírito da legalidade. Ele era uma legalista e, como legalista, colocou em prática muitos movimentos contra os governos militares que se sucederam. Mas o fez como legalista, não como revolucionário. Quem conheceu de perto Leonel Brizola sabe que ele estava muito longe de ser um revolucionário. Ele era legalista e queria que o País vivesse num regime democrático. A sua luta pela democracia, com toda certeza, obteve êxito.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Sr. Presidente, a radicalização político-ideológica do período culminou no Golpe de 1964, obrigando Brizola, ao lado de Jango e de muitos outros companheiros democratas, a tomar o caminho de longo e doloroso exílio. Sua volta ao País, 15 anos depois, em 1979, com a decretação da anistia, marcou uma nova e fecunda etapa de sua vida pública.

A manipulação casuística das regras da legislação eleitoral pelos altos escalões do regime militar privou Brizola e seus companheiros da legenda do PTB. Mas, já acostumado a transformar derrotas em vitórias, não desanimou. Seguiu em frente. Fundou, em 1980, o nosso PDT e, dois anos depois, conquistou, pelo voto, o Governo e o coração do povo do Estado do Rio de Janeiro, não sem antes, em plena eleição, denunciar e derrotar a fraude da Proconsult, armadilha eletrônica destinada a falsear as apurações e roubar-lhe o mandato que os fluminenses lhe estavam outorgando.

No pleito de 1990, retornaria ao Palácio Guanabara, mais uma vez, graças ao voto popular.

Sr. Presidente, muito mais teria eu, neste momento, a acrescentar sobre a vida do nosso saudoso Brizola. Fico feliz por fazer parte do PDT, de Brizola, do Senador Jefferson Péres, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Osmar Dias, do nosso Ministro Carlos Lupi, do Deputado Vieira da Cunha, do nosso companheiro Manoel Dias e de todos os companheiros pedetistas do Brasil, principalmente dos pedetistas do Estado do Amazonas.

Muito obrigado. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JEFFERSON PRAIA.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje para me associar ao Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento que deu origem a esta Sessão Especial, ao nobre Líder do meu partido, Senador Osmar Dias, aos companheiros da Bancada pedetista no Senado e a todos os ilustres Pares desta Casa nas homenagens à memória do ex-Governador do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e ex-Presidente Nacional do nosso Partido Democrático trabalhista, o estadista Leonel de Moura Brizola, desaparecido há quase quatro anos, no dia 21 de junho de 2004.

Durante as seis décadas em que iluminou o cenário político brasileiro, Brizola fez do seu discurso e das suas ações uma lição profunda e duradoura de amor ao Brasil e ao nosso povo.

Do início ao fim de sua trajetória pública, ele se destacou pela intransigente defesa das liberdades democráticas, do desenvolvimento econômico e da emancipação social dos brasileiros.

Sua identificação sincera e comovente com a luta cotidiana das pessoas do povo começou pela origem humilde desse líder de massas. Nascido a 22 de janeiro de 1922 no povoado gaúcho de Cruzinha, então pertencente ao Município de Passo Fundo, e que mais tarde passaria à jurisdição de Carazinho, mal completara um ano quando perdeu o pai, na Revolução Federalista de 1923.

Com sacrifício, concluiu seus cursos primário e secundário e, após diplomar-se como técnico rural, pelo antigo instituto agrícola de Viamão, próximo de Porto Alegre, em 1939, sempre trabalhando para sobreviver, ajudar a família e custear seus estudos, foi admitido, em 1945, à Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, cujo curso completaria de 1949.

Ainda universitário e já simpatizante do Presidente Getúlio Vargas, Brizola ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em agosto de 1945, ao lado de líderes sindicais, formou o primeiro núcleo gaúcho do partido.

Elegeu-se Deputado estadual em janeiro de 1947 e assumiu seu primeiro mandato com uma profissão de fé, que jamais abandonaria, declarando-se representante das camadas mais pobres da população. Reafirmou esse compromisso na sua recondução à Assembléia Legislativa gaúcha no pleito de 1950; na primeira eleição à Câmara dos Deputados, na eleição de 1954; e na eleição à Prefeitura de Porto Alegre um ano depois. No Governo da Capital, mostrou-se sensível às reivindicações dos trabalhadores nos setores de saneamento básico, educação (com a inauguração de numerosas escolas primárias na área urbana e sobretudo nas vilas populares) e transporte coletivo.

Sua proposta de reforma tributária e o seu ambicioso plano de obras foram respaldados entusiasticamente por cinco federações e 16 sindicatos em famoso “manifesto dos trabalhadores ao povo”.

Chegou ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, na eleição de 1958, a bordo de esmagadora vitória, tendo obtido mais de 55% dos votos. Sua administração teve como prioridade absoluta o desenvolvimento econômico e a industrialização do Rio Grande do Sul, procurando por meio do planejamento e da racionalização administrativa, fazer convergirem os esforços do Governo e da iniciativa privada, com atenção especial as pequenas e médias empresas.

Para financiar o processo de desenvolvimento, o Governo Brizola criou a Caixa Econômica estadual, transferiu para o controle acionário do Estado o Banco

do Rio Grande do Sul (Barrisul) e apoiou decisivamente a constituição do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), integrado pelos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Na educação, ampliou à escala estadual suas experiências vitoriosas quando à frente da Prefeitura de Porto Alegre. Assim, dotou o Rio Grande de 6.302 novos estabelecimentos de ensino, entre escolas primárias, técnicas, ginasiais e normais, em um total de 688.209 novas matrículas e com a admissão de 42.153 professores.

No período em que Brizola governava o Rio Grande do Sul, a frágil democracia brasileira passou por uma dolorosa prova: com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, os três ministros militares vetaram a posse do vice-Presidente João Goulart, líder trabalhista de expressão nacional e seu cunhado.

Corajoso e desprendido, Brizola abriu mão de toda e qualquer conveniência política e mesmo da própria segurança física, assumindo o comando da famosa “rede da legalidade”, formada por mais de 100 emissoras de rádio gaúchas, catarinenenses e paranaenses para mobilizar o povo brasileiro em favor da posse de Jango, que, afinal, se daria em 07 de setembro de 1961, sob a égide da emenda constitucional que instauraria breve e tumultuado regime parlamentarista, solução encontrada pelos líderes políticos do Congresso Nacional para evitar a ruptura da ordem jurídica e um desfecho sangrento para aquele impasse.

Sua fama logo ultrapassaria o Brasil meridional, e, na eleição do ano seguinte, ungido por consagrada votação do povo carioca tornou-se deputado federal pelo Estado da Guanabara. Naquela tumultuada quadra da vida brasileira, integrou com destaque a frente parlamentar nacionalista e defendeu com sua já conhecida eloquência as chamadas reformas de base, conjunto de mudanças nos sistemas tributário, bancário, eleitoral, administrativo e agrário patrocinadas pelo Presidente Goulart, pelo PTB e pelas demais forças progressistas e populares com a finalidade de modernizar e humanizar o capitalismo brasileiro, possibilitando ao povo trabalhador, na cidade e no campo, uma justa participação nos frutos do progresso e da riqueza que esse mesmo povo produzia, com suor e sacrifício.

Sr. Presidente, a radicalização político-ideológica do período culminou no golpe de 1964, obrigando Brizola, ao lado de Jango e de tantos outros companheiros democratas, a tomar o caminho de longo e doloroso exílio.

Sua volta ao País quinze anos depois, em 1979, com a decretação da anistia, marcou uma nova e fecunda etapa de sua vida pública. A manipulação casuística das regras da legislação eleitoral pelos altos escalões

do regime militar privou Brizola e seus companheiros da legenda do PTB.

Mas, já acostumado a transformar derrotas em vitórias, não desanimou. Seguiu em frente. Fundou, em 1980, o nosso PDT e dois anos depois conquistou, pelo voto, o Governo e o coração do povo do Estado do Rio de Janeiro, não sem antes, em plena eleição, denunciar e derrotar a fraude da Proconsult, armadilha eletrônica destinada a falsear as apurações e roubar-lhe o mandato que os fluminenses lhe estavam outorgando.

No pleito de 1990, retornaria ao Palácio Guanabara, mais uma vez graças ao voto popular.

Nesses dois mandatos como Governador do Rio, suas inúmeras realizações reafirmaram-lhe a reputação de administrador incansável, inovador, austero, honrado e, acima de tudo, sintonizado com as carências do povo mais humilde e desprotegido, em especial as crianças e os jovens pobres e excluídos.

Nesse sentido, os maiores destaques couberam, mais uma vez e sempre, à educação. O Programa Especial de Educação Pública, introduzido em 1984, foi responsável pela construção dos famosos Cieps (Centros Integrados de Educação Pública), popularmente conhecidos como brizolões, escolas em horário integral para mil alunos, com assistência médico-odontológica, treinamento esportivo e facilidades recreativas. ao concluir seu primeiro mandato como Governador do Rio, Brizola deixou 446 dessas estruturas completas de pré-moldados prontas e pagas.

Data, também, desse período, a construção de 30 Casas da Criança na Capital e outras 11 no interior, destinadas ao atendimento escolar de meninos e meninas de três a seis anos, nas regiões mais populosas e carentes, num total de 3.500 crianças atendidas. De outra parte, o programa “Mãos à Obra nas Escolas”, introduzido em 1983, recuperou 3.075 unidades, com apoio comunitário e empresarial, em uma parceria bem-sucedida entre a comunidade, que conseguia o material, e a Empresa de Obras Públicas (EMOP), que fornecia a mão-de-obra.

A construção dos ‘brizolões’ deu emprego direto a 5 mil operários. O programa “Cada Família, um Lote” legalizou 41 mil terrenos e unidades habitacionais, com a entrega de 13 mil títulos de propriedade em favelas, conjuntos habitacionais e antigos loteamentos clandestinos em todo o Rio de Janeiro.

No segundo Governo Brizola à frente do Estado do Rio (1991 a 1994), seu empenho no desmantelamento de meia centena de grupos de extermínio, com prisão de policiais corruptos e indiciamento dos envolvidos nas chacinas da candelária e de vigário geral, valeu-

lhe elogios da *America's Watch* e de outros organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

Novamente na área da educação, foram construídos mais de 506 Cieps e criada a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em Campos de Goytacazes, para ensino e pesquisa de tecnologia para petróleo e gás, agropecuária e biotecnologia. No front ambiental, foi implantado o Parque Florestal da Pedra Branca (com 120 quilômetros quadrados) e promovido o plantio de 1,5 milhão de mudas de espécies da mata atlântica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o carisma brizolista foi nacionalmente testado na eleição presidencial de 1989, com resultado surpreendente. Apesar de haver perdido por apenas 0,5% do total de votos, o direito de ir para o segundo turno (obteve 11.168.228 sufrágios, contra 11.622.673 do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, e 20.607.936 de Fernando Collor), Brizola comprovou sua capacidade de transferência de votos em benefício do postulante petista. No segundo turno, em seus dois mais fortes redutos eleitorais (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), seu explícito apoio a Lula garantiu a este, respectivamente, 3,3 milhões de votos gaúchos (contra 1,5 milhão dados a Collor) e 5,2 milhões de votos fluminenses (contra 1,9 milhão para o adversário). Esses números reprisavam a votação de Brizola no primeiro turno, comprovando a transferência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a contribuição significativa e indelével de Brizola à construção do Brasil democrático moderno deve servir como inspiração para todos nós, brasileiros desta e das próximas gerações, comprometidos com a causa da soberania nacional, com a bandeira do fortalecimento econômico e com a realização do ideal da inclusão social e do desenvolvimento para todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador, Senador José Nery, do PSOL do Pará.

Senador José Nery, tendo em vista a proximidade da Ordem do Dia – e haverá a sessão normal, quando vários oradores estarão inscritos após a homenagem ao ex-Governador Brizola –, vou conceder a V. Ex^a e aos demais oradores cinco minutos, com dois minutos de tolerância.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados Federais; dirigentes do Partido Democrático Trabalhista (PDT); familiares e amigos do ex-Governador Leonel Brizola, saúdo a

bancada do PDT, o Senador Jefferson Praia, o Senador Osmar Dias e o Senador João Durval, e, em especial, saúdo a brilhante iniciativa do Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento para a realização desta sessão especial destinada a homenagear o ex-Presidente, o ex-Governador, o líder trabalhista Leonel de Moura Brizola.

Com muito orgulho, falo da vida e da obra de Leonel Brizola. Poucos políticos deste País merecem ser reverenciados e lembrados como Brizola. Desde sua juventude, no Rio Grande do Sul, quando abraçou a luta política, o Brasil perdeu um engenheiro talentoso e promissor e ganhou um dos maiores políticos que a Nação conheceu.

Como todo líder, Brizola acumulou uma legião de seguidores e também de alguns críticos que não toleravam sua independência e seu modo de operar a política.

Foi Deputado Federal, apoiou as reformas de base do Governo João Goulart, principalmente a reforma agrária. Foi Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Foi candidato à Presidência da República. Este foi o sonho que acalentou em toda a sua trajetória política: governar o Brasil e realizar as transformações que nosso País sempre desejou e pelas quais sempre lutou, para que se consolidassem em algum momento da nossa história.

Enfim, a história do Brasil o registra e o reconhece como exemplo e símbolo de político honesto, que sempre defendeu suas idéias com radicalismo e paixão.

Da direita, ouvimos dizer que Brizola encarnava o caudilhismo, que era seguidor das idéias de Getúlio Vargas, com uma tintura esquerdista, e que se propunha a incendiar nosso País e a implantar o comunismo.

Foi perseguido logo após o golpe militar de 1964, tendo se exilado no Uruguai e depois na Europa, fugindo da perseguição que lhe moviam os militares e os setores civis conservadores que apoiavam o golpe. Com a anistia política, em 1979, Brizola retorna e, em 1982, elege-se Governador do Rio de Janeiro, derrotando os setores conservadores e derrotando ainda as maracutaías do caso Proconsult, em que tentaram modificar o resultado eleitoral na apuração, na contagem dos votos, beneficiando os candidatos conservadores. Foi graças à contundência e à combatividade de Brizola que o resultado das urnas foi garantido.

É importante lembrar que, na história política de Brizola, houve, na verdade, um profundo golpe do ponto de vista da luta partidária, quando lhe arrancaram a legenda que havia ajudado a construir, o PTB, numa manobra urdida nos gabinetes da ditadura que impediu que ele consolidasse sua liderança no PTB. Brizola não se intimidou. Reagiu, foi à luta e construiu

o Partido Democrático Trabalhista, que tem sua presença marcada na recente história do nosso País, com participação importante no Executivo e com destacada atuação no Poder Legislativo, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras municipais. Portanto, é um Partido enraizado nacionalmente.

Eu queria assinalar que o que mais impressionava no líder Leonel Brizola era o vigor com que defendia suas idéias e com que manifestava suas convicções. O ideário de Brizola foi muito marcado pela defesa dos interesses dos trabalhadores e das reformas de base, às quais há pouco se referiu aqui o Senador Jefferson Praia. Tais reformas hoje são ainda muito atuais: a luta pela reforma agrária e o combate à impunidade no campo; a luta por educação integral, que garanta a todos os brasileiros o direito ao conhecimento; a luta em defesa dos direitos trabalhistas, em defesa do combate à impunidade, em defesa das reformas eleitoral e tributária. Todas as bandeiras levantadas naquele período continuam muito atuais.

Ao lembrar essas reformas, creio que a melhor maneira de homenagear Leonel Brizola é, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, marcar decididamente nosso posicionamento e nossos votos em todas as matérias que digam respeito aos temas que fizeram parte daquela verdadeira legenda de pauta e daquele programa de mudanças que Brizola tanto apoiou e que por elas tanto combateu.

Portanto, no momento em que há ameaça a direitos trabalhistas, em que há desregulamentação de várias atividades que têm o Estado como indutor, em que há privatizações criminosas, creio que é importante que essas idéias, que permanecem para mim bastante atuais, possam significar nosso compromisso de continuar lutando por um Brasil mais justo e igualitário, onde o sonho da construção de uma sociedade socialista, sonho esse acalentado por Brizola em toda a sua trajetória, continue nos movendo e nos orientando no caminho das transformações que precisamos fazer e operar em nosso País.

Com certeza, se vivo estivesse, Brizola estaria muito incomodado com os rumos da política econômica atual. Ele estaria, com certeza, classificando-a de neoliberal, de antinacional, como sempre gostava de se manifestar.

Quero cumprimentar, por fim, a família de Leonel Brizola, o Deputado Federal Brizola Neto, os amigos, os convidados e todos os companheiros de jornada. Seus ideais sobrevivem. O lugar de Brizola está, de forma indelével, registrado na história do nosso povo.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplenete de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Senador Augusto Botelho, em função do horário da Ordem do Dia, só poderei conceder cinco minutos a V. Ex^a, com a prorrogação de dois minutos. Sei que é muito pouco para homenagear um líder como Leonel Brizola, mas, infelizmente, é o problema da nossa Ordem do Dia.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, quero fazer uma justa homenagem, daqui da tribuna do Senado, ao homem, ao político, que ainda hoje simboliza a ética, a coragem, a confiança no povo brasileiro, a luta contra a corrupção: Leonel de Moura Brizola.

Infelizmente, há quatro anos, perdemos um pedaço da história política do Brasil; há 4 anos, perdemos um homem que sempre esteve disposto a lutar por um país mais justo.

A morte de Brizola deixou em mim o mesmo gosto amargo e a sensação de perda de alguém da família que faleceu repentinamente.

O ex-Governador e Deputado Federal foi um legítimo representante da classe política do Brasil, classe política com P maiúsculo. Com ele, aprendemos a respeitar a legalidade e a Constituição Federal; com ele, adquirimos o conhecimento de como enfrentar os poderosos na defesa do povo brasileiro.

A verdade é que a sua participação na vida política foi marcada pela mais profunda vocação, orientada por um inquestionável compromisso com as causas populares.

Este foi Leonel Brizola: um homem sensível, sensato e humilde, que continuou assim, mesmo quando, em diversas ocasiões, desferiram golpes mortais contra ele.

Ninguém pode negar o seu espírito de nacionalismo intenso, a sua preocupação com as camadas mais pobres deste País e a sua visão trabalhista da política.

Os jornais estamparam o seu pranto quando perdeu a sigla do PTB, mas ressurgiu das cinzas e fundou o Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além desse patrimônio político, Leonel Brizola era considerado um

dos principais líderes mundiais na defesa das causas populares.

Leonel Brizola foi, ao lado de Willy Brandt, Mário Soares, Felipe Gonzáles e François Mitterrand, um dos grandes nomes da Internacional Socialista. Na América Latina, ao lado de outros líderes latino-americanos, o fato repete-se: está entre os primeiros, entre os mais lembrados pelo povo do continente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, respeitando o seu tempo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho pela compreensão com relação ao tempo que está sendo disponibilizado para cada orador.

Anuncio a concessão da palavra ao Senador Marcelo Crivella.

Em seguida, temos o Senador Arthur Virgílio.

O Senador Marcelo Crivella acaba de assumir a tribuna. Eu o esperava pelo lado esquerdo, mas S. Ex^a veio pelo direito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sou um homem de centro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É um homem de centro.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella, dentro desta sessão de homenagem ao Sr. Leonel de Moura Brizola.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É com muita honra e alegria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, que faço uso da palavra nesta sessão destinada a homenagear Leonel de Moura Brizola pelo transcurso do quarto aniversário de seu falecimento.

Ele teve marcante participação na história do nosso País, dos idos da década de 50 até nossos dias, e deixa seu exemplo como fonte de estudo para a nossa geração e para as gerações futuras.

Leonel de Moura Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922 no povoado de Cruzinha. Alfabetizado por sua mãe, Onívia de Moura Brizola, começou na escola primária em 1931, em Passo Fundo. Em 1940, mudou-se para Porto Alegre e obteve emprego no serviço de parques e jardins da prefeitura. Para continuar seus estudos, matriculou-se no Colégio Júlio de Castilhos. Em 1945, começou a cursar Engenharia Civil na Universidade do Rio Grande do Sul, formando-se em 1949.

Simpatizante do Presidente Getúlio Vargas, Brizola ingressou no PTB em agosto de 1945. O PTB, que tinha a maioria na Assembléia, aprovou (com o apoio

de Brizola) a instituição do regime parlamentarista no Estado, o que foi, Sr. Presidente, derrubado no Supremo Tribunal Federal como medida inconstitucional.

Em 1952, foi nomeado Secretário de Obras do Governo Ernesto Dornelles. Dois anos depois, foi eleito Deputado Federal pelo PTB, em outubro de 1954. Tomou posse na Câmara em 1955, mas ficou pouco tempo, porque foi eleito Prefeito de Porto Alegre. Sua gestão foi marcada pela construção de escolas primárias, o que marcaria toda a sua vida, e melhoria dos transportes coletivos.

Em outubro de 1958, foi eleito governador gaúcho com mais de 55% dos votos. Em janeiro de 1959, criou a Caixa Econômica Estadual e adquiriu o controle acionário do Banco do Rio Grande do Sul. Criou a Aços Finos Piratini e a Companhia Riograndense de Telecomunicações e pressionou o Governo Federal a instalar uma refinaria no Estado. Encampou a Companhia Telefônica Rio-Grandense, uma subsidiária da International Telephone & Telegraph. No setor de educação, construiu 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios e escolas normais.

No nosso querido Estado do Rio de Janeiro, foi governador duas vezes: de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. E seus dois governos foram marcados por importantes realizações. Gostaria de destacar a construção do Sambódromo, da Linha Vermelha, da Universidade Estadual do Norte Fluminense e, principalmente, os Centros Integrados de Educação Pública, os Cieps.

Com instalações projetadas por Oscar Niemeyer, o Governador Leonel Brizola inaugurou, em 1993, a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Com sede em Campos dos Goytacazes e unidades em Macaé (Petróleo e Gás), Itaperuna (Engenharia Agrária), Santo Antonio de Pádua (Veterinária) e Itaocara (Agricultura), a UENF é uma universidade que tem por objetivo a formação de cientistas e tecnólogos e, talvez, uma grande legenda, um grande patrimônio que se acrescentou, com dimensões definitivas, ao arcabouço da nossa civilização fluminense.

De todas as realizações do Governo de Brizola no Rio, sem sombra de dúvida, aquela que mais atendeu aos anseios da população pobre foram os Centros Integrados de Educação Pública, idealizados e planejados por Darcy Ribeiro, na parte organizacional e pedagógica, e por Oscar Niemeyer, na concepção arquitetônica.

Sr. Presidente, logo no início da sua gestão, o Governador Leonel Brizola pensou em multiplicar pequenas escolas por todo o Estado, como já fizera no Rio Grande do Sul. Entretanto, logo se verificou que a ampliação do número de escolas, por si só, não re-

solveria a questão da jornada escolar muito reduzida. Então, Sr. Presidente, ele pensou em instalar Centros Culturais Comunitários para receber as crianças durante cinco horas adicionais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Também chegou a ser cogitada a construção de Escolas-Parque, semelhantes às que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro implantaram em Brasília, mas a prática recomendou a superação dessas proposições iniciais para a definitiva concepção dos Cieps. O Ciep, mais tarde, passou a ser chamado carinhosamente pela nossa população de “Brizolão”.

Por isso tudo, Sr. Presidente, cumprimento o Senador Cristovam Buarque, do PDT, por essa iniciativa tão auspiciosa de homenagear esse grande líder nesta sessão.

Sr. Presidente, queria terminar apenas fazendo a narrativa do dia de sua morte, um elogio fúnebre daquele derradeiro momento, quando houve, no Rio de Janeiro, em cada coração uma dor, em cada alma uma lágrima, em cada lar um voto de pesar e tristeza. É que Leonel de Moura Brizola, Sr. Presidente, não veio ao mundo para plantar o ódio, veio para semear o amor. E, por isso mesmo, naquele dia, naquela tarde, uma imensa multidão se agitava no coração da nossa capital e se colocava por extenso ao longo das ruas e avenidas adjacentes ao Palácio Guanabara para prestar a última e derradeira homenagem ao grande líder, ao Deputado, ao Prefeito, ao Governador, ao servidor do povo, ao amigo de todos, que horas antes a morte nos arrebatara tragicamente. Foi o seu último encontro com o povo generoso do Rio de Janeiro, que o recebeu, ouviu e elegeu na volta do amargo e injusto exílio. E esse encontro, Sr. Presidente, eu presenciei, foi monumental, foi o ato mais solene e majestoso de revogação de todas as injúrias e calúnias que na vida pública lhe arrogaram os ódios e paixões.

Sua vida exemplar, tecida no trabalho, no estudo, na bondade, na lealdade irreparável e nos princípios democráticos que pautavam sua conduta, honra e dignifica a memória política do nosso País e é patrimônio de dimensões monumentais para a nossa história.

Cada amigo, cada correligionário, até mesmo os adversários, do mais simples homem do povo até o Presidente da República, que ali também compareceu, todos traziam no coração e no olhar a expressão mais sincera de admiração, respeito e gratidão por todas as lutas e campanhas políticas históricas daquele grande brasileiro.

Outro como ele, Sr. Presidente, tardará muito a nascer! Mas seu exemplo de vida, sua dignidade e fidelidade inquebrantáveis aos mais altos valores e amor à Pátria são como um facho de luz nos momentos mais tormentosos e graves da vida nacional a iluminar e mostrar o caminho certo e seguro para os destinos da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para que V. Ex^a possa me inscrever para uma breve comunicação no tempo oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores familiares do Governador Leonel Brizola, de maneira bastante breve, como o Sr. Presidente sugere e requer, recordo que sou filho de alguém que foi líder do PTB na Câmara dos Deputados e líder do PTB e do Governo Goulart no Senado, as duas funções em acumulação, e que tinha uma relação de amizade bastante significativa com o Governador Leonel Brizola. Por uma dessas armadilhas do destino, meu pai terminou sendo o primeiro líder de enfrentamento ao regime autoritário. Se ele era o líder do Governo, se o Governo cai e se ele tem a vergonha na face de não aderir, é óbvio que, num primeiro momento, coube a ele, naqueles momentos tormentosos de 31 de março, de 1º de abril, de 2 de abril, por aí afora, a incumbência de liderar o que pudesse haver de forças de oposição à ditadura que se implantava. Então, meu pai e alguém que não tinha partido, que nem era próximo da chamada esquerda, nem era próximo de Brizola nem de Jango, Josaphat Marinho, foram os dois únicos Senadores que votaram contra Castelo Branco naquela primeira eleição indireta do ciclo dos generais-presidentes.

Mas eu dizia, ainda há pouco, ao meu colega de bancada, prezado amigo e Senador Jefferson Praia que Brizola tinha uma característica profundamente dele, uma característica que derivava do seu tamanho político, meu prezado Nélio. Foi derrotado para Prefeito do Rio de Janeiro, para Senador pelo Rio de Janeiro, para Presidente da República, com votação não condizente com sua estatura política. Mas Brizola – que, se não fosse Brizola, estaria, digamos assim,

claramente liquidado para o exercício da vida pública –, se chegasse aqui depois dessas três derrotas, dessas quatro derrotas, de quantas fossem, simplesmente se tornaria a pessoa mais importante de todos nós. Essa era uma derivação do seu tamanho político.

Ainda tive a felicidade de visitá-lo, já como Líder do PSDB no Senado, meu prezado Senador Paulo Paim – e quero render minhas homenagens ao PDT na figura de seu Líder, Senador Osmar Dias –, ainda tive a honra e a alegria de visitá-lo pela última vez em sua casa na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro. Ele estava perto do fim. Fui junto com o então presidente do meu partido que havia perdido a eleição para Presidente da República, o Governador José Serra. Fomos lá, e percebi um Brizola com estatura menor do que aquela que eu havia conhecido na minha infância: era o reflexo da doença que o acometia. Havia apenas um auxiliar na sua casa, e ele atendia os telefones sem recorrer a ninguém, levantava-se agilmente para cumprir com suas obrigações, com seus compromissos. No final, levou-nos até a porta, Presidente Garibaldi. Vimos, então, algo incrível. Poderia ser pelo Serra, que havia disputado uma eleição de Presidente da República – um pouco pode ter sido pelo Serra –, mas foi mesmo pelo Brizola: assim que ele colocou o rosto fora do prédio e na calçada da Avenida Atlântica, juntou uma verdadeira multidão. As pessoas não estavam vendo ali alguém em quem votar ou em quem não votar; estavam vendo ali o homem da história, aquele que estava passando para a dimensão histórica e saindo da dimensão da disputa eleitoral – isso não era mais fundamental para ele.

Ouvi aqui diversos pronunciamentos, alguns com dados biográficos consistentes, outros com passagens da sua vida pública. Eu poderia me referir ao episódio que mais me marcou e que mostrou sua coragem pessoal, sua coragem pública, que foi o episódio da Cadeia da Legalidade.

Se alguém me disser que Brizola não errou, eu diria que errou, que errou muitas vezes. Por mim, ele não teria de ter ficado contra o estado de sítio. Errou ele a meu ver, errou Arraes, errou todo mundo que, naquele momento, desarmou o Presidente Goulart da última chance que João Goulart tinha de enfrentar o Governador Lacerda, o Governador Ademar de Barros e o Governador Magalhães Pinto. Sem o estado de sítio, virou presa fácil para os que queriam implantar o golpe. Mas errar e acertar fazem parte da vida.

Seu grande acerto, para mim, foi a Cadeia da Legalidade, foi a luta pela posse do Presidente Goulart. E, entre seus erros e seus acertos, eu, que tinha discordâncias profundas no campo econômico em rela-

ção ao Governador Brizola, sem arredar um milímetro da admiração por ele – era aquela sensação de que eu estava sempre diante de um herói –, sou levado a reafirmar, ano após ano, minha crença de que Brizola é mesmo um personagem da história, Sr. Presidente, um grande personagem da história deste País!

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio, e concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a vida de Leonel Brizola, como ressoam dos discursos que aqui foram pronunciados, foi marcada pela tradição histórica mais legítima do povo do Rio Grande do Sul, uma carreira identificada com a bravura, com a coragem, com a coerência e o espírito de visão próprios de um grande estadista. Ele, muito embora à primeira vista, possa ser interpretado, na sua atuação, como um político populista, na realidade, quando assumiu a responsabilidade de dirigir a grande terra gaúcha – o Rio Grande do Sul – e o Rio de Janeiro, teve propostas que colocou em execução e que consubstanciam a visão de um governante comprometido com o futuro, com o desenvolvimento dos seus Estados – do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio de Janeiro – e, também, com o desenvolvimento e o progresso do Brasil. Basta que nos fixemos na sua preocupação com a educação dos mais jovens. Desde a sua passagem pela Prefeitura de Porto Alegre, como no Governo do Rio Grande do Sul, a prioridade que ele deu à educação traduz numa palavra o seu espírito devotado, de visão, não só altruísta como uma visão futurista de um político comprometido como desenvolvimento do nosso País.

A certeza de que temos é que Leonel Brizola, Senador Paulo Paim, achava – e estava certo – que o Brasil tinha de dedicar-se à educação dos seus filhos com prioridade, como fizeram tantos outros países que hoje estão na dianteira do Brasil, como Japão e Alemanha, que saíram da Segunda Guerra Mundial completamente trucidados e conseguiram reerguer-se por meio não apenas de um desenvolvimento tecnológico especializado, mas pela prioridade que seus governantes concederam à educação.

Portanto, a minha palavra, Sr. Presidente, nesses cinco minutos que V. Ex^a me concede, é de homena-

gear a um homem que teve o espírito de grandeza de um governante que se lembrou da juventude.

Como político, era um homem de palavra. Era um homem que, onde tivesse uma bandeira rejuvenescedora da política nacional, ele estava ali perto, incentivando. Eu me recordo que, mesmo em Sergipe, algumas vezes Brizola esteve nos nossos comícios, propondo mudanças de métodos, de políticas partidárias mais condizentes com a situação do mais pobre. Ele contribuiu, com a sua participação no nosso Estado, com vários movimentos pela edificação de uma política mais moderna, de acordo com a realidade da sociedade sergipana.

Por isso, faço uma homenagem a Leonel Brizola, que encarnou, na sua vida política, as grandes figuras que fizeram a história do Rio Grande do Sul, desde Júlio de Castilhos, passando por Borges, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Pasqualini e tantos outros que construíram a grandeza e o patrimônio do valoroso povo gaúcho.

As minhas homenagens, portanto, ao grande líder Leonel Brizola, que fez história e, hoje, constitui-se um patrimônio da história do nosso País. (Palmas.)

O PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares e, ao encerrar esta sessão, quero me associar a todos os oradores que falaram sobre a personalidade e sobre a memória do ex-Governador Leonel de Moura Brizola.

Quero, especialmente, agradecer ao Senador Cristovam Buarque, que teve a feliz iniciativa de requerer a realização desta sessão e dizer, conforme os oradores já assinalaram, da influência que Leonel de Moura Brizola exerceu sobre as últimas gerações de políticos brasileiros, exercendo funções como a Presidência de Honra da Internacional Socialista, a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Rio Grande do Sul e, por duas vezes, o Governo do Rio de Janeiro.

Mas Leonel Brizola não se notabilizou apenas no exercício desses cargos eletivos. Ele exerceu um importante papel de liderança na resistência nos anos de restrições aos direitos democráticos, tendo deflagrado a então Campanha da Legalidade. Sustentou com ela a resistência civil às pretensões de se impedir a posse do Vice-Presidente da República, João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, em 1961.

Ao retornar ao Brasil, no final da década de 70, como disseram aqui vários oradores, exerceu importante liderança no movimento “Diretas Já”, tendo sido por duas vezes candidato à Presidência da República pelo PDT, Partido que ele mesmo fundou.

Era um entusiasta da educação como fator de inclusão social e de fomento ao crescimento econômico. Graças a ele, implantaram-se os tão conhecidos Cieps – Centros Integrados de Educação Pública, onde os alunos se ocupavam, em tempo integral, de atividades escolares, culturais e desportivas.

Morrendo, aos 82 anos de idade, em junho de 2004, vitimado por problemas cardíacos, o Brasil perdeu, certamente, uma de suas lideranças políticas mais expressivas.

Quatro anos depois, o Senado Federal reverencia aqui a sua memória pelas palavras de vários oradores, que falaram, sobretudo, do perfil desse homem público que se destacava pela coragem. Coragem na defesa das suas idéias, coragem na defesa dos seus ideais, mesmo se aqueles ideais e aquelas idéias não tivessem, como, muitas vezes não tiveram, um consenso na nossa sociedade.

Portanto, associo-me a todos os oradores que aqui falaram e digo que o Senado não poderia faltar, nesta hora, com esta homenagem a Leonel de Moura Brizola.

Suspendo este horário da sessão dedicado à homenagem a sua memória por apenas dois minutos, quando retomaremos os nossos trabalhos com a votação da Ordem do Dia de hoje.

Está suspensa a sessão por apenas dois minutos.

(Suspensa às 16 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está reiniciada a sessão.

Concedo a palavra para uma comunicação inadiável, por apenas cinco minutos improrrogáveis, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Justiça Federal do Acre comemorou, no último dia 9 de junho, 40 anos de serviços prestados ao povo acreano, cumprindo seu ideal democrático de levar justiça e cidadania à população.

Os poucos registros existentes dão conta que a criação da Justiça no meu Estado data dos idos de 1908, quando, em Sena Madureira, foi instalado o primeiro Tribunal de Apelação. Posteriormente, em maio de 1967, tiveram início, em Rio Branco e ainda em caráter provisório, os trabalhos da Seção Judiciária Federal do Acre, cuja instalação foi oficializada no ano seguinte. Estávamos em pleno regime de exce-

ção, com o AI-5 – auge desse dramático e lamentável período – editado em 1968.

Nos duros anos em que vigorou no País o regime militar, seus trabalhos continuaram sendo pautados pelos princípios democráticos de liberdade, igualdade e justiça social. Como bem lembrou o eminente Juiz Federal Jair Araújo Facundes, “a Justiça Federal fez clara e firme opção por uma ordem jurídica legítima e que fosse, antes de tudo, comprometida com a dignidade da pessoa humana e o ideal de democracia” e “foi quem emitiu o primeiro ato estatal a reconhecer, em plena ditadura militar, que o próprio Estado brasileiro estava incorrendo em grave violação dos direitos do homem, como proclamou a sentença proferida pelo Juiz Federal Márcio Morais, no caso envolvendo a tortura e a morte do jornalista Vladimir Herzog pelos órgãos de repressão estatal”.

Ao longo de tantos anos, a Instituição protagonizou momentos que corroboram sua atuação inequívoca em prol da ética, da defesa da cidadania e pela dignidade da população acreana.

Exemplos de ações na busca do respeito às leis e do resgate da normalidade institucional não lhe faltam, como a suspensão da exigência de prova documental para comprovação da condição de seringueiro junto ao INSS; a realização, no ano de 2000, da maior audiência em processo de narcotráfico do País, quando foram ouvidas 17 testemunhas de acusação e 17 advogados representando 52 réus, resultando na condenação de 37 deles.

Em setembro de 2004, no âmbito da Justiça Federal do Acre, foi criado o Juizado Especial Federal Virtual do Acre, iniciativa que teve como principal objetivo democratizar o acesso à Justiça, além de imprimir agilidade a processos que, no mais das vezes, desenvolvem-se com extrema lentidão. A ação permitiu que processos e audiências passassem a ser feitos pelo computador, desonerando o Estado e melhorando o atendimento àqueles que procuram a Justiça.

Por tudo isso, é com muita satisfação que presto minhas saudações aos Juizes Federais Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, David Wilson de Abreu Pardo, Pedro Francisco da Silva e Jair Araújo Facundes, cujo trabalho em prol da consolidação da democracia e do Estado de direito no Acre tem sido motivo de orgulho para todos nós.

De fato, Sr. Presidente, esses quatro juizes e todos os servidores da Justiça Federal do meu Estado dão exemplo de idealismo na função pública que exercem

e constituem-se na confiança dos cidadãos daquele Estado na Justiça do nosso País.

É por essa razão que eu faço aquilo que julgo ser uma justa e sincera homenagem à Justiça Federal do meu Estado nos seus 40 anos.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Mário Couto, Líder da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, definitivamente o Estado do Pará não tem segurança pública. É o que se comprova por meio dos fatos aterrorizantes que vitimam, todos os dias, a população, que não esconde mais sua insatisfação e desespero pela situação de ingovernabilidade por que passa o meu querido Estado do Pará.

A violência é generalizada, atingindo todas as classes sociais, sem que os delinqüentes respeitem sequer as autoridades constituídas, a exemplo do seqüestro relâmpago de que foram vítimas, no último dia 5 do corrente mês, o Deputado Estadual Arnaldo Jordy e o Vereador da Câmara Municipal de Belém do Pará, Daniel Pegado.

A sociedade encontra-se ainda mais em polvorosa, ao tomar conhecimento, por meio da imprensa local, da declaração do Delegado Geral da Polícia Civil. Olhem bem, Sr^{as} e Srs. Senadores e Senador Papaléo Paes, a declaração é do Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará – não é outra pessoa –, o Sr. Justiniano Alves. Ele admitiu a existência de corrupção na polícia paraense – olhem a gravidade! –, motivada pelo tráfico de entorpecentes e grupo de extermínios.

Sr. Presidente, a situação é grave. Diante da importância do tema, solicito a V. Ex^a que seja considerado como lido nosso discurso e inseridas nos Anais da Casa as reportagens publicadas no jornal *O Liberal*, edições dos dias 04 e 05 de junho do ano incurso, sob o título “Delegado admite corrupção na Polícia” e “Deputado e Vereador são seqüestrados”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Delegado admite corrupção na Polícia

TRÁFICO

Justiniano Alves diz que serão abertos inquéritos para investigar denúncias

A Polícia Civil do Pará determinou às seccionais urbanas de Belém abertura de inquéritos policiais para investigar denúncia sobre o tráfico de drogas em 52 pontos de venda de 18 bairros da capital. A ordem partiu do delegado geral Justiniano Alves, com base em reportagem publicada na edição de domingo passado em O LIBERAL que mapeou o comércio de drogas em Belém. "Já determinei a todas as seccionais relacionadas a essas áreas que abram procedimentos para apurar essas denúncias. É uma medida para reforço de todas as ações que temos feito na capital", diz. Ele também admitiu o envolvimento de policiais civis em esquemas de tráfico de drogas, mas afirmou que esses casos vêm sendo investigados, resultando em demissões.

De janeiro a maio deste ano, 16 procedimentos administrativos e 297 sindicâncias foram abertos contra policiais civis. No dia 15 de maio, o então delegado de Moju, Luís Carlos Barbosa, foi exonerado do cargo pelo crime de concussão - obtenção de vantagem, serviço ou dinheiro com abuso de influência do seu posto -, embora Justiniano não especifique qual o crime pelo atribuí-

do a Luís Carlos.

"A Corregedoria tem toda liberdade e autonomia para apurar e prender, se foi delito penal, ou pôr na rua policiais através de procedimento administrativo. A Polícia Civil tem constantemente colocado policiais na rua por improbidade administrativa. Tem sido a nossa prática, comprovada a materialidade do delito, ter colocado policiais na rua", diz. "A Polícia Civil do Pará não passa a mão. Pelo contrário, estamos reprimindo com toda nossa determinação esse tipo de delito praticado por policiais".

O delegado-geral negou que esteja em curso uma investigação para apurar, especificamente, o envolvimento de quatro delegados da Polícia Civil e três oficiais da Polícia Militar com o tráfico de drogas, como publicado domingo em O LIBERAL. "Seria até infantil da minha parte divulgar operações que envolvam a prisão relacionada ao crime organizado e ao narcotráfico", afirma. "Se alguém passou essa informação, o fez de má-fé. Se você pretende prender policial, você não

acusados de integrar grupos de extermínio. E concluiu: "Investigações ocorrem diariamente. Temos agido de forma preventiva, através de um trabalho de inteligência".

EXCLUSIVIDADE

A argumentação do delegado geral, no entanto, é a mesma posição oficial que a cúpula da Segurança do Estado deu no mês de dezembro do ano passado, quando O LIBERAL publicou com exclusividade matéria investigativa que comprovava a existência de um esquadrão da

morte agindo na Grande Belém, especialmente nas regiões de Icoaraci e Marituba. Na oportunidade, diversos delegados confirmaram, também no anonimato, a investigação, que um mês e meio depois, se confirmou através da "Operação Navalha na Carne" e que a cúpula da Polícia também negava em dezembro. Como se sabe, a operação também foi comandada à época pela Inteligência da Secretaria de Segurança Pública e o Grupo de Prevenção ao Crime Organizado do Ministério Público (Geproc), as mesmas fontes da reportagem sobre o tráfico publicada no domingo

passado. Na "Operação Navalha da Carne" foram pedidas as prisões de 32 pessoas.

O delegado lembra que muitas das apreensões realizadas e investigações relacionadas a policiais corruptos foram feitas a partir de denúncias anônimas apresentadas ao Disque Denúncia, pelo telefone 181, que garante o sigilo do denunciante, sem registro da ligação telefônica, e é coordenado por uma organização de direitos humanos independente.

Reportagem de O LIBERAL lista 52 pontos de venda de drogas em 18 bairros de Belém

podem divulgar antes. Jamais acreditaria que policiais ou o próprio Ministério Público do Estado possam ter dado essa informação". Ele afirma que o sigilo possibilitou o sucesso da operação Navalha na Carne, empreendida em fevereiro deste ano, e que resultou na prisão de policiais

Deputado e vereador seqüestrados

JORNAL O LIBERAL

Edição de 05/06/2008

Em São Brás

Arnaldo Jordy e Daniel Pegado foram libertados depois de rodar 'meia cidade'

O deputado estadual Arnaldo Jordy e o vereador Daniel Pegado foram vítimas de seqüestro relâmpago e ficaram uma hora e meia sob a mira dos revólveres de três assaltantes, na madrugada de ontem, em Belém. Ambos do PPS, ele e Daniel Pegado haviam saído de uma reunião partidária, ocorrida no centro da cidade.

O deputado deu carona ao vereador. E o deixou na avenida Governador José Malcher com a travessa 14 de Março. Um Siena parou em frente ao carro do deputado, que imaginou que seus ocupantes fossem entrar em um prédio que há naquela área. Só que, no momento em que o vereador saía do veículo, um homem desceu do Siena. De arma em punho, ele mandou que pegado entrasse novamente no automóvel. Dois homens e uma mulher entraram no carro de Jordy, ficando no banco de trás.

Um dos bandidos - todos eram jovens - colocou o revólver na cabeça de Jordy. Começou, aí, o drama dos dois políticos. 'Rodamos meia cidade', disse o deputado. O tempo todo ele pedia calma aos bandidos, bastante nervosos. Jordy dizia que ele e Daniel Pegado não estavam armados, não criariam problemas aos assaltantes e que eles poderiam levar os objetos de valor que estavam no carro e em poder das vítimas. Os bandidos estavam agressivos e ameaçadores. Eles, então, queriam que as vítimas fossem até um caixa eletrônico, para retirar dinheiro.

Eles foram ao Banpará da avenida Senador Lemos. Só que havia uma pessoa no caixa eletrônico e, receosos de que pudessem ser descobertos, os bandidos desistiram. O deputado Arnaldo Jordy disse que poderia conseguir R\$ 300,00 com um amigo. Ele disse que ligaria para essa pessoa, a quem explicaria que precisava do dinheiro porque seu filho estava passando mal. O argumento convenceu os bandidos. Jordy ligou para o amigo, agiu conforme o combinado e pediu que ele deixasse o dinheiro na portaria do prédio em que mora, no bairro do Umarizal.

O parlamentar apanhou os R\$ 300,00 e entregou aos assaltantes. Os bandidos, agora, queriam levar as duas vítimas para a ilha de Outeiro. Jordy, novamente, argumentou que eles já haviam conseguido o que pretendiam e que seria arriscado ir para Outeiro, pois, no percurso, poderia haver alguma barreira policial. As palavras do deputado convenceram os assaltantes, que os deixaram na avenida Almirante Barroso, próximo à travessa Mauriti. Eles fugiram a pé, levando, ainda, celulares, carteira porta-cédulas e paletós das vítimas.

VIATURA

O deputado disse que ele e Daniel Pegado foram até o prédio onde funcionava o Comando Geral da Polícia Militar, em cuja área fica o novo Erec, uma unidade da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (Funcap). Segundo Jordy, havia uma viatura e dois policiais militares no local. Ele explicou que tinha acabado de ser vítima de um seqüestro relâmpago. Mas, conforme o parlamentar, os policiais disseram que, cumprindo ordens superiores, não poderiam abandonar seus postos de trabalho. Jordy e Pegado registraram ocorrência na Seccional de São Brás. O deputado soube, naquela unidade, que o Siena em que os bandidos estavam era roubado.

Ou seja, eles já haviam dominado outras vítimas antes de abordar o deputado e o vereador, embora não soubessem tratar-se de políticos. Jordy comentou que a violência está presente em qualquer lugar da cidade e que qualquer cidadão está sujeito a viver o que ele e Daniel Pegado enfrentaram na madrugada de ontem. Mas disse ter estranhado a conduta dos dois policiais militares com os quais falou dois minutos depois de terem sido libertados pelos três assaltantes. Os três bandidos não foram presos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com minha assinatura, com a do Senador José Agripino, que se dirige à Mesa a partir de agora, Líder do DEM, e com a do Líder da Minoria, Senador Mário Couto, estou requerendo ao Senado da República voto de pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador Meira Filho, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, em Brasília – DF. Requeiro esse voto nos termos do art. 218 do Regimento Interno, lembrando que o ex-Senador foi radialista dos mais conhecidos e respeitados nesta cidade, neste Distrito Federal.

João Assis Meira Filho, ou simplesmente Meira Filho, como era conhecido, faleceu no domingo, dia 8 deste mês de junho de 2008, no Hospital Brasília, Lago Sul de Brasília, vítima de aneurisma. Estava com 85 anos de idade. Mas, até três semanas antes, ainda concedeu entrevista à Rádio Nacional, a propósito dos 50 anos da emissora, com cuja história se confundia.

Jornalista e radialista, ele foi um dos iniciadores da Rádio Nacional, em Brasília. Por muitos anos, naquela época de pioneirismo, ele manteve programa que, como disse, fazia a intercomunicação entre os que construíam a nova Capital e as famílias que haviam deixado pelo País. Ao mesmo tempo, exerceu também a função de locutor oficial nos atos da Presidência da República. Foi seu programa popular, no entanto, que o tornou conhecido e querido e que acabou trazendo-o a esta Casa com expressiva votação como integrante da primeira bancada de Senadores do Distrito Federal.

Foi Senador e Constituinte (1987 – 1995), deixando depois a atividade pública. Pelo que fez na política e no radialismo, Meira Filho torna-se merecedor da homenagem póstuma que ora proponho a esta Casa, que o acolheu.

Sr. Presidente, eu mantinha relação pessoal privilegiada com o Senador Meira Filho e com seus filhos: Haroldo, que é publicitário; Xuxa, que é funcionária desta Casa; e Marcelo, que é diretor da Rede Bandeirantes de Televisão. É, portanto, com muito sentimento que endereço à família Meira todo o meu carinho: o carinho da minha família, o carinho da minha bancada, o carinho de todos aqueles – funcionários, Senadores – que se lembram da passagem cordial, da passagem justa, da passagem decente por esta Casa de um ho-

mem simples, de um homem humilde, que se fez querido do povo que o fez Senador.

Portanto, faço questão de anunciar este requerimento de voto de pesar, na certeza de que ele será, à unanimidade dos nossos Pares, acolhido, pelo merecimento que tinha e que tem a figura política, a figura pública e, para mim, a figura particular e amiga do Senador Meira Filho, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade que V. Ex^a me dá para me associar à manifestação que o Senador Arthur Virgílio faz em seu próprio nome e em nome do seu Partido. Associe-me a essa manifestação, porque fui companheiro do Senador Meira Filho, que foi pioneiro em Brasília. Ele, talvez, tenha sido o primeiro locutor de programa de rádio desta cidade.

Ele era figura conhecidíssima e se elegeu Senador na primeira eleição direta para o Senado, quando se elegeram três Senadores. Ele foi o mais votado e exerceu, por oito anos, o mandato de Senador. Foi meu colega, inclusive, na Constituinte.

Guardo de S. Ex^a as melhores recordações e aqui me associo às manifestações de pesar a toda a sua família e ao Distrito Federal, que perde, na figura de Meira Filho, uma de suas melhores expressões políticas. Era homem sério, correto, decente, que, quando foi Parlamentar, exerceu com dignidade seu mandato.

Sr. Presidente, como não tive oportunidade antes, eu queria também manifestar meu apreço pela figura do ex-Governador Leonel Brizola.

Tive momentos de confluência, de convergência, e momentos de divergência de Brizola. Guardo boas recordações dos momentos de convergência. Tive oportunidade de partilhar palanque eleitoral com Brizola na minha Capital. Disputamos uma eleição em que Brizola e eu somamos forças políticas em torno dos nossos candidatos.

Mais recentemente, já líder do então PFL – hoje, Democratas –, tive oportunidade de participar de muitos encontros com o ex-Governador, com o ex-Parlamentar Leonel Brizola. Conversávamos muito, e eu sentia em S. Ex^a vibração ao falar da questão da educação.

Brizola foi o homem do Sambódromo do Rio de Janeiro, foi o homem da Linha Vermelha do Rio de Janeiro, foi o homem da estatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, foi o

homem dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), foi o homem das escolas de tempo integral do Rio de Janeiro quando foi Governador, foi o homem que, quando Governador do Rio Grande do Sul, construiu mais de seis mil escolas. Entendo que, para um homem público, para um detentor do Poder Executivo, nada é mais meritório do que a visão de futuro pela prioridade que o governante dá à educação, à verba que o governante gasta para manter a educação de boa qualidade.

Eu me lembro muito bem, Presidente Garibaldi, Senador Papaléo, de que meu pai foi Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte há muitos anos. E ele foi Relator da Lei de Diretrizes e Bases quando Deputado Federal. Quando Deputado, ele conheceu os melhores educadores do Brasil. Quando ele foi Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, anos depois, ele levou para o Estado do Rio Grande do Norte exatamente uma professora, a Professora Lia Campos, de quem me lembro. Eu era menino. Era professora de alta qualificação, gaúcha, certamente produto da ação de Brizola como Governador, que se voltou fundamentalmente para a educação do seu Estado e que produziu esse resultado lá no meu Estado. Meu pai, que se dedicou, em grande medida, a melhorar a educação do meu Estado, levou uma expressão do magistério gaúcho para qualificar a educação do Rio Grande do Norte, produto de Leonel de Moura Brizola.

Com essas palavras, Sr. Presidente, agradecendo-lhe a oportunidade, quero manifestar minha saudade cívica do ex-Governador, do ex-Deputado, do ex-Parlamentar Leonel de Moura Brizola, um brasileiro acima de qualquer suspeita. Ele teve acertos e equívocos, mas foi um homem probo, um homem decente, um homem com qualidades de espírito público singulares e que, por essa razão, merece a homenagem de que foi objeto na tarde de hoje.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu também queria me somar às homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero me somar às homenagens póstumas a Meira Filho.

Meira Filho foi pioneiro na Rádio Nacional de Brasília, um radialista de respeito, de nome; um radialista que dedicou parte da sua vida ao jornalismo e, depois do jornalismo, também foi um brilhante Senador.

Por isso, Sr. Presidente, quero me associar a essas homenagens póstumas, porque aqui, no Senado,

participando da Constituinte, Meira Filho foi brilhante e jamais poderia ser esquecido por nós.

Externo meus sentimentos de perda, de lembrança, nesta homenagem à figura de Meira Filho, que jamais poderá ser esquecida por todos nós, pelo brilhante trabalho que fez na imprensa e no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em virtude de ter acompanhado o Presidente Lula na homenagem hoje prestada ao Dr. Antônio Ermírio de Moraes e ao Dr. Roberto Kalil, na Faculdade de Medicina, só pude agora chegar, mas quero externar também minha solidariedade à homenagem prestada à memória do Dr. Leonel Brizola, ex-Governador, ex-Presidente do PDT, ex-Deputado Federal, que tão bem se distinguiu por sua coragem.

Quero aqui me somar às palavras de todos os Senadores que o homenagearam e também à sua família e a todos que, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, tão bem foram por ele representados.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, após o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio; em seguida, a Senadora Rosalba.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Os jornais publicaram hoje matéria bastante expressiva sob o título “Diga não à volta da CPMF”. E o texto é: *“Existem 112 tipos de tributos no País. O brasileiro trabalha em média 142 dias para pagar tributos. O problema da saúde pública não é a falta de recursos”*.

Aí, dirige-se a nós:

Senhores parlamentares:

Justo quando o Brasil se apresenta ao mundo como uma força econômica ascendente e se consolida no mercado mundial.

Justo quando o Congresso Nacional se une em produtivos debates, com a participação da sociedade, sobre uma Reforma Tributária.

Justo, enfim, quando livres de um tributo anacrônico – a CPMF – que atormentou a vida dos cidadãos e das empresas e afugentou capitais.

Justo nesse momento do País, uma proposta, no Congresso Nacional, ameaça a sociedade, com a possibilidade de ressurreição da CPMF.

A CPMF sob um novo nome:

A CSS – Contribuição Social para a Saúde – é a CPMF sob novo nome. Usa-se um apelo emocional – o necessário acesso à saúde pública – como justificativa para a criação de novo tributo. Um tributo que destrói empregos e que afeta a capacidade de o País crescer.

Prossegue o documento:

Não bastam os tributos hoje existentes?

E responde:

A receita tributária aumentou R\$31,5 bilhões apenas nos primeiros 4 meses deste ano. Só isso representa mais de três vezes a expectativa de arrecadação anual da CSS [que na verdade significa] (volta da CPMF), da ordem de R\$10 bilhões ao ano. Os recursos para o gasto em saúde devem se originar da arrecadação dos tributos existentes e não de uma nova tributação. O Congresso não pode transferir esse ônus para a sociedade. Mesmo com a cobrança da CPMF, desde 1996, permanecem os problemas da saúde pública. Não faltam recursos e sim gestão eficaz e definição de prioridades orçamentárias.

E conclui:

O Congresso já tomou a decisão correta: o fim da CPMF.

A sociedade brasileira já disse não à CPMF. Ela não merece a sua ressurreição com outro nome.

Assinam:

Ação Empresarial
Confederação Nacional da Indústria
[CNI]

Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Confederação Nacional das Instituições Financeiras

Confederação Nacional do Transporte
[CNT]

Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

E mais 49 federações, associações, institutos e sindicatos empresariais.

Peço que esse documento seja acolhido, na íntegra, pelos Anais da Casa, Sr. Presidente, como uma advertência a todos nós e como um alerta a que o Governo busque uma racionalização dos seus gastos para não termos terríveis surpresas negativas para a

nossa economia, ainda no decorrer do mandato do Presidente Lula da Silva.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIGA NÃO À VOLTA DA CPMF

**EXISTEM 112 TIPOS DE TRIBUTOS NO PAÍS.
O BRASILEIRO TRABALHA EM MÉDIA 142 DIAS PARA PAGAR TRIBUTOS.
O PROBLEMA DA SAÚDE PÚBLICA NÃO É A FALTA DE RECURSOS.**

Senhores parlamentares:

Justo quando o Brasil se apresenta ao mundo como uma força econômica ascendente e se consolida no mercado mundial.

Justo quando o Congresso Nacional se une em produtivos debates, com a participação da sociedade, sobre uma Reforma Tributária.

Justo, enfim, quando livres de um tributo anacrônico - a CPMF - que atormentou a vida dos cidadãos e das empresas e afugentou capitais.

Justo nesse momento do País, uma proposta, no Congresso Nacional, ameaça a sociedade, com a possibilidade de ressurreição da CPMF.

A CPMF SOB UM NOVO NOME

A CSS - Contribuição Social para a Saúde - é a CPMF sob novo nome. Usa-se um apelo emocional - o necessário acesso à saúde pública - como justificativa para a criação de novo tributo. Um tributo que destrói empregos e que afeta a capacidade de o País crescer.

NÃO BASTAM OS TRIBUTOS HOJE EXISTENTES?

A receita tributária aumentou R\$ 31,5 bilhões apenas nos primeiros 4 meses deste ano. Só isso representa mais de três vezes a expectativa de arrecadação anual da CSS (volta da CPMF), da ordem de R\$ 10 bilhões ao ano. Os recursos para o gasto em saúde devem se originar da arrecadação dos tributos existentes e não de uma nova tributação. O Congresso não pode transferir esse ônus para a sociedade. Mesmo com a cobrança da CPMF, desde 1996, permanecem os problemas da saúde pública. Não faltam recursos e sim gestão eficaz e definição de prioridades orçamentárias.

O CONGRESSO JÁ TOMOU A DECISÃO CORRETA: O FIM DA CPMF

A sociedade brasileira já disse não à CPMF. Ela não merece a sua ressurreição com outro nome.

AÇÃO EMPRESARIAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL
E MAIS 49 FEDERAÇÕES, ASSOCIAÇÕES, INSTITUTOS E SINDICATOS EMPRESARIAIS

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, depois, pela ordem, se possível, eu gostaria de falar um minuto sobre uma solenidade que houve em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador. Em seguida será V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu gostaria também, neste dia em que o Senado presta homenagem à memória do grande brasileiro Leonel de Moura Brizola, de me associar, até porque poucos sabem, mas o início da minha vida política foi no PDT de Leonel Brizola. Tive a oportunidade de, por várias vezes, encontrar-me com o Governador Brizola, com o grande líder Brizola. Na época em que fui prefeita, pela primeira vez, da cidade de Mossoró, o meu partido era o PDT. Inclusive, a minha primeira filiação foi ao PDT, pelo conhecimento da defesa intransigente que Leonel Brizola fazia das questões da educação, em defesa da nossa criança.

Sr. Presidente, pode ficar certo de que as unidades de apoio à criança que tive a oportunidade de construir, colocando em creche, muitas em tempo integral, dez mil crianças lá na cidade de Mossoró, tinham inspiração nesse programa que foi fruto da experiência, da dedicação, da visão de futuro desse grande homem, que sabia que o Brasil, para ser forte, precisava caminhar firme pelos caminhos da educação.

Há também outra questão que sempre, desde menina, despertou-me admiração, que é exatamente a defesa que Brizola fazia das nossas questões nacionais. Lembro-me da campanha “o petróleo é nosso”. E, hoje, exatamente relembro essa grande luta de Brizola em defesa da nossa Petrobras, em defesa do nosso petróleo, venho aqui também fazer uma observação, Sr. Presidente, de algo que se refere ao nosso Estado, o Rio Grande do Norte. Desde os finais da década de 70, o petróleo é explorado no nosso Estado, o que já rendeu milhões de reais para enriquecer o nosso País, fruto do ouro negro retirado do nosso subsolo. O nosso pequeno Estado tem contribuído muito, e nós sabemos – V. Ex^a sabe e tem sido um defensor – que é necessário que sejamos reconhecidos, já que o Governo Federal, por decisões políticas, não tem reconhecido o valor da contribuição do nosso petróleo, deixando-nos crescentemente indignados com a injustiça de não termos uma refinaria.

Já fomos preteridos quando se falava na primeira refinaria para o Nordeste, que acabou indo para Pernambuco; depois, outra refinaria foi para o Rio de

Janeiro; agora – o anúncio está em todos os jornais, em todos os recantos –, uma segunda refinaria será instalada no Nordeste e vai para o Maranhão. Nós é que produzimos! Daqui a 20 ou 30 anos, se não forem descobertas novas jazidas no nosso Estado, esse petróleo vai se exaurir e, em vez de termos ficado com o resultado, a compensação pelo muito que contribuímos, Sr. Presidente, vamos ficar tamponando os buracos que foram abertos na época em que havia petróleo, porque é uma riqueza que não é renovável.

Então, estamos aqui, aproveitando este momento, para nos somarmos a todos na homenagem a esse grande brasileiro, lembrando da sua luta em favor do nosso Brasil, pela educação e na defesa das nossas riquezas, do nosso potencial, quando fez a campanha “o petróleo é nosso”. Que ele nos ilumine para, em defesa do nosso Estado, podermos ter o direito, que é nosso, de termos também uma refinaria, e não as compensações que colocam como se fossem um confeito na boca de uma criança, dizendo que o Pólo de Guamaré vai se transformar numa refinaria, porque agora haverá mais uma planta de refino para ampliar o seu trabalho. É claro! A Petrobras é uma empresa competente, aproveita tudo e, se aquilo ali está sendo feito, é exatamente por sua competência e também visando ao lucro, mas não é o que nós precisamos. Nós precisamos, sim, de uma refinaria prêmio, como a que está sendo anunciada; de um investimento como o que houve em Pernambuco, de bilhões de dólares, que já está sendo anunciado para o Maranhão, e que já se fala que poderá ir para o Ceará. Não tenho nada contra o Ceará, muito pelo contrário, nem contra nenhum Estado brasileiro, mas não posso deixar de ver o nosso pequeno Estado, que há mais de trinta anos sonha e tem as condições técnicas, mais uma vez ficando escanteado, esquecido e injustiçado.

Em nome daqueles que sempre trabalharam – e aqui renovo a figura de Leonel Brizola, que sempre teve a coragem, a audácia, e esteve à frente do seu tempo – em defesa deste Brasil forte e soberano, estou aqui clamando, Sr. Presidente, a junção dos nossos esforços pela nossa refinaria do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, só um minutinho. Não sei se posso, mas esqueci uma coisa muito importante.

Falamos de criança, e eu gostaria de registrar a presença do diretor da Casa de Apoio à Criança com Câncer, lá do nosso Estado, Dr. Rilder, e do Dr. Roberto, que também faz esse trabalho maravilhoso lá na Bahia. Eles também estão na luta pelas crianças.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Sena-

dores, o Senador Arthur Virgílio está aqui recolhido em um silêncio estranho, tendo em vista a participação ativa que sempre tem durante as discussões. Perguntei-lhe por que estava cabisbaixo e S. Ex^a disse-me que, ao falar sobre Arthur da Távola, a emoção foi tão grande que lhe causou essa prostração de angústia, de tristeza e de saudade do amigo, do homem público, do Senador que respeitamos muito nesta Casa.

Quero, Senador, não só me solidarizar com sua amargura, mas com a certeza de que o exemplo de Arthur da Távola permanecerá para todo o sempre entre nós. Não só por seu amor à música, por sua cultura, mas pelas suas definições de trabalho, inclusive pelo futebol! Espero que V. Ex^a realmente cultue essa memória e tire essa tristeza de seu rosto, porque, provavelmente, Arthur gostaria de vê-lo alegre e confiante.

A Leonel Brizola, presto também minhas homenagens. Endossaria tudo o que foi falado sobre ele aqui. Infelizmente, por atraso do avião, não cheguei a tempo. Até por conversas particulares que tivemos quando ele era Governador do Estado do Rio e eu era Diretor da Polícia Federal, percebi que havia uma grande aflição dele com o crescimento do tráfico de drogas e da criminalidade nos morros do Rio de Janeiro. Ele queria formar algumas forças-tarefa para tentar impedir que esse crescimento trouxesse tanto prejuízo aos moradores da periferia e dos morros do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, quero registrar aqui – e depois mandarei um voto de congratulações – um ato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizado hoje na Faculdade de Medicina do Estado de São Paulo, onde ele pôde entregar, por meio de projeto do Ministro Temporão, a medalha Oswaldo Cruz a dois eminentes homens públicos de São Paulo e do Brasil.

O Dr. Roberto Kalil, um jovem professor de Medicina, que tem cuidado do coração de várias autoridades não só desta Casa, mas também do próprio Presidente e do Governador do Estado de São Paulo. Falo com um carinho especial, Senador José Agripino, porque, quando tive um enfarte e praticamente meu coração foi cortado pela metade – mas tenho muito amor para dar ainda –, ele, a pedido do meu filho, correu ao hospital, viu que era grave e chamou o Dr. Adib Jatene, que me operou, dando à minha mulher 5% de possibilidade de eu sair com vida da mesa. Aqui estou, há mais de seis anos, graças ao carinho e à amizade de todos vocês.

Quero estender essa homenagem feita ao Roberto Kalil, porque aqui temos cerca de dez Senadores que são médicos e eu queria que eles também recebessem essa homenagem, Tião Viana. O médico tem algumas virtudes que o homem comum não tem, como salvar vidas, e ele vê o sofrimento daqueles que se angustiam, na busca de cada dia melhor atender não só pelo SUS, mas dentro das possibilidades de cada médico na sua trajetória.

Outro homenageado que também recebeu a comenda de ouro é o Dr. Antônio Ermírio de Moraes, um grande empresário, que tem feito um trabalho de grande envergadura na economia brasileira, sem deixar de lado, Tião, a sua devoção pela saúde. Cuida, há mais de quarenta anos, do Hospital Beneficência Portuguesa. Não só os sócios da Beneficência são atendidos, mas também pacientes do SUS, que tem 60% do atendimento, mas repassa, parece-me, só 25% da verba. O resto vem daqueles que contribuem com o Hospital Beneficência Portuguesa. Antônio Ermírio de Moraes não pôde estar presente, por razão de viagem, segundo seu filho, que o representou e recebeu, em nome do pai, a medalha Oswaldo Cruz.

Queria estender essa homenagem. Apresentarei o requerimento a V. Ex^a. Agradeço a oportunidade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente, agora quero lhe agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero agradecer a V. Ex^a, em nome do grupo dos Senadores que estão interessados em resolver a situação dos aposentados deste País: o Senador Paim, que é o grande coordenador, Senador Mão Santa, Senador Papaléo, Senador Geraldo Mesquita, Senador Flexa Ribeiro.

V. Ex^a sabe que não é dever desta Casa, mas, pela sensibilidade e o respeito que tem V. Ex^a à causa dos aposentados, levou-nos à presença, hoje, há poucos instantes, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Lá, estivemos questionando, pedindo, apelando para a sensibilidade do Presidente Chinaglia, com o objetivo de que ele pudesse colocar ainda neste semestre os projetos do Senador Paulo Paim em pauta, para que soubéssemos qual seria o resultado da votação daquela Casa.

Externou-nos o Presidente Chinaglia que é quase impossível colocar os projetos de interesse dos aposentados em pauta, em razão de um acordo de lideranças para que se dê prioridade à Emenda nº 29, porque estamos a poucos dias do encerramento deste semestre. Mas nos deu a esperança de que logo nos primeiros meses do segundo semestre poderíamos ter essa votação, esses projetos colocados em pauta.

Por isso, Sr. Presidente, estou mais uma vez agradecendo a V. Ex^a em nome de todos os Senadores. E quero externar à população brasileira, especialmente aos aposentados e pensionistas deste País, que estamos atentos. Os Senadores estão atentos e só deixarão, obviamente, de se preocupar com essa causa quando tivermos os direitos dos aposentados regularizados.

Portanto, Presidente, mais uma vez, agradeço muito a paciência, a vontade de V. Ex^a, porque não é mais dever nosso, não é mais obrigação nossa, mas

sim da Câmara Municipal. Mas, mesmo assim, nós achamos que o dever ainda pertence a nós, porque trata-se do povo brasileiro, da sociedade brasileira, dos aposentados sofrendores, que merecem o nosso respeito e a nossa dedicação. Por isso, achamos que a responsabilidade ainda é nossa e, para tanto, contamos com a colaboração de V. Ex^a sempre.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a devida autorização do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, eu quero fazer uso da palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra pela Liderança, por dez minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, quero agradecer a V. Ex^a a oportunidade que me dá de fazer uso da tribuna sobre um assunto extremamente importante que diz respeito ao nosso Partido, ao Brasil, ao Governo atual, porque, realmente, muitos dos pontos que estão aqui, importantes para a situação econômica atual por que o Brasil passa, devem ser observados com mais responsabilidade pelo atual Governo.

Há 15 anos, Sr. Presidente, na passagem de maio para junho de 1993, o Brasil dava um passo decisivo rumo ao desenvolvimento social e econômico. No Ministério da Fazenda, um grupo de economistas da mais alta estirpe começava a desenhar os primeiros esboços daquele que viria a ser o vitorioso Plano Real.

Hoje, com a economia estabilizada, com o Brasil definitivamente incluído no rol das nações que cumprem as regras do jogo econômico mundial, penso que vale a pena lançar os olhos sobre o passado, sobre os idos de 1993. Ao fazê-lo, podemos constatar mais uma vez que, sem o trabalho ao mesmo tempo heróico e criterioso desenvolvido naquela ocasião, não teríamos chegado ao cenário atual.

Os tempos, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram difíceis. No período de 1986 a 1993 – ou seja, em apenas sete anos – e, sempre com o objetivo primordial de debelar a inflação, nosso País foi submetido a cinco planos econômicos. Todos na linha do choque heterodoxo.

Os resultados, todas as vezes, tinham sido semelhantes: após alguns meses artificialmente contida, a inflação voltava ainda mais forte e persistente. E a população, que nos momentos iniciais de cada um dos planos sempre reagia com otimismo, logo via frustradas as suas esperanças.

De modo, Sr. Presidente, que chegamos àquele maio de 1993 no pior dos mundos. A inflação mensal medida pelo IGP-M beirava os 30%, e já se trabalhava com a perspectiva de inflação anual de 2.500%. O povo, decepcionado com as experiências anteriores, não estava disposto a aceitar qualquer proposta que se configurasse como uma nova aventura.

Não podemos esquecer também que, em pouco mais de um ano, teríamos eleições para a Presidência da República. Estávamos naquilo que se costumava chamar de “final de governo”. Final de governo, diga-se de passagem, de um Presidente que apenas completava o mandato de outro.

Por tudo isso – pelo fracasso das outras tentativas, pela relativa fragilidade do Governo –, as condições políticas para a implementação de um novo plano econômico pareciam extremamente desfavoráveis.

Foi assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, nessas circunstâncias quase desanimadoras que, em maio de 1993, o Presidente Itamar Franco convocou Fernando Henrique Cardoso para a Pasta da Fazenda.

A equipe do novo Ministro pôs mãos à obra. Debruçou-se principalmente sobre as histórias dos planos anteriores, para aprender com erros e não repeti-los e, também, para aproveitar daquelas experiências o que tinha tido de bom. De forma que o produto saiu melhor que a encomenda.

Uma das características marcantes do Plano Real, Sr. Presidente, é que ele foi ampla e exaustivamente preanunciado. Ao contrário dos planos anteriores, anunciados de supetão, ele não pegou os brasileiros de surpresa. Ao contrário, foi sendo implementado de forma consciente, cautelosa e gradativa.

Fundamental para o seu sucesso, por exemplo, foi o Fundo Social de Emergência, instituído ainda em 1993. Com essa medida, o Governo deixava bem claro que o desajuste das contas públicas, principal causa da inflação, seria, enfim, enfrentado. Em outras palavras, o Brasil começava a entender que não se combate a fúria inflacionária com um golpe de mão, com uma canetada, mas sim com um orçamento equilibrado.

Em março de 1994, seria introduzida a URV (Unidade Real de Valor) como indexador geral da economia. Convivendo com a moeda da época, o cruzeiro real, a URV mostrou à população que produtos e serviços poderiam ter dois preços: um artificial, em constante mudança, corroído pela inflação, e outro real, bem mais estável, a refletir adequadamente os custos de produção.

Finalmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1º de julho de 1994, abandonava-se de vez a URV e passava-se a adotar o real como unidade monetária do País. Finalmente, após tantas desilusões com os planos anteriores, a inércia inflacionária era enfrentada com rigor e competência. Finalmente, Sr. Presidente, podia-se dizer que o Brasil domara a terrível inflação.

E não se pode dizer, de jeito nenhum, que a equipe responsável pelo Plano Real dormiu sobre os louros da vitória. Durante os oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Governo soube preservar os fundamentos que davam solidez à economia. Preocupou-se, acima de tudo, com o equilíbrio orçamentário, condição sem a qual as conquistas econômicas logo se desvanecem.

O coroamento desse processo, sabemos todos, se deu com a promulgação da Lei Complementar nº 101 – a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal –, em 25 de maio de 2002. Uma lei, Sr. Presidente, que muda a história da administração pública em nosso País. Uma lei que impõe aos governantes da União, dos Estados e dos Municípios uma conduta muito mais efetiva e transparente na gestão dos recursos públicos.

Esta, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi a herança recebida pelo atual Presidente da República ao assumir o Governo: o Plano Real totalmente consolidado; a Lei de Responsabilidade Fiscal promulgada; a inflação contida; a economia estabilizada; o Brasil respeitado no cenário internacional e programas sociais, como o Bolsa-Escola, em fase de franca expansão.

Uma herança bendita em todos os sentidos. Uma herança, convém lembrar, que os atuais detentores do poder tudo fizeram para não receber. Os Senadores e Deputados do PT lutaram, com grande alarde, contra o Plano Real. Os Senadores e os Deputados do PT lutaram, com grande alarde, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. E muitos deles – muitos daqueles que esbravejaram e votaram contra o Plano Real e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal – hoje se encontram encastelados em postos-chave do Governo. Um Governo que tem como marcas tão-somente a manutenção da política econômica e a mudança de nome ou sigla dos programas sociais do Governo Fernando Henrique Cardoso.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, não quero fazer deste pronunciamento libelo contra o oportunismo e a desfaçatez daqueles que, ao invés de reconhecer a boa herança recebida, tratam de renegá-la ao mesmo tempo em que dela tiram proveito. Tanta incoerência, cedo ou tarde, será percebida por todos.

O que quero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é enaltecer e comemorar o fato de que, há 15 anos, o Brasil vem adotando uma política econômica que se destaca pelo equilíbrio, pela sobriedade e pela competência.

E, se o País tem trilhado esse caminho virtuoso, há que se reconhecer o mérito daqueles que, lá por maio de 1993, souberam apontar o rumo a seguir e, concomitantemente, dar os primeiros passos que se faziam necessários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2008

Obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades públicos ficam obrigados a inserir, em suas páginas da rede mundial de computadores (internet), atalhos apontando para bases de dados oficiais contendo fotos de pessoas desaparecidas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

Trata-se de assunto atinente à segurança e ao bem estar da população, pelos quais incumbe a um Estado de Direito zelar. Hoje a sociedade brasileira defronta-se com uma real necessidade de resolver o problema do alto número de pessoas desaparecidas no País. Com o advento de novas tecnologias, dispomos de ferramentas que podem efetivamente contribuir para a solução dessa questão premente.

Estima-se que, hoje, no Brasil, só no segmento de crianças e adolescentes, cerca de 40 mil indivíduos desapareçam por ano. A maior parte é encontrada nas primeiras 48 horas, mas um percentual significativo, entre 10% e 15%, permanece desaparecido por longos períodos de tempo. Alguns casos jamais são resolvidos.

O público em geral é grande auxiliar no trabalho de investigação da polícia. Buscando arregimentar essa ajuda, já se recorreu a diferentes veículos de divulgação, entre eles contas de luz, embalagens de leite e anúncios na televisão. Chegou a hora de aproveitar o vasto potencial representado pela rede mundial de computadores.

Com efeito, a internet tem uma grande penetração no Brasil, e essa penetração acelera-se a cada ano. A divulgação dos casos pela internet alcançaria facilmente um público de centenas de milhares de pessoas, recrutando uma parcela considerável de auxiliares do trabalho dos setores envolvidos na busca de desaparecidos.

A presente iniciativa não demanda, para sua implementação, nem grandes esforços, nem alta competência tecnológica, nem tampouco vultosos recursos financeiros. Ao contrário, iria aproveitar programas, já em plena operação, preparados pelo Governo Federal em conjunto com diversos outros entes federativos. Para isso, basta a inclusão, na programação das pá-

ginas na internet mantidas pelo órgão público, de um pequeno trecho de código de computador.

Exemplo desses programas – que pode nortear a proposta ora sob análise e ser integralmente aproveitado no segmento de crianças e adolescentes desaparecidos – é a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (REDESAP), implantada em dezembro de 2002, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com o suporte tecnológico do Ministério da Justiça, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA). A iniciativa foi criada com o objetivo de constituir um cadastro nacional de desaparecidos, criar e articular serviços especializados de atendimento ao público e coordenar um esforço coletivo e de âmbito nacional para busca e localização dessas pessoas.

Certos de que a medida aqui apresentada contribuirá, de forma simples e eficaz, para minorar o problema, aliviando a angústia de muitas famílias brasileiras, conclamamos os ilustres Pares para apoiar a sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Raimundo Colombo**.

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2008

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tomar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo III do Título II, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“CAPÍTULO III

Do Direito à Educação e ao Trabalho”

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 28. São assegurados, como condições de dignidade da pessoa humana, o direito ao trabalho e o direito à educação escolar do condenado, a que corresponde o dever social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de efetivá-los em regime de colaboração.

§ 1º O direito à educação observará os fundamentos constitucionais da cidadania, bem como da educação escolar e profissional do condenado e do internado.

§ 2º A educação escolar compreenderá, além da matrícula na etapa e modalidade própria do ensino fundamental e médio, a inclusão do condenado em programa de educação individualizado, adequado e apropriado à sua condição com atividades culturais em época de férias e recesso escolares.

§ 3º Os programas individualizados observarão a proposta pedagógica do Departamento Penitenciário local, que o apresentará, até o dia 30 de janeiro de cada ano, aos demais Órgãos de Execução Penal, para aprovação.

§ 4º O ensino fundamental será de oferta e matrícula obrigatória, integrando-se aos sistemas escolares dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e o ensino médio, quando oferecido pela rede do Distrito Federal e dos Estados, será compulsório para os que tenham concluído o ensino fundamental.

§ 5º A educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.

§ 6º Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento com os ambientes físicos e equipamentos didáticos compatíveis com as necessidades de aprendizagem, incluindo biblioteca, provida de livros instrutivos e recreativos, com a devida ventilação, iluminação e mobiliário apropriado, para uso de todas as categorias de reclusos. (NR)

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante salário previamente estabelecido, respeitado o salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) aos gastos com a família e outros dependentes do preso;

c) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas alíneas anteriores, respeitado o máximo de 70% da remuneração.

..... (NR)

Art. 30.

Seção II

Da Educação e do Trabalho Interno

Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado a comparecer ao

programa de educação ministrado no estabelecimento.

§ 1º Somente após a matrícula no curso adequado à sua situação escolar o preso estará obrigado ao trabalho, que deverá ser exigido na medida de suas aptidões e capacidade.

§ 2º Para o preso provisório, os programas de educação e de trabalho só poderão ser executados no interior do estabelecimento. (NR)

Art. 32. Na atribuição dos programas de educação e de trabalho deverão ser levadas em conta a escolaridade, a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

Parágrafo único. Os maiores de 60 (sessenta) anos, bem como os doentes e portadores de necessidades especiais exercerão atividades de trabalho e de educação apropriadas às suas condições. (NR)

Art. 33. A jornada de trabalho será de 6 (seis) a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados, de forma a assegurar a participação do condenado nas atividades escolares.

.....(NR)

Art. 34.

Art. 35.

Seção III

Do Trabalho Externo

Art. 36.

Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade do preso e do internado.

.....(NR)

Art. 2º A Seção IV do Capítulo I do Título V da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“Seção IV

Da Remição

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho ou pela participação no programa de educação do estabelecimento, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º O preso provisório gozará de remição automática, mesmo sem aderir ao programa de educação, quando a prisão cautelar exceder a 90 (noventa) dias, até que seja intimado pessoalmente da sentença condenatória.

§ 2º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de:

a) 1 (um) dia de pena por 20 horas-aula de participação no programa de educação previamente estabelecido, atestada a aprovação do condenado ao final do curso;

b) 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho;

c) 1 (um) dia de pena por 3 (três) de prisão cautelar, a partir do nonagésimo dia até a intimação da sentença condenatória.

§ 3º O preso impossibilitado de prosseguir no programa de educação, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 4º O direito à remição é cumulativo.

§ 5º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público. (NR)

Art. 127. O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido pelo trabalho, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.

Parágrafo único. Fica assegurado o direito do condenado de freqüentar as atividades escolares, mesmo durante o cumprimento de punição disciplinar de qualquer natureza. (NR)

Art. 128.

Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da Execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou que estejam submetidos ao programa de educação, contendo informação dos dias de trabalho e de horas freqüentadas de cada um deles.

.....(NR)

Art. 130.”

Art. 3º Revogam-se o inciso IV do art. 11 e os arts. 17, 18, 19 e seu parágrafo único, 20 e 21 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Reconhecer a educação como verdadeiro sustentáculo onde podemos assentar objetivos de desenvolvimento e crescimento continuado do País é o passo primordial para que possamos tê-los sem a histórica exclusão das classes menos favorecidas.

Apresentamos, pois, esta proposição com o intuito de dar maior oportunidade aos condenados por crimes os mais diversos, mas que, muitas das vezes, são as maiores vítimas da exclusão sócioeducacional brasileira.

Amontoados, freqüentemente, nas celas dos presídios espalhados por todo o Brasil, esses conde-

nados são vítimas do ócio e da falta de oportunidades de crescimento pessoal.

Acreditamos que tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados significará um grande avanço para o sistema prisional brasileiro. Haverá, assim, real possibilidade de retornar à sociedade cidadãos mais preparados, após a educação formal e profissional do preso. Por isso mesmo, a expectativa é que diminuam os índices de reincidência criminal.

A posição especial da educação, em relação ao trabalho, que pretendemos instituir repercute nas regras de remição da pena, de forma que o preso abaterá um dia a cada 20 horas-aula efetivamente cumpridas no programa educacional do estabelecimento penal.

Aproveitamos, também, para instituir a remição automática do preso provisório, sempre que a prisão cautelar exceder noventa dias, até a intimação da sentença penal condenatória.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Jarbas Vasconcelos**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2008

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, novo trecho situado entre Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, e a divisa com o Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 2.2.2 da Relação Descritiva das Rodovias, subitem Ligações, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte trecho rodoviário:

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição BR	km
	Espigão do Oeste – divisa RO/MT	RO	82	-	-

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Rondônia tem se revelado um estado com enorme potencial agrícola, constituindo um dos importantes marcos da expansão da economia do País. O Município de Espigão do Oeste, por sua vez, é um grande pólo de insumos agrícolas do Estado de Rondônia, com uma produção que abastece o mercado interno e gera excedente a ser comercializado com estados vizinhos.

A existência de adequada infra-estrutura de transportes é o primeiro passo para assegurar a colocação dos produtos locais no mercado nacional e a acessibilidade dos habitantes aos serviços sociais, além de constituir uma das formas mais eficazes de se buscar a melhoria dos níveis de vida da população.

A malha rodoviária do estado, porém, é ainda bastante incipiente, se considerado o elevado ritmo de crescimento que vem se registrando nos últimos anos.

Várias estradas servem o Município de Espigão do Oeste, promovendo a ligação entre a zona rural e a cidade, mas essas vias locais tornam-se intranstitáveis no período das chuvas, destruídas pelas enxurradas.

O trecho que se quer incluir no sistema rodoviário federal responde pelo acesso da área produtiva à BR-364, praticamente a única ligação federal com o restante do País. Essa inclusão confere à via especial importância como vetor de desenvolvimento da região.

Em função da posição geográfica que se encontra o Município de Espigão do Oeste em relação à BR-364, a sua produção sofre com a baixa competitividade em comparação com outros municípios que são cortados pela rodovia federal.

A aprovação do presente projeto de lei trará muitos benefícios de ordem econômica e social, recíprocos entre os municípios interligados, a exemplo do aumento do fluxo produtivo, o intercâmbio do comércio, a maior geração de empregos, a facilidade em atender as famílias no que se refere a serviços de saúde e educação. Além disso, Espigão do Oeste poderá se tornar cidade pólo no aspecto comercial e passará a atrair investimentos da iniciativa privada ligados aos setores da agroindústria e da pecuária.

Pelas razões expostas, contamos colaboração dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto que apresenta o qual, estamos certos, irá beneficiar o Estado de Rondônia, e, assim, a economia do País.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Exedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

2.2.2 - RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	km
RODOVIAS RADIAIS					
010	Brasília-Paranã-Carolina-Porto Franco-Guamá-Belém ...	DF-GO-MA-PA	1.901	-	-
020	Brasília-Posse-Barreiras-Picos-Fortaleza	DF-GO-BA-PI-CE	1.882	-	-
030	Brasília-Montaltânia-Carinhanha (porto fluvial do S. Francisco)-Brumado-Ubatuba-Campinho	DF-GO-MG-BA	915	-	-
040	Brasília-Três Marias-Belo Horizonte-Barbacena-Juiz de Fora-Três Rios-Rio de Janeiro (praça Mauá)	DF-GO-MG-RJ-GB	1.172	-	-
050	Brasília-Cristalina-Uberlândia-Uberaba-Ribeirão Preto-Campinas-São Paulo-Santos	DF-GO-MG-SP	1.051	040	10
060	Brasília-Anápolis-Goiânia-Rio Verde-Jataí-Campo Grande-Fronteira com o Paraguai	DF-GO-MT	1.281	-	-
070	Brasília-Jaraguá-Aragarças-Cuiabá-Cáceres-Fronteira com a Bolívia	DF-GO-MT	1.286	-	-
080	Brasília-Uruaçu-Cachimbo-Jacareacanga-Canumã-Manaus..	DF-GO-MT-PA-AM	2.227	-	-
RODOVIAS LONGITUDINAIS					
101	Touros-Natal-João Pessoa-Recife-Maceió-Aracaju-Feira de Santana-Itabuna-São Mateus-Vitória-Campos-Niterói-Rio-Mangaratiba-Angra dos Reis-Caraguatatuba-Santos-Iguape-Antonina-Joinville-Itajaí-Florianópolis-Tubarão-Osório-São José do Norte-Rio Grande	RN-PB-PE-AL-SE-BA-ES-RJ-GB-SP-PR-SC-RS	4.517	-	-
104	Macau-Pedro Avelino-Lajes-Cerro Corá-Ligação-Santa Cruz-Campina Grande-Caruaru-Maceió	RN-PB-PE-AL	522	-	-
110	Aracá-Branca-Mossoró-Augusto Severo-Patos-Monteiro-Cruzeiro do Nordeste-Petrolândia-Paulo Afonso-Ribeira do Pombal-Alagoinhas-Entronc. c/BR-324	RN-PB-RN-PB-PE-PE-PE-AL-BA	1.065	-	-
116	Fortaleza-Russas-Jaguaribe-Salgueiro-Canudos-Feira de Santana-Vitória da Conquista-Teófilo Otoni-Muriae Leopoldina-Além Paraíba-Teresópolis-Entronc. c/ BR-493-Entronc. c/BR-040-Rio de Janeiro-Barra Mansa-Lorena-São Paulo-Registro-Curitiba-Lages-Porto Alegre-Pelotas-Jaguarão	CE-PB-CE-PE-BA-MG-RJ-GB-RJ-SP-PR-SC-RS ..	4.468	-	-
120	Araçuaí-Capelinha-Guanhães-Itabira-Nova Era-São Domingos do Prata-Ponte Nova-Ubã-Cataguazes-Leopoldina-Providência-Volta Grande-Bom Jardim-Forno	MG-RJ	897	-	-
122	Chorózinho (BR-116)-Solonópolis-Iguatú-Juazeiro do Norte-Petrolina-Juazeiro-Brandi-Montes Claros	CE-PE-BA-MG	1.554	-	-
135	São Luís-Peritoró-Pastos Bons-Bertolínia-Bom Jesus-Corrente-Cristalândia-Barreiras-Correntina-Montalvânia-Januária-Montes Claros-Curvelo-Cordisburgo-Belo Horizonte	MA-PI-BA-MG	2.446	-	-
146	Patos de Minas-Araçá-Pocos de Caldas-Bragança Paulista	MG-SP	612	-	-
153	Marabá-Araguaína-Curupí-Ceres-Goiânia-Itumbiara-Prata-Frutal-São José do Rio Preto-Guxinhos-Irati-União da Vitória-Porto União-Erechim-Passo Fundo-Soliedade-Cachoeira do Sul-Bagé-Ateguá	PA-GO-MG-SP-PR-SC-RS ..	2.555	-	-
154	Itumbiara-Ituiutaba-Campina Verde-Nhandeara-Entronc. c/BR-153	GO-MG-SP	433	-	-
156	Macapá-Calgacene-Oiapoque-Fronteira c/Guiana Francesa	AP	684	-	-
158	Altamira-São Félix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças-Aragarças-Jataí-Paranaíba-Três Lagoas-Panorama-Dracena-Presidente Venceslau-Porto Marcondes-Paranavai-Campo Mourão-Laranjeiras do Sul-Campo Erê-Iraí-Cruz Alta-Santa Maria-Rosário do Sul-Santa na do Livramento	PA-MT-GO-MT-SP-PR-SC-RS	3.570	080	11
163	São Miguel D'Oeste-Barracão-Guáirã-Porto Moxumbi-Dourados-Rio Brilhante-Campo Grande-Rondonópolis-Cuiabá-Porto Artur-Cachimbo-Santarém-Alenquer-Obidos-Tirios-Fronteira c/Suriname	SC-PR-MT-PA	3.966	060	6
174	Cáceres-Mato Grosso-Vilhena-Canumã-Manaus-Cataguai-Bon Viciá-Fronteira c/Venezuela	MT-RO-AM-RR	2.860	080	18

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	km
RODOVIAS TRANSVERSAS					
210	Macapá-Caracará-Içana-Fronteira c/Colômbia	AP-AM	2.323	-	-
222	Fortaleza-Piripiri-Itapecuru-Mirim-Santa Inês - Açailândia-Marabá-Entronc. c/BR-158	CE-PI-MA-PA	1.431	135	43
226	Natal-Santa Cruz-Currais Novos-Augusto Severo-Pau dos Ferros-Jaguaribe-Crateús-Teresina- Presidente Dutra-Grajaú-Porto Franco-Entronc. c/BR-153	RN-CE-PI-MA-GO	1.497	-	-
230	Cabedelo-João Pessoa-Campina Grande-Patos-Cajazei- ras-Lavras da Mangabeira-Picos-Florianópolis - Pastos - Bons-Balsas-Carolina-Estrelita-Marabá-Jatobá-Alta mira-Itaituba-Jacareacanga-Humaitá-Lábrea-Benjamin Constant	PB-CE-PI-MA-PA-AM ...	4.918	101 110 135	8 17 52
232	Recife (Praça Rio Branco)-Arcoverde-Salgueiro-Par- namirim	PE	565	101	8
235	Aracaju-Jeremoabo-Canudos-Juazeiro-Petrolina-Remanso- Caracol-Bom Jesus-Alto Parnaíba-Araguacema-Cachimbo.	SE-BA-PE-BA-PI-MA-GO-PA	2.220	101	10
242	São Roque-Seabra-Ibotirama-Barreiras-Paraná-São Felix- do-Araguaia-Vale do Xingu-Porto Axtur (BR-163)	BA-GO-MT	2.049	020 101	90 5
251	Ilhéus-Pontal-Buerarema-Camacan-Salinas-Montes Cla- ros-Unai-Brasília-Ceres-Xavantina-Cuiabá	BA-MG-GO-DF-GO-MT	2.098	116 122	30 34
259	João Neiva (BR-101)-Governador Valadares-Guanhães-Ser- ro-Gouveia-Curvelo-Felixlândia. (BR-040)	ES-MG	605	116	5
262	Vitória-Realiza-Belo Horizonte-Araxá-Uberaba-Frutal - Itém-Três Lagoas-Campo Grande-Aquidauana-Porto, Espe- rança-Corumbá	ES-MG-SP-MT	2.253	101 153 158	15 49 28
265	Muriá-Barbacena-São João Del Rei-Lavras-Boa Esperan- ça-Carmo do Rio Claro-São Sebastião do Paraíso-Bebe- douro-São José do Rio Preto	MG-SP	849	040	16
267	Leopoldina-Júlio de Faria-Caxambu-Poços de Caldas-Arara- quara-Lins-Presidente Venceslau-Rio Brilhante-Porto Murtinho	MG-SP-MT	1.835	040 060 116 163	23 14 7 44
272	São Paulo-Sorocaba-Ibaiti-Campo Mourão-Goiá Exê-Guaí- ra	SP-PR	833	-	-
277	Paranaguá-Curitiba-Irati-Melôgio-Laranjeiras do Sul- Cascavel-Foz do Iguaçu	PR	730	165	11
280	São Francisco do Sul-Joinville-Porto União-São Lou- renço do Oeste-Barracão-Dionísio Cerqueira	SC-PR-SC	580	101	7
282	Florianópolis-Lages-Joaçaba-São Miguel d'Oeste ...	SC	650	101	14
283	Campos Novos (BR-282)-Capinzal-Concórdia-Seara-Cha- peco-São Carlos-Palmito-Mondai-Itapiranga (frontei- ra com a Argentina)	SC	251	-	-
285	Araranguá-Jacinto Machado-Timbó-Bom Jesus-Vacaria- Passo Fundo-Santo Ângelo-São Borja	SC-RS	738	-	-
290	Osório-Porto Alegre-São Gabriel-Alegrete- Uruguai- na	RS	721	116 158	17 40
293	Pelotas-Bagé-Santana do Livramento-Quaraí-Uruguai- na	RS	536	116 158	6 35
RODOVIAS DIAGONAIS					
304	Boqueirão do Cesário-Aracati-Mossoró-Lajes-Natal .	CE-RN	416	101 226	20 16
307	Taunaturgo-Porto Valter-Cruzeiro do Sul- Benjamin Constant-Içana-Fronteira c/Venezuela	AC-AM	1.500	-	-
316	Belém-Capanema-Peritoró-Teresina-Picos-Parnamirim- Cabrobó-Floresta-Petrolândia-Palmeira dos Índios- Maceió	PA-MA-PI-PE-AL	2.032	101 104 135 153 230	22 46 26 125 95
317	Lábrea-Boca do Acre-Rio Branco-Xapuri-Brasília-As- sis Brasil	AM-AC	879	-	-
319	Manaus-Cariacá-Humaitá-Porto Velho	AM-RO	866	-	-

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO *	
				BR	km
324	Balsas (BR-230) - Ribeiro Gonçalves-São Raimundo Nonato (BR-020)-Remanso (BR-235)-Jacobina-Feira de Santana-Salvador	MA-PI-BA	2.045	-	-
330	Balsas-Bom Jesus-Xique Xique-Ceára-Jequié-Ubaitaba	MA-PI-BA	994	-	-
342	Carinhanha-Espínosa-Salinas-Araquai-Teófilo Otoni-Linhares	BA-MG-ES	837	101	29
343	Luis Correia-Piripiri-Toquesina-Florianópolis-Batolândia	PI	747	226	39
				230	12
				316	76
349	Aracaju-Entronc. c/BR-161-Itapicuru-Olindina-Mundo Novo-Seabra-Bom Jesus da Lapa-Santa Maria da Vitória-Correntina-Posse (BR-020)	SE-BA-GO	1.035	-	-
352	Goiânia-Ipanema-Patos de Minas-Abatã-Pitangui-Parade Minas	GO-MG	610	-	-
354	Cristalina-Patos de Minas-Formiga-Lavras-Cruzilha-Caxambu-Vidinha-Engenheiro Passos	GO-MG-RJ	895	-	-
356	Belo Horizonte-Muriá-Campos-São João da Barra	MG-RJ	456	240	30
359	Minheiros-Coxim-Corumbá	GO-MT	628	-	-
361	Patos-Piancó-São José do Belmonte-Entronc. c/BR-232	PB-PE	230	-	-
363	Baía de Santo Antônio (Porto)-Alto da Bandeira	FN	2	-	-
364	Limeira-Matão-Frutal-Campina Verde-São Simão-Jataí-Rondonópolis-Cuiabá-Vilhena-Porto Velho-Abunã-Rio Branco-Sena Madureira-Feijó-Tarauacá-Cruzeiro do Sul-Japiim-Fronteira c/Peru	SP-MG-GO-MT-RO-AC	4.296	070	92
				153	26
				163	238
				174	140
				262	8
				267	44
365	Montes Claros-Pirapora-Patos de Minas-Patrocínio-Uberlândia-Ituiutaba-São Simão	MG	874	-	-
367	Santa Cruz Cabralia-Coróa Vermelha-Porto Seguro - Araquai-Diamantina-Gouveia	BA-MG	695	-	-
369	Oliveira-Campo Belo-Boa Esperança-Campos Gerais- Alfenas-Serrania-Caconde-Pirassutunga-Ourinhos- Londrina-Jandaia do Sul-Campo Mourão-Cascavel	MG-SP-PR	1.161	153	10
				267	32
				272	45
373	Limeira-Itapetininga-Apiai-Fonta Grossa - Três Pinheiros-Francisco Beltrão-Barracão	SP-PR	898	163	5
				272	10
				277	99
374	Presidente Venceslau-Ourinhos-Avaré-Boituva-São Paulo	SP	600	050	10
				153	15
				267	10
				369	28
376	Dourados-Paranavaí-Maringá-Apucarana - Ponta Grossa-São Luís do Puro-Curitiba-Garua (BR-161)	MT-PR	849	163	12
				277	56
				369	18
377	Carazinho-Santa Bárbara-Cruz Alta-Santiago - Alegrete-Quaraí	RS	489	285	48
				290	33
381	São Mateus-Nova Venécia-Barra de São Francisco - Mantena-Central de Minas-Divino das Laranjeiras-Governador Valadares-Itatinga-Belo Horizonte-Betim-Pouso Alegre-Bragança Paulista-São Paulo	MG-SP	980	-	-
383	Conselheiro Lafaiete-São João Del Rei - Caxambu-Vidinha-Itajubá-Campos do Jordão-Pindamonhangaba - Ubatuba	MG-SP	543	267	9
				354	23
				356	10
386	São Miguel d'Oeste-Iraí-Carazinho-Soledade-Porto Alegre	SC-RS	484	116	16
392	Rio Grande (Porto)-Pelotas-Santa Maria-Tupanciretã - Santo Angelo-Fronteira c/Argentina	RS	627	-	-
393	Cachoeiro de Itapemirim-Itaperuna-Além Paraíba - Três Rios-Volta Redonda-Entronc. c/BR-116	ES-RJ-MG-RJ	420	040	12
LIGAÇÕES					
401	Boa Vista-Fronteira c/Guiana	RR	140	-	-
402	Entronc. c/BR-135-Parnaíba (BR-343)-Granja-Itapicoca-Umirim (BR-222)	MA-PI-CE	467	-	-
403	Acaraú-Sobral (BR-222)-Crato (BR-226)	CE	267	-	-
404	Piripiri-Crateús-Novo Oriente-Catarina-Iguatu-Icó	PI-CE	481	343	18

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	km
405	Mossoró-Jucuri-Mulungu-Apodi-Itau-São Francisco do Oeste-Pau dos Ferros-Rafael Fernandes-José da Penha-Uiraúna-Antenor Navarro-Marizópolis (BR-230)	RN-PB	245	-	-
406	Macau-Jandaíra-João Câmara-Natal	RN	187	-	-
407	Piripiri-São Miguel do Tapuio-Pimentais-Bocaina-Picos-Petrolina-Juazeiro-Rui Barbosa-Iracema-Contendas Suquarana (BR-030)-Anagé (BR-116)	PI-PE-BA	1.251	-	-
408	Campina Grande-Recife	PB-PE	137	-	-
409	Feijó-Santa Rosa	AC	152	-	-
410	Ribeira do Pombal-Tucano	BA	32	-	-
411	Entronc. c/BR-307-Elvira	AM	256	-	-
412	Farinha-Suma-Monteiro	PB	144	-	-
413	Entronc. c/BR-307-Caxias (Estirão do Equador)	AM	140	-	-
414	Porangatú-Niquelândia-Anápolis	GO	339	-	-
415	Ilhéus-Itabuna-Vitória da Conquista	BA	238	-	-
417	Afuá-Anajás-Ponta de Pedras	PA (Ilha de Marajó) ..	240	-	-
418	Caravelas-Nanque-Carlos Chagas-Teófilo Otoni	BA-MG	289	342	29
419	Rio Verde de Mato Grosso-Aquidauana-Jardim	MT	304	267	14
420	Pojucá (BR-110)-Santo Amaro-São Roque-Nazaré-Lage-Mutuípe-Jequiriça-Ubaíra-Santa Inês-Itaquara-Jaguaiara-Entronc. c/BR-116	BA	236	-	-
421	Ariguanes-Alto Candeias-Guarajá Mirim	RO	282	-	-
422	Matobal-Tucuruí	PA	125	230	15
423	Caruaru-Garanhuns-Paulo Afonso-Juazeiro	PE-AL-BA	525	-	-
424	Arco Verde-Garanhuns-Macelo	PE-AL	148	101	11
425	Abunã-Guarajá Mirim	RO	128	316	13
426	Entronc. c/BR-230-Santana dos Garrotes-Princesa Izabel-Entronc. c/BR-232	PB-PE	142	-	-
427	Currais Novos-Pombal	RN-PB	189	-	-
428	Cabrobó (BR-116)-Petrolina	PE	180	-	-
429	Vila Rondônia (BR-364)-Costa Marques (Rio Guaporé)	RO	298	-	-
430	Barreiras-Santana-Bom Jesus da Lapa-Caetité	BA	499	-	-
431	Bocaiuva (BR-135)-Governador Valadares	MG	315	259	15
432	Rio Verde-Itumbiara-Tupaciquara-Uberlândia-Araçá	GO-MG	500	153	5
453	Itaqui-Santiago-Santa Maria	RS	304	365	32
454	Porto Esperança-Forte Coimbra (fronteira c/Bolívia) ..	MT	50	-	-
456	Mandacara-São José do Rio Preto-Matão	SP	213	-	-
457	Cristalina-Goiânia	GO	175	-	-
458	Conselheiro Pena-Tarumirim-Itapú-Entronc. c/BR-381	MG	137	381	6
459	Poços de Caldas-Lorena (BR-116)-Mambucaba (BR-101) ..	MG-SP-RJ	333	-	-
460	Cambuquira-Lambari-São Lourenço	MG	76	267	7
461	Ituiutaba-Gurinhata-Iturama	MG	114	-	-
462	Patrocínio-Perdizes-Entronc. c/BR-261	MG	84	-	-
463	Dourados-Ponta Porã	MT	123	-	-
464	Ituiutaba-Prata-Uberaba-Entronc. c/BR-146	MG	300	-	-
465	Garganta Viúva Graça (BR-116)-Santa Cruz (BR-101)	GB-RJ	39	-	-
466	Apucarana-Ivaiporã-Pitanga-Guarapuava-União da Vitória-Porto União	PR-SC	319	-	-
467	Porto Mendes-Toledo-Cascavel	PR	112	-	-
468	Palmeira das Missões (BR-158)-Três Passos (fronteira com a Argentina)	RS	78	-	-
469	Porto Meira-Foz do Iguaçu-Parque Nacional	PR	30	-	-
470	Navegantes-Itajaí-Blumenau-Curitiba-Campos Novos-Lagoa Vermelha-Nova Prata-Montenegro (BR-386)	SC-RS	521	-	-
471	Soledade-Santa Cruz do Sul-Encruzilhada do Sul-Canguçu-Pelotas-Chuí	RS	668	153	40
472	São Borja-Itaqui-Uruguaiana-Barra do Quaraí	RS	245	392	56
473	Aceguá-Merval-Entronc. c/BR-471	RS	200	-	-
474	Aimorés-Ipanema-Caratanga	MG	117	-	-
475	Lages-Tubarão	SC	211	-	-
476	Apiaí-Curitiba-Lapa-São Mateus-Pôrto União	SP-PR-SC	410	373	12
477	Canoíhas-Papanduva-Blumenau	SC	178	470	20
478	Lineira-Sorocaba-Registro-Cananéia	SP	324	-	-
479	Januária-Arinos-Brasília	MG-GO-DF	424	-	-
480	Pato Branco-Entronc. c/BR-280-São Lourenço do Oeste-Kanxerê-Chapeão-Erechim	PR-SC-RS	188	-	-
481	Cruz Alta-Arroio do Tigre-Sobradinho-Candelária-Santa Cruz do Sul	RS	173	-	-
482	Safrá (BR-101)-Cachoeiro de Itapemirim-Jerônimo Monteiro-Guaçu-Catanga-Farvedouro (BR-116)-Viçosa-Piranga-Conselheiro Lafaiete (BR-040 e BR-383)	ES-MG	299	-	-

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO *	
				BR	km
483	Itumbiara-Paranaíba	GO-MT	304	364	10
484	Colatina-Itaguaçu-Afonso Cláudio-Guaçu-São José do Calçado-Bom Jesus do Itabapoana-Itaperuna	ES-RJ	273	393	25
485	Entronc. c/BR-116-Parque Nacional das Agulhas Negras-Vale dos Lirios-Garganta do Registro (BR-354)	RJ-MG	35	-	-
486	Itajaí-Brusque-Vidal Ramos-Bom Retiro (BR-282)	SC	150	-	-
487	Pôrto Felicidade (BR-163)-Pental do Tigre-Campo Mourão-Ponta Grossa	MT-PR	615	158	29
488	Entronc. c/BR-116-Santuário Nacional de Aparecida ...	SP	1	-	-
489	Prado-Entronc. c/BR-101	BA	35	-	-
490	Campo Alegre (BR-050)-Ipameri-Caldas, Novas-Morrinhos (BR-153)	GO	142	-	-
491	São Sebastião do Paraíso (BR-265)-Monte Santo de Minas-Arceburgo-Guaçu-Alfenas-Varginha-Entronc. c/BR-381	MG	240	-	-
492	Morro do Côco (BR-101)-Cardoso Moreira (BR-356)-São Fidelis-Cordeiro-Nova Friburgo-Bonsucesso-Sobradinho (BR-116)-Posse (BR-040)-Pedro do Rio (BR-040)-Avelar-Massambará (BR-393)	RJ	367	-	-
493	Manilha (BR-101)-Magé-Entronc. c/BR-040	RJ	63	-	-
494	Entronc. c/BR-262-Divinópolis-São João Del Rei-Andrelândia-Volta Redonda-Angra dos Reis	MG-RJ	370	-	-
495	Teresópolis-Itaipava (BR-040)	RJ	40	-	-
496	Pirapora-Corinto	MG	130	-	-
497	Uberlândia-Campina Verde-Iturama-Pôrto Alencastro-Entronc. c/BR-158	MG-MT	321	-	-
498	Monte Pascoal-Entronc. c/BR-101	BA	12	-	-
499	Entronc. c/BR-040-Cabangu	MG	15	-	-
TOTAL			115.005	-	3.061
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			111.944	-	-

* A extensão superposta, quando ocorre, consta apenas na rodovia de maior numeração.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 748, DE 2008

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no último sábado dia 7 de junho, em Curitiba, do engenheiro Plínio Franco Ferreira Da Costa, ex-deputado federal e ex-vice-governador do Paraná.

Justificação

O engenheiro civil Plínio Franco Ferreira da Costa, vice-governador do Paraná entre 1966 e 1971, morreu no último sábado aos 87 anos de uma vida marcada pela dedicação à causa pública, à qual emprestou sua colaboração em áreas impressionantemente diversificadas.

Caçula de uma família de 11 irmãos, Plínio Costa já trouxe do berço a vocação para a vida pública e o comportamento irrepreensível. Ele era filho do emérito professor Lysímaco Ferreira da Costa, que, em 1918, criou e dirigiu a Escola Superior Agrônômica do Paraná, em 1923 organizou o plano de reforma da Escola Normal do Paraná, em 1925 comandou a Inspeção Geral de Ensino do Paraná e posteriormente, em 1928, a Secretaria da Fazenda. Além do exemplo do pai, Plínio Costa também teve para se espelhar a conduta dos seus irmãos mais velhos, dentre os quais Antônio Franco Ferreira da Costa, desembargador e

presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, os médicos Evaristo e Carlos Franco Ferreira da Costa, os engenheiros Lysímaco Franco Ferreira da Costa e Alberto Franco Ferreira da Costa e as irmãs Esther, Zoé, Maria José, Laura e Maria Josefina

Com poucos anos de exercício da profissão, aos 31 anos de idade, em 1952, o jovem engenheiro Plínio Costa já era convocado a assumir a direção do antigo Departamento de Águas e Esgotos do Estado do Paraná. Aprovado em concurso para integrar a equipe do Departamento de Estradas de Rodagem, lá também logo teve a sua competência reconhecida e, em 1956, já era o diretor-geral do órgão.

Dois anos mais tarde, era chamado para assumir a Secretaria de Estado da Fazenda, que chegou a acumular com a de Viação e Obras Públicas. Na Secretaria da Fazenda, lançou estadualmente a campanha “Seu Talão Vale Um Milhão”, que empolgou os paranaenses e resultou num salto incomum na arrecadação tributária.

Ao longo de sua movimentada e profícua vida pública, Plínio Costa também foi membro do Conselho Rodoviário Estadual, do Conselho Regional de Trânsito, do Conselho Técnico do Plano da Cidade-Estética, Urbanística e de Educação e Cultura da Prefeitura de Curitiba. Em 1971, assumia a presidência da Companhia de Telecomunicações do Paraná (Telepar), cargo que deixou para assumir, no ano seguinte, eleito em assembléia geral dos acionistas, a presidência da SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná.

Além de vice-governador, Plínio Costa também foi parlamentar. Deputado federal eleito e diplomado em 1962 chegou a ser vice-líder da maioria na Câmara Federal. Em 1965, sua presença como candidato a vice quebrou qualquer eventual resistência das forças mais conservadoras do estado à candidatura ao governo de Paulo Pimentel, um jovem, natural do interior de São Paulo, radicado no Norte do Paraná e sem qualquer vínculo com as famílias que, até então, comandavam a política e governavam o Paraná.

Simultaneamente com todas essas contribuições ao desenvolvimento do nosso estado, Plínio Costa nunca deixou de também colaborar na formação dos futuros novos engenheiros, como professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, na qual se aposentou, em 1980, no exercício da função de Pró-Reitor de Administração.

Por toda a inegável contribuição que ofereceu ao desenvolvimento do Paraná e pelo exemplo de vida digna e honrada, com certeza Plínio Franco Ferreira da Costa se faz merecedor desta homenagem por parte do Senado Federal.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 749, de 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador Meira Filho, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, em Brasília-DF.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e ex-Senador João Assis Meira Filho, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, em Brasília-DF.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

João Assis Meira Filho, ou simplesmente Meira Filho, como era conhecido, faleceu domingo, dia 8 deste mês de junho de 2008, no Hospital Brasília, Lago Sul de Brasília, vítima de aneurisma. Estava com 85 anos. Mas até três semanas antes ainda concedera entrevista à Radio Nacional, a propósito dos 50 anos da emissora, com cuja história se confundia. Jornalista e radialista, ele foi um dos iniciadores da Rádio Nacional, em Brasília. Por muitos anos, naquela época de pioneirismo, ele manteve programa que, como disse, fazia a intercomunicação entre os que construíam a nova Capital e as famílias que haviam deixado pelo País. Ao mesmo tempo, exerceu também a função de locutor oficial nos atos da Presidência da República. Foi seu programa popular, no entanto, que o tornou muito conhecido e querido e o acabou trazendo a esta Casa, com expressiva votação, como integrante da primeira bancada de Senadores do Distrito Federal. Foi Senador e Constituinte (1987/1995), deixando, depois, a atividade política. Pelo que fez, na política e no radialismo, Meira Filho torna-se merecedor da homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 750, de 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Luiz De Carvalho, ocorrido no dia 9 deste mês de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Luiz de Carvalho, ocorrido no dia 9 deste mês de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família.

Justificação

O radialista e jornalista Luiz de Carvalho, falecido no dia 9 deste mês de junho de 2008, no Rio de Janeiro-RJ, aos 89 anos de idade, marcou época no rádio e nos primeiros tempos da televisão. Por três décadas, de 50 a 70, ele apresentou, na Rádio Globo, programa matinal que tinha por slogan “Saúde, paz e amor” e era líder de audiência. Ali, abriu espaço para vários artistas, tendo passado por seu programa, entre outros, Roberto Carlos, Erasmo e Wanderléa, Jerry Adriani, Wanderley Cardoso, Os Vips, Leno e Lilian, Renato e seus Blue Caps. Nos anos 60, foi o apresentar do primeiro programa de auditório, ao vivo, da TV Globo, o “Tefefone”. Por sua contribuição à música popular, ao radialismo e à televisão, ele faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 751, DE 2008

Solicita a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal.

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 227, de 2008, de criação de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal, a fim de que passe a ser integrada de 8 (oito) juristas.

Justificação

O Processo Penal Brasileiro encontra-se regulado pelo Decreto-Lei nº 3.931, de 11 de dezembro de 1941. Nos seus sessenta e seis anos de vigência e apesar das alterações de que tem sido alvo, revela-se hoje inadequado às exigências de celeridade e eficácia, tendo em vista os mais atuais conceitos e teorias processuais penais que objetivam um direito processual funcional, instrumental, cuja decisão seja produzida em prazo razoável.

A experiência adquirida no âmbito da dogmática jurídica permite diagnosticar os principais problemas e insuficiências do Código de Processo Penal, o que toma o atual momento oportuno para a constituição de um grupo de alta qualificação auxiliar do Poder Legislativo. Mais do que proceder a alterações pontuais do atual Diploma Normativo impõe-se uma revisão estrutural

e conceitual, aproveitando seus méritos e corrigindo suas deficiências.

Vive-se um momento de violência amplamente disseminada em nossa sociedade, o que coloca em relevo a necessidade de eficácia punitiva penal. Em nome da segurança e previsibilidade jurídicas, o processo deve ser um instrumento de celeridade e distribuição de justiça, algo que não vem ocorrendo presentemente.

A constituição, portanto, de uma Comissão de Juristas voltada para a construção desse Projeto de Código de Processo Penal mostra-se oportuna e necessária para tomar o processo penal mais ágil, célere, eficaz e justo.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 752, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do fundador do famoso bloco de carnaval “Galo da Madrugada”, Enéas Freire, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, no Recife/PE.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do fundador do famoso bloco de carnaval “Galo da Madrugada”, Enéas Freire, ocorrido no dia 8 deste mês de junho de 2008, no Recife/PE.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da sua família e aos dirigentes do “Galo da Madrugada”.

Justificação

Aos 86 anos de idade, vítima de parada cardíaca, faleceu domingo, dia 8 deste mês de junho de 2008, no Recife/PE, Enéas Freire, que se notabilizou por haver fundado, na década de 70, o bloco de carnaval “Galo da Madrugada”, conhecido em todo o País. O bloco, que começou no bairro de São José, trouxe para as ruas do Recife, a alegria carnavalesca. Ele conseguiu levantar o carnaval de rua, como assinalou um dos seus filhos, o cantor Gustavo Travassos, responsável pelo abre-alas do bloco. Pelo que fez por essa grande festa do povo brasileiro, que é o carnaval, Enéas Freire faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 753, DE 2008

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro que seja enviado Voto de Congratulações à sua Eminência Reverendíssima, Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo, pela passagem, no dia 7 de junho, do centenário da Arquidiocese de São Paulo.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

Justificação

Há exatos 100 anos, a Diocese de São Paulo foi elevada à arquidiocese e iniciava uma caminhada evangelizadora na cidade que assumia ares de metrópole. A história eclesial de São Paulo revela que a cidade nasceu em 1554 com a Igreja Católica, quando da chegada da missão jesuíta, que instalou-se em uma pequena casa construída, entre outros, pelos padres Manuel de Paiva, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, auxiliados pelos índios da aldeia de Piratininga, da qual o cacique Tibiriçá era o chefe.

Ao pedir este Voto de Congratulações, quero agradecer a Deus pela dedicação do corpo eclesial que serviu e tem servido à arquidiocese nesses cem anos, na busca de perseverar o povo na fé católica, construindo o alicerce para formação de famílias cristãs e uma sociedade mais justa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 754, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa **Excelência** para representar o Senado Federal na “Expo-Zaragoza 2008 – Água e Desenvolvimento Sustentável”, a realizar-se na cidade de Zaragoza, Reino da Espanha, no dia 15 de junho de 2008, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 12 a 16 do corrente, para desempenhar a referida missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº 755, DE 2008

Tendo sido autorizada por Vossa **Excelência** para representar o Senado Federal na Exposição Internacional Zaragoza 2008 – EXPO 2008, a realizar-se na cidade de Zaragoza – Espanha, nos dias 12 a 16 de junho de 2008, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado, licença dos trabalhos da Casa no período de 12 a 16 de junho do corrente, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, Inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 12 a 16 de junho de 2008.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008. **Marisa Serrano**, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2008.

(Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

REQUERIMENTO Nº 49/2008–CDH

Requeiro, nos termos do artigo 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Externa composta por 3 (três) membros, com o desiderato de acompanhar **in loco**, junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

Justificação

O Estado brasileiro, quando da elaboração de sua Constituição Federal de 1988, adotou os princípios da prevalência dos direitos humanos, da defesa da paz e do repúdio ao terrorismo e ao racismo, entre outros, para reger suas relações internacionais.

Assim, o Brasil não pode ficar indiferente à luta desenvolvida pelos senadores colombianos, em particular, pelos que integram a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão da Paz, que vêm envidando incontáveis esforços, tanto no âmbito nacional, como continental e mundial, na busca da consolidação dos processos de paz e de defesa dos direitos humanos.

Diante do exposto, proponho a imediata criação de uma Comissão, no âmbito do Senado Federal brasileiro, com o firme intuito de, como uma atenta observadora do processo político, contribuir para a construção da paz e o respeito aos direitos humanos.

Sala das sessões, 5 de junho de 2008. – Senadores **Inácio Arruda**, **Flávio Arns**, **Giovani Borges**, **Fátima Cleide**, **Eduardo Suplicy**, **Paulo Paim**, **Geraldo Meselu**, **José Nery**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea **c**, item 6, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguaia, Estado do Tocantins*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado das Comunicações que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 80, DE 2008

– Nº 80/2008, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 703, de 2005, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Foi juntada cópia das informações referentes ao Requerimento nº 703, de 2005, ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2003, que se encontrava com a tramitação interrompida.

A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez criada pela Resolução nº 1, de 2007, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a competência para examinar a referida proposição é daquele Órgão técnico.

Neste sentido, a Presidência encaminha o **Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2003**, ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2008 (Nº 1.153/95, na Casa de origem)

Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A criação e a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica, em todo o território nacional, obedece aos critérios estabelecidos nesta lei.

§ 1º A utilização de animais em atividades educacionais fica restrita a estabelecimentos de ensino técnico de segundo grau da área biomédica e aos estabelecimentos de ensino superior.

§ 2º São consideradas como atividades de pesquisa científica todas aquelas relacionadas com ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico, produção e controle da qualidade de drogas, medicamentos, alimentos, imunobiológicos, instrumentos, ou quaisquer outros testados em animais, conforme definido em regulamento próprio.

§ 3º Não são consideradas como atividades de pesquisa as práticas zootécnicas relacionadas à agropecuária.

Art. 2º O disposto nesta lei aplica-se aos animais das espécies classificadas como **filo Chordata**, **subfilo Vertebrata**, observada a legislação ambiental.

Art. 3º Para as finalidades desta lei entende-se por:

I – **filo Chordata**: animais que possuem, como características exclusivas, ao menos na fase embrionária, a presença de notocorda, fendas branquiais na faringe e tubo nervoso dorsal único;

II – **subfilo Vertebrata**: animais cordados que têm, como características exclusivas, um encéfalo grande encerrado numa caixa craniana e uma coluna vertebral;

III – experimentos: procedimentos efetuados em animais vivos, visando à elucidação de fenômenos fisiológicos ou patológicos, mediante técnicas específicas e preestabelecidas;

IV – morte por meios humanitários: a morte de um animal em condições que envolvam, segundo as espécies, um mínimo de sofrimento físico ou mental.

Parágrafo único. Não se considera experimento:

I – a profilaxia e o tratamento veterinário do animal que deles necessite;

II – o anilhamento, a tatuagem, a marcação ou a aplicação de outro método com finalidade de identificação do animal, desde que cause apenas dor ou aflição momentânea ou dano passageiro;

III – as intervenções não-experimentais relacionadas às práticas agropecuárias.

CAPÍTULO II

Do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA

Art. 4º Fica criado o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA.

Art. 5º Compete ao Conceá:

I – formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica;

II – credenciar instituições para criação ou utilização de animais em ensino e pesquisa científica;

III – monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa;

IV – estabelecer e rever, periodicamente, as normas para uso e cuidados com animais para ensino e pesquisa, em consonância com as convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário;

V – estabelecer e rever, periodicamente, normas técnicas para instalação e funcionamento de centros de criação, de biotérios e de laboratórios de experimentação animal, bem como sobre as condições de trabalho em tais instalações;

VI – estabelecer e rever, periodicamente, normas para credenciamento de instituições que criem ou utilizem animais para ensino e pesquisa;

VII – manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados ou em andamento no País, assim como dos pesquisadores, a partir de informações remetidas pelas Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUA, de que trata o art. 8º desta lei;

VIII – apreciar e decidir recursos interpostos contra decisões das Ceua;

IX – elaborar e submeter ao ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, para aprovação, o seu regimento interno;

X – assessorar o Poder Executivo a respeito das atividades de ensino e pesquisa tratadas nesta lei.

Art. 6º O Conceá é constituído por:

I – Plenário;

II – Câmaras Permanentes e Temporárias;

III – Secretaria-Executiva.

§ 1º As Câmaras Permanentes e Temporárias do Conceá serão definidas no regimento interno.

§ 2º A Secretaria-Executiva é responsável pelo expediente do Conceá e terá o apoio administrativo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

§ 3º O Conceá poderá valer-se de consultores **ad hoc** de reconhecida competência técnica e científica, para instruir quaisquer processos de sua pauta de trabalhos.

Art. 7º O Conceá será presidido pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e integrado por:

I – 1 (um) representante de cada órgão e entidade a seguir indicados:

a) Ministério da Ciência e Tecnologia;

b) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;

c) Ministério da Educação e do Desporto;

d) Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

e) Ministério da Saúde;

f) Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

g) Conselho de Reitores das Universidades do Brasil CRUB;

h) Academia Brasileira de Ciências;

i) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;

j) Federação das Sociedades de Biologia Experimental;

l) Colégio Brasileiro de Experimentação Animal;

m) Federação Nacional da Indústria Farmacêutica;

II – 2 (dois) representantes das Sociedades Protetoras de Animais legalmente estabelecidas no País.

§ 1º Nos seus impedimentos, o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia será substituído, na presidência do Conceá, pelo Secretário-Executivo do respectivo Ministério.

§ 2º O presidente do Conceá terá o voto de qualidade.

§ 3º Os membros do Conceá não serão remunerados, sendo os serviços por eles prestados considerados, para todos os efeitos, de relevante serviço público.

CAPÍTULO III

Das Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUA

Art. 8º É condição indispensável para o credenciamento das instituições com atividades de ensino ou pesquisa com animais a constituição prévia de Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUA.

Art. 9º As CEUA são integradas por:

I – médicos veterinários e biólogos;

II – docentes e pesquisadores na área específica;

III – 1 (um) representante de sociedades protetoras de animais legalmente estabelecidas no País, na forma do Regulamento.

Art. 10. Compete à Ceua:

I – cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto nesta Lei e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para ensino e pesquisa, especialmente nas resoluções do Concea;

II – examinar previamente os procedimentos de ensino e pesquisa a serem realizados na instituição à qual esteja vinculada, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável;

III – manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados, ou em andamento, na instituição, enviando cópia ao Concea;

IV – manter cadastro dos pesquisadores que realizem procedimentos de ensino e pesquisa, enviando cópia ao Concea;

V – expedir, no âmbito de suas atribuições, certificados que se fizerem necessários perante órgãos de financiamento de pesquisa, periódicos científicos ou outros;

VI – notificar imediatamente ao Concea e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente com os animais nas instituições credenciadas, fornecendo informações que permitam ações saneadoras.

§ 1º Constatado qualquer procedimento em descumprimento às disposições desta Lei na execução de atividade de ensino e pesquisa, a respectiva Ceua determinará a paralisação de sua execução, até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

§ 2º Quando se configurar a hipótese prevista no § 1º deste artigo, a omissão da Ceua acarretará sanções à instituição, nos termos dos arts. 17 e 20 desta Lei.

§ 3º Das decisões proferidas pela Ceua cabe recurso, sem efeito suspensivo, ao Concea.

§ 4º Os membros da Ceua responderão pelos prejuízos que, por dolo, causarem às pesquisas em andamento.

§ 5º Os membros da Ceua estão obrigados a resguardar o segredo industrial, sob pena de responsabilidade.

CAPÍTULO IV

Das Condições de Criação e Uso de Animais para Ensino e Pesquisa Científica

Art. 11. Compete ao Ministério da Ciência e Tecnologia licenciar as atividades destinadas à criação de animais, ao ensino e à pesquisa científica de que trata esta lei.

§ 1º As normas para uso e criação de animais em ensino e pesquisa científica e de credenciamento de instituições, propostas pelo Concea, serão apresentadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia e adota-

das, no que couber, por intermédio dos instrumentos legais disponíveis.

§ 2º A fiscalização do cumprimento das normas para uso e criação de animais de que trata esta lei, dos procedimentos necessários ao credenciamento de instituições de que trata o inciso II do **caput** do art. 5º desta lei, bem como da aplicação das sanções previstas nos arts. 17 e 18 desta lei caberão a órgão específico do Poder Executivo, conforme dispuser o regulamento.

§ 3º Para a execução das atividades de fiscalização e credenciamento a que se refere o § 2º deste artigo, o Poder Executivo Federal poderá celebrar convênios com órgãos congêneres das esferas estaduais, distritais e municipais.

Art. 12. A criação ou a utilização de animais para pesquisa ficam restritas, exclusivamente, às instituições credenciadas no Concea.

Art. 13. Qualquer instituição legalmente estabelecida em território nacional que crie ou utilize animais para ensino e pesquisa deverá requerer credenciamento no Concea, para uso de animais, desde que, previamente, crie a Ceua.

§ 1º A critério da instituição e mediante autorização do Concea, é admitida a criação de mais de uma Ceua por instituição.

§ 2º Na hipótese prevista no 1º deste artigo, cada Ceua definirá os laboratórios de experimentação animal, biotérios e centros de criação sob seu controle.

Art. 14. O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado quando, antes, durante e após o experimento, receber cuidados especiais, conforme estabelecido pelo Concea.

§ 1º O animal será submetido a eutanásia, sob estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, conforme as diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, sempre que, encerrado o experimento ou em qualquer de suas fases, for tecnicamente recomendado aquele procedimento ou quando ocorrer intenso sofrimento.

§ 2º Excepcionalmente, quando os animais utilizados em experiências ou demonstrações não forem submetidos à eutanásia, poderão sair do biotério após a intervenção, ouvida a respectiva Ceua quanto aos critérios vigentes de segurança, desde que destinados a pessoas idôneas ou entidades protetoras de animais devidamente legalizadas, que por eles queiram responsabilizar-se.

§ 3º Sempre que possível, as práticas de ensino deverão ser fotografadas, filmadas ou gravadas, de forma a permitir sua reprodução para ilustração de práticas futuras, evitando-se a repetição desnecessária de procedimentos didáticos com animais.

§ 4º O número de animais a serem utilizados para a execução de um projeto e o tempo de duração de cada experimento será o mínimo indispensável para produzir o resultado conclusivo, poupando-se, ao máximo, o animal de sofrimento.

§ 5º Experimentos que possam causar dor ou angústia desenvolver-se-ão sob sedação, analgésica ou anestesia adequadas.

§ 6º Experimentos cujo objetivo seja o estudo dos processos relacionados à dor e à angústia exigem autorização específica da Ceua, em obediência a normas estabelecidas pelo Concea.

§ 7º É vedado o uso de bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas.

§ 8º É vedada a reutilização do mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto de pesquisa.

§ 9º Em programa de ensino, sempre que forem empregados procedimentos traumáticos, vários procedimentos poderão ser realizados num mesmo animal, desde que todos sejam executados durante a vigência de um único anestésico e que o animal seja sacrificado antes de recobrar a consciência.

§ 10. Para a realização de trabalhos de criação e experimentação de animais em sistemas fechados, serão consideradas as condições e normas de segurança recomendadas pelos organismos internacionais ao qual o Brasil se vincula.

Art. 15. O Concea, levando em conta a relação entre o nível de sofrimento para o animal e os resultados práticos que se esperam obter, poderá restringir ou proibir experimentos que importem em elevado grau de agressão.

Art. 16. Todo projeto de pesquisa científica ou atividade de ensino será supervisionado por profissional de nível superior, graduado ou pós-graduado na área biomédica, vinculado a entidade de ensino ou pesquisa credenciada pelo Concea.

CAPÍTULO V Das Penalidades

Art. 17. As instituições que executem atividades reguladas por esta lei estão sujeitas em caso de transgressão às suas disposições e ao seu regulamento, às penalidades administrativas de:

I – advertência;

II – multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$20.000,00 (vinte mil reais);

III – interdição temporária;

IV – suspensão de financiamentos provenientes de fontes oficiais de crédito e fomento científico;

V – interdição definitiva.

Parágrafo único. A interdição por prazo superior a 30 (trinta) dias somente poderá ser determinada em

ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, ouvido o Concea.

Art. 18. Qualquer pessoa que execute de forma indevida atividades reguladas por esta lei ou participe de procedimentos não autorizados pelo Concea será passível das seguintes penalidades administrativas:

I – advertência;

II – multa de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$5.000,00 (cinco mil reais);

III – suspensão temporária;

IV – interdição definitiva para o exercício da atividade regulada nesta lei.

Art. 19. As penalidades previstas nos arts. 17 e 18 desta lei serão aplicadas de acordo com a gravidade da infração, os danos que dela provierem, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 20. As sanções previstas nos arts. 17 e 18 desta Lei serão aplicadas pelo Concea, sem prejuízo de correspondente responsabilidade penal.

Art. 21. A fiscalização das atividades reguladas por esta Lei fica a cargo dos órgãos dos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento, da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, nas respectivas áreas de competência.

CAPÍTULO VI Disposições Gerais e Transitórias

Art. 22. As instituições que criem ou utilizem animais para ensino ou pesquisa existentes no País antes da data de vigência desta Lei deverão:

I – criar a Ceua, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a regulamentação referida no art. 25 desta Lei;

II – compatibilizar suas instalações físicas, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor das normas estabelecidas pelo Concea, com base no inciso V do **caput** do art. 5º desta Lei.

Art. 23. O Concea, mediante resolução, recomendará às agências de amparo e fomento à pesquisa científica o indeferimento de projetos por qualquer dos seguintes motivos:

I – que estejam sendo realizados sem a aprovação da Ceua;

II – cuja realização tenha sido suspensa pela Ceua.

Art. 24. Os recursos orçamentários necessários ao funcionamento do Concea serão previstos nas dotações do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 25. Esta lei será regulamentada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 26. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revoga-se a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

Nº 1.153, DE 1995

Regulamenta o inciso VII, do parágrafo 1º do artigo 225, da Constituição Federal, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais. e dá outras providências:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas e define as responsabilidades administrativa, civil e penal no uso das técnicas de criação, experimentação e a comercialização de animais para uso científico, visando preservar a utilização ética e segura dos animais, bem como a fiscalização das entidades dedicadas ao ensino, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, à produção, à comercialização e atividades afins.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se às espécies classificadas como "*Filo chordata*".

Parágrafo Único - Não serão consideradas como técnicas de experimentação animal as intervenções ligadas às práticas agropecuárias não experimental.

Art. 3º Para a realização de trabalhos de criação e experimentação de animais em sistemas fechados, serão consideradas as condições e normas de segurança NSB-1, NSB-2, NSB-3 e NSB-4, recomendadas pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Art. 4º As atividades previstas nesta Lei serão disciplinadas pelo Sistema Nacional de Controle de Animais de Laboratório - SINALAB, o qual será supervisionado pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Parágrafo Único - Junto ao SINALAB atuarão os seguintes órgãos e entidades, na forma do regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo:

a) Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;

b) Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

c) Ministério da Saúde;

d) Ministério da Ciência e Tecnologia;

e) Conselho Federal de Medicina Veterinária;

f) representante indicado pelo Presidente da República a partir da lista elaborada pelos Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Biologia, Conselho Federal de Farmácia, Conselho Federal de Biomedicina e Conselho Federal de Psicologia;

g) Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras;

h) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;

i) Colégio Brasileiro de Experimentação Animal;

j) representantes das Sociedades de Protetores de Animais legalmente estabelecidas no País;

l) representante de Organização Não-Governamental que desenvolva atividades relacionadas ao Meio Ambiente.

Art. 5º O Sistema Nacional de Controle de Animais de Laboratório, cujo órgão-central será definido pelo Poder Executivo, será composto por dois subsistemas: I) Técnica de Manejo de Animais, e II) Bioética.

Parágrafo Único - O Órgão-Central do SINALAB poderá valer-se de consultores *ad hoc*, desde que tenham reconhecida competência técnica e científica.

Art. 6º Compete ao Órgão-Central do SINALAB:

I - propor a Política Nacional de Criação e Experimentação de Animais;

II - acompanhar o desenvolvimento técnico-científico da criação e manejo de animais, e em áreas afins, no estrito respeito à ética e às técnicas corretas de criação e experimentação animal;

III - propor pesquisas e estudos destinados a avaliar o uso racional de animais em experimentos, e relacionar-se com instituições, em nível nacional e internacional:

IV - propor a regulamentação desta Lei, bem como a sua atualização, e instituir normas e padrões de qualidade e segurança e redução do sofrimento dos animais;

V - implantar um cadastro nacional de todos os profissionais e instituições com atuação na área da criação e experimentação animal;

VI - estabelecer mecanismos de funcionamento da Comissão Institucional de Controle dos Biotérios (CICB), no âmbito de cada instituição;

VII - propor a regulamentação da entrada no País, o transporte, a armazenagem e a destruição dos animais;

VIII - definir quais as espécies que serão consideradas animais de experimentação no âmbito desta Lei;

Parágrafo Único - As competências abrangidas pelo SINALAB serão exercidas complementarmente àquelas deferidas a outros órgãos dentre aqueles relacionados no art. 4º desta Lei.

Art. 7º Serão encaminhados aos órgãos de fiscalização do SINALAB, para análise e deliberação, os pedidos de credenciamento das instituições cabendo-lhes também a aplicação das penalidades administrativas previstas nesta Lei, na forma do regulamento.

Art. 8º Nenhum projeto ou atividade envolvendo animais, na forma do art. 2º desta Lei, poderá ser iniciado sem a prévia licença de órgão específico atuante no SINALAB, na forma do regulamento, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 1º - O pedido de licença deverá ser acompanhado de relatório técnico e do projeto arquitetônico e de manejo com as informações precisas sobre a localização e área de influência do projeto, riscos previsíveis, imediatos ou diferidos, como os métodos utilizados e respectivas referências bibliográficas atualizadas e, em especial, as seguintes informações:

a) sobre pessoal e respectiva formação;

b) relativas a espécie a ser utilizada, descrevendo suas características;

c) sobre monitorização, controle, tratamento, eliminação de resíduos e planos de emergências.

§ 2º - Os projetos aprovados pelos órgãos componentes do SINALAB serão publicados por conta do solicitante no Diário Oficial da União e em periódico de grande circulação no local onde o projeto será realizado.

§ 3º - O Órgão-Central do SINALAB fixará outras diretrizes para os relatórios exigidos neste artigo.

Art. 9º Os projetos que envolvam criação, comercialização e experimentação animal só poderão ser realizados por instituição pública ou privada cadastrada junto ao SINALAB, sendo vedada a participação de pessoas físicas.

§ 1º - Cada instituição que desenvolva projetos de criação e experimentação animal deverá formar uma Comissão Institucional de Controle de Biotérios (CICB) e possuir um médico veterinário responsável, cadastrado junto aos órgãos competentes no âmbito do SINALAB.

§ 2º - As organizações públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, financiadoras ou patrocinadoras de atividades previstas nesta Lei, deverão certificar-se da idoneidade técnico-científica e da plena adesão dos entes financiados, patrocinados ou contratados as normas e mecanismos de salvaguardas previstos nesta Lei, sob pena de tornarem-se co-responsáveis pelos eventuais efeitos advindos de seu descumprimento.

Art. 10 É da responsabilidade solidária da instituição, da CICB e do médico veterinário:

I - só iniciar projetos após a obtenção da respectiva licença, bem como cumprir as normas e regulamentos específicos emanados dos órgãos do SINALAB;

II - notificar imediatamente ao SINALAB e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente, fornecendo informações que permitam ações saneadoras;

III - manter informados os trabalhadores da instituição e qualquer pessoa ou coletividade, sobre todas as questões relacionadas com a criação e experimentação animal.

Parágrafo Único - Outras responsabilidades da CICB e do médico veterinário serão fixadas pelo Órgão-Central do SINALAB.

Art. 11 São obrigações das instituições de pesquisa, dentre outras previstas em legislação específica estabelecidas por órgãos atuantes no SINALAB:

- a) monitorar frequentemente a sanidade do animal;
- b) manter uma relação dos protocolos de experimentos por um período mínimo de 10 (dez) anos.

Art. 12 A importação, comercialização e o uso de animais para serem utilizados na forma desta Lei dependerão de licença prévia dos órgãos que atuam junto ao SINALAB, na forma do regulamento.

Art. 13 Sem prejuízo das penalidades definidas em outras legislações, o não cumprimento desta Lei, de seus regulamentos e das resoluções do SINALAB sujeitará:

I) as instituições infratoras:

- a) à multa diária, de no mínimo 50 (cinquenta) e, no máximo a 1.000 (mil) UFIR. (Unidade Fiscal de Referência), agravada em caso de reincidência específica;
- b) à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;
- c) à suspensão de sua atividade;
- d) à proibição de desenvolver projetos que envolvam trabalhos com animais.

II) aos médicos veterinários transgressores:

- ao impedimento para assumir responsabilidade como técnico na área de criação e experimentação de que trata esta Lei.

Parágrafo Único - As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas alternada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração.

Art. 14 O Poder Executivo alocará, anualmente, dotação orçamentária suficiente para manter as ações do SINALAB e para a realização de investimentos e de financiamento de programas de melhoria das atividades científicas e técnicas previstas nesta Lei.

Parágrafo Único - Além das dotações previstas no "caput" deste artigo o SINALAB poderá utilizar recursos provenientes de doações, taxas pelo exercício do poder de polícia e outras operações financeiras decorrentes desta Lei.

Art. 15 Desenvolver técnicas de criação e experimentação animal em desacordo com as exigências e padrões estabelecidos nesta Lei, em seu regulamento e em resoluções aprovadas no âmbito do SINALAB:

Pena: reclusão de 1(um) a 5 (cinco) anos e multa.

Parágrafo Único - Se o crime é culposo:

Pena: reclusão de 1 (um) ano a 3 (três) anos e multa.

Art. 16 Omitir, em relatórios ou em informações prestadas aos órgãos fiscalizadores das atividades reguladas nesta Lei ou ao Ministério Público, declaração que deles deveria constar, ou neles inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita.

Pena: reclusão de 1(um) a 5 (cinco) anos e multa.

Art. 17 Introduzir no mercado ou no meio ambiente animais sem a licença específica da autoridades competente.

Pena: reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos e multa.

Art. 18 A pessoa jurídica que concorrer de qualquer modo para os crimes previstos nos artigos antecedentes estará sujeita às mesmas penas de multa, aumentadas em até 200 (duzentas) vezes.

Art. 19 Deixar ou retardar, indevidamente, o funcionário público ou dirigentes ou membros dos órgãos que atuam no âmbito do SINALAB, de praticar ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa desta Lei.

Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 20 Retardar ou recusar pedido de informações de órgão público, referente ao objeto desta Lei.

Pena: reclusão de 6(seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 21 Criar obstáculos ou dificultar a ação dos agentes de fiscalização.

Pena: reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 22 As penas de privação de liberdade poderão ser substituídas por outras de prestação de serviço à comunidade, supervisionadas por organizações de proteção dos animais ou do meio ambiente, num prazo nunca inferior a 2 (dois) anos, observados os requisitos dos incisos II e III do Art. 44 do Código Penal.

Art. 23 As ações civis e criminais fundadas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o fato ou o dano, cujo o juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

Parágrafo Único - Intervindo a União como parte, os recursos serão julgados pelo Tribunal Regional Federal.

Art. 24 As instituições que estiverem desenvolvendo atividade regulada nesta Lei deverão apresentar no Órgão-Central do SINALAB, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do regulamento, relatório circunstanciado do projeto em andamento, observando-se o prazo de 2 (dois) anos para a adequação às normas estabelecidas na regulamentação desta Lei.

Parágrafo Único - Verificada a existência de procedimentos inadequados para com os animais o Órgão-Central do SINALAB determinará a interdição da atividade.

Art. 25 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 6.638, de 08/05/1970, e as disposições em contrário.

J U S T I F I C A T I V A

Vários setores da sociedade brasileira tem se mobilizado no sentido de o País adotar uma lei atualizada sobre a utilização de animais em laboratórios, para fins de pesquisa científica.

O uso de animais nas pesquisas científicas, apesar de ser destacado como uma questão de fundamental importância pelas comunidades científica e empresarial, tem sido historicamente uma área de conflitos entre os pesquisadores, as instituições farmacêuticas e biotecnológicas com algumas Organizações Não Governamentais - ONGs, apesar de ser fundamental para o avanço da pesquisa, do controle de qualidade e produção de diversos insumos de uso na Medicina e outras ciências biológicas.

Buscando a necessária regulamentação desta questão e procurando responder aos anseios da sociedade para que o País possua uma legislação moderna. Na nossa opinião, a lei deve tomar por base as normas já existentes no nível internacional e considerar a atual capacitação científica e tecnológica brasileira, procurando também uma resolução para as divergências com Organizações Não Governamentais - ONGs.

A lei visa a regulamentação do art. 225, inciso VII, § 1º, da Constituição Federal e revogar a Lei nº 6.638, de 08 de maio de 1970.

Ressalto, ainda, que qualquer regulamentação no campo da moderna biologia precisa estar sempre ajustada a seu vertiginoso desenvolvimento. Por isso, entre outros pontos, o presente Projeto de Lei, regulamenta as atividades ligadas ao ensino, a pesquisa, a produção, a comercialização e a importação de animais de laboratório; cria o Sistema Nacional de Controle de Animais de Laboratórios - SINALAB, vinculando-o ao Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; regulamenta a participação de representantes dos órgãos públicos da área de meio ambiente, agricultura, saúde e

ciência e tecnologia, e representantes das organizações da sociedade civil, inclusive organizações não-governamentais que trabalham nas atividades de proteção aos animais, definindo as responsabilidades das instituições que trabalham com a pesquisa em animais de laboratório, bem como de seus responsáveis técnicos; estabelece as penalidades para o descumprimento da Lei, concedendo também prazo para as instituições públicas regulamentarem esta Lei e as instituições de pesquisa se adequarem à mesma e a seus regulamentos.

Este projeto tem ainda a necessária flexibilidade no sentido de não prejudicar nem burocratizar as diversas e múltiplas intervenções ligadas às práticas agropecuárias não experimental, não as considerando como técnicas de experimentação animal, e desta forma, não prejudicando as atividades de produtores agropecuários que fazem suas intervenções visando o aumento da produção, e não abrangendo experimentos com animais de laboratório.

Em acordo com os interesses da comunidade científica, é premente que o Congresso Nacional examine e discuta esta proposta que, a nosso ver, aprova uma Lei eficaz e necessária.

Assim, solicito a compreensão e atenção de meus ilustres pares no sentido de analisar um projeto de tanta relevância para a área científica.

Sala das Sessões 26 de outubro de 1995.


Deputado Sergio Arouca

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO VI
Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

.....
LEI Nº 6.638, DE 8 DE MAIO DE 1979.

Estabelece normas para a prática didático-científica da vivissecção de animais e determina outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica permitida, em todo o território nacional, a vivissecção de animais, nos termos desta Lei.

Art. 2º Os biotérios e os centros de experiências e demonstrações com animais vivos deverão ser registrados em órgão competente e por ele autorizados a funcionar.

Art. 3º A vivissecção não será permitida:

I – sem o emprego de anestesia;

II – em centro de pesquisas os estudos não registrados em órgão competente;

III – sem a supervisão de técnico especializado;

IV – com animais que não tenham permanecido mais de quinze dias em biotérios legalmente autorizados;

V – em estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus e em quaisquer locais freqüentados por menores de idade.

Art. 4º O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos das experiências que constituem a pesquisa ou os programas de aprendizado cirúrgico, quando, durante ou após a vivissecção, receber cuidados especiais.

§ 1º Quando houver indicação, o animal poderá ser sacrificado sob estrita obediência às prescrições científicas.

§ 2º Caso não sejam sacrificados, os animais utilizados em experiências ou demonstrações somente poderão sair do biotério trinta dias após a intervenção,

desde que destinados a pessoas ou entidades idôneas que por eles queiram responsabilizar-se.

Art. 5º Os infratores desta Lei estarão sujeitos:

I – às penalidades cominadas no art. 64, **caput**, do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, no caso de ser a primeira infração;

II – à interdição e cancelamento do registro do biotério ou do centro de pesquisa, no caso de reincidência.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei, especificando:

I – o órgão competente para o registro e a expedição de autorização dos biotérios e centros de experiências e demonstrações com animais vivos;

II – as condições gerais exigíveis para o registro e o funcionamento dos biotérios;

III – órgão e autoridades competentes para a fiscalização dos biotérios e centros mencionados no inciso I.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Projeto que acaba de ser lido vai às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 284, DE 2008

– Nº 284/2008, de 4 do corrente, encaminhando o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1991 (nº 3.491/93, naquela Casa), que *dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências*.

É o seguinte o Substitutivo recebido:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 1991
(nº 3.491/1993, naquela Casa)

Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Oceanógrafo aos portadores de diploma:

I – devidamente registrado de bacharel em curso de oceanografia, expedido por instituição brasileira de ensino superior oficialmente reconhecida;

II – expedido por instituição estrangeira de ensino superior, revalidado na forma da lei, cujos cursos foram considerados equivalentes aos mencionados no inciso I do **caput** deste artigo.

Parágrafo único. É livre também o exercício da profissão de Oceanógrafo aos portadores de diploma de bacharel, devidamente registrado, em curso de oceanologia expedido pela Fundação Universidade do Rio Grande.

Art. 2º E igualmente assegurado o livre exercício da profissão de Oceanógrafo aos que, embora não habilitados na forma do art. 1º desta Lei, sejam possuidores de diplomas registrados em curso superior de graduação em outras áreas de conhecimento ligadas às geociências, ciências exatas, naturais ou do mar, inclusive os diplomados pela Escola Naval, com aperfeiçoamento em hidrografia e que tenham exercido ou estejam exercendo atividades oceanográficas por um período de 5 (cinco) anos, em entidade pública ou privada, devidamente comprovadas perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único. Nas condições estabelecidas no **caput** deste artigo, o registro deve ser requerido no prazo máximo de 5 (cinco) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

Art. 3º Os oceanógrafos, sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais, igualmente habilitados na forma da legislação vigente, poderão:

I – formular, elaborar, executar, fiscalizar e dirigir estudos, planejamento, projetos e/ou pesquisas científicas básicas e aplicadas, interdisciplinares ou não, que visem ao conhecimento e à utilização racional do meio marinho, em todos os seus domínios, realizando, direta ou indiretamente:

a) levantamento, processamento e interpretação das condições físicas, químicas, biológicas e geológicas do meio marinho, suas interações, bem como a previsão do comportamento desses parâmetros e dos fenômenos a eles relacionados;

b) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas de exploração, exploração, beneficiamento e controle dos recursos marinhos;

c) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas de preservação, monitoramento e gerenciamento do meio marinho;

d) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas oceanográficas relacionadas às obras, instalações, estruturas e quaisquer empreendimentos na área marinha;

II – orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público;

III – realizar perícias, emitir e assinar pareceres e laudos técnicos;

IV – dirigir órgãos, serviços, seções, grupos ou setores de oceanografia em entidades autárquicas, privadas ou do poder público.

Parágrafo único. Compete igualmente aos oceanógrafos, ainda que não privativo ou exclusivo, o exercício de atividades ligadas à limnologia, aquicultura, processamento e inspeção dos recursos naturais de águas interiores.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI APROVADO PELO SENADO E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO.

Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de oceanógrafo aos portadores de diploma:

I – devidamente registrado de bacharel em curso de Oceanografia, expedido por instituição brasileira de ensino superior oficialmente reconhecida;

II – expedido por instituição estrangeira de ensino superior, revalidado na forma da lei, cujos cursos forem considerados equivalentes aos mencionados no inciso I.

Parágrafo único. É livre também o exercício da profissão de oceanógrafo aos portadores de diploma de bacharel devidamente registrado, em curso de Oceanologia, expedido pela Fundação Universidade do Rio Grande.

Art. 2º É igualmente assegurado o livre exercício da profissão de oceanógrafo aos que, embora não habilitados na forma do artigo anterior, preencham as condições abaixo relacionadas:

I – sejam possuidores de diplomas registrado em curso superior de graduação em outras áreas de conhecimento ligadas às geociências, ciências exatas, naturais ou do mar, inclusive os diplomados pela Escola Naval, com aperfeiçoamento em hidrografia e que tenham exercido ou estejam exercendo atividades

oceanográficas por um período de cinco anos, em entidade pública ou privada, devidamente comprovadas perante órgão superior de fiscalização profissional.

Parágrafo único. Nas condições do inciso anterior, o registro deve ser requerido no prazo máximo de cinco anos, a contar da data de vigência desta Lei.

Art. 3º O salário mínimo do Oceanógrafo é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos nesta Lei.

Art. 4º A jornada diária de oito horas de trabalho do Oceanógrafo terá remuneração mínima de Cr\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), valores estes referentes ao mês de outubro de 1991.

§ 1º No caso de jornada diária de trabalho superior a oito horas, a fixação do salário será feita tomando-se por base o custo da hora fixada neste artigo, acrescidas de cinquenta por cento as horas excedentes às oito horas diárias.

§ 2º Quando embarcados, a remuneração dos serviços prestados pelos Oceanógrafos será fruto de contrato específico de trabalho entre as partes interessadas.

Art. 5º Os Oceanógrafos, sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais, igualmente habilitados na forma da legislação vigente, poderão:

I – formular, elaborar, executar, fiscalizar e dirigir estudos, planejamento, projetos e/ou pesquisas científicas básicas e aplicadas, interdisciplinares ou não, que visem o conhecimento e a utilização racional do meio marinho, em todos os seus domínios, realizando, direta ou indiretamente:

a) levantamento, processamento e interpretação das condições físicas, químicas, biológicas e geológicas do meio marinho, suas interações, bem como a previsão do comportamento desses parâmetros e dos fenômenos a eles relacionados;

b) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas de exploração, exploração, beneficiamento, inspeção e controle dos recursos marinhos;

c) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas de preservação, saneamento, monitoramento e gerenciamento do meio marinho;

d) desenvolvimento e aplicação de métodos, processos e técnicas oceanográficas relacionadas às obras, instalações, estruturas e quaisquer empreendimentos na área marinha;

II – orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associa-

ções de classe, entidades autárquicas, privadas ou do poder público;

III – realizar perícias, emitir e assinar pareceres e laudos técnicos;

IV – exercer o magistério, em qualquer nível, observadas as exigências pertinentes;

V – dirigir órgãos, serviços, seções, grupos ou setores de oceanografia em entidades autárquicas, privadas ou do poder público.

§ 1º Para o disposto neste artigo são considerados pertencentes ao meio marinho, além dos oceanos, os ambientes transicionais, isto é, as faixas de transição entre água doce e salgada e que sofrem influência desta, a saber: estuários, deltas, mangues, lagoas, lagoas costeiras e baías.

§ 2º Compete igualmente aos Oceanógrafos, ainda que não privativo ou exclusivo, o exercício de atividades ligadas à limnologia, aquicultura, processamento e inspeção dos recursos naturais de águas interiores.

Art. 6º Os infratores dos dispositivos desta Lei incorrerão em pena de advertência, particular ou pública, em suspensão do exercício profissional, até um ano, ou cancelamento do registro com a apreensão da carteira profissional, cumulada ou não com multa, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro em caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias contado a partir de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de dezembro de 1992. – Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 1991, vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008), e conforme o disposto no §2º do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes órgãos:

Governo Federal (Mensagem nº 46/2008-CN – nº 332/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008;

– Tribunal de Contas da União (Aviso nº 17/2008-CN – nº 454–GP/TCU/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008;

– Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 23/2008-CN – nº PGR/GAB/1027/2008, na origem), referentes ao período de maio de 2007 a abril de 2008,

– Câmara dos Deputados (Ofício nº 24/2008-CN – nº GP-O 1307/2008, na origem) referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008;

– Senado Federal (Ofício nº 25/2008-CN – Ato do Presidente do Senado Federal nº 9/2008, na origem), compreendendo a consolidação dos dados de maio de 2007 a abril de 2008;

– Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 26/2008-CN – nº 3068/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008;

– Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 27/2008-CN – Mensagem nº 34/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008;

– Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 28/2008-CN – nº 207/2008/TST/GDGSET/GP, na origem), referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008; e

– Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 29/2008-CN – nº 387/GP/2008, na origem), referente ao 1º quadrimestre de 2008.

Os expedientes lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 11 de junho, quarta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

Nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, comunico que me afasto a partir desta data do exercício do mandato de Senador da República, para assumir o cargo de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado da Casa Civil, no Governo de Estado do Rio de Janeiro, conforme cópia do **Diário Oficial** anexa.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2008. – Senador **Regis Fichtner**.

ATOS DO GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

DECRETO DE 3 DE JUNHO DE 2008

O Governador do Estado do Rio de Janeiro em exercício no ato de suas atribuições constitucionais e legais,

Resolve:

Exonerar a pedido REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA do cargo em comissão de Secretário de Estado símbolo SE, da Secretaria de Estado a Casa Civil.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 2008. – **Luiz Fernando de Souza**

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 4 de junho de 2008.

DECRETO DE 06 DE JUNHO DE 2008

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, em exercício no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

Resolve:

Nomear Regis Velasco Fichtner Pereira, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Estado, símbolo SE, da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 2008.

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 9 de junho de 2008.

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Tendo a honra de comunicar a Vossa **Excelência** que, reassumo hoje o exercício do mandato de Senador da República, pela Bancada do PMDB, do Estado do Rio de Janeiro, em substituição ao Senador Regis Fichtner.

Atenciosas saudações, **Paulo Duque**, Senador

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As comunicações que acabam de ser lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 64/2008 – GLDBAG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva como membro suplente, na Comissão de Educação e Esportes – CE.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa **Excelência**, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 65/2008 – GLDBAG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva a membro suplente, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 66/2008 – GLDBALG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva como membro suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência designa a Senadora Marina Silva para integrar, como suplente, as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Econômicos, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 67/2008 – GLDBAG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva como membro suplente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em substituição à Senadora Fátima Cleide.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 68/2008 – GLDBAG

Brasília, 10 de junho de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Fátima Cleide como membro titular, em substituição ao Senador João Pedro na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal de recursos públicos para organizações não

governamentais – ONG e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 419, de 2008, que *altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003; e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.*

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quanto teve a sua apreciação transferida, em virtude de acordo de Lideranças.

Transcorre hoje a décima primeira sessão em que a matéria está constando da pauta.

À Medida Provisória foram apresentadas duas emendas.

Quero esclarecer também que a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 5 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 6 de maio.

O Relator foi o Deputado Ademir Camilo, do PDT de Minas Gerais.

O prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período por Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 22, de 2008, e se esgotará no dia 18 de junho.

A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado no dia 14 de maio.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 529, DE 2008 – PLEN

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Filho, vem ao exame desta Casa, nos termos

do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 419, de 2008, que transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Para esse fim, o art. 1º da Medida Provisória altera a redação do parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, incluindo no rol de Ministros de Estado o Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

De seu turno, os arts. 2º e 3º da Medida Provisória modificam o texto da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, que criou a dita Secretaria, para contemplar a mudança no *status* do cargo de seu dirigente máximo.

Foram oferecidas duas emendas à Medida Provisória. A primeira, do Deputado Dr. Ubiali, altera o art. 1º da Medida Provisória, para excluir o Advogado-Geral da União do rol do parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 2003, que relaciona as autoridades consideradas Ministros de Estado.

A segunda emenda é do Deputado Onyx Lorenzoni, do DEM gaúcho, que modifica o art. 1º da Medida Provisória, para introduzir parágrafo no art. 25 da Lei nº 10.683, de 2003, com o objetivo de prever a obrigatoriedade de divulgação na Internet do currículo e da agenda diária *dos Ministros de Estado*, bem como de todo agente político ou ocupante de cargo da alta administração ou de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

II – Análise

A Medida Provisória não apresenta, em nosso entendimento, qualquer vício quanto à sua constitucionalidade ou juridicidade. Os pressupostos de relevância e urgência, previstos no *caput* do art. 62 da Constituição Federal, são indicados na Exposição de Motivos que acompanha a proposição, a qual aduz a necessidade de que o titular da referida Secretaria Especial passe a contar institucional e operacionalmente com a plenitude das funções de Ministro de Estado, de modo a permitir que se cumpra o objetivo de refletir a importância social, cultural e política que a questão da igualdade racial assumiu no cenário brasileiro e – por que não dizer aqui, no improviso deste Relator – no cenário internacional, principalmente a partir do momento em que Barack Obama ganha a disputa no Partido Democrata para concorrer às eleições dos Estados Unidos da América. Barack Obama poderá vir a ser o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos.

Ademais, Sr. Presidente, o conteúdo material da Medida Provisória nº 419, de 2008, não ultrapassa os limites fixados no art. 62, § 1º, bem como no art. 246, ambos da Lei Maior.

Quanto à adequação financeira e orçamentária desta Medida Provisória, que também deve ser examinada em cumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, cabe-nos dizer que a medida não importa em aumento de despesa, já que a transformação do cargo não acarretará mudança nos valores percebidos pelo titular em questão. De feito, o cargo de natureza especial de Secretário Especial tem a remuneração fixada pela Lei nº 11.526, de 2007, idêntica ao do subsídio previsto pelo Decreto Legislativo nº 113, de 2007, para os Ministros de Estado, correspondente ao valor de R\$10.748,43.

Com respeito ao mérito, verifica-se que a medida provisória consigna objetivo louvável ao conferir projeção apropriada à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão dedicado a questões de extrema relevância para a sociedade brasileira – ou seja, o combate aos preconceitos –, como a coordenação e a promoção de políticas públicas de igualdade e combate à discriminação.

A Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, rejeitou as emendas ofertadas à MP. Fê-lo com acerto. A nosso ver, elas tratam de matéria diversa daquela versada na medida provisória em exame e, como consequência, sua rejeição se impõe.

O art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional é claro ao vedar “a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória”. Ademais, por não guardarem relação com o objeto da medida provisória e disporem sobre matéria para a qual a iniciativa legislativa é reservada ao Presidente da República (art. 61, §1º, II, *a e c*, da Lei Maior), tais emendas padecem de vício de inconstitucionalidade formal.

Concluo, Sr. Presidente, com o voto.

Em face do exposto, considerando a compatibilidade da medida provisória com a Constituição, inclusive com a observância dos pressupostos de urgência e relevância, demonstrada a adequação financeira e orçamentária do ato, o qual se nos afigura meritório, nosso voto é pela aprovação da Medida Provisória nº 419, de 2008, e rejeição das emendas a elas apresentadas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Farei um apelo, naturalmente, a todos os Líderes para que aprovemos essa medida provisória. Há uma expectativa muito grande tanto de todas as comissões de direitos humanos das Câmaras de Vereadores, das Assembléias Legislativas e do próprio Congresso Nacional como, naturalmente, daqueles homens e

mulheres que lutam de forma permanente contra os preconceitos, o racismo e a discriminação.

O Governo Lula, com esse ato, Sr. Presidente, transformando essa Secretaria, dando-lhe o *status* de Ministério, na verdade atende a uma antiga reivindicação de brancos e negros que lutam pela igualdade.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº DE 2008

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 419, de 2008, que altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10. 678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Relator-Revisor: Senador(a)

I – Relatório

Vem ao exame desta Casa, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, a Medida Provisória (MPV) nº 419, de 2008, que transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Para esse fim, o art. 1º da MPV altera a redação do parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, incluindo no rol de Ministros de Estado o Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

De seu turno, os arts. 2º e 3º da MPV, modificam o texto da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, que criou a Secretaria, para contemplar a mudança no status do cargo de seu dirigente.

Foram oferecidas duas emendas à MPV em comentário. A primeira, do Deputado Dr. Ubiali, altera o art. 1º da MPV, para excluir o Advogado-Geral da União do rol do parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 2003, que relaciona as autoridades consideradas Ministros de Estado.

A segunda emenda, do Deputado Onyx Lorenzoni, modifica o art. 1º da MPV, para introduzir parágrafo no art. 25 da Lei nº 10.683, de 2003, com o objetivo de prever a obrigatoriedade de divulgação, na Internet, do currículo e da agenda diária dos Ministros de Estado, bem como de todo agente político, ou ocupante de

cargo da alta administração ou de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

II – Análise

A Medida Provisória não apresenta, em nosso entendimento, qualquer vício de constitucionalidade ou juridicidade. Os pressupostos de relevância e urgência, previstos no **caput** do art. 62 da Constituição Federal, são indicados na Exposição de Motivos que acompanha a proposição, a qual aduz a necessidade de que o titular da referida Secretaria Especial passe a contar institucional e operacional ente com a plenitude das funções de Ministro de Estado, de modo a permitir que se cumpra o objetivo de refletir a importância social, cultural e política que a questão da igualdade racial assumiu no cenário brasileiro.

Observa-se, ademais, que o conteúdo material da Medida Provisória nº 419, de 2008, não ultrapassa os limites fixados no art. 62, § 1º, bem como no art. 246, ambos da Lei Maior.

Quanto à adequação financeira e orçamentária da MPV, que também deve ser examinada, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, cabe-nos dizer que a medida não importa aumento de despesa, já que a transformação do cargo não acarretará mudança nos valores percebidos pelo seu titular. De feito, o cargo de natureza especial de Secretário Especial tem a remuneração fixada pela Lei nº 11.526, de 2007, idêntica ao do subsídio previsto pelo Decreto Legislativo nº 113, de 2007, para os Ministros de Estado, correspondente a R\$10.748,43.

Com respeito ao mérito, verifica-se que a Medida Provisória consigna objetivo louvável, ao conferir projeção apropriada à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão dedicado a questões de extrema relevância para a sociedade brasileira, como a coordenação e promoção de políticas públicas de igualdade e combate à discriminação.

A Câmara dos Deputados rejeitou as emendas ofertadas à MPV.

Fê-lo com acerto. A nosso ver, elas tratam de matéria diversa daquela versada na medida provisória em exame e, como consequência, sua rejeição se impõe.

O art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional é claro ao vedar “a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória. Ademais, por não guardarem relação com o objeto da MPV e disporem sobre matéria para a qual a iniciativa legislativa é reservada ao Presidente da República (art. 61, § 1º, II, a

e c, da Lei Maior), tais emendas padecem de vício de inconstitucionalidade formal.

II – Voto

Em face do exposto, considerando a compatibilidade da MPV com a Constituição, inclusive quanto à observância dos pressupostos de urgência e relevância, demonstrada a adequação financeira e orçamentária do ato, o qual se nos afigura meritório, nosso voto é pela aprovação da Medida Provisória nº 419, de 2008, e rejeição das emendas a ela apresentadas.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2008.



Relator-Revisor

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Paulo Paim, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação da medida provisória.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para discutir os pressupostos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para discutir os pressupostos, diria melhor, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, já inscrito; em seguida, aos Senadores José Agripino, Alvaro Dias e Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mário Couto, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Flexa Ribeiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mário Couto e Flexa Ribeiro, como não poderia deixar de ser. Também o Senador Papaléo Paes.

Senador Antonio Carlos Júnior, V. Exª quer inscrever-se?

Para discutir a admissibilidade ou o mérito?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Os dois, Sr. Presidente. Ele quer discutir os dois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A admissibilidade.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para encaminhar a votação dos pressupostos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 419, de 2008, foi editada com o objetivo de transformar o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no de Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Inicialmente, esta MP não atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, pressupostos essenciais para podermos adentrar na análise de seu mérito. Não há qualquer situação fática que justifique a urgência da alteração legislativa ventilada por esta proposição, bem como o elemento de relevância que torne o uso de uma medida provisória o instrumento indispensável à aplicação das políticas e programas deste Governo. A matéria deveria ter sido encaminhada por projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, que, diante de uma necessidade superveniente que justificasse a celeridade na tramitação, teria ainda o instrumento de solicitar a sua urgência constitucional.

É importante salientar como tem se manifestado o Supremo Tribunal Federal, diante da falta de urgência e relevância das Medidas Provisórias:

A crescente apropriação institucional do poder de legislar, por parte dos sucessivos Presidentes da República, tem despertado graves preocupações de ordem jurídica, em razão do fato de a utilização excessiva das medidas provisórias causar profundas distorções que se projetam no plano das relações políticas entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Nada pode justificar a utilização abusiva de medidas provisórias, sob pena de o Executivo, quando ausentes razões constitucionais de urgência, necessidade e relevância material, investir-se, ilegitimamente, na mais importante função institucional que pertence ao Congresso Nacional, vindo a converter-se, no âmbito da comunidade estatal, em instância hegemônica de poder, afetando, desse modo, com grave prejuízo para o regime das liberdades públicas e sérios reflexos sobre o sistema de *checks and balances*, a relação de equilíbrio que necessariamente deve existir entre os Poderes da República.

Isso advém, Sr. Presidente, do cérebro lúcido e privilegiado do Ministro Celso de Mello, falando sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.213-MC.

Muito bem, Sr. Presidente. Prossigo, ainda com aspas, desta vez para essa notável figura que é o Ministro Moreira Alves:

O que justifica a edição dessa espécie normativa, com força de lei, em nosso Direito Constitucional, é a existência de um estado de necessidade, que impõe ao Poder Público a adoção imediata de providências, de caráter legislativo, inalcançáveis segundo as regras ordinárias de legiferação, em face do próprio *periculum in mora* que fatalmente decorreria do atraso na concretização da prestação legislativa. (...)

Não é muito a minha praia a argumentação jurídica, mas eu aqui repito Moreira Alves, como repetia Celso de Mello. Mas fico feliz de ver que o Senador Mercadante me olhava com olhar de admiração, o que só demonstra a sua generosidade e seu carinho em relação a este seu companheiro.

É inquestionável que as medidas provisórias traduzem, no plano da organização do Estado e na esfera das relações institucionais entre os Poderes Executivo e Legislativo, um instrumento de uso excepcional. A emanção desses atos, pelo Presidente da República, confira momentânea derrogação ao princípio constitucional da separação dos poderes.” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº221 – MC, Relator Ministro Moreira Alves, voto do Ministro Celso de Mello)

Não obstante a falta de pressupostos constitucionais de urgência e relevância, a análise de seu mérito se revela igualmente desprovida de argumentos contundentes. Como a estrutura administrativa da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial já apresenta todo o aparelhamento institucional e autonomia para aplicar as políticas públicas pertinentes ao seu campo de trabalho, em paralelo a mesma estrutura dos Ministérios, não há argumentos de transformar o seu cargo de Secretário em Ministro, uma vez que, na prática, não influenciará em qualquer melhora na eficiência dos trabalhos desenvolvidos pela referida Secretaria.

O que se vislumbra nesse contexto é um artifício ardil, canhestro, eu diria até vergonhoso, para beneficiar o novo Secretário, um Parlamentar que, portanto, não poderia ir para a Secretaria, mas poderia ir para o Ministério – essa é que é a verdade –, com a prerrogativa constitucional de poder optar pelo recebimento de subsídios de parlamentar no lugar de Ministro. Esse é o objetivo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço um tempinho para concluir.

Estamos aqui a discutir subsídios, proventos, vencimentos e não algo que signifique subtração ou adição de perspectiva de políticas públicas em favor da igualdade racial. Ninguém, em sã consciência, seria contra a luta pela igualdade racial.

A Constituição Federal dá esta prerrogativa somente para os cargos de Ministro de Estado, e não para os outros existentes na estrutura do Poder Executivo.

Esta Medida Provisória prevê ainda a criação de um cargo de nível de DAS 6, cujo salário é superior a R\$10 mil, o que se demonstra totalmente desnecessário, tendo em vista a Secretaria já dispor de cargos suficientes para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

Nesse sentido, a Medida Provisória nº 419, de 2008, não apresenta, inquestionavelmente, os requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como apresenta argumentos que julgo sofríveis e inconsistentes para a aprovação de mérito pelo Senado Federal.

E olhe que apóio, entusiasmado, a luta do Senador Paulo Paim pela igualdade racial. É um Senador de enorme brilho, como era um Deputado de enorme brilho, quando cuida das políticas nas quais se especializa. Mas, sinceramente, a Secretaria propicia a possibilidade de políticas públicas, o Ministério propicia a possibilidade de políticas públicas. Por que sair da Secretaria Especial para o Ministério? Simplesmente para o Deputado perceber mais. E isso é pouco, isso não justifica, não é assim que se faz a melhor abordagem da questão, porque não está em jogo aí a luta pela igualdade racial, está em jogo aí um ardil, está em jogo um artifício.

E é contra esse artifício – e por achá-lo inconstitucional – que o PSDB encaminha pela inadmissibilidade da Medida Provisória que transforma a Secretaria em Ministério, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador José Agripino, V. Ex^a tem a palavra para encaminhar a votação dos pressupostos. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Romeu Tuma, estamos vivendo uma situação, junto às Comissões, que gostaria que V. Ex^a pudesse levar ao conhecimento do Presidente Garibaldi. Eu, pessoalmente, levarei também.

As Comissões estão tendo muita dificuldade de aprovar matérias que exigem quórum qualificado. Os projetos que vêm da Câmara dos Deputados e não exigem quórum qualificado, porque são terminativos, são aprovados prontamente pelas Comissões, ou seja, o processo legislativo do Senado está basicamente parado e o processo legislativo da Câmara flui facilmente no Senado Federal. Em razão do quê? Em razão de sessões comemorativas, pela manhã, às terças e quartas-feiras. A Dr. Cláudia, Secretária-Geral da Mesa, comunga com essa preocupação. Faço um apelo para que a Presidência da Casa olhe com carinho essa situação das datas e dos horários das sessões comemorativas porque há um prejuízo efetivo ao andamento e à votação das matérias junto às Comissões do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tenho certeza de que o Presidente acatará a sugestão de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador João Tenório, estamos com uma MP *sui generis*. Pela frente temos algumas medidas provisórias. Uma delas trata de abertura de crédito extraordinário para atender as populações flageladas pelas enchentes do Nordeste, dentre outros. Isso é urgente? É. É relevante? É. É constitucional? É. É amparado pelo art. 62 da Constituição. Se é, então vamos votar. Até porque o instituto da medida provisória que foi criado pela Constituinte da qual participei é um instrumento que, se bem aplicado, produz bons resultados para o País.

Mas, em compensação, há uma outra MP, que já mereceu o meu voto contra e vai merecer de novo, que abre um crédito extraordinário para que o BNDES possa receber produto do excesso de arrecadação da União, R\$12,5 bilhões. Uma outra, que foi aprovada contra o meu voto, amplia o limite de crédito do BNDES, para receber esse dinheiro produto de excesso de arrecadação, transferido como crédito extraordinário, para emprestar à Venezuela, ao Equador, em vez de aplicar esse dinheiro na saúde do Brasil, como quer o Senador Tião Viana, como eu quero, como quer o Brasil todo.

Agora, esta MP, Senador Romeu Tuma, esta é *sui generis*, esta é a Medida Provisória Edson Santos, tem nome, endereço, digital. É incrível, absolutamente incrível

vel a ousadia do Governo em editar uma Medida Provisória que para o País não é urgente, não é relevante nem é constitucional. É para o indicado, para o indicado é urgente, é relevante e deve ser constitucional.

A que estou me referindo? Esta MP transforma a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministério de Estado, que cria a Chefia da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O objetivo é nobre? É nobre, sim. A promoção da igualdade racial é um bom gesto? Eu acho que é um bom gesto, sim. Promover igualdade de oportunidades, quebrar preconceitos acho que é bom, é bom sim. Agora, quem era a titular do cargo? Matilde Ribeiro, que foi exonerada ou pediu exoneração pelo mau uso do cartão corporativo. É aquela que comprou com o cartão corporativo coisas do *free shop* e, por essa razão, foi exonerada ou pediu exoneração. Ela era Deputada? Não. Ela era Parlamentar? Não. Então, ela poderia ser escolhida e o foi, e foi demitida porque entendeu-se que ela tinha feito, mau uso do cartão corporativo, não recomendava, e o País não aceitava, que ela continuasse no exercício do cargo de Secretária-Chefe de uma entidade que cuida de políticas de igualdade racial. Muito bem, e o Governo rapidamente cuidou de substituí-la. Encontrou quem, para satisfazer seus objetivos? Um Deputado Federal, o Deputado Edson Santos. O Deputado Edson Santos aceitou o convite? Aceitou, mas, para assumir a função, tinha de renunciar ao cargo de Deputado Federal...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ... renunciar ao mandato de Deputado Federal, porque a Constituição não permite que um Deputado Federal ou Senador ocupem funções que não seja a de Ministério.

E aí o que faz o Governo? Edita uma medida provisória. Incrível! Incrível a que ponto chegou o desrespeito do Governo, do Poder Executivo, ao Congresso Nacional.

Para satisfazer a uma exigência de um cidadão, de um Deputado Federal escolhido para ser secretário da entidade que cuida de política de igualdade racial, cria um ministério a mais. Cria despesa. Cria um ministério, cria um cargo de ministro.

Essa MP é urgente para o Ministro Edson Santos. É relevante para o Ministro Edson Santos. Não é nem urgente, nem relevante para o povo do Brasil. E muito menos é constitucional.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Eu acho, Senador Sérgio Guerra, um desrespeito ao Congresso editar-se uma medida provisória para entupir a pauta,

obstruir os debates congressuais. Uma medida provisória que tem objetivo claro: atender a um desejo do Governo de nomear um cidadão que para exercer a função tem que se mudar a legislação. E aí tome-lhe medida provisória.

Por que não fez isso através de um projeto de lei, para tramitar, receber emendas? E, enquanto tinha esse seu objetivo, encontrava um outro titular, como a Matilde, que não era Deputada Federal.

É para agredir o Congresso? Confrontar com o Congresso? Provocar a Oposição? Diminuir as prerrogativas do Congresso? Entupir a pauta do Congresso? É para isso?

Tenha paciência!

Tem que nos encontrar pela frente, Senador Romeu Tuma. Tem que nos encontrar pela frente, para que a gente defenda as prerrogativas do Congresso. Essa matéria não é nem urgente, nem relevante, nem constitucional.

Quero aqui dizer ao Senador Paulo Paim que tenho o maior respeito pelas causas que V. Ex^a defende. A igualdade racial é uma coisa nobre.

A política de igualdade racial, que V. Ex^a defende, assim como eu defendo, é uma coisa nobre. Mas usar medida provisória, que tem que ser urgente, relevante e constitucional, para fazer a vontade do Governo que quer nomear um Deputado Federal para exercer o posto de chefia que tem que ser transformado em Ministério, porque só assim é que o Dr. Edson dos Santos pode assumir a função, é demais com o Congresso Nacional. Já é demais com o Congresso!

Evidentemente que o meu Partido, numa manifestação de respeito ao Congresso Nacional, vota “Não”, logo, aos dispositivos de urgência, relevância e constitucionalidade, pedindo aos Senadores, aos Parlamentares que reflipam sobre o que está acontecendo e que votem “Não” numa atitude de legítima defesa.

O que nós estamos votando aqui, neste momento, é a afirmação, ou não, do Congresso. Não se trata de discutir o mérito e a política de igualdade racial, nem de avaliar as qualidades do indicado. Não. É o mérito, é a urgência, a relevância, o uso abusivo de medida provisória e o escárnio ao Congresso Nacional. É isso.

Por esse motivo, como legítima defesa, o voto do meu Partido é um sonoro “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

Tem V. Ex^a, por cinco minutos, a tribuna.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda hoje, em solenidade na Câmara dos Deputados, o Presidente do Congresso Nacional, Garibaldi Alves Filho, afirmava

que, no ano passado, 70% das sessões deliberativas estavam com a pauta trancada. Ou seja, deixamos de produzir em 70% das sessões deliberativas que realizamos em função das medidas provisórias.

Faz muito bem o Presidente Garibaldi em discursar. Imagino que deveria ir um pouco além do discurso. Deveria chegar à prática, à decisão que radicaliza, com a devolução agora das medidas provisórias que decretam a abertura de crédito extraordinário, em função de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Imagino que seria uma sinalização de postura nova. Imagino que seria a afirmação de uma disposição inquebrantável de mudar a realidade das medidas provisórias instituídas pelo Governo.

Ora, são afrontas à Constituição inexplicáveis. A de hoje é o absurdo dos absurdos, Senador Romeu Tuma. Esse Ministério, na prática, já existe. Essa secretaria tem *status* de Ministério. Não há nenhuma alteração de conteúdo com essa proposta. E essa secretaria existe desde o início do mandato do Presidente Lula. Tem *status* de ministério, tanto é que a Ministra demissionária era chamada de Ministra, e não de Secretária Matilde; a Ministra que pediu demissão em razão de irregularidades na utilização dos cartões corporativos.

Eu poderia dizer que nós estamos com esta medida provisória transformando o seis em meia dúzia. Na verdade, é isso que ocorre. Mas se justifica para tanto uma medida provisória? A Constituição vale tão pouco para o Governo, para o Presidente da República? Aliás, é a pergunta que se faz quando comemoramos os vinte anos da Constituição Cidadã, tão enaltecida pelo saudoso Ulysses Guimarães. O que pensa o Presidente desta Constituição? O que vale para o Presidente esta Constituição? Vale algo? A pergunta se justifica exatamente em razão dessa afronta como rotina, desse desrespeito como hábito, desta prática que se consagra a cada momento em razão de o Governo desejar impor a sua vontade sobre o Congresso Nacional. E o Presidente se sente confortável porque ele encontra aqui acolhida.

Esta medida provisória será aprovada. Eu disse que é o absurdo dos absurdos porque não existe nenhuma relevância, nenhuma urgência. O que existe é inconstitucionalidade. O que existe é desrespeito à Constituição. Nós damos um péssimo exemplo no Senado Federal. Todas as vezes que aprovamos uma medida provisória inconstitucional, nós estamos oferecendo o exemplo de desrespeito à Lei Maior do País. E se desrespeitamos a Lei Maior, Senador Romeu Tuma, como podemos exigir do cidadão que respeite a lei ordinária? Como podemos exigir do cidadão que respeite a lei que o obriga a pagar impostos no País?

É evidente que o exemplo que oferecemos não nos dá autoridade para exigirmos de quem quer que seja no País respeito à lei. Portanto, só posso proclamar isso como um ato da maior irresponsabilidade pública. E é uma autocrítica. Não posso, de forma alguma, individualizar, porque há aqui um Congresso Nacional que está consagrando esta obediência ao Poder Executivo, em vez de consagrá-la à legislação vigente no País, sobretudo a Carta Magna.

Por essa motivo, Sr. Presidente, mais uma vez, o registro do protesto, que, aliás, se está tornando cansativo, repetitivo, Senador Sérgio Guerra. Está-se tornando desgastante. Não faz bem à imagem, ao conceito do Poder Legislativo, que precisa recuperar a credibilidade com posições afirmativas.

Na discussão do mérito, Sr. Presidente, nós voltaremos à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cinco minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, não temo o ônus da antipatia por votar contra uma medida provisória, mas me ressinto profundamente pelo fato de, pela primeira vez, encaminhar algo diferentemente do que encaminha o meu querido companheiro, Senador Paulo Paim, que eu tenho como um dos parlamentares mais aplicados, mais corretos, aquele parlamentar que defende causas aqui no Senado Federal.

Mas, Senador Paulo Paim, perdoe-me por ser a primeira que vou encaminhar diferentemente de V. Ex^a. O Governo banalizou o instrumento da medida provisória, e banalizou sinalizando fortemente para que esse processo de banalização se estendesse para desmoralizar o Congresso Nacional.

Lembro-me aqui de uma tentativa também bem sucedida, por sinal, do Governo de transformar em Ministro o titular da Presidência do Banco Central

E, mais uma vez, o Governo primeiro cria uma situação problema, já detalhada aqui pelos Senadores que me antecederam, ou seja, o Deputado Edson Santos teria de, forçosamente, renunciar ao mandato de Deputado. Informações que tenho acerca do Deputado são as de que se trata de uma pessoa digna e decente. Nada pessoal com relação ao Deputado. Agora, não teria outra pessoa para ocupar a Secretaria, que não gerasse esse tipo de problema? O Governo cria uma situação problema e corre atrás para mudar a lei.

Eu fico muito preocupado com isso, Senador Tuma, porque há no ar sinais em relação a uma gran-

de operação que se avizinha, que envolve empresas de telefonia neste País. Mais uma vez, o Governo vai tentar mudar a lei para encaixar uma situação problema. É muito complicado isso.

Particularmente em relação às medidas provisórias, tomei a deliberação – e não arredo pé dela – de votar sistematicamente contra as medidas provisórias encaminhadas pelo Governo a esta Casa e ao Congresso Nacional, por entender que estamos reféns de um processo de desmoralização galopante. Nós nos reunimos agora praticamente para votarmos medidas provisórias. Há pouco, sentado onde V. Ex^a está, estava o Presidente da Casa, Senador Garibaldi, que disse: “Geraldo, vamos abrir a Ordem do Dia, vamos votar”. Eu digo: “Senador Garibaldi, vamos votar o quê?” Medidas provisórias. O Senado não faz outra coisa, a não ser isso. A pauta não se abre para que apreciemos matérias de autoria dos Parlamentares. E eu percebo que esse é um movimento deliberado mesmo, para truncar a ação do Congresso, para que porta-vozes possam dizer: “Está vendo como o Congresso não trabalha? Está vendo como o Congresso não produz?”, porque estamos submetidos à ditadura da medida provisória.

Portanto, enquanto o Congresso Nacional não se compenetrar da necessidade de extirpar do ordenamento jurídico esse instituto, usado de forma canhestra no nosso País, ou enquanto não lhe der um tratamento estreito, como eu digo sempre, no sentido de permitir que, a partir de então, as relações entre o Poder Executivo e Poder Legislativo possam ser normais, respeitadas, eu vou continuar votando, sistematicamente, contra as medidas provisórias, contra os seus pressupostos e também contra o mérito.

Aqui, o Senador Agripino mencionou o crédito extraordinário. A Constituição prevê, Senador Agripino... Talvez eu vote a favor de medidas provisórias apenas quando se tratar, como V. Ex^a mencionou, por exemplo, de calamidade pública, o que a Constituição prevê, ou no caso de guerra e de comoção interna. Só assim eu votarei favoravelmente, porque está lá na Constituição. Fora desses casos, o meu voto “não” já está declarado antecipadamente, assim como o voto do Senador Flexa Ribeiro e de tantos outros colegas aqui desta Casa.

Portanto, o Senado precisa se compenetrar da missão de rever, com rigor, essa questão das medidas provisórias, para que possamos sair dessa armadilha em que fomos colocados – a impressão que tenho é que estamos gostando dela –, sujeitando-nos a, permanentemente, comparecer a este plenário para votarmos medida provisória.

Meu voto é “não”, Senador Romeu Tuma, e tantas outras que estejam na fila receberão o mesmo tratamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou nem me pronunciar a respeito da Medida Provisória, mas é já para encaminhar o voto pelo PDT. Não quero nem falar sobre o mérito dela.

Eu nunca vi uma medida provisória mais inútil do que essa. Essa é inútil demais; o Governo agora exagerou. Meu voto é “não”, e vou deixar os Senadores do PDT em liberdade para votar como quiserem, mas sei que eles vão votar “não”, porque essa medida provisória é fajuta demais, Sr. Presidente. Não dá para votar numa coisa dessas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Mário Couto.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero externar, mais uma vez, minha insatisfação por ver o Governo Federal impor a este Senado...

Senador Osmar Dias, isso é uma imposição acima do normal. Isso é uma imposição, Senador José Agripino, para mostrar a força do Executivo sobre o Legislativo. “Eu quero, eu desejo e tem de ser assim. Não importa que a Constituição não mande ser assim. Eu posso rasgar a Constituição”.

Essa é uma prova autêntica de que este Senado se curva, cada vez mais, ao Governo Federal. É um absurdo! Inconstitucional a matéria, Sr. Presidente, e um absurdo.

Sabe por que tudo isso, Presidente? Sabe por que tudo isso? Para que um Deputado do PT – olhem como está este País, olhem o que fazem deste Senado; estão brincando com este Senado, Sr. Presidente –, para que um Deputado do PT, Edson Matos – parece-me que esse é o nome –, não fique como Secretário, porque ganha R\$11 mil como Secretário. Tem de ter o cargo de Ministro, conforme estabelece a medida provisória, para que ele possa optar pelo salário de Deputado, que é de R\$16 mil. Minha Santa Filome-

na! Aonde chegamos neste País? Aonde chegamos neste País, Presidente? Como se o Supremo já não tivesse dito ao Governo que os créditos extraordinários mandados por meio de medidas provisórias são inconstitucionais.

Medidas desse tipo são inconstitucionais. E o Governo não dá a mínima importância, não quer saber. Depois, voltarei a esta tribuna para discutir o mérito.

Eu não voto mais. Senador Geraldo Mesquita, vou aderir ao pensamento de V. Ex^a. Enquanto esta Casa, meu prezado Senador Papaléo, não se impuser em razão dessas medidas provisórias graciosas, encaminhadas para desmoralizá-la... Toda semana vem-se falar aqui sobre a mesma coisa, e nada se consegue, nada se corrige. A Constituição deste País é rasgada toda semana. O desrespeito a esta Casa é mostrado à população brasileira toda semana. A democracia deste País é ameaçada toda semana, e nada se resolve.

Então, quero externar, desta tribuna, Sr. Presidente, no dia de hoje, que, a partir de agora, enquanto a Presidência desta Casa, enquanto a Mesa Diretora não tomar nenhuma medida com relação ao abuso de medidas provisórias encaminhadas pelo Governo Federal a esta Casa, este Senador ou sai do plenário para não votar ou então vai votar contra.

É insuportável. Isto aqui é desnecessário, é um abuso.

Não consigo entender como nós, Senadores da República Federativa deste País, consigamos votar a favor de uma medida provisória desse tipo, que tem um endereço certo, o endereço certo de desmoralizar esta Casa. Quanta urgência tem mudar o nome de um cargo, Senador Paulo Paim? Quanta urgência tem isso? Que urgência é essa?

O endereço é certo, o endereço é deixar o Senado desmoralizado, é dizer a cada um dos Senadores que tem um Governo que manda nesta Casa, que faz o que quer desta Casa, que consegue, paulatinamente, desmoralizar um por um dos Senadores. A mim não vai desmoralizar!

Sei que sou minoria nesta Casa e represento a Minoria, mas não vão conseguir me desmoralizar. Ou me retiro deste plenário ou votarei sempre contra as medidas provisórias enquanto a Mesa Diretora não reclamar e não colocar um rito nesse processo de medidas provisórias inconstitucional.

Voltarei mais tarde para discutir o mérito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, para encaminhar a votação dos pressupostos, por cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco, vimos o Relator, Senador Paulo Paim, por quem tenho uma grande admiração pelo seu trabalho nesta Casa, pelo seu comportamento como Senador, pela sua luta pela melhoria da qualidade de vida do povo de todo o País, não só do seu Estado. Fez o seu relatório, cumpriu a sua obrigação e foi coerente com a sua análise sobre este processo.

Mas, Senador Paim, quero pedir desculpas a V. Ex^a, que merece o nosso respeito, não só o meu, mas de todos aqui, e dizer que não é contra o relatório de V. Ex^a que estamos aqui nos posicionando na tribuna. Essa Medida Provisória nº 419 que V. Ex^a relatou transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O Governo cria o cargo de Secretário-Adjunto, DAS-101.6, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. E o Governo insiste, Sr. Presidente, em editar medida provisória para criar cargos de livre nomeação, que são os DAS, e aumentar ainda mais os gastos públicos. E a maioria desses cargos, Sr. Presidente, é utilizada pelo Governo para nomear os seus companheiros, os seus afilhados, enfim, não levando a sério a política do Governo, principalmente na contenção de gastos públicos, que faz com que hoje essa irresponsabilidade do Governo se direcione até para abrir algumas brechas na Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi um grande sustentáculo para aquelas medidas iniciais e, hoje, apresenta-se como consolidada, como responsável pelo combate à inflação que tivemos, iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, o Governo gasta de maneira desordenada, de maneira irresponsável. Já criou milhares de cargos e, enquanto cria milhares de cargos, reclama de reajustar o aposentado naquilo em que ele merece ser reajustado. Enquanto cria milhares de cargos, cria a TV Pública para fazer propaganda de si próprio, deixa de atender ao salário mínimo como deveria ser atendido. Enfim, Sr. Presidente, o Governo hoje faz suas ações sociais única e exclusivamente em cima do Bolsa-Família, faz suas mazelas utilizando de maneira errada o dinheiro público e disfarça essas mazelas, dizendo que com a Bolsa-Família está resolvendo o problema da população.

E nós, aqui, nesta Casa, temos de demonstrar ao Governo que ele não tem nenhum direito, se formos falar em cima do processo democrático, de desmoralizar o Parlamento brasileiro. Não tem o direito e não

deveria ter essa ação, porque é só lembrar o passado político do Presidente da República, dos Senadores, dos Deputados do PT e de seus militantes e ver que foram os senhores os grandes responsáveis em ajudar o Estado brasileiro a se encontrar no processo democrático. Então, V. Ex^{as}, ou os senhores petistas e de outros Partidos que acompanham o PT, não têm o direito, hoje, de derrubar essa grande conquista da democracia brasileira.

Então, Sr. Presidente, aqui deixo registrado o meu repúdio à emissão das medidas provisórias, o meu repúdio ao Presidente da República brigando com a Constituição brasileira, tripudiando sobre a Constituição brasileira quando emite uma medida provisória desta magnitude, o que nos dá a vontade de lutar pela qualidade do nosso Parlamento.

E aqui, Srs. Senadores, independentemente de Partido, independentemente de apoiar ou não o Governo, temos de lembrar que nós todos temos de ter algumas prerrogativas para sermos Senadores. Temos de ter mais de 35 anos de idade – a idade mínima é 35 anos. Isso pressupõe que uma pessoa com 35 anos já tenha experiência de vida e responsabilidade suficiente para tratar o cargo que recebemos do povo com responsabilidade. E essa responsabilidade nas nossas costas faz com que tenhamos a obrigação, um por um de nós, de lutar pelo Parlamento brasileiro, que é um dos sustentáculos da nossa democracia.

Sr. Presidente, direi sempre “não” à medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a. Em seguida, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, por cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos continuar chovendo no molhado com relação às medidas provisórias. Lamentavelmente, temos de vir aqui, Senador Antonio Carlos Júnior, quase que em todas as sessões deliberativas, para discutir as medidas provisórias, porque elas trancam a pauta, impedem o trabalho do Legislativo, impedem o trabalho do Parlamento brasileiro.

Fiz um levantamento, Senador Mário Couto: o Presidente Lula já editou, Senador Wellington Salgado – V. Ex^a que é do pelotão de choque do Governo, abre-alas do pelotão de choque –, em 65 meses de Governo, contando o primeiro mandato e este ano e meio do segundo mandato, 332 medidas provisórias.

Trezentas e trinta e duas medidas provisórias, Senador Arthur Virgílio, o que dá uma média de cinco medidas provisórias por mês, ou seja, mais de uma por

semana, porque o mês tem quatro semanas e meia. Então, a média, Senador Romeu Tuma, de edição de medida provisória pelo Presidente Lula é de mais de uma por semana! E a medida provisória, pela Constituição, é para ser editada em casos de urgência, de relevância, de calamidade pública, de guerra.

Virá agora mesmo, Senador Romero Jucá... Senador Romero Jucá, V. Ex^a como competente e inteligente Líder do Governo no Senado, vai chegar para nós, proximamente, se é que já não está aqui, na Casa, pautada, a Medida Provisória nº 423. Essa Medida Provisória, nós vamos aqui defendê-la. Senador Mário Couto, V. Ex^a acabou de declarar aqui que seguiria o Senador Geraldo Mesquita e votar contra todas as medidas provisórias. Senador Geraldo Mesquita, essa Medida Provisória nº 423 é correta. É necessário que se vote a favor. Por quê?

Porque abre crédito em favor do Ministério da Integração e do Ministério do Transporte em função das enchentes no Nordeste. Então, é caso de calamidade pública. Aí cabe medida provisória. Quer dizer, a Oposição não vem à tribuna...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Essa tem respaldo constitucional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pronto, Senador Geraldo Mesquita. Foi o que eu quis dizer a V. Ex^a. A Oposição não é contra medida provisória; a Oposição coloca-se aqui contra o abuso da medida provisória e o desrespeito, com a edição dessas medidas provisórias, ao Parlamento brasileiro, ao Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado brasileiros. É isso o que estamos aqui mostrando para a sociedade do nosso Brasil, que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado.

Essa MP, da qual estamos discutindo a urgência e a relevância, trata, simplesmente, de transformar o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O Senador Mário Couto, com o seu brilhantismo, ainda há pouco disse que isso daria oportunidade ao Ministro, o Deputado Edson Santos, do PT do Rio de Janeiro, de optar pela remuneração de Deputado, pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que é de R\$16,5 mil e não de R\$11 mil, que é a remuneração de Ministro da Secretaria de Igualdade Racial. Mas aí eu pergunto, Senador Mário Couto, se ele, na qualidade de Ministro – o que já é, porque a medida provisória está em vigor –, ao optar pela remuneração de deputado, vai abrir mão das benesses do Ministério; se vai abrir mão do carro com motorista, se vai abrir mão do cartão corporativo. Já que ele já pede, Sena-

dor Wellington Salgado, que haja a transformação a fim de que possa optar, como Ministro, pela remuneração de Deputado, então que ele abra mão das benesses da função de Ministro de Estado, dentre elas o cartão corporativo. É lamentável! É lamentável!

Senador Romeu Tuma a imprensa divulgou que o Presidente Lula está querendo criar mais um Ministério – não lembro qual é –, que passariam de 37 para 38. Então, que ele pelo menos mantenha os 37, sem mudar o *status* de Secretário para Ministro da Igualdade Racial. Assim, continuam os 37 Ministérios.

Estou fazendo um levantamento, Senador Cristovam Buarque, do número de ministérios que cada país – tanto os de primeiro mundo quanto os em desenvolvimento – possui para fazermos um comparativo, Senador Romeu Tuma, em relação aos 37 Ministérios do Presidente Lula.

E aí, estamos hoje correndo, todos nós brasileiros, preocupados com a retomada da inflação.

O próprio Presidente Lula tem feito declarações, preocupado com o fato de que a demanda crescente, o aumento das *commodities* e o aumento do preço dos alimentos em nível global estão trazendo uma inflação, não só para o Brasil, mas no mundo, Senador Paulo Paim. E, ora, para se combater a inflação, está-se aumentando a taxa de juros. Já é a segunda reunião do Copom em que a taxa de juros é aumentada em 0,5%. Isso aumenta o custo do pagamento do serviço da dívida brasileira, isso aumenta o gasto, quando deveríamos diminuir os gastos públicos e fazer, sim, uma reforma fiscal. Isso é que é necessário fazer, Senador Antonio Carlos Júnior. É preciso fazer a diminuição dos gastos do Governo para que se gaste com mais qualidade. E o que se vê é exatamente o contrário: o Governo, quanto mais arrecada, mais quer arrecadar, porque tem fome de gastar, e gasta sem que haja qualidade nesse gasto, ou seja – repito –, de forma irresponsável.

Quero, ao finalizar, Senador Romeu Tuma, Senador Paulo Paim, dizer que o Senador Mário Couto esteve hoje com o Presidente Arlindo Chinaglia, cobrando...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... que sejam pautados os seus projetos, tanto o que trata da correção das aposentadorias pelo salário mínimo quanto o que trata do fator previdenciário.

O Presidente Arlindo Chinaglia, disse-me o Senador Mário Couto, ficou de pautar para o segundo semestre, Senador Romeu Tuma. Todos nós sabemos que, no segundo semestre, estaremos em período eleitoral e não vamos ter sessões deliberativas, ou teremos muito poucas, porque todos nós estaremos envolvidos

no processo eleitoral em cada um dos nossos Estados, em cada um dos nossos Municípios.

Então, o Presidente Arlindo Chinaglia sabe, Senador Paulo Paim, Senador Mário Couto, que, ao prometer pautar essas matérias para o segundo semestre, não vamos poder discuti-las e aprová-las – é o que deseja o Governo, que não quer fazer o atendimento aos aposentados.

Quero, Senador Romeu Tuma, até convidá-lo. Estamos criando aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Foi criada aqui no Senado o GPA. O que vem a ser o GPA, Senador Mário Couto? Grupo de Proteção aos Aposentados. E já temos aqui alguns inscritos para fazer parte do GPA, porque vamos até o fim na luta pelos aposentados: Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, Senador Mário Couto, Senador Papaléo, Senador Geraldo Mesquita e eu, Senador Flexa Ribeiro. Quero convidar V. Ex^a e os outros membros aqui, colegas do Senado, para que possam fazer parte desse GPA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Já me manifestei a respeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, o próximo inscrito, Senador Mário Couto, com muita honra, é o Senador Romeu Tuma, que vai nos ajudar bastante nesse Grupo de Proteção aos Aposentados.

Vamos lutar, Senador Romeu Tuma, para fazer justiça aos aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Flexa Ribeiro, será que avisaram ao Presidente da Assembléia que ele terá de pagar dois salários pela mesma cadeira?

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior. Tem V. Ex^a a tribuna por cinco minutos, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos, na medida provisória, a admissibilidade – os pressupostos de urgência, relevância e constitucionalidade – e o mérito. Vamos falar, primeiro, da urgência e relevância. Onde está a urgência e relevância da transformação de uma Secretaria em Ministério com a mesma finalidade?

Aliás, já falando um pouquinho do mérito, na verdade, o Governo deveria diminuir o número de Ministérios, e não aumentá-los, até porque precisa ter austeridade nos gastos públicos. Não há necessidade da quantidade de Ministérios que o Governo tem hoje; menos da metade seria suficiente para gerir-se de forma até mais eficiente. Se o Governo quer que, a médio e longo prazo, caia a taxa de juros e que ele não precise aumentar a carga tributária para custear essa máquina

para, para que, então, o Brasil possa crescer a taxas mais elevadas, com os juros mais baixos e carga tributária mais baixa, não deveria estar pensando em criar Ministérios, e sim em reduzi-los, em fundi-los.

Então, não vejo urgência e relevância para se abusar novamente com medidas provisórias. É um abuso, é uma agressão ao Congresso Nacional, porque não temos uma situação de calamidade ou de emergência no País que mereça que se trate esse projeto como medida provisória.

Portanto, já estamos colocando a nossa posição contrária à admissibilidade, porque não há urgência nem relevância.

Entrando no mérito – e é impossível não entrar no mérito, por causa do conteúdo da medida provisória –, ao invés de estarmos reduzindo ministérios, enxugando a máquina pública, estamos criando ministérios.

E olhe que Ministério! Não temos nada contra a questão da igualdade racial. As ações governamentais de igualdade racial são meritórias. O Senador Paulo Paim é aqui um batalhador freqüente, merece o nosso aplauso. Mas não há necessidade de se fazer a “Medida Provisória Edson Santos”. O nome é este mesmo: Medida Provisória Edson Santos. Foi feita sob medida para possibilitar a um Deputado ser Ministro, pertencer ao Governo, porque Secretário ele não poderia ser. Esse é o fundamento da transformação da secretaria em ministério. É a Medida Provisória Edson Santos que transforma a Secretaria da Igualdade Racial em ministério. Não é admissível esse tipo de atitude.

Na época da Sr^a Matilde era Secretaria. Mas como o Sr. Edson Santos era Deputado Federal, o Governo simplesmente está transformando para atender a uma situação casuística.

Nós deveríamos enxugar Ministérios. Não é eliminar as ações de igualdade racial. Elas têm que ser empreendidas pelo Governo? Sim. Mas não precisamos de ministério para isso.

Se nós precisamos enxugar a máquina pública, nós não deveríamos estar votando aqui o aumento do número de ministérios. Portanto, também no mérito eu me coloco contrariamente ao conteúdo da medida provisória. É a Medida Provisória Edson Santos. Cria-se mais um ministério para atender a um caso específico de um Deputado que assumiu um posto do Governo.

Então, tanto na admissibilidade quanto no mérito a nossa posição é contrária. Votaremos contra a admissibilidade e contra o mérito. Porque chega de medidas provisórias! Chega também de número de ministérios, principalmente de um caso completamente casuístico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra Senadora Marisa Serrano. Em seguida, Senador Cristovam Buarque.

Tem V.Ex^a a palavra por cinco minutos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Não há como a gente não discutir uma questão como essa nesta Casa. Isso porque, sistematicamente, nós estamos discutindo a questão das medidas provisórias e a importância, a eficácia e a pertinência delas para o Congresso Nacional e para o País.

Não quero discutir o mérito. E aqui estamos sempre nos dirigindo ao Senador Paulo Paim, mas todos nós, mulheres, aqueles que trabalham nos portos, aqueles que trabalham na comunicação social, todos aqueles que têm Secretarias Especiais neste Governo.

Não é discutir o mérito. Não é como está aqui na proposta do relatório, segundo a qual essa mudança refletiria a importância social, cultural e política da Secretaria. Não é, como está aqui também no parecer, conferir projeção à Secretaria, transformando-a em Ministério. Também está aqui no parecer que essa Secretaria está dedicada às questões de extrema relevância.

Não estou discutindo isso. Não estou discutindo a extrema relevância. Não estou discutindo se mudar para Ministério vai conferir mais projeção social. Não estou discutindo se mudar para Ministério vai refletir a importância social, cultural e política.

Para mim, Secretaria já reflete isso, tem que refletir. Agora é importante pensarmos que nunca antes neste País, como no Governo Lula, tivemos um número tão grande de ministérios. São 26. E são cinco Secretarias Especiais.

Então, é natural que as mulheres também, uma Deputada que quiser

ser Secretária Especial de Políticas para as Mulheres peça que se transforme, por meio de uma medida provisória, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em Ministério.

É claro e evidente que se houver qualquer deputado querendo ser Secretário Especial de Agricultura e Pesca ele perguntará por que não pode vir uma medida provisória para que se transforme a sua Secretaria em um Ministério. E um deputado que vá para a Secretaria dos Portos também pedirá que transforme a Secretaria dos Portos em um Ministério. E se o Ministro Franklin Martins fosse deputado? É claro e evidente que ele pediria que, por meio de medida provisória, transformássemos essa Secretaria Especial em um Ministério.

Eu coloquei essa parte de mérito para discutir o problema da medida provisória. Não estou discutindo se essas Secretarias Especiais não são relevantes. Elas são relevantes, são importantes para discutir

questões que são de mérito importantes para o País. Mas, agora, precisar de uma medida provisória para transformamos uma Secretaria Especial em Ministério é brincadeira com o Congresso Nacional!

Sempre dizemos nesta Casa que não aceitamos vir por medida provisória matéria de crédito extraordinário, principalmente em favor de encargos financeiros da União. Estamos brigando todos os dias nesta Casa por esse motivo. Não há um dia em que não nos levantamos para dizer que o crédito extraordinário financeiro não pode vir por medida provisória. E aí vem uma medida provisória que eu digo que é um escárnio, um casuísmo, e é mesmo! Afinal de contas, tem um caso só no Governo. A medida provisória foi feita para transformar uma Secretaria em Ministério, porque tem um Deputado que precisa ser transformado em Ministro para – todos têm de ficar sabendo disto – não vir de encontro àquilo que diz a Constituição Federal, no seu art. 56. Esse artigo diz que um Deputado não pode ser Secretário no Governo Federal, ele só pode ser cedido se for Ministro. Então, para não ter confronto com a Constituição, temos de votar a medida provisória.

Isso é brincadeira! Na hora em que estamos lutando para moralizar esta Casa, o Governo Federal não pode vir aqui, com seu tacão, empurrar-nos para baixo e dizer a todo o País que faz o que quiser do Congresso Nacional, porque aqui não há homens e mulheres que possam se antepor a questões como essa e que aquilo que o Governo Federal quiser somos obrigados a fazer, mesmo contra a Constituição. Se esta Casa é guardiã da Constituição, ela não pode aceitar medidas provisórias como essa!

Não entro no mérito. Estou aqui entrando justamente na admissibilidade. Não é relevante, não tem emergência, não estamos em calamidade pública, para votar uma medida provisória como essa.

Portanto, quero concitar os meus pares a levantar a cabeça e a dizer que não aceitamos que o Governo Federal faça com esta Casa aquilo que ele está pretendendo fazer. Quando leio nos jornais que o Presidente da República está pedindo ao povo brasileiro que se subleve e que não aceite as leis deste País!? Isso é muito perigoso!

Esta Casa tem de dar um basta a isso. Que ela comece hoje a dar um basta, dizendo a todo o País, mas, principalmente, ao Governo Federal e ao Presidente da República, que nesta Casa há homens e mulheres que foram escolhidos pelo povo, pelo voto direto, e não aceitam que a Constituição seja colocada na lama e seja passada para trás por uma medida provisória como essa.

Portanto, Sr. Presidente, vim aqui para dizer que todos nós precisamos estar atentos a, não só fazer com

que o Congresso Nacional ande de cabeça erguida e tenha o respeito da sociedade, mas, principalmente, que nós, que somos guardiões da Constituição Federal, em nenhum momento, podemos aceitar que um projeto, uma medida provisória como essa, caia na nossa cabeça contra tudo aquilo que temos defendido ao longo do tempo.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senadora Marisa, eu gostaria de lembrar um fato do início do Governo, ao qual não vi nenhuma referência até agora. Quando o eleito Deputado Meirelles, com uma grande votação em Goiás, foi convidado para presidir o Banco Central, S. Ex^a renunciou ao seu mandato para poder assumir, em razão da exigência constitucional. Desculpe-me, Senadora.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – V.

Ex^a lembrou muito bem que, quando as coisas se fazem com seriedade, quando as pessoas agem com seriedade, elas sempre procuram aquilo que é correto e que está sempre ao lado da lei. Agora, ir contra a lei, contra a nossa Constituição, para resolver um caso de uma pessoa? Isso é brincar; é brincar com este Congresso e é brincar com o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o problema da igualdade racial no Brasil é tão importante que o Presidente Lula deveria ter criado esse ministério cinco anos atrás. Isso demonstraria uma clara preocupação com o assunto, demonstraria rigor no cumprimento da lei. Passados cinco anos em que foi tratado como uma secretaria, ou é porque há uma razão para ser secretaria e não ministério, ou porque não deu a devida importância ao assunto da igualdade racial. Eu imagino que seja a primeira causa.

A verdade é que o que diferencia ministério de secretaria devia ser, Senador Paulo Paim, o fato de que as secretarias trabalham transversalmente aos ministérios. A Secretaria da Igualdade Racial tem que trabalhar por cima do Ministério da Indústria, da Educação, se preocupando com a educação, Ministério da Saúde, de todos os ministérios. Por isso secretaria e não ministério. Os ministérios são entidades gerenciais administrativas; as secretarias são entidades de política, de atividades-fins. O certo, portanto, é ser secretaria e não ministério.

Agora, se quer consertar o fato de que o atual secretário não pode ser ao mesmo tempo Deputado e receber o salário de Deputado, então façamos uma

de duas alternativas. Uma, a Senadora Marisa Serrano lembrou, como também o Presidente Romeu Tuma: renuncia ao cargo de Deputado em nome da grandeza da luta pela igualdade racial; a outra, mudemos a lei para dizer que todos os secretários têm os mesmos direitos que têm os ministros.

Não é difícil fazer com que o tratamento de secretário seja o mesmo de ministro, que podem ser Deputados, Senadores ou o que for. Porém, tratar um caso específico, por mais respeito que eu tenha ao Secretário Edson, é um equívoco, é um casuísmo e é uma desmoralização, como a Senadora Marisa falou.

Por isso, ou o secretário renuncia ao cargo de Deputado ou o Governo manda uma nova lei, fazendo com que os direitos de secretários sejam os mesmos de ministros, ou devemos recusar esse casuísmo proposto agora pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, como último orador.

Tem V. Ex^a a palavra por cinco minutos. (Pausa.)

O Senador Eduardo Azeredo desistiu? Não?

Senador Azeredo, por favor.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu sempre disse que considero a medida provisória válida em determinados casos. Foi assim no Governo do nosso Partido. Entretanto, não há como concordarmos com uma medida provisória como essa. Onde está a urgência dessa medida?

Onde está a urgência de uma medida que quer apenas trocar de secretaria para ministério? Evidentemente, não se trata de medida provisória cujo pressuposto de urgência esteja atendido. Estamos discutindo exatamente isso. Por que não mandam um projeto de lei para que possamos, então, eventualmente, fazer a transformação de uma secretaria num ministério? Onde está a urgência e a relevância da transformação de uma secretaria? É isso que desmoraliza o instrumento da medida provisória.

Enquanto isso, não podemos votar os outros projetos importantes que estão sendo discutidos. Ainda há pouco, eu conversava com o Senador Cristovam. Há um projeto que cria a representação de brasileiros no exterior junto à Câmara dos Deputados. São brasileiros que precisam de representantes – já são mais de três milhões fora do Brasil. Entretanto, não podemos votar. Está na pauta há mais de um mês, na fila, mas temos de respeitar as medidas provisórias. E assim, nada se vota, Sr. Presidente.

Insisto que esta não é uma posição apenas partidária, mas de bom senso por não podermos continuar a fazer o nosso discurso, e o Governo manda outra vez uma medida provisória sem relevância, sem urgência, sem respeito ao Congresso Nacional. Promessas fo-

ram feitas de que o Governo seria mais econômico na edição de medidas provisórias. Isso aconteceu? Não aconteceu. Esse é um exemplo claro.

Sr. Presidente, não quero estender-me aqui, não. Eu queria apenas manifestar o inconformismo e a posição de que essa medida provisória seguramente não se justifica, não tem relevância, não tem urgência. É uma medida que se coloca apenas dentro dessa mania de termos um número excessivo de ministérios – alguns ministérios que se justificam, outros que não –, uma equipe de Governo muito grande, que não bate com as necessidades reais de um país como o Brasil.

É evidente que a administração tem que estar bem preparada, bem descentralizada, mas não é isso que nós estamos vendo. Estamos vendo o inchaço da máquina de governo, estamos vendo novamente o risco da inflação se aproximar, e outra vez a inflação pode vir pelo excesso de gastos públicos, que pressionam os índices inflacionários.

Temos índices que já ultrapassaram 10%, o IGPI está ultrapassando 12%, a escalada inflacionária, portanto, está dando mostras, como eu disse há cerca de um mês, de risco real, e não será, evidentemente, com mais gastos com a máquina de governo, pagando um secretário como ministro que nós vamos ter... É evidente que esse é um valor relativamente pequeno, a diferença de um secretário para um ministro, mas é o exemplo, é a cadeia que puxa. Se pode haver um gasto maior só para resolver uma situação, é evidente que os funcionários quererão reajuste para outras funções.

De maneira, Sr. Presidente, que eu queria apenas me manifestar contrariamente à relevância e à urgência dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Tem a palavra agora o Senador Raimundo Colombo, por cinco minutos.

Senador Mário Couto, só um minutinho. É o último orador, pelo menos eu espero; em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, antes da votação.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente meu querido amigo Romeu Tuma, Sr^s e Srs. Senadores, todos os Parlamentares e a sociedade brasileira sabem que as medidas provisórias enfraquecem – desmoralizam até! – o Poder Legislativo. Isso já vem de anos e de governos. E, a cada vez, esse processo se acumula mais. Agora estamos batendo todos os recordes: tranca-se a pauta, esvazia-se o trabalho do Parlamentar, torna mais ineficaz do que já é o Poder Legislativo. Temos que reagir! O nosso Líder José Agripino está de parabéns, juntamente com os outros Líderes, no sentido de fazermos este trabalho de obstrução, de dificultar mesmo, para que o Governo atente para a relação desequilibrada e para o mal que faz ao Poder Legislativo.

Precisamos, de fato, mais rapidez e adequação aqui. O Poder Legislativo precisa realmente se posicionar.

Oposição é muito bom para a democracia, muito bom para a eficiência do governo; qualquer governo precisa de uma oposição atuante, firme, que procure mostrar o que está errado. O excesso de medidas provisórias prejudica exatamente o trabalho aqui nesta Casa, na Câmara, no Congresso enfim; e, dessa forma, o nosso trabalho fica mais diminuído, mais desinteressante. Vivemos aqui angustiados, como Parlamentares, porque não vemos nada acontecer. Praticamente só votamos medida provisória, ou seja, estamos em segundo plano em relação ao Executivo.

Esta medida transforma o cargo de Secretário em cargo de Ministro. Daqui a pouco, vamos ter que fazer reunião de ministério em estádio de futebol, pelo tanto de ministro que há, o que considero um verdadeiro equívoco. Por isso, posicionamo-nos contra. Medida Provisória tem que ter relevância, tem que realmente exigir agilidade, rapidez, tem que ser essencial, tem que estar dentro da legislação em relação a relevância e urgência. E esta aqui não está.

O que tem de urgente e de relevante nós transformamos uma secretaria em ministério? Será que o Brasil vai parar por isso? Será que vai mudar a vida das pessoas esta transformação? Será que isto é tão importante que não pode ser feito por uma lei ordinária? Será que estamos tão esvaziados que se um Parlamentar fizer uma lei transformando uma secretaria em ministério vai levar tanto tempo que precisa ser feito por Medida Provisória?

Srs. Senadores, votar uma Medida Provisória, que exige urgência e relevância, para transformar uma secretaria em ministério é um negócio desmoralizante. Temos que dar uma destacada em nosso trabalho, e seria muito bom que o Senado rejeitasse esta proposta e fizesse de forma adequada, por lei ordinária, discutindo no tempo certo, sem trancar a pauta e sem prejudicar a atuação do Senado. Isso está tão claro para todos nós. O Executivo deveria ter bom senso e respeito a esta Casa, propondo a matéria de forma adequada e normal. Por isso, quero me posicionar contra. Conclamo todos os Srs. Senadores a votar contra, para fazer com que o Governo proceda da forma adequada.

Realmente, essas medidas provisórias deveriam agilizar o funcionamento do Governo, dar as condições necessárias para que o Governo não fique impedido por este marasmo que é próprio do Legislativo. Ele está sendo deturpado. Isso nos enfraquece, nos tira a motivação, desgasta o Parlamento. Esta medida não tem nada de urgência e deveríamos votar contra para dar um sinal de que estamos cada vez mais independentes e essa relação, às vezes, servil ao Executivo, nos enfraquece a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir o encaminhamento para votação dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, eu coloco em votação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço verificação de quórum.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Primeiro eu tenho que colocar em votação. Antes de anunciar, V. Ex^a pede verificação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Está feito o pedido então.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peço verificação de quórum.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Verificação de quórum dos pressupostos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Pedem verificação o Senador Mário Couto, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Geraldo Mesquita e o Senador José Agripino.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de convidar todos os Senadores e Senadoras que estão em seus gabinetes e encaminhar o voto “sim”, favorável à constitucionalidade e à juridicidade da medida provisória. Portanto, o voto é “sim” e solicito a presença de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Solicito a presença de todos os Srs. Senadores em atendimento ao pedido do Líder do Governo.

Está aberto o painel. Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas não está em obstrução, vai votar. Peço encarecidamente que venham e votem “não”; que venham todos os companheiros e votem “não”. Vamos votar “não” a esta provocação desnecessária, descabida, a este escárnio do Poder Executivo ao Poder Legislativo, que está propondo, por medida provisória, a criação de mais um ministério para satisfazer a exigência de um cidadão e não do País. Não é para atender a luta pela igualdade racial, é para atender a um Deputado

Federal, convocado para substituir a ministra demitida pelo mau uso do cartão corporativo. Muda-se a lei por medida provisória. Agora, não; não é mais secretaria, é ministério, é um capricho do Governo.

Contra o capricho, os democratas pedem o voto “não”.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, Senadora Ideli e, em seguida, Senador Arthur Virgílio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, apenas para que a bancada do PT e do bloco de apoio ao Governo compareçam imediatamente ao plenário para que possamos encerrar rapidamente esta votação e tentarmos – não sei se vai ser possível no dia de hoje – abrir a tão famosa janela que os líderes há tantas semanas estão se propondo a fazer. Infelizmente, neste ritmo – sete a oito horas para debate e votação de uma única medida provisória, como aconteceu em duas semanas seguidas –, vamos terminar o ano e não vamos conseguir abrir a famosa janela. Por isso espero que todos compareçam; venham votar. A orientação do PT e do bloco de apoio obviamente é “sim”, mas insistindo, mais uma vez, que possamos fazer rapidamente todas estas votações.

São várias inscrições para falar que não conseguimos votar as matérias porque a pauta está entupida de medidas provisórias. Se a gente fizesse um pouco mais rápido teríamos aberto, há duas semanas, a famosa janela. Não abrimos há 15 dias, não abrimos na semana passada, e espero que esta semana possamos abrir até porque temos a proposta de emenda constitucional que retira a DRU da educação, que é consensual e que estamos aguardando – não é, Senador Valdir Raupp? – juntamente com aquela dos precatórios, que espero que amanhã seja votada, e assim votarmos matérias que não sejam tão-somente medidas provisórias. Agora, votar matérias que não sejam tão-somente medidas provisórias também depende de nós, de não ficarmos debatendo uma única MP durante oito longas horas como temos feito ultimamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu queria, por favor, ler a lista dos que pediram pela ordem para conferir. Em primeiro lugar, Senador Arthur Virgílio; depois, Paulo Paim, Osmar Dias, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita e Flexa Ribeiro.

Pergunto se tem mais alguém pela ordem para colocar aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, quero precisamente orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Perfeitamente. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB vota “não” – não é o mérito que está em jogo – e vota “não” por entender que se trata de um casuísmo, se trata de um menoscabo ao Congresso, se trata de um ardil, de uma artimanha. Não está em jogo promoção de minoria nenhuma, não está em jogo sensibilidade social; está em jogo o que disse muito bem o Senador José Agripino, uma provocação ao Congresso Nacional. Poderia vir por projeto de lei ordinária – o Senador Raimundo Colombo tem toda a razão –, poderia simplesmente ter sido outro o escolhido para a secretaria. A secretaria resolveria os aspectos todos de políticas públicas. Agora, por medida provisória um ministério para o Deputado ganhar mais um pouquinho... Pelo amor de Deus, Presidente, é nós nos rebaixarmos demasiadamente como Poder, e isso não queremos fazer. O PSDB não compactua com isso. Temos o acordo de votar e, portanto, verificaremos daqui a pouco quem vence no voto.

O PSDB vota “não” e pede a todos os seus Senadores que compareçam ao plenário para dizerem não a esse casuísmo, sem nenhum despreço ao belo relatório do Senador Paim, por sua luta, pelo seu valor, pela estima que merece de todos nós. O PSDB vota “não” e pede que todos os Senadores de sua legenda compareçam ao plenário para afirmar o mesmo voto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Bloco da Minoria pede a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como Relator.

V. Ex^a já está inscrito, Senador Mário Couto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ainda, como Relator, por uma questão de justiça, dizer que a solicitação para que a Secretaria se torne Ministério é uma reivindicação da comunidade negra de todo o País, nos 120 anos da abolição não-conclusa. Quero deixar muito claro que esta não é uma reivindicação do Presidente Lula.

Os movimentos sociais organizados, no combate às discriminações e principalmente em relação à comunidade negra, fizeram esse apelo ao Presidente Lula para que Sua Excelência encaminhasse uma proposta que permitisse que a Secretaria Especial se tornasse um Ministério. Tenho de fazer esse esclarecimento para que não haja a impressão de que é apenas um ajuste da vontade do Presidente de colocar o Deputado Edson Santos como Ministro. É uma antiga reivindicação.

Como em maio nós comemoramos os 120 anos da Abolição, esperávamos que já tivéssemos votado essa matéria. Não foi possível. Houve um movimento

feito na Câmara dos Deputados, e a matéria foi votada por ampla maioria. Eu tinha até o entendimento de que ela seria votada aqui sem verificação de quórum.

Respeito a vontade dos Líderes, Sr. Presidente, mas quero dizer que é um sonho da comunidade negra ter um Ministério específico que combata todo tido de discriminação. Por isso, fui tranqüilamente à tribuna. Li o relatório porque tinha o entendimento de que seria, inclusive, uma votação simbólica. Surpreendeu-me, mas respeito. Essa é a vontade de todos os Líderes.

Não conversei com todos os Líderes. Por isso, ainda faço o apelo, Sr. Presidente, neste momento, pois sabemos que, após 120 anos, a abolição ainda não foi concluída. Sabemos que neste País fizemos as mais variadas homenagens a todas as etnias, e a comunidade negra, em um congresso de âmbito nacional, tomou essa posição, fez um apelo ao Executivo, que então encaminhou ao Congresso para que ele deliberasse.

Então esse é o apelo que faço a todos, na expectativa de que possamos garantir que a Sepir se torne o Ministério da Igualdade Racial. Eu até dizia da tribuna, Sr. Presidente, que, neste momento, um país considerado conservador na questão racial, como os Estados Unidos, aponta no sentido de que os democratas tenham como candidato a Presidente da República Barack Obama, que é elogiado por todos. Isso acontece porque lá houve as ações afirmativas, lá houve um bom debate sobre essa questão, o que permitiu que a Suprema Corte, Sr. Presidente, há 60 anos, aprovasse as ações afirmativas e que o Congresso americano aprovasse, por unanimidade, as ações afirmativas.

O Congresso brasileiro estaria fazendo um gesto, Sr. Presidente, na linha de combate a todo tipo de discriminação se aprovasse a transformação dessa Secretaria em Ministério da Igualdade Racial.

Esse é o apelo que faço, entendendo, claro, a posição dos Líderes que pensam de forma diferente. Como Relator, o apelo que faço é que todos os Senadores votem a favor.

Votamos aqui centenas de medidas provisórias. Todos sabem a minha posição a respeito das medidas provisórias. Eu mesmo tenho dito que acho um abuso o que os Governos vêm fazendo em termos de medida provisória, como acho um abuso o que acontece em matéria de CPI. Essa é uma frase que praticamente tenho cunhado ao longo desses meus anos aqui no Senado.

Neste momento em que votamos uma matéria tão importante e simbólica para aqueles que combatem o preconceito, tenho de fazer este apelo, de forma muito humilde, singela e solidária a todos os Senadores: votem a favor da transformação dessa Secretaria no Ministério da Igualdade Racial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Agradeço ao Senador Paim.

Passo a palavra ao Senador Osmar Dias; em seguida, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, pela Liderança do PDT, quero aqui repetir o comentário que fiz há pouco.

Respeito muito – e não é apenas retórica – o Senador Paulo Paim. Neste plenário, as pessoas costumam dizer que respeitam muito alguém e, em seguida, dão a paulada. Mas eu respeito muito o Senador Paim e sei que ele está no legítimo papel de defender o relatório que fez. Ele recebeu uma incumbência que, tenho certeza, no íntimo, não desejava, porque ele gostaria que a Secretaria se transformasse em Ministério, mas não por esse instrumento, por uma medida provisória.

Não sou daqueles que são contra todas as medidas provisórias, não. Acho que algumas delas são importantes, necessárias, urgentes e devem ser votadas, mas, pelo amor de Deus, essa medida provisória passou da conta. A edição dessa medida provisória, para mim, significa menosprezar o Congresso Nacional, significa diminuir até a importância do Ministério que está sendo criado.

Diria, Senador Paim, que, se alguma coisa está sendo discriminada aqui, é exatamente o Ministério que está sendo criado. Está sendo discriminado ao ser criado por uma medida provisória, como se não tivesse importância.

Há outras formas de se criar um Ministério, e nós até apoiariamos isso pelo discurso que V. Ex^a fez, pelo problema do racismo, que precisa acabar mesmo neste País, pela importância que tem o movimento negro, pelo respeito que temos pelo movimento; mas criar um ministério por medida provisória não dá. Passou da conta. Passou de todos os limites. Eu, como Líder do PDT, vou votar contra, mas deixo os Senadores do PDT à vontade para votar como entenderem.

Essa medida provisória, para mim, é demais, Sr. Presidente. Não dá. Pelo amor de Deus, não dá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Estou pondo pela ordem aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só vou pedir a V. Ex^a para encerrar a votação. Já temos quórum suficiente para que possamos começar a discutir o mérito da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu não sei se os demais abrem mão da discussão. Há alguns pedidos da palavra pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.) – Nós vamos continuar discutindo com relação ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Era o apelo que eu ia fazer, Sr. Presidente. Eu acho que já poderíamos encerrar a votação e iniciar o debate em torno do mérito, até como economia processual.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pergunto aos Srs. Líderes se concordam. (Pausa.) Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Dispensar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Concorda?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Senador Mário Couto declina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– V. Ex^a declina.

Então, vamos abrir o painel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu julgo justo isso. Tenho a impressão de que já houve tempo para as pessoas se manifestarem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Abrir o painel?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Então, vamos abrir o painel, de acordo com a vontade das Lideranças e sem manifestação de nenhum Senador. Portanto, que ninguém reclame depois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo a V. Ex^a. Como foi feito em todos os casos, não seria a primeira vez que, na hora de votar a medida provisória, se desse um tempo. Eu pediria a V. Ex^a, então, que limitasse o tempo, mas, pelo menos, que não encerrasse a votação neste momento. Se quisesse dar mais cinco ou dez minutos... Nesse período, nós encerraríamos a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Mais cinco minutos, em atendimento a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, acredito que, assim como disse alguém da Oposição – não estou me lembrando agora –, nós estaríamos trocando seis por meia dúzia ao votar esta medida provisória.

Mas eu acho que, como é uma medida provisória que está trancando a pauta e há outras matérias muito importantes para serem votadas, nós, da Bancada do PMDB, queremos seguir a orientação e o voto do Senador Paulo Paim, que sempre tem sido um Senador muito dedicado, muito zeloso, tanto nas comissões quanto aqui no plenário do Senado.

Então, em homenagem ao Senador Paulo Paim, eu pediria à Bancada do PMDB que viesse ao plenário – quem não estiver aqui ainda – e votasse “sim” a esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pediria aos Senadores que chegaram agora e não registraram o seu voto que o façam, por favor.

Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a abriu mão?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, que preside a sessão, eu pedi esta oportunidade de falar para concordar com a Senadora Ideli. A Senadora Ideli tem razão: nós precisamos abrir a janela. Significa o quê? Precisamos, para abrir a janela, desobstruir a pauta.

Agora, Senadora Ideli, acho que o caminho não é tentar truncar o debate. O Governo tem nas mãos esta possibilidade magnânima: é parar de mandar medida provisória para o Congresso Nacional, ora bolas!

O Governo pára, destrancarmos a pauta, começamos a apreciar projetos de Parlamentares e tudo começa a correr conforme o desejado pela maioria da Casa. Agora, truncar o debate, impedir que fiquemos horas aqui debatendo... Nós vamos ficar horas debatendo, sim, porque o assunto merece que passemos horas debatendo.

Na mão do Governo está a possibilidade de abriremos não só uma janela, mas de escancararmos uma verdadeira porta. É o Governo parar de mandar medida provisória tratando da “rebimboca da parafuseta” aqui para o Congresso Nacional. Essa é a oportunidade que temos. Portanto, nada de truncarmos o debate. Que o Governo pare de emitir e enviar para o Congresso Nacional medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu tenho ainda três minutos. Pergunto se mais alguém deseja fazer uso da palavra (Pausa.)

Já que não há mais ninguém, eu vou abrir o painel...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. – PTB – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é obvio que, se o Presidente enviar um número menor de medidas provisórias, vai ser mais fácil a gente abrir as janelas. Agora, também é verdade que, se para cada medida provisória a gente leva oito, dez, doze horas, Senador Romeu Tuma... É óbvio que ninguém quer truncar o debate, mas, muitas vezes, a gente ouve discursos profundamente repetitivos aqui. Há até Senador, hoje, que foi à tribuna dizendo: “Já estou enjoado de falar, sempre a mesma coisa.” Então, se já está enjoado, poderia, talvez, brindar-nos com o silêncio em alguns momentos.

Mas o que eu queria mesmo repercutir, Sr. Presidente, é o PIB do primeiro trimestre. Não sei se já foi comentado aqui nesta sessão, mas acho que é de fundamental importância, porque o crescimento da economia, da riqueza gerada no nosso País, no primeiro trimestre, foi um percentual, Senador Valadares, que surpreendeu muitos. Eu mesma fiquei surpresa. Estávamos todos esperando algo que não iria ser muito superior aos 5%, e está aí o crescimento do PIB, nos três primeiros meses, de 5,8%, batendo novamente um número expressivo. Esse crescimento é decorrente do investimento recorde feito na economia, neste primeiro trimestre, obviamente puxado pela geração de empregos. Mais de um milhão de empregos foram criados nos quatro primeiros meses, também, por conta do investimento que as empresas vêm fazendo.

Então, acho que nós vamos ter oportunidade de debater e detalhar esses números e as razões desses 5,8% do crescimento do PIB no primeiro trimestre.

Enquanto ficamos aqui fazendo debates exaustivos sobre determinadas matérias que são obviamente relevantes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vou abrir o painel, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ... as coisas estão andando aí fora e andando bem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vamos abrir o painel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vou abrir o painel, respeitando o pedido do Senador Paulo Paim.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, um momento. O Senador Almeida Lima está votando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Já afixei aqui. Peço desculpas.

(Procede-se à apuração.)

(PRESSUPOSTOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DA MP 419/2008)

QUANTO AOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA, URGÊNCIA E ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008 (Verificação)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 10/6/2008

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 10/6/2008 18:34:12
Encerramento: 10/6/2008 18:53:28

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PTB	PB	CARLOS DUNGA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
DEM	MG	ELISEU RESENDE	NÃO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	NÃO
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PT	AC	MARINA SILVA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO
PMDB	AL	RENAN CÁLHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	NÃO
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: ROMEU TUMA

Votos SIM : 29
Votos NÃO : 27
Votos ABST. : 00

Total : 56


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Votaram SIM 29 Srs. Senadores; e, NÃO, 27.

Não houve abstenção.

Total: 56 votos.

Os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária foram aprovados.

Passa-se à discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Estão inscritos para falar...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pois não, Senador.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sei que vamos começar a discutir o mérito, mas, para a Medida Provisória que se segue – já adiantei ao Líder Romero Jucá –, preciso de tempo, 24 horas, para fornecer o meu relatório. Ontem e hoje e nesses últimos dias, estivemos extremamente ocupados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Consulto o Sr. Líder Romero Jucá se há concordância em adiar até amanhã, 24 horas, a discussão do mérito.

Senador Romero Jucá, por favor, diga no microfone se V. Ex^a concorda, bem como os demais Líderes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o pleito do Senador Sérgio Guerra é regimental e nós concordamos, na busca do entendimento para que possamos votar amanhã esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Perfeito. Então, fica suspensa a discussão aos inscritos, que permanecerão como inscritos para amanhã. (Pausa.)

A outra medida que V. Ex^a falou? Não esta? Esta continua?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós vamos agora votar o mérito da medida que nós votamos e encerraremos no segundo item, que é o do crédito do BNDES. O Senador Sérgio Guerra pediu 24 horas, nós voltaremos à pauta amanhã, logo após a discussão desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Perfeito. Entendido. Então, em discussão o mérito da presente Medida Provisória.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inscreva-me para discutir o mérito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) –

Como Líder, então o nobre Senador Arthur Virgílio...

Eu vou ler a lista.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A minha inscrição, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu vou ler a lista: Senadores Arthur Virgílio, Papaléo

Paes, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Mário Couto, Paulo Duque, José Agripino, Flexa Ribeiro, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior.

Temos dez inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio para discutir o mérito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero ressaltar a boa-fé com que V. Ex^a sempre se há, Senador Paim, na relação com seus colegas. V. Ex^a não fez aquele jogo: “estão votando contra os negros ou estão votando contra os índios”. V. Ex^a argumentou. Certamente, embora divergindo, compreendeu – e bem – as nossas razões formais que nos levaram a buscar negar a admissibilidade por inconstitucionalidade desta Medida Provisória.

Veja o Governo que 29 a 27 é um resultado muito apertado, é um resultado que deve fazer pensar, Senador José Agripino, com o voto de valorosas figuras pertencentes lealmente à Base do Governo, que estiveram conosco neste episódio.

Não vamos aqui vender a falsa ilusão de que a transformação de uma Secretaria em Ministério resolve o problema dos índios – as índias, Senador Geraldo Mesquita, continuam sendo estupradas, os índios continuam perdidos no alcoolismo, na desassistência, na falência da Funasa – e dos negros, que continuam povoando as prisões e representando o segmento mais desvalido da sociedade brasileira.

Eu acredito muito em políticas gerais, eu acredito muito em distribuição de renda – e distribuição de renda por investimentos maciços em educação. É por aí que eu vejo a redenção social das figuras menos favorecidas da sociedade brasileira.

Então se se tem, Senador Geraldo Mesquita e Senador Jefferson Praia, a possibilidade de discutir agora o mérito, eu ainda assim insisto em que a medida provisória é inconveniente. Ela não é a forma justa de se trabalhar a questão. Não é a forma justa, porque substitui o Congresso pela pena fácil da burocracia do Palácio do Planalto; porque diminui o peso específico do Congresso Nacional; porque não nos dá espaço para uma discussão mais aprofundada; e porque, sem dúvida alguma... e o Senador Paim fez menção à abolição, mas nós sabemos o quanto é simbólico isso. O fato é que o Deputado não aceitaria o cargo não tivesse sido feita a alteração, Senador João Tenório. O Deputado aceitou a investidura, porque foi feita a alteração. Foi praticamente uma condição que ele impôs para assumir o ministério: transforme a secretaria em ministério e eu, Deputado fulano de tal, aceito ser ministro, porque, se for secretário, eu levo desvantagem.

O Senador Cristovam Buarque falou muito bem, e falou com muita autoridade. Ele me disse até que ganhou um desafeto para dentro do Governo certa vez, porque ele, Cristovam, optou pelo salário de Ministro, já que ele era Ministro, e não pelo salário de Parlamentar, já que ele não estava desempenhando a função de Parlamentar quando exercia a chefia do Ministério da Educação no Brasil. Então, S. Ex^a não foi, naquele momento, do Bloco, não foi para o Bloco da Oposição. S. Ex^a é independente, como votou de maneira independente o meu conterrâneo Senador Jefferson Praia, aliás, seguindo a tradição de honradez e de independência do Senador Jefferson Péres, já tão saudoso. Como votou de maneira indignada o Senador Osmar Dias, porque, afinal de contas, tem algo que deve nos unir a todos nesta Casa. Nem sempre esta pouco inteligente dicotomia: entre quem está de um lado do Governo tem que agir sempre de um modo; quem está contra age sempre de outro modo.

Nós aqui tínhamos a questão institucional, Senador Eliseu Resende, a verificar; a questão do poder, a questão do respeito que se deve exigir para o Poder que nós representamos.

De prerrogativa em prerrogativa vão tornando o Congresso uma peça despidianda. A cada vez que ceifam um direito nosso estão, no fundo, diminuindo e minimizando a representação popular que nós temos que saber exercer. E, se diminuem a nossa capacidade de exercer a representação popular, estão arranhando a democracia, estão minimizando, estão diminuindo a própria democracia brasileira. Por isso e só por isso, nós não votamos a favor da medida provisória.

Fico novamente muito grato ao Senador Paim pela forma honesta com que se houve, porque não participa deste coro, que é tão comum no Governo: “Ah, estão votando contra os negros, estão votando contra os índios”. Não estamos votando contra negro nenhum! Quando se faz corrupção, está-se votando contra negro, contra índio; está-se votando contra os despossuídos, porque está-se concentrando renda em mãos de meliantes. Isso, sim. Quando se apresenta resultado ruim, resultado deficiente nas avaliações tipo Enem, aí está-se votando contra negro, contra índio, está-se votando contra os pobres deste País. Quando se investe pouco em ciência e em tecnologia no Brasil, está-se votando contra negro, contra índio, sim. Quando se faz funcionar de maneira deficiente a máquina pública – e vejo que ela funciona de maneira deficiente, a começar por segurança, por exemplo, arriscando, sobretudo, as pessoas mais pobres – aí está-se votando contra negro, contra índio, contra os desvalidos. Quando se permite um repique da inflação, que já está em 11% nos alimentos, em 8,2% para

os mais pobres e em mais de 5% para os mais ricos, está-se, nesse momento, fazendo um trabalho contra branco, contra negro, contra índio, contra os desvalidos desta Nação.

Portanto, Sr. Presidente, ficou muito bem explicada a nossa posição, a meu ver; muito bem explicada. O Governo abusa das medidas provisórias, Senadora Lúcia Vânia. Quisesse nos provar a excelência desse projeto, mandaria um projeto de lei e não a perspectiva de um projeto de conversão.

Então, alguém diz: “Poxa, mas esse projeto não seria votado nunca, porque estaria na fila de uma pauta trancada”. Não. Se não mandassem para cá tantas medidas provisórias, não haveria o trancamento da pauta. Nós discutiríamos abertamente, como já se fez no passado, livremente, os temas de acordo com o que fosse a visão de cada um sobre o melhor interesse nacional. Isso, sim.

Mas sempre há pressa e uma grande dose até de má-fé. Alguém diz assim: “Poxa, mas passamos horas discutindo uma medida provisória”. Creio que passamos poucas horas discutindo uma medida provisória tão ruim como essa. Porque é de indignar que tenhamos de misturar um tema tão nobre, como o de políticas sociais visando à redenção social de negros e índios neste País, e não tenhamos mais do que a declaração da caneta, porque sabemos que a assistência médica aos índios é péssima, a assistência educacional aos negros é horrível, as prisões estão cheias de negros. Dr. Ulysses falava muito – e não mudou muito o Brasil daquela época para hoje – que “três pês eram os presos deste País: os pobres, as prostitutas e os pretos”.

Portanto, Sr. Presidente, não temos como ficar reformulando...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

...e fazendo mais apelos, porque sabemos que o Governo está simplesmente viciado em fazer medidas provisórias e mais medidas provisórias para tratar sempre de assuntos triviais, impedindo que esta pauta funcione.

Mas não podemos aceitar, Sr. Presidente, isso sim, é que invertam o jogo, invertam os valores, invertam as bolas, invertam os pólos. Quem impede o funcionamento do Congresso de maneira conveniente não é o discurso da Oposição, não é a nossa insistência em estar na tribuna pedindo que respeitem as nossas prerrogativas. É o Governo, com a seqüência insana de medidas provisórias que manda, estou convencido hoje, a propósito, para nos humilhar, para impedir um trabalho profícuo, para impedir um trabalho qualificado,

para impedir um trabalho valioso. E aí não nos dá outra alternativa a não ser discutirmos o quê? Discutirmos o descabimento dessas medidas provisórias, discutirmos a falta de justiça e de justeza no conteúdo de muitas e na forma de quase todas.

E aqui não estamos falando de biodiversidade, e aqui não estamos falando de nada mais profundo, porque estamos asfixiados por tantas medidas provisórias que impedem o debate de fatos mais relevantes.

O Senador Sérgio Guerra – eu já concluo – disse: eu não pude apresentar hoje o relatório sobre matéria tão importante como a de crédito extraordinário envolvendo o BNDES. S. Ex^a vai se debruçar agora, apesar dos seus afazeres de Presidente do PSDB, na sua definição final sobre o relatório que apresentará amanhã. Mas é sempre assim. E tem outras na fila. E tem uma cuja leitura não estamos pedindo, porque estamos tentando ver se um dia há possibilidade de abriremos a tal janela que nos pedem para abrir. O que é outra situação de humilhação.

Em vez de termos as nossas portas escancaradas para a participação da Nação no nosso debate, estamos aqui, mediocrementemente, tentando abrir janelinha para votar uma matéria ou outra, antes que nova medida provisória feche a porta.

Foi uma boa demonstração de força que deu a Minoria. Dois votos: 29 a 27. Um governo humilde, e este não é; um governo democrático, e este tem seus ranços, este diria que está na hora de uma meditação profunda, para mudar, e mudar para melhor as relações do Governo com o próprio Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Então, nós não encaminhamos contra negro nem contra índio, encaminhamos contra a insistência em fazerem medidas provisórias que não resolvem problema algum, entulham a máquina pública, não tiram os negros das cadeias, não tiram as indiazinhas da prostituição, não tiram os índios do desemprego, não tiram os negros da fome e, ainda por cima, vêm numa forma que só faz trazer desprestígio para o Congresso Nacional.

Eis que, portanto, Sr. Presidente, espero ter sido muito clara a posição do PSDB.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

E, para discutir o mérito, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O próximo orador é o Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a também está inscrito em sexto lugar, Senador José Agripino.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agora, especificamente falando de mérito, é importante que se diga que a criação de novos Ministérios é desperdício de recursos públicos.

No momento em que o Governo diz que quer fazer economia fiscal, quer aumentar o superávit fiscal, para criar um clima favorável à futura queda da taxa de juros ou um aumento menor da taxa de juros, vemos a criação de um novo Ministério que, por si só, já incentiva novas incursões nessa área, porque, daqui a pouco, por necessidade de blindagem do seu titular ou, eventualmente, quando um Parlamentar ocupar o cargo em uma nova secretaria, vamos ter, novamente, uma medida provisória transformando Secretaria em Ministério.

Tenho certeza de que esse Governo poderia, com a metade dos Ministérios, funcionar melhor. Não entendo. São departamentos que poderiam ser agrupados em menos Ministérios. Teríamos um custeio menor da máquina pública e teríamos, com certeza, uma posição fiscal melhor. A posição fiscal do Brasil não é boa. Ela melhorou, mas não é boa. Temos de entender o seguinte: nós temos superávit primário, mas temos déficit nominal. Nós não conseguimos pagar a conta dos juros. Se não pagamos os juros, o déficit nominal consequente será incorporado à dívida pública. Dívida pública maior, juro maior.

Então o Governo tem de partir para um programa de médio prazo de eliminação do déficit fiscal. Mas eliminar déficit fiscal não é criar Ministérios. Há uma incoerência entre o discurso de aumentar superávit primário ou almejar um dia zerar o déficit fiscal e estar aumentando Ministérios. Ele deveria diminuir Ministérios, enxugar os Ministérios. Esse seria o caminho correto.

Afora isso, há um casuísmo expresso na criação desse Ministério. Ressalvando a questão das políticas públicas de igualdade racial, que são meritórias, essas políticas públicas não ficariam executadas em menor escala se elas fossem departamentos de um Ministério social mais forte. Não haveria prejuízo para as ações governamentais. Portanto, é um desperdício o número de Ministérios.

Agora, o casuísmo para proteger o mandato do Sr. Edson Santos é absurdo! Quer dizer, o Ministério

foi criado por um mero casuísmo, proteção do mandato de um Deputado que por acaso o Governo escolheu para ocupar. Talvez houvesse outras pessoas que pudessem ocupar a Secretaria, mas, não, o Governo escolheu um Deputado e, conseqüentemente, para proteger o mandato do deputado, teve que dar *status* de Ministro.

Então, é um casuísmo que o Congresso não deve aceitar. Não estamos aqui para dizer amém ao Governo. Estamos aqui para fiscalizar, para legislar e para impedir que o Governo tome posições absurdas. Volto a dizer: as políticas públicas de igualdade racial são meritórias. Volto aqui a mencionar a luta do Senador Paim. Porém, não concordo, de forma alguma, com a criação de Ministérios casuísticos, meramente casuísticos, para resolver o problema de uma pessoa. E não é possível que isso continue a acontecer, porque, se o Congresso referenda, ele está se submetendo à vontade do Executivo plenipotenciário. E isso não podemos admitir.

Então, no mérito, somos contrários à aprovação dessa medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, se o assunto for sobre a matéria.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não participei da votação da admissibilidade dessa MP e, em razão disso, gostaria de justificar a minha ausência. Eu estava coordenando um painel desse seminário alusivo à Assembléia Nacional Constituinte e só saí de lá agora. Portanto, é só para fazer essa justificação e pedir que fique consignado em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, nobre Senador.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, por permuta com o Senador Alvaro Dias. V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, com a devida vênua, quero lembrar a V. Ex^a e quero-me dirigir a V. Ex^a, Senador por quem tenho muito respeito, muito apreço pessoal: V. Ex^a sabe que a Secretaria Nacional que pugna pela igualdade de direitos entre raças foi criada já no atual Governo. O meu voto foi favorável à

criação. Isso coloca para este Senado e para o País a posição pessoal de um Senador.

É importante promover a igualdade racial? Claro que é, entre brancos, pretos, índios, amarelos; somos todos filhos de Deus. Qual é a diferença que faz se somos do gênero humano e a diferença é na cor da pele, é na origem social? Se o País é democrático, tem-se de pugnar por direitos e oportunidades iguais, ainda que os brancos tenham melhores oportunidades do que os amarelos, do que os índios, do que os negros. Vamos criar um instrumento para aproximar as oportunidades. Estou inteiramente de acordo. Muito embora não tenha visto grandes ações dessa Secretaria Nacional, continuo favorável a que ela insista, não desista, na tarefa de equalizar oportunidades.

Agora, entre isso e se criarem, depois de nomeada uma pessoa, as condições para superar as dificuldades da lei, há uma grande diferença. E é o que foi feito.

Quando a Secretaria foi criada, Sr. Presidente, meu voto foi favorável. Seria e será vinte vezes pelo mérito. Senador Efraim, nomearam o Deputado Edson Santos para ser o novo Ministro. A Ministra Matilde foi exonerada. Envolveu-se com o mau uso dos cartões corporativos, comprou no *free shop* com cartão corporativo, foi demitida dentro de uma crise, e o Governo, na crise, para resolver o problema rapidamente, convidou um Deputado Federal. Pouco importa se foi sugestão ou não, o fato é que convidou um Deputado Federal.

Fazer o convite foi fácil, muito fácil. Sabia o Governo que não podia convidar o Deputado para ocupar uma Secretaria. “Não, nomeia logo e aí, rapidamente, a gente passa por cima e impõe ao Congresso uma medida provisória, completamente desnecessária, para atender ao meu interesse. Mando para o Congresso e este que cuide de aprovar. Pouco importa a lei. O Congresso que cuide de aprovar porque vou resolver o meu problema, que é nomear o substituto da Ministra Matilde”. Aí, fez a substituição da Ministra Matilde e designou o honrado Deputado Edson Santos. Só que, para isso, teve de mandar esta MP para, goela abaixo, o Congresso e o Senado referendarem o malfeito do Poder Executivo. Não, esta é uma Casa de leis, não é uma Casa para referendar malfeitos. Esta é uma Casa para votar aquilo que está amparado pela lei, pela Constituição. E, neste caso, a matéria... Quero aqui cumprimentar os 27 Senadores que votaram, em legítima defesa, pelas prerrogativas do Senado Federal. Quase que se ganha a matéria, quase. Resta o mérito.

No mérito, mais um vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, vai estar em causa a defesa da legalidade. Mais uma vez vai estar em cau-

sa – escoime-se, afaste-se – o mérito da existência de uma Secretaria Nacional que já existe, que já foi criada. Não se trata do mérito da ação da Secretaria ou do Ministério, mas da forma de se impor ao Senado Federal a solução que se encontrou para o problema e debitar a conta ao Senado, que tem de encontrar a fórmula de legalizar o malfeito. Eu não vou legalizar malfeito nenhum. Eu não vou contribuir com meu voto para legalizar malfeito nenhum e por isso vou recomendar aos meus companheiros de Partido que votem contra, que votem contra o malfeito que o Governo fez e cuja conta entrega agora para o Senado pagar. Não vou pagar essa conta e vou votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, nobre Líder da Minoria.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de ter a votação da constitucionalidade da matéria e 27 Senadores mostraram que estão representando o povo brasileiro, que aqui fazem tudo para que a democracia neste País seja respeitada e para que este Senado tenha cada vez mais credibilidade diante da nossa população. Enfim, 27 Senadores entenderam que o Governo Federal quer mostrar a cada dia a sua força diante deste Poder.

Já sabemos, Senador Geraldo Mesquita, que o Presidente Lula tem uma boa musculatura, talvez até maior do que a do Mike Tyson. Não precisa mais exibir força, não precisa, diante de um fato, meu querido amigo Senador Paim.

Saiba, Senador Paim, sem demagogia, que quero me associar àqueles que disseram que o respeitam, pois eu também o respeito.

E não foi fácil votar contra V. Ex^a hoje. Não foi fácil, pela consideração que tenho por V. Ex^a.

Mas o que mostra aqui, Senador, é que ainda estamos votando uma imposição do Governo Federal, votando uma medida provisória com o objetivo único de contemplar uma pessoa, um Deputado Federal do PT. Isso é o cúmulo do exagero do Governo Federal!

São 37 ministérios. Quase todas as semanas Senadores e Senadoras dizem aqui que o Governo tem que diminuir os gastos públicos, mas o Governo não diminui os gastos públicos. Trinta e sete ministérios. Como os gastos públicos vêm aumentando, a inflação começa a aparecer. E começa a aparecer de uma maneira preocupante, Senador Geraldo Mesquita.

Olhe, Senador, quantas medidas provisórias vêm por mês a esta Casa? Por ano, são mais de 300 medi-

das provisórias, fazendo bem a cada um. Fizeram bem agora a um Deputado Federal, uma única pessoa. Temos que nos curvar a isso, para beneficiar uma única pessoa? Ninguém aqui é contra negro coisa nenhuma! Ninguém! Ninguém aqui é contra negro!

Senador Geraldo Mesquita, fui, hoje, a uma audiência com o Presidente da Câmara e vim de lá entristecido. Sabe por que, Senador? Porque não podem colocar na pauta os projetos do nobre Senador Paim em benefício dos aposentados. Sabe por que, Senador? Olhe como é triste escutar isto: porque, primeiro, tem que ser votado o projeto que vai ressuscitar a CPMF. Primeiro, tem que ser votado o projeto que vai tomar dinheiro do brasileiro e da brasileira, sem nenhuma necessidade! Os números mostram isso.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Porque, primeiro, tem que ser votado o projeto que cria o imposto e, segundo, Senador, porque os aposentados não são prioridade para o Presidente da Câmara dos Deputados. A conclusão que eu tiro é essa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Isso é o que quero dizer, Senador.

Por que tanta medida provisória, Senador Paim, se V. Ex^a é contra? V. Ex^a acabou de externar isso. Há essa quantidade enorme de medidas provisórias que vêm, todos os meses, todas as semanas, para este Plenário.

Por que, Senador Geraldo Mesquita, no meio desse bolo de medidas provisórias, não vem uma determinando crédito para resolver a situação dos aposentados deste País? Por que não vem? Isso é o que me revolta, Senador Paulo Paim! Isso é o que me dá revolta. Uma causa tão justa, uma causa tão necessária! Uma causa visível de sofrimento das pessoas, homens e mulheres deste País! E não se dá a mínima “bola”, Senador! Viram-se as costas e se manda uma medida provisória deste quilate para cá. Isso é um abuso, Senador! É um abuso!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a tem razão, porque o caso dos aposentados é um caso de calamidade pública! E a Constituição assegura a edição de medida provisória para regular uma situação como essa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É lógico!

Eu não posso comungar, não posso comungar, Senador Flexa Ribeiro. A minha revolta, Senador, ao dizer que não voto mais medidas provisórias é exatamente essa. O que é mais necessário? O que é mais social? O que é mais importante neste momento? É promover alguém? É melhorar o salário de alguém para ter *status* de ministro e poder optar para receber como Deputado Federal ou é melhorar a situação desses po-

bres aposentados que morrem nas filas dos hospitais sem atendimento médico, porque não têm a mínima condição de pagar um plano de saúde?

Eu espero, Senador, que estes Senadores, coordenados por V. Ex^a, o grande Paulo Paim, possam tomar medidas radicais, sim, radicais, para sensibilizar as autoridades com relação aos aposentados.

É como disse o Senador Flexa Ribeiro: jogaram para o segundo semestre. Eu desconfio que este projeto não entra em pauta no segundo semestre. O grupo de Senadores que estão ao lado desta causa tão justa, levantada por V. Ex^a – tão justa! – nós possamos nos sentar, reunir, para tomar uma medida radical com relação a isto.

Eu não me conformo! Eu não me conformo em ver a insensibilidade. Eu não me conformo em ver o olho fechado. Eu não me conformo em ver o coração fechado do Governo em relação aos aposentados deste País. Creia, Senador, são milhares, milhares e milhares de aposentados. Creia! V. Ex^as sabem: há aposentados recebendo cem, cento e vinte reais de salário por mês.

Se a saúde deste País estivesse boa, se a saúde deste País merecesse aqui o elogio de um Senador ou uma Senadora, mas nenhum – nem Senador, nem Senadora – poderá fazer isto agora, porque, se elogiar, vai mentir nesta tribuna.

Médicos, filas, mortes!

Eu vi uma reportagem na Rede Record, hoje de manhã, que um menino de doze anos, operando um braço, Senador Mesquita, teve que usar uma ferramenta de um carpinteiro para perfurar o osso. Olhe aonde chegamos neste País!

E é muito fácil mandar medidas provisórias para cá, para melhorar a condição de um secretário. Nada contra os negros, Senador. Nada! Pelo amor de Deus...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Presidente.

Tire isso da cabeça. Nada! Absolutamente nada!

Foi muito difícil para mim votar contra um parecer de V. Ex^a, muito difícil, porque, apesar do pouco conhecimento – um ano e meio –, tenho por V. Ex^a a maior consideração e apreço. Sem demagogia. Sem demagogia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Sei que seu tempo está-se esgotando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Com muita honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero dar este testemunho: o Senado votou sempre todas as matérias de interesse da comunidade negra. Então, quero dar este testemunho. Inclusive aqueles que votaram contra ou a favor. Todas as matérias que nós aqui apresentamos estão paradas na Câmara. Nunca o Senado deixou de votá-las. Dou este depoimento, porque entendi a divergência que havia no momento em relação ao instituto da medida provisória. Então, aquele escore no nosso painel...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ...de 29 a 27, não significa que alguém votou contra a comunidade negra. Eu quero dar este depoimento à luz da verdade, porque todas as vezes que procurei todos os líderes todos me acompanharam, inclusive numa matéria, aí sim, polêmica: o Estatuto da Igualdade Racial, que o Senado votou por unanimidade e está parado na Câmara há mais de três anos. É só este aparte a V. Ex^a para colocar a verdade dos fatos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ainda bem que V. Ex^a entende. Nada contra os negros! Nós estamos aqui mostrando a falta de respeito do Governo Federal com esta Casa.

Eu queria que aqueles Senadores que votaram a favor do Governo, que votaram a favor desta medida provisória – vou descer, Sr. Presidente –, eu queria que esses Senadores pudessem sentir na carne a necessidade de o Presidente mandar para cá...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Mais um minuto e V. Ex^a encerra o seu discurso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...um crédito ordinário em benefício dos aposentados. Isso é que eu queria sentir de cada um! Isso é que eu queria sentir de cada um! Será que eu ainda vou ver isso, Sr. Presidente? Será que eu ainda vou ver isso, meu Senador Geraldo Mesquita? Quem sabe? Quem sabe um dia se possa sensibilizar o Governo, porque, Senador Paulo Paim, se nós não tomarmos uma providência em relação aos seus dois projetos que estão na Câmara, estes projetos vão ficar novamente como ficaram aqui: cinco anos na gaveta.

Vamos sentar, na próxima semana, os Senadores que estão interessados e sensibilizados com

essa causa para decidir de uma vez por todas, nem que seja...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Para concluir.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Nem que seja na base da pressão, Senador. Nós não podemos mais ver medidas provisórias vindo para esta Casa, inconstitucionais, para servir a duas, três ou quatro pessoas, enquanto há milhares de aposentados sofrendo, morrendo de fome, morrendo sem saúde, morrendo a peso da violência, e ninguém soluciona esse problema grave da Nação brasileira.

É preciso sensibilizar o Governo que, ao invés de cobrar impostos do povo do Brasil, ao invés de cobrar imposto da brasileira e do brasileiro, é necessário que se resolva o problema dos aposentados deste País.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Caladares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Antonio Carlos Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, na fase em que se encaminhava sobre a urgência e a relevância, em suma, sobre a admissibilidade desta medida provisória, observei que todos os Senadores, sem exceção, todos os que se pronunciaram manifestaram-se contra a proposição. Quando o vigésimo ou o vigésimo quinto já tinha usado a tribuna, dirigi-me ao Senador Relator da matéria, Paulo Paim, e disse a ele, com toda a franqueza: está todo mundo votando contra, pronunciando-se contra, encaminhando contra, e, quando se chega à situação do contra... Não é por espírito de Robin Hood, não, mas eu vou votar a favor; eu vou encaminhar a favor da admissibilidade dessa matéria, por considerar o assunto urgente. Talvez porque eu conheça bem o Edson Santos, da minha cidade, do meu Estado, e a luta que ele travou para primeiro chegar a vereador do Rio de Janeiro, em dois ou três mandatos, muito bem votado sempre; talvez por morar ali no Parque da Gávea, parque proletário, com dificuldade, mas sempre correto; talvez por sabê-lo um homem esforçado, que conseguiu conquistar o diploma de uma faculdade; por tantos outros motivos que me vieram à cabeça, eu acho que posso até estar

com o passo errado de todo o batalhão, mas vou votar a favor da admissibilidade.

Eu conheço o Edson Santos e achei que era urgente que o Governo tivesse – daí a urgência – um Ministro negro. Negro! Porque um terço da população brasileira é composta de negros; porque o Rio de Janeiro e a Bahia foram, sem dúvida alguma, as cidades que mais receberam negros nesses últimos 300 anos. Eles sofreram muito, e colocar um negro no Ministério... Não me lembro de um negro no Ministério. Lembro-me da Benedita da Silva, sim, Governadora, atualmente Secretária de Estado no Rio de Janeiro.

Então, uma matéria dessa não é urgente? Claro que é urgente! Não estão em jogo aí R\$2 mil ou R\$3 mil ou R\$4 mil, não; está em jogo a amostra de que o Governo brasileiro, o povo brasileiro, no seu todo, não pode ser discriminado por filigranas jurídicas, que não têm, essas, sim, o menor valor.

O Senado marcha impávido, o Senado marcha com grandeza, o Senado caminha com nobreza. Ele não precisa se acovardar de nada apenas por ter votado com justiça uma medida provisória. Está em jogo a raça, sim. Estão em jogo a formação política do Brasil e outros valores muito maiores do que uma simples medida provisória. Há outros valores em jogo, Sr. Presidente – pode crer!

Então, voto com a maior consciência, sem o menor constrangimento. Ninguém me pediu para votar dessa ou daquela maneira. Não votei por causa do Paim – ele sabe disso; votei por causa de princípios até mesmo éticos. O Brasil é só de louros? É só de olhos azuis? É só de branqueiras? É só, afinal, de mulatos? É só de cruzamentos diversificados? Não.

Era necessário e urgente que o Brasil de hoje, com quase 200 milhões de habitantes, seguramente com 80 milhões de negros, tivesse pelo menos um em um ministério. Qual é o problema? Qual é a ofensa ao Senado? Qual é a ofensa a este Parlamento? Não vejo nenhuma. Trata-se de prestigiar e, de fato, de quebrar preconceitos, que existem, mas estão sendo quebrados. E mais um será quebrado hoje se conseguirmos votar esta medida provisória.

Contra a lei? Será contra a lei? Não é urgente fazermos isso? Ou é só ficarmos aqui com demagogia? É urgente, sim. Por isso, considerei falar com o Relator. Só falar. Só comunicar. Pelo menos 25 já se declararam contra esta medida provisória. Quero dizer a vocês: se forem 25 a um, este “um” será o meu voto. E voto com a tranqüila consciência de ter votado bem, com a tranqüila consciência de ter feito justiça a uma gama de brasileiros que, há duzentos anos, vem sofrendo, e sofrendo, e sofrendo.

É inconstitucional? Será que é inconstitucional? Será que a matéria não é urgente? Será que alguém acha que isso pode ser jogado para as calendas, só porque o Edson Santos, um negro de 1,80 metro, de quase 2 metros, retinto, preto retinto, negro retinto, é Ministro de Estado?

Ora, ora, Sr. Presidente, eu vou lhe ser franco: para mim, há outros valores nesta medida provisória; valores que não aparecem, que não estão escritos. Há outros valores, e foi em nome desses outros valores que eu votei a favor e vou votar novamente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Nery.

Por dez minutos, Senador.

O Senador Paulo Duque atendeu ao nosso Regimento, falando dez minutos, exatamente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, reitero críticas feitas aqui desta tribuna, durante toda esta tarde, em relação ao instrumento adotado para criar o cargo de Ministro de Estado de Política de Promoção da Igualdade Racial. Porém, no que diz respeito ao mérito da medida provisória, não poderia deixar de agir e votar de acordo com meu entendimento e minha consciência sobre o simbolismo dessa decisão, que é, antes de tudo, uma reivindicação dos movimentos sociais brasileiros ligados à luta pela igualdade racial.

Esse é um ato do Presidente da República que poderia chegar ao Congresso sob iniciativa de projeto de lei, porém, mais uma vez, usa-se o instrumento da medida provisória para criar cargos, aliás, criar essa função, porque o cargo de Secretário Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, ao ser transformado em cargo de ministro, não altera, de forma alguma, do ponto de vista do aumento da despesa, a situação anterior em que tínhamos um secretário de estado, e não um ministro.

O importante nessa medida – discordando, evidentemente, como fizeram vários Senadores, porque o instrumento poderia ser outro – é o conteúdo, a proposta, o simbolismo de criar o cargo de ministro para representar setores que historicamente estiveram aliçados de qualquer participação nas políticas públicas de inclusão social, que estiveram ausentes e discriminados da participação em qualquer instrumento do Estado brasileiro. Criar o cargo de ministro tem um simbolismo no ano em que o Brasil celebra 120 anos do fim oficial da escravidão, Senador Paulo Duque, ao mesmo tempo em que temos que reforçar

a luta contra a escravidão contemporânea, porque ela ainda é presente em nosso País.

A importância e o simbolismo da criação do cargo de ministro, conferido no aspecto da representação desse segmento junto aos organismos do Estado brasileiro, tem uma significação especial para setores que historicamente foram e ainda são discriminados.

O relatório do Senador Paulo Paim assinala o mérito dessa decisão com a qual não poderia, de forma alguma, deixar de concordar, de apoiar e de votar a favor. Isso não significa, mais uma vez, que não tenhamos a compreensão de que essa decisão poderia ser adotada por meio de um projeto de lei.

A importância desse ato de o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado aprovarem essa medida reside justamente nesse sentido de fazer com que setores se sintam respeitados, considerados e integrantes do ponto de vista da gestão de governo. O nosso voto favorável deve-se inclusive ao resgate da luta histórica desses setores discriminados para que possam encontrar na República o seu lugar, o seu direito, o respeito.

Portanto, o nosso voto favorável ao mérito do projeto é justamente por saber que essa é uma reivindicação de setores mais amplos dos movimentos sociais brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, esperamos que essa medida corresponda também ao alargamento das políticas do Estado brasileiro em relação à busca da igualdade racial.

Trabalhar para que o Congresso vote o Estatuto da Igualdade Racial é o imperativo que se impõe no contexto deste debate. Trabalhar para o aperfeiçoamento das políticas de quotas é outro desafio, para tratar de incluir os setores que historicamente estiveram aliçados das políticas públicas de inclusão, especialmente a que é ligada à educação, à saúde e assistência.

É importante também, no contexto da criação do cargo de Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, afirmar a luta em defesa da regularização fundiária das comunidades quilombolas. No Brasil, são mais de 3.200 áreas, e o maior número está localizado justamente na Amazônia, especialmente no Estado do Pará.

Portanto, quando percebemos que há uma clara objeção de certos setores da política brasileira, que questionam inclusive no Supremo Tribunal Federal um decreto que garante o processo de regularização das terras das comunidades afrodescendentes, temos que aqui assinalar e demonstrar a importância da ampliação dessas políticas afirmativas que contribuam efetivamente para promover a igualdade e a justiça social.

Este é o nosso posicionamento, sem esquecer, Sr. Presidente, o que tange ao instrumento utilizado: mais uma medida provisória, como tantas que se encontram na pauta para votação.

Acho que, Senador Geraldo Mesquita – o senhor que tem aqui, ao lado de tantos, combatido essa enxurrada de medidas provisórias –, precisamos fazer com que andem os procedimentos legislativos para aprovar, reformando esse instituto, de modo que o Congresso não fique à mercê da decisão e da imposição dessas medidas provisórias.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, quando fiz o aparte ao Senador Mário Couto, tive toda a preocupação de mostrar que essa não era uma questão contra negro ou contra branco. Isso ficou muito claro em respeito àqueles que, na verificação que fizemos, têm o direito de discordar. Até porque os argumentos que ouvi demonstravam que os oradores discordavam do fato de o processo ser por medida provisória. Apreendi nesta Casa, Sr. Presidente, Sr. Senador, a cumprir acordos. O acordo que fiz com as lideranças dos Partidos foi no sentido de que teríamos uma votação nominal. A segunda votação seria simbólica. Tanto que V. Ex^a, que estava ao meu lado, disse que ia à tribuna. Eu ia fazer um aparte. Vamos continuar o debate. Agora, quero fazer um apelo. Para mim é ruim também, por toda a história e o companheirismo que tenho com todos os Senadores e Senadoras, quando os acordos passam a não valer mais. Para mim foi dito, com todas as palavras, Senador Romero Jucá, Senador Arthur Virgílio,

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) –... Senador José Agripino, aqui presente, Senador Valdir Raupp, que seria uma votação simbólica. E a primeira nominal. Agora, a informação que me trouxeram é a de que poderíamos ter outra votação nominal. Faço um apelo aos Senadores e Senadoras para que a gente respeite o acordo, como a gente sempre faz. Eu sempre respeitei. Minha palavra empenhada, seja contra quem quer que seja... quando dou minha palavra, cumprio. Por isso, quero fazer um apelo de que a gente não rompa essa que é uma tradição da Casa. Os Senadores da base foram todos liderados diante da orientação que dei, até porque os Líderes da Oposição relataram-me que não haveria uma segunda votação. É o apelo que

faço. Estão aqui os Senadores Romeu Tuma, o Senador Flexa, o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Paulo Paim, aqui está um dos Líderes proeminentes do PSDB. S. Ex^a informe-me que a sua Liderança não vai, de forma nenhuma, pedir verificação de quórum, significando dizer que vai haver uma votação simbólica para aprovar o projeto que V. Ex^a relata.

Sendo assim, gostaria de prorrogar a sessão até às 20 horas e 30 minutos para a conclusão dos debates.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) –

V. Ex^a já encerrou o seu tempo. No entanto, concedo-lhe mais 30 segundos...50 segundos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, não vou precisar dos 50 segundos.

É só para dizer que, uma vez que V. Ex^a reafirma que o acordo está preservado e a votação será simbólica, isso nos basta. Tenho certeza de que aprovação, por mérito e pela compreensão que temos deste tema, já é suficiente para encerrar aqui o meu pronunciamento, com a manifestação e a defesa que fiz do mérito do projeto, protestando, evidentemente, que tenha sido feito por meio de medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita. (Pausa)

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, por muitos anos no Brasil se conviveu com a idéia de que vivíamos em uma democracia racial e que os diversos grupos sociais viviam harmoniosamente.

O encaminhamento da Medida Provisória nº 419, de 2008, que trata da transformação da Secretaria da Igualdade Racial em Ministério, passa ao largo da problemática da igualdade racial no Brasil. A Secretaria da Igualdade Racial veio ao encontro de anseios históricos do contingente negro no Brasil.

De fato, existe um mito da democracia racial brasileira. Esse mito advém do fato de que, apesar da manutenção de padrões raciais escravocratas, o branco, no Brasil, não abriu luta contra o negro, mas omitiu-se. Não se pensou em prejudicar o negro, mas favoreceu-se uma inércia sócio-cultural.

Qualquer atitude que vise resolver os dilemas das relações raciais previne tensões e assegura uma lenta integração da população de cor. É uma atitude que não coloca o negro e o mulato como beneficiários do processo de democratização dos direitos e garantias sociais.

A Medida Provisória, portanto, não toca nesse problema maior. Esse é o grande defeito da medida provisória. Este tema, Senador Paim, V. Ex^a que tão bem representa essa comunidade aqui no Congresso Nacional, é da mais alta relevância e merecia estar sendo abordado e debatido por todos os Senadores desta Casa. Esta seria a grande oportunidade de, inclusive, cobrar o Estatuto da Igualdade Racial, tão aclamado e pedido e que, no entanto, não tem ressonância na Câmara dos Deputados.

Mas, infelizmente, em se tratando de uma medida provisória, nós perdemos esse grande e importante momento.

Tenho acompanhado com atenção as manifestações dos ilustres pares com relação à medida provisória que votamos neste momento no plenário desta Casa. Trata-se de uma situação extremamente desconfortável para o Congresso. Poderia dizer até mesmo humilhante.

Essas medidas provisórias nos deixam em situação difícil. Essa é a razão, Senador Paim, de eu estar até agora aqui. É preciso que a população negra entenda que nós, ao votarmos no primeiro momento contra a constitucionalidade da medida provisória, deixamos claro que teríamos de nos posicionar, neste momento, no sentido de manter a coerência que temos mantido aqui, a fim de chamar a atenção do Governo para a necessidade de enviar temas importantes por projetos de lei.

No entanto, não somos ouvidos e, naturalmente, temos o desconforto de votar contra a constitucionalidade de uma medida provisória dessa natureza no primeiro turno. No entanto, ao votarmos assim, pode parecer à população negra que estamos contra o mérito. Por isso, fiz questão de ficar aqui até a esta hora para manifestar o meu apoio quanto ao mérito.

Sei que a forma como o Governo Federal encaminhou esta medida provisória foi casuística, visando atender a um momento muito pessoal do próprio Governo, para atender aos próprios interesses do Governo. No entanto, nós não podemos desprezar a importância de dar o *status* de Ministério à Secretaria de Igualdade Racial. Eu acho que isso é muito importante; é um assunto muito sério que nós não podemos deixar passar em branco. E acredito que dar *status* de Ministério à Secretaria de Igualdade Racial é muito importante neste momento.

Concedo o aparte ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, eu faço questão de apartear a senhora, Senadora. É um trabalho voltado ao combate a todo tipo de preconceito: contra a criança, contra o idoso, contra a mulher, contra o negro, contra o índio, contra o branco, enfim, contra qualquer tipo de preconceito. V. Ex^a sempre está na linha de frente. E eu entendi muito bem o seu voto e percebo agora a sua coerência, inclusive, na hora da discussão do mérito. E aproveito este momento para dizer que falei agora com o Senador José Agripino e ele me disse: “Paim, acordo é para ser cumprido. Pode aproveitar que a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Heráclito Fortes estão aí e diga que esta votação será simbólica”, numa demonstração de que nem DEM, nem PSDB, nem PDT, nem PSB, enfim, ninguém é contra negro nem contra índio. Houve uma discordância no encaminhamento da medida provisória, e isso foi explicitado no painel. Então, cumprimento, mais uma vez, V. Ex^a, uma grande Senadora que orgulha não só o Estado, mas todo o Brasil.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Obrigada, Senador Paim.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Lúcia Vânia, também uso a palavra para cumprimentá-la por transmitir o seu voto favorável ao mérito da transformação da Secretaria da Igualdade Racial para a categoria do Ministério e pelas ponderações que V. Ex^a está formulando. Conforme o seu partido tem muitas vezes aqui colocado, será bom que o Governo venha a legislar mais por projetos de lei do que por medidas provisórias. Mas, no mérito, V. Ex^a aqui se coloca, muito bem, favoravelmente a este projeto. Os meus cumprimentos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy.

Encerro minhas palavras dizendo que esta não é uma questão partidária. Se estivessem aqui todos os Líderes nós estaríamos com a mesma posição. Eu, que pessoalmente acompanhei a criação e o desenvolvimento da Secretaria de Igualdade Racial, sinto-me entusiasmada; sinto-me entusiasmada de ver aquela secretaria ser transformada em ministério. Não importa que tenha sido este um momento casuístico. O que importa é que é uma conquista aclamada e sentida por todos aqueles que lutam efetivamente pela igualdade social. Esse é o nosso compromisso.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui dizer que voto a favor do mérito desta matéria e, além de votar a favor, o faço com muita satisfação por saber que estamos atingindo um patamar importante hoje na vida e na luta dos movimentos sociais ligados à comunidade negra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares – Bloco/PSB – SE) – Indago do Senador Heráclito Fortes se S. Ex^a deseja falar como orador para discussão da medida provisória ou deseja falar como orador após a votação?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. *Fora do microfone.*) – Falo logo para facilitar o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, concedo a palavra a V. Ex^a para discutir o mérito da proposição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, o Governo manda a esta Casa, por meio de medida provisória, o que poderia tranquilamente tramitar como projeto.

O compromisso que o Presidente Lula assumiu com o movimento negro, Senador Paim, poderia ter tido sua seqüência com um projeto. Tenho certeza de que V. Ex^a, benquistou que é nesta Casa e com o prestígio que possui, teria conseguido a rapidez da tramitação sem a necessidade deste desgaste.

É evidente que para nós há uma diferença mínima entre a função da secretaria e a transformação em ministério. Mas nós sabemos que vivemos num País que preza por títulos e tem a liturgia do poder. Para que não fique em disparidade hierárquica o ministério – no caso, se aprovado agora – encarregado da desigualdade racial, nós poderíamos ter trabalhado a sua aprovação de outra maneira. Ninguém de bom senso neste País ficaria contra os que defendem a igualdade racial.

Senador Wellington Salgado, a última discriminação grave que vi foi com a antecessora do atual representante da Pasta. A Sr^a Matilde, Ministra ou Secretária, teve o nome, como tantos outros, envolvido na questão dos cartões corporativos. A pressão palaciana, aquela frigideira crematória só ardeu, Senador Paulo Paim, nas costas dela. Foi a única ministra ou a única integrante do Governo que não teve sequer o direito de defesa. Isso, sim, chamo de discriminação. Aproveitaram-se de um fato no qual outros estavam envolvidos, inclusive em grau maior – sabe muito bem V. Ex^a –, mas facilitaram apenas a saída da ministra.

Louvo que o Presidente tenha escolhido para substituí-la um Parlamentar do Rio de Janeiro, com mandato, numa demonstração de prestígio, coisa rara de se ver no atual Governo ao Poder Legislativo. Poder este que o Governo teima insistentemente em desgastar, e o excesso de medidas provisórias é uma das formas corriqueiras; a outra, também por medidas provisórias, são as excessivas votações de crédito que o Governo manda para esta Casa. Cada crédito que nós votamos para o Governo é um descrédito para o

Congresso. Infelizmente nós estamos diante uma realidade em que uma maioria – momentânea é claro, mas consolidada – destrói não só as votações como também os objetivos de apuração de irregularidades contra membros do Governo, como é o caso da atuação bem pouco recomendável nas CPIs. O partido que outrora vangloriava-se de ser um partido que combatia irregularidades, que combatia a malversação de recursos, tem hoje como carro-chefe – e o cenário maior são as CPIs – o orgulho de colocar sob o tapete as mazelas cometidas por gestores da sua base neste País.

Senador Paulo Paim, se há uma pessoa que por dever de justiça – eu confesso – não mereceria pagar o preço da rejeição desta matéria é V. Ex^a. Na primeira votação, pediu-se verificação de quórum; nesta segunda votação, a do mérito, não vamos pedir. Fique V. Ex^a e o Brasil todo sabendo que essa mudança da primeira votação para a segunda, com o plenário vazio, é em apreço exclusivo a V. Ex^a, até porque, como vinha funcionando até agora, esse ministério ou secretaria seguiria seu caminho, cumprindo seu objetivo.

Porém, V. Ex^a levantou a bandeira, V. Ex^a assumiu a palavra e o compromisso. Mas tenha a convicção de que nesta nossa convivência do dia-a-dia, trava-se sempre um diálogo honesto, correto e, acima de tudo, respeitoso. Nós, da Oposição, mais uma vez, vamos abrir mão para que V. Ex^a não saia daqui decepcionado na defesa das suas convicções. Quero deixar isso bem claro, porque esta é a nossa posição. Esta é a posição do meu Partido, que tem compromisso contra medidas provisórias, mas que abre uma exceção, como é caso agora, exatamente em homenagem e respeito a V. Ex^a.

Dito isso, Sr. Presidente, espero que, aprovada esta matéria, o Senador Paulo Paim, mais uma vez, saia daqui com o sentimento do dever cumprido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo oradores inscritos, encerro a discussão do mérito.

Passamos à votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos agora à votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008

Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25.

Parágrafo único. São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Advogado-Geral da União, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência e o Presidente do Banco Central do Brasil." (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Fica criado, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Ra-

cial da Presidência da República, 1 (um) cargo de Secretário-Adjunto, código DAS 101.6.

Parágrafo único. (Revogado).”(NR)

“Art. 4º-A Fica transformado o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.”

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São os seguintes os itens transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62, da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62, da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62, da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecen-

tos e cinquenta e dois mil, e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.

Parecer nº 6, de 2008 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães, favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 12.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de

2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

7**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator **ad hoc**: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda

da nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

11**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

12**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta) – Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen) – Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

15

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

16

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

17

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

18

PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o*

menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

19

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao art. 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

20

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

23

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

24

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

25**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator **ad hoc**: Senador Renato Casagrande, favorável.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Rodolpho Tourinho.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art.

12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e

obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

46**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

47**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

48**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto) – favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen) – favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

49**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

50**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e

– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

51**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração

ção Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

56

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

57

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

58

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

59

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder de cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

60

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

61

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo.

62

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de

voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

63

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

64

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

65

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

66**REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

67**REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

68**REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

69**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

70**REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

71**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

72**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

73**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas, etc)

74**REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

75**REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

76**REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

77**REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV).

78**REQUERIMENTO Nº 413, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio,

solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

79**REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

80**REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

81**REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

82**REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ser-

viços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

83

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

84

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

85

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária).

86

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sobre a mesa projeto recebido da Câmara dos Deputados que será lido pelo Srº 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 90, DE 2008**

(Nº 563/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem a referida Convenção e seu Protocolo Facultativo, bem como quaisquer outros ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Preâmbulo

Os Estados Partes da presente Convenção,

a) Relembrando os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, que reconhecem a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

b) Reconhecendo que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, proclamaram e concordaram que toda pessoa faz jus a todos os direitos e liberdades ali estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie,

c) Reafirmando a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência os exerçam plenamente, sem discriminação,

d) Relembrando o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias,

e) Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas,

f) Reconhecendo a importância dos princípios e das diretrizes de política, contidos no Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e nas Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, para influenciar a promoção, a formulação e a avaliação de políticas, planos, programas e ações em níveis nacional, regional e internacional para possibilitar maior igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência,

g) Ressaltando a importância de trazer questões relativas à deficiência ao centro das preocupações da sociedade como parte integrante das estratégias relevantes de desenvolvimento sustentável,

h) Reconhecendo também que a discriminação contra qualquer pessoa, por motivo de deficiência, configura violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano,

i) Reconhecendo ainda a diversidade das pessoas com deficiência,

j) Reconhecendo a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, inclusive daquelas que requerem maior apoio,

k) Preocupados com o fato de que, não obstante esses diversos instrumentos e compromissos, as pessoas com deficiência continuam a enfrentar barreiras contra sua participação como membros iguais da sociedade e violações de seus direitos humanos em todas as partes do mundo.

l) Reconhecendo a importância da cooperação internacional para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência em todos os países, particularmente naqueles em desenvolvimento,

m) Reconhecendo as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e que a promoção do pleno exercício, pelas pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento à sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza,

n) Reconhecendo a importância, para as pessoas com deficiência, de sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas,

o) Considerando que as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhes dizem respeito diretamente,

p) Preocupados com as difíceis situações enfrentadas por pessoas com deficiência que estão sujeitas a formas múltiplas ou agravadas de discriminação por causa de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, origem nacional, étnica, nativa ou social, propriedade, nascimento, idade ou outra condição,

q) Reconhecendo que mulheres e meninas com deficiência estão freqüentemente expostas a maiores riscos, tanto no lar como fora dele, de sofrer violência, lesões ou abuso, descaso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração,

r) Reconhecendo que as crianças com deficiência devem gozar plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de oportunidades com as outras crianças e lembrando as obrigações assumidas com esse fim pelos Estados Partes na Convenção sobre os Direitos da Criança,

s) Ressaltando a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero aos esforços para promover o pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais por parte das pessoas com deficiência,

t) Salientando o fato de que a maioria das pessoas com deficiência vive em condições de pobreza e, nesse sentido, reconhecendo a necessidade crítica de lidar com o impacto negativo da pobreza sobre pessoas com deficiência,

u) Tendo em mente que as condições de paz e segurança baseadas no pleno respeito aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e a observância dos instrumentos de direitos humanos são indispensáveis para a total proteção das pessoas com deficiência, particularmente durante conflitos armados e ocupação estrangeira,

v) Reconhecendo a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais,

w) Conscientes de que a pessoa tem deveres para com outras pessoas e para com a comunidade a que pertence e que, portanto, tem a responsabilidade de esforçar-se para a promoção e a observância dos direitos reconhecidos na Carta Internacional dos Direitos Humanos,

x) Convencidos de que a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito de receber a proteção da sociedade e do Estado e de que as pessoas com deficiência e seus familiares devem receber a proteção e a assistência necessárias para tornar as famílias capazes de contribuir para o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência,

y) Convencidos de que uma convenção internacional geral e integral para promover e proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência prestará significativa contribuição para corrigir as profundas desvantagens sociais das pessoas com deficiência e para promover sua participação na vida econômica, social e cultural, em igualdade de oportunidades, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1 **Propósito**

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Artigo 2 **Definições**

Para os propósitos da presente Convenção:

“Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;

“Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada;

“Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;

“Adaptação razoável” significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;

“Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.

Artigo 3 **Princípios gerais**

Os princípios da presente Convenção são:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;

g) A igualdade entre o homem e a mulher;

h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

Artigo 4 **Obrigações gerais**

1. Os Estados Partes se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência. Para tanto, os Estados Partes se comprometem a:

a) Adotar todas as medidas legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na presente Convenção;

b) Adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência;

c) Levar em conta, em todos os programas e políticas, a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência;

d) Abster-se de participar em qualquer ato ou prática incompatível com a presente Convenção e assegurar que as autoridades públicas e instituições atuem em conformidade com a presente Convenção;

e) Tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação baseada em deficiência, por parte de qualquer pessoa, organização ou empresa privada;

f) Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;

g) Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível;

h) Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;

i) Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos.

2. Em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, cada Estado Parte se compromete a tomar medidas, tanto quanto permitirem os recursos disponíveis e, quando necessário, no âmbito da cooperação internacional, a fim de assegurar progressivamente o pleno exercício desses direitos, sem prejuízo das obrigações contidas na presente Convenção que forem imediatamente aplicáveis de acordo com o direito internacional.

3. Na elaboração e implementação de legislação e políticas para aplicar a presente Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, os Estados Partes realizarão consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, inclusive crianças com deficiência, por intermédio de suas organizações representativas.

4. Nenhum dispositivo da presente Convenção afetará quaisquer disposições mais propícias à realização dos direitos das pessoas com deficiência, as quais possam estar contidas na legislação do Estado Parte ou no direito internacional em vigor para esse Estado. Não haverá nenhuma restrição ou derrogação de qualquer dos direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer Estado Parte da presente Convenção, em conformidade com leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob a alegação de que a presente Convenção não reconhece tais direitos e liberdades ou que os reconhece em menor grau.

5. As disposições da presente Convenção se aplicam, sem limitação ou exceção, a todas as unidades constitutivas dos Estados federativos.

Artigo 5 **Igualdade e não-discriminação**

1. Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei.

2. Os Estados Partes proibirão qualquer discriminação baseada na deficiência e garantirão às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.

3. A fim de promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para garantir que a adaptação razoável seja oferecida.

4. Nos termos da presente Convenção, as medidas específicas que forem necessárias para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência não serão consideradas discriminatórias.

Artigo 6 **Mulheres com deficiência**

1. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção.

Artigo 7 **Crianças com deficiência**

1. Os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças.

2. Em todas as ações relativas às crianças com deficiência, o superior interesse da criança receberá consideração primordial.

3. Os Estados Partes assegurarão que as crianças com deficiência tenham o direito de expressar livremente sua opinião sobre todos os assuntos que lhes disserem respeito, tenham a sua opinião devidamente valorizada de acordo com sua idade e maturidade, em igualdade de oportunidades com as demais crianças, e recebam atendimento adequado à sua deficiência e idade, para que possam exercer tal direito.

Artigo 8

Conscientização

1. Os Estados Partes se comprometem a adotar medidas imediatas, efetivas e apropriadas para:

a) Conscientizar toda a sociedade, inclusive as famílias, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência;

b) Combater estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência, inclusive aqueles relacionados a sexo e idade, em todas as áreas da vida;

c) Promover a conscientização sobre as capacidades e contribuições das pessoas com deficiência.

2. As medidas para esse fim incluem:

a) Lançar e dar continuidade a efetivas campanhas de conscientização públicas, destinadas a:

i) Favorecer atitude receptiva em relação aos direitos das pessoas com deficiência;

ii) Promover percepção positiva e maior consciência social em relação às pessoas com deficiência;

iii) Promover o reconhecimento das habilidades, dos méritos e das capacidades das pessoas com deficiência e de sua contribuição ao local de trabalho e ao mercado laboral;

b) Fomentar em todos os níveis do sistema educacional, incluindo neles todas as crianças desde tenra idade, uma atitude de respeito para com os direitos das pessoas com deficiência;

c) Incentivar todos os órgãos da mídia a retratar as pessoas com deficiência de maneira compatível com o propósito da presente Convenção;

d) Promover programas de formação sobre sensibilização a respeito das pessoas com deficiência e sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Artigo 9

Acessibilidade

1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho;

b) Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência;

2. Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para:

a) Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público;

b) Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência;

c) Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;

d) Dotar os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público de sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão;

e) Oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público;

f) Promover outras formas apropriadas de assistência e apoio a pessoas com deficiência, a fim de assegurar a essas pessoas o acesso a informações;

g) Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet;

h) Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.

Artigo 10
Direito à vida

Os Estados Partes reafirmam que todo ser humano tem o inerente direito à vida e tomarão todas as medidas necessárias para assegurar o efetivo exercício desse direito pelas pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Artigo 11
Situações de risco e emergências humanitárias

Em conformidade com suas obrigações decorrentes do direito internacional, inclusive do direito humanitário internacional e do direito internacional dos direitos humanos, os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar a proteção e a segurança das pessoas com deficiência que se encontrarem em situações de risco, inclusive situações de conflito armado, emergências humanitárias e ocorrência de desastres naturais.

Artigo 12
Reconhecimento igual perante a lei

1. Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei.

2. Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.

3. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal.

4. Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As

salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa.

5. Os Estados Partes, sujeitos ao disposto neste Artigo, tomarão todas as medidas apropriadas e efetivas para assegurar às pessoas com deficiência o igual direito de possuir ou herdar bens, de controlar as próprias finanças e de ter igual acesso a empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro, e assegurarão que as pessoas com deficiência não sejam arbitrariamente destituídas de seus bens.

Artigo 13 **Acesso à justiça**

1. Os Estados Partes assegurarão o efetivo acesso das pessoas com deficiência à justiça, em igualdade de condições com as demais pessoas, inclusive mediante a provisão de adaptações processuais adequadas à idade, a fim de facilitar o efetivo papel das pessoas com deficiência como participantes diretos ou indiretos, inclusive como testemunhas, em todos os procedimentos jurídicos, tais como investigações e outras etapas preliminares.

2. A fim de assegurar às pessoas com deficiência o efetivo acesso à justiça, os Estados Partes promoverão a capacitação apropriada daqueles que trabalham na área de administração da justiça, inclusive a polícia e os funcionários do sistema penitenciário.

Artigo 14 **Liberdade e segurança da pessoa**

1. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas:

a) Gozem do direito à liberdade e à segurança da pessoa; e

b) Não sejam privadas ilegal ou arbitrariamente de sua liberdade e que toda privação de liberdade esteja em conformidade com a lei, e que a existência de deficiência não justifique a privação de liberdade;

2. Os Estados Partes assegurarão que, se pessoas com deficiência forem privadas de liberdade mediante algum processo, elas, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, façam jus a garantias de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e sejam tratadas em conformidade com os objetivos e princípios da presente Convenção, inclusive mediante a provisão de adaptação razoável.

Artigo 15 **Prevenção contra tortura ou tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes**

1. Nenhuma pessoa será submetida à tortura ou a tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Em especial, nenhuma pessoa deverá ser sujeita a experimentos médicos ou científicos sem seu livre consentimento.

2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas efetivas de natureza legislativa, administrativa, judicial ou outra para evitar que pessoas com deficiência, do mesmo modo que as demais pessoas, sejam submetidas à tortura ou a tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 16 **Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso**

1. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo aspectos relacionados a gênero.

2. Os Estados Partes também tomarão todas as medidas apropriadas para prevenir todas as formas de exploração, violência e abuso, assegurando, entre outras coisas, formas apropriadas de atendimento e apoio que levem em conta o gênero e a idade das pessoas com deficiência e de seus familiares e atendentes, inclusive mediante a provisão de informação e educação sobre a maneira de evitar, reconhecer e denunciar casos de exploração, violência e abuso. Os Estados Partes assegurarão que os serviços de proteção levem em conta a idade, o gênero e a deficiência das pessoas.

3. A fim de prevenir a ocorrência de quaisquer formas de exploração, violência e abuso, os Estados Partes assegurarão que todos os programas e instalações destinados a atender pessoas com deficiência sejam efetivamente monitorados por autoridades independentes.

4. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para promover a recuperação física, cognitiva e psicológica, inclusive mediante a provisão de serviços de proteção, a reabilitação e a reinserção social de pessoas com deficiência que forem vítimas de qualquer forma de exploração, violência ou abuso. Tais recuperação e reinserção ocorrerão em ambientes que promovam a saúde, o bem-estar, o auto-respeito, a dignidade e a autonomia da pessoa e levem em consideração as necessidades de gênero e idade.

5. Os Estados Partes adotarão leis e políticas efetivas, inclusive legislação e políticas voltadas para mulheres e crianças, a fim de assegurar que os casos de exploração, violência e abuso contra pessoas com deficiência sejam identificados, investigados e, caso necessário, julgados.

Artigo 17

Proteção da integridade da pessoa

Toda pessoa com deficiência tem o direito a que sua integridade física e mental seja respeitada, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Artigo 18

Liberdade de movimentação e nacionalidade

1. Os Estados Partes reconhecerão os direitos das pessoas com deficiência à liberdade de movimentação, à liberdade de escolher sua residência e à nacionalidade, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, inclusive assegurando que as pessoas com deficiência:

a) Tenham o direito de adquirir nacionalidade e mudar de nacionalidade e não sejam privadas arbitrariamente de sua nacionalidade em razão de sua deficiência.

b) Não sejam privadas, por causa de sua deficiência, da competência de obter, possuir e utilizar documento comprovante de sua nacionalidade ou outro documento de identidade, ou de recorrer a processos relevantes, tais como procedimentos relativos à imigração, que forem necessários para facilitar o exercício de seu direito à liberdade de movimentação.

c) Tenham liberdade de sair de qualquer país, inclusive do seu; e

d) Não sejam privadas, arbitrariamente ou por causa de sua deficiência, do direito de entrar no próprio país.

2. As crianças com deficiência serão registradas imediatamente após o nascimento e terão, desde o nascimento, o direito a um nome, o direito de adquirir nacionalidade e, tanto quanto possível, o direito de conhecer seus pais e de ser cuidadas por eles.

Artigo 19

Vida independente e inclusão na comunidade

Os Estados Partes desta Convenção reconhecem o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade, com a mesma liberdade de escolha que as demais pessoas, e tomarão medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo desse direito e sua plena inclusão e participação na comunidade, inclusive assegurando que:

a) As pessoas com deficiência possam escolher seu local de residência e onde e com quem morar, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e que não sejam obrigadas a viver em determinado tipo de moradia;

b) As pessoas com deficiência tenham acesso a uma variedade de serviços de apoio em domicílio ou em instituições residenciais ou a outros serviços comunitários de apoio, inclusive os serviços de atendentes pessoais que forem necessários como apoio para que as pessoas com deficiência vivam e sejam incluídas na comunidade e para evitar que fiquem isoladas ou segregadas da comunidade;

c) Os serviços e instalações da comunidade para a população em geral estejam disponíveis às pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades, e atendam às suas necessidades.

Artigo 20

Mobilidade pessoal

Os Estados Partes tomarão medidas efetivas para assegurar às pessoas com deficiência sua mobilidade pessoal com a máxima independência possível:

a) Facilitando a mobilidade pessoal das pessoas com deficiência, na forma e no momento em que elas quiserem, e a custo acessível;

b) Facilitando às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade, e formas de assistência humana ou animal e de mediadores, inclusive tornando-os disponíveis a custo acessível;

c) Propiciando às pessoas com deficiência e ao pessoal especializado uma capacitação em técnicas de mobilidade;

d) Incentivando entidades que produzem ajudas técnicas de mobilidade, dispositivos e tecnologias assistivas a levarem em conta todos os aspectos relativos à mobilidade de pessoas com deficiência.

Artigo 21

Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e idéias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, conforme o disposto no Artigo 2 da presente Convenção, entre as quais:

a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;

b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;

c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;

d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;

e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais.

Artigo 22

Respeito à privacidade

1. Nenhuma pessoa com deficiência, qualquer que seja seu local de residência ou tipo de moradia, estará sujeita a interferência arbitrária ou ilegal em sua privacidade, família, lar, correspondência ou outros tipos de comunicação, nem a ataques ilícitos à sua honra e reputação. As pessoas com deficiência têm o direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.
2. Os Estados Partes protegerão a privacidade dos dados pessoais e dados relativos à saúde e à reabilitação de pessoas com deficiência, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Artigo 23

Respeito pelo lar e pela família

1. Os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas para eliminar a discriminação contra pessoas com deficiência, em todos os aspectos relativos a casamento, família, paternidade e relacionamentos, em igualdade de condições com as demais pessoas, de modo a assegurar que:

a) Seja reconhecido o direito das pessoas com deficiência, em idade de contrair matrimônio, de casar-se e estabelecer família, com base no livre e pleno consentimento dos pretendentes;

b) Sejam reconhecidos os direitos das pessoas com deficiência de decidir livre e responsavelmente sobre o número de filhos e o espaçamento entre esses filhos e de ter acesso a informações adequadas à idade e a educação em matéria de reprodução e de planejamento familiar, bem como os meios necessários para exercer esses direitos.

c) As pessoas com deficiência, inclusive crianças, conservem sua fertilidade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

2. Os Estados Partes assegurarão os direitos e responsabilidades das pessoas com deficiência, relativos à guarda, custódia, curatela e adoção de crianças ou instituições semelhantes, caso esses conceitos constem na legislação nacional. Em todos os casos, prevalecerá o superior interesse da criança. Os Estados Partes prestarão a devida assistência às pessoas com deficiência para que essas pessoas possam exercer suas responsabilidades na criação dos filhos.

3. Os Estados Partes assegurarão que as crianças com deficiência terão iguais direitos em relação à vida familiar. Para a realização desses direitos e para evitar ocultação, abandono, negligência e segregação de crianças com deficiência, os Estados Partes fornecerão prontamente informações abrangentes sobre serviços e apoios a crianças com deficiência e suas famílias.

4. Os Estados Partes assegurarão que uma criança não será separada de seus pais contra a vontade destes, exceto quando autoridades competentes, sujeitas a controle jurisdicional, determinarem, em conformidade com as leis e procedimentos aplicáveis, que a separação é necessária, no superior interesse da criança. Em nenhum caso, uma

criança será separada dos pais sob alegação de deficiência da criança ou de um ou ambos os pais.

5. Os Estados Partes, no caso em que a família imediata de uma criança com deficiência não tenha condições de cuidar da criança, farão todo esforço para que cuidados alternativos sejam oferecidos por outros parentes e, se isso não for possível, dentro de ambiente familiar, na comunidade.

Artigo 24

Educação

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e

auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;

b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;

c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;

c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;

d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

3. Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

a) Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares;

b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade lingüística da comunidade surda;

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

4. A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.

5. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Artigo 25 **Saúde**

Os Estados Partes reconhecem que as pessoas com deficiência têm o direito de gozar do estado de saúde mais elevado possível, sem discriminação baseada na deficiência. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso a serviços de saúde, incluindo os serviços de reabilitação, que levarão em conta as especificidades de gênero. Em especial, os Estados Partes:

a) Oferecerão às pessoas com deficiência programas e atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;

b) Propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;

c) Propiciarão esses serviços de saúde às pessoas com deficiência, o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural;

d) Exigirão dos profissionais de saúde que dispensem às pessoas com deficiência a mesma qualidade de serviços dispensada às demais pessoas e, principalmente, que obtenham o consentimento livre e esclarecido das pessoas com deficiência concernentes. Para esse fim, os Estados Partes realizarão atividades de formação e definirão regras éticas para os setores de saúde público e privado, de modo a conscientizar os profissionais de saúde acerca dos direitos humanos, da dignidade, autonomia e das necessidades das pessoas com deficiência;

e) Proibirão a discriminação contra pessoas com deficiência na provisão de seguro de saúde e seguro de vida, caso tais seguros sejam permitidos pela legislação nacional, os quais deverão ser providos de maneira razoável e justa;

f) Prevenirão que se negue, de maneira discriminatória, os serviços de saúde ou de atenção à saúde ou a administração de alimentos sólidos ou líquidos por motivo de deficiência.

Artigo 26 **Habilitação e reabilitação**

1. Os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas, inclusive mediante apoio dos pares, para possibilitar que as pessoas com deficiência conquistem e conservem o máximo de autonomia e plena capacidade física, mental, social e profissional, bem como plena inclusão e participação em todos os aspectos da vida. Para tanto, os Estados Partes organizarão, fortalecerão e ampliarão serviços e programas completos de habilitação e reabilitação, particularmente nas áreas de saúde, emprego, educação e serviços sociais, de modo que esses serviços e programas:

a) Comecem no estágio mais precoce possível e sejam baseados em avaliação multidisciplinar das necessidades e pontos fortes de cada pessoa;

b) Apóiem a participação e a inclusão na comunidade e em todos os aspectos da vida social, sejam oferecidos voluntariamente e estejam disponíveis às pessoas com deficiência o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural.

2. Os Estados Partes promoverão o desenvolvimento da capacitação inicial e continuada de profissionais e de equipes que atuam nos serviços de habilitação e reabilitação.

3. Os Estados Partes promoverão a disponibilidade, o conhecimento e o uso de dispositivos e tecnologias assistivas, projetados para pessoas com deficiência e relacionados com a habilitação e a reabilitação.

Artigo 27 **Trabalho e emprego**

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a

peças com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros:

a) Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho;

b) Proteger os direitos das peças com deficiência, em condições de igualdade com as demais peças, às condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo iguais oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor, condições seguras e salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho;

c) Assegurar que as peças com deficiência possam exercer seus direitos trabalhistas e sindicais, em condições de igualdade com as demais peças;

d) Possibilitar às peças com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

e) Promover oportunidades de emprego e ascensão profissional para peças com deficiência no mercado de trabalho, bem como assistência na procura, obtenção e manutenção do emprego e no retorno ao emprego;

f) Promover oportunidades de trabalho autônomo, empreendedorismo, desenvolvimento de cooperativas e estabelecimento de negócio próprio;

g) Empregar peças com deficiência no setor público;

h) Promover o emprego de peças com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas;

i) Assegurar que adaptações razoáveis sejam feitas para peças com deficiência no local de trabalho;

j) Promover a aquisição de experiência de trabalho por peças com deficiência no mercado aberto de trabalho;

k) Promover reabilitação profissional, manutenção do emprego e programas de retorno ao trabalho para peças com deficiência.

2. Os Estados Partes assegurarão que as peças com deficiência não serão mantidas em escravidão ou servidão e que serão protegidas, em igualdade de condições com as demais peças, contra o trabalho forçado ou compulsório.

c) Assegurar o acesso de pessoas com deficiência e suas famílias em situação de pobreza à assistência do Estado em relação a seus gastos ocasionados pela deficiência, inclusive treinamento adequado, aconselhamento, ajuda financeira e cuidados de repouso;

d) Assegurar o acesso de pessoas com deficiência a programas habitacionais públicos;

e) Assegurar igual acesso de pessoas com deficiência a programas e benefícios de aposentadoria.

Artigo 29

Participação na vida política e pública

Os Estados Partes garantirão às pessoas com deficiência direitos políticos e oportunidade de exercê-los em condições de igualdade com as demais pessoas, e deverão:

a) Assegurar que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na vida política e pública, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e a oportunidade de votarem e serem votadas, mediante, entre outros:

- i) Garantia de que os procedimentos, instalações e materiais e equipamentos para votação serão apropriados, acessíveis e de fácil compreensão e uso;
- ii) Proteção do direito das pessoas com deficiência ao voto secreto em eleições e plebiscitos, sem intimidação, e a candidatar-se nas eleições, efetivamente

ocupar cargos eletivos e desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, usando novas tecnologias assistivas, quando apropriado;

- iii) Garantia da livre expressão de vontade das pessoas com deficiência como eleitores e, para tanto, sempre que necessário e a seu pedido, permissão para que elas sejam auxiliadas na votação por uma pessoa de sua escolha;

b) Promover ativamente um ambiente em que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na condução das questões públicas, sem discriminação e em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e encorajar sua participação nas questões públicas, mediante:

- i) Participação em organizações não-governamentais relacionadas com a vida pública e política do país, bem como em atividades e administração de partidos políticos;
- ii) Formação de organizações para representar pessoas com deficiência em níveis internacional, regional, nacional e local, bem como a filiação de pessoas com deficiência a tais organizações.

Artigo 30

Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:

- a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
- b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
- c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

2. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade.

3. Os Estados Partes deverão tomar todas as providências, em conformidade com o direito internacional, para assegurar que a legislação de proteção dos direitos de propriedade intelectual não constitua barreira excessiva ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a bens culturais.

4. As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e lingüística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.

5. Para que as pessoas com deficiência participem, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de atividades recreativas, esportivas e de lazer, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para:

a) Incentivar e promover a maior participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis;

b) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências e, para tanto, incentivar a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

c) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso a locais de eventos esportivos, recreativos e turísticos;

d) Assegurar que as crianças com deficiência possam, em igualdade de condições com as demais crianças, participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar;

e) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso aos serviços prestados por pessoas ou entidades envolvidas na organização de atividades recreativas, turísticas, esportivas e de lazer.

Artigo 31

Estatísticas e coleta de dados

1. Os Estados Partes coletarão dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção. O processo de coleta e manutenção de tais dados deverá:

a) Observar as salvaguardas estabelecidas por lei, inclusive pelas leis relativas à proteção de dados, a fim de assegurar a confidencialidade e o respeito pela privacidade das pessoas com deficiência;

b) Observar as normas internacionalmente aceitas para proteger os direitos humanos, as liberdades fundamentais e os princípios éticos na coleta de dados e utilização de estatísticas.

2. As informações coletadas de acordo com o disposto neste Artigo serão desagregadas, de maneira apropriada, e utilizadas para avaliar o cumprimento, por parte dos Estados Partes, de suas obrigações na presente Convenção e para identificar e enfrentar as barreiras com as quais as pessoas com deficiência se deparam no exercício de seus direitos.

3. Os Estados Partes assumirão responsabilidade pela disseminação das referidas estatísticas e assegurarão que elas sejam acessíveis às pessoas com deficiência e a outros.

Artigo 32

Cooperação internacional

1. Os Estados Partes reconhecem a importância da cooperação internacional e de sua promoção, em apoio aos esforços nacionais para a consecução do propósito e dos objetivos da presente Convenção e, sob este aspecto, adotarão medidas apropriadas e efetivas entre os Estados e, de maneira adequada, em parceria com organizações internacionais e regionais relevantes e com a sociedade civil e, em particular, com organizações de pessoas com deficiência. Estas medidas poderão incluir, entre outras:

a) Assegurar que a cooperação internacional, incluindo os programas internacionais de desenvolvimento, sejam inclusivos e acessíveis para pessoas com deficiência;

b) Facilitar e apoiar a capacitação, inclusive por meio do intercâmbio e compartilhamento de informações, experiências, programas de treinamento e melhores práticas;

c) Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos;

d) Propiciar, de maneira apropriada, assistência técnica e financeira, inclusive mediante facilitação do acesso a tecnologias assistivas e acessíveis e seu compartilhamento, bem como por meio de transferência de tecnologias.

2. O disposto neste Artigo se aplica sem prejuízo das obrigações que cabem a cada Estado Parte em decorrência da presente Convenção.

Artigo 33

Implementação e monitoramento nacionais

1. Os Estados Partes, de acordo com seu sistema organizacional, designarão um ou mais de um ponto focal no âmbito do Governo para assuntos relacionados com a implementação da presente Convenção e darão a devida consideração ao estabelecimento ou designação de um mecanismo de coordenação no âmbito do Governo, a fim de facilitar ações correlatas nos diferentes setores e níveis.

2. Os Estados Partes, em conformidade com seus sistemas jurídico e administrativo, manterão, fortalecerão, designarão ou estabelecerão estrutura, incluindo um ou mais de um mecanismo independente, de maneira apropriada, para promover, proteger e monitorar a implementação da presente Convenção. Ao designar ou estabelecer tal mecanismo, os Estados Partes levarão em conta os princípios relativos ao status e funcionamento das instituições nacionais de proteção e promoção dos direitos humanos.

3. A sociedade civil e, particularmente, as pessoas com deficiência e suas organizações representativas serão envolvidas e participarão plenamente no processo de monitoramento.

Artigo 34

Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

1. Um Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (doravante denominado "Comitê") será estabelecido, para desempenhar as funções aqui definidas.

2. O Comitê será constituído, quando da entrada em vigor da presente Convenção, de 12 peritos. Quando a presente Convenção alcançar 60 ratificações ou adesões, o Comitê será acrescido em seis membros, perfazendo o total de 18 membros.

3. Os membros do Comitê atuarão a título pessoal e apresentarão elevada postura moral, competência e experiência reconhecidas no campo abrangido pela presente Convenção. Ao designar seus candidatos, os Estados Partes são instados a dar a devida consideração ao disposto no Artigo 4.3 da presente Convenção.

4. Os membros do Comitê serão eleitos pelos Estados Partes, observando-se uma distribuição geográfica equitativa, representação de diferentes formas de civilização e dos principais sistemas jurídicos, representação equilibrada de gênero e participação de peritos com deficiência.

5. Os membros do Comitê serão eleitos por votação secreta em sessões da Conferência dos Estados Partes, a partir de uma lista de pessoas designadas pelos Estados Partes entre seus nacionais. Nessas sessões, cujo quorum será de dois terços dos Estados Partes, os candidatos eleitos para o Comitê serão aqueles que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta dos votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes.

6. A primeira eleição será realizada, o mais tardar, até seis meses após a data de entrada em vigor da presente Convenção. Pelo menos quatro meses antes de cada eleição, o Secretário-Geral das Nações Unidas dirigirá carta aos Estados Partes, convidando-os a submeter os nomes de seus candidatos no prazo de dois meses. O Secretário-Geral, subsequentemente, preparará lista em ordem alfabética de todos os candidatos apresentados, indicando que foram designados pelos Estados Partes, e submeterá essa lista aos Estados Partes da presente Convenção.

7. Os membros do Comitê serão eleitos para mandato de quatro anos, podendo ser candidatos à reeleição uma única vez. Contudo, o mandato de seis dos membros eleitos na primeira eleição expirará ao fim de dois anos; imediatamente após a primeira eleição, os nomes desses seis membros serão selecionados por sorteio pelo presidente da sessão a que se refere o parágrafo 5 deste Artigo.

8. A eleição dos seis membros adicionais do Comitê será realizada por ocasião das eleições regulares, de acordo com as disposições pertinentes deste Artigo.

9. Em caso de morte, demissão ou declaração de um membro de que, por algum motivo, não poderá continuar a exercer suas funções, o Estado Parte que o tiver indicado designará um outro perito que tenha as qualificações e satisfaça aos requisitos estabelecidos pelos dispositivos pertinentes deste Artigo, para concluir o mandato em questão.

10. O Comitê estabelecerá suas próprias normas de procedimento.
11. O Secretário-Geral das Nações Unidas proverá o pessoal e as instalações necessários para o efetivo desempenho das funções do Comitê segundo a presente Convenção e convocará sua primeira reunião.
12. Com a aprovação da Assembleia Geral, os membros do Comitê estabelecido sob a presente Convenção receberão emolumentos dos recursos das Nações Unidas, sob termos e condições que a Assembleia possa decidir, tendo em vista a importância das responsabilidades do Comitê.
13. Os membros do Comitê terão direito aos privilégios, facilidades e imunidades dos peritos em missões das Nações Unidas, em conformidade com as disposições pertinentes da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas.

Artigo 35 **Relatórios dos Estados Partes**

1. Cada Estado Parte, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, submeterá relatório abrangente sobre as medidas adotadas em cumprimento de suas obrigações estabelecidas pela presente Convenção e sobre o progresso alcançado nesse aspecto, dentro do período de dois anos após a entrada em vigor da presente Convenção para o Estado Parte concernedo.
2. Depois disso, os Estados Partes submeterão relatórios subsequentes, ao menos a cada quatro anos, ou quando o Comitê o solicitar.
3. O Comitê determinará as diretrizes aplicáveis ao teor dos relatórios.
4. Um Estado Parte que tiver submetido ao Comitê um relatório inicial abrangente não precisará, em relatórios subsequentes, repetir informações já apresentadas. Ao elaborar os relatórios ao Comitê, os Estados Partes são instados a fazê-lo de maneira franca e transparente e a levar em consideração o disposto no Artigo 4.3 da presente Convenção.
5. Os relatórios poderão apontar os fatores e as dificuldades que tiverem afetado o cumprimento das obrigações decorrentes da presente Convenção.

Artigo 36 **Consideração dos relatórios**

1. Os relatórios serão considerados pelo Comitê, que fará as sugestões e recomendações gerais que julgar pertinentes e as transmitirá aos respectivos Estados Partes. O Estado Parte poderá responder ao Comitê com as informações que julgar pertinentes. O Comitê poderá pedir informações adicionais aos Estados Partes, referentes à implementação da presente Convenção.
2. Se um Estado Parte atrasar consideravelmente a entrega de seu relatório, o Comitê poderá notificar esse Estado de que examinará a aplicação da presente Convenção com base em informações confiáveis de que disponha, a menos que o

relatório devido seja apresentado pelo Estado dentro do período de três meses após a notificação. O Comitê convidará o Estado Parte interessado a participar desse exame. Se o Estado Parte responder entregando seu relatório, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1 do presente artigo.

3. O Secretário-Geral das Nações Unidas colocará os relatórios à disposição de todos os Estados Partes.

4. Os Estados Partes tornarão seus relatórios amplamente disponíveis ao público em seus países e facilitarão o acesso à possibilidade de sugestões e de recomendações gerais a respeito desses relatórios.

5. O Comitê transmitirá às agências, fundos e programas especializados das Nações Unidas e a outras organizações competentes, da maneira que julgar apropriada, os relatórios dos Estados Partes que contenham demandas ou indicações de necessidade de consultoria ou de assistência técnica, acompanhados de eventuais observações e sugestões do Comitê em relação às referidas demandas ou indicações, a fim de que possam ser consideradas.

Artigo 37

Cooperação entre os Estados Partes e o Comitê

1. Cada Estado Parte cooperará com o Comitê e auxiliará seus membros no desempenho de seu mandato.

2. Em suas relações com os Estados Partes, o Comitê dará a devida consideração aos meios e modos de aprimorar a capacidade de cada Estado Parte para a implementação da presente Convenção, inclusive mediante cooperação internacional.

Artigo 38

Relações do Comitê com outros órgãos

A fim de promover a efetiva implementação da presente Convenção e de incentivar a cooperação internacional na esfera abrangida pela presente Convenção:

a) As agências especializadas e outros órgãos das Nações Unidas terão o direito de se fazer representar quando da consideração da implementação de disposições da presente Convenção que disserem respeito aos seus respectivos mandatos. O Comitê poderá convidar as agências especializadas e outros órgãos competentes, segundo julgar apropriado, a oferecer consultoria de peritos sobre a implementação da Convenção em áreas pertinentes a seus respectivos mandatos. O Comitê poderá convidar agências especializadas e outros órgãos das Nações Unidas a apresentar relatórios sobre a implementação da Convenção em áreas pertinentes às suas respectivas atividades;

b) No desempenho de seu mandato, o Comitê consultará, de maneira apropriada, outros órgãos pertinentes instituídos ao amparo de tratados internacionais de direitos humanos, a fim de assegurar a consistência de suas respectivas diretrizes para a elaboração de relatórios, sugestões e recomendações gerais e de evitar duplicação e superposição no desempenho de suas funções.

Artigo 39 **Relatório do Comitê**

A cada dois anos, o Comitê submeterá à Assembléia Geral e ao Conselho Econômico e Social um relatório de suas atividades e poderá fazer sugestões e recomendações gerais baseadas no exame dos relatórios e nas informações recebidas dos Estados Partes. Estas sugestões e recomendações gerais serão incluídas no relatório do Comitê, acompanhadas, se houver, de comentários dos Estados Partes.

Artigo 40 **Conferência dos Estados Partes**

1. Os Estados Partes reunir-se-ão regularmente em Conferência dos Estados Partes a fim de considerar matérias relativas à implementação da presente Convenção.
2. O Secretário-Geral das Nações Unidas convocará, dentro do período de seis meses após a entrada em vigor da presente Convenção, a Conferência dos Estados Partes. As reuniões subsequentes serão convocadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas a cada dois anos ou conforme a decisão da Conferência dos Estados Partes.

Artigo 41 **Depositário**

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o depositário da presente Convenção.

Artigo 42 **Assinatura**

A presente Convenção será aberta à assinatura de todos os Estados e organizações de integração regional na sede das Nações Unidas em Nova York, a partir de 30 de março de 2007.

Artigo 43 **Consentimento em comprometer-se**

A presente Convenção será submetida à ratificação pelos Estados signatários e à confirmação formal por organizações de integração regional signatárias. Ela estará aberta à adesão de qualquer Estado ou organização de integração regional que não a houver assinado.

Artigo 44 **Organizações de integração regional**

1. "Organização de integração regional" será entendida como organização constituída por Estados soberanos de determinada região, à qual seus Estados membros

tenham delegado competência sobre matéria abrangida pela presente Convenção. Essas organizações declararão, em seus documentos de confirmação formal ou adesão, o alcance de sua competência em relação à matéria abrangida pela presente Convenção. Subseqüentemente, as organizações informarão ao depositário qualquer alteração substancial no âmbito de sua competência.

2. As referências a "Estados Partes" na presente Convenção serão aplicáveis a essas organizações, nos limites da competência destas.

3. Para os fins do parágrafo 1 do Artigo 45 e dos parágrafos 2 e 3 do Artigo 47, nenhum instrumento depositado por organização de integração regional será computado.

4. As organizações de integração regional, em matérias de sua competência, poderão exercer o direito de voto na Conferência dos Estados Partes, tendo direito ao mesmo número de votos quanto for o número de seus Estados membros que forem Partes da presente Convenção. Essas organizações não exercerão seu direito de voto, se qualquer de seus Estados membros exercer seu direito de voto, e vice-versa.

Artigo 45 **Entrada em vigor**

1. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito do vigésimo instrumento de ratificação ou adesão.

2. Para cada Estado ou organização de integração regional que ratificar ou formalmente confirmar a presente Convenção ou a ela aderir após o depósito do referido vigésimo instrumento, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que esse Estado ou organização tenha depositado seu instrumento de ratificação, confirmação formal ou adesão.

Artigo 46 **Reservas**

1. Não serão permitidas reservas incompatíveis com o objeto e o propósito da presente Convenção.

2. As reservas poderão ser retiradas a qualquer momento.

Artigo 47 **Emendas**

1. Qualquer Estado Parte poderá propor emendas à presente Convenção e submetê-las ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral comunicará aos Estados Partes quaisquer emendas propostas, solicitando-lhes que o notifiquem se são favoráveis a uma Conferência dos Estados Partes para considerar as propostas e tomar decisão a respeito delas. Se, até quatro meses após a data da referida comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes se manifestar favorável a essa Conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocará a Conferência, sob os auspícios das Nações Unidas.

Qualquer emenda adotada por maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes será submetida pelo Secretário-Geral à aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas e, posteriormente, à aceitação de todos os Estados Partes.

2. Qualquer emenda adotada e aprovada conforme o disposto no parágrafo 1 do presente artigo entrará em vigor no trigésimo dia após a data na qual o número de instrumentos de aceitação tenha atingido dois terços do número de Estados Partes na data de adoção da emenda. Posteriormente, a emenda entrará em vigor para todo Estado Parte no trigésimo dia após o depósito por esse Estado do seu instrumento de aceitação. A emenda será vinculante somente para os Estados Partes que a tiverem aceitado.

3. Se a Conferência dos Estados Partes assim o decidir por consenso, qualquer emenda adotada e aprovada em conformidade com o disposto no parágrafo 1 deste Artigo, relacionada exclusivamente com os artigos 34, 38, 39 e 40, entrará em vigor para todos os Estados Partes no trigésimo dia a partir da data em que o número de instrumentos de aceitação depositados tiver atingido dois terços do número de Estados Partes na data de adoção da emenda.

Artigo 48 **Denúncia**

Qualquer Estado Parte poderá denunciar a presente Convenção mediante notificação por escrito ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia tornar-se-á efetiva um ano após a data de recebimento da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 49 **Formatos acessíveis**

O texto da presente Convenção será colocado à disposição em formatos acessíveis.

Artigo 50 **Textos autênticos**

Os textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo da presente Convenção serão igualmente autênticos.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados para tanto por seus respectivos Governos, firmaram a presente Convenção.

PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Os Estados Partes do presente Protocolo acordaram o seguinte:

Artigo 1

1. Qualquer Estado Parte do presente Protocolo ("Estado Parte") reconhece a competência do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ("Comitê") para receber e considerar comunicações submetidas por pessoas ou grupos de pessoas, ou em nome deles, sujeitos à sua jurisdição, alegando serem vítimas de violação das disposições da Convenção pelo referido Estado Parte.
2. O Comitê não receberá comunicação referente a qualquer Estado Parte que não seja signatário do presente Protocolo.

Artigo 2

O Comitê considerará inadmissível a comunicação quando:

- a) A comunicação for anônima;
- b) A comunicação constituir abuso do direito de submeter tais comunicações ou for incompatível com as disposições da Convenção;
- c) A mesma matéria já tenha sido examinada pelo Comitê ou tenha sido ou estiver sendo examinada sob outro procedimento de investigação ou resolução internacional;
- d) Não tenham sido esgotados todos os recursos internos disponíveis, salvo no caso em que a transição desses recursos se prolongue injustificadamente, ou seja improvável que se obtenha com eles solução efetiva;
- e) A comunicação estiver precariamente fundamentada ou não for suficientemente substanciada; ou
- f) Os fatos que motivaram a comunicação tenham ocorrido antes da entrada em vigor do presente Protocolo para o Estado Parte em apreço, salvo se os fatos continuaram ocorrendo após aquela data.

Artigo 3

Sujeito ao disposto no Artigo 2 do presente Protocolo, o Comitê levará confidencialmente ao conhecimento do Estado Parte concernente qualquer comunicação submetida ao Comitê. Dentro do período de seis meses, o Estado Parte concernente submeterá ao Comitê explicações ou declarações por escrito, esclarecendo a matéria e a eventual solução adotada pelo referido Estado.

Artigo 4

1. A qualquer momento após receber uma comunicação e antes de decidir o mérito dessa comunicação, o Comitê poderá transmitir ao Estado Parte concernente, para sua urgente consideração, um pedido para que o Estado Parte tome as medidas de natureza cautelar que forem necessárias para evitar possíveis danos irreparáveis à vítima ou às vítimas da violação alegada.
2. O exercício pelo Comitê de suas faculdades discricionárias em virtude do parágrafo 1 do presente Artigo não implicará prejuízo algum sobre a admissibilidade ou sobre o mérito da comunicação.

Artigo 5

O Comitê realizará sessões fechadas para examinar comunicações a ele submetidas em conformidade com o presente Protocolo. Depois de examinar uma comunicação, o Comitê enviará suas sugestões e recomendações, se houver, ao Estado Parte concernente e ao requerente.

Artigo 6

1. Se receber informação confiável indicando que um Estado Parte está cometendo violação grave ou sistemática de direitos estabelecidos na Convenção, o Comitê convidará o referido Estado Parte a colaborar com a verificação da informação e, para tanto, a submeter suas observações a respeito da informação em pauta.
2. Levando em conta quaisquer observações que tenham sido submetidas pelo Estado Parte concernente, bem como quaisquer outras informações confiáveis em poder do Comitê, este poderá designar um ou mais de seus membros para realizar investigação e apresentar, em caráter de urgência, relatório ao Comitê. Caso se justifique e o Estado Parte o consinta, a investigação poderá incluir uma visita ao território desse Estado.
3. Após examinar os resultados da investigação, o Comitê os comunicará ao Estado Parte concernente, acompanhados de eventuais comentários e recomendações.
4. Dentro do período de seis meses após o recebimento dos resultados, comentários e recomendações transmitidos pelo Comitê, o Estado Parte concernente submeterá suas observações ao Comitê.

5. A referida investigação será realizada confidencialmente e a cooperação do Estado Parte será solicitada em todas as fases do processo.

Artigo 7

1. O Comitê poderá convidar o Estado Parte concernente a incluir em seu relatório, submetido em conformidade com o disposto no Artigo 35 da Convenção, pormenores a respeito das medidas tomadas em consequência da investigação realizada em conformidade com o Artigo 6 do presente Protocolo.

2. *Caso necessário, o Comitê poderá, encerrado o período de seis meses a que se refere o parágrafo 4 do Artigo 6, convidar o Estado Parte concernente a informar o Comitê a respeito das medidas tomadas em consequência da referida investigação.*

Artigo 8

Qualquer Estado Parte poderá, quando da assinatura ou ratificação do presente Protocolo ou de sua adesão a ele, *declarar que não reconhece a competência do Comitê, a que se referem os Artigos 6 e 7.*

Artigo 9

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o depositário do presente Protocolo.

Artigo 10

O presente Protocolo será aberto à assinatura dos Estados e organizações de integração regional signatários da Convenção, na sede das Nações Unidas em Nova York, a partir de 30 de março de 2007.

Artigo 11

O presente Protocolo estará sujeito à ratificação pelos Estados signatários do presente Protocolo que tiverem ratificado a Convenção ou aderido a ela. Ele estará sujeito à confirmação formal por organizações de integração regional signatárias do presente Protocolo que tiverem formalmente confirmado a Convenção ou a ela aderido. O Protocolo ficará aberto à adesão de qualquer Estado ou organização de integração regional que tiver ratificado ou formalmente confirmado a Convenção ou a ela aderido e que não tiver assinado o Protocolo.

Artigo 12

1. "Organização de integração regional" será entendida como organização constituída por Estados soberanos de determinada região, à qual seus Estados membros

tenham delegado competência sobre matéria abrangida pela Convenção e pelo presente Protocolo. Essas organizações declararão, em seus documentos de confirmação formal ou adesão, o alcance de sua competência em relação à matéria abrangida pela Convenção e pelo presente Protocolo. Subseqüentemente, as organizações informarão ao depositário qualquer alteração substancial no alcance de sua competência.

2. As referências a "Estados Partes" no presente Protocolo serão aplicáveis a essas organizações, nos limites da competência de tais organizações.

3. Para os fins do parágrafo 1 do Artigo 13 e do parágrafo 2 do Artigo 15, nenhum instrumento depositado por organização de integração regional será computado.

4. As organizações de integração regional, em matérias de sua competência, poderão exercer o direito de voto na Conferência dos Estados Partes, tendo direito ao mesmo número de votos que seus Estados membros que forem Partes do presente Protocolo. Essas organizações não exercerão seu direito de voto se qualquer de seus Estados membros exercer seu direito de voto, e vice-versa.

Artigo 13

1. Sujeito à entrada em vigor da Convenção, o presente Protocolo entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito do décimo instrumento de ratificação ou adesão.

2. Para cada Estado ou organização de integração regional que ratificar ou formalmente confirmar o presente Protocolo ou a ele aderir depois do depósito do décimo instrumento dessa natureza, o Protocolo entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que esse Estado ou organização tenha depositado seu instrumento de ratificação, confirmação formal ou adesão.

Artigo 14

1. Não serão permitidas reservas incompatíveis com o objeto e o propósito do presente Protocolo.

2. As reservas poderão ser retiradas a qualquer momento.

Artigo 15

1. Qualquer Estado Parte poderá propor emendas ao presente Protocolo e submetê-las ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral comunicará aos Estados Partes quaisquer emendas propostas, solicitando-lhes que o notifiquem se são favoráveis a uma Conferência dos Estados Partes para considerar as propostas e tomar decisão a respeito delas. Se, até quatro meses após a data da referida comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes se manifestar favorável a essa Conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocará a Conferência, sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada por maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes será submetida pelo Secretário-Geral à aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas e, posteriormente, à aceitação de todos os Estados Partes.

2. Qualquer emenda adotada e aprovada conforme o disposto no parágrafo 1 do presente artigo entrará em vigor no trigésimo dia após a data na qual o número de instrumentos de aceitação tenha atingido dois terços do número de Estados Partes na data de adoção da emenda. Posteriormente, a emenda entrará em vigor para todo Estado Parte no trigésimo dia após o depósito por esse Estado do seu instrumento de aceitação. A emenda será vinculante somente para os Estados Partes que a tiverem aceitado.

Artigo 16

Qualquer Estado Parte poderá denunciar o presente Protocolo mediante notificação por escrito ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia tornar-se-á efetiva um ano após a data de recebimento da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 17

O texto do presente Protocolo será colocado à disposição em formatos acessíveis.

Artigo 18

Os textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo e do presente Protocolo serão igualmente autênticos.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados para tanto por seus respectivos governos, firmaram o presente Protocolo.

MENSAGEM Nº 711, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no § 3º do art. 5º, combinado com art. 49, inciso I, e com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Brasília, 26 de Setembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 200 MRE – DTS/DAI – STES/ONU

Brasília, 26 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Brasil assinou, em 30 de março último, na sede da ONU, em Nova York, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como seu Protocolo Facultativo. A referida Convenção é um dos grandes instrumentos de direitos humanos do sistema ONU e representa considerável avanço na luta pela promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

2. Lembro que, na negociação da Convenção, houve grande empenho técnico e político de diferentes

órgãos governamentais e de movimentos sociais das pessoas com deficiência.

3. Diante da importância política da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, demonstrada pela participação abrangente no processo negociador, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem, juntamente com o texto dos instrumentos em questão, para análise do Congresso Nacional.

4. Sugiro que, por se tratar de Convenção sobre direitos humanos, os textos sejam encaminhados ao Congresso Nacional com a expressa menção do interesse do Poder Executivo em vê-los incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro com equivalência a emenda constitucional, em consonância com o dispositivo do § 3º do Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Respeitosamente, – **Celso Amorim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO

DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2008**, que acaba de ser lido, por tratar de Convenção Internacional sobre direitos humanos, previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, terá dois turnos de tramitação, dependendo para a sua aprovação do voto favorável de três quintos da composição da Casa.

A proposição obedecerá, ainda, o interstício regimental, entre o primeiro e o segundo turno de tramitação, previsto no art. 362 do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terá o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Passa-se à votação de requerimentos.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 751, de 2008, do Senador Renato Casagrande, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 227, de 2008, que a comissão de juristas destinada a elaborar projeto do Código de Processo Penal passe a ser integrada por oito juristas.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação os **Requerimentos nºs 754 e 755, de 2008**, de autoria, respectivamente, do Senador Leomar Quintanilha e da Senadora Marisa Serrano, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma comunicação ao Plenário. Por isso pediria ao Senador Romeu Tuma que assumisse a Presidência antes de encerrar a sessão.

Ainda temos a Senadora Kátia Abreu que pretende falar e também o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma frase. Não quero tirar o tempo dos outros, porque já falei diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a todos os Líderes, especialmente ao Senador Heráclito Fortes, porque, se quisesse – eu sei disso –, ele poderia ter pedido verificação de votação e, na verdade, poderia derrubar o projeto, que foi um apelo da comunidade.

Então, agradeço aos Líderes de todos os Partidos, Senador Romeu Tuma, Presidente da sessão neste momento, pela aprovação do projeto.

Era só isso.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Antonio Carlos Caladares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– A Mesa cumprimenta V. Ex^a pela dignidade e pela coragem com que relatou e defendeu o projeto.

Parabéns, Senador Paim.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no último dia 6, sexta-feira, o Governador Marcelo Déda e sua equipe de Governo estiveram na cidade de Simão Dias para o lançamento de mais um Sergipe para Todos, programa social da mais alta repercussão, que tem o objetivo de conceder, em pelo menos dois dias durante a semana, aos Municípios onde o programa se instala, benefícios os mais diversos na área da educação, na área da segurança pública, na área da saúde, na área da agricultura.

Também se integra a esse projeto de cidadania o Ministério Público e também participa a própria Justiça, fazendo com que os processos que tramitam na comarca onde o programa se instala tenham maior fluidez e rapidez no seu andamento.

É, de fato, Sr. Presidente, para um Município que recebe um programa como esse, um grande benefício, que tem enorme repercussão, tanto que milhares de pessoas compareceram à cidade de Simão Dias. Parecia até, naquela sexta-feira, que se realizava não um evento social, não um programa de governo voltado para a cidadania, mas uma grande festa de congraçamento da sociedade com todas aquelas instituições ali presentes no intuito tão-somente de prestar um benefício à nossa sociedade.

Aproveitamos, Sr. Presidente, a nossa presença na cidade de Simão Dias, e, com o Governador Marcelo Déda, o Vice-Governador Belivaldo Chagas, os Deputados Federais Valadares Filho e Jackson Barreto e demais autoridades convidadas, inclusive Secretários de Estado, comparecemos a um dos grandes loteamentos existentes no Estado de Sergipe naquele Município – Simão Dias. Trata-se do Assentamento 27 de Outubro. Ali encontramos pessoas simples do meio rural, que, por meio do Incra e de uma ação benfazeja do Governo Federal, conseguiram adquirir terras que estão sendo cultivadas, terras que melhoraram substancialmente a vida daquelas pessoas. Naquele local, nós vimos plantações de feijão, de milho.

Também tivemos oportunidade de ver uma grande conquista daquela comunidade do Assentamento 27 de Outubro, que foi a entrega, vamos dizer assim, numa casa simples, pelo Governador do Estado, de um grande benefício, que é luz para todos.

Quase todos os povoados de Sergipe estão sendo beneficiados, não haverá um só assentamento, não haverá

um só povoado onde a luz do candeeiro não seja substituída pela luz elétrica da energia de Paulo Afonso.

Assisti, com muita alegria, com muita emoção, a entrega daquele benefício à comunidade de Simão Dias pelo Governador Marcelo Déda e pelo Vice-Governador Belivaldo Chagas.

Lá encontramos figuras do mundo rural, figuras que têm um serviço inestimável prestado à comunidade de Simão Dias e de Sergipe. Posso destacar Flamarion Déda, líder rural de Simão Dias, onde encontramos o João Daniel, grande coordenador do MST no nosso Estado; Francisco dos Santos, presidente do assentamento; Carlos Amarck, Maria Bonez, Esmeraldo e Chiquinho do MST. A essas pessoas e a tantas outras que acompanharam o Governador Marcelo Déda nessa visita que fez aos assentamentos, principalmente ao Assentamento 27 de Outubro, nossas homenagens, nossa solidariedade, nossa admiração e nosso respeito pelo trabalho tão valioso que realizam no campo, no Município de Simão Dias, que hoje é o maior produtor de milho do Estado de Sergipe, e milho de boa qualidade, gerando emprego e renda no campo.

Isso significa dizer que a produção rural, no Estado de Sergipe, está aumentando substancialmente, o que devemos a uma política que vem sendo desenvolvida pelo Governo de Lula, pelo Governo Marcelo Déda, no intuito de abrir espaços com a concessão de áreas no interior do Estado que possam ser aproveitadas para a atividade agrícola. O Município de Simão Dias está dando um exemplo de que, por meio da agricultura, poderemos conseguir a autonomia financeira das famílias e, sem dúvida alguma, contribuir para o enriquecimento econômico do nosso Estado.

Era essa, Sr. Presidente, a comunicação que gostaria de fazer, enfatizando o trabalho do Governo Federal no campo, notadamente no Município de Simão Dias, onde vários assentamentos foram instalados. Ali está a prova mais do que cabal de que a agricultura familiar pode dar o seu contributo para o desenvolvimento socioeconômico do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Valadares, queria cumprimentar V. Ex^a e agradecer por suas palavras.

O feijão não sairá da mesa dos brasileiros, para não se cometer um crime nutricional, conforme o Ministro desejava, para recalcular o custo de vida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na medida em que, no campo, haja incentivo à agricultura familiar e também às *commodities* que são implementadas em vários Estados do nosso País, iremos contribuir para o barateamento do custo de vida e evitar a inflação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Muito bem.

Senadora Kátia Abreu, pediria que V. Ex^a fosse concisa, se possível, para podermos encerrar a sessão. Insisto que o tempo já foi esgotado, mas sempre é importante a palavra de V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a sua consideração e a sua paciência, mas eu não poderia deixar de vir hoje à tribuna para, em primeiro lugar, trazer o meu agradecimento e, em seguida, a minha indignação.

Agradecimento ao meu Partido, o Democratas, que me escolheu, me indicou para que representasse o Partido na Comissão de Orçamento. Pela primeira vez, faço parte dessa Comissão e estou lá trabalhando, estudando e lutando, como é do meu costume.

Quero aqui agradecer aos democratas e também ao PSDB, por essa indicação tão importante. Hoje fui nomeada, eleita, junto com os demais Colegas, Relatora Setorial do Meio Ambiente e Integração Nacional.

Foi a relatoria escolhida pela Oposição, não só por minha pessoa, mas o Democratas e o PSDB entenderam que essa é uma relatoria onde nós podemos mostrar o nosso trabalho e fazer o melhor pelo País.

Com certeza, Sr. Presidente, não queremos, lá na Comissão de Orçamento, ser melhor que ninguém, porque nesta Casa não há melhores nem piores. Aqui temos pessoas que têm o mesmo tamanho, que vieram todos eleitos de seus Estados para aqui representar o Brasil, e cada um o seu Estado, como faço com o Estado de Tocantins. Mas, com certeza, vou me dedicar, vou trabalhar muito e estudar para aprender essa nova experiência que me foi dada pelo meu Partido, o Democratas, e pelo companheiro PSDB.

Sr. Presidente, diante de alegrias, também temos tristezas no caminhar da nossa vida. E, hoje, para minha surpresa, sinceramente, com muita tristeza, não revolta, não raiva, não ódio, porque graças a Deus não carrego comigo esse sentimento, mas indignação, sim. Estamos acostumados nesta Casa a ver determinadas pessoas com discurso bastante incoerente, como fui obrigada a ler na imprensa uma posição da Ministra Marina Silva, e um discurso feito agora à tarde pela Deputada Federal Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas. Quando souberam da minha indicação para relatoria de Integração Nacional e Meio Ambiente, sem sequer me darem oportunidade de ser ouvida, sem sequer saber a minha opinião, vieram com um preconceito – que no Brasil é crime hediondo –, diminuindo o meu trabalho e a minha capacidade de bom senso em atender a expectativa da relatoria de meio ambiente. Em primeiro lugar, eu gostaria que a

Senadora Marina Silva e a Deputada Vanessa Grazziotin, que são experientes Parlamentares e sabem como são escolhidas as relatorias setoriais, que é por partido e por tamanho de bancada. E o partido delas teve a oportunidade de fazer a primeira escolha, mas escolheu Infra-Estrutura, porque é mais interessante. Por que não escolheu o Meio Ambiente e Integração Nacional, se assim elas se arvoram em achar que essa demanda e esse tema é prerrogativa do PT, da esquerda e do PCdoB? Se fossem muito influentes e se tivessem argumentos sólidos para demonstrar aos seus partidos que era relatoria tão importante e que só cabia na mão delas, elas deveriam ter mais argumentos e mais consistência para tirar da cabeça do PT que não escolhesse a Infra-Estrutura e, sim, o Meio Ambiente e Integração Nacional.

Mas assim o partido delas não fez e eu fiz, através dos meus dois partidos que represento na Comissão de Orçamento. Não aceito ser tratada com preconceito. Quero dizer diretamente à Ministra Marina Silva, que se referiu a mim num artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, no dia 9, que a Comissão de Meio Ambiente foi entregue à bancada ruralista; eu quero dizer à Sr^a Ministra que o meu nome é Kátia Regina de Abreu, que não sou do partido da bancada ruralista. Eu defendo o agronegócio brasileiro, sim, de frente e enfrento os defeitos que o meu setor pode ter, os erros que nós possamos cometer, mas sei reconhecer que é um setor que representa um terço do PIB, dos empregos e das exportações, e exijo respeito de V. Ex^a porque é este setor, o agronegócio brasileiro, que vem segurando há oito anos a balança comercial brasileira.

Se retirarmos o agronegócio dessa balança comercial brasileira, ela é negativa, e não é o extrativismo que V. Ex^{as} defendem que traz superávit para a balança comercial e que traz emprego para o nosso País. Chega de hipocrisia, chega de ofensas! Vocês estão sendo preconceituosas duas vezes: primeiro, com a mulher e Senadora Kátia Abreu. E vocês defendem tanto que são contra o preconceito nesta Casa, vivem com a bandeira empunhada tentando votar leis que incriminam o preconceito. E quero dizer que V. Ex^{as} hoje cometeram um crime contra mim; é um crime hediondo, segundo a Legislação brasileira, subestimar a minha capacidade de trabalho. Por que vocês não se lembraram, antes de Kátia Abreu ser ruralista, ser defensora do agronegócio, que foi Relatora da CPMF e que cumpri o meu papel com dignidade? E que trago debates nesta Casa, não debates mesquinhos, debates rasteiros, e aqui nunca mudei de opinião? Posso ter todos os defeitos do mundo – e com certeza os tenho –, mas nunca mudei de opinião. Quando eram oposição, tinham outro discurso; hoje, que são Governo, defendem outro discurso. O meu discurso é o mesmo. Sou Oposição

determinada pelas urnas e, por ser democrática, ficarei assim até o final deste mandato, quando eu puder eleger o meu Presidente da República.

Sr. Presidente, não aceito a incoerência. Dizer que quem produz boi, dizer que quem produz carne de bovinos, de suínos, de frango, quem produz soja, quem produz alimento... Alimento que hoje está tão caro e que, se a Ministra tivesse sido mais flexível e tivesse agido com bom senso, nós poderíamos estar produzindo muito mais, e o alimento muito mais barato e servindo a este mundo todo. Quero que cada um assuma a sua responsabilidade com relação à produção de alimentos neste País.

Nós, que estamos impedidos de produzir por várias legislações preconceituosas contra o agronegócio, estamos cansados de ver o Governo Federal fazer as propagandas na televisão, junto com o Partido das duas **Excelências**, quando mostra as colheitadeiras colhendo algodão, quando mostra as colheitadeiras colhendo soja, quando mostra, Sr. Presidente, as boiadas de nelore branco correndo na pastagem, como se isso fosse um trabalho do Governo Federal. Mas esquecem de mostrar na TV que por trás daquela colheitadeira, por trás daquele trator, por trás daquela boiada, estão os ruralistas, os produtores rurais de todos os tamanhos: pequenos, médios e grandes.

Estamos, Deputada e Senadora Ministra, lutando para fazer um Brasil melhor. Não tratamos a questão ambiental com hipocrisia. Não entendemos que agronegócio é coisa de fazendeiro, assim como não entendemos que meio ambiente seja coisa do partido das senhoras. O meio ambiente, o planeta em que a senhora vive, é o mesmo em que eu vivo com meus filhos, com a minha neta, com a minha família. Não admito que vocês queiram impor a mim como mulher – mãe e avó como vocês duas, uma mulher de luta como vocês duas –, essa falta de bom senso, quando vamos tratar do meio ambiente do meu País, do meu Estado, dos Estados que compõem este Brasil inteiro.

Não aceito que me tratem dessa forma, Sr. Presidente! Nunca me ouviram dar uma palavra, não me deram oportunidade de defesa. Não me perguntaram o que pretendo fazer como Relatora desse Orçamento. Eu não me aprofundei sequer ainda na matéria, pois sou humilde o suficiente para dizer que sou nova nesse assunto. Vou dedicar-me, como fiz na semana passada com os portos, como fiz com a infra-estrutura, como fiz com a CPMF. Dediquei-me, lutei, como fiz na minha vida inteira. Desde que tenho 14 anos de idade eu trabalho, Sr. Presidente.

Quero que as duas possam entender que nada vamos conseguir com esse discurso emocionado, com esse discurso vazio, sem propostas. A senhora pediu

demissão porque não conseguiu compatibilizar o desenvolvimento deste País com suas ideologias.

Disse aqui várias vezes que tenho respeito pela vida da senhora, pela sua história, de luta, de esforço, de sacrifício, eu a respeito como mulher, nunca lhe dirigi uma palavra de preconceito. Penso totalmente diferente de V. Ex^a, mas nunca a desrespeitei por isso, nunca a chamei de ambientalista, sempre a chamei de Marina Silva, olhando de frente, olho no olho, e não aceito que V. Ex^a me chame de ruralista porque tenho nome, eu tenho nome e as minhas bandeiras são várias, mas a minha bandeira principal é o meu País e o meu Estado, Tocantins.

Sr. Presidente, quero que me desculpe pela emoção. Eu sou uma mulher que procuro cumprir com as responsabilidades. Agora, tem muita gente que tem muito discurso e assume pouco as suas responsabilidades. A Amazônia inteira, 76%, esteve na mão de V. Ex^a, como Ministra do Meio Ambiente, está na mão da Funai, está na mão do Incra. Setenta e seis por cento, Sr. Presidente. Mas eles gostam de nos acusar: “os ruralistas”, como dizem por aí, “os empresários do agronegócio”. Gostam de nos acusar, nós que só temos 24% da Amazônia em nossas mãos. Querem tapar o sol com a peneira. Não dão conta de cuidar de suas áreas, que são invadidas por madeireiros irregulares e que solapam as árvores da Amazônia. O extrativismo pregado e decantado por muitos aqui, nesta Casa, o extrativismo, Sr. Presidente, só funciona quando não dá certo, porque quando o extrativismo dá certo passa a ser uma cadeia produtiva, ele passa a fazer parte, Sr. Presidente, da atividade econômica do País. Assim foi com a borracha, assim está sendo com o açaí. E eu não vou, Sr. Presidente, trabalhar para que o nosso povo da Amazônia – e meu Estado, o Tocantins, está incluído na Amazônia – se submeta à escravidão. Aquilo, sim, é trabalho escravo no meio da mata, sujeito à falta de conforto e a todo tipo de doenças e intempéries. Não é este Brasil, Sr. Presidente, que desenhei para minha família e muito menos para o meu mandato parlamentar.

São 23 milhões de pessoas morando na Amazônia. Vejo a todo momento exigirem dos segmentos econômicos que, ao serem implantados, observem a questão ambiental. Acho que está corretíssimo. Temos, sim, de ter consideração e zelo pelo meio ambiente; quer seja na atividade portuária, quer seja na construção de usina hidrelétrica, quer seja na construção de uma estrada, quer seja no plantio da soja, quer seja no plantio de madeira, exigem sempre que a questão ambiental seja elevada a primeiro plano; mas nunca vi uma política de meio ambiente que leve em consideração a atividade econômica.

Sr. Presidente, em economia só não vale nada aquilo que não tem preço, e a Floresta Amazônica vai continuar não valendo nada enquanto não tiver preço. Enquanto uma árvore deitada valer mais que uma árvore em pé, não adianta discurso hipócrita de preservação ambiental. Ou damos compensação real a seres humanos que estão precisando produzir e alimentar sua família, ou não vamos ter progresso.

Como podemos impor a uma família de agricultores que tem dez, quinze, vinte hectares que se preocupe mais com as árvores, com os pássaros e com as araras-azuis do que com seus filhos que estão dentro do barraco? Não vão, Sr. Presidente. Não vão, não. Sou mãe e ficaria com meus filhos também.

Que se dê condição a esse pequeno agricultor para que ele não precise, a cada dois anos, desmatar mais um hectare ou dois para plantar a sua roça do ano.

Precisamos, Sr. Presidente, que o componente econômico fique de lado, que a hipocrisia fique de lado, que a ideologia fique de lado, para que possamos ser racionais antes que a Amazônia se acabe – e não é esse o nosso objetivo.

O Ministério do Meio Ambiente, ainda na gestão da Ministra, colocou uma proposta, que apoiamos inteiramente, que foi a moratória para a Amazônia, de cinco anos sem desmatamento, desmatamento zero, desde que se regularizassem todas as áreas, titulando-as com 50% de reservas, como era no passado. Mas os seus aliados, as ONGs, os ambientalistas não permitiram, e a proposta caiu por terra.

Eu aprovava, Ministra. Eu era a favor da sua tese: regularizar 50%. Vamos falar das coisas reais e verdadeiras. E não vamos brincar de faz-de-conta, por que não tem reserva legal de 20% em lugar nenhum, no Sul e Sudeste deste País. Não existe reserva, Sr. Presidente. E este País não tem dinheiro para recompor a reserva legal de todos os Estados.

Apenas no Estado de V. Ex^a, gastaríamos alguns bilhões de reais para recompor os 20% de reserva – esse Estado que tem ajudado enormemente. São Paulo é um país que tem ajudado tanto na economia do Brasil.

Não é assim, Ministra e Deputada, que vamos chegar a um consenso. Não é derrubando os pés de café de Minas Gerais; não é derrubando os pés de cacau da Bahia; não é derrubando os pés de maçã de Santa Catarina. Porque estão num morro elevado a 45 graus, Sr. Presidente, há anos e anos, centenas de anos, e agora resolveram que é reserva permanente.

Nós vamos acabar com toda a produção de café do País! E, por trás disso, milhares de desempregados.

Agora se decidiu, depois de anos e anos, que várzea é reserva permanente. Apenas no meu Esta-

do, há 400 mil hectares sistematizados produzindo arroz duas vezes por ano. E agora estão embargados pela legislação, que não é inteligente, que quer tirar o emprego, que quer provocar o desemprego, que quer provocar a fome! Vamos falar sério.

Estou a favor, Sr. Presidente. Nós somos parceiros. Não dá para discutir meio ambiente rivalizando com os produtores rurais. Nós não vamos chegar a lugar algum. Vamos agir com franqueza. Em primeiro lugar, o Estado brasileiro tem que confessar publicamente: “76% da Amazônia está sob a minha responsabilidade, e eu sou ineficiente para cuidar. E vocês, produtores rurais, que são donos de 24% da Amazônia, unam-se a nós nessa campanha”. Vamos ver o que é possível fazer e o impossível também, mas num sentimento de parceria, de luta, vendo na nossa frente, em primeiríssimo lugar, o Brasil. Nós não queremos segmentar um País em classes. Como nós podemos admitir que se pode ter aqueles que são a favor do meio ambiente e aqueles que são contra o meio ambiente?

Sr. Presidente, faça-me o favor. Aqui não há criança, não há gente inocente. Vamos colocar os pingos nos “is”: vamos falar de meio ambiente, mas vamos falar de economia. Eu não posso tirar a ferramenta de trabalho de um homem e de uma mulher e não lhes dar alternativa. Eu não posso fechar uma janela e deixar de abrir uma porta para essa família. Eu preciso dar alternativa a essas pessoas, ou nós não teremos sucesso.

Sr. Presidente, a Amazônia – para encerrar – são 500 milhões de hectares. Dos 500 milhões de hectares – é só abrir o *site* do Incra que vocês vão encontrar esse número lá –, 117 milhões de hectares são unidades de conservação; 109 milhões de hectares são terras indígenas; 170 milhões de hectares são terras do Incra, devolutas; e apenas 120 milhões de hectares estão nas mãos dos produtores rurais.

Será que nós é que fizemos tudo isso? Podemos ter cometido erros, sim. Mas hoje a legislação e a burocracia dos órgãos ambientais estaduais e federal – o “seu” Ibama – impõem uma burocracia que vende dificuldades para doar facilidades, onde sabemos que há gente séria, há gente que se preocupa de verdade com o meio ambiente, no Ibama e nos órgãos ambientais.

Mas sabemos, Sr. Presidente, que toda aquela madeira que saiu da Amazônia não saiu voando, não! Saiu pelas estradas da Amazônia e com documento emitido pelo órgão ambiental estadual e pelo Ibama.

Quem é que emitiu essas guias? Como é que toras e toras de madeira poderiam ter saído sem o conhecimento da Polícia? Para onde foi essa madeira? Para onde foi essa madeira, Sr. Presidente, sem o conhecimento do Estado brasileiro?

Não, Sr. Presidente. Nós não podemos aceitar essas injustiças como fizeram comigo hoje, impondo a mim um preconceito, uma ineficiência como mulher, uma incapacidade de não ter bom-senso, de não ter criatividade e, muito pior, um preconceito de achar que sou uma irresponsável, que não tenho sensibilidade com a preservação ambiental. Eu tenho, sim, Sr. Presidente. Sou mulher feito elas, e uma delas já foi Ministra, mas não é duas! Eu sou só Senadora, mas também não sou metade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora Kátia, eu quero agradecer ao Senador Jefferson Praia, que não só aqui ficou para ouvir o importante e digno discurso de V. Ex^a, mas para dar número a fim de que a sessão não se interrompesse por falta de Senadores.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador Jefferson. Agradeço a sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu queria, também, cumprimentar V. Ex^a. Receba a minha solidariedade, não como Presidente, mas como Senador e admirador do trabalho de V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, pela paciência e pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 530 A 532, DE 2008

Sobre a Indicação nº 1, de 2006, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação.

PARECER Nº 530, DE 2008

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Relator: Senador **João Tenório**

Relator **ad hoc**: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Em 7 de dezembro de 2006, o Senador Aloizio Mercadante apresentou a Indicação nº 1, que foi designada para as três Comissões Permanentes que menciona.

Protocolada nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 27 de dezembro de 2006, foi distribuída ao Senador Tasso Jereissati no dia 8 de

fevereiro de 2007, que a devolveu à Comissão com parecer em 9 de abril de 2007.

Por força de alteração da composição da CRE, a matéria foi redistribuída a este novo Relator signatário, em 23 de maio de 2007.

II – Análise

Cuida-se de importante sugestão de estudo, apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante, já com elevado grau de elaboração, sobre o tema dos problemas ambientais globais, incluindo a proposta de criação de um fundo mundial para enfrentá-los. A Indicação traz um alentado rol de princípios e justificações e a idéia, também com detalhes, de um fundo financeiro de suporte para uma política ambiental global.

O grande problema ambiental global hoje é o câmbio climático. Como não poderia deixar de ser, portanto, a Indicação do Senador Mercadante reporta-se com mais ênfase a essa situação. O mundo se debruça sobre o tema do aquecimento global em busca de mecanismos que atenuem ou resolvam o problema que a ação do homem vem causando ao planeta.

O Senado brasileiro, assim como outras instituições, vem desempenhando seu papel nessa missão. Particularmente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) criou, na reunião do dia 27 de fevereiro de 2007, a Subcomissão Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a relevante tarefa de acompanhar, estudar e sistematizar soluções na área das políticas públicas de combate ao aquecimento global.

Nesse intervalo entre a preparação do Parecer do eminente Senador Tasso Jereissati e sua redistribuição, foi aprovada e instalada nova instância técnica de alto nível no Congresso Nacional afeta ao tema. Criou-se e está em plena atividade a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Deputado Eduardo Gomes (Tocantins), tendo como vice-presidente o Senador Fernando Collor e Relator o Senador Renato Casagrande. Pode-se até considerar que, em certo sentido, a Subcomissão da CRE teve seus trabalhos sobrestados no aguardo dos resultados da Comissão bicameral.

Nesse sentido, parece oportuno que a Indicação em análise seja encaminhada à Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, informando-se sobre este envio à Subcomissão Permanente sobre Mudanças Climáticas da CRE, para que seja objeto de discussão e até de tema para uma audiência pública, e, assim, dar seguimento à sugestão contida na Indicação da forma que parecer mais apropriada.

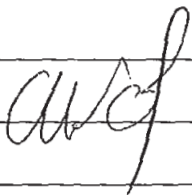
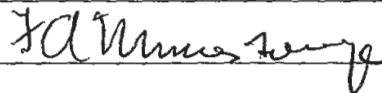
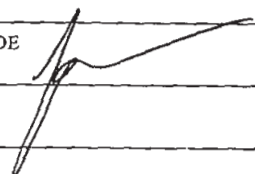
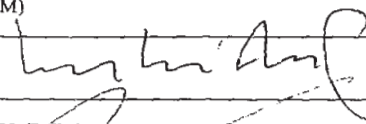
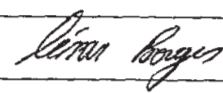
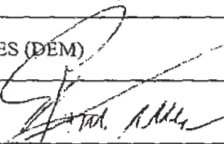
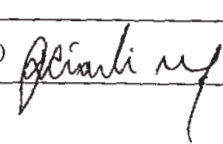
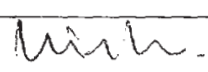
III – Voto

Por todo o exposto, nosso voto é pelo encaminhamento da Indicação nº 1, de 2006, à Comissão Mista do Congresso Nacional sobre Mudanças Climáticas.

Sala da Comissão, 6 de setembro de 2007.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: Indicação Nº 1, DE 2006
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/09/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR:  Senador Mozarildo Cavalcanti relator "Ad hoc"	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
EUCLYDES MELLO (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA 	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM) 	2 - CÉSAR BORGES (DEM) 
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (DEM) 	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM) 
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE 	1 - JEFFERSON PÉRES

PARECER Nº 531, DE 2008

(Da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Relatora: Senadora **Seys Silhessarenko**

I – Relatório

Em 7 de dezembro de 2006, o Senador Aloizio Mercadante apresentou a Indicação nº 1, que foi designada para as três comissões permanentes que menciona.

Submetida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 27 de dezembro de 2006, teve o parecer favorável do Senador João Tenório em 6 de setembro de 2007. Foi relator **ad hoc** o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Protocolada nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em 10 de setembro de 2007, foi distribuída a esta Relatora no dia 18 de setembro de 2007.

II – Análise

Cuida-se de sugestão de estudo apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante sobre o tema dos problemas ambientais, globais incluindo a proposta de criação de um fundo financeiro de suporte para uma política ambiental global. O objetivo do Fundo Mun-

dial Ambiental (FMA) é financiar programas, projetos e ações para enfrentar o imenso desafio de conciliar o crescimento econômico com o meio ambiente equilibrado em todo o planeta.

O FMA seria financiado com receitas oriundas da cobrança de uma taxa de até 1% sobre as importações de todos os países e seria gerido e fiscalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Os países do Mercosul seriam pioneiros na adoção da medida.

Devemos observar que o maior desafio ambiental da atualidade é o aquecimento global e que somente com a ação de todos os países do mundo será possível mitigar seus efeitos. Portanto, parece oportuno que a indicação e análise seja encaminhada à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional para que seja objeto de discussão e desse modo, desse segmento à sugestão contida na indicação na forma que for mais apropriada. Voto: Sr. Presidente,

III – Voto

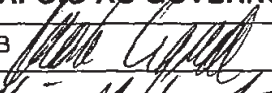
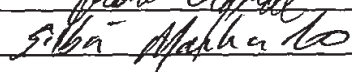
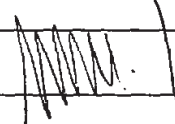
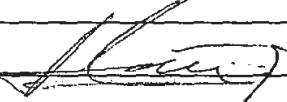
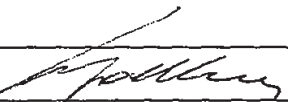
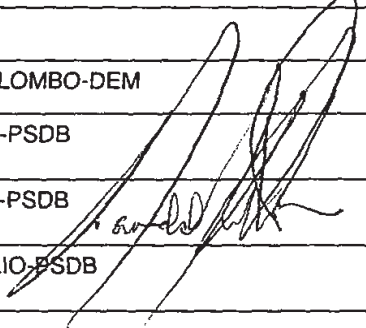
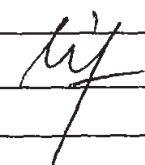
Por todo o exposto o nosso voto é pelo encaminhamento da indicação nº 01 de 2006 à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2008.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: INS Nº 1 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13, 05, 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR:  (SEN. SERYS SLHESSARENKO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB 	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT 	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT RELATORA
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
	EXPEDITO JÚNIOR-PR 
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM 
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM 	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
MÁRIO COUTO-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB 
MARCONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
PTB	
IM ARGELLO 	
PDT	
FERRESON PÉRES	VAGO

PARECER N° 532, DE 2008,
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Em 7 de dezembro de 2006, o Senador Aloizio Mercadante apresentou a Indicação n° 1, que foi distribuída para exame das três Comissões Permanentes que menciona.

A proposição foi apreciada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que concluíram seus pareceres pelo seu encaminhamento à Comissão, Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

II – Análise

Cuida-se de importante sugestão de estudo sobre o tema dos problemas ambientais globais, incluindo a proposta de criação de um fundo mundial para enfrentá-los. A Indicação, apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante, já com elevado grau de elaboração, traz um alentado rol de princípios e justificações e a idéia, também detalhada, de um fundo financeiro de suporte para urna política ambiental global.

O grande problema ambiental global hoje é o câmbio climático. Como não poderia deixar de ser, por-

tanto, a Indicação do Senador Mercadante reporta-se com mais ênfase a essa situação. O mundo se debruça sobre o tema do aquecimento global em busca de mecanismos que atenuem ou resolvam o problema que a ação do homem vem causando ao planeta.

Durante o período de tramitação da Indicação n° 1, de 2006, foi aprovada e instalada nova instância técnica de alto nível no Congresso Nacional afeta ao tema. Criou-se e está em plena atividade a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Deputado Eduardo Gomes, tendo como vice-presidente o Senador Fernando Collor e Relator o Senador Renato Casagrande.

Assim, concordamos com os pareceres emitidos pela CRE e pela CMA no sentido de que a Indicação em análise seja encaminhada à Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, para que seja objeto de discussão e até de terna para urna audiência pública, de modo a dar seguimento à sugestão contida na Indicação da forma que se considere mais apropriada.

III – Voto

Pelo exposto, voto pelo encaminhamento da Indicação n° 1, de 2006, à Comissão Mista do Congresso Nacional sobre Mudanças Climáticas.

Sala da Comissão, 10 de junho de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
INDICAÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 01, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/06/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELÍCIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOÍZIO MERCADANTE (PT)	4-VAGO
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	9-CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GEOVANI BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELOSEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-
GIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marconi Perillo, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Minc usou brecha da lei para se aposentar aos 51”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 15 de maio de 2008.

A matéria destaca que um dos líderes do movimento que acabou com as aposentadorias especiais dos deputados estaduais do Rio em 1998, o então Deputado Carlos Minc (PT) usou, no início de 2003, brechas na legislação que ajudara a aprovar para ganhar pensão no valor de 42 % do salário de parlamentar, de forma vitalícia e aos 51 anos.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE NA ESPLANADA

Minc usou brecha da lei para se aposentar aos 51

Benefício foi obtido em 2003, 5 anos após ele ter liderado movimento que acabou com as aposentadorias especiais dos deputados estaduais do Rio

Wilson Tosta
RIC

Um dos líderes do movimento que acabou com as aposentadorias especiais dos deputados estaduais do Rio em 1998, o então deputado Carlos Minc (PT) usou, no início de 2003, brechas na legislação que ajudara a aprovar para ganhar pensão no valor de 42% do salário de parlamentar – de forma vitalícia e aos 51 anos. Pelo menos outros 32 deputados e ex-deputados fizeram o mesmo, segundo revelou o *Estado* à época.

O ministro indicado do Meio Ambiente, quando foi entrevistado sobre o assunto, em 2003, tentou justificar a decisão de pedir o benefício – contraditória com o que defendera antes – de forma pragmática, afirmando

que, por ser deputado, não teria outra forma de se aposentar.

“Acho que não dá para chegar para um cara e dizer: ‘Você é de esquerda e tem que jogar 20 anos de contribuição previdenciária para o espaço sideral’”, declarou na ocasião. Ele alegou que, por estar afastado do cargo de professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro havia 16 anos, não teria como se aposentar.

“Descobri que tinha perdido esse tempo de contribuição para a Previdência, não tinha nada lá”, disse. A revelação da aposentadoria, porém, o abalou. Chegou a correr para não dar entrevista sobre o caso e, depois, anunciou a doação do benefício ao Programa Fome Zero, do governo federal, exibindo o comprovante de depósito ao re-

FRASE

Carlos Minc
Ministro indicado para o Meio Ambiente

“Acho que não dá para chegar para um cara e dizer: ‘Você é de esquerda e tem que jogar 20 anos de contribuição previdenciária para o espaço sideral’”

pórter do Estado.

A aposentadoria de Minc e seus companheiros era perfeitamente legal, embora questionável no plano ético, sobretudo quando requerida por quem a criticara e comandara um movimento por sua extinção. Ela foi concedida pela Mesa Diretora, com base nas leis 2.889/98 (que acabou com o be-

nefício) e 3311/99 (que abordou o regime previdenciário do Legislativo), além do Ato “N”/MD/465/2001, editado pela Mesa sob a presidência de Sérgio Cabral Filho, então presidente da Casa. A legislação permitia que deputados e ex-deputados com tempo para requerer pensões proporcionais o fizessem, mesmo após a extinção. As leis também permitiam o acúmulo do benefício com salários de políticos na ativa.

CABRAL

O hoje governador do Rio, procurado à época, afirmou “não querer julgar os outros”. “Os deputados que tinham o direito o exerceram”, afirmou. “O que fiz foi mandar à Procuradoria da Casa, para ver se os pedidos estavam dentro da lei.”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Em vôo da FAB, familiares de Lula chegam a Roma antes dele”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 30 de maio 2008.

A reportagem destaca que de carona numa aeronave da Força Aérea Brasileira, a primeira-dama, Marisa Letícia, dois filhos, uma nora e um neto dela viajaram à Itália cinco dias antes de Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CARONA

Em vôo da FAB, familiares de Lula chegam a Roma antes dele

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
DA ENVIADA A SAN SALVADOR

De carona numa aeronave da Força Aérea Brasileira, a primeira-dama, Marisa Letícia, dois filhos, uma nora e um neto dela viajaram à Itália cinco dias antes de Lula.

A viagem do presidente a Roma ocorrerá por conta de uma conferência da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). Ele chega amanhã cedo, passa o final de semana de folga e, segunda e terça, vai a eventos oficiais.

Marisa e seus familiares, entre os quais o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, embarcaram na

noite de segunda num Boeing presidencial, com funcionários do Planalto encarregados da preparação da visita de Lula à Itália.

No dia seguinte, acompanhados de seguranças, Marisa, os filhos, o neto e a nora foram de carro para Bérغامo. Segundo a Presidência, a primeira-dama, que tem cidadania italiana, recebeu homenagem da prefeitura.

A Presidência disse que a viagem não acarretará gasto extra ao governo. Em Roma, se hospedarão na residência da embaixada brasileira. Conforme a Presidência, a carona a familiares de Lula não tirou a vaga de servidores escalados para a viagem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 02 de maio de 2008.

A matéria destaca que o pesquisador Ricardo Antunes, Professor titular de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), analisou questões relacionadas à organização dos trabalhadores desde os anos 70. Para ele, o sindicalismo brasileiro passa por um momento “triste”, com uma dependência da má-

quina do Estado que não se via desde Getúlio Vargas, quando os sindicatos livres foram suprimidos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado’

Para especialista, está ocorrendo um processo de estatização sindical que repete a fórmula adotada por Getúlio

Roldão Arruda

O pesquisador Ricardo Antunes, professor titular de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), analisa questões relacionadas à organização dos trabalhadores desde os anos 70 e é um dos especialistas mais respeitados nessa área no Brasil. Para ele, o sindicalismo brasileiro atravessa um momento “triste”, com uma dependência da máquina do Estado que não se via desde os tempos do getulismo – quando os sindicatos livres foram suprimidos. Segundo Antunes, o governo atrai a cúpula dos sindicatos, federações e também centrais sindicais com convites para cargos no governo e a manutenção do imposto sindical – que no passado foi condenado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT. Ele chega a dizer que está ocorrendo um processo de estatização sindical, ou reestatização, já que repete a fórmula getulista.

O governo Lula conta com apoio de quase todas as centrais sindicais, incluindo a Força Sindical – ex-archinimiga do PT, o partido do presidente. Como o senhor vê isso? Os dirigentes sindicais estão muito satisfeitos. Nos festejos do 1º de Maio, o governo teve palanque tanto na festa da CUT quanto na festa da Força. Isso configura o triste caminho que atravessamos: o da reaproximação entre o Estado e os sindicatos – cada vez mais servís e incapazes de organizar os trabalhadores de modo autônomo. Está em curso um processo de reestatização sindical no País. Desde o getulismo, as centrais sindicais nunca dependeram tanto do Estado para sobreviver quanto dependem agora.

Como ocorre na prática essa reestatização da qual o senhor fala? De um lado o governo fortaleceu e ampliou o imposto sindical, estendendo-o até as centrais sindicais, que antes não participavam dessa bolada; e do outro ampliou a presença de líderes sindicais no aparelho do Estado. Hoje temos uma somatória significativa de dirigentes sindicais em ministérios, secretarias, conselhos de empresas estatais e ex-estatais que foram privatizadas.

O senhor esperava que o imposto sindical fosse mantido e até ampliado, como aconteceu?

Quem é:

Ricardo Antunes

• Graduação em administração pública pela FGV e é mestre em ciência política pela Unicamp.

• É doutorado em sociologia pela USP e pós-doutorado pela Universidade de Sussex, na Inglaterra.

Quando Lula ganhou as eleições presidenciais foi possível supor que antigas bandeiras da CUT fossem, enfim, vingar. Entre elas estavam o fim do imposto sindical, o aumento da autonomia dos sindicatos e o maior distanciamento entre eles e o Estado. Mas ocorreu o contrário. A recente decisão do governo de incluir as centrais na divisão do bolo do imposto sindical, com uma fatia de 10%, seria inimaginável 15 anos atrás. O que se observa é que os recursos estatais – entre eles o FAT, o imposto sindical e outros – vão se tornando fundamentais para a manutenção da vida nas centrais sindicais. Ao invés de se ampliar a autonomia, ampliou-se a presença do Estado. Nos anos 90, quando surgiram, a CUT e a Força não dependiam do imposto sindical.

Qual a relação entre a situação atual e a ocorrida no governo de Getúlio Vargas?

Com o getulismo iniciou-se no Brasil um processo de sindicalismo de Estado, consolidado com a criação da CLT, em 1943. O processo tinha vários pilares, entre os quais a unicidade sindical: a categoria podia ter só um sindicato para representá-la. Era impossível, por exemplo, a existência de dois sindicatos dos metalúrgicos em São Paulo. Outro pilar foi o imposto sindical, obrigatório desde 1939. Embora seu nome seja contribuição sindical, trata-se de imposto – porque é compulsório e atinge todos os trabalhadores, sindicalizados ou não. Vale notar ainda que no getulismo só o Ministério do Trabalho podia autorizar o funcionamento de sindicatos. Com esse recurso o governo travou a ação das organizações mais combativas, que eram quase sempre anarcossindicalistas. Por fim, o sindicalismo tornou-se fortemente assistencialista – para suprir a ausência dos sindicatos mais combativos.

Isso mudou com a Constituição de 1988, não?

Sim. O enquadramento dos sin-

dicatos pelo Ministério do Trabalho deixou de existir, o assistencialismo foi reduzido, mas a unicidade sindical e o imposto foram mantidos.

7 QUE SE
Voltando a Getúlio, o senhor não acha que ele também fez concessões aos trabalhadores?

Getúlio fez concessões, reprimiu e manipulou. A medida que a legislação trabalhista foi sendo estabelecida, com o salário mínimo, redução da jornada de trabalho, estabelecimento do descanso semanal, o getulismo definiu que só poderia ter acesso a esses direitos pessoas filiadas ao sindicato oficial – reconhecido pelo governo. Era mais um passo para reprimir os sindicatos independentes e combativos. Getúlio passou para a história como o pai dos pobres, mas na verdade foi a mãe dos ricos.

Lula também tem ligação forte com os mais pobres – como mostra o crescimento de sua popularidade. O “íbope” do presidente sobe porque ele fala e os pobres entendem. Mas o governo dele é multiclassista. A cúpula sindical, depois que ganhou maior inserção estatal, lhe dá sustentação; e entre os setores do grande capital não tem nenhum descontente com a política econômica. Enfim, garante a boa vida dos ricos, garante espaço para as lideranças sindicais e aumenta sua base nas classes pobres.

São esses pobres que garantem sua popularidade?

Vale registrar a migração que houve no governo Lula em relação à sua base de sustentação. Ela foi transferida dos trabalhadores organizados, assalariados e funcionários públicos, para a classe trabalhadora mais pauperizada, que vive de trabalhos esporádicos, subremunerados, nos grotões do País. Migrou de uma classe politizada para outra que depende do Estado para obter uma razão mínima.

São 11 milhões de famílias.

Sim. São quase 60 milhões de pessoas que perceberam que a política assistencial do Lula é mais ampla que a dos governos anteriores. O governo de Getúlio tinha traços de semibonapartismo, carisma e a imagem de pai dos pobres. O atual governo também tem traços de semibonapartismo, combinados com certo messianismo.

Como se manifesta o semibonapartismo de Lula?

Embora tenha origem na classe trabalhadora, o governo Lula representa as classes dominantes. E representa plenamente, sem delas fazer parte. Isso

ocorre em diversos momentos ao longo da história, quando os de cima recorrem a um governo alternativo para garantir a ordem, uma vez que enfrentam dificuldades para fazer isso por conta própria. No caso brasileiro, os que mais se aproximaram do bonapartismo foram Vargas, Jânio Quadros e, agora, Lula, que tem carisma, conta com apoio policlassista e cuida de preservar a ordem. Ele é um paladino da ordem. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “FHC pede ‘fim da roubalheira’ como mote de campanha”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 16 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que em evento com vereadores tucanos, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso recomendou a centenas de vereadores do PSDB, reunidos em São Paulo, que defendam cinco temas na campanha municipal deste ano: reforma política, com

voto distrital, educação, saúde, segurança e “acabar com a roubalheira”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FHC pede ‘fim da roubalheira’ como mote de campanha

Em evento com vereadores tucanos, ex-presidente faz defesa enfática da adoção do voto distrital no País

Carlos Marchi

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso recomendou ontem a centenas de vereadores do PSDB, reunidos em São Paulo, que defendam cinco temas na campanha municipal deste ano: reforma política (com adoção do voto distrital), educação, saúde, segurança e “acabar com a roubalheira”. FHC propôs que o seu partido encabece uma campanha nacional pelo que chamou de “uma nova democracia” e pelo “voto decente”, que seria a base para outra campanha em favor da adoção do voto distrital no Brasil.

Como sempre acontece nos grandes eventos do PSDB, Fernando Henrique foi a grande estrela, ainda mais potencializada pelas ausências inesperadas do governador de São Paulo, José Serra, e do ex-governador Geraldo Alckmin. Durante os discursos, os vereadores quase não prestavam atenção, clicando sem parar suas câmeras fotográficas para retratar o ex-presidente.

O ex-presidente pregou insistentemente a adoção do voto distrital como ponto fundamental da reforma política e opinou que a mudança do sistema de votação será mais fácil se começar pelo município. Segundo ele, se o voto distrital for introduzido primeiro no município, as suas vantagens ficarão mais perceptíveis para os eleitores.

Ele explicou que, com apenas um candidato de cada partido em cada distrito, os nomes de uma mesma sigla não se enfrentam numa eleição, como acontece no sistema proporcional. “Isso aumentará a unidade dentro dos partidos e recuperará a credibilidade deles”, opinou. O ex-presidente criticou o atual sistema político, lembrando que muitos “foram expulsos do Congresso e hoje ficam se pavoneando e escrevendo artigos, como se nada tivesse acontecido”.

Para Fernando Henrique, a

‘Jeito tucano de governar é sóbrio’

... O prolapado estilo mordaz do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estava à solta ontem. Principal orador do 1º Encontro Nacional de Vereadores do PSDB, ele teorizou sobre “o estilo tucano de governar”. “Temos de ter postura, estilo”, recomendou. Rebateu a velha caricatura que estigmatiza os tucanos desde o seu governo: “Inventaram essa história de muro. Não é muro. É que nós não saímos por aí correndo para fazer coisas de que não estamos convencidos”, explicou, deixando no ar uma perceptível ilação com adversários políticos que gosta de fustigar.

Como um popstar, arrancou sucessivos aplausos e muitos risos da platéia em algumas tiradas bem-humoradas. Mas o êxtase veio quando ele explicou aos modestos vereadores tucanos de todo o Brasil o que significava o tal “estilo tucano de governar”: “Nós somos sóbrios. O jeito tucano

de governar é só-brio”, disse, escandindo as sílabas da última palavra e recebendo da platéia uma ovação que misturava palmas e risos.

O alvo seguinte de FHC foi a própria cúpula do PSDB, frequentemente acusada de escolher os candidatos a cargos importantes sem consultar as bases: “Não é a cúpula quem vai decidir o candidato a prefeito de cada cidade, são vocês.” Os vereadores, naturalmente, gostaram, mas um deles segredou no ouvido de outro: “Seria engraçado se a cúpula nacional do partido quisesse indicar o candidato a prefeito da minha cidade.”

Depois de exercitar o seu esporte favorito – ironizar adversários –, FHC saiu sem falar com ninguém, certamente para não ter de explicar detalhes que, em geral, tiram a graça da piada. ● c.m.

adoção do voto distrital é o preâmbulo para a instituição do sistema parlamentarista no Brasil. Ele reafirmou que o PSDB é um partido programaticamente parlamentarista e vai continuar assim: “Nós perdemos o plebiscito pelo parlamentarismo, mas não mudamos de idéia. Conheço outros que mudaram de idéia depois que ganharam a eleição”, espicacou.

MUDANÇA

O ex-presidente disse que não promoveu a reforma política tão logo assumiu a Presidência, em 1995, porque achava, à época, que isso seria uma tarefa do Congresso. Só depois se deu conta de que parlamentares eleitos por um sistema não votariam a sua troca por um outro modelo, que tornaria a sua eleição incerta. “Mudar não é fácil”, disse, parodiando Maquiavel, um de seus pensadores favoritos: “Quem sabe o que é o novo sistema, não quer;

quem será beneficiado por ele, não sabe.”

FHC considerou que o voto distrital aproxima o eleitor do candidato: “É a verdadeira referência para estabelecer uma força política e moral que permita ao eleitor cobrar de seu candidato.” Segundo ele, no sistema atual, o eleitor esquece o candidato em quem votou e o parlamentar esquece as razões pelas quais foi votado.

O ex-presidente recomendou que os candidatos a vereador estudem os temas que vão defender na campanha: “Temos de estar preparados para o debate político, temos de ter dados, saber o que vamos defender”, ensinou. E aconselhou com uma frase de efeito: “Política é pé no chão e o olhar no horizonte.” Ao pregar atenção ao tema da segurança, FHC disse que hoje todos têm medo: “Isso não é vida”, arrematou. ●

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, como representante do Estado de Roraima e Líder do Governo nesta Casa, foi com muita satisfação que decidi atender ao chamamento do eminente Senador Flávio Arns, do Partido dos Trabalhadores, e engajar-me no esforço de divulgação do Dia Nacional do Teste do Pezinho, que transcorre amanhã, sexta-feira, 6 de junho.

Como todos sabemos, a Lei nº 11.605, de 5 de dezembro de 2007, instituiu a data como meio de informar e de reforçar junto à população os objetivos do Programa Nacional de Triagem Neonatal. Esse Programa, que vem coroar iniciativa inaugurada ainda na segunda metade dos anos 70, representa uma determinação e um esforço do Estado e da sociedade brasileira, consubstanciados em política pública de valor e alcance incontestáveis, que permite identificar e tratar precocemente diversas moléstias.

Em mais de três décadas, avalia-se que o número de recém-nascidos examinados em todo o País tenha ultrapassado a expressiva cifra de 40 milhões. O dado evidencia o acerto e a tendencial universalização de um procedimento indispensável para assegurar qualidade de vida e bem-estar a um número cada vez maior de brasileiros.

Exatamente por isso, é de suma importância que todos os pais estejam cientes e conscientes da imprescindibilidade da execução de um procedimento simples e totalmente gratuito, que permite identificar doenças como hipotireoidismo congênito e fibrose cística, entre várias outras afecções.

Como registra o Senador Arns no documento que dirigiu aos Parlamentares brasileiros e a inúmeros segmentos da sociedade civil, o programa vem se expandindo de maneira consistente. Ao longo dos anos, incorporou a fixação de critérios únicos para os serviços credenciados e ampliou o número de patologias investigadas. Além disso, passou a realizar busca proativa de casos suspeitos que, uma vez confirmados, ingressam na fase de tratamento e acompanhamento multidisciplinar especializado, inclusive com aconselhamento para as famílias.

É fundamental que tenhamos em mente que o Teste do Pezinho, obrigatório para todas as crianças nascidas no Brasil e executado logo nas horas iniciais de vida do bebê, facilita a identificação de moléstias. Uma vez detectadas as enfermidades, tem-se a real possibilidade de imediato tratamento, o que vai impedir a ocorrência de manifestações posteriores graves para a sanidade dos infantes. Assim, família, Estado e sociedade, trabalhando juntos em torno de um mesmo propósito, asseguram as condições ini-

ciais mínimas para que os novos brasileiros tenham uma vida saudável e produtiva nas demais etapas de suas existências.

Financiado pelo SUS – Sistema Único de Saúde, não há escusas ou argumentos para que qualquer recém-nascido no Brasil deixe de realizar o teste neonatal. Nas condições atuais, chega a ser um verdadeiro atentado contra a vida qualquer tipo de negligência nesse sentido.

Finalizando este rápido registro, quero congratular-me com o Ministério da Saúde e expressar meu integral apoio para que continue trabalhando e desenvolvendo ações que efetivamente conduzam à indubitável universalização desse tipo de procedimento. Ao mesmo tempo, cumprimento o Senador Flávio Arns pela louvável iniciativa de empenhar-se na tarefa de dar maior visibilidade à data, ao estimular uma série de ações de conscientização.

Conclamo também os futuros pais e a sociedade envolvente para que estejam sempre atentos, difundam, cobrem e exijam a realização do Teste do Pezinho em todos os recém-nascidos dentro de seu círculo de relacionamentos. É providência essencial para melhorarmos a vida dos brasileiros e do próprio Brasil, facultando a todos, indistintamente, a realização do melhor de suas potencialidades.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 11, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra
(Sobrestando a pauta a partir de:
11.04.2008)

Prazo final (prorrogado) – 24.06.2008

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

Relator revisor: Senador Osmar Dias
(Sobrestando a pauta a partir de:
14.04.2008)

Prazo final (prorrogado) – 27.06.2008

3**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.

Parecer nº 6, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães, favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das Emendas nºs. 1 a 12.

Relator revisor: Senador João Tenório
(Sobrestando a pauta a partir de:
19.05.2008)

Prazo final (prorrogado) – 15.08.2008

4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).

(Sobrestando a pauta a partir de:
09.05.2008)

(Dependendo de pareceres da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE e de Assuntos Econômicos-CAE)

5**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta) – Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen) – Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

15**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

18**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

19**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

20**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

22**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Sena-

do Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

24**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Rodolpho Tourinho.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nos 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos

arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

38**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

39**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005,

na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que

dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto) – favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen) – favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

49

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

50

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscientos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão

(RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

55

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

56

PARECER Nº 530, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 530, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio

Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

57

PARECER Nº 531, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 531, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

58

PARECER Nº 532, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 532, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Flexa Ribeiro, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

59

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do

Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob n.ºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

60

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

61

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

62

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

63

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo.

64

REQUERIMENTO Nº 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

65

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

66

REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernán-

dez Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

67

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

68

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

69

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

70

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

71

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

72

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

73

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

74

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

75**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

76**REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

77**REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

78**REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

79**REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)

80**REQUERIMENTO Nº 413, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

81**REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

82**REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

83**REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

84**REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli

Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

85

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

86

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

87

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária)

88

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 52 minutos.*)

Agenda do Presidente do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho

10/06/2008**Terça**

- 09:45** **Abertura do Seminário 20 anos da Constituição Cidadão**
Presidente fará abertura
Auditório Nereu Ramos Câmara do Deputados
- 10:30** **Abertura da III Semana do Meio Ambiente do Senado e da**
"Exposições Eco Soluções".
Salão Negro do Congresso Nacional
- 11:00** **Sessão Especial em memória do intelectual e ex-Senador**
Artur da Távola.
Plenário do Senado Federal
- 14:00** **Ordem do dia - Período do Expediente**
Homenagem ao ex-governador Leonel Brizola do Rio de Janeiro, pelo transcurso do quarto aniversário de seu falecimento.
Plenário do Senado Federal
- 14:30** **Reunião de Líderes do Senado Federal**
Gabinete da Presidência do Senado Federal
- 16:00** **Ordem do Dia - Sessão deliberativa do Senado Federal**
Gabinete da Presidência do Senado Federal
- 19:00** **Cerimônia de abertura do Congresso Brasileiro das Carreiras**
Jurídicas de Estado.
Local: Centro de Convenções Ulisses Guimarães

ATAS DE COMISSÕES

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

**COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA PELO
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2008, COM A FINALI-
DADE DE INVESTIGAR O USO
DO CARTÃO DE PAGAMENTO
DO GOVERNO FEDERAL – CPGF
(CARTÕES CORPORATIVOS) POR INTEGRAN-
TES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL,
DENOMINADOS ECÔNOMOS**

Ata da 2ª Reunião de 2008

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2008, realizada em 12 de março de 2008, às nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que foram deliberados o Plano de trabalho e os seguintes requerimentos: 01/08 Requer que seja convidado para oitiva um representante do MP, junto ao TCU. Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 02/08 – Requer que seja convidado para oitiva o Ex-Ministro do Orçamento e Gestão, Paulo Paiva, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 03/08 – Requer que seja convidado para oitiva o Presidente do TCU, Senhor Walton Alencar Rodrigues, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 04/08 – Requer que seja convidado para oitiva o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 05/08 – Requer que seja convidado para oitiva o Ministro Chefe da CGU, Jorge Hage Sobrinho, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 07/08 – Requer a convocação do General Jorge Armando Félix, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Autoria: Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Aprovado. 08/08 – Requer a convocação do Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da CGU, Autoria: Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Prejudicado. 12/08 – Requer a convocação da Sra. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Autoria: Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Aprovado. 13/08 – Requer a convocação do Sr. Orlando Silva de Jesus Junior, Ministro do Esporte, Autoria: Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Aprovado. 14/08 – Requer a convocação do Sr. Altemir, Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Autoria: Dep.

Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Aprovado. 21/08 – Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da ABIN, Autoria: Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, Aprovado. 22/08 – Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, Ex-Diretor-Geral da ABIN, Autoria: Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, Aprovado. 49/08 – Requer a convocação do Sr. Orlando Silva, Ministro de Estado dos Esportes para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 50/08 – Requer a convocação do Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 51/08 – Requer a convocação do Sr. General Jorge Félix, Ministro de Estado do Gabinete Institucional, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 52/08 Requer a convocação do Sr. Paulo Bernardo, Ministro De Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 53/08 – Requer a convocação da Sra. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 80/08 – Solicita que sejam convidados o Sr. Antônio Luiz Rios da Silva (Presidente da Visanet), o Sr. Walton Alencar Rodrigues (Presidente do Tribunal de Contas da União) e o Sr. Sérgio da Costa Cortês (Diretor-Executivo do IBGE), a comparecerem a esta CPMI, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 95/08 – Solicita que sejam convidados os Srs. Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, e Secretário Executivo da Controladoria-Geral da União, Luiz Navarro, a comparecerem a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 98/08 Solicita que seja convidado o Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 99/08 – Solicita que seja convidada o Sra. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 100/08 – Solicita que seja convidado o Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 101/08 – Solicita que seja convidado o **Excelentíssimo** Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 103/08 – Solicita que seja convidado o Sr. Ministro Jorge Hage Contro-

lador-Geral da União, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 106/08 – Solicita que seja convidado o Sr. Walton Alencar Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas da União, com o fim de discutir os tipos de contratos firmados com órgãos governamentais, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 107/08 – Requer que seja convidada para depor nesta CPMI a Sra. Matilde Ribeiro, ex-Secretária da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Prejudicado. 108/08 – Requer que seja convidado para depor nesta CPMI o Sr. Altemir Gregolin, Secretário da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Prejudicado. 109/08 – Requer que seja convidado para depor nesta CPMI o Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro dos Esportes, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Prejudicado. 110/08 – Requer que seja convidado o Sr. Paulo Paiva, ex-Ministro de Orçamento e Gestão, para prestar esclarecimentos sobre a criação e uso de Cartões Corporativos durante a sua gestão, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 126/08 – Requer que seja convidado para depor nessa CPMI, o Sr. Jorge Armando Félix, Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Autoria: Dep. Paulo Teixeira, Prejudicado. 128/08 – Requer que seja convidado o Sr. Alberto Mendes Cardoso, Ex-Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Dep. Paulo Teixeira, Aprovado. 131/08 – Solicitam que sejam requisitados documentos e informações junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, necessários ao avanço e à continuidade desta CPMI Autoria: Dep. Paulo Teixeira Aprovado. 135/08 – Solicita-se a oitiva do Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro dos Esportes, para que esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, bem como do número e nome e nome de titulares referentes ao seu Ministério, limites de crédito, dentre outras informações julgadas pertinentes, Autoria: Senador José Nery, Prejudicado. 136/08 – Solicita-se a oitiva do Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca para que esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, bem como do número e nome e nome de titulares referentes ao seu Ministério, limites de crédito, dentre outras informações julgadas pertinentes, Autoria: Senador José Nery, Prejudicado. 137/08 – Solicita-se a oitiva da Sra. Matilde Ribeiro Ex-Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para que esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da utilização do Cartão de Pagamento

do Governo Federal, bem como do número e nome e nome de titulares referentes ao seu Ministério, limites de crédito, dentre outras informações julgadas pertinentes, Autoria: Senador José Nery, Prejudicado. 141/08 – Requer a convocação da Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, a fim de prestar esclarecimentos sobre o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 142/08 – Requer a convocação do Ministro da Controladoria Geral da União, Senhor Jorge Hage, a fim de colaborar nos esclarecimentos necessários sobre o uso do cartão de pagamento do Governo federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 143/08 Requer a convocação do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Paulo Bernardo Silva, a fim de colaborar nos esclarecimentos necessários sobre o uso do cartão de pagamento do Governo federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 144/08 – Requer a convocação do Ministro de Estado do Esporte, Senhor Orlando Silva de Jesus Junior, a fim de colaborar nos esclarecimentos necessários sobre o uso do cartão de pagamento do Governo federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 146/08 Requer a convocação da Senhora Matilde Ribeiro, Ex-Ministra da Secretaria Especial da Igualdade Racial, a fim de prestar esclarecimento sobre o suposto uso irregular do cartão de pagamento do Governo federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 147/08 Requer a convocação do Senhor Paulo Lacerda, Presidente da Agência Brasileira de Inteligência ABIN, a fim de prestar esclarecimento sobre o suposto uso irregular do cartão de pagamento do Governo federal, por integrantes da Administração Pública Federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 150/08 – Requer que seja convidado o Ex-Ministro de Estado do Planejamento, Paulo de Tarso Almeida Paiva, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 151/08 – Requer que seja convidado o Ministro de Estado do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 152/08 – Requer que seja convocado o Ministro de Estado do Controle e da Transparência, Jorge Hage Sobrinho, Autoria: Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado. 154/08 – Requer que seja convocado o Sr. Altemir Gregolin, Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Autoria: Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado. 155/08 – Requer que seja convocado o Sr. General-de-Exército Jorge Armando Felix, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Autoria: Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado. 158/08 – Requer que seja convocado o Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte, Autoria:

Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado. 159/08 – Requer que seja convocada a Sra. Matilde Ribeiro, Ex-Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Autoria: Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores/Deputados:

Demóstenes Torres (DEM)
Carlos Willian (PTC)
Antonio Carlos Júnior (DEM)
Luiz Sérgio (PT)
Marcelo Melo (PMDB)
Marisa Serrano (PSDB)
Maurício Quintella Lessa (PR)
João Pedro (PT)
Nelson Meurer (PP)
Serys Slhessarenko (PT)
Paulo Teixeira (PT)
Wellington Salgado (PMDB)
Carlos Sampaio (PSDB)
Vic Pires Franco (DEM)
Gim Argello (PTB)
Manato (PDT)
José Nery (PSOL)
Antonio Roberto (PV)
José Agripino (DEM)
João Magalhães (PMDB)
Álvaro Dias (PSDB)
Marcelo Guimarães (PMDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)
Nilson Mourão (PT)
Antônio Carlos V. Vignatti (PT)
Affonso Camargo (PSDB)
Índio da Costa (DEM)
Perpétua Almeida (PC do B)
Edson Duarte (PV)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/2008, com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, o CPGF, Cartões Corporativos, por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores e Srs. Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Conforme convocação, a presente Reunião destina-se à realização de votação de Requerimentos. Eu gostaria de, para facilitar a percepção de todos, ler o

parágrafo único do art. 310 do Regimento, que diz o seguinte: “O encaminhamento de votação de Requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar”. Portanto, não haverá discussão. O signatário apresenta o seu Requerimento e pode ser também o encaminhamento feito pelo líder do bloco ou o representante do partido.

Nós recebemos 149 Requerimentos, dentro do prazo, que nós estabelecemos, às 17 horas. Os Requerimentos que chegaram depois das 17 horas, que são do 138 em diante, mesmo assim, todos esse Requerimentos têm um correlato que tinha entrado antes. Portanto, a maioria não vai ficar prejudicada. Nem os dos Senadores Augusto Carvalho, Afonso Camargo e Manato. Como têm Requerimentos anteriores, que tratam do mesmo assunto, eles poderão ser discutidos concomitantemente.

Eu quero fazer uma proposta aqui aos senhores membros, que nós começemos pelos cinco Requerimentos que ontem já foram discutidos. E, como os cinco Requerimentos já foram discutidos, eu gostaria que o Relator os lesse em bloco e nós votássemos em bloco, porque já foram... Já são de conhecimento de todos. Portanto, sem mais delongas, começaremos a leitura dos Requerimentos, o 01, 02, 03, 04 e 05, de autoria do Deputado Luiz Sérgio, a quem eu peço que faça a leitura—

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Deputado Vic. Aqui, à sua esquerda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Desculpe, Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Nós apresentamos, o Democratas apresentou um Requerimento de igual teor, também convocando o Ministro Jorge Hage Sobrinho. Eu pergunto a V. Exa. como seria o seu critério para que nós fizéssemos as perguntas. Porque, nas outras Comissões, o critério é que o autor do Requerimento, ele começa, claro que depois do Relator, a fazer os questionamentos. Então, eu gostaria que a senhora só explicasse para nós—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como nós não estamos agora ainda na oitiva, estamos apenas na aprovação dos Requerimentos, o primeiro que entrou lê o Requerimento e

nós vamos... Supondo, o Ministro Paulo Paiva, que é o segundo, 110, nº. 110, também pediu e o 150 também pediu o mesmo. O 03... O item 80 pediu, 101 e 106. Está ainda a observação. O item 04 foi pedido pelo 52, pelo 100, pelo 143 e pelo 151. Então, como hoje não tem discussão, é só aprovação, então, não há problema nenhum de nós colocarmos o encaminhamento para os signatários. Se qualquer um desses quiser, que propôs, quiser apresentar, poderá fazê-lo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Mas a minha pergunta não é bem essa. Eu gostaria de saber que, no dia que o convocado estiver aqui, é só o procedimento que a senhora vai adotar, V. Exa. vai adotar, no dia da audiência, no dia...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A cada dia basta seu sofrimento, Deputado. Eu gostaria de informar ao Deputado Vic e a todos que todas as vezes que nós começarmos, Deputado, eu gostaria de, antes, fazer o que eu fiz hoje, colocar o item de esclarecimento para todos. Então, essas questões ainda, não deu... Não tivemos tempo ainda de organizar, mas pode estar certo de que nada vai ser feito por essa Mesa sem o conhecimento anterior, antecipado, dos senhores. Portanto, na próxima reunião–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Mas existe um... No Regimento, eu acho que existe como é que o procedimento nesse caso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sim. A Secretaria me socorre aqui, dizendo que o art. 397, quando for Ministro de Estado, tem toda a convocação e o comparecimento de Ministro de Estado estatuído nesse art. 398 também; portanto, esses dois artigos vão balizar e sempre vai ser feito, Deputado, em cima do Regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Me desculpe...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Não é isso que eu perguntei ainda. Não é esse artigo do Regimento. É, no caso de que nós apresentamos o mesmo Requerimento do Relator–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Quem falará primeiro?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Quem falará primeiro, quem fará as perguntas?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A Mesa vai decidir isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Isso não está no Regimento?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não está no Regimento não. Isso não tem. Em nenhuma Comissão, eu já vi isso. Como não está em Regimento, o senhor pode estar certo que–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Não tenho dúvida nenhuma.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vou fazer da forma a não prejudicar nenhum depoente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Agradeço a V. Exa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Excelência, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a V. Exa. e a assessoria desta Comissão pela competência de hoje já estarem disponíveis todos os Requerimentos condensados, em nossas mãos, para que nós possamos trabalhar. Segundo, são duas coisas para que nós possamos encaminhar bem os nossos trabalhos: Primeiro, nós vimos que... Primeiro, nós vimos que nós estamos em obras aqui ao lado e está quebrando. E isso vai quebrar o dia inteiro e, com este barulho que está na obra ao lado, nós não vamos conseguir trabalhar. Talvez, seria pedir...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Já mandamos parar. Pode ficar tranqüilo, que vamos diminuir o barulho aqui dentro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: A outra minha preocupação, Excelência, e é bom que nós a tenhamos já de uma vez, nós tivemos algumas dúvidas na CPI dos Correios, onde nós participamos. E hoje também nós estamos vendo aqui que, na própria CPI das ONGs, está tendo vazamento de documentos. Como esta CPMI é uma CPMI que nós vamos entrar em investigações de Cartões Corporativos e isso nós entendemos que quase tudo seja sigilo fiscal, então, eu gostaria de sugerir a V. Exa. que já mandasse tomar as providências necessárias para que os documentos que chegassem a esta Casa, requisitados por este Plenário, sigilosos, já vão direto ao cofre e a Comissão e a Mesa determinem quem vai ter acesso a esses documentos para que isto não possa ser vazado e até mesmo colocando as pessoas no ridículo até que elas possam provar que não é aquilo que está acontecendo, ou seja, que elas tenham o direito, aqui nesta Comissão, de fazerem as suas defesas. Então, esta preocupação é muito grande e eu sei que já vai começar a chegar esses documentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero informar ao Sr. Deputado que essas providências já estão sendo tomadas. Já tenho o roteiro, que eu quero depois apresentar aos senhores, de todos os documentos sigilosos que che-

garem aqui, como sói chegar em todas as Comissões Parlamentares de Inquérito. Talvez eu seja um pouquinho mais rígida nessa questão do acompanhamento do sigilo para não acontecer fatos que aconteceram em algumas outras CPIs, de vazamento de informação. É claro e evidente que esta Mesa não pode se responsabilizar pelo vazamento que algum Deputado ou Senador possa fazer através da sua palavra. Mas, dentro das possibilidades, pelos meios físicos possíveis, nós esperamos coibir que haja vazamento de informação. O senhor pode... Eu gostaria de agradecer a sua preocupação e dizer que estamos... Vamos tomar todas as providências e depois repassar ao Plenário.

E quero também, em nome da equipe toda, agradecer as palavras de V. Exa. Realmente trabalharam até tarde para oportunizar que os senhores tivessem hoje todas as informações aí nas suas bancadas. Muito obrigado. Então, passamos agora à leitura—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Pela ordem, Presidente. Presidente, queria dar um bom dia a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – E apenas solicitar um esclarecimento a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – A Constituição, no art. 58, ela prevê... “Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão”. O que nós queremos saber de V. Exa. é se o caráter da vinda dos Ministros, das autoridades, teria que ser em caráter de convocação ou apenas de convite. A Câmara tem como praxe o convite às autoridades. E nós gostaríamos... Nós estamos num momento de colheita de provas, de informações etc., nós gostaríamos de solicitar a V. Exa. que pudesse encaminhar, em termos de convite, essas convocações. Eu sei que isso tem um desdobramento posterior, esses chamados, digamos assim, têm um desdobramento posterior, que nós vamos discutir em tempo esse desdobramento. Mas queria solicitar a V. Exa. a possibilidade de convidar tais autoridades. Esse passo nós vamos firmar mais firme... Mais fortemente nos momentos seguintes, no momento das demais pessoas que virão depor aqui. Mas eu gostaria de solicitar a V. Exa. se é possível convidar tais autoridades para estarem aqui. Certamente, se alguma se recusar a vir, aí, sim, nós poderíamos analisar a hipótese de convocação. Mas gostaríamos de sugerir que essas autoridades viessem a título de convite a essa Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero agradecer. Só um mi-

nutinho. Eu quero agradecer a sua intervenção e dizer que normalmente, nessa Casa, se usa a figura do convite, embora na CPMI, aqui, seria convocação. Mas é de bom tom, eu acredito, nós fazermos o convite a essas autoridades. E, sempre que possível, também um reforço dessa Mesa. Portanto, nós vamos fazê-lo através de convite. Agora, quando for necessário, é convocação, porque a CPI tem o direito, e é dever dela também, fazer a convocação quando as personalidades deixarem de atender o nosso convite.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sra. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Totalmente de acordo com V. Exa. nesse encaminhamento. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Sampaio, pela ordem. Obrigado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Apenas pela oportunidade, e me perdoe o preciosismo regimental, eu concordo plenamente com o Deputado Paulo, sem nenhuma dúvida, e concordo com as ponderações de V. Exa., mas, quando for colocado em votação, salvo melhor juízo, nós temos que votar a convocação. Quando V. Exa. expedir os ofícios, expedir no formato de convite, mas, votarmos convite, nós não temos como, porque não há previsão regimental desta figura do convite.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Certíssimo e é isso mesmo. Talvez não tenha ficado explícito porque, no art. 58, convocar Ministro de Estado, no item 3º. Então, é convocação, todos nós eu acho que sabemos, mais ou menos, disso, mas que o ofício saia como convite porque, como eu disse, é mais gentil, mas é convocação.

Bom, passemos, então, à leitura, como eu pedi ao Deputado Luiz Sérgio, dos cinco Requerimentos em continuidade, para votarmos em bloco.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidente, a senhora mencionou o 58, da Constituição Federal ou do Regimento Interno do Senado Federal?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O 58 da Constituição.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não, na Constituição, no 58, V, no 58, V, diz: “Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão”. Eu acho que o Deputado Carlos Sampaio, ele fez, assim, um encaminhamento como se aprovássemos alguma coisa e puséssemos no papel outra coisa, mas a solicitação que eu quero fazer é nos termos do 58, V, da Constituição, que é solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Sim, mas como tem o III... Esse aí para qualquer cidadão e o III para Ministros de Estado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não, é autoridade também. Autoridade, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – O senhor pode estar certo de que vamos fazer o convite e, quando for convocação, mesmo que o texto indique convocação, o ofício sai como convite e acredito que vão nos atender da mesma forma. Se não o for, aí nós agiremos de acordo com a Constituição e com o Regimento Interno.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Muito obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Requerimento 01/2008: “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, inciso V...” “Art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, que seja convidado para a Comissão Permanente Mista de Inquérito representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Cordialmente, Luiz Sérgio, Deputado, 11/03/2008”.

Dando seqüência. Requerimento 02/2008: “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, seja convidado para oitiva nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Ministro do Orçamento e Gestão, no período de 30 de março de 1998 a 30 de março de 1999, Senador, o Sr. Paulo Paiva”.

Requerimento 03/2008: “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, seja convidado para oitiva nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Walton Alencar Rodrigues.

Requerimento nº. 04/2008: “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, seja convidado para oitiva nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo da Silva”.

Requerimento nº. 05/2008: “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, seja convidado, para oitiva nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho. Cordialmente, Deputado Federal Luiz Sérgio”.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu quero agradecer ao Deputado Luiz Sérgio. Como esses cinco Requerimentos ontem já foram de conhecimento de todos, quero colocá-los em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovados.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sim. Apenas como sugestão, nós gostaríamos de sugerir que o profissional do Ministério Público seja aquele que, junto com o Tribunal de Contas da União, já fez a análise investigativa da questão dos cartões. Já houve um estudo do Tribunal de Contas da União com o Ministério Público e teve um profissional do Ministério Público que foi quem fez. E, do Tribunal de Contas da União, isso foi feito na época do ex-Presidente do Tribunal de Contas e, na realidade, seria interessante também o atual Presidente identificar quem foi o profissional que, junto com o Ministério Público, fez essa análise, essa auditoria, para vir acompanhando aqui o atual Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Já entramos em contato com o TCU e será feito dessa forma. Pelo menos é a sugestão que nós demos.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Continuando as nossas votações, eu queria sugerir aqui um encaminhamento para facilitar a ordem. Como isso é uma prerrogativa da Mesa, tenho certeza de que os Srs. Deputados e Senadores e Deputadas poderão aquiescer. Há três Requerimentos que têm um número muito grande de solicitações. São os três... A ex-Ministra Matilde é o nº. 12. O nº. 13 é o Ministro Orlando, e o nº. 14 é o Ministro Gregolin. Portanto, eu quero colocar em leitura e votação esses três Requerimentos que têm um número muito grande de Parlamentares que o solicitaram.

E vou colocar da seguinte forma, por exemplo, o nº. 12, a Ministra Matilde... O Deputado Indio, Deputado Vic entraram, mas entraram também o 53... 53 é o Deputado... 53 é o Deputado Marconi Perillo. 99... 99, Deputado Maurício Quintella Lessa. 101... Deputado Maurício Quintella Lessa... Eu acho que houve um... Eu acho que houve aí uma... Tem menos um aí, é o mesmo. 107, há alguns errinhos porque a pressa ontem foi muita. 107, Deputado Luiz Sérgio. 137, Senador José Nery. 146, Deputado Augusto Carvalho. Portanto, vou pedir sempre ao primeiro para ler e, se algum dos

outros signatários quiser fazer uso da palavra, por favor, estão aptos a isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar posteriormente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ok. Então, nº. 12, Deputado Índio da Costa. O Deputado Vic Pires Franco para a leitura do Requerimento.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Requerimento 12/2008. Senhor Presidente... Bom, solicita a Ementa. “Solicita a convocação da Sra. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial para prestar depoimento nesta CPMI”. Senhor Presidente... Sra. Presidente, vamos corrigir nas próximas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – “Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, concomitante com o art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 52, requeremos a convocação da Sra. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, para prestar depoimento nesta CPMI, criada para apurar, no âmbito do Governo Federal, possíveis casos de abuso do chamado Cartão Corporativo, criado pelo Decreto 2.809/1998 e instituído a partir do ano de 2001, ano que passou a ser efetivamente utilizado. Em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga ao processo licitatório”. Justificativa. É necessário que seja lida a justificativa?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu acredito que não é necessária a justificativa.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Porque são muitas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Já que estão as justificativas todas aí, à disposição dos senhores. E, como nós temos um número muito grande de Requerimentos, eu sugiro que a gente possa, é claro, quem quiser encaminhar, está apto a encaminhar, mas não será necessário, acredito, ler toda a justificativa. Deputado Paulo Teixeira, para encaminhar?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – É. Eu gostaria de fazer uma questão para o Deputado autor do Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sim... Ou para os Deputados e Senadores autores.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – E para os Deputados e Senadores autores. Sugerindo... Nós não nos opomos à vinda dessas três autoridades aqui na CPMI, agora, o que os termos, aqui, e nós gostaríamos, a nossa sugestão é que fossem nos mesmos termos dos Requerimentos propostos pelo Deputado Luiz Sérgio, é o artigo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria de—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – É o art. 58, III, da Constituição. Apenas aquele debate sobre convite e convocação. Nós estamos num momento em que nós não precisamos fazer com que nenhuma—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A palavra está colocada, e eu já dei a explicação, Deputado Paulo, é de acordo—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Mas eu não posso aprovar nesses termos. Eu gostaria de sugerir que esses termos—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pode... Pode aprovar, se V. Exa. quiser, porque isso está na Constituição e há possibilidade de fazê-lo como convocação. E é o termo utilizado também—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senadora Marisa, é verdade, se nós aprovarmos. O que eu estou sugerindo aos autores desses Requerimentos é que nós aproveemos esses Requerimentos nos mesmos termos que nós já aprovamos o Requerimento... Os cinco Requerimentos propostos pelo Deputado Luiz Sérgio. Isso tem consequências para as pessoas. E, portanto, elas virão prestar informações.

Portanto, eu gostaria de sugerir que nós fizéssemos em termos de convite, é claro, as duas previsões são previsões legais, e nós estamos propondo que seja na previsão legal da Constituição para que essas pessoas venham prestar aqui esclarecimentos e que nós possamos, a partir, daí iniciar essa investigação e não criar constrangimento na vida dessas pessoas. Evidentemente, se elas se recusarem a vir, aí, V. Exa. poderia aprovar uma convocação—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Já fizemos esse esclarecimento antes, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – É. Mas não é o termo do Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sim. Então, eu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem, como autor do Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero aqui solicitar com o

autor do Requerimento e com os autores dos Requerimentos, que são vários...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Só um minutinho. Com os autores do Requerimento, que são vários autores, se acharem por bem que nós possamos substituir e colocar convite, o faremos. Os autores dos Requerimentos aqui poderão fazê-lo tranquilamente, é uma prerrogativa deles, que entraram com seus Requerimentos–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Questão de ordem do Senador Demóstenes, um minutinho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sra. Presidente, apenas para dizer que não há qualquer complicação em fazer na forma de convite, se houver o compromisso do comparecimento. Mas, então, nós poderemos fazer, se houver aquiescência, para mim não tem problema algum, faz-se o convite e, na ausência, ficam automaticamente convocados, ou seja, não aceitando o convite, já há convocação–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente–

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Aí, nós não teríamos a necessidade de fazer uma nova Sessão para convocação se alguém não comparecer. Então, um convite e, na ausência, a convocação. Se não atender ao convite, a convocação. Já ficaria aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Certo. Isso nós tínhamos... Um minutinho só. Isso nós tínhamos determinado já e discutido isso no comecinho da nossa Reunião de hoje. Então, já tínhamos esclarecido que seria dessa forma. Então, se todos concordarem, para facilitar, se todos concordarem–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Vamos voltar ao início da nossa Reunião. Nós faremos convite de todos e, caso não aceitem ou não compareçam ou não dêem a explicação convincente, essa Mesa já automaticamente faria a convocação–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De acordo, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se acham.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – É... Como há três que não estão de acordo–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu queria ouvir aí a questão de ordem do Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente, eu não vejo nenhum problema em convocar ou convidar. Não vejo nenhum tipo de problema. Para nós, não há problema. Como o Deputado Paulo falou que não há problema na convocação desses três, eu consulto V. Exa. se nós não poderíamos votar em bloco já esses três para, automaticamente, nós aprovarmos e podermos passar para o outro item, já que nós votamos em bloco também os Requerimentos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Eu sugiro até mais, por que não votar todos em bloco, o que não implica em sigilo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Um minutinho só.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – É só para os nossos trabalhos andarem mais... Pois não, Presidente, desculpe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Vic, para terminar–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu já encerrei. O Senador Demóstenes–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Ah, sim. Eu pensei que V. Exa., levantou a mão.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Não, ele acabou de completar o que eu iria... O meu raciocínio. Mas eu pergunto a V. Exa. se nós podemos fazer isso, já que há aqui um acordo de que nós...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para contraditar–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu gostaria que esses todos que nós não fomos ainda, não discutimos ainda, nós vamos fazer rapidamente, decidindo essas questões macro, aí nós fazemos individualmente, rapidamente–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um encaminhamento, Excelência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu só queria deixar aqui um esclarecimento. O Deputado Vic e o Deputado Índio, que

levantaram a mão na votação, têm mais algum esclarecimento? Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Tenho sim, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Então, Deputado Vic, depois Deputado Carlos Sampaio e aí, então, entra na votação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Presidente, a justificativa do meu voto contrário é que nós vamos perder tempo. Vamos dizer que a ex-Ministra Matilde não venha como convidada. Nós vamos perder um tempo danado porque o dia da marcação da vinda dela aqui, ela não vindo, nós vamos adiar, já com uma convocação e esse dia vai estar perdido para nós. Então, eu acho muito perigoso esse procedimento e não vejo nenhum motivo que seja convocação dessas autoridades, desses ex-Ministros. Porque, eu pergunto à senhora, no dia que o ex-Ministro não vier aqui, qual será o seu procedimento? Nós não vamos trabalhar nesse dia. Nós vamos esperar a boa vontade de uma convocação para que ele venha numa outra data e a senhora já viu que isso vai postergando e isso vai complicar os nossos trabalhos aqui. É esse o meu posicionamento, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado. Deputado Carlos Sampaio, depois, Deputado Índio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu tinha pedido no início.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – São todos—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Eu peço escusas pelo excesso de formalismo, Sra. Presidente, e peço ao Deputado Paulo que compreenda. Em que pese os artigos por ele referido, o art. 148 do Regimento Interno, ele é mais do que claro, ele é explícito, ao afirmar que a única figura que existe a ser votada é a de convocação. Eu entendo que há um consenso aqui de que todos sejam convidados e não convocados. Isso foi acordado com V. Exa., todos aqui—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não há esse consenso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sabem que existe esse acordo, e, portanto, sempre será feito no formato de convite. Votar-se convite, penso eu, é uma temeridade porque não existe essa figura a ser votada aqui dentro. Só existe a figura da convocação. E o Deputado, o Senador Demóstenes, ao afirmar que o convite fica automaticamente trans-

formado em convocação, eu compreendo também as intenções do Senador, mas não há essa possibilidade regimental porque nós não votamos a tal convocação; a convocação é do Regimento. **Veja**, o que é o principal? O principal é que a autoridade venha e que seja convidada, de forma elegante e educada, por esta Comissão. Se os termos do Regimento são claros no sentido da convocação, votemos a convocação sem nenhum constrangimento para quem quer que seja e, desde já, estão todos concordes que os ofícios sejam expedidos no formato de convite, mas, fazer o convite, nós não temos como votar um convite, porque não é Regimental.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Para contraditar, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Para contraditar. Primeiro... Presidente, a ex-Ministra, no caso, por isso a gente tem que votar esses Requerimentos, Requerimento a Requerimento, eu acho que a votação de Requerimento por bloco, só se houver acordo. E quero aqui logo adiantar que o PR não vai aceitar essa votação em bloco nesses casos. A Ministra... A ex-Ministra Matilde, não é mais Ministra. O art. 58, diz que às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabem: Convocar Ministro de Estado, mas solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. Então, solicitar depoimento pode, muito bem, na forma de convite. Então, a gente insiste que o Regimento prevê essa outra forma de convocação, de convite, de trazer uma autoridade aqui nessa Comissão. Portanto, eu invoco o inciso V, do § 2º do art. 58, para manter o convite, pelo menos, nesse caso, a ex-Ministra Matilde Ribeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado. Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu estou inscrito pela ordem, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Quem?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pela ordem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Inclusive, era já para contraditar aqui, já, também, a opinião do Deputado Carlos Sampaio, pelo art. 58 da Constituição Federal, lá no item... No § 2º, inciso III, diz lá: “O Congresso Nacional e suas Casas terão Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo

Regimento ou no ato de que resultar sua criação”. Aí, vem o § 2º e diz: “Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: III – ‘convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições’.

Na realidade, isso aqui é um Direito Constitucional, nós estamos convocando aqui, com interesse de convocar a ex-Ministra Matilde, justamente por conta do seu período como Ministra, sua função pública e não como uma cidadã comum. E nós entendemos que a convocação se faz necessária para que não percam tempo aqui, convida, não vem, aí convoca. Além disso, pelas informações do SIAF, houve fragmentação em licitação, quer dizer, não há que ser gentil, convidando. Há que convocar para que a pessoa esclareça o que aconteceu e se, de fato, nós tivermos errados, equivocados na nossa análise, de que houve de fato fragmentação nas licitações, de vários outros Ministros, de vários outros membros do Poder Executivo, nós, então, encaminharemos de forma favorável a essas, enfim, exposições aqui. Mas essa é que é a realidade, fica convidando e a gente vai demorar muito tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado Deputado. Deputado Luiz Sérgio.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Pela ordem, Sra. Presidente, apenas para–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ele tinha pedido pela ordem também e, depois, o Senador Demóstenes.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Só... Na busca aqui de encontrarmos um processo de entendimento, no caso específico da ex-Ministra Matilde, há sete Requerimentos de convocação, mas há também sete Requerimentos de convite. E, no meu entender, o procedimento do convite é plausível, para buscarmos um acordo dentro do que o Demóstenes aqui acabou de afirmar. Não havendo a negativa do convite, mesmo que alguém queira levantar a argumentação de que não foi votada a convocação, nós, evidentemente, faríamos um acordo de votarmos rapidamente. O que queremos, nesse momento, é que possamos encontrar um termo que seja o mais adequado na construção aqui de uma posição mais unitária da Comissão.

E, com relação à proposta levantada, da votação de Requerimentos por bloco, eu quero aqui manifestar a minha discordância porque há experiência na Casa, tanto na Câmara, quanto no Senado, quando se refere a uma questão de votação em bloco, ela tem trazido surpresas desagradáveis para ambos os lados. Então, para que nós não possamos iniciar como um instrumento que pode confundir, o ideal é que nós possamos votar Requerimento a Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Demóstenes, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para contradiar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sra. Presidente, depois o Deputado Vic também quer... Eu só fiz... É óbvio que o Regimento fala em convocação. Mas é óbvio também que muitos querem fazer um convite. E, para dizer a verdade a V. Exa., o que eu quero é ouvir a Ministra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Claro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Então, se ela aparecer convidada ou convocada, para mim, tanto faz; o que eu não quero é que não seja aprovada alguma coisa: “Não, nós não vamos aprovar convite”. O Governo tem maioria. Então, eu acho que é uma falsa polêmica. Se nós aprovarmos e for transformada em convocação, na ausência, obviamente que nós aprovamos a convocação, estamos cumprindo o Regimento. E o que nós precisamos, eu repito, é só ouvir essas pessoas. Então, óbvio que a convocação, é óbvio que... Mas o Governo, querendo ou não, é uma realidade, o Governo tem maioria. O Governo quer fazer um convite. Eu quero, sinceramente, o que eu quero é ouvir a ex-Ministra. Se ela vier convidada ou convocada, para mim, tanto faz.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vic, depois, Deputado Carlos Willian, Deputado Nilson.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA)

– Sra. Presidente, eu até não faria essa questão de ordem, depois do que o Senador Demóstenes falou, mas eu acho que a gente vai continuar perdendo muito tempo nessa discussão, discutindo se é convite ou convocação. O Senador tem toda a razão. O importante é que ela venha. A minha preocupação é de que ela não vindo, nós vamos perder um dia aqui, numa Comissão que vai funcionar 90 dias. E eu não vejo nenhum tipo de problema em convocar. Eu não vou ser contrário. Já votei. Já está votado isso aí. Nós já aprovamos, com um voto contra meu. O importante é que essas pessoas convidadas, que não queiram ser convocadas, não sei por que, essas pessoas venham, confirmem a sua presença aqui. Porque senão nós vamos chegar aqui na data da convocação, Senador Demóstenes, a pessoa não está aqui e nós vamos ficar sem fazer absolutamente nada, porque não vai se marcar outra coisa. Então, nós vamos perder tempo e nós temos só três meses, com o Governo passando por cima da gente, como sempre.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado Vic. Deputado Carlos Willian, depois Deputado Nilson e encerramos essa discussão para passar à votação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sra. Presidente, o que eu estou vendo aqui é o seguinte: O Governo está querendo votar, o Governo está querendo adiantar e avançar nas investigações dessa CPI e, até agora, a oposição está discutindo o sexo dos anjos, se é convite ou se é convocação. Já existe um acordo que é convite. Agora, se ela não vier, isso é futuro, não adianta querer saber do futuro. Se não vier, nós transformamos em convocação e, se não vier, até debaixo de vara, ela viria. Mas nós já começamos aqui a expor uma autoridade ao ridículo. Se ela vem ou se ela não vem. Então, existe o Requerimento. O Governo, dando uma demonstração de que quer avançar nas suas investigações, já encaminha favoravelmente ao convite da ex-Ministra, para que ela venha a esta CPI prestar os esclarecimentos necessários—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – E, de antemão, **Excelência**, já vou alertar que não existe acordo para que nós possamos fazer os Requerimentos de convocação em bloco porque é anti-regimental. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Nilson.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Presidente, nós temos um número muito grande de Requerimentos para votar. Eu compreendo que devemos entrar na votação, já que estão claras as posições. Se, de fato, os proponentes do Requerimento entendem que podem ser feitos os convites, como manda o bom senso, temos já informações suficientes para votar essa matéria. Entendo que devemos convidá-los e, na ausência, convocá-los, como é de praxe em todas as Comissões da Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado. Portanto, quero esclarecer que nós não vamos votar em bloco, vamos votar individualmente cada um dos Requerimentos. O Requerimento nº. 12, que requer a convocação da Sra. Matilde Ribeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 12, 12... Quais mais?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – 12, 53, 99, 107, 137 e 146. Portanto, esse Requerimento—

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – **Excelência**, não há acordo para que nós votemos—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Esse Requerimento é o mesmo Requerimento... Só faz favor, Deputado Carlos Willian, olhe aí nas observações, tem o número dos Deputados e Senadores que fizeram o mesmo tipo de Requerimento. Então... Portanto, está em votação o Requerimento nº. 12, que requer o convite à Sra. Matilde Ribeiro, para que venha a essa Casa. Aqueles que aprovam o convite à Sra. Matilde, permaneçam como se acham. Aprovado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Isso. Obrigado. Apenas só para lembrar que nós estamos aprovando o convite, caso ela não aceite o convite, será imediatamente transformado em—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em convocação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Isso já ficou esclarecido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já Está... É Cláusula pétrea.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Ficam prejudicados, então, os outros Requerimentos desse teor. Item nº. 13: Requer a convocação do Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte. Deputado Indio da Costa e Deputado Vic Pires Franco... E, ainda, o 49, que é o Deputado... 49, Deputado Marconi Perillo... Senador Marconi Perillo. 109... 109, Deputado Luiz Sérgio. 135, Senador José Nery. 144, Deputado Augusto Carvalho.

Portanto, com a palavra o Deputado... Os Deputados Indio da Costa e Deputado Pires Franco ou qualquer um outro signatário que queira fazê-lo sobre esse Requerimento. A leitura.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Solicita a convocação do Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte, para prestar depoimento nesta CPMI. “Sra. Presidente, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, concomitante o art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, requeremos a convocação do Sr. Orlando da Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte, para prestar depoimento nesta CPMI, criada para apurar, no âmbito do Governo Federal, possíveis casos de uso abusivo do chamado Cartão Corporativo, criado pelo decreto 2.809/98 e instituído a partir de 2001, em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga ao processo licitatório”.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –

Para encaminhar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Agradeço. Para encaminhar, pelo bloco, é isso? Pelo bloco PTC.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – PMDB.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – PMDB, PT, PP, PR, PTB, PSC e PT do B, o Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sra. Presidente, nós concordamos com o Requerimento da convocação, mostrando que realmente—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nós já estabelecemos, desde a primeira votação, que nós fazemos o convite e que, se for necessário, depois—

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Tá. Nós somos plenamente favoráveis ao convite, dando uma demonstração de que a base do Governo aqui composta, ao contrário do que se fala, nós queremos investigar e aprofundar os assuntos referentes aos Cartões Corporativos. Nós só não vamos aceitar excessos e pessoas que não há necessidade de virem para essa CPI, a não ser o movimento político. Portanto, nós concordamos com a convocação... Com o convite do Ministro Orlando Silva para vir a esta CPI. Só não concordamos a forma que está sendo feito o Requerimento, que já está demonstrando os excessos e os abusos. Eu acho que esses excessos e esses abusos vão ser demonstrados aqui, no decorrer dos nossos trabalhos. Portanto, eu gostaria de salientar—

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Para contraditar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – E gostaria... Excelência, contradita só cabe, se não me engano, no Regimento, quando é questão de ordem. Portanto, nós encaminhamos favorável ao convite do Ministro Orlando Silva, para que possa vir a essa CPI.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Pela ordem, Deputado Vic e Deputado Marconi Perillo. Senador Marconi Perillo, me desculpe.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu tenho muito orgulho de ser confundido com o Deputado Vic, mas sou o Deputado Indio.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, só para deixar claro, não há nenhum tipo de

perseguição aqui. O Deputado que encaminhou não percebeu que isso aqui está entre aspas, portanto, foi retirado do texto original da CPMI. A CPMI, quando foi aprovada, e por isso nós tiramos aqui, Deputado... Como é o nome do Deputado? Deputado Carlos Willian, só para registrar, não há nenhum tipo de perseguição por parte dos Democratas, pelo contrário. Esse texto está entre aspas e foi retirado do texto original da CPMI. Só para deixar claro, ele está em todos os nossos Requerimentos e não porque nós estamos perseguindo, mas que nós estamos nos atendo ao texto que foi aprovado pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Ok. É isso que nós esperamos e compreendemos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Para, rapidamente, encaminhar o meu Requerimento, apenas informando que nós estamos solicitando algumas informações, que deverão ser prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro Orlando Silva durante essa oitiva, essa audiência.

Primeiro, em relação aos aspectos gerais dos programas... Do programa dos Cartões Corporativos, fundamentação, base, parâmetros adotados nos gastos, demonstrativos sobre critérios adotados para concessão e controle do uso dos cartões anteriormente; providências adotadas pelo Ministério diante das denúncias do uso irregular do cartão no Poder Executivo; cópia do relatório mensal dos gastos apresentando o detalhamento das faturas relativas aos anos de 2006/2007; dados que comprovem a idoneidade, a experiência e a efetiva capacidade técnica e funcional do controle do programa, ora objeto de investigação por esta Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, da qual sou membro titular. São esses os motivos que me levaram a apresentar esse Requerimento. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para esclarecimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – E ao último inscrito, pelo menos, até agora, para questão de ordem, é o Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, nós estamos votando, não é em bloco, mas nós estamos aproveitando o Requerimento de vários Deputados que convidam ou convocam a mesma autoridade. Mas, no caso desse Requerimento, defendido pelo Senador Marconi Perillo,

há não só convocação, mas também há solicitação de informações. Então, eu acho que, nesse caso, esse Requerimento, em particular, deveria ser separado e apreciado de forma diferente. Os Requerimentos de convocação e o convite apenas, é uma coisa; de convite e de pedido de formação de dados que, a nosso ver, são sigilosos ao Presidente da República, é outra completamente diferente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sim. O Requerimento do Senador Marconi Perillo vai ser lido nas duas formas. Nós estamos aqui fazendo o convite. Porque o que vale é o que está aqui na frente. Aqui na frente, nós temos aqui, requer o convite ao Ministro Orlando. E, depois, ele vai ser lido na hora das informações.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – É porque ele fez a justificativa de tudo, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É porque ele fez a justificativa. Mas o que está valendo é o que nós estamos determinando aqui–

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Eu agradeço, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Manato, questão de ordem.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Muito obrigado. Primeiramente, eu gostaria de comunicar a V. Exa. que, em comum acordo com o nobre Deputado Silvío Costa, eu fui eleito o líder do bloco PSB, PDT... Então, apoiado pelo nobre colega. E gostaria de relatar também para a senhora, só para registrar, que nos Requerimentos 02, 04 e 05, eu também fiz o mesmo Requerimento e foi aprovado e a gente também participou desse... E terceiro, nesse Requerimento, nós concordamos plenamente, acreditamos que o convite é salutar, o Ministro está à disposição para vir prestar os esclarecimentos e já tomou até posições de previamente ter devolvido o dinheiro para, depois que se julgar e achar que tem alguma necessidade, assim, ter a restituição. Então, nós somos favoráveis ao Requerimento de convite do Ministro. Muito obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Manato. Portanto, vou colocar em votação o convite ao Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte, para vir a esta Comissão. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Passamos ao terceiro Requerimento desse bloco. Requer a convocação do Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Foram signatários o Senador... O Deputado, está errado aqui,

o Deputado Índio da Costa, Deputado Vic... 50, Senador Marconi Perillo, 98... 98...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Maurício Quintella.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Maurício Quintella. 108, Deputado Luiz Sérgio. 136, Senador José Nery e 141... Deputado Augusto Carvalho. Portanto, eu peço aos Deputados, ou Índio da Costa ou Deputado Vic, que façam a leitura do convite ao Sr. Altemir Gregolin.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Requerimento 14/08, solicita a convocação, que por acordo foi transformada aqui em convite, do Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, para prestar depoimento nesta CPMI. “Sra. Presidente, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, concomitante ao art. 2º da lei nº. 1.579, de 18 de março de 1952, requeremos a convocação do Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, para prestar depoimento nesta CPMI, criada “de acordo com aquilo que foi aprovado pelo Congresso Nacional, para apurar, no âmbito do Governo Federal, possíveis casos de uso abusivo do chamado Cartão Corporativo, criado pelo decreto 2.809/98, e instituído a partir de 2001, em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga ao processo licitatório”.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Os autores do Requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só uma sugestão...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de ordem? Senador Alvaro. Questão de ordem, Senador Alvaro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas para economia processual, eu creio que nós poderíamos dispensar a leitura dos Requerimentos porque todos nós temos acesso ao texto desses Requerimentos. Então, seria uma economia de tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Alvaro, nós já acertamos isso e estamos lendo só a cabeça da solicitação, sem a justificativa, para não atrasar. V. Exa. tem razão. Portanto, eu quero aqui colocar os signatários dos Requerimentos ou os que falarem pela bancada, palavra dada, Deputado...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Para encaminhar, pelo PR, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Sra. Presidente, Srs. Deputados. Olha, o PR é um partido da base do Governo, mas acho fundamental a presença do Ministro Altemir Gregolin, Secretário Nacional de Pesca e Aquicultura; o Ministro teve seu nome envolvido nos supostos abusos de gastos com Cartão Corporativo por conta de uma matéria da Revista Época, dizendo que ele teria gasto 70 reais em uma Choperia em Ribeirão Preto, Choperia Pingüim. Essa semana... E é importante que ele venha aqui para tratar do assunto. Essa semana, o Ministro Jorge Hage, no *blog* do Josias de Souza, ele coloca a importância de se esclarecer esses fatos narrados pela imprensa porque não foram alvos da devida apuração, e ele aqui elenca 11 erros crassos cometidos pela imprensa. E um desses erros se trata justamente dessa despesa feita pelo Ministro Gregolin, isso já foi alvo, inclusive... Presidente, já foi alvo, inclusive, de apuração da própria CGU, que diz que: “Entre as supostas irregularidades praticadas pelo Ministro Altemir Gregolin, mencionou-se um gasto de R\$70,00, feito na Choperia Pingüim, em Ribeirão Preto. Varejando as notas da prestação de contas, a CGU verificou o que o cartão pagou uma refeição do Ministro, não há no documento menção à bebida alcoólica. Perscrutando a agenda de Gregolin, verificou-se que teve compromisso oficial na cidade no dia em que comeu na Choperia mais famosa de Ribeirão Preto”, ou seja, não houve, nesse caso, nenhum desrespeito à Legislação do Cartão Corporativo. Por isso que é importante a presença do Ministro aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado. Para encaminhar, pelo bloco, o Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sra. Presidente, para a senhora ver, a base já está aqui aprovando Requerimento, diga-se, da oposição, de dois... Uma ex-Ministra e um atual Ministro. Eu gostaria de fazer uma proposta de que não adianta nós convocarmos as autoridades somente se nós não tivermos documentos para podermos analisar e termos base em que nós vamos questionar porque, vamos supor, a convocação do Ministro da Pesca e do outro Ministro e o ex-Ministro, até o presente momento, foram baseados em matérias de jornais. Mesmo que pese a importância da imprensa, e que eu considero como braço direito dessa Casa Legislativa, eu acho que nós temos, Sra. Presidente, senhor Relator, que avançarmos mais nos Requerimentos de documentos para que nós possamos estar embasados, inclusive, em que é que nós vamos questionar.

Portanto, a base governista não tem nada contra a convocação do Ministro da Pesca, Altemir. O que eu proponho a este Plenário, e peço até, se possível, a suspensão dessa discussão, é para que nós possamos avançar um pouco na convocação, ou seja, no Requerimento de documentos. E eu volto depois, se não concordarem, eu gostaria de voltar a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu agradeço, Deputado Carlos Willian, os próximos Requerimentos já estão marcados, serão todos de informação. Mas, como esses três eram os Requerimentos que tinham maior número de solicitações, nós achamos por bem votá-los, complementando aqueles cinco que nós já tínhamos discutido ontem. A partir de agora, serão os de informação porque, realmente, se não tivermos os dados, fica difícil. V. Exa. tem toda a razão e a sua sugestão está acatada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Portanto, então, para encaminhar, então—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Portanto, eu vou primeiro encaminhar a votação do convite feito ao Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca para vir a esta Comissão. Aqueles... Para encaminhar, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A base governista, Sra. Presidente, mais uma vez, dando uma demonstração de que nós queremos modernizar, acertar, e até mesmo investigar os Cartões Corporativos, nós encaminhamos favorável à convocação.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Sra. Presidente, para encaminhar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A senhora me desculpe, porque está escrito—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar, Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – O bloco PDT também, PSB, PMDB também, nós concordamos e acreditamos que isso faz parte da transparência dessa CPI. Muito obrigado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sra. Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Alguém mais para encaminhar?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Apenas para concordar com a sugestão de encaminhamento, eu já encaminho uma sugestão, indagar ao Ministro, se o chopp ao menos estava gelado, Sra. Presidente.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado. Passamos, então, à votação. Aqueles que concordam com o convite ao Ministro Gregolin, permaneçam como se acham. Aprovado. Vai o convite. E, portanto, agora, nós passamos a discutir, seguindo também a sugestão do Deputado Carlos Willian, e era o objetivo dessa Mesa, as questões de informação. Portanto, gostaria que V. Exas. acompanhassem o item 16. O item 16 requer informações sobre os possíveis casos abusivos—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – —Do Cartão Corporativo, de autoria dos Deputados Indio da Costa e Deputado Vic Pires Franco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu já estou passando a palavra ao Deputado Vic Pires para a leitura desse Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente, antes de fazer a leitura, eu gostaria de fazer uma indagação a V. Exa. o porquê de a senhora ter pulado os itens 06, 07, 08 e 09, que há uma prece-dência sobre esses Requerimentos que já estão lá no 16. Aproveitar essa boa vontade da base do Governo, segundo o Deputado Carlos Willian, quer trazer todo mundo, e começar a votar a Ministra Dilma Rouseff.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu quero dizer a V. Exa. que é uma prerrogativa dessa Mesa também a organização dos itens. Todos serão votados. Mas nós fizemos uma organização. Os três que tinham maior número de solici-tações, e que deram origem a essa CPMI, que foram os três Ministros e, a partir daí, votar um bloco, agora, de informações. Isso não quer dizer, em absoluto, que todos não serão votados.

Portanto, se der ainda, eu quero votar todos hoje, os 149, se tivermos condições de fazê-lo. Portanto, essas considerações da Mesa, e eu queria passar a palavra a V. Exa. para a leitura do Requerimento de informações.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Presidente, não sendo insistente, mais uma vez, eu lhe pergunto: Quando a senhora vai colocar o Reque-rimento nº. 06, da Ministra Dilma Rouseff?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Se possível, hoje ainda.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Esse Requerimento aqui, de nº. 16, que requer in-formações, eu gostaria de dividi-lo com o Deputado

Carlos Sampaio, que também tem os Requerimentos nº. 61, 62, 65, 69, 70, que versam sobre o mesmo as-sunto. E eu gostaria que o Deputado Carlos Sampaio fizesse o encaminhamento, se possível, se a Presi-dente autorizar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Completamente. Deputado Carlos Sampaio, para o encaminhamento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sra. Presidente, senhores membros dessa Comissão, eu agradeço inicialmente a gentileza aí do Deputado Vic, ao aferir que nossos Requerimentos de nº. 61, 62, 65 e 66, 69 e 70, possuem idêntico teor, eu diria, com acréscimo de indagações importantes, porque são in-dagações que foram feitas pela própria Procuradoria da República, quando solicitou ao Tribunal de Contas informações específicas sobre os Cartões Corporativos. Por isso eu, em havendo a possibilidade, eu solicitaria aos nobres pares que, obviamente, individualmente, mas aprovássemos os Requerimentos 61, 62, 65, 66, 69 e 70, que, aliás, reputo sejam de fundamental im-portância para aquilo que colocou o Deputado Carlos Willian, que eu concordo com ele, que é a obtenção de informações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu queria só que V. Exa. repe-tisse os itens. 61...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – 62, 65 e 66, e 69 e 70.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sra. Presidente, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Questão de ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pela ordem. E depois os Depu-tados Paulo Teixeira e Senador Demóstenes.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sra. Presidente, veja vem, olhe o texto aqui do Reque-rimento, porque a gente também não pode ficar tentan-do levar problemas para o Poder Executivo. **Veja** bem, o texto: “Requer informações sobre possíveis casos de uso abusivo do chamado Cartão Corporativo, em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga do processo licitatório”. **Veja**, são 11 mil Cartões Cor-porativos. Primeiro, esse Requerimento é para pegar toda essa informação a partir de quando? De quando foi criado o Cartão Corporativo, em 98?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 2001.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Não... Bom, em 2001, mas quem criou foi Paulo Paiva, em 22 de outubro de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu quero informar a V. Exa. que essa CPMI foi criada para investigar desde a abertura, da criação do cartão, até agora.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Tudo bem. Mas minha pergunta é a seguinte: São 11 mil Cartões Corporativos. Este Requerimento diz assim: “Onde houver possíveis mau uso do cartão”. Eu estou, por exemplo, sou um Ministro. Como é que eu vou começar a responder esse Requerimento? A gente não pode mandar Requerimento que o Poder Executivo não tenha nem como começar. Sinceramente, eu queria entender, dos autores do Requerimento, o que efetivamente eles querem. Nós não podemos aprovar um Requerimento sem pé nem cabeça.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente, eu posso responder–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu gostaria–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – –Como autor do Requerimento, ao Deputado Silvio?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pode responder.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Por favor. O que está aqui, nesse espelho feito pela nossa Comissão, não necessariamente é o que está no nosso Requerimento. Se V. Exa. ler o Requerimento, o nosso Requerimento, V. Exa. vai ler lá, no “A”: “o quantitativo de cartões de pagamento do Governo Federal, expedidos desde 2002, Fernando Henrique Cardoso, para a Presidência da República, incluindo todas as unidades gestoras”. B) O nome dos respectivos portadores e seus CPFs. C) A unidade gestora a que pertence cada um dos portadores do CPGF. D) O limite utilizado por mês para os cartões dos referidos portadores, tanto na modalidade crédito, quanto na modalidade saque em dinheiro. E) O detalhamento dos gastos de cada um desses cartões, mês a mês, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso. F) Cópia de todas as notas fiscais das compras efetuadas com eles”.

Deputado Silvio, aqui, do Democratas, não tem essa história de “me belisca, que eu te belisco”. Nós queremos investigar tudo, Fernando Henrique, Lula, seja lá quem for. E acho que todos aqui. Então, se V. Exa. ler, com certeza, V. Exa. vai concordar com o Requerimento e nós vamos aprovar. Obrigado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Deputado Vic, só queria um aparte de V. Exa.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu queria uma questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Para contraditar e encerra a discussão, passo depois a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Senadora, só para registrar, que eu faço um apelo a oposição de parar com esse discurso que querem investigar tudo. A gente também quer. Então, esse discurso não cabe. Todo mundo quer investigar tudo. Então, não é prerrogativa do DEM querer colocar o PSDB e o PT como que não queiram, e a base do Governo, que não queira. Então, vamos parar com esse discurso, que todo mundo quer. Agora, sinceramente, este Requerimento aqui, eu preciso dizer uma coisa aqui. O nome dos respectivos portadores e seus números de CPF. Vamos lá: São 11 mil cartões. 11 mil cartões. A gente está falando de 11 mil cartões. A unidade gestora a que pertence cada um dos portadores dos cartões. O limite disponibilizado por mês. Em suma, isso é um trabalho, se eu não me engano, de seis meses. Isso é o tipo do Requerimento que oposição faz, eu já fui Vereador e Deputado Estadual, se tem uma coisa que a gente usa para complicar o Poder Executivo, é pedido de informação. Esse é um Requerimento que eu vejo que tem um erro de ineficácia, do ponto de vista da... Então, sinceramente, aprovar, depois vai cobrar que não teve tempo de responder isso. Sinceramente, é um exagero esse Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu agradeço. Deputado Paulo Teixeira...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, para encaminhar–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo Teixeira. Questão de ordem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, questão de ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Questão de ordem, dentro do Regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem, Presidente, em relação ao uso da palavra. Eu não sei em que fase nós estamos agora, se é na fase de encaminhamento, se é de debate, porque essa questão de “pela ordem”, o Deputado Nilson Mourão ontem fez essa intervenção, eu queria ratificar essa

intervenção, porque o “pela ordem” é o “fura-fila” e passa-se a você ter um debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Questão de ordem, eu perguntei a V. Exa. se o senhor tinha o item do Regimento que o senhor gostaria de colocar aqui—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É pelo uso da palavra. Eu estou perguntando em que base regimental o Deputado Silvio Torres está fazendo—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Nós estamos aqui no encaminhamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, tá. Então, eu queria me inscrever para encaminhar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Como não? Deputado Paulo—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Encaminhamento não tem aparte, Sra. Presidente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Sra. Presidente—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu queria só pedir a atenção dos meus pares porque essa questão é relevante e esse debate é um debate fundamental, que nós vamos travar aqui nessa Comissão, nesta manhã.

Inicialmente, Presidenta... Inicialmente, é uma questão regimental. Nós não podemos discutir, em globo, esses Requerimentos que foram mencionados aqui pelo Deputado Vic Pires, porque eles são diferentes, distintos e resultam em... E podem ter resultados diferentes, objetivos diferentes, nós temos que votar um a um. Eu quero discutir o 16, que é o que está em votação, colocado pela senhora. O 16, ele propõe o seguinte. Ele propõe pedir todas as contas de 1998 até a presente data. Nós também temos um Requerimento nesta direção, é o Requerimento de nº. 131. É... Não, não, de 98, os últimos 10 anos. O meu é mais amplo que o de vocês porque é da criação. Então, todos nós queremos investigar todos os dois Governos. Então, isso tem acordo entre nós.

O segundo aspecto, Presidenta, é que o Requerimento nosso, ele tem uma exceção. Eu vou justificar por que da exceção, que nós temos que discutir essa exceção. O nosso Requerimento excetua aqueles gastos que sejam... Desde que não sejam gravados de sigilo. E é um outro debate. Então, no nosso Requerimento, nós queremos pedir, é um Requerimento de informação, que pede as contas de 98 à presente data, de Ministros, Secretários de Ministérios, Secretários do Executivo e demais Secretários dos Ministérios, na amplitude dada aqui pelos Requerimentos

de V. Exas. Agora, Presidenta, o aspecto do sigilo, eu quero discutir e vou fazê-lo agora. Por que o aspecto do sigilo eu quero discutir e fazê-lo agora e fazer uma proposta? O aspecto do sigilo—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu gostaria primeiro, senhor Deputado, esse Requerimento 16, salvo melhor juízo, eu queria ouvir aqui os dois signatários, não tratam de questões sigilosas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Tratam sim, senhora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – É informações de—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Olhe o item... Ele pede todas as informações de todos os cartões—

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – É lógico que é sigiloso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – —Da Presidência da República, inclusive os sigilosos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sigiloso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Cópias de todas as notas fiscais de compras efetuadas com eles. Ele estende aos gastos sigilosos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Exa., sugiro ouvir o Relator depois que o Deputado tiver a palavra—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Deputado Carlos Wilson, só um minutinho, que eu não terminei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – É que, desculpem, é que tinha um adendo aqui, que não foi lido por eles—

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Para discutir, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – —Que diz ali: “caso os referidos Requerimentos sejam...” Exato.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então, Presidenta—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pode continuar.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu quero discutir os gastos sigilosos. Eu acho que nós temos que ter um tratamento aos gastos sigilosos. Por que um tratamento? Porque esses gastos têm uma previsão Constitucional para eles. Nós temos uma previsão Constitucional, na Constituição Federal de 1998, que é o art. 5º, inciso XXXIII. Diz o seguinte: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de

responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Segundo, Presidenta. Nós temos o decreto lei 267, lei 8443/92, decreto 93.872/86, então, uma gama de Legislação, protegendo os gastos sigilosos.

Eu só peço atenção dos meus pares. A proteção dos gastos sigilosos, portanto, tem uma Legislação rígida; a tramitação desses papéis também uma tramitação rígida; responsabilidade penal para vazamento, destruição de material, cuidados que devam ter. E falo isso porque sou Presidente da Comissão de Documentos Sigilosos da Câmara, em relação às CPIs.

Sra. Presidente, o que é que eu quero discutir aqui? Nós, os documentos sigilosos, eles têm auditoria, eles são auditados pelo Tribunal de Contas, que faz a auditoria em rito especial, de maneira especial. Inclusive, todos aqui têm cópia de como são feitas as auditorias no Tribunal de Contas da União. O que eu quero colocar aqui, senhora Presidenta? O tratamento dos gastos sigilosos, nós somos favoráveis a que todos os gastos aqui feitos, de 98 até a presente data, sejam remetidos para esta CPI. Nós queremos dar um tratamento diferenciado aos gastos sigilosos. Qual é a nossa sugestão, que está aqui em “Requerimentos”? Não votar qualquer Requerimento agora, em relação a gastos sigilosos. 2. Convidar para fazer parte desse debate aqui três autoridades: o Ministro-chefe da ABIN, Paulo Lacerda. Segundo, o General Cardoso, que foi Ministro do então Presidente Fernando Henrique Cardoso; terceiro, o general Félix, que é Ministro do atual Presidente. Vários Senadores e Deputados têm Requerimentos nessa direção.

Portanto, Presidenta, nossa sugestão é: Requeiramos todos, todas as informações, de 98 à presente data, excetuemos os gastos sigilosos e promovamos o debate em relação a essas três autoridades para formar nossa convicção de como tratar os gastos sigilosos. Então, essa é a nossa sugestão a V. Exa. Eu agradeço a sua atenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É um Requerimento que V. Exa. está fazendo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Paulo, Deputado Paulo—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu fiz um Requerimento—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria que V. Exa. colocasse à Mesa.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Está em...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Para discutir, Sra. Presidente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O meu Requerimento, eu já falei, só um minutinho, antes, só atenção aos nossos... Senador Demóstenes, só um minuto, só para responder à Presidenta, eu sempre atendo primeiro as mulheres, depois V. Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então, mas vou atendê-lo rapidamente. Esse Requerimento é o Requerimento de nº. 13... Ou 129, deixa eu só me certificar, Presidenta. 131. É o Requerimento de nº. 131/08. 131/08. Se a senhora quiser, eu posso.... E, depois, ele se combina com outros Requerimentos relacionados ao do general Félix, ao Presidente da ABIN, Delegado Paulo Lacerda, e ao General Cardoso, que era, então, Chefe de Segurança de Assuntos Institucionais do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Vários Deputados, inclusive, V. Exa., Deputado Vic, têm pedido nessa direção. Eu também, nessa direção, só peço o depoimento deles aqui, o convite a eles. Não peço aquelas informações que V. Exa.s pedem, que é o segundo ponto que a gente quer fazer um acordo—

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Para discutir, Sra. Presidente—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – —Aqui sobre como fazer o debate sobre os gastos sigilosos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Me permita, Sra. Presidente. Para discussão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de passar a palavra ao Senador Demóstenes, eu quero dizer que mesmo que nós estejamos aqui lendo os Requerimentos e o Regimento diz que apenas o signatário ou líder do bloco podem encaminhar, como há muitos Requerimentos e vão entrar ainda outros Requerimentos, eu acho que é salutar esta primeira discussão, para que a gente decida alguns itens de como encaminhar o restante dos Requerimentos. Como decidimos aqui através do convite, da convocação, já ficou estabelecido e todos já sabem como é que vai seguir.

Portanto, eu acho de bom alvitre nós discutirmos, mesmo não sendo, não tendo a figura regimental, para que a gente possa decidir, já que muitos dos Requerimentos, quase a maioria, tratam de questões sigilosas.

Portanto, eu queria, antes de passar a palavra ao Senador Demóstenes, refrescar também aqui a nossa memória quanto ao nosso Regimento, no art. 144: “Quanto aos documentos de natureza sigilosa, observar-se-ão, nos trabalhos das Comissões, as seguintes normas: Não será lícito transcrevê-lo, em todo ou em parte, nos pareceres de expediente em curso

sucessivo. Se houver sido encaminhado ao Senado em virtude de Requerimento formulado perante a Comissão, o seu Presidente dele dará conhecimento ao requerente, em particular. Se a matéria..." "O Presidente dará conhecimento ao requerente em particular". Aliás, o Regimento da Câmara é mais duro do que o do Senado nessa questão. "Se a matéria interessar à Comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em Reunião secreta. Se destinado a destruir o estudo de matéria em curso no Senado, será encerrado em maneira de sobrecarta, rubricada pelo Presidente da Comissão, que acompanhará o processo em toda a sua tramitação". 5º: "Quando o parecer contiver matéria de natureza sigilosa, será objeto de cautela descrita no inciso IV. Parágrafo único: A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado de documento de interesse de qualquer Comissão sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei".

Eu quis só ler para dizer que nós temos, nos nossos Regimentos também, além dos decretos que V. Exa. colocou aqui, o nosso Regimento normatiza também essa questão. Para comentar a questão, o Senador Demóstenes. Depois, o Senador Álvaro e, depois, o Deputado Índio e, depois, o Carlos Sampaio. Depois, Nilson Mourão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero concordar, quase que integralmente, com o que disse o nobre Deputado. Realmente, a questão das contas sigilosas, os documentos sigilosos, muitas vezes, até tratam de interesse nacional, de interesse da Segurança Nacional, da segurança pública. Há alguns documentos que, inequivocamente, têm que permanecer em sigilo. Por exemplo, a remuneração a determinados delinquentes, que são informantes da Polícia Federal. Ou um agente infiltrado em organizações criminosas, como as FARC que, uma vez por outra, entram via fronteira brasileira e, naturalmente, que esses cidadãos são remunerados de uma forma não ortodoxa e as contas no mundo inteiro são assim. E os documentos sigilosos, conforme também disse o nobre Deputado, eles têm que ter uma manipulação diferenciada, inclusive, com os Parlamentares que tiverem acesso e desejarem, conforme V. Exa. bem disse, eles serão responsáveis civil e criminalmente por essa manipulação.

Então, concordo integralmente com o que disse V. Exa. Eu só acho que nós devemos, inclusive, quanto à convocação das pessoas apontadas. Só acho que nós devemos fazer logo a aprovação desses documentos e a Presidente, com o nosso nobre Relator e todos nós que teremos acesso, com as cautelas já devidamente explicitadas na Constituição, nas leis que V. Exa., inclusive, mencionou, e no Regimento Interno, que essa

manipulação obedeça, pelos Parlamentares, obedeça naturalmente todos os critérios estabelecidos em lei e, nos Regimentos da Câmara e do Senado, e no Regimento Comum.

Então, não discordando de forma alguma do que disse V. Exa., ao contrário, só acho que nós devemos aprovar já a solicitação, ou melhor, fazer a requisição desses documentos para devida análise, só que aqueles que são públicos, naturalmente, podem ser divulgados e acho que já até estão no Portal da Transparência do Governo. E aqueles que são sigilosos, a manipulação sigilosa, conforme estabelece a lei e o nosso Regimento Interno.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)

– Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Álvaro, informar a todos que essa Presidência vai cumprir todos os ritos e os requisitos necessários a que o sigilo seja preservado... Tanto quando for por meio físico, papel, quanto por meio eletrônico. Decidimos, junto com a Secretaria da Comissão, que, quando for meio físico, papel, nós vamos abrir para os Parlamentares da Comissão, acompanhados sempre de um servidor, que vai ser sempre o mesmo servidor e, após assinar um termo de responsabilidade, que vossa... Alguns de V. Exas. já conhecem porque é o termo de responsabilidade e é um termo tão duro e tão explícito, que o nosso Secretário Dirceu disse que é uma bula de remédio porque tem tudo aqui, inclusive, os efeitos colaterais. Então, há todo um documento que o Parlamentar tem de assinar e o Parlamentar terá acesso, depois de assinar o compromisso com a manutenção do sigilo. Caso o Parlamentar autorizar um servidor a que tenha acesso, um seu servidor que tenha acesso ao seu documento, o procedimento é o mesmo, porque o Parlamentar continuará sendo o responsável por qualquer vazamento de informação. Quando for por meio eletrônico, o Parlamentar também faz a solicitação por escrito, assina o termo de responsabilidade e, então, é fornecida a ele uma senha e, a partir daí, ele vai ter o acesso, num terminal remoto, dentro do cofre; para aqueles que não têm conhecimento, a sala da Comissão tem uma sala-cofre e essa sala, lá dentro, há um computador já disponibilizado, que vai ficar à disposição do Deputado ou do Senador.

A norma vai ser extremamente rígida, vai ter sempre um funcionário acompanhando; não vai ser permitido, portanto, o funcionário que está ali não pode permitir que tire foto nem com celular, é claro, ninguém aqui está dizendo que vai ser revistado porque não vai, mas só a presença do servidor para coibir qualquer tipo de vazamento físico. Isso não invalida que o Deputado ou Senador saia de lá e fale para todo mundo o que tem lá dentro. A discussão verbal é de cada um, agora, a res-

ponsabilidade também é de cada um. Quer dizer, cada um aqui vai ser responsável pelos seus atos. Agora, o que tange à Mesa, nós vamos fazer para que o sigilo seja preservado. Isso eu quero garantir aos senhores. O que tange a nós, agora, o que não for da nossa alçada, aí, eu não posso me responsabilizar.

Portanto, eu quis fazer essa abertura para que todos fiquem sabendo que todas as tratativas já estão sendo tomadas para que tudo que vier por sigilo seja respeitado. Portanto, eu passo agora a palavra ao Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sra. Presidente, até poderia dispensar a minha intervenção, já que, ao final da dele, o Senador Demóstenes colocou o ponto que eu gostaria de enfatizar. Mas eu vou reiterar. Eu acho que o essencial na CPI é chegar às informações sigilosas. O restante está no Portal. A imprensa já tem acesso. O trabalho dessa CPI deve priorizar acesso às informações sigilosas. Nós temos essas prerrogativas, todos conhecemos a nossa responsabilidade em relação à preservação do sigilo aqui, tanto em Requerimentos de informações que formulamos constantemente em algumas áreas do Governo que exigem o sigilo, quanto nas investigações da própria CPI.

Portanto, não concordo também, e é isso que eu quero enfatizar, com uma estratégia de protelação desses Requerimentos que dizem respeito a informações sigilosas. Ao contrário, nós devemos estabelecer um critério de prioridades e a prioridade número um deve ser exatamente propor o acesso da CPI às informações que são sigilosas. Essa CPI só será bem sucedida se realmente ela puder avaliar o comportamento da autoridade no uso do Cartão Corporativo, quando se trata de sigilo imposto por normas discutíveis, mas imposto por estas normas. É discutível a questão da Segurança Nacional, segurança da sociedade, mas é a justificativa que se apresenta para o sigilo.

Portanto, a CPI será bem sucedida ou não na proporção do que ela conseguir de acesso relativamente àquelas informações que são, até agora, consideradas sigilosas. Agora, uma CPI existe para revelar e não para esconder. Então, é evidente que será impossível e, olha, felizmente não cairá a República com a revelação das informações que consideram sigilosas hoje. Não tenho receio nenhum. A República não cairá, não será abalada, as instituições públicas não estarão comprometidas, certamente... Algumas pessoas podem até estarem comprometidas ao final, não a instituição. E nós saberemos distinguir bem as pessoas da instituição.

Portanto, ao final, Sra. Presidente, o apelo que nós fazemos, na esteira do que já propôs o Senador

Demóstenes, é exatamente estabelecer prioridades em relação a essas questões e não empurrar para o final. Acho que, independentemente de estarmos ouvindo autoridades, nós podemos, sim, deliberar sobre esses Requerimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Alvaro. Deputado Vic e, depois, Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente, eu não pedi a palavra.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Fui eu. Não, fui eu, que tenho muito orgulho de ser confundido aqui com o Deputado Vic, mas...

[risos].

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Só para registrar o seguinte, Sra. Presidente, na realidade, o que o Deputado Paulo Teixeira está falando são dois assuntos diferentes, e o Requerimento dele nada tem haver com o nosso Requerimento. Nosso Requerimento está focado naquilo que é o objeto dessa CPI. O Requerimento dele está, na realidade, tentando levantar aqui informações relativas aos suprimentos de fundos que, aliás, o Governo atual gastou muito mais suprimentos de fundos do que no cartão de crédito.

Quero registrar que nós não temos aqui nenhum problema em relação a que sejam levantadas as informações dos últimos 10, 15, 20, 30 anos dos suprimentos de fundos do Governo Federal. No entanto, a nossa requisição aqui é justamente focada no que é objeto dessa CPI, que são os Cartões Corporativos, versa, a partir de 2002, porque, em 2001, é que começou a funcionar o cartão e quase não houve gasto nenhum. E, a partir de 2002, há o que o Deputado Silvío, talvez, não esteja informado, há isso tudo em meio digital; leva apenas 30 minutos para o servidor público nos encaminhar, se for do interesse do Governo não protelar essas informações, em meio digital. E é claro que aquilo que são as informações sigilosas o Governo e a CPMI darão o tratamento necessário para as informações sigilosas. Quer dizer, ninguém está querendo expor o Governo irresponsavelmente. Agora, muitas informações que estão sendo ditas como sigilosas nós já temos que não são sigilosas.

E, só para registrar no final, dizer o seguinte, Sra. Presidente, faturas do Governo e nota fiscal não são, de forma alguma, documentos sigilosos. Portanto, as notas fiscais encaminhadas pelos comerciantes, enfim, quem quer que seja, que o Governo tenha gasto seu dinheiro, não são documentos sigilosos e estão nos processos, lá, tanto dos servidores públicos como também da Presidência da República.

Então, só para deixar isso claro, quer dizer, o nosso Requerimento aqui está focado no objeto da

CPI e vem de 2002 para cá, porque tem ponto um: meio digital. E ponto dois: os cartões, de fato, em funcionamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado Índio. Deputado Carlos Sampaio e depois Deputado Nilson.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sra. Presidente, eu concordo na íntegra com o que fora dito pelo Senador Alvaro Dias, com as preocupações também colocadas pelo Senador Demóstenes. Sei da preocupação saudável do Deputado Paulo Teixeira, mas gostaria de ponderar com ele que, em razão do poder jurisdicional que temos, uma vez que essa CPI tem poder de requisição, tem poder de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, não haveria necessidade da oitiva dessas pessoas que iriam falar sobre a importância do sigilo.

Essa importância todos nós sabemos e temos. Tanto, que formulei 20 Requerimentos e nenhum deles de quebra de sigilo, com essa preocupação. Sempre me referindo à transferência do sigilo para fins de compartilhamento e análise. Quando se transfere o sigilo para fins de compartilhamento e de análise, os membros individualmente na sala do cofre, ou seja, por meio magnético, seja no papel, terão acesso individualmente com o funcionário, com o servidor e, portanto, não se está falando em quebra do sigilo, em se tornar público aquilo que deveria ser, como disse o Senador Alvaro Dias, seja por leis questionáveis ou não, deveria ser sigiloso.

Então, essa preocupação, Deputado Paulo Teixeira, é uma preocupação de todos nós, e reitero, a transferência de sigilos, para fins de compartilhamento, não pode ser confundida com a quebra de sigilo com a qual concordo com o Deputado Paulo Teixeira, não deva ocorrer neste momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio. Deputado Nilson, depois, Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Presidente, eu gostaria de me manifestar com toda a clareza sobre essa questão. O que está em debate, o objetivo real, concreto desse Requerimento é buscar os gastos sigilosos da Presidência da República. Esse é o ponto. Temos que ser sinceros conosco aqui. As garantias e as cautelas que V. Exa. leu, o rigor e novas garantias que a senhora acrescentou, através das sugestões da sua equipe técnica, são excelentes. Mas, nós sabemos, Presidente, que essa não é, não vai ser e nunca foi a realidade das CPIs aqui nesta Casa. Os documentos vazam, ninguém sabe como, certamente são os espíritos que “entram dentro” do cofre e vazam antes de

qualquer manipulação. Ninguém sabe, ninguém se responsabiliza, a imprensa publica e fica por isso mesmo. Esses são os fatos reais, que têm ocorrido nas CPIs que se instalaram aqui nesta Casa, como ocorreu na CPI do Banestado e na CPI do Mensalão. Os documentos eram vazados antes, sequer, que a Comissão tivesse conhecimento. Ninguém sabe qual foi o funcionário do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, ninguém sabe como é que o jornalista teve acesso a esse documento e, ao final, o documento estava publicado em todos os jornais. Esses são fatos.

Por isso, Sra. Presidente, esse documento, esse Requerimento deve ser derrotado. Nós... A base do Governo deve derrotá-lo e seguirmos a orientação que nos foi dada pelo Deputado Paulo Teixeira. Devemos ouvir, Sra. Presidente, aquelas autoridades que ele mencionou para que possamos fazer aqui um debate sincero, claro, sobre isso e a partir daí tomarmos um rumo e um encaminhamento.

Por último, Sra. Presidente, com todo o respeito que eu tenho pelo ilustre Senador Alvaro Dias, que argumentou da importância da divulgação desses documentos, seria bom, Senador, que V. Exa. desse bom exemplo, tornasse público todos os documentos relativos ao período que V. Exa. foi Governador do Paraná, os gastos secretos que V. Exa. tinha, os gastos sigilosos que V. Exa. tinha no Governo do Paraná, torne público. Traga as notas fiscais, ano a ano, todos os gastos, porque V. Exa. estaria dando um bom exemplo. Muito obrigado, senhora Presidenta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – No art. 14.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Art. 14, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu quero autorizar o Deputado a visitar os documentos todos; não havia gasto secreto algum, não havia gasto sigiloso nenhum. Quando fui Governador, não havia gasto. E V. Exa. pode investigar sim.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Torne público.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Se desejar...

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Torne público, Senador. Torne público.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu não sou detentor da posse desses documentos.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Não... Os documentos estão aí, a Secretaria deve ter cópia. Dizer tudo que foi gasto naquele período que V. Exa. gastou.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu estou autorizando V. Exa... V. Exa. pode recorrer ao Governador.

dor atual do Paraná, que é o Governador Requião. E solicitar a ele que disponibilize todos os documentos do meu tempo. É evidente que não foi isso que eu afirmei aqui antes, não é. Eu não disse que quero—

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – V. Exa. tornou público no período em que era Governador?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sra. Presidente, eu gostaria de—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu gostaria de permanecer a palavra com o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É... Eu não vou agora discutir o meu Governo, que faz muito tempo, mas foi um Governo absolutamente transparente e nunca foi questionado, sob esse ponto de vista. Nunca foi questionado sobre o uso de Cartões Corporativos, sobre relação de promiscuidade de Executivo com o Legislativo, nunca houve questionamento algum e, como consequência do meu Governo, não restou sequer uma ação judicial que o questionasse sobre postura ética. Ao contrário, todas as palavras dirigidas em relação ao meu Governo foram palavras que consagraram a sua postura ética, como exemplo de comportamento de austeridade, de honestidade e de ética e de respeito ao dinheiro público. Quanto a isso, não há nenhuma dúvida. Agora, o que eu disse anteriormente aqui não foi que nós devemos buscar os documentos sigilosos do Governo e expor em rede nacional de televisão e distribuir a todos os jornais do país.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Mas é isso que ocorre—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O que eu disse aqui é que nós conhecemos a nossa responsabilidade em relação à preservação do sigilo. E o que nós defendemos, tanto quanto defende o Deputado Carlos Sampaio, que brilhantemente expôs a tese aqui anteriormente, é que nós solicitamos não a quebra do sigilo; nós solicitamos a transferência do sigilo, acreditando na responsabilidade de cada um dos integrantes dessa Comissão.

E disse, afinal, que mesmo que ocorra vazamento aqui ou acolá, certamente não derrubará a República, nem mesmo o Presidente Lula. E não abalará as instituições públicas do país porque isso realmente ocorre em CPIs, nós não necessitamos da falsidade para sustentar as nossas teses. Eventualmente, é possível que vaze uma ou outra informação, mas isso não coloca em risco. Aliás, são os riscos próprios da democracia e da transparência que se propõem. Quem deseja à administração pública transparência tem que correr esse tipo de risco. E, certamente, um Governo sério não tem receio de correr esse risco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu quero agradecer ao Senador Álvaro e lembrar a todos os Srs. Deputados e Senadores o art. 146 do nosso Regimento, que diz o seguinte: “Não se admitirá Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matérias pertinentes: 1, 2, 3, dos Estados”. Então, essa questão Estadual não entra na discussão aqui da nossa Comissão. E eu quero lembrar também que, desde a Comissão do... Desde a CPI dos Sanguessugas, que foi presidida pelo Deputado Antônio Carlos Biscaia, do PT, desde essa Comissão os procedimentos sigilosos estão sendo mantidos e, desde então, nós temos muito menos problemas de que o sigilo seja transferido ou seja de domínio público.

Portanto, a gente vai manter essas propostas que vieram desde a Presidência da CPI das Sanguessugas, para que a gente possa aperfeiçoar, ser um pouquinho mais rígido ainda, para que essas questões não aconteçam. Passo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa questão relativa a sigilo, acho que primeiro nós não podemos aqui ficar num processo meio de ping-pong, desse ou daquele Governo. Nós não estamos discutindo o tema sigilo; sigilo do Governo Lula, sigilo do Governo Fernando Henrique. Nós estamos discutindo uma matéria referente e uma matéria que... Do Estado Brasileiro. E, numa matéria referente ao Estado Brasileiro, eu acho que realmente precisamos ter um processo minimamente de cautela. Nós não podemos aqui, num exemplo bem simples, pegar o CPF de todos aqueles que têm Cartão Corporativo e, vamos pegar aqui o CPF também de alguns agentes da ABIN, e ter conhecimento, certamente, muitos desses funcionários públicos, ao aceitarem essa tarefa, aceitaram essa tarefa no pressuposto de que o seu trabalho seria um trabalho que o preceito Constitucional estava garantindo a eles o direito de poderem não ser, amanhã, estar passando na rua e um dizer, ali está um araponga, ali está um agente da ABIN.

Então, eu acho que não dá para colocar os carros na frente dos bois. Desde o primeiro momento do convite para ser Relator dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, eu afirmava que, no que se refere... No que se refere aos dados sigilosos, nós deveríamos preceder, nesta Comissão, de um debate. E este debate nós deveríamos convidar autoridades que são conhecedoras do assunto, que é preciso ter humildade, não sou um especialista na área de segurança. E, se eles nos convencerem de que esses dados sigilosos são importantes, que sejam mantidos em sigilo, nós poderemos decidir por mantê-los, de forma sigilosa. Se não forem, não tiverem a capacidade de nos con-

vencer, então, vamos tomar outros caminhos. Agora, desde o primeiro momento, antes de se ter o debate acerca deste tema, que é um tema de fundamental interesse do Estado Brasileiro, tomarmos a iniciativa de transferência de dados para esta Comissão, quando todos nós temos certezas absolutas, que nenhum de nós aqui acreditamos que esse material consiga permanecer de forma sigilosa, eu acho que nós estaremos atropelando, sem necessidade, o debate.

Eu até não proporia a rejeição do Requerimento, mas eu proporia que nós pudéssemos realizar um debate com o representante da ABIN, com o general Félix, com o general Cardoso ou uma outra pessoa que pudesse ser sugerida por esta Comissão, faríamos um debate acerca da importância ou não de se manter dados sigilosos e, aí, nós poderíamos tomar uma decisão, mas já alicerçada num debate amplo, democrático, aberto e eu acho que seria o melhor para esta Comissão porque também não seria, a meu ver, de um bom resultado para esta Comissão, se dados dessa ordem e dessa grandeza se tornassem públicos e, já no outro dia, pessoas de amplo conhecimento do setor de segurança a nos condenar de termos cometido uma brutalidade no que se refere a matérias de interesse do Estado.

Quero aqui frisar, nós, nessa CPI, e até fazer um apelo aos pares, que nós... Não nos guiassem aqui por um processo de disputa se é esse ou aquele Governo, não se trata desse ou daquele Governo, se trata de uma matéria que interessa ao Estado Brasileiro e que compreende-se num espaço de tempo em que tivemos dois, um e temos um outro Presidente da República. Mas essa matéria é uma matéria de interesse do Estado e, sendo interesse do Estado, eu acho que a postura mais responsável seria a postura de primeiro antecedermos de um amplo debate acerca deste tema, que tem levantado inquietações de ambos os lados, de Parlamentares de ambas as siglas partidárias. Mas eu acho que seria um bom momento e uma boa contribuição desta Comissão à sociedade brasileira o debate democrático, amplo, direto, aberto, acerca da questão sigilo, da questão segurança, para que ficasse muito claro para a sociedade brasileira, até porque é o primeiro momento que a sociedade está debatendo esse tema.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Para discutir, Sr. Presidente. Sr. Presidente, para discutir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, nós estamos num processo de encaminhamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem uma lista.

(troca de presidência.)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Senador Demóstenes...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem uma lista para encaminhamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Tem Deputados inscritos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Eu vou passar a palavra aqui para o próximo inscrito, Deputado Maurício Quintella Lessa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)
– Me inscreva...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Pois não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Senhor Presidente, com todo o respeito à opinião do Senador Alvaro Dias, tenho por ele... Eu quero discordar aqui dos supostos objetivos dessa CPI. Eu acho que essa CPI não tem por objetivo investigar gastos sigilosos do Governo, principalmente na instituição da Presidência da República. Esses gastos sigilosos, esse sigilo, ele é imprescindível, não só à sociedade, mas ao Estado Brasileiro também. Eu acho que essa CPI tem que investigar o atacado dos gastos do Cartão Corporativo, tem que, obviamente, apurar os excessos que foram cometidos à margem da lei, da norma que hoje rege os Cartões Corporativos e também as contas tipo B. E aqui, no final, caminhar para uma redefinição desse marco legal.

Essa CPI vai precisar, antes de aprovar esse tipo de Requerimento, que ataca o sigilo de gastos, por exemplo, da Presidência da República, nós temos que trazer esse debate aqui. Até onde essa CPI pode e até onde essa CPI deve ir, no caso da preservação desses dados. Agora mesmo, em relação a isso, dois Ministros do STF, interpretando a Constituição Brasileira, disseram que o sigilo, ele não é... Aliás, a publicidade desses gastos, dos gastos do serviço público, ela não é absoluta não. Ela tem que ser respeitada e diz aqui o art. 5º, na Constituição Federal: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo geral, que são prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Portanto, Sra. Presidente, eu acho que a pressa é inimiga da perfeição e também da prudência. Nós estamos no início de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu acho muito mais prudente essa Comissão aprovar o Requerimento do Deputado Paulo

Teixeira, que requer todo o tipo de informação que é necessária a esse início de investigação e preserva o sigilo nesse momento, para que a gente possa avançar nesse debate com mais responsabilidade. Por isso que o PR encaminha, em relação a esse Requerimento, o voto em contrário.

(troca de presidência.).

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu quero agradecer e quero dizer a todos os senhores e senhoras que estão encerradas as inscrições para comentar este assunto e lembrando que, mesmo estando no encaminhamento de um Requerimento, eu abri a discussão para que a gente, de uma vez por todas, espero, podemos voltar, se for o caso, mas que a gente tome o rumo a respeito disso, porque os próximos Requerimentos vão tratar também de sigilo. Assim, nós debateríamos e acharíamos, pelo menos, já o norte. E, aí, cada Deputado e Senador vai votar de acordo com a sua consciência, ou aprova ou rejeita o Requerimento. Mas, pelo menos, as pessoas que foram inscritas já estão inscritas e encerrada a—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – —Encerrada a discussão a respeito desse assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar. Vamos seguir a lista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Antes de encaminhamentos, não estamos ainda na fase, eu quero ouvir ainda aqueles que pediram a palavra. O Deputado... Os que estão inscritos e que vão ter o uso da palavra. O Deputado Marcelo Guimarães, Deputado Augusto Carvalho, Senador João Pedro, Senador Marconi Perillo e, para encerrar, Senador Demóstenes, que são os que estão inscritos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma informação—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Ah, desculpe. Senador... Deputado Paulo Teixeira é o primeiro, depois... Você me desculpe—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para esclarecimento só, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Para esclarecimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para esclarecimento. Isso é um Requerimento. Ele... A senhora informou ontem que, regimentalmente, ele não estaria sujeito à discussão, apenas o autor e, então, só o encaminhamento, portanto eu levo isso a V. Exa., me

parece que está havendo debate e discussão sobre o Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Isso foi uma exceção e uma concessão que a Mesa fez porque achamos que era de bom alvitre aqui discutir uma questão que vai balizar quase todos os outros Requerimentos de informação, para que todos pudessem colocar seus pontos de vista e, assim, poder votar com mais tranquilidade. Deputado... Vamos fazer uma limitação de tempo a partir de agora. Eu gostaria que a Mesa, a Secretaria me ajudasse, de três minutos, para cada um poder expor as suas idéias. A partir de agora, Deputado Paulo Teixeira e depois Deputado Marcelo Guimarães.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Sra. Presidente, o Deputado Índio da Costa disse que o nosso Requerimento, quando ele propõe a apuração das contas desde 1998, não está no objeto desta CPI. Está sim, Deputado, se V. Exa. ler o roteiro aprovado hoje, o item C, ele fala exatamente isso: “apurar os motivos que levaram à adoção do cartão de crédito corporativo, investigar as possíveis irregularidades à vista dos gastos relativos a suprimentos de fundo da administração pública Federal, desde 1998”. Portanto, está no objeto desta CPI o Requerimento de nossa autoria.

Segunda questão, Presidenta, é dizer o seguinte, se V. Exa... Nós não estamos propondo aqui que essa questão não seja resolvida, nós estamos propondo não seja resolvida hoje, para ouvir essas autoridades, não do que é sigilo, que todos aqui sabem o que é sigilo. Mas do que são as contas secretas. Isso, suponho que todos nós tenhamos que aprender.

Terceiro, Presidenta, é uma questão regimental. Pelo art. 311 do Regimento do Senado Federal, eu peço uma preferência ao nosso Requerimento a esse que está sendo votado, ao 16, uma preferência, tendo em vista que só o autor pode pedir, eu estou pedindo uma preferência porque eu gostaria de ver o 131 votado. Então, e aqueles que convidam os generais Cardoso, o general Félix e o Delegado Paulo da ABIN, Paulo Lacerda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado. Deputado Marcelo Guimarães.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu quero tratar dessa matéria, Sra. Presidente, no mesmo sentido que o Relator, Deputado Luiz Sérgio, colocou. Essa matéria, inclusive, foi levada ao Supremo Tribunal Federal, o Ministro Ricardo Lewandowski proferiu o seu voto, registrando, naquela Corte que novamente há questões relativas ao sigilo, que são questões de Estado, ressaltando que as contas públi-

cas... Não é uma questão absoluta. Têm situações em que é necessária e são necessários que esses gastos não sejam trazidos a público. Toda essa questão dos gastos públicos e do sigilo foi trazida à tona, nos últimos três, quatro meses, de maneira muito açodada, a imprensa tem explorado isso, a população tem assistido, tem lido sobre esse assunto. Mas é preciso, por tudo o que já foi dito aqui, que essa discussão seja feita de forma mais branda, mais calma.

Então, é importante que nós, antes de discutirmos essa questão aqui, nós trazermos aqui na CPI pessoas que tenham condição de nos dar subsídio para que a gente possa discutir no futuro se vamos abrir ou não dados sigilosos do Estado Brasileiro. Não se refere essa questão apenas a oposição e situação nesse momento, ao Governo que passou, do Presidente Fernando Henrique, ao Governo atual do Presidente Lula ou ao futuro Governo, que virá na frente, que nós não sabemos quem estará à frente da nação daqui a mais três anos. Mas precisamos sim que essa CPI dê um exemplo de calma, de serenidade, para que a gente discuta essa questão, antes de trazermos aqui, liberarmos ou não dados sigilosos do Estado Brasileiro. Portanto, eu quero, Sra. Presidente...

[soa a campanha]

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA) – Um pouco de silêncio para que a gente possa terminar nosso raciocínio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não? A palavra está garantida a V. Exa.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA) – Eu quero, em relação ao Requerimento nº. 16, do Deputado Índio da Costa e do Deputado Vic Pires Franco, encaminhar, já pelo bloco PMDB, como vice-líder, se esse Requerimento vier à votação, encaminhar contrariamente ao Requerimento nº. 16 e apoiar aqui a sugestão do Deputado Paulo Teixeira, de que a preferência seja dada ao seu Requerimento, ao Requerimento 131, para que a gente vote preferencialmente o Requerimento do Deputado Paulo Teixeira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado Marcelo. Deputado Augusto Carvalho e depois Senador João Pedro.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF) – Sra. Presidente, essa CPI vai certamente ser um momento muito importante para discutirmos a questão da transparência—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Gostaria de pedir ao Plenário si-

lêncio para que o Deputado Augusto Carvalho possa se pronunciar.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF)

—Que é fundamento de uma sociedade democrática. Quero dizer para V. Exa. que o Brasil tem uma ferramenta das mais importantes, e que poucos países do mundo dispõem, para dar transparência à Administração Pública, que é o SIAF, o Sistema Integrado de Administração Financeira da União, banco de dados que reúne, online, os gastos dos três Poderes, de todos os órgãos, que dá ao Legislativo, que tem a missão Constitucional de fiscalizar o Governo, a capacidade de acompanhar a elaboração e execução do Orçamento. Mas, veja V. Exa. que há um comportamento diferenciado para os gestores. Por que é que os gestores localizados, por exemplo, no Ministério da Educação, são obrigados a descrever, no SIAF, todos os detalhes relativos, por exemplo, a um determinado pagamento, uma compra feita em qualquer que seja o local do país e os gestores da Secretaria de Administração da Presidência da República não estão obrigados a descrever aquela compra porque os gastos da Presidência da República e da Secretaria de Administração estão revestidos do sigilo bancário, do sigilo de Estado?

Então, Presidente, eu creio que, como falaram o Senador Demóstenes e o Senador Álvaro, a questão do acesso a essas informações... Porque todos, nós sabemos, gastos rotineiros da Presidência da República—

(soa a campanha.)

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF)

— Deputado Paulo Teixeira, não podem, em hipótese alguma, ser considerados rotineiros. Não podem ser confundidos com operações sigilosas que a Polícia Federal, que a ABIN, eventualmente, tenham de praticar para implementar uma ação de Estado.

Eu queria, aproveitando as palavras do Relator, Deputado Luiz Sérgio, eu acho que o Deputado Luiz Sérgio propôs, fez uma proposta serena, tranqüila, que nos dá condição de, na... Juntar a preocupação do Senador Demóstenes, de ter acesso a essas informações, mas, precedidos, esses acessos, a um debate com as pessoas que já eventualmente passaram ou estão ainda no comando de áreas que são hoje fulcrais na questão do sigilo de Estado.

Eu, tentando uma aproximação com a proposta do Deputado Paulo Teixeira, eu acho que seria possível que nós, ao mesmo tempo, aprovássemos um Requerimento, solicitando todas as informações, entre elas, as informações sigilosas, Deputado Carlos Sampaio, entre elas, as informações sigilosas, mas que precedamos essa tomada de decisão sobre que

trato daremos às informações sigilosas, da oitiva dos responsáveis pela ABIN, pela Polícia Federal, enfim, aquelas autoridades que já foram listadas em Requerimento apresentado.

Então, eu acho que é possível, Presidente, chegarmos a um acordo de procedimento, ouvindo prioritariamente essas autoridades e, a partir daí, entraríamos em consenso na Comissão sobre como daremos o trato às informações sigilosas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado Augusto Carvalho. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, a minha fala vai no sentido, primeiro, nós estamos... Essa é a primeira Sessão... Eu gostaria, Sra. Presidente, de mais silêncio, senão...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria–

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria de pedir aos Deputados e Senadores, que há um orador–

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Tem uma outra CPI aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Há um orador na bancada, querendo se pronunciar, Deputado Paulo... Senador João Pedro, eu acho que o silêncio já é razoável.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Não, tem um... Vamos suspender e...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria, Deputado Paulo, o Senador João Pedro está esperando para poder fazer a sua peroração.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Sra. Presidente, a minha fala vai nesse sentido. Primeiro, essa é a primeira Sessão, primeira reunião de avaliarmos e conhecermos os Requerimentos, a direção das oitivas. Então, realmente, há uma tensão sobre isso. Eu gostaria de fazer uma... Pedir a atenção do Senador Demóstenes e do Senador Alvaro Dias para nós, quem sabe, no sentido de construir uma lógica, um compromisso da apuração, da avaliação, de trabalharmos alguns Requerimentos que, pela ordem aqui, fica difícil.

Veja só, nós estamos aqui, aí tem um Requerimento, chamando atenção para o ex-Ministro José Dirceu. Quer dizer, não dá para levar... Assim não vai. Assim não vai. Nós precisamos apurar, apurar–

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A Mesa pede silêncio para que o Senador João Pedro possa continuar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – E eu quero reforçar aqui a propositura do Deputado Paulo Teixeira, que eu acho que organiza, dá uma lógica, dá um sentido, levando em consideração o compromisso de nós apurarmos e há um compromisso, evidentemente, Presidente Marisa. Não dá para nós aceitarmos a estratégia do meu companheiro de Senado, Álvaro Dias. Ele quer ir lá na Presidência da República. Não pode ser assim. Acho que nós temos que construir um outro ambiente, um outro ambiente. Há poucos dias, Senador–

(soa a campanha.)

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – O Ministro Ricardo Lewandowski, ele negou ao PPS, com uma liminar, e assegura o sigilo das contas da Presidência da República. Ele fundamenta, o Ministro, e aqui o item 03 é muito claro, ele fundamenta com o decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002, avançando aqui no § 1º do art. 23 da lei, c/c a lei 8.159, de 08 de janeiro de 91, dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações e documentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado no âmbito da Administração Pública–

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Me permite um aparte, só dois segundos só–

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – O decreto reservou às autoridades responsáveis a classificação dos dados. Olha a classificação, ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado–

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só dois segundinhos, o Ministro Lewandowski–

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Eu penso o seguinte: Nós estamos aqui, aprovamos já a oitiva com Ministros, há uma boa vontade nesse sentido, aprovamos por unanimidade a propositura do nosso Relator. Agora, se nós–

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador João Pedro–

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Buscamos os caminhos de politizar, de querer atingir o nosso Governo, evidentemente que nós não vamos aceitar essa linha–

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não é esse o caminho–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Alvaro–

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Essa linha de levar esta CPI, que eu, diferente de V. Exa., não sou pessimista–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir, Sr. Senador–

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – –Eu penso que nós temos que trabalhar aqui no sentido de contribuir com o Estado Brasileiro, punir quem for... Quem teve excesso, nós não podemos é politizar o início dos trabalhos de uma CPI, onde a sociedade brasileira tem grande expectativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Senador... Antes de passar a palavra ao Senador Alvaro, que foi citado–

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu fui citado e são só dois segundos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero fazer–

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de passar–

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – –A palavra ao Senador Álvaro, eu quero fazer uma... Relembrar aos Deputados e Senadores que o decreto 4.553, do Poder Executivo, é um decreto do Poder Executivo, é que trata das questões ultra-secretas, secretas e confidenciais. Nesse caso, era bom que todos pudessem lê-lo porque o que nós estamos discutindo aqui, por exemplo, não me consta que possa ser colocado como ultra-secreto porque ultra-secreto é diferente daquilo que nós estamos tratando. Aí, é segurança mesmo de fronteiras etc. e tal. Esse é um segredo do Governo, do Executivo.

Agora, a nossa lei, a lei que temos que seguir, diz que poderá o Poder Judiciário e, no caso aqui, é uma CPMI, em qualquer instância, determinar a exibição reservada... “Determinar a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, sempre que indispensável à defesa do direito próprio ou esclarecimento de situação pessoal de parte”.

Eu quis só ler para dizer que... E qualquer tipo de sigilo, desde que reservado, desde que seja mantido o sigilo aqui dentro dessa Casa, a CPMI pode solicitar. Só um esclarecimento, sem nenhuma entrada no mérito do que nós vamos votar aqui. Eu quero só, Senador Álvaro, por um minuto, porque nós estamos dando três minutos para as pessoas, porque V. Exa. foi citado, e o senhor está pedindo isso, um minuto. E, a partir daí, o Senador Marconi Perillo e Demóstenes Torres para encerrar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador João Pedro, apenas para esclarecer, o competente Ministro Lewandowski decidiu sobre quebra de sigilo e não na transferência do sigilo. O que a CPI requer

é transferência do sigilo. E, se nós não tivermos essa prerrogativa de transferir sigilos, não temos razão de existir. É melhor encerrar os trabalhos da CPI imediatamente porque o restante está no portal, o restante, a imprensa tem acesso e divulga. Nós precisamos ter conhecimento daquilo que está na clandestinidade. E, através da transferência de sigilo, que é uma prerrogativa da Comissão Parlamentar de Inquérito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Alvaro. Senador Marconi Perillo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Foi a liminar que foi negada, só.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sra. Presidente, eu estou um pouco preocupado com o rumo dessa CPMI. Afinal de contas, nós não estamos aqui para analisar, avaliar se o Governo cometeu ou não irregularidades, ou para atribuir a Governo A ou B eventuais desvios; nós estamos aqui para apurar corrupção, desvio de dinheiro público, doa a quem doer, Sra. Presidente. Acho até que o Deputado Vic Pires e o Deputado Indio deveriam estender essa proposta a 98. Nós não temos nada a temer. Aqui na liminar, ele coloca a questão do quantitativo de cartões de pagamento do Governo Federal, expedidos desde 2002, para a Presidência da República, incluindo todas as suas unidades gestoras.

Eu estenderia, aprovaria, apoiaria a extensão a antes de 2002, desde o início dos cartões; não há o que temer. Agora, Sra. Presidente, nós temos, nós temos, Sra. Presidente, uma missão aqui, uma missão de Estado. Investigar corrupção com dinheiro público, irregularidades. Nós não vamos estar aqui para tapar o sol com a peneira. Eu mesmo não vou me submeter a esse papel.

Nós temos minoria aqui, é claro, é certo, a oposição tem uma minoria esmagadora aqui; a oposição tem uma maioria esmagadora, vão aprovar todos os Requerimentos que eles queiram. Agora, essa CPMI só terá credibilidade, respeitabilidade se nós aprovarmos os Requerimentos independentemente de quem será culpado, envolvido ou punido, mas, para apurar efetivamente os culpados. Se existir, no passado, furos em relação a vazamento de informações, isso começou lá na CPI do Collor. Não fomos nós–

(soa a campanha.)

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – De modo que eu gostaria de pedir a V. Exa. e chamar a atenção de todos no sentido de que a gente aprofunde a investigação. Vamos buscar acessar a todos os dados, a todas as informações, seja através, se a partir do Requerimento dos Deputados Indio e Vic Pi-

res, seja a partir da sugestão do Deputado Augusto Carvalho que, na minha opinião, é pertinente, ou em função do que propôs o Senador Demóstenes, Senador Alvaro Dias, mas o importante é que cheguemos as informações.

Eu já fui Governador duas vezes. Os nossos dados, as nossas informações estão disponibilizados. O meu sigilo bancário e fiscal estão quebrados desde 98. Eu acho que não tem que haver verba secreta, não tem que haver conta secreta, não tem que haver nada que não possa ser absolutamente transparente. Se o PT prega transparência desde o seu nascedouro, nós também pregamos, e eu acho que essa é uma grande oportunidade de chegarmos à conclusão se houve desvios no Governo do PSDB, se há desvios ou se houve desvios no Governo do PT. Essa é a minha colocação, Sra. Presidente, nós temos que investigar, a sociedade nos acompanha e não vamos buscar subterfúgios para que essa investigação não chegue aos resultados que nós esperamos.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Obrigado, senhor Senador. Senador Demóstenes Torres, para encerrar as nossas perorações, discussões a respeito desse assunto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Sra. Presidente, Srs. Parlamentares.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – O que não esgota a discussão. É só agora, por hora.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Eu gostaria muito que todos pudessem prestar atenção no que eu acho que é fundamental: nós estamos aqui discutindo se essa CPI vai existir ou se ela vai ser sepultada agora. O Deputado Nilson disse, com toda a clareza, e é isso mesmo que ele disse. Nós não podemos escamotear a realidade. O que é o Requerimento? O Requerimento trata de buscar as contas sigilosas da Presidência da República, da ABIN, portanto, também da Presidência da República, feitas com Cartão Corporativo. Como bem mencionou V. Exa., não são todos os gastos sigilosos, porque muitos não são feitos via Cartão Corporativo.

Muito bem, o Senado e a Câmara podem ter acesso? Podem. Inclusive, independentemente de CPI. Nós temos aqui uma Comissão de Inteligência, não é verdade? Onde, inclusive, eu faço parte, eu sou líder da minoria, se quisesse buscar esses dados, para efeito de pirotecnia ou coisa semelhante, poderia fazer. Mas eu acho, e digo com toda a sinceridade, nós não podemos trocar a nossa biografia pelos erros dos outros. O que nós queremos saber é o seguinte: Esses gastos com Cartão Corporativo, de dados sigilosos, eles foram utilizados realmente para a Segurança

Nacional, foram utilizados para Segurança Pública, foram utilizados no interesse público? Sim. Eles foram utilizados. Houve desvios? Alguém, se aproveitando disso, sacou dinheiro e comprou casa, comprou carro, gastou de uma forma–

(soa a campanha.)

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Inadequada, não republicana? Sim. Essas pessoas que paguem pelo que fizeram. Nós temos o direito de ter acesso a esses dados. E nós não podemos. Vai vazar ou coisa semelhante, o Deputado ou Senador que vazar que pague, inclusive, com sua própria liberdade, que pague com o mandato, porque a lei estabelece claramente as diversas modalidades em que o Senador perde o seu mandato, que ele pode ser apenado, Deputado, Senador, apenado criminalmente. Por quê? Nós não podemos deixar essa mancha: “Nós não vamos liberar os dados porque os Deputados e Senadores são irresponsáveis”. Vazam? Vaza sim. Eu vi colega meu, inclusive, de partido, em outras CPIs, indo lá e fotografando coisas escandalosas; ia no jornal da noite, via lá o dado que ele tinha fotografado. Realmente tem desse tipo de gente.

Agora, esses têm que ser punidos. Nós temos direito, sim, a fazer essa investigação. E o nosso compromisso aqui tem que ser de apurar para melhorar e também para punir, como disse o Senador Marconi Perillo. Se tem que haver punição? Tem. Se fulano de tal cometeu irregularidade, por que é que o Deputado vai trocar a biografia dele pela de quem cometeu irregularidade? Aquele que arque com suas responsabilidades.

Então, esse Requerimento... Esse Requerimento, ele é fundamental para que a CPI continue existindo. Porque os outros dados, o que nós vamos fazer a partir daqui? Nós vamos ouvir as pessoas, ouvir os Ministros, fazer uma recomendação, nós vamos ficar na cartilha: “Vovô viu a uva”, nós não vamos entrar nessa de o “vovô viu a uva”. Nós temos mais o que fazer, nossa responsabilidade aqui é grande. Então, veja só–

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Para concluir, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– O que eu penso? Se nós votarmos aqui... Vamos ser claros, nós da oposição vamos perder. O Governo tem maioria para impedir que as contas sigilosas com Cartão Corporativo venham à CPI. O Deputado líder, Deputado do PT, fez uma proposta que é a seguinte: Ele entende que o ex-Chefe da época, o ex-Ministro da época do Fernando Henrique tenha que vir. Nós concordamos. O atual chefe da ABIN tem que vir, o general Félix tem que vir. Nós concordamos. Eu, ao

menos eu, concordo. Agora, vamos... Nós também não podemos ir empurrando isso o tempo todo. Se o Governo vai sepultar a CPI hoje ou vai sepultar daqui a duas semanas, eu estou dizendo claramente o que eu penso. Eu prefiro que nós pensemos que, quem sabe, daqui a duas semanas nós vamos conseguir levantar isso, que a partir das exposições dos Ministros, nós vamos verificar: “Olha, é importante ter essas contas porque esses dados aqui, se eles não estiverem de acordo com o que os Ministros falaram, é óbvio que esses dados são irregulares. De acordo com o que a Legislação que nós temos em mãos”.

Então, eu sugeriria a todos nós, não era e não é claro o meu desejo, nós estamos em flagrante minoria, mas, para que nós possamos construir um entendimento e tentar investigar, que nós... Já está deliberado que amanhã nós vamos ouvir algumas pessoas e, na semana que vem, outras, já devidamente sugeridas pelo senhor Relator, e aprovados. Não é isso? Que, na primeira semana seguinte, logo após a Semana Santa—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim, quero só sugerir, porque é a proposta que foi feita pelo Deputado do PT, que, na terça-feira após a Semana Santa, nós ouçamos essas pessoas que ele indique. E, na quarta-feira, nós votemos a questão dos dados sigilosos. Assim, se nós votarmos hoje e impedirmos, morreu a CPI. Eu acho que aí não tem mais o que fazer aqui porque os demais dados já estão divulgados. Então, eu sugeriria a todos, se o Deputado Paulo realmente concordar com essa proposta, que nós, na terça-feira, após a Semana Santa, ouçamos essas três do Vic e o Índio que são, claro, se eles quiserem—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Demóstenes, V. Exa. está fazendo uma proposição?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – —Concordando com a proposição, porque, na realidade, a que mais me agrada é do Deputado Augusto. Mas a dele já foi, parece, que rejeitada. Ele quer que nós chamemos a Polícia Federal, o Ministério Público. Também gosto disso. Eu acho que esses dados são técnicos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, eu vou pôr... Um momentinho Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Mas aí teria que ter aquiescência do Deputado Vic e do Deputado Índio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu vou fazer o encaminhamento

aqui. Gostaria de, primeiro, todos os 17 Parlamentares tiveram a oportunidade de expor as suas idéias a respeito do sigilo. Foi uma oportunidade ímpar e necessária porque, a partir dela, é que nós vamos verificar e aprovar ou não aprovar os Requerimentos de informação que... De informação, que temos aqui.

Temos, na Mesa, e tenho que colocar antes da votação do Requerimento em questão, um Requerimento de preferência, que foi colocado pelo Deputado Paulo Teixeira. E o Requerimento de preferência diz o seguinte: “Requeiro preferência de votação do Requerimento 131/08 sobre os outros Requerimentos de informação, nos termos do art. 311, I, do Regimento Interno do Senado Federal”. E eu gostaria de ler esse artigo: “Da preferência: Conceder-se-á preferência, mediante deliberação do Plenário: I. De proposição sobre a outra ou sobre as demais da Ordem do Dia”. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidente, eu só pediria a atenção de todos os nossos... Olha, o acordo é o seguinte—

(soa a campanha.)

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – —Em relação aos dados sigilosos, nós não votamos o 16 hoje, façamos, aí, o convite ao General Alberto, General Félix e ao Delegado Paulo Lacerda, e não votamos o 16. Esse é o acordo entre nós.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Vota o 16 um dia depois.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – É. Vota um dia depois. Agora, isso é o nosso acordo, esse nós estamos de acordo e nós podíamos... É... Agora, segunda coisa, sem compromisso de mérito, como o Maurício disse. Segunda questão. Isso não está no acordo hoje retirar a preferência hoje porque nós queremos investigar desde 1998, esse é o pedido. O Requerimento que está hoje é pedindo informação, desde 1998, de todos os gastos de... Então, esse pedido é o pedido da CPI, está no objeto da CPI, está no objeto do roteiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Paulo, me permita um aparte?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Só um minutinho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero, eu quero—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então, o que nós queremos aqui fazer é o seguinte—

(soa a campanha.)

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – —Tem um acordo e nós votamos a preferência do 131.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Paulo, Deputado Paulo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Eu quero aqui–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Paulo, como autor do requerimento–

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Eu quero aqui entender a questão, que fique claro para todos. O Deputado Paulo Teixeira está retirando o seu Requerimento de preferência? Não está. Sobrestando?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu estou pedindo para V. Exa. fazer a votação em dois momentos. A primeira votação é a seguinte. O convite aos generais Alberto, Félix e o Delegado. Dois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – V. Exa. está fazendo esse Requerimento?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Esse Requerimento já está... É um dos Requerimentos aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Não é o 131?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não. E 2). Feito isto, sobresta a discussão do 16. 3) Preferência para o 131, para que nós aprovemos hoje o pedido de contas, desde 1998. Esse é o acordo que nós fizemos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Espera aí, eu gostaria–

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Eu gostaria de pedir... V. Exa. está mantendo o Requerimento de preferência, está pedindo que se vote primeiramente o Requerimento convidando o General Félix, o General Carlos Alberto Cardoso e o Deputado Paulo Lacerda para serem ouvidos e só depois serem apreciados os outros Requerimentos sigilosos?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Aceita–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – E eu gostaria de ouvir, eu gostaria de ouvir um Deputado ou Senador por bancada, um Deputado ou Senador por bancada, a respeito dessa questão para que a gente possa–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente, gostaria de falar como autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – –Para que a gente possa fazer o encaminhamento. Essa questão foi feita depois de um acordo feito aqui na base. Então, como foi feito o acordo, eu gostaria de ouvir, pelo menos, o encaminhamento–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidenta, para esclarecimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esclarecimento do Bloco PMDB–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Há um esclarecimento–

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – –Sendo pedido pela ordem aqui. Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – O esclarecimento é porque, de 98 a 2001, não tinha o Cartão Corporativo. Então, tem que botar aí que são as conta B.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Tinha o Cartão Corporativo. Tinha–

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não existia. Então, são as conta B, então nós temos que aprovar as contas B.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Como está no pedido, Deputado Manato, no pedido da constituição dessa CPI–

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – –No pedido de constituição dessa CPI, está a solicitação dos Cartões Corporativos, de 98 até a presente data.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Mas não existiam os–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente–

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – –Cartões Corporativos em 98. Eles passaram a existir efetivamente em 2001. Então, se vai investigar 98, tem que trazer as contas B de 98 para ter esses dados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Eu quero, só encerrando essa consulta do Deputado Manato, dizer a ele que vários Parlamentares pediram aqui a vinda justamente do Ministro Paulo Paiva que, em 78, criou os Cartões Corporativos. Quer dizer, que está aqui, na ordem da discussão desde 78. Eu quero colocar aqui, para encaminhar o bloco PMDB sobre essa questão–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente–

(soa a campanha.)

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Como autor do Requerimento, eu acho que eu tenho uma preferência como autor do Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Vic, nós temos aqui uma solicitação do Deputado Paulo Teixeira, que acredito tenha sido acordado. Como... Sim...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA)

– Não. Não foi acordado. Eu, como autor do Requerimento, não fui ouvido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Sim. Posso terminar de falar?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Claro, desculpe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Como V. Exa. foi autor do Requerimento que nós estávamos, que começou toda essa discussão, e paramos a discussão do seu Requerimento para chegar a um consenso sobre os dados sigilosos, V. Exa. fala como autor do Requerimento e, depois, cada uma das bancadas faz o seu pronunciamento, seu encaminhamento sobre a proposta do Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA)

– Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu acompanho a proposta do Senador Demóstenes com relação a esse possível adiamento da votação desse Requerimento. Nós iríamos ouvir essas autoridades. Eu só gostaria de pedir ao Governo, à base do Governo, e aos companheiros, que pudesse ser colocado também, entre esses convidados, o Dr. Mauro Marcelo Lima e Silva, que foi ex-Diretor da ABIN antes do Dr. Paulo Lacerda.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Já tem Requerimento aí, inclusive.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Já

tem Requerimento, mas aí ele poderia já ficar nesse pacote. Contando que no outro dia, depois dessas oitivas, nós possamos colocar em votação esse nosso Requerimento aqui, o de nº. 16. E mais... Eu gostaria de ouvir da Sra. Presidente se, depois dessa votação desse pedido de inversão de Pauta, de preferência, nós poderemos colocar em votação a convocação ou o convite da Ministra Dilma Rousseff? Hoje ainda. Eu gostaria de ouvir da senhora isso aí.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –

Sem acordo nesse sentido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Esse não é uma questão.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Eu não estou questionando acordo aqui. Deputado Carlos Willian...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Não é uma questão de acordo...

Todos os Requerimentos serão votados nessa Comissão. Nenhum Requerimento vai ser censurado, a não ser que esteja contra o Regimento. Todos os Requerimentos que entrarem serão votados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quero um esclarecimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Questão de ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Questão de ordem—

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian, eu gos-

taria que V. Exa. esperasse um segundo e V. Exa. fala como líder, e parece que foi V. Exa. que pediu, para encaminhar essa questão a respeito da proposta do Deputado Paulo Teixeira, que houve um acordo, um consenso aqui do encaminhamento, que o senhor encaminhe pelo PMDB, PT, PP, PR, PTB, PSC, PTC e PT do B. O senhor está com a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A questão de ordem é a seguinte. Eu gostaria de saber de V. Exa. até que hora V. Exa. pretende adentrar essa nossa Reunião?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu gostaria de informar a todos que o Presidente do Congresso está convocando uma Sessão, agora à tarde, para a votação do Orçamento. E fiz um acordo com o Senador Garibaldi que nós terminaríamos, no máximo, a Sessão, às 13 horas, para que todos tivessem a oportunidade de participar da Sessão do Congresso, foi um acordo que eu fiz com ele. Portanto, no máximo até as 13 horas, nós estaremos aqui com a Sessão funcionando. Portanto, eu passo a palavra para que V. Exa. possa encaminhar, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Muito obrigado. **Excelência**, quando nós começamos a discutir o Requerimento nº. 16, foi muito bem convocado pelo Deputado Luiz Sérgio, pelo Deputado Marcelo Teixeira, e pelo Marcelo, e pelo Deputado Paulo Teixeira. Ocorre o seguinte, nós vimos falhas nesse Requerimento de nº. 16 porque, flagrantemente, ele mostra um interesse político, que ele visa a buscar os cartões, os documentos de 2002 e não se refere a 1998. Segundo, ele entra pedindo o segredo, que é sigilo, na Presidência da República e depois pede nome de todos e o CPF de todos os respectivos por-

tadores. Só falta pedir, **Excelência**, uma folha corrida de todos os funcionários públicos dessa nação. Então, eu acredito que este Requerimento, que fatalmente poderia ser derrotado, porque não justifica... E nós fomos salvaguardados e tivemos aqui um Requerimento consciente—

(soa a campanha.)

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Um Requerimento consciente, inteligente, colaborativo—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Um minuto para concluir.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – —Do Deputado Paulo Teixeira, que é o Requerimento de nº. 131. Este, sim, visa claramente ao objetivo que nós temos nessa Comissão, que é apurar os fatos, sem entrar em interesses políticos. Pois bem, este Requerimento 131, ele elimina por completo o Requerimento de 131. Ele é mais plausível, ele, sem desfazer do outro, ele contribui mais para essa nossa Comissão.

Portanto, essa proposta de mudança e também de nós termos essa audiência vai colaborar muito mais com os trabalhos desta CPI do que aprovarmos ou reprovamos o Requerimento de nº. 131. Portanto, este acordo feito foi muito feliz, nós concordamos com ele e também deixamos claro que estas palavras que foram colocadas por antecessores, de que essa CPI, ou ela começa agora ou ela é arquivada, ou ela continua ou ela perde a sua credibilidade, isso não existe. Todo mundo, a nação brasileira está acompanhando que a senhora, como Presidente, o nobre Relator e os Deputados dessa CPI estão imbuídos para trazer e colaborar para trazer todos estes fatos à tona.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Portanto, nós somos favoráveis a este acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Carlos Willian. Para encaminhar, pelo bloco PSDB, Democratas e PPS, Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sra. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de louvar a atitude tomada por essa Presidência, no sentido de consultar os parlamentares sobre temas que, poderiam ser, ao longo da CPI, temas conflituosos e que V. Exa. já está, de pronto, buscando dar um norte e, portanto, buscando a sistematização do trabalho dessa CPMI. Então, é saudável essa discussão. Em que pese o debate de idéias, o confronto de idéias, eu penso que é importante que saíamos daqui com uma unidade de propósito quanto ao roteiro que se quer para a investigação.

Eu gostaria de insistir e não para polemizar, mas que a transferência do sigilo não se confunda com a quebra de sigilo. Por quê? Porque a transferência mantém esse sigilo, mantém a informação sob o manto do sigilo, sob o signo do sigilo. Não obstante, eu ponderaria ainda, como disse o Senador Demóstenes, e é uma coisa que as pessoas não se ativeram sobre a importância disso, que os dados da ABIN, segundo a lei 9.883, os dados da ABIN sigilosos ou ultra-sigilosos, diz o art. 6º da lei 9.883: “O controle e fiscalização externos da atividade da inteligência — ABIN, serão exercidos pelo Poder Legislativo, na forma estabelecida pelo Congresso Nacional”. Portanto, até, Sra. Presidente, até os dados ultra-sigilosos da ABIN, por lei, são fiscalizados e o Congresso tem acesso a eles.

Não obstante, eu acho que as considerações feitas pelo Deputado Paulo Teixeira, no sentido de ouvirmos aqueles que tiveram, no Governo anterior e neste Governo, a preocupação de zelar por essas contas, chamadas secretas, questionável ou não esse sigilo dessas mesmas contas, eu acho saudável, porque faríamos isso na próxima terça-feira e, já na quarta, teríamos condições de, digamos assim, com todas as informações possíveis, passarmos às votações que realmente interessam, que são as votações de Requerimentos sigilosos, uma vez que aqueles que são públicos, estão no Portal da Transparência e não precisaríamos aqui debatê-los.

Faço uma única consideração quanto aos três pontos colocados pelo Deputado Paulo Teixeira. Concordo com o sobrestamento da votação do Requerimento 16—

(soa a campanha.)

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)

— —Concordo a convocação, com o convite para que essas três autoridades estejam, quatro autoridades, estejam aqui na próxima terça-feira, após a Páscoa, e pondero tão somente, Deputado Paulo Teixeira que, com relação ao Requerimento 131, o escopo da CPI, o espectro da CPI, e eu sempre disse isso, em todas as entrevistas, é o Cartão Corporativo porque é fundamental que tenhamos o quê? O fato determinado para que possamos investigá-lo, sob pena de nulidade de qualquer investigação feita, que não tenha como foco o fato determinado. Eu pondero com ele que, se nós pedirmos da data de 1998 para cá, os dados do Cartão Corporativo, já que o Requerimento dele fala suprimentos de fundo, portanto, inclui conta B, eu ponderaria com ele que se viessem para cá, dos últimos 10 anos, os dados tão somente aos Cartões Corporativos, nós cumpriríamos aquilo que a Constituição diz, de analisar o fato concreto. Vindo para o bojo da

CPI, vindo para o corpo da CPI os dados referentes ao Cartão Corporativo, imediatamente, Deputado Luiz Sérgio, imediatamente, se podem pedir todos os dados referentes à conta B. Por quê? Porque há correlação entre o Cartão Corporativo e a conta B? Sim. A correlação é evidente. O Cartão Corporativo veio em substituição à conta B. Mas nós não podemos pedir, de pronto, os dados referentes à conta B.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – –É imprescindível que nós façamos o pedido dos últimos 10 anos dos Cartões Corporativos, estando; eles aqui, imediatamente, e eu subscrevo esse pedido. Imediatamente poderíamos pedir as questões, os dados referentes à conta B. Por isso pondero tão somente ao Deputado Paulo Teixeira com relação ao Requerimento 131, que ele seja referente a “Cartões Corporativos desde 98”, a “Cartões Corporativos”. E, ato contínuo, para que houvesse a correlação, pediríamos, aí sim, o das contas B. Essa ponderação que faço e peço a compreensão do Deputado Paulo Teixeira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio. Para encaminhar, pelo bloco PSB, PDT, PC do B e PMN, o líder Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Muito obrigado, Presidenta. Eu vou muito nessa linha. Primeiramente, senhora Presidenta, dizer que é sempre importante um acordo. E nós, quando viemos para essa CPI, viemos realmente para os esclarecimentos, o que tiver que ser investigado nós vamos investigar, o que não tiver que ser esclarecido nós vamos esclarecer. E esse acordo é importante, eu acho que o nobre Deputado Paulo Teixeira foi muito feliz, o nobre Senador Demóstenes aí, com essa colocação dele, mas dizer que mais de um bilhão de reais foram gastos na conta B; 179 milhões, no Cartão Corporativo, então, vou nessa linha, quando eu questionei, antes, a V. Exa. que o nobre Deputado Carlos Sampaio colocou, a partir do momento em que chegarem aqui os dados dos Cartões Corporativos, nós vamos querer saber sobre esses dados de Cartão Corporativo de 98. Como não existia, nessa época, o Cartão Corporativo de 98, passa-se à conta B.

Então, eu também não vou abrir mão de, junto com Carlos Sampaio, que eu levantei primeiramente de ter esses dados na mão para poder confrontar e, assim, esclarecer a toda a população o que aconteceu, de 98 até 2008. Então, nosso voto é favorável ao acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado. Deputado Antônio Roberto, líder do PV.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Sra. Presidente, a linha que separa o desejo real de procurar a verdade e apenas o jogo político, ela é muito tênue. Então, me preocupa um pouco que realmente, no afã de cada um de nós provarmos, que estamos querendo apurar devidamente, que estamos querendo chegar à verdade, que somos contra a corrupção e que o povo... Entre isso... E, realmente nós não temos uma visão finalística, teológica, de eficácia daquilo que nós queremos.

Então, por isso o encaminhamento é no sentido de que o acordo foi muito bem-vindo. Eu acho que é sábio, é necessário que, primeiro, vamos votar aquelas coisas em que há um certo consenso e uma proximidade e, posteriormente, nós vamos para os embates, para o contraditório e para os “finalmentes”.

Então, nesse sentido, eu concordo inteiramente com a convocação dos quatro responsáveis ou experientes na segurança para nos dar uma base, uma experiência, precisamos ter uma certa humildade que, em alguns momentos, a Comissão terá realmente de pedir ajuda para encaminharmos, e encaminhando no sentido de segurança. Tanto na segurança policial, quanto na segurança realmente, de estarmos palmilhando alguma coisa no sentido de realmente resolver.

Então, eu concordo também com a proposição do Deputado Paulo Teixeira. Acho que devemos incluir o 131 e sobrestar o 16, e isso não significa que não vamos querer a transferência das informações. É só um pouquinho de paciência com relação a passos futuros. Então, esse é o encaminhamento do Partido Verde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado Antônio Roberto. Gostaria, então, de passar agora, finalmente, à votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O PR já encaminhou, Presidente—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – –Só quero um esclarecimento para que todos saibam a organização dessa votação. Nós temos aqui, gostaria que V. Exas. acompanhassem... Então, a votação do Requerimento 07, que pede a vinda a essa Casa, como convidado, o General Jorge Armando Félix. O nº. 21, que pede a vinda a essa Casa, como convidado, o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda. O nº. 22 que pede o convite a ser expedido ao Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva. E o Requerimento nº. 128, que pede o convite a ser expedido ao Sr. Alberto Mendes Cardoso. 126...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Para o dia 25, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, não... O senhor diz, Deputado, faltou um? 126. Vamos ver qual é o 126.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O sete está prejudicado porque ele já vem—

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, já li, está repetido. Eu já li o 07 é o mesmo. Então, são os quatro... As quatro personalidades que nós convidaríamos para vir a esta Casa–

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Dia 25.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – –Como convidados. Eu gostaria que a data ficasse à expensa da Mesa porque eu dependo também da Ordem do Dia no Congresso Nacional, como hoje, por exemplo; às vezes não dá para ser naquela data. Por exemplo, hoje de manhã não poderíamos nem ter tido essa Reunião se acontecesse a ordem do dia no Senado, e eu tinha combinado isso com o Senador Garibaldi.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sobre calendário, Presidente, apenas fazer uma observação a V. Exa. que ontem nós já votamos alguns, hoje começamos votando alguns Requerimentos que precedem a esses. Apenas isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Claro. Então, eu gostaria apenas de votar esses Requerimentos e a data a Presidência da Mesa depois organiza o seu calendário, calendário específico, para que todos possam ter acesso.

Portanto, estamos colocando em votação o Requerimento número... Os Requerimentos que convidam para vir a esta Casa o general Jorge Armando Félix, o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, o Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, e o senhor... Me perdi aqui... Alberto Mendes Cardoso. São os quatro que nós estamos convidando para vir a esta Casa. Aqueles que concordam com o convite efetuado a essas autoridades, permaneçam como se acham. Aprovado por unanimidade. Serão convidados.

Portanto, nessa... Temos mais um pouquinho de tempo ainda e, portanto, nós vamos continuar ainda a nossa...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Excelência, posso fazer uma sugestão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nossos Requerimentos. Requerimento–

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Excelência, nós temos que nos preparar para a Reunião da aprovação do Orçamento, têm destaques a ser feitos, temos que fazer contatos com os colegas. A senhora não acha que nós já avançamos bastante hoje, poderíamos, por meia hora, nós não vamos conseguir discutir, Excelência.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sra. Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria–

(soa a campanha.)

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Por favor, 131.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu estou aqui para auxiliar a fazer com que essa Comissão ande bem. Às vezes, eu sou um pouquinho rígida, mas tem que ser porque a Comissão é muito grande, é uma Comissão Mista, e a gente, às vezes, tem que botar um pouquinho de ordem. Mas eu gosto sempre de ouvi-los porque é importante; a gente ouvindo, a gente vai acertando. Portanto, eu queria passar a palavra para ouvir um pouquinho o que quer nos expor o Deputado...

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Silvio Costa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sra. Presidente, não... É só para pedir para a senhora dar preferência ao 131 e colocar em votação. Só isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu, em nome do PR, também queria fazer a solicitação que a senhora colocasse 131 hoje, mas a preocupação do Deputado Carlos Willian, ela tem procedência. Nós temos um Orçamento para ser votado hoje, às três da tarde, está todo mundo precisando trabalhar lá também. Então, votaríamos o 131 hoje por acordo e depois, se pudesse ser encerrada essa Sessão, seria importante para todo mundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, vamos fazer, acatada a sua sugestão–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, Sra. Presidente, por favor, pela ordem. Não há nenhum acordo–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Acatada sua sugestão, nós vamos votar. Com licença, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Quem está pedindo questão de ordem?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Carlos Willian.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – De acordo com o Regimento, para fazer inversão de ordem, não tem que ter aprovação por escrito da maioria do Plenário? Excelência, a pergunta é: Para ter

inversão de ordem, não haveria necessidade de ter o apoio(F) por escrito da maioria do Plenário?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Tem que ter votação da maioria do Plenário ou apoio(F), mas a votação da maioria. Vou colocar em votação. Nós temos **quorum**? Nós temos **quorum**. Então, eu vou colocar em votação. E, como última ação desta manhã, o Requerimento do Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente, pela ordem, a senhora disse que é o último Requerimento em votação?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nessa manhã.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Mas não é até uma hora da tarde? Eu acho que o que está se tentando fazer aqui, Sra. Presidente, com todo o respeito é passar a votação da convocação da Ministra Dilma para depois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria...

(soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vic, nós hoje avançamos bastante. Eu acho que, para uma primeira Reunião de Requerimentos, nós votamos, cinco, seis, sete, 12 Requerimentos e fizemos um encaminhamento a respeito dos dados sigilosos. Eu acho que foi, para um dia tão estafante que nós tivemos hoje, até essa madrugada, às três horas da madrugada de hoje, eu acho que nós todos aqui, principalmente os Senadores, tiveram uma boa manhã de trabalho. Se V. Exa. permitir, nós vamos votar agora o Requerimento. Requeiro preferência de votação–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Do Requerimento 131/08 sobre os outros Requerimentos de informação, nos termos do art. 311, I do Regimento Interno do Senado Federal. Está em votação o Requerimento–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação. Aqueles que concordam, permaneçam–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, eu fiz uma questão de ordem que antecede, se me permite... O objeto da CPI é Cartões Corporativos. Se não constar desse Requerimento “Cartões Corporativos”, e eu conversei isso com o Deputado Paulo Teixeira, consta suprimimento de fundos, mas não se refere aos Cartões Corporativos, nós podemos incorrer numa nulidade, e é uma nulidade insanável. Eu fiz essa ponderação com o Deputado Paulo Teixeira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – –Que houvesse inclusão–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria de ouvir o Deputado Paulo Teixeira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: –Já estávamos em processo de votação, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de colocar em votação, houve o Requerimento. Como há uma questão de ordem e pode anular a nossa votação, eu acho que é pertinente nós ouvirmos o Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidenta, eu vou ler o Requerimento para a senhora porque ele está todo em conformidade com... Inclua aqui “Cartões Corporativos”, se a senhora permitir, já inclua, incluído “e Cartões Corporativos”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: “E Cartões Corporativos”, aí, pronto, está resolvido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está incluído “e Cartões Corporativos” e... Em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Está aprovado. E suspensão... E suspensão não, encerrada a Reunião por hoje. E convocar–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente–

(soa a campanha.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, Presidente... Não há razão para encerrar antes do tempo.

Sessão encerrada às 12h32. – Senadora Marisa Serrano, Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2008, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CPGF (CARTÕES CORPORATIVOS) POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, DENOMINADOS ECÔNOMOS

Ata da 12ª Reunião de 2008

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião de 2008, realizada em 16 de abril de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que houve a votação dos seguintes requerimentos:

46/08 – Requer ao TCU a realização de inspeções e auditorias nos respectivos órgãos: Ministério dos Esportes, Min. das Cidades, SEPPIR, SEAP e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar informações – Senador Marconi Perillo, REJEITADO; 60/08-Requer junto à Secretaria de Administração da Presidência da República, no prazo de 5 dias, as informações, referentes aos titu-

lares dos cartões corporativos. Dep. Carlos Sampaio, APROVADO; 66/08-Requer que sejam requisitadas e no prazo de 15 dias encaminhadas a essa comissão para fins de compartilhamento e analise as informações referentes aos nomes de todos os titulares de cartões corporativos lotados nas unidades gestoras dos Ministérios Secretarias especiais do governo federal autarquias empresas publicas e fundações e os respectivos gastos efetuados pelos mesmos mês a mês ate a presente data. Dep. Carlos Sampaio, APROVADO; 72/08-Requer que sejam requisitadas junto aos Ministérios, Secretaria especiais do governo federal, autarquias, empresas publicas e fundações para fins de compartilhamento e análise cópias de todos os procedimentos de natureza sigilosa ou não que ate a presente data foram por ela recebidos do Tribunal de Contas de União apontando desvio de finalidade no uso dos cartões corporativos bem como requer-se ainda sejam requisitadas no prazo de 15 dias cópias dos procedimentos administrativos instaurados por esses mesmos órgãos visando sanar as irregularidades apontadas pelo referido agente fiscalizador. Dep. Carlos Sampaio, APROVADO; 74/08-Requer que sejam requisitadas junto a Ministérios Secretaria especiais do governo federal autarquias empresas publicas e fundações para fins de compartilhamento e analise copias de todos os procedimentos de natureza sigilosa ou não que ate a presente data foram por eles recebidos da Controladoria Geral da União apontando desvio de finalidade no uso dos cartões corporativos bem como requiere-se ainda sejam requisitadas no prazo de 15 dias copias dos procedimentos administrativos instaurados por esse mesmos órgãos visando sanar as irregularidades apontadas pelo referido agente fiscalizador. Dep. Carlos Sampaio, APROVADO; 133/08-Requer a Solicitação do Ministério da Casa Civil copias de todos os documentos relativos aos anos de 2001 a 2007 apresentados ao Tribunal de Contas da União. Senador José Nery, REJEITADO; 177/08-Requer todos os relatórios analíticos existentes no TCU, sobre as despesas realizadas com recursos oriundos das contas tipo “B” exceto os considerados sigilosos. Dep. Perpétua Almeida, APROVADO; 178/08-Requer todos os relatórios analíticos existentes na CGU, sobre as despesas realizadas com recursos oriundos das contas tipo “B” exceto os considerados sigilosos. Dep. Perpétua Almeida, APROVADO; 179/08-Solicita o acesso aos registros do SUPRIM (Controle de Suprimento de Fundos da Presidência da República). Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, REJEITADO; 189/08-Requer sejam solicitadas informações á PETROBRÁS. Dep. Manato, REJEITADO; 200/08-Requer a transferência de todos os dados relativos às despesas efetuadas por cartão cor-

porativo, contas tipo “B”, ou mecanismos congêneres, resguardados por quaisquer modalidades de sigilo ou não, no âmbito do Gabinete Pessoal do Presidente da república, durante os mandatos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Sen. Marisa Serrano, REJEITADO; 205/08-Solicita a convocação da SENHORA DILMA VANA ROUSSEF, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da Republica, para prestar depoimento nesta CPMI. Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, REJEITADO; 209/08-Requer ao Banco do Brasil cópias dos contratos firmados pelo governo Federal e a VISANET E REDECARD. Dep. Manato, APROVADO; 218/08-Solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cópia dos processos administrativos, com a prestação de contas dos cartões de crédito corporativo dos 20 funcionários responsáveis, segundo o SIAFI, pelas maiores despesas realizada através de saques no ano de 2007, Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, APROVADO; 219/08-Solicita ao Banco do Brasil e à Companhia de Meio de Pagamento (VISANET) o total consolidado da receita auferida por estes cartões corporativos, proveniente dos estabelecimentos comerciais que efetuaram transações com os cartões corporativos obrigados a pagar a esses comissões de até 4,5%, sobre cada transação. Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, APROVADO; 226/08-Requer a convocação do Sr. Ulysses Fagundes Neto, Reitor da Universidade Federal de São Paulo, para prestar depoimento nesta CPMI. Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, APROVADO; 230/08-Requer sejam requisitados documentos e informações junto ao Sr. Edgar Mamiya, Reitor interino da UNB. Dep. Maurício Quintella Lessa, APROVADO; 231/08-Requer funcionários da Controladoria Geral da União para auxiliarem os trabalhos de investigação desta CPMI. Dep. Luiz Sérgio, APROVADO.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores/Deputados

Antonio Carlos Júnior (DEM) Carlos William (PTC)
Marconi Perillo (PSDB) Luiz Sérgio (PT)
Marisa Serrano (PSDB) Marcelo Melo (PMDB)
João Pedro (PT) Maurício Quintella Lessa (PR)
Gim Argello (PTB) Nelson Meurer (PP)
José Nery (PSOL) Paulo Teixeira (PT)
Flexa Ribeiro (PSDB) Carlos Sampaio (PSDB)
Vic Pires Franco (DEM)
Manato (PDT)
Marcelo Guimarães (PMDB)
Marcelo Teixeira (PR)
Márcio Reinaldo Moreira (PP)

Nilson Mourão (PT)
Affonso Camargo (PSDB) Índio da Costa (DEM)
Perpétua Almeida (PC do B)

Estiveram presentes ainda os Senadores Romeu Tuma e Sérgio Guerra, não membros da Comissão.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº. 02/08, com a finalidade de investigar o uso de cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF, Cartões Corporativos, pela Administração Pública, denominados ecônomos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura aprovação da Ata da 11ª Reunião da Comissão. Srs. Senadores e Deputados que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Conforme convocação, a presente Reunião destina-se à votação de Requerimentos. Na Pauta de Requerimentos... Pela ordem Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente, inicialmente, quero cumprimentá-la, assim como cumprimentar aos Deputados e Deputadas, Senador, conseguiu ontem aprovar mais um Requerimento, profícuo Presidente da Comissão de Infra-estrutura. Às vezes, eu sinto falta de Vossa **Excelência** aqui, mas leio, no jornal, no dia seguinte, Vossa **Excelência** está noutra Comissão, então, já entendo a ausência de Vossa **Excelência** aqui.

Senhora Presidente, eu queria apenas... Protocolou junto a Vossa **Excelência** um pedido de inversão de ordem do dia. Dois itens tinham sido protocolados ontem como inclusão e outros nove itens, como inversão. Então, queria ver se é possível incluí-los todos como inversão da ordem do dia. Além do Requerimento de inversão, é o Requerimento 105 e 213/2008. Então, apenas se Vossa **Excelência** consentir na inversão da ordem do dia.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está consentido, já está proposto da forma que Vossa **Excelência** está sugerindo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Pela ordem, Presidente. Tem um Requerimento sobre a Mesa... Deve estar chegando aí agora. Também pedido de inclusão; Requerimento que trata de pedido de informação da UnB. Os gastos com suprimento de fundos da UnB.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está atendido, será atendido, senhor... Vou colocar.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputado Índio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – É que estava aqui organizando os trabalhos, só para entender o que é que mudou na ordem...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O que tinha sido acordado, nós votaremos os Requerimentos acordados ontem, se os senhores quiserem anotar os números dos Requerimentos para acompanharem... Porque não deu tempo de nós fazermos a listagem, pela primeira vez, desde o dia que iniciamos, mas não tinha como acertarmos isso—

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Pela ordem, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O 64... Pela ordem, Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, ontem, quando eu retornei aqui para Sessão, acho que eu provoqueei aqui um... Enfim, eu não entendi e continuo sem entender. A senhora falou em acordo que houve de procedimento. Nós vamos votar hoje a Pauta de ontem. Foi o que entendi que a senhora falou. Não vamos mais votar a Pauta de ontem?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Dentro da Pauta de ontem, há um acordo que foi feito, de nós votarmos 11 Requerimentos, de preferência, e depois continuarmos a Pauta.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Hoje nós continuamos a Pauta?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelo menos mais um 10, se pudermos, tivermos fôlego, nós vamos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Obrigado, Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Uma questão de Ordem, Presidente. Esse Requerimento que apresentei na Mesa, ele precisa ser votado para poder entrar na Pauta. E ele sendo votado, queria fazer depois um pedido de inversão, para ver se ele entraria também para ser votado hoje. Porque é o pedido de informação de uma Universidade. Está dentro daquilo que a gente conversou ontem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado. Vamos fazer a votação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente. Desculpa, mais uma vez, pela ordem. Nós vamos votar hoje só Requerimento de informação?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Podemos votar de informação e, se for solicitado, podemos fazer de convocação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Já estou solicitando desde já.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Deputado Maurício, e no caso já tinha conversado com o Deputado Índio, é o caso do Reitor da Universidade, que Vossa Excelência tem Requerimento, está pedindo a inversão de Pauta para que entre hoje.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, eu tenho o primeiro Requerimento apresentado, é um Requerimento de convocação da Ministra Dilma. Ela está... Ele está na Pauta, esse Requerimento?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Não está na Pauta.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Mas está na frente de apresentação de todos os outros Requerimentos. Por que é que ele não entrou na Pauta?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, não está nem na Pauta de ontem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Pois, então, começou o erro ontem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Não começou o erro não. Bom, agora, vamos fazer um acordo de procedimentos também. Primeiro, Vossa Excelência não participou da Reunião em que nós discutimos como é que íamos votar hoje. Então, vou falar para que Vossa Excelência tenha bem clara a discussão de ontem e, principalmente, como vamos conduzir hoje. Vossa Excelência tem toda razão de ter bem claro o que vamos fazer hoje. Hoje, nós vamos fazer, e a Pauta minha está aqui, vamos fazer a votação, a discussão e votação dos Requerimentos números... Eu gostaria que Vossas Excelências anotassem: 64... Podiam anotar, por favor, nº. 64, 66, 70, 72, 74, 177, 178, 218, 219–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Por favor, eu parei no 74 aqui... 64, 66, 70, 72, 74...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vou repetir: 64, 66, 70, 72, 74, 177, 178, 218, 219, 46, 47. Essa foi a base do acordo que fizemos ontem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Senhora Presidente, como líder do Democratas, , quando a senhora me permitisse–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de dar pela ordem, eu só quero, se Vossa Excelência me permite, eu vou terminar a leitura dos números, senão vou ter que repetir tudo outra vez.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, apenas aquela inclusão de ontem, que é a inversão de hoje, que são o 105 e o–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ah, sim, é o 105 e o... Anotem aí, por favor, todos, continua, é o 105 e 213. 105 e 213 também estão nesse acordo. Além disso, eu acrescentei ainda, se der tempo de votarmos hoje, esses são... Não estão fazendo parte do acordo: 133, 179, 183, 189, 192, 200, 201, 209. O Deputado Maurício entrou com um Requerimento aqui, pedindo a inversão de Pauta... A inclusão do 230, que tem o outro, do Deputado Vic, do mesmo teor. 205.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Deputado Vic, 205, e do Deputado Índio também, que eu não sei o número. Qual?

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Índio, o do Reitor da Universidade–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu não sei o número... 226. 205 e 226.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, é 230... Não, do Reitor da UNIFESP, que Vossa Excelência solicitou, Deputado...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – 226 e 205 é o outro.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, nós vamos votar aqui... Ah, sim. Tem mais um. Tem o 231, que é o Relator, que está pedindo requisição de mais uma pessoa para...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Senhora Presidente, como líder, Presidente–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero–

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Presidente, como líder, Presidente–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Queria solicitar a inclusão do 195.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vossa **Excelência** faça por escrito. O Deputado Vic faz por escrito também, como os outros estão fazendo, a inclusão na Pauta. Então, o Requerimento 231 do senhor Relator, eu quero colocar agora em votação para a inclusão na Pauta. Vossas **Excelências** entenderam bem?

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, o 231, de lavra do senhor Relator, é para inclusão na Pauta. Não estamos discutindo mérito. Só para incluir na Pauta. “Nos termos do disposto no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam requisitados funcionários da Controladoria-Geral da União para auxiliar nos trabalhos de investigação dessa CPMI”. Então, o Relator está solicitando funcionários da CGU, da Controladoria-Geral da União, para auxiliá-lo na tarefa de Relatoria. Então, eu quero pedir... Vou fazer uma votação simbólica. Os Deputados que concordam com a requisição de funcionários, a pedido do senhor Relator, permaneçam como se acham. Aprovado. Então, está aprovado o Requerimento... A inclusão na Pauta, do 231. É inclusão na Pauta, eu queria que você me ajudasse—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Deputado Maurício Quintella pede a inclusão na Pauta, tem o Requerimento dele aqui, “requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do Requerimento 230/08 na presente Ordem do Dia”. O Requerimento é... Tem o seguinte teor. Solicita... Gostaria da atenção dos Srs. Deputados. “Solicita sejam requisitados documentos e informações junto ao Sr. Edgar Mamiya, Reitor interino da Universidade de Brasília, UnB, sobre todos os mecanismos relativos ao suprimento de fundos dessa Universidade, a partir de ano 2000”. A inclusão na Pauta do Requerimento 230, com esse teor. Os Deputados que concordam com a inclusão na Pauta do Requerimento 230 permaneçam como se acham. Aprovado. Vai ser incluído na Pauta da ordem do dia de hoje.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, apenas está sendo formulado um Requerimento para inclusão na Pauta de um item, já estou entregando a Vossa **Excelência**, que estão terminando a redação. É o item 60.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Presidente, se a senhora puder... Presidente, se Vossa **Excelência** puder conceder a palavra, como líder, eu agradeço a Vossa **Excelência**

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Agora, faça com todo

o empenho e é uma satisfação recebê-lo aqui nessa Comissão, o Líder dos Democratas na Câmara dos Deputados, ACM Neto, tem a palavra.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Eu agradeço, Presidente Marisa Serrano, senhor Relator, Srs. Parlamentares. Presidente, é evidente que, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, é natural que existam acordos de procedimentos para a votação de determinados Requerimentos. Contudo, uma coisa me preocupou e me fez, como líder da bancada, solicitar a palavra a Vossa **Excelência** e estar presente na Reunião de hoje.

Alguns veículos de comunicação, inclusive grandes jornais do país, estampam manchetes de matéria do tipo: “Base e oposição fazem acordo na CPI para salvar Ministros”. Essa matéria, por exemplo, é do jornal “A Folha de São Paulo”. E existem outras matérias no mesmo sentido, em diversos veículos de comunicação.

Eu quero aqui falar pelo Democratas, e certamente, não falo apenas pela Câmara dos Deputados, mas falo pelo Democratas como um todo, no Congresso Nacional, que nós não fizemos e não faremos parte de qualquer tipo de acordo para evitar convocação de quem quer que seja. O Democratas tem o compromisso absoluto com a investigação. Nós não vamos participar de nenhum tipo de tratativa, de entendimento que possa mitigar a investigação. E eu falo isso com muita tranquilidade porque sei que Vossa **Excelência**, Presidente, é a pessoa que vem se dedicando mais a tentar permitir que essa Comissão de Inquérito chegue a algum resultado. Nós temos visto, meio que estupefatos alguns movimentos que, infelizmente, não contribuem para aquilo que é a expectativa da sociedade, com relação a essa Comissão de Inquérito. Que ela possa dar desdobramentos nas investigações e que ela possa oferecer resultados concretos, no sentido de mostrar onde houve irregularidades com o uso cartões corporativos.

Agora, é muito importante que os líderes partidários deixem extremamente claro que não existe qualquer tipo de acordo. Isso não ocorreu e não ocorrerá. Então, qualquer especulação que possa existir na imprensa, ou até mesmo qualquer tipo de colocação que possa advir de membros da base do Governo, sejam membros da base do Governo nesta CPI ou fora dela, que queiram indicar a possibilidade de um acordo, não procede. Não é verdade e não terá apoio nosso. O Democratas não vai participar de nenhum acordo. Ponto.

Nós queremos que, na medida do possível, todos os Requerimentos sejam apreciados e aprovados. E não nos interessa se é atual Ministro, se é ex-Ministro, se isso alcança o Governo do Presidente Lula ou al-

cança o Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quem não deve não teme. Quem não deve, apóia a investigação. Quem não deve, vota a favor da aprovação dos Requerimentos. Então, que se distinga muito claramente o que é um grupo de Parlamentares se reunir e concordar que, consensualmente, 10 Requerimentos, 15 Requerimentos ou quantos sejam, serão aprovados, isso é uma coisa normal, faz parte do dia-a-dia de uma Comissão, não só de investigação, mas é próprio do Parlamento, agora, o que não quer dizer que, como consequência de um entendimento para aprovação consensual de certos Requerimentos, afastou-se a deliberação sobre os outros Requerimentos que nós queremos que sejam deliberados, como é o caso da convocação da Ministra Dilma Rousseff. Como é o caso da convocação de outras autoridades do Poder Executivo, como é o caso da aprovação de Requerimentos para que esta Comissão de Inquérito possa ter acesso a informações importantes, que até hoje não teve acesso. Então, essa é a primeira observação que eu queria fazer.

A segunda observação, senhora Presidente, eu sei que essa Comissão aprovou a possibilidade de membros dela terem acesso a informações que são tratadas hoje pelo Tribunal de Contas da União e cuja base do Governo impediu a aprovação do Requerimento de remessa dessas informações para a CPMI. Qual era o melhor cenário? É que esses documentos fossem trazidos para cá e que seguissem a lógica, a dinâmica normal de exame, por parte da Comissão de Inquérito. E aqueles documentos que são sigilosos, é claro que os membros da Comissão teriam que dar o tratamento de tal natureza. Ok. Qual foi o entendimento? Vai se abrir oportunidade para que Deputados e Senadores membros da Comissão vão ao TCU e possam examinar esses documentos lá.

Contudo, eu queria colocar aqui duas preocupações, Presidente. A primeira preocupação: Não adianta Deputados e Senadores irem ao TCU sem o acompanhamento de técnicos que conheçam as informações e que possam assessorar os Parlamentares na análise dos dados. Não adianta. Porque senão, nós teremos lá Deputados e Senadores diante de toneladas de documentos, que vai acabar sendo absolutamente improdutivo. E qual é a minha preocupação? Eu não quero que os Deputados e Senadores saiam do Tribunal de Contas da União sem informações consistentes e, depois, o Governo queira usar isso como atestado de idoneidade. Então, é importante que exista o assessoramento de técnicos que conheçam e que tenham expertise no manuseio dessas informações.

A segunda preocupação, Presidente, não adianta abrir-se a oportunidade para um dia o Deputado ou

Senador ir lá. Eu sugeriria a Vossa **Excelência** que fosse feita uma agenda. É claro que não pode ser uma autorização indiscriminada, sem uma disciplina e um Regulamento. Eu acho que deve ser feito com o maior cuidado. Agora, qual é a sugestão que eu faço? Por exemplo, nós definiríamos que, nas sextas, nas terças e nas quartas-feiras...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, como líder.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Desculpe, mas o assessor passou aqui e derramou água nos documentos. Só um minutinho, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É um banho de água fria.

[risos].

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Nós definiríamos, Presidente, que, nas terças e quartas-feiras, em determinados horários, os Parlamentares poderiam ter acesso ao TCU. Ou qualquer outro horário que a senhora defina, mas que tenha um critério permanente de visita, com horas pre-determinadas, mas que seja uma coisa já convencionalizada pela CPI, já convencionalizada. Porque não adianta ir lá um dia, ou no máximo dois, e não dar continuidade ao exame dessas informações. Certo?

E, ao final, Presidente, acho que é imprescindível, e eu vi o Relator, Deputado Luiz Sérgio, solicitar a inclusão em Pauta, e eu não vejo que exista nenhum problema nisso, da requisição de técnicos da Controladoria-Geral da União para trabalharem na CPI. Agora, é fundamental que seja também aprovado o Requerimento para a requisição de técnicos do Tribunal de Contas da União.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Já foi feito ontem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Já foi aprovado? Ótimo. Então, aí eu acho que tem lógica o Requerimento do Relator. Eram essas observações que eu queria fazer a Vossa **Excelência**, lembrando ainda, por último, que a definição de sub-relatorias, é uma decisão absolutamente administrativa, que cabe à Presidente. Assim como a indicação dos sub-relatores. Eu não vou aqui me arvorar, Presidente, a lhe dar nenhuma sugestão nesse sentido porque acho que a senhora tem não só qualificação suficiente, mas como prerrogativas regimentais para fazê-lo da forma que achar mais correto. Mas apenas para frisar que é bom que exista um clima de concordância nas sub-relatorias, porém, isso cabe a uma decisão administrativa da Presidente da Comissão de Investigação, e as indicações cabem exclusivamente à Presidente. Apenas fazendo essa observação, agra-

decendo a Vossa **Excelência** a oportunidade e, mais uma vez, lembrando: O Democratas não fará qualquer tipo de acordo para evitar a investigação. Pelo contrário, queremos que tudo seja aprovado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Antes de passar a palavra ao Deputado Maurício, eu quero informar ao Deputado Neto que não houve... Quem participou do encontro ontem, que fizemos desse acordo de procedimentos, não houve, em nenhum momento, qualquer tipo de acordo para não se votar Ministro daqui, Ministro dali, outro de lá. Não houve isso. Posso dizer que eu não aceitaria, nem como Presidente, era como Senadora, eu não aceitaria esse tipo de acordo por mim e pelo meu partido também. Portanto, a manchete do jornal é inverídica, não reflete o que foi discutido ontem.

Segundo, vai ser votado hoje, e isso serve para todos também. Começamos pelos Requerimentos de informação e não a oitiva das pessoas porque os Deputados e Senadores necessitam de documentos fáceis de serem manuseados. Não adianta chegarem 700 caixas de papel que ninguém vai ter condição de saber tudo que tem lá dentro. É humanamente impossível. Vamos ter, a partir de hoje, quase uma tonelada de papel aí. Então, do pouco que nós temos por meio eletrônico e aqueles documentos que nós vamos votar hoje ainda, facilitará o trabalho, e nós precisamos desses documentos para que se possam trabalhar. Portanto, eis aí a prioridade na votação desses Requerimentos de informação.

Segundo, com o TCU, foi acertado ontem e foi votado ontem, que seria o compartilhamento de informações. Eu gostaria de pedir ao Deputado Carlos Sampaio que me orientasse, ajudasse também, porque ele tem mais falado em compartilhamento aqui. Em compartilhamento de informações com o TCU. O que significa que nós vamos, sim, compartilhar dos documentos que tem lá no TCU. E, já me adiantei, já conversei com Ministros do TCU hoje, e os técnicos dos Srs. Deputados e Senadores vão poder, inclusive sozinhos, desde que tenham a autorização do Sr. Deputado, que é o responsável, o mesmo que seria feito aqui na Casa, o mesmo que seria feito, e que eu já tinha, no primeiro dia que eu falei a Vossa **Excelência**, coloquei que se estivesse sigiloso, seria dessa forma, ele terá condição de ir lá fazer o acompanhamento e a pesquisa nos documentos do TCU.

E, ainda mais, acertei com o senhor Relator, nós vamos lá, hoje à tarde, entregar de próprio punho ao Sr. Ministro do TCU o ofício, de bom tom, com quem tem sido gentil conosco, entregar essas solicitações todas ao Ministro do TCU; convidei o senhor Relator para ir lá comigo hoje à tarde, e vamos fazer essa

entrega e discutir com o Ministro Presidente aquilo que foi melhor. Inclusive, o horário e as datas que nós poderemos e a sala, e aonde os nossos... Os Srs. Deputados e Srs. Senadores poderão trabalhar com tranquilidade. Essa parte administrativa, podem estar tranquilos, que o senhor Relator... Eu o convidei para me acompanhar nessa visita, nós vamos acertar com o Presidente do TCU.

E dizer a todos que, dentro das possibilidades, nós vamos sempre procurar, e essa Presidência vai fazer isso, sem perder, em nenhum minuto, em nenhum aspecto, perder a autoridade que eu tenho, como Presidente dessa CPI, mas, sempre que possível, vou procurar fazer os acordos necessários para que essa CPI avance.

O Deputado Maurício e, depois, Deputado Paulo e, depois, Deputado Marcelo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, nobre Relator, Sras. e Srs. Deputados. Eu queria primeiro tranquilizar o líder ACM Neto, já que ele não participou dessa Reunião, mas ele estava lá representado não só pelos Deputados que compõem o Democratas nessa Comissão, como também pelo líder no Senado, José Agripino. Estava presente também a Presidente da Comissão e vários outros Parlamentares dessa CPI. Então, quero apoiá-lo nessa primeira terça parte do seu discurso, Deputado ACM Neto. Não houve nenhum tipo de acordo entre base e Governo para salvar qualquer Ministro. Houve um acordo de procedimento para salvar, talvez, a CPMI. Para que pudéssemos avançar. E acho que o Governo fez importantes concessões, a base do Governo nessa CPMI, fez importantes concessões para que se pudesse avançar nessas investigações.

Quero aqui, Presidente, deixar claro que, dessa conversa de ontem, desse acordo de procedimentos, o que ficou definido em relação à visita ao TCU foi que essa visita, esse compartilhamento seria feito por Deputados. Se o compartilhamento está sendo feito e o acesso às informações está sendo feito no TCU, é justamente porque a gente quer preservar essas informações, sejam elas quais forem.

Então, a presença de técnicos, mesmo cadastrados por Deputados e Senadores aqui presentes, poderia dar ensejo a futuros vazamentos, a problemas que a gente deve evitar. Então, isso seria uma quebra de acordo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, não seria. Gostaria aqui... Vou fazer algo que raramente eu faço. Mas eu queria lhe dizer que essa é uma parte administrativa, que cabe ao TCU e a esta Casa. O que se vota aqui e o que é legal, e aí é regimental, é o acordo feito.

“Pode ser?” “Pode”. Como foi feito com a Presidência da República e o TCU. Foi feito para os Ministros terem acesso—

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É claro, aí foram os técnicos que foram autorizados. Esta Casa faz assim. É assim o nosso Regimento. Então, o senhor pode ficar certo que se o senhor quiser ir lá e o senhor não puder e tiver um técnico do senhor que queira ir, o senhor tem que ter toda a liberdade de poder ir lá—

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, eu estava falando como líder. Nós fizemos um acordo de procedimento. Isso aí é uma estratégia nova da oposição. Me desculpe. Isso é estratégia. Primeiro era ter acesso aos dados e depois fazer com que servidores cadastrados por esse partido fossem ter acesso a esses dados também. O que nós combinamos ontem, acertamos ontem, era que faríamos o compartilhamento, lá no TCU, e que esse compartilhamento e essa visita seria feita por Deputados e Senadores—

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA) – Mas isso é uma decisão administrativa.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Pode até vir a ser uma decisão administrativa, mas é quebra de acordo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Deputado ACM Neto, eu não interrompi Vossa Excelência. Eu queria ter garantido meu tempo. Queria manifestar aqui a minha—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu lhe dou mais um minuto pela minha intervenção.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas eu teria ainda mais um. Eu queria manifestar aqui a minha posição. Ela pode até ser uma posição vencida, dentro da base, inclusive; o acordo de procedimento que fizemos foi exatamente esse que eu estou dizendo aqui. Se, administrativamente, a senhora vai se valer da posição de Presidente para quebrar um acordo, paciência. Paciência—

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Por favor, Deputado Índio, me deixa terminar. Na terceira questão, a questão da sub-relatoria, que também foi fruto de um acordo, também foi fruto de um acordo, criaríamos quatro sub-relatorias; duas seriam indicadas pela oposição e duas pelo Governo. Não há segredo nenhum porque o que foi discutido

lá, a senhora ontem colocou publicamente aqui, para o Brasil inteiro, seriam indicadas pela oposição e pelo Governo. A indicação por parte da Presidente também seria uma quebra de acordo... Querer indicar as quatro, não acredito que isso será feito dessa forma. Espero que isso também seja mantido. Então, quero deixar claro, Presidente, essa questão do acompanhamento de técnicos, para nós, é uma quebra de acordo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidente, eu queria dialogar inicialmente com essa liderança que vem hoje prestigiar essa Comissão, Deputado Antônio Carlos... E dizer o seguinte, Deputado: Ontem, nós fizemos um entendimento importante para essa Comissão, para dar um rumo a ela. Qual foi o entendimento que nós fizemos? E aí peço atenção do Deputado José Aníbal também. O entendimento que nós fizemos, em primeiro lugar, consiste que, ao... Consiste em, ao procurar os papéis aqui embaixo, quem encontrar alguma irregularidade pedirá para uma Comissão de técnicos fazer uma auditoria. Caso envolva algum Ministro, igualmente, a Comissão de técnicos faz uma auditoria e essa Comissão tem toda a liberdade de, se quiser, convidar ou convocar o atual ou ex-Ministro. Não foi feita nenhuma... Não foi feito nenhum entendimento que nenhum Ministro não seria convocado. Que algum Ministro não seria convocado. Então, o entendimento feito no dia de ontem é: Nós vamos fazer uma auditoria séria, técnica, com direito à defesa daquela pessoa que tem suas contas sob questionamento. E a pessoa terá o direito à defesa e, depois, ao final, se essa Comissão quiser convocar ou não, é poder dessa Comissão. Não foi discutida a possibilidade de não convocação de Ministro. Então, esse é um primeiro esclarecimento que a gente quer dar, no sentido de corroborar com as suas palavras hoje.

O segundo aspecto foi sobre o compartilhamento de dados, lá no TCU. O compartilhamento de dados que foi acordado é feito por uma Comissão de Deputados e Senadores que, juntos, com horário marcado, com procedimento, irão ao TCU. Não haverá, sob o nosso entendimento, qualquer possibilidade de uma Comissão composta por não Parlamentares visitar o TCU.

Eu aqui corrobo as palavras do Deputado Maurício Quintella. Foi um acordo feito. Os Deputados serão escolhidos aqui, terão horário marcado; só no horário marcado e de conhecimento de todos que iremos ao Tribunal de Contas da União. Esse foi o acordo feito. Compartilhamento, quando existe na Justiça, o Ministério Público, quando pediu para compartilhar os dados sigilosos da Presidência, foram três Procuradores no

horário marcado na Presidência e, portanto, não havia possibilidade de servidores irem naquele momento. Marca-se com o TCU o horário acertado, a Comissão vai conjuntamente ao TCU.

Um outro aspecto que quero esclarecer aqui ontem, porque toda Reunião fechada permite interpretações, é que, depois de termos feito um acordo, e, inclusive, aquele acordo significava a votação dos Requerimentos consensuais, o Deputado Vic Pires chegou à Reunião e sugeriu que nós votássemos mais Requerimentos, inclusive, dois encaminhamentos foram feitos naquele momento. Um encaminhamento foi feito por mim, que disse o seguinte: “Tem muitos Requerimentos ali que não tem sentido votar. E, portanto, não deveríamos votar”. E mencionei alguns Requerimentos. E eu espero que isso não seja entendido como se eu tivesse feito ameaça a alguém porque eu defendi exatamente o contrário. Nós não devemos votar uma série de Requerimentos. E, aí, eu espero que nenhum de meus pares possa ter entendido que eu tenha feito exatamente o contrário, ter ameaçado alguma autoridade, porque não é do meu feitio ameaçar autoridades. Eu disse o contrário, tem vários ali que não tem sentido votar e foi essa a minha fala na Reunião de ontem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Vossa **Excelência** me concede um aparte?

(troca de presidência.)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Eu quero assegurar a palavra aos Deputados que estão inscritos. Próximo Deputado inscrito é o Deputado Marcelo Guimarães–

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Portanto, eu concluo, dizendo o seguinte, nós tínhamos feito–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, é um aparte por parte do Deputado Vic. Senão... Senão... Isso aqui vai virar um protocolo de intenções... Eu acho que o que se busca aqui é um entendimento para avançar. E, se é sobre esse assunto que o Deputado Vic quer tratar... Porque senão, também... A Presidente, inclusive, se ausentou. E, no final, o corte vai ter que ser dela, a decisão final.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Vou dar um aparte a Vossa **Excelência** e depois concluo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Eu vou conceder mais um minuto.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu acho que Vossa **Excelência** deve estar dando uma explicação por conta de uma matéria que saiu hoje, usando um termo que Vossa **Excelência** teria falado na nossa Reunião. O que houve exatamente, e faço

questão de dizer, é que, quando eu pedi, na Reunião, que cheguei atrasado, que se colocassem todos os Requerimentos, Vossa **Excelência** disse que aí ficava complicado colocar todos os Requerimentos porque, então, nós teríamos que colocar Requerimentos de fulano, de beltrano, de fulano, de beltrano. Foi exatamente isso que aconteceu.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Que nós não colocássemos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Vossa **Excelência** não disse, em nenhum momento, que não iria colocar a filha do Lula ou o Presidente ou o Governador. Vossa **Excelência** apenas disse: “Aí fica complicado porque, então, vai ter Requerimento do fulano, vai ter Requerimento da fulana e Requerimento do fulano”. A verdade seja dita, foi isso que aconteceu, acho que o jornal agiu perfeitamente, agiu corretamente; não fui eu quem vazou para a imprensa. Li, exatamente, mas estou fazendo questão de dizer exatamente o que aconteceu na Reunião.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Só para dizer que foi na direção contrária, portanto, de fazer qualquer ameaça a alguma autoridade do Estado, foi dizer o seguinte: Os Requerimentos que estão para serem votados, como Vossa **Excelência** propunha votar todos, eu achava inoportuno votar muitos dos Requerimentos. Então, apenas para esclarecer isso. E, para concluir–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Se Vossa **Excelência** quiser nominar as autoridades que Vossa **Excelência** falou, fica a seu critério, não vou fazer nenhum tipo de–

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Apenas esclarecer esse aspecto. E, por último, quando nós criamos sub-relatorias, nós temos que entender que tem um Relator. E que se criar sub-relatorias for um procedimento para ajudar o Relator, nós concordamos. Agora, para esvaziar o Relator, não há qualquer acordo da nossa parte nesse procedimento. Então, se é para ajudar o Relator e, portanto, qualquer nome tem que estar de acordo com o Relator.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Passo a palavra ao Deputado Marcelo Guimarães.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA) – Senhor Presidente, apenas, para que entremos na Ordem do Dia, fazer apenas um esclarecimento aqui à Comissão porque hoje, pela manhã, fui surpreendido ao ler o jornal, a coluna “Poder”, do jornal “Correio da Bahia”, reproduzindo o que eu não li, mas soube, a coluna “Painel”, da “Folha de São Paulo”, e diz aqui assim, no jornal “Correio da Bahia”: Que “o Planalto enfrenta rebelião em CPI”. “O Palácio do Pla-

nalto teve que entrar ontem em campo para apaziguar uma rebelião na tropa de choque do Governo na CPI dos Cartões. Três Deputados do PMDB, mais Deputado Carlos Willian, todos ligados ao Deputado Eduardo Cunha, ameaçaram votar contra o Governo e apoiar Requerimentos da oposição. E o motivo seria a demora do Palácio do Planalto em liberar Emendas feitas ao Orçamento Geral da União desse ano. Os governistas também estão embargando cargos em estatais". Mais embaixo, diz, nomina: "O Deputado Marcelo Guimarães, liderados por Carlos Willian, os peemedebistas Marcelo Magalhães e João Magalhães foram dispostos para o tudo ou nada, ontem pela manhã, na CPI".

Eu quero apenas esclarecer ao Relator e aos meus pares aqui da Comissão, que eu não participei de nenhuma Reunião nesse sentido. Respeito muito as posições do Deputado Carlos Willian, do Deputado João Magalhães e de todos os Deputados aqui da Comissão, e me dou... Sou colega do Deputado Eduardo Cunha na bancada do PMDB, mas não sou liderado pelo Deputado Eduardo Cunha. Não fiz nenhum tipo de pressão para que tivesse nenhuma Emenda minha liberada e ameacei votar contra a base ou contra... Aqui nessa Comissão. Voto aqui com a minha consciência, como voto em qualquer Comissão dessa Casa, portanto, não houve... Queria que o Deputado Carlos Willian estivesse aqui, infelizmente ele não está, mas quero esclarecer que não houve participação minha nessa Reunião, quando a Reunião inclusive aqui da Comissão ontem aconteceu, eu havia acabado de chegar, não participei dessa Reunião, portanto, não participei de nenhuma manobra—

(soa a campanha.)

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA) — Nesse sentido. Era isso que eu queria deixar claro, senhor Presidente, senhora Presidente à Comissão, que a gente entrasse na Ordem do Dia.

(troca de presidência.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) — Antes de passar a palavra ao Senador João Pedro, eu queria fazer uma proposta, Senador João Pedro, se Vossa **Excelência** me permite, e todos, que as questões que nós estamos discutindo aqui são questões administrativas. E, então, são questões administrativas, que podem ser discutidas amanhã, numa Reunião que eu posso convocar, administrativamente falando. Então, nós podemos hoje fazer a votação dos Requerimentos que foram acordados ontem e reunirmos amanhã se vai o técnico do TCU, não vai... Eu vou conversar... Eu e o Relator iremos ao Presidente do TCU hoje à tarde, vamos conversar com ele também, então, amanhã, poderíamos fazer uma

Reunião administrativa de manhã e decidirmos essas questões internas, de procedimento administrativo. Portanto, vou fazer isso amanhã.

Portanto, essas questões de vai ou não vai, eu gostaria, se Vossas **Excelências** puderem... Não sei se o Senador João Pedro é sobre isso, o Deputado Carlos Sampaio, o Senador Marconi Perillo, o Deputado Vic... Se todos forem nessa linha, eu gostaria que deixasse para uma Reunião interna, que eu convocaria com as pessoas da nossa Comissão, todos os Deputados e Senadores que quisessem participar, e a gente montaria esse trabalho juntos.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) — Eu abro mão da minha inscrição, Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PL-AL) — Excelente proposta, senhora Presidente. Senão, não vamos ter Reunião hoje.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) — Senão, nós não fazemos mais nada. Vamos ficar só discutindo... Se Vossa **Excelência** me permite, Senador João Pedro—

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) — Não... Eu gostaria, senhora Presidente, se a senhora me conceder a palavra, de externar... Penso, para ajudar inclusive a Reunião de amanhã, é que Vossa **Excelência** explicitou essa ida ao Tribunal como um gesto administrativo, é administrativo e político, eu não separo essas coisas, esse gesto, ele é administrativo e político, que Vossa **Excelência**, para ajudar na Reunião de amanhã. Inclusive, na conversa de bancada. Eu participei ontem da conversa da minha bancada, da base do Governo, e avançamos. O que a imprensa está dizendo é outra questão. Nós avançamos no entendimento de procedimento. No sentido de dar transparência, de dar uma dinâmica para a CPI. E fizemos isso num gesto normal, dentro dos limites de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agora, Vossa **Excelência** externou aí a compreensão da composição da Comissão que irá ao Tribunal. Agora, a minha fala aqui é nesse sentido, que Vossa **Excelência** explicitasse melhor, para que eu formar um juízo aqui e uma opinião de encaminhamento para a Reunião de amanhã. O que é que é essa Comissão? Quem vai, da CPMI, ao Tribunal? Eu gostaria que Vossa **Excelência** explicitasse melhor para contribuir com o encaminhamento da Reunião de amanhã.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) — Aliás, Senador João Pedro, eu explícito, sim, embora eu não precisaria nem informar a essa Casa, e aí eu acho que estou informando casos administrativos que suscitam tanta discussão, apenas fiz... Conversei com o Relator e disse que ia levar pessoalmente o ofício, até para facilitar a vida

dos senhores na hora que fossem lá para investigar, para ver como é que eu iria informar, através da nossa Secretaria, a sala que os senhores vão ter, o horário que vão ter, tudo isso que é natural e normal que se faça em qualquer CPMI, CPI, não é só a nossa, os técnicos que vão acompanhar, para facilitar a vida dos senhores. A idéia é essa e vai ser feita.

Para eu não ir sozinha, porque é uma função minha, poderia até mandar o ofício pelo Correio, mas achei que era de bom tom, como o Ministro veio aqui no dia que nós solicitamos, eu e o Senador Garibaldi, para conversar sobre esse assunto, eu acho de bom tom retribuirmos a visita dele e convidei o senhor Relator para irmos juntos hoje à tarde, que ficou até de ver um horário que tenha condições de ir comigo. Achei que era bom nós dois irmos, não só a Presidente, ir o Relator junto. Isso vai ser feito, Senador João Pedro, e Vossa **Excelência** pode ficar tranqüilo, que nós não vamos extrapolar em nada da nossa competência como Presidente dessa CPI.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – **Excelência**, eu não quero prejudicar absolutamente nada, mas Vossa **Excelência** acha que uma Comissão com técnicos, no sentido de conhecer dados sigilosos, e isso garante a tranqüilidade dos nossos trabalhos?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pode deixar que vamos conversar com o Presidente do TCU. Eles estão lá com dados sigilosos. Foram os técnicos do TCU que foram na Presidência da República fazer a análise dos documentos, não foram os Ministros, e não foram nem os auditores, porque não sei se todos sabem, os auditores, no TCU, são três Ministros adjuntos, que são auditores lá. Não foram nem os auditores, foram os técnicos que foram manusear os dados sigilosos no Palácio do Planalto.

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Isso vai ser conversado—

(*soa a campanha.*)

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Isso vai ser conversado com o Presidente do TCU, na visita que o senhor Relator e eu faremos nessa tarde. Deputado Paulo e Deputado Vic.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente... Não, ela me deu a palavra—

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu pedi pela ordem há muito tempo—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela Ordem, Vossa **Excelência** tem um minuto.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Pela ordem, eu queria dizer o seguinte, no meu entendimento, compartilhamento de informações apenas com Parlamentares. Eu quero dizer que, se houver algum técnico no compartilhamento de informações, extrapola o mandato construído a partir de ontem. Portanto, eu só concordo, e aí é uma discussão de natureza política, não técnica e administrativa, eu só concordo que vá ao TCU uma Comissão de Parlamentares e que possa ir junta ao TCU, com horário marcado, que foi o procedimento de—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Comissão?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – —Comissão de Parlamentares. Parlamentares, Deputados e Senadores, uma Comissão que possa fazer a... Juntos porque é o jeito... Eu sou Presidente da Comissão de documentos sigilosos da Câmara Federal, há um rito para vistoria de documentos sigilosos. E, portanto, eu quero dizer, e aqui posso dizer o seguinte, que se houver, se extrapolar esse mandato, em nossa opinião, o acordo está desfeito.

(*soa a campanha.*)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Bom, eu quero informar a Vossa **Excelência**, primeiro, que não pode ser Comissão, e isso não vai ser, porque todos os senhores Deputados e Senadores, todos que são dessa Comissão têm o direito a verificar. Todos. Não pode Vossa **Excelência** dizer “esse pode, aquele não pode”. Isso não existe, senhor Deputado. Nesta Casa, isso não existe. Os Deputados que estão aqui são todos Deputados. Todos foram votados, todos estão aqui. Todos os Senadores que estão aqui.

(falas sobrepostas.)

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Vossa **Excelência** está rompendo o acordo de ontem.

(*soa a campanha.*)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Parece que Vossa **Excelência** não quer que se faça o acordo de ontem. Porque eu não vou aqui—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Vossa **Excelência** está rompendo o acordo de ontem.

(*soa a campanha.*)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu não vou dizer que esse Deputado pode e aquele Deputado não pode. Ninguém disse que era comissão, Deputado—

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É impossível eu dizer que o Deputado tal pode... Se eu falar que o Deputado Manato, o senhor não pode ir... Com que autoridade? Não tem isso. Todos os Deputados e todos os Senadores têm direito.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Que é isso? Esta é uma Casa plural. Essa é uma Casa democrática.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Essa questão não é só administrativa.

(soa a campanha.)

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Sampaio, a palavra está com Vossa Excelência

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu estava inscrito pela ordem, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Desculpe, Deputado Carlos Sampaio. Deputado Índio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu gostaria... Eu gostaria... Eu fiz parte da Reunião de ontem o tempo inteiro, eu gostaria de registrar dois pontos fundamentais. Primeiro ponto é que eu quero reforçar sua posição. Sua posição clara, a sua posição transparente, no sentido de buscar, com o Presidente do Tribunal de Contas, qual é o melhor formato para que essa Comissão tenha acesso aos documentos sigilosos, com toda responsabilidade que a senhora tem, como Presidente, como Senadora, e que o Presidente do Tribunal de Contas tem também, como sendo Presidente do Tribunal de Contas.

Segundo lugar, eu gostaria de dizer que nenhum Parlamentar tem tempo para ficar debruçado 12 horas por dia em cima daquela documentação. Portanto, é necessário apoio técnico, sim. Mas, tratando aqui do que é essencial, eu gostaria que a senhora colocasse em votação aquilo que já tem entendimento da base do Governo e da oposição. Aquilo que se sabe que a CPMI precisa para analisar mais dados, mais informações, enfim, que aqui estão focadas, em cima de um

entendimento e não de um acordo, o entendimento que foi feito ontem, para que se avance o trabalho. Então, basicamente, senhora Presidente, reforçar a posição e pedir que coloque em votação os Requerimentos e as convocações que já estão aí.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Pela ordem. Senhora Presidente, eu pedi a palavra pela ordem já há bastante tempo—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Eu queria apenas pedir a todos... Hoje eu saí daqui contente de ser Senadora e de fazer política. Porque política é a arte de a gente conversar, é a arte de se entender. Cada um tem as suas propostas, suas idéias, mas, quando você consegue chegar ao acordo de procedimentos, não é acordo de mérito, cada um vai votar e discutir aquilo que pensa que quer, mas, de procedimentos, eu saí daqui ontem e disse para todos da minha alegria de termos chegado a esse consenso. Eu não sei o que aconteceu de ontem para cá. Não sei se a base do Governo resolveu de outra forma. Não sei se resolveram de outra forma—

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Mas eu quero dizer que todas as... Eu quero dizer que todas as ações que estamos fazendo aqui parece que estão sendo feitas para dificultar—

(falas sobrepostas.)

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – E eu gostaria—

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu fiz uma proposta de nós discutirmos a parte administrativa numa Reunião amanhã.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, mas isso é fundamental [pronunciamento fora do microfone].

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero... Eu quero—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero que Vossa Excelência retire o que o senhor disse. Que absurdo é isso, senhor Senador?

(soa a campanha.)

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PL-AL) – Absurdo para a gente, Presidente, é quebra de acordo.

(falas sobrepostas.)

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não estou quebrando nenhum acordo, Sr. Deputado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PL-AL) – É a senhora dar a entender aqui que a base mudou de idéia de ontem para hoje. Nós viemos aqui para fazer valer o acordo de ontem.

(falas sobrepostas.)

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sr. Deputado, eu não o vi ontem e por isso eu vou pedir a todas as pessoas que ontem participaram dessa Reunião, que vão agora fazer nova Reunião, porque eu não ouvi que os outros Deputados e Senadores estavam excluídos dessa ida ao TCU para analisar documentos. Para mim, qualquer Deputado e qualquer Senador dessa Casa tem que ter o direito, se quiser, olhar o documento e ir lá olhar. Eu nunca vi que eu pudesse cercear o direito de cada um—

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria que a Secretaria me desse os Requerimentos que foram lidos ontem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PL-AL) – Eu já pedi as notas taquigráficas—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em nenhum dos Requerimentos foi dito e foi lido aqui que o Requerimento era um grupo de Deputados. Se fosse, eu teria que ter votado aqui qual era o grupo de Deputado que iria lá.

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – E outra coisa, essa Presidência não tem controle remoto e ninguém está me dizendo o que devo fazer aqui—

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PL-AL) – Eu já lhe pedi desculpas antecipadamente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nem Vossa Excelência nem ninguém. A palavra, pela ordem, ao líder Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Senhora Presidente, eu acho que nós temos que Pautar os nossos trabalhos na busca da eficácia, do esclarecimento. O que é que nós fizemos ontem, na Reunião da qual participaram Vossa Excelência, o Deputado

Marcelo Melo, o Vice-presidente, o Relator, Deputado Luiz Sérgio, o Deputado Paulo, que é Vice-líder da base do Governo, eu próprio, os companheiros Democratas e Tucanos, numa Reunião que, inclusive, eu tive a oportunidade de, em seguida, aqui no Plenário, a Deputada Perpétua, tive a oportunidade de fazer um relato da minha satisfação pelo entendimento em busca da eficácia do esclarecimento de fatos que interessam à sociedade. O que é que se entendeu ontem? Até o jornal “Folha de São Paulo” hoje traz coisas que não correspondem à realidade dos fatos. Cita até uma frase minha, “não se convida ex-Ministro de um lado ou Ministro de outro. Pode ser que a gente chegue a esse tipo de entendimento em função de possibilidade de andamento dos trabalhos”. O andamento de trabalhos é necessidade de esclarecimento. Na Reunião, não se teve preocupação, hora nenhuma, em não chamar Ministro de um lado ou Ministro de outro. Hora nenhuma. Não teve nada disso. E nem há acordo nenhum para não se chamar gente de um lado para não se chamar gente de outro. O que se buscou ontem na Reunião, pelo meu entendimento, foi um acordo de procedimento, em que a grande vitória foi do compartilhamento no acesso às informações do Tribunal de Contas da União, que, em minha opinião, é o grande manancial de informações, que não nos chegou porque o Requerimento nesse sentido não foi aprovado. Mas nós encontramos um autorização para chegar a essas informações, que é o compartilhamento.

Deputado Luiz Sérgio, chegamos lá, Deputados e Senadores no TCU, e nos deparamos com uma montanha de papel em torno de um determinado assunto. Nenhum de nós, nem Delegado de Polícia nem investigador de papel por expertise. O que é que a gente precisa para chegar a objetivos? Assessoria. Dada por quem? Pelo Tribunal de Contas da União. Ninguém quer assessoria dos Democratas, dos Tucanos, do PT. Não. Do Tribunal de Contas da União, do órgão onde estão os documentos. Para quê? Para promover os esclarecimentos. Com vistas a quê? Para se chegar à eficácia das investigações para chegar aos objetivos que essa CPI persegue, que é o investigar onde está a prática do dolo para a participação de culpados, punição de culpados e formulação de procedimentos novos. Como é que se vai fazer isso se for trabalhar com compartilhamento sem assessoria? Eu não entendo como.

Agora, o Requerimento, a formulação já foi aprovada ontem. Eu quero me solidarizar, em absoluto, com a Senadora Marisa Serrano, que apenas interpretou o que nós acertamos na Reunião de ontem e que foi objeto de aprovação unânime do Plenário também ontem. O que nós temos que fazer é “mãos à obra”, é buscar o esclarecimento. É Vossa Excelência designar

quem são os sub-Relatores e se começar a trabalhar. Fora disso, é tentar tempestade num copo d'água e desmanchar o que prazerosamente nós fizemos ontem, dando alegria a Vossa **Excelência**, a mim, e à sociedade, que deseja investigar...

E quero dizer mais uma coisa, a Presidente está já autorizada, pelo que nós conversamos ontem, a convocar, de forma permanente, assessores do Tribunal de Contas da União para acompanhar os trabalhos desta Comissão. Essas pessoas, por que é que elas não podem ser, elas próprias, designadas pelo TCU, os nossos assessores, não é assessor de Vossa **Excelência**, nem do Relator, é da Comissão junto ao Tribunal de Contas da União. Eles que estão acompanhando aqui a evolução das investigações. Qual é o mal? A não ser que não se queira investigar. Aí, procuraremos, claro, os fóruns que nós saberemos demandar: Ministério Público, Justiça, Supremo Tribunal Federal, que é o que nós estamos querendo evitar. Estamos querendo prestigiar o Legislativo, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que andou bem ontem e que não pode dar uma de caranguejo, caminhar para trás hoje. Eu quero dizer que Vossa **Excelência**, desagrá-la, e dizer que Vossa **Excelência** tem absoluta razão, baseada nos fatos e na lógica.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARIA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senador José Agripino. O senhor Relator pediu a palavra e o senhor Vice-Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Primeiro a discordância. Acho que, em grande parte, os membros da CPI estão um pouco preocupados com o noticiário da imprensa que acentua muito a palavra acordo. Não houve um acordo, houve um entendimento de procedimento. Então, acho que o que... E a imprensa tem toda a liberdade de ter a interpretação dela e fazer o que ela achar ser o mais correto e o mais conveniente para o momento. Mas há, aqui, na minha interpretação, um certo clima, levado pelo conteúdo de como a imprensa noticiou a resolução que tomamos ontem.

Então, nós também temos aqui de decidir se vamos nos deixar contaminar por esse clima ou se vamos voltar ao clima do entendimento de procedimento de ontem. Aonde é que consiste, a meu ver aqui, o maior problema? Evidentemente que vamos discutir, na Reunião administrativa, a questão relativa, mas a expressão comissão ou grupo de Parlamentares, ela foi aqui expressa de maneira muito clara, embora, lendo o Requerimento aqui, fale apenas de compartilhamento, agora, a discordância que teve aqui é a discordância que nós também não podemos diminuir a capacidade dos Deputados e Senadores dessa Comissão. Eviden-

temente que ir, marcar uma Reunião no Tribunal de Contas da União... Irem Parlamentares e Senadores ao Tribunal de Contas da União, certamente nós seremos lá assessorados por membros do Tribunal de Contas da União, que responderão a perguntas, a dúvidas e farão esclarecimentos. O que não foi objeto, a meu ver, de entendimento aqui, foi de que nós pudéssemos, a partir disso, credenciar assessores a irem ao Tribunal, a qualquer hora, a qualquer momento, e ter um procedimento no Tribunal de Contas da União, como estamos tendo com as caixas que estão aqui embaixo. Estas, sim, os Parlamentares podem ter acesso a qualquer hora, a qualquer dia, até acho que isso não seria prudente para o próprio trabalho do Tribunal de Contas da União.

Então, eu acho que precisamos baixar a poeira, controlar aqui a emoção e retomar o espírito, que é o espírito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que não deve satisfação nem ao Governo e nem à oposição. Não é contra nem a favor a esse ou àquele Governo. Nós devemos satisfação à sociedade. Agora, para encaminhar na linha de uma prestação de contas à sociedade, eu acho que nós não podemos aqui nos deixar contaminar por climas que não expressam o espírito daqueles que querem efetivamente produzir um Relatório e uma Legislação mais eficaz, mais rígida, mais dura com o saque, mais limitador do número, que a meu ver, é excessivamente alto, de cartões. Como vamos enfrentar o problema que está latente, acerca do mau uso que houve de cartões das Universidades, todos nós aqui somos procurados, quase que cotidianamente, de que as universidades necessitam de mais recursos.

Então, quero fazer, enquanto Relator, um chamado para que a gente possa retomar o leito natural do espírito que nos guiou na Reunião de ontem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARIA SERRANO (PSDB-MS) – Senhor Vice-presidente, Deputado Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Senhora Presidente, eu gostaria de abordar dois aspectos aqui, rapidamente. O primeiro deles é com relação à fala do Deputado Marcelo Guimarães. Eu acho extremamente pertinente, Deputado Marcelo, você ter chamado atenção para o fato desta matéria que saiu em alguns jornais ontem, notadamente o jornal "Folha de São Paulo", que insistiu em dizer que existiria aqui uma rebelião por parte do PMDB, o que não é verdade. Se existiu algum Deputado da base, ligado ao PMDB, que teve alguma posição discordante aqui, se refere apenas a ele. E gostaria de deixar bem claro que eu não tenho nenhum porta-voz. Embora seja ligado, por companheirismo, aos Deputados de meu partido. Mas

não tenho e nem preciso de nenhum porta-voz que fale em meu nome.

Portanto, se algum jornalista entendeu que o Deputado Carlos Willian era porta-voz do grupo do PMDB, ele está redondamente e completamente enganado. E a segunda ilação que ele fez, uma possível ligação nossa com o grupo, o chamado grupo do Deputado Eduardo Cunha, do Rio de Janeiro, que nós conhecemos, é nosso colega de partido, com o qual nós temos vínculo partidário. Então, é preciso deixar isso bem claro. São ilações maldosas, que nós não podemos deixar de rechaçar-las.

E o segundo aspecto é, primeiro, louvar este entendimento que foi feito ontem. Acho que ontem nós conseguimos avançar muito com essa CPMI que, desde o início, membros dela procuraram descaracterizá-la, inclusive, dizendo que ela não irá dar em nada, que não produziria nenhum efeito para a sociedade brasileira. E nós temos a oportunidade de mostrar ao contrário, Deputado Carlos Sampaio. E esse entendimento que foi feito ontem, é preciso que nós lutemos para preservá-lo. Não deixar que questões extras venham atrapalhar o entendimento que foi construído ontem. E acho que o grande problema, nossa Presidente Marisa Serrano, é que pessoas que não participaram deste entendimento ontem, desta Reunião, que não estiveram presentes, hoje, chegam aqui, já trazendo um outro Estado de espírito, e querendo contaminar o espírito de entendimento que foi feito lá dentro.

Então, eu chamo aqui a liderança do Senador José Agripino, eu chamo aqui a sensatez do Deputado Carlos Sampaio, que participaram, e dos outros Deputados da base, Senador Marconi Perillo e de Deputados e Senadores da base, que participaram dessa Reunião, para que possa imperar esse espírito de entendimento e as pessoas que não participaram da Reunião, portanto, não sabem daquilo que foi tratado lá dentro, que procurem não trabalhar este entendimento construído a duras penas e que pode se traduzir em ganhos para essa CPMI e em ganhos para o nosso trabalho aqui, como Deputados e Senadores. Faço esse apelo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Senhora Presidente, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero agradecer as palavras do Relator e do Vice-Presidente, e pela ordem, Senador Marconi Perillo e, depois, vamos ver se nós nos acertamos aqui. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Dentro do espírito já colocado aqui pelo Relator, Deputado Luiz Sérgio, de conciliação e de retomada do curso natural e normal, equilibrado, iniciado ontem e também de acordo com o espírito já propugnado pelo

Deputado Marcelo Melo, eu gostaria de sugerir a Vossa **Excelência**, conversei, inclusive, com a liderança do Governo ainda há pouco, queria sugerir a Vossa **Excelência** que votássemos os Requerimentos frutos do acordo, ou seja, consensuais, eventualmente, poderíamos votar outros... Depois dessa votação, podemos votar outros que não são frutos do acordo, e, aí, sugeriria a Vossa **Excelência** que suspendesse a Reunião, a fim de que nós pudéssemos realizar uma outra Reunião entre os Parlamentares da oposição e do Governo, a fim de que nós pudéssemos discutir aquilo que foi tratado aqui agora, até de maneira um pouco intempestiva, e retomar o curso do acordo de procedimento acertado na Reunião de ontem. Era isso que eu queria propor.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senador. Se todos... Eu acredito que essa é uma proposta, Deputado Paulo e Senador Marconi, é uma proposta sensata. Se todos estiverem de acordo, então, encerramos essa fase e passamos à fase de discussão e votação–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, estou inscrito.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria de pedir, Deputado Vic, fizemos aqui uma proposta de começar a discutir os Requerimentos. E eu queria pedir a compreensão de Vossa **Excelência** para que a gente votasse, pelo menos, os Requerimentos acordados ontem, se Vossa **Excelência** achar que está bem assim.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu não posso deixar de atender a uma solicitação de Vossa **Excelência**, contanto que Vossa **Excelência**, no final, me dê a palavra para que eu possa falar aquilo que queria falar agora. Obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não? Obrigada. Então, vamos votar agora–

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Senhora Presidente, poderíamos colocar em globo os que são consensuais, se possível.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Primeiro Requerimento na Pauta de hoje é o item 64–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Há Requerimento de pedido de inversão e prioridade–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Do Deputado Carlos Sampaio.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] preferência de um Requerimento.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu também.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Ele teria que entrar antes da votação da ordem do dia.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Tem um Requerimento de preferência para votação do Reitor da UNIFESP.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu queria fazer uma proposta aos Deputados que pediram Requerimentos que foram incluídos na Pauta e, depois, pedida a preferência, que a gente mantivesse aquilo que o Senador Marconi sugeriu. E, com o acordo do Deputado Paulo, primeiro, os que foram acordados ontem. E, depois, acabando esses, nós entramos... Os que tiverem Requerimento de preferência vão ser acordados, certo, Deputado Índio?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, é que, ontem, no entendimento, esse 226 foi entendido... Quer dizer, é a convocação do Reitor da Universidade Federal de São Paulo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O 230 também é pedido de informação de Universidade, da UnB, Presidente. É a mesma coisa.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vamos deixar... Vai ser votado e não está aqui na...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu entreguei a documentação ali, a solicitação.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O secretário está pergando.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – É o item 226. Um pede a inclusão. É o item 226, 205 e 195, e o outro que pede preferência só do item 226–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vamos acrescentar hoje à Pauta e votar também este Requerimento. Eu quero começar o Requerimento aqui–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Mas, Presidente, por favor. Só que tem preferência.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – São tantos que Vossa Excelência vai ter que ter um pouquinho de paciência. Deputado Índio tem que parar um pouquinho, que são muitos. 226?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Isso, Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – 226 e 230.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero só o 226.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – E o 230 é no mesmo caminho, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – 230.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – É da vinda do Reitor da UNIFESP. Senador João Pedro, é a convocação do Reitor da UNIFESP.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – 230. Requerimento de autoria do Deputado Maurício Quintella Lessa. Solicita sejam requisitados documentos e informações, junto ao Sr. Edgar Mamiya, Reitor interino da Universidade de Brasília sobre todos os mecanismos relativos a suprimento de fundos dessa Universidade a partir do ano de 2000. Com a palavra, o autor do Requerimento.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Eu não vou defender, não. Acho que está nos critérios que nós definimos ontem, apenas um pedido de informação dos gastos de conta tipo B e cartão corporativo da UnB.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está em votação. Os Deputados e Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº. 226, do Deputado Índio da Costa... Dos Deputados Índio da Costa e Vic Pires Franco. Solicita convocação do Sr. Ulysses Fagundes Neto, Reitor da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, para prestar depoimento nesta CPMI. O autor do Requerimento.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, eu gostaria de registrar que recebi aqui do próprio Reitor da Universidade Federal de São Paulo, enviou, nessa manhã aqui para a CPMI alguns anexo e informações de que parte desse recurso já foi devolvida aos cofres da União. Eu não tenho ainda a comprovação de que devolveu todos os recursos, conforme, enfim, ele diz na inicial dele aqui, eu julgo ser importante a vinda do Reitor aqui nessa CPMI, para que ele possa nos esclarecer. E, se ao longo do período, que ele envie se enviar de fato todos os documentos, que já resolveu tudo em relação ao Governo, e essa CPMI depois decide. Mas, a aprovação da convocação hoje dele, eu acho de fundamental importância.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputados e Senadores que concordam com a aprovação da convocação do Sr. Ulysses Fagundes Neto, Reitor da Universidade Federal de São Paulo, permaneçam como se acham. Aprovado.

O Requerimento nº. 64. “Requisita que, no prazo de 15 dias, sejam transferidos para essa Comissão to-

dos os documentos e informações que se encontram na administradora de cartão de crédito Ourocard – Banco do Brasil, referentes às movimentações financeiras, de natureza sigilosa ou não, realizados por titulares de cartão corporativo, lotados nas unidades gestoras de Ministérios, Secretarias Especiais do Governo Federal, Autarquias, Empresas Públicas e fundações. Requisita-se ainda que esses dados sejam fornecidos no formato estabelecido pelo VIPF535, utilizados para detalhar as faturas do Governo Federal, acrescidos de campos específicos, que permitem identificar a localidade dos saques e os respectivos estabelecimentos nos quais as compras foram efetivadas. Com a palavra, o autor do Requerimento, Carlos Sampaio. Carlos Sampaio, autor do Requerimento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, vejo aqui uma preocupação por parte de alguns com relação aos “sigilosos ou não”. Eu havia feito um outro Requerimento, em uma outra oportunidade e, portanto, peço que seja acrescido a este que aqueles que, porventura, foram tidos como sigilosos e sejam justificados como tal e concordo que não sejam, por ora, encaminhados a essa CPI.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O autor do Requerimento está excluindo a palavra sigilosa?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Não. Estou pedindo aquele que receber a informação que ele justifique o porquê do sigilo quando não encaminhar a sigilosa.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Deputado, apenas Vossa Excelência poderia corrigir? Tirar, portanto, o elemento sigiloso. A palavra “sigilosas”. Sigilosa ou não. O que está sob sigilo, nós fizemos um debate, apenas porque nós vamos ter que sempre ter um... Uma atenção às palavras aqui.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, apenas para... O General Félix ficou de encaminhar para cá efetivamente aquilo que seria ou não... Aqueles que seriam ou não documentos sigilosos, de forma definitiva. Se, de fato, vai haver isso, eu retiro até a chegada dessa documentação por parte do General Félix. Retiro.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Retira o Requerimento? O Requerimento?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Não, o “sigiloso”. Desde que o General Félix... Até o momento que o... Senhora Presidente, eu reformulo, que seja votado o Requerimento posteriormente à vinda da documentação do General Félix. Eu retiro de Pauta.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Não retira de Pauta o Requerimento, colocando um adendo até–

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Não. Retiro de Pauta, para que seja aprovado, ao depois da vinda do–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Retira de Pauta hoje, não permanentemente...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Retiro da Pauta de hoje.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Requerimento 66. Requer que sejam requisitados, no prazo... É mesma coisa, Deputado? Vossa Excelência vai retirar de Pauta? “Requer seja requisitado, no prazo de 15 dias, e encaminhados a essa comissão para fins de compartilhamento e análise, as informações de natureza sigilosa ou não, referentes aos nomes de todos os titulares de cartões corporativos, lotados nas unidades gestoras dos Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal, Autarquias, Empresas Públicas e Fundações e os respectivos gastos efetuados pelos mesmos, mês a mês, até a presente data.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, nesse caso, a questão toma um outro contorno. E aqui eu peço atenção de todos. Porque aqui se refere exclusivamente a Ministérios e Secretarias. Portanto, nada referente à Presidência da República. Evidentemente, mantenho o Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Os Deputados e Senadores que concordam com o Requerimento 66, de autoria do Deputado Carlos Sampaio permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento nº. 70. Deputado Carlos Sampaio. “Requer sejam requisitadas no prazo de 15 dias e encaminhadas a essa Comissão para fins de compartilhamento e análise as informações de natureza sigilosa ou não, referentes aos limites de despesas fixadas mês a mês para que cada um dos titulares dos cartões corporativos lotados nas unidades gestoras dos Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal, autarquias e empresas públicas e fundações.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Pelo mesmo motivo, mantenho, porque não se refere os dados da Presidência da República.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Para encaminhar, em nome do Partido dos Trabalhadores.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Deputado Carlos Sampaio, Vossa Excelência está colocando,

tanto naquele Requerimento, quanto nesse, tem dados sigilosos. Então, eu queria acompanhar o acordo geral que nós fizemos. Tanto no anterior, que já foi votado, como nesse. Por quê? Vossa **Excelência** coloca Secretarias Especiais. Então, Vossa **Excelência** poderia fazer o mesmo procedimento do outro, na nossa opinião, isto é, gastos sigilosos, acordo entre nós é: Gastos sigilosos podem ser conhecidos, na medida em que você tenha justificativa. Nesse caso do Requerimento, não há justificativa para casos sigilosos, como no anterior não há. Quando Vossa **Excelência** coloca Secretarias, por exemplo, Vossa **Excelência** não deixa claro aonde há sigilo ou não. Então, eu rogo a Vossa **Excelência**, para manter o bom nível do nosso acordo, que Vossa **Excelência** tire a exigência dos gastos sigilosos.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Deputado Paulo Teixeira–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem, Presidente. Quem votou, votou.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)

– Apenas para contraditar, Deputado Índio. Senhora Presidente, eu tenho procurado, durante todo tempo nessa CPI, agir com equilíbrio e visando sempre o bom andamento dos trabalhos presididos por Vossa **Excelência**. Eu pondero com o Deputado Paulo Teixeira, eu nunca fiz acordo sobre essa questão. Fizemos entendimentos de procedimento ontem, e esse entendimento de procedimento, inclusive, colocava, por uma sugestão da própria base de Governo, eles que leram os Requerimentos, eles que definiram como sendo prioridades de acordo. E colocaram de entendimento. E eles colocaram aqui em votação.

Com relação ao item 64, pedi a retirada de Pauta porque os dados seriam, inclusive, os da Presidência da República. Deputado Paulo Teixeira, eu não específico a questão das Secretarias porque não existe nenhum Ministro ou Secretário, cujos dados sejam sigilosos. Os dados sigilosos são da Presidência da República. Então, eu mantenho o Requerimento de nº. 70, até porque, reitero, foi um pedido de inversão de Pauta, formulado pela base do Governo. E com base, eu acho que numa análise criteriosa. Hoje, sim, está se voltando atrás daquilo que foi colocado como pedido de inversão pela base. Então, eu é que rogo agora ao Deputado Paulo Teixeira e com relação–

(falas sobrepostas.)

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Para encaminhar, pelo Democratas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Aparte a Vossa **Excelência**. Nós discutimos o teor desse Requerimento na Reunião passada. E nós tínhamos entrado em entendimento que os gastos sigilosos não

seriam tratados senão por aquele outro procedimento. Dois... Deixa eu terminar.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Eu não entendi.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu vou

chegar. Quando Vossa **Excelência** diz que gastos sigilosos estão só na Presidência, Vossa **Excelência** pode se lembrar que, no organograma que foi trazido aqui pelo Ministro de SGI, General Félix, General Cardoso, as Secretarias da Presidência estão... Elas têm gastos de natureza sigilosa, as Secretarias da Presidência. Quando Vossa **Excelência** pede aqui, estendendo às Secretarias da Presidência, o que é que quero dizer a Vossa **Excelência**? Vossa **Excelência** está aqui tratando dos gastos sigilosos. Se o entendimento que nós tínhamos feito, lá atrás, que o senhor modificaria esses Requerimentos, nós temos toda concordância. Não tem volta atrás. Desde ontem, Deputado Carlos Sampaio, nós tínhamos acordado, porque nós fizemos a inversão de Pauta, contando que Vossa **Excelência** tinha concordado em fazer, naquela outra Reunião, esse...

(falas sobrepostas.)

(soa a campainha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA

SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo, eu quero informar a todos que estou deixando esse pinga fogo aqui, que não é muito regimental, mas para que se esclareia a situação. Não vamos entrar em outro debate do que é sigiloso, se não é sigiloso, se tem a transparência, se não tem a transparência, porque não é esse o teor da Reunião. Eu quero dizer a todos que tenho aqui em mãos, assinado pelo Deputado Carlos Willian, Deputado Paulo Teixeira e Senador Gim Argello... A inversão de ordem do dia de ontem dos Requerimentos que foram objeto do acordo de ontem. Eram de inversão de ordem do dia.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Do entendimento de ontem, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Esses 60 e... O 64, 66,

70 e 72 foram Pauta do nosso entendimento de ontem. Só quero lembrar isso, para deixar bem claro que eles estavam no entendimento que foi feito ontem, que seriam votados hoje. E esses Requerimentos todos, que eu entendi ontem, que seriam votados, ontem na Reunião, eu estava presente, não se discutiu nada de sigiloso, que tirar a palavra “sigiloso”, botar a palavra sigiloso... Eu não lembro de ter ouvido isso. Em momento algum, nós discutimos problema de sigilo lá dentro da Reunião de ontem. Isso... Quero dar meu

testemunho, como Presidente da Comissão, que eu estava presente na Reunião de ontem.

Portanto, o Requerimento vai ser votado... Minha voz hoje está péssima. Mas o Requerimento vai ser votado e, se quiserem votar a favor, votam; se quiserem votar contra, votam, e, aí, quebra o acordo que tinha feito ontem. Mas isso não foi discutido no acordo de ontem, nada de sigilo, em momento nenhum. Está em votação o Requerimento—

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Na condição de autor.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O autor, como autor do Requerimento—

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)

– Apenas eu ia esclarecer o que Vossa Excelência esclareceu. Em momento algum, eu toquei ontem, ou qualquer pessoa, todos que estão aqui sabem, sobre questão de sigilo. Em momento algum, esse assunto foi referido na Reunião. E peço que qualquer membro que esteve na Reunião diga o contrário do que estou dizendo agora, em momento algum. Primeiro ponto.

Segundo ponto, disse-me o Deputado Paulo agora que ele gostaria de esclarecer essa questão da Secretaria Especial. Poderia ter um gasto sigiloso. E pedi-me ele, aí é diferente, que, após a nossa Reunião, que vai ocorrer, que eu sobrestasse esse pleito para que, após a Reunião, votássemos. Assim, eu concordo. Sobrestamos, vamos para a essa reunião, daí voltamos para votar. Eu concordo com o sobrestamento desse Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, foi sobrestado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sobrestou qual? O 70?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Foi o 70. Está sobrestado o 70. 72, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, “requer seja requisitado junto aos Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal, autarquias, empresas públicas e fundações, para fins de compartilhamento e análise, cópia de todos os procedimentos, de natureza sigilosa ou não, que, até a presente data, foram por elas recebidos no Tribunal de Contas da União, apontando desvio de finalidade no uso dos cartões corporativos, bem como requer-se ainda sejam requisitadas, no prazo de 15 dias, cópias dos procedimentos administrativos instaurados por esses mesmos órgãos, visando sanar as irregularidades apontadas pelo referido agente fiscalizador. Com a palavra, o autor do Requerimento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, na verdade, o que peço aqui são

procedimentos que foram apontados pelo TCU como irregulares e registro que o Requerimento 72, que é esse que está em Pauta, é idêntico ao 71. Só que o 71 são gastos da Presidência da República e por isso não entrou em Pauta e o 72 refere-se a Ministérios, autarquias e Secretarias. Portanto, mantenho o Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Requerimento nº. 72 está em votação. Os Deputados e Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. Requerimento nº. 74: “Requer sejam requisitadas junto aos Ministérios, Secretarias Especiais do Governo Federal, Autarquias, Empresa Públicas e Fundações para fins de compartilhamento e análise, cópia de todos os procedimentos de natureza sigilosa ou não, que até a presente data foram por eles recebidos na Controladoria-Geral da União, apontando desvios de finalidade no uso dos cartões corporativos, bem como requerer-se ainda que sejam requisitadas, no prazo de 15 dias, cópia dos procedimentos administrativos instaurados por esses mesmos órgãos, visando sanar as irregularidades apontadas pelo referido agente fiscalizador”. Com a palavra, o autor do Requerimento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Trata-se do mesmo Requerimento referente ao TCU, só que agora com procedimentos instaurados pela CGU. Eu só pediria, com a aquiescência de todos, a Presidência tem adotado o procedimento de adotar o prazo de cinco dias corridos. E, como são informações que são informações de meio magnético, eu gostaria de modificá-lo tão-somente para isso porque nós vamos ter, nos próximos 15 dias, me parece que de 10 a 15 dias, para investigar os documentos. E aqui eu fixei 15 dias imaginando que ele fosse ser aprovado no início da CPI. Como é agora, só modificaria ele para que colocássemos cinco dias corridos, como tem sido todos os Requerimentos que saem por parte da Presidência.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Os Srs. Senadores e Deputados que concordam com a votação do presente Requerimento, permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento nº. 177, de autoria da Deputada Perpétua Almeida: “Requer todos os relatórios analíticos existentes no TCU sobre despesas realizadas com recursos oriundos da conta tipo B”. Com a palavra, a autora do Requerimento.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Senhora Presidente, no Requerimento original, eu já fiz inclusive uma ressalva, no texto original, ressaltando aqueles protegidos por sigilo. Só para ficar claro que nós vamos estar votando... O 177 e o 178

já estão com essas duas ressalvas. Nós vamos estar votando os dois Requerimentos, mas garantindo a proteção do que é sigilo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Aqueles Deputados e Senadores que concordam com o Requerimento 177 permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento 178: “Requer todos os relatórios analíticos existentes na CGU sobre as despesas realizadas com recursos oriundos de contas tipo B...” Continua a ressalva? “Ressalvando os de natureza sigilosa”. Senadores e Deputados que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento 218: “Solicita ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão cópia dos processos administrativos com a prestação de contas dos cartões de crédito corporativos dos 20 funcionários responsáveis, segundo o SIAF, pelas maiores despesas realizadas através de saques, no ano de 2007”. Os autores do Requerimento Deputado Vic e Deputado Índio. Eu gostaria que ligasse o microfone do Deputado Índio. Não está funcionando?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Após uma minuciosa análise nossa, e as informações dadas pelo Governo de que o pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estava utilizando, retirando tanto dinheiro, a gente achou um valor muito alto, disseram que essas retiradas eram justamente por causa do censo do IBGE. E, como as notas fiscais ainda não chegaram aqui, a gente faz um específico, pedindo que venham prestações de contas desses 20 nomes, que são os maiores sacadores do recurso público em dinheiro, para a gente ter informação aqui e saber como é que eles gastaram esse dinheiro. Como sacaram, a gente já sabe. E quanto também. Temos que saber aonde gastaram.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação o Requerimento 218, de autoria dos Deputados Vic e Índio. Os Deputados e Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento 219: “Solicita ao Banco do Brasil e à Companhia de Meio de Pagamento – VISANET – o total consolidado da receita auferida por estes cartões corporativos provenientes dos estabelecimentos comerciais que efetuaram transações com os cartões corporativos, obrigados a pagar a estes, comissões de até 4,5% sobre cada transação”. Deputado Vic e Deputado Índio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, o Governo Federal, na nossa suspeição, está tendo prejuízo com essa... Esse serviço de utilização de cartões. Quer dizer, não só tem uma

série de desvios, pequenos ou médios, enfim, na utilização do cartão, como também não houve licitação para a escolha da bandeira. Não houve licitação para a escolha da credenciadora e não houve licitação para a escolha do Banco.

O Diretor do Banco do Brasil esteve aqui e nos informou que há uma lei específica que diz que o Banco do Brasil é o Banco da União. Portanto, ele poderia, por uma lei específica, ser escolhido. Acontece que o Banco não licitou a bandeira e o Banco não licitou a credenciadora. E como há um percentual de até 4,5%, ao que pese a não cobrança de taxa para o usuário do cartão, portanto, o Governo Federal, através do Tesouro, não está pagando nada para ter o cartão do Banco do Brasil com a bandeira VISA, há um pagamento de até 4,5% de todos os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, quando recebem algum pagamento em cartão, pagam até 4,5% para esse sistema, que envolve o Banco, envolve a bandeira e envolve a credenciadora. Dependendo do valor que o Banco do Brasil e, sobretudo, o VISANET e a bandeira VISA lucraram, VISA e a bandeira, talvez o Governo esteja tendo prejuízo. Então, a gente está querendo entender aqui essa realidade. Esta é a razão do Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação o Requerimento 219. Os Deputados e Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento nº. 46, Senador Marconi Perillo: “Requer ao TCU a realização de inspeções e auditorias dos respectivos órgãos: Ministério dos Esportes, Ministério das Cidades, SEPPIR, SEAP e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestarem informações”. Com a palavra, o autor.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Senhora Presidente, este Requerimento—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nº. 46.

ORADO NÃO IDENTIFICADO: Está na folha separada.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Isso faz parte do acordo, Deputado Paulo. Senhora Presidente, esses dois Requerimentos, um, requerendo ao Tribunal de Contas da União e outro, requerendo ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, têm como objetivo solicitar a realização de auditorias em alguns órgãos governamentais, sobretudo aqueles onde nós tivemos problemas de desvios quanto às finalidades dos cartões corporativos. Eu queria dizer à senhora Presidente e ao Sr. Deputado Paulo, com quem temos procurado manter essa linha de entendimento, que o que nós acabamos de assistir, ainda há

pouco, ou seja, o constrangimento a que se submeteu o Deputado Carlos Sampaio de ter que retirar ou sobrestar dois Requerimentos que foram acordados na Reunião de ontem, não pode continuar, sob pena de nós não termos como confiar em mais nenhum acordo aqui nessa Comissão.

A oposição tem colaborado com a CPMI para que ela possa continuar os seus trabalhos. Eu pediria aos Parlamentares da base do Governo, ao senhor Relator, que aceitassem a discussão, votação e aprovação dos dois Requerimentos de iniciativa do Deputado Carlos Sampaio porque eles fazem parte de um acordo acertado, um acordo de procedimento, acertado na Reunião de ontem.

E eu pediria aos Deputados da base do Governo que concordassem com a aprovação desses dois Requerimentos de minha autoria. São Requerimentos que solicitam providências aos órgãos de controle externo e de controle interno. E o Deputado Carlos Sampaio havia me afiançado ontem que estes dois Requerimentos e mais o 195 estavam dentro do acordo.

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de encaminhar, o senhor Relator me pediu a palavra, para um esclarecimento que ele precisa.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Como o Requerimento, ele pede a realização de inspeção, no meu entender, esses dois Requerimentos poderiam ser convertidos de sugestões ao Relator. Por quê? Porque, no Relatório final, nós poderemos, entre os muitos encaminhamentos propostos, propor auditoria em algumas áreas. Quer dizer, ela já é quase, a meu ver, a conclusão de um processo. Então, a meu ver, eu solicitaria, dentro de um entendimento possível, que isso fosse transformado em sugestão ao Relator. E eu assumo que vou levar em consideração as sugestões que aqui estão apresentadas. Porque aqui diz, olha a realização de inspeção e auditoria nos respectivos órgãos. Ao meu entender, isso é quase que uma conclusão final de Relatório de CPI.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Relator, nós estamos aqui para colaborar com o encaminhamento dessa CPMI. O que nós queremos é a apuração rigorosa dos fatos, nós queremos que toda e qualquer suspeita em relação à má utilização dos cartões corporativos possa ser apurada rigorosamente e essa CPI possa dar uma resposta à sociedade brasileira. Agora, concordo com a sugestão que Vossa Excelência.. Aliás, tendo a concordar, desde que nós possamos fazer o entendimento aqui com a base do Governo, Deputado Paulo, no sentido de aprovar

o Requerimento 195, que já consta, inclusive, de um Requerimento de inversão, proposto pelos Deputados Índio e Vic Pires. Se for possível celebrar esse entendimento aqui, eu posso transformar esses dois Requerimentos em sugestão ao Relator e, ao mesmo tempo, como titular da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, eu vou apresentar, como titular da Comissão de Fiscalização e Controle, esses dois Requerimentos, solicitando essas providências no âmbito interno do Senado Federal. E aí, do ponto de vista da CPMI, eu sugeriria transformar em sugestão a Vossa Excelência Mas, para isso, eu gostaria de solicitar à bancada governista a aprovação do 195.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Pela ordem, Senadora Marisa Serrano.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo, para encaminhar?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Apenas para dialogar com o Deputado—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Com o Senador Marconi Perillo, Senador, eu, lendo seu Requerimento, o senhor pede uma auditoria do Tribunal de Contas em diversos órgãos.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Isso já está praticamente acordado com o Relator.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – E também num período de 2006 a 2008. O que eu queria dizer é o seguinte: Se há acordo nisso, nós gostaríamos de um tempo para analisar o pedido de Vossa Excelência Só não quero dizer de pronto porque não consegui analisar o outro Requerimento que Vossa Excelência está propondo. Então, pediria um tempo para fazê-lo, tendo em vista que há um excesso de trabalho, um excesso de trabalho, essa Comissão tem tomado tempo de todos os Deputados e Deputadas. Algumas questões que nós estamos votando, inclusive, precisam de um critério, e nós podemos notar divergência nesse critério.

Portanto, Senador Marconi Perillo, eu queria pedir a Vossa Excelência que não consegui... Marconi Perillo, analisar o tema que Vossa Excelência está propondo e me prontifico a fazê-lo, mas não consigo fazê-lo num curto período de tempo, para saber qual é o alcance de vosso pedido. Então, se há um acordo já no primeiro ponto, peço a Vossa Excelência compreensão para fazer uma análise mais detida sobre esses aspectos.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Senhor Deputado Paulo, o Requerimento 195 é muito simples, muito objetivo. Nós estamos solicitando–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Eu só quero concluir. Não, porque eu quero fazer–

(soa a campainha.)

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – –Tentar buscar um entendimento aqui, Presidente. Eu deixaria–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É, mas nós estamos em processo de votação–

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Eu transformaria, concordaria em transformar em sugestão ao Relator, desde que ficasse assegurada a votação do 195. Eu não vejo motivo para preocupação por parte da base governista. Nós estamos pedindo relatórios dos beneficiados nos cartões, cujos gastos se deram acima de dois mil reais. Não vejo problema nenhum. Apenas informações no Tribunal de Contas da União.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Apenas estava lendo o Requerimento de nº. 195, eu não encontrei qualquer justificativa para explicar o dos objetivos. Então, a...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – O objetivo é a informação.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Sei. Todos aqui temos objetivo de informação. Alcance de informação. O que eu peço a Vossa **Excelência** –

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Isso é muito subjetivo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Deputado Paulo Teixeira, se me permite–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo, continue, por favor.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Nós, então, o seguinte... Eu estou aqui solicitando que nós não temos capacidade de entendimento, e aí eu falo da minha, que não é tão grande como de meus colegas, para análise de Requerimento nesta Sessão. Então, como ele não está na inversão de Pauta, eu gostaria de dizer a Vossa **Excelência** –

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Só um aparte, se me for permitido, Senadora, para

dizer ao Deputado Paulo Teixeira que não há nenhuma possibilidade de o Requerimento feito pelo Deputado Marconi Perillo não estar dentre os documentos que nós analisaremos no TCU. Não há essa possibilidade porque foi tudo objeto de auditoria e inspeção pelo TCU. O que ele solicita é aquilo que nós vamos lá ver, só que não o sigiloso. Eu não vejo por que não se aprovar por essa razão.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Deputado Carlos Sampaio, Vossa **Excelência** tem motivos para não ver por que; eu tenho motivo para cada passo que der, dar com segurança. Por isso eu estou pedindo que, já os dois Requerimentos de 46 e 47, já foram acordados, esse Requerimento de nº. 195, nós queremos pedir a Vossas **Excelências** que nós posamos estudar para saber do que se trata.

Então, mesmo com a análise anterior, nós temos, digamos assim, entendimentos diversos, imagina com algo que nós não podemos analisar.

Portanto, nós queremos pedir paciência aos Srs. Parlamentares, tendo em vista que a nossa capacidade de deglutir não é tão alta quanto Vossas **Excelências** gostariam, embora nós tenhamos dado um passo importante desde ontem e hoje.

Como Vossa **Excelência** está na oposição, me disse ontem que tem disposição de ficar em Brasília na sexta, no sábado, no domingo, na segunda, nos feriados, eu vou dizer da minha limitação. Tenho ficado em Brasília apenas cinco dias porque também tenho cuidado de outros temas. Portanto, não estou conseguindo deglutir os temas na velocidade que Vossas **Excelências** têm de compreensão. E, como nós temos mais de mil caixas lá embaixo, também suponho que nós podemos esperar para fazer o entendimento disso. Quero pedir a Vossas **Excelências** essa compreensão–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Para encaminhar, pelo Democratas.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar, pelos Democratas, Deputado Índio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, eu gostaria de informar, primeiro, ao nosso dileto Deputado Paulo Teixeira, que não há mil caixas lá embaixo. Até ontem, 348 caixas.

Segundo, que as caixas vêm, de fato, muito desorganizadas e que nós aqui estamos tendo um trabalho enorme de levantar quem está e quem não está nessa caixa.

Terceiro, que eu já conversei com os técnicos aqui da Comissão e gostaria de solicitar, não sei se isso é em forma de ofício ou se a gente precisa fazer uma votação aqui sobre esse assunto e um Requerimento,

mas que cada caixa venha ordenada com o relatório que, na própria caixa, identifique o Ministério, a unidade gestora, o nome e CPF da pessoa que tem aquele cartão, o período concentrado daquele cartão e o tipo de suprimento, se são contas B ou se são cartões que estão lá dentro. Com isso, senhora Presidente, eu tenho certeza que a demanda do Senador Perillo, ela se torna absolutamente desnecessária.

Quero informar, Deputado Paulo Teixeira... Quero só informar, Deputado, que todas as informações que estão sendo solicitadas aqui; os relatórios de beneficiários de usuários do cartão de pagamento do Governo Federal que gastaram valores acima de dois mil reais, segundo informações da Controladoria-Geral da União, que são 9% do total de usuários, a imprensa toda já tem isso, nós temos isso, faço um Relatório em dois segundos para o Senador Perillo. Isso não tem dificuldade.

Segundo ponto, informações sobre critérios para concessão de cartão contendo cargo e lotação do servidor. Isso aqui o Governo Federal não informou até agora. É uma questão de procedimento, que é para saber o seguinte, por que é que A tem direito ao cartão e B não tem. Qual é a razão pela qual—

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Gostaria que o Deputado Índio terminasse seu encaminhamento. Para encaminhamento, Deputado Índio.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Só para terminar meu encaminhamento. E o detalhamento das faturas, pelo período de 2002 e 2007, que o Governo Federal está encaminhando todas elas para cá também, dentro dessas caixas. Portanto, o senhor, como Deputado governista, poderia contribuir com essa Comissão, solicitando... Foi inclusa na Pauta. Foi votada. Esse Requerimento foi votado. Se quiserem votar contra, votem contra. Mas, de qualquer maneira, não têm nada demais nesse Requerimento que o Governo já não tenha ou esteja encaminhando para essa Casa. Portanto, nós, Democratas, votaremos de acordo com o Senador Perillo.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria só de informar, o Deputado Carlos Willian não está aqui hoje, mas, foi dito ontem, lá na Reunião, que eram 11 Requerimentos que seriam acordados. Foi-me dada a lista, eu pedi, depois, ao Deputado Carlos Willian que me passasse a lista, porque eu... Eu falei: “Olha, deixa eu checar minha lista aqui”. Ele tinha a lista assinada e ele me

passou e passou esses dois. Quer dizer, infelizmente, ele não está aqui hoje para confirmar isso.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Deputado Paulo Teixeira ouviu?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Marconi Perillo, vamos colocar em votação, então, não houve o acordo. Então, colocamos em votação o nº. 46. Os Deputados—

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhamento, Deputado Manato.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Qual é o Requerimento que está sendo votado?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – 46.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Senhora Presidente, nós estamos discutindo o 195. Nós discutimos o 195.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Estamos discutindo o 46. É o que está em votação. Deputado Manato e, depois, Senador, para encaminhar, o Senador Júnior.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Eu sou favorável ao Requerimento. Acho que o nobre Senador tem razão, tem que ser investigado, é o TCU, é uma responsabilidade do TCU. Essa, além disso, aqui também, que coloco como sugestão. Então, sou favorável ao Requerimento do nobre Senador.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador ACM Júnior, para encaminhar pelos Democratas.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Os Democratas estão a favor também do Requerimento Senador Marconi Perillo, requerendo ao TCU a auditoria nos órgãos que estão descritos aqui. Então, nós somos favoráveis.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Em votação, o Requerimento nº. 46.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu quero encaminhar pelo Partido dos Trabalhadores.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelo Partido dos Trabalhadores, Deputado Paulo, para encaminhar.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Olha, nós estamos num clima muito positivo a partir de ontem, aqui na CPI. O clima, a partir de ontem, chegou no sentido de dar um passo adiante. Há poucos minutos

atrás, houve um acordo do proponente com o Relator, poucos minutos atrás.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu sei, eu sei, mas Vossa Excelência–

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – [pronunciamento fora do microfone].

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo, para encaminhar.

(soa a campanha.)

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então, o entendimento era que esses 45 e 46 tinham que ser... Estavam em entendimento com o nosso Relator. O 196, Senador Marconi Perillo... 195, o 195 é um tema que o senhor trouxe agora para nós. Eu não tive conhecimento anterior desse tema.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Deputado Paulo, um aparte.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Marconi–

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo, encaminhe. Vossa Excelência está encaminhando pelo PT. Como vota o PT?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Contra.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Contra. Votação do Requerimento nº. 46. Votação nominal.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Pela ordem, Senhora Presidente. Por favor. Como autor do Requerimento. Esse acordo foi feito incluindo os dois Requerimentos. O Relator, Deputado Luiz Sérgio, solicita verificar a possibilidade de transformá-lo em sugestão ao Relator. Eu admiti a possibilidade de concordar com essa sugestão, desde que nós pudéssemos substituir os dois Requerimentos pelo 195. Não foi possível, eu quero pedir para que seja sobrestado–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não há condições. Estamos em processo de votação.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Gostaria de solicitar ao Deputado Paulo Teixeira que cumprisse o acordo feito ontem. Esses dois Requerimentos estão dentro dos 11 e eu pediria a ele que cumprisse o acordo e votasse a favor.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian. Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Eu voto contra e quero aqui justificar. Ao aceitar um Requerimento que já solicita realização de inspeção e auditoria, a meu ver, eu estou antecipando aquilo que é objeto do Relatório final. Respeito, acho que há coerência no Requerimento, vou levar ele em consideração na análise do Relatório, mas eu, enquanto Relator, não posso concordar com uma antecipação de uma determinação daquilo que cabe, a meu ver, ao Relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Marcelo Melo. Deputado Maurício Quintella. Deputado Nelson Meurer–

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo Teixeira, voto conhecido. Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho. Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Silvio Costa. Antônio Roberto. Deputados João Magalhães, Marcelo Teixeira... Deputados Affonso Camargo; Alexandre Silveira; Índio da Costa; Deputado Severiano Alves; Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não, com o Relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Edson Duarte. Senadores: Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marconi Perillo, voto conhecido. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PDT-AM) – Não, senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Serys; Paulo Paim; Wellington Salgado; Almeida Lima; Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery; Efraim Moraes.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sim
SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Alvaro Dias; Flexa Ribeiro; Renato Casagrande; Marcelo Crivella; Valter Pereira; Valdir Raupp. Deputado Carlos Willian?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Com a orientação do meu líder Paulo, eu voto não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Índio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Naturalmente, voto sim, senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sete sim, oito não. Foi rejeitado. Requerimento nº. 47, “requer ao Ministro-Chefe Jorge Hage, da CGU, a realização de inspeção e auditorias nos seguintes órgãos: Ministério dos Esportes, Ministério das Cidades, SEPPIR, SEAP e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para prestar informações”. Com a palavra, o autor Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Senhora Presidente, eu peço a retirada da Pauta. Eu percebo que a base do Governo não quer nada nessa CPMI. É um absurdo fazer entendimento de procedimento num dia, no outro, descumprir os entendimentos que foram feitos... Não concordo com esse tipo de postura. Isso apequena essa CPMI, não participo de nenhuma Reunião mais de Requerimento e gostaria de pedir que V. **Excelência** retirasse da Pauta esse Requerimento e também o 195. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Requerimento 105, do Deputado Manato, “requer a realização de Audiência Pública para discutir o uso e administração dos cartões de pagamento do Governo Federal pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional”. Esse Requerimento... Deputado Manato, eu ia... Vossa **Excelência** me permite? Nós pedimos a todos aqueles que foram pedidos para incluir na Pauta, que a gente deixasse para o final. Portanto, não votamos esse. Deixamos para o final...

E vamos ao 133 da Pauta, que todos têm aí. 133, Senador José Nery não está presente. 179, Deputados Índio da Costa e Vic Pires Franco. “Solicita o acesso aos registros do SUPRIM, controle de suprimentos de fundos da Presidência da República”. Com a palavra, o autor do Requerimento.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, para continuar com esse trabalho, essas informações que a gente vem tendo aí, evitar o papel e facilitar o manuseio digital.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação o Requerimento

179, de autoria do Deputado Índio... Dos Deputados Índio e Vic.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Para encaminhar, contra. Isso não tem acordo, né?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, não. Agora não tem mais. Não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Mas não estava no entendimento.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu avisei que agora começávamos a Pauta de votação. O 179–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito bem, senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Não estava no acordo, vamos votar contra, a base do Governo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A base do Governo vota contra. Votação nominal. Senadores... Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Pela ordem, Presidenta.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nós estamos em processo de votação.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – É que nós tínhamos feito uma proposta, que foi aceita por Vossa **Excelência** que assim que votasse o núcleo consensual, nós faríamos uma Reunião. Foi isso que foi encaminhado. Portanto, acabou o núcleo consensual, para aquele diálogo nosso, em relação ao tema anterior. Só queria lembrá-la dessa proposta, que inclusive foi feita naquele momento, encaminhada pelo Senador Marconi Perillo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Marconi Perillo está aí?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Saiu.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Enquanto isso, nós vamos continuar a votação. Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Luiz Sérgio. Deputado Marcelo Melo. Maurício Quintella. Nelson Meurer.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Teixeira–

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho, Vic Pires,

DEPUTADO VIC PIRES (DEM-PA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Silvio Costa, Antônio Roberto, Deputados João Magalhães, Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Nilson Mourão, Vignatti, Deputado Affonso Camargo, Alexandre Silveira, Índio da Costa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Edson Duarte. Senadores: Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-PA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marconi Perillo.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Está a caminho, senhora Presidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Não, senhora Presidente. A caminho não é voto.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Serys... Paulo Paim; Wellington Salgado; Almeida Lima; Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery; Efraim Moraes; José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Alvaro Dias; Flexa Ribeiro; Renato Casagrande; Marcelo Crivella; Valter Pereira; Valdir Raupp; João Vicente Claudino.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, só a título de curiosidade, o Senador Crivella faz parte aqui dessa Comissão?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Faz parte... Vencemos.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Encerrou a votação? Chegou mais um Parlamentar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Encerrou.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Já estávamos somando os votos. Cinco sim, nove não. Foi rejeitado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Um detalhe só. Vocês também são muito rigorosos.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Aqui ainda é uma democracia.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, só para esclarecimento. Presidente, houve verificação de **quorum** ou nós estamos fazendo tudo nominal? É um acordo de procedimento...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, não tem acordo de procedimento.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Por que é que não faz simbólico e depois, se houver verificação...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Mas foi votado. A base do Governo votou contra... Aliás, o PT encaminhou contra, os outros não encaminharam. Aí, não sei como é que os outros vão votar. nº. 183: “Requer à Controladoria-Geral da União – CGU – informações sobre gastos efetuados por funcionários das empresas estatais com o cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF, desde o momento de sua instituição, bem como complementar os dados fornecidos pelo Portal da Transparência”. Deputado Augusto Botelho. Desculpe-me, não está presente e eu li. Deputado Manato está presente. 189... 189, Deputado Manato: “Requer sejam solicitadas informações da PETROBRAS”. Com a palavra, o autor do Requerimento.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Senhora Presidente, eu... Essas informações, eu acho que se a gente está querendo dar transparência a todos os órgãos, como nós temos observado que as Universidades e os Reitores tiveram também uns gastos exorbitantes, eu acho que também a PETROBRAS tem que pegar e dizer para nós quem tem cartão corporativo, a quantidade, quem usa. Eu acredito que isso é questão de transparência. Por isso eu voto favoravelmente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação o Requerimento 189. Ninguém para encaminhar? Senador João Pedro vai encaminhar? Você vai encaminhar?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Tem acordo com esse Requerimento? Foi acordado?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não faz parte de acordo nenhum.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – A PETROBRAS está tão bem que não precisa nós estarmos examinando os cartões. Não tem por que. Tem ação na Bolsa... É contra, senhora Presidente. Contra.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Contra. Votação nominal. Deputado... Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, por não ter entrado na conversação de ontem, eu voto não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Luiz Sérgio; Marcelo Melo; Maurício Quintella; Nelson Meurer.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Teixeira, Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho; Vic Pires.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Manato, voto conhecido. Silvío Costa; Antônio Roberto; João Magalhães; Marcelo Guimarães.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Affonso Camargo; Alexandre Silveira. Índio da Costa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Severiano Alves; Perpétua Almeida; Edson Duarte. Senadores. Demóstenes Torres; Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marconi Perillo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – **Excelência**, tem um Deputado que foi credenciado, em substituição a um outro Deputado, e acho que não sei se chegou já...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu pediria ao líder que viesse conversar com o nosso Secretário para ver a documentação... João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PDT-AM) – Não, senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Serys; Paulo Paim; Wellington Salgado; Almeida Lima; Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery; Efraim Moraes; José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Alvaro Dias; Flexa Ribeiro; Renato Casagrande; Marcelo Crivella; Valter Pereira; Valdir Raupp; João Vicente Claudino. Deputada Perpétua Almeida... Vossa **Excelência** não votou porque Vossa **Excelência** é suplente e todos os titulares estavam presentes, menos um. E quem votou é o segundo suplente, que é Marcelo Guimarães, que é suplente, completando... Marcelo votou. Nove votos não, seis sim. O Requerimento foi rejeitado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputado Índio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Nós estamos agora seguindo a Pauta normal?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pauta normal. Faltam quatro Requerimentos. Requerimento nº. 192. Os autores não estão.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, o Requerimento 183, de autoria do Deputado Augusto, ele me pediu que fizesse a sustentação do Requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele não está presente, Carlos. Carlos, é anti-regimental.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Se não há possibilidade regimental, então, eu retiro o pedido.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O 200, como é da minha autoria, eu gostaria que o Deputado Carlos Willian assumisse aqui a Presidência.

(troca de presidência.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidenta, uma questão de ordem aqui. O 190 o que a senhora fez?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) –

O Presidente é o Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Presidente Carlos Willian.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Ele não está na Ordem do Dia.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

O Presidente?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Ele não está na Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não está na Ordem do Dia, Deputado Manato. Deputado Vic, era a mesma pergunta?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Como?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Era o mesmo questionamento?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Não, Deputado, eu pensei que fosse miragem.

[risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Requerimento de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “requer a transferência de todos os dados relativos às despesas efetuadas por cartão corporativo, contas tipo B ou mecanismos congêneres, resguardados por quaisquer modalidades de sigilo ou não, no âmbito do gabinete pessoal do Presidente da República, durante os mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva”. Para encaminhar, a autora do Requerimento, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Quando apresentei esse Requerimento, foi com o intuito de colocar um ponto final, espero eu, em todas as questões relativas aos cartões corporativos, às contas tipo B, relativos aos Governos, aos mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Igualar os dois mandatos, dos dois... Do último Presidente e do atual Presidente. De qualquer forma, se nós quisermos transparência e que todos tenham acesso ao que é sigiloso num e no que é sigiloso no outro, o que pode ser visto, o que não pode ser visto, de qualquer forma, esse Requerimento era para que a gente pudesse realmente ter transparência em todas as questões, não só nos cartões corporativos, mas nas contas tipo B também. Se nós quisermos saber o que se passa nesse país e se pudermos olhar como... Se tivermos a autoridade, que ontem a base do Governo nos deu, de podermos olhar as contas e, inclusive, sigilosas, daquilo que foi verificado pelo TCU, eu não vejo por que os Deputados

e Senadores, que podem ir ao TCU olhar contas sigilosas, não possam olhar as contas sigilosas referentes aos cartões corporativos e a todo tipo, aliás, todos os tipos congêneres, porque todos os tipos de suprimentos de fundos são utilizados no Governo Federal nos dois mandatos. Acho que isso calharia a toda essa questão se nós tivermos essa oportunidade. Portanto, era esse o teor do meu Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Para encaminhar, o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, essas informações são da maior importância para que essa CPMI chegue ao seu objetivo. Portanto, os Democratas encaminham a favor da aprovação do Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Em votação o Requerimento. Srs. Senadores: Demóstenes Torres; Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Marconi Perillo, ausente. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sim. Senador João Pedro, ausente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Como ausente, senhor Presidente? Não, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senador João Pedro, não. Senadora Serys... Senadora Serys, ausente. Senador Paulo Paim, ausente. Senador Wellington Salgado, ausente. Senador Almeida Lima, ausente. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PDT-DF) – Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não. Senador José Nery, ausente.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sim. Presente aqui, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Ah, o senhor está do lado ali. Senador José Nery, sim. Deputados... Suplentes: Senador Efraim Moraes; Senador José Agripino; Senador Alvaro Dias; Senador Flexa Ribeiro; Senador Renato Casagrande; Senador Marcelo Crivella; Senador Valter Pereira, Senador Valdir Raupp; Senador João Vicente Claudino.

Encerramos a votação dos Senadores. Passamos agora a dos Srs. Deputados. Deputado Carlos Willian, não. Não voto? Lamentavelmente, eu não voto.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Ou Vossa **Excelência** achou que estava sentado nessa cadeira à toa?

[risos].

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Ele achou que era uma miragem, eu achei que era um pesadelo e vi que tem racionalidade.

[risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Muito bem. Não queria votar contra a Presidente. Deputado Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Como nós vamos ao Tribunal para verificar esses dados, esse Requerimento foi feito antes do acordo de procedimento, por isso voto não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Deputado Luiz Sérgio, não. Deputado Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não. Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não. Deputado Nelson Meurer.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Como nós vamos ao Tribunal de Contas da União, acho que esse Requerimento perdeu o seu valor, tendo em vista que esse acordo fora feito ontem e o Requerimento da Senadora é anterior ao entendimento feito por todos os membros desta Casa. Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não. Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sim. Deputado Augusto Carvalho, ausente. Deputado Vic Pires.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhor Presidente, em respeito à Senadora Marisa Serrano, nossa Presidente, ao trabalho que ela vem desenvolvendo, magnífico aqui, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Senhor Presidente, eu estava muito inclinado, antes, a votar sim. Agora, a partir do momento que tem esse acordo que nós vamos ter todos esses dados aí, lá no TCU, e eu faço questão de ir lá também, eu até gostaria de retirar o 190 já de Pauta também porque aí é incoerência minha. Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não. Na oportunidade, depois da votação, o senhor faz a solicitação de retirada, Deputado Manato. Deputado Sílvio Costa, ausente. Deputado Antônio Roberto, ausente.

Vamos chamar os suplentes: Deputado João Magalhães; Deputado Marcelo Guimarães.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA) – Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Deputado Affonso Camargo; Deputado Alexandre Silveira.

DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA (PPS-MG) – Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Deputado Índio da Costa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Entendendo a razão de Vossa **Excelência** estar sentado nessa cadeira agora, senhor Presidente, sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Deputado Severiano Alves, ausente. Deputada Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Com todo respeito à nossa Presidência e pelo belo trabalho que ela vem fazendo, mas, acima de tudo pelo acordo que foi feito depois desse Requerimento, é não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não. Deputado Edson Duarte, ausente. Vamos proclamar o resultado da votação.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhor Presidente, só para registrar, enquanto está se calculando aí, que há Requerimento sobre a Mesa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Após essa votação, devolvendo a Presidência à ilustre Senadora Marisa Serrano, ela colocará em discussão.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Mas o senhor pode ficar aí. O senhor está bem nessa posição, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Muito obrigado. 11 não e cinco sim. Portanto, o Requerimento foi rejeitado. Devolvo a Presidência à Senadora Marisa Serrano.

(troca de presidência.)

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Pela ordem, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, eu fiquei preocupado se teria sido injusto com Vossa **Excelência** quando aqui afirmei que o Requerimento que nós votamos ontem, a base do Governo, teria votado num Requerimento para que uma Comissão fosse designada a ir ao TCU. Não que isso possa ser, depois, fruto de uma conversa e não se vá uma Comissão, vão os outros Deputados. Acho que fui muito incisivo. E pedi para conferir as notas taquigráficas da Sessão de ontem. À uma hora, um minuto e 24 segundos, ontem, quando Vossa **Excelência** anunciou a votação do Requerimento que permitiria que essa Comissão ou, enfim, Deputados e Senadores fossem ao TCU, o Deputado Paulo Teixeira usou da palavra e disse o seguinte: “Solicito que seja acrescentado ao Requerimento que vai ser uma Comissão”. À uma hora, dois minutos e quatro segundos, a Presidência diz: “Vossa **Excelência** pode estar certo que vai ser uma Comissão”. Notas taquigráficas de ontem, Presidente. Só para deixar registrado que eu não fiz confusão. Isso está nas notas taquigráficas recebidas de ontem. Então, nós aprovamos aqui um Requerimento onde Vossa **Excelência** incluiu que seria uma Comissão. Nada impede, porém, que, numa futura Reunião, se defina que vão todos os Parlamentares. Mas o que nós aprovamos ontem foi isso. Por isso a nossa indignação naquele momento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – Eu mandei verificar isso porque não temos notas taquigráficas aqui, não sei de onde vieram, porque não temos aqui taquígrafas que possam anotar. Mas, mesmo assim, agradeço a Vossa **Excelência**.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – CPMI dos Cartões Corporativos, 10ª Reunião, 15 de abril de 2008.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Continuando nossos Requerimentos, o 209, do Deputado Manato, continua, Deputado Manato? Eu não entendi bem qual era o que o senhor estava retirando. O 209, penúltimo. Aqui tem o Deputado...

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Com certeza, continua.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, Requerimento 209, “requer ao Banco do Brasil cópia dos contratos firmados

pelo Governo Federal e a VISANET e REDECARD”. Deputado Manato, com a palavra.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Esse Requerimento eu fiz porque nós gostaríamos de saber sobre esse contrato. Quando o nobre Deputado Vic Pires e Índio da Costa fizeram esse Requerimento, eles não pediram ao Banco do Brasil. Então, eles foram negados porque não pediram ao Banco do Brasil. Então, eu fiz o Requerimento pedindo ao Banco do Brasil, que acho que é importante ter a cópia desses contratos, até para saber sobre esses 4,5%, como é que é feito isso, por isso esse Requerimento está sendo feito.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Uma Questão de Ordem, senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de Ordem, Deputado Índio.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Há três votações, Requerimentos sobre a Mesa, pedindo de inversão de Pauta, não foi lido.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nós estamos aqui encaminhando o último Requerimento, do Deputado Manato. Em votação, o Requerimento nº. 209. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

O Senador Nery não está presente, não é isso? À Mesa... Senador José Nery. Senador Nery.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – Requerimento 133, que “requer a solicitação do Ministério da Casa Civil cópia de todos os documentos relativos aos anos de 2001 a 2007, apresentados ao Tribunal de Contas da União”. Senador José Nery, com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhora Presidente, Senadora Marisa Serrano, Srs. Deputados, Senadores, Senadoras, Sras. Deputadas. Este Requerimento de informações seria algo absolutamente natural se não fosse o conjunto de dificuldades que têm se criado aqui para garantir que informações de prestações de contas, se a despesa, como foi dito, é secreta... Enfim, mas a prestação de contas é pública.

Então, o que nós estamos requerendo é que o Ministério da... A Casa Civil envie o conjunto de documentos do período de 2001 a 2007, que foram apresentados ao Tribunal de Contas da União, baseados naquela mesma compreensão nossa, senhora Presidente, se o Tribunal de Contas pode ter acesso a esses documentos, como é que é negada essa informação a uma Comissão Parlamentar de Inquérito?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero informar a Vossa

Excelência que, ontem, no acordo feito, de procedimentos, feito pelos Deputados e Senadores, os Deputados e Senadores terão acesso aos documentos do TCU.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Clamo, então, rogo, então, pela aprovação do Requerimento puro e simplesmente. Obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Em votação, o Requerimento. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Senhora Presidente, para encaminhar contra, até porque Vossa **Excelência** acaba de dar uma boa informação para o nosso querido Senador José Nery, que vai timidamente no Governo anterior nosso, mas pega todo o Governo. Timidamente, vai um ano, só 2001 para 2007.

Agora, quero dizer para Vossa **Excelência** que a nossa Presidente acaba de informar, fruto de um entendimento, nós vamos ao TCU e vamos ver essas contas sigilosas no TCU, através de uma Comissão formada por Senadores e Deputados, e espero que Vossa **Excelência** compareça. Mas nós vamos ver tudo, e não só até 2001.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se Vossa **Excelência**, Senador–

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Encaminhamento contra, da base aliada.

DEPUTADA PERPÉtua ALMEIDA (PCdoB-AC) – Senhora Presidente, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Acho que eu posso fazer um Requerimento... Senador José Nery?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhora Presidente, se há um acordo para obter essas informações no Tribunal de Contas da União e há Requerimentos tratando do mesmo assunto, nós temos aqui duas opções: Ou cumpra-se o acordo ou, então, a votação dos Requerimentos, inclusive todos que tratam de informações, sejam atendidas a partir desse entendimento agora. Não vejo razão... Se é um acordo, acho que todos os Requerimentos, o acordo é justamente esse, tudo que seja citado de informações deve ser garantido a essa Comissão. Então, não vejo razão para o encaminhamento contra, que é apresentado pelo Senador João Pedro, com todo respeito e atenção que eu tenho àquilo, ao trabalho que ele realiza. Mas acho que tudo que é informação relativa ao TCU deveria ser chancelado, aprovado por esta Comissão.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Vou fazer um teste aqui. Vamos ver se dá para a gente andar mais rápido. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Estamos em votação. Aqueles que concor-

dam permaneçam como se acham. Por maioria... Foi rejeitado.

Requerimento sobre a Mesa. Requerimento de inclusão na Pauta, de nº. 60. Requerimento do Senador... Do Deputado Carlos Sampaio. “Requer seja requisitada junto à Secretaria da Presidência da República para fins de compartilhamento e análise no prazo de 15 dias as informações de natureza sigilosa ou não, referentes aos titulares dos cartões corporativos abaixo relacionados, bem como requisita-se ainda que, neste mesmo prazo, sejam encaminhadas para esta Comissão as informações e Requerimentos abaixo especificados”. Com a palavra, o autor do Requerimento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, essas informações me foram passadas pela Secretaria da Presidência da República. Na verdade, ela só me encaminhou, e não poderia fazer de outra forma, os documentos não sigilosos. Portanto, os dados que constam aqui, por equívoco meu, constou sigilosos ou não, mas nenhum desses são sigilosos. Então, eu suprimo a palavra “sigilosos ou não” e peço, mais uma vez, a compreensão dos nobres pares aqui para que mude de 15 dias para cinco dias, tendo em vista que nós não estamos mais no início dessa CPI, mas no meio dessa CPI. “Sigilosos ou não”.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, o Deputado Carlos Sampaio retira o texto “sigiloso ou não”... Retira o texto “sigiloso ou não” e, além disso, muda o prazo de 15 dias para cinco dias. Em votação o Requerimento do Deputado Carlos Sampaio. Aqueles que aprovam, permaneçam como se acham. Foi rejeitado. Deputado, o Senador João Pedro, que está coordenando continua rejeitando. Nominal.

(soa a campanha.)

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, como autor, eu pedia, por gentileza, que o Relator pudesse me ouvir. Essas informações, eu, quando encaminhei um ofício à Procuradoria da República, eu encaminhei o ofício à Procuradoria expressamente constando: “Solicito sejam encaminhados pela Procuradoria os dados não sigilosos ao autor da representação”, que fui eu. E ela encaminhou tão-somente os não sigilosos. Não tem por que constar aqui “de naturezas sigilosas ou não”. Eu suprimi esse termo. Tão-somente aqueles que não são sigilosos. Portanto, é esse reparo que faço e peço a compreensão de todos porque não há motivação, uma vez que esses dados constam aqui da CPMI.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Senhora Presidente, só para esclarecer que é matéria vencida. É matéria vencida.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Não, não. Até porque foi solicitada a verificação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Senhora Presidente, veja só, eu quero chamar a atenção. Vamos ter calma–

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador João Pedro, só para esclarecer a Vossa **Excelência** que não é matéria vencida porque, no momento em que houve conflito aqui, ninguém sabia como ia votar, pediram que fosse nominal. E, então, achei que, fazendo nominal, daria para dirimir todos os problemas que poderiam surgir.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Então, deixa eu dialogar com o autor, porque ele suprime duas palavras na Ementa... Na Ementa, não, na introdução, nós votaríamos se ele suprimisse os itens 03, 04 e 05 da sua justificativa. Porque ele trata dos ecônomos aí. Então, ele mantém isso... Eu quero só chamar atenção dos nobres Senadores e Deputados que estão aqui. Tem um jabuti imenso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Tanto não tem gato, que eu concordo com o suprimento dos três incisos por eles colocados.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Isso é para ninguém pré-julgar. Senador João Pedro, como...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Deputado, Vossa **Excelência** só trabalha, na realidade, nesse Requerimento, os ecônomos. Até o item 7, qual desses ecônomos realizou, até a presente data, saques em espécie para aquisição de bens e serviços. Quer dizer, V. **Excelência** mantém uma lógica que eu respeito, mas–

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Se me concede um aparte, Senador, os ecônomos que fizeram saques já estão no Portal da Transparência. O ecônomo que não é sigiloso, que fez saque, já consta no Portal da Transparência.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Desculpe. Olha, Deputado Carlos–

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Esse item 11 da justificativa, Deputado Carlos.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Fica suprimido esse item 11.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Ok.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Algo mais para tirar do Requerimento? Algo mais para ser suprimido? Não? Podemos votar? Podemos.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Senhora Presidente, tem acordo suprimindo o item 11, sete, seis, cinco, quatro e três.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É isso, Deputado Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Vossa **Excelência** incluiu os incisos VI e VII?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – XI, VII, VI, V, IV e III.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Concordo com a supressão.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Com a concordância do Deputado Carlos Sampaio, votação simbólica. Os Deputados e Senadores... Deputados e Senadores que concordam com o presente Requerimento, permaneçam como se acham. Aprovado, com as ressalvas devidas.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Apresentadas pelo Senador João Pedro.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O último Requerimento deste dia “requer, nos termos do art. 301 do Regimento Interno...” Requerimento 205. É o último de hoje. De autoria dos Deputados... Deputado Índio e Vic Pires Franco. “Solicita a vocação da SENHORA Dilma Vana Rousseff, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, para prestar depoimento nesta CPML. Com a palavra, o autor do Requerimento.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, Presidente. Deputado Vic, vem cá que... Eu queria só fazer–

(soa a campanha.)

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, eu queria pedir silêncio um minutinho. Eu queria pedir silêncio um minutinho.

(soa a campanha.)

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Olha só. A gente está num momento absolutamente delicado aqui. Presidente, eu peço sua atenção. Eu vou ser muito objetivo. Eu peço sua atenção. Nós estamos num momento muito delicado aqui. A Ministra Dilma, ela virá duas vezes ao Senado, uma, para tratar de cartão

corporativo e uma outra para tratar de outro assunto numa Comissão Permanente. Aqui, na CPMI, essa já deve ser a quarta convocação. E nós faremos a quinta, a sexta, a sétima, a décima, a trigésima... Perderemos ou ganharemos. Vou só passar a palavra para o guerreiro dessa convocação, desse Requerimento, que é o Deputado Vic Pires. Mas quero dizer, junto comigo, queria dizer o seguinte, fazer a abertura, é preciso que a base aliada pense o ridículo que é ficar negando essa aprovação aqui, sendo que ela já está vindo se explicar, do mesmo assunto, fora da CPMI.

Quer dizer, na realidade, essa CPMI, está perdendo, perante a opinião pública, na medida em que a Ministra Dilma virá para cá, terá que responder em outro fórum nessa Casa. Acho absolutamente desnecessário que ela não sente aqui e nos dê as explicações. Ela vai saber o que ela pode falar, o que não pode falar, o que ela deve falar, o que ela não deve falar, enfim, ela é guerrilheira, assaltou banco, seqüestrou, enfim, tudo; ela já fez tudo que foi suficiente pelo Brasil, segundo ela.

Agora, que ela deveria vir aqui tratar do assunto, que é do Ministério dela, e ela está se esquivando, através da base aliada, e, no final, ela virá aqui ao Senado se explicar sobre esses cartões, acho que beira ao ridículo nessa Comissão a gente não aprovar a vinda da Ministra Dilma Rousseff. Queria passar a palavra aqui para o Deputado Vic Pires.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Deputado Índio é muito meu companheiro. Só falta eu dizer assim: “Meu nome é Vic, meu nome é Enéas”. Porque não tenho mais tempo. Se a senhora me permitir, eu vou continuar aqui.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Vossa Excelência é do PMDB?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Engraçado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Quero. Agradeço. Presidente, minha Presidente, ontem, eu cheguei aqui e fui procurado por alguns colegas. Deputado Índio, nós perdemos a oportunidade de trazer a Ministra Dilma aqui ontem. Ontem, a base estava eufórica... A base do Governo. Chegaram aqui comigo alguns companheiros que estão aqui e disseram assim: “Vic, nós queremos votar hoje com vocês”. Não deixo de conversa porque não levo conversa para CPI. É verdade. Quem estava aqui sabe o que falou comigo. “Queremos votar com contigo porque o Governo isso, o Governo aquilo”. Nós fomos burros da oposição ontem. Nós fomos deixar vocês irem para aquela sala ali; passaram uma hora, uma hora e meia naquela sala, aí ajeitaram a situação, a base do Governo, toda bonitinha, atendeu, liga para cá, liga para acolá,

e aí voltou todo mundo sorrindo. Aí, depois, pegaram aqui, desculpa o termo, os trouxas, nós, e nos levaram de novo para aquela sala. Aí, fizeram o tal do acordo, que falaram tanto. Acordo, acordo, esse entendimento disfarçado de acordo, e tal, acordo de procedimento. E que deu no que deu.

A imprensa está ali todinha, ali, de binóculo. Pensa que ali só tem cego? Não. Está só de binóculo em cima da gente. O que a gente faz aqui. E aí, no outro dia, chega aqui e “desdiz”, como diz o caboclo lá no Pará. Tudo. Não. A gente tem que assumir as posições. Nós perdemos a oportunidade, nós vamos perder aqui. Vou votar sim, Vossa Excelência vai votar sim, nós perdemos a oportunidade ontem, quando a base do Governo estava insatisfeita e chegou aqui, pulando, feito macaco...

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Desculpe, eu quero tirar, que eu não quero que leve para nenhum lado. Eu fico realmente com pena de alguns companheiros aqui, companheiros mesmo. Porque tem aqui uns Deputados companheiros, que são pau para toda obra. Carregam lata de cimento na cabeça, não é, Deputado Carlos Willian? Não estou me referindo a Vossa Excelência. E tem os intelectuais, aqueles que são atendidos lá no Palácio do Planalto, que conversam com a Ministra Dilma, que têm acesso à Ministra Dilma, que fazem o jogo intelectual dessa CPI, que o jogo de carregamento de lata de cimento na cabeça, alguns Deputados carregam lata de cimento aqui na cabeça, para fazer o trabalho do Governo. O Governo diz: “Pula!” Não se pergunta mais nem que altura para saber se vai morrer ou não. Pula. Nós não vamos aprovar a Ministra Dilma. Eu sei que vai ser o quê? Nem sei o resultado.

Mas não vamos aprovar. Mas nós gostaríamos muito, senhora Presidente, que a Ministra Dilma viesse aqui. Ministra Dilma, daqui a pouco, eu já disse isso, ela vai entrar fácil para esse programa de proteção à testemunha. Ninguém sabe que essa mulher existe. Onde ela está, quem é. A gente só sabe que ela é a mãe do PAC. E o dossiê? Ela não vai explicar o dossiê? O dossiê não existiu?

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu estou encaminhando; é sobre o dossiê...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas já acabou o tempo, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu vou dar mais um minuto–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Deixa eu falar, que vão votar não mesmo. A Deputada Perpétua está dizendo.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Não, não é o ego, Deputada Perpétua. Eu estou falando, tenho certeza que represento uma parte muito grande da opinião pública, que gostaria de ver a Ministra Dilma sentadinha ali, bonitinha, falando e explicando se esse dossiê foi feito ou não lá. Ela diz: “Não, na foi feito”. Se esse dossiê foi feito, aonde. “Não, não foi feito”. Por quê? Eu aprendi que quem não deve não teme, não é verdade? Então, pronto, ela vem e senta aí. Cada vez que ela foge de vir aqui, mais a gente fica desconfiado, mais a opinião pública fica desconfiada de que se está escondendo alguma coisa.

Então, era isso eu tinha para falar. Eu sei... Ontem eu vi, quando eu vi aqui os Deputados chegando para falar comigo, aí eu disse assim: “Quando a esmola é demais, o santo desconfia”. Por isso que eu cheguei tarde naquela Reunião. Fui arrancado pelo meu companheiro para ir para lá para ouvir o que tinha para dizer porque eu não fiz acordo.

Então, eu gostaria que os Deputados da base repensassem e votassem para que a Ministra Dilma viesse aqui. Marcasse uma data aqui e viesse aqui. Eu estava embromando um pouquinho para chegar os outros dois Senadores, eu encerrei o que eu tinha para falar. Mito obrigado.

[risos].

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Tudo que ele disse foi embromação. Ele acabou de afirmar.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Uma questão de ordem, Presidente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Para encaminhar, em nome do Partido dos Trabalhadores.

(soa a campanha.)

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Posso fazer minha Questão de Ordem, Presidente? É sobre o processo. Rapidinho. Artigo 300 e...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Eu estou no meio de uma questão de Ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vamos votar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, senhor Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Posso fazer minha questão de Ordem?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Deputado Maurício vai fazer uma questão de Ordem aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu pediria... Deputado, um minuto. O Senador Antonio Carlos Magalhães está vindo votar, está numa homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães na Comissão de Constituição e Justiça–

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não chegamos nem na votação ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só pediria que colhesse o voto do Senador.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não começamos a votação ainda.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Que isso, Flexa? Não tem votação ainda.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Como líder do Democratas, Presidente.

(soa a campanha.)

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Por favor. Eu gostaria de pedir à Comissão que... Por favor, como líder do Democratas, Deputado, eu queria–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Índio, o Deputado Maurício pediu questão de ordem–

(falas sobrepostas.)

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Eu não tenho compreensão. Eu tenho preferência e prioridade. Por favor.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Maurício, questão de Ordem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Queria só que a senhora me garantisse a palavra. O art. 334, Presidente, é Vossa Excelência que vai decidir a questão de ordem. O art. 334 do Regimento Interno do Senado, da prejudicialidade, “o Presidente de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador declarará prejudicada a matéria dependente de deliberação do Senado”. Inciso segundo, “em virtude seu pré-julgamento no Plenário em outra deliberação”. Esse outro do Requerimento de convocação da Ministra Dilma já foi julgado, já foi votado e já foi rejeitado no Plenário dessa Comissão. Então, eu pediria a Vossa Excelência que fizesse valer o artigo 334.

Se Vossa **Excelência** entender... Se Vossa **Excelência** entender que a argumentação dessa convocação é diferente da primeira, eu gostaria que Vossa **Excelência** declinasse quais são as duas argumentações porque, como disse o Deputado, isso poderia vir a terceira, a quarta. Isso é forma de desgastar a Ministra. E não nos interessa isso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – Respondendo à vossa questão de Ordem, a justificativa e a argumentação são diferentes.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Para encaminhar em nome do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Gostaria de saber quais são. Isso é matéria vencida, Presidente. Pré-julgada já.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Enquanto... Eu vou pedir ao Vice-Presidente que faça a leitura porque hoje estou com minha voz... Vossa **Excelência** pode fazer a leitura para mim? Por enquanto, o Vice-Presidente vai fazer uma leitura aqui.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Uma preliminar.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Requerimento de autoria do Sr. Deputado Vic Pires Franco e Índio da Costa.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Qual a data, Presidente Marcelo?

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Não tem a data aqui. Recebido em 01/04/08. “Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e da lei 1579, de 18 de março de 1952, requeremos a convocação da SENHORA Dilma Vana Rousseff, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, para prestar disposição nessa CPMI, criada para apurar, no âmbito do Governo Federal, possíveis casos de uso abusivo do chamado cartão corporativo, criado pelo Decreto de nº. 2.809/98 e instituído a partir de 2001, ano em que passou a ser efetivamente utilizado, em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga ao processo licitatório. Justificativa...” Quer que leia também? A justificativa: “A partir de agosto de 2001, o Governo Federal, com o intuito de dar maior controle, transparência e agilidade aos gastos públicos eventuais e de pequeno vulto, que não demandam processo licitatório, passou a adotar os chamados cartões de crédito corporativos. No entanto, vieram a público notícias de que, não raras ocasiões, os cartões foram utilizados de forma abusiva, revelando um novo escândalo de corrup-

ção do Governo Lula, distribuídos inicialmente apenas a Ministros e aos servidores federais, os cartões foram disseminados de forma indiscriminada na Administração Pública, existindo atualmente cerca de 11 mil cartões, utilizados por mais de sete mil servidores públicos. A farra com os cartões veio a público quando descobriram-se despesas com o cartão corporativo da Ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, SENHORA Matilde Ribeiro. Foram gastos 110 mil com locações de automóveis, mais de cinco mil em restaurantes e 461 em um Free Shop. E, infelizmente, isso não foi um fato isolado. Têm-se observado, ano a ano, o avanço dos gastos por esse instrumento criado essencialmente para pagamentos emergenciais e de pequeno vulto. Se, em 2002, foram gastos um milhão e 200 mil reais, em 2007, os gastos ultrapassaram a Casa dos 75 milhões e oitocentos mil, sendo mais da metade desse valor sacado em espécie.

Por todos esses motivos, tentamos, em outra oportunidade, convocar a SENHORA Dilma Vana Rousseff, mas vimos frustradas as nossas tentativas, já que houve rejeição do Requerimento. A revista **Veja** trouxe na edição 2053, de 26 de março de 2008, a denúncia da existência de um dossiê produzido dentro do Palácio do Planalto, que faz referências a gastos do gabinete pessoal do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo a imprensa, o dossiê faz observações sobre determinados tipos de despesas, principalmente com bebidas e guloseimas. Não há, nas informações reunidas sobre o Governo anterior, uma sequência de datas ou de padrão, dando a impressão de que podem ter sido pinçadas, típica peça produzida na tentativa de desacreditar o trabalho sério de alguns membros dessa CPMI, que tentam realizar.

Matéria do jornal “Folha de São Paulo”, de 28 de março de 2008, apurou que a ordem para que fosse montado o referido dossiê, divulgado pela revista **Veja**, teria partido da SENHORA Erenice Guerra, Secretária Executiva da Casa Civil e a servidora mais próxima da SENHORA Dilma Vana Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil. A coordenação dos trabalhos teria ficado a cargo do Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, SENHORA Maria de La Soledad Barro Castilho, que teria coordenado servidores cedidos na montagem de uma força tarefa, encarregada de desarquivar os dados da Presidência, contas tipo B e cartões corporativos, no período de 1998 a 2002.

Assim, em que pese ter sido rejeitado o Requerimento proposto por esse Parlamentar, visando a convocação da SENHORA Dilma Vana Rousseff, a gravidade dos dados trazidos pelo jornal “Folha de São Paulo” demanda que seja o presente Requerimento novamente submetido à deliberação desta CPMI, para que a

SENHORA Ministra possa informar ao Parlamento as razões pelas quais houve a criação dessa força-tarefa, encarregada de elaborar o mencionado dossiê acerca de despesas com suprimentos de fundos da Presidência, no período de 1998 a 2002.

Ademais, sua presença nessa Comissão será de suma importância para que ela possa esclarecer, tanto a veracidade das informações quanto as intenções das mesmas, já que pessoas que tiveram acesso aos dados do dossiê constataram que se apresentam desprovidos de uma sequência lógica de análise. Por essas razões, apresentamos o presente Requerimento. Assinam os Deputados Vic Pires Franco e Índio da Costa.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, senhor Vice-Presidente. O próximo, a justificativa do próximo Requerimento para a mesma convocação da mesma pessoa é de nº. 06, dos Deputados Índio e Vic Pires Franco–

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Foi rejeitado no dia 26/03/08.

(falas sobrepostas.)

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhora Presidente, Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Srs. Deputados e Deputadas, eu queria, nesse momento, explicitar à nossa Comissão uma proposta que apresentei ontem, na Reunião dos líderes partidários, com o Presidente do Senado, quando tratava de definir a Pauta de votações dessa semana, e o assunto foi o funcionamento da CPMI.

Eu vou fazer uma rápida justificativa, Presidente, e pedir um encaminhamento. Eu creio que, no processo de avanço democrático que o país vem conquistando, ao longo dos últimos 20 anos, com muito sacrifício de todos e todas, eu creio que não pode ser considerado como algo extemporâneo ou algo grave o fato de uma autoridade do Poder Executivo vir ao Congresso, vir a uma CPI, vir a uma Comissão, esclarecer fatos que precisam, evidentemente, do tratamento público esclarecedor.

Então, nesse sentido, eu queria sugerir, foi o que eu sugeri ontem na Reunião de líderes, eu obtive o apoio de, pelo menos, dos líderes da oposição, e não obtive uma negativa, de pronto, dos líderes da base aliada, no seguinte sentido: A possibilidade de construir um acordo entre Governo e oposição para um convite à Ministra Dilma, a vir aqui na Comissão, porque ela está convocada para ir na Comissão de Infra-Estrutura

tratar de cartão corporativo, quando lá não é atribuição da Comissão tratar isso.

Então, o que é que eu queria pedir, solicitar aos Deputados Índio da Costa e Vic Pires Franco e outros Requerimentos que tratem de mesmo assunto, que sustasse a votação, que suspendesse a votação desses Requerimentos em nome da possibilidade de um acordo republicano para, quem sabe, obter a presença da Ministra Dilma de uma forma... Sob a de convite, desde que haja aqui, seja pactuada a forma desse convite para esses esclarecimentos. Eu perguntaria aos autores do Requerimento, Deputado Vic Pires e Índio da Costa, e demais Senadores que tenham Requerimentos de determinado teor, se nós poderíamos suspender a votação desse Requerimento de convocação, em nome da busca de um acordo que permitisse, quem sabe, um acordo para um convite posterior, quem sabe, na próxima semana. É a proposta que eu faço aos eminentes autores do Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Índio, Vossa Excelência aceita a proposta?

(falas sobrepostas.)

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Pela ordem, Presidente. O ilustre Deputado Maurício Quintella formulou a Vossa Excelência uma questão de ordem, devidamente fundamentada. Vossa Excelência suspendeu o debate, estava buscando informações–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Nilson, o Senador Nery pediu aqui uma questão de ordem e fez–

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vossa Excelência, talvez, não estivesse aqui, mas eu disse que tudo aquilo que for para que a gente possa fazer o entendimento, a gente faria. Se o Senador Nery está fazendo uma proposta de entendimento–

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Não, mas, Presidente, não tenho nada a opor quanto a sugestão do Senador Nery. Mas a questão de ordem do Deputado Quintella precisa ser respondida por Vossa Excelência–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vai ser respondida.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Porque Senão amanhã haverá novos Requerimentos sobre o mesmo assunto.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vai ser respondida. Deputado Vic.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – E enquanto não for respondida, presidente?

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Índio. Eu queria entender o seguinte, Presidente, está prejudicado?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ainda não. Não respondemos a questão de ordem.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu queria, então, aguardar a questão de ordem.

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O nosso Vice-Presidente já está com a segunda justificativa para ler.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Grande parte da justificativa deste Requerimento é a mesma que eu li no Requerimento anterior. Portanto, eu gostaria de pedir autorização dos Srs. Deputados e Senadores para ler só aquilo que é diferente no Requerimento. O senhor concorda, Deputado Índio?

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Por mim, tudo bem. Se nem quiser ler, está bom.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Fica valendo o que eu li no trecho “infelizmente, não foi um fato isolado”. “No que toca à Presidência da República, algumas informações necessitam ser esclarecidas perante este Parlamento e à sociedade brasileira”. Primeiro, porque, de acordo com inúmeras notícias divulgadas pela imprensa e atestadas pelo site... Aqui está site, mas eu imagino que é site do Portal da Transparência, vários servidores lotados na Presidência da República utilizaram seus cartões corporativos em compras irregulares, nos mesmos estabelecimentos, revelando indícios de fracionamento de despesas, que teria ocasionado fuga ao desnecessário processo licitatório.

Segundo, porque noticiado pela imprensa que as despesas realizadas por meio do cartão de servidor da Presidência foram em parte retirados do site do Portal da Transparência, sob o pretexto de preservar a segurança do Estado. Ora, este é um fato que fere de morte a necessária publicidade da gestão da coisa pública, princípio fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, art. 37, *caput*. Sábias são as palavras do Ministro Marco Aurélio de Mello. ‘Se a Presidência tem gastos, esses gastos têm que ser revelados. Não há preceito na Constituição Federal que, interpretado e aplicado, direcione a esse sigilo quanto aos gastos do Poder Público’.

Desta forma, faz-se necessário que essa CPMI se aprofunde nas investigações, com vistas a averiguar se os cartões corporativos, criados para dar maior agilidade e transparência ao setor público, têm-se prestado a objetivos diversos, de modo abusivo com o desvio da finalidade, driblando o processo licitatório, os princípios constitucionais do art. 37 da Constituição Federal ou, mais grave, servindo ao locupletamento dos seus usuários. Pelo exposto, a presença da SENHORA Ministra Chefe da Casa Civil é uma oportunidade ímpar nesta CPMI, não só para execução esta Comissão na investigação dos fatos, como também para prestar os esclarecimentos necessários sobre gastos realizados pelo Poder Legislativo Federal”. Assinam Deputado Índio da Costa e Vic Pires Franco.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, o Senador José Nery fez uma proposta, eu admito retirar a questão de ordem, a prejudicialidade, se houver também, por parte da oposição, a intenção de se retirar esse Requerimento e não se colocar mais. Eles retirando, eu retiro a preliminar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, com todo respeito—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ficou explícito que são duas justificativas diferentes.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – —Com todo respeito, mas eu não entendi a proposta do meu companheiro, Deputado Maurício. Nós vamos retirar e acabou? Esquece a Dilma, morreu... Entra para o programa de—

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Então, se não tem acordo, eu mantenho a prejudicialidade.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Mas que acordo é esse? Nós vamos entrar com esse acordo? Nunca vi isso na minha vida. É a primeira vez. Na minha terra, esse acordo se chama até uma coisa que eu não posso falar aqui, mas um negócio assim maluco.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Não, eu entendi, mas estou sem entender.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero só consultar o Deputado Índio, as alegações são diferentes, mas eu quero saber se retira ou coloca-se em votação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA)

– Senhora Presidente, retira por quê? Por que retira?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Estou só perguntando.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

O Senador Nery fez uma proposta no sentido de se discutir a vinda dela aqui, como convidada, marcada e acertada e acordada, pela primeira vez eu falo aqui, com a base do Governo. Vamos, primeiro, então, cinco minutos, suspende a Sessão, vamos lá para salinha, acorda bonitinho, para que ela venha para cá–

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não tem acordo, Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Ah, aí vocês não querem. Então, pronto. Mas vocês querem fazer acordo? Como? Retirar a Dilma e aí ela não vem? Então, senhora Presidente, eu acho que–

(falas sobrepostas.)

(soa a campanha.)

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Presidente, eu mantenho a preliminar. Gostaria que Vossa Excelência decidisse–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Ela já decidiu, Deputado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Requerimento vai ser votado. E, portanto–

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Então, Vossa Excelência decidiu?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela

ordem, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputado Índio. Deputado Índio, com a palavra.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Muito

obrigado. Eu queria só entender o seguinte: Senador, por favor, nós, todos os Requerimentos de convocação que fizemos aqui, em primeira mão, se acordou no início aqui do trabalho da CPMI que seria um convite. Portanto, nós aprovamos o Requerimento que, ao invés de ser uma convocação, pelo que já foi acordado é um convite. Lá, desde o começo, da primeira Sessão. Então, se é isso e a base aliada estiver de acordo, nós votamos favoravelmente. É isso?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Gostaria de saber do Deputado Maurício se substituir a palavra–

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Não, Vossa Excelência eu mantenho.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Índio, Vossa Excelência propõe a substituição da palavra convocação por convite?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) –

Sim.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Eu mantenho a prejudicialidade e espero a decisão de Vossa Excelência para poder recorrer ou não. Só isso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA

SERRANO (PSDB-MS) – Pode recorrer, que não... As duas justificativas são diferentes. E, portanto, ele pode ser... Tramitar normalmente–

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – então, o recurso. Questão de ordem, art. 405 do Regimento Interno do Senado Federal. A questão de ordem será decidida pelo Presidente. Eu formulei uma questão de ordem e será decidida pela Presidente, com recurso para o Plenário, de ofício ou mediante Requerimento, que só será aceito se formulado por um líder. Então, formulo a Vossa Excelência, como vice-líder do PR o recurso, e solicito a Vossa Excelência que consulte o Plenário sobre a prejudicialidade, cabe ao Plenário decidir–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA

SERRANO (PSDB-MS) – Aqui seria o Plenário do Senado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Não, Presidente. Não é o Plenário do Senado. Por analogia, é o da Comissão. Isso é aplicado à Comissão, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA

SERRANO (PSDB-MS) – É, aí teria que ser para... Segundo orientação seria a CCJ da Câmara...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-

AL) – CCJ só se for matéria constitucional. Não é.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA

SERRANO (PSDB-MS) – Art. 408. “Havendo recurso para o Plenário sobre decisão da Presidência em questão de ordem, é lícito a esta, solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional”.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Não é o caso, Presidente. Tem que ser Plenário aqui. Solicito que o Plenário seja ouvido. Por isso que a preliminar tinha sentido no acordo. Eles não entenderam o Regimento. O Plenário tem que deliberar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Senhora Presidente, pela ordem. Senhora Presidente, pela ordem. Senhora Presidente, pela ordem.

(soa a campanha.)

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, pela ordem. Senhora Presidente, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vamos colocar aqui...

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A minha decisão. Vou colocar aqui a minha decisão.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vou colocar em votação o Requerimento. E os Deputados e Senadores que não concordarem requeiram à CCJ. Em votação.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhora Presidente, questão de ordem–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação o Requerimento nº. 205, de autoria dos Deputados Índio da Costa e Vic Pires Franco.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Vossa Excelência não está... Presidente, me explica a decisão de Vossa Excelência. Não entendi.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vai ser votado o Requerimento que nós acabamos de ler, nº. 205, do Deputado Índio da Costa e Vic Pires Franco, convocando a SENHORA Dilma Rousseff para vir a esta CPMI.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – [pronunciamento fora do microfone].

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O recurso foi indeferido. Em votação. Em votação. Posso fazer, sim, senhor Deputado.

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vossa Excelência recorre–

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Eu estou recorrendo ao Plenário. Está aqui no Regimento. A senhora é Senadora, é Presidente, mas não é maior do que o Regimento.

(falas sobrepostas.)

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhora Presidente, questão de ordem, art. 132 do Regimento comum.

(falas sobrepostas.)

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, não é Plenário do Senado. Senão, não teríamos efeito da suspensão. Isso é com efeito suspensivo. Tem que ser decidido aqui. Esse Regimento é subsidiário na Comissão. O que se aplica lá se aplica cá. Não pode, Presidente. Me desculpe, mas não pode.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Questão de ordem, senhora Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, questão de ordem. Eu só não entendo por que é que a base do Governo não quer votar o Requerimento da Dra. Dilma... Não é o mesmo Requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Questão de ordem, senhora Presidente–

(soa a campanha.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se Vossa Excelência pegar o art. 48, XI...

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou a este Regimento, ressalvado ao autor recurso para o Plenário, que decidirá, após audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É a mesma coisa.

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O que vale para um vale para outro.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não vou mais discutir. Realmente, não dá para discutir.

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – E o 132 é irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – [interrupção no áudio] me desculpa, mas é lamentável.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Fique V. Excelência com a sua proposta que eu fico com a minha. Pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça. Em votação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, nós vamos, então, votar e o Deputado vai ficar com o lamento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Requerimento nº. 205.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Votação simbólica, né, Presidente?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian. Deputado Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Deputado Luiz Sérgio, Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDG-GO) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Nelson Meurer.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Paulo Teixeira. Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim, senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho, Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Silvio Costa. Antônio Roberto. Affonso Camargo. Alexandre Silveira, Índio da Costa.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Edson Duarte. Senadores:

Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Marconi Perillo, João Pedro, Serys, Paulo Paim, Wellington Salgado, Almeida Lima, Gim Argello.

Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sim, senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Relator me lembra que temos que chamar os suplentes dos Senadores. Efraim Moraes, José Agripino, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Valdir Raupp, João Vicente Claudino. São quatro votos sim e 10 votos não. O Requerimento foi rejeitado.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Para a justificativa de voto, senhor Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, a senhora vai acabar com a minha pressão.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu gostaria de registrar nesse Plenário que o líder José Agripino, o Senador ACM Júnior, o Senador Flexa Ribeiro estão numa solenidade na CCJ referente ao Senador Antonio Carlos Magalhães. E por conta de nós termos, enfim, um número tão massacrante da base governista, aqui, pelo telefone, concluímos que ficava muito mal, no meio do discurso do Senador ACM Júnior, ter que interromper, vir para cá e, mesmo assim, nós perderíamos. Era importante fazer esse registro.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. O Relator Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Senhora Presidente, apenas para fazer um registro e não passar aqui em branco. É que, na justificativa do Deputado Índio da Costa, ele se referiu à Ministra Dilma Rousseff como assaltante de banco e seqüestradora. Apenas para deixar um registro que isso faz parte de um momento histórico do nosso país, mas eu me sinto como fruto dessa luta que ela travou, tanto é que nós restabelecemos a democracia nesse país e podemos, muitos de nós, em virtude dessa democracia, sermos eleitos e estarmos aqui nessa Comissão.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Mas também não precisa assaltar banco para isso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, senhor Relator. Eu gostaria de informar que, nesta manhã, foram aprovados 11 Requerimentos, foram rejeitados seis Requerimentos, retirados de Pauta quatro Requerimentos, so-

brestado um Requerimento e três de autores ausentes. Total: 24 Requerimentos foram discutidos hoje.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)

– Senhora Presidente, apenas por uma questão de ordem, vai prevalecer a Reunião para que façamos a discussão administrativa sobre quem vai ter acesso, horário e quem são os sub-relatores?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vou marcar a Reunião administrativa para amanhã e informo aos senhores. Essa Sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 13h41.

**SENADORA MARISA SERRANO
PRESIDENTE**

SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CPGF (CARTÕES CORPORATIVOS) POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, DENOMINADOS ECÔNOMOS.

Ata da 13ª Reunião de 2008

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião de 2008, realizada em 13 de maio de 2008, às dez horas e seis minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos Senadores **Marisa Serrano (PSDB) – Presidente, Ideli Salvatti (PT), Serys Shessarenko (PT), Almeida Lima (PMDB), Gim Argello (PTB), Álvaro Dias (PSDB) e Flexa Ribeiro (PSDB)**; e dos Deputados **Carlos William (PTC), Luiz Sérgio (PT) – Relator, Marcelo Melo (PMDB), Maurício Quintella Lessa (PR), Nelson Meurer (PP), Paulo Teixeira (PT), Carlos Sampaio (PSDB), Vic Pires Franco (DEM), Manato (PDT), Silvio Costa (PMN), Antônio Roberto (PV), João Magalhães (PMDB), Marcelo Guimarães (PMDB), Nilson Mourão (PT), Índio da Costa (DEM) e Perpétua Almeida (PCdoB)**. Esteve presente ainda o **Senador Sérgio Guerra**. Na oportunidade foram apreciados os Requerimentos nºs: 96/08 – Solicita que seja convidado o Sr. José Aparecido Nunes Pires, Secretário de Controle Interno da Presidência da República, a comparecer a esta CPMI, de autoria do Deputado Maurício Quintella Lessa, aprovado. 191/08 – Requer

a convocação do Senhor José Aparecido Nunes Pires, Secretário de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, de autoria dos Deputados Índio da Costa e Vic Pires Franco, aprovado. 237/08 – Solicita a convocação do Senhor José Aparecido Nunes Pires, Secretário de Controle Interno da Presidência da República, de autoria do Deputado Vic Pires Franco, aprovado. 244/08 – Solicita a convocação do Senhor José Aparecido Nunes Pires, Secretário de Controle Interno da Presidência da República, de autoria do Deputado Manato, aprovado. 236/08 – Requer a convocação do Senhor André Eduardo Fernandes da Silva, para prestar depoimento a esta CPMI, de autoria do Senador João Pedro, aprovado. 240/08 – Solicita a convocação do Senhor André Eduardo da Silva Fernandes, Consultor Legislativo do Senado Federal, de autoria do Deputado Vic Pires Franco, aprovado. 245/08 – Solicita a convocação do Senhor André Eduardo da Silva Fernandes, Consultor Legislativo do Senado Federal, de autoria do Deputado Manato, aprovado. 242/08 – Requer que seja realizada perícia no computador que teria recebido arquivo oriundo da Casa Civil, nos autos do inquérito nº 4376/08, instaurado para investigar o vazamento de informações tidas como reservadas, com o fim de realizar perícia oficial, de autoria do Deputado Nilson Mourão, aprovado. 235/08 – Requer seja convocado o Presidente do Banco do Brasil, a fim de prestar esclarecimentos sobre a base de dados que, em razão da aprovação do Requerimento nº 204, d e 2008, foi encaminhada a esta CPMI. Em virtude de terem sido constatadas divergências entre as informações enviadas a esta Comissão e as remetidas ao Tribunal de Contas da União, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio e Índio da Costa, rejeitado. 247/08 – Requer a Polícia Federal, cópias dos depoimentos prestados pelos Senhores José Aparecido Nunes Pires e André Eduardo da Silva Fernandes, constantes nos autos do Inquérito Policial nº 4372/2008, de autoria do Deputado Luiz Sérgio, aprovado. 249/08 – Requer à Polícia Federal, cópias dos depoimentos prestados pelos Senhores José Aparecido Nunes Pires e André Eduardo da Silva Fernandes, constantes nos autos do Inquérito Policial nº 4372/2008, de autoria do Deputado Carlos William, aprovado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Havendo número regimental declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/2008. Com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF, cartões corporativos, por integrantes da administração pública federal denominados ecônomos. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e

a aprovação da ata da 12ª reunião da Comissão. Os *Senhores Senadores e Senhores e Senhoras Deputadas* que concordam queiram permaneçam como se encontram.

A Ata está aprovada. Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Senhor Ulysses Fagundes neto, e a votação de requerimentos. Confiante ao primeiro item da pauta, a vinda do Reitor Ulysses, esta Comissão recebeu o ofício nº. 55/08, o ofício 162/08, que se refere ao ofício 55/08 desta Comissão. O Reitor nos informa que nos dias 14 a 16 de maio ele vai participar na qualidade de palestrante do quarto Congresso Argentino de Gastroenterologia e Patologia Pediátrica e Nutrição, além de ter sido coordenado para coordenar a Mesa de debates. E o Reitor nos informa que no período de 18 a 22 de maio, na qualidade de Presidente do terceiro Congresso mundial de e nutrição ele estará na cidade de San Diego, nos Estados Unidos, juntamente com os demais integrantes apresentando Relatório final preparatório do referido Congresso mundial. Informa ainda que já foram expedidos os protocolos do conforme documentos em anexo. O Congresso na Argentina será o último Congresso da especialidade na América Latina e o encontro de San Diego reunirá todos os organizadores do Congresso mundial que consoante informado se realizará no Brasil, mais precisamente na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, no período de 16 a 20 de agosto de 2008. [Soa a campanha] E informa ainda: Como terei a honra de presidir o Congresso mundial, não posso deixar de cumprir os compromissos sob pena de criar um precedente extremamente negativo apto a macular a imagem do Brasil no meio científico. Portanto, ele se coloca à disposição dessa CPMI a partir da próxima semana, antes da reunião... Aliás, depois da reunião final em San Diego, na Califórnia, como é preparatório para o Congresso mundial de Foz do Iguaçu. Portanto o Reitor justifica a sua não participação hoje nessa CPMI, pede desculpas a todos os senhores e se coloca à disposição a partir do dia 26. Acredito que é uma resposta séria para o país é importante um Congresso mundial como esse de agosto, e a preparação desse na Argentina. Mas quero informar a todos então, que a vinda do Senhor Reitor, como justifica, ficará para uma próxima oportunidade. Quero ouvir os *Senhores Deputados e Senadores* se têm algo a se manifestar. Deputado Sílvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – *Senhora Presidente*, a *Senhora* falou que o Reitor poderia vir depor na próxima terça-feira?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ele se coloca à disposição a partir de.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Quería fazer um apelo a Vossa *Excelência*, que agendasse, a gente escutasse esse Reitor na próxima terça-feira.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Depois do dia 26.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Que dia é hoje? Hoje é dia 13. Só pode dia 26?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Sílvio, se Vossa *Excelência* permitir, vamos ver os desenrolar dos acontecimentos dessa semana para proximamente do dia 26 marcar.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – *Senhora Presidente*, na minha leitura a questão desse Reitor, sinceramente, é fundamental para que essa CPI efetivamente chegue a algum lugar. Então, eu acho que essa oitiva do Reitor no dia 26 ela é fundamental. Se ele colocou dia 26, a minha proposta...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A partir de.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Já colocar dia 26.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está colocada a sua proposta. Deputado Luiz Sérgio. Depois Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Deputado Sílvio Costa, como relator da CPI, e aquele que tem a responsabilidade de fazer o relatório final e conduzir o processo das investigações, quero aqui deixar de forma clara que nós aprovamos o Requerimento, porque realmente foi um gasto que merece explicações, mas enquanto relator eu acredito que o depoimento do Reitor não acrescentaria muito além do que nós já temos. Porque na minha visão, o que vai se evidenciar de forma muito lamentável é que mais uma universidade não tinha o controle mínimo sobre a utilização do cartão de pagamento do Governo Federal. Então apenas para expressar mais evidentemente que me rendo aqui à posição que fora a posição da maioria dos membros dessa Comissão.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian está com a palavra e depois Deputado Vic.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhor Presidente, eu gostaria aqui de ter... Pegar o rumo desta CPI. Porque sinceramente, como membro, e, diga-se de passagem, eu me considero um membro atuante, eu fiquei perdido nos últimos dias sobre essa CPI. Primeiro, nós sentamos, fizemos um acordo de quatro sub-relatorias, onde nós iríamos abrir mão... O Governo que tem maioria absoluta iria indicar os membros. Mas, para não mostrar essa força, nós re-

solvemos fazer uma composição de dois a dois. Mas desde que seja respeitada a indicação, Senhor Relator, desde que seja obedecida... Obedecida, não, ou aceita. Porque a *Senhora* não tem que obedecer ninguém, me desculpa. Desde que seja aceita a indicação do relator que represente a base de Governo. Nós fomos surpreendidos com a indicação desses membros que não eram e não é a vontade da base governista. Após isso, essa CPI ficou até hoje sem exercer um trabalho. No Tribunal de Contas da União que ficamos para ir durante 30 dias, no máximo que nós e oposição fomos foi cinco vezes ou quatro. Reduzimos o prazo para ir. Não foram descobertos quase nada que pudesse contribuir. Além do mais, houve crime, porque Deputados da oposição saíram lá do Tribunal de Contas da União, depois de ter acertado nessa CPI que não poderia vaziar dados, depois de ter assinado os documentos comprometendo lá com o Presidente do Tribunal de Contas da União que não iriam vaziar dados, membros dessa CPMI saem na primeira página do jornal falando sobre gastos sigilosos da Presidência da República. E isso é crime. Além do mais, o relator na época que eu me lembro agora, que ele me disse e até me surpreendo te dizendo que não é muito relevante o depoimento do Reitor da universidade, mas para a população brasileira e a sociedade é. Então eu queria ter dois esclarecimentos. Primeiro, que o Reitor da Universidade Federal tem que vir aqui nem que seja debaixo de Vara. Porque Congresso, essas coisas internacionais todo dia tem. E até o presente momento ele não tem capilaridade e nem estatura para representar o Brasil no exterior, não. Ele tem que vir aqui primeiro. E se ele não vier o mais rápido possível, eu acho que essa Presidência tem que tomar as devidas providências em trazê-lo na próxima reunião nem que seja debaixo de varas. E ainda, Presidente, eu sugiro a essa CPI que peça à Polícia Federal para suspender o passaporte desse Reitor. Que ele tem que dar explicação à sociedade brasileira, não é no exterior que acho que lá ele não está honrando o nome dos brasileiros. E segundo gostaria de saber do Reitor Luiz Sérgio. Nós reunimos, discutimos, nós discordamos com os nomes que foram colocados como sub-relatores. E até disse a Vossa **Excelência** que se eu fosse Vossa **Excelência** eu não iria reconhecer esses relatórios setorial. Porque não foi feito de comum acordo. Vossa **Excelência** na época até gostou da idéia. Eu gostaria de saber agora o seguinte. *Senhora* Presidente, já termino. Um fato novo aconteceu esta semana, que foi a troca de documentos de José Aparecido pires e Eduardo Fernandes que eu já sei que os dois vão mentir aqui nessa CPI, mas nós queremos a verdade. Já protocolei entre os dois, já está protocolado e peço a colaboração de apoio da

acareação dos dois para que venham a essa CPI, já protocolei um Requerimento solicitando à Polícia Federal a documentação do inteiro teor do depoimento deles na Polícia Federal para que nós possamos acompanhar aqui passo por passo. E aí eu gostaria de saber de Vossa **Excelência** que sempre bem conduziu essa CPI, com parcimônia, com inteligência, capacidade, além do toque feminino que Vossa **Excelência** nos dá a essa CPI, pela beleza, eu gostaria de saber de Vossa **Excelência** e do relator quais os passos que nós vamos dar. Nós vamos continuar apagar incêndios? Porque já existe referimentos convocando Ministros que não tem nada a ver com isso, Ministros honestos, corretos, que estão desempenhando um bom trabalho a serem sujeitos a virem aqui. Simplesmente para que essa CPI não acabe. Então, eu acho que além de tudo está na hora de fazermos uma reunião, pode ser com a presença da imprensa, ou sem a imprensa, mas essa CPI tem que retomar os rumos. Porque nós não somos Corpo de Bombeiros para ficar aqui apagando incêndio. Muito obrigado, *Senhora* Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Carlos Willian. Deputado Luiz Sérgio. Desculpe Deputado Vic. Deputado Luiz Sérgio queria só fazer uma complementação ao Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Primeiro em relação ao primeiro tema. Não é que não seja relevante. É que com relação a me subsidiar para o relatório que vou apresentar no meu entendimento o depoimento do Reitor não acrescenta muito em nível de informações. Eu preciso aqui ser bem objetivo e bem técnico. Então, realmente do ponto de vista de satisfação, mas vai ficar a meu ver entendido de que houve gastos indevidos, sem controle, que é o que nós já podemos diagnosticar em muitos outros casos. Com relação à questão da sub-relatoria, é preciso deixar claro. Foi no momento de tensão nessa CPI, momento que as decisão das sub-relatorias foi tomada sem um processo de entendimento entre eu a Presidência. No entanto, eu também não quero aqui ser acusado de buscar criar uma crise que nos inviabilize de apresentar o relatório. E aí deixar de forma muito clara. Se os sub-relatórios vierem numa diretriz que for uma diretriz propositiva de sugestões, eu não posso em consciência pegar uma boa idéia e colocar na lata do lixo. Se vier do... Com o enfoque preocupado único exclusivamente para uma disputa política vou ter que tratar como objeto de disputa política. O que eu não pretendo. Mais uma vez para frisar. Eu não vejo essa CPI como uma CPI do Governo contra a oposição e nem da oposição contra o Governo. É uma CPMI que devemos satisfação à sociedade brasileira. E para dar

satisfação à sociedade brasileira acho que ambos aqui têm o que contribuir. Se vier no espírito da contribuição, eu terei um olhar. Se não vier no espírito da contribuição evidentemente terei outro olhar. Mas deixo de forma muito clara. Entendo que os sub-relatores são auxiliares do relator. E sendo auxiliares evidentemente que continuo com a minha posição de relator deveria neste caso ter um peso grande nessa decisão. Mas, esse é um fato que eu espero que nós possamos no trabalho que eles irão apresentar dar a contribuição que deva estar muito acima da preocupação do relator, que é uma boa proposta à sociedade brasileira.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Questão de Ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de Ordem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A Questão de Ordem, eu estou gostando do encaminhamento que está se dando. Os sub-relatórios são ferramentas para subsidiar o relator. Portanto, regimentalmente não existe este objeto a ser apresentado. Isso foi um comum acordo entre todos os membros dessa Subcomissão. Então, este sub-relatório vai ser entregue ao sub-relator e ele vai analisar o que ele vai aproveitar total ou parcialmente desses sub-relatórios. Estes sub-relatórios não têm nenhum condão oficial em ser votado, em ser apreciado pelo Plenário. Correto?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Quero informar a Vossa Excelência que vão ser lidos, mas não votados. Lidos para tomar conhecimento. É importante que todos tomem conhecimento. Acho que todos tomem conhecimento. Agora, o relator vai acatar se quiser as propostas dos sub-relatores. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, eu fiquei preocupado ouvindo o nosso relator quando disse que não há tanta relevância em ouvir o Reitor da UNIFESP, da universidade. Mas eu segundo ao meu caro relator. Eu trouxe aqui, relator, um assunto a meu ver importante. Que essa Comissão não deu tanta importância. Mas eu trouxe aqui agora porque todos acharam que eu não tinha essas imagens, o Ministro da Pesca foi ao Pará, usou o cartão corporativo em sua visita oficial ao Pará, e tem imagens dele aqui numa solenidade oficial do seu Ministério pedindo votos para o Presidente Lula.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – É verdade, era crime sumário. Ato falho.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Ele já foi o relator da eleição, está querendo ser o relator do terceiro mandato.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Ato falho. Pedindo votos para o Presidente Fernando Henrique—

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Muito bem!

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Acho que tenho que voltar para casa e acordar de novo.

Acho que Vossa Excelência andou pedindo conselhos para o Fernando Henrique hoje.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – É que a idéia do terceiro mandato é mais velha do que podíamos imaginar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Vou tentar acertar, Presidente, é porque devo ter acordado hoje realmente mal. Pedindo votos do segundo turno para o Presidente Lula. Está aqui. Ele usou o cartão corporativo na sua visita oficial a Belém do Pará, ao Pará, foi ao Município onde estava o site do pesca visita oficial, entregou carteira laça no Ministério da Pesca e lá na sua fala, Deputado Carlos Willian, o Ministro lá na sua fala ele pede literalmente votos para o Presidente Lula. Dizendo que naquele Município o Presidente teve tantos mil votos e que deveria no segundo turno aumentar a sua votação. E que a população— não está certo, Deputada. Não está certo. Na sua cabeça pode até estar. Eu estou certo, né?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Então, Senhor Relator, eu pergunto a Vossa Excelência: Essas imagens não são importantes ao seu relatório? Essas provas concretas não seriam importantes para seu relatórios? Não seria importante, Senhora Presidente que determinasse na CPI que nós pudéssemos aqui ver. Tudo para baixo dos panos. Não, isso aí não é importante. Isso aí deixa o Ministro pescar, deixa o Ministro continuar pescando. E aí a gente vai levando, aparece um alopchado aparecido lá no planalto, que libera um dossiê, não tem importância nenhuma, vai, vai, e quando acabar a CPI não se prorroga e não chega a lugar nenhum e saímos daqui melhor do que chegamos.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Queria apenas informar que tenho certeza que nenhum dos Senhores Deputados e Senadores sairão menores dessa CPI. O objeto da CPMI é muito claro. É discutirmos e propormos, investigarmos e se necessário propormos uma Legislação mais dura, mais rígida, mas transparente para o uso dos cartões corporativos no país. E tenho certeza que todos nós chegaremos a bom termo. Mas esse documento que Vossa Excelência coloca é importante. Eu pediria a Vossa Excelência se nós podemos e se esse documento pode ser ane-

xado à nossa documentação e que a gente pudesse ter uma proposta e depois faríamos uma proposta de como utilizá-lo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Permita-me, Presidente, não é um documento, é um CD com as imagens.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não deixa de ser um documento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – E eu gostaria de perguntar ao relator se vai usar isso no relatório.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O relator vai ter condições de ver o CD, eu também quero vê-lo, e depois tenho certeza que o relator vai fazer a consideração que quiser.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – [Soa a campainha] Eu quero só concluir, Deputado Vic, e dizer que após a gente verificar esse CD, Vossa Excelência e todos terão condições de saber qual o encaminhamento que a gente possa dar. Mas é difícil a gente falar sem antes verificar o documento. Então gostaria que Vossa Excelência entregasse à Mesa e o relator pudesse ter acesso a ele também e todos aqueles que quiserem e depois nós faremos o encaminhamento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Primeiro o relator e depois o Carlos Willian e depois o Deputado.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Será um minuto. Apenas um minuto. Primeiro, para deixar aqui mais uma vez claro. Em relação ao Reitor da universidade, quero aqui deixar muito claro. O Requerimento foi aprovado inclusive com o meu voto. O que estou deixando muito claro é que do ponto de vista de se acrescentar dados novos para o relator, eu acho que não acrescentará. E acho que teremos que trabalhar na linha da objetividade. Com relação ao CD com as imagens, eu não posso opinar sobre aquilo que não vi. Uma vez protocolado, evidentemente que eu vou olhar que material é esse.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, eu gostaria de ter muito cuidado quando nós entregamos... Isso aqui não vai nenhum desmerecimento ao Deputado Vic, aliás, Deputado muito atuante, sempre colaborando com suas informações preciosas, inclusive. Agora, nós não podemos... Acho que não deveria aceitar um documento se não dissesse se isso é documento e qual a fonte desse documen-

to e a oficialidade desse documento. Isso aqui é uma CPI. Nós só podemos entregar coisa oficial. Se tiver – **DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG)** – A palavra está comigo. Senão nós vamos ficar aqui criando factóides e deixar a minhoca virar jibóia. Por causa de um CD que foi feito não se sabe por quem e nem de que forma se foi editado ou não, nós começamos a colocar aqui a integridade de um Ministro dessa Presidência da República. Então acho que esse documento a primeira coisa eu sugiro, eu faço uma sugestão se houver necessidade inclusive de passar por este Plenário em fazer uma votação de primeiro mandar fazer uma perícia para esse documento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Artigo 14, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Artigo 14, Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, esse CD que eu entrego à Presidência eu acho que já bastaria para essa Comissão ele ser entregue por um Deputado Federal, por um companheiro da Casa. Eu jamais entregaria e jamais fiz isso na minha vida entregar um documento, CD, qualquer coisa que fosse se fosse falso ou editado. Portanto quero deixar claro para o Deputado Carlos Willian, se achar qualquer coisa que seja falsa ou editada que ele peça que eu vá para o Conselho de Ética e pés a minha cassação. É o dever dele. Ele não pode chegar aqui e levantar essa possibilidade. Então que mande esse CD para a Polícia Federal, que mande esse CD para onde ele ache que deva ser mandado, e eu estarei à disposição porque o CD é verdadeiro e acho que essa Comissão tem o dever e vou passar agora para a imprensa uma cópia desse CD também. A confissão tem o dever de assistir esse CD aqui publicamente junto com a imprensa para ver se ele é falso ou se eu sou falso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ta bom. Obrigada. Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Senhora Presidente, Senadores, companheiros. Como veio à tona a discussão das sub-relatorias e coube a mim e o Deputado Gim Argello as sub-relatorias propositivas, as investigativas ficaram com o Deputado Índio da Costa e a sistematização com o Deputado Carlos Sampaio. Nós como metodologia de trabalho, tanto eu como o Senador Gim Argello, conversando com o Deputado Luiz Sérgio, nós decidimos que não vamos apresentar um sub-relatório individualizado. Nós estamos trabalhando em conjunto, estamos subsidiando o relator, vamos ouvir, até porque o nosso sub-relatório ele pode ter modificação em de-

corrência daquilo que for apurado pelo Deputado Vic, pelo Deputado *Índio* da Costa que for sistematizado pelo Deputado Carlos Sampaio. Então nós vamos vir para cá, vamos ouvir as sub-relatorias de investigação e sistematização, vamos subsidiar o relator e aquilo que ele achar importante no trabalho, no meu trabalho e o trabalho do Senador Gim Argello, ele acatará no seu relatório final. Até para não gerar expectativa que teremos quatro sub-relatórios subsidiados. Vamos melhorar dos sistemas de controle e de aperfeiçoamento Legislativo no seu relatório final.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Era justamente esse o encaminhamento. Ficou muito bem colocado.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado *Índio* e depois Deputado Sílvio.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, apenas para informar à CPMI–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Só um minutinho. Com o Deputado Sílvio eu encerro essa parte para nós começarmos... É sobre o Reitor?

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sobre o Reitor que inclusive sou co-autor com o Deputado Vic da vinda do Reitor, quero dizer o seguinte. Está aí a comprovação de que fazer convite não funciona na CPMI. Quer dizer, acho que a gente deveria convocar. Agora, o Reitor ele manda uma carta dizendo que o ideal seria no dia 26. Quer dizer, ideal para quem? Está lá no exterior, levando cartão corporativo de novo. Quando mandou aquela carta dele usou por acaso. Comprando na Nike, indo à Disney... O uso indevido de dinheiro público é peculato e o que estou ouvindo aqui na CPMI o tempo todo é devolvi, está devolvido. Agora, o Reitor parece uma pessoa séria, preparada, instruída, ele pode ter usado por engano o cartão corporativo de uma forma que ele entendeu... Inclusive no texto diz o seguinte. Que as diárias... Queria chamar atenção da imprensa pela asneira que o Presidente Lula falou ontem, que ele disse que vai acabar com o cartão para os Ministros pra pagar à diária. Por isso que ele gastou na Nike. O Reitor gastou na Nike dizendo o seguinte. Eu tinha direito a tanto de diária e esse tanto de diária era via cartão. Então peguei o cartão e comprei o tênis, comprei o computador, nos Estados Unidos, assim como também foi lá no Free Shop que era o menor gasto de todos. Então queria deixar aqui claro a minha irritação pela não vinda do Reitor ao convite que foi feito, sugiro que a convocação seja feita para a terça-feira da semana que vem e que ele

aborte essa viagem dele porque o Congresso não pode ser desrespeitado se for assim, a CPMI inclusive não vai poder acabar no dia 8. Aliás, acho que já não pode acabar por uma série de outras razões que vou expor aqui ao longo dessa Sessão. No entanto, o sub-relatório que estou escrevendo em conjunto com o Deputado Carlos Sampaio porque ele está tratando da sistematização e eu estou tratando da fiscalização de gastos. Se deve ser lido no dia 21, como é que ele vem aqui no dia 26 e a gente já entregou o sub-relatório? E por fim, aproveitando essa parte do sub-relatório, já disse ao relator Luiz Sérgio, o sub-relatório de fiscalização de gastos que será o mesmo de não é relatório político, é absolutamente técnico e que irá colocar de maneira clara as nossas sugestões para que possa acabar com essa farra do uso indevido de cartões.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero apenas que a Casa e a secretaria retire uma expressão do Deputado *Índio* que acredito fica o discurso melhor e mais consentâneo.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – A Casa pode tirar, mas eu gostaria de repetir. O Presidente falou uma asneira ontem falando dessa história.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de passar ao Deputado Sílvio, é sobre o Reitor ainda?

DEPUTADO SÍLVIO COSTA (PMN-PE) – É sobre o conjunto da obra, *Senhora* Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – E depois o Deputado Sílvio encerramos porque temos que dar o prosseguimento já que a discussão aqui é em cima do ofício que o Reitor da UNIFESP nos mandou. Deputado Sílvio.

DEPUTADO SÍLVIO COSTA (PMN-PE) – Só para registrar que no Departamento de Asneiras essa CPMI tem se caracterizado como um local muito apropriado a esse tipo, muito frutífero a esse tipo de palavra. Primeiro, em relação ao Reitor eu fiz um apelo a Vossa **Excelência**. Acho que Vossa **Excelência** vai conduzir para que convoque o Reitor dia 26 e acho que a gente tem que ouvir não só esse Reitor. Os 26 reitores. Os 27. De todas as universidades federais do Brasil. Acho que a gente tem que ouvir mesmo. Agora, em relação à fita, *Senhora* Presidente, o Deputado que entregou a fita eu tenho que reconhecer, ele é um craque na mídia. Eu acho que ele deve ser marqueteiro... Um craque. O homem sai no jornal todo dia. Tem que tirar o chapéu. Eu admito que é inteligente. Agora, a inteligência às vezes fica burra. Porque essa questão da fita mesmo, vou concluir, essa questão da fita mesmo que esteja caracterizado que o Ministro pediu voto, isso não é assunto dessa CPMI. Isso é

um assunto da Justiça Eleitoral. Da Justiça Eleitoral. Estaria caracterizado o uso da máquina. Portanto, eu faço um apelo aqui a todos. O que o Brasil quer ouvir hoje, é se a gente vai ou não convocar o assessor do Senador Álvaro e se vai convocar o Zé aparecido. Faço um apelo aos meus companheiros. Está aqui mais de cem requerimentos. Vamos começar invertendo a pauta, *Senhora Presidente*, e vamos ao que interessa. Vamos discutir a convocação ou não do assessor do Senador Álvaro e do Zé aparecido. Até todo mundo aqui quer economizar recursos públicos. Uma das formas de economizar recursos públicos é agilizar essa CPMI. É isso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Eu queria apenas lembrar a todos os presentes e aos *Senhores Senadores e Deputados e Deputada*, que vamos convocar o Reitor da UNIFESP no momento certo, lembrando que já temos o precedente, vamos ser aqui equitativos a esse precedente, quando o General Félix também não veio a essa Comissão e foi para os Estados Unidos e nós manifestamos a nossa indignação. O Reitor da UNIFESP pelo menos foi mais... Muito mais, vamos dizer assim, se precaveu mais porque mandou todos os documentos da ida dele a todos esses congressos, todos os convites, e ainda colocou no seu ofício que está à disposição de todos que também ele foi um pouco precipitado, mas ele agiu de boa-fé porque ele ouviu uma entrevista do relator que disse que não haveria convocação dele. Porque já estaríamos prestes a ler o relatório e provavelmente não teria tempo. E ele foi induzido também por essa razão a não confirmar os acordos internacionais que tinha sido feito. Tinha sido feitos. Então, no momento certo convocaremos novamente o Senhor Reitor. Mas agora passando ao segundo item da pauta que são os requerimentos de... Os convites para a composição. E quero informar que acredito que essas duas semanas em que essa... Essas duas semanas em que essa CPMI... Nós ficamos sem reunião plenária, isso não significa que a CPMI não trabalhou. Tenho certeza absoluta que os Deputados e Senadores tiveram a oportunidade de ir verificar, e essa é a função do Plenário, a quantidade de documentos que chegaram não sigilosos que estão à disposição na secretaria, além da ida ao Tribunal de Contas da União. Aqueles que quiseram investigar tiveram essas duas semanas realmente tempo para fazê-lo. E, portanto, chegamos agora aos finalmente. Isso hoje, pelos últimos acontecimentos, colocamos aqui e de acordo com o relator que também me solicitou colocamos aqui em votação os dois requerimentos... Aliás, três requerimentos importantes. Começando o Requerimento primeiro pelo

Requerimento do Deputado Maurício Quintella Lessa, Requerimento do Deputado...

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Qual é o número do Requerimento?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Item 46, nº. 96. Do Deputado Maurício Quintella Lessa, Deputado *Índio da Costa* e Vic Pires Franco que é o número 191, e do Deputado novamente Vic Pires Franco que é o 113. E do Deputado Manato, que é o 244. Portanto–

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Espera aí, 244?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – 244 do Deputado Manato. São quatro requerimentos de convocação que se referem à convocação para ser ouvido nessa CPMI do Senhor José aparecido Nunes Pires, Secretário de Controle interno da Presidência da República. Passo a palavra para encaminhamento primeiro ao autor do Requerimento, Deputado Maurício Quintella.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de Ordem. Como o Requerimento dele está no item 120 da pauta–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – 46, Item 46 da pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele não está no item 01 da pauta. O normal seríamos votar o item 01, o item 02, item 03 e item 04. Se tivesse sem ser nessa ordem haveria possibilidade de fazer um encaminhamento para que ele tivesse preferência de votação. O que eu quero dizer isso é só para preservar o regimento da Casa para não se tornar nulo um Requerimento dessa natureza.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senhor Deputado. Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, na verdade estamos votando aí Requerimento porque tenho um Requerimento de preferência. A pauta que nos chegou realmente o Deputado Carlos Willian teria razão. Ele consta como... Parece que item... 46. Mas, eu já fiz um Requerimento de preferência. Se houver necessidade por parte da CPI a gente pode votar a preferência. Primeiro será aprovado, não tenho a menor dúvida...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado pode continuar.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Queria saber, mantém o Requerimento?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Mantém o Requerimento e Vossa **Excelência** pode continuar.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Questão de Ordem, *Senhora Presidente*.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de Ordem Deputado *Índio*.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Para entender o seguinte. O Requerimento significa que vai ser o Requerimento que ele apresentou que será votado agora por nós se estivermos de acordo ou todos votados em conjunto?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Todos em conjunto. Todos serão co-autores e a ordem da pauta da reunião, segundo o regimento, e pode o Deputado Carlos Willian ficar muito tranquilo, é sempre feito pela Presidente da Comissão.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – A pergunto que eu faço é o seguinte. No dia em que a pessoa vier depor aqui todos seremos co-autores e teremos preferência à palavra?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Todos serão co-autores.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Obrigado, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Senhor Presidente, se Vossa **Excelência** for verificar a data, é do início do mês de março. Início dessa CPMI. Obviamente não tinha nenhuma bola de cristal para prever a situação que vivemos hoje. De fato. O Requerimento a princípio teve por objetivo trazer aqui o José aparecido como Secretário de Controle interno da Presidência da República para fazer o debate sobre a importância do sigilo, para esclarecer essa CPMI como é que era feito o tratamento desses dados sigilosos pela Presidência da República, a quem a Presidência da República fazia a prestações de contas... E, posteriormente, com a aprovação da vinda do Coronel... General Félix e do General Eduardo Jorge, a vinda do Zé aparecido se tornou absolutamente desnecessária. Portanto, mas com os fatos supervenientes, nós da base do Governo entendemos que é hoje fundamental trazer o José aparecido Nunes para que se esclareça toda essa questão do vazamento desses dados, do envio desse **e-mail** para o assessor do Senador Álvaro Dias.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Deputado Maurício, Vossa **Excelência** dá um aparte?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não há aparte. É só encaminhamento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Então queria um pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Portanto é de fundamental importância que a gente ouça Tribunal do Estado o José aparecido como o assessor do Senador Álvaro Dias. Eu queria apenas, Presidente, antes de solicitar a aprovação por parte dos meus companheiros de CPMI desse Requerimento, ponderar com Vossa **Excelência**, com o relator e com os demais membros dessa CPMI de um fato. O assessor do Senador Álvaro Dias já foi ouvido pela Polícia Federal. Já há um depoimento dele prestado na Polícia Federal. O José Aparecido, não. Deverá ser convocado no decorrer dessa semana. Parece que hoje ele vai prestar esse esclarecimento. Não seria também prudente ouvir um e depois o outro. Então eu queria fazer duas sugestões. A base do Governo concorda plenamente com a vinda do José Aparecido, acha extremamente necessário como também obviamente do assessor do Senador Álvaro Dias. Nós precisamos aqui saber quais são as relações pessoais, de amizade, de trabalho, as rotinas desses dois senhores, para poder esclarecer os fatos. Então a título de sugestão, eu gostaria que essa CPMI refletisse que seria importante trazer os dois no mesmo dia, mas após a oitiva do José Aparecido pela Polícia Federal. Para que nós tivéssemos conhecimento do que foi dito à Polícia Federal, pelos dois, e que esses depoimentos pudessem subsidiar Deputados e Senadores antes da oitiva do José Aparecido e do assessor. Então eu gostaria de encaminhar o Requerimento de minha autoria, mas que... Para que a gente aprovasse a convocação hoje, esperássemos a oitiva do José Aparecido e convocássemos, marcássemos no dia subsequente a oitiva dos dois no mesmo dia e após o depoimento à Polícia Federal.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Agradeço a Vossa **Excelência**. Para encaminhar Deputado *Índio* da Costa, depois Deputado Vic e Deputado Manato.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, aproveitando a sugestão do Deputado Quintella, eu gostaria... Eu gostaria de sugerir, a título de sugestão à Presidência, que quando... Porque nós vamos votar hoje o Requerimento do José Aparecido, vamos votar hoje o Requerimento do André, e vamos votar hoje o Requerimento, provavelmente pelo que estou entendendo do clima, da Erenice também. Eu gostaria de sugerir à Presidência que se ambos forem aprovados, tanto da Erenice quanto do José Aparecido, que os dois viessem depor no mesmo dia e no mesmo horário. Porque senão um vai dizer um negócio, outro

vai dizer outra coisa e a gente fica tentando entender quem está falando a realidade num dia e falando a realidade no outro dia. Acho que deveria fazer a aca-reação, botar os dois para confrontar e ver quem está falando a verdade e quem está mentindo. A imprensa toda, a sociedade brasileira toda percebeu que há algo estranho no reino brasileiro. Já que não é da Dinamarca. Se fosse também não seria essa farra toda com o uso do cartão. O José Aparecido, ele é o responsável direto por manter esse banco de dados, tanto que o que é sigiloso e não é sigiloso preservado. Por isso eu e o Deputado Vic Pires acerca de dois meses atrás apresentamos Requerimento nesta CPMI para que ele viesse até aqui explicar as razões. Infelizmente, a base aliada não nos deu condições de colocar em votação. Nós percebemos que se colocássemos há dois meses entre tantos, para ser votado não seria aprovado. Por isso então que nós não insistimos na inclusão de pauta naquele momento. Mas a mentira tem perna curta, a verdade apareceu e ele agora teve que confessar que de fato foi ele quem entregou, passou a informação. Então eu gostaria de parabenizar o Deputado Quintella pela iniciativa também de ter pedido a convocação dele e dizer que o Deputado Vic e eu temos a convicção de que o José Aparecido ele já deveria ter vindo aqui, mas como nós não tivemos número para votar a vinda dele, que agora pelo menos se faça justiça e que ele venha explicar à sociedade brasileira que foi a Dilma, não foi a Dilma, foi o Dirceu, foi a Erenice. A Erenice parece que já disse que foi e atende a ordens da Dilma, e não do Dirceu. Mas é bom que ele venha aqui dizer claramente quem deu essa ordem, que não foi de vontade própria que ele preparou.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vic para fazer seu encaminhamento. E depois Deputado Manato.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu não pedi, mas eu falo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Depois vou encaminhar... Vossa **Excelência** é um dos autores. Se Vossa **Excelência**, claro, quiser fazer o encaminhamento. A justificativa. Não é nem encaminhamento, é justificativa do seu...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Acho que o Deputado Índio já falou por mim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Já falou. Ok. Obrigada. Deputado Manato, como autor também de um Requerimento que solicita a convocação do Senhor José Aparecido Nunes pires.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Senhora Presidente, eu vou nessa mesma linha que o Deputado

Maurício Quintella foi. Também a título de sugestão de Vossa **Excelência**, eu gosto de me basear quando vai fazer uma oitiva em dados para poder fazer o Requerimento, argüir as pessoas que vão estar aí. E eu acho que se o José Aparecido for à Polícia Federal prestar depoimento, nós temos condições de ter acesso a esses— (soa a campainha.) Nós vamos ter condições de ter acesso a esse depoimento. Com esse depoimento na mão, nós vamos poder analisar piamente tudo que ele falou para ver se tem alguma contradição ou não ou tentar esclarecer alguma coisa que está nesse depoimento. Então nós aqui somos favoráveis que ele venha, mas depois que ele prestar esclarecimentos à Polícia Federal. E como nós temos notícia que isso se dará hoje, ele pode vir quinta-feira, ou na próxima terça-feira. Obrigado, Presidenta.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – *Senhora* Presidente, eu mudo de idéia e gostaria de fazer o encaminhamento. *Senhora* Presidente, eu me espantei aqui, o item nº. 46 da pauta, do companheiro Maurício Quintella, é um convite. E o nosso é uma convocação. Então, eu acho que é muito perigoso essa história de convite. A gente já viu o que é que acontece quando as pessoas são convidadas aqui. Elas vem ou não vem e quando vem, vem sem compromisso algum. O nosso é convocação. Então eu gostaria de colocar em votação a convocação desse cidadão. E não o convite. Podemos mudar. O Deputado Maurício... Gostaria de consultá-lo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Eu concordo plenamente. Acho que foi convite porque naquela época o Requerimento era uma. Hoje é outra. Eu concordo, solicito à Presidente. Eu não, eu e a base. Nós concordamos e solicitamos que se mude o termo do Requerimento para convocação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu agradeço. Obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Passamos agora a cada bloco poderá encaminhar a votação.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Questão de Ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de Ordem, Deputado Sílvia.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O Deputado Maurício Quintella, até porque vou encaminhar pelo bloco, fez uma sugestão a Vossa **Excelência**. E Vossa **Excelência** não deu a resposta. **Veja** bem, a proposta do Deputado Maurício Quintella é a seguinte. Vamos aprovar o Requerimento de convocação do Senhor José Aparecido, mas que Vossa **Excelência** também tenha o compromisso com esta CPMI de fa-

zer a oitiva do Senhor José Aparecido após a gente ter todas as informações da Polícia Federal. Ter o depoimento... E se dependesse de mim, inclusive, eu acho que poderíamos fazer a oitiva após a conclusão de todo o processo da Polícia Federal. Então, eu queria, para poder encaminhar pelo bloco, saber qual vai ser a decisão de Vossa **Excelência**. Porque Vossa **Excelência**, a gente pode aprovar hoje, eu soube que o José Aparecido vai depor hoje à tarde. Então a *Senhora* pode tomar a iniciativa, a *Senhora* que faz a agenda, de fazer a oitiva amanhã. Essa é a primeira proposta. E uma outra questão... *Senhora* Presidente, outra questão... [Soa a campainha] E uma outra questão que eu preciso também ouvir Vossa **Excelência**, até para poder encaminhar, é que é o seguinte. Há um entendimento aqui, pelo menos da maioria deste Plenário, que é importante que tanto o assessor do Senador Álvaro como o Senhor José Aparecido estejam presentes aqui na mesma hora e no mesmo dia, evidente. Então queria saber de Vossa **Excelência** se essas duas ponderações Vossa **Excelência** vai acatar. A primeira, fazer a oitiva após o documento da Polícia Federal, e a segunda, ouvi-los no mesmo dia. É isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *Senhora* Presidente, permite? Na linha colocada pelo Deputado Sílvio Costa, eu gostaria de dizer que eu pelo PSDB não me operaria que fosse feita essa oitiva depois da vinda de ambos os depoimentos. Como um hoje, e outro já foi a idéia do Deputado Sílvio Costa com aquilo que também pretendo e aqui falo pelo PSDB, a solicitação por parte de Vossa **Excelência** de requisição de ambos os depoimentos que fosse entregue a essa CPMI até amanhã para ouvir quinta-feira ambos de posse dos dois depoimentos da Polícia Federal. Eu não veria nenhum óbice que Vossa **Excelência** requisitasse ambos os depoimentos, hoje, ao final do depoimento, evidente, e Vossa **Excelência** convocaria para quinta-feira e, portanto amanhã teríamos condições de ler ambos os depoimentos e ouviríamos na quinta-feira ambos, conjuntamente, o José Aparecido e o André.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Quanto a essa questão, pedi à secretaria para ver na parte legal quanto tempo nós teríamos para a Polícia Federal nos enviar já que vai ser hoje o depoimento. Se for... Geralmente são cinco dias úteis que a nossa Legislação coloca. Mas se puder ser antes, eu só discutindo aqui com o Senhor Relator a questão do...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de Ordem, *Senhora* Presidente.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Nós temos... Como relator, que cabe o papel de conduzir as investigações, e desde a instalação da CPI eu disse

aqui que minha posição é de não proteger e nem perseguir ninguém, o ideal é que nós possamos aprovar o Requerimento de convocação do André e do José Aparecido, que o depoimento de ambos seja no mesmo dia, por que... Para que ambos não possam usar o argumento de que foi privilegiado com mais tempo, ou que tenha se preparado a partir do depoimento de um ou de outro. Agora, entendo que o ideal é que a audiência seja marcada depois que nós possamos ter acesso ao depoimento de ambos na Polícia Federal. Agora, o ideal é que possamos ter isso muito rapidamente para poder também muito rapidamente poder realizar essas Audiências Públicas sem ter a necessidade, a meu ver, de prorrogar a CPI. Porque a sociedade cobra uma posição dessa CPI, uma proposta da CPI para moralizar essa situação. E o prolongamento nos levaria, a meu ver, a frustrar essa expectativa positiva que a sociedade espera.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de entregar a Questão de Ordem a Vossa **Excelência**, eu quero dizer, Deputado Sílvio, o seguinte. Que assim que nós podemos fazer... Vamos fazer a solicitação à Polícia Federal hoje, agora, e o mais rápido que ela puder. Se ela puder nos entregar isso amanhã, eu marco. Se não puder... Marco quinta-feira. Se não puder a Polícia Federal só nos puder entregar na segunda, marco na terça. Mas vou pedir com o máximo de urgência possível. Então, assim que a Polícia Federal nos entregar os dois requerimentos, imediatamente eu marco... Ficar com a palavra aqui, empenhada de marcar a colocação dessa... Da reunião.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Quero só parabenizar Vossa **Excelência**.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – *Senhora* Presidente, minha questão de ordem é o seguinte. Está posto sobre a Mesa de Vossa **Excelência** um Requerimento de minha autoria requerendo à Polícia Federal cópia dos dois depoimentos subscrita pelos colegas aqui da CPMI para ser votado extra pauta. Então eu gostaria que Vossa **Excelência** nos termos regimentais colocasse a votação deste Requerimento extra pauta para que essa solicitação à Polícia Federal seja feita de forma oficial, votada no Plenário desta Comissão e a partir daí Vossa **Excelência** tomaria as medidas necessárias. Gostaria de relatar que o Deputado relator Luiz Sérgio também fez o mesmo Requerimento e eu tomei liberdade no meu Requerimento colocar para ser votado em extra pauta com a assina-

tura e o apoio da maioria dos colegas aqui em Plenário. Portanto eu gostaria que a *Senhora* tomasse as providências de colocá-lo em votação.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Já me entregaram os requerimentos. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – *Senhora* Presidente, eu queria propor que pudéssemos fazer uma votação em bloco. Se houvesse consenso, como eu estou sentindo que está havendo, da convocação do José Aparecido e do André para que eles compareçam a esta CPI no mesmo dia, que esta convocação se dê a partir... Logo em seguida que a CPI tenha acesso aos dois depoimentos prestados na Polícia Federal, portanto aí tem o Requerimento já feito de solicitação também dos dois depoimentos, e, do meu ponto de vista, só faltaria uma única coisa que já vi que já tem Requerimento. Porque o seguinte foi auditado pela Polícia Federal o computador do José Aparecido. E, como houve...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vossa **Excelência** pode continuar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E como houve um procedimento aqui dentro do Senado, solicitado pelo Senador Álvaro Dias de problemas nos computadores do gabinete dele, que nós pudéssemos também ter... Aprovar o Requerimento de auditoria que a gente chama, em computador? Não, é... A perícia no computador também do André. Então, eu tenho o entendimento que este conjunto de requerimentos nós poderíamos aprovar de comum acordo aqui de todas as bancadas. Volto a repetir. A convocação do José Aparecido, a convocação do André para que os dois venham prestar depoimento no mesmo dia, que seja requisitada depoimento que eles prestaram à Polícia Federal, tão logo os dois referimentos chegue à oitiva dos dois será feita em 24, 48 horas no máximo, e que nós possamos aprovar também a perícia no computador utilizado pelo André para poder fazer, inclusive, a confrontação das duas perícias.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Sampaio e depois Deputado Índio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – É que eu havia feito a Vossa **Excelência** e a sugestão acabou sendo objeto de consulta feito agora. Jurisdicionais que essa CPMI tem. Vossa **Excelência** não precisa em hipótese alguma, veja uma visão minha enquanto parlamentar. Aguardar cinco dias, quatro dias, Vossa **Excelência** requisita para que seja entregue no prazo de 24 horas os depoimentos e eles têm a obrigação sob pena de cometerem crime de deso-

bediência. Uma coisa é 24 ambos, ouvi-los na quinta. Outra coisa é deixarmos essas oitivas para semana que vem quando vierem os depoimentos. Nós estaremos realmente postergando e permitindo que uma série de articulações possam ser feitas e isso é muito ruim para as investigações da CPMI. A minha proposta foi no prazo de 24 horas e que ouçamos ambos na quinta-feira. Eu insisto nisso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Acato a idéia de Vossa **Excelência** e o Advogado me informa que eu posso pedir em 24 horas. Portanto se é legal em 24 horas eu faço esse pedido no ofício. Senadora Ideli.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Desculpe Senadora, desculpe Deputado Índio. Depois a Senadora Ideli.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Obrigado, Presidente. Deputado Carlos Sampaio, podia só esclarecer exatamente qual é a sua proposta?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – A minha proposta é que no sentido hoje a Presidente faça um ofício seja encaminhado amanhã 24 horas e façamos a oitiva dos dois, tanto do André como o José Aparecido na quinta-feira, nesta quinta-feira já de posse de ambos os depoimento. Para que tenhamos elementos em mãos para podermos inquiri-los.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Da Erenice também, naturalmente?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Isso não estava na discussão.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – A discussão até agora por enquanto é só o José Aparecido.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero dizer apenas que o Deputado Índio está com a palavra. Mais um minuto, Deputado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Esclarecendo ao Deputado Índio. A minha manifestação até o presente momento foi com relação ao José Aparecido e o André. Este era o assunto em pauta. Portanto relação depoimento de ambos que me requeri. Se vier a pauta oportunidade de falar sobre esse tema.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – A sua sugestão é que ambos venham no mesmo dia aqui na quinta-feira e que a gente requeira da Polícia Federal—

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – De hoje pra amanhã os depoimentos de ambos.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Então, Presidente, gostaria de solicitar, como sub-relator de fiscalização, levando em consideração toda a dificuldade que estou tendo para encontrar as informa-

ções lá embaixo naquela documentação toda, papel por papel, caixa por caixa, que, por favor, venha todos os depoimentos desse caso da Polícia Federal. Não apenas do caso do... Não só apenas o André, e o José Aparecido. Que outros foram lá e depuseram e eu estou preparando o sub-relatório para ler até então no dia 21 e não tenho acesso a essas informações.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado *Índio* se entendi Vossa Excelência quer que solicite a Polícia Federal outros documentos?

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Todos os documentos. O inquérito sobre esse assunto. Todos as oitivas que foram feitas pela Polícia Federal em relação à CPMI dos cartões.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vossa Excelência faz, por favor, por escrito.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senadora Ideli Salvatti.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Faça por escrito e submeta a Casa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu fiz uma proposta de encaminhamento de consenso. Tem outras questões que já... Todo mundo sabe que não vai ter consenso. O que é que eu propus para nós aprovarmos consensualmente. A convocação do José Aparecido e do André, a requisição do depoimento dos dois na Polícia Federal, que a oitiva dos dois seja feita no mesmo dia imediatamente à chegada dos dois depoimentos, da cópia dos dois depoimentos que do meu ponto de vista se ele depor hoje amanhã a gente já tem e podemos fazer a oitiva na quinta. Portanto acho que não tem nenhum objetivo de postergar isso não. Só... Mas é imprescindível que a gente possa fazer a oitiva de posse dos depoimentos dos dois depoimentos da Polícia Federal. E por último, o quinto ponto que eu entendo que é possível ter consenso, é como foi feito perícia no computador do aparecido, também seria muito importante ter a perícia fundamental no computador utilizado pelo André. Então, são estes cinco requerimentos que eu estou propondo que nós aprovemos aqui de consenso. Não tem polêmica do meu ponto de vista sobre essas cinco questões.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu agradeço. Depois de todos falarem, vamos fazer o fechamento dessas questões todas que estão sendo discutidas. Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas, Senhora Presidente, para dizer que o André Eduardo Fernandes está à disposição da CPI desde o primeiro momento. Anunciou a sua disposição de colaborar.

Também não vejo nenhum problema em que o seu computador possa ser periciado pela Polícia Federal. Não há... A Polícia Federal se entendesse necessário, até já teria solicitado essa perícia. Portanto, não há da parte... E eu posso dizer em nome dele, da parte do assessor André Eduardo Fernandes, nenhuma objeção a que se pericie também o seu computador que é do Senado Federal, está aí na segunda Vice-Presidência da Casa. Portanto era só essa informação. Ele está à disposição para depor hoje ou amanhã, a hora que essa Comissão determinar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Portanto nós temos aqui–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Vossa Excelência vai ler?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vou ler. Tenho aqui em mãos dois requerimentos, um assinado pelo Deputado Luiz Sérgio e outro pelo Deputado Carlos Willian que eu passo a ler.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem outro meu. E o meu é de preferência. Eu tenho um Requerimento de preferência. Era isso que eu iria falar quando pedi a ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sobre a vinda do José Aparecido?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Tem um outro Requerimento que é Requerimento de busca e apreensão computador utilizado pelo servidor do Senador.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ok. Estou com o Requerimento também aqui. Passo então à leitura do Requerimento do Deputado Luiz Sérgio. Nos termos dispostos parágrafo terceiro do artigo 58 da Constituição Federal, bem como do artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja oficiado à Polícia Federal para enviar no prazo de cinco dias, que nós vamos substituir, não é isso, Deputado, prazo de 24 horas, cópia dos documentos nos autos do Inquérito Policial nº. 4372/08. Justificativa: Passo ao Senhor Relator para a justificativa.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – A justificativa ela é muito simples. A convocação de ambos só está acontecendo em decorrência das investigações da Polícia Federal. E este depoimento é de fundamental importância para que possa subsidiar as perguntas que vamos fazer a ambos. Por isso essas informações

precedem da Audiência Pública de fundamental importância para todos aqui da CPI.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – *Senhora Presidente*, para encaminhar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Só continuando. O Requerimento 249/08 do Deputado Carlos Willian. E subscrito por 13 Deputados. Requeiro a Vossa **Excelência** nos termo regimentais ouvir do plenário que essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito solicita ao Departamento de Polícia Federal a cópia integral dos depoimentos do Senhor José Aparecido Nunes Pires, secretário de controle interno da Presidência da República, e Eduardo da Silva Fernandes consultor Legislativo do Senado Federal. Deputado Carlos Willian para a justificativa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – *Senhor Presidente*, eu agradeço aos nobres pares colegas Deputado e Senadores de todos os partidos que subscreveram dando prioridade a este Requerimento. Isto mostra que todos os partidos políticos compostos aqui nessa CPMI têm o interesse em investigar este novo episódio da CPI que é o José Aparecido pires e o André Eduardo Fernandes. Portanto, com estes requerimentos vindos da Polícia Federal o mais rápido possível, nós teremos condições de termos mais dados para podermos ter uma idéia desta... Como é que nós vamos fazer essa oitiva. Acrescenta Vossa **Excelência** que eu já tenho também o Requerimento de acareação entre os dois, inclusive subscrito pela maioria dos colegas Deputados e Senadores dessa Casa que está protocolado nessa Comissão, mas nós só vamos fazê-lo se houver a necessidade no momento em conjunto com esta CPMI. Então eu gostaria que Vossa **Excelência** fizesse esse compromisso, que depois do depoimento, no momento do depoimento se nós acharmos que foram, nós colocarmos no meu Requerimento, que está protocolado, que não há necessidade de colocar em votação. Esta é minha opinião. A minha opinião também, *Senhora Presidente*, é que me disseram que o José Aparecido pires ela pediu afastamento da Presidência da República, o que eu considero ético e moral para qualquer funcionário público deste país quando o seu nome seja colocado em risco, ou pelo menos colocado em evidência de alguma falta de ou algum erro administrativo, o correto que um funcionário faça é isso. E aqui e faço um apelo que este também servidor do Tribunal de Contas da União, André Eduardo Fernandes, se ele estiver ainda nas suas funções, que ele também tenha dignidade de fazer o mesmo, para que ele peça licença do seu cargo até mesmo para não atrapalhar as investigações.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu só informo que ele tirou férias e é diferente um caso do outro. Eu não abriria mão dele em hipótese nenhuma. Até porque ele agiu no estrito cumprimento do dever legal e foi leais e honesto com quem o chefia. Mas ele retirou-se do Senado, está de férias, e haverá tempo para a conclusão desse inquérito até que ele volte.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – *Senador* esqueceu-se de avisar que as férias na verdade foi um prêmio ao trabalho competente dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma férias ética é bastante gente num momento desse.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria de pedir a todos... [Soa a campainha]. Eu gostaria de informar a todos que vamos colocar em votação então esses requerimentos que estão hoje em pauta. Os requerimentos então 96, 191 e 120. 244.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – *Senhora Presidente*, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O 242 que é da perícia.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Esse é outro Requerimento. Nós vamos encaminhando, já foram encaminhados. Esse Requerimento é da oitiva do Senhor José Aparecido Nunes pires. Esse que nós estamos votando agora. Depois votamos o do senhor. Votando. Em votação. Para encaminhar pelo PMDB, PT... Câmara dos Deputados. PR, PTB... Continua essa mesma composição?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *Senhora Presidente*.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A secretaria me informou de uma forma diferente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *Senhora Presidente*.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu não estou entendendo como é que vai ser essa votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *Senhora Presidente*, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero esclarecer aqui. Queria que todo mundo ouvisse. Nós estamos votando agora os requerimentos que solicitam que seja convocação e não convidado foi esse o acordo feito, convocado o Senhor José aparecido Nunes pires. Então é esse o Requerimento. Para encaminhar aqui a secretaria não tem a relação nova... Com a nova relação que estão me informando aqui, bloco PMDB, PSC, PTC... Deputado, para encaminhar. Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – *Senhora Presidente*, eu acho que com a convocação do

José Aparecido pires, acaba toda essa novela e essa história de que o PMDB, o PTC e o PSC da base governista do Governo está a defender este ou aquele Requerimento. Isto mostra claramente que nós estamos dentro de uma CPI. O que vale é a democracia. E o que nós estamos querendo é apurar os fatos que são objeto dessa CPMI. Por isso nós somos favoráveis à convocação do servidor José Aparecido Pires.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Para encaminhar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *Senhora Presidente*, apenas para esclarecimento. Houve uma proposta que se fosse feita as duas convocações para o mesmo dia. E isso—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Isso é depois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Teria sido deliberado antes.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Depois vai ser deliberado. Pode ficar tranquilo Vossa **Excelência** que essa Presidência vai tomar as decisões em consenso com a maioria do nosso Plenário. Para encaminhar pelo Partido dos Trabalhadores, PT. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – *Senhora Presidente*, *Senhores Deputados*, *Senhoras Deputadas* gostaria, *Senhores Senadores*, *Senadoras*, gostaria de dizer inicialmente que nós somos favoráveis à votação desse Requerimento, tendo em vista que o servidor José Aparecido virá a esta Casa para prestar os esclarecimentos sobre o vazamento de informações existentes na Casa Civil. Nós gostaríamos de antes de ouvi-lo, conhecer o seu depoimento na Polícia Federal e, ao mesmo tempo, no mesmo dia, fazer também a oitiva do servidor André Eduardo da Silva Fernandes, assessor do Senador Álvaro Dias. Isso porque nesta CPI o Governo atuou e vem atuando para dar todos os esclarecimentos para a sociedade brasileira. A oposição pediu para fazer uma auditoria nos gastos sigilosos da Presidência da República. Eu tive o conhecimento que foram disponibilizados 25 mil gastos sigilosos da Presidência da República e todos os Deputados que tiveram no TCU puderam ter acesso a esses gastos. Igualmente nós conseguimos também conhecer todos os gastos desses últimos dez anos de Governo. E agora nós queremos conhecer os fatos relacionados a esse momento que toda a sociedade brasileira quer saber do vazamento de informações que parece que se deu numa ordem entre o servidor José Aparecido, o servidor André e me parece o gabinete do Senador Álvaro Dias. Gostaria também de dizer... Aí dialogando com o Deputado *Índio* da Costa. É uma... Um cálculo de Vossa

Excelência. É um desejo de Vossa **Excelência**. É um raciocínio de Vossa **Excelência** a escalada que Vossa **Excelência** tem buscado fazer nessa CPI. A Ministra Dilma Rousseff esteve aqui, prestou esclarecimento por oito horas a esse... A esta Casa. Me parece que saiu muito fortalecida daqui. Portanto, querer atribuir algum servidor responsabilidade que esse servidor não tem, ao nosso ver é uma postura leviana. Por isso que nós queremos ouvir o servidor José Aparecido, queremos ouvir o servidor André e não queremos fazer nenhuma ilação antes de ouvi-los. O que sair da boca deles é que para nós é importante seja na Polícia Federal, ou seja, aqui. Por isso a convocação de qualquer outro servidor da Casa Civil, nós temos como um fato descolado. Um fato político, uma tentativa da oposição de ampliar uma tentativa de desgaste do Governo que a meu ver tem tido efeito contrário. Um efeito bumerangue. Porque a vinda da Ministra Dilma Rousseff aqui só fez com que o Brasil inteiro tivesse do lado dela. O Brasil inteiro solidarizou essa mulher. Muitos brasileiros que não a conhecia. Agora conhece Dilma Rousseff, sabe da sua seriedade, da sua história, do compromisso com esse país. Por isso somos favoráveis à aprovação desse Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Para encaminhar pelo bloco P S D, PDT...

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Artigo 14, eu fui citado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado *Índio*.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Gostaria só de registrar que a opinião do Deputado do PT não é a minha opinião. Dizer que tenho dados em minhas mãos que estiveram no portal da transparência, que saíram do portal da transparência, que voltaram para o portal da transparência. Informações que o Banco do Brasil não mandou para esta CPI. Informações que não eram sigilosas e que depois foram consideradas sigilosas e que o Tribunal de Contas tem no seu arquivo como não sigilosas. Na realidade há sim um enorme interesse do Governo de colocar essa sujeira toda debaixo do tapete. Volto a registrar que o Relatório que estou escrevendo com o Deputado Carlos Sampaio, por sermos dois sub-relatórios, será um relatório técnico. Não posso admitir fazer de conta que o Governo está de fato contribuindo para que a CPMI faça seu trabalho. Não está. Está buscando de todas as formas nos atrapalhar, e nós temos insistido fazer com que a verdade venha à tona para a sociedade brasileira.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado *Índio*.

Foi uma deferência aqui da Mesa, mas nós estamos em processo de votação. Deputado... Para encaminhar pelo bloco P S D, PDT, PM N, PR D, Deputado Sílvia por indicação da Deputada Perpétua, como vice-líder.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – *Senhora Presidente*, semana passada, muito antes de aparecer o Zé aparecido e o André, o Senador Álvaro Dias, Senador competente, junto com o Deputado se não me engano também muito competente Carlos Sampaio, já estavam defendendo o fim da CPMI. Porque não sei se foi Vossa **Excelência**, por isso que eu botei o se. Por isso vou retirar logo esse se. Mas com certeza o Senador Álvaro Dias estava defendendo o fim da CPMI porque entendia que a CPMI já tinha avançado em alguns aspectos, como por exemplo, economia de 60% dos cartões corporativos. Lamentavelmente eu não quero aqui fulanizar, para não dar o artigo 14, alguns Deputados dessa CPMI da oposição que não apareciam no Jornal Nacional, no jornal da globo, na imprensa, eram Deputados do baixo clero, eles estão muito satisfeitos porque aparecem todo dia no jornal. E insistem dizer que a base do Governo não quer apurar. Então vamos realçar algumas coisas. Pediram para convocar Orlando Silva. Convocamos. Pediram para convocar o, convocamos, pediram para criar subrelatorias, criamos. Pediram para que a gente fosse ao TCU. A gente aprovou. O grande problema é que tudo que a oposição pediu a base do Governo fez. A base do Governo fez. A oposição efetivamente está literalmente perdida com algumas ressalvas que Vossa **Excelência** é da oposição, mas Vossa **Excelência** está sempre de forma ímpar... [Risos] Com algumas exceções. A oposição está literalmente perdida. É bom que o Brasil entenda, saiba, que a base do Governo fez tudo que a oposição queria.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Também não exagera, pelo amor de Deus.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vossa **Excelência** está se comportando como um *Índio*.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Como *Índio* no sentido angelical da palavra.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para terminar.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Eu vou concluir. Sentido angelical da palavra. Terminou ele se acusando. Vou concluir. Para concluir, *Senhora Presidente*, nós da base do Governo é importante que se registre, tomamos a iniciativa de convocar o Zé aparecido e o André. Vamos convocar o Zé aparecido e o André. Agora, para encerrar definitivamente o discurso da oposição, nós não vamos convocar... Não insistam.

Ficam falando o tempo todo na imprensa, mas Dilma e Erenice não serão convocadas de forma nenhuma porque a gente não vai fazer o jogo da oposição. Ponto final. Então vamos votar o Zé aparecido.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Muito obrigada. Para encaminhar pelos democratas. O Deputado *Índio* da Costa. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – O relator ainda há pouco falou que nós estamos aqui convocando o Senhor Aparecido... O relator ainda há pouco falou Presidente, que nós estamos aqui convocando o Senhor Aparecido e o Senhor André único exclusivamente por conta do inquérito que está correndo na Polícia Federal. Não é verdade, Senhor Relator. Estamos convocando aqui esses dois cidadãos porque a imprensa, a imprensa mostrou para a opinião pública, graças à imprensa que gostou à opinião pública que o senhor aparecido lá dentro da ante-sala da Dra. Dilma passou esse dossiê para cá, para um colega seu, o André. Só por isso. Só por isso. Se nós não tivéssemos visto no Jornal Nacional, na Folha de São Paulo uma matéria com esse fato nessa semana não vinha nenhum aparecido aqui e não vinha André nenhum aqui. Isso é fato. O Deputado que me antecedeu disse que a Ministra Dilma não vem aqui. E que a dona Erenice também não vem aqui. Eu discordo. Se a imprensa achar algum fato novo, nós não vamos ter como fugir da opinião pública. Nós vamos ter que trazer aqui a competente Dilma Rousseff e a sua assessora principal, Dra. Erenice. Então eu discordo muito desse ponto de vista que o Governo está aceitando tudo e está trazendo. Não é. Não queiram manter para a televisão pública. Isso aqui está sendo transmitido para o Brasil inteiro. O Brasil inteiro viu que o Governo escondeu a Dilma. Não trouxe. Por um cochilo do Governo a Ministra Dilma foi convocada numa outra CPI. Mas aqui nos trataram, passaram por cima da gente para a Ministra Dilma não vir aqui. E vem um Deputado agora com uma falta de respeito a essa CPI, bate na Mesa e diz: Aqui a Ministra Dilma não vem! Aqui a Erenice não vem! Como se nós fôssemos bobos da corte. Não somos. Se tiver fato novo a imprensa vai nos ajudar a mostrar para a opinião pública que a Ministra Dilma tem que vir aqui como uma cidadã qualquer. E a dona Erenice também. O Governo está passando para a opinião pública através de certos companheiros aqui que nada foi encontrado no TCU. Não é verdade. Essa CPMI–

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então apresente alguma coisa do TCU! Apresente!

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Esta CPI vai mostrar. Vou dar dois exemplos. Um é o

da ABIN. Como é que pode uma Agência Brasileira de Inteligência deixar uma locadora de carros que era chamada hospital do tênis servir ao Presidente da República? Sem licitação? Como é que pode? A Agência Brasileira de Inteligência deixar uma locadora que se chamava hospital do tênis se transformar numa grande locadora e servir à Presidência da República? O que a ABIN faz? Não interessa. Não estou falando do Presidente Lula, estou falando de instituições, Deputado. Estou falando de instituições. Pare com essa mania de querer personalizar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA)

– Vá lá. Faça sua obrigação. Sente e investigue. Vai procurar saber.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para terminar. Para concluir.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Deputado que me antecedeu disse que veio um horror de gente do Governo. Só peixe pequeno. Só trouxeram aqui quem já estava podre. Já não prestava mais. Não servia para o Governo. Aí botaram os pobres coitados aqui gastam oito reais com uma tapioca. Esses o Governo coloca. Mas a Ministra Dilma não vem, é essa base do Governo que diz que não tem nada no TCU.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – *Senhora* Presidente. Ele me citou pessoalmente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar... Não colocou seu nome.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Ele disse relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelo partido da República, Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – *Senhora* Presidente, questão de ordem. É uma Questão de Ordem mesmo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu queria pedir a Vossa Excelência que fosse Questão de Ordem porque o Deputado Maurício está encaminhando pelo P S. Nós estamos em votação...

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Vou fazer o seguinte. Eu espero o encaminhamento e peço uma Questão de Ordem.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Da mesma forma após os encaminhamentos eu gostaria de me pronunciar.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – *Senhora* Presidente, *Senhores* Deputa-

dos, Senadores. Inicialmente, Presidente, eu gostaria de dizer que para o PR não há ninguém inconvocável nessa CPMI. Até o momento nós entendemos que não havia motivo para convocar a Dilma, a Erenice, ou outros Ministros que foram ventilados como possíveis depoentes nessa Comissão. Claro que se houver no decorrer dessa CPMI fato novo, não vejo menor problema de convocar a Dilma. Principalmente que tem nessa CPMI consta como membro Senador José Agripino. Eu não tenho a menor dúvida que é fundamental para essa CPMI se ouvir o José Nunes e se ouvir o André Eduardo Fernandes. Principalmente o André Eduardo Fernandes. Eu acho que o José Aparecido Nunes já em seus depoimentos já disse muito à nação. O porquê mandou o **e-mail**... Agora, o que a gente não conseguiu ainda apurar foi porque um servidor do Senado Federal, servidor de um Senado membro dessa CPMI recebe o **e-mail** no dia 20 de fevereiro desse ano e não denuncia esse envio à Polícia Federal. Pra mim isso é uma prevaricação. Eu não tenho a menor dúvida. Também quero ouvir do outro depoente quando é que ele deu conhecimento desse **e-mail** ao Senador Álvaro Dias. E por que o Senador Álvaro Dias não deu ciência a essa CPMI de que tinha recebido essas informações? Ou seja, nós estamos aqui há três meses, três meses nessa CPMI tentando buscar quem é o responsável pelo vazamento desse dossiê, a oposição acusando a Ministra Dilma Rousseff com o único intuito de desgastar a Ministra, ou talvez uma das ministras mais importantes do Governo Lula, e a todo tempo um vizinho a nós aqui do Senado Federal recebeu esse **e-mail**, tinha conhecimento disso desde o dia 20 de fevereiro. Queria ainda, claro que deve haver problemas em contas do TCU. Como há problemas aqui nas caixas que nós estamos analisando, as milhares de caixas que nós estamos analisando todo dia. É realmente um absurdo a ABIN permitir isso, como é um absurdo Ministros... Um Ministro, por exemplo, ir ao Rio de Janeiro 37 vezes em um único ano, fazendo uma média de não mora lá, não trabalha lá, alugando carros não sei de quem. Pagando hotel não sei como. Ministros que pagaram massagem, sauna, tudo isso se encontrou e não tenho dúvida que deverá constar do relatório do relator. Portanto eu queria aprovar... O PR aprova a convocação do—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Consulto Senador Álvaro Dias se quer encaminhar pelo bloco.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Gostaria de encaminhar. Primeiramente para dizer que quanto a André Eduardo Fernandes que agiu no estrito cumprimento do dever legal, sempre esteve à disposição para se pronunciar e prestar sua colaboração tanto à

Polícia Federal quanto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em resposta ao orador que me antecedeu, eu gostaria de dizer que está se tornando repetitivo, mas é uma discussão sempre reafirmada que, vazamento é uma coisa. E divulgação, é outra totalmente diferente. O vazamento ocorre na origem, à divulgação, no destino. Se há possibilidade de condenar a divulgação, que se condene. Mas o que não se deve é misturar as coisas. Vazamento no Palácio do Planalto, divulgação no Senado da República. Da nossa parte, nós entendemos que cabe à oposição denunciar eventuais ilícitos que eventualmente ela possa considerar como ilícitos, porque ela não é dona da verdade. Mas a denúncia do ilícito é da oposição. Prevaricação seria o contrário. A estratégia de denúncia, a estratégia de divulgação cabe à imprensa, a estratégia da denúncia cabe à oposição. A oposição é que deve definir o momento adequado para a denúncia. Em função dos objetivos que pretende alcançar. No caso a convocação das autoridades conscientizadas para a necessária responsabilização dos eventuais envolvidos num episódio que nós julgamos delituoso. Portanto, *Senhora Presidente*, para não me prolongar numa dissertação já repetitiva, cansativa ao longo dos últimos dias, gostaria de dizer que somos favoráveis, obviamente a oposição votará favorável tanto à convocação do André Eduardo quanto à convocação do José Aparecido, e mais uma vez depositando as nossas esperanças na Polícia Federal como uma instituição independente. Quem chefia a Polícia Federal é burocraticamente o Ministério da Justiça. Mas definitivamente quem chefia a Polícia Federal é a lei. A Polícia Federal tem afirmado um conceito de respeito à lei vigente no país. E é esse o comportamento que pelo menos observo neste caso também, pelo menos até aqui venho observando neste caso. Reitero as minhas fundadas esperanças de que brevemente a Polícia Federal poderá esclarecer de forma completa e absoluta esse episódio do chamado dossiê.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu agradeço ao Senador Álvaro Dias. Quero fazer uma proposta aos *Senhores Deputados* e a *Senhora Deputada*. Como o Requerimento de convocação de André Eduardo Fernandes da Silva é dos autores Senador João Pedro, Deputado Vic Pires Franco e Deputado Manato, eu gostaria de perguntar se podemos votar os dois em conjunto. Porque já foram bem discutidos, todo mundo discutiu os dois. Todo mundo de acordo? Então está em votação.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Eu pediria uma Questão de Ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de Ordem, **Excelência**.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se for de consenso, eu posso colocar em votação simbólica. Então, em votação simbólica. Convocando os senhores André Eduardo Fernandes da Silva e aparecido Nunes pires para serem ouvidos nessa CPMI. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. De acordo. Aprova-do os dois requerimentos.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Questão de Ordem, *Senhora Presidente*.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de Ordem Deputado Sílvio e Questão de Ordem depois Deputado Sérgio. Depois Deputado *Índio*.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de Ordem primeiro ao Deputado Sílvio e depois Deputado Sérgio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu tinha pedido Questão de Ordem, Presidente. Olha, o regimento não permite que faça convocação para depoentes em bloco. O regimento determina que se faça um por um. E não existe acordo neste sentido. A não ser que mude o regimento. Então, a minha questiono de ordem é que faça um por um conforme o regimento.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Presidente, o Plenário é soberano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Plenário é soberano, mas não passar em cima do regimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian, o Plenário pode fazer–

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Se houver acordo de todos.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se Vossa **Excelência** quiser que vote individualmente, nós votamos individualmente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria contraditar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não existe não tendo um favorável automaticamente não existe consenso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, eu queria contraditar a Questão de Ordem do Deputado Carlos Willian. Só para dizer que não há impedimento regimental.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sei que não há. Mas ele quer. Vamos ganhar tempo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode votar em bloco. Depende da Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Se houver acordo de todos. Não existe acordo meu.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se não existe acordo, vamos votar individualmente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – *Senhora* Presidente, é matéria vencida. O direito não protege aqueles que dormem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Votação nominal. Deputado Carlos Willian, Vossa **Excelência** quer que vote um por um, em votação simbólica?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Pode ser simbólica. Agora, não é que eu queira. Eu quero que acompanhe o regimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vossa **Excelência** sabe muito bem nessa CPMI já fizemos várias vezes que o Plenário foi soberano e quando foi de consenso nós fizemos isso porque afinal de contas todos os companheiros aqui têm se conduzido muito bem nessa CPMI.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – *Senhora* Presidente, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Votação do Senhor José Aparecido Nunes pires. Aqueles que concordam com a convocação do Senhor José Aparecido Nunes pires, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Votação da convocação do Senhor André Eduardo Fernandes da Silva. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado por unanimidade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – **Excelência** vou recorrer da decisão de Vossa **Excelência** ao Plenário do Senado, à Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A *Senhora* só votou. Mas tem que ter o ritual da votação.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu acho que o senhor está extrapolando, Deputado. O senhor me desculpe, mas eu perguntei a Vossa **Excelência** se Vossa **Excelência**–

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Eu desculpo à *Senhora*. Eu desculpo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu perguntei se Vossa **Excelência** concordava e Vossa **Excelência** concordou.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Com a votação. Mas a votação tem um rito. Agora, eu posso... A *Senhora* me permite, **Excelência**, a *Senhora* me permite pelo–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A *Senhora* me permite somente uma explicação?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Quero ler aqui o artigo. No regimento comum. É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionado com o dispositivo constitucional. Como não está, vamos continuar a nossa votação. E, portanto agora–

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A *Senhora* me permite, Presidente, pela ordem?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não permito Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Então eu quero o artigo de liderança que é regimental. O artigo de regimental, o artigo de liderança, **Excelência**.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está com a palavra o Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – **Excelência**, eu não posso deixar passar uma opinião por que é que estou querendo votar em separado. O direito de defesa é amplo neste país. Nós colocamos aqui um funcionário, que é o José Aparecido pires para ser convocado nessa reunião dessa CPI. Todos teceram comentários sobre o funcionário José Aparecido pires. Ele tem que ser convocado por causa disso, ele tem que ser convocado por causa daquilo, ele tem que ser convocado porque ele vazou... A oposição tripudiou em cima do funcionário dizendo que tem que vir. Agora, o seu parceiro de troca de informações que, por sinal, é funcionário lotado no gabinete de um Senador da oposição, fica aqui beneficiado em simplesmente ter uma votação simbólica e ninguém faz o comentário dos atos deste funcionário e por que é que ele está aqui sendo convocado. Portanto, fica aqui o meu protesto porque é um direito de cada cidadão brasileiro. Se nós fizemos comentários sobre o funcionário José Aparecido e justificamos porque era necessidade dele de ser convocado, por que é que nós vamos proteger o outro servidor André Eduardo Fernandes? Que inclusive foi defendido nessa Comissão pelo seu chefe maior que é o Senador Álvaro Dias, mesmo sem ter procuração? Portanto, eu acho que foi uma injustiça que foi feita com o servidor José Aparecido pires e ter protegido o André Eduardo Fernandes por não ter feito os comentários de como ele conseguiu e por que é que ele está sendo convocado nessa CPI. Fica aqui o meu protesto. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Requerimento de preferência do Deputado Maurício Quintella Lessa. Requeiro com base no artigo Senado Federal preferência para

o item 118, Requerimento 242, 208 sobre os demais itens da pauta. O Requerimento do Deputado Nilson Mourão. Requer seja realizada busca e apreensão do computador que teria recebido... Requerimento 242. Requer seja realizada busca e apreensão do computador que teria recebido arquivo oriundo da Casa Civil nos autos do inquérito nº. Instaurado para investigar o vazamento de informações tidas como reservadas com o fim de realizar perícia oficial. A sugestão— Deputado Maurício Quintella, autor do Requerimento, de preferência.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) — Presidente, antes de encaminhar o Requerimento do preferência gostaria de fazer sugestão ao autor do Requerimento Deputado Nilson Mourão para que fosse retirado do texto do Requerimento a palavra busca e apreensão. Conversando com o Deputado Carlos Sampaio a busca e apreensão é a única coisa que essa CPMI não pode determinar. Então o que interessa à base do Governo, não tenho dúvida CPMI, é a perícia nesse computador. É um computador do Senado Federal, Senador Álvaro Dias está à disposição, nós retiráramos se fosse de concordância do autor, perícia à Polícia Federal.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) — Vossa Excelência como autor, Deputado Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) — Presidente, a sugestão do Deputado é coerente, acho oportuno a aprovação desse Requerimento na medida em que a Polícia Federal já periciou os computadores da Presidência da República. E agora os computadores que estavam envolvidos no problema na Casa Civil, e agora creio que deveremos fazer... Adotar o mesmo procedimento dos computadores que receberam o e-mail enviado pelo *Senhor* Aparecido. Como os depoimentos estão marcados na Polícia Federal, e em seguida aqui no Plenário da Comissão, creio que ao mesmo tempo a Polícia Federal deve periciar os computadores do Senador, do gabinete do Senador Álvaro Dias e os pessoais do seu assessor. Peço, portanto a aprovação desse Requerimento, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) — Solicito aos líderes informação se querem fazer o encaminhamento desse Requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Queria encaminhar pelo autor. Nós estamos votando ainda a preferência.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) — Não, já votamos a preferência. Já votamos a preferência. Já foi aprovado. Agora

solicito... Encaminhamento? Vamos lá. PMDB, PSC, PTC, Deputado João...

DEPUTADO JOÃO: Obrigado, *Senhora* Presidente. *Senhora* Presidente, primeiramente nós do bloco do PMDB nós queremos aqui ressaltar que nós não compartilhamos com o pensamento do Deputado Sílvio Costa sobre convocação de membros do Governo. Mas até o momento também não vimos fatos relevantes para que se possa embasar a convocação da Ministra Dilma. Mas pode ter certeza, *Senhora* Presidente, Deputados, Senadores, Senadoras, Deputados, que caso fatos relevantes comprometedores venham à tona com certeza nós vamos convocar a Ministra Dilma e tenho certeza que ela com toda certeza virá a essa CPMI para esclarecer esses fatos. Somos favorável à perícia no computador do funcionário André Eduardo, do gabinete do Senador Álvaro Dias, uma vez que perícia no computador do Palácio do Planalto ficou comprovado que esse computador do Senado recebeu esse e-mail e foi o mesmo divulgado pela imprensa.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) — Obrigado Deputado João Magalhães. Para encaminhar pelo PT, Partido dos Trabalhadores, Deputado Paulo Teixeira. Não? Pelo bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN e PRB. Deputada Perpétua.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) — *Senhora* Presidente, desde o início dessa CPMI setores da oposição tentam trazer aqui a Ministra Dilma. Com o argumento de que ela teria criado um dossiê para expor a vida do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Desde o início também nós estamos dizendo aqui o que vem dizendo a Ministra Dilma, que não existe dossiê na Casa Civil, e o que existe lá é um levantamento de dados. Um banco de dados de informações. E que agora nós sabemos que foi rapto desse banco de dados informações pinçadas que foram parar no gabinete do Senador Álvaro Dias. Agora, *Senhora* Presidente, isso cai por terra também os argumentos da oposição de que a Ministra Dilma queria expor o EX-PRESIDENTE Fernando Henrique Cardoso. Porque se a idéia era esta, por que a Ministra Dilma ousaria um Senador da oposição para expor o EX-PRESIDENTE Fernando Henrique Cardoso? Por que ela não usaria um Senador da base ou um Deputado Federal da base para receber estas informações? Então, *Senhora* Presidente, eu acho que a Ministra Dilma está sendo muito mais vítima da oposição nesse processo. Porque já está comprovado aí através das informações da Polícia Federal as articulações do gabinete do Senador Álvaro Dias com este cidadão da Casa Civil, aí sim, para expor a Ministra Dilma. Porque se fosse o inverso, seria alguém da base que teria feito a denúncia. E ninguém aqui questiona. Porque, ao

receber os dados, o Senador Álvaro Dias não foi fazer uma denúncia diferente. Denunciar a Casa Civil que um funcionário da Casa Civil estava roubando dados e informações. Então, ele não agiu legalmente. Ele não agiu corretamente. E insisto, desde que essa história veio à tona que se o Senado quisesse mesmo apurar, levaria o Senador Álvaro Dias ao Conselho de Ética do Senado, por não ter agido corretamente. Então, *Senhora Presidente*, acho importante essa perícia nos computadores e mais na frente ouvir o Senador seja aqui ou no Conselho de Ética.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Pelos democratas. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – *Senhora Presidente*, eu começo respondendo minha companheira que me antecedeu. Sabe por que é que não mandaram para um Senador da base do Governo e para um Deputado da base do Governo, simplesmente porque ia dar na cara. Só isso. Mais nada. Simplesmente. Agora, a gente está discutindo o assessorio aqui. A história de dossiê está desviando um pouco a CPMI. Tem coisas muito mais importantes no TCU, Deputado, que temos que investigar. A investigação está sendo feita pela Polícia Federal, nós vamos ouvir aqui o *Senhor Aparecido* como também o *Senhor Dentre*. Acho que nós temos também que ter acesso, apesar de que a Polícia Federal já teve acesso ao computador do *Senhor André*. Aqui o tratamento tem que ser igual para todos. Aqui não tem cooperativismo e nem tampouco para assessor de Senador. Vem para cá e vai ser ouvido. E também o computador dele tem que ser periciado pela Polícia Federal. Por isso concordo plenamente. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Deputado Antônio Roberto pelo.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Tudo que levar à verdade deve ser feito. É natural que haja uma perícia para chegarmos aos fatos. Então o partido encaminha nesse sentido.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu coloco em votação então o Requerimento nº.... Do item 118, nº. 242, com a modificação aceita pelo... Proposta pelo Deputado Maurício Quintella e aceita pelo autor do Requerimento, Deputado Nilson Mourão, que solicitamos então perícia à Polícia Federal do computador. Então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, apenas antes de colocar em votação, queria fazer uma sugestão. Porque nós estamos pedindo a perícia nesse computador também para nos subsidiar nessas oitivas do José Aparecido e do André Eduardo Fernandes.

Essa perícia pode nos revelar rotinas, até que intensidade eles trocavam **e-mails**. Uma série de questões que podem ser esclarecidas aqui. Eu pediria a Vossa **Excelência** que tem o poder de fazê-lo, que pedisse que essa perícia fosse feita também o mais rápido possível, se possível em 24 horas também para que quando da oitiva a gente...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu garanto a Vossa **Excelência** que vou pedir o mais rápido possível à Polícia Federal. Em votação, aqueles que concordam se for por unanimidade, permaneçam como se acham. Aprovado por unanimidade. Outro item da pauta. Item 111, nº. 235. Requer seja convocado o Presidente do Banco do Brasil a fim de prestar esclarecimentos sobre a base de dados que, em razão da aprovação do Requerimento nº. 204/08 foi encaminhada a esta CPI em virtude terem sido constatadas divergências entre as informações enviadas a essa Comissão e remetidas ao Tribunal de Contas da União. Deputado Carlos Sampaio e Deputado *Índio* da Costa. Deputado Carlos Sampaio para a justificação.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – *Senhora Presidente*, eu pediria atenção dos nobres pares e particularmente do Senhor Relator, uma vez que eu tenho tratado a sub-relatoria de sistematização como instrumento importante não só para os sub-relatores, mas ao final concluir seus trabalhos propondo medidas efetivas para que possamos credibilizar o cartão corporativo. Nessa linha, é evidente que o responsável pela sistematização, eu tenho o dever de reportar-me ao Relator com dados fidedignos, com dados fiéis. E o que ocorreu de fato, e aqui não vai nenhum prejulgamento ao Banco do Brasil, faço aqui uma ressalva, essa instituição centenária, não vai em hipótese alguma, nenhum prejulgamento com relação ao Banco do Brasil, mas a evidência que causou-me estranheza e o fato é por demais grave, a constatação de que ao aferir os dados que temos que foi a base de dados que nos foi encaminhado pelo Banco do Brasil referente aos gastos no período proposto pela CPMI, com a base de dados, ou seja, ao contrapor, ao comparar, confrontar os dados do Banco do Brasil encaminhado à CPMI com a base de dados encaminhados pelo TCU, verificou-se a existência de mil e 16 registros particularmente por parte da Presidência e da Polícia Federal que não constavam da nossa base de dados. O que isso implica? Implica dizer que essa CPMI e, portanto esse sub-relator, por exemplo, vai ter que trabalhar com dados que até a presente data não tinha. E eu ponderava isso com alguns colegas dessa CPMI que eu tenho dificuldades diante de dois fatos novos. A questão do José Aparecido e a questão dos

registros não encaminhados à CPMI, que são 1016 registros, em concluir no dia 21 o sub-relatório de sistematização. Não estou aqui dizendo da necessidade de uma prorrogação. Pode até ser que seja necessária. Mas talvez pedindo ao relator e a Vossa **Excelência** que mudasse dentro da própria CPI o Brás dessa sub-relatoria se não puder ser feita a prorrogação, para o dia 28. Para que eu tenha não só um período maior, mas também o feriado para concluir todas as informações e o relator terá oportunidade de aferir isso quando receber esse sub-relatório que está sendo analisado juntamente com o Deputado **Índio**, em duas etapas, apesar de ser o mesmo relatório, análises de caráter eminentemente técnico até me perguntaram, Senhor Relator, se Vossa **Excelência** iria ou não acolhê-los, e eu tive a liberalidade de dizer o seguinte. São propostas que fecham quaisquer francos para desvio de dinheiro público. Não tem uma proposta de natureza política. São todas eminentemente de caráter de preservar recursos do erário público. Portanto, eu tenho até a convicção de que na sua totalidade serão propostas acolhidas. Porque nenhuma delas visa criar qualquer constrangimento para esse ou aquele Governo. Mas ao contrário, visa dar ao gestor a perspectiva de credibilizar o concordo e saber que doravante todos que utilizarem vão utilizar sabendo que os campos que antes permitiam desvios deste ou do Governo anterior, agora não mais permitem. Nessa linha é que eu defendo a convocação e ontem conversando com o assessor do Banco do Brasil, assessor de relações institucionais, Dr. Renato Pedretti, ele até pediu que substituísse o nome do Presidente pelo Diretor da área responsável por nos fornecer esses dados, ou seja, por dizer o porquê que o banco de dados do TCU é diferente do nosso banco de dados, poderia vir ele ao invés do Presidente disse a ele que prontamente não me operaria porque a dia idéia não é convocar o Presidente para constrangê-lo, mas o responsável pela área no Banco do Brasil para que informe quais as razões pelas quais as bases são diferentes. Essas razões, apesar de alguns alegarem... Ah, num dado momento o gabinete de segurança institucional entendia que os dados não eram sigilosos e depois passou a entender que os dados eram sigilosos. Mesmo com essa justificativa de que teriam momentos distintos e que o gabinete do definiu que era ou não sigiloso, essa CPMI em momento algum poderia deixar de ter esses itens. E eu explico ao Senhor Relator, foi informado à CPMI junto com as milhões de informações que vieram para cá, ao final dessa base de dados vinha o seguinte asterisco. O número zero significa dados não sigilosos. O número um identifica dados sigilosos. O que fiz eu? Comparei o tanto de números zeros, não sigilosos que temos,

com a base de dados do TCU. De números zeros. E esses números quando confrontados percebemos que o TCU detinha em seu poder gastos que nós não detínhamos. Daí o porquê dessa proposta. Não tem a finalidade de denegrir a imagem, repito, de um banco cuja respeitabilidade é reconhecida. Não tem o objetivo de constranger o Presidente, tanto é que concordo com a substituição pelo Diretor que nos informe a razão pela qual houve essa diferença de informações, e mais do que isso, o objetivo único deste parlamentar, único, é fazer com que o próprio relator ao final de seus trabalhos possa dizer: contei com dados fidedignos e fiéis. Por quê? Porque um sub-relator da própria oposição subsidiou-me. Ou seja, trouxe a mim todos os dados passíveis de serem efetivamente catalogados por essa relatoria. Então, esse é o maior e por isso que eu peço que entendam o objetivo dessa convocação. Tão somente socorro diário o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está em encaminhamento o Requerimento 235, com a modificação proposta pelo autor. Em vez de ser convocado o Presidente do Banco do Brasil, o responsável pela área.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – O Diretor responsável pela área.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar primeiro—

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, como co-autor do Requerimento...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Desculpe, não tinha visto Vossa **Excelência**. Deputado Índio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, até por um equívoco, se o Deputado Índio me permitir, na verdade eu disse o diretor responsável pela área, mas não me fora fornecido o nome desse Diretor. E o Deputado Vic relembra aqui com toda razão precisaríamos saber o nome e se não me engano o Dr. Renato Pedretti se encontra presente e poderia fornecer o nome do responsável pela área para que conste isso no Requerimento. O nome.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Índio.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Como co-autor do Requerimento gostaria de sugerir ao Deputado Carlos Sampaio que pudesse vir o Presidente do Banco do Brasil se fazendo acompanhado do Diretor da área. Porque a experiência que nós temos aqui é de que às vezes... Eu estou fazendo uma proposição. É de que às vezes há conflito entre a opinião do Diretor e do Presidente. Não ficaria conflito nenhum e ficaria resolvido. Há falta de consenso para a aprovação da

vinda do Presidente do Banco do Brasil aqui? É isso? Porque se houver falta de consenso da vinda do Presidente do Banco do Brasil aqui, eu fico com a opinião do Deputado Carlos Sampaio. E para—

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Só para finalizar aqui a minha condução do que estou querendo explicitar é que... E eu falei ali há pouco tempo atrás. O que acontece é que as informações que nos vieram encaminhadas pelo Banco do Brasil, as não sigilosas, diferenciarem das informações não sigilosas que o próprio Banco do Brasil encaminhou para o Tribunal de Contas da União. É isso, na realidade, Deputado, que nós estamos preocupados e querendo entender. Porque nós estamos fazendo um relatório. Esse relatório é sobre dados concretos, fidedignos não sigilosos que o Governo emitiu do Governo para cá para CPMI essa informação ou tem alguma outra razão? E se omitiu, por que razão? Eu tive acesso aos dados, vi gasto por gasto, alguns deles foram divulgados pela imprensa no começo da CPMI. Então são dados que não só tem lá como não sigilosos no arquivo que recebemos do Tribunal de Contas da União como também já estiveram no portal da transparência. E alguns ainda estão no portal da transparência. Quer dizer, imagina só, *Senhora* Presidente, se está difícil de lidar com dados informatizados, a dificuldade que estamos tendo de lidar com aquela quantidade de papéis que nos mandaram. Estamos insistindo, fazendo até que um bom trabalho. O relator Luiz Sérgio vai receber um sub-relatório ano novo com uma série de itens para acabar com o vazamento, desperdício de recurso público. Agora é preciso que o Banco do Brasil nos informe qual foi a razão pela qual o arquivo dele enviado à CPMI é diferente do encaminhado pelo Tribunal de Contas da União.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARIA SA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de fazer encaminhamento eu quero fazer uma observação. Esse é um caso muito sério, porque induz a erro a análise de documentos. E essa CPMI composta de Deputados e Senadores não pode em hipótese alguma ser induzida a erro por qualquer órgão. Esse é um Requerimento muito sério que eu quero que os Deputados, os Deputados presentes tenham, e Senadores presentes, tenham a máxima preocupação em fazer essa discussão e posteriormente a votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar, *Senhora* Presidente.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – *Senhora* Presidente, apenas para responder a sugestão do Deputado Índio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *Senhora* Presidente, já foi dada a palavra.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARIA SA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos para responder ao Deputado Índio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Eu apenas ponderaria ao Deputado *Índio*, como temos aqui a preocupação de caráter eminentemente técnico que está norteando o trabalho dessa nossa sub-relatoria, se o Diretor responsável tiver um nome e for ele que detém essas informações, eu acharia a necessidade da vinda do Presidente. Realmente é uma posição que evidencia o caráter técnico da nossa preocupação com a vinda deles aqui. Dele aqui.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado *Índio*? Tudo bem. Então fica a votação no Requerimento 235 seja convocado o responsável técnico pela área. Para o bloco PMDB, PSC, PTC, Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – *Senhora* Presidente, em primeiro lugar, não existe Requerimento por pessoa abstrata. Nós temos que ter o nome da pessoa para depois requerermos. Nós não podemos requerer, nós não podemos fazer aqui um Requerimento para depois sabermos quem é que nós vamos requerer o compartimento nessa CPMI. Portanto, tem que ter o nome da pessoa para que ela possa vir. Em segundo, e o cargo da pessoa. Em segundo, *Senhora* Presidente, mesmo que pese, volto a repetir a admiração que tenho por Vossa **Excelência**, principalmente na condução eficaz e a tenacidade por esse trabalho, eu gostaria de discordar com Vossa **Excelência** que este Requerimento é mais um Requerimento de tanta importância como tantos outros que tiveram nessa CPMI. E pelo contrário, eu não vejo tanta importância nesse Requerimento e nós vimos aqui que ele tem um cunho eminentemente político. **Veja** só, *Senhora* Presidente. Aqui coloca-se a instituição Banco do Brasil, a mais reparada instituição deste país em dizer que o Presidente estabeleça omitindo fatos CPMI. Se fosse verdade o procedimento já era outro, de processar o Presidente do Banco do Brasil. Segundo, aqui vem à justificativa, *Senhora* Presidente. A sub-relatoria de sistematização cabe à sub-relatoria de sistematização garantir a fidelidade dos dados que serão solicitados pelo relator na conclusão dos trabalhos. Não é só a Subcomissão, são todos os membros dessa Comissão e inclusive o relator, que é de sua responsabilidade. *Senhora* Presidente, se continuar... Não tenho objeto de continuar. [Soa a campainha] Portanto, *Senhora* Presidente, as informações que foram cometidas pelo Banco do Brasil existe um conflito de sigilosas e não sigilosa. E qualquer dirigente desse país tem que ter a responsabilidade de quando mandar os dados, saber o que pode vir contra ele, o que ele pode ser prejudicado

criminalmente. Tanto em comandar como também em não mandar. E por último, Senhora Presidente, está dizendo aqui justifica-se, portanto de tais dados decorreu de determinação expressa por partes de integrantes do Governo Federal. O que é que nós conseguimos pinçar disso aí? É que existe uma verdadeira manobra política para constranger o Banco do Brasil e para desrespeitar essa instituição que é a mais séria deste país. Portanto, Senhora Presidente, eu faço a seguinte proposta aos membros desta Comissão.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para terminar. Para concluir.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Para terminar eu faço a seguinte proposta ao Deputado Paulo. Eu faço a seguinte proposta aos membros dessa CPI. Que os dois Deputados autores do Requerimento façam uma visita in loco no Banco do Brasil e peçam os documentos que eles acharem interessante para poder manusear. Com isso, vocês vão ter acesso aos dados que vocês querem e não constranger aqui a vinda do Presidente do Brasil ou de algum outro técnico que seja. Portanto nós somos pelo encaminhamento contrário desta proposta que é simplesmente politiqueira.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero continuar o encaminhamento, mas eu quero informar a todos que o caso realmente é sério, porque não é só um caso. É o caso de atacar aqui todo o Congresso Nacional. E tem que ser prestado esclarecimentos, sim, porque induz ao erro prestar informação falsa. Se o documento tem discrepância, alguém tem que informar. E tem que informar a esta Casa. Porque mandou oficialmente. Eu recebi. E se eu recebi um documento que não contradiz com outro documento, alguém tem que explicar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, senhor. Eu posso fazer como Presidenta da Mesa, eu quero—

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Este é o pensamento de Vossa Excelência.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero dizer ao Deputado Carlos Willian que isso é muito sério. É aquilo que eu coloquei. Como Vossa Excelência disse que não é sério, eu quero dizer como Senadora que recebi como Presidente da Casa— [soa a campainha] Deputado Paulo—

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Isso é uma falta de respeito com a nossa Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Deputado Carlos Willian

disse que não era algo sério. Eu recebi algo que pra mim é muito sério. Que é muito sério. Porque o Código Penal aqui está dizendo que ele tem a obrigação de receber aqui porque eu recebi, Deputado Paulo—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Estou ouvindo o outro lado. Ele acabou de falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ele acabou de falar. Para encaminhar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar, bloco—

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Excelência, artigo 14. Fui citado por Vossa Excelência.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não? Pode responder.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Mais uma vez tem razão e acho que tem que falar como Presidente e Senadora dessa Casa. O que quis dizer não é que isso não é sério. Eu quis dizer que todos os requerimentos desta Casa são sérios. E a Senhora está colocando este como um dos mais sérios. Eu disse que este também é sério. Mas, que no próprio conteúdo existe posições políticas partidárias. Por que é que no Requerimento não colocou quais documentos estão faltando, quais documentos estão em conflito. Agora eu chamo atenção de Vossa Excelência, gostaria que a Senhora prestasse atenção, o Banco do Brasil é uma das instituições mais sérias deste país. Se por acaso faltou documentos, nada mais justo do que fazer um Requerimento complementar solicitando documentos. E não colocar igual Vossa Excelência usou o Código Penal, mas ninguém pode ser condenado antecipadamente igual foi feito aí agora. E a Senhora já condenou o Banco do Brasil. Dizendo que é sério. Nós temos que ter o direito de defesa. Portanto, a sugestão que eu faça que os dois autores do Requerimento vá ao Banco do Brasil e eu os acompanho. E vamos lá olhar os documentos que estão faltando para coletar esta CPI. E volto a reafirmar, a minha orientação é para que nós revoltemos este Requerimento porque ele tem o caráter exclusivamente partidário, eleitoral, de prejudicar o país e prejudicar a administração.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado, Partido dos Trabalhadores, Deputado Paulo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não era o PSB?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ah, sim. Bloco PSB, P D T, PR M, PMDB.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Senhora Presidente, eu queria fazer um apelo a Vossa **Excelência**. O apelo é o seguinte, e os autores do Requerimento. Era se a gente poderia fazer uma retirada de pauta, hoje, desse Requerimento, e Vossa **Excelência** colocaria evidentemente na próxima Sessão. É um apelo. Deputado Maurício, me deixaeu olhar nos olhos da Presidente. Senhora Presidente, eu queria fazer um apelo a Vossa **Excelência**. Até porque paira aqui nessa Sessão algumas dúvidas. Acho que seria muito positivo para a CPI. Acho que Vossa **Excelência** tem razão em muita coisa que Vossa **Excelência** colocou. Mas por trás da razão de Vossa **Excelência** existe uma tática muito competente dos autores do Requerimento. E a tática é a seguinte. É evidente que, quem guarda, que quem tem os dados sigilosos, por exemplo, os ecônomos da Presidência da República. Eles têm conta no Banco do Brasil. O Banco do Brasil, evidentemente, tem o poder daqueles dados sigilosos. Que, até hoje, nós ainda não discutimos o que era sigiloso e o que não era sigiloso. Eu, antes de encaminhar, eu queria fazer um apelo a Vossa **Excelência**. E essa prerrogativa é de Vossa **Excelência**. Vossa **Excelência** poderia consultar o Plenário e tentar adiar a votação? Senhora Presidente, eu lhe fiz uma pergunta. Eu fiz uma pergunta a Vossa **Excelência** para poder encaminhar. Vossa **Excelência** poderia pensar em adiar?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Só se houver um Requerimento. Nós estamos em encaminhamento. Nós estamos em encaminhamento. O PR é contra. Temos que votar.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então, eu quero lamentavelmente, eu vou encaminhar contra o Requerimento porque, na verdade, existe uma técnica competente da oposição nessa questão da concepção do Requerimento. Eu acho sinceramente que Vossa **Excelência** tem razão, era importante a vinda de um representante do Banco do Brasil aqui. Agora, na forma que este Requerimento foi concebido, nós não podemos permitir porque sinceramente envolve dados sigilosos muito daí eu ter feito a proposta de adiar. Mas voto contra.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar pelo PT, Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente, eu queria dialogar inicialmente com cada Deputado aqui, e Deputada e com Vossa **Excelência**, se o Dirceu permitir.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pode falar Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu gostaria de ter sua atenção. Senhora Presidente, esse Requerimento é grave. Porque ele faz uma acusação gravíssima. Nós aqui já tivemos Deputados que falaram mal da ABIN. Tivemos Deputados aqui que se contra disseram profundamente com a Aeronáutica. Esse Requerimento coloca em dúvida a veracidade, a postura de uma instituição que é o Banco do Brasil e que é uma instituição permanente do Estado Brasileiro, uma instituição que está fazendo 200 anos, uma instituição que tem um Código de Ética rígido, uma instituição que tem ações na bolsa de Nova York, esse Requerimento está dizendo o seguinte: O Banco do Brasil mentiu para essa CPMI. Ora, o Deputado Carlos Sampaio sabe o que aconteceu. Os dados... Vou parar até Vossa **Excelência** prestar atenção.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado, Vossa **Excelência** pode falar tranquilamente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Vossa **Excelência** defendeu uma tese aqui. E eu gostaria–

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Por isso Vossa **Excelência** tem que manter e preservar a seriedade dessa CPMI. E eu quero falar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vossa **Excelência** tem toda a palavra. Paulo Teixeira peixe pedi até atenção do Senador Sérgio Guerra. A CPI aqui tem agido no conflito, mas nós temos conduzido bem essa CPI. Todos. Agora, o que é que aconteceu? Aconteceu o seguinte. O Banco do Brasil remeteu todos os dados para o portal da transparência. Depois que remeteu todos os dados para o portal da transparência, recebeu-se que dados que foram remetidos para o portal da transparência eram sigilosos. O que fez o Banco do Brasil? Retirou dados do portal da transparência porque foram enviados de maneira indevida ao portal da transparência. Ora, o portal da transparência do TCU detêm mais dados que essa CPMI. Por quê? Porque o Banco do Brasil teria que mandar para essa CPI só os dados não sigilosos. Portanto, o Banco do Brasil tem toda tranquilidade do seu procedimento e tranquilidade do que procedeu. Qual é o problema desse Requerimento? Se esse fosse um Requerimento pedindo novos dados ao Banco do Brasil nós analisaríamos sob a ótica de um novo pedido, como disse o Deputado Carlos Willian. O problema se esse Requerimento aprovado estamos chancelando uma acusação à instituição Banco do Brasil que seria grave sim. Portanto nós deveríamos ter precedido de um Requerimento pedindo informações que eventual-

mente o Banco do Brasil não pôde mandar e porque não mandou. Agora, nós antecipadamente fazemos um julgamento instituição que tem ação na bolsa de valores, tem agora um momento que conseguiu inclusive colocar a sua governança corporativa na bolsa de Nova York, a meu ver, é precipitação pura na CPMI. Por isso quero fazer esse apelo aos nobres pares. Se a oposição quiser votar algo que eventualmente não tenha recebido e não sejam dados sigilosos, que ela coloque um Requerimento nesses termos. Ela tem informações. Aqui o que foi dito que a oposição pode acessar essas informações no TCU. Então, a oposição tem acesso a essas informações. Já acessou no TCU. Mas, alguns desses dados foram colocados no portal da transparência.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então não é uma falta de acesso, é um julgamento grave a uma instituição séria do Estado Brasileiro e nessa direção que eu quero apelar aos nossos pares, a derubar esse Requerimento e se for o caso de fazer um Requerimento para informações.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado *Índio* da Costa e depois Carlos Sampaio. Deputado Carlos Sampaio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Farei o encaminhamento também.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu coloquei o Deputado Carlos Willian lá no começo, ele também estava em encaminhamento, ele pediu palavra de ordem e dei. E disse que tinha dado até fora de hora. Então o Deputado Carlos Sampaio está com a palavra.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, o Deputado Paulo, ao fazer as afirmações que faz, denigre com muito mais intensidade o Banco do Brasil do que quando fiz Requerimento de informações, e informações que seriam prestadas pelo Presidente e depois concordei em trocar pelo Diretor, porque essas informações que vão de uma vez por todas pôr fim a qualquer dúvida se houve ou não qualquer movimento de má-fé por parte do Banco do Brasil ao enviar dados à CPMI diferente dos dados encaminhados pelo TCU. Quando ele diz que vai explicar o porquê e hoje explica o porquê, segundo ele as informações que vieram a nós tiveram dados suprimidos, ele já justifica meu Requerimento. Porque não fosse o Requerimento ele não estaria aqui explicando o porquê. Se eu não descobrisse a supressão não estaria explicando o porque. Vossa **Excelência** não participou

da reunião que tive com o Dr. Renato Pedretti que estaria aqui e Vossa **Excelência** sabe que o entendimento dele é até... É o assessor de relações institucionais do Banco do Brasil. Em primeiro lugar, ele demonstra a importância disso. Em segundo lugar, quando o Deputado Paulo Teixeira afirma que o Banco do Brasil num dado momento mandou uma informação e em outro momento mandou outra em razão do portal da transparência, esquece-se o Deputado Paulo Teixeira que essa liberalidade não é dada ao Banco do Brasil. Ele age sobre comandos. Alguém oficiou, enviou um **e-mail**, enviou um ofício dizendo: A partir desta data o Banco do Brasil deve excluir ou considerar sigilosos os seguintes dados. É assim que acontece. E eu queria que o Diretor viesse aqui para dizer: O comando foi recebido tal dia do gabinete de segurança institucional da CGU para que estes dados que não eram vistos como sigilosos agora passassem a sê-lo e, portanto era essa explicação que eu queria. Não denegrir a imagem do Banco do Brasil, não pretendo isso, e me assusta a postura de não querer trazer aqui o Diretor que venha a explicar o porque o Banco do Brasil sai de qualquer mira ou de qualquer referência quanto à má-fé da parte dele. Ao contrário, ele sai enaltecido dessa CPMI. Agora, sonegar a vinda dele ou a informação por parte do Diretor da área, daí sim Vossa **Excelência** ótima permitir dizer a partir de agora eu passo a duvidar sim, sim, do Banco do Brasil. Se não for aprovado, esses dados que fora perguntado agora pouco por que é que não revelei, já que não são sigilosos, hoje à tarde eu darei todos os dados gastos, dias e horas em que foram suprimidos para que a imprensa saiba que há uma ligeira coincidência entre os dados suprimidos do Banco do Brasil e o dados incluídos no dossiê do Presidente Fernando Henrique. Aquilo que constrange no dossiê foi aquilo que foi suprimido do Banco do Brasil. Das informações do Banco do Brasil. Eu não queria fazer essa comparação publicamente porque queria ouvir o Diretor do Banco do Brasil, mas que todos saibam o que foi suprimido da CPMI foram dados tidos como constrangedores e constam do dossiê elaborado pela Casa Civil contra o Presidente Fernando Henrique e a primeira-dama dona Ruth concordância. Por essa razão eu insisto na não vinda vai implicar sim em problemas sérios para o Banco do Brasil.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Deputado *Índio* para encaminhar. Pelos democratas.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, primeiro para registrar que todas as informações que nós estamos coletando na CPMI venha Diretor do Banco do Brasil, Presidente do Banco do Brasil, sejam ou não sejam acatadas, espero que sejam pelo relator,

encaminharemos ao Ministério Público para que tome as providências. Portanto, a vinda do Diretor do Banco do Brasil ou do Presidente do Banco do Brasil me parece não só institucionalmente como também juridicamente e também politicamente melhor, inclusive para base aliada do que deixar essa dúvida pairando para que depois a gente tenha que fazer com que o Ministério Público nos diga as razões. O Deputado Carlos Sampaio colocou com clareza. **Veja** só que curioso. Os dados que foram transformados num dossiê, porque o que é um banco de dados? É uma reunião de informações? O que é um dossiê? Para ficar claro. Dossiê é quando de um banco de dados se especifica as informações que se quer sobre determinada pessoas ou determinado grupo de pessoas. Portanto, banco de dados coisa alguma. Ali trata-se de um dossiê. Este dossiê, estas informações daquele dossiê foram no primeiro momento consideradas pelo Governo sigilosas. No segundo momento, para aliviar aqueles envolvidos porque chega próximo da Ministra Dilma, esta que é a realidade, a Erenice manda fazer, manda entregar, a Erenice segue ordem da Dilma, o que acontece então? Dizem que os dados não são sigilosos. Segurei essas informações com o Deputado Carlos Sampaio até hoje, quando li que aqueles dados de Fernando Henrique não são sigilosos diversas vezes. Vamos publicá-los. Quero dizer que parte desses dados estiveram como não sigilosos lá no portal da transparência. Então veja só, era não sigiloso, passou a ser sigiloso, o Banco do Brasil não envia, o Tribunal de Contas da União recebeu como não sendo sigiloso, por conta da CPMI e daí já vale essa CPMI ter existido, eles tiveram que refazer e repensar o que era e não era sigiloso, mais de 60% do uso do cartão foi reduzido, para aqueles que estão achando que a CPMI era só uma brincadeira, ela já está funcionando. Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Carlos Sampaio tem toda razão participamos pari passu dessa investigação na medida em que ele, como sistematizador, percebeu que havia um erro e eu como fiscalização de gastos tive que ir atrás dos detalhes. As informações que foram suprimidas pelo Banco do Brasil para a CPMI são exatamente as mesmas informações que foram divulgadas no dossiê. Claro, um tomou determinada bebida, outro tomou outra bebida, fez aquilo e aquilo. Mas é o mesmo tipo de informação. Portanto, Senhora Presidente, eu coadunar da sua opinião. É gravíssimo. Esta Casa está sendo desrespeitada pelo Poder Executivo. O Banco do Brasil deve vir aqui sim sentar e esclarecer. Porque senão, as dúvidas serão muito maiores do que a que nós tínhamos até hoje.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidente, eu fui mencionado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar, Deputado pelo PR. Deputado Maurício. Artigo 14, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente eu gostei da fala do Deputado Carlos Sampaio. Ele de novo na sua argumentação disse o seguinte. Se houver algum problema não é no Banco do Brasil. Ele está usando o Banco do Brasil para chegar à fonte da informação dele, segundo ele não é do Banco do Brasil. O Deputado que me antecedeu agora também disse isso. Disse o seguinte. Eles têm uma tese. A tese deles é: Tem uma cadeia de comando. Eles estão querendo usar o Banco do Brasil para chegar a essa cadeia de comando. Essa CPMI não pode se admitir ser usada para essa finalidade. Então o que nós precisamos aqui é o seguinte. A oposição tem que formar corretamente o seu pedido e não utilizar uma instituição, inclusive criando suspeição sobre a instituição, como é a suspeição que está no Requerimento e na justificativa. Vossa **Excelência** pode suspeitar sim. Mas a sua suspeição não corresponderá à da sua história.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Deputado Maurício Quintella pelo PR.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Senhor Presidente, acho que pouco cabe acrescentar ao contraditório e as explicações aqui dada pelo Deputado Paulo Teixeira. Não poderia jamais essas informações serem coincidentes, Deputado Carlos Sampaio. A que foi ao TCU e veio a essa Comissão nesse momento. A que veio a essa Comissão ela veio sem as informações dadas como sigilosas. E os Deputados tiveram a informação total no TCU. As informações não poderia ter coincidido. As informações que foram ao TCU e que vieram a essa Comissão não podiam ser coincidentes. Porque as que vieram a essa Comissão não constava das informações sigilosas. A questão aí é o tempo que deixaram de ser sigilosas. Por que é que foram retiradas do portal da transparência. Aí que vocês querem chegar. Mas o alcance a informações a oposição já teve. O alcance às informações já tiveram no TCU. A informação completa está lá. Por isso que a gente não pode de forma nenhuma acusar o bom dia de ter formado informação falsa 6789 pode ter enviado até em completo essa Comissão por determinação legal. Portanto não vejo a menor necessidade de fazer convocação de Presidente do Banco do Brasil, Diretor, ainda pelo menos. Caberia apenas tranqüilamente um pedido de informação para que o Presidente do banco ou Diretor justificasse a essa Comissão porque da diferença das informações. A partir daí, se essas informa-

ções não satisfizerem aos membros dessa Comissão, aí tudo bem. Poderiam rediscutir essa convocação. Mas está claro pra mim que de forma sub-reptícia há uma acusação clara ao Banco do Brasil uma tentativa de trazer esses dados sigilosos para essa Comissão a fim de divulgação. A leitura que faço que o PR faz é essa. Portanto nós votaremos contra o pedido de convocação nesse momento podendo posteriormente após o pronunciamento do Banco do Brasil através do pedido de informação rever essa posição.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Antônio Roberto, pelo PV.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Eu acredito que temos que caminhar para os resultados. E nós temos também uma premência de tempo. Se estamos procurando de verdade a verdade, então nada como os dois Deputados ou uma Comissão ir lá, ao Banco do Brasil, olhar, verificar quais são os dados ou mesmo fazer o Requerimento. Não há uma necessidade de que venha aqui realmente o Presidente o Diretor nesse momento. Isso não significa que não seja muito sério essa busca da verdade, mas tem vários caminhos de se chegar a ela rejeito e um deles realmente para medir realmente quem está querendo encontrar a verdade ou quer apenas o periférico ao processual em vez da verdade. Então o Partido Verde vota contra a convocação.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelo PSDB Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – O objetivo reitero de sub-relator é entregar ao relator dados fidedignos. Dados fiéis A colocação do Deputado Maurício apertado de uma premissa equivocadas. Vou explicar. A base de dados contem informações não sigilosas com número zero. E as informações sigilosas com número um. Ela encaminhou base de dados com número zero, portanto não sigilosos à CPMI diferente da base de dados de número zero não sigilosos do TCU. São ambos não sigilosos. Não é que lá campá como sigiloso e depois mudou-se. Não. Ambos são não sigilosos. Eu acho que não me fiz entender. Pois não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas Vossa Excelência não teve acesso aos dados completos no TCU?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Todos os dados. Maurício Quintella tanto teve acesso. Basta perguntar o porquê da diferença.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Dentro do encaminhamento, Senhora Presidente, então o objetivo é exatamente esse que o Deputado Maurício coloca. Eu preciso de uma explicação oficial do Banco

do Brasil que seria dada pelo Diretor e por que é que precisa ser inquirido? Porque a informação que tenho é que comandos foram dados... A informação que eu tenho e a informação que Vossa Excelência pode ter certeza que eu não falaria aqui nenhuma leviandade de que comandos foram dados ao longo dos trabalhos investigativos da CPMI para que determinados CPFs fossem retirados O Banco do Brasil num dado momento chegou mesmo a não saber que dados encaminhar. Porque ora era sigiloso e ora não era sigiloso. E essa dúvida precisa ser esclarecida porque se comandos existiram partir de algum órgão do Governo. E isolasse num disse o Presidente Jorge Félix da ABIN disse que por equívoco pediu para retirar. Não importa Deputado Maurício, se eu tenho ciência desses dados e até agora não divulguei. Não importa. O que me importa é que essa CPMI tenha informação concreta. Se os tratando do assunto, eu e o Deputado Índio fossem pegar as informações junto ao Banco do Brasil legitimados por essa CPMI, eu concordo em mudar. Em mudar o Requerimento. Desde que aprovado hoje para que nós fôssemos à Presidência, dizendo que concordo com a sugestão do Deputado Carlos Willian. Para que fossem até lá pegar essas informações. E essas informações seriam importantes para essa CPMI. Eu concordo com isso. Se é de interesse da base.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O encaminhamento de Vossa Excelência.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – O encaminhamento é votar favoravelmente ao Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então em votação o Requerimento. Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Conforme eu já orientei, Vossa Excelência, contra este Requerimento porque eu sou a favor da maior instituição desse país, o Banco do Brasil.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Luiz Sérgio. Marcelo Melo. Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nelson Meurer. Paulo Teixeira. Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho. Vic Pire Franco. Deputado Manato. Sílvio Costa. Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado João Magalhães. Deputado Afonso Camargo. Alexandre Silveira, *Índio* da Costa.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Severiano Alves. Perpétua Almeida. Senadores. Nenhum presente. Portanto... Por nove a três, o Requerimento foi rejeitado. Essa Presidência fará os encaminhamentos legais.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Senhora Presidente, pela ordem. Senhora Presidente, o...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Luiz Sérgio, desculpe.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Pelo... Chamo atenção aqui de todos, em particular dos membros da CPI, porque esta CPI tem o término dela prevista para o dia 8 de julho.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu queria pedir ao relator, como ele vai falar de calendário, eu queria apenas por um lapso da Mesa aqui, nós lemos dois requerimentos, todos concordaram, eu não coloquei em votação. Embora a secretaria disse que todo mundo concordou, eu quero oficialmente para depois não termos problema. É o Requerimento do Deputado Luiz Sérgio e Carlos Willian subscrito por outros Deputados. Não votamos e temos que votar. Então, o Requerimento.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Eu solicito informação...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Solicita informação...

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – É cópia do Requerimento...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Isso. Solicito ao Departamento de Polícia Federal cópia integral dos depoimentos do Senhor José Aparecido e do Senhor Eduardo Fernandes. Coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Deputado *Índio*.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Antes da votação, por favor. Eu gostaria que se incluísse... Eu gostaria que fosse incluso aí para não ter que fazer o requerimento de novo. Que por favor, viessem os dados todos do inquérito da Polícia Federal. Todos depoimentos referentes ao dossiê. Não apenas esses dois.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Aí enquanto relator aí seria um novo Requerimento. Porque o objetivo é que nós possamos, se receber em 24 horas,

ainda nesta semana ouvir o José Aparecido e o André. Se precisarmos esperar a conclusão—

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não, relator. O que existe até agora. A idéia é que nós possamos ter todos os depoimentos feitos até agora.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Enquanto autor não existe acordo de minha parte. O objetivo do Requerimento é socorro diário esta Comissão aqui na oitiva que teremos com as duas... Com o André e o José Aparecido.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado *Índio*, como o relator já se manifestou contra, então eu quero colocar em votação. Os dois requerimentos, do Deputado Luiz Sérgio, do Deputado Carlos Willian subscrito por outros três Deputados. De número 249, de número 247. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora passo a palavra ao Senhor Relator que solicitou.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – É que na fala de Deputado Carlos Sampaio, ele chegou a citar uma mudança de data na apresentação do relatório parcial. Isso enquanto relator da Comissão cria uma enorme dificuldade pra mim. Por quê? Porque o meu objetivo é ler o relatório final no dia 27, para permitir o que é uma praxe da CPMI de pedir vistas, temos tempo suficiente de retornarmos ao debate para a deliberação final, que poderá ser a aprovação ou a rejeição. Ao receber os sub-relatórios no dia 27 eu não teria tempo hábil. E isso poderia levar com que ao apresentar o relatório final nós ficássemos sem tempo da deliberação do relatório final. O que seria o pior do mundo. Porque se a CPI não puder deliberar sobre o relatório, isso seria muito ruim para cada um de nós individualmente e evidentemente para—

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Relator, por que é que a gente não prorroga a CPMI por 15 dias, 20 dias, para fazer tudo com calma? **Veja** só, se o Reitor Presidente vai vir aqui dia 26? É isso mesmo?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Quero só colocar, aceito as ponderações do Senhor Relator e essa Mesa vai discutir depois e preparar de tal forma que tenha uma sequência lógica e clarividente. A Mesa vai dar aos condições sob EJA de terminar seus relatórios e ser apresentado aqui. Portanto, eu agradeço a sugestão do Senhor Relator e vamos esperar a resposta da Polícia Federal e assim que chegar os documentos da Polícia Federal convoco imediatamente a reunião dessa Comissão. Não havendo mais nada a tratar, dou por serrada essa reunião de hoje.

SENADORA MARISA SERRANO

SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA**SECRETARIA DE COMISSÕES****SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE IN-
QUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 02,
DE 2008, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O
USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO
FEDERAL – CPGF (CARTÕES CORPORATIVOS)
POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FEDERAL, DENOMINADOS ECÔNOMOS.****Ata da 14ª Reunião de 2008**

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião de 2008, iniciada em 20 de maio de 2008, às nove horas e dezoito minutos, e encerrada em 21 de maio de 2008, às nove horas e quarenta e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos Senadores Demóstenes Torres (DEM), Antonio Carlos Junior (DEM), Marisa Serrano (PSDB) – Presidente, Ideli Salvatti (PT), Serys Slhessarenko (PT), Wellington Salgado (PMDB), Gim Argello (PTB), José Agripino (DEM), Alvaro Dias (PSDB), Flexa Ribeiro (PSDB), Renato Casagrande (PSB) e João Pedro (PT); e dos Deputados Carlos William (PTC), Luiz Sérgio (PT) – Relator, Marcelo Melo (PMDB), Maurício Quintella Lessa (PR), Nelson Meurer (PP), Paulo Teixeira (PT), Carlos Sampaio (PSDB), Augusto Carvalho (PPS), Manato (PDT), Silvio Costa (PMN), Antônio Roberto (PV), João Magalhães (PMDB), Marcelo Guimarães (PMDB), Márcio Reinaldo Teixeira (PP), Nilson Mourão (PT), Vicentinho (PT), Chico Alencar (PSOL), Índio da Costa (DEM) e Perpétua Almeida (PC do B). Estiveram presentes ainda os Senadores Expedito Junior, Artur Virgílio, Neuto de Conto e Elizeu Resende; e os Deputados Vanderlei Macris, Antonio Carlos Pannunzio, Urzeni Rocha, Edgar Moury, Roberto Santiago, Nelson Marquezelli, não membro da Comissão. A presente reunião teve por finalidade a leitura dos depoimentos prestados à Polícia Federal, pelos Senhores José Aparecido Nunes Pires e André Eduardo da Silva Fernandes, que ocorreu em caráter secreto, e posteriormente as oitivas dos mesmos senhores. O Senhor André Eduardo da Silva Fernandes, foi acompanhado por seu Advogado Luiz Carlos de Oliveira Cesar Zubcov; enquanto que o Senhor José Aparecido Nunes Pires, prestou depoimento nos termos do HABEAS CORPUS Nº 94703, concedido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal CARLOS AYRES BRITTO, devidamente acompanhado pelo Advogado Luis Maximiliano Leal Telesca Mota.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Havendo número regimental, de-

claro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2/2008, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, Cartões Corporativos, por integrantes da administração pública federal denominados ecônomos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião da Comissão. Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se a, em sua primeira parte será secreta, destinada à leitura dos depoimentos prestados à Polícia Federal pelos Srs. José Aparecido Nunes Pires e André Eduardo da Silva Fernandes. **DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ)** – Presidente. Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputado Chico. Seja bem-vindo à nossa Comissão.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Muito obrigado. Exatamente como a Presidente Marisa já informou, eu estou aqui assumindo a suplência, que tem a qualidade da titularidade em lugar do Deputado Affonso Camargo. Evidentemente, com a indicação do líder do PMDB para que um Parlamentar do PSOL aqui esteja sem qualquer limitação à atuação independente, séria, dedicada que nessa reta final da importante CPI eu pretendo desenvolver. Comunico aos colegas e fico feliz de estar aqui. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Na Mesa também um Ofício do Deputado José Aníbal, através do Deputado Arlindo Chinaglia, dizendo que indica à nossa Comissão o Deputado Carlos Sampaio como Vice, aliás, que indicou ao Presidente da Câmara o Deputado Carlos Sampaio como vice-líder do Partido Social da Democracia Brasileira. Portanto, nesse momento, eu solicitaria à imprensa e aos servidores que pudessem deixar a sala para que a nossa Sessão Secreta comece. Inclusive, a segurança pede que todos fiquem após a porta de entrada. O corredor vai ficar livre.

Sessão secreta iniciada às 9h 21.

Sessão secreta encerrada às 10h40.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Srs. Parlamentares, iniciando a segunda fase da nossa reunião de hoje, está aqui conosco o Sr. André Eduardo da Silva Fernandes, Consultor Legislativo do Senado Federal. Em conformidade com o art. 89 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: Cada depoente terá 20 minutos para fazer sua expo-

sição e, em seguida, abriremos para o Sr. Relator, os signatários dos requerimentos proponentes e depois para os Srs. Parlamentares. Portanto, o Sr. Expositor terá 20 minutos para as suas considerações e a palavra está com o Sr. André.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Questão de Ordem, Presidente. Presidente, Questão de Ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Um minutinho só. Antes de iniciarmos a fala do Sr. André, eu o convido a proceder a assinatura do termo de compromisso como testemunha.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Sr^a Presidente, questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de Ordem. E eu quero informar que as questões de ordem serão 2 questões de ordem pela Sessão. Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Sr^a Presidente, assinado o termo de compromisso pelo Sr. André Eduardo da Silva Fernandes, ele passando [soa a campainha] à condição de testemunha numa CPMI, essa CPMI e também o Sr. André serão regidos pelas normas que regem essa condição de testemunha, que são as do art. 202 do Código de Processo Penal e seguintes.

Portanto, o art. 210 do Código de Processo Penal diz que as testemunhas serão inquiridas cada uma de *per se* de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras e devendo o Juiz adverti-las das penas culminadas ao falso testemunho. Então, cabe a esse Plenário advertir inicialmente, antes de qualquer pronunciamento do Sr. André, das penas que são as previstas no Código Penal no seu art. 342 que eu passaria e pediria a V. Ex^a, como Presidente dessa CPI e obviamente desse Tribunal, que advertisse a testemunha das penas que podem incorrer no caso de falso testemunho. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Maurício. Art. 342. Fazer afirmativa falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral. Pena: Reclusão de um a três anos e multa. Certo?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É a segunda “Pela ordem” da Sessão e encerra-se “Questão de Ordem” a partir de agora nessa Sessão.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Excelência, a senhora, como Juíza dessa CPI, porque nós temos o Poder de Polícia... A senhora como Presidente e nós como jurados... Toda a ação penal no início onde o depoente vai depor existe além das normas dos homens, existe também a norma de Deus. E o Presidente... Sr^a Presidente. E o Juiz fala para a testemunha que ela tem que jurar em nome de Deus falar a verdade, sobre a bíblia. Então, eu trouxe aqui uma bíblia e gostaria que o depoente, em nome de Deus, com a mão na bíblia, igual todo processo penal, ele pudesse jurar que irá falar a verdade em nome de Deus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian, isso não existe. Não nesse depoimento.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – O depoente tem o direito de ser ateu, inclusive.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria que, inclusive, que o senhor me desse a bíblia para nós aqui... É ou mesmo para mim que sou católica, é sempre bem vinda.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Ele não vai jurar em nome de Deus?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em nome da bíblia, não. Em nome de Deus, não.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Tire Deus disso, Carlos Willian.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Tenho certeza que ele deve ter sua crença, e eu fico muito feliz de ter uma bíblia aqui na minha frente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Excelência, obrigado pela oportunidade. Mas para mim que sou cristão, a partir de agora tudo o que ele disser é mentira, porque um homem que não se digna de falar a verdade na frente de Deus, não existe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian, não foi nem o depoente, eu é que decidi dessa forma. E quero colocar para todos os Srs. Deputados e Senadores que o Sr. José Aparecido Nunes Pires se encontra aqui e está numa sala já separada, incomunicável e esperando o momento do seu depoimento. Portanto, o Sr. André Eduardo da Silva Fernandes está com a palavra por 20 minutos.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Muito obrigado à Presidenta, muito obrigado a todos aqui os presentes. Quero dizer que eu sou católico apostólico, tá, e confio em Deus e farei esse testemunho sempre levando em conta as orientações que tem na Bíblia, com certeza.

Primeiro, eu queria colocar como se ocorreram a cronologia dos fatos:

No dia 9 de fevereiro, foi publicado na coluna do Cláudio Humberto notícia sobre a elaboração de um dossiê com extravagâncias do Governo Fernando Henrique Cardoso.

No dia 15 de fevereiro, a nota *Folha de São Paulo* dizendo que o Governo armazenava dados sobre gestão de FHC, isso está em aspas, *Folha de São Paulo*. Dizia também que o Ministro tucano costumava passar os fins de semana no Rio de Janeiro e que sua fatura incluía hospedagem em hotel de luxo. A nota terminava reproduzindo a declaração de um líder do Congresso dizendo: “Se abrir esse baú, a Matilde vira uma freira Franciscana”.

No dia 16 de fevereiro, a edição nº 2.048 da revista **Veja**, já disponibilizada na *internet*, afirmava que o Governo dispõe de informações sobre gastos do ex-Presidente FHC com vinhos caros, comidas finas, fraldas, óculos e até detalhes sobre a contratação, supostamente irregular, de uma chefe de cozinha. As informações constam de um levantamento feito pela Casa Civil em que estão listados cerca de 60 itens classificados como despesas exóticas do gabinete do Presidente do Governo passado. 16 de fevereiro.

Dia 19 de fevereiro, o jornal *Estado de São Paulo* noticiou que o Governo já mobilizava os Ministérios para preparar um dossiê com gastos do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Dia 20 de fevereiro, a imprensa noticia que a Ministra Dilma Rousseff, em jantar com empresários em São Paulo, avisou que o Governo estava produzindo um levantamento de informações dos gastos feitos no período FHC e avisava: “Não vamos apanhar quietos”. Essa notícia não foi desmentida.

Então, nove de fevereiro, primeira vez que se reporta na imprensa a questão do dossiê. 15 de fevereiro, *Folha de São Paulo*, 16 de fevereiro, **Veja**, 19 de fevereiro o *Estado de São Paulo*, 20 de fevereiro de novo na imprensa. Essa é a cronologia das informações que estavam já circulando na imprensa. Circulando com dados que o Governo definiria como “sigilosos” no período do Fernando Henrique Cardoso.

Agora, vamos entrar então objetivamente à questão da troca de **e-mails**. Primeiro, trouxe aqui, eu estava de férias do Senado do dia 18 a 28 de fevereiro, 10 dias de férias. Só que no dia 19 – depois a cópia pode ser disponibilizada para todos os senhores – no dia 19 de fevereiro, uma terça-feira, 12h30, eu passei no Senado Federal para pegar alguns documentos que eu estava resolvendo problemas particulares e os documentos estavam aqui. Aí mandei um **e-mail** para uma lista de 10 colegas chamado “Cenas Brasileiras”,

um *power point*. Mandeí um **e-mail** despretenso para 10 pessoas, né, e fui embora do Senado. Nesse mesmo dia 19, às 14h39 o Sr. José Aparecido responde: “Vamos almoçar nessa semana?” Eu não estava no Senado, passei rapidamente, não estava aqui. Então, ele não teve resposta minha no dia 19. O meu **e-mail** era um mero *power point*. Respondendo esse **e-mail**, ele me convidou para um almoço, entendeu? Mas eu não respondi no mesmo dia, porque eu já tinha ido embora do Senado.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) –

Uma das 10 pessoas era o Sr. José Aparecido?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – [pronunciamento fora do microfone]... Senão ele não tem os 20 minutos que estão contando, que estão correndo. Já vou descontar esse tempo. Sr. André, eu gostaria que o senhor seguisse as suas explanações.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Entendi a pergunta do Senador Jefferson, quer dizer, eu mandei para uma lista de amigos, amigos assim *power point*, você não manda, é... Comumente. Aí ele responde: “Vamos almoçar essa semana?” Eu não respondo no mesmo dia, porque eu não voltei para o Senado.

No dia seguinte, eu tive que passar novamente no Senado por questões burocráticas do Senado e tinha a resposta dele me chamando para almoçar. Aí já é dia 20. No dia 20 de fevereiro, eu respondo para o Sr. José Aparecido: “te ligo na quinta. Saudações”.

Nada... Começou tudo com um **e-mail** de um **power point** e conversas corriqueiras. Aí ele me responde em seguida: “André, leia o texto”. Ponto. “André, leia o texto” Imperativamente. Dia 20. Por **e-mail**. Tudo respondendo àquela conversa que começou com aquele *power point*.

Aí eu olho rapidamente o **e-mail**, abro os arquivos, primeiro olho que são dois arquivos...

O primeiro arquivo é a planilha que estava com aquilo que estava se discutindo exatamente na época no Congresso, que se estavam discutindo a instalação ou não da CPI. Eu percebi imediatamente. Eu tenho experiência de 10 CPIs. Fui Secretário de Estado 2 vezes. Então, não sou uma pessoa ingênua para ver esse negócio. Vi a planilha e junto vinha um texto. Um texto que realmente... O texto era falando o seguinte. Era um teste de uma página, uma coisa pequenininha, basta ver o último parágrafo que ele falava que “cabe à administração” em linhas gerais, não vou ler *ipse literis*, depois eu posso passar o texto para vocês, só uma parte. “Cabe à administração pegando ilícitos e malversação de gasto público deverá ser imediatamente adotada providências com vistas à instauração

de tomadas de conta especial para a apuração dos fatos. Identificação dos responsáveis e quantificação do dano”. Quer dizer, eu recebi uma planilha com dados que... Estranhos, no mínimo, dados que eram definidos como exóticos e um texto do lado que falava: “Olha, caso haja dano, tem que ser instalada tomada de contas especial, etc”.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, não, isso é o texto... Não a foi normativa. Foi um texto produzido por ele. Isso não é uma normativa. Era um texto produzido. Um texto pessoal. Ele não estava passando para mim nenhuma informação legal, de texto legal. Passou para mim um texto com uma mensagem.

DEPUTADA PERPÉtua ALMEIDA (PCdoB-AC) – Presidente, pode pedir para ele repassar depois o texto para a gente copiar?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Pode xerocar.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidente, ele poderia passar aquele texto “Cenas despretensiosas” que o senhor enviou, o senhor podia dar uma cópia para nós?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É um *power point*. Não tenho mais esse *power point*.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor deletou esse *power point*?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, eu não tenho esse *power point*, é “Cenas Brasileiras”.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – Por favor, Deputados. Pode continuar. Não há sequência que agüente dessa forma. A gente se perde. Tem que ter uma sequência. Vamos deixar o Sr. André falar.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Aí o que acontece... Rapidamente um negócio de 1 linha eu vi... Nós já tínhamos uma experiência passada, apesar da amizade ter sido retomada há dois anos, e nunca foi [ininteligível] eu entendi aquilo fiquei meio chocado na hora, estava espantado. Como é que eu respondo um negócio desse? Não vou aceitar passar recado. Falei: “Muito bom trabalho. Faça isso. E como está sua mãe? Faça isso. Quer fazer as tomadas de conta especial? Quer fazer essa despesa? Faça. Não tem problema. Pode continuar”. Pronto. Último **e-mail**. Acabou. Não teve mais troca nenhuma de **e-mails**, entendeu?

Aí eu saí daqui pensando nessa questão: “Pô, será que esse cara vai repetir comigo o que ele fez em 2004, novamente?” “Me usar politicamente como um pião no jogo?”. Eu estava de férias, tinha ainda alguns dias de férias, fui aproveitar meus dias de férias.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– O que é o 2004, por favor?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nas perguntas pode esclarecer. [soa a campainha]

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a Presidente, se a senhora permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – Não é possível [soa a campainha] nós termos uma oitiva dessa forma. O depoente tem que fazer toda, e depois anotem todas as dúvidas e pergunta depois.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Anota e pergunta depois. É sempre assim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – Por favor, Sr. André. Não vamos ter mais interrupção.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, eu tô tranquilo... Eu vou explicar todas as histórias. Então, o que acontece? Eu peguei e fiquei com isso na minha mente. Aí, assim que eu retornei de férias, no início de março, mês de março, resolvi pegar e imprimir algumas páginas disso e entregar para o Senador Alvaro Dias dessa cópia. Mais ou menos... Primeira semana de março aproximadamente. Quando eu voltei das férias, depois que eu retornei das férias. Retornei dia 4 de março. Então, o que aconteceu? Os fatos são esses. Os fatos depois ocorreram, os desdobramentos que estão todos aí pela imprensa. Então, agora eu acho que eu já estou...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Vou ser perguntado, eu vou falar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – Bom, terminou a sua...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu quis primeiro descrever todos os fatos como aconteceram em relação ao **e-mail**, que eu não pedi para receber... E interpretei, claramente, como uma intimidação ao Partido depois e comuniquei à autoridade superior. Está certo?

Então, por isso, que essa questão do almoço e essas outras questões eu deixo para as perguntas, porque eu acho que as questões, relacionamento de amizade vão surgir nas perguntas. Eu queria primeiro é dos fatos, descrever os fatos, os **e-mails**. O que aconteceu. O que aconteceu foi isso. Um **e-mail** ele me mandou: “André leia o texto”, imperativo. Um negócio que eu não pedi numa troca de **e-mails** corriqueiras e que veio com 2 arquivos anexados, em que um arquivo anexado é uma planilha, uma planilha claramente que não é uma planilha técnica – claramente não é uma planilha técnica – e um texto do lado falando “na supervisão ministerial e na obrigação que tem o administrador público”, a conclusão do texto “de abrir

tomada de conta especial quando tem que fazer isso, tal, tal, tal, tal, tal”.

Então, primeiro quis limitar aos fatos e deixar para os Parlamentares, para V.Ex^a esmiuçarem as dúvidas que tem direito a fazer. A data do almoço foi em março. Foi na semana que estourou o escândalo, foi o negócio da **Veja**, quando saiu a matéria da **Veja**.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Bom... V.S^a terminou a sua...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Terminei a minha...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Já que o Sr. André terminou a sua oitiva, nós vamos passar agora, como manda o nosso Regimento, para os autores dos requerimentos.

Os dois autores de requerimento não se encontram aqui. Um deixou de fazer parte da Comissão que é o Senador João Pedro, e o outro é o Deputado Vitor Pires Franco que não se encontra conosco. Portanto, só o autor do requerimento. E o autor do último requerimento é o Deputado Renato que se encontra presente. Então, com o senhor, cinco minutos. Desculpe, o autor do requerimento depois... Então, o Relator e depois... Só fica o senhor para fazer as suas considerações.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – O jornal *O Globo*, de hoje, faz uma reportagem de V.S^a como um especialista em CPI. Nós tivemos aqui na Câmara dos Deputados 2 CPIs que foram muito polêmicas. A CPI chamado da *Nike* e a CPI do BANESTADO.

Na CPI do BANESTADO, V.Ex^a, coordenou os assessores do Senador Antero Paes de Barros?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Com certeza, na CPI do BANESTADO coordenei, trabalhei diretamente com o Senador Antero Paes de Barros.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E nessa CPI também foi uma CPI que tivemos muitos problemas em relação a vazamento de informações. Como na reportagem diz que V.Ex^a... V.S^a dá palestras no Brasil acerca de CPI, V.Ex^a tem formulado ali alguns dados relativos a esses problemas ocorridos em CPIs que V.Ex^a ajudou a coordenar?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Sim, claro. Nós temos que tomar todas as medidas necessárias para evitar vazamentos dentro de CPI, porque prejudica a investigação. Se o depoente souber antes da prova, a coisa mais importante num depoimento, por exemplo, vou dar como exemplo o depoimento do Vanderlei Luxemburgo na CPI do Futebol, não da Nike, a do Futebol aqui no Senado.

Nós tínhamos o sigilo bancário do Vanderlei Luxemburgo. Tivemos que fazer uma operação de guerra,

conseguimos manter esse sigilo e a gente desmontou o depoente quando chegamos ele falou que eu tenho X aqui, gastei X de dinheiro. Aí a gente está aqui o sigilo bancário, tal.

O vazamento prejudica a investigação. O vazamento da mídia, pode até dar alguma coisa, mas no ponto de vista da estratégia de quem está sendo investigado, eu acho o melhor o vazamento para o cara, porque ele acaba sendo melhor para ele. Porque antecipa. É ruim isso. É ruim, porque a gente vai trazer um depoente aqui e o depoente já vai saber o que a gente tem.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Então, mudando o rumo das perguntas... Você e o José Aparecido são amigos?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Quer que eu descreva? Posso agora descrever todo o relacionamento do José Aparecido?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Seria bom.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Então tá... Vou descrever todo o relacionamento. Na verdade, eu conheci o José Aparecido...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – [soa a campainha] Por favor.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu conheci o José Aparecido em 1991 quando fui levado pelo Senador Cristovam Buarque, meu orientador de tese de mestrado, para o Governo paralelo que o Lula tinha instalado naquela época. Então, fui encontrar com ele... Encontrei com ele no Governo paralelo em 1991 levado pelo Senador Cristovam Buarque, meu orientador.

Depois disso, ele... Eu entrei no TCU no dia 7 de julho de 1992. Ele era do TCU. Aí, então, tínhamos uma certa amizade por causa daquele trabalho junto ao Governo paralelo. Saí do TCU no dia... Saí em janeiro de 1995, quando fui ser Secretário de Estado do Governo Cristovam. Primeiro não fui Secretário de Estado... Fui ser Assessor Especial do Governador, depois virei Secretário de Estado.

O Sr. José Aparecido foi embora de Brasília em dezembro de 1995, ficou sete anos fora de Brasília. Quer dizer, começou em 1991, eu só trabalhei com ele no TCU, não trabalhamos em nenhum trabalho junto no TCU, nós éramos conhecidos por causa do Governo paralelo. Ele ficou 7 anos em Goiânia, voltou só quando foi chamado pelo Sr. José Dirceu para ocupar o cargo de Secretário de Controle Interno.

Aí, como temos amigos em comum no TCU, voltamos àquela certa amizade... Mas durante a CPI do BANESTADO, que o senhor mesmo citou, ele passou a ter uma atitude totalmente conflituosa comigo, pas-

sando recados, tem os amigos... Os amigos sempre tentam relevar, os amigos em comum. Só que chegou uma hora que não deu... Em agosto de 1994, quando estava pegando fogo a CPI do BANESTADO, ele me chamou para conversar, conversei eu e ele aqui na biblioteca do Senado... E que para bom entendedor meia palavra basta, né? Ele falou simplesmente o seguinte: "Nós estamos do lado forte. Lá no palácio eles já sabem o nome de vocês. O Antero está perdido. Esquece o Antero". Falava só isso...

Eu falei "acabou a conversa para mim. Recado dado, entendi o recado. Tchau". Saí, falei para o Senador Antero, né? Fiquei preocupado com essa ameaça. O Senador Antero queria ter ido na hora ao Plenário do Senado fazer essa denúncia. Eu falei: "Senador essa questão é pessoal. Eu rompi com ele, não tenho mais nada com ele, então vamos seguir em frente".

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: 2004.

Aí passamos dois anos e pouco, mais de dois anos, foram mais de dois anos amigos comuns do TCU novamente tentam fazer essa aproximação, pelo menos... Aí a gente tinha chegado ao seguinte acordo: "Oh... Vamos fazer uma aproximação racional, assim, a gente não discute política. Se discutir política não vai dar certo, tá? Já viu que da última vez... Aquele negócio ficou mal explicado, para mim foi uma intimidação que eu comuniquei o Senador Antero na época", o Senador Antero confirma isso, e tudo bem voltamos a ter uma amizade. Mas não é uma amizade da forma como eu tenho lido na imprensa ultimamente... Como se fôssemos praticamente irmãos. Nunca mais. Depois do que ocorreu, eu fiquei sempre ressabiado do que acontecia. Tanto que meus **e-mails** com ele, pode pegar, a PF tem todos os meus **e-mails** com ele, vai ver como é que é se havia alguma coisa tão, assim, íntima, troca de informação.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas André, só para compreender... Não tem uma contradição? Porque essa é uma amizade meio elástica, ela vai e volta. Então, V.Exª rompeu a amizade com ele, depois retornou a amizade e, no começo da sua fala, V.Sª disse que mandou uma correspondência, chegou aqui no Senado no dia 19 de fevereiro, chegou no computador e mandou uma mensagem para uns 10 amigos. Se essa relação era tão atrituosa, como justifica mandar uma correspondência a alguém, cuja amizade já não expressava isso que V.Sª expressa nesse momento?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ainda estávamos amigos naquele momento. Eram 10 amigos. Um **power point** comum. Uma lista de amigos que eu mando **power point**. Não é lista de amigos

que troco confidências, não é uma lista de amigos que eu faço as discussões políticas, não é... Só tinha 10. 10 é *power point*. Não tem nada. Pode ver no **e-mail**. Pode pegar todos os **e-mails** que tenho com ele. Para ver que a relação não é tão estreita assim. Mas todos estão lá na Polícia Federal, está tranquilo.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas ela não se limita à correspondência aleatoriamente do dia 19 de fevereiro. Porque no dia 20 de fevereiro V.Sª passa uma nova mensagem ao José Aparecido dizendo: "Te ligo na quinta-feira".

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ele queria marcar um almoço. Aí eu não sei, não sei se ia dar para marcar almoço, falei: "Te ligo segunda-feira". Por sinal esse almoço não aconteceu, já fique registrado. Esse do **e-mail**, de fevereiro.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Aconteceu depois no clube, outro almoço é isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Isso é outra história... Mais na frente. Mas ainda não acabei toda minha relação, quer dizer, com o José Aparecido.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Ah, ainda são amigos?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: **Veja** bem, já tínhamos sido amigos, depois nós passamos a ter amigos em comum. Aquela amizade mais fria. Mas depois do que aconteceu realmente uma vez pode até perdoar, segunda vez tem que realmente...

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não, mas V.Exª.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Hoje, claro que não somos mais amigos de jeito nenhum. Me senti ofendido com a mensagem dele.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu tenho o coração de manteiga. O problema é esse, que eu tenho coração de manteiga.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – [soa a campainha] Tá. Mas V.Sª no dia 20, ao mandar uma mensagem seca: "Te ligo na quinta-feira", não dá a entender de uma mensagem codificada?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Porque ele me perguntou na mensagem anterior vamos almoçar. Aí te ligo na quinta para dizer se vou almoçar com ele ou não. Não consigo ver relação.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Então, vocês hoje não são mais amigos?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Com certeza, né? Não.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não quer dizer que não possa ser no futuro. Bom... Mas esse capítulo à parte confesso que não compreendi muito, mas vamos em frente.

Eu gostaria de ter aqui uma cronologia que é uma cronologia das correspondências, né? Porque V.S^a recebeu esta mensagem que tinha a planilha de dados no dia 20 de fevereiro. Foi isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: 20 de fevereiro, com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Esses dados foram publicados na imprensa no dia 20 de março. Um mês, um mês depois.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Acho que sim. Não tenho a data da revista *Veja*, mas sim.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – O jornal *O Globo* na coluna do Irimar do dia 10 de maio diz que, faz uma reportagem pequena, mas diz assim: “vigilância ou despiste?” Que você apresentou uma queixa no dia 19 de março à Presidência do Senado de que a rede de computadores da Casa seria muito vulnerável. E que o PRODASEN e a Polícia do Senado fizeram uma auditoria, abrangendo o período de 17 a 24 de março, mas não encontraram indícios de violação de correspondência. E qual é?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Esse fato é verdade. Um *e-mail* entre eu e minha esposa foi alterado, isso está demonstrado, só que dado... Como é que chama? Dado o processo de apuração, como foi feito aqui pelo PRODASEN só, eles não tinham condição, eles disseram o seguinte... A conclusão é que não foi alterado de dentro do Senado, mas precisaria ter uma investigação maior para saber se a alteração do *e-mail* foi. E foi um *e-mail* muito ofensivo até. A alteração do *e-mail* foi uma coisa pessoal, me comprometeu muito e está no processo do Senado. Pode até ser requerido o processo na Polícia do Senado que vai ver... Uma coisa que me deixou extremamente constrangido, uma coisa extremamente pessoal.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Agora, nós temos a informação e gostaria que V.S^a pudesse confirmar que... O computador que V.S^a recebeu os dados do José Aparecido foi apagado?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Foi formatado, e eu passei para um outro documento por segurança. Falei isso para o Delegado na Polícia Federal, contei para o Delegado, fui voluntariamente na minha Casa, peguei o *pen drive*, levei o meu *pen drive* à Polícia Federal no mesmo dia do depoimento e deixei lá tudo do *pen drive*.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Com modificações ou não?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Obviamente que não teve modificações no arquivo. Obviamente que a Polícia Federal vai concluir

que o arquivo é aquele, porque eu não faço isso. Não tem modificação.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – O que lhe motivou a apagar?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu formato meu computador... Do ano passado para cá eu já formatei, pelo menos, cinco vezes. Eu faço isso regularmente por questão de segurança, porque eu trabalho com informações sigilosas de Senadores que eu trabalho. Em compromisso com os Senadores, eu tenho que zelar pelas informações deles. Então, não foi um ato isolado. Teve uma formatação em dezembro do ano passado. Teve uma outra formatação, eu acho que em abril do ano passado também. É periódico.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas essa ocorreu logo depois dessa.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Por causa do *e-mail* ofensivo pessoal que eu recebi, que é uma coisa que está no processo... Vocês podem olhar, ver o *e-mail* que era uma coisa que me deixou transtornado na hora.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Que V.Ex^a deletou a informação, fez uma outra formatação e salvou num...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Como eu comentei com o Delegado, depois que eu passei... Imprimi as páginas, dei umas cópias para o Senador Alvaro, deletei e passei para o *pen drive* externo. Por quê? Por questão de segurança e o Delegado até falou: “Você fez muito bem em ter guardado, e não ter deletado, senão isso seria muito ruim para você no futuro”.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – V.Ex^a indicou algumas pessoas da sua relação de amizade para trabalhar com o José Aparecido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Sim. Indiquei.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Quem?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nélcio o nome dele. É o amigo em comum que sempre tentou fazer, manter nossa amizade, por sinal.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – É a única pessoa ou tem mais algumas pessoas de relação, de parentesco sua que V.Ex^a também indicou para trabalhar com José Aparecido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Indicar, não. Trabalha lá na Presidência, que trabalhou com ele, é uma prima minha de 3º grau.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas foi sugerido, indicado por V.S^a?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Ele procurou, estava querendo. Não indiquei ninguém.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas V.Ex^a teve conhecimento que ele estava precisando de uma pessoa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ele manteve ela lá até agora. Acho que ele a manteve, eu não tenho nem encontro com essa prima, para ter idéia. Ele manteve mesmo na época que nós estávamos separado ele manteve.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas ele sabia que era sua parente?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Obviamente que ele sabia.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E você não acha que nessa questão prevaleceu aí uma vontade de agradar o amigo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não consigo emitir um juízo de valor sobre isso.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Agora, ao receber a correspondência do José Aparecido, quais foram as providências que V.S^a tomou?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Primeiro, vou repetir novamente como é que foi que aconteceu...

Eu entrei de férias dia 18 de fevereiro. 19 de fevereiro e 20 de fevereiro passei no Senado nesses dois dias por questões que eu tinha que vir buscar documentos. No dia 19 de fevereiro, que eu passei, aí eu mandei um **e-mail** “Cenas Brasileiras” para um grupo que é um grupo de amigos que eu mando *power point*. Não é grupo de amigos que discuta questões políticas e pessoais... Aí fui embora. Aí ele respondeu mais tarde “vamos almoçar nessa semana?” Só que eu não respondi nesse mesmo dia, porque não estava mais no Senado. Já tinha ido embora.

No dia seguinte quando retornei falei... Como eu não tinha certeza, que eu estava com compromissos nas minhas férias para resolver problemas pessoais, eu não ia responder vamos almoçar na quinta. Respondi: “Te ligo na quinta”, para se pudesse. Nesse **e-mail**, quer dizer, ele parece que estava ansiosamente querendo me encontrar. E nesse **e-mail** ele manda esses dois arquivos, entendeu? O arquivo que é uma planilha, que de planilha não tem nada, que é um dossiê, e um arquivo que fala sobre supervisão ministerial que no último parágrafo fala: “Olha, tudo que for errado nós vamos abrir tomadas de conta especial etc, etc”. Eu falo: “Muito bem, bom trabalho. Faça isso”.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas voltando à questão... Você se referiu a uma

mensagem ao José Aparecido no dia 19 de fevereiro. Mas anterior a isso, vocês... Era comum essa troca de **e-mail**, de correspondência?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não era comum. Está na Polícia Federal lá todos os **e-mails**. Se pegar de nove meses vai ser 30 **e-mails**, sei lá. Era por causa dessa lista de amigos assim que eu mando *power point*. Que manda essas coisas que não são relevantes. Ele só está nessa lista, ele não está na lista dos meus amigos realmente de eu discutir questões políticas, etc, etc. Tanto que era um **e-mail** de *power point*.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas um **e-mail** de *power point*.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ele era, até aquele momento, meu amigo quando eu mandei o **e-mail**. Ele não tinha me mandado os arquivos que ele mandou depois.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas eu volto a afirmar. Essa metodologia de comunicação não fortalece a tese de metodologia de comunicação codificada?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Realmente eu não posso emitir nenhum juízo de valor sobre essa questão, porque não consigo enxergar.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Muito bem. Mas essa... Você também utiliza a palavra “chantagem”. Eu confesso que tenho... Gostaria de compreender, porque nessa história toda quem chantageou quem? De que forma?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: **Veja** bem, no meu depoimento, eu recebi o **e-mail**, estava de férias, quando vi esse negócio eu fiquei espantado... Já lembrei da situação anterior do precedente, me senti sim... Saí dali, fui cumpri o resto das minhas férias.

Me senti intimidado. Numa chantagem... Que seria uma chantagem ao partido, né? Eu sou um dos principais assessores de um dos principais Senadores da Oposição. Aí os caras mandam uma planilha com gastos exóticos para ele sem critério nenhum, sem metodologia nenhuma, um negócio que é claramente... Isso é como se falasse assim temos que ver o contexto da época. Ainda estava se discutindo a instalação da CPI. Se ia voltar para 98 ou não. Então, óbvio que... Digamos, que ele não é ingênuo. Eu não sou ingênuo. Ele também participou de várias CPIs. Eu participei de várias. Ele é político. Ele foi candidato pelo PT. Eu não, mas sei muito bem que ele não é criança de fazer nada por sem querer.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E os líderes da Oposição tinham conhecimento de que você tinha uma relação de amizade com al-

guém, no caso o José Aparecido, que trabalhava no gabinete da Presidência da República?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Alguns sabiam, podiam saber. Mas não era essa amizade. Não havia impedimento enquanto nós não tivéssemos conflito de interesse. Não tem problema, alguns sabiam. Acho que o Senador Alvaro não ficaria preocupado de eu ter amizade com qualquer pessoa.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas a amizade com uma troca constante de correspondência, com convites para jantar de alguém que foi amigo e depois rompeu e depois se reestabeleceu...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Essa relação não é nessa forma como está sendo descrita. Os e-mails não mostram uma afinidade tão grande assim.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Agora, você rompeu a amizade com o José Aparecido num período em que havia uma CPI do qual você era o assessor...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Exatamente.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Restabelece essa amizade e rompe essa amizade novamente no bojo de uma CPI. Não tem uma coincidência muito grande? Quer dizer, quando tiver agora uma CPI acho que você deve sair meio correndo porque senão acaba brigando de novo com o José Aparecido...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O senhor está exatamente. A sua afirmação é perfeita. Ele tentou me usar como pião duas vezes e me intimidou duas vezes. Está provado quem é a pessoa.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Vou encerrar por aqui... Se houver a necessidade, eu retomo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Relator. O autor do requerimento. Deputado Manato, por cinco minutos. Como é que V.Ex^a prefere?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Eu vou bater uma bola com ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, são 10 minutos.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Está bom, obrigado. Só marcar quando o rapaz terminar de confessar os pecados junto ali. Bom dia, André.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Bom dia, tudo bem com o senhor?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Eu gostaria de saber o seguinte: Esse e-mail do power point que

jogou lá para um monte de gente, você pode dizer o conteúdo, mais ou menos?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: “Cenas brasileiras”. Se me recordo, era uma série de charges sobre corrupção.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Aí você diz que ele respondeu já te convidando para o almoço, certo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, espera aí... Deixa eu ler. Exatamente. Vamos almoçar nesta semana. Mas eu já estava fora do Senado.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Aí nesse período, você não almoçou com ele? Até as férias você não almoçou? Só depois.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Só depois, Só depois, não almocei com ele. Tudo bem..

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Só depois, não almocei com ele. Tá certo. Então, que dia ele mandou o e-mail fatídico para você?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: No dia 20, no dia seguinte.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Você entregou esse e-mail aí para o Senador Alvaro Dias antes das férias ou depois das férias?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, veja bem. Eu recebi o e-mail, estava em férias, passei aqui no Senado... Recebi, notei o que era e claro que fui pensar, pensar, pensar. Faltavam oito dias para acabar minhas férias, passei assim que acabaram as férias. Não passei o e-mail. Passei algumas folhas impressas para o Senador para demonstrar.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Quando aconteceu isso aí?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Na primeira semana.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Só passou para ele ou para outras pessoas também?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ninguém mais, nunca. Cumpri meu dever funcional. Passei somente para ele.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Nesse momento que você passou, você teve... no depoimento que vi na Polícia Federal, você disse que discutiu uma vez... Uma reunião para discutir esse assunto com o Senador. Teve uma. Certo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Relevante. Que foi para ver o e-mail. Era. Uma, relevante. A gente sempre conversava todo dia, normal.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – E nesse momento vocês discutiram vazar isso para imprensa?

Ou falar com o Fernando Henrique Cardoso? Ou alguma coisa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Absolutamente nada.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Nada disso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nada.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Isso aí você conversou depois o almoço com o José Aparecido? Foi depois de passar para o Senador?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O negócio que estourou no almoço foi quando estourou essa coisa na imprensa.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Aí você foi conversar com ele.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Fui para saber o que está acontecendo.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Certo. E o Senador em qualquer momento falou para você que ia divulgar? Que ia dar, que ia fazer alguma coisa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nunca. Isso não é da índole do Senador Alvaro Dias.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Ele delatou por conta dele mesmo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. O senhor está falando uma afirmação. Eu não posso falar isso.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Eu posso, mas tudo bem. Esses documentos aí você.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr^a Presidente, eu invoco o art. 14 na primeira oportunidade [soa a campainha] quando V.Ex^a julgar oportuno... No momento que V.Ex^a julgar oportuno. Eu fui agredido pelo Deputado e invoco o art. 14.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Depois você fala o 14. Alvaro, depois você fala o 14. Vai ser mais ainda. Vai ser mais, porque eu acho, André, eu... Assim, a estranheza que a gente tem é essa briga sua na CPI. Essa briga foi questão de ter vazado algum documento? Na primeira CPI de 2004?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: A briga foi por que ele reuniu comigo e me deu um recado claro: “Fique do lado mais forte, nós somos mais fortes que o Senador Antero e não vai dar em nada”. E nós éramos a assessoria do Antero e queria que abandonássemos a assessoria. Isso o Senador Antero pode confirmar. Ele queria ir à Tribuna na época fazer. Falei não, Senador, recado dado, vida que segue.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Por acaso nesse almoço que vocês tiveram depois que a imprensa teve conhecimento, teve tudo... Vocês combinaram alguma estratégia? O que falar? Ou por que é que

receberam aquele... Por que é que você recebeu o **e-mail**? Por que você passou? Por que é que chamou para almoçar antes, não almoçou, almoçou só depois? Teve alguma combinação?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não combinei nenhuma estratégia com ele. Estou falando, simplesmente, a verdade. Os fatos como são.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – E o que... A gente pode saber o que vocês discutiram nesse almoço?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O almoço no clube naval. No almoço do clube naval que o senhor quer saber?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Isso aí.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Esse almoço eu queria saber dele esse negócio... está vazando?... O que está fazendo?... O que está acontecendo?... O que é? Ele estava meio transtornado e tal e aí foi quando ele contou o caso de como foi feito o dossiê. Foi nesse almoço.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – E ele disse para você por que é que ele passou esse **e-mail** e com esse dossiê e os dizeres, né? Você disse que foi quase como intimidação que ele passou para você.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Para bom técnico, aquele parágrafo final e o tipo dali... Ainda mais sabendo de quem eu sou da minha personalidade e da minha carreira política, política não, profissional.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Você, então, acha que... Ele esclareceu para você por que ele passou para você?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Ele estava transtornado, né, com a coisa... E só falava para mim assim: “Foi Erenice que preparou um dossiê”.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Dossiê ou banco de dados?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não... Ele usou banco de dados seletivo, ele usou a expressão “seletivo”. Foi assim. E aí ele me contou: “8 de janeiro fomos chamados para fazer isso”. Aí faz sentido a notinha do Cláudio Humberto no dia 09 de fevereiro. 08 de fevereiro. Ele falou que foi 8 de fevereiro que teve a reunião no Palácio. Aí faz sentido a notinha do Cláudio Humberto no dia 09 de fevereiro. Começaram a fazer sentido todas as notinhas anteriores... A eu ter recebido o **e-mail**. O que a **Veja** publicou em 16 de fevereiro... Vinhos caros, comidas finas, fraldas, óculos e até detalhes sobre a suposta contratação irregular de um chefe de cozinha é exatamente do que eu recebi, quatro dias depois.

Aí ele disse foi assim, dia 8 foram chamados lá cinco chefes, cinco pessoas, foi pedido dois servidores para cada uma dessas cinco pessoas e essas... Sob o comando da Marisol que é a DILOG – Diretoria de Logística, é que ia ser coordenado o trabalho, que é tudo estranho, né? Porque esses documentos não podiam sair imotivadamente, não tinham que ter sido feitos pela DILOG. Um secretário se reportando a uma inferior. Então, aconteceu assim... Ele me descreveu que aconteceu assim o trabalho. O papel dele foi esse. Ele sabia que teve dois servidores dele lá que foram solicitados para fazer esse trabalho.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Circulou no dia... Não, mas o Relator pode. [soa a campainha] Sim, senhora, a qualquer momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – Deputado, durante uma arguição não.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – V.Ex^a me cederia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – O Deputado Manato tem ainda 03m37.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – V.Ex^a me cederia um minuto? [soa a campainha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – Deputado Manato.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Se ele me ceder sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – Não, senhor. V.Ex^a vai terminar. Terminando o Relator pode fazer sua inquirição. Tem três minutos.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Para mim não tem problema nenhum não. Se for regimental, eu cedo.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – O Relator não pode falar a qualquer momento.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não é nada tão emergencial que tenha que ser feito agora.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – André, em qualquer momento você não falou com o Senador... O que ele fazer? O que não fazer? A responsabilidade de divulgar a partir do momento que você entregou a ele foi única e exclusivamente dele?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não sei do Senador ter divulgado. Eu não sei dessa informação. Eu não falei isso.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Ele mesmo falou que ele divulgou. Ele ligou para Fernando Henrique e disse que tinha esses dados. Ele divulgou.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Esta informação está acima do meu.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Tudo bem. Ele divulgou para a imprensa. Então, aí que vai a minha preocupação. Eu acho que você fez o seu papel. Pegou e entregou a seu superior. Agora, eu fico triste é com o seu superior... Que o seu superior pegou, entregou para a imprensa... Ele falou aqui para a gente. Ele entregou para a imprensa.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não sei dele fazer isso. Ele nunca falou para mim isso.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Mas ele falou aqui, falou aqui para a gente que ele entregou para a imprensa, divulgou... Uma coisa que tinha que ter ido ou para a Comissão de Ética ou para o Presidente do partido, que veio contra seu partido.

Então, nós aqui estávamos aqui vendidos, nós não sabíamos de nada, eu nunca tive acesso a isso, eu não vi isso, eu não pedi a ninguém, em nenhuma reunião que eu participei falaram isso. Não divulgaram isso para a base. Um Senador recebe esses documentos, a primeira coisa que ele faz é vazar... Avisar ao Fernando Henrique: “Ó, tem documentos contra você”. E ele mesmo que vaza. Porque pelo que eu sei a partir desse vazamento e a fonte de vazamento foi ele.

Então a gente fica triste, Senador Alvaro Dias, use o art. 14 quando acabar, fala mesmo... Porque eu quero saber por que é que V.Ex^a vazou os dados contra Fernando Henrique? O senhor tinha alguma coisa contra Fernando Henrique Cardoso? O senhor já brigou com Fernando Henrique Cardoso? O senhor já vazou documentos em outras CPIs? [soa a campainha] Usa 50 vezes o art. 14.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – 2 vezes, eu vou acumulando art. 14.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – Está encerrada a interpelação do Deputado Manato e o Senador Alvaro Dias pelo art. 14.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr^a Presidente houve uma época em nosso país que os oposicionistas, aqueles que lutavam pela redemocratização, condenavam o patrulhamento ideológico. Eu não posso me conformar que em tempos modernos o patrulhamento seja revivido. Eu não posso aceitar que quem quer que seja Parlamentar ou não, oriente sobre o exercício pleno da atividade parlamentar, especialmente, no que diz respeito ao exercício pleno da convicção pessoal. Isto de usar grosseiramente a expressão “delator” é algo que tem que ser repudiado com veemência por quem cumpre o dever de fazer oposição com lealdade à opinião pública com respeito

à Constituição. Chamar de “vazador” quem, eventualmente, denuncia ao tomar conhecimento da peça de um crime é inverter a ordem jurídica.

Vaza a informação quem é responsável pela sua guarda. Vaza a informação quem se localiza no Palácio do Planalto e se encarrega de, criminosamente, elaborar um dossiê utilizando-se da máquina pública para golpear adversários, confundir a opinião pública e intimidar àqueles que são responsáveis pela investigação da corrupção no uso dos cartões corporativos. Esta é a única realidade plausível neste momento.

Afirmar inúmeras vezes que a imprensa tomou conhecimento desse dossiê muito antes do que André e Eduardo e do que eu.

Quando tomei conhecimento desse dossiê na 1ª semana de março, a imprensa já havia divulgado pontos fundamentais do dossiê. E olha... O André Eduardo fez referência a uma matéria publicada pela revista **Veja** veiculada na *internet* no dia 16 de fevereiro. Então, foi nada mais nada menos que o líder do Governo, Romero Jucá, que em declarações à revista **Veja** afirmou conhecer dados de 60 itens selecionados em documento na Casa Civil da Presidência da República.

Portanto, muito antes de eu ter tomado conhecimento desse dossiê, de ter colocado os meus olhos nesse dossiê, o próprio líder do Governo já antecipava dados importantes que constam dele. Portanto, Srª Presidente, eu não quero tomar o tempo do depoente, creio que a sua palavra, o seu depoimento é muito importante nesta hora, mas eu não poderia deixar de rechaçar palavras ofensivas e de concluir dizendo: “Vou cumprir sempre o meu dever. Estou aqui para fazer oposição afirmativamente. Estou aqui para denunciar falcatuas, ilícitos e corrupção e farei sempre, doa a quem doer. Os governistas, os palacianos não vão me silenciar, não vão me orientar induzindo-me a ser cúmplice de eventuais ilícitos praticados. Não vão me levar à omissão, à convivência e a cumplicidade”. Era isso, Srª Presidente. [soa a campanha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Eu gostaria de... A Mesa me socorre aqui, do art. 53 da Constituição Federal e é bom que se leia, porque serve para todos Senadores e Deputados aqui presentes. “Os Deputados e Senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. § 6º. “Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato. Nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações”. Esse é o art. 53 § 6º da Constituição Federal. E agora a palavra com o Sr. Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – V.Sª afirmou aqui que houve um almoço num clube. Clube naval.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Onde ele relatou esses fatos que acabei de descrever.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Isso. Ontem, aqui no Congresso, setores da mídia vieram me fazer a pergunta de que havia um boato de que V.Sª entregaria hoje aqui uma fita ou um vídeo deste almoço... Que esse almoço teria sido gravado ou filmado. Esse almoço foi gravado e filmado? Essa fita existe?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não tenho nenhum conhecimento de gravação ou filmagem desse almoço. Não posso afirmar. Agora, sobre esse almoço... Só mais uma curiosidade para...

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Com relação...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não tenho conhecimento se houve gravação ou filmagem, não tenho. Mas foi importante o senhor colocar, para dar mais a veracidade do caso, os detalhes são importantes... Ele pediu para encontrar no restaurante clube naval, não sei quem conhece esse restaurante, é um negócio pequenininho, fica lá no fundo do clube naval, bem pequeno, cabem poucas pessoas. E aí era para não encontrar nenhum jornalista, mas a grande coincidência foi que assim que eu sentei à mesa chegou o Luiz Carlos Azedo do Correio Braziliense e veio me cumprimentar, só que aí ele não conhecia o outro. Então, isso aí foi uma coincidência para dar mais veracidade ao fato.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Então, sobre a versão de que foi filmado ou gravado da sua parte V.Sª afirma que não tem conhecimento.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, não tenho conhecimento.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – V.Sª não gravou.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não tenho conhecimento da existência de gravação.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Fiz uma outra pergunta. V.Sª não gravou e nem filmou esse almoço?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não gravei, não filmei, nem fotografei. [soa a campanha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Continuando. A ordem das perguntas será de acordo com a lista da inscrição. Primeiro dos Senadores titulares, Senadores e Deputados

titulares, depois Senadores e Deputados suplentes e depois os não-membros. O primeiro inscrito Deputado Carlos Willian, do PTC. Por cinco minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sr^a Presidente, Sr. André Fernandes, eu gostaria de saber do senhor o seguinte: O senhor é amigo do José Aparecido? Foi amigo dele? Qual o nível de amizade que os senhores tiveram?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu acho que essa questão respondi detalhadamente, mas posso responder novamente se quiser.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não, eu quero sucintamente para não tomar muito o tempo. O senhor é amigo? Foi amigo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Fomos amigos por um tempo. Depois ficamos com uma amizade fria. Uma amizade corriqueira. Não era mais o ciclo de amizade pessoal.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Tá. O senhor considera que tem um bom trânsito com a imprensa nacional?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não sou tão importante para ter um trânsito com a imprensa nacional assim. Tanto é que não existia nenhuma foto minha. Todo mundo estava tão curioso para ter uma foto minha e se eu tivesse tanto trânsito, teria uma foto.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Então, vamos acabar com a curiosidade, porque eu tenho uma aqui. Bom, o senhor respondeu que trocava cerca de 30 e-mails com o José Aparecido.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: No período de sete meses.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Todos esses e-mails foram deletados?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Todos a Polícia Federal tem. Todos. Estão todos lá tranquilo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Esse suposto dossiê que o senhor recebeu... Ele estava bem organizado, perfeitamente, com todas as informações necessárias?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nada. Exatamente aí que está o detalhe que caracteriza ser dossiê.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Qual que é o detalhe?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O detalhe é que, são vários detalhes que eu poderia explicar... Primeiro – o campo observação.

O campo observação já foi falado. Mas não é só isso não. Lá... Cada processo tem um processo, tem o nome do ecônomo do processo, e tem as despesas

que separaram. Cada processo, geralmente, tem 20, 30 despesas por processo. E eles só tinham registrado separado dois ou três de cada processo, e botavam uma coisa, a chamada “número de folha”. Número de folha não é informação relevante para um banco de dados.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Ok. Tinha ausência de nomes de Ministros?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Tinha presença do nome de Ministros, mas em branco.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Tá. Estava em branco?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Estava, mas o nome do Senador Arthur Virgílio, Aloísio Nunes Ferreira... Os nomes continham lá.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Então, o senhor considera que esse documento não é perfeito?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É perfeito para uma função política, não é perfeito para uma função técnica. Desobedece qualquer norma técnica.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Tá. Agora, as ausências de dados que estavam lá... Como é que o senhor pode afirmar que existiam ausências desses dados? Ou que esse documento não foi copiado com a ausência de dados, ou seja, que não existiam esses dados para serem colocados?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Isso aí... A ausência de dados para mim é um recado... Que também faz parte do recado. Quer dizer, os Ministros... Nós também estamos compilando de tal, tal e tal que foi aqui da Casa Civil.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O senhor se considera uma pessoa muito importante nessa República para que se o Governo quisesse pressionar alguém pressionaria V.S^a?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Claro que não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Então, por que o senhor disse que esses documentos foi para poder intimidar? Intimidar quem?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu sou um dos principais assessores da Oposição. É claro que eu ia cumprir meu dever funcional.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Então, como principal assessor...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Principal não, um dos...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Tá, então, como um dos principais assessores da Oposição, V.Ex^a fez um Requerimento de nº 942 embasado nes-

tes assuntos para requerer à Presidência da República alguns documentos, justamente para fazer o inverso. Ao invés do Governo te intimidar para V.S.^a e de quem o senhor assessora intimidar o Governo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O requerimento é assinado pelo Senador. [soa a campanha]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Mas quem fez o requerimento?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu sou o técnico que faço o requerimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Ah, tá bom. O senhor pegou os dados e fez o requerimento.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, não. O requerimento é de 2005. Não estou entendendo a lógica?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não, existe lógica. A lógica é de requerimento que o senhor mandou buscar dados na Presidência da República sobre Cartões Corporativos.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não mandei buscar dados.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Significa... O senhor fez o requerimento para o Senador. Significa que V.Ex.^a há muito tempo está no percalço tentando fazer uma oposição ao Governo e que hoje o senhor tenta inverter essa situação... Dizendo que é vítima de um sistema. O Grupo de Trabalho...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Eu gostaria de garantir a palavra, Sr.^a Presidente. [soa a campanha] O Grupo de Trabalho da Presidência da República que fez esses documentos, o senhor tem conhecimento de alguns desses nomes?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu fui do GDF. Quem que eu conheço ali? Eu conheço a Erenice, que ela trabalhou no GDF quando eu trabalhei e conheço a Marisol também. A Marisol era Secretária do Conselho de Administração da TCB quando eu era membro do Conselho. E a Erenice trabalhava com o atual Reitor, o Roberto Aguiar na consultoria jurídica do GDF.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O senhor não conhece os outros nomes?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Outros nomes, nenhum.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O senhor sabe os outros 12 nomes?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O Delegado leu para mim no depoimento. Agora eu não me recordo, mas ele leu e perguntou um por um se eu os conhecia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O Delegado leu para o senhor?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Um por um perguntando se eu conhecia. Aí eu falei... Conheço a Erenice sim, do GDF e a Marisol também, do GDF.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Olha, Sr.^a Presidente, para facilitar eu vou encerrar e já que eu tenho tempo, eu vou fazer aqui somente um breve comentário, e esse comentário é meu.

Está claro estipulado que fizeram uma armação onde a vítima tentou... Aliás, onde o autor tentou passar por vítima. Juntou documentos, usou o seu amigo da Presidência da República que ainda vem aqui dizer que ficou estarrecido quando viu aquele **e-mail**, uma pessoa como V.Ex.^a que, segundo a imprensa, é um especialista em CPI, e que nas CPIs teve o papel atuante na CPI Mista do Senado, dos Bancos, de futebol, do BANESTADO, inclusive que, aqui, nessa CPI, vazou informações e eu não acredito que seja para os Senadores ou Deputados, que seja de assessores e V.Ex.^a era assessor.

Um documento que chega do seu meu amigo, amigo que o senhor disse aqui que era... Ao invés do senhor voltar o **e-mail** para o seu amigo e perguntar o que é que ele queria com aquele documento, qual era a intenção dele sobre aquilo. V.Ex.^a já começa a disparar para a imprensa e para o seu chefe maior, que eu tenho muito respeito que é um Senador bastante atuante, principalmente como Oposição que é o Senador Alvaro Dias, faz muito bem o seu papel nessa Casa de Oposição, dispara dando uma conexão e uma conotação totalmente política. Onde eu não tenho outras palavras para dizer que o senhor delatou o seu companheiro, o senhor traiu o seu companheiro e o senhor deixou o seu companheiro em situação difícil a ponto de perder, talvez, se licenciar do trabalho que ele exerce dignamente.

E vou dizer mais ainda, V.Ex.^a... V.S.^a, com essa sua experiência de especialista em CPI, e, principalmente, da Oposição quis colocar este Governo numa saia justa usando os seus amigos e as informações que V.S.^a tem na Presidência da República. Mas aqui hoje essa máscara caiu e mostra que V.Ex.^a é um grande arquitetador de falsos documentos. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Seguindo a lista de oradores inscritos e seguindo também a lista dos partidos, intercalando os partidos, o Deputado Maurício Quintella. Por cinco minutos.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. André Eduardo Fernandes, inicialmente [soa a campanha]

eu queria aqui dizer que quando a gente vai inquirir uma testemunha é natural que o Juiz ou o Parlamentar imbuído dessa condição ele procure informações sobre a pessoa que vai ser inquirida, né? E eu busquei. Procurei informações para tentar saber qual era o perfil de V.Ex^a. Como é que V.Ex^a se conduzia aqui nessa Casa Legislativa.

E lhe digo aqui que a conclusão, não que cheguei, mas que recebi, o senhor foi descrito como homem que trabalha 24 horas por dia para outro Governo, o que lógico, o senhor faz parte de um gabinete de um Senador de Oposição, que o senhor é um ex-petista frustrado, raivoso, que quanto mais vazador de informação, principalmente em CPI. E perigoso... Bastante perigoso. Essa questão da relação de amizade do senhor com o José Aparecido é extremamente importante para essa CPI, para o contexto do que nós estamos buscando aqui da verdade. Para mim, a convicção que eu tenho hoje é que houve a traição de um amigo para com o outro. Independente do juízo de valor que eu faça do que foi enviado para o senhor, se proporcionalmente ou não. O senhor aqui alega que tem uma amizade fria com o Sr. José Aparecido.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Agora uma ex-amizade.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Uma ex-amizade, agora. Mas isso não é verdade. O senhor me desculpe, mas eu quero que o senhor me confirme aqui alguns fatos e que vai demonstrar que o senhor não tem amizade fria com ele, não. A amizade do senhor com o José Aparecido é uma amizade, absolutamente, quente. Pelo menos era.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Obviamente, é verdade.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Ela foi quente.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Foi.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – O senhor conhece o José Aparecido há 17 anos. Confirma?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu posso fazer aquele histórico todo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Não, não, eu só quero que confirme.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

1991, sim.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – São 17 anos. O senhor nos últimos 6 meses trocou mais, relatado pelo senhor, aproximadamente 30 e-mails com ele. Eu não troquei isso nem com a minha mulher.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

São e-mails de lista.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – O senhor tinha o José Aparecido no seu rol de amigos de e-mail, com 10 amigos.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

A lista desse tipo, eu tenho várias lista de e-mails.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – O senhor indicou o Sr. Nélio para trabalhar com o José Aparecido, não indicou?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Indiquei. Mas ele conhecia o Nélio antes.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Mas o senhor indicou.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Ele conhecia o Nélio antes.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Mas o senhor indicou. Uma pessoa para indicar outra para trabalhar no serviço público, precisa ser amigo. Tem que ter uma relação muito forte.

O senhor confirma também que a única secretária que o José Aparecido tem é sua prima?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu não confirmo que é a única secretária, porque eu não sei quantas secretárias ele tem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – A secretária Isabela, qual o sobrenome dela por favor? Para me ajudar...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Ela não tem o meu sobrenome.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Isabela que é secretária. E é sua prima.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Minha prima. De 3º grau.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Uma prima é secretária do José Aparecido. O senhor indicou Nélio, trocou 30 e-mails. Nessa relação de e-mails que o senhor trocou com o José Aparecido, vocês tratam da saúde da mãe dele... Você pergunta da mãe dele, ele responde que a mãe dele está doente, que não fala nem uma palavra. Não é verdade isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Verdade.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Isso não é uma relação de amizade muito forte? É uma relação de amizade muito forte, não é?

O senhor, quando retornou... Porque houve o e-mail do dia 20, que é o fatídico e-mail com o texto, com esse texto que V.Ex^a, V.S.^a divulga aqui para essa CPI e anexado a esse texto está o e-mail de suprimento de fundos, da lista de suprimento de fundos. O senhor posteriormente responde esse e-mail. Há uma troca

de e-mails. O senhor só se refere nessas trocas de e-mails, nesses e-mails ao texto. O senhor jamais se refere a planilha de suprimento de fundos...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não me refiro a nada. Texto, nada. André leia o texto.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Você não só se refere como você elogia o trabalho de José Aparecido em relação ao texto. Muito bom texto.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Claro. Faça a tomada de contas especiais.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O contexto não é isso. Seu bom trabalho, você elogia o e-mail dele... E não trata em momento nenhum.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: “Muito bom esse trabalho. Você está certo. Como está sua mãe?” Isso aqui é a resposta que eu não vou passar recibo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Como está sua mãe. Não, Não é essa a resposta.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Essa resposta. Muito bom esse trabalho. Você me manda um trabalho para um cara da Oposição dizendo que pode abrir tomada de conta especial quando tem desvio e quando tem gastos exóticos, manda do lado uma planilha, eu vou passar recibo? Eu tenho uma experiência muito grande.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor já teve uma experiência que se relata em 2004, relata que foi, naquele momento, traído por José Aparecido. Ele tentou lhe fazer de... Não sei qual foi o termo que V.S.^a usou aqui. Apesar disso, V.S.^a manteve uma relação forte de indicação de cargo para lá, indicação de cargo para cá, mamãe para lá, mamãe para lá, né? Com o José Aparecido.

O senhor nesse período pediu em benefício... Para você mesmo o emprego a José Aparecido? Pleiteou trabalhar no Governo Lula?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Impossível isso. A minha afinidade já vinha com o PSDB.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor afirma nessa CPMI que o senhor nunca pediu emprego para você ao José Aparecido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nunca pedi emprego. Mesmo porque eu tinha divergências com o Governo e já estava afinado com a Oposição.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não é a informação que eu tenho. Vamos

ver se a gente confirma isso ou não? O senhor já foi filiado ao PT?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Fui filiado ao PT durante dois anos por indicação do Cristovam Buarque. Na verdade, eu cheguei ao PT pelo Cristovam. Na verdade eu era do grupo do Cristovam dentro do PT. O Cristovam foi meu orientador, é meu amigo até hoje, mesmo depois que eu saí do Governo. Escrevi Projetos de Lei para ele aqui. Então, foi nesse período que eu estava no Governo Cristovam. Eu fui filiado, porque ele pediu para filiar. Eu ia virar Secretário de Estado. Por causa do Cristovam. Eu nunca fui militante petista.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Como é que deu esse rompimento com o PT? Essa passagem do PT para o PSDB?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Primeiro divergências ideológicas e divergências práticas.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não foi uma frustração, porque quis trabalhar no Governo Lula e não conseguiu?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Mas eu estou falando de 1997, não tem essa frustração. Eu saí do PT em 1997. Não teve frustração nenhuma de não trabalhar no Governo Lula. Saí do PT em 1997 por divergências na condução da política do Distrito Federal.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – V.S.^a depois que recebeu o e-mail do José Aparecido... O questionou, questionou a ele o porquê do envio desse e-mail? Por que teria enviado?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Na reunião de 20 de março, ele, de uma maneira já descontrolada, ele negava o e-mail, negava... Só falava de dossiê. Só falava do dossiê.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas no... Nos e-mails o senhor não questiona nunca?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Claro, não vou passar recibo quando o cara me faz uma intimidação.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor questionou o texto. Por que na realidade.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O texto, questionei agora, para mostrar que o texto tem uma correlação com a planilha.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas o senhor não fala em momento algum dessa planilha.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Por e-mail, passar recibo de que eu estou sendo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não questionou pessoalmente?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: No dia 20, na reunião do clube naval, era... Foi exatamente isso.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O que foi que ele lhe disse?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Disse que mandou... Sei lá o que... E começou falar só do dossiê.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Essa informação é importante. Se o senhor.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É importante essa informação.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Se o senhor mandou, se o senhor o questionou, a gente precisa saber o que é que ele respondeu. Porque até então não houve nenhum relato de que houve uma conversa entre vocês nesse sentido depois...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ele descontroladamente ora afirmava que mandou e ora afirmava que não mandou. Aí ele quis falar que o importante não era isso. Era o dossiê... Só aí que eu conheci a história.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Então, ele lhe chantageou diretamente ou lhe intimidou diretamente? Ou o senhor apenas se sentiu intimidado pelo teor do e-mail?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Numa Casa Política, no contexto que era 18 de fevereiro, 19 de fevereiro, aqui entre políticos, vocês muito melhor do que eu, sabem o que é... Diretamente ele não ia escrever no e-mail: "André..."

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas vocês eram amigos, vocês se encontraram depois, ele poderia ter dito: "Estou mandando isso para você". Quero saber o seguinte: "Ele lhe intimidou diretamente? Ele afirmou ou fez alguma ameaça?"

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, nunca fez nenhuma ameaça.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor apenas se sentiu ameaçado.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Constrangido e intimidado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas vocês eram amigos, ele tinha intimidade suficiente para lhe mandar o e-mail. Tinham confiança para mandar um e-mail.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Dentre os dos limites legais.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor me ajuda. O senhor acha que o e-mail que ele lhe mandou é criminoso? Ele cometeu algum crime?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Isso quem vai poder dizer... Eu não quero dar juízo de valor. Porque se eu for dar juízo de valor, vou estar sendo Juiz e eu não vou poder fazer um negócio desse.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas o senhor já declarou isso na imprensa, disse que era crime, que o que ele fez foi crime, tentou lhe intimidar. E por que se o senhor achava que isso era crime, e como servidor público, lotado no Senado da República imediatamente não comunicou a Polícia Federal? Porque imediatamente V.S.^a não comunicou nem ao Senador. Você foi comunicar ao Senador 15 dias depois.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Estava de férias.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor estava de férias, mas veio aqui receber o e-mail no mesmo dia. Por que o senhor ao se sentir intimidado não comunicou ao Senador que é seu imediato, seu superior imediato? O senhor não comunicou nem ao Senador, nem a Polícia Federal, ninguém. V.Ex.^a guardou e ficou jogando com isso. Por quê? Por que demorou 15 dias para comunicar pelo menos ao Senador da República?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Já respondi isso anteriormente.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não, não respondeu, não. Por que está de férias? Isso não é uma resposta responsável.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ficou lá, eu estava de férias, fiquei pensando naquilo. Obviamente, voltei e vi que era um crime e passei para o meu superior como manda o art. 116. Eu não tinha prazo para fazer isso. A lei não me dá esse prazo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Formalmente V.S.^a não tinha prazo. Isso é praxe. Teria 15 dias, 10 dias. [soa a campainha] Mas V.S.^a há de convir que isso é, absolutamente, estranho. Isso é, absolutamente, estranho.

Para concluir, eu queria fazer mais uma pergunta só e fazer a conclusão. O senhor divulgou esses dados para a imprensa? Para qualquer órgão de imprensa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não divulguei.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor conhece o jornalista Cleber Praxedes?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não conheço.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não conhece Cleber Praxedes?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Tudo bem. Senadora, eu concluo dizendo que as perguntas que fiz e as respostas do nosso... Da nossa testemunha só ampliam a minha convicção que o que houve na realidade foi a quebra de confiança de um amigo.

Um amigo traiu o outro, sem fazer juízo de valor daquilo que, porventura, tinha passado. E, além disso, que houve também uma... A nossa testemunha deixou de dar uma informação extremamente importante ao Senador dele, à Polícia Federal... Principalmente depois de instalada uma CPI, e ele tendo conhecimento desses fatos. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Seguindo a lista de inscrição, Deputado Paulo Teixeira, do PT.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Sr. André, o senhor está fazendo um depoimento sob juramento?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Sim. Estou fazendo um depoimento sob juramento.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor sabe também que o senhor já fez outro depoimento na Polícia Federal?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Fiz depoimento na Polícia Federal.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Portanto, há dois depoimentos.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Sim. Com certeza o daqui está muito mais detalhado, porque o Delegado não me perguntou muitas coisas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Mas não pode haver incompatibilidade entre um e outro, o senhor sabe disso.

Deixa eu fazer uma pergunta... Todos aqui já exploraram muito da relação pessoal de vocês. Agora, eu queria explorar outro aspecto dessa questão. O senhor disse que estava nas férias. Dia 18 o senhor entrou de férias. Tá. O senhor está de férias de novo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Esses fatos todos realmente me fizeram tirar, queimar, perder minhas férias num momento que eu não podia, porque é desgastante.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Quantas férias o senhor tem por ano?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Tenho o que o regime jurídico único dos servidores

dá, me garante 30 dias por ano. 30 acumulado do ano passado e tinha 30 desse ano. Não tinha condições técnicas de vir ao Congresso no clima que estava. Essas férias, na verdade, eu estou perdendo as minhas férias do ano. A verdade foi essa.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor disse que antes do dia 20 de fevereiro, saiu uma nota no Cláudio Humberto no 9/02, saiu uma nota 15/02, na Folha, e 16/02 na **Veja**.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: A **Veja** é mais detalhista.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então, o senhor... Eu gostaria de ler um depoimento do Senador Alvaro Dias na CBN que eu gravei. O depoimento está gravado nos seguintes termos: “Quando ele, André, me comunicou que estavam fazendo um dossiê, eu disse se ele tinha esse dossiê. E ele me informou que não tinha. Mas que podia conseguir ainda. Se conseguisse—”

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É do Senador Alvaro.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu gravei uma fala do Senador Alvaro Dias no dia 9 de maio na CBN. “Se conseguisse, me encaminharia. E um tempo depois ele me apresentou esse dossiê. E pediu sigilo da fonte. Com base no art. 53 § 6º da Constituição. Eu guardei o sigilo até que ele me autorizasse nessa semana a revelar”. Isso foi dito na CBN do dia 9 de maio. Portanto, eu não estou acreditando nessa hipótese do dia 20 de maio a coisa ter começado aí.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: 20 de fevereiro.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – 20 de fevereiro. A meu ver, V.Ex^a escalou essa informação pelas relações pessoais que mantinha até então com o José Aparecido. Agora, quando V.Ex^a recebeu, V.S.^a recebeu, V.S.^a sabia que esse dado era sigiloso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu sabia que no mínimo era um dado comprometedor e que era motivo de toda a discussão que está tendo aqui no Senado naquele momento.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – V.S.^a sabia que os dados sigilosos eles deveriam ter um cuidado, segundo a Lei nº 11.111?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Claro, claro que sim. Quem é o portador do dado sigiloso tem que tomar responsabilidade por isso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Tá, então, V.Ex^a sabia que o trato do dado sigiloso V.Ex^a respondia penalmente por isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Sim. Eu nunca vazei para ninguém esse dado e comuniquei ao meu superior imediato.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu queria perguntar se V.Ex^a, disse aqui que imprimiu algumas cópias ou parte do dossiê, eu queria perguntar... Se foi parte do dossiê ou algumas cópias?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Parte do dossiê. Algumas folhas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então, o senhor entregou para o Senador Alvaro Dias parte. O senhor selecionou as folhas?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não selecionei. Peguei assim, abri a planilha, tinha lá 98, 99, imprimir e.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor imprimiu algumas e entregou para o Senador Alvaro Dias algumas?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Exatamente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor fez uma seleção, portanto.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não selecionei, peguei as primeiras que tinha ali, só para mostrar como exemplo o que havia e o tipo de trabalho.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Queria perguntar se o senhor almoçou, como o senhor disse aqui, com o José Aparecido no clube naval? Quem estava lá no almoço?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: 4 pessoas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Quem eram as quatro pessoas?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Tenho até que retificar. Eu, o Nélcio que já foi falado aqui, o Aparecido e o Marco Pólo que é outro colega nosso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – E o Eduardo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, não estava de jeito nenhum.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não estava. O Marco Pólo estava, de onde é o Marco Pólo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Do Tribunal de Contas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Da União.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Mas ele está cedido ao Senado, ele não está lá.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Tá. Queria perguntar ao senhor se naquele dia sugeri a ele que tivesse contato com o jornalista da *Veja* ou jornalista da *Folha*?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Nunca.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor não disse a ele... O senhor não pediu a ele?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ele que tem lá os contatos dele. Eu não sei.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Outro aspecto que eu queria perguntar ao senhor é o seguinte... O senhor disse assim: “Eu me senti intimidado”. Então, o senhor interpretou como uma intimidação?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não sou criança, ele não é criança... Nós sabemos as nossas divergências políticas, ele é um técnico super experiente, eu sou super experiente, quando está tratando de duas pessoas nesse nível, não dá para ficar pensando em ingenuidade.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Mas o senhor falou aqui: “Eu interpretei”. Frase sua. “Eu interpretei como intimidação”. Foi uma interpretação?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Claro, eu interpretei como uma intimidação sim.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor interpretou então?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Exatamente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O seguinte. Quando o senhor... O senhor disse aqui que o José Aparecido em outras... Outros depoimentos do senhor também... O senhor disse que o José Aparecido falou... E agora? Ele falou dossiê ou ele falou banco de dados?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: No clube naval? Ele falou uma planilha de dados seletivos.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Tá. Então, esse foi o uso que o senhor fez? A palavra dita: Uma planilha de dados.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Com dados seletivos do Governo anterior.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Tá. Nessa supervisão ministerial, ele teria explicado para o senhor que a planilha de dados fora feita para a CPI, para entregar à CPI?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Em nenhum momento.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Ele disse para o senhor que é da competência da supervisão ministerial fazer a planilha de dados?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, não fala isso. A parte importante é do último parágrafo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Olha o parágrafo... Eu queria que o senhor lesse o §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º... No final. “Fiscalizar aplicação e utilização de dinheiros, valores e bens. Acompanhar os

custos globais dos programas setoriais dos governos a fim de alcançar uma prestação econômica de serviços. Transmitir ao Tribunal de Contas sem prejuízo da fiscalização deste informes relativos à administração financeira e patrimonial dos Órgãos do Ministério". O senhor confere isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Confiro.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então, ele devia estar explicando para o senhor que estaria na competência da Casa Civil fazer o banco de dados?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não consigo ver essa interpretação nesse texto.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Olha, "transmitir ao Tribunal de Contas sem prejuízo da fiscalização desse informes relativos à administração financeira e patrimonial dos Órgãos do Ministério". O senhor sabia que a Casa Civil ofereceu os dados de gastos sigilosos do Presidente da República ao Tribunal de Contas da União?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu sei que foram oferecidos 2,6% dos gastos sigilosos ao Tribunal de Contas da União.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não, todos os dados pelo SUPRIM foram vistoriados pelos Deputados dessa Casa. Todos.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Tudo bem. É um dado que eu não tenho. Não estou no Tribunal.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – A Casa Civil montou um banco de dados informatizados e enviou o banco de dados para o Tribunal de Contas e os Deputados desta Casa olharam 25 mil gastos, lá no Tribunal de Contas. Portanto, está nessa supervisão ministerial. Essa é a indicativa.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não entendo assim. Tudo bem.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu queria terminar, dizer uma pergunta para o senhor. Tendo em vista a amizade que o senhor tinha por ele, não caberia ao senhor questioná-lo sobre aquele envio?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Já respondi e respondo novamente... Ele não é criança, eu não sou criança, ele sabe a minha opinião política, eu sei a opinião política dele, já tinha tido precedentes anteriores e ele é um político. Ele é um político, ele fez um jogo político.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor disse também que o senhor é técnico. Mas foi Secretário de Estado aqui em Brasília?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Secretário técnico.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Quando o senhor diz que veio ao Senado nas férias.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Passei aqui dois dias para pegar documentos por causa do... Porque eu estava fazendo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Logo após as notinhas?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não consigo ver conexão, porque as notinhas foram antes de eu receber o arquivo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – E com esse depoimento do Senador Alvaro Dias. Eu quero perguntar ao senhor o seguinte... Ele diz o seguinte: "Eu guardei o sigilo até que ele, André, me autorizasse nessa semana revelar". Queria perguntar ao senhor se o senhor agiu corretamente em posse de documentos sigilosos?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Em posse de documentos sigilosos, não vazei para ninguém, não divulguei para ninguém, e dei ciência ao meu superior como manda o art. 116 do RJU.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor está me dizendo... Depois vou fazer a mesma pergunta ao José Aparecido. Se o senhor pediu a ele que entrasse em contato com o jornalista da **Veja** e jornalista da Folha.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não pedi. Eu estou sob compromisso. Ele está com Mandado de Segurança, com... É diferente a resposta.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – O senhor disse que tem o coração de manteiga. [soa a campainha] O caráter também?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não vou julgar meu próprio caráter.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Queria terminar dizendo o seguinte, Sr. André. O senhor montou uma tese que a Oposição trabalhou por três meses numa tese de haver um dossiê para intimidar a Oposição. Hoje, essa tese ela pode ter uma relação... Uma relação de muitos anos. Uma relação que se encerra numa relação de duas pessoas e que... E tinha um trabalho sendo feito e, portanto, V.Ex^a fez com que a Oposição transitasse nessas idéias por dois, três meses, e essa tese hoje cai... Cai porque não houve qualquer relação das demais pessoas.

O senhor mesmo disse que o que estava sendo feito na Casa Civil era um banco de dados. O tema "dossiê" não foi um tema usado nem se quer na conversa entre o senhor e o Sr. José Aparecido. O tema "dossiê" surgiu depois de uma reflexão sua que aquilo podia, interpretado pelo senhor, ser uma, uma intimidação.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – [soa a campainha] Para concluir,
Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então,
para concluir, Sr. André, eu creio que o depoimento do
senhor de hoje e o depoimento feito na PF, o depoi-
mento que o José Aparecido fez na Polícia Federal
não há contradição entre eles. Nenhuma. São os dois
verdadeiros. O que há problema é na interpretação e
no movimento político que daí resultou. E, portanto, eu
acho que o senhor é poderoso sim, como o senhor dis-
se. O senhor é tecnicamente muito competente. Tanto
que fez vários Senadores transitar numa tese que o
senhor criou. Meus parabéns por essa capacidade.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr. Pre-
sidente, Questão de Ordem.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – A segunda Questão de Ordem
e isso encerram.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Art. 14.
Fui citado várias vezes pelo Deputado Paulo Teixeira.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Desculpe, Deputado Silvio. Não
tem mais Questão de Ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – É para
ajudar.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Foi o Deputado Carlos Willian e
o Deputado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O Car-
los Willian foi pela ordem.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Não. Questão de Ordem. Qual é
o artigo que V.Ex^a quer mencionar?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – É o
artigo que trata de esclarecimentos. Que eu não me
recordo agora.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Nós precisamos dele.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Eu não
sou obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – A hora que o senhor pegar o
artigo o senhor tem direito tranquilamente à Questão
de Ordem. [soa a campainha] Senador Alvaro Dias,
art. 14. É a última intervenção quanto ao art. 14 nes-
sa Sessão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr^a
Presidente, respeitosamente eu quero esclarecer que
o que disse a Rádio CBN corresponde, absolutamen-
te, à verdade. O André Eduardo quando passou pelo
Senado e encontrou um dossiê no seu endereço ele-
trônico informou-me sobre a existência de um dossiê

no Palácio do Planalto. Quando retornou de férias, foi
exatamente quando eu pedi a ele [soa a campainha]
Sr^a Presidente, eu peço que me assegure.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Está garantida a palavra ao Se-
nador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu
vou repetir, então. No primeiro momento, o Sr. André
Eduardo comunica-me que existia um dossiê no Pa-
lácio do Planalto. Não informava ainda do recebimen-
to dele no seu computador. Foi por volta do dia 19 ou
20 quando ele passou pelo Senado Federal. Não sei
se antes de receber o dossiê ou depois de receber o
dossiê... Provavelmente antes, porque ele esteve aqui
no dia 19. Mas já tinha informações até pela impre-
ssa que um dossiê estava sendo formatado no Palácio
do Planalto. E eu pedi a ele então que tentassem me
fornecer cópias desse dossiê se ele tinha possibili-
dade. Quando retornou de férias o André Eduardo
entregou-me as folhas do dossiê que havia recebido
em seu computador.

E, ao contrário do que imaginam aqui e afirmam
peremptoriamente, não possuir o André Eduardo ca-
ráter, ao contrário, possui um caráter ilibado a ponto
de pedir sim que preservasse o sigilo da fonte, porque
naquele momento ele não gostaria de informar a fon-
te, de onde era proveniente o dossiê, apenas disse
que era do Palácio do Planalto. E eu não exigi dele
que citasse nome de quem quer que seja. Posterior-
mente, ele afirmou ter recebido de José Aparecido e
eu me senti liberado a partir daí para quando tratasse
do assunto tratar afirmativamente sobre a origem do
dossiê que chegou ao seu computador. Esta é a ver-
dade dos fatos.

Eu vejo que estão muito preocupados com adjeti-
vos, esquecendo a questão substantiva. O que impor-
ta, neste momento, não é saber quem é o vazador. O
vazador é o Sr. José Aparecido. Já vazador confesso.
Declarado e indiciado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Para concluir. [soa a campai-
nha]

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu vou
concluir, Sr^a Presidente. O que importa é saber quem
mandou confeccionar esse dossiê. E quem o confec-
cionou nos termos em que foi confeccionado com ob-
jetivos escusos. Portanto, eu rechaço qualquer ilação
em relação ao caráter de André Eduardo que agiu no
estrito cumprimento do dever legal. E se não agisse
dessa forma, estaria praticando no mínimo uma infra-
ção administrativa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –
Para contraditar, Sr^a Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Obrigada. Art. 14 não tem con-
tradito.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –
Então, eu quero o art. 14, Srª Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Não tem art. 14 mais.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A
senhora me dá pela ordem?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Só se V.Exª me colocar o artigo
do nosso Regimento que V.Exª está mencionando. Foi
o acordo que nós fizemos aqui na Sessão Secreta. A
hora que o senhor tiver o artigo eu dou com todo praz-
er. Deputado Carlos Sampaio, do PSDB, é o próximo
inscrito.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)
– Srª Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Depoente,
Dr. André.

Eu, inicialmente, gostaria de fazer uma breve di-
gressão, Srª Presidente, no que tange a postura e a
posição que nos cabe enquanto membros dessa CPI.
Muito se diz que os membros de uma CPI têm pode-
res de magistrado, têm poderes de Juiz. Pode quebrar
sigilos fiscais, bancários e telefônicos. E, de fato, os
Parlamentares os têm. Só que ao mesmo tempo em
que temos prerrogativas de magistrados, penso eu que,
quando da inquirição, deveríamos no mínimo adotar
também a postura de magistrados. E faço isso, Srª Pre-
sidente, porque eu não posso conceber como correto
o proceder de alguns Parlamentares que, a meu sentir,
ofendem com suas palavras o depoente. Seja o depo-
ente quem quer que seja, seja o investigado quem quer
que seja, seja ele réu ou não perante a essa CPI. O
tratamento que deve ser dado... É um tratamento dig-
no, de acordo com a postura que um magistrado deve
ter perante àquele que está inquirindo.

E, por essa razão, Srª Presidente, todas as digres-
sões, todas as falas referentes ao seu caráter, à sua
postura, eu as rechaço de pronto e acho que essa CPI
em nada ganha com esse procedimento. Aliás, eu faço
aqui uma ressalva de afirmar que o depoente quis usar
o seu amigo, então amigo José Aparecido, é ofender a
consciência de todos nós. O depoente não inaugurou
qualquer tipo de conversa sobre banco de dados ou
dossiê com o Sr. José Aparecido. Ele não deu início a
este tema em nenhum dos e-mails. Quem inaugurou
esta conversa foi o José Aparecido quando colocou:
“veja o documento anexo”, “dê uma olhada no docu-
mento anexo”. E, portanto, dizer que ele utilizou-se do
José Aparecido é ofender a consciência de todos nós
membros dessa CPI. Quem inaugurou a conversa bus-

cando seja com fins de chantageá-lo ou de ameaçar a
Oposição foi justamente o José Aparecido.

Aliás, eu queria lembrar a todos os parlamentares
dessa Comissão que de forma, a meu ver equivocada,
buscam atingir pessoalmente a figura do depoente que
para a Polícia Federal o responsável até o presente mo-
mento e indiciado como tal é o Sr. José Aparecido.

A Polícia Federal não tem o sentimento, ela,
que tem uma capacidade investigativa infinitamente
maior do que muitos de nós que aqui estamos, digo
até com relação a mim mesmo, indiciou até o presente
momento o Sr. José Aparecido. Portanto, quem está
sendo investigado pela prática de ilícito é ele. Ou será
que a Polícia Federal tem essa ingenuidade a ponto
de entender que ele é o responsável por tudo? Mas
por um equívoco de proceder foi indiciar justamente
outro pela prática de ato criminoso?

Então, eu acho que deveríamos deixar de lado
essas questões pessoais e partirmos para aquilo que
realmente interessa que é justamente sabermos sobre
os fatos, ou seja, sobre o dossiê. Segundo o dicionário
Aurélio, dossiê “é uma coleção de documentos refe-
rentes a certos processos a determinado assunto ou
a certo indivíduo”. Portanto, não estamos aqui a falar
de banco de dados, porque, evidentemente, a planilha
recebida pelo Sr. André se referia a certa pessoa e a
certo tipo de gasto. E, portanto, isso nada tem a ver
com banco de dados e vou à etimologia da palavra.
Portanto, vou aí à origem, na sua raiz. É o dicionário
quem afirma que isto não é um banco de dados. Não
sou eu.

Mas me atento aos fatos... O senhor disse hoje, Sr.
André, que a planilha tinha características de dossiê e
referiu-se especificamente ao “campo de observações”,
o fez de forma bastante rápida e eu confesso que eu
não compreendi, e também ao fato de que a seu en-
tender o número de folhas constantes dessa planilha
seria irrelevante. Gostaria que o senhor explicasse um
pouco mais, até para nós que pudéssemos entender.
Estou checando essas planilhas dia-a-dia no TCU e
eu sei o que o senhor quis dizer... Mas gostaria que o
senhor explicasse para que todos entendessem o que
tem de, digamos assim, peculiar no fato de constar
algo irrelevante como o “número das folhas” e também
o fato de constar aquela questão que o senhor se re-
fere que é com relação ao “campo de observações”.
Por gentileza.

**SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNAN-
DES:** Vou explicar então. Tecnicamente tem o seguin-
te. Estou aqui com o número do processo de 1998,
00200000894/9812. Aí tem o agente suprido. Não vou
falar o nome dele. Esse processo tem 20... Todos os
processos têm 20, 30 gastos. E vê-se claramente que

se pinçou só alguns gastos. Então, era preciso criar o campo “número da folha” na hora de recuperar. Não tem sentido num banco de dados técnico a coluna, número da folha no processo. Número da folha era o seguinte. Quando eu precisar resgatar, vou lá e pego e é só este gasto pinçado. A planilha não tem uma compra corriqueira, uma compra de arroz, feijão, coca-cola, água, o que seja. Só tem bens exóticos. “Poxa, isso aqui para mim é fatal”.

E essa coluna “número da folha” indica que, por exemplo, no processo nº 0020, tal, tal, eles selecionaram três folhas. No processo 0000 tais só selecionaram uma folha. Quer dizer, e ali dentro tem várias compras, logo, esse campo, “número da folha” é denunciante, com certeza. Junto com o campo “observação” e junto com a qualidade da informação que está contida aqui. A qualidade da informação é obviamente uma qualidade que, digamos, não é para... Que você entenda... Se fizesse um banco de dados, você pegaria o processo tal, teria que estar todas as compras ali. Não é possível que naqueles processos só têm processo de compra de bem exótico e de luxo. É inverossímil, completamente inverossímil.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Eu, na verdade, tinha essa única colocação a fazer a V.Ex^a, porque eu gostaria que ficasse explicitado isso. Porque, repito, eu estou, Sr^a Presidente, analisando todas as planilhas de gastos sigilosos desde 1998, mais especificamente, a partir de 2002 que nos foram disponibilizados pelo TCU e todas essas planilhas não têm esse campo “número de folhas”. Quando você.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Esse fato é essencial.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Quando você pinça informações de um determinado local para formatar um documento que se quer chamar de banco de dados, mas que todos nós sabemos, acredito que até a própria Ministra saiba, é um dossiê, é fundamental que aquele que elabora o documento coloque ao lado da informação o número da folha onde ele foi buscar esta informação, sob pena de se perder o dado, o dossiê, portanto, não poder ser resgatado de forma rápida, de forma ágil.

Este campo “número de folhas” não existe em nenhuma das planilhas que analisei. E se foi colocado neste anexo que diz o Sr. José Aparecido que recebeu com estranheza a informação de seu assessor que ele havia encaminhado um e-mail para o Sr. André no qual constava uma informação anexa, veja a incongruência, Sr^a Presidente. Ele manda um e-mail, anexa um documento e diz que recebe com estranheza o fato daquele documento estar ali anexado. E nós somos obrigados a ouvir isso.

E neste documento anexado tem uma coluna determinada “número de folhas” que não existe em qualquer banco de dados do Governo Federal deste ou do passado, por mim e acredito pelos outros sete Deputados que estão analisando os dados do TCU, esse “número de folhas” é o fator essencial que distingue um dossiê de um banco de dados. O banco de dados contém um conjunto de informações genéricas, cujo responsável pela sua elaboração não precisa, em hipótese alguma, colocar uma coluna com o número [soa a campainha] da folha da qual a informação foi pinçada.

Eu registro isso, Sr^a Presidente, para que todos tenham a mais absoluta convicção de que banco de dados [soa a campainha] pressupõe informações genéricas. Dossiê pressupõe informações pinçadas. E quem pinça informações, obrigatoriamente, tem que fazer uma coluna dizendo “número de folhas”, porque ele precisa se recordar de onde pinçou quando elaborou o dossiê.

Eu agradeço ao depoente e me dou por satisfeito com suas respostas. Por gentileza.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Permite um complemento? Exatamente isso. Por exemplo, tem um processo que eles selecionaram só três folhas. E um outro processo muito grande que tem 120 folhas e eles só selecionaram um gasto desse processo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Não existe, Sr^a Presidente, apenas para concluir em cima da fala dele, um único gasto dos que eu analisei que apareça um único dado sobre um único ecônomo e, exatamente, um gasto peculiar ou exótico.

Quando vem a relação dos gastos de um determinado ecônomo, vêm todas as relações dos gastos por ele realizados. E não um depois um outro ecônomo com outro nome, depois um outro ecônomo com outro nome, cada qual com gasto exótico e registro novamente, com uma coluna escrito folhas para que todos aqueles que elaboraram se lembrem de onde pinçaram as informações. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Carlos Sampaio. Senador Wellington Salgado, do PMDB.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr^a Senadora, Relator Deputado Luiz Sérgio, Sr. André, demais Senadores presentes, Deputados. Meu partido tem me indicado para várias CPs. Em toda CPI que eu tenho participado, fica muito claro a posição Governo, Situação, jogos de interesse que acontecem, e essa CPI ela me deixou realmente não entendendo muito que estava acontecendo quando vem, digamos, do Governo informações para um

grande assessor de uma grande estrela da Oposição como é o Senador Alvaro Dias.

Então, eu... É a primeira vez que eu vejo o Governo passar alguma informação para a oposição. Se fosse assim conduzir dessa maneira. Quanto às questões de quebra de sigilo, de informação ou não, e aqui eu quero ter um posicionamento de Senador e de político, Senador Alvaro Dias para mim está protegido pela Constituição. E se o André, o Sr. André trabalha no gabinete do Senador Alvaro Dias, para mim é responsabilidade sobre qualquer material que chegue para você a responsabilidade do Senador. Isso para mim ninguém tira da minha cabeça, ou seja, ali a informação que tenho, o que você fizer de uso dela para mim quem está fazendo é o Senador e deve responsabilidade para ele e nesse momento ele tem a imunidade constitucional. Não vou defender nunca essa quebra porque senão não tínhamos como ser políticos. Esquece e não vamos ser mais nada. Porque já estão tirando tudo que nós temos. Agora, se não tivermos o direito de falar e de dizer o que nós acreditamos, numa informação que chegue, então realmente temos que ir para casa e acabou a democracia nesse país.

Agora, tem uma coisa, Sr. André, que eu... V.S.^a sabe, como é um grande... Não vou chamar de político, um grande assessor, já foi assessor do Antero que também foi um grande Senador nessa Casa, combativo. Existem... A questão da informação, quem classifica a informação do Presidente, a informação dos gastos é a ABIN. E a ABIN classifica em três. Sigiloso, restrito e aberto. O senhor como um grande técnico sabe disso.

O que é uma informação sigilosa? Informação sigilosa de um Presidente é aquela que ele faz durante o dia-a-dia e que se ele estando como Presidente se isso for tornado público, de repente pode de alguma maneira ferir a sua segurança e dos seus familiares.

Já uma informação restrita, é aquela que não é sigilosa, por exemplo, o Presidente Fernando Henrique, ele saiu de Presidente, as informações que aconteciam naquele período deixaram de ser sigilosa porque ele não estava mais no poder, saiu, e agora elas passam a ser restrita, ou seja, têm acesso algumas pessoas, e não podem torná-la pública, digamos assim.

Agora, o que eu não estou conseguindo entender nesse posicionamento é o seguinte. No momento que alguém, André, no momento que alguém pega essa informação e passa para um grande líder da oposição, como é o Senador Alvaro Dias, que é do partido que era o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, para mim essas informações continuam restritas. Por que é que essas informações não teriam passado para a Ideli Salvatti, para o ex-Senador Sibá... Por que é que

não foram passadas para eles? Porque se passasse teriam uso político dessas informações. Não foram passadas. Foram passadas para o Senador, para o gabinete do Senador Alvaro Dias.

Agora, uma outra... Depois de toda a sua exposição aqui, André, me vem algo à cabeça que nessa relação conturbada, entre você e o Aparecido, uma coisa estranha, que vai e que volta, é amigo, não é mais amigo... Eu não costumo ter amizade desse tipo. Comigo amigo que me trai...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu cometi erro mesmo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não sei se é erro, porque essa relação é meio conturbada. Eu não entendo bem. Se você diz que é erro, é. Eu quero dizer o seguinte. Por que é que eu, no meu posicionamento, e eu tenho minha posição bem definida, eu estou ao lado desse Governo nas coisas que dê para defender? Por que é que não poderia você, assessor do grande Senador Alvaro Dias, ligar e falar assim: “José Aparecido, meu grande amigo, nós voltamos a amizade agora, eu soube que tem algumas informações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Você como meu amigo podia passar para mim para que eu não... Para que eu já pudesse ver se existe alguma coisa e eu me precaver aqui?” Isso seria possível ou você não faria isso nunca?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Nunca faria um negócio assim. A gente já tinha combinado de não falar mais sobre política entre a gente. Há muito tempo. Eu não faria, porque eu não pediria para ele fazer um crime, que eu estaria pedindo para ele fazer um crime, e eu também não faria, porque eu não queria ter acesso a isso. Não queria também nem saber.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas André, Sr. André, eu queria dizer o seguinte, é possível com essa amizade que vai e volta, de repente você está ofendido, ele liga para você: “olha aqui José Aparecido, para voltar às amizades dos velhos tempos, tem como você me mandar aquela lista para eu saber o que pode existir contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso?” É possível ou não?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Impossível. Eu não faria isso e a troca dos e-mails é claro que não tinha nada a ver com isso. Impossível. Só se eu fosse supor que ele era um agente do PSDB dentro do Palácio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aí que está, André. Depois de tudo que você falou aqui, e o que eu ouvi no depoimento eu vejo que essa relação não tem nada a ver

com política. Tem a ver no momento que você recebe as informações. Mas essa relação é muito mais de amizade entre vocês. Do jogo.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não tão profunda quanto estão realçando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – André, Sr. André pelo que estou vendo aqui hoje essa tem muito mais uma relação de amizade, de informações que circulam entre vários assessores, isso é comum, vocês tem que ter uma relação entre vocês, que vocês não têm cargo político, vocês não tem mandato, então essa relação existe. Nesse momento você como um grande assessor que poderia estar vendo alguma coisa que não acredito que tenha sido montado dossiê, acredito alguém ver o que existe lá. E você com essa relação que existe com o Sr. José Aparecido, grandes amigos, voltando a uma amizade, chegou: “Olha aqui para voltar nossa amizade demonstre que é meu amigo mande o que tem aí contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mande aí que eu preciso”, aí essa amizade voltou.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Isso nunca aconteceu.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas eu quero dizer o seguinte, André, você está dizendo que nunca aconteceu, mas eu digo que é possível. Da mesma maneira que está culpando só o José Aparecido do outro lado, por que é que não poderia pelos velhos tempos, para voltar a amizade, fazer isso? E eu quero dizer o seguinte, se você fez, para mim está dentro do jogo político e parlamentar.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Mas não é da minha ética pedir para ele isso, não era da minha ética.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – André, convenhamos aonde nós chegamos, encontros, conversas, a mídia acompanhando. Encontros em locais escondidos. Se você não tem nada... Vai ao Piantella.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

É, eu pedi para ser lá.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, fica difícil, André, fica difícil a gente... Talvez, isso seja mais caro também no Piantella, mas eu quero dizer o seguinte: Fica difícil. Por que é que eu não posso raciocinar que nesse jogo de amizade você pediu para ele mandar pela amizade que você tem com ele, para poder ver o que poderia haver contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso? Um raciocínio que não pára de bater na minha cabeça.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não é do meu perfil e não tem nada que indique isso. Nenhuma prova material, nada. E eu não faria isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aí, André, eu tenho que acreditar na sua palavra. Vou acreditar na sua palavra. Vou acreditar, porque você.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu estou depondo sob juramento. Juramentado como testemunha. O outro depoente não vai depor da mesma maneira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu tenho que acreditar em você. Eu tenho que acreditar em você. Agora, depois do depoimento que eu vi, eu acredito em você. Depois desse depoimento, dessa relação conturbada de vai amiza-des, volta amizade, você foi do PT, depois sai do PT, aí dizem aqui que você está com raiva do PT. Então, quero dizer o seguinte, tem todo um jogo político aí. E isso não sai da minha cabeça. Por que é que alguém do palácio vai mandar uma lista para o gabinete de um grande líder da oposição como é o Senador Alvaro Dias. Por quê? Por quê? Por que isso? Por que é que vai mandar alguém lá do.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Porque naquele contexto da época que estava se discutindo falava-se muito em notinhas que vinham dos dias anteriores que eram ameaçadoras.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – André, eu tenho mais um minuto. [soa a campainha] Eu vejo realmente que existe uma amizade entre você, o Sr. José Aparecido, que nessa relação de amizade entre vocês trocaram informações de dados restritos, e para mim no momento que o Sr. José Aparecido manda a informação para o gabinete do Senador Alvaro Dias para mim não está cometendo crime nenhum porque os dados eram restritos, e não sigilosos, porque já não afetava mais a segurança do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, então para mim o que houve foi um grande tráfico de amizade, de jogo de interesses e de amizade que se fizeram.

Agora, botar a República em jogo por causa de jogo de amizade, aí é muito difícil. Ou a República realmente ela não está ainda... Que é muito nova, a democracia no país, tem aí uns vinte e poucos anos, você alguém estaria aprendendo a dirigir, freqüentando a universidade agora... Agora, botar a República em xeque por causa de um tráfico de influência e de amizade que eu acho que acontece a todo momento aqui no Parlamento, aí Sr^a Presidente, realmente nós temos que saber nessa CPI separar o que está acontecendo e o que aconteceu realmente aqui depois de todo o depoimento. Só isso, Sr^a Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Senador Wellington.
[soa a campainha] O próximo inscrito, do PMN, Depu-
tado Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a
Presidente, antes de começar a marcar meu tempo,
eu quero fazer uma Questão de Ordem baseada no
art. 96. Sr^a Presidente, art. 96 é para esclarecimentos,
antes de começar a marcar meu tempo. **Veja** bem, Sr^a
Presidente. O Sr. José Aparecido pediu um *habeas cor-
pus* exatamente para não sair algemado daqui. Se eu
provar que o Dr. André está mentindo, eu sei até que
ele está protegido pelo art. 211 do Código Penal. Aliás,
eu nem sei hoje por que é que os advogados pedem
habeas corpus para CPI. Não precisa. Porque ele está
protegido por esse art. 211. Mas mesmo assim eu que-
ro fazer uma pergunta a V.Ex^a. Se eu provar que esse
cidadão está mentindo, o que é que pode acontecer
com ele? Antes de eu começar a fazer minha fala?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Como V.Ex^a disse, o 211 do Cód-
igo Penal para todos terem conhecimento diz o seguinte:
“Se o Juiz, ao pronunciar a sentença final reconhecer
que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou
negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à au-
toridade policial para a instauração de inquérito”.

E há também aqui uma decisão monocrática do
Ministro César Peluso que diz o seguinte: “Falando so-
bre as CPIs, a manter silêncio durante as perguntas cuja
resposta possa implicar a auto-incriminação; B – não
ser preso em flagrante por exercício dessa prerrogati-
va constitucional sobre o pretexto da prática de crime
de desobediência e nem tampouco de falso testemu-
nho e ser... Não ter o silêncio interpretado como seu
desfavor”. Então, como nós temos aqui uma decisão
monocrática do Ministro César Peluso e da CPC, CPP,
eu acho que já está respondida a sua indagação.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Ele
não pode sair preso.

**DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
(PR-AL)** – Isso não tem força jurisprudencial, Presi-
dente.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Ele não
pode sair preso é isso?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Como é a Presidência da Mesa
que vai decidir, eu decido baseado aqui no Código de
Processo Penal.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Se eu
provar que ele está mentindo, a senhora decreta a
prisão dele?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Não, eu mando para a polícia
fazer o seu, instaurar o seu Inquérito Policial.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Manda
para a Polícia. Então, a Senhora não prende. Então ele
está escapado. Porque eu vou provar que V.Ex^a está
mentindo. Marque meu tempo, por favor.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – A partir de agora a palavra está
com o Deputado Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Dr.
André, o que é que lhe motivou a fazer toda essa con-
fusão?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:
Eu não motivei nada. Não tive nenhuma participação
nessa confusão.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Ne-
nhuma participação.

**SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNAN-
DES:** Não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O Bra-
sil inteiro hoje está prestando atenção e o senhor não
teve nenhuma participação?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:
Não, cumpri meu dever funcional.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – En-
tão, veja bem. Quero comunicar ao senhor que toda
pergunta que eu fizer ao senhor vou fazer ao José
Aparecido. E vou provar que o senhor está mentindo.
Primeira pergunta. O senhor disse na imprensa que
quem tinha mandado fazer o pseudo dossiê foi a Sr^a
Erenice. O senhor prova isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:
Não, provar não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O se-
nhor disse?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:
Não, eu não provo, eu estou sob depoimento.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Eu
quero saber se o senhor disse?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:
Disse que o Sr. José Aparecido falou isso para mim.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O se-
nhor tem provas?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:
Tinham duas testemunhas na mesa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Quais
são as testemunhas?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:
Já falei, Marco Polo e Nélio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – São
as testemunhas?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Sim.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Que ouviram o José Aparecido dizer que foi Erenice.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Sim.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O senhor está dizendo a verdade?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Sim. Agora não sei se eles vão confirmar.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Eu quero saber se o senhor ouviu?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu estou dizendo a verdade. Eu conto a história toda de novo.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Muito bem, então ambos disseram que Jose Aparecido disse que foi Erenice. Essa é a sua versão.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: A Erenice chamou a reunião com aqueles cinco caras.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O senhor está dizendo aí que José Aparecido disse que foi a Erenice. Mantém a sua palavra? Tudo bem. Segunda pergunta. O senhor responda bem. Segunda pergunta. [risos] O senhor tem algum interesse contrariado com o Governo do Presidente Lula?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nenhuma. Sou um servidor público do Senado e estou satisfeito até com o que está acontecendo na política.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O senhor já pediu algum emprego no Governo Lula?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não pedi emprego para ninguém. Havia o Nélío que ele já conhecia e aí eu falei, indiquei o Nélío sim.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – É o Nélío. Mas o senhor nunca pediu emprego?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Minha prima. Eu pedir emprego para mim?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sim.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nunca pedi.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a Presidente... Desculpa. Eu quero olhar no olho dele. Desculpe, é porque... Eu quero olhar no olho do senhor. [risos] É nos olhos. Olhos nos olhos. Muito bem. Então está registrado que o senhor nunca pediu. Não é verdade? Então tudo bem. Eu vou provar mais na frente que o senhor pediu. Terceira pergunta. A sua prima trabalha em que sala lá?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não sei, porque eu nunca fui lá à Casa Civil e nunca visitei lá.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Quer dizer que o senhor pede emprego para o Nélío e para prima não pediu.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu indiquei só.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Indicar não é pedir?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O senhor perguntou.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O senhor indicou, pediu.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O senhor perguntou se eu tinha ido lá, e em que sala.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Eu não perguntei. O senhor já está ficando nervoso e vai ficar mais. Eu quero saber se o senhor indicou ou pediu. Para prima.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Indiquei.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Não pediu. Por que o senhor indicou? Se o senhor é adversário do Governo Lula? Como é que se indica um parente para trabalhar num Governo que se faz oposição? Com que objetivo o senhor indicou sua prima?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Em 2003 nós ainda não estávamos brigados.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Em 2003 o senhor era da base do Governo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Mas isso aí ele pediu indicação de pessoas aqui de Brasília porque ele estava voltando e eu indiquei. Ele aceitou.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Quem pediu indicação?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ele.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Ele quem?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Aparecido.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Pediu indicação para o senhor. Aí o senhor indicou. Mas em 2003 o senhor era da base do Governo ou era contra o Governo.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu já trabalhava com o Senador Antero.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então o senhor traiu o Senador Antero. Porque o Senador Antero era da oposição ou era da base?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não consigo ver.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O senhor traiu. Porque na vida aprenda uma coisa, o homem tem que ter lado. Mesmo sendo o lado errado, tem que ter lado. O senhor está provando aí que é homem de desvio de caráter. Primeiro que está traindo um amigo de 17 anos o senhor traiu um amigo de 17 anos ao divulgar uma coisa que provavelmente o senhor deve ter persuadido a mandar. Então, tudo que o senhor falar aí eu estou escutando aqui um traidor falar. E para mim, traidor efetivamente não tem valor algum. Mas eu vou para outra pergunta. A sua prima, eu insisto, se o senhor botou a sua prima lá, e mudou de lado, ela estava lá com alguma função. Era a função de fuxicar?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Tem que perguntar ao Aparecido, porque ele sabia quem era, trabalhava com ela, e podia demitir no momento que ele queria. Esse era um cargo de confiança dele. Não era um cargo de confiança meu.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Tudo bem. Tá bom. O senhor mentiu de novo. Vai ter que chamar sua prima aqui porque o senhor mentiu de novo. Vou provar mais na frente. Outra pergunta. Após esse escândalo todo aí que o senhor foi para a mídia... O senhor é um bom ator. O senhor se escondeu. Veio brilhar hoje aqui. Não sei como é que o Deputado ali achou sua foto porque eu estava curioso para lhe conhecer. Após esse escândalo o senhor se encontrou alguma vez com o Aparecido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Nunca mais. Depois que estourou, nunca mais.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O senhor tem certeza?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Depois que estourou na imprensa, a Globo mostrou que era ele, etc., nunca mais.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O senhor tem certeza disso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Depois da matéria da Globo, absoluta certeza.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então vamos fazer uma coisa. Qual foi a última vez que o senhor se encontrou com o Aparecido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Encontro mesmo para discutir foi aquele. Depois teve dois encontros sociais.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então teve. Teve ou não teve?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

[pronunciamento fora do microfone] Eu tinha falado no início do depoimento.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Olha,

o senhor não fique com medo, não. Quero saber o seguinte, depois do escândalo que os senhores fizeram, os senhores protagonizaram, os senhores se encontraram, comunicaram por telefone, foram cuidar de mamãe, alguma coisa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Depois que saiu a matéria da Globo, nada.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Nada.

O senhor está mentindo de novo. O senhor já mentiu três vezes. Está mentindo de novo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela

ordem, Sr. Presidente.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Espera

aí, doutor. Pode ser assim? O senhor agora é Advogado dele Senador Alvaro? Por favor, não me atrapa-lhe. O senhor está com medo, Senador? Eu não vou chegar no senhor. Eu gosto do senhor, por favor. Eu vou lhe preservar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr^a

Presidente, interfira que está chulo. Interfira porque não é esse o caminho. Os termos são chulos. O Deputado deve se portar como Juiz. E está se portando como se tivesse um botequim.

(troca de presidência.)

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Art. 217. Pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Pre-

sidente, não se admite esse tipo de agressão.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-

AC) – Constrangimento de réu e de testemunhas. Eu queria fazer a seguinte pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO RO-

BERTO (PV-MG) – Então fale aí, só um minutinho Silvio.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Pela ordem art. 217. Desde o início desse depoimento o Sr. André olha constantemente aqui e tenta procurar o Senador Alvaro Dias e vice-versa. Ele disse também desde o início que se sentia constrangido constantemente pelo **e-mail** que recebeu do José Aparecido. O Senador Alvaro Dias já usou a palavra duas vezes e tentou usar a terceira para defender o André ou para se defender. A pergunta é: O André como subalterno do Senador está constrangido aqui de ter de falar alguma coisa, dizer, com medo de mentir ou de entregar o Senador? Porque se for o caso a gente pede para o Senador se retirar. Se for melhor para o seu depoimento. Está constrangido? Está se sentindo constrangido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não, não tenho medo não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Deputada, por favor Silvio Costa, continue. Só um minuto.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Eu quero... **Veja** bem, Sr. Presidente, eu só quero saber quanto tempo me tomaram. Porque existe uma grande diferença entre você ser incisivo e você ser descortês. Eu estou sendo incisivo. E recebi algumas descortesias. Tomaram meu tempo. Eu posso começar de novo, Sr^a Presidente? [soa a campainha]

(troca de presidência.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – Não, não pode começar de novo. O senhor tem 3m40, e o Deputado...

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a Presidente, por favor. Sr^a Presidente, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – O Deputado Maurício já deu mais dois minutos.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então mande marcar ali os cinco minutos para começar porque, e a senhora não viu, tomaram meu tempo todo. E mais do que isso, tomaram propositalmente a minha linha de raciocínio. Esse é o problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS) – O Deputado Marcelo está dizendo que deu mais dois minutos.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr. André, eu estava numa linha de raciocínio aqui que infelizmente o Senador quando viu que o senhor ia entrar em contradição de forma competente inclusive como Advogado lhe defendeu. Defendeu-lhe e quebrou um pouco a sua linha de raciocínio. Aqui não se trata de oposição e Governo, Senador Alvaro Dias. Trata-se de dar esclarecimento à opinião pública. Então eu quero saber do senhor o seguinte. Na conversa que o senhor teve com o José Aparecido, o José Aparecido ao enviar para o senhor esse **e-mail**, ele disse ao senhor que queria proteger ou acusar o Governo Lula? Houve esse tipo de conversa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ele disse para mim que queria... Ele não disse, ficou implícita a chantagem. Ele disse sim. “Mande o **e-mail**. Mas aí quem importa, importa que o dossiê, o dossiê quem fez foi a Erenice. Isso não é relevante. Se tem que ir atrás tem que atrás de...” Isso que ele falou, isso que ele falou.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Quer dizer que o senhor está dizendo ele manda os dados.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Deixa eu concluir, por favor. O senhor está dizendo que ele disse que mandou dados de Fernando Henrique para

chantagear Lula. Se ele quisesse chantagear Lula, tinha mandado dados de Lula. Essa não é a lógica? O senhor está calado? Me responda.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não entendi.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – A pergunta é: O senhor disse que o José Aparecido queria lhe chantagear. Se ele quisesse chantagear o Governo Lula, ele teria encaminhado dados do Governo Lula, não?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: A questão aí era a não instalação da CPI.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então o senhor está mentindo de novo. Porque o senhor disse que essa comunicação foi quando começou o processo de instalação da CPI. O senhor não disse aí?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Exatamente. A CPI só se instalou em março. Isso é no período anterior. Como se dissesse nós temos chumbo aí, nós temos bala para atirar.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Me diga uma coisa. O senhor tem um grande poder de persuasão. O senhor persuadiu, o senhor obrigou por conta das relações que tinha com o José Aparecido, que não me interessa quais, [soa a campainha] o senhor obrigou o José Aparecido mandar esse **e-mail** para o senhor?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Não. O senhor quando pegou esse **e-mail** o senhor estava de férias. Como é que o senhor tomou conhecimento se o senhor estava de férias que o **e-mail** estava no computador.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Como assim? Acho que eu já esclareci.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Não esclareceu não. O senhor estava de férias.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Passei no Senado duas vezes para pegar documentos.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Deixe-me concluir. O senhor estava de férias. Aí chegou **e-mail** aqui. E coincidentemente naquele dia o senhor passou aqui e deu de cara com o **e-mail**. Como foi isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, coincidentemente não. Eu vim buscar documentos de meu interesse. Passei aqui e estava lá o **e-mail** dele. Está claro. Se pegar a seqüência dos **e-mails**, não tem problema. Pegando a seqüência fica claro.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então está provado que o senhor deve ter pedido esse **e-mail**. Sabe por quê?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Deve ter o quê?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O senhor pediu para que o José Aparecido mandasse. Sabe por quê? É muita coincidência alguém estar de férias e vir aqui naquele dia que tinha aquele e-mail.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu não pedi e-mail nenhum.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Se eu mando e-mail. V.Ex^a pediu. V.Ex^a estava de férias. E veio aqui no dia que ele mandou o e-mail. Eu quero saber se V.Ex^a... Se for isso ou não. Pediu ou não?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não foi isso. Assumo tudo que não foi isso. Pode botar polígrafo, pode botar acareação, pode fazer o que quiser. Nunca pedi aquele e-mail.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a

Presidente, vou concluir. Pode pedir para os advogados começar a preparar baseado no art. 211 um TCO que quando do depoimento do José Aparecido será provado que ele mentiu. [soa a campainha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Com a palavra o Deputado Antônio Roberto, do PV.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

André.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Sim, Sr. Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

Primeiramente gostaria de assinalar e voltar à questão da amizade sua com o José Aparecido. Uma amizade entre amor e ódio ou misturado com amor e ódio entre momentos intermitentes. Mas você não acha que você nas férias, vindo ao Senado, escolhe dez amigos para mandar um e-mail, ele está no meio desses amigos e você diz mandei para dez amigos. Aí você recebe dele e vamos almoçar?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não estou mais no Senado, tinha saído, era o dia seguinte.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

Aí você manda um e-mail “te ligo na quinta”. Aí ele te manda um texto. Você não acha que caracteriza uma proximidade? Não faz isso com qualquer pessoa.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Acho que é uma proximidade normal do tipo de amizade que nós tínhamos de trocar e-mails que não eram relevantes.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

Mas é uma amizade, apesar de não ser relevante.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu considero, no fundo, Deputado, no fundo da história eu me considero... Eu sim, o traído da história.

Porque me meteu... Me jogou dentro da história que eu não queria entrar.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

Mas no momento não estou falando da traição. Estou falando da proximidade.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu fui levado politicamente para dentro de um furacão que não era meu. Eu não pedi.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

No último aniversário do José Aparecido você esteve presente?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Passsei socialmente.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

Passou socialmente onde, André?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não lembro quando é que foi, foi num bar.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

Mas você passou para cumprimentá-lo, para estar com ele numa festa de aniversário, e no último aniversário. Quer dizer, isso então determina mais uma proximidade.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Do qual a relação entre eu receber e-mail e isso?

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

Você perguntou pela mãe dele. “Como vai sua mãe?”

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Sempre perguntei pela mãe dele.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

Sim. Mas negar essa proximidade, nesse momento já não há como negar mais.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Mas não estou negando. Teve a proximidade e eu acho que fui traído.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) –

Mas está diminuindo um pouco a sua relação com ele. Está dando um distanciamento. Quer dizer, fica claro que se eu no último aniversário de uma pessoa eu passei no bar [soa a campainha] para cumprimentá-lo, se eu pergunto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – É,

depois do e-mail. Depois do e-mail. Olha o meu tempo aqui. Eu quero respostas objetivas que eu quero ir até o final. Você passou para o Senador Alvaro Dias 12 dias depois. Ao mesmo tempo você ficou estarecido quando recebeu o e-mail. Você ficou estarecido com o texto. Não seria natural que imediatamente você procurasse o seu...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não. Tinha que refletir mesmo sobre aquilo. Eu não tive tempo nem de ficar no Senado naquela hora e nem o tempo para passar para o Senador o documento. A lei não prevê isso.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Quando que o Nélcio Lacerda foi indicado por você para o Governo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: A questão do Nélcio é a seguinte, o Nélcio já era amigo do Aparecido.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Não, a pergunta é outra. A pergunta agora é quando, me interessa agora quando.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Dezembro de 2002. O Aparecido perguntou pelo Nélcio e aí eu falei, dei as coordenadas do Nélcio.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Você conversou com o José Aparecido anteriormente sobre essas questões da CPMI? [soa a campainha] Da CPMI, da questão dos cartões, da oposição. Anteriormente a você receber. Vocês trocaram algumas idéias sobre isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nunca. Tinha até a questão de não discutir questão política.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Em algum momento você de brincadeira ou não vocês discutiram as divergências políticas de vocês? Era comum quando vocês se encontravam, um na oposição outro na posição, outro na oposição, no Governo.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não consigo lembrar. Não consigo mensurar.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Algumas farpas entre vocês sobre a questão da sua posição e a posição dele?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É possível, é possível, mas não consigo lembrar.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Você é tido normalmente no seu meio como uma pessoa impulsiva e agressiva apesar do coração de manteiga?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É para eu te responder? Eu não gosto de fazer juízo sobre mim.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Os amigos costumam achar que você é um pouco agressivo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não posso falar sobre isso.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Me chamou muita atenção a sua tentativa de desqualificar o início do seu depoimento de desqualificar o primeiro **e-mail**. Me chamou muita atenção. Você já chegou dizendo: “olha, eu passei um **e-mail** para ele... Mas é um **e-mail** no qual é *power point*, etc., não tem nada... O teor desse **e-mail** você disse que são charges sobre a corrupção. Dessas dez charges que você mandou

para 10 amigos, a maioria delas era de corrupção do Governo Lula?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: De política em geral.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Você lembra?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não lembro. Não tenho mais esse arquivo. São três meses, uma charge...

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Eu acho importante porque nesse momento havia um convite para conversa sobre a corrupção. Se eu mando dez **e-mails** para uma determinada pessoa sobre um determinado assunto eu estou chamando para essa conversa. Eu estou tentando estabelecer uma relação com essa pessoa a partir daquele conteúdo. Se eu mando dez **e-mails** pornográficos para uma pessoa eu estou... Tenho um significado reclamo se eu mando outro sobre corrupção tem outro significado. Quais os outros amigos para quem você mandou **e-mail** das charges sobre corrupção?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não lembro. Teria que abrir a lista. Tem lista lá de quando... Quando a gente cria uma lista a gente não vê mais os nomes que botou lá dentro, já tem anos que foi criado.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Para mim André está muito claro que quem começou a conversa com o José Aparecido sobre esse assunto foi você através de um **e-mail** inocente de dez charges sobre corrupção. Tipo: “Olha aqui a corrupção” e aí em resposta, de repente, não sei se... Se foi de maneira... Se você estava chamando para uma briga ou para uma intimidade, mas em resposta ele manda de volta para você o que está havendo com relação à oposição. Aí que se travou tudo.

Então na verdade eu acredito que nós temos que levar em conta e muito essa questão do primeiro **e-mail** que passou completamente despercebido, mas que eram dez **e-mails** sobre corrupção. É só. [soa a campainha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Antônio Roberto. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres dos Democratas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr^{as} Parlamentares. Eu... V.S.^a diz que trabalhou no Tribunal de Contas da União.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Sim.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– É comum no Tribunal de Contas da União um reexame de contas já arquivadas há 10 anos?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Quando V.S.^a recebeu esse *paper* aonde vem à observação que foi lida aqui de transmitir ao Tribunal de Contas sem prejuízo da fiscalização desses informes relativos à administração financeira e patrimonial dos órgãos do Ministério, V.S.^a considerou que isso era uma ameaça? Porque dados arquivados não podem ser revistos.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Todo esse texto tem essa linha. Mas está tecnicamente escrito.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Muito bem. Compreendo. Agora, eu queria centrar justamente na conversa que V.S.^a teve com o Sr. José Aparecido na presença de duas outras pessoas nesse almoço no restaurante do clube naval. Qual a motivação do encontro? Ele ligou para o senhor pedindo esse encontro ou o senhor ligou para ele pedindo esse encontro?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu tentei falar com ele, vi que estourou o escândalo e queria saber o que estava acontecendo, maiores esclarecimentos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Isso foi após a reportagem da revista *Veja*.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Aí chegando lá ele estava descontrolado, foi ali nesse momento que ele me contou “que isso não é importante, o importante é a escala, quem fez o banco de dados, me pediram dois servidores...”

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– V.S.^a pode descrever em que se manifestava, em que se consubstanciava esse descontrole? Por que, ele gritava?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Demonstrava uma agitação fora do normal.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Estava nervoso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É, um nervosismo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Mas ele lhe disse por que é que mandou o *e-mail*?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não disse.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Mas V.S.^a o inquiriu.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Claro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Ele respondeu por quê?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Uma hora ele falava não mandei. Outra hora mandei porque era para você saber, para se intimidar, fazer política...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Ele admitiu que foi para intimidar?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

De certa forma ele é uma pessoa inteligente. Ele nunca faria as coisas assim nos termos como estão no *e-mail*. Não falou do *e-mail* nos termos claros. A coisa fica sempre subentendida.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Mas ele disse que... Ele disse que era um dossiê?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Planilha de dados seletiva. Dados exóticos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Ou seja, pode ser traduzido como dossiê.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Se olhar as características, não tem como não dizer.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Exatamente. Até porque se fosse uma planilha, primeiro, os documentos eram sigilosos e tinham que ser desclassificados até por decurso. E poderiam ter se tornado público. Não vamos entrar nessa discussão. Mas se fosse uma planilha e não fosse seletiva, seria comum que todos os dados de todos os processos teriam que ser catalogados.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Exatamente, esse é problema.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Então, ele admite que fez algo seletivo. Perfeito?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Feito por uma equipe, uma equipe coordenada pela Marisol.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– E a mando de quem ele disse? Quem foi que mandou fazer?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Ele me disse que a Erenice que tinha dado essa ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– E ele disse por que razão a Erenice tinha mandado dar essa ordem?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não disse.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Ele disse que Erenice mandou fazer dados seletivos do Governo.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não disse, mas eu também acho que fica naquela questão das entrelinhas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Ou seja, mas eu queria que V.S.^a acho que percebeu que muita gente está se referindo a uma conversa que vai haver daqui a pouco com o Sr. José Aparecido e muitos já estão dizendo o que é que José Aparecido irá dizer. Me parece que ele virá com alguma munição contra V.S.^a, não é isso? Aqui alguns parlamentares têm comentado, saiu hoje na imprensa e V.S.^a já desmentiu que haveria uma fita dessa conversa que aconteceu. V.S.^a não tem conhecimento dessa fita.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não tenho conhecimento dessa fita.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Mas V.S.^a realmente deseja como comentaram aqui alguns parlamentares que parte do seu depoimento seja fechado para que V.S.^a deponha com mais liberdade acerca do que aconteceu?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Tem cinco fatos que eu preferiria narrar em Sessão sigilosa. É verdade. Não seria uma Sessão com mais de cinco minutos. Não demoraria mais de cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– V.S.^a então logo em seguida vai contar alguma coisa que não deseja contar.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Desejo para proteger a honra das pessoas, proteger a imagem e são afirmações que ele me fez e que eu acho que são gravíssimas, que os parlamentares devem saber mas acho que não devo fazer em público.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– É referente à confecção desse dossiê?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Vai além de.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

– Então gostaria que uma vez que o depoente está solicitando, que V.Ex.^a, Sr^a Presidente, uma vez que ele quer falar e nós queremos ouvir, que V.Ex.^a faça essa Sessão fechada para que ele possa evidentemente dizer o que ele tem conhecimento. Eu encerro, inclusive meus questionamentos para aguardar esse depoimento em Sessão fechada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pela ordem, artigo...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Pela ordem. Não é Questão de Ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Mas pela ordem...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Só a título de sugestão. Não há nenhuma objeção pelo menos por parte do PR que haja essa Sessão Secreta. Apenas sugeriria que fizéssemos isso, Senador, após as oitivas. Até para não quebrar o ritmo

do depoimento. Após a oitiva o Sr. André faria essas revelações na Sessão Secretas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu concordo com o Deputado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Eu acho que a intervenção do Senador Demóstenes é absolutamente procedente. Ele construiu um raciocínio cartesiano. Agora está claro para quem participando dessa Sessão que há uma tentativa clara de desqualificar o Dr. André. Claríssima. Inclusive com relação ao que ele já tenha dito ou que venha a dizer. E agora quero fazer uma pergunta muito clara que acho que ajuda na consistência das declarações do André... Tem feito e vai continuar fazendo. É com relação a testemunhas nesse encontro do clube naval. O senhor, Dr. André, conhece umas pessoas chamadas Eduardo ou Marco Polo? Essas pessoas estariam presentes no almoço do clube naval?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Agripino, o senhor está falando como líder? V.Ex.^a?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Como líder.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Como líder, pelo nosso regimento pode falar por 5 minutos, mas sem questionar o depoente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Presidente, porque acho que é muito importante a colocação feita pelo Senador Demóstenes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Senador Agripino, não é regimental. Nós fizemos um acordo aqui prévio durante a Sessão Secreta que nós vamos seguir o regimento, fiz um acordo com todos e quero seguir o acordo feito e aceito por todos que estão aqui e até agora nós estamos seguindo o acordo feito.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Senadora, como ainda estou com o meu tempo, ele já disse isso, só para confirmar que as duas pessoas.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Marco Polo e Nélcio.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Exatamente, pronto.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pela ordem.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Só a título de sugestão, se os Deputados e Senadores estiverem de acordo. Na realidade, as perguntas que

estão sendo feitas são com base nas informações que nós temos. Se nós tivermos novas informações, podemos mudar as perguntas que faremos. Portanto, quanto mais esperarmos para ouvir na Sessão Secreta o Dr. André, maior vai ser o tempo, quer dizer, quem perguntou provavelmente vai ter direito a perguntar novamente. Porque tem novas informações para questionar. Então queria fazer a ponderação e solicitar à Presidente se o Plenário estiver de acordo que nós fizéssemos já imediatamente a Sessão Secreta, quem fez pergunta e quiser fazer se inscreve e fica atrás daqueles que tem o direito de perguntar e ainda não perguntaram.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Índio, eu acredito que seria mais coerente se nós terminássemos os inscritos e aí então fechássemos a Sessão.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Tudo bem, Presidente. A senhora decide. Mas os inscritos que farão pergunta agora, eu não estou inscrito para perguntar, não estou nem defendendo uma causa própria, terão direito naturalmente a perguntar novamente. Se eles terão mais informações. Então se o Plenário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Se a Sessão é Secreta, não tem... Não precisa... Só um minutinho... Não teria toda essa... Esse regimentalismo que nós estamos tendo agora. Porque nós podemos fazer é uma conversa informal.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Na Sessão sim, mas e depois da Sessão não teríamos mais perguntas para o André?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – As perguntas seriam na Sessão.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Mas depois da Sessão Secreta o André continua para a gente poder continuar a conversa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Não, aí encerrariamos antes.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sr^a Presidente, gostaria de perguntar para o André... Posso só concluir gente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Sim.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu gostaria de perguntar para o André, mas eu gostaria de perguntar naturalmente, resguardando as informações secretas para que não seja utilizada numa reunião aberta, mas depois da reunião secreta. Porque são informações que, como sub-relator de fiscalização de gastos, até agora não tem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Relator.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem também, Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – A Sessão foi convocada para ouvirmos o André e o Aparecido numa Sessão aberta. E aqui ele tem que responder as perguntas que serão feitas pelos Senadores e Deputados. Nada se justifica que uma pessoa que está como testemunha faça uma reivindicação que só fala numa Sessão Secreta. Essa Sessão é aberta. Fale abertamente para todos. Nada se justifica que nós temos aqui de nos submeter a uma lógica do depoente. Não. Não podemos aceitar. Fale numa Sessão aberta. Pública para o Brasil e para todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Um minutinho só.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Qual é a preocupação da oposição? [soa a campanha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – [soa a campanha] Senador Arthur Virgílio, depois Senadora Ideli.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr^a Presidente, eu sou tentado a...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Nilson. Deputada Perpétua. (soa a campanha.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Tem orador com a palavra. [Soa a campanha].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr^a Presidente, eu sou tentado a concordar com o Relator. Até parece que quem se escudou em manobras jurídicas para ter o direito de não falar foi o Dr. André e eu não vi isso. Ele veio aqui, depôs sobre juramento. O outro que me parece tentar ou ter o que esconder. Então, eu sou favorável a que ele diga abertamente. Tudo. E mais. E que as mesmas pessoas que estão reivindicando essa transparência por parte do Sr. André, tenham depois a devida coerência em relação ao Sr. Aparecido. Que o estigmatizem aqui se porventura ficar não respondo, naquela postura de Camorra Napolitana não respondo, não respondo, e isso não, isso não. Ou seja, não daria para tratarmos de maneira desigual. É uma questão aí sim de caráter de manteiga ou não. Aí é questão de caráter.

Eu entendo que ele deve falar o que ele souber agora e vai ficar bem claro que faleceria caráter ao outro caráter se porventura viesse para cá se esconder em manobras jurídicas. E mais, pior ainda se houver aquele apoio automático de soldados do tipo assim, agora é justo, é ético, é correto o Sr. Aparecido se escudar em manobra jurídica para não falar. Vai ficar muito ruim para o Sr. José Aparecido Nunes Pires. Vai ficar

muito ruim. Vai desaparecer qualquer eiva de respeito a ele se porventura se portar diferente.

Então minha sugestão, Sr. André, é que V.S.^a fale tudo agora abertamente. E vamos esperar que o outro venha e abra mão dessa mão absolutamente torpe, a meu ver, alguém que tem o que falar e que prefere arruinar seu conceito para não ser preso, prefere arruinar seu conceito porque não quer, quem sabe, se referir a superiores, ou seja, teremos em seguida o Sr. Aparecido. Minha sugestão, Sr. André, fala mesmo tudo agora. E eu quero ver como se portará a maioria aqui simplesmente achando que é justo exigir dele que fale tudo e justo apoiar o outro quando o outro não fala nada. É uma questão de coerência, e eu me prendo à coerência como uma norma da minha vida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada. Senadora Ideli. A Senadora Ideli já pediu, Deputado Nilson. Gostaria que V.Ex^a respeitasse isso. [soa a campainha] Senadora Ideli com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr^a Presidente, acho que já estamos quase consensuando de que será aberta. Eu queria apenas usar como argumento ainda a seguinte questão. Questão de Ordem. Tem um processo que está correndo em segredo de justiça. Aonde o Sr. André prestou depoimento. Portanto, por estar em segredo de justiça, ele podia no depoimento colocar tudo. Tudo. Nós aqui fizemos uma Sessão Secreta antes da abertura dos trabalhos para ouvir os depoimentos.

Até prova em contrário, eu não ouvi nada até o momento que não estivesse lá no depoimento. Então, o Sr. André vai aqui... Está aqui pedindo uma Sessão Secreta para dar declarações que ele omitiu à Polícia Federal? Ela quer fazer secreta para omitir o que ele não disse à Polícia Federal? Só por isso que nós não podemos sob hipótese alguma permitir que seja secreta. Porque alguém vai prestar um depoimento na polícia em segredo de justiça e omite, já cometeu crime. Então que aqui exponha tudo. Em Sessão aberta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Nilson.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Nilson.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Presidente, obrigado pela sua atenção. Eu achei curioso que a essa altura do depoimento a Oposição que sempre disse que as coisas têm que ser públicas, têm que ser claras e transparentes e abertas, vêm solicitar e atender ao pedido do depoente para informações secretas. E o Senador argumenta de que deveríamos mesmo ouvi-lo agora tudo que ele tem a dizer, concordando

com o Relator, desde que o outro depoente também dissesse as mesmas coisas.

Existe uma diferença, Senador. O outro depoente tem garantias legais para falar ou não. Para falar ou não, dizer o que pensa e aquilo que ele tem garantias. Ele não tem. Problema legal. Ele não tem. Mas, creio que devemos mesmo ouvir tudo que o Sr. André tem a dizer publicamente. Não existe problema de honra de ninguém. Se existir alguém preocupado, deve ser a Base do Governo. Está preocupado com as bombas que o senhor vai ter que colocar. Nós que estamos preocupados. Nós não estamos preocupados. Pode dizer tudo que o senhor tem a dizer publicamente na presença de todos os meios de comunicação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Tem vários pedidos de pela ordem. Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só para colaborar. Como a Presidente é quem decide essa questão, eu quero oferecer também a minha contribuição. Eu creio que é um direito do depoente requerer se entender conveniente, Sessão Secreta para prestar determinados esclarecimentos. Isso não significa que tenha se omitido no depoimento da Polícia Federal. Porque na Polícia Federal respondeu as questões propostas pelo Delegado. Respondeu as perguntas formuladas pelo Delegado. Não iria além das respostas as perguntas formuladas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas Senador Alvaro, final de depoimento sempre se [soa a campainha] pergunta se tem algo a mais declarar, e não declarou.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu não estava lá. Não sei se o Delegado fez essa pergunta. Na verdade, Sr^a Presidente, no que diz respeito à decisão dessa solicitação de Sessão Secreta ao final. Sem prejuízo de todos os inscritos, não vejo mal algum em que se ofereça ao depoente a oportunidade, se desejar, para falar reservadamente aos senhores Parlamentares. Acho que é uma postura de responsabilidade, de maturidade que ele adota ao propor isso. Revela o seu caráter ilibado. Porque, certamente, ao propor uma Sessão Secreta, deseja evidentemente preservar pessoas de uma eventual execração, numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Creio que isso é legítimo da postura ética do depoente, ele tem esse direito. Claro que se ele resolver diante do apelo de outros Senadores de que fale abertamente é uma prerrogativa dele. Só ele pode decidir. Mas a V.Ex^a cabe decidir essa questão. E, a meu ver, V.Ex^a tem autoridade e está também autorizada pelo... A autoridade política está autorizada regimentalmente a decidir favoravelmente ou negativamente a esse pleito do depoente.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputado Índio. E depois Deputado Silvio, e depois Senador Demóstenes.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, não obstante, os argumentos da Base Aliada, e eu se estivesse no lugar do André, recebendo essa pressão toda, depois de ter sido depoente na Polícia Federal, e saiu de lá como uma pessoa que está contribuindo com a investigação. Ele não saiu de lá como réu confesso muito menos indiciado, que é o caso do José Aparecido. Eu quero argumentar que no art. 27 “as Sessões serão públicas, podendo ser secretas se assim deliberar o plenário mediante proposta da Presidência ou de líder prefixando-lhes a data”. Como líder do Democratas, vice-líder, nesse momento aqui representando o líder, na Câmara de Deputados eu gostaria de solicitar então que nós colocássemos em votação a Sessão Secreta para hoje logo após o depoimento aberto do André.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem Deputado Silvio e depois Senador Demóstenes.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a Presidente, a Oposição sempre pautou essa CPMI dizendo que a Base do Governo não queria investigar. Nós temos a obrigação ética, moral, de neste momento mostrar ao país que nós queremos investigar. Não pode uma testemunha chegar aí e dizer com cinco minutos eu digo um bocado de coisa sigilosa, e nós aqui compactuarmos. Então, sinceramente me estranha o comportamento de alguns companheiros da oposição em querer uma Sessão Secreta. Nós não queremos nada secreto. Dr. André, abra tudo, abra seu coração, abra sua alma, abra diante das televisões, abra para o Brasil e comece a abrir agora. Sr^a Presidente, por favor, decida pela democracia, decida pela opinião pública, decida pela cidadania dessa CPI.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – [soa a campainha] Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr^a Presidente, Srs. Parlamentares, senhoras parlamentares. A regra de qualquer audiência, tanto na justiça quanto na CPI é que ela seja pública. E inclusive se houver indiciado, o indiciado tem direito a ouvir o depoimento porque ele não está na condição de testemunha. Entretanto, a lei assegura, a lei assegura o direito a que as pessoas possam requerer ao magis-

trado ou até em algumas questões, por exemplo, questões de família, questões de direito de família, todos os procedimentos são sigilosos, são secretos.

Então, vem o depoente numa Sessão aberta e diz: “Eu tenho o que dizer, mas não quero falar abertamente porque isso pode ofender a honra e a dignidade de algumas pessoas. Eu quero preservar esse sigilo e esses direitos constitucionais”. Lembrando, quantas vezes nós já não fizemos Sessão Secreta? Hoje mesmo V.Ex^a iniciou aqui com a Sessão Secreta. Eu me lembro participando de Comissões, nós fomos ouvir um doleiro, o Sr. Toninho da Barcelona, estava preso, saiu de lá para prestar um depoimento sigiloso, com informações preciosas. E mais, se é sigiloso, é para não ser divulgado. Cada qual que está aqui que receber a informação sigilosa, tem a obrigação de resguardar esse sigilo.

Então não é nada criminoso, não é truque da Oposição, não é nada em relação ao Governo, ele tem um pedido: “eu quero falar e só falo em sigilo”. Por que é que nós vamos desconhecer essa informação? A regra é falar publicamente. Se ele desejar falar publicamente, isso é preferível. Agora, se ele só fala secretamente, por que é que nós não vamos ouvi-lo? Qual é a dificuldade de nós podermos ouvi-lo e questioná-lo e dar a devida credibilidade? Ao final o que ele pode dizer pode ser algo que não nos interessa em nada. Agora, não ouvi-lo... Isso é... Inclusive contraria a todos os procedimentos da boa investigação. Se alguém quer falar, por que é que nós não queremos ouvir? Melhor ainda publicamente. Mas ele está dizendo que quer fazer sigilosamente. Por que é que nós não vamos fazer? O que é que isso tem a ver com o jogo oposição-Governo? E mais, se ele vai prestar uma informação, e essa informação a nosso ver ela for desmoralizada, relativiza. Agora, não ouvi-lo, porque não ouvir, se ele quer falar por que é que não vamos ouvi-lo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Sampaio e depois a Deputada Perpétua.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sr^a Presidente, na esteira do que fora dito pelo Senador Demóstenes, tenho para mim que a publicidade dos autos deve prevalecer como regra. Agora, a excepcionalidade dita para ele, eu queria lembrar os nobres companheiros que ele solicitou cinco ou dez minutos para uma conversa reservada. E o Senador Demóstenes disse que essas informações por ele prestadas poderiam até ser relativizadas por nós e eu vou mais além, podem ser entendidas por nós como não sigilosas e inclusive divulgadas. Se entendermos não sigilosas. Essa prerrogativa é dessa CPI.

Eu não vejo o porquê a base de Governo não gostaria de ter uma informação que o próprio depoente reputa imprescindível para os trabalhos dessa CPI em cinco minutos de uma Sessão reservada, em seguida retornamos, não é uma Sessão reservada onde só a oposição vai ter essa informação, todos terão, então não vejo porque não atender esse pleito dentro dessa excepcionalidade e ele haverá de justificar a excepcionalidade no momento da Sessão Secreta. Essa é a ponderação que faço a V.Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado Deputado. Deputada Perpétua.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Muito obrigada, Sr^a Presidente. Qualquer testemunha quando vai à Justiça ou vem a uma CPMI presta o juramento de dizer a verdade e tão-somente a verdade. O Sr. André prestou o juramento aqui e prestou o juramento lá na Polícia Federal de dizer a verdade e tão-somente a verdade. E nós entendemos que como ele está aqui como testemunha, a testemunha tem a obrigação de dizer tudo que sabe sobre um crime ou tudo que viu ou ouviu falar que considera ser a verdade.

Então, se o Sr. André, que como testemunha foi à Polícia Federal e sabia que tinha a obrigação de dizer tudo que sabia, deveria ter dito. Se não disse lá, está tendo uma segunda chance de dizer aqui agora na CPI. E queria dizer ao Sr. André ou a própria oposição, não se preocupem com que vai ser dito aqui. Diga tudo que considerar ser verdadeiro. Porque ao Governo nós não estamos mais preocupados. Porque quem está na encruzilhada dessa situação aqui é o Governo mesmo que está sendo acusado. Inclusive pelo senhor, de que o Governo estava fazendo chantagem na oposição, é o próprio Governo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria que se ativesse à questão que nós estamos tendo aqui.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Então, Sr^a Presidente, ele mesmo disse e acusou o Governo de estar chantageando a oposição. Ele disse que se sentiu constrangido com o e-mail que ele leu. Então que ele não se preocupa. O Governo já sabe que ele está sendo acusado de chantagear. Não se preocupe de dizer toda a verdade. Cumpra o juramento que foi dito, diga tão-somente a verdade e diga publicamente, porque é muito melhor.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Para contraditar aqui a Deputada Perpétua. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nós temos mais dois pela ordem. Então V.Ex^a teria que esperar um pouquinho.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Estou aguardando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Maurício não está. Deputado Paulo. Depois o Carlos Willian e depois o Deputado...

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Sr^a Presidente, eu queria repassar os argumentos, mas ir adiante. Ele fez um depoimento sob sigilo na Polícia Federal. Esse depoimento dele foi lido nesta manhã por nós. Assim como também o José Aparecido fez um depoimento na Polícia Federal e esse depoimento foi lido por nós nessa manhã. Os dois sob sigilo numa Sessão sigilosa. O fato, Presidente, é que eu estou me sentindo como cobaia de um professor de aulas de CPI. Porque ele agora enveredou pela lógica de pedir uma Sessão Secreta assim como ele ficou três meses falando em dossiê quando era uma coisa de menor impacto. O que eu quero falar, Presidente, é o seguinte. Se o Sr. José Aparecido tiver algo a dizer hoje, diga aqui. Se o Sr. André tiver algo a dizer diga para o Brasil. Com toda transparência possível. Se ele sentir que na sua fala ele possa ter termos que ofendam a honra em toda hipótese ele vai ter que evitá-los. Mesmo secretamente ele vai ter que evitar ferir a honra de alguém. [soa a campainha] Portanto a minha sugestão é que o Sr. André não nos faça de cobaia, fale o que tem a dizer hoje porque o senhor pode esclarecer todo o país com suas informações. Por favor, fale o que o senhor tem a dizer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero fazer a seguinte proposta a todos. Vamos encerrar as questões de ordem porque tem mais pessoas aqui, é impossível, vamos ficar aqui horas fazendo uma questão sobre o mesmo tema. Portanto eu quero dar um esclarecimento. Um esclarecimento que nós tivemos, uma questão... Uma Sessão Secreta antes dessa, aberta, porque nós estávamos lendo depoimentos que estavam em segredo de justiça. Portanto, eu tinha como fazer uma Sessão secreta. Agora, é possível fazê-la? Claro que é. Aqui mesmo no Senado eu já vi um monte de Sessão Secreta. É possível sim fechar e ouvir alguém fazer algum depoimento. Agora, isso depende do Plenário. Quem quiser ouvir, vai votar sim, quem não quiser ouvir, vai votar não. Está encerrada a questão. Portanto vou colocar em votação Sessão secreta ou não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar pelo PMDB.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não cabe encaminhamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Depois de encerrarmos o depoimento do Sr. André.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sr^a Presidente, um esclarecimento. Um esclarecimento fundamental para orientar o meu voto pelo menos. O que eu ouvi do depoente, quando provocado por um Senador, por um de nós foi que para ele algumas revelações em cinco minutos, numa Sessão sigilosa de não mais do que cinco minutos seriam importantes. Tão somente isso. Isso é um cenário. Agora, uma Sessão Secreta, longa, onde várias inquirições sejam feitas não serve à CPI. Se for nesses termos restritos, ele em cinco minutos, sem que... E nós seremos os juízes desse sigilo ou não, não é ele, não será ele, mas ele diz que pede cinco minutos para fazer revelações que eu não imagino quais sejam, para além do que falou na PF e aqui, nesse sentido, sim. Fora disso, não. Fazer uma Sessão de uma hora é ludibriar o interesse público.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vou fazer a votação após o término dos... Depois de todos os Deputados e Senadores tiverem feito seus questionamentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Quero deixar bem claro e gostaria que vocês ouvissem. Eu estou dizendo que após o término dos questionamentos feitos pelos Deputados e Senadores eu vou fazer a votação da questão fechada ou não. Se tiver, nós faremos depois do término.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente vamos votar já.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, podemos colocar em votação. Vamos colocar em votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nós temos aqui vários Senadores e Deputados inscritos para falar. [soa a campanha] E eu acho que não é justo que esses Senadores e Deputados tenham vontade de colocar as suas propostas e não podem falar.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – O Senador ACM Júnior abre mão, por exemplo. Ele prefere falar depois.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, a proposta não é eliminar os inscritos. Vamos apenas resolver essa Questão de Ordem se vai ter ou não a Sessão Secreta e depois vamos manter a lista dos inscritos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se todos concordam, para mim nenhum problema. Vamos à votação. A proposta da

Senadora Ideli foi aceita e nós vamos à votação. Senadores. Sim para quem quer a Sessão Secreta e não para quem não quer a Sessão Secreta. Sim é para Sessão Secreta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A senhora não vai abrir para encaminhamento para nada?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, não precisa. Senador Demóstenes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só um esclarecimento. A Sessão Secreta será ao final, depois que todos inscritos falarem, né? Exato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim, para que ele possa dizer o que quer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEMB-BA) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Marconi Perillo não está. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senadora Serys, Senador Paulo Paim, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Marisa, hoje eu vou dormir curioso, mas vou votar não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Almeida Lima. Senador Gim Argello. Senador Gim? Senador José Nery. Senador Efraim. José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Renato Casagrande. Marcelo Crivella. Senador Valter Pereira. Valdir Raupp. Deputados. Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Chega de delatar colegas de trabalho, Presidente. Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Sr^a Presidente, vencido pelos argumentos da nossa líder Ideli. Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nelson Meurer. Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidente, como eu gostaria de que ele falasse aberto para todo o Brasil para a imprensa, vou acompanhar a Senadora Ideli. Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF) – Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vic Pires Franco. Manato. Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a Presidente, em nome da transparência e de que a gente quer realmente apurar e quer que ele fale abertamente, eu voto não. Ele tem que falar tudo aqui às claras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Chico Alencar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Como uma excepcionalidade, por cinco minutos, sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Severiano Alves. Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não à Sessão Secreta.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) – Vou fazer um apelo a V.Ex^a para falar, uma vez que a situação quer que V.Ex^a fale, seria...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O resultado. [soa a campanha]

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não, não Sr^a Presidente. Eu não votei, eu não votei, como é que tem resultado?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Chico Alencar está substituindo Affonso Camargo que é o primeiro suplente.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não, senhora. Estou substituindo o Vic que não está presente. Dos Democratas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senadora, o Deputado Chico Alencar está na vaga do PSDB.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Estão me informando aqui que o Deputado Vic Pires Franco não está. Sempre sobra um. Sobrando um dos Democratas, vai o primeiro do bloco. Não é dos Democratas. É do bloco. E o bloco é o Chico Alencar, é Alexandre Silveira e Índio da Costa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu sou o terceiro. Além de ser o suplente estou em terceiro agora. Começa assim, acaba assim. Pau que nasce torto nunca se direita. Ele não tem imunidade parlamentar para falar aqui aberto na frente da imprensa. Quem votou não, abra seu voto, diga que sim, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Índio, infelizmente desde começo o senhor foi o terceiro. Infelizmente. Resposta à votação.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Vamos seguir o depoimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – 7 votos sim, 12 votos não. Seguindo os depoimentos, é a Senadora Ideli. Senadora Ideli. [soa a campanha] Se V.Ex^a começar, tenho certeza que todos se aquietam. [soa a campanha] Senador Wellington.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aliás, eu antes de fazer os meus questionamentos, Presidente, até para descontrair um pouco, aqui ficou meio inusitado a base do Governo querendo aberta e a oposição querendo secreto.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Tirar a imprensa, [soa a campanha] não ter o espetáculo televisivo, e tal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pena que o Governo vai ao Supremo para ficar calado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas tem outras questões que são meio inusitadas. Tinha muita gente que me perguntava se eu conhecia o André. E eu obviamente não ligava nome à figura, claro que ele é conhecido. Quem participa de CPI conhece o André. Ele é arroz de festa em CPI. Está sempre em todas. Agora, foi algo interessante porque o seguinte, até comentei com alguns jornalistas. O inusitado, por-

que o André apesar de ser arroz de festa de CPI, ele passou durante quase duas, três semanas numa situação inédita. Porque normalmente os assessores são porta-voz dos Senadores. É a primeira vez que eu tinha visto um Senador ser porta-voz de assessor. Porque a gente não conseguia ver e ouvir a palavra do André. Era sempre o Senador falando em nome dele.

Mas, eu queria fazer algumas perguntas ao André. Primeiro. André, você colocou que você interpretou como uma ameaça o que o José Aparecido lhe mandou por **e-mail**. Portanto, isto é uma interpretação que não teve de forma concreta nenhuma palavra, nenhum ato, nenhum gesto do Aparecido para contigo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Sim. Mas eu interpretei que para mim aquilo estava claro. Para duas pessoas do nosso nível, do nosso nível de formação, da nossa experiência profissional, aquele tipo de recado já havia recebido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então assim, isto é uma interpretação. Você não tem nenhuma prova material de que o Aparecido... A prova material, alguma gravação, algum **e-mail**, algum texto, nada, alguém que possa testemunhar que em algum momento ele disse claramente: “isto aqui está sendo feito para chantagear o PSDB, o ex-presidente Fernando Henrique...”

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, não tem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Nenhum. Foi interpretação sua.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Interpretação baseada no **e-mail** e naquela colocação que eu fiz.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A chantagem era contra quem?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu interpreto a chantagem contra a oposição. Uma chantagem política. “Olha, vocês tem... Não queira botar Fernando Henrique, não queira botar 98 que tem muita coisa aqui que são piores”.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Como é que você interpreta... Posso chamar de André, a gente tem conhecimento há tanto tempo que eu acho que posso ter essa intimidade. Como é que você interpreta algo que segundo a sua interpretação veio como uma intimidação, como uma chantagem, que aí você coloca na mão do Senador Alvaro Dias, do PSDB, e aí isto vai parar na imprensa contra alguém do próprio PSDB? Que raio de intimidação e de chantagem é essa? Como é que você me interpreta isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Isso não posso avaliar. Porque na verdade fica claro pelas notinhas anteriores ao recebimento de

meu **e-mail** que esse documento estava rodando aí por vários lugares. A matéria da **Veja** do dia 16 de fevereiro lista exatamente o que estava nas planilhas. E eu recebi o **e-mail** dia 20. Então, não tem como interpretar esse fato.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas não lhe parece estranho que algo que estava em tese, sendo elaborado para intimidar ou chantagear vaze pela mão de alguém do próprio partido? É o tradicional fogo amigo? Porque dizem que tem muito fogo amigo no PT, no PSDB também tem, pelo visto também tem.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não sei sobre esse vazamento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não sabe. E para que colocou então na mão do Senador Alvaro Dias?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu tive que cumprir com o meu dever funcional do art. 116 do RJU.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque me parece que não teve nenhuma informação partidária. Nem ao Fernando Henrique, nem ao ex-presidente Fernando Henrique de que esse documento tomou conhecimento foi pela imprensa, não foi naquela solidariedade partidária, “olha eu tenho aqui, vou lhe informar, estão armando contra ti”.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Isso não tenho conhecimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não tem conhecimento. Mas não acha estranho no mínimo isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não posso opinar sobre isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Esse juízo de valor você não pode fazer. Mas pode fazer o juízo de valor que o **e-mail** que o Aparecido lhe mandou foi uma chantagem, uma intimidação. Aí você pode fazer?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O juízo de valor que diz respeito à minha personalidade. À minha pessoa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – À sua pessoa. Aí você pode fazer o juízo de valor. Daí para frente não mais. Deixa eu lhe fazer uma outra pergunta. Bom, o **e-mail** dia 20 de maio... A reportagem... Aliás, 20 de fevereiro, a reportagem na **Veja** com as planilhas que você recebeu dia 21.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não sei se são as mesmas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Você não conferiu, você não teve nem essa curiosidade de pegar lá no seu **e-mail** para ver se eram as mesmas?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Você é pouco curioso. Dia 21 de março, aí sai a reportagem na **Veja**. Aí o almoço no clube naval é quando?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É nesse momento da **Veja**.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aí o seguinte, você estava intimidado, segundo a sua interpretação houve uma chantagem, aí você vou almoçar com o Aparecido por quê?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Na vida política tinha isso. Eu queria saber dele até onde ele iria com aquela história. E ali ele me contou a história de que foi montada o dossiê. É isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Você foi se encontrar para tirar mais informações ainda?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, você estava atendendo aquela declaração do Senador Alvaro que havia lhe pedido que você disse que ia conseguir. Você estava continuando a obter informações é isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não estava torturando o Aparecido, e nem submetido a nenhum tipo de pressão comigo. Ele falou abertamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Você não estava torturando o Aparecido. Estou usando suas palavras. Nesse almoço estava o Marco Polo e o Nélcio. O Marco Polo e o Nélcio foram a este almoço... Primeiro lugar, o Marco Polo e o Nélcio são pessoas funcionários do TCU que trabalham aqui na CPI também?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. O Nélcio, não, o Nélcio é funcionário do Distrito Federal. Não trabalha aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas o Marco Polo trabalha aqui, né?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O Marco Polo trabalha aqui, servindo a CPI.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Também nos assessora aqui. Portanto estava acompanhando... Ele é de amizade tua ou de amizade do...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ambos. Eles é que faziam ainda manter essa mínima amizade. Eram esses dois. Era o único ponto comum depois que fizeram para reatar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – E quem é que convidou os dois para o almoço?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu fui com o Marco Polo e o Nélcio foi com o o...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Você levou o Marco Polo...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Comigo, foi. O Nélcio foi porque o Aparecido levou ele.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Aparecido que levou o Nélcio. Mas o Nélcio não trabalha em CPI. Não tem nada a ver com o que nós estamos investigando. Quem levou uma pessoa a mais que estava trabalhando em CPI foi você.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É amigo meu, tanto quanto do Aparecido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Levou por quê? Por que é que vocês precisavam de testemunha nesse almoço?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não sei. A conversa quanto mais aberta melhor. Cada um levou por seu motivo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Deixa eu perguntar uma coisa, toda a imprensa desde ontem está falando da tal da fita. Você disse que não gravou. Mas alguém gravou?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não tenho conhecimento de nenhuma gravação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se fosse gravado, isso teria uma utilidade de intimidação e de chantagem contra o Aparecido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Se fosse gravado, eu acho que nesse caso seria até crime.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas teria um objetivo de chantagem e de intimidação contra o Aparecido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não posso trabalhar sobre essa hipótese. Não sei de nenhuma gravação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não sabe, mas de onde que a imprensa tirou essa gravação então? Caiu do céu? A imprensa inventou?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não posso responder essa questão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Porque a imprensa tem a tarefa de noticiar, reportar. Agora, criar, me parece que ainda não é bem a tarefa da imprensa.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Mas eu não posso, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – De onde saiu essa história de fita?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Senadora, eu não posso responder, está além das minhas capacidades.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agora, você há de convir que se ouvisse uma fita desse almoço isso poderia ser utilizado como alguma intimidação ou chantagem?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pelo nível da conversa? Pelo que rolou no almoço?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O que caracterizou mais esse almoço foi o certo nervosismo do Aparecido. [soa a campainha] Foi por isso que levou ele a contar a história que ele contou do que eu falei da chamada cadeia hierárquica. Ele estava preocupado com a matéria...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Deixa eu lhe perguntar uma coisa. Se havia um trabalho para o qual inclusive o Aparecido indicou duas pessoas lá para a digitação das informações, da colocação, e isso estava sendo feito... Se o Deputado... Obrigado. Pudessem tirar o jornal da frente. Se isso estava sendo feito no outro departamento que não era o departamento do Aparecido, não era legítimo o Aparecido dizer que isso realmente era algo, esse levantamento, esse... Era algo que estava sendo feito na outra área, na outra ala, na ala da Erenice? Isso não é natural?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Esse é o grande mistério. Por isso que eu

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Qual é o mistério?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Porque que ele quis logo dizer, foi a Erenice, chamou para reunião.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas qual é o mistério? Porque estava ou não estava sendo feita essa digitação, essa coletânea...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Coletânea seletiva de dados.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Estava, não estava. Então qual é o problema de ele dizer que era lá no setor da Erenice? Qual era o crime? Qual era o problema?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ele quis dizer para mim que era sob ordem, eu entendi isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas a Erenice não coordena aquele departamento? Portanto ela deve ter dado a ordem de organizar o grupo para digitar, para armazenar. Não? Não é isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Concordo com a senhora.

(troca de presidência.)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Senadora Ideli, seu tempo terminou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agora, vou fazer mais duas perguntas para concluir. Sei que meu tempo já acabou. O senhor, quando foi perguntado quantas vezes [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Assegurar a palavra da Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Quantas vezes depois de aparecer a situação do... Da saída do documento do computador do Aparecido e vir parar no seu e aí depois foi parar na mão do Alvaro Dias e depois foi parar na imprensa, o senhor disse que não se encontrou mais a não ser socialmente com.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Tirando o encontro do clube naval. Esse que a gente conversou e mais dois socialmente com outras pessoas presentes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois é, mas veja bem, quando é que foi o aniversário do Aparecido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: 26 de março.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Posterior então... Posterior. Portanto... Mas já não tinha sido um clima horroroso? Já não tinham quebrado os potes, separação, e tal?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aí, depois do aniversário que foi no dia 26 de março, não teve mais nenhum encontro?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nenhum encontro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Nenhum?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nenhum.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O senhor tem absoluta certeza disso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Absoluta certeza.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Obrigado Senadora. Foi feito um acordo aqui, Senador Arthur Virgílio, com relação à fala de líderes. E V.Ex^a como não é da CPMI vou dar a palavra como líder, mas não será mais permitida nenhuma intervenção. Ok? Por cinco minutos. Não pode perguntar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu estou no fim da fila, Sr. Presidente. De qualquer maneira. Vou emitir uma opinião, apenas. Eu ouvi diversos estimados colegas nossos se referirem que não haveria lógica em o Sr. Aparecido vazar um documento para o Sr. André Fernandes objetivando criar um clima de constrangimento as oposições. Eu sinceramente discordo dessa lógica. Cada um tem sua lógica, a minha não bate com essa. Eu entendo que era um plano perfeito. Poderia ter a história do fogo amigo, ele era muito ligado ao Ministro José Dirceu, ele foi um dos responsáveis pelo vazamento de informações que culminaram no sacrifício do Deputado Ibsen Pinheiro, comunicava com o meu jovem colega que Ibsen foi vítima de uma grande injustiça, estava no centro disso o José Dirceu, estava perto dele o Sr. Waldomiro Diniz e muito perto o Sr. Aparecido Pires, mas era perfeita a idéia. Ou era fogo amigo ou era a idéia de se passar para alguém que trabalhava com ativo Senador de oposição algo que sinalizasse sim com as armas com que o Governo poderia contar tentando dissuadir a oposição de prosseguir no rumo de instalação dessa CPI. Vejo lógica nisso. Embora aqui estamos esquecendo algo que para mim é fundamental. Eu vou morrer, não é bem minha idéia, eu vou viver...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Espero que por muito tempo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – E V.Ex^a fique tranqüilo que pela sua saúde eu zelaria se pudesse e zelarei se puder. Mas eu prefiro viver do que morrer. Acreditando que o grave, o realmente muito grave não está sendo tratado aqui. É quem mandou fazer o dossiê. Porque aqui não se discute mais. Aqui está muito claro que os dados foram pinçados, banco de dados seletivo ou dossiê, o nome que quiserem dar, não foi feito desvirtuamento do banco de dados original. E eu tenho a minha convicção. Minha convicção muito clara. Ministra Dilma mandou a Dr^a Erenice fazer. Dr^a Erenice, organiza com o Sr. Norberto um grupo interdisciplinar, multidisciplinar de assessores do qual fazia parte o Sr. Aparecido Pires. E daí em adiante, com a habilidade de uns, com menos habilidade de outros, mas numa linha muito próxima, muito entrosada, Parlamentares da maioria tem procurado discutir detalhes. Almoçou onde? Conhecia a mãe, não conhecia mãe? Vi insinuações aqui que beirava... Eu não sei se estou compreendendo bem, mas beirava a grosseria. Com ambos, aliás. A amizade é quente, a amizade é fria.

Eu tenho amizades muito fortes e muito firmes com pessoas. E não me envergonho delas. Mas não está em jogo aqui se... Quem tem muita preocupação com amigo e proteger amigo é máfia. O homem público

no tem que ter preocupação com amigo, tem que ter preocupação com a coisa pública, estabelecer a verdade dos fatos. Eu não ouvi aqui muita referência nas perguntas e nas tentativas que vi de desqualificação do Sr. André que está aqui aberto falando do jeito que lhe perguntam, sem perder a tranqüilidade, mesmo quando desconsiderado foi, está falando sob juramento, sujeito às penas da lei, sem recorrer a nenhum... Aliás reconhecido pela Polícia Federal como mero... Mera testemunha, e não como réu. [soa a campainha]

Ao passo do outro que já vem cercado de tantos cuidados. E eu sei que deverão existir mais cuidados ainda para que já não ia falar, fale menos, embora eu esteja aqui para cumprir meu dever de a ele perguntar se porventura chegar minha vez, eu que não sou da CPI e como líder não posso fazer perguntas. Mas eu entendo que o essencial está ficando para trás. O essencial é quem fez o dossiê, e antes disso quem mandou fazer o dossiê. Nós temos as notícias da imprensa. A Ministra falando a empresários. Nós temos a notícia saída na coluna Cláudio Humberto, nós temos a declaração da líder do Governo no Congresso, Senadora Roseana Sarney, dizendo que havia um gasto esdrúxulo de automóveis do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ou seja, isso antes do tal vazamento para o Sr. André Fernandes.

Portanto, o essencial para mim é quem mandou fazer o dossiê. E as pessoas que mandaram fazer o dossiê estão passando ao largo da discussão que está sendo periférica, a meu ver, nesta CPI. Muito obrigado, Sr^a Presidente. Fiquei uns cinco minutos.

(troca de presidência.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pela ordem. Deputado Marcelo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Estou no dever até de responder, porque eu estava na presidência e ouvindo a interpelação do ilustre Senador, dizer que essa CPI ela investiga o uso ou mau uso do cartão corporativo. Levantar quem fez dossiê é um trabalho que a Polícia Federal está realizando. Então acho que é preciso ficar bem claro perante a opinião pública do nosso país isto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Me permita, Presidente, me permita Sr^a Presidente, até por que...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Sim, como não?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Agradeço muito a cortesia que se diz do Presidente. Mas se é assim, não teria discussão então sobre quem vazou e quem não vazou. Porque também estamos tratando de mau uso de novo. Deveria a Polícia Federal

só cuidar disso. Ou seja, aqui não deveria haver cerceamento. Nós temos que descobrir o mau uso, quem praticou o mau uso, agora, essencial para nós sabermos a que ponto anda o rumo da democracia brasileira, é saber se há quem no Governo se deu o desplante de coletar dados visando a intimidar eventualmente uma força de oposição. Isso para mim é relevante. Não tira pedaço de ninguém discutirmos isso. Eu lamento que tenhamos falado de tudo, menos disso. E isso para mim é uma lacuna porque ficamos no periférico e não no essencial em matéria de dossiê. Em relação aos cartões corporativos lamento é que requerimento chama requerimento seja sistematicamente negado pela minoria e não se avance na convocação das pessoas que realmente poderiam esclarecer sobre o mau uso dos cartões corporativos.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Obrigada. Senador Antonio Carlos Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-
BA)** – Sr^a Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. André. Bom, nessa Sessão nós tivemos uma série de informações importantes, desde a cronologia dos fatos até informações dadas pelo Sr. André em relação ao que ele ouviu no famoso almoço de 20 de março. Começamos no dia 20 de fevereiro, quando a Ministra Dilma no encontro com empresários revelou que a Casa Civil estava levantando dados de despesas do período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E neste mesmo dia, por coincidência, o Sr. André recebe por **e-mail** um documento, dois documentos. Um é a planilha com os dados dos gastos, de parte dos gastos do Presidente Fernando Henrique, e a outra é este documento aqui, supervisão ministerial. Que nos foi distribuído.

Bom, e essas peças começam a se fechar no famoso almoço de 20 de março, onde o Sr. Aparecido disse ao Sr. André que foi Erenice que mandou preparar o dossiê. E isso foi feito numa reunião no dia 8/02 no Palácio do Planalto. Ora, aí nós temos aí o seguinte. Temos duas situações importantes. Temos... Alguém mandou fazer e alguém vazou. Quem mandou fazer, segundo o Sr. Aparecido, foi a Sr^a Erenice. E quem vazou foi o Sr. Aparecido. Então isso está muito claro para todos nós. Não há dúvidas. Se o objetivo foi fogo amigo do pessoal de José Dirceu para prejudicar a Ministra Dilma, ou se o interesse foi intimidar a oposição, isso não interessa tanto. O que interessa principalmente é quem fez e quem vazou. Quem fez? A Sr^a Erenice. Quem vazou? O Sr. Aparecido.

Esses pontos é que são importantes, esses pontos é que são relevantes para qualquer discussão que se faça. E aí? Ou seja, o dossiê existiu, ele foi mandado

fazer dentro da Casa Civil, foi vazado dentro da Casa Civil, e agora nós vamos ter dificuldades, eu sei que de apurar com precisão esses fatos. Porque aqui nós vamos ser esmagados sem dúvida nenhuma pela base do Governo. Isso não tenho dúvida, não vou me iludir com isso. Mas a Polícia Federal tem o dever de entrar fundo neste assunto. A nossa esperança é que a Polícia Federal vai entrar fundo nesse assunto e vai investigar detalhes da elaboração e do vazamento desse dossiê. Porque agora não tem mais jeito. Agora, os depoimentos estão aí, as revelações estão aí e a Polícia Federal vai ter que entrar e mergulhar nisso.

Então é pena que nós não possamos, digamos, fazer essa investigação aqui dentro porque nós não temos como... A base do Governo não concorda com o aprofundamento de investigações. Nós não vamos nos iludir com isso. Mas a Polícia Federal tem a obrigação de se aprofundar, de mergulhar nesse assunto porque são extremamente graves as informações e na hora que nós fechamos com a cronologia, os dados cronologicamente colocados, nós fechamos com as informações que o Sr. André deu aqui hoje, realmente nós criamos uma convicção de que temos já as suspeitas tanto de elaboração como a certeza do vazamento. O vazamento é certeza. O Sr. Aparecido já está indiciado por tal procedimento. Mas ele revelou e esse é o ponto que eu gostaria de confirmar com o Sr. André, exatamente essa questão. Foi a Erenice que mandou preparar o dossiê? É isso Sr. André?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Essa é a informação que o Aparecido me deu.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-
BA)** – Isso é extremamente relevante. Esse é o ponto mais importante que foi revelado hoje aqui nesses depoimentos. Por isso eu espero que nós possamos aprofundar até nosso limite que a base do Governo vai nos permitir e a Polícia Federal faça o serviço completo. Porque agora acho que chegou no ponto grave, no ponto chave, no ponto decisivo de tudo isso. Então eu queria só, Sr. André, seus comentários acerca dessas considerações que eu coloquei.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu acho que a verdade é essa. Quer dizer, o que tem que ser feito é um encaminhamento maior na Polícia Federal e agora já que tem essa rede interna para saber exatamente como é que pode ser feito esse dossiê. Porque não é possível que lá na DILOG, onde está a Marissol, a Marissol é hierarquicamente inferior aos secretários. Como é que ela teve tanto poder para centralizar e mobilizar e fazer ali aquele dossiê? Porque além de ser da DILOG ela é Secretária Executiva da Ministra Erenice. Da Erenice.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – E a D^a Erenice é a Ministra substituta. Quando a Ministra viaja, ela assina como Ministra interina. É muito grave porque nós estamos dentro do coração da Casa Civil. Isso é extremamente grave e espero que a Polícia Federal desvende esse fato já que nós não temos tanta condição aqui de fazê-lo. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senador Antonio Carlos. O último inscrito como titular, Deputado Augusto Carvalho do PPS.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF) – Sr^a Presidente, Deputados e Senadores, Sr. Depoente André. Foi bom que a Senadora Ideli fizesse referência aqui ao André Eduardo, Sr^a Presidente, eu me sinto no dever também de falar que conheço o André Eduardo. Não é um mero apadrinhado político do Senador Alvaro Dias, funcionário concursado do Senado, respeitado pelos seus pares, deve ter atuado em diversas Comissões aí em favor dos trabalhos aí dessa Casa, e referência e técnica inclusive em governos passados.

Seria interessante ouvir o depoimento do Senador Cristovam Buarque, de quem foi o vice-secretário de Fazenda do Distrito Federal. Hoje o Senador Cristovam, então Governador do PT, que rompeu com o PT, não cabe aqui a discussão, como tem direito a romper também com o PT o Eduardo que era daquele partido, o André, e agora o que nós vimos é uma tentativa de desconstruir o personagem. Ele que se colocou à disposição para contribuir com essa CPI que fez até com juramento a sua declaração e parece que nós estamos aqui diante de uma farsa. E ele é o vilão, é o traidor dos amigos, é o homem que foi capaz de construir uma nova versão para aquilo que chegou a Polícia Federal. A Polícia Federal ao que todos nós sabemos indiciou o Sr. José Aparecido por responsabilidade na elaboração do dossiê ou no vazamento do dossiê.

E ele foi aqui execrado de toda forma, e acho que não é bom esse tipo de postura de alguns colegas que parece que diante das câmeras ficam mais afoitos, mais largos nos seus gestos, e não sei se é bom para a sua imagem, inclusive diante do seu eleitorado esse tipo de agressão, essa incapacidade de ouvir alguém que vem depor, não é aqui indiciado, pode ter contradição nos seus depoimentos, qualquer que fosse a pessoa, acho que o Deputado Carlos Sampaio colocou muito bem, qualquer que seja a pessoa a ser ouvida por essa CPI nós temos de ter a postura de juízes, de ouvir e buscar as informações que sejam coerentes, compatíveis com o objetivo dessa CPI.

Para me ater no objetivo, nos fatos que todos já puderam aqui colocar, mas acho que remanesce, Sr^a Presidente, de todas as perguntas que foram feitas, a

pergunta se os... Eu não duvido, acho que o André, ao contrário de outros que tanto falaram de caráter de manteiga, de coração de manteiga, enfim, não duvido das suas informações prestadas sob juramento, mas se dúvida houver, eu perguntaria se... E aí é um procedimento que caberia à Presidência para encaminhar, como ouvir as pessoas que participaram do indigitado almoço? O tal do Marco Polo e o outro... Nélcio. Como ouvir as suas informações? Se confirmam ao que ouviram do Sr. José Aparecido que foi aqui relatado e foi também relatado na Polícia Federal.

Acho que precisaríamos ainda que não seja o objetivo específico da CPI, mas contribuiria com as investigações inclusive da Polícia Federal, que pudéssemos ter o momento de ouvir o depoimento não o sei se o André conversou já com e essas pessoas que participaram do almoço se estariam dispostos aqui também nessa CPI prestarem as suas informações sobre o que foi tratado durante o almoço se algum questionamento, alguma dúvida ainda perdura em relação àquilo que foi tratado e relatado pelo André. Você tem conhecimento se eles estariam dispostos a participar da CPI?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não tenho conhecimento sobre isso.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF)

– Então, fica a minha sugestão, Presidente, de que possa ser agendada a oitiva dessas duas personagens para que possamos concluir essa parte específica sobre o dossiê.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Eu gostaria de pedir a V.Ex^a que preparasse os seus requerimentos até as cinco horas de hoje nós estamos recebendo os requerimentos que estão entrando. Passamos à lista de inscrição dos Senadores e Deputados suplentes. Deputado João Magalhães. Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ)

– Sr. André, esperando faça a decisão democrática do Plenário que não lhe concedeu os cinco minutos sigilosos, só entre membros da CPI e V.S.^a que essa coragem que é inerente à função de servidor público e a sua trajetória já louvada aqui aconteça durante o depoimento aberto. Até porque é possível e aliás necessário falar a verdade sem ferir a honra ou a moral de ninguém. A primeira pergunta é: A mensagem eletrônica para um grupo de dez amigos, entre eles o Aparecido, o senhor o intitulou como “Cenas Brasileiras”, com charges sobre corrupção, ela não denota uma forte identidade ética e política com esses amigos e especialmente o Sr. Aparecido? Depois o senhor vai entender o sentido da pergunta. Mas é bem objetiva.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Sim, mas não consigo ver isso não. Foi uma

mensagem que eu recebi e repassei praticamente... Não refleti muito.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Esse grupo de dez amigos é um pouco aleatório.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNAN-

DES: É heterogêneo. É o grupo que recebe mais só mensagens, mais coisas.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O

senhor disse que ficou estarecido ao receber o banco de dados seletivo, ou dossiê, mas o senhor disse também que sabia que já estava rolando algo similar aqui no Congresso.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Pela imprensa, pela imprensa.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Não em comentários aqui no Congresso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNAN-

DES: Sai na imprensa e os comentários no Congresso multiplicam-se, não é?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O

senhor reiterou que pelo art. 116 do RJU, tinha a obrigação de comunicar imediatamente ao seu superior.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Quando pude. Quando voltei das minhas férias.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O

senhor aguardou o fim das férias nesse sentido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Estava de férias.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Talvez essa é a pergunta central que não tenha sido feita. Pela experiência que o senhor relatou aqui como muito amarga, e já uma quebra de confiança, um uso político da sua pessoa e da sua função pelo Sr. Aparecido em 2004, mas ali também vocês dialogaram muito, ambos os dois, sobre a CPI do BANESTADO, que aliás não deu em nada.

Mais do que uma intimidação, não haveria uma ação de altos funcionários, um com forte influência no Executivo hoje, oposição no passado, outro com forte influência num setor dominante da oposição hoje, petista no passado, não seria uma articulação de altos funcionários talvez querendo ser mais sagazes do que a própria sagacidade para estabelecer um pacto oculto de não agressão, uma proposta de empate nesse embate, não ataquem a ganância do Governo Lula que nós não atacamos a ganância do Governo Fernando Henrique.

Uma mediação não autorizada derivada daquilo que o povo diz “casa que falta pão todo mundo grita e ninguém tem razão”? Já havia essa mediação em 2004. Que já soubemos hoje aqui. Será que não deu errado a articulação de dois amigos e altos funcionários com

competência técnica e política para se cacifar junto a seus chefes atuais?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNAN-

DES: Eu não pedi para receber aquele arquivo, não queria ter recebido aquele arquivo. Não fiz nenhuma articulação.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Mas o arquivo veio em resposta a seu e-mail fraterno, gracejante. Já que a amizade parece muito virtual também, o que *startou* esse processo foi esse seu primeiro e-mail “Cenas Brasileiras”.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNAN-

DES: É. Mas depois ele pergunta se eu quero almoçar, ligo para ele, vou ver se posso, e te ligo, aí ele manda aquilo.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Estou querendo entender esse lado. Não é a questão da amizade. Isso é algo de foro íntimo e ninguém tem que entrar por aí. Mas essas relações que são sempre políticas também, entre dois altos funcionários, um do Executivo e outro do Legislativo. O senhor tem ciência de que nós conhecemos o seu depoimento à Polícia Federal como do Sr. José Aparecido. E há contradições. Agora, a indagação, na verdade quando o senhor diz que ficou estarecido ao receber aquela planilha, aquele dossiê, e quebrou a relação de confiança com o Sr. Aparecido não é estranho que depois a relação continuasse e o senhor inclusive tem relação de amizade, foi ao aniversário dele posteriormente?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNAN-

DES: Veja bem, eu senti o objetivo político dele, senti o que ele quis fazer, e comuniquei a minha autoridade superior. Esfriamos a relação. Mas temos amigos em comum que sempre insistiram para que não fique assim, esse negócio não é assim...

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Inclusive o Sr. Nélcio Lacerda. Mas o Nélcio Lacerda foi convidado do José Aparecido para o almoço.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Mas eu também conheço ele. Então ele tem amigos que sempre quiseram tentar manter o que realmente é impossível ser mantido.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Por

fim, quanto ao almoço. O senhor disse ao Sr. Aparecido que ele vazara a planilha para a imprensa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não, não disse isso para ele. Que ele vazara para a imprensa? Não, não disse.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Não disse?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNAN-

DES: Não disse.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Nem disse isso à Polícia Federal.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Que o Aparecido teria vazado para a imprensa?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – É.

Nesse almoço. Já que o Aparecido estava nervoso, transtornado pelo vazamento.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Perguntei sobre isso. Mas não afirmei que ele vazara para a imprensa. Não lembro.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O

senhor não tem a menor noção de quem vazou?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não, não tenho.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – E

ao perguntar para ele a reação dele foi peremptória que não?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Foi. E ao mesmo tempo aí ele quis falar o seguinte, mas o substantivo não é isso, o substantivo é o documento, tal, tal, tal.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O

Sr. Aparecido lhe afirmou textualmente que a Secretaria Executiva da Casa Civil, vice-Ministra, por assim dizer, determinou à Sr^a Marissol para elaborar o dossiê, o banco de dados?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Ordenar a elaboração.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O

Sr. Aparecido lhe falou isso nesse almoço perante o Sr. Marco Polo e Nélcio Lacerda?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não ficaram presentes na Mesa o tempo todo. Muitas das vezes eles saíram. Mas eles estavam lá. Agora tem que ver com eles. Eu não posso responder por eles.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Eles podem ter saído no momento que o Sr. Aparecido lhe fez a revelação crucial. O senhor admite essa hipótese?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não sei.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) –

Não sabe se podem ou não ter saído?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não sei se podem ter saído. Mas que falou, falou. Nesse almoço foi feita essa revelação.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Mas

o senhor só garante pela sua própria palavra?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu garanto a minha parte. Eu garanto que estou falando a verdade que isso ocorreu.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – É

porque o senhor havia dito antes que havia testemunhas dessa conversa.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Tem que inquiri-las.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – A

proposta do Deputado Augusto é que eles compareçam aqui também. Por fim. O centro da questão inclusive dessa CPI. O Sr. tem consciência de uso abusivo de cartão corporativo na sua larga experiência de Executivo e de Legislativo? E de vida pública?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Quando eu fui Secretário, eu não usei suprimentos de fundos. Eu abri mão de suprimentos de fundos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-

RANO (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador João Magalhães. Deputado João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)

– Deus te ouça. Dr. André, diante do cargo que o Dr. José Aparecido ocupava, Secretário, um cargo que dá uma certa visibilidade, ele teria alguma motivação para vazar um dossiê para prejudicar alguém, se é que ele vazou. Alguma motivação ele teria. Em algum momento nesses encontros ele chegou a comentar o porquê ele estaria repassando as informações se ele teria em mente prejudicar alguém?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

De forma clara, não. Mas há várias hipóteses possíveis de serem interpretadas.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)

– Poderia comentar as hipóteses?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

A hipótese número um seria... É exatamente naquele momento mostrar para a oposição, sincronizadamente estavam saindo as notinhas nos jornais anteriormente mostrar que olha, não é bom que se tenha essa CPI. Que essa CPI não deva ter.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)

– Ou naquele momento ele estava tentando tomar o cargo de alguém?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Aí acho que é uma pergunta que tem que ser feita a ele e é uma hipótese que não posso descartar.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)

– O senhor tem certeza, eu gostaria que o senhor confirmasse, o senhor já até comentou isso um pouco, antes, em algum momento o senhor buscou ou tentou buscar no Governo do Presidente Lula algum cargo no Palácio do Planalto? Direta ou indiretamente?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Para mim?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)

– Para você.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nunca.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Nunca, né? O senhor trocou durante esse período de fevereiro para cá, queria recordar duas datas. O senhor disse que recebeu esse e-mail dia 20 de fevereiro.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É. Começou no dia 19 e depois continuou no dia 20.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – E que a revista **Veja** divulgou alguma coisa no dia 16.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: 16 de fevereiro a Folha de São Paulo dia 15, o Cláudio Humberto no dia 9...

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Notas ou aquela matéria grande com reprodução do.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Reprodução, não. Com a citação simplista de tudo que estava no dossiê. No dia 16 de fevereiro falou vinhos caros, comidas finas, fraldas, óculos e até.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Mas aquela reprodução fac-símile só depois do dia 20?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Só depois do dia 20. Agora, as informações contidas estavam aqui.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – O senhor trocou informações nesse período com José Aparecido?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Qual período?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Nesse período posterior, anterior ao dia 16?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: 16 de fevereiro?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Sim.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Em janeiro não tive quase nenhum contato com ele.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Fevereiro?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Até essa data, acho que nenhum contato.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Até a data do dia 20, quando V.Ex^a recebeu esse e-mail.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Deve ter um ou dois e-mails esse ano anterior. A Polícia Federal tem, mas não posso me recordar.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Telefones?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Telefonemas não porque ele vive viajando, e não tinha...

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Depois que recebeu esse e-mail, quanto tempo depois o senhor teve contato com o José Aparecido? Depois que recebeu o e-mail? Foi imediato?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não. Não almoçamos. Aquele almoço ali que está falado não encontramos. Só fomos encontrar depois lá, quando estourou a bomba.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Quanto tempo demorou esse almoço?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Esse almoço lá do clube naval? Umas duas horas. O Luiz Carlos Azedo passou lá e viu a gente lá.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Ok. Obrigado Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada Deputado João. Deputada Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Ok, Sr^a Presidente. Obrigada. Sr. André, por que é que o senhor queria Sessão Secreta?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu queria... Simplesmente eram coisas que são laterais que não são do interesse direto da CPML que eu queria comunicar ao Senado.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Então, o senhor queria fazer declarações que não são de interesse da CPI.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Mas poderiam contribuir para o Senado.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Então está claro que não precisava Sessão Secreta, não era de interesse da CPI, não é mesmo? Segunda questão, qual o senhor acha que deve ser o comportamento de um servidor público, principalmente de um chefe, de um técnico, quando recebe informações sigilosas ou quebra de sigilo ou recebe produto de um crime? Qual o senhor acha que deve ser o comportamento de um verdadeiro servidor público?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Comunicar, como manda a lei, a autoridade superior.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – E quanto tempo depois o senhor fez essa comunicação?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu falei que foi o período que eu voltei das férias.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não, não, eu quero saber quanto tempo depois?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Acho que são 10 ou 12 dias, por aí.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– 10 dias. E nesses 10 dias o senhor ficou em crise, não conseguia tocar no assunto ou achava que não devia explicação ou só 10 dias depois o senhor achava que tinha que agir corretamente?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Estava aproveitando minhas férias.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– O que o senhor foi fazer no Senado naquele dia?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Por acaso buscar documentos naqueles dois dias.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Que documentos se o senhor estava de férias?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Documentos pessoais meus que estavam aqui.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Que documentos pessoais? O senhor não tem casa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Tenho casa.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Aí precisava vir no Senado?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Precisava. Guardava muitos documentos pessoais aqui no Senado, contas.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Tá. Aí deu na telha “não, vou abrir aqui o computador”.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Sempre que eu passo no Senado, rapidinho, sempre olho minha caixa postal.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Porque o senhor não tem em casa um e-mail, uma forma de acessar?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Tenho *webmail*, mas faço questão de em casa ficar o mais longe possível de *internet*. Principalmente quando estou de férias. Para não ter trabalho. Para não ter problema.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Aí passou aqui, coincidentemente naqueles dias que a coisa estava, como o senhor diz, pegando fogo.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Aí eu não posso evitar essas coincidências...

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Certo. Então me diga uma coisa. A Polícia Federal detectou que apenas do computador do José Aparecido para o seu foram aquelas planilhas. Somente do computador dele para o seu. Isso a Polícia Federal detectou. Se as planilhas saíram diretamente do dele para o seu, quem o senhor acha que deve ter vazado essas planilhas?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu não sei, não sei por onde mais podem ter saído estes dados.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Então, passou alguma coisa assim pela sua cabeça do tipo alguém entrou nos meus e-mails clandestinamente... Ou foi um Senador que divulgou para a imprensa... O senhor não conseguiu raciocinar sobre isso? Caramba! Eu fui a única pessoa que recebi esses e-mails. [soa a campainha] Quem pode te-los nos vazado? Não passou isso pela sua cabeça?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não sei se foi só eu que recebi esse e-mail e nem sei se foi eu que tinha acesso aquilo lá.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Isso está comprovado pela Polícia Federal. Eu sei que o Advogado tem o direito de orientar e tudo mais, mas só para ele poder se concentrar aqui. Somente... A Polícia Federal deixou claro. Somente do computador do José Aparecido para o seu. O que é que passa pela sua cabeça até hoje? Quem deve, meu Deus, ter vazado essas informações? Ou o senhor não conseguiu nenhum minuto pensar nisso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

As informações já estavam na imprensa antes. Já informações já estavam na imprensa desde o dia 15 de fevereiro. As informações que constam na planilha.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Aquelas informações.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

As mesmas.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Então, vamos aqui... Na entrevista que o seu chefe imediato, meu amigo e Senador Alvaro Dias, a quem eu tenho o maior respeito, mas ele na imprensa ele disse o seguinte, na CBN. “Quando ele, o André, me comunicou que estavam fazendo um dossiê, eu disse se ele tinha esse dossiê. Ele me informou que não tinha, mas que podia conseguir ainda”. O senhor podia conseguir ainda. Quais foram os mecanismos que o senhor usou para conseguir esse dossiê?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não usei nenhum mecanismo. Chegou no meu e-mail, como já falei, sem eu pedir.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Mas não é muita coincidência o Senador... O senhor diz que ouviu falar num dossiê. Aí chega diretamente no e-mail da oposição?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

A coincidência é essa. O problema é um prócere dentro do palácio, um petista histórico, um cara ligado a José Dirceu, um cara que já tinha um passado de fazer, passar recados.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Manda as informações para os oposicionistas. Manda diretamente para o assessor da oposição.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Exatamente.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Sr. André, não seria mais fácil o senhor dizer que mecanismo o senhor usou para obter essas informações?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Mecanismo nenhum. Foi ele que me mandou.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Mas assim, sem mais nem menos? Por que é que não mandou para o meu que sou da base do Governo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Essa pergunta tem que ser feita a ele.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Mas não.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Essa pergunta tem que ser feita a ele.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – O senhor está ligado diretamente a isso. O senhor cavou essa informação. O senhor prometeu a seu chefe que ia conseguir a informação. O senhor foi atrás e conseguiu. Depois o senhor botou na mão dele.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não ocorreu dessa forma.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – O Senador Alvaro Dias disse na imprensa, na CBN, que não tinha ainda as informações. Mas que o senhor teria garantido que ia botar na mão dele. E aí? Qual foi o mecanismo que o senhor usou para botar essa informação na mão dele? Que mecanismo o senhor usou para fazer ela chegar até o senhor?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Mecanismo nenhum.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Puxa, não chegou no e-mail da Senadora Ideli, que é da Base. Não chegou no meu que sou da base. Chegou no seu que é da oposição?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Chegaram alguns mais.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não, não. A Polícia Federal disse, saiu do dele para o seu.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não, eu estou falando.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – A não ser que o senhor até repassado. O senhor repassou?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Claro que não. A PF viu meu computador.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Então, como é que chegou em outros e-mails?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não sei. Tem muita gente. Foram 10 pessoas fazendo. O Delegado ainda está apurando.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não, a Polícia Federal já viu. Saiu do dele para o seu. Como é que o senhor acha que outras pessoas receberam?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não posso responder sobre isso.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – O senhor está dizendo. Não sou eu. O senhor disse. Outras pessoas receberam. Como?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu acredito que as matérias estavam na imprensa.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não. O senhor mesmo disse. Outras pessoas receberam. Como é que o senhor sabe disso?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sr^a Presidente, só um minutinho. Peça para o Advogado orientar, [soa a campainha], mas não ficar orientando direto no cliente, porque ele tem que responder espontaneamente.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Vamos lá, vamos lá que para a gente não perder tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – [soa a campainha] Tem razão.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Como é que o senhor acha que outras pessoas receberam? Que outras informações o senhor tem que nós não temos?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não sei como. Mas eu acredito que isso aí... Mas se ele, ele Aparecido tinha isso e pelo que eu vi agora do inquérito, nem ele devia ter direito a ter aquele arquivo. Nem ele devia ter direito de ter aquele arquivo.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Por que o senhor acha que não?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Porque se era uma base que estava sendo formada lá para ser pela SUPRIM, para que é que estava descendo para outros.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Mas o senhor está bem informadinho para quem não é do.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Basta olhar a imprensa.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – O senhor está fazendo juízo de valor agora sobre isso?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu vi na imprensa.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – O senhor está baseado nas informações que a imprensa deu?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Nesse caso sim.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– O senhor disse lá na Polícia Federal também que foi assim porque a imprensa passou a informação? E é verdadeira a informação da imprensa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Não é verdadeira?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Agora não estou entendendo mais nada.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Mas o senhor está dizendo que se posicionou baseado nas informações da imprensa.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não compreendi realmente, eu acho que eu estou.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Agora o senhor não compreendeu, então vamos dizer uma coisa. Já que o senhor tocou na imprensa e o senhor disse que estava baseado nas informações da imprensa o senhor acha verdadeiras as informações da imprensa. A fita, a fita que a imprensa diz que o senhor teria dito que existe, é verdadeira a informação da imprensa ou não?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu já neguei essa fita. Acho que umas quatro vezes.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– A pergunta não foi essa. A pergunta é: É verdadeira a informação que a imprensa divulgou que o senhor teria uma fita?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu não tenho a fita. Falei umas quatro vezes.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– É verdadeira ou não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputada.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Sr^a Presidente, eu só quero que ele responda o que eu estou perguntando. Eu estou perguntando para ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Ele está respondendo.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Não, não está. Eu quero que ele responda a pergunta. É verdadeira ou não a informação da imprensa de que o senhor teria uma fita?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

O que eu sei é que eu não tenho uma fita.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Não respondeu.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu não sei... Eu não tenho fita nenhuma.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Tá certo. É que o senhor se baseia tanto nas informações da imprensa que eu começo a achar que é verdadeira essa informação da imprensa. Para encerrar, mais ou menos, algumas perguntinhas para finalizar. Quantos endereços de e-mails, de amigos o senhor tem no seu computador?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Ah espera aí, é difícil saber.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– 30, 40, 50, 100?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

É dividido por grupos, eu não sei quantos.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Mais de 20, mais de 30?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Tem, com certeza. Muito mais.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– E esse grupo dos 10 que o senhor mandou?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Tenho o grupo político, o grupo da família... É assim.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Esse seu amigo José Aparecido está em que grupo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Grupo das brincadeiras.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Então o senhor tem brincadeiras com pessoas que o senhor tem distância?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não posso responder essa pergunta.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– O senhor é amigo dele ou não é?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Já respondi.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Quero que o senhor responda agora. O senhor é amigo dele ou não é?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Agora? Nunca mais.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Quero que o senhor responda. O senhor é ou não amigo dele?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

No presente, estou respondendo, agora, nunca mais.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Nunca mais. E quando o senhor mandou aquelas brincadeirinhas para ele, ele era amigo?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Eu já expliquei essa relação.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não. Responda agora. Quando o senhor mandou. Então era um amigo que estava lá nos 10 das brincadeirinhas. O senhor traiu esse seu amigo de brincadeirinhas.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não traí, não. Ele que me traiu e me botou no meio desse negócio.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Não, foi o senhor. Foi o senhor que disse que chegou na sua mão uma listagem que o senhor deu o nome de dossiê.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Que eu não pedi.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Mas o senhor recebeu. Pedindo ou não. O senhor traiu o seu amigo. O seu amigo de brincadeirinhas. É bom que seus outros amigos saibam quem o senhor é. Que qualquer momento o senhor pode entregá-los também. E isso é muito perigoso numa relação.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu não entreguei ninguém.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – O senhor entregou sim. O senhor é um dedo-duro. Porque o senhor recebeu informações no seu e-mail.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, Presidente, tem que manter o respeito aqui na CPMI. Também está ficando demais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputada Perpétua, encerrou seu tempo. Portanto para concluir.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Eu encerrei, eu só encerrei reafirmando que ele é um dedo-duro. Porque ele denunciou o amigo dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – [soa a campainha] Deputado Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Presidente, nosso Relator, Sr. André. Sr. André, eu tenho acompanhado no que é possível com muita atenção o depoimento do senhor. As respostas a todas as questões que foram feitas, vou procurar não me repetir e não ficarmos tratando de questões que o senhor de fato já respondeu algumas delas por diversas vezes. Eu teria interesse mesmo de ouvir agora aquelas informações secretíssimas que o senhor tem. É um momento oportuno. Se o senhor pudesse declinar agora as informações que o senhor tem que o senhor caracterizou de

extrema gravidade e que só queria se pronunciar numa Sessão Secreta, eu gostaria de ouvir agora. Agora é uma boa oportunidade.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES:

Não posso decliná-las agora porque não tem conexão direta. Mas acho que serviria para a CPI. Mas como não tem conexão direta, e é um direito meu pedir a Sessão sigilosa. Foi negado. Tudo bem.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor então tem a intenção de não revelar mais? O senhor não vai mais revelar as informações gravíssimas que o senhor tem?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não tenho como revelar. Seria só para a CPI, mas a CPI não quer.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – A CPI quer. Nós estamos aqui.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Mas eu não posso por questões legais. Inclusive tem imagens de pessoas, e tal.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Talvez a base aliada queira votar uma Sessão Secreta.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Então Presidente, não pedi ajuda do Índio. Não pedi ajuda do Índio. Sr. André, o senhor já ouviu falar de uma pessoa chamada Bruno Dantas Nascimento?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: O que é que tem?

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor conhece essa pessoa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Esse aí é Consultor Geral do Senado.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Ele é o Consultor Geral do Senado?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: É o Consultor Geral do Senado.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Qual a sua função no Senado?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Minha, eu sou da segunda Vice-Presidência.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Qual a sua função no Senado Federal?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Consultor Legislativo.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor é Consultor Legislativo. Por conseguinte quem é o seu chefe imediato?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Eu estava cedido à Vice-Presidência. Aí meu chefe imediato é o Senador Alvaro Dias. Todo mundo que está cedido a um gabinete passa a ter a responsabilidade com aquele gabinete. Eu não posso trair o Senador pegar uma coisa e levar para outro...

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Não tem o mesmo entendimento. **Veja** bem, Sr. André, o senhor recebe uma informação gravíssima, ficou perplexo, assustado, se sentindo chantageado, de férias, com todas as coincidências que já foram ditas, passa 10 dias depois, ou 10 ou 12, não sei exatamente quantas, e não procura o seu chefe superior que é o consultor geral do Senado Federal.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ele não era meu chefe no momento. Eu não estava recebendo nenhuma orientação dele.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor entregou toda a documentação...

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ao Senador Alvaro Dias.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Àquele chefe circunstancial... Só um minutinho. O seu chefe circunstancial ao que o senhor serve agora na secretaria da segunda Vice-Presidência do Senado. O senhor não acha que o normal de um servidor como o senhor, que conhece o Regime Jurídico Único, seria nesses 10 dias que o senhor talvez não tenha encontrado o Senador, o Senador estava viajando, estava extremamente ocupado, que o senhor entregasse uma cópia do que o senhor recebeu. Já que se tratava de tão grave, ao Consultor Geral do Senado? O senhor não acha que seria normal?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Tinha que entregar ao meu chefe imediato que era o Senador Alvaro Dias.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor precisa ter claro para fazermos aqui o jogo, André, fazermos o jogo transparente. Na verdade, de posse dessa documentação o senhor não se comportou como técnico. O senhor não se comportou como técnico. O senhor procurou fazer política. Então o que o senhor diz que é um técnico e não é um político, não tem procedência. O senhor fez política ao entregar para o Senador Alvaro Dias.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Que é o meu chefe imediato. Ele que me dava as ordens.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O seu chefe é o Consultor Geral do Senado. Segunda questão. O senhor, André, o senhor chegou a passar cópias ou através de computador ou cópia xerografadas daquele... Para assessores de outros gabinetes, de outros Senadores da Casa?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nunca. Tanto que ele já pegou lá o meu computador e a Polícia Federal disse que não.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Não estou perguntando computador, o senhor pode ter fei-

to xerox e passado para outros assessores, de outros gabinetes do Senado.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Nem para o assessor do Senador Arthur Virgílio?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor está seguro do que está falando?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Estou seguro.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Eu não estou tão seguro. O senhor gravou eventualmente alguma outra conversa com o Sr. Aparecido fora.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não há nenhuma gravação.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor não tem nenhuma gravação?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Nenhuma gravação.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Nem fez nenhum tipo de gravação em nenhum momento?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não fiz em nenhum momento.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor chegou a tomar conhecimento da existência de alguma gravação?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Sr. André, eu queria então indagar do senhor o seguinte. Quem foi que fez o convite para o almoço do clube naval?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Fui eu que fiz o convite. Eu fiz o convite.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Por quê?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Queria saber daquilo tudo que estava acontecendo. Estourou toda a imprensa daquele negócio, eu comecei a ver. Que negócio é esse que tá acontecendo? Vou perguntar para o Aparecido.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Mas André, eu estou.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Aí eu chego lá e pergunto para ele, ele chega nervoso e faz a descrição que eu já falei.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Mas André, veja bem. Eu estou de férias.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Mas isso aí foi depois.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Mas é depois mesmo. Eu estou de férias. Venho por acaso no Senado buscar um lenço que esqueci na minha Mesa, me deparo com aquele problema complicadíssimo. Fiquei assustado, perplexo, com raiva. Odiando José Aparecido. E ainda convido o José Aparecido para almoçar?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Mas esse almoço foi para discutir exatamente o problema disso.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor ainda convidou o José Aparecido, então é uma coisa que eu sinceramente tenho dificuldade de entender. Porque se eu estivesse uma situação dessa com tanta perplexidade, com tanto sentido, a minha responsabilidade como servidor público, com tanto sentido o problema do crime envolvido naquilo, como o senhor também colocou, eu jamais convidaria o meu adversário para almoçar. Jamais. Mas o senhor é o homem que tem um caso com o José Aparecido um pouco na base do tapas e beijos. Então, teve um momento que o senhor se irritou e em seguida o senhor convida para almoçar. Não é estranho não, Sr. André?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – O senhor não acha estranho isso. Engraçado. Eu tenho a impressão que o senhor convidou o José Aparecido para almoçar para tentar continuar as armações que o senhor gostaria de trabalhar para criar essa turbulência toda. Que o senhor está diretamente envolvido no centro do furacão, isso é inegável. Isso aí não temos mais o que debater e discutir. O Senador Alvaro Dias fez a divulgação do documento e o senhor está diretamente envolvido nessa questão, e fez.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Cumpri meu dever funcional.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – E o senhor fez política com relação a isso. Claro. É muito interessante, Presidente, e meus queridos colegas e queridas colegas, que o senhor inicia todo o procedimento com uma coisa correta, fazendo uma análise da conjuntura do momento. Do momento. Daquele período de fevereiro. Onde a oposição não tinha bandeiras, onde a oposição estava e acho que ainda continua um pouco perdida, aliás, quero aproveitar esse momento que nós estamos conversando aqui para fazer um parênteses, Presidente. Pouca gente no Brasil conhecia a Ministra Dilma. A Ministra Dilma era técnica, uma Ministra muito interna, nem no PT a Ministra Dilma tinha um conhecimento maior. [soa a campainha] Mas o Senado insistiu tanto que deu a oportunidade para a Ministra Dilma ser conhecida pelo Brasil inteiro. Ali-

ás o Senador Agripino levantou a bola. E ele então aproveitou e entrou de cabeça. André, foi você quem pagou a conta, André?

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Como assim?

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Foi você que pagou a conta do almoço do clube naval? Quem pagou a conta lá? Foi tu, foi ele? Fizeram uma.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não lembro desse detalhe.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Foi tu que pagou, pelo teu jeito. Foi tu que pagou a conta.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Ainda bem que lá é um restaurante bem barato ainda.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Acho que foi o André que pagou. Quem convida normalmente paga, esse teu convite foi um negócio meio complicado. Presidente, eram essas as minhas perguntas. Não vou me repetir, André, para não ficar uma coisa desgastante para nós e para você, que de fato é chato ficar respondendo várias vezes a mesma pergunta. Mas eu só finalizo dizendo: Dos cinco minutos que o senhor tinha, diga uma coisa que é a bomba.

SR. ANDRÉ EDUARDO DA SILVA FERNANDES: Não tenho nada a dizer. [soa a campainha]

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Tá bom. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr^a Presidente, Srs. Parlamentares, embora eu tenha sido destituído a pouco da função de chefia do depoente André Eduardo, eu creio que talvez não seja muito adequado formular perguntas a ele nesse momento. Mas eu quero aproveitar a oportunidade para destacar algumas questões que eu considero essenciais. Há um desvio do foco porque as questões adjetivas é que estão prevalecendo. O principal está dando lugar ao acessório nesse debate. Porque a Polícia Federal já indiciou o vazador de nome José Aparecido.

É evidente que pode ser um vazador ou vários vazadores no Palácio do Planalto. Vazador só pode ser quem tem responsabilidade pela guarda de eventuais informações sigilosas ou documentos sigilosos ou neste caso dossiê. Se o José Aparecido é o único vazador, certamente produziu o vazamento por várias vias. Uma vez que o dossiê que chegou ao endereço eletrônico de André Eduardo, é um dossiê incompleto. O dossiê completo chegou à Folha de São Paulo. E me parece que não através de e-mail, mas possivelmente através

de um **pen drive** que foi entregue à jornalista do jornal Folha de São Paulo. Jornalista ou jornalista.

Portanto, essa é uma questão para nós secundária. Quem vazou? É preciso estabelecer uma graduação para a responsabilização. Quem é responsável maior? Responsável maior é quem determina. É quem ordena. Nós não podemos consagrar definitivamente este conceito de que a autoridade maior não vê, não sabe, não ouve e, portanto, não é responsável por nada. Essa tese, esse conceito tem prevalecido no atual Governo. Quem comanda não é responsável. Quem comanda é sempre excluído do processo de responsabilização civil e penal por eventuais delitos praticados.

O dossiê existe. Está comprovado. Há um laudo técnico comprovando. Há prova material razão do indiciamento de José Aparecido. A Polícia Federal conclui, portanto, pela existência do dossiê e não poderia ser de outra forma. Um vazador já está indiciado. Resta o que? Resta a responsabilização de quem comandou esse processo. Como isentar a Ministra Dilma Rousseff de responsabilidade se o fato ocorreu na área sob seu comando? José Aparecido indica um nome. Erenice Guerra. Erenice Guerra está ligada a que superior? Ela não é a Ministra interina que assina como Ministra na ausência da Ministra titular? Estas são as questões substantivas. Estas são as questões principais.

Não vejo como subestimar a imprensa. Alguém que tenta induzir que a imprensa seria capaz de produzir matéria investigativa como essa, se tivesse ao seu lado um Senador passando documentos. Ocorre que as informações veiculadas pela imprensa chegaram ao conhecimento público muito antes que o Senador tomasse conhecimento da existência material do dossiê. Nós sabíamos da existência dele através de vazamentos oficiais produzidos por autoridades do Governo. Lideranças do Governo no Congresso e inclusive a Ministra-Chefe da Casa Civil em São Paulo como já aduziu o André Eduardo em seu depoimento.

Portanto, nós não podemos admitir que se consagre uma espécie de hierarquia penal. A corda arrebentando do lado mais fraco. Ou seja, penalizados podem ser os subalternos, não os superiores. O José Aparecido pode ser penalizado porque é subalterno. Os seus superiores não podem ser penalizados e devem ser protegidos a qualquer custo. Esta é a hierarquia penal que nós já pudemos verificar em outras oportunidades.

Eu quero antes de concluir, Sr. Presidente, fazer referência a algumas agressões que foi alvo o Sr. André Eduardo Fernandes. Eu quero repudiar as agressões, repudiar, o Sr. Eduardo André foi leal, honesto e agiu no estrito cumprimento do dever legal. Se pudesse o promoveria. Eu assumo inteira responsabilidade pelos

atos por ele praticados, no exercício da sua atividade profissional. Só, ele não ficará em nenhum momento diante das agressões. As agressões são improcedentes. Elas não se justificam.

Traição haveria se eventualmente ele não me comunicasse. Ele não pediu, eu não pedi, encaminharam, e no estrito cumprimento do dever legal ele me apresentou o que recebeu. Eu sei que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não tem os instrumentos adequados para a investigação policial que esse caso requer. Não depósito, portanto, é claro que não, não repasso ao Relator dessa Comissão responsabilidade alguma no que diz respeito a conclusões objetivas sobre este episódio. Mas depósito fundadas esperanças de que a Polícia Federal apontará os verdadeiros responsáveis por este crime praticado no Palácio do Planalto.

Creio que cabe a cada um de nós interpretar a gravidade desse delito. A meu ver é muito grave. Ele vem na esteira de outros delitos praticados ao longo do tempo. E por falar em delitos praticados ao longo do tempo, eu gostaria de dizer da diferença com que tratamos o Senador Arthur Virgílio, pessoas como Delúbio Soares, no Mensalão. Duda Mendonça, Marcos Valério, nem mesmo a estas figuras nós nos reportamos com palavras agressivas, todos os 40. Aqueles que passaram por aqui na memorável CPML dos Correios, em nenhum momento nós usamos de palavras agressivas para questioná-los. Sempre os questionamos com o respeito que se exige a qualquer depoente.

Especialmente no caso de hoje o respeito deveria prevalecer. Porque o Sr. André Eduardo não está aqui como acusado. Não está aqui como indiciado. Está aqui como testemunha, prestando a sua colaboração para que a [soa a campanha] Comissão Parlamentar de Inquérito possa oferecer conclusões sobre um crime denunciado.

E para concluir, Sr. Presidente, jamais um Parlamentar ou um assessor, no exercício da sua função legal deve se omitir, ser conivente ou ser cúmplice se no seu entendimento algum crime estiver sendo praticado. É por essa razão que a denúncia se exige. Vazamento se existe na origem, onde o crime é praticado. No destino, há denúncia e pode haver divulgação. É necessidade. É exigência da lei. É cumprimento do dever legal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –
Pela ordem, Sr. Presidente.

(troca de presidência.)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Vamos continuar a ordem agora. O senhor já falou hoje como líder.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu fui mencionado aqui por um Deputado do Acre e eu tenho uma revelação a fazer à Casa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – O senhor já falou, Senador. Então infelizmente não posso passar a palavra. Passo a palavra ao Deputado Índio da Costa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, é uma coisa grave.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Garanto a palavra ao deputado Índio da Costa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu ouvi várias pessoas falarem o tempo que quiseram e V.Ex^a não vai...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Só para ajudar, Sr. Presidente.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente em exercício, eu abro mão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – O senhor foi citado nominalmente?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Senador, me permita aqui só lembrar. Me permita lembrar. Questão de Ordem, então.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Questão de Ordem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Questão de Ordem. Baseado no direito do uso da palavra. Primeiro nós acordamos aqui que o art. 14 nessa Sessão, foi um acordo feito entre Deputados e Senadores, só seria utilizado na forma regimental, ou seja, duas vezes durante essa Sessão. O Senador Alvaro Dias já se utilizou as duas vezes do direito de fazer uso do art. 14. Por isso, Senador, que nós estamos levantando essa questão. Em segundo lugar.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Questão de Ordem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Em segundo lugar nós acordamos que o pela ordem não seria utilizado nessa Sessão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas foi e muito. Menos por mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Acho que exageradamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Menos por mim, Sr. Presidente. Por isso que eu requeiro isonomia e tenho um assunto grave.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu não falaria. Eu quero falar de algo que tem a ver comigo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Terá que dar o pela ordem a todo mundo.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Vou conceder a palavra ao Senador. E Deputado Índio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – É que agora está na minha vez de inscrição, não está? Eu gostaria de passar o meu tempo para o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não precisa, Senador, eu faço questão que V.Ex^a argua. O que vou falar aqui agora vou repetir da Tribuna. Porque eu tive uma decepção muito profunda e não foi com o Deputado do Acre que acabou de falar, foi com o Senador Tião Viana, que era um dos meus mais diletos amigos até o presente momento. S.Ex^a me procurou ontem e me disse que um chefe de gabinete do Senador Alvaro Dias teria conversado com o chefe de gabinete dele e teria dito que o Sr. André teria passado para a minha liderança o seu... Esse dossiê do seu... Para mim, o da D^a Dilma, esse dossiê do Sr. Aparecido Pires. Muito bem.

Eu então liguei imediatamente em tom duro para o chefe do gabinete do Senador Alvaro Dias. E disse ao Senador Tião Viana que iria falar sobre aquilo da Tribuna ontem. Ele pediu para não fazer e para não citar o nome dele. Eu volto a repetir. Até o momento era um dos meus mais diletos amigos nesta Casa independentemente dessa questão partidária. O Senador vai e faz uma pergunta que tem toda a impressão digital do Senador Tião Viana que me conhece de sobra, sabe da minha discipulação, foi para mim que o Senador Tião Viana ligou meia noite, quando ele era acusado de ter sido aquele que havia violado o sigilo do caseiro Francenildo. Foi para mim que ele ligou meia noite ao lado de sua companheira, de sua esposa. É por isso que não me conformando venho dizer aqui desta Tribuna que eu não sou o homem exato para fazerem brincadeiras comigo. Vou repetir da Tribuna agora e na frente do Senador o que acabo de dizer nesse momento. Obrigado, Sr. Presidente.

(troca de presidência.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senador Arthur Virgílio. É por isso que às vezes a gente tem que pensar um pouquinho antes de falar. É por isso que a gente tem que pensar bem [soa a campainha] e ser responsável por aquilo que a gente fala. E tudo aquilo que está sendo dito aqui e tudo aquilo que está sendo dito aqui há uma responsabilidade de todos. Deputado Índio da Costa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sr^a

Presidente, depois de quase quatro horas somando a Sessão Secreta com essa Sessão... [soa a campainha] Eu gostaria tão e somente de registrar o meu respeito ao servidor dessa Casa, o André, dizer que por tudo que vi até agora, André, você cumpriu rigorosamente [soa a campainha] com aquilo que diz o Estatuto do Servidor público, dizer que espero que nós tenhamos tempo ainda, porque já são 15h00, e às 16h00 já começa o Plenário da Casa, Sessão, efetivamente, e gostaria de ver se hoje ainda a gente escuta o José Aparecido. Sugiro se alguém ainda está aqui inscrito, para falar, tem mais alguém Presidente inscrito para falar? Ou eu sou o último?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – O Deputado Marcelo Guimarães não está aí. Portanto o senhor é o último.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Então eu vou encerrar agora para que a gente tenha tempo de ouvir o Sr. Aparecido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada. [soa a campainha] Portanto nós vamos... Acabamos essa oitiva. Eu quero pedir e conversei com o Advogado do Sr. André solicitando a ele que possa esperar. Peço ao Secretário que encaminhe e que traga o Sr. José Aparecido. Quero informar aos Deputados e Senadores que enquanto não começar a ordem com o dia nós continuamos. Se a Ordem do Dia atrasar, nunca começa às 16h00, nós vamos até a Ordem do Dia. A hora que começar nós encerramos. Nós suspendemos na Ordem do Dia e voltamos depois. Os dois depoentes vão ficar esperando a gente retornar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Não. Agora vamos ouvir o Sr. José Aparecido. Só vamos suspender a hora que começar a Ordem do Dia. A Ordem do Dia começa entre 17 e 18h00. Então temos tempo de fazer a nossa oitiva.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – A palavra com o Sr. Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Eu quero aqui... Embora sejamos poucos nesse momento, essa CPI tem o seu prazo de término no dia... Viu Deputado Carlos Sampaio, como sub-Relator e Deputado Índio que não vejo aqui, gostaria de uma atenção especial. Essa CPI então tem como prazo final o dia 8 de junho, que cai num domingo. Nós estamos ouvindo... Ouvimos o André, vamos ouvir o José Aparecido que são fatos correlatos, mas que não tem a ver com o foco relativo a gastos de cartão de pagamento. Se formos deixar nos levar da fala de um que almo-

çou com o outro, que jantou com o outro que telefonou para o outro nós teríamos audiências infinitas aqui nessa CPI. E acredito que em relação a essa questão do vazamento de informação, do banco de dados, ou dossiê, como queira cada um definir, o determinante será a conclusão do inquérito da Polícia Federal. Em decorrência disso eu queria fazer uma proposta relativo a calendário, que os sub-Relatores pudessem ler o seu sub-Relatório no dia 27, eu teria aí um prazo curto, mas leria o relatório no dia 29. Certamente, será pedido vistas, mas o prazo máximo de pedido de vistas é de cinco dias, mas nós poderíamos acordar para um prazo de três dias e iniciariamos a leitura e a votação do relatório no dia 3 de junho, dando tempo suficiente para votar, emendar, rejeitar ou fazer um substitutivo. Mas acima de tudo concluir o trabalho dessa CPI.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – A sugestão do Sr. Relator está dada e eu vou analisá-la.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Começamos agora a segunda fase dos depoimentos. Queremos agradecer a presença do Sr. José Aparecido Nunes Pires, seja bem-vindo. E quero dizer a V.S^a, que V.S.^a tem 20 minutos para se dirigir a todos, depois o Sr. Relator, depois os questionamentos dos Srs. Deputados e Senadores. Portanto, passo a palavra por 20 minutos ao senhor... Sr. José Aparecido.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Srs. Parlamentares. Sou servidor público há 27 anos. Em 1980, ingressei por concurso público na carreira de analista de controle externo do TCU. Dediquei, portanto, a maior parte da minha vida ao serviço público federal. Nasci no interior de Goiás e aos 8 anos saí da casa de meus pais para estudar em um tempo em que se ia a cavalo para a escola rural.

Aos 14 anos, mudei-me para Brasília. Graduando-me em 1980 na Faculdade de Nutrição da UnB. Trabalhei poucos anos nesta área no então Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Órgão vinculado ao Ministério da Saúde. Desta época guardo as melhores recordações profissionais pelo convívio e um aprendizado com uma equipe de trabalho verdadeiramente engajada em reconstruir a democracia deste país.

Vivíamos os anos 1980. Sou filiado ao PT desde 1980, partido com o qual compartilho os ideais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Colaborei o quanto pude durante esses anos com o PT, tendo inclusive assessorado diversos parlamentares em CPIs. Tenho o orgulho de ter participado desde 2003 do Governo Lula, como então Secretário de Controle Interno da Presidência da República, posição que exerci até semana passada.

Ao longo de minha vida, como analista de controle externo do TCU, participei de diversos trabalhos sempre imbuído do espírito de aperfeiçoar a ação do Estado e fazer com que as políticas públicas atendam com regularidade a eficácia a quem dela necessita. Dentre os trabalhos que realizei no TCU ou cedido ao Congresso Nacional, gostaria de destacar a auditoria da área de merenda escolar, obras rodoviárias e CPI da fome, CPMI do orçamento.

Sobre o meu relacionamento com o André Eduardo Fernandes, penso ser relevante esclarecer que... Conheço o André desde a instalação do Governo paralelo do PT na década de 90. Quando ele deixou o então Governo do GDF, Gestão Cristovam Buarque, e foi trabalhar como consultor legislativo para outros partidos, passamos a ter posições políticas divergentes, mas sempre debatidas e tratadas de maneira respeitosa. Deixo claro que o considerava como amigo, até este episódio de que estamos tratando.

No dia 6/05/2008, o jornalista Cleber Praxedes, da Rede Globo, ligou para o meu celular e disse que tinha uma bomba contra mim, e que queria falar comigo pessoalmente. Chegando lá... Um outro jornalista disse que existia um laudo ITI que me apontava como responsável pelo envio dos dados sobre os dos gastos do Governo no período 98/2002. Dizia ainda que eu havia trocado **e-mails** com André Fernandes, e que em um desses **e-mails** estavam anexados dois arquivos. Um *Word* e outro **Excel**. Contendo neste último, dados sobre despesas realizadas do último mandato do Governo anterior.

Saindo da Rede Globo, fui até a Ciset-PR e lá solicitei a dois funcionários que me ajudassem a revisar todos os meus **e-mails** enviados e recebidos por André Fernandes. Um desses funcionários é da área de informática. Para minha surpresa, encontramos o **e-mail** enviado no dia 20/02/2008, às 10h47 contendo os dois arquivos anunciados.

Minha primeira reação foi de espanto e de não reconhecer como de minha autoria o envio do arquivo **Excel**, uma vez que eu não sabia da potencialidade... Uma vez que eu sabia da potencialidade midiática dessas informações. Mas o laudo do ITI concluiu que esse arquivo saiu de minha máquina e do meu correio eletrônico. Mas, reafirmo, que não tenho memória nem consciência de que anexe o arquivo **Excel**, no dito **e-mail** enviado ao André.

Reconheci então que a planilha **Excel** e o documento **word** saíram do *login* do meu Correio eletrônico que utilizava do computador da rede da Ciset. Confirmei também que o texto **e-mail** "leia o texto" literal enviado em 20/02/2008 ao Sr. André é de minha autoria. Minha intenção em anexar e enviar apenas um arquivo

word, minha intenção era anexar e enviar apenas um arquivo **word** de nome "supervisão ministerial". Enfatizo que se anexe o arquivo **Excel**, não houve neste ato dolo ou má-fé, isto é, não fiz de maneira deliberada ou premeditada.

Se anexe esse arquivo **Excel**, foi por engano ou descuido. Uma falha humana, um erro humano. Mas não admito e não admito que envie o referido **e-mail** induzido por qualquer motivação. Senão, vejamos... A Ciset-PR – e aí é muito importante que os Parlamentares prestem atenção – a Ciset-PR desde 2005 já tinha feito uma auditoria nos gastos presidenciais da Presidência da República relativos a 2001/2002, ocasião em que foram feitas cinco recomendações à Secretaria de Administração da Casa Civil. E nada dessa auditoria foi repassada a ninguém fora da Casa Civil.

Como poderia, com a experiência que tenho com informações sigilosas e sensíveis, inclusive cuidando de verbas secretas, repassar informações reservadas ao Sr. André? Ou qualquer outra pessoa e deixando registros elementares como num Correio eletrônico? Se tivesse a intenção de repassar esse tipo de dado, o faria por CD, *pen drive*, disquete ou papel impresso.

Na sequência de **e-mails** trocados com Sr. André Eduardo, não há qualquer menção à planilha **Excel** nem ao seu conteúdo. São textos pessoais e não tem a mais leve insinuação sobre a possibilidade de que seria um dossiê para constranger a Oposição. Em nenhum momento o Sr. André Eduardo mencionou ou deu a entender pela imprensa ou em conversas informal que eu tive conhecimento da transmissão desse **e-mail**. Ao contrário, em um almoço realizado após as divulgações das planilhas pela revista **Veja**, em 21/03/2008, ele me disse que haviam rumores fortes da imprensa de que eu teria vazado essa planilha, ocasião em que contestei veementemente. E aqui repito – eu não repassei informações alguma para a imprensa.

Trabalho com informações sensíveis e relevantes há pelo menos 27 anos e não houve nada que maculasse minha carreira profissional nesse período.

Por último, quero enfatizar que não tive nenhuma participação na decisão ou elaboração desse banco de dados. Não trabalhei nem digitei qualquer caractere nas tais planilhas. Tive acesso a essas planilhas por intermédio de um funcionário da Ciset que, a meu pedido, me entregou uma cópia. Solicitei esse trabalho, porque estava na esfera da competência da Ciset. Soube desse trabalho por ocasião de uma reunião ocorrida em 11/02/2008, na sala do Sr. Norberto Timóteo, e coordenada por ele mesmo. Este foi o único episódio em que discuti esse assunto no âmbito da Casa Civil. Nunca, mas nunca mesmo conversei sobre esse assunto com Erenice Guerra ou com a Ministra

Dilma. Esta é a verdade. Muito obrigado pela atenção dos Srs. e Sr^{as} Parlamentares.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Aparecido. Passo a palavra agora ao Sr. Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Sr. José Aparecido, V.S.^a disse que tem uma amizade com o André desde 1990, ou seja, 18 anos. E nesse processo tiveram muitas... Pelo próprio relato aqui do André, idas e vindas, né? Nesse período de 18 anos, quantas vezes essa relação já foi interrompida e quantas vezes ela foi reatada?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu lembro que do início do Governo, em 2003, apareceu um requerimento na Casa Civil onde o Senador Alvaro Dias solicitava da Casa Civil... Quantos funcionários do TCU que estavam à disposição para a Casa Civil? Quanto tinha recebido de ajuda de custo? Quantas viagens tinham feito ao exterior? Bom... Depois disso eu liguei para ele umas duas vezes e durante três anos ficamos sem falar. Final de 2006, através de amigos comuns voltamos a conversar. E aí a partir daí nos encontramos algumas vezes.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Ok. O relato aqui do André pela... Pela documentação que ele deixou aqui, havia um processo de troca de e-mails entre você e o André. Mesmo nesse período.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nesse período de 3 anos, impossível.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Nesse período de 3 anos?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Impossível. De 2003.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Ele se refere ao período, ao período que ficaram sem se falar.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Estou dizendo... Houve uma troca aí no... Acho que nos últimos sete meses, de algo em torno de 30 correspondências. O senhor confirma?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha, nos últimos tempos a gente trocou e-mails, mas não sei precisar a quantidade.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas aí era mais.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Textos de auto-ajuda, de futebol. Coisas desse tipo.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Agora, quando ele manda uma correspondência, um e-mail que versava sobre brincadeiras de corrupção. E logo depois o senhor retorna a ele uma corres-

pondência e diz: “Presta atenção nos anexos”. Como explicar esse fato?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: É normal, né? No âmbito do serviço público trocar notas. Essa nota... Esse texto de “supervisor ministerial” nem nota técnica era. Foi preparado um arrazoado pelo meu assessor e se tratava da supervisão ministerial.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas você não achava estranho o fato um processo de troca de correspondências tão rotineiras com um assessor de um líder da Oposição? V.S.^a sendo um assessor estratégico do Governo?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele era consultor Legislativo, antes de ser assessor da Oposição. Era consultor Legislativo. E não me constava, inclusive, que ele trabalhasse com o Senador Alvaro Dias.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas o senhor conhecia a história de que ele participou do Governo do Cristovam Buarque? V.S.^a sabe que naquele momento ele foi filiado ao Partido dos Trabalhadores e, ao sair, saiu acusando o Governo do Cristovam Buarque e logo depois se desfilou ao PT, ou seja, era um crítico às administrações do PT.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha, ele logo depois que ele saiu do Governo do Cristovam eu morava em Goiânia. E... Ao que eu saiba ele tinha uma boa relação com o Governador Cristovam.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas quando ele lhe mandou a correspondência no dia 20 de fevereiro de 2008, às 10h51, em que ele diz: “Muito bom esse trabalho. Está certo. Como está sua mãe? Vai viajar neste final de semana?” Quer dizer, e você ao receber essa correspondência não emitiu nenhuma outra correspondência para relatar a ele o que é que significava isso, “muito bom esse trabalho”, já que as correspondências não falavam de trabalho?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. Porque eu tinha mandado uma correspondência de supervisão ministerial. Um anexo de supervisão ministerial.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E aí ele manda então depois uma “te ligo na quinta. Vamos marcar um jantar”.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não houve nenhum almoço nesse período.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Agora, mesmo depois do vazamento da informação e dessa crise de relação de amizade entre você e o André... Vocês se encontraram quantas vezes?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nenhuma vez.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas teve um almoço no clube?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Isso foi na semana que saiu a reportagem da **Veja** no dia 21/03.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Aí vocês se encontraram para um almoço. E na festa do seu aniversário...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Na festa do meu aniversário, ele era a única pessoa estranha da família. Tinham 10 pessoas, não teve festa... Encontramos num bar, Pata Negra, dez pessoas no máximo ele foi com a namorada dele. Coisa normal...

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas normal para alguém que já tinha lhe causado um problema que acabou originando num almoço, no almoço que já tinha tido uma discussão...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Mas não havia problema nenhum. Ele nunca mencionou nem sob hipótese que tinha recebido esse **e-mail**, esse conteúdo...

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas quando houve o almoço já tinha tido o vazamento da informação.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. O que ele falou nesse almoço foi o seguinte, a imprensa estava veiculando, falando nos bastidores que eu teria vazado essa base de dados. Aí contestei veementemente. Não, o pessoal está... Está completamente enganado.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas nesse almoço você já tinha conhecimento de que o André tinha recebido esse banco de dados?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. De maneira alguma. Ele nunca falou isso, ele nunca disse isso.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Que foi o almoço do clube naval.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim. Logo após a **Veja** do dia 21/03.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mudando completamente aqui, qual foi no gabinete civil da Presidência da República, qual foi a participação que o senhor teve na elaboração desse banco de dados? O senhor.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nenhuma. Cedi dois funcionários apenas.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Cedeu dois funcionários.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Cedi dois funcionários.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E V.S.^a nunca se reuniu com esses dois fun-

cionários para buscar informação do que... De como estava o trabalho?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nós estávamos para fazer auditoria de gestão dos órgãos da jurisdição da Ciset, e eu perguntava... Cheguei uma ou duas vezes perguntar quando é que ia terminar esse trabalho. Aí depois de sete, oito dias eles falaram: "O trabalho está muito repetitivo. Aí eles saíram para poder fazer auditorias de gestão".

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Porque mesmo que você... Vamos aqui, em tese, mesmo que você tenha repassado, de forma involuntária, como afirma no seu depoimento, para o André... Como é que você teve acesso a esse material? Como é que você recebeu ele?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu falei aqui. Eu pedi para um funcionário meu que passasse para mim, que está na minha alçada ter essa base de dados, eu já tinha feito uma auditoria em 2005 e essas tais planilhas eram com certeza aperfeiçoar o trabalho que desenvolveríamos nas contas de 2007. Esse foi o único propósito.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas esse Grupo de Trabalho não estava subordinado à V.S.^a?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. Estava subordinado ao Sr. Norberto Timóteo.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Você só cedeu... Mas mesmo assim V.S.^a quis ter acesso e solicitou essas informações?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Como eu cedi dois funcionários, e isso está na esfera de competência da Ciset, eu solicitei essa base de dados.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E como V.S.^a recebeu isso? Via eletrônico? Via planilha?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Se não me engano *pen drive*, com o meu computador logado ele colocou no meu computador.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Então, havia pelo menos a curiosidade de V.S.^a de ter conhecimento do que é que se constituía esse trabalho?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nenhuma curiosidade. Até porque eu já conhecia desde 2005. Nenhuma curiosidade.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Então, por que é que solicitou?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Porque fazia parte da nossa atividade de controle ter acesso à base de dados. Porque a planilha que eles desenvolveram é um pouco diferente dessas que fizeram

em 2005. Com certeza aperfeiçoava a nossa planilha de 2005.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E foi a primeira vez que, mesmo de forma involuntária, V.S.^a repassou informações ao André? Ou já tinha ocorrido outras ocasiões de passar informações?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não existe essa possibilidade de passar dados de maneira involuntária, errada. Todo mundo na vida já passou e-mail errado. Eu não me recordo que em outro momento de ter passado e-mail errado. Devo ter passado, mas com esse nível de midiática, foi o primeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Quando V.S.^a passa essas informações ao André e a partir daí, mesmo que por engano, verifica que essas informações acabam na imprensa, qual é o juízo de valor que V.S.^a faz de quem é que vazou isso para a imprensa? E como V.Ex^a se sentiu neste processo? Usado, ou...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu só soube que isso saiu da minha máquina no dia 6/05/2008. Agora, no dia 6 de maio último.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Aí depois de que isso saiu da sua máquina... V.S.^a se encontrou quantas vezes com o André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nenhuma vez.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Nenhum telefonema, nenhuma...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nenhuma vez.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Quer dizer, o senhor nega aqui que tenha partido do senhor essas informações para a imprensa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nego veementemente.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Agora, muito anterior à publicação da imprensa e da mídia desse banco de dados, já vinha sendo veiculado constantemente, se veiculava na imprensa muitas pequenas notinhas de banco de dados, de dossiê, de que estava se preparando... Neste período anterior à grande divulgação nas conversas e na troca de correspondência que V.Ex^a teve com o André... Este assunto banco de dados, informações, isso foi conversado? Foi tratado?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E de que é que vocês tratavam nessas trocas de correspondências?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha, quebraram o meu sigilo eletrônico. Então, está tudo... Toda a Polícia Federal como a Comissão de sindicância

tem todos esses e-mails em mãos. E pode ser verificado que não tem nada que se relaciona a isso.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – O André disse aqui que na CPI do BANESTADO que a amizade que vocês tinham foi ali interrompida por um processo. Ela entrou em crise naquele momento porque V.S.^a teria tentado usar o André, e vocês, então, cortaram a relação. O que é que motivou o reatamento da relação de V.S.^a com o André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Amigos comuns disseram assim: “Olha, acho que é bobagem essa coisa de vocês ficarem sem se falar”, e nós voltamos a falar no final de 2006.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E no Gabinete Civil da Presidência da República, qual o relacionamento de V.S.^a com a Ministra Dilma?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu tive com a Ministra Dilma nesse período todo três conversas.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – O que é que V.S.^a está dizendo nesse período todo?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nesse período da posse dela até o dia que eu pedi para poder sair.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Em três oportunidades você... E com a Erenice?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Conversei mais vezes.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas sobre esse assunto banco de dados, V.S.^a tratou disso com a Erenice ou com a Ministra Dilma?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Em nenhum momento.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E quem é que lhe solicitou para que cedesse 2 funcionários para esse Grupo de Trabalho?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Secretário de Administração Norberto Timóteo.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas V.S.^a ocupava um cargo que era o cargo de chefia.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Querendo obter uma informação de um trabalho que estava sendo executado, V.S.^a não entende que deveria se dirigir ao chefe responsável pela equipe de trabalho dentro de uma ordem hierárquica de procedimento?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha... Como não havia... Os meus funcionários não assina-

ram nenhum termo de confidencialidade, eu não vi problema algum.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas reconhece que uma lógica de procedimento de trabalho seria se dirigir ao responsável pelo trabalho.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Esse grupo foi criado de forma, forma informal. A licitação pública para poder agilizar muitos processos pode perfeitamente fazer equipes informais.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Pode parecer algo muito bobo... Mas nas mensagens que o André passava para V.S.^a, ele sempre terminava com uma sigla: SDS. V.S.^a saberia explicar o que é que significa esse “SDS”?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu acho que é “saudações”, não?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não sei, eu estou perguntando.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu entendia como saudações, saudações.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Entendeu como saudações. Não significava nenhum código?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Na sua compreensão.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Quer dizer que V.S.^a não esteve com a Ministra Dilma para tratar desse assunto. Não teve...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – E qual foi a sua reação ao verificar que essas informações estavam vazadas na imprensa e que V.S.^a tinha pedido e tinha tido acesso a essas informações? Não fez uma ligação de que V.S.^a poderia estar sendo traído por algum funcionário? Já que V.S.^a solicita, recebe e depois de um período verifica que aquilo está na mídia?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, eu só tive informações de que isso teria saído do meu computador no dia 6 de maio de 2008.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Sim, mas antes disso isso já esteve na imprensa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não tinha a menor idéia de que isso estivesse na mão do André.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Sim, mas quando isso vazou... Porque V.Ex.^a pediu, cedeu dois funcionários e pediu de dois funcionários essa informação, né? Recebeu essa informação e de-

pois viu que essas informações estavam na imprensa. Quer dizer, V.Ex.^a não fez ali um trabalho para ver que estava tendo uma coincidência de que aquilo que chegou nas suas mãos estava na imprensa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu acho que eu cheguei a perguntar para alguns desses funcionários, se por acaso eles tinham passado isso para alguém, tinham mostrado isso para alguém e tal... Mas eles negaram veementemente.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Presidente, se houver a necessidade, eu volto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada. Eu gostaria, Sr. José Aparecido, de alguns esclarecimentos. E quero saber se eu entendi bem a sua intervenção inicial. O senhor disse que soube do trabalho na sala do Sr. Norberto Timóteo.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – E que cedeu dois funcionários para ele. Portanto, o senhor não participou de nenhuma reunião para a organização desse trabalho, para discutir o trabalho... Isso o senhor não participou?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. Só nessa reunião na sala do Dr. Norberto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – E o senhor diz também que... Sem querer enviou um e-mail para o Sr. André.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não, nunca disse isso. Disse que saiu da minha máquina, saiu da minha máquina. Mas eu não admito a possibilidade de que... De maneira premeditada eu tenha feito isso. Mas os laudos do ITI são robustos no sentido de apontar que saiu da minha máquina.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Assim, o senhor acha que alguém pode ter passado e-mail para o André da sua máquina?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha, Senadora, é muito complicado entrar por aí. O certo é que ele saiu da minha máquina, né? E eu realmente não me recordo de que em algum momento tinha que ter clicado para poder passar uma base de dados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Então, eu acredito que a Polícia Federal vai ter que fazer bem uma investigação, porque o senhor disse que não passou... Mas que saiu da sua máquina.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Isso. Os laudos do ITI indicam isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Indicam que saiu da sua máquina.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim, indicam isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Ou um fantasma ou alguém que se incluiu lá dentro e passou, porque saiu e chegou na máquina do André.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: O laudo do ITI afirma isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – O senhor não mandou esse e-mail a pedido de ninguém?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: De ninguém.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Alguém mandou um e-mail da sua máquina para um assessor da Oposição. É isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: É uma coisa complicadíssima isso, jamais passaria isso, ainda mais para a Oposição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – E o senhor disse também que o senhor pediu ao seu funcionário uma cópia do trabalho.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – A intenção era conhecer o trabalho?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim. A planilha. O modelo da planilha.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Era conhecer o modelo da planilha. O senhor sabia que era um assunto sigiloso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Senadora, eu sabia que era assunto que tinha um potencial midiático muito grande, mas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Mas o senhor é da Ciset. Então, sabia que tipo.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Todos trabalhos de controle interno, em princípio, são trabalhos sensíveis. Todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Então, se era um trabalho sigiloso, mesmo assim o senhor quis tomar conhecimento?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Está na alçada da Ciset ter todos os dados e informações que transitam pela Administração Pública, inclusive verbas secretas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – O senhor disse que a planilha... O senhor queria ouvir.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Só um minutinho. O senhor queria ouvir.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Mas é pertinente. [soa a campainha] Eu gostaria de saber, indagar, porque a Presidente, pelo que eu vi no Regimento, é para ordenar e dirigir os trabalhos. Mas claro que se a senhora quiser fazer perguntas, a senhora teria que se inscrever. É assim ou estou enganado?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu fiz o questionamento e estou fazendo em cima daquilo que ele disse que eu não entendi. E eu posso fazer isso pelo Regimento.

O senhor disse que o senhor olhou, pediu para olhar a cópia do trabalho, porque queria ver se aperfeiçoava uma planilha de 2005?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: De 2005.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Para ver se aperfeiçoava essa planilha?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nós iríamos encaminhar até 2000 e..., até maio, até junho de 2008, as contas da Presidência da República de 2007. E a gente não considera as informações sigilosas. Não considera as informações sigilosas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Questão de Ordem, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Como não?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sr^a Presidente, com todo respeito que tenho por V.Ex^a que sempre presidiu com a maior excelência essa CPML, este é o segundo depoente e o primeiro depoente deixou muito mais dúvidas do que esse e a senhora não fez as inserções. Eu acredito que agora a senhora sabiamente fazer as inserções.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Como não?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Mas dentro do regimento da Questão de Ordem, eu gostaria de fazer a questão de ordem que a Sessão será presidida pela Presidente, no caso que é V.Ex^a, obedecendo a ordem do Relator para os questionamentos, posteriormente do autor do requerimento e depois dos inscritos.

Eu concordo e é até pertinente e inteligente as perguntas de V.Ex^a, mas para que nós não possamos ter dúvidas, principalmente por V.Ex^a para que o Regimento seja resguardado, eu gostaria de saber regimentalmente, porque dúvidas todos nós estamos tendo. Regimentalmente, qual seria o procedimento?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Como não?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu só queria, claro, respeitando opiniões divergentes, dizer que é uma prática em todas as CPIs.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – É justamente isso que eu ia dizer e ele participou de várias CPIs e não sabe disso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Presidência de CPI tem autoridade, sim, para fazer indagações e no momento que desejar, inclusive. Tem sido assim. É uma prática consolidada em todas as CPIs das quais eu participei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas não está no Regimento, Senador. [soa a campanha]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Eu retiro a minha, eu retiro a minha colocação, Sr^a Presidente, e minha Questão de Ordem e, inclusive, essa participação da senhora vai colaborar bastante com a nossa CPI.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Portanto, o senhor disse que a planilha... Olhou... Porque podia aperfeiçoar a planilha de 2005. E aperfeiçoou?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Foi quando surgiu todo esse problema e a gente acabou não trabalhando nela. Até porque esses dados, eram dados parciais. Porque o trabalho continua. Depois que os funcionários saíram, eles continuaram trabalhando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu tenho... A minha informação e pelo menos o que me consta, pelo que eu ouvi, eu não tenho... Não tive acesso à planilha, mas ouvi pela imprensa, um tipo de planilha se aquela é verdadeira, ela era com dados esparsos. Não era uma planilha como normalmente se faz e essas que nós estamos tendo aqui no Senado condições de acompanhar... Com todos os dados relativos àqueles anos, mês por mês, datas, etc. e tal. Essa é uma planilha com alguns dados isolados.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Senadora, eu abri a planilha para poder ver o modelo. Achei que era um modelo bom. Eles aperfeiçoaram. Mas não vi detalhes. Vi que tinha de 1998 a 2002 e vi que tinha algumas autoridades. Eu não me lembro dessa planilha. Eu nunca fiz uma expiação exaustiva dela.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Quer dizer, o senhor pediu porque estava interessado em conhecer, mas mesmo assim não fez nenhuma análise maior sobre ela?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Tá bom. Eu agradeço as suas informações e passo a palavra agora aos autores dos requerimentos. Primeiro requerimento, vários requerimentos solicitaram a vinda do Sr. Aparecido. O primeiro Requerimento é o nº 96 do Sr. Maurício Quintella. O segundo Requerimento é de nº 191 do Índio da Costa e Vic Pires Franco. O outro Requerimento é o nº 237 de autoria do Sr. Vic Pires Franco sozinho, uma outra justificativa. Depois o outro Requerimento nº 244 do Sr. Manato. E só. Portanto, todos terão direito a cinco minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Excelência, Questão de Ordem. Eu vou só ver o requerimento aqui. O artigo enquanto ele fala, me parece que, de acordo com o Regimento, só o primeiro signatário é que teria direito de fazer, usar o período de cinco minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – A justificativa de cada um tem uma justificativa diferente. Quando as justificativas são diferentes, todos são ouvidos. Portanto, o Sr. Maurício com a palavra.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Sr^a Presidente, Sr. Deputado Relator Luiz Sérgio, Sr. José Aparecido Nunes Pires, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas. Sr. José Aparecido, qual era realmente o grau de amizade que V.S.^a tinha com o André? Com o Sr. André? Era uma amizade fria? Esparsa, ou vocês tinham realmente uma amizade...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha, ele nunca frequentou minha casa. Mas a gente se encontrava esporadicamente... Para almoço, através de amigos comuns.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor confiava nele?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha, eu sempre confio nos meus amigos.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Então, o senhor afirmou aqui, eu queria que V.S.^a confirmasse, o senhor não mandou o texto, o arquivo **Excel** para o Sr. André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Pelo menos de forma consciente, premeditada.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – De forma consciente não. O senhor mandou de forma consciente o **e-mail** que constavam dois arquivos e o senhor admite ter mandado o arquivo **word** que trata da supervisão ministerial. E que, por coincidência, não é? Tem o início... Os arquivos têm praticamente a mesma nomenclatura. O que não tor-

na impossível um erro. Quem trabalha na sala com o senhor? Na sua sala?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha, tenho duas secretárias. Uma delas chama-se Cecília e outra chama-se Isabela.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – A Isabela é parente do Sr. André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ao que eu saiba, sim.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Teria alguma chance da Sr^a Isabela ter enviado esse e-mail?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não creio.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não creio. Mas teria chance operacional? Ela tem acesso ao computador do senhor?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim. Às vezes a gente deixa o computador aberto e vai à sala ao lado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas o senhor não acredita que ela teria mandado?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: É.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Alguém ordenou que o senhor enviasse qualquer coisa ao senhor André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Nem a supervisão Ministerial, nem e-mail.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Foi uma opção pessoal do senhor.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor depois de ter enviado e do Sr. André ter confirmado o recebimento, pelo menos do texto, ele confirmou no e-mail, inclusive, parabeniza o senhor pelo trabalho que fez. O senhor de alguma forma tentou intimidá-lo ou chantagiá-lo?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nunca.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – De forma nenhuma.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Em momento algum.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor disse ao Sr. André, atribuiu em conversa ao Sr. André a responsabilidade pela confecção desse e-mail a Sr^a Erenice ou à Ministra Dilma Rousseff?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor nega que tenha falado isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nego.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Nesse almoço que vocês tiveram não houve esse tipo de conversa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não houve esse tipo de conversa.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Como era a sua relação com a Sr^a Erenice e com a Ministra Dilma?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Uma relação funcional normal.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O senhor foi indicado por quem para o cargo de Secretário de Controle Interno da Presidência da República?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Como funcionário de carreira, né... Eu conheci o Ministro José Dirceu à época da CPI do Orçamento e ele me convidou.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Qual é a sua relação com o ex-ministro José Dirceu?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: É a mesma que tenho com todos os integrantes do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Então, o Sr. Ministro José Dirceu lhe deu alguma ordem? Ou fez algum pedido? Ou sugeriu que o senhor também enviasse esse arquivo?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Há quanto tempo o senhor não trata, não fala com o Sr. José Dirceu?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Algum tempo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Algum tempo, poderia precisar?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Algum tempo. Não sei... No aniversário dele eu estive com ele. Na casa, em uma casa aqui em Brasília.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O Sr. Nélcio é indicado pelo Sr. André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha... Quando eu fui para a Casa Civil convidado eu precisava de gente da minha confiança. E é possível que o André tenha indicado ele sim.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O André confirma que foi indicação dele. O senhor poderia dizer se a sua secretária também foi indicação do Sr. André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – São dois servidores indicados pelo Sr. André. O Sr. André, ele já foi do Partido dos Trabalhadores. Não recordo se foi filiado... Foi filiado ao Partido dos Trabalhadores, simpatizante, e disse que houve uma quebra de confiança entre ele e o senhor em 2004. Houve, no período do Governo Lula, nós perguntamos isso a ele aqui, eu perguntei e outros Deputados perguntaram também. O Sr. André pediu em benefício próprio espaço no Governo Lula, para ser mais claro, pediu emprego para ele no Governo Lula?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha...

Ele cogitou dessa possibilidade de ser Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento. E ele mandou currículo para mim.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Ele pediu... O senhor pode provar que ele pediu emprego no Governo Lula ao senhor? Porque isso pode ser o motivador dessa...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele mandou o currículo dele para mim. Não fez nenhum comentário.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Queria ver. Porque se isso se confirma, Sr^a Presidente, nós estamos aqui não só revelando uma mentira, mas se isso se confirmar, o Sr. André estará aqui... Terá praticado o crime de falso testemunho. Eu gostaria que V.Ex^a verificasse esse documento, porque se o Sr. André pediu esse emprego, por e-mail.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele não pediu. Ele mandou currículo e cogitou dessa possibilidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – [Pronunciamento fora do microfone]. Não pediu não, aqui está dizendo que é só um currículo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Mas a pessoa manda um currículo, Sr^a Presidente. Presidente. Primeiro ninguém manda currículo à toa, não é? Nós tínhamos essa informação de que o Sr. André teria, no início do Governo Lula, pleiteado abertamente esse trabalho dentro do Governo Lula.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele cogitou dessa possibilidade, sim.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Então, o Sr. José Aparecido Nunes Pires aqui confirma em depoimento a nessa CPI que o Sr. André cogitou dessa possibilidade, solicitou emprego no Governo Lula, não foi atendido e chegou ao ponto de enviar o e-mail para o José Aparecido Nunes Pires.

Então, Sr^a Presidente, claro aqui, em se confirmando isso, vamos analisar essa documentação. Obviamente aqui que ninguém vai... Pelo menos não a mim,

pedir a prisão do Sr. André por falso testemunho, até porque ele já fez o seu depoimento, não constituiria um flagrante nesse momento. Mas se isso for confirmado, nós solicitaremos que V.Ex^a envie esses documentos à Polícia Federal para se constatar essa informação, para se configurar o falso testemunho e que a Polícia Federal instaure o devido Inquérito Policial.

Mas, me parece uma... Um fato claro. Óbvio. Que a relação deles passou... Chegou até o ponto que chegou. E que o Sr. André, obviamente, tem lá suas mágoas, suas... As suas... Teve o seu interesse contrariado por parte do Governo. Voltando aqui à minha pergunta... Por que o senhor, Dr. José Aparecido, trocou de Advogado?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, é questão de foro íntimo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Questão de foro íntimo. Não tem nada a ver com linha de defesa...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Foi o Dr. Toffolli que indicou a sua atual defesa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – O seu advogado é amigo do Advogado Geral da União. Foi ele que o indicou para a defesa dos direitos?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Quem paga sua defesa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Quanto é sua defesa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu acho que isso... Eu acho que não devo revelar. Porque, entendeu?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – O senhor sente que o Planalto está lhe protegendo de alguma forma?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nem protegendo nem desprotegendo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR-AL) – Eu me dou por satisfeito, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Deputado. Com a palavra o autor do outro requerimento, Deputado Índio da Costa.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sr^a

Presidente, eu gostaria de usar os 10 minutos e fazer perguntas e respostas assim. Sr. José Aparecido, o senhor do Conselho de Ética do... Aqui. Conselho de Ética de Transparência da Controladoria-Geral da União.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – O que diferencia para o senhor um banco de dados de um dossiê? Do ponto de vista técnico?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, como eu não conheço dossiês, não sei ao certo o que é um dossiê, porque minha militância é uma militância técnica... Eu reputo a essa planilha um banco de dados.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – A pergunta que eu fiz não foi essa. A pergunta é o que diferencia um dossiê de um banco de dados?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, cai no campo subjetivo que eu não saberia explicar para o senhor.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Bom... Eu sugiro que o senhor compre ou pegue então um Dicionário Aurélio. A diferença entre um dossiê e um banco de dados é a seguinte.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Aceito.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Um banco de dados é uma informação genérica como, por exemplo, a dos gastos do Cartão Corporativo. Um dossiê são informações específicas de um período relativo à determinadas pessoas. É tão-somente isso que diferencia um dossiê de um banco de dados. A primeira pergunta que eu tenho a fazer, a partir dessa premissa, é: Por que a Casa Civil lhe convoca para uma reunião para solicitar que dois assessores seus participem da feitura de um dossiê?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não sei.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não sabe. O senhor confirma as informações que deu aqui ou à Polícia Federal? Porque nós passamos aqui uma hora na parte da manhã e eu, pessoalmente, li tanto o seu quanto também o depoimento do André e não condiz o que o senhor está falando aqui com que o senhor falou à Polícia Federal.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu não entendi, Deputado. Porque na Polícia Federal... Eu estou sendo coerente com o depoimento da Polícia Federal.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Aqui não.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Onde é a divergência?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Em relação ao e-mail. O senhor mandou ou não mandou esse e-mail?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Esse e-mail do arquivo hoje eu assevero que sim.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Ah, o senhor mandou o e-mail.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim, o arquivo que fala do arquivo word. O texto word.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – O que é o texto word?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Texto de supervisão ministerial.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – O senhor mandou informações no Excel e informações no word. Não foi isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu disse que os laudos do ITI apontam que o texto Excel estavam anexados.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sim. Enviado pelo senhor.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim, enviado pela minha máquina. A minha máquina com certeza. Agora eu não posso...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – É a super máquina. Ele envia sozinho. O senhor disse que não foi a secretária, ao mesmo tempo o senhor fala que não foi o senhor que mandou, aí a Polícia Federal, o senhor vai lá e testemunha, diz que foi sem dolo e sem má-fé? Como é que foi a história? Sem dolo, má-fé ou o computador mandou sozinho ou o senhor mandou?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Deputado Índio, o senhor me permite uma Questão de Ordem, Sr^a Presidente? Eu estou desde o início do depoimento [soa a campainha] e com todo respeito que eu tenho pela Ordem dos Advogados do Brasil, eu estou acompanhando o Advogado que está ao lado do depoente. Ele tem todo o direito, inclusive, de orientar o seu Advogado a não responder, a se negar, a silenciar-se. Só que ele está respondendo a pergunta ao lado dele e eu estou afirmando isso, porque estou vendo aqui. Tem câmeras de vídeo, a cada pergunta que é feita ele responde literalmente o que deve ser dito. E ele reproduz.

Eu jamais faria uma afirmação leviana, Sr^a Presidente, eu acho que todos aqui me conhecem e sabem o meu procedimento dentro dessa CPI. Não estou falando daqui para trás. Eu peço que daqui para frente ele se atenha às suas funções institucionais de orientar em tudo no que tange ao fato do seu cliente poder ou não responder. Mas jamais responder por ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está compreendido? Ok, Deputado Carlos Sampaio. Continua com a palavra.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sr^a Presidente, peço apenas que desconte o tempo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Deputado Índio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu queria saber o seguinte. Outra informação. Por que é que o formato do dossiê veio em **Excel** e ele não foi no formato do SUPRIM? Porque se a Casa Civil está tratando com dados e o banco de dados do Cartão Corporativo é o SUPRIM, não é **Excel**, e o **Excel** é uma informação que todos nós aqui temos acesso e podemos ler, porque é universal, diferente do SUPRIM, que tem que ter o SUPRIM para abrir aquelas informações, por que é que o SUPRIM de repente se transforma em **Excel**?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Em primeiro lugar, eu não vejo aquilo como um dossiê... Vejo como um banco de dados.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Vou lhe repetir. Banco de dados é genérico, dossiê é específico. Aquele era um material específico. Ou o senhor mandou um banco de dados e aí o André transformou num dossiê?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não, Deputado. Essa base de dados ela era um trabalho inicial que a idéia da Casa Civil, salvo engano, era migrar para o sistema SUPRIM.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Migrar para o SUPRIM?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Migrar para o sistema SUPRIM.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Então, o senhor confirma que aquele banco de dados na realidade tinha especificamente informações de 1998 a 2002 daquela área do Governo? Que era a Presidência da República? Para ser incluído ao SUPRIM?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Quando fui chamado à sala do Dr. Norberto, Sr. Norberto Timóteo ele disse que, provavelmente, teria uma CPI. Seria aprovada a CPI. E o escopo dessa CPI seria dados da conta suprimimento de fundos a partir de 1998. Até para atender a uma possível demanda de uma CPI que seria instalada.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – E por que é que não tinha informação de nenhum Ministério? Só da Presidência?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Especificamente da Presidência da República.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – A CPMI, de 1998 para cá de todo o Governo.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Mas ao que me consta ele queria organizar essa base de dados que estava bastante desorganizada no âmbito da Casa Civil.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Então, é por isso que é um dossiê e não um banco de dados. Porque um dossiê são informações específicas de determinado período envolvendo determinadas pessoas – é específico. O genérico – que é um banco de dados.

Mas vou prosseguir aqui. Eu queria saber o seguinte... O senhor sendo o Conselho de Transparência da Controladoria Geral da União... Olha só a importância... Conselho de Transparência da CGU. Não é um cargo qualquer. O senhor é uma pessoa importante no Governo, um profissional qualificado. Combater corrupção, naturalmente faz parte do seu estímulo, do seu espírito de servidor público. Eu lhe pergunto: A ordem para a produção informal desse dossiê não lhe chamou atenção? Não lhe causou espécie? Não houve memorando? Não houve solicitação formal? Não houve portaria? Não houve criação no Diário Oficial publicada para criar nenhum Grupo de Trabalho? Isso não lhe causou nenhuma espécie?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: A ordem para criar esse banco de dados veio do Dr. Norberto Timóteo.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sim. Mas o senhor, como servidor público, sabe que isso tem que ser formalizado. E ainda por cima na Controladoria Geral da União.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, muitos grupos de trabalho são criados informalmente na administração pública. Até para agilizar a dinâmica.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Olha... Sr. José Aparecido, fui Secretário de Administração durante cinco anos. Sobre administração pública V.Ex^a, o senhor não irá me ensinar. Podemos tratar aqui no mesmo nível. Se faz formalmente. A não ser que queira que aquilo ande por debaixo da linha do radar. E se esse for o caso, aí eu entendo. O Norberto, então, ele demanda para que seja feito sem publicar... Porque não quer dar publicidade, não quer que a imprensa saiba, não quer que a sociedade saiba. Aí tudo bem. Agora, querer me convencer que é criado um Grupo de Trabalho informalmente com prazo para terminar inclusive, isso não existe. A não ser que seja informalmente por interesse do Governo. Para não dar publicidade.

Eu queria, Sr^a Presidente, solicitar duas coisas. Primeiro, que nós... Porque o Aparecido tem informações que diferem das informações do André. E a senhora, inclusive, já declarou, V.Ex^a declarou não só aqui na CPMI, mas também já para a própria imprensa que se necessário seria feita uma acareação entre o André e o José Aparecido. E, nesse momento, eu entendo e

peço que haja essa acareação, essa necessidade é premente, porque as informações que um dá diferem das informações que o outro nos dá. E a segunda coisa, que nós possamos ainda aproveitar hoje durante esse período, antes que abra o Plenário no Senado, para votarmos também a vinda aqui da Erenice, que ela, talvez, possa ser o elo perdido nessa história para a gente tentar entender o que é que há de um lado e de outro. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado, Deputado. A palavra com o Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Muito obrigado, Sr^a Presidente. Sr. José Aparecido, o senhor tem quantos anos de serviço público?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: 27 anos.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Eu vou confessar para o senhor. Eu não gostaria de estar no lugar do senhor. Porque eu tenho lido na imprensa e procurado conversar com algumas pessoas, e as informações que tenho sobre o senhor são as melhores possíveis. Que o senhor foi um... É, né, que ainda é, um funcionário de carreira brilhante, competente, sempre teve... Desempenhou papéis importantes. E eu acredito, ouvindo aqui que eu ouvi o depoimento do André e estou vendo do senhor... Que o senhor foi traído. Com todo respeito que eu tenho ao senhor, acho que o senhor foi traído por uma pessoa que era amiga. Por que é que eu falo que a pessoa era amiga do senhor? Receber 30 **e-mails** de uma pessoa em 6 meses, eu acho que você tem que ter uma relação um pouco maior de amizade. Eu não passo **e-mail**... Só quando é para eleitor, ou quando é para divulgar trabalho... Que a gente passa **e-mails** constantes de divulgação do nosso mandato. Mas para amigo a gente tem um ciclozinho pequeno que a gente passa, passa um torpedo. Eu tenho alguns amigos que eu passo torpedo quase que diariamente. Então, pelo que o Dr. André falou aqui, o senhor trocou em seis meses, 30 **e-mails** com ele. Então, eu acho que aí houve alguma quebra de... Dessa confiança que o senhor tinha nele ou nele no senhor que eu não vou entrar em detalhes. Primeira pergunta que eu faço para o senhor. O computador do senhor tem senha?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Tem.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Quantas pessoas têm essa senha?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu só.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Então, a partir do momento que só o senhor tem a senha, parte do princípio que só o senhor tem acesso. Então, desse princípio, e pelo que o André falou aqui para nós, que

também ele viajou algumas horas, falou muita verdade, mas viajou. Ele teve uma contradição aqui com o Senador que foi brincadeira. Ele disse que não tinha passado nada para o Senador só em março, e o Senador falou que em fevereiro teve a notícia. Só a notícia. O cara vai falar pra mim que tem um dossiê para me dar, eu vou esperar 10 dias? Nem papai Noel acredita, quanto mais eu.

Então, se não houve aí um *the ghost* que mexeu no computador do senhor? Eu vou acreditar que o senhor passou essas mensagens para o André. Ele disse que como começou... Ele fala que como começou no dia 19, ele foi no Senado, pegou 10 amigos e desencadeou um **e-mail**. E entre esses 10 amigos... Ou pessoas da ligação estavam para o senhor. Eu pergunto ao senhor: Confirma essa posição dele que no dia 19 foi o 1º contato que o senhor teve com ele em relação a esse caso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Na sequência de **e-mail**, sim.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Na sequência. Então, tiveram outros.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Na sequência de **e-mail** sobre esse assunto sim.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Foi o primeiro?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – E aí ele fala para nós que o senhor respondeu, convidou ele para um almoço, se eu tiver com a cabeça aí, porque... Convidou para um almoço, e pediu a ele para que leia esse texto que está aqui, que o senhor confirma que foi o senhor que passou, e o anexo. Então, ele disse que se no **e-mail** está escrito que era para o senhor ler e ver o anexo, é difícil a gente mandar um anexo se não tem o anexo. Então, com todo respeito a V.Ex^a, pelos 27 anos, eu acho que mesmo com o engano isso aí foi da mãozinha de V.Ex^a que foi para lá.

Então, o que eu pergunto ao senhor: Houve só essa troca desse **e-mail** e depois 10 dias vocês não trocaram mais nada? Porque teve duas pessoas ligadas ao André que são do relacionamento do senhor de trabalho. Eu não preciso falar com o André, não precisava falar com o senhor, o André não precisava passar um **e-mail** do senhor que ele tinha. A Isabela, que é parente dele, 3º ou 4º grau, e tem o Nélcio que foi ele que pelo menos falou: "Olha, conheço o Nélcio, é gente boa, e tal". Essas pessoas poderiam estar levando recado de um para o outro. "Vai lá e conversa com o Aparecido e fala com ele para mandar isso". "Aparecido, fala com o André que vou fazer isso". Essas coisas são perfeitamente. Entendeu?

Então, quer dizer, eu pergunto ao senhor: O senhor tem e está negando esses documentos foram, mas não foi com o intuito de vazar? Não foi com o intuito de ir para imprensa? Não foi com o intuito de represar ninguém? Intimidar ninguém?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. Deputado Manato, era muito mais fácil se eu tivesse a intenção de assim fazê-lo mandar por *pen drive*, CD, disquete, ou então papel impresso.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Alguém pediu alguma coisa? Ou ele pediu para o senhor por alguém? Que não seja por **e-mail**, pela Isabela, pelo Nélcio...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não. Eu tenho observado aqui, eu não concordo com o nobre Deputado que falou que na administração tem que ser tudo por escrito e formal, não. Porque muitas vezes você monta grupos de trabalhos informais, você agiliza... Logicamente que tem Prefeituras que exigem. Mas você monta. Vamos fazer esse trabalho aqui e documentação pode vir depois... Eu acredito que fora um banco de dados mesmo e o senhor em confiança a ele deu, e ele deu para uma outra pessoa que aí aquele material na mão quis provocar um sensacionalismo, traiu um monte de gente. Para mim traiu, não tem outra palavra. Com todo respeito falar que não, mas foi uma traição a divulgação isso.

Se tivesse entregue para a Comissão de Ética, se tivesse entregue para o Ministério Público, se tivesse entregue para a Corregedoria e depois divulgasse, 100%. Tudo bem. Agora, divulgar primeiro e acontecer, e dizer que não sabia quem divulgou, e nós todos ficarmos no mesmo balaio... Será eu fiz alguma coisa? Pensei até que eu pudesse ter divulgado. Então, eu pergunto ao senhor: Esse episódio está entristecendo o senhor, não está?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Muito, muito. A vida esgarçou.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – E o André disse que tem o coração mole. O senhor acha que essa amizade pode voltar do jeito que era?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Impossível.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – O senhor quando esteve com ele num almoço, se eu não me engano, alguma coisa naval, escola naval.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Clube naval.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – No Clube Naval, ele relatou aqui que o senhor estava muito nervoso e falava desse “banco de dados”. O senhor em nenhum momento falou em dossiê, falou em banco de dados seletivo. E o senhor confirmava desse banco de

dados? O senhor falava para ele que tinha passado, que esse **e-mail** era verdadeiro... O senhor não tinha esses **e-mails**?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado Manato, desde 2005 eu tinha feito as contas relativas a 2001 e 2002. Eu não tinha necessidade de expiação. Eu não tinha necessidade de ter curiosidade sobre os gastos presidenciais. E nesse almoço quem estava apavorado, apavorado, era o André.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Ele que estava apavorado. Aí é complicado, hein? Porque ele disse aqui que o senhor estava apavorado.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: E eu dizia: “André, o Senador Alvaro Dias tem que começar a apontar o culpado”. Tem que começar a encontrar o culpado. Porque... “Mas você tem que falar com a revista **Veja**”. Eu não vou falar com a revista **Veja**. Eu não falo com a imprensa.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Quer dizer, teria que encontrar o culpado de quê? De quem passou esse banco de dados?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele queria que eu falasse. Ele tinha uma insistência enorme que eu falasse com a revista **Veja**.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Mas por que falar com a revista **Veja**?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Porque ele é amigo de um repórter, se não me engano se chama Alexandre Ultramari, e ele queria que eu conversasse com o Alexandre Ultramari.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Como o senhor ter sido a fonte do **e-mail**?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Exato. Não, ele não tratou desse assunto de **e-mail**. Ele jamais insinuou, sequer cogitou da possibilidade—[soa a campanha]

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Sobre esse banco de dados.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sobre esse banco de dados. Que teve acesso ou parcial ou total.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – O senhor se reuniu com Erenice para discutir a formação desse banco de dados?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – O senhor se reuniu com o Norberto.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Norberto Timóteo.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Aí o senhor forneceu dois funcionários.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Isso.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – É isso aí, está confirmado. O senhor não se reuniu com Erenice.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Se Erenice é subalterna à Dilma, muito menos com a Dilma.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Muito menos com a Ministra Dilma.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Estou satisfeito Sr. André. Deus o abençoe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Desculpa Aparecido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Passamos agora à lista de inscrição dos Senadores e Deputados titulares. 1º inscrito... Como não? O Relator?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Sr. José Aparecido, nesse almoço no clube naval quantas pessoas participaram dele?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Três ou quatro pessoas.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não, não tem três ou quatro pessoas. No almoço é três ou é quatro.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, muitas coisas eu não lembro o que aconteceu na semana passada. Eu estou atravessando uma fase bastante turbulenta do ponto de vista de pessoa.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Mas V.S.^a foi a para esse almoço sozinho ou levou mais alguma pessoa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu fui com uma outra pessoa. Eu fui com o Nélio. Encontramos lá.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – V.Ex.^a foi com o Nélio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. 1º inscrito na lista de Deputados titulares. Deputado Carlos Willian?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sr.^a Presidente, Sr. Relator, caros colegas Deputados e Deputadas, Sr. José Aparecido.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a V.Ex.^a... V.S.^a, que mesmo seu Advogado tendo conseguido um *habeas corpus*... Muito barulho, Sr.^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – [soa a campainha] Senador Wellington...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Que mesmo V.S.^a tenha conseguido um *habeas cor-*

pus para que pudesse se calar nessa CPI, V.S.^a está respondendo todas as perguntas até o presente momento, frustrando, inclusive, a Oposição que acharia que o senhor iria ficar calado e somente a outra parte iria dizer os seus fatos.

Portanto, eu queria dizer que o que o senhor está fazendo é o que a sociedade brasileira e que estes Parlamentares aqui presentes esperaria de um homem digno como V.S.^a

A minha primeira pergunta seria o seguinte... Se o senhor quisesse intimidar a Oposição, ou seja, se o senhor acha que o Sr. André Fernandes representa a Oposição nesse país, porque ele disse aqui que foi intimidado, que ele recebeu esse **e-mail** pelo senhor, porque o senhor estava querendo intimidar a Oposição brasileira. A minha pergunta é a seguinte: O senhor acha que ele representa a Oposição brasileira? E segundo, o senhor acha que se o senhor quisesse intimidar a Oposição brasileira seria através dele e seria desse **e-mail**?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. De maneira alguma, Deputado. De maneira alguma.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Entendi. Ele recebeu o **e-mail** de V.Ex.^a por engano ou por qualquer outro motivo, mas recebeu de V.Ex.^a, de sua máquina com o seu dígito, com o seu código, com tudo, e depois ele divulgou... A pergunta que eu faço ao senhor é seguinte: Como é que o senhor acha que ele divulgou? Se foi dessa forma somente entregando o dossiê ao Senador Alvaro Dias? Se ele divulgou de outra forma? E se ele fez essa divulgação? O senhor acha que ele estaria correto como um amigo até então que era do senhor em tomar essas providências?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Evidentemente que não. No mínimo, se fosse amigo ele teria falado: "Olha só a bobagem que você fez". E isso ele, em nenhum momento, insinuou ou deu a entender.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A forma que ele divulgou, o senhor acha que é dessa forma que ele fez ou ele usou também outros artifícios?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, eu não tenho como avaliar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O senhor entende que ele quebrou a confiança e essa amizade de muitos anos?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Total. Totalmente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sobre o aludido almoço, já foi perguntado... Quem estava no almoço o senhor não sabe responder a quantidade, mas quais são as pessoas e quem as convidou?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Quem me convidou foi o Nélio.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –

Para tratar de que assunto?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: O Nélcio disse vamos almoçar que o André estará lá e a gente se encontra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O

André queria conversar com o senhor?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –

Quem pagou a conta desse almoço?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Geralmente cada um paga a sua, né?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –

Cada um paga a sua. Foi feita essa pergunta e essa pergunta é muito interessante e eu já estava preparado para perguntar, mas já foi feita por um colega meu, e eu pedi três Parlamentares para perguntar ao Sr. André, e, categoricamente, ele negou as três vezes. E ele tem a obrigação aqui, regimental, em dizer a verdade. O senhor também disse sucintamente... Nós precisamos de uma verdade. De alguma forma o Sr. André solicitou ao senhor para trabalhar na sua equipe na Presidência da República ou em qualquer outro Órgão da Presidência da República?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. No início do Governo ele me mandou o currículo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –

Mas ele mandou para quê? Para ver a fotografia, para o senhor conhecer o que ele faz. Mandou o currículo para quê?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele cogitou da possibilidade de trabalhar como Secretário Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Tá.

Então, fica claro que ele solicitou que queria trabalhar no Governo de Presidente Lula.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu posso dizer que ele cogitou, Deputado. Eu posso dizer que ele cogitou da possibilidade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –

Cogitar é pedir. Se mandou currículo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Cogitar é pensar. [soa a campainha]

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Eu preciso de uma... Ele aqui... Todas as perguntas que foram ditas pelo senhor ele não teve nenhum bom senso em dizer que mais ou menos ou não. Todas ele falou sim ou não. Então, queria saber do senhor... No seu entendimento, ele pediu para trabalhar ou não?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Pediu? Está certo, então ele mentiu aqui nessa CPI. 7º

– O senhor tem motivos... E essas três perguntas são muito importantes para o andamento dessa Casa. O senhor tem motivos para tentar prejudicar e difamar a administração do Presidente Lula, inclusive facilitando informações comprometedoras para a Oposição?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: De maneira alguma.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – De maneira alguma. Isso significa “não”?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não.

Da mesma forma, eu gostaria que o senhor fosse... O senhor recebeu determinação, orientação de alguma forma da Ministra Dilma Rousseff para que preparasse este dossiê e para que depois isso fosse entregue para poder intimidar a Oposição?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Da mesma forma eu pergunto ao senhor. O senhor recebeu orientação, conselho, determinação, para confeccionar, para fazer e para enviar um dossiê pela sua, também chefe superior, a Sr^a ou Dr^a Erenice?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Também não?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O senhor recebeu de alguém?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Norberto Timóteo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Ele é o quê?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Secretário de Administração.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O senhor cumpriu para que motivo?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não sei.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O que nós vimos aqui... O senhor acha que o Sr. André tem um bom relacionamento com a imprensa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não posso avaliar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sr^a Presidente, caros colegas Deputados, caros colegas Senadores, com o depoimento de V.Ex^a, e aqui eu faço uma defesa um pouco que tardia, respeitando as palavras do Senador Alvaro Dias, onde ele disse que aqui o assessor dele foi tripudiado e que ele não merece esse tripúdio dos colegas que estão aqui nessa Casa, que ele foi desrespeitado... Eu venho contestar o Senador Alvaro Dias, principalmente pelas minhas palavras.

Porque o que ficou demonstrado, o que ficou consubstanciado aqui nessa CPML é que eles usaram [soa a campainha] um **e-mail** que V.S.^a passou, ou para ele tomar conhecimento, ou por engano, ou por qualquer coisa, mas que foi mal utilizado por ele. [soa a campainha]

Primeiro, porque não teve a consideração de amigo em ligar para o senhor e falar: “escuta, isso aqui é sério. O que é que você quer que eu faça com isso?” Segundo, usando isso aqui e com o artifício que estava de férias, vindo ao Senado, buscou todos esses documentos, demorou tardiamente, não cumpriu com o seu dever cívico de funcionário público, posteriormente divulgou esse dossiê, colocou V.S.^a em maus lençóis, como V.S.^a está aqui hoje perante a essa CPI. Criaram um balão furado que aqui hoje esse balão caiu e foi desmistificado(F). Não existe dossiê. Isso está comprovado. O que existe é um factóide criado pelo Sr. André Fernandes, que é especialista em CPI, conforme o jornal disse.

Então, o que eu deduzo disso tudo... É que o Sr. André, Srs. Deputados, aqui nessa CPI ele disse “eu não falei quase nada na Polícia Federal, aqui eu estou falando muito mais”. E se essa CPI aqui tivesse realmente o Poder de Polícia, o Sr. André Eduardo Fernandes sairia daqui preso. Portanto, Sr^a Presidente, da mesma forma que eu fiz um requerimento solicitando da Polícia Federal os documentos do depoimento dos senhores que estão aqui hoje, que é o Sr. André e o do senhor, para que nós pudéssemos ter conhecimento, eu estou fazendo um requerimento assinado pela maioria dos meus colegas pedindo para que... Vou ler na íntegra, que é rápido: “Reitero nos termos regimentais requerer a remessa do depoimento do assessor André Fernandes para a Polícia Federal de imediato, em áudio, e em seguida em notas taquigráficas. Para ser juntado ao inquérito relativo ao vazamento de dados da Casa Civil”.

Por que eu faço isso, Sr^a Presidente? Porque de acordo com o depoimento do Sr. André e, inclusive, notadamente que ele mais do que três vezes mentiu nessa CPI, ele poderá ser sim, agora, ser indiciado como V.Ex^a e responder para a justiça pelos seus atos.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Questão de Ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Questão de Ordem, qual é o artigo?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – É o 212 do Código de Processo Penal. É rápido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Me tiraram o meu daqui.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – O art. 212 é um dos artigos que normatiza a oitiva de testemunha. E ele dá o direito e o poder ao Juiz, no caso aqui a senhora que é a Juíza dessa... É a magistrada dessa Sessão, de não permitir. A senhora poderá não permitir que seja feito perguntas repetitivas. Então, para talvez um melhor andamento dos trabalhos, poderia ser importante que V.Ex^a que está aqui durante todo esse interrogatório, apontasse quando um Deputado ou Senador repetir a pergunta. Acho que nós caminharíamos mais rápido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nós devíamos ter feito isso desde o começo e como não fizemos, foram tantas perguntas repetidas na passada que vamos tentar ver, o Presidente Garibaldi acabou de me ligar dizendo que temos mais um tempo. Então, eu acho que podemos.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Mas a senhora tem essa prerrogativa, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu sei disso.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Deverá inclusive usá-la.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Deputado Carlos Sampaio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr^a Presidente, após o Deputado Carlos Sampaio gostaria de falar como líder, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como líder o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Após o Deputado Carlos Sampaio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Após o Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sr^a Presidente, estou concluindo um questionamento, pediria ao Senador que fizesse uso da palavra para que eu pudesse concluir a indagação. Por gentileza, Senador. Para poder concluir uma pergunta que estou fazendo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu tinha a mesma intenção, Sr^a Presidente. Mas... Mas eu vou, na verdade, eu estou, Dr. Aparecido.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senador, se me permite, Sr^a Presidente, eu sugeriria tão-somente, se fosse possível, que o próximo, uma troca entre mim e o próximo para que eu pudesse só concluir uma pergunta diante da resposta que fora dada

pelo depoente... Que o próximo passasse na minha frente e eu fosse o seguinte, se fosse possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Não há problema nenhum. Senador Wellington Salgado pode fazer suas considerações?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Posso fazer, Sr^a Presidente? Sr^a Presidente, eu posso falar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Pode? Líder... Então, o líder Arthur Virgílio. Por cinco minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não. Dr. Aparecido Pires, eu... Pelas regras aqui estabelecidas que são respeitadas por todos nós, falamos primeiro os Senadores titulares, depois os Senadores suplentes com assento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e em seguida os não-membros. Eu sou não-membro. Posso falar como líder a qualquer momento, mas não posso inquirir V.S.^a Eu tenho que fazer algumas afirmações.

Primeiro lugar, eu gostaria de deplorar aqui um certo elogio que eu tenho visto... Eu tenho visto elogio a muita gente. Já vi no futebol elogiar jogador ruim, já vi se elogiar jogadores bons, mas aqui estamos fazendo elogios a indiciamento, ou seja, o outro foi acusado por não se ter protegido com *habeas corpus* nenhum, de ter... Ser obrigado a falar mais do que V.Ex^a. E V.Ex^a parece um virtuoso que chega aqui como réu. Ou seja, ele é réu. Como ele é réu ele não pode produzir provas contra ele próprio. Ele é réu. Então, ser réu virou um negócio bacana, uma coisa realmente muito boa. Nós estamos vendo uma inversão de valores perigosa nesse país.

Mas o que eu percebo com clareza... Olhando... Tenho que fazer afirmações, não posso fazer perguntas... É que o Governo diz não é importante, estamos tranquilos, mas o homem é réu. O homem não vai falar coisa alguma. Só o que ele achar que não... Não fere a estratégia e, sobretudo, o jogo tático traçado pelo próprio Governo, enfim...

Eu observando daqui o início dessa sua parte que eu peguei, não sei se peguei exatamente o início da sua exposição, eu percebi que o senhor tem uma linha. O senhor tem claramente saído da linha que parecia sugerir nas entrelinhas das suas primeiras entrevistas... Então, o senhor sai da linha da Dr^a Erenice e o senhor começa a pôr no fogo o Dr. Norberto Timóteo. Se eu pudesse perguntar, eu perguntaria quem é que manda no Dr. Timóteo, porque alguém manda nele. Porque ele não é ditador de nenhuma República bananeira e o Brasil não é nenhuma República bananeira.

O senhor, se eu for olhar um pouco para o passado, aqui foi dito como se fosse um defeito que o Dr. André Fernandes é um homem afeito a CPIs. V.S.^a também. O senhor também. O senhor, nos bons tempos, naqueles tempos em que jamais se podia supor um homem como o senhor como réu aqui. O senhor fazia com o ex-ministro José Dirceu, o nosso inefável Waldomiro Diniz, o senhor fazia um tripé com eles na CPI do Orçamento. O senhor é visto como alguém que poderia ter vazado informações que prejudicaram terrivelmente um homem que hoje é da Base do Governo e eu reputo homem digno. Eu sempre o tive como homem digno e sempre disse isso ao longo de todo o tempo do calvário que ele vivenciou que é o Deputado Ibsen Pinheiro. Dados que foram passados para a imprensa, e que foram... Que viraram verdade e que representaram a cassação de um mandato de um homem que era visto até como presidenciável, enfim...

Mas o fato é que eu não tinha muito que esperar do seu depoimento. Imaginava mesmo que o senhor seria bem tratado como está sendo pelas pessoas que da Oposição não estão aqui para agredi-lo, eu presenciei aqui algumas agressões ao Dr. André Fernandes, enfim, eu tenho pavor disso, porque eu tenho a impressão que eu seria mais agressivo se eu estivesse aí, eu bato na madeira três vezes para não estar aí, mas eu seria mais agressivo se estivesse aí do que estando aqui. [soa a campainha] É que me daria uma sensação de covardia que não casa comigo, de repente estando aqui assim na posição do inquiridor... Eu não saberia fazer isso.

Apenas deixar bem claro que para mim o senhor segue uma estratégia. Eu volto a dizer o que está inabalável na minha cabeça. Pelo que li, pelo que sinto e pela minha opinião e a opinião é minha, a Dr^a Dilma mandou a Dr^a Erenice organizar um grupo, esse grupo o senhor fazia parte dele, e o dossiê nasceu como forma de intimidação às oposições sim. E acredito que o senhor passou isso para várias pessoas não sei, mas para o Dr. André sim para que o Dr. André dissesse: "olha, chegou uma coisa bomba aqui, isso tem gastos exóticos". Porque eu estranhei muito. Não tem aqueles gastos da Presidência da República passada pão... Não tem nada trivial... Tem os gastos, assim, realmente ridículos, meio "exóticos", enfim. Se eu pudesse lhe perguntar, eu perguntaria se o senhor já viu coisa parecida ou não no atual Governo. Não posso perguntar. Estou aqui meio Senador, enfim, pela regra da Casa. Mas a minha opinião já lhe dei e, talvez, se eu tivesse conhecido o senhor na época das CPIs outras eu até tivesse morrido de admiração pelo senhor. Hoje, confesso que não estou tendo tanta, não. Obrigada.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS)** – Obrigada, líder. Senador Wellington?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – José Aparecido, eu vou... Vice-Presidente, Srs. Senadores, eu vou dizer uma coisa sinceramente a V.S.^a Eu gosto de ser da Base de apoio do Governo. Admiro o trabalho que o Presidente Lula está fazendo, sua equipe, mas tem momentos que é muito difícil a gente defender determinadas situações. Por exemplo, V.S.^a colocou que foi passado o material do seu computador onde V.S.^a tem a senha, onde ninguém tem acesso, e V.S.^a não sabe como esse material foi passado.

Quer dizer, é difícil para a gente que mexe com computador, que sabe como que é... Pode ser até um *hacker* que tenha entrado, que possa ter pego, também é possível. Mas eu queria deixar que eu me sentiria muito mais confortável se não tivesse acontecido esse tipo de observação. Porque quem tem o conhecimento sabe que é difícil alguma coisa nesse sentido. E aí, na verdade, nós estamos aqui defendendo um Estado como Senador da República, e quando você assume determinada posição você tem que assumir, mas você tem que ter um respeito pelo Estado que você representa. Fica difícil para eu defender essa tese, mas vamos voltar aqui ao meu ponto de vista.

Não vou falar pelo **e-mail**, porque V.S.^a já disse que não mandou esse **e-mail**, de alguma maneira foi mandado, a Polícia Federal vai identificar. Queria dizer o seguinte... Como membro da CGU, a ABIN classifica as despesas de três maneiras. Aí estou me aconselhando com V.S.^a Em sigiloso, restrito e aberto. Eu estou repetindo a mesma colocação que fiz para o Sr. André. Então, veja bem... Sigiloso é aquele que de alguma maneira possa colocar a segurança do Presidente em exercício em função de como ele gasta afetar a segurança do Presidente.

E restrito é no momento... O caso em tese, que é o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele saiu naquele momento daqueles gastos, como ele não é mais Presidente, deixam de ser sigilosos para serem restritos. É o caso desses gastos.

V.S.^a acha que ao passar de alguma maneira essa lista, que alguns chamam de “dossiê” para um líder, um líder da Oposição, ou seja, um gasto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, PSDB, grande tucano, passar para um líder, o gabinete do Senador Alvaro Dias, um grande tucano... Você acha que está havendo uma quebra de algum sigilo de alguma regra nesse momento? V.S.^a encara nesse posicionamento? Porque para mim, se tivesse passado, para o Sibá, na época, ou a Senadora Ideli, aí você via claramente

uma situação política. Mas ao passar para o líder, um líder, líder é o Senador Arthur Virgílio, mas o vice-líder, digamos assim, o Senador Alvaro Dias, o senhor acha que tem uma quebra aí de um sigilo nesse momento? De um sigilo restrito, digamos assim?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Senador, eu prefiro não comentar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Prefere não comentar. Uma outra... Eu na colocação do Sr. André, o que eu senti? Eu estou falando o que eu senti... Eu senti o seguinte, que existia uma amizade muito grande entre vocês dois e um tipo de amizade que uma hora existe, uma hora acaba, outra hora volta. São coisas que eu não entendo muito bem.

Agora, poderia acontecer de alguma maneira que o assessor, ou o Secretário do gabinete do Senador Alvaro Dias poderia ter forçado para que V.S.^a cometesse um erro de mandar esse material para saber, por exemplo, “José Aparecido, você que é meu amigo há tanto tempo, e nós que estamos brigados, mas nós faríamos as pazes se você me mandasse o que existe aí que poderia, porventura, criar problema para o Presidente Fernando Henrique Cardoso”. Poderia acontecer isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ele não seria capaz de seduzi-lo?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: De maneira alguma. Esse assunto nunca foi tratado com o André Eduardo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não aconteceria?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não aconteceria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E essa relação... Eu tenho uma pergunta que vou deixar para o Deputado. Aquela pergunta. Me libera? Quem pagou a conta do almoço que vocês tiveram lá? Foi meio a meio?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Todas as vezes que nós almoçávamos as contas eram rateadas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quer dizer, não é quem convidou a pagar?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E quem convidou naquela?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: O Nélio Lacerda.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah... O Nélcio que convidou os senhores?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: A mim, por exemplo, foi.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que as demais perguntas já foram respondidas, porque muitas pessoas vieram antes de mim.

Qual foi esse caso, em 2004, que levou a essa separação do senhor e o Sr. André? Que ele sempre diz “em 2004 poderia me usar”. O que foi isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Como eu já falei aqui, havia o requerimento do Senador Alvaro Dias perguntando quantos servidores na Casa Civil que era do TCU? Quantos haviam recebido ajuda de custo? Quanto havia recebido de diárias? Quantas vezes tinha ido ao exterior? Só tinha um servidor do TCU na Casa Civil. Então, foi direcionado a mim. Eu tentei falar com o André durante duas ou três oportunidades e ele não atendeu ao telefone. Então, passei três anos sem falar com ele.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Essa foi a razão da separação dos senhores?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Da separação da amizade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque foi a palavra que ele usou. A separação. Nós dois estamos separados. Foi por isso que eu usei aqui a mesma. Foi isso que levou ao corte de relações.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tá bom.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Wellington. Deputado Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, nobres colegas Deputados, Sr. José Aparecido. Eu, antes de adentrar propriamente às perguntas que eu pretendo fazer, gostaria de saber de V.S.^a e, de forma bastante objetiva, por que é que através do habeas corpus que V.Ex^a impetrou, obviamente seu Advogado impetrou, o senhor chegou a requerer ao Ministro Ayres de Britto, dentre outras coisas, que não fosse obrigado a se submeter à acareação.

Eu indago a V.S.^a... É que eu confesso nesses 21 anos como Promotor de Justiça, eu nunca vi um *habeas corpus* onde a pessoa pedisse para não ser acareada. Eu vi tudo... Para não ser indiciada, para não ser presa,

para silenciar-se... Para não se submeter à acareação, eu confesso que para mim é uma novidade.

Eu gostaria que o senhor fosse muito sincero em sua resposta e bastante objetivo, como disse, na pergunta que vou lhe fazer: O senhor tem receio de ser colocado frente a frente com alguém que disse algo diferente do que o senhor afirmou hoje aqui na CPMI?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Com essa sua colocação eu posso inferir e concluir que o senhor estaria disposto a se submeter à acareação com o Sr. André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Dependendo da estratégia da defesa.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Eu me refiro a V.S.^a, a defesa de V.S.^a a V.S.^a pode conversar com ele depois. Perguntei se o senhor se oporia a fazer a acareação? O senhor disse que não tem receio. Eu pergunto se o senhor se oporia à acareação?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Prefiro não responder.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Ou seja, fica claro aqui para todos nós que V.Ex^a, como que confessa, que se fosse colocado cara a cara, vis-à-vis, que é exatamente o sinônimo da acareação, com a pessoa que o desmentiu... O senhor não saberia exatamente o que fazer. É a conclusão que chego e me permito diante de seu silêncio.

V.S.^a afirmou por diversas vezes em entrevistas a jornais que em 8 de fevereiro de 2008 o senhor recebeu uma solicitação para fornecer servidores e recebeu essa solicitação do próprio Sr. Timóteo, dois servidores, com o objetivo de auxiliá-lo num trabalho que seria realizado referente à elaboração de um banco de dados. Correto?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Segundo V.S.^a esse trabalho começou no início do mês de fevereiro de 2008. Tais dados ainda na esteira do que o senhor disse, pelo menos lemos na imprensa, estariam sendo catalogados, dentre outras coisas, para o caso de serem solicitados por essa CPI. Correto?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – V.S.^a conhece bem suas funções e sabe, por dever de ofício, a quem deve se reportar diante de uma situação concreta. Correto?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – No exercício de suas atividades a Ministra Dilma Rousseff era sua superior hierárquica direta, correto?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Se o senhor era subordinado diretamente à Ministra Dilma Rousseff, por que não a consultou sobre a solicitação feita pelo Secretário Timóteo de que cedesse dois funcionários seus, da Ciset para elaborar um banco de dados?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: O controle interno da Presidência da República e do Ministério da Defesa e das Relações Exteriores que são os únicos... As únicas Ciset que permaneceram, elas são independentes. O controle interno, o meu controle interno é independente.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)

– Sei que é independente. Ele é independente, mas as contas.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu não precisava consultar a Ministra Dilma para ceder meus funcionários.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

V.Ex.^a não precisaria se reportar à Ministra Dilma?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.**DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –**

V.S.^a afirmou que, na verdade, não a consultou, pelo menos disse isso hoje aqui, porque entendeu que as informações não estavam sequer catalogadas como sigilosas. É isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.**DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –**

V.S.^a, como é notório, e já foi dito aqui... Na condição de subordinado da Ministra Dilma Rousseff, presumo eu, nessa condição de subordinado de que ela tomou medidas para apurar eventuais responsabilidades de terceiros pelo episódio chamado pela imprensa do caso dossiê. Imagino que tenha tido conhecimento que ela instaurou procedimento para apurar eventuais participações aí de membros do Governo. Correto? O senhor tem conhecimento?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Do banco de dados, sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Não, não. Que foi divulgado em toda a mídia nacional. Acho que até meu filho mais novo sabe que ela instaurou um procedimento para apurar.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.**DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –**

O senhor é subordinado dela?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.**DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –**

Eu vou dizer a V.S.^a em que termos ela instaurou. A Ministra Dilma Rousseff constituiu Comissão de Sindicância Investigativa, abre aspas, “para apurar a divulgação de informações sigilosas no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, objeto do processo

00046, 000012/2008-73”. Pelo que eu depreendi, V.S.^a também tem uma visão diferente daquela ao qual o senhor é subordinado, porque ela instaura um procedimento para apurar, justamente, a divulgação de informações sigilosas e V.S.^a vem aqui, hoje, dizer que não as considerava sigilosa à época. Havia uma discrepância entre seu entendimento e o da Ministra?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.**DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –**

Como não? O senhor disse que a informação, a seu ver, não era sigilosa. Ela instaura um procedimento investigatório dizendo para apurar divulgação de informação sigilosa. O senhor disse que não há discrepância? Como?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu não cheguei a conversar com ela.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Mas estou lhe afirmando, e essa afirmação é feita de acordo com a investigação por ela instaurada... Ela instaurou para apurar a divulgação de informação sigilosa. Os senhores não se conversavam?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.**DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –**

O relacionamento era ruim?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu conversava com ela esporadicamente quando ela achava que era necessário.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Então, portanto, estava autorizado também a entender que aquelas informações não eram sigilosas e, portanto, tinha total autonomia para ceder à funcionários, para quem quer que fosse?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ceder à funcionários dentro do espaço que participassem do organograma da Casa Civil, creio que sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

O senhor acredita que sim?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim**DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –**

Mas não a consultou diante da dúvida?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. Não tinha dúvida, Deputado, porque.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Para ela era sigiloso, ela instaurou um procedimento investigatório para apurar divulgação de informação sigilosa. O senhor pode não ter dúvida. Para ela, à época eram sigilosas. O senhor entendeu o que eu li aqui. Não foi uma fala minha, foi uma fala dela.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.**DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –**

O senhor pediu a planilha a um seu funcionário alegando que estava dentro da sua esfera de atuação?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Essa sua esfera de atuação subordinada à Ministra Dilma?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)

– O senhor não acha estranho que o senhor, sendo subordinado à Ministra Dilma, e o Sr. Timóteo, sendo subordinado à Ministra Erenice, que o senhor cedesse funcionários para ele formatar um banco de dados sem que ambas tivessem conhecimento de um dado de tal relevância quando estava sendo instalada no país uma CPI para apurar, exatamente, gastos sigilosos ou não desta Presidência e da Presidência do Governo anterior?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: O Norberto não comentou nada a esse respeito. Ele pediu os funcionários e, como faz parte da liturgia da relação entre colegas, eu não vi problema nenhum em ceder os funcionários.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)

– Eu, como membro do Ministério Público, participei também de repartições públicas. Eu nunca vi uma liturgia onde alguém cede funcionários a outro e sem perguntar o porquê. Você me cedo dois funcionários? De duas uma. Ou esses dois funcionários em nada lhe serviam e estavam ociosos, ou o senhor minimamente tem uma explicação cabal para o que eles estavam fazendo.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, a justificativa dele era para que fosse organizado uma base de dados que estava bastante desorganizados.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

É exatamente onde eu queria chegar. A informação que lhe deu, que queria formar a base de dados, não é da competência dele... É da esfera da competência de V.S.^a e V.S.^a disse que hoje pediu a planilha “porque a elaboração desse banco de dados estava na esfera da minha competência”.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Mas dentro da esfera do poder discricionário, da supervisão ministerial ela podia fazer isso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Ela quem?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Do Grupo de Trabalho, a coordenação do Grupo de Trabalho.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Eu vou dizer novamente. Eu vou me colocar no lugar do senhor. Sou coordenador do Controle Externo.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim. Interno.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Interno. Uma outra pessoa que trabalha também na Presidência da República [soa a campainha] não tem nenhuma função ligada a esse controle interno. Pede dois servidores meus para tratar de assuntos do controle interno que é meu. Eu não comunico à minha superiora e nem sequer indago para ele o porquê e que dados são esses, afinal de contas eu sou o responsável pela área. Isso faz parte da liturgia. O senhor quer me convencer?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, a partir de 2000, com a Lei nº 10.180 e os Decretos que antecederam, o Ministro Pedro Malan editou um Decreto que na sua exposição de motivo ele explicava isso, que ela fazia segregação de funções. Então, todos esses dados estavam dentro da Secretaria de Administração, não estava dentro da Ciset.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Nós dois sabemos que o senhor está tergiversando sobre o tema na medida em que o senhor é o responsável pelo controle interno da Presidência da República.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Era.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Era. Se o senhor era o responsável nenhum assunto pertinente a esse seja os dados sigilosos ou não, apesar da sua Ministra-Chefe entender que eram e instaurar um procedimento como se sigiloso fosse, V.S.^a delegou a terceiros por uma liturgia, dois assessores para que fosse formulado um tal banco de dados e que V.S.^a só depois se interessou e perguntou: “Me diga aí, como é que estão as coisas lá? Mande uma cópia dessa planilha”. Antes disso, tudo que eu falei aqui é normal? É natural da liturgia?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Uma interpretação de V.Ex.^a.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Quem disse da liturgia foi V.S.^a, não fui eu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Vou cuidar do senhor depois. Para concluir, Deputado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – O senhor se sentiu, até a presente data, perseguido pela Ministra Dilma? Ou pela Secretária Erenice? Ou pelo próprio Governo Federal nesse episódio em relação às suas ligações com o Ministro José Dirceu? O senhor se sentiu perseguido em algum momento?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: De maneira alguma.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – O senhor chegou a ser acusado formalmente por alguma dessas pessoas que afirmei?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Deixa eu ver se eu entendi? A sua conduta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – A sua conduta é passível de demissão, porque V.Ex^a está sendo indiciado pela prática de um crime. A Polícia Federal o indicia. A Ministra Dilma, sua chefe instaura um procedimento investigatório em março. E, até o presente momento, V.Ex^a não foi formalmente investigado e nem acusado de absolutamente nada pelo Governo Federal. Eu lhe faço uma última pergunta: Como membro do Conselho de Ética, não lhe parece que está havendo uma cortesia demasiada do Governo Federal com relação a V.S.^a?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – V.Ex^a continua integrando o Conselho de Ética?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu não tenho notícia de que fui ainda exonerado. Eu vou pedir a minha exoneração.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – É a sugestão que faria a V.Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Com a palavra por 10 minutos o Deputado Silvio Costa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Desculpe. Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Eu peço a palavra como líder. Pode ser agora ou em seguida da pergunta do Deputado. Como V.Ex^a desejar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, o Deputado Silvio Costa e depois o senhor.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Senador Agripino, eu vou ceder para que V.Ex^a utilize como líder e depois eu falo. Estou até na mesma cadeira, vou fazer as mesmas perguntas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Obrigado, Deputado Silvio pela gentileza. Sr^a Presidente, eu tenho a impressão, a minha convicção de que nós estamos nas mãos da Polícia Federal... Porque nós estamos aqui já horas e horas ouvindo depoimentos, primeiro do André e agora do Dr. José Aparecido, e eu estou convencido de que a gente não vai ter respostas para duas perguntas substantivas que o país

quer saber: Quem mandou fazer o dossiê e quem fez o dossiê?

Eu acho que duas coisas já estão esclarecidas... Que o dossiê existe, existe. Por uma constatação que está clara. O que existia? Na medida em que o mau gasto com Cartão Corporativo foi denunciado, o mundo de pasta que compunha o arquivo morto no Palácio do Planalto transformou-se no SUPRIM. Que mediante uma planilha própria organizou dados de repente, a partir das denúncias.

O que vazou para a imprensa, para a *Folha de São Paulo*, para a revista **Veja** não foi nada do que estivesse contido no SUPRIM nem na forma e nem no conteúdo. A forma era um tipo de planilha do SUPRIM, o que vazou é uma planilha, eu suponho, que **Excel**. E não estava nem em ordem cronológica, nem em ordem de qualidade dos gastos... Estava no que vazou equivalente ao que existia no SUPRIM. O que responde à primeira questão. O dossiê existe? Claro que existe. Ele foi tirado do SUPRIM e numa planilha diferente foi organizado e vazou. Vazou por descuido. É a última versão. Deve ser a 10^a ou a 11^a. Vazou por descuido. É o supra-sumo na tentativa de iludir a opinião pública... É essa versão de que vazou por descuido. Mas que existiu, existiu e vazou por descuido. O objetivo? Claro que de constranger.

Então, duas perguntas: O dossiê existe e foi feito para constranger. Constranger quem? Fernando Henrique? Constranger D^a Ruth? Constranger a Oposição? Porque lá não está a compilação de dados de quilos de feijão e nem de garrafas de guaraná. Lá estão coisas “exóticas”, supostamente exóticas com o claro objetivo de constranger. Muito bem... Nós estamos aqui há horas tentando descobrir com perguntas bem elaboradas quem é que fez... Tentando esclarecer quem é que fez e quem foi que mandou.

O Dr. André chegou a deixar claro aqui que no encontro do Clube Naval no almoço ficou dito pelo Dr. José Aparecido que teria adotado uma postura ou teria tido uma postura muito excitada. Muito excitado. Teria ficado claro que a Sr^a Marissol, que é a Maria Soledad, por ordem da Dr^a Erenice teria preparado o dossiê. Coisa que acho que V.S.^a nega... Não estou nem preocupado em fazer a pergunta para obter a resposta, porque eu acho que essas perguntas e essas respostas vão ser dadas pelo laudo da Polícia Federal em quem, como cidadão, eu quero depositar a minha expectativa.

Eu acho que quem é que fez vai ser produto do laudo da PF, porque nas planilhas, no rastreamento, vão ser identificados computadores em salas, em ca-

deiras, onde se sentam pessoas. Das pessoas que aqui estiveram hoje, vai ficar um contraditório que não vai chegar a nada e até porque a pergunta que foi feita ao Dr. José Aparecido se ele se submeteria a uma acareação, ele disse que “preferia não responder”, “não tenho convicção”. Eu não vou perder meu tempo em insistir nessa tese. Porque não vamos chegar a lugar nenhum. Eu prefiro elementos técnicos da Polícia Federal para chegar às respostas conclusivas. Quem fez. Em sabendo quem fez, [soa a campainha] esta Comissão tem a obrigação de trazer aqui as pessoas ainda que de escalões inferiores, do ponto de vista hierárquico, para responder às perguntas para que aí se chegue à pergunta fundamental: Quem é que mandou? Para que o festival de mentiras que estamos metidos seja esclarecido.

Eu estou convencido que estamos vivendo um lamentável festival de mentiras. E eu sou obrigado a dizer desta Sessão onde por horas e horas perguntas foram feitas e respostas foram dadas, eu não sinto firmeza nem sinceridade em nenhuma das partes. Honesta e sinceramente.

E prefiro reservar a minha expectativa para o laudo da Polícia Federal. Mas entendo que este assunto não está encerrado aqui. Não está. Com o laudo da PF vai se identificar quem fez e a partir de quem fez, quem mandou fazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigado, líder. Eu quero apenas informar para que não fique nenhuma dúvida, que o deferimento do Ministro Carlos Ayres Britto, enviado ontem para essa CPMI, não acolhe o que a defesa tinha pedido na primeira que é não ser compelida acareação com outras pessoas investigadas. O Ministro Carlos Ayres Britto não acolheu isso. Eu li para todos os senhores hoje de manhã.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Sr^a Presidente. A acareação depende de decisão do Plenário, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Sim. Mas eu estou dizendo que disseram aqui que foi pedido e foi deferido pelo Ministro. Não foi. Isso aqui eu estou informando para que não paire dúvidas. Bom... Deputado Silvio Costa?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a Presidente, do mesmo jeito que nesta Casa existe o oposicionista radical, eu quero assumir que sou realmente governista radical. Lula foi o maior Presidente da República para o meu Estado, o Pernambuco. O PIB de Pernambuco nos próximos anos vai triplicar. E até por um dever de gratidão eu sou um governista radical.

Mas... Exatamente para desmontar o discurso de parte da Oposição, eu vou fazer na mesma cadeira ao Sr. José Aparecido as mesmas perguntas que eu fiz ao Sr. André. Na verdade, eu quis formalizar, fazer uma geografia, quicá, de uma acareação às avessas.

Sr. José Aparecido, o Sr. André disse nos jornais que no almoço o senhor teria dito que quem mandou o senhor fazer o pseudo famoso “dossiê” ou “banco de dados”, e ele disse que tinha duas testemunhas, um tal de Marco e um tal de não sei quem, que eu esqueci, e o senhor disse que teria sido a Erenice. É verdade?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: É mentira.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então, povo do Brasil, o André disse que o Sr. Aparecido disse que foi a Erenice. O José Aparecido está dizendo que não foi a Erenice. É isso. Não foi Erenice.

A segunda pergunta que quero fazer a V.Ex^a, que é a mesma pergunta que eu fiz a André: Qual foi a motivação que fez com que o senhor enviasse essa questão dessa comunicação para o computador? Que motivação o senhor teve para fazer isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nenhuma. Não fiz nenhuma... Nenhum tipo... Não tive nenhuma motivação para poder cometer esse erro que parece que foi constatado pelo ITI.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Quer dizer que o senhor quer que eu acredite que o senhor mandou aquele personagem do filme, do seriado Chaves, que tem um bordão. O senhor mandou “sem querer querendo”?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Tá bom. A próxima pergunta. O Dr. André disse que indicou uma prima para que V.Ex^a arrumasse um emprego. Ele realmente indicou?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Indicou.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – E o senhor arrumou esse emprego?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então, ele disse que o senhor não arrumou o emprego... Ele apenas indicou. Mas foi o senhor que arrumou o emprego?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele sugeriu e eu estava precisando de uma secretária e a nomeei.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – A nomeou. A 4^a pergunta... Eu disse aqui, e aí agora... Eu disse aqui que ia provar que o Sr. André estava mentin-

do. Eu disse que ia provar que o Sr. André estava mentindo... E eu agora quero saber do senhor. O primeiro Governo Lula estava sendo montado a partir de janeiro de 2003. Mas é a coisa mais natural do mundo se você é militante de um partido, após uma vitória você tentar buscar um espaço de poder. Pelo que me consta, o Sr. André já foi petista. Eu perguntei ao Sr. André se ele tinha pedido um emprego para o senhor, um espaço de poder para o senhor. Ele disse que não. Eu quero saber de V.Ex^a. Está aqui a data... A data 13/01/2003, às 13h23 minutos. O Sr. André enviou para o senhor um currículo. Quando uma pessoa envia um currículo no início de Governo, ele está querendo o quê? Ele pediu ou não pediu um emprego ao senhor?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele cogitou dessa possibilidade. Então, a resposta é “sim”.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então, ele pediu emprego?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então, senhores da Oposição que acharam que eu fui muito duro com o André, muito deselegante com o André, eu aqui acabo de caracterizar, Sr^a Presidente, que o André mentiu. Por que mentiu? Porque se tem muita gente mentindo... Aqui tem pelo menos um documento. Porque essa CPMI é toda em cima de computador para lá e computador para cá. Se é em cima de computador para lá e computador para cá... Eu tenho aqui a cópia, foi entregue aqui agora, do **e-mail** do currículo do Sr. André que foi enviado no dia 13 para o Sr. José Aparecido.

Ora, o Sr. José Aparecido, em tese, e eu quero falar em tese, está mais próximo da verdade do que o Sr. André. Custava nada o Sr. André dizer “não, eu pedi o emprego”. Qual é o mal que alguém faz ao país em pedir um emprego? Ele sequer quis dizer que pediu um emprego. Aí eu pergunto, um homem que nega um pedido de emprego, qual é a credibilidade que ele tem para dar um testemunho e insinuar, e é isso que está incomodando parte da Oposição, insinuar que foi a Erenice? Porque desde o início dessa CPI parte da Oposição quer chegar na Ministra Dilma. Não vai chegar. A Ministra Dilma não será convocada de jeito nenhum. Esse sabor, esse gosto a Oposição não vai ter. Mas eu vou continuar.

O senhor... Quando desse almoço, ele falou no tal de Nélcio. Foi o senhor que arrumou um emprego para esse Nélcio?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Foi.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Foi o senhor?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Esse Nélcio trabalha onde, afinal de contas?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Hoje ele trabalha no Ministério do Planejamento.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Esse Nélcio também está envolvido com essa troca de **e-mails**?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não tem nada a ver.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Não tem nada a ver. O Nélcio nunca mandou **e-mail** para o senhor e nem para o André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: *E-mails* pessoais.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – *E-mail* que gere CPI?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. Claro que não. Evidente que não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Não mandou. Então, o Nélcio está escapado.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Nélcio não tem culpa de nada. A única culpa de Nélcio é participar de um almoço com os senhores.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Isso.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Então, Sr. José Aparecido, eu quero começar a concluir dizendo o seguinte... Sinceramente, com a pureza da minha alma, custa-me a acreditar, eu sou um governista radical, mas custa-me acreditar que V.Ex^a tenha enviado este **e-mail** sem querer. Talvez... O seu dedo estivesse num dia de mau gosto e bateu. Talvez. Agora, eu quero fazer uma última pergunta... Se o seu dedo estava num dia de mau gosto, o senhor acha que o senhor teria... Eu estou falando do pretérito perfeito, teria mandado essas informações com que objetivo? Prejudicar Fernando Henrique ou prejudicar Lula? Como cidadão, o senhor já disse que não mandou, mas numa análise, numa análise política... Se o senhor enviou informações de Fernando Henrique, o senhor queria prejudicar Lula ou Fernando Henrique?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nenhum dos dois.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Nenhum dos dois. Pois vou dar minha opinião. Eu acho que se o senhor quisesse prejudicar o Governo Lula, o senhor teria encaminhado os dados do Governo Lula. Talvez, e aí é uma ilação minha, talvez como o senhor tem 17 anos, 18, não sei quanto tempo de PT, como o senhor é petista, aliás, o senhor é ligado a José Dirceu?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sou ligado a todos os petistas.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Quais?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Todos os petistas que já trabalhei em Comissão Parlamentar de Inquérito.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Supplicity, Mercadante, José Dirceu... O senhor é ligado tudinho?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Se o senhor é ligado e é petista... Quando o senhor mandou será que o senhor não quis defender um Governo que o senhor servia? Tipo assim... Eu vou mandar informações do Fernando Henrique para ele ver que aqui não tem nenhum banco de dados, não tem nenhum dossiê. Será que essa não foi a sua intenção? [soa a campanha]

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Possibilidade zero, Deputado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Zero. Eu quero concluir, Sr^a Presidente, dizendo que dos dois eu acredito que tem muita fumaça nisso, mas dos dois, como pelo menos o José Aparecido trouxe um documento provando o e-mail do pedido de emprego... Ele começa a falar um pouco mais a verdade do que o Sr. André. E para concluir, eu queria perguntar a V.Ex^a, eu tive que sair, mas André disse que teria cinco minutos que iriam abalar o Brasil. Não teve aqueles 10 dias que abalaram o mundo? Ele queria cinco minutos para abalar o Brasil. Eu quero saber se ocorreram esses cinco minutos aqui, já que a Oposição não quis que ele falasse para o Brasil. A Oposição quis secreta. Na secreta. Não sei o que a Oposição tem para esconder. Porque a Base do Governo queria que ele falasse abertamente. Eu queria perguntar a V.Ex^a, para encerrar, se ele falou o que tinha para falar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Não, não falou.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Não falou. Então, a Oposição fica devendo ao Brasil a bomba do Sr. André.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sr^a Presidente, pela vice-liderança da Câmara.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Sr^a Presidente, pela ordem. É possível haver uma intervenção, e uma intervenção de vice-liderança?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Não.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – O líder não está presente, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Mas o líder já falou. Ah... Não. É da Câmara. Desculpa. Pode.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Exatamente. Quanto à fala do Deputado Silvio, apesar da contundência dele, eu concordo com ele que nós temos que saber efetivamente quem faltou com a verdade.

Ele afirmou aqui que iria provar que o André mentiu. E trouxe um documento que é um documento que não se sabe efetivamente a fidedignidade dele, apesar de eu acreditar, foi entregue pelo Sr. José Aparecido, não teria porque eu imaginar que ia entregar um documento materialmente falsificado a essa CPMI, mas eu queria lembrar ao Deputado Silvio Costa que de um lado nós temos um documento que é um currículo que foi enviado e que nada impede tenha sido ele solicitado pelo próprio José Aparecido na medida em que, ao que me consta, o André desempregado não estava. Era funcionário inclusive do TCU. É uma prática comum enviar-se currículos quando se integra um Governo que está iniciando? É. Assim como é uma prática política comum “pedir-se currículos” para amigos dizendo: “vou tentar te colocar nessa ou naquela função”. Só tem uma forma de sabermos.

V.Ex^a concordaria pela Base do Governo com a acareação? Existe um requerimento meu aqui para ser votado de acareação. Se V.Ex^a concordar, é a demonstração inequívoca que V.Ex^a quer dar ao Brasil de que ele está mentindo.

Agora, evitar-se a acareação, aí sim é porque a Base do Governo não quer a verdade. Porque quem foi ao Supremo pedir a um Ministro do Supremo Tribunal Federal da mais alta corte do país para, pelo amor de Deus, não ser colocado vis-à-vis, para não ser colocado frente a frente com o seu... Com aquele que tinha uma visão diversa daquela dita por ele, foi o Sr. José Aparecido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Obrigada.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Tenho 5 minutos, posso concluir?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Sr^a Presidente, art. 14. Eu fui citado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – É a primeira vez que falo pela liderança desde que começou a CPI. Então, eu faço essa ponderação, porque a única forma de sabermos efetivamente é essa. Para saber se o André mentiu, se o José Aparecido

mentiu para sabermos efetivamente qual é ou qual foi o propósito de cada um deles.

Por fim, ele pode perfeitamente ter mandado esse **e-mail**, eu comentava isso com o Senador Arthur Virgílio, para proteger-se e para proteger o Governo Lula, como disse também o Deputado Silvio Costa, mas não para dizer que aquele banco de dados existia ou coisa do gênero. Se a imprensa nacional já sabia no início do mês de fevereiro que havia um dossiê sendo confeccionado, se ele cedeu funcionários para um Órgão que não tinha a incumbência de fazer o que ele tinha para confeccionar esse banco de dados, nada como passar para um Senador da Oposição o banco de dados que detêm e informar à imprensa para em seguida dizer: “Não sou mais só eu que detenho este dossiê. A Oposição também detêm esse dossiê”. Posso eu divulgar José Aparecido ou pode a Oposição divulgar. É um outro item passível de acareação.

Eu clamo aqui e rogo aqui à Base Aliada do Governo. Vamos mostrar ao país quem está falando a verdade. É tão simples. Um senta numa cadeira ali, outro aqui, intermediado por V.Ex^a e fazemos a acareação. Caso contrário... Qualquer discurso da Base Aliada não tem o menor fundamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – [soa a campainha] Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – O Deputado Carlos Sampaio sinceramente ele honra essa Casa. Eu acho um dos Deputados mais preparados, competentes, sérios da Oposição. Tenho que dar esse testemunho. E quero dizer, Deputado Carlos Sampaio, que não tenho nenhuma dificuldade em votar a favor da acareação. Nenhuma dificuldade, mas nenhuma mesmo. Essa questão de acareação para mim virou balela, porque não adianta. Bota acareação e vai ser a versão de Dr. José Aparecido com o Dr. André e a gente vai ficar no mesmo. O que a gente tem que fazer é o que o Senador do PFL disse. É encerrar esse teatro aqui e mandar a Polícia Federal apurar. Isso que a gente tem que fazer, porque isso está virando um teatro, infelizmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu só quero fazer uma ressalva em nome de todos os companheiros, Deputados e Senadores, que todos nós aqui não estamos fazendo teatro, estamos cumprindo com a obrigação que é.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Senadora, eu não nominei. Eu posso externar meu pensamento. Eu posso pensar que é um teatro. Pode não ser.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Mas eu quero aqui em nome de todos dizer, a todos que estão nos ouvindo nesse país que nós estamos fazendo um trabalho sério aqui, um trabalho que é importante para o país e para essa Casa, e que, inclusive, é uma das ferramentas que nós temos aqui e, graças a Deus, temos isso de podermos fazer investigação naquilo que o Congresso acha que é importante. Portanto, ninguém aqui está fazendo nenhum teatro.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Como líder, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Como líder.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Como líder do PR, Sr^a Presidente. Vice-líder do PR. Presidente, o Deputado Carlos Sampaio todos nós conhecemos, é como já falou o Deputado Silvio Costa é dos parlamentares mais experientes, competentes, traz no seu currículo mais de 20 anos de Ministério Público. Portanto, em inquirição de testemunha... Presidente. [soa a campainha] Extremamente preparado para fazer a inquirição de testemunha.

Mas é preciso que se estabeleça aqui algumas verdades. E a primeira delas, Deputado Carlos Sampaio, é que o Sr. José Aparecido ele não impetrou *habeas corpus* para evitar acareação. Ele impetrou o *habeas corpus* para ter a garantia, suas garantias constitucionais de ficar calado, se necessário for, de não sair daqui preso pelo histórico que tem outras CPIs de abuso de autoridade. Coisa que nós não fizemos com o André. Não sei se a Oposição trataria o José Aparecido da mesma forma que nós tratamos o André no que tange à questão do falso testemunho. E olha que nós temos aqui... Eu não posso afirmar categoricamente que o André mentiu. Mas o José Aparecido traz aqui a prova de um **e-mail** de 13 de janeiro de 2003, coincide com a formação do Governo Lula, e ninguém sinceramente manda um documento, um currículo para uma pessoa influente do Governo numa época de formação de Governo por nada. Também não é crime mandar **e-mail** pedindo... Alguma pretensão de emprego. O crime é mentir aqui. E acho que de forma extremamente responsável a Base do Governo se comportou em relação a esse fato. Não pedimos em momento nenhum que a Presidente decretasse prisão, nenhum parlamentar exorbitou a sua competência em pedir prisão. Ao contrário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Para concluir.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Estou no meu tempo, ainda Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Já acabou. Dei cinco minutos.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Pois é, não falei nem três. O Arthur Virgílio pediu... Falou como líder já 2 vezes. Mas para concluir só, [soa a campainha] eu vou concluir, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O senhor, eu falei para o senhor há pouquinho.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Vou concluir, apesar de a senhora ter cortado o meu raciocínio, mas a Base do Governo pediu apenas que V.Ex^a remetesse a cópia do e-mail à Polícia Federal que é obviamente quem tem a capacidade técnica para verificar se esse e-mail corresponde à data que está aí na cópia, enfim. Isso deve estar registrado ainda em meio eletrônico. E, portanto verificar se há testemunha que comprove esse pedido de emprego ou não e a mentira ou não. Portanto, Deputado Carlos Sampaio, a questão da acareação aqui é uma questão de estratégia de defesa. Não cabe a nós, não cabe a nós aqui.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Só se me permitir...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Claro, permito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – [soa a campainha] Deputado, primeiro eu gostaria de... A Mesa me informa aqui, a secretaria me informa, V.Ex^a é vice-líder do PR?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – A não ser que eu tenha sido substituído já.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Acabei de perguntar aqui e V.Ex^a não consta na lista de vice-líderes.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Desculpe, Presidente. Não usarei mais da palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr^a Presidente. Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Houve uma mudança toda e agora todos os vice-líderes vão dar uma olhadinha aqui. Porque.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – É porque há um rodízio das vice-lideranças. A senhora pode ter razão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A palavra vai estar com o... Art. 14, o Senador... O Senador...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu fui citado duas vezes pelo Sr. José Aparecido e queria prestar os esclarecimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nessa segunda... Nós não fizemos do art. 14 na Sessão. Nós temos dois depoentes. E é possível como nós estamos fazendo duas rodadas diferentes de inquirição, é possível que a gente faça duas em cada uma. Eu gostaria até de ouvi-los. Mas eu acho que.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, se V.Ex^a gostaria de nos ouvir, regimentalmente a Sessão é única. Nós fizemos aqui um acordo de procedimentos na Sessão Secreta. E esse acordo seria de que desta vez o Regimento seria respeitado e o art. 14, já foram 3 ou 4 vezes. Segundo, o José Aparecido não é Deputado e Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como V.Ex^a falou em nome de vice-líder, que não é.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É apenas em nome da verdade que eu quero esclarecer os fatos. Eu fui citado duas vezes, já houve a constituição pelo art. 14 a outros Parlamentares e acho que eu tenho o mesmo direito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Alvaro, foi feito esse acordo realmente. Eu estava aqui propondo, porque outros podem ter o mesmo problema aqui. E foi feito um acordo que teríamos duas... Como é a legislação, por Sessão. Eu estava propondo aqui como nós temos duas rodadas diferentes com questionamentos diferentes, com lista de inscrição diferente... Que a gente pudesse ter duas para o primeiro depoente e duas para o segundo. Mas aí eu dependo realmente do Plenário se V.Ex^a não se chateie comigo, mas é algo que nós tínhamos realmente como dado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu já teria terminado até a minha fala se tivesse me concedido a palavra. Já teria esclarecido uma questão colocada pelo depoente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo Teixeira, com a palavra.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP) – Sr^a Presidente, pela ordem. Peço a palavra apenas para uma comunicação bastante grave e muito triste. As televisões estão começando a dar a

notícia, acabou de cair um avião da Pantanal em São Paulo novamente. Ou seja, o caos no tráfego aéreo continua a produzir vítimas no Brasil. Era isso que eu tenho que lamentar, Sr^a Presidente. Avião da Pantanal. A informação que eu tenho agora é essa. Possivelmente os canais de televisão estão dando. No centro da cidade de São Paulo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Apenas para completar a informação... Bateu em vários prédios no centro de São Paulo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – É uma informação terrível, essa. Porque me lembrei aqui do Júlio Redecker e ontem ainda estávamos falando tanto sobre ele. Deputado, esperamos que Deus auxilie e que não haja tantas vítimas, porque não vai ter como não ter vítima com um avião caindo. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Sr^a Presidenta, Srs. Parlamentares, inicialmente eu gostaria de lamentar o fato ocorrido da queda do avião da Pantanal e esperar que os danos tenham sido os menores possíveis tanto para aqueles que estavam no avião quanto para as pessoas que estavam nos prédios ou nos seus arredores. Então trazer aqui o nosso lamento e desejar que esse fato seja um fato com o menor dano possível, já que a gente não conhece os fatos, já que estamos aqui há quase sete horas.

Eu queria fazer três perguntas ao depoente. (soa a campainha.) A primeira pergunta, e pedir só um pouco de atenção dos nobres pares.

A primeira pergunta é o Sr. José Aparecido, muito foi falado aqui pelo Sr. André hoje do almoço que o senhor teria participado com ele. Eu gostaria em primeiro lugar saber quem estava no almoço?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, eu lembro muito bem que o Nélcio Lacerda estava, mas é possível que tinha uma 4^a pessoa, que o nome dele é Marco Polo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Marco Polo que é funcionário do TCU.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Isso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Tinha uma pessoa de nome Eduardo que é funcionário do TCU também?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não lembro.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Foi dito... No dia do almoço, o senhor sabia que a informação, esse banco de dados tinha saído do seu computador?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: De maneira alguma. De maneira alguma. Eu só soube disso em 6/05/2008.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Mas o que foi dito para o senhor? Foi dito que o senhor teria vazado para a imprensa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele disse: “Olha, corre o boato na imprensa que você vazou isso”. Mas eu falei: “Mas você que não fui eu, mas você mais do que ninguém sabe que não fui eu”.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Deixa eu lhe fazer uma pergunta. O Sr. André Fernandes, ele propôs a V.S.^a facilitar algum contato com a imprensa brasileira?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim. Em pelo menos duas oportunidades. Ele queria que eu falasse com a **Veja**, Alexandre Ultramari, com o jornalista Alexandre Ultramari que eu não o conheço e outro jornalista que ele insistia muito eu falasse que é o jornalista Leonardo Sousa.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então, ele sugeriu que o senhor falasse com dois jornalistas?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. Ele pediu de maneira bastante veemente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Que o senhor conversasse com dois jornalistas?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Isso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Segundo fato que eu queria perguntar ao senhor é o seguinte... A tese aqui é que esse dossiê foi feito para constranger a Oposição. O senhor tinha o objetivo de constranger a Oposição?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado, a minha área é uma área técnica. Eu estou fora da arena política.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Mas a segunda pergunta é: Tinha nesse banco de dados algum dado constrangedor?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. Não ao que me parece. Porque eu vi ele muito rapidamente. Eu já tinha acesso a essa base de dados em 2005, eu fiz auditoria em 2005 relativo a 2001 e 2002.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Tinha algum dado comprometedor nessa base de dados?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não. Estou falando da minha auditoria de 2005. Essa aí eu nunca olhei exaustivamente. Só abri a tela para ver o formato da planilha.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Esses dados, na sua opinião, eles estavam sob sigilo pela legislação?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Bom, eu queria, por fim, falar com os pares da Oposição. Eu queria falar com o Senador Alvaro Dias, eu queria falar com o eminente Senador José Agripino Maia, e quero falar também com esse Senador que é um ícone da Oposição nessa Casa, líder do PSDB e que tem tido um grande papel nesta Casa.

Eu queria dizer que a tese é: Há um dossiê... Foi feito um dossiê para constranger a Oposição. Depois de três meses nós fomos perceber o seguinte. Não há um dossiê. Há um banco de dados organizado pela Casa Civil com a finalidade de instrumentalizar a própria CPI. Tanto, Srs. Parlamentares, que os Deputados Carlos Sampaio, Índio da Costa, Vic Pires, Manato, Silvio Costa e eu fomos ao Tribunal de Contas e o Relator Luiz Sérgio... Fomos ao Tribunal de Contas e pudemos ver esse banco de dados no Tribunal de Contas. Então, não há um banco de dados feito nos moldes de um dossiê para constranger a Oposição. E gostaria de dizer que não há nexos. Quem fez, Senador Arthur Virgílio, o banco de dados não foi quem transferiu o banco de dados para o assessor da Oposição.

Haveria constrangimento se quem tivesse feito, tivesse passado. Não há nexos entre quem fez e quem passou. Ao mesmo tempo, não há capacidade de constranger algo que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso disse. Não há nenhum problema nesses dados, assim como a Ministra Dilma disse, não há nenhum problema nesses dados. Assim como o chefe de gabinete do Presidente da República, Gilberto Carvalho, também disse. Não há nenhum problema nesses dados.

Portanto, não há dossiê, não há constrangimento, mas há uma Oposição. E hoje, Senador Alvaro Dias, Senador Arthur Virgílio, enquanto eu olhava o Sr. André naquela Mesa eu fiquei pensando a capacidade de criar confusão que aquela pessoa tem. Ela criou um grande... Ele criou um grande clima de crise entre Oposição e Governo nesses três meses por algo de efeito menor, por algo de potencialidade baixa, por algo que não tinha aquele objetivo, por algo que não tinha como ter o nexos entre quem fazia e quem, segundo a versão de vocês, ou, segundo a própria versão do Sr. José Aparecido, quem deu conhecimento desse dado.

Portanto, eu fiquei pensando como que talentosos membros da Oposição, que, aliás, eu quando ligo a TV Senado eu sou seletivo. Alguns membros da

Oposição eu assisto na íntegra, dado o talento. Como é que nós podemos trazê-los para essa seara de um debate por três meses dessa natureza? Porque havia uma pessoa, o Sr. André. André Fernandes. [soa a campainha] Que tentou nos conduzir e quer nos conduzir ainda seja hoje ao pedir uma Sessão Secreta, seja através do pedido da acareação para um fato que pouco contribui para o crescimento do Brasil. Mas que muito contribui para a intriga, para o conflito sem objetivos maiores para a Nação.

E é por isso que eu termino dizendo o seguinte: Eu creio que esse fato deve ter as suas consequências na Polícia Federal. Essa CPI deve concluir os seus trabalhos, porque ela já gerou efeito em relação aos Cartões Corporativos. Diminuíram os gastos. Ela pode agora oferecer ao país uma contribuição inequívoca de controle e auditoria nesse tipo de gasto para que a Nação Brasileira possa, doravante, ver os seus recursos ainda melhor aplicados.

Por isso, Sr^a Presidente, quero agradecer e dizer que, na minha opinião, nós encerramos uma fase e partimos para uma nova fase, e lamento que nós tenhamos embarcado nesse debate dando tamanha intensidade. Trouxemos a Ministra Dilma e ela deu um show aqui. O povo brasileiro, muitos que não conhecia a Ministra Dilma, hoje conhece a Ministra Dilma. Isso foi uma contribuição inclusive para a Ministra Dilma.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Agora, nós para concluir gostaríamos de dizer que esse tema de nada contribui para a continuidade das preocupações do Senado Brasileiro, da Câmara Federal, do Congresso Brasileiro e deveria ser investigado em foro próprio, concluído em foro próprio o que eventualmente aconteceu. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS) – Por cessão do Sr. Antonio Carlos Júnior, junto à secretaria da Mesa a palavra está com o Senador Alvaro Dias por 10 minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr^a Presidente, Sr. Depoente, eu primeiramente quero dizer que vou tratá-lo com o maior respeito. Como sempre o fizemos em todas as CPIs. Às vezes, questionando com dureza, mas muito respeitosamente.

Quero primeiramente, ao contrário do que ouvi, dizer que o dossiê existe e isso já está provado materialmente. Não é a palavra de um oposicionista, é um laudo técnico de um Instituto qualificado. Não há como negar a existência do dossiê. Há também o indiciamento de um vazador do dossiê. Vazamento ocorre na

origem. Ocorreu o vazamento e o Sr. José Aparecido que depõe hoje foi indiciado como autor.

Não sei se foi o único a vazar. E é uma indagação que formulo antes de questioná-lo sobre o que disse anteriormente. Vazamento confirmado inclusive por V.S.^a para o endereço eletrônico de André Eduardo foi um. E eu indago: Além desse, o senhor contribui para que houvesse outro vazamento? Porque as informações que chegaram à *Folha de São Paulo*, o material que chegou à *Folha de São Paulo* é diferente do material que chegou ao computador de André Eduardo. É mais completo aquele que chegou à Folha de São Paulo. Portanto, ou há mais um vazador no Palácio do Planalto ou se é um único vazador, se há um único vazador, utilizou-se de vias diferentes para a divulgação do dossiê. Eu indago se V.S.^a conhece a procedência do material que chegou à *Folha de São Paulo*.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não conheço.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não foi o senhor que, através de interposta pessoa, fez chegar à *Folha de São Paulo*?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Como fez chegar ao André Eduardo?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu não admito que o senhor queira assumir única e exclusivamente a responsabilidade por tudo que houve. Até esse momento é a única vítima. E eu acho que nós temos que estabelecer uma graduação de responsabilidade. Para mim, o senhor está lá no pé da escada. Existem outros degraus. Existem superiores que são mais responsáveis do que o senhor. Se o senhor não contribui para que a responsabilização ocorra, recairá certamente com peso maior sobre os ombros de V.S.^a

Por esta razão, eu creio que seria oportuno de sua parte fazer alguns esclarecimentos. Já que não quer fazer esses esclarecimentos, e já que está protegido por uma decisão do Supremo Tribunal Federal até para mentir, eu quero dizer que o senhor mentiu ainda há pouco. O senhor mentiu quando afirmou que a desavença com o André Eduardo ocorreu em 2004 em função de um requerimento de minha autoria. O senhor confirma isso? Foi em função do requerimento de minha autoria, em 2004?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: O requerimento de V.Ex.^a.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois bem. O requerimento de minha autoria foi encaminhado ao Governo no dia 23, aliás, no dia 22 de março de

2005. E não em 2004. V.Ex.^a disse que esse requerimento indagava sobre servidores do Tribunal de Contas.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não era apenas sobre servidores do Tribunal de Contas. Então, a primeira mentira – não foi em 2004.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu não lembro de detalhes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Foi em 2005. A segunda mentira – não dizia respeito apenas a servidores do Tribunal de Contas, dizia respeito a servidores da administração, de Órgãos da administração pública. E aqui há a relação dos servidores que a Casa Civil encaminhou. Resposta ao nosso requerimento. Há relação dos servidores. A outra mentira não é de agora, é de antes. É na resposta ao requerimento. Está aqui da Presidência da República, Secretaria de Administração. “Esclarecemos que não existe servidor do Tribunal de Contas da União requisitado”. A informação é que não existia servidor do Tribunal de Contas.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Quem prepara a resposta é a subchefia de assuntos jurídicos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois bem, então, esta mentira não é sua, mas é do Governo. A resposta não corresponde à verdade. Portanto, fica muito difícil para aqueles que avalizam esse tipo de comportamento, eu diria, os avalistas do dossiê, fica difícil imputar a André Eduardo eventualmente uma mentira aqui ou acolá.

Na verdade, ao encaminhar o currículo, e eu li o documento, ao encaminhar o currículo ao Sr. José Aparecido não há o pedido de emprego. Não está explícito o pedido de emprego. Apenas houve o encaminhamento de um currículo, como é praxe em qualquer circunstância.

Na verdade, e o senhor negou isso, na verdade a desavença com o André Eduardo diz respeito a CPI do BANESTADO e ocorreu em agosto de 2004. E há uma testemunha dessa desavença. Estava presente, coincidentemente, quem esteve presente nesse almoço do Clube Naval, o Sr. Marco Polo. O Sr. Marco Polo presenciou a desavença entre o senhor e André Eduardo. O senhor naquele momento alertava a André Eduardo que o Governo tinha determinados poderes e, portanto, a Oposição deveria tomar cuidado. Enfim... Eu gostaria, portanto, Sr.^a Presidente, por essa razão que havia solicitado pelo art. 14, porque queria fazer esses esclarecimentos. Em nome da verdade.

Agora indago. O senhor é tido como um vazador histórico. O Senador Arthur Virgílio não pôde indagar,

então eu faço da observação que ele fez uma indagação. Foi o senhor que juntamente com o Valdomiro Diniz vazou para a imprensa informações não muito corretas a respeito da conta bancária do Sr. Ibsen Pinheiro?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Senador, na CPI do Orçamento haviam quatro Subcomissões. Cada uma dessas Subcomissões era coordenada por um técnico do TCU. E eu coordenei uma Subcomissão que não estava Valdomiro Diniz.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então não foi o senhor?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: E quem conhece muito bem o Valdomiro Diniz é o André Eduardo, colega dele do Governo Cristovam Buarque.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Conhece tão bem que sabe quem é e.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu nunca tive desavença com o André nesse período. Liguei para ele três vezes e ele não respondeu os telefonemas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O senhor nega que houve essa desavença de 2004? [soa a campainha] E que houve exatamente esse distanciamento.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu afirmo que nunca mais ele falou comigo, então liguei para ele três vezes e ele não respondeu os telefones. Ficamos três anos sem nos falar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Duas alternativas, aliás, antes disso, eu gostaria de indagar quem é chefe de Norberto Timóteo? Hierarquicamente quem está acima?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Hierarquicamente pelo cronograma da Casa Civil é a Secretaria Executiva.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Quem exerce a Secretaria Executiva?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: A atual Secretária Executiva da Casa Civil é a Dr^a Erenice Guerra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então, supostamente, se o Norberto Timóteo [soa a campainha] coordenou a elaboração desse dossiê, foi por ordem da D^a Erenice.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Isso é o senhor que está dizendo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu estou indagando.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu nunca... Olha... Eu estaria sendo absolutamente leviano se eu, em algum momento, em qualquer oportunidade, pessoas acima hierarquicamente do Sr. Norberto, tivesse me pedido qualquer coisa nesse sentido.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Há pouco eu disse que me responsabilizaria por todos

os atos praticados pelo Sr. André Eduardo como meu assessor. Porque eu encaro desta forma a função pública. Quem chefia, quem comanda é responsável. O senhor não pensa dessa forma. O Sr. Norberto agiu por livre e espontânea vontade sem receber voz de comando de quem quer que seja. Nem de Erenice e nem de Dilma Rousseff.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Isso não posso lhe assegurar, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Menos mal. O senhor não assegura.

(troca de presidência.)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Seu tempo acabou, prezado Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então eu quero concluir. É evidente que o Sr. José Aparecido, quando pediu um prazo e desapareceu, constituiu um novo Advogado, deixou visível a existência de um acordo de procedimento que celebrou com o Governo. Um acordo de reciprocidade na proteção, na blindagem. Isso está visível. O Sr. José Aparecido não vai aqui acusar ninguém. Por isso, só a Polícia Federal terá condições de concluir de forma eficiente.

Eu quero depositar todas as minhas esperanças no trabalho da Polícia Federal que é uma instituição independente, que se consolida como tal e que respeita única e exclusivamente a lei vigente no país. Acredito que a Polícia Federal vai concluir de forma a responder aquelas questões centrais – Quem mandou fazer esse dossiê? e quem fez esse dossiê? Quanto ao Sr. José Aparecido, restam duas alternativas: Ou vazou o dossiê em desobediência a uma decisão de Governo, o dossiê foi elaborado com cronograma previamente estabelecido, e ele interrompeu a execução desse cronograma ao promover seu vazamento, não sei se vale o que especulam, existirem divergências internas na Casa Civil, facções petistas insatisfeitas; ou se foi desobediência, ou se foi cumprimento mesmo de uma decisão oficial que era aquele momento para que o dossiê fosse vazado a fim de que fosse divulgado, a fim de que a Oposição pudesse se intimidar com a existência desse dossiê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Obrigado, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Todas as facções petistas estão contentes, não estão descontentes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Gostaria de assegurar a palavra ao Deputado João Magalhães.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, só uma informação aí que nós ficamos aqui chocados. Hoje, parece que a desinformação... Graça, né? Não

caiu avião nenhum em São Paulo. Nem no Brasil. Felizmente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Ainda bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está contaminando a mentira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Você vai fazer o pingue-pongue?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Sim, Sr. Presidente. Só duas perguntas. Uma delas não sei se já foi questionado. O Sr. André nos deixou uma dúvida aqui. O senhor se lembra quem pagou o tal almoço no Clube Naval?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não lembro. Era normal ratear as despesas. Mas realmente não lembro, sinceramente não lembro.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – A segunda pergunta é por curiosidade também. Não sei se comentaram com o senhor... O Sr. André solicitou uma Audiência reservada que tinha uma confidência a fazer de cunho pessoal. O senhor imagina o que seria?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não tenho a menor idéia.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Ok. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Rápido. Asseguro a palavra ao Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Sr. Aparecido, o senhor teria dialogado com o Sr. André em 2004 sobre a CPI do BANESTADO? E até dito a ele: “Desiste, esquece o Antero” o então Senador a quem ele assessorava, “somos o lado forte?”

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor nega absolutamente a existência dessa conversa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O documento que sua máquina, para usar a sua versão, enviou para o assessor do Senador Alvaro Dias é o mesmo que foi publicado pela imprensa?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha, não cheguei nesse nível de detalhe, mas são similares.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – São similares, então não houve alteração significativa que o senhor tenha percebido?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não entrei em detalhes. Porque foram tantos tumultos nesses últimos dias que não parei para ver.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor não se interessou pela matéria publicada nos jornais?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Lógico que eu me interessei, mas eu não fui checar. Vejo que é similar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – É similar, pelo menos. O senhor disse que o arquivo **Excel** foi enviado de forma involuntária, o senhor não tem memória ou consciência de ter feito isso. Pode ter sido um engano. Mas o senhor lembra de outra falha similar na sua longa trajetória como guardião de informações?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha... Com esse tipo de informação com certeza não.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Foi uma falha inédita, de ponto de vista funcional?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Que eu lembre, sim.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor confirma que só soube desse envio involuntário há apenas duas semanas?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: No dia 6 de maio de 2008.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Pois é, hoje é dia 20. Só duas semanas. Só agora o senhor soube disso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: É.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – E por que o senhor pediu exoneração da Secretaria de Controle Interno, já que foi um ato involuntário?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu pedi, Deputado, porque já era mais ou menos certo que a partir de julho eu voltaria para meu Órgão de origem. E eu só antecipei, porque eu acho que isso causa constrangimento ao Governo. O Governo da qual participei e tive a honra de participar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor foi indiciado depois do seu depoimento recente na Polícia Federal nesse caso.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Fui indiciado antes do depoimento.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Antes do depoimento. Por que razões?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não sei.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor nem se interessou em indagar?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: O Delegado falou por que é que eu fui indiciado. Mas se você quiser depor, você depõe. Mas você já está indiciado.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Mas ele não disse por quê?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Disse. Ele leu os artigos.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Mas por quê?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Art. 325 do Código Penal.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Eu não tenho esse conhecimento todo. Qual é o artigo? Quebra de sigilo funcional?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Está com o promotor ao lado aí, Deputado.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Vamos continuando aqui. Depois ele me socorre aqui. O senhor considera que os dados do dossiê ou banco de dados seletivo não são sigilosos?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Os dados dessa planilha não são sigilosos, a meu ver.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Quem lhe informou sobre esses dados de suprimento de gastos e fundos da gestão Fernando Henrique Cardoso? Na Casa Civil?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Como assim, Deputado?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor sabia que existia, falou até de 2005.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: 2005 fiz auditoria sobre 2001 e 2002.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Mas mais recente, não há um Marcelo Veloso que teria repassado esses dados?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele era meu funcionário e eu pedi para que ele me repassasse esses dados.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor pediu por quê?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Porque está na alçada do Controle Interno ter acesso a qualquer base de dados da Presidência da República.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Então, o senhor num determinado momento teve acesso a esses dados, os compilou, colocou num determinado arquivo e a partir daí que foram enviados ao assessor do Senador Alvaro Dias?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: A forma como foi eu não sei.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Agora, a questão do almoço. Em geral almoço é algo tão saboroso e amigável, mas há muita desinformação aí. O senhor disse aqui que quem promoveu esse almoço foi o Sr. Nélcio...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Nélcio Lacerda.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Nélcio Lacerda. Como é que ele fez isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele me ligou e um almoço normal. Não foi nem muito rápido e nem demorado demais. Um almoço normal.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Mas dizendo que convidaria também o Sr. André?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim
DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – E o Sr. Marco Polo?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu não lembro direito, mas parece que o Marco Polo estava.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Então, o senhor nega a existência de um e-mail, porque o Sr. André disse que repassou para a Polícia Federal todos os e-mails. O senhor nega o e-mail que o senhor teria mandado convidando para um almoço? “Vamos almoçar?”

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Essa troca de e-mails foi 19 e 20 de fevereiro. Nós almoçamos... Nesse período não teve almoço. Nós almoçamos depois do dia 21 de março.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Foi quase um mês depois.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Mais de um mês depois. Depois da troca... Após a troca de e-mails.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Sim. Mas não houve troca de e-mails para marcar esse almoço?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Nem o “vamos almoçar” da sua parte nem o “ligo no outro dia” da parte dele?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: São vários e-mails e não lembro que teve trocas de e-mails para marcar esse almoço.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor não lembra ou pode afirmar que não existiu?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não existiu.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Imagina que essa conversa poderia ter sido gravada? Esse almoço? Ou essa hipótese é completamente...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Olha... Pode-se esperar tudo, né?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Nesse almoço, já tendo saído a revista **Veja**, o senhor reitera que o assunto envio do banco de dados seletivo/dossiê, aí petistas e tucanos escolhem, cada um tem a sua denominação e o senhor não sabe nem a diferença, eu aprendi já bastante tempo também, mas o senhor garante que esse assunto não foi objeto da conversa nesse almoço? O envio...

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: De jeito nenhum. De forma alguma.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Não se falou nisso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não se falou nisso.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Portanto, é mentira que o senhor tenha dito que a Erenice deu a ordem a Marissol para elaborar um banco de dados do período FHC?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor testemunha isso aqui perante a CPI. E o senhor diria que os participantes desse almoço, o Sr. Nélcio Lacerda e o outro, a informação que a gente tem até agora é que seria o Sr. Marco Polo, podem testemunhar isso? Que esse assunto não foi colocado. Do e-mail com o dossiê?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Com certeza, não.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Com certeza não poderia testemunhar.

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Qualquer coisa relacionada a esse e-mail.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor confirma que o Sr. André apavorado o acusou de ter vazado para a imprensa esse dossiê nesse almoço?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Senadora, eu consulto a senhora, porque isso faz parte do depoimento à Polícia Federal. E eu assinei um termo de segredo de justiça.

(troca de presidência.)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – V.Ex^a pode modificar a sua, seu questionamento?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Posso. O Sr. André o acusou nesse almoço de ser o responsável pelo vazamento dessas informações?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Ele disse que a imprensa tinha informações que eu teria vazado esse banco de dados.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – E o senhor, como reagiu?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Isso é um absurdo.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor acompanhou o Grupo de Trabalho ainda que informal com 10 membros, dois de sua indicação, em termos dessa... Desse trabalho, dessa pesquisa, desse levantamento? Inclusive indagando sobre a dinâmica do trabalho?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Deputado Chico Alencar, eu nunca passei nem em frente a essa sala onde trabalhava esse grupo.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Então, o senhor não tinha nenhum contato. E, por fim, qual é a sua posição quanto a Cartões Corporativos, dada a sua experiência como Secretário de Controle Interno da Presidência da República?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Um excelente instrumento de controle de despesa pública. Fica mais transparente. [soa a campainha]

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – E há prova de usos abusivos e demasiados e extravagantes?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Com certeza.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – O senhor considera isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Eu considero que ele facilita o controle social e o controle interno e externo.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Nesse sentido essa CPI não teria nem razão de ser, né? Você acha isso?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Que a CPI não tem razão de ser?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Não estou dizendo isso, Deputado. Longe de mim. Eu sou um defensor de CPIs, Comissões Parlamentares de Inquérito até porque eu já trabalhei em duas. Então, é um instrumento importante para a sociedade. As CPIs. As CPIs são importantes instrumentos para a sociedade.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – A sua relação com o Sr. André nesse patamar político... Pressupõe-se, inclusive, essa liberdade, ou essa tranquilidade dele de enviar e-mails com charges sobre corrupção... Isso é mais ou menos corriqueiro no diálogo virtual entre vocês?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Sim.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – E o senhor tem por hábito sempre responder a esses e-mails dele?

SR. JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES: Às vezes, sim e às vezes, não.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Está certo, muito obrigado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Para falar como líder dos Democratas, por favor. Enquanto há tempo ali que vai abrir a Sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Queria antes de passar a palavra, Deputado Vic, fazer uma consulta. A Ordem do Dia, o Presidente Garibaldi acabou de falar comigo que vai começar. Nós temos quatro pessoas ainda para fazerem a inquirição, são quatro pessoas, e nós temos duas opções. Aliás, eu tenho duas opções para decidir aqui. Suspender agora e todos voltarmos, continuarmos a oitiva do Sr. Aparecido, ou fazermos a suspensão dos quatro e votarmos agora a acareação ou não dos dois, porque aí eu posso liberar os dois. O Sr. André está esperando também. O Sr. Aparecido teria que ficar es-

perando também. Então, eu queria só ouvir os líderes a esse respeito. Um de cada vez só para que eu possa tomar... Me ajudarem a tomar uma decisão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Vou começar por aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só uma questão de ordem. Os não-membros da CPI estão entre esses quatro que V.Ex^a menciona?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Estão, esses quatro. Deputado Carlos Sampaio Pelo PSDB.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sr^a Presidente, eu reputo que a oitiva, ou melhor, que a acareação de ambos é o melhor caminho até para esses quatro que vão inquirir terem a oportunidade de fazê-lo, ao mesmo tempo em que nós vamos aferir quem de fato está falando a verdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Muito bem. Os quatro estão dispostos... Antes de continuar aqui, e eu esqueci de perguntar e V.Ex^a tem razão, além do Deputado Pannunzio, Deputada Perpétua. Deixaria de falar? Quer continuar falando. Então, nós vamos ter que.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, quais são os quatro. Queria saber quem são os quatro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Estou falando. Deputada Perpétua, Nilson Mourão, Marcelo Guimarães não está... Três só. Deputado Pannunzio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP) – Eu gostaria de ter oportunidade de formular as questões que preparei para essa Sessão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, então nós estamos diante de uma situação inusitada. Porque o importante para agilizarmos o processo seria que todos abrissemos mão. Na medida em que os demais que estão inscritos não abrem mão, vamos ter que.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Claro. Então, vamos ter que fazer o seguinte.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Só três minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Nós vamos suspender a reunião, e eu consulto aqui a secretaria... É esse? Enquanto durar a Ordem do Dia, e todos estão... No Senado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Vale do Senado. As duas. E a partir daí nós vamos retornar aqui, como não?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Sr^a Presidente, gostaria de... Eu, entre um intervalo e outro, eu tinha feito aqui uma proposição que nós poderíamos dar como concluído esta etapa.

Porque mesmo que haja a acareação, irá acrescentar muito pouco em relação a este fator a conclusão do inquérito da Polícia Federal que será determinante. E esse é meu ponto de vista e que vou defender... Nós não estaremos acrescentando mais nada, a não ser porque ambos seguem aqui uma estratégia que é uma estratégia de defesa, manterão as suas estratégias. Nós vamos perder mais um dia, talvez, com muito holofote, com muita imprensa, mas nos acrescentará muito pouco com o objetivo pelo qual a CPI foi criada. E isso, certamente, nos levará a necessidade de uma prorrogação.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Questão de Ordem, Presidente.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu havia pedido a palavra como líder dos Democratas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Eu não estou dando a palavra para inquirir. Estou pedindo uma sugestão.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu não quero inquirir. Eu quero só o seguinte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Vic e depois Deputado...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, a Questão de Ordem ela precede.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Deputado Índio. Só o seguinte, Presidente, a minha sugestão de acordo com vossa proposta seria votar a acareação, em seguida a Erenice, que pode ser o elo perdido dessa história, e em seguida o Norberto que foi então, a princípio, segundo o Aparecido, quem deu a ordem para se fazer esse dossiê.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Índio, hoje nós votaremos aqui só a acareação. Amanhã uma reunião às 09h30 da manhã votamos outros requerimentos.

DEPUTADO PAULO TEIXIRA (PT-SP) Questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Não é questão de ordem, estou pedindo aos líderes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Que possam sugerir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidente, a minha Questão de Ordem é da seguinte natureza. Tendo em vista que já começou a Ordem do Dia no Senado e na Câmara... A minha Questão de Ordem é da seguinte natureza: Tem validade a Sessão? Pode votar a Sessão tendo iniciado a Sessão no Senado?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS) – Não. V.Ex^a não estava aqui na

hora que eu estava ouvindo justamente as lideranças por duas questões. Então, eu já vou decidir já que não tem... Três que faltam ainda para falar, querem continuar a inquirição, portanto, está suspensa a reunião pela Ordem do Dia. E assim que acabar retornaremos os três que não falaram, que eu queria... Perguntei se eles deixariam de falar, não deixaram. Então, eu retorno aqui e após, então, votaremos a acareação. E agradecemos ao senhor, ao senhor...

Sessão suspensa às 18h00.

Sessão reaberta dia 21/05/2008 às 9:45h.

SRA. PRESIDENTA SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Da nossa 14ª Reunião iniciada ontem e que ficou para ser concluída hoje. O não comparecimento dos quatro parlamentares que deveriam continuar a lista de inscritos para questionar o depoente vai ser dada como desistência dos quatro. Então a partir da ...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG) – Presidente, quem são os desistentes, por favor?

SRA. PRESIDENTA SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – São, Deputada Perpétua Almeida, Deputado Nilson Mourão, Deputado Marcelo Guimarães e Senador Flexa Ribeiro. Portanto está dada como desistência deles.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG) – Questão de ordem, excelência.

SRA. PRESIDENTA SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de ordem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG) – **Excelência**, devido a ausência desses Deputados que iriam continuar com a reunião e todos nós somos testemunha do esforço que V.Exa. está fazendo, não medindo esforços, ontem não saiu da Mesa, dando a intervenção a todos os parlamentares.

E como nós temos agora uma votação de requerimentos e tendo em vista a falta de **quorum** no Plenário, não há nem necessidade de nós pedirmos verificação de **quorum**.

Portanto eu acho que está visível que nós não temos **quorum** para continuarmos a sessão.

SRA. PRESIDENTA SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Não havendo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Flexa chegou.

SRA. PRESIDENTA SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Chegou, mas eu já encerrei a oitiva. Eu quero, então, dispensar os dois, os depoentes que estão aqui, o Sr. José Aparecido Nunes Pires e o Sr. André Eduardo Silva Fernandes, estão dispensados.

E a partir daí, como não temos **quorum** para deliberar, portanto, não temos número para delibe-

rar requerimentos e, portanto, não posso deliberar o requerimento, colocar em discussão e votação o requerimento, dois requerimentos que temos de acareação, que são pertinentes à sessão que nós estamos discutindo e, portanto, eles são passíveis de serem, esses requerimentos serem votados, hoje, eu encerro essa reunião e convoco uma reunião para discussão e votação de requerimentos na terça-feira que vem às 9h30 da manhã.

Muito obrigada. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 9:48.

SENADORA MARISA SERRANO

SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CPGF (CARTÕES CORPORATIVOS) POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, DENOMINADOS ECÔNOMOS.

Ata da 15ª Reunião de 2008

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião de 2008, realizada em 27 de maio do ano corrente, às nove horas e cinquenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos (as) Senadores (as) – **Marisa Serrano (PSDB)** – **Presidente**, **Antonio Carlos Júnior (DEM)**, **João Pedro (PT)**, **Serys Slhessarenko (PT)**, **Almeida Lima (PMDB)**, **Gim Argelo (PTB)**, **José Nery (PSOL)**, **Álvaro Dias (PSDB)** e **Flexa Ribeiro (PSDB)**; e dos Deputados: **Carlos William (PTC)**, **Luiz Sérgio (PT)** – **Relator**, **Marcelo Melo (PMDB)**, **Maurício Quintella Lessa (PR)**, **Nelson Meurer (PP)**, **Paulo Teixeira (PT)**, **Carlos Sampaio (PSDB)**, **Augusto Carvalho (PPS)**, **Vic Pires Franco (DEM)**, **Manato (PDT)**, **José Paulo Tóffano (PV)**, **João Magalhães (PMDB)**, **Marcelo Guimarães (PMDB)**, **Nilson Mourão (PT)**, **Vicentinho (PT)**, **Chico Alencar (PSOL)** e **Índio da Costa (DEM)**, Estiveram presentes, ainda, os **Senadores Romeu Tuma (PTB)**, **Arthur Virgílio (PSDB)** e **Sérgio Guerra (PSDB)**. Na oportunidade foram apreciados os seguintes requerimentos:

Nº	EMENTA	AUTORIA	RESULTADO
59/08	Solicita-se a oitiva do Senhor Norberto Temóteo Queiroz, Secretário de Administração da Casa Civil da Presidência da República.	Senador José Nery	REJEITADO
246/08	Requer a realização de acareação entre os senhores José Aparecido Pires e André Eduardo Fernandes, para fins de esclarecimentos.	Dep. Carlos William	REJEITADO
252/08	Requer a convocação do Senhor Norberto Temóteo Queiroz, Secretário de Administração da Presidência da República, para prestar depoimento nesta CPMI.	Dep. Vic. Pires Franco	REJEITADO
253/08	Requer a convocação do Senhor Marcelo Veloso Nascimento, Assistente de Auditoria da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, para prestar depoimento nesta CPMI.	Dep. Vic. Pires Franco	REJEITADO
254/08	Solicita a acareação dos Srs. José Aparecido Pires e André Eduardo Fernandes para prestarem depoimento nesta CPMI.	Dep. Carlos Sampaio	REJEITADO
256/08	Requer a remessa do depoimento prestado a esta CPMI pelo Senhor André Eduardo Fernandes à Polícia Federal.	Dep. Carlos William	APROVADO
257/08	Requer a convocação do Senhor Marco Pólo para prestar depoimento nesta CPMI.	Sen. Flexa Ribeiro	REJEITADO
258/08	Requer a convocação do Senhor Nélío Lacerda para prestar depoimento nesta CPMI.	Sen. Flexa Ribeiro	REJEITADO
259/08	Requer a convocação do Senhor Marco Pólo para prestar depoimento nesta CPMI.	Dep. Chico Alencar	REJEITADO
260/08	Requer a convocação do Senhor Nélío Lacerda para prestar depoimento nesta CPMI.	Dep. Chico Alencar	REJEITADO
261/08	Requer, em caráter de urgência, seja convocada para depor nesta CPMI, a Senhora Maria de La Soledad Bajo Castrillo – Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva da Casa Civil, da Presidência da República, a fim de, no prazo de 24 horas, prestar esclarecimentos sobre a elaboração da planilha da qual constou gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e da ex-primeira dama, Ruth Cardoso.	Dep. Carlos Sampaio e Índio da Costa	REJEITADO

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/2008, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, cartões corporativos, por integrantes da administração pública federal, denominados ecônomos. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª Reunião da Comissão. Os senhores deputados e senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, apenas um minuto, um segundo. Pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à votação de requerimentos. Uma questão, pela ordem, questão de ordem...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, uma das poucas reservas morais e competência política que temos no Congresso Nacional, assim como nós temos, também, essa visão de V. Exª, foi o Senador Jefferson Peres, que por várias vezes esteve presente nessa CPI. Lamentamos profundamente a perda dele, e eu gostaria de solicitar o apoio dos colegas e de V. Exª, que nós fizéssemos uma homenagem em alguns minutos de silêncio ao Senador Jefferson Peres.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Concedido. Obrigada, Deputado Carlos Willian. Eu gostaria, aqui, de antes de começar a discussão e votação da pauta de hoje, fazer algumas colocações que eu acho que são importantes. Primeiro que, a semana passada, nós aqui tivemos o depoimento de duas pessoas que vieram aqui expor a sua verdade dos fatos, dos acontecimentos que se passaram na Casa Civil da Presidência da República. E quero rememorar alguns fatos dessa questão. Primeiro o que ficou claro da última reunião que fizemos a semana passada? Que houve um dossiê. Portanto, a Ministra Dilma, quando veio a esta Casa, não falou a verdade quando disse aos senadores que estavam na Comissão de que não havia um dossiê. Sabemos, hoje, onde foi feito o dossiê e quem coletou os dados. Não sabemos quem mandou e não sabemos o objetivo com que foi feito. É um crime fazer um dossiê? A Casa Civil de um Governo pode patrocinar esse tipo de ação? É resquício de um Estado arbitrário? Houve improbidade administrativa? As pessoas que reconhecidamente o fizeram foram demitidas, responsabilizadas? Precisamos de tempo para responder essas perguntas. Não podemos ficar sem essas e outras respostas. Temos

duas versões. Qual é a verdadeira? O direito prevê o contraditório. Negar a acareação não é civilizado, não é republicano. Falar de ética, e aqui acabamos de ouvir o Deputado Carlos Willian falar, lembrar do Jefferson Peres, nosso colega, que, na semana passada, esteve aqui assistindo o depoimento desses dois senhores, é falar de decência, é não compactuar com nenhum acordo, é garantir que a verdade venha à tona.

Portanto, em nome, inclusive, da figura lembrada do Jefferson Peres, aqui, eu quero pedir aos senhores deputados e senadores que meditem sobre essas perguntas que eu fiz e que estão sem respostas. Eu acredito que os requerimentos que vamos discutir e votar hoje se referem, e podem se referir, às respostas a essas perguntas, das quais eu não tenho a resposta e tenho certeza que os senhores deputados e senadores também não as têm. Estamos no final do tempo legal para que essa CPI dê seus frutos. Há, na Casa, a coleta de assinaturas para prorrogar a CPMI por mais 30 dias, e há os requerimentos que vamos votar hoje. É clarividente que as respostas às perguntas que eu fiz aqui ficam, vão ficar muito devendo à votação dos senhores deputados e senadores, hoje, nessa Casa. Portanto, eram essas considerações que eu queria fazer, fiz, porque é minha obrigação como Presidente em fechar pelo menos aquilo que foi analisado, discutido em tantas horas, na semana passada, dos depoimentos do Senhor José Aparecido e do Senhor André.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputado Carlos Willian. Depois o Senador...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, caros colegas, funcionários da Casa que nos têm assessorado, imprensa. Senhora Presidente, eu respeito Vossa Excelência dirigindo esta CPI. Somos testemunhas do trabalho que a senhora vem desenvolvendo, democraticamente, dando oportunidade a todos os membros da CPI, indiferente de que partido são, dando direito à palavra e às colocações. Estou aprendendo muito com Vossa Excelência. Os trabalhos que vão ser pautados a partir desse momento e essa observação que Vossa Excelência faz são inerentes. Permita-me, apenas, com muito respeito, discordar de alguns pontos onde Vossa Excelência afirma, ou Vossa Excelência coloca em dúvida, de que a Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff teve aqui, no Senado, por uma artimanha e articulação da oposição. Porque ela foi convocada para vir falar sobre o PAC, que é o maior programa que já teve nesse país de desenvolvimento, mas, com a sua grandeza de servidora pública, ela não se absteve e, mesmo assim, sendo amparada regimentalmente e constitucionalmente ela respondeu às perguntas acerca desse dossiê.

Portanto, eu discordo veemente de Vossa **Excelência** em qualquer uma das posições que Vossa **Excelência** tenha colocado. Ou se é uma indagação ou se é uma afirmação. E dizer claro que, mesmo Vossa **Excelência** sendo Presidente da CPI, e agora tendo falado, no início dessa Sessão, e nós colegas, aqui, também participando, queremos deixar claro que isso foi uma palavra de Vossa **Excelência** como Presidente. Mas isso não exprime o sentimento da maioria dos membros desta Comissão. Acertada Vossa **Excelência** está em querer apurar os fatos. É o que todos nós estamos querendo. Mas permita apenas concluir. Esta CPMI não andou. Ela está capengando. E, hoje, Vossa **Excelência** sabe que ela vai ser enterrada. Não tem dúvida nenhuma de que hoje é o enterro dessa CPI. Mas por quê? Não é por causa do Governo. É por causa da oposição.

A convocação dessa CPMI, a senhora me permite, Presidente, foi feita para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criado pelo Requerimento 02/2008, com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, cartões corporativos, por integrantes da administração pública federal, denominados ecônomos. Isso é a administração pública toda. Mas a oposição insistia em ir somente à Presidência da República e na Ministra Dilma Rousseff. E tanto é que, hoje, os requerimentos aqui colocados são só sobre a Presidência da República. Cadê o Reitor que ainda não veio prestar esclarecimentos? Cadê os erros que a oposição não apresentou de outros erros da administração, e são inúmeros e todos eles tiveram acesso a documentos, foram ao Tribunal de Contas da União, requereram documentos, vieram aqui, analisaram todos os documentos. Viram erros, mas não apontaram os erros destes problemas ocorridos. Somente insiste e querem ir à Presidência da República, da Ministra Dilma Rousseff – terminando, Senhora Presidente –, mostrando e deixando claro que a intenção da oposição não é clarear nada para o Brasil, é, sim, tentar, tentar desmoralizar um Governo que tem os maiores índices de aceitação deste país, com um dos maiores programas sociais e com o maior desenvolvimento de obras. Portanto, Senhora Presidente, um compromisso que nós da base aliada temos com este Governo é de defendê-lo. Agora, nem por isso nós iríamos deixar de apurar os fatos aqui apontados. Ocorre que a oposição ocorreu em erro em querer somente buscar uma situação política. E a prova está aqui. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARIA SA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Senhora Presidente, Senhor Relator, Deputado Luiz Sérgio,

Senhor Vice-Presidente, Deputado Marcelo Melo, senhoras e senhores senadores e deputados, senhoras e senhores senadoras e deputadas. Presidente, a senhora colocou... Eu vou pedir a palavra, só para poder... nós temos o direito de fazer o contraditório. A senhora colocou, agora pouco, essas indagações, uma série de perguntas que eu vou ser obrigado, e de modo muito tranquilo, mas muito leal, como sempre fiz, me desculpe, discordar de Vossa **Excelência**. A senhora não pode colocar da forma, assim, uma indagação tão dura que a Ministra Dilma Rousseff, quando esteve aqui, ela mentiu. Porque ela não mentiu. Ela chegou aqui e colocou, de uma forma brilhante, uma exposição de mais de oito horas, de uma forma como nunca eu tinha participado neste Senado. Uma explicação sobre o que é o nosso país, de ponta a ponta, do menor Estado ao maior Estado, da menor a maior obra, com dados específicos. Falou... eu tenho certeza que todos que aqui prestaram atenção na exposição que ela fez saíram engrandecidos, sabendo que o nosso país realmente está no rumo certo. Por isso que os índices de aceitação desse Governo são índices imbatíveis. Muito mais do que isso, ela falou sim que estava sendo construído um banco de dados da Presidência da República já há dois ou três anos. Disse que eles assumiram por quê? Para dar correção para, quando alguém fizesse alguma indagação, ter dados precisos para responder. O que ela também gostaria, e disse claramente, ela disse: “Quem foi que foi lá e tirou algumas peças desse banco de dados”, aí, sim, com a intenção de confeccionar o dossiê. Não partiu isso da Ministra Dilma Rousseff, das pessoas que estão ao seu lado, que são pessoas que nós podemos ver que eles devem ter muito, muito, o que fazer, porque realmente esse PAC que estão tomando conta é um negócio gigantesco para o bem do nosso país. E tenho certeza que, quando ela colocou, aqui, colocou com muita precisão que estava construindo um banco de dados lá. E hora nenhuma eu posso deixar que se coloque, aqui, que ela mentiu, porque não mentiu. Eu fiquei impressionado com o depoimento dela. Eu posso dizer à senhora, a senhora é Presidente, sempre respeitei, com a máxima veemência. Dessa vez, as colocações que Vossa **Excelência** fez, eu sou obrigado a discordar de pronto.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARIA SA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Senador Gim. Relator Luiz Sérgio.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. A senhora inicia dizendo que gostaria de lembrar de alguns fatos. Então eu acho que precisamos lembrar da primeira Sessão de votação de requere-

rimentos, quando eu encaminhei contra o Requerimento de convocação da Ministra Dilma Rousseff a esta CPI. E foi objeto de grande discordância de membros da oposição nesta CPMI. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, pelo PFL, disse que aquele posicionamento da minha parte me desqualificava enquanto relator, porque eu tinha que ser um magistrado, e não uma pessoa que estivesse aqui tomando posições. Então é preciso lembrar que é legítimo que a Presidente dessa Comissão defenda os seus pontos de vista democráticos. É legal, é regimental. Só que o que a Presidente fez foi defender o Requerimento de que haja acareação. Que ela tem também esse direito de defender, mas no momento oportuno. Eu entendo que Vossa Excelência deveria passar a Presidência ao Vice-Presidente Marcelo, que é o Vice-Presidente, ir para a bancada, se inscrever e encaminhar e defender. Porque, se houver, aqui, a necessidade de algum membro dessa Comissão de rever alguns pontos, nós, por uma questão regimental, defenderíamos que houvesse a leitura da Ata. E, aí, nós iríamos recordar toda a Sessão passada. Houve pontos, aqui, de discordância entre o depoimento do André e José Aparecido? Houve. Mas, enquanto relator, quero deixar muito claro que eles não me interessam. Não me interessa saber se o almoço foi marcado via **e-mail** eletrônico ou de telefonema. Para quê que me interessa, enquanto relator da CPI dos cartões corporativos? Não me interessa, também, saber se tinha quatro ou três pessoas no almoço, como aqui foram pontos divergentes, e nem, muito menos, quantas vezes eles restabeleceram e romperam a sua relação pessoal; isso muito menos me interessa enquanto relator da CPI. Agora, há um dado que é preciso deixar claro. O trabalho feito pela Casa Civil de estabelecer um banco de dados do SUPRIM tinha como objetivo servir a CPI [soa a campanha] e serviu à CPI. Esta CPI, durante um mês, foi ao Tribunal de Contas da União e, durante um mês no Tribunal de Contas da União, ela teve acesso a 22.915 itens deste banco de dados. Sendo mais precisos, 977, em 2002; 7.219, em 2003; 10.066, no ano de 2004; e 4.513, de 2005. Se a Casa Civil não tivesse feito este trabalho, esta CPI não teria tido acesso a esses dados, que foram objetos, nessa CPI, de grande polêmica, porque esses dados são dados considerados sigilosos.

Então, a CPI foi aonde pretendeu ir, teve acesso àquilo que foi considerado sigiloso. E não conseguiu, porque o que ocorre é que a oposição criou uma versão que não consegue se materializar em fato. E, em relação a isso, o Carlos Sampaio, que é deputado respeitado por todos nossas, foi ontem ao Ministério Público fazer uma representação; praticamente transferiu esse problema para o Ministério Público. Então,

o que pese da nossa parte é não extrapolar, também, os limites que cada um de nós temos nessa CPI. Por isso nós vamos encaminhar contra a acareação, porque ela não serve ao objeto desta CPI.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, Senhora Presidente?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Deputado João. Estou indo pela ordem.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Senhora Presidente, eu acho que já ficou muito claro, na última reunião, quando fizemos aquelas oitivas, que o Senhor José Aparecido não vazou esses dados por descuido. Nós sabemos que ele vazou esses dados porque tinha outras intenções. Como também ficou muito claro que o Senhor André mentiu para essa Comissão quando por mim questionado sobre se ele havia buscado, reivindicado, no início do Governo do Presidente Lula, algum cargo no Governo. Ele disse que não. E o Senhor José Aparecido provou que ele mentiu para essa CPMI. Como também está muito cristalino, Senhora Presidente, que realmente o Governo preparava um banco de dados organizado para prestar informações para esta CPI. Eu acho que a gente continuar batendo nessa tecla: que a Dilma mandou fazer um dossiê, que a Erenice mandou formar uma equipe para fazer o dossiê, acho que isso já está descartado. Acho que o caminho a Polícia Federal já mostrou que realmente existia, ali, uma organização de um banco de dados e que funcionários de diversos setores do palácio estavam trabalhando na organização desse plano de trabalho que tão bem ajudou essa CPI quando de sua visita ao Tribunal de Contas da União.

E, diga-se de passagem, os nossos nobres colegas da oposição, quando visitaram o Tribunal de Contas da União, viram mais de 10, 20 mil notas fiscais e não apresentaram sequer um indício de irregularidade, tanto da parte do ex-presidente Fernando Henrique como também do Presidente Lula. Eu acho que essa acareação se faz necessária. Acho que nós vamos assistir, aqui, vai ser um ataque um ao outro, de ambas as partes, um querendo defender a sua posição, o seu pensamento, e acho que a CPI, como diz o Deputado Carlos, já está fadada a terminar. E, daí, possamos aguardar tanto a Polícia Federal quanto o Ministério Público que façam as investigações necessárias e façam as suas conclusões. Obrigado, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado João. Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente, eu apenas não gostaria de entrar...

Eu quero entrar diretamente no mérito da questão que Vossa **Excelência** colocou. E também queria colocar a posição distinta de posições, aqui, que eu tive oportunidade de ouvir. Em primeiro lugar, essa CPI teve um começo, um meio e cumprirá o seu papel. Ela deve apresentar, amanhã, a primeira versão do relatório, e a primeira versão do relatório deve dizer como controlar adequadamente os gastos com cartões de pagamento do Governo Federal, como responsabilizar eventuais exageros, erros e equívocos cometidos por esse meio de pagamento e como aperfeiçoar os mecanismos de auditoria. Portanto, em nossa opinião, já deu e dará um resultado, assim como esse resultado se deveu e se pode verificar, a partir da diminuição dos gastos de cartões de pagamento do Governo Federal. Aliás, essas avaliações não são só minhas. Essas avaliações eu pude, ontem, recolher num artigo publicado na Folha de São Paulo, de autoria dos deputados Carlos Sampaio e Vic Pires. Portanto, essa CPI já... Índio da Costa, desculpe.

Portanto, já teremos um resultado muito positivo. Segundo lugar, Senhora Presidenta, tudo que a oposição quis, aqui, nessa CPI foi aprovado. Ela quis verificar os gastos de natureza sigilosa. Conseguiu. Ela quis os 10 anos de Governo. Conseguiu. Ela quis as sub-relatorias. Conseguiu. Quis uma equipe do TCU junto com a CGU. Conseguiu. Então, a base de Governo permitiu e colaborou intensamente para que essa CPI chegasse aos seus resultados. Igualmente na convocação do André Fernandes e do José Aparecido. Nós todos contribuimos para que isso acontecesse. Agora, Presidenta, eu queria entrar no mérito do debate que a senhora colocou. Importante esse debate, até porque ele está pautado. Primeiro lugar, o Deputado Luiz Sérgio já disse que esse banco de dados foi útil para esta CPI, na medida em que, quando formos ao TCU, pudemos verificar o banco de dados que estava no SUPRIM (soa a campainha.) Nós podíamos entrar nos computadores e verificar gasto por gasto.

Segundo lugar, Senhora Presidenta, eu creio, e quero aqui dialogar com o Senador Alvaro Dias. Acho que essa Comissão cometeu um erro. Ela cometeu um erro, em primeiro lugar, de super avaliar aquela planilha que obteve. Avaliou, super dimensionou, criou, em torno da planilha, um debate de que haveria crime de Estado, constrangimento, convocou a Ministra Dilma aqui. Aliás, entre parênteses, a Ministra veio aqui e deu um show. E esse foi o discurso. Há um dossiê para constranger a oposição. Em primeiro lugar, o verbo constranger teria que ser efetivado. Quem elaborou não foi quem vazou. Quem vazou obteve de um funcionário, de um subordinado, um *pen drive*, e ele botou no seu computador, e por aí vazou, seja de maneira voluntária

ou involuntária, como ele veio aqui dizer. Mas deveria, para que esse verbo tivesse validade, quem vazasse devesse ser quem fizesse.

Portanto, o verbo constranger não se efetiva, aí, porque o José Aparecido passou para o André, numa relação pessoal de amizade, e o José Aparecido não participava do trabalho de formação do banco de dados. Então, eu queria dizer que acho que esse foi o primeiro erro: o super dimensionamento dessa planilha, que se deu o nome dossiê e que se criou esse clima de constrangimento. O segundo aspecto que eu queria dizer é que eu acho que, se a oposição tinha que trabalhar por esta tese, ela se precipitou na publicação, no vazamento. Que me parece que foi feito dentro do gabinete do Senador Alvaro Dias, por tudo o que eu pude concluir. Por que é que se precipitou? Porque, tendo em mãos essas planilha, ela poderia ter fustigado o centro do Governo e, aí sim, obtido, e, aí sim, a sua tese estaria confirmada. Mas não foi isso o que aconteceu. Portanto, nós estamos, aqui, há três meses discutindo um dossiê de uma oposição que podia estar discutindo temas muito mais importantes para o país.

Então, eu acho que foi um erro da oposição querer embalar o Congresso Nacional, a política brasileira com esse tema. E me parece que a oposição, inclusive, hoje, é discurso do Rodrigo Maia, Presidente dos Democratas, que diz o seguinte: "Nós [eles, Democratas] temos que sair logo dessa questão de cartão corporativo. Porque isso não ajuda. Na oposição não está sendo vista, publicamente, como estando ajudando o Brasil". Portanto, Senhora Presidenta, eu creio que ajudar o Brasil agora é concluirmos, darmos os instrumentos para aperfeiçoar esse mecanismo, já que, durante essa CPI, inúmeros ministros, inúmeros servidores públicos tiveram seus gastos questionados, e, portanto, nós já podemos, hoje, oferecer medidas que o Brasil terá na economia dos gastos públicos. Portanto, Senhora Presidente, eu queria propor que nós não entremos, e já concluo, que nós não entremos mais, não nos permitamos nos embalar pela fantasia, aqui. Aliás, Senador Alvaro Dias, quanto se disse dos gastos sigilosos da Presidência da República...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Quanto se falou de preconceitos desses gastos sigilosos que não se verificaram. Agora, nós não podemos nos permitir, nos embalar por uma fantasia de um servidor público que já capitalizou três meses do nosso tempo. Eu me nego a continuar nesse trabalho, que, se não, é o trabalho central da CPI, que é aperfeiçoar

os gastos por meio dos cartões corporativos do Governo Federal.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Senhora Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senadora, eu peço que me inscreva.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Senhores deputados, relator deputado Luiz Sérgio. Presidente, eu confesso que me surpreendi com a fala de Vossa **Excelência** no início dessa Sessão. Eu, nesses três meses de trabalho, aprendi a admirar, a respeitar, mesmo nos momentos de maiores conflitos, Vossa **Excelência** demonstrou que é uma senadora preparada, firme e compromissada com aquilo que o seu partido defende, que Vossa **Excelência** imagina. Longe de qualquer um de nós tentar cercar a sua atuação parlamentar. Mas realmente essa CPI precisa chegar a termo. Nós já estamos aqui há quase três meses, nesse trabalho de investigação. Parece que a matéria de que se trata essa CPI ela está exaurida; os sub-relatores já estão com o seu trabalho praticamente pronto; o relator está apenas esperando a conclusão desse relatório para poder fazer a sua, para apresentar o seu relatório final. E, por conta disso, ficou apenas o embate político, a defesa da tese, da teoria da conspiração que a oposição criou e que tenta, de qualquer forma, defender, seja representando no Ministério Público, como fez o Deputado Carlos Sampaio – não sei com base em quê, mas fez, é um ato claramente político –, seja os membros dessa CPI, às vezes, passando do limite, como fez Vossa **Excelência** agora.

Desculpe, mas esse pronunciamento inicial de Vossa **Excelência** talvez tenha sido o mais infeliz no decorrer dessa CPI. E vou lhe dizer por que. Vossa **Excelência**, quando falou, me lembrou – claro, peço, aqui, que se guarde a devida proporção – o Senador Renan Calheiros, quando, na sua defesa, se utilizou da Presidência do Senado, um ato que foi criticado duramente por deputados, senadores, por mim, por Vossa **Excelência**, pelo seu partido. Mas, pelo menos naquele momento, o Senador Renan Calheiros o fez para se defender. Vossa **Excelência** se utilizou da cadeira da Presidência da CPI para ecoar a sua teoria da conspiração, de Vossa **Excelência**, porque não é a minha, nem é de muitos deputados e senadores que estão aqui sentados. É o ponto de vista de Vossa **Excelência**, que deveria ter sido defendido daqui desta cadeira, e não dessa cadeira, porque essa cadeira tem uma força muito maior; ela representa a CPMI. E Vossa **Excelência** utilizou para fazer uma acusação

extremamente dura com a Ministra Dilma Rousseff. Pergunto a Vossa **Excelência** de onde Vossa **Excelência** tirou que a Ministra Dilma seria a responsável pela elaboração desse dossiê. Aqui nem o assessor do Senador Alvaro Dias fez essa acusação. Nem ele. Então é preciso, Senadora, que se tenha muito cuidado nessa fase da CPMI, se tenha muito cuidado. Nós estamos concluindo os nossos trabalhos, e seria fundamental que nós mantivéssemos o devido equilíbrio, para que a gente terminasse bem e apresentasse um trabalho sério, um resultado importante naquilo que essa CPMI se propôs. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Deputado Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Presidente, eu gostaria de compartilhar, também, algumas reflexões. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, seja ela da Câmara dos Deputados ou mista, ela tem uma dupla função. A primeira função de fazer a investigação, claro. Às vezes isenta, mais isenta, menos, mas tem essa função. Mas nós não podemos esquecer que uma Comissão Parlamentar de Inquérito ela é também, e às vezes, sobretudo, um espaço de disputa política. Esse é o fato. Nós não podemos negar. Foi o que Vossa **Excelência** acabou de fazer.

A oposição, aqui nesta Comissão, ela já tem o seu posicionamento, ela já tem sua leitura; desde o início, ela já tem seu convencimento. Nada mudará. Da outra parte, a base do Governo também tem o seu convencimento. E nada vai mudar a esse respeito. Eu entendo que os debates que foram feitos, aqui, as pessoas que foram ouvidas e as discussões travadas, elas apenas foram confirmando, mais ou menos, esses convencimentos. Assim, eu não diria, Presidente, como já foi dito, aqui, que nós estamos fazendo o enterro. Não posso concordar com isso. Mas eu diria que a nossa Comissão está exaurida. Tudo o que deveria ser feito foi feito. O debate foi travado. Ela está esgotada. Ela já está esgotada. Ela já está passando da hora de encerrar os seus trabalhos. O que é que nós devemos fazer agora, no meu entendimento? Devemos colaborar e contribuir com o relator [soa a campainha] para que ele proponha o seu relatório, nós o examinemos, analisemos e votemos o relatório. Ponto final. Ao lado disso, se a senhora me permite, eu creio que duas conclusões podem ser retiradas dela. Duas conclusões importantes. Uma conclusão, eu diria, principal. A Comissão e o papel da oposição e o debate travado nessa Casa e na Câmara dos Deputados colaborou, sim, e muito, para que se aperfeiçoasse o uso do cartão. O uso do cartão não é monopólio do Governo do Presidente Lula, foi uma cria do Governo de Vossa **Excelência**, do

ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Os debates travados, aqui, ajudaram, sim, a aperfeiçoar o seu uso e, digamos, normatizar o uso desse instrumento importante do cartão. Já cumpriu a sua função. E criou também uma situação secundária, que, com isso vou encerrar, Presidente, peço a sua tolerância. Quero agradecer, aqui, a contribuição da oposição em ter lançado a Ministra Dilma à Presidência da República. Ela era uma pessoa desconhecida, desconhecida até da base do PT. Nós não tínhamos nenhum interesse de lançar a Ministra Dilma como candidata à Presidência da República. Nunca o PT travou esse debate, que seja do meu acompanhamento. Mas a oposição ajudou. Ontem à noite, Presidente, a Ministra Dilma “bombou” no Jô Soares. Foi ótimo! E isso só foi possível porque a oposição permitiu com que isso acontecesse.

Nesse sentido, dentro da história do Partido dos Trabalhadores, nós não temos como negar a contribuição da oposição no lançamento da Ministra Dilma como candidata à Presidência da República. Obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Nilson. Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, são três comentários bastante rápidos, porque eu vou deixar para comentar essa questão do dossiê no momento dos encaminhamentos.

Em primeiro lugar, eu compreendo a posição daqueles que me antecederam [soa a campainha], mas tenho pra mim que Vossa **Excelência** poderia, sim, e fez muito bem em fazer as reflexões que fez no início dessa CPI, porque, na função que lhe cabe de ordenar os trabalhos da CPI, é importante que Vossa **Excelência** coloque a todo país quais são os pontos que ainda não foram respondidos. E que, com a convocação dessas pessoas, seriam respondidos não só a essa CPI, mas ao país como um todo. É um papel de Presidente, sim, ordenar os trabalhos dessa CPI.

Em segundo lugar, dizer que, ao nobre relator, que aquilo que vimos – pelo menos eu vi, porque lá estive por mais de 20 vezes, no TCU – nada tem a ver com o banco de dados feito pela Ministra. Muito pelo contrário, são dados que estavam de posse do TCU desde 2002. E, portanto, absolutamente nada tinha a ver. E aquele acesso que nós tivemos às planilhas do SUPRIM, são planilhas que são idênticas, vêm sendo aprimoradas desde 2003– [soa a campainha]

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria que os deputados fizessem... todos ouviram todos os deputados, vamos ouvir o Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Portanto não temos lá nenhum documento que foi

encaminhado pela Ministra Dilma. Temos dados do SUPRIM; abastecidos estes que foram feitos desde 2003. Em terceiro lugar, dizer ao Deputado Carlos Willian, quando ele pergunta: “Cadê as irregularidades, o que se viu de erro?”. E aqui concordo com o Deputado Nilson, quando ele diz que, em hipótese alguma, se pode falar de enterro de uma CPMI, porque o momento no qual ela finaliza as atividades é com a leitura do relatório e dos sub-relatórios. E nesses relatórios, Deputado Carlos Willian, é que nós apontaremos todas as irregularidades vistas. E não foram poucas. E todas elas com alternativa concreta, tanto no sub-relatório que estou redigindo, a quatro mãos, com o Deputado Índio da Costa como também, tenho certeza, como o próprio relator, que serão muitas as ponderações feitas e as alternativas apresentadas [soa a campainha] para que possamos de fato aprimorar e credibilizar o cartão corporativo.

Portanto essa CPI cumpre, sim, o seu papel. Já cumpriu, em grande parte, fazendo uma redução de 60% dos gastos, que mostrava que havia um desmando sem tamanho, e cumpre, sim, agora, quando quer saber sobre o dossiê que foi confeccionado, porque esse é um ato não republicano – há evidência, é um ato não republicano –, um ato não democrático, e é por isso nós estaremos encaminhando, aí, favoravelmente às votações de convocações no dia de hoje. E deixo para fazer a ponderação sobre o dossiê, propriamente dito, no momento do encaminhamento. Muito obrigado, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, eu passo uma semana sem vir aqui, e parece que o mundo virou de cabeça para baixo. Estava até lendo, aqui, a revista **Veja**, a entrevista, aqui, da nossa querida Deputada Perpétua. Acho que ela serviu, aqui, esse chá alucinógeno do Santo Daimé para alguns companheiros, aqui, só pode. Porque hoje chegou, aqui, a maioria dos companheiros, aqui, dizendo que quer enterrar a CPI, que quer matar a CPI e que não tem nada, não se viu nada, melhor a gente sair por aquela porta e ir embora, cada um para o seu gabinete e fazer o que tem para fazer. E ainda vem ele criticar, com uma fala muito correta, em minha opinião, como Presidente. E eu gostaria de dialogar com o nosso relator, nosso querido Deputado Luiz Sérgio. Eu queria perguntar a ele se ele assistiu ao vídeo que eu, Deputado, colega dele, entreguei à Mesa para que fosse assistido pelo relator para embasar o relatório. Se Vossa **Excelência** puder me responder, ficaria muito feliz.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Assistiu? Porque, pelo que eu vejo nas suas falas, meu querido relator, nada lhe interessa. Nada lhe interessa. Eu fiquei anotando algumas coisas, aqui. Não interessa a Ministra Dilma vir aqui; não interessa para o relator a D. Erenice vir aqui; não interessa para o relator as caixas que foram enviadas para cá. Não interessa. Nada interessa. Não interessa o que tem lá no TCU, não tem nada. Não interessa a acareação; não interessa as sub-relatorias que os sub-relatores farão, que Vossa **Excelência** talvez nem vá colocar no seu relatório. Não, eu estou acompanhando as suas declarações desde o primeiro dia, com muito interesse, na imprensa. E a imprensa não tem mentido, a não ser que Vossa **Excelência** venha aqui e desminta a imprensa. Porque a imprensa tem dito tudo isso que eu estou lendo, e tem em jornal por jornal as suas declarações.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

De publicar o que o senhor fala.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO

(PT-RJ) – –De publicar, de fazer o que ela entender... menos de ser porta-voz do Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Mas, se o senhor dá uma entrevista, Senhor Relator, me permita, aqui, Senhora Presidente, me permita, aqui, o diálogo. Se Vossa **Excelência** dá uma entrevista e sai, Vossa **Excelência** tem o dever... Ele agora não vai me ouvir, mas vai ouvir. Ele vai ficar falando só abobrinha, aí, mas está me ouvindo. Vossa **Excelência**, quando dá uma entrevista para a Folha de São Paulo, para a **Veja**, para o Estadão, para qualquer jornal, Vossa **Excelência** tem o dever de, no outro dia, desmentir, se é mentira. Eu faço isso. Se falam alguma coisa a meu respeito que é mentira, que eu disse, eu vou lá e desminto. Vossa **Excelência** não desmentiu, então, para mim, é verdade. Tudo que eu li até hoje é verdade. Tudo o que está lá, que eu li até hoje, é verdade. Então eu lhe pergunto: O senhor vai usar, no seu relatório, o que o senhor assistiu no vídeo?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Senhora Presidente, ele me permitiu o diálogo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vic, Vossa **Excelência** pode fazer seus questionamentos. [soa a campainha] Deputado Vic, Vossa **Excelência** pode fazer todos os questionamentos, e, depois, se o relator quiser, ele vai responder. Eu estou ouvindo [soa a campainha] todos os deputados falarem, inclusive sobre a minha conduta, aqui...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Pois, então, e a senhora só fez...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – E não retruquei uma única vez. Eu gostaria que Vossa **Excelência**, também, se mantivesse e ouvisse as ponderações. Pode continuar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Pois, então, ele já comunicou que ele não vai colocar no seu relatório. Era isso que eu esperava, que ele não iria colocar no relatório para “livrar a cara”, no popular, do Ministro, colega dele, da Pesca. O Ministro usou passagem aérea do Governo, hotel do Governo, pago pelo Governo, cartão corporativo pago pelo Governo. Então, Senhora Presidente, eu lhe faço um pedido forma, em respeito a esse companheiro de vocês: eu gostaria que a senhora autorizasse, agora, para que todos nós assistíssemos o vídeo do Senhor Ministro para que o Governo e a base do Governo não venha, aqui, com esse discurso falso de dizer que não tem nada.

Eu vou pedir à senhora, depois, Senhora Presidente, uma conversa particular com a senhora e com os membros dessa Comissão, para nós conversarmos o que foi visto lá no TCU. Eu não cheguei lá no TCU, e todos aqui são testemunhas, como colegas aqui da base do Governo, que eu, em respeito, aqui, aos companheiros, não vou dizer. Chegavam lá com os técnicos. Deputado Carlos Willian... Deputado Carlos Sampaio – me desculpe, por favor, Deputado Carlos Sampaio, Deus me livre. O Deputado Carlos Sampaio estava lá e viu que colegas chegavam lá e diziam: “Eu quero o material do Fernando Henrique. Eu só quero ver coisa do Fernando Henrique”. Eu não fiz isso. Não tem um Deputado aqui que diga... Senhora Presidente, a senhora deixou todo mundo, aqui, falar mal da senhora, na hora que vou lhe elogiar e falar alguma coisa, a senhora me corta. Aí é difícil. Aí eu não entendo mais nada. É Santo Daime, também. Não vou nem dizer que a senhora tomou esse chá.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) –

Eu queria apenas acabar. Então, eu desafio um colega meu daqui, Deputado Paulo Teixeira, que está aqui, que eu tenha dito lá: “Eu quero ver só Presidente Lula”. Não é verdade. Não é verdade. Eu vi tudo, e tem coisa lá, sim. Apesar de que o Senador Alvaro Dias me lembrou, muito bem lembrado, e vai falar daqui a pouco. O que tem lá é “pequetito”, bem “pequetito”, como diz na minha terra, do que tem no total de coisas. O senhor sabe disso. Vocês sabem. Então não adianta dizer que não se encontrou nada, não se viu nada. Então, Senhora Presidente, eu peço à senhora, formalmente, pelo respeito que eu tenho à senhora, e com certeza a senhora tem a mim e a todos os colegas, aqui. Eu gostaria,

em respeito à opinião pública. Um Deputado Federal entrega um material em que o Ministro vai ao meu Estado, eu nem quero que ele caia. Eu quero apenas que esse material seja visto pela Comissão. Só isso. Seja visto que ele usou o cartão corporativo, pagou Hotel Hilton com o cartão corporativo, comeu com o cartão corporativo, foi lá para a solenidade entregar cartão da pesca e pediu voto para o Lula. Está lá filmado. E aqui o Governo vem dizer que não acha nada, que não vê nada, que é tudo abobrinha... Só pode ser coisa do Santo Daime. Não tem outra explicação.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Então, Senhora Presidente, eu gostaria que a senhora me respondesse se a senhora vai colocar isso aqui, Senhora Presidente? É importante, é simples. É só abaixar, ali, a tela, colocar ali, olha. “Mandar bala”. Mostrar para essa Comissão o que a gente tem para ver.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ok, Senhor Deputado, vou responder no final da nossa inquirição de hoje. Senador Alvaro Dias.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Presidente, eu poderia fazer uma breve correção, só? Só uma breve correção. Eu gostaria de pedir ao ilustre Deputado Vic Pires que, quando ele se referisse ao Santo Daime, se referisse com respeito a uma tradição da região amazônica.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu sou de lá, Deputado. Ele é alucinógeno.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – E não da forma como ele está se dirigindo, porque ele está querendo humilhar milhares de pessoas que, na região amazônica, usam de modo religioso esse chá.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Senador Alvaro Dias.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, com todo o respeito que eu tenho, eu não fiz nenhuma graça com o Santo Daime. O Santo Daime é um chá alucinógeno comprovado e “PT” saudações. Só isso.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Está desrespeitando os colegas, aqui, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senhora Presidente, colegas. Primeiramente dizer que Vossa Excelência cumpriu o seu dever. Como Presidente, não poderia deixar esse lugar para fazer a exposição inicial que fez, já que fez na preservação do conceito

da Comissão Parlamentar de Inquérito, preocupada que está com o desgaste inevitável a que esse instituto fundamental para o Poder Legislativo está se submetendo, em razão dos trabalhos que estamos realizando, relativamente a cartões corporativos. Vossa Excelência fez muito bem. Merece aplausos, e sei das dificuldades que encontrou para presidir esta Comissão.

Esta Comissão não se instalou verdadeiramente para investigar. Eu não digo que ela perdeu seu tempo. Toda a Comissão Parlamentar de Inquérito produz, já que, na pior das hipóteses, permite o debate, coloca o mal à luz, para que ele possa ser investigado, para que ele possa ser combatido, e, quando se alcança os objetivos propugnados, condenado. Não é o caso, certamente. Essa CPMI não proporcionará a condenação de quem quer que seja, já que a sua composição... O Governo a dominou de forma inteira, tornou-se proprietário dela e com ela fez o que bem quis. Nós não podemos, de forma alguma, calados pelo menos, ouvir que esta Comissão investigou para valer. Não é verdade. Quando se afirma que os parlamentares tiveram à disposição todos os dados do Governo, no Tribunal de Contas da União, fala-se meia-verdade. Todos os dados lá não se encontram. Há, lá, uma auditoria seletiva dos gastos da Presidência da República. Percentuais dos gastos dos vários anos foram auditados pelo Tribunal de Contas da União. E, portanto, não há como esta CPI investigar de forma completa. Percebi, aqui, uma reação à tentativa da oposição de chegar ao núcleo central do poder. Mas a instalação dessa CPI só se justificava para chegar lá, uma vez que outros dados já estavam inclusive na imprensa. Através do portal da transparência, os dados referentes a Ministros já eram, de certa forma, conhecidos pela opinião pública do país. Restava conhecer os gastos realizados pela Presidência da República, senão me falha a memória, cerca de 150 cartões corporativos [soa a campainha] utilizados por órgãos ligados à Presidência da República. Ficamos, neste caso, como começamos: na estaca zero. É claro que, há muito tempo, a imprensa investigava, tentava chegar lá, e em nenhuma das tentativas logrou êxito. Falou-se até na aquisição de veículo importado com a utilização do cartão corporativo. A dúvida vai permanecer.

Em determinado momento, quando governistas foram apanhados com a mão no dossiê, mudaram a interpretação e passaram a ver os dados, até então secretos, da Presidência da República como dados não secretos. Não secretos do Governo passado, de Fernando Henrique Cardoso, mas secretos, ainda, no atual governo, estabelecendo, portanto, dois pesos e duas medidas. Quanto ao dossiê, Senhora Presidente, não há porque discutir mais. É ridicularizar aqueles que

foram responsáveis pela perícia, pelo laudo técnico, e que tecnicamente confirmaram a existência de um dossiê, indiciando, inclusive, o principal vazador. E o vazamento se deu, provavelmente, por várias fontes, porque o documento que chegou à revista **Veja** não é o documento que chegou à Folha de São Paulo. O documento que chegou à revista **Veja**, pelo que sabemos, continha 13 páginas. O documento que chegou à Folha de São Paulo continha 28 páginas.

Portanto, fontes variadas de vazamentos subestimam a imprensa, também, quando afirmam ter sido a oposição que divulgou o dossiê. Foi a imprensa que divulgou, antes da oposição. É evidente que a oposição foi ouvida quando da divulgação do dossiê, opinou, ofereceu as informações de que dispunha, mas não considero correto retirar méritos da imprensa, do jornalismo investigativo, em razão do fato de ter divulgado um dossiê criminoso elaborado na Casa Civil da Presidência da República.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Quanto à responsabilidade, age bem o Deputado Carlos Sampaio, quando caminha ao Ministério Público, porque é evidente, não fossem os superiores instalados na Casa Civil, responsáveis pela ordem para a elaboração desse dossiê, certamente aqueles que já assumem, inclusive, a condição de fatores do dossiê ou de elaboradores desse dossiê, como, por exemplo, Maria Soledad, Norberto Timóteo, obviamente eles já seriam, na pior das hipóteses, incriminados, demitidos, afastados das suas funções pelos seus superiores, se não tivessem recebido ordem para a realização do trabalho que realizaram.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – De forma alguma, há como se admitir não existir responsáveis maiores. Se houve um ato, há a ordenação para esse ato. Se o dossiê foi elaborado, e foi, já está provado, obviamente o foi em razão de uma ordem superior. Daí a necessidade de encaminhamento ao Ministério Público.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Questão de ordem, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador. Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Questão de ordem, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Questão de ordem, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, é questão... Se me permite, Deputado Chico Alencar. Questão de ordem embasada no art. 108. Nós presenciamos, aqui, um deputado extrapolando o seu tempo, fazendo uma pirotecnia e querer trazer a este Plenário um DVD que não foi aprovada a sua...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Willian, não está em discussão essa questão, agora.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A questão de ordem é minha e eu que tenho que fazê-la. E eu tenho três minutos para poder encaminhá-la. É pirotecnia. Aliás, o Deputado Vic Franco, pra mim, é igual a rádio velho. Eu nem ligo. Agora, se eu ligo, eu deixo chiar. Porque não tem nada que se aproveita. Ai, Senhora Presidente...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É 108 que Vossa Excelência...?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – É 108.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Cento e oito, Senhor Deputado: “As comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros”. Parágrafo Único: “A pauta dos trabalhos das Comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima de dois dias”. Portanto, Senhor—

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A senhora não escutou o meu encaminhamento, Senhora Presidente. A senhora está decidindo em cima de quê?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu estou perguntando. É este?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – É este.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então eu quero...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Portanto, Senhora Presidente, foi aqui solicitada a apresentação de um DVD, que, inclusive, em sessões anteriores, já foram distribuídos para a imprensa, e, hoje, insiste em mudar a pauta dessa reunião; o Deputado pediu para que fosse passado esse DVD aqui. E, inclusive, já acionou a assessoria da Casa para ir buscar equipamentos e ver se o DVD funciona; DVD que nós nem sabemos a sua procedência. Então, como a pauta dos trabalhos, das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima de dois dias úteis aos titulares e suplentes, além do acordo que Vossa Excelência fez, e sempre honra

com os acordos que Vossa Excelência faz, que não iria ter nada extra-pauta, eu já venho contestar qualquer assunto ou qualquer discussão que venha ter a respeito desse assunto. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, art. 14. Deputado Vic.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Art. 14, Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu tenho muito respeito pelo Deputado Carlos Willian, e ele sabe disso, não é de hoje. Nós já fomos companheiros em outra CPI, e eu continuo tendo respeito pelo Deputado Carlos Willian. Mas eu não posso aceitar que não só o Deputado Carlos Willian, mas com qualquer colega, qualquer companheiro, aqui, me chame de mentiroso. Dizem que a gente pode fazer muita coisa nessa Casa, menos mentir para companheiro. A gente não pode fazer muita coisa nessa casa, mas também não pode mentir para companheiro, Deputado Carlos Willian. Eu jamais traria um DVD pirata para cá. Ai, sim, seria uma “pirotecnia”, com certeza. Eu não sou nem de fazer “pirotecnia” e muito menos de fazer pirotecnia. Então, eu gostaria, Senhora Presidente, que eu fosse levado a sério. Quando eu trouxe esse DVD para cá, eu trouxe apenas para contribuir com o trabalho da Comissão. A Comissão, sim, que até agora não teve a consideração com um membro dessa Comissão que trouxe um DVD. E, ainda por cima, fica questionando se ele é verdadeiro ou falso. Deputado Carlos Willian, coloque-se no seu lugar. Coloque-se no seu lugar e seja do seu tamanho.

Tenha respeito pelos seus colegas. Olhe-se no espelho antes de falar comigo. Muito obrigado, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu só quero informar ao Deputado Vic que todos os documentos que foram entregues a essa Mesa estão à disposição do relator e de todos os deputados e senadores. Foram vários os documentos que nos chegaram às mãos e estão todos aqui à disposição. Quero passar a palavra ao Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Demasiadamente ofendido.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Questão de Ordem, Senhora Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – E eu não posso me calar diante dessas palavras.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu acredito que, se houver

qualquer ofensa que possa prejudicar a consciência e o caráter de cada um, nós temos, aqui, as disposições oficiais dessa Casa, e que não é essa CPMI, para que possa tomar as dívidas providências. Deputado Chico Alencar, com a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Mas é o artigo de que eu tenho direito (soa a campainha.) A senhora vai cassar a palavra?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu estou pedindo ao Deputado Chico Alencar, e, depois do Senador Chico Alencar, o Senador João Pedro, e nós encerramos essa primeira parte. Está encerrada essa primeira parte de considerações.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Art. 14 tem que ser citado duas vezes. Só foi citado uma.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O art. 14 foi uma vez...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – São duas vezes durante a reunião. A reunião, não disse que é pelo mesmo senador ou deputado. Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Senhora Presidente, colegas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Eu, como muitos perceberam, estou aqui como qualquer um, tentando ser ouvido, e, no lugar do Deputado Afonso Camargo, participei da primeira reunião, na semana passada, e, pelo que fui informado, já que meu avião atrasou um pouquinho, quero estar inteiramente solidário com as preocupações externadas pela Presidente da Comissão, que tem por missão fazer a Comissão funcionar, chegar ao bom termo, inquirir à exaustão. Não creio que os depoimentos foram suficientes.

Na quarta-feira passada, elenquei pelo menos cinco graves contradições entre os depoimentos do Senhor André e do Senhor Aparecido. Para mim é óbvio, é elementar, é primário, numa Comissão que a acareação entre esses dois depoentes é uma necessidade. Vejo a Ministra Dilma sempre dizer de um banco de dados referentes aos dois governos, ao passo que Aparecido falou de um banco de dados seletivo. Por fim, há muitas coisas ainda a serem elucidadas. Na minha avaliação, o relator e os sub-relatores não têm condições de fazer um relatório final se estancando, hoje, qualquer tomada de depoimentos, qualquer oitiva de várias pessoas.

Então, para a CPI ter começo, meio e fim plenos, que é o sentido da sua proposta, isso é absolutamente necessário. Já antecipo uma posição absolutamente independente, que não tem a ver com disputa partidária menor. E, no contraponto à disputa partidária menor, Senhora Presidente, eu não poderia deixar de fazer, aqui...

Creio que, aí, posso ousar dizer, em nome de todos os colegas deputados e senadores, uma breve, simbólica referência a alguém que estava aqui, na quarta-feira, e, já vivendo um momento de muito desencanto, até me disse que desse mato, aqui, não sairia coelho. Mas a sua vida pública foi um exemplo de dignidade, de independência; inclusive quanto a orientações do seu próprio partido, quando ele, por convicção, entendia que isso devia ser feito, e que nos animava sempre. Estou me referindo, obviamente, quando se usa tanto a metáfora da morte, do velório, a algo realmente grave e sério e doloroso para todos nós, que foi a perda do Senador Jefferson Peres. Creio que nós todos, aqui, nessa reunião de uma Comissão da qual ele participava como líder do PDT, eventualmente, podemos fazer essa homenagem e essa referência. Eu até, chegando aqui, pedi, lá, para o meu gabinete, lembrando desse lugar, e, por um acaso, ele está vazio, de deixar essa pequena referência, aqui, ao Senador Jefferson Peres, para que pelo menos esse lugar vazio enquanto essa Sessão transcorrer. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Senhora Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, esta Sessão, esta reunião, hoje, da CPMI, neste primeiro momento, faz uma reflexão dos trabalhos, e aí tem uma série de manifestações. Eu quero dizer, Senhora Presidente, membros da CPMI, que, em dois momentos desses quase três meses de trabalho, eu tive que, por conta de viagem, me ausentar. E... Mas nessa... Eu quero chamar, aqui, de reta final nos trabalhos, eu estou tranquilo, Senhora Presidente. Tranquilo com o objeto da CPI. Penso que nós temos dados importantes para responder à sociedade brasileira, com proposições que possam qualificar o uso do cartão corporativo. É evidente que esse debate trouxe uma estratégia, e nós não podemos desconhecer – o Brasil conhece, a imprensa conhece, a Casa conhece – a estratégia da oposição, aqui. E estranhei, teve um momento que eu considero emblemático, Senhora Presidente.

Quando nós estávamos com 20 dias de trabalho, a oposição no Senado da República propôs uma CPI no âmbito do Senado. E isso, pra mim, foi uma atitude – eu peço, eu tenho que dizer isso –, foi um gesto de desqualificar a CPMI. Felizmente, houve uma pausa, mas está lá aprovada a CPI no Senado da República. Num total desrespeito, principalmente a oposição, aqui, ao Governo. Esse foi um momento que eu considero emblemático nessa história, aqui. Mas nós temos elementos importantes para apresentar ao Congresso Nacional uma proposta que possa qualificar ainda

mais o uso do cartão corporativo. É bom dizer, aqui neste debate, que está disponível a todos os membros dessa CPMI 25 mil dados disponibilizados pela Casa Civil ao TCU. Essas contas estão abertas. Estes dados... nós não podemos fazer um discurso, aqui, principalmente, e aqui dialogar muito fraternalmente com o meu companheiro, Senador Alvaro Dias, quando diz que foi disponibilizada parte de dados, 25 mil dados. Organizados. É a totalidade, Senhora Presidente, das contas da Presidência da República. Esses são os dados. Está colocado, aqui. E eu gostaria, inclusive, de dialogar com o relator, se esses dados que estão disponibilizados: isso é parcial ou é a totalidade das contas da Presidência da República? Estou fazendo uma pergunta ao relator.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Se os dados que estão disponíveis lá no TCU são os dados parciais ou é a totalidade das contas organizadas pela Casa Civil da Presidência da República; um total de 25 mil dados. Eu lembro desses números.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não. O total de dados que ficaram disponibilizados pelo Tribunal de Contas a esta Comissão, que são dados sigilosos, foram no total de 22.915. Eles não são todos os dados, mas há de considerar que a amostragem do Tribunal pegou algo em torno de 270 notas. No entanto, a Comissão teve acesso a todos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Isso, não. Ok. Isso foi um roubo. Esses 200 estavam no roubo, isso lá atrás, nós sabemos.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Vinte e dois mil, novecentos e quinze.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Eu pergunto para os membros desta CPMI se esses 22 mil dados...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhor Senador, permite um aparte?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Isso obedece uma metodologia, mas isso não é simples, Senhora Presidente. Vinte e dois mil dados não é simples, para se montar uma equação, do ponto de vista da administração.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Isso não é simples. Agora eu quero concluir, Senhora Presidente. A oposição tem que assumir a responsabilidade de trabalhar uma estratégia, aqui, e travar um debate, aqui, acerca de dossiê, de banco de dados. Eu estou, tranquilamente, como homem público, tranquilo com a opinião da Ministra Dilma, que veio ao Senado da República nesse contexto de um debate acirrado, renhido, quando esteve presente toda a oposição esteve ali, olho

no olho, no debate, lá, na Comissão de Infra-Estrutura. E aquelas oito horas de debate com a Ministra Dilma, aqui, foi esclarecedor. Eu não tenho dúvida. O Requerimento respondido ao Senador Arthur Virgílio, lá, em 2005, Senhora Presidente, para encerrar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Fala dos bancos de dados. O Governo não tem porque esconder. Não escondeu. Agora, a oposição tem que assumir a responsabilidade de trabalhar, aqui, uma estratégia de quem produziu um dossiê. Todos nós sabemos. Nós temos é que seguir, nós temos elementos importantes para responder ao objeto da CPI, acerca do cartão corporativo, e encerrá-la dentro do prazo, não criado por nós, dentro do prazo regimental da funcionalidade de uma CPMI. Então estou satisfeito. Nós temos elementos, Senhora Presidente Marisa, para concluir e contribuir com essa exigência da sociedade brasileira em pôr ordem, transparência, critérios rigorosos com a utilização do cartão corporativo. Eu penso, Senhora Presidente, vou externar aqui uma opinião. Nós precisamos acabar com a utilização dos recursos em espécie. É preciso ser rigoroso com a utilização do cartão corporativo. Melhorar. Melhorar. Qualificar o serviço público. Esse é o debate.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Tenho certeza que Vossa Excelência vai contribuir com o Senhor Relator para que isso aconteça.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – E eu encerro, aqui, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – E o último inscrito, e encerramos essa fase, o Deputado Índio.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Pela ordem, Senhora Presidente. Só saber, de Vossa Excelência, se a senhora vai conceder o art. 14 para o Deputado Carlos Willian, porque ele foi–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Mas está me atropelando, aqui, eu também estou pela ordem, aguardando.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Não, depois de Vossa Excelência. Não, Vossa Excelência vai falar, mas eu quero saber se ela vai conceder, pela ordem–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O secretário está me dizendo que foi apenas uma vez, vou conceder o segundo. Deputado–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Havendo duas citações é que é o art. 14.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Índio, e encerramos.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, eu estava, aqui, já me preparando para fazer uma dura crítica ao Senador João Pedro, e vou fazer um elogio. De fato, se, no final desse trabalho todo, aqui, o Governo regar os cartões para que não tenha saque foi um grande avanço para esse país, porque moraliza. A quantidade de saques que a gente encontrou de pessoas que trabalham no serviço público, comissionadas, que depositam nas suas próprias empresas, inclusive, que usam em casas de *streap tease*, em hotéis, em bordéis, em dinheiro, e depois justifica a nota dizendo que foi outra coisa qualquer. O que a gente escutou de história, o que a gente viu de documentação foi uma barbaridade.

Queria só organizar um pouquinho as informações que antes o Senador colocou e dizer o seguinte, Senador, está no meu relatório, no relatório da sub-relatoria de fiscalização, assim como na minha, a minha de fiscalização de gastos e a do Deputado Carlos Sampaio é de sistematização. Nós juntamos os dois relatórios porque, depois de investigarmos bastante, concluímos que o pensamento era o mesmo. E por isso vai ser um relatório só. Aliás, Presidente, parabéns, e agradeço a confiança de ter me colocado como sub-relator. **Veja** só, os outros sub-relatores não escreveram nada. Então, pelo que disseram, aqui, parece que vão só falar no microfone. Parece que já até falaram e tal. Portanto, se nós não tivéssemos ficado com a sub-relatoria de fiscalização e de sistematização, a CPI tinha acabado há um mês e meio atrás. A verdade é que nós tivemos instrumentos para avançar. Avançamos. Se de fato, e estará no relatório parcial da fiscalização e da sistematização, se não for para o relatório final, e eu espero que o relator aceite as nossas sugestões, nós encaminharemos ao Ministério Público e queremos contar, Senador João Pedro, com a sua assinatura, tratando dessa questão [soa a campainha] de que de fato vete os gastos por saque. Porque isso é uma barbaridade, mesmo. Nenhuma empresa – eu busquei saber –, não tem banco, empresa internacional, nacional, ninguém que use cartão corporativo permitindo saque, que acaba com a transparência que a gente sabe que é a relação do cartão. Eu queria praticidade e transparência.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Mas tem exceção nessa questão da utilização do cartão.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu queria concluir dizendo o seguinte, que nós temos, aqui, dez itens para serem votados. O primeiro é o da convocação do Norberto, que me parece ser o elo perdido nessa história toda; o Secretário de Administração

da Presidência. Ficou apelidado de Timóteo, mas, na verdade, que é o segundo nome dele, Norberto Timóteo Queiroz. Eu acho que a vinda dele aqui fundamental para a gente entender esse elo perdido desta discussão toda de dossiê, ao que pese o dossiê não ser a peça, fundamental, estratégica e principal dessa CPMI. Na realidade, o que aconteceu foi que o Governo criou esse dossiê, que depois resolveu chamar de banco de dados, para “barafundar” (F) a CPMI. Quero registrar, aqui, que não “barafundou”. Os sub-relatórios, enfim, os relatórios parciais vão colocar claramente os pingos nos “is” para aquilo que tem que ser regrado para esse cartão ser utilizado de maneira séria pelo Governo Federal. Depois, Senhora Presidente, tem, aqui, outra questão importante, ainda em relação ao dossiê, para avançar nesse sentido. Eu diria, da minha parte, como sub-relator de fiscalização, o que tenho a dizer, em relação às regras do cartão, e, pelo que euendi, não posso falar pelo Deputado Carlos Sampaio, mas pelo que nós avançamos em conjunto do relatório parcial da sistematização, nós já temos instrumentos suficientes para reger, para sugerir ao Governo uma regra séria, densa, direita, para aumentar o controle do uso do cartão. Portanto, o que nos resta, agora, é saber se a Ministra cometeu crime de responsabilidade ou não, e a gente vai chegar lá ou não através desses... dessas convocações.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu gostaria de sugerir que nós votássemos, efetivamente, agora, para a gente saber se a oposição vai ou não vai permitir a transparência ao país. A oposição, que eu quis dizer, é o país. Desculpe. A base governista, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Como não?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – [falha no áudio] Descortês com os demais sub-relatores. Eu queria também agradecer a Vossa Excelência pela confiança tanto depositada em mim como no Senador Gim Argello. Já na semana anterior, nós tínhamos comunicado a Vossa Excelência e a essa Comissão que tínhamos, a exemplo do que fez a oposição, também, que está trabalhando em conjunto. Nada mais normal. As sub-relatorias de sistematização e de fiscalização e gastos são sub-relatorias operacionais, de investigação. E a oposição estabeleceu seu roteiro de trabalho, e vão apresentar um sub-relatório só, único, juntos.

Nós, tanto eu como o Senador Gim Argello, que temos duas sub-relatorias propositivas, definimos, junto com o relator, que seria mais prudente aguardar o

posicionamento da sub-relatoria da oposição e, também, por ser investigativa, vai apresentar que dados, para, em conjunto, apresentarmos um só relatório da mesma medida, junto com o Deputado Luiz Sérgio. Então, Deputado Índio da Costa, fique Vossa Excelência sabendo, se não sabe, que nós temos trabalhado diuturnamente, junto ao relator, para dar elementos para que ele faça um relatório e apresente ao país as sugestões necessárias ao aperfeiçoamento Legislativo e de controle.

Portanto, não tenha a menor dúvida de que nós estamos trabalhando tanto quanto Vossa Excelência.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu tenho certeza de que os sub-relatores vão apresentar o trabalho efetivo, e todos os membros da CPMI estão esperando por esse trabalho.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Art. 14 foi citado três vezes.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não há mais como dar art. 14 a nenhum parlamentar. São dois. E os dois já foram acertados. Eu quero apenas fazer, agora, algumas [soa a campainha] observações. Eu quero, primeiro, fazer algumas considerações sobre tudo que foi dito, aqui, nessas mais de duas horas de intervenção de todos os Srs. Deputados e Senadores.

Primeiro, eu estou aqui presidindo um inquérito. Esta é uma CPMI. É uma CPMI, e isso aqui é um inquérito. E eu estou presidindo o inquérito. Portanto, eu tenho a obrigação, além do direito, de ordenar, de fazer as considerações que eu achar pertinentes a que a CPI tenha o rumo. Se nós tivermos quase nove horas de oitiva na última reunião, eu posso e devo fazer as considerações que fiz, aqui, a respeito daquilo que eu achei pertinente fazer para que essa CPMI pudesse ter consequência naquilo que nós vamos fazer hoje, que é a votação dos requerimentos. A lei permite e me faculta isso e fazer aqui, da cadeira onde estou sentada. Portanto, esse ordenamento dos trabalhos eu tenho a tranquilidade de poder fazê-lo e não extrapolei, em nenhum momento, das funções de Presidente de uma Comissão de Inquérito, que é a nossa Comissão. E agora dou o art. 14 ao Deputado Carlos Willian, para fazer as suas considerações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, eu faço das suas as minhas palavras, como testemunha da forma que Vossa Excelência tem dirigido esta CPMI. A senhora tem dirigido tão bem que, 20 minutos atrás, eu fui humilhado por um colega de Parlamento, e a resposta teria que ser imediata, que o regimento me faculta. No entanto, a

senhora não me concedeu a palavra, sabendo, os colegas mostrando que só tinha tido um art. 14, e, 20 minutos depois, a senhora me concede esta... esse direito de resposta.

Portanto, eu vou ser breve, e até foi – eu acho – providencial, porque o meu ânimo já se acalmou em relação a este assunto. Eu só queria dizer, Senhora Presidente, que eu fui intransigente desde o primeiro momento que eu entrei nessa CPI e que o Deputado usou meu nome e mandou eu me significar ao meu tamanho, eu acho que eu estou correspondendo ao meu tamanho. Agora, não acho que nenhum gigantão, por ser grande, pode humilhar uma pessoa que seja menor do que a sua estatura. A estatura de um homem se mede pela sua personalidade, e não pelo seu tamanho. E pelo tamanho dele, aqui ele foi um pequenez, ao se dirigir a mim dessa forma. Por que é que ele se dirige a mim dessa forma? Porque eu já o conheço da outra CPI do tráfego aéreo, que ele tentou as mesmas atitudes, as mesmas artimanhas contra o Governo. Aqui, ele já fez um jogo de pirotecnia – diga-se claro –, tentando colocar um CD, que o relator aceitou e que deve analisar ou não; isso depende dele. Agora, voltar, aqui, se desculpar porque não esteve semana passada e dizer que nós tomamos chá de não sei o quê é um desrespeito à tradição do povo do Amazonas e um desrespeito a nós parlamentares. Porque, aqui, não tem ninguém que está com a sua personalidade modificada porque está drogado, como ele quis dizer.

Segundo, Vossa **Excelência**, Senhora Presidente, ele está dessa forma porque, desde o primeiro dia, eu estou vigiando para proibi-lo de fazer essas artimanhas. Porque ele tem um bom relacionamento com a imprensa, porque ele mente e mente sim. E eu falo isso, no Tribunal onde nós tivemos, somente quatro deputados – eu e mais três, e ele era um deles –, ele chegava lá e procurava primeiro os documentos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, depois ele procurava os documentos do Fernando Henrique, para poder se defender e trazer para essa CPI. Além disso, ele assinou documentos que não podia deixar público o que era visto, e a primeira coisa que ele fazia era chegar no próprio palácio, na porta principal, como se fosse um grande artista, e mostrar para a imprensa o que ele anotou, o que ele encontrou lá dentro. Portanto isso está nos jornais. Não sou eu que falo, e os meus colegas, aqui, que são testemunhas.

Portanto, Senhora Presidente, eu não me sinto diminuído por participar dessa CPI. Não me sinto diminuído em lutar e colocar as minhas posições que aqui eu acho. Mesmo às vezes sendo mal interpretados e procurados, às vezes, por uma má colocação, de um erro de português ou de uma tradução, alguma coisa

nesse sentido, porque eu acho que eu sou como a maioria do povo brasileiro: não nasci em berço de ouro. Portanto, [soa a campainha] a minha resposta para o Deputado é que eu o perdôo, mesmo ele sem pedir desculpas, porque eu sei que isso é um momento de nervosismo, um momento de insensatez, porque os seus planos, as suas pirotecnias, todas as suas vontades de querer transformar essa CPI num circo, que ele não consegue os argumentos necessários, estão indo por água abaixo e a sua posição perante o público já está sendo desgastada.

Portanto, o que eu quero com essa – finalizando, Senhora Presidente –, com essas palavras é parabenizar o Deputado. Parabenizá-lo pela participação, parabenizá-lo pela tenacidade, parabenizá-lo pela forma que ele coloca as situações, parabenizá-lo pelo nível intelectual, parabenizá-lo pela inteligência, enfim, parabenizá-lo pela forma que ele trabalha neste Congresso, que, com certeza, eu tenho certeza: você é um orgulho para o povo brasileiro.

(troca de presidência.)

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Muito obrigado, Deputado Carlos Willian. Nós, agora, vamos passar à fase de apreciação dos requerimentos. Temos 11 requerimentos para serem discutidos e votados. Mas, antes, temos, aqui, um requerimento de preferência, que eu vou passar a ler. Senhora Presidente, requeiro, nos termos do art. 311, inciso I, combinado com o art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a preferência para apreciar o requerimento de nº. 256/08, que é o Item 6 da pauta, que é de autoria do Deputado Carlos Willian, que requer a remessa do depoimento prestado a esta CPML pelo Senhor André Eduardo Fernandes à Polícia Federal. Portanto, eu coloco em votação este pedido de Requerimento do Deputado Carlos Willian, assinado por vários deputados e senadores.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhor Presidente, eu gostaria... Me desculpe, eu não entendi, Senhor Presidente. Está fora da pauta?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Esse pode ser a...

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Não, está na pauta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senhor Presidente, esse requerimento pode ser aprovado por aclamação. Está na pauta.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – É só inversão de pauta?

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Inversão. Retirado o 256, que é o Item 6 da pauta.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Nós vamos votar primeiro a inversão?

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Primeiro.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Por mim está aprovado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Aprovado, Senhor Presidente. Por aclamação.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Ok? Então, por aclamação. Então vamos colocar em votação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhor Presidente, pela ordem.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Pela ordem, o nosso relator, Deputado Luiz Sérgio.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – É que, fazendo a leitura, aqui, o requerimento de número 256/08 requer a remessa do depoimento prestado a essa CPMI do Senhor André Eduardo Fernandes à Polícia Federal. Isso é inócuo, porque esse depoimento já foi enviado e já foi lido.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Mas deixa enviar. Aprova por aclamação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Olha, eu sou o autor, está com requerimento, tem que ser votado...

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Pode enviar, não tem problema nenhum.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É bom, vai ajudar a Polícia Federal.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Eu passo a palavra ao Deputado Carlos Willian, que pediu também...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Deputado Carlos Willian, poderia ser até a votação simbólica. A oposição está de acordo.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – O Deputado concorda?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhor Presidente, podemos fazer, inclusive, em bloco, às dez, tudo assim—

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Vamos ouvir o Deputado. Assseguro a palavra ao Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhor Presidente, eu gostaria... Que, na verdade, houve um erro de colocação, de assessoria. Não, de colocação; de redação, colocação. O Requerimento que eu iria pedir a inversão de pauta seria o Item 2 da pauta, o art. 253. Senhor Presidente, o item que eu

gostaria que fosse invertido na pauta seria o artigo... seria o Item 4, na pauta, aí, o Item 2, ou este que está colocado. Só um minutinho, relator.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Pela ordem, Senhora Presidente.

(troca de presidência.)

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não dá para entender, agora.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu também não (soa a campainha.) Desculpem, eu tinha saído um pouquinho. O Requerimento de vossa autoria e de vários outros deputados e deputadas é requerendo preferência para apreciar o Requerimento 256. Não é?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Houve um erro de redação, e, na verdade, o que eu gostaria de ter colocado era o Item 2 da pauta, o art. 246. Mas, diante deste erro, eu—

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Da nossa parte não tem problema, senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Colocar o Item 2 da pauta como primeiro, 246.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ok. Então, o requerimento com inversão da preferência é do Item 2 da pauta. Requer a realização de acareação entre o Senhor José Aparecido Pires e André Eduardo Fernandes, para fins de esclarecimento. Deputado Carlos Willian, acareação. E o 254, que é... 254, que solicita a mesma acareação, de autoria do Deputado Carlos Sampaio. Então, são dois requerimentos pedindo a acareação entre o Senhor José Aparecido Pires e André Eduardo Fernandes. Portanto, com a palavra, os dois autores do requerimento. Deputado Carlos Willian e, depois, Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Mas já está aprovado, Presidente. É para inversão ou já para votação?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para inversão.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Mas acho que já ETA todo mundo... É porque, antes de a senhora sentar na Mesa—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se todos concordam com a inversão permaneçam como se acham. Aprovado. Portanto, o Deputado Carlos Willian, para fazer a justificativa do seu Requerimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada com a finalidade de investigar o uso

de cartão de pagamento do Governo Federal, que são os cartões corporativos. No decorrer do trabalho desta Comissão, nós entendemos que este assunto passou a ser praticamente por disputa política de oposição e Governo, do que, propriamente, uma matéria temática, uma matéria onde nós teríamos que dar uma satisfação para o povo brasileiro. Aqui, nessa Comissão, Senhora Presidente, nós autorizamos, ou seja, nós votamos, e várias autoridades vieram aqui prestar os seus depoimentos. Estiveram, aqui: o Ministro Jorge, da Controladoria da União; o Ministro Paulo Bernardo; o representante do Ministro do Tribunal de Contas da União; o Ministro General Félix; o General Cardoso; o ex-ministro Paulo Paiva; o Diretor-Geral da ABIN, Paulo Lacerda; o Ministro Orlando Silva; o Ministro Altemir; e a ex-Ministra Matilde. Analisando os documentos, Senhora Presidente, inclusive no Tribunal de Contas da União, nós podemos ver que existem vários erros de comportamento desse sistema de cartões, tanto do governo passado, que hoje continua neste Governo, que são: fracionamento de despesas para burlar o limite individual; a fuga constante de processo licitatório; a excepcionalidade que reveste a concessão de suprimentos; as diárias pagas posteriormente às despesas; as prestações de contas fora do prazo; as concessões de passagens aéreas sem comprovação de diárias; passagens aéreas tiradas com frequência semanais para o mesmo dia da semana, na maioria dos locais onde as pessoas moram; identificação do recebedor sem a constatação do recibo da empresa; compra de materiais elétricos e eletrônicos; notas fiscais sem autorização da receita. Tudo isso são erros, Senhora Presidente, que não foi colocado na discussão desta CPMI. Portanto, nós estamos vendo, com os requerimentos de hoje, que toda a pauta está sendo colocada em cima desse dossiê. Nada quer se investigar contra as outras coisas e com os outros erros que têm dentro do cartão corporativo, que vêm desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso até o Presidente Lula. Inclusive, os fornecedores de antes seriam os mesmos da época.

Já vou encerrar, Presidente, daqui a pouco. Então, o que ocorre, Senhora Presidente? Com o material que foi colocado, quem ainda não apresentou proposta fora do dossiê, não têm mais propostas a serem apresentadas. A imprensa, hoje, mostra que, sem conseguir avançar na ofensiva contra a chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPI dos cartões, a oposição partiu para o Ministério Público Federal. Significa...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) –

Significa que eles mesmos não conseguiram fazer o trabalho que precisava de fazer nessa CPMI. Eu vou concluir, Senhora Presidente, e eu gostaria que a senhora me acrescentasse o artigo de liderança.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Vossa Excelência está falando como autor. Eu gostaria que permitisse...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Como autor, terminando—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Depois o Deputado Carlos Sampaio. Para concluir, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – A senhora vai interromper o meu raciocínio?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vou. [risos] Para descontrair um pouquinho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Se eu acertasse com o Deputado Carlos Sampaio que ele cedesse o artigo de liderança e depois ele continuaria?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não há nenhum problema. Mais um minuto para Vossa Excelência.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Pois não. Então, Senhora Presidente, aqui existe um total desrespeito ao próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que a oposição trouxe à baila. Não é assim esse trabalho. A oposição está na linha política; ela está perseguindo; implacavelmente, cruelmente, e até desumanamente, funcionários de alto escalão desse Governo. Esse Governo que tem programas sociais, que tem desenvolvimento, que combateu a inflação, que tem progresso e que tem economia. Portanto, Senhora Presidente, este cidadão que esteve aqui é um especialista em CPIs. Além de tudo, ele deu uma informação a um dos jornais mais importantes desse país, que é a Folha de São Paulo, que ele iria trazer, aqui, uma fita gravada da conversa. No entanto, ele não trouxe.

Portanto, diante dessas inconstâncias, das mentiras desse André Fernandes, que deveria ter saído daqui preso, pelas mentiras que aqui cometeu. Mesmo sendo autor, naquela época do Requerimento, hoje eu entendo que nós não podemos dar mais holofote a esse tipo de cidadão. Portanto, eu digo a Vossa Excelência e a todos os meus colegas que eu mesmo vou ter a nobreza de encaminhar e solicitar aos meus pares que votem contra este Requerimento, porque essa pessoa não merece ser... vir de novo, sentar nessa Mesa para poder fazer um novo show para esse Brasil. E, ainda mais, Senhora Presidente, finalizando, nós não vamos

apoiar, aqui, a base do Governo e os nossos colegas. Nós não vamos apoiar nenhum Requerimento mais, nem que venha aqui a Ministra Dilma, nem a Dra. Soledad, nem a Dra. Erenice, nem o Dr. José Dirceu. Nós não vamos aprovar nenhum Requerimento. Por quê? Porque a oposição falta com a verdade e a oposição está levando essa CPI para um lado político.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. O Deputado encaminhou–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, para que eu possa votar, eu não entendi.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Deputado já encaminhou pelo bloco PMDB, PSC, PTC. A palavra com o autor do Requerimento, Carlos Sampaio.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, eu não entendi o encaminhamento. Eu só queria...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ele encaminhou contra.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Mas contra o Requerimento dele?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É. Contra o Requerimento dele.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Pois não. O Deputado Vic, realmente, algumas posturas, aqui, assustam. Eu gostaria de dizer ao Deputado Carlos Willian que, em primeiro lugar, a confecção do dossiê restou claramente evidenciada na fala do próprio Senhor André. E, quando essa CPI teve acesso e constatou que a tal planilha de banco de dados nada mais do que um dossiê com colunas próprias de um dossiê, como aquela na qual constava o número de folhas da qual se pinçou a informação que interessava, e outra coluna, ainda mais atípica em qualquer documento público, sob a dominação “observações”, onde tinha gastos D. Ruth, vinho FHC. Um documento desses jamais constaria dos arquivos de qualquer repartição pública, e, portanto, não foi um documento formatado para ser encaminhado a esta CPMI. A evidência foi um dossiê, e a Ministra Dilma, a meu ver, a meu sentir, deveria ter instaurado um procedimento para verificar e consignar, efetivamente, quem foram os autores do mesmo.

Com relação ao TCU, eu queria lembrar ao relator e reafirmar o que disse aqui há pouco. No TCU nós vimos uma amostragem – e, aqui, faço essa ponderação até ao próprio Senador que me antecedeu –, de 2,6% do material analisado de todo o material sigiloso da Presidência da República. Portanto, é uma quantia

ínfima, em que pese, estatisticamente, essa amostragem ter uma validade.

Quando o Deputado Carlos Willian diz que nada fizemos, e que, por não termos concluído absolutamente nada sobre as questões das irregularidades, e por essa razão estamos enveredando para o caminho do dossiê, ele desconhece o trabalho que foi feito no TCU ao longo desses 30 dias, porque lá permanecemos, ininterruptamente, justamente para, ao final, como disse o Deputado Índio, apresentarmos um relatório substancial quanto às irregularidades e quanto às alternativas para fecharmos as portas para a corrupção através do cartão corporativo. O Senador, aqui, hoje, deu uma... O João Pedro deu uma boa sugestão com relação aos saques; realmente deve ser, devemos acabar com os saques, e reconheço que têm pequenas exceções, aonde seria justificável o uso do saque.

E se nós estamos, nesse momento, votando a questão do dossiê, Deputado Carlos Willian, é porque nós encerramos essa outra etapa. Mas a etapa do dossiê nós não conseguimos concluí-la porque chegamos ao ponto de, aqueles que ontem achavam que a acareação é fundamental, hoje já não mais pensam dessa forma. É uma coisa que assusta, avilta e afronta postura de quem tem a firmeza e a convicção de algo num dia e no outro dia diz que aquilo que pensou não correspondia, de fato, aos fatos; não correspondia, de fato, àquilo que pensava. E, portanto, essa mudança de postura é uma coisa que assusta.

E, por essa razão, o meu encaminhamento é no sentido de que votemos a favor da acareação. E aqui deixo uma última palavra. Acareação não visa – e aqui eu sei a preocupação do relator, no sentido de que ambos não vão voltar atrás. É bem provável que ambos mantenham as suas versões, mas a acareação não é feita, Senhora Presidente, para que ambos venham aqui se desdizer. Ao contrário, ela é feita para que nós, juízes do caso, [soa a campainha] possamos aferir a firmeza, a convicção e a segurança com que cada um defende o seu propósito. É nesta acareação que se faz essa aferição, e, para nós juízes que estamos a julgar este caso, era fundamental que a acareação acontecesse. E o último registro é que essa solicitação é de co-autoria com o Deputado Índio da Costa.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Para encaminhar, Senhora Presidente, pelo Partido dos Trabalhadores.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar pelo Partido dos Trabalhadores, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares. Esse fato que nós estamos discutindo, ele foge do obje-

to desta CPI. O objeto desta CPI é fiscalizar, investigar [soa a campainha] o uso indevido dos cartões de pagamento do Governo Federal e buscar o aperfeiçoamento dos mecanismos de gasto, de responsabilização e de controle desse meio de pagamento. Esse trabalho será apresentado para a sociedade brasileira a partir desta semana. Trabalho profícuo, trabalho extremamente detalhado, feito pelo Senhor Relator, pelos sub-relatores e por toda essa CPI. Depoimentos como do Senador João Pedro, que foi feito, aqui, também contribuirão para o aperfeiçoamento desse mecanismo.

Agora, Senhora Presidenta, esse país, por três meses, ele discutiu esse tema dito dossiê. Esse tema, Senhora Presidenta, é algo não previsto no Código Penal e não previsto em qualquer Legislação nacional. Se é banco de dados, como foi dito, aqui, oficialmente, se é banco de dados detalhados ou se é o que a oposição pretende dizer que seja, não há crime. Não há crime. Portanto, nós estaremos investigando algo inexistente. Vazamento, sim. Tem uma punição prevista no Código Penal, tem uma punição prevista.

E, portanto, esta linha do vazamento tem que ser investigada. Parte dela já foi investigada, e se incumbiu a Polícia Federal de um indiciamento do Senhor José Aparecido. Mas ainda caberá discutir responsabilidades como do Senhor André Fernandes e outros que assumem que vazaram o documento, como é o caso tratado aqui pelo Senador Alvaro Dias. Portanto, o Requerimento feito de acareação de nada contribui ao debate político brasileiro. O próprio Presidente dos Democratas, Rodrigo Maia, veio aos jornais, nessa manhã, dizendo: “Nós temos que sair desse tema”. Tardamente, ele fala. Mas esse tema não interessa ao Brasil, já que não dá resultados ao Brasil. O Deputado Carlos Willian, antes—

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem. Me dá só um...

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não tem pela ordem nos encaminhamentos.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não, porque já é a terceira vez que ele cita, aqui, o Presidente do meu partido erroneamente. Não foi isso que ele disse, não (soa a campainha.) O que ele disse é que... Claro, não, então... Uma parte do seu encaminhamento, Deputado—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – É que o som impede que eu fale. Eu queria só pedir ao Deputado Índio da Costa...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Só um aparte que eu—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não tem aparte, Deputado Índio.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – É que, a quem deve eu, a Presidenta me desautorizou a dar o aparte, porque, nesse tipo de encaminhamento, não cabe aparte.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Ah, mas se Vossa Excelência quiser, ela vai aceitar. Cabe sim.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não. Presidenta, eu queria saber de Vossa Excelência se cabe aparte no encaminhamento ou não?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não cabe aparte [soa a campainha], e eu estou esperando que Vossa Excelência termine o seu encaminhamento.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu só posso concluir quando só eu puder falar. Portanto, o Deputado Carlos Willian, antes de haver o depoimento, aqui, do Senhor André Fernandes e do Senhor José Aparecido, protocolou o Requerimento de acareação. Ora, ele agora tem legitimidade para dizer que está devidamente esclarecido e que, portanto, ou retira ou pede o voto contrário ao seu Requerimento, que foi a postura que dotou há pouco, aqui.

Portanto, nós queremos dizer o seguinte, somos contrários a esse Requerimento por um simples fato: o Brasil precisa desse Congresso Nacional para discutir os temas mais candentes do país, e o Congresso Nacional já foi razoavelmente explorado com esse tema e deve voltar ao debate das principais questões do país. Por isso somos contrários à votação desse Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Para encaminhar pelos Democratas, Câmara dos Deputados, Deputado... Deputado Índio? O Deputado Vic tinha pedido. Não. É encaminhamento pelos Democratas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – E o que é que vou fazer? Não é isso? Mas não é isso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Os Democratas da Câmara vão encaminhar?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Vão encaminhar. Eu lhe pedi.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então, o encaminhamento pelos Democratas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Ah, pois não. Senhora Presidente, eu não estou entendendo mais nada. Continuo sem entender mais, absolutamente, nada. Eu votei, aqui, nós votamos por unanimidade e perdemos tempo, aqui, votando a inversão de pauta a pedido do companheiro Carlos Willian. Votamos a inversão de pauta para que ele pudesse

defender o seu Requerimento. Aí ele vem defender o seu Requerimento. Aí ele ofende o seu Requerimento, ofende a nossa inteligência e faz essa balbúrdia toda, aqui; perturba a ordem. Ainda bem que nós gostamos muito dele, que nós levamos ele sempre nessa brincadeira que ele leva. Porque, se fosse em outro caso, nós teríamos que chamar a atenção dele e puxar, no mínimo, a sua orelha. Porque estamos perdendo tempo. Ele poderia ter tirado o seu Requerimento da pauta, e nós não estaríamos perdendo tempo, aqui, desgastando o Governo. Porque a oposição vai votar, sim, pela acareação. Até porque o Dr. André, ele quer vir aqui trazer a gravação, mostrar, nem que seja numa Sessão fechada. E o Governo não quer. O Governo... Uma gravação que ele fez lá no encontro dele com o Dr. José Aparecido.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Se ele trazer a gravação para cá, ele vai mentir mais uma vez. Porque ele disse, aqui, que não houve gravação nenhuma.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – E Vossa Excelência é advogado de defesa, por exemplo?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vic, para continuar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu já vou encerrar. Eu já vi que essa história de gravação, de áudio, de vídeo é uma palavra proibida aqui dentro. Não pode se mostrar. Muito obrigado, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para encaminhar [soa a campanha] pelo PSDB da Câmara, Deputado Carlos Sampaio. E depois o Senado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, depois da fala do Deputado Paulo Teixeira, eu acho importante, aqui, fazer uma consignação. Esse Governo tem se pautado muito pelo que é e pelo que não é criminoso. E eu acho que um Governo deve pautar-se pelo que é e não é criminoso, mas deve pautar-se, também, pelo que é e não é moral, pelo que é e não é ético. A confecção do dossiê é um ato imoral por excelência. A finalidade do dossiê é constranger e intimidar. A partir do momento que esse Governo passa a tratar do assunto dossiê como um assunto menor, eu me preocupo, porque nós estamos saindo da área democrática e entrando para uma área da obscuridade, inconcebível num Governo eleito levantando a bandeira da ética e da decência nesse país. Ato imorais devem sim ser analisados por essa CPI. E imorais que dizem que têm correlação direta com os cartões corporativos. Porque a finalida-

de precípua desse dossiê foi justamente a de evitar a instalação dessa CPMI.

E, portanto, a correlação é evidente, como correlação houve. Quando ele lê a ementa do por que dessa CPMI, ele se esquece que, por correlação pedimos as contas “B” do Fernando Henrique Cardoso. Assim como, por correlação direta, temos que analisar o ato do dossiê, porque ele é um ato imoral. Eu não estou preocupado se é um ato criminoso ou não. Aliás, a lei 1.079, de 1950, que fala sobre crime de responsabilidade, é clara ao imputar a responsabilidade a chefe maior [soa a campanha] e, no caso, à Ministra Dilma Rousseff, por não investigar todo e qualquer ato atentatório à Constituição. E um ato imoral, ele fere, por obviedade, o princípio da moralidade da administração pública, que é um princípio constitucional. Então, não aferir-se o dossiê, sob o argumento de que ele não é criminoso, é como que dar um comando para esse Governo de que doravante façamos dossiês.

E eu não posso conceber isso, Senhora Presidente, por uma razão muito simples: não é a primeira vez que vemos isso. Teve o “dossiê” da questão do Senador Mercadante. Todos viram e acompanharam. Eu era sub-relator da CPI dos sanguessugas. Teve o caso dossiê, ou melhor, do vazamento da quebra do sigilo de um caseiro, no episódio do então Ministro da Fazenda. E, agora, temos o episódio do dossiê da Casa Civil para constranger e intimidar pessoas. Todos esses atos imorais e nós vamos fechar os olhos e dizer: “Eles não são criminoso, portanto nós os concebemos”. É a moral elástica, Senhora Presidente. Me perdoem, é aquela moral elástica, na qual tudo cabe. Eu disse e repito, aqui, o que uma vez li num artigo do meu avô, escrito por ele em um jornal de Campinas. Da diferença entre as palmeiras e os bambus. Ele dizia que preferia os homens palmeiras aos homens bambus. Porque os homens bambus se curvam conforme o vento, e os homens palmeiras sabem bem a retidão e o caráter que devem ter diante de um fato concreto. Muito obrigado, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria consultar se o Partido Verde quer encaminhar. Deputado Tóffano. Seja bem-vindo à nossa Comissão.

DEPUTADO JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP) – Trazer minhas saudações à minha nobre Presidente. O Partido Verde encaminha contra o Requerimento, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. PDT quer encaminhar, Deputado Manato?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Sim. Senhora Presidente, nós vimos, aqui, no depoimento do Senhor

André, ele deixou claro que não tem nenhuma gravação, nem Audi, nem vídeo. Deixou claro. Se agora existe, é porque mentiu. E se ele mentiu e voltar aqui, nós temos que decretar a prisão dele. Esse é o segundo ponto. Segundo ponto, eu também acho que o Carlos Willian, aqui, tem razão. Porque, no início, quando se convocou – eu convoquei, também, pedi para vir o Senhor André, o Senhor Aparecido –, naquele momento eu achei até que deveria ter uma acareação. Agora, depois do teatro que fizeram aqui, eu acho que eles não precisam voltar aqui. Não tem mais o porquê de eles voltarem aqui. Eles deixaram claro, o Senhor André deixou claro, aqui, que ele só conversou com o chefe imediato dele depois que voltou das férias em março. O chefe imediato deixou claro que ele conversou com ele antes de março; conversou antes de sair de férias. Pediu sigilo, pediu que não divulgasse a fonte ainda. Eu gostaria, também, que eu achei interessante o que Deputado Carlos Sampaio fez de entrar no Ministério Público. Agora eu gostaria que os responsáveis também, lá no André, e o chefe imediato dele também fossem ouvidos e fossem, lá, indiciados no Ministério Público. Porque esse dossiê, para mim, foi feito lá dentro. Pegaram o banco de dados, tiraram e armaram ali, naquele lugar. Mas não foi. Paciência, também. Isso, aí, cada um tire as conclusões que quiserem. Então eu vou na linha de ser contra ver essas pessoas mais, aqui, para não ter o dissabor de ficar encontrando com elas.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Pelo PSOL, Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Senhora Presidenta, já que é assim o correto [soa a campanha], colegas da CPI. A acareação é uma questão de auto-respeito da própria CPI. Em primeiro lugar, o Senhor André Fernandes disse, aqui, que recebeu um dossiê. O Senhor Aparecido diz que saiu do seu computador informações seletivas. O André afirma categoricamente que recebeu no seu **e-mail**, enviado pelo Aparecido, esse material. O Aparecido disse que não se lembra de ter enviado, que aquilo aconteceu involuntariamente. O Senhor André tem informações de que a Senhora Erenice, Secretária Executiva da Casa Civil, ordenou esse levantamento; a Senhora Marisol encaminhou; o Senhor Norberto Timóteo montou. O Senhor Aparecido, que trabalha com todos esses, diz que não tem idéia de quem determinou a formação desse Grupo de Trabalho, que não tem nenhuma norma legal, uma força tarefa meio aleatória, que acabou, obviamente, por isso que estamos discutindo aqui, fazendo uso político de documentos sob a guarda daquele setor da administração. Ele apenas encami-

nhou, involuntariamente, um levantamento que lhe foi repassado por um Senhor Marcelo Veloso. O quarto ponto de contradição absoluta que a CPI deveria ter o interesse em elucidar é o almoço pedido por Aparecido, e onde o Aparecido, segundo o André, muito nervoso, confirmou o envio, e essa questão delicada. Já o Aparecido diz que foi o Nélcio Lacerda, que promoveu esse almoço. E nada falaram sobre **e-mail**, sobre a Senhora Erenice. [soa a campanha]

E, por fim, o Senhor André diz que eles têm um contencioso na sua amizade, às vezes abalada, porque, já em 2004, ele se sentiu usado, politicamente, na CPI do BANESTADO, pelo Senhor Aparecido. E o Senhor Aparecido disse que não houve nenhuma conversa nesse sentido, ou seja, os depoimentos mais confundiram do que trouxeram luz. Daí essa acareação. Não achando que nós temos a capacidade investigativa de policial ou de detetive, para extrair alguma coisa de réus, mas para o nosso levantamento fundamental do objeto da CPI dos cartões.

Portanto, a nosso juízo, a acareação é algo elementar, por respeito ao nosso próprio trabalho, já que me parece que eles abusaram do direito de mentir, de omitir informações. Repito: “Em casa que falta pão, todo mundo grita, ninguém tem razão”.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Pela ordem, Presidenta.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para os Senadores encaminharem.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente, eu queria saber se eu tenho o direito de falar em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vossa Excelência já encaminhou pelo Partido dos trabalhadores.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Foi encaminhamento. Na Sessão.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É. Pelo bloco ou partido, e Vossa Excelência já encaminhou pelo partido. Pelo PMDB?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Ele se refere ao direito de falar como líder, Presidente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – É isso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como líder, sim.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu gostaria de usar, de fazer uso do meu direito de líder.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Um minutinho só. Senador... Pelo PSDB, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Senhora Presidente, eu acho que cabe, isso é honesto, a autocrítica. Eu não creio que possa existir, aqui, alguém que tenha a pretensão, a veleidade de dizer que essa CPI alcançou os seus objetivos. Não alcançou. Neste caso da acareação, é evidente que essa acareação se constituiria em decepção. Mas eu não posso, como integrante da oposição, recusar o direito, por exemplo, do Deputado Carlos Willian, de requerer acareação, como o fez, em razão de não ter ficado satisfeito com o depoimento, especialmente do meu assessor André Fernandes, já que ele foi acusado, aqui, de mentir. **Vejam** a contradição, Srs. Senadores e Srs. Deputados. O assessor André Fernandes não foi ao Supremo Tribunal Federal assegurar-se do direito de ficar calado. Ele veio e jurou dizer a verdade. E disse a verdade. E disse a verdade. Buscam detalhes para insinuar que não disse a verdade. Ele disse a verdade.

Portanto, eu repudio agressões sofridas por ele nesta manhã, na sua ausência. A covardia do ataque na ausência revela, acima de tudo, ausência de argumentos convincentes para defender a sua própria tese, a sua posição. Essa história de valentemente dizer: “Deveria ter saído preso daqui”, isso tem que ser repudiado. E eu o faço [soa a campainha], neste momento. O Senhor José Aparecido se calou quando lhe interessava calar. Esta seria uma acareação inusitada. Acareação que colocaria frente a frente alguém que fala contra alguém que se cala, e se cala autorizado legalmente. E, portanto, não pode ser contestado por se calar. Seria, portanto, uma acareação inusitada, totalmente diferente daquelas que já tivemos oportunidade de assistir nesta Casa. Quanto a excluir de qualquer responsabilidade aqueles que exercem função de mando na chefia da Casa Civil da Presidência da República, parece ser também absolutamente injusto. Seria como se estivéssemos eliminando do direito brasileiro a figura do mandante de crimes praticados. Os pistoleiros são condenados; os mandantes são absolvidos. O fazendeiro que pagou um pistoleiro e foi mandante para que assinasse a irmã Dorothy, na Amazônia, deve ser absolvido. Hitler deve ser absolvido pelo holocausto. Guardadas as devidas proporções, é o que nós estamos pretendendo consagrar, quando se defende a tese de quem chefia, atualmente, no Brasil, quem comanda não tem nenhuma responsabilidade em função de eventuais deslizos, delitos, erros, impropriedades, arbitrariedade, falcaturas, corrupção e

improbidade administrativa. Nós estamos, aí, consagrando uma tese jurídica inusitada no Brasil, Senhora Presidente.

Portanto, embora esta acareação, a meu ver, não levasse a nada, se viesse a ser instalada nesta Comissão, como opositor, evidentemente, eu não poderia negar o direito da situação – que foi quem primeiro pleiteou esta acareação –, eu não poderia negar à situação o direito de promover esta acareação, colocando frente a frente os dois depoentes.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senhor Senador. Senador João Pedro e, depois, Senador Nery. Senador João Pedro, pelo PT, e Senador Nery, pelo PSOL.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Senhora Presidente, eu penso que os debates últimos, as oitivas aonde participaram o Senhor André e o Senhor José Aparecido, nós não podemos achar que ele não foi esclarecedor. Ele foi absolutamente esclarecedor. Essa comunicação indevida, esse trabalho sorrateiro de informações indevidas entre o assessor do Senador Alvaro Dias e o Senhor José Aparecido da Casa Civil. Eu penso que ele foi esclarecedor. Não tem o porquê de ter a acareação. Penso que o mérito desse debate, ele contraria o objeto da CPMI, que é do cartão corporativo. E penso que, no debate do cartão corporativo, nós temos elementos e contribuições para responder. E nós não podemos, de forma alguma, trazê-los. Até porque alguém imagina que eles irão mudar as suas opiniões nessa CPMI, numa acareação? É claro que não vão mudar. E eu penso que nós temos que retomar, com responsabilidade, o eixo, o centro do debate da CPMI, que é sobre o cartão corporativo. Nós temos elementos para trabalhar um grande relatório, travar um debate, ainda, na aprovação e na apresentação do relatório do nosso relator Sérgio, Deputado Sérgio, Luiz Sérgio. Então, eu acho que esse é o caminho da reta final desses últimos dias. E penso que é tentar desqualificar informações preciosas que o Governo deu, que a Ministra Dilma travou. [soa a campainha]

Nós não podemos, aqui, achar que a Ministra Dilma, e eu não aceito que uma pessoa que vem tratando de forma republicana as políticas públicas do Governo mentiu sobre esse assunto. Pelo contrário. A Ministra Dilma reafirmou, no debate com a sociedade. Ainda ontem, ela esteve num grande programa televisivo. E você percebe a seriedade na condução das... no trato da coisa pública, com as contas da Presidência da República. Então, eu penso, Senhora Presidente, que o encaminhamento, aqui, é pelo voto contrário à acareação. Esse é o nosso voto.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhora Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados e Deputadas. É impressionante que uma Comissão Mista do Congresso Nacional, composta por Deputados e Senadores, se recuse a apurar fatos que estamos tentando, aqui, ver apurados há mais de 120 dias, e perceber que há, deliberadamente, uma dificuldade para esclarecer os fatos relativos ao mau uso, ao desvio no uso dos cartões corporativos do Governo Federal. Como há inconsistências e muitos fatos que seriam melhor esclarecidos se tivesse essa acareação e se os depoentes, aqui na Comissão, falassem efetivamente a verdade, porque o que há é uma recusa a revelar os fatos como eles de fato aconteceram, a contar a verdade, para que a gente tenha elementos para fazer com que a conclusão dessa CPI leve à punição de quem agiu em desacordo com a lei, com o decoro, com a prática correta e transparente no uso e nos gastos dos recursos públicos.

Portanto, Senhora Presidente, não podíamos recusar o apoio ao Requerimento do Deputado Carlos Willian, que pede a realização de acareação entre o Senhor José Aparecido e o Senhor André Fernandes. [soa a campanha] Recusar isso é mais uma demonstração de que aqui não queremos apurar nada e que a apuração faz parte do jogo democrático previsto, constitucional e legalmente, para esclarecimentos de fatos que têm a ver com os interesses do país, com a boa prática dos recursos públicos. Portanto, Senhora Presidente, sou absolutamente favorável à aprovação do Requerimento. Espero que aqueles que se manifestaram, reconsiderassem seus pontos de vista e, aqui, permitissem que essa CPI, que já se encaminha para concluir os seus trabalhos, pudesse, minimamente, realizar tarefas a ela delegadas, e não recusar a busca da verdade e o esclarecimento dos fatos, como tem sido a tentativa permanente, deliberada do Governo, que, se não tem nada para temer, tinha que ser o primeiro a querer que os fatos denunciados fossem devidamente identificados, e os seus responsáveis, abrir inquérito para que os seus responsáveis fossem exemplarmente punidos. Pelo apoio total à acareação entre os dois depoentes que vieram aqui a semana passada. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senador. Antes de colocar em votação, o Deputado Paulo, como vice-líder do PT, quer falar no lugar do líder por cinco minutos.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidenta, Srs. Deputados, eu vi com preocupação a fala do Deputado Carlos Sampaio, a quem sempre cultivei respeito e continuarei a cultivá-lo. Mas gostaria de anotar a preocupação em relação à sua fala.

Primeira fala, Deputado, o senhor e o Senador Alvaro Dias dizem que o Governo tentou constranger a oposição com esse dito dossiê. Mas como constranger, se a oposição tomou conhecimento no âmbito da relação entre dois amigos, que é quem recebeu o dossiê, o André Fernandes, esperou acabar suas férias para tratar a questão do dito “constrangimento”, se depois de receber a planilha, ele ainda foi almoçar com o Senhor José Aparecido, se, depois de ter ido almoçar com o José Aparecido, não bastasse, já constrangido, fosse no aniversário do Senhor José Aparecido? Como eu posso entender que há constrangimento numa postura como essa? Como eu posso entender que há constrangimento, se quem fez o trabalho foi um grupo, e a pessoa obteve o resultado do trabalho por conta de um subordinado e, portanto, quem fez o trabalho cuidou para que não vazasse? Então, o tom está aumentando no final dessa CPI. Como eu posso dizer se houve constrangimento se o próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse que nada naqueles dados o constrangia, se o próprio chefe de gabinete do Presidente Lula disse que nada naqueles dados pudesse constranger alguém e se a própria Ministra Dilma pediu desculpas à ex-primeira-dama D. Ruth Cardoso? Acusam – e Vossa **Excelência** fez, assim como, num libelo, essa manhã, a própria Presidenta – que a Ministra Dilma mente. Como eu posso dizer que a Ministra Dilma mente, se ela mandou apurar? Quem chegou a descobrir de que computador saiu o relatório foi o ITI – Instituto de Tecnologia da Informação –, órgão subordinado à Ministra Dilma. Como eu posso dizer que ela mente, se ela apurou? E como posso admitir que Vossa **Excelência** diga que ela não apurou, se quem trouxe o tema à tona e quem revelou à nação foi o ITI, órgão subordinado à Ministra Dilma, a partir de uma Comissão de Inquérito interna à Presidência da República e à Casa Civil?

Portanto, nós não podemos terminar essa CPI, que tem o seu trabalho, o seu objetivo num tom inadequado. Eu não admito ser chamado de amoral, de imoral, de flexibilidade, que faz com que nós tenhamos e aceitemos o que não se admite aceitar. Portanto, quero dizer, Senhor Deputado, que é da minha história, e eu o conheço, já fomos Deputados juntos em São Paulo, e sempre fomos cordatos na nossa relação. Tudo o que Vossa **Excelência** solicitou dessa CPI, todos os deputados da base aprovaram conjuntamente. Nenhum deputado se negou. Porque todos os deputados, aqui, querem dialogar igualmente com a opinião pública. Agora, o que nós não podemos admitir é que, se havia um sentimento de que havia gastos inadequados nos cartões da Presidência, se havia uma fantasia, e essa fantasia não se cumpriu, agora nós vamos [soa a

campanha] ser ofendidos por Vossa **Excelências**. Nós também não podemos admitir que, depois de toda uma manobra para chamar, aqui, a Ministra Dilma, ao invés de desgastá-la, ela tenha se fortalecido nessa vinda, aqui, ao Senado, e os objetivos não foram atingidos, e nós sejamos os culpados por esses objetivos inatingidos. Portanto, o que nós não queremos admitir é que o tom, pela incapacidade de chegar a um objetivo, se aumente no final. Por exemplo, hoje, aqui, falou-se que nós tenhamos tomado o chá do Santo Daime. Que eu tenho enorme respeito a quem tome. Enorme respeito, como disse o Deputado Nilson Mourão. Mas não podem atribuir, agora, fazer esse tipo de ilação com pessoas, aqui, que têm trajetórias tão sérias quanto as de Vossa **Excelências**.

Então, eu queria, aqui, reiterar o meu respeito a Vossa **Excelência**ª, mas também, igualmente, dizer que, aqui, as pessoas que estão defendendo essas posições fazem com as mesmas convicções de Vossa **Excelência**, que faz um trabalho adequado, sério e disciplinado no exercício do vosso mandato.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, pela liderança do PSDB.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pela liderança, Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Bom, em primeiro lugar, eu queria deixar uma coisa muito clara a todos os membros dessa CPI. Eu nunca me pautei por ofensas pessoais a quem quer que fosse; em momento algum me referi ao Deputado Paulo Teixeira como sendo ele o responsável por um ato imoral ou amoral. Ao contrário, eu me referi à confecção do dossiê, em si. E que, se, em algum momento, Vossa **Excelência** se sentiu por mim ofendido, eu não tenho o menor constrangimento de, publicamente, pedir-lhe desculpas, porque, em momento algum, foi esse o meu interesse. Aliás, jamais foi esse o meu perfil dentro dessa CPI.

Portanto, fica registrado o pedido formal de desculpas a Vossa **Excelência**, porque me referia à imoralidade do ato da constituição de um dossiê. E, aí, Deputado Paulo Teixeira, a nossa divergência no que tange à tentativa de constranger. Você não precisa, para ter o conceito de imoral caracterizado, constranger alguém. Se você confecciona um dossiê para o fim de constranger, e não atinge essa finalidade, a meu ver o ato continua sendo imoral. Quando aquele que transfere a informação, como foi o caso do José Aparecido, pede a um subordinado a documentação que lá estava, esse subordinado foi por ele mesmo indicado para

compor o Grupo de Trabalho coordenado pelo Senhor Timóteo, exatamente para a elaboração daquele documento, cujo formato, com aquela coluna número de folhas e observações, foi feito, e está comprovado na Polícia Federal, pela Senhora Maria Soledad.

Então, esses fatos, a meu ver, demandam uma análise pela imoralidade deles, nunca da conduta ou postura de Vossa **Excelência**. É apenas esse registro que faço, e faço publicamente, aqui, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu agradeço ao vice-líder Carlos Sampaio, e vamos... Vossa **Excelência**?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Quero pela liderança...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vossa **Excelência** não é vice-líder.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sou. A senhora pode olhar, que sou. A senhora sempre engana-se quanto a mim, Presidente. Pelo bloco PTC, PSC e PMDB.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Carlos Willian, por cinco minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Eu não vou gastar todo esse tempo, não, Senhora Presidente, porque nós temos que ir à votação. Deixe-me dizer pela senhora. Eu fui nominado por vários colegas por ter mudado a postura do Requerimento. Também, no meu gabinete, me informa a assessoria que existem algumas ligações contrárias a este meu procedimento. O que eu queria dizer, Senhora Presidente, e deixar claro para as pessoas que estão aqui, neste recinto, e, porventura, as pessoas que vão ter acesso através da imprensa sobre o resultado dessa CPMI, é de que, na verdade, semana passada, a oposição não queria que o depoente André Fernandes fizesse umas revelações em público para que todo o Brasil pudesse saber. A oposição quis que fosse trancado, que fosse fechado, ou seja, que fosse sigilosa. E nós... Sessão secreta. E nós fomos contra, porque nós gostaríamos que, se tiver o que dizer, tem que dizer para todo mundo saber, e não secretamente.

Além do mais, Senhora Presidente, o PSDB é um partido que eu respeito, um partido de princípios. E não é este o PSDB que quer fazer esse tipo de oposição burra, de dar um tiro no próprio pé. Não é o PSDB do Governador do meu Estado, Aécio Neves, que é um dos melhores Governadores do Estado de Minas Gerais, que está trazendo o progresso para aquele Estado a olhos nus.

Além disso, Senhora Presidente, se alguém tivesse se intimidado, se alguém tivesse se inconformado, se alguém achasse que houve crime pelo vazamento desse suposto dossiê e se alguém se sentisse prejudicado, seria, primeiro, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa, ex-primeira-dama, D. Ruth. Portanto, não cabe ninguém pegar as dores dos outros para entrar na Justiça. É o Ministério Público que tem que se convencer e entrar com uma representação ou, no mínimo, a pessoa que se sentiu ofendida. E eu não ouvi pela imprensa e de ninguém que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e a Senhora Ruth tenha ficado ofendido e tomou as providências de procurar o Ministério Público para ajuizar uma ação. Este Requerimento que eu entrei, Senhora Presidente, foi antes mesmo de ter ouvido os dois. Mas depois que eu ouvi os dois, eu vi que o Senhor André está, aqui, nos jornais, é especialista em CPI. Ele dá curso de CPI. Ele deixou claro que ele traiu o amigo dele que estava na Presidência da República; recebeu o **e-mail**, ao invés de procurá-lo para saber de que se tratava, foi logo passando para o seu chefe, o Senador Alvaro Dias, que aqui todo dia o defende, como se fosse o seu Procurador.

Portanto, Senhora Presidente, esse Senhor André, que pediu emprego na Presidência da República, que é um petista frustrado, levou este país a tomar uma posição, a criar, inclusive, sobre os parlamentares que aqui compõem e defendem o Governo, uma forma errada. Nós estamos, aqui, defendendo a verdade, Senhora Presidente. Nós estamos, aqui, defendendo o que é moral. E o que é moral não é ir contra as autoridades [soa a campainha] deste Governo, o que é moral não é fazer essa oposição burra, o que é moral é, sim, buscar soluções para os problemas dos cartões corporativos. E é isso que nós vamos estar aqui fazendo. Mas permitir que a oposição, que não tem, até o presente momento, nenhuma proposta política para contrapor este Governo, venha aqui fazer dessas situações, que são absolutamente pequenas, querer fazer disso um gesto político para abalar a vida pública deste país.

Portanto, Senhora Presidente, mudei de posicionamento, mas mudei depois que eu vi as falsidades e as mentiras do depoente André. Mudei depois que eu vi que ele entregou o seu colega, depois que eu vi que ele pediu emprego na Presidência da República. Mudei depois que eu vi que realmente ele estava querendo fazer um assunto político nacional de grandes proporções, que, lamentavelmente, tomou o tempo de todos nós deputados, da senhora e da imprensa brasileira e também do povo brasileiro. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nós vamos fazer a votação, agora, do Requerimento do Deputado Carlos Willian. E do Carlos Sampaio. Deputado Carlos Willian?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Luiz Sérgio?

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marcelo Melo?

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Maurício Quintella?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nelson Meurer.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Teixeira? Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, só para eu entender. Depois vai ser votado o meu ou o meu fica prejudicado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, é junto.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Ah, conjuntamente? Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho?

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vic Pires Franco?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Manato?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Silvio Costa? José Paulo Tóffano?

DEPUTADO JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Severiano Alves? Perpétua Almeida? Senadores. Demóstenes Torres? Antonio Carlos Júnior? Marconi Perillo? João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Paim? Wellington Salgado? Almeida Lima? Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sim, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Efraim Moraes? José Agripino? Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Flexa Ribeiro? Renato Casagrande? Marcelo Crivella? Valter Pereira? Valdir Raupp?

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP) – Senhora Presidente, pela ordem, Senhora Presidente. Embora meu nome não esteja aí, mas eu fui indicado pelo líder como membro titular da Comissão. Embora seja a última Sessão, não quero ser chamado de coveiro, mas meu voto também é não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu agradeço ao Deputado Vicentinho, mas completou. Os titulares todos foram completos no bloco todo. Estavam todos presentes, por isso que eu não chamei os suplentes. Obrigada. Total?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – O Requerimento é meu, mas a responsabilidade é de todos que o votaram, hein?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Por 11 a 5, os requerimentos dos deputados Carlos Willian e Carlos Sampaio foram rejeitados. Primeiro Requerimento... Primeiro item da pauta, nº. 59, do Senador José Nery, e 252, do Deputado Vic Pires Franco. Solicita-se a oitiva do Senhor Norberto Timóteo Queiroz, Secretário de Administração da Casa Civil da Presidência da República. Com a palavra, o autor do Requerimento, o Deputado... Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhora Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Deputadas, Senadoras. Primeiro, para dizer que esse Requerimento nós apresentamos no primeiro dia de instalação desta CPMI. E, diferentemente do que foi dito, aqui, antes, nessa Sessão, de que todos os requerimentos

tratavam única e exclusivamente do assunto relativo ao esclarecimento quanto à confecção e vazamento de um dossiê feito, segundo se denuncia, pela Casa Civil. Mas o meu Requerimento, Requerimento de teor igual ao do Deputado Vic Pires Franco, não trata exatamente do dossiê, trata da convocação do Secretário de Administração da Casa Civil da Presidência da República, que tem a obrigação, na estrutura do órgão, a meu ver, de esclarecer os fatos relativos à utilização do cartão pela Presidência, prestar informações sobre as pessoas que os utilizam e, evidentemente, a supervisão e execução dessa atividade próprias do Secretário de Administração, relativo ao uso dos cartões.

Portanto, o Requerimento que nós apresentamos, aqui, tem o sentido de esclarecer como é que o cartão, na atual gestão, tem sido utilizado e, evidentemente, contribuir para os esclarecimentos que essa CPI precisa, no sentido de oferecer um conjunto de sugestões sobre o aperfeiçoamento desse instrumento, além do que, possamos identificar em que situação ele pode ter sido usado de forma inadequada, indevida, e que, portanto, essa CPI teria a possibilidade e com a presença do Secretário, aqui, obter as informações necessárias e, assim, contribuir para o trabalho da nossa Comissão. Negar a possibilidade dessa convocação seria mais uma demonstração de que, aqui, não se quer investigar, de que, aqui, é um jogo de cartas marcadas, quando o Congresso não usa... Senhor Presidente, chamo a atenção de Vossa **Excelência** para que a Sessão continue, a meu ver, apesar das sessões paralelas, para dizer a Vossa **Excelência** que a negativa quanto à convocação do Secretário de Administração da Casa Civil, que coordena [soa a campanha] os atos administrativos daquele órgão; é fundamental, se nós quisermos obter o exato esclarecimento de como é que, na atual gestão do Governo Lula, da Presidência da República, [soa a campanha] como é que o cartão vem sendo utilizado. A negativa desse fato, e aqui não há nenhum crime, nenhum tipo de coerção, nenhum tipo de atitude, pelo qual o Secretário de Administração não pudesse vir a essa Casa, especialmente a esta CPMI, prestar esclarecimento. A negativa será mais um fato que depõe contra as atribuições, contra as tarefas, contra a transparência e contra a necessidade de que nós tenhamos as melhores condições para concluir esses trabalhos da CPMI, obtendo de quem pode prestar as informações e os esclarecimentos para levar à finalização e a uma boa condução do nosso trabalho, pela convocação, e solicitando, então, o apoio de todos os senhores membros desta CPMI para a vinda do Senhor Norberto Timóteo a essa CPMI. Muito obrigado.

(troca de presidência.)

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Obrigado, Senador. Como temos um Requerimento que trata do mesmo tema, de nº. 252, do Deputado Vic Pires Franco, passo a palavra ao Deputado Vic para que possa, também, falar sobre o seu Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhor Presidente, o Requerimento não é só meu, é também do Deputado Índio. Eu gostaria que ele fizesse o encaminhamento, se Vossa Excelência permitir.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Perfeitamente. Essa dupla afiada.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente, a vinda do Senhor Norberto Timóteo, ela é de fundamental importância para essa CPMI, por quê? Por algumas razões. Uma delas, naturalmente, há um elo perdido entre o André e o Aparecido. E a gente quer saber quem é esse elo perdido. A gente acha que é Erenice, representando a Dilma. Acontece que ela está sendo blindada. Aqui a gente não consegue chegar até lá. Acabaram de derrubar a acareação. Portanto, não querem ver a verdade de um e a verdade de outro. O assessor da Erenice, ele consegue no STF a garantia de mentir, o direito de mentir, aqui, na CPMI, depois que foi indiciado pela Polícia Federal, já imaginando a gente, da oposição, que pudesse ser uma jogada do Governo para que ele, indiciado, pudesse permanecer calado. Aliás, foi o que aconteceu aqui. Voltou ao STF, que já tinha sido negado o direito de ele mentir, e ele conquistou esse direito e veio aqui, na semana passada, falar, dar informações, que, inclusive, eram diferentes das informações que ele tinha dado à Polícia Federal, e ele teve até que dizer, em determinado momento: “Não, é verdade, na Polícia Federal eu falei assim e tal...”. Que ele estava com o direito de mentir, aqui. O Senhor Norberto, ele não tem esse direito; ele tem que vir aqui falar a verdade. E uma informação que talvez ele pudesse nos dar é: por que é que o dossiê preparado pelo Governo, que ele chama de banco de dados, mas é um dossiê, ele veio a público? No entanto, as informações não sigilosas do Governo Lula, da Presidência da República foram sonegadas, apesar, ao que pesem as palavras do nobre Deputado Paulo Teixeira, foram sonegadas na CPMI. Não vieram para cá. E naquelas caixas que estão lá embaixo, Deputado, quero lhe assegurar o seguinte: falta muita informação. O Governo não mandou para cá as informações todas que precisava. Essa CPMI chega ao fim com resultado positivo no sentido das regras, mas da transparência do Governo em relação às informações, ela não chega ao fim. O Governo sonegou as informações de papel e, claramente, sonegou informações do Banco do Brasil

digitais. Todas as informações, inclusive lojas, que eram as mesmas lojas que o Presidente Fernando Henrique utilizou na época que foi Presidente, para comprar no cartão, através dos seus ecônomos, que o Presidente Lula também utiliza seus ecônomos para comprar e que é vazado no dossiê do Fernando Henrique, mas que não aparece nas informações dos dados do Banco do Brasil. A oposição conseguiu essa informação no Tribunal de Contas da União. E está lá mostrando que tem o zero, que é o que diz que é não sigiloso o dado, e talvez, ou provavelmente, o Dr. Norberto, o Secretário da Presidência da República pudesse nos trazer essa informação. Dizer: “É verdade, nós sonegamos; não sonegamos; nós entendemos, em determinado momento, que não era sigiloso; quando teve a CPI, imaginamos que isso pudesse, de alguma forma, afetar o Governo, então, transformamos o que não era sigiloso em sigiloso”. Enfim, há de ter uma informação, uma explicação para isso. O Diretor do Banco do Brasil, quando esteve aqui, BB cartões, ele nos disse: “Nós mandamos todas as informações”. Mentira, não mandou. Aliás, queria pedir ao Presidente, à Presidente, nesse caso, agora, ao Deputado Marcelo, que cobre do Diretor do Banco do Brasil a informação que nós solicitamos, aqui, naquele dia: qual foi o lucro verdadeiro do Banco do Brasil em relação ao uso dos cartões. Aí o Banco do Brasil diz assim: “Não, efetivamente eu não cobro pelo uso dos cartões”. Mas o Bradesco está ganhando dinheiro com isso, o ABN AMRO está ganhando dinheiro com isso, que são majoritários do VISANET, que é a empresa que recebe até 4% de cada transição no uso do cartão corporativo. Tinha que ter licitação. Não teve licitação. O que é que o Norberto, que é Secretário da Presidência da República, tem a nos dizer sobre isso? O que ele pode falar dos dados que deveriam ter vindo e ainda não vieram? O que ele pode falar em relação a esse dossiê, se foi feito dossiê, não foi feito dossiê, como foi feito esse dossiê? Ele estava naquela conversa. Então, já que os Deputados da base do Governo não querem acareação, eu solicito que reflita, um pouco, porque, na CPMI, não temos que representar o interesse da Dilma, do Governo, do Presidente, de ninguém. Nós temos que representar o Parlamento. Nós somos pagos, e bem pagos, e é caro para a população brasileira o custo de cada parlamentar. Nós somos pagos para defender a Democracia, sobretudo o Parlamento, o recurso público. A pessoa paga imposto com dificuldade e precisa ver o imposto dela sendo bem aplicado, e não sendo gasto em mordomias. Quer dizer, talvez a vinda do Norberto, ela possa aquietar essas nossas dúvidas. E é por isso, então, que eu encaminho favoravelmente à votação dos dois requerimentos, que sugerem a vinda do Norberto aqui, na CPMI.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Obrigado, Deputado Índio. Só tem um parlamentar inscrito para falar, para fazer encaminhamento, que é o ilustre Deputado mineiro João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
– Obrigado, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Vai falar pelo bloco PMDB, PTC, PSC.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
– Serei breve. Que queria apenas rebater o que disse o Deputado Índio. O Senhor José Aparecido esteve aqui na CPI e, mesmo protegido por HC, respondeu a todos os questionamentos, que não foi o caso do Senhor André, que, baseado em informações dele, nós não podemos convocar ninguém para vir a essa CPI, uma vez que ficou caracterizado que ele mentiu para essa CPI. E, até o momento, Senhora Presidente, não paira nenhuma dúvida sobre a honestidade, sobre a integridade do Senhor Norberto Timóteo Queiroz. Por isso, nós, do PMDB, bloco PMDB, PTC e PSC, votamos contra a convocação do Senhor Norberto para vir a essa CPI.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Em votação. Senador Demóstenes Torres? Senador Antonio Carlos Júnior? Senador Marconi Perillo? Senador João Pedro? Senadora Marisa Serrano, João Pedro, que eu estou na Presidência, a Senadora pode exercer seu direito de voto. Então ela vai votar “sim”.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Não, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE: Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Senador Paulo Paim? Senador Wellington Salgado? Senador Almeida Lima?

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Não.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Senador Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Não.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Senador José Nery?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sim, Senhor Presidente, pela convocação imediata.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Senador Efraim Morais? Senador José Agripino? Senador Alvaro Dias? Renato Casagran-

de? Senador Marcelo Crivella? Senador Valter Pereira? Senador Valdir Raupp? [soa a campainha] Senador João Vicente? Srs. Deputados. Carlos Willian?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE: Luiz Sérgio?

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Passo a Presidência à Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)
– Não, não. A Legislação não permite. Eu pensei que Vossa Excelência já tinha terminado. Tem que ir até o final da votação.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Deputado Maurício Quintella? Nelson Meurer?

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Paulo Teixeira?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não, Excelência.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim, Excelência.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Augusto Carvalho?

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF) – Sim.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Vic Pires Franco?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sim.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Deputado Manato?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Deputado Silvio Costa? Deputado José Paulo Tóffano?

DEPUTADO JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP) – Não.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – João Magalhães?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Não, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Deputado Marcelo Guimarães? Deputado Marcelo Teixeira? Deputado Márcio Reinaldo? Deputado Nilson Mourão? Deputado Vicentinho?

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP) – Não, Senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Deputado... Agora terminou, aqui. Deputada Perpétua Almeida? Deputado Severiano Alves? Encerramos a votação. Vamos apurar os votos. Doze votos “não” e seis votos “sim”, rejeitado o Requerimento, os dois Requerimentos.

(troca de presidência.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Continuando a pauta de votação. Item nº. 4. Requerimento nº. 253, requer a convocação do Senhor Marcelo Veloso Nascimento, assistente de auditoria da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, para prestar depoimento nessa CPMI. A autoria do Deputado Vic Pires Franco, a quem passo a palavra para justificar o seu Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, como eu apresentei com o Deputado Índio, eu gostaria que ele fizesse o encaminhamento, até porque na semana passada eu não estava aqui, e ele tem muito mais condições de fazer esse encaminhamento, se Vossa Excelência permitir.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Muito obrigado.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, nós continuamos atrás de informações. O Marcelo Veloso, ele, como assistente de auditoria da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, envolvido com a formatação, o desenvolvimento desse dossiê, a gente gostaria de poder ouvi-lo. Já foi derrubada, aqui, a acareação entre o André e o Aparecido. Acabou de ser derrubada a possibilidade do Secretário da Presidência vir aqui, Secretário da Administração da Presidência da República, que é o Norberto Timóteo.

Cada vez mais a população brasileira fica menos informada; cada vez mais o Governo atropela a democracia; cada vez mais dificulta com que as informações; elas fiquem transparentes; aqui; portanto; a vinda do Marcelo Veloso; ela é fundamental para que a gente consiga abrir mais essa caixa-preta dessa formação, dessa divulgação, enfim, desse dossiê. É por isso, Senhora Presidente, que nós requeremos a vinda dele aqui na CPMI.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Índio.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Para encaminhar, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Encaminhamento dos partidos ou blocos. O Deputado Carlos Willian para encaminhar pelo PMDB, PSC, PTC.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, nós não podemos, aqui, num encaminhamento positivo que acabamos de ouvir sobre o Requerimento, dizer que é o que a população brasileira quer. Ninguém, aqui, tem procuração para falar em nome da população brasileira. Tem, no máximo, que falar em seu eleitorado, ao seu Estado, seus parentes, etc. Porque, se não, estaria julgando quem está contrário ao Requerimento de forma discriminada. Portanto, a nossa convicção é a mesma. A oposição não trabalhou, os autores dos requerimentos, ao invés de procurar onde estão os erros, insiste em buscar a Presidência da República, porque isso pode lhes trazer um holofote. Eles não buscaram resolver e nem buscaram os erros que existem dentro dos cartões corporativos.

Portanto, Senhora Presidente, esse e todos os requerimentos que tratam de convocação de funcionários ligados diretamente à Presidência da República são eleitoreiros. Portanto, nós somos contra este Requerimento e todos que sejam nesse sentido.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelo PT, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Só para encaminhar, voto “não”, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelos Democratas, voto conhecido. Pelo PSDB. Encaminhamento Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, sim. Pelo encaminhamento favorável à votação do Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelo PDT? PSOL... PPS?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Senhora Presidente?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sim. Pelo PSOL?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Senhora Presidente, o Senhor Aparecido, num dos raros momentos de objetividade e informação prestadas a esta CPI, disse, textualmente, que foi o Senhor Marcelo Veloso que lhe repassou [soa a campainha] aqueles dados, ou dardos, né? Banco de dardos ou de dados, seletivo, com o suprimento de gastos e fundos do Governo FHC, que ele, até o Senhor Aparecido, não considerava sigilosos. Então, obviamente, ouvir, aqui, um assistente da auditoria da Secretaria de Controle

Interno da Presidência é extremamente importante para o trabalho da CPI e para o seu objetivo maior, que eu reconheço que vá além... vai além dessa questão muito suspeita do dossiê ou do banco de dados. Ele pode informar, inclusive, para a gente fazer propostas muito saudáveis e transparentes para evitar gastos extravagantes com cartão corporativo, praticado pelos governos, no plural. Então, não há por que o Marcelo Veloso não vir aqui. É bom para a CPI, é bom para o nosso trabalho. Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Vamos iniciar a votação nominal. Deputado Carlos Willian?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Luiz Sérgio?

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marcelo Melo?

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Maurício Quintella? Nelson Meurer?

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Teixeira?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho?

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vic Pires Franco?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Manato?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Silvio Costa? José Paulo Tóffano? João Magalhães?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Severiano Alves? Perpétua

Almeida? Edson Duarte? Senadores. Demóstenes Torres? Antonio Carlos Júnior? Marconi Perillo? João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Paim? Wellington Salgado? Almeida Lima? Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery? Efraim Moraes? José Agripino? Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Flexa Ribeiro? Renato Casagrande? Marcelo Crivella? Valter Pereira? Valdir Raupp?

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP) – Senhora Presidente, consigno meu voto, porque o Nilson Mourão não está presente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vicentinho?

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Todos, menos um, só um, Maurício Quintella Lessa, que não está presente do bloco. E votou o João Magalhães, que é o primeiro. Depois do João Magalhães. Vossa Excelência é o sexto.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP) – Obrigado, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Por quatro a 11, o Requerimento foi rejeitado. Requerimento 257.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O 256 está... Primeiro que está na nossa folha do nosso portal, para todos. E Vossa Excelência tinha retirado. Ou não?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então o 256. Requer a remessa do depoimento prestado a essa CPMI–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não foi aprovado, Presidente? Eu entendi que esse já foi aprovado, que era só–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – é, eu também achei, mas o–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – O relator, inclusive, falou que já foi para lá, que é público esses dados.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É. Já foi, mas ele quer, não tem problema. Requer a remessa do depoimento prestado a essa CPMI pelo Senhor André Eduardo Fernandes à Polícia Federal. Aqueles que concordam permaneçam como se acham.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, da licença, Senhora Presidente. É um Requerimento de minha autoria, eu quero fazer o encaminhamento dele como autor.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não? Vossa Excelência tem todo o direito. A senhora disse–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Índio, ele já falou, mas ele quer falar novamente, não há problema. É um direito que lhe cabe.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Eu não falei, Senhora Presidente. Eu vou responder duas questões. Eu tenho cinco minutos. Primeiro, eu havia encaminhado erradamente o número do Requerimento para fazer inversão de pauta e colocá-lo em primeiro. Aí, a senhora reconsiderou o número e passou a ser o Item 2 da pauta como o primeiro. Foi essa a confusão. Segundo, a senhora disse que não sabe por que é que eu quero mantê-lo em votação. Eu respondo à senhora. Porque faz parte do Requerimento, é um Requerimento que seguiu seu trâmite normal, foi pautado e ele está na pauta, e eu gostaria de fazer o encaminhamento dele.

Primeiro, porque o Senhor José Aparecido Pires veio a essa CPI e prestou todos os depoimentos. Em determinado momento, o Senhor André Eduardo Fernandes disse a essa CPI que não tinha falado tudo na Polícia Federal. Mesmo que estes depoimentos, aqui, sejam públicos, estejam na página da internet, todo mundo já assistiu, tomou conhecimento, mas eu não poderia me furtar em fazer este Requerimento para que ele fosse encaminhado, com as notas taquigráficas e a gravação, para a Polícia Federal, porque eu entendo que a Polícia Federal errou quando indiciou somente, propôs indiciamento somente do Senhor José Aparecido Pires. Portanto, esses documentos têm que chegar de forma oficial à Polícia Federal, para que ela possa rever o seu posicionamento e ver que o Senhor André Eduardo Fernandes mentiu nessa CPI. Em ver que o Senhor André Eduardo Fernandes confessou que não falou tudo na Polícia Federal, e com certeza mostrar que o pivô desse mal entendido todo que hoje

tem no país foi ocasionado pelo Senhor André Eduardo Fernandes.

Portanto, é necessário o encaminhamento oficial, Senhor Relator. Que o senhor quis dizer que já é do conhecimento no portal da Câmara. Várias posições, aqui, são colocadas, mas, no entanto, nós temos que fazê-las oficialmente. Portanto, eu solicito a aprovação para que esses documentos sejam entregues oficialmente ao Senhor Delegado para serem analisados, porque eu tenho certeza que ele vai rever a posição embasada dentro dos dados e, com certeza, vai propor, também, o indiciamento do Senhor André Eduardo Fernandes.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, pela ordem. Apenas para saber, por parte do requerente, um esclarecimento: se seria possível a inclusão da remessa também do depoimento do José Aparecido, uma vez que o que se busca é a verdade e todos os depoimentos são importantes. Ambos são importantes.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Olha, com o todo respeito que eu tenho pelo nobre colega, o Requerimento é para encaminhar o do Senhor André Eduardo Fernandes.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Eu perguntei se Vossa Excelência autorizaria da remessa também do depoimento–

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Sem dúvida nenhuma.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Então esse é o adendo que eu sugeriria. Porque eu acho que é importante para a própria Polícia Federal.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em votação o Requerimento. Requerendo a remessa ao depoimento prestado a essa CPMI pelos senhores André Eduardo Fernandes e José Aparecido à Polícia Federal. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. Requerimento 257 e 260. Não, 257 e 259. Requer a convocação do Senhor Marco Pólo para prestar depoimento nessa CPMI. Com a palavra o Deputado Chico Alencar. Aqui na lista já migrou Senador Chico Alencar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Não sei se isso é uma premonição. [soa a campainha] Mas a minha única aspiração é exercer bem esse mandato de Deputado que o povo do Rio me concedeu. E, por isso, fiz essa proposta. Aliás, similar a do Senador Flexa Ribeiro. Senador Flexa não tem sido muito lépido como as flechas. Raramente o vejo aqui. Por que o Senhor Marco Pólo? Em face de uma gritante contradição externada pelos depoentes André Fernandes e José Aparecido, na quarta-feira passada, aqui, perante todos nós. Essa importante conversa no clube naval, o

almoço que tiveram, e obviamente onde conversaram sobre essas questões todas, foi testemunhada por duas pessoas: o Senhor Nélcio Lacerda e o Senhor Marco Pólo. É verdade que o Senhor José Aparecido disse que não se recordava bem dessa quarta pessoa, mas admitiu que poderia estar no almoço. Às vezes a memória falha. Mas, de qualquer forma, é também verdade que o Senhor André Fernandes disse que algum assunto capital poderia ter sido tratado quando eles, na hora do almoço, tivessem se dirigido ao banheiro. Quer dizer, dentro daquela postura de não confirmar muitas coisas. Daí a importância fundamental do Senhor Marco Pólo, para falar se houve menção ao nome da Ministra da Casa Civil, à Senhora Erenice, à Senhora Marisol; enfim, mais dados que eles não nos trouxeram aqui. Portanto, de novo, é um Requerimento elementar para a boa inquirição, para a boa investigação nos marcos dessa Comissão Parlamentar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Gostaria de consultar os Srs. Deputados e Senadores se alguém quer encaminhar pelo seu partido.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Pelo bloco do PMDB.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelo bloco do PMDB, João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Senhora Presidente, ficou muito claro, aqui, no depoimento do Senhor José Aparecido que nesse almoço não foi ventilado nenhum assunto pertinente a esse assunto de dossiê, de banco de dados. Então, nós achamos impertinente a convocação do Senhor Marco Pólo e nós do bloco votamos contra esse Requerimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Votação. Deputado Carlos Willian?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Luiz Sérgio? Deputado Marcelo Melo? Deputado Maurício Quintella? Deputado Nelson Meurer?

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marcelo Melo, não. Deputado Paulo Teixeira? Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho? Vic Pires Franco?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Manato?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Silvio Costa? José Paulo Tóffano?

DEPUTADO JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – João Magalhães?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Não, Senhora Presidenta.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Chico Alencar?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Severiano Alves? Perpétua Almeida? Senadores. Demóstenes Torres? Antonio Carlos Júnior? Marconi Perillo? João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Paim? Wellington Salgado? Almeida Lima?

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery? Efraim Moraes? José Agripino? Alvaro Dias? Flexa Ribeiro? Renato Casagrande? Marcelo Crivella? Valter Pereira? Valdir Raupp? [soa a campanha] Por 12 a três, os requerimentos foram rejeitados. 258 e 260. Requer a convocação do Senhor Nélcio Lacerda para prestar depoimento nessa CPMI. Senador Flexa Ribeiro e Deputado Chico Alencar. Deputado Chico Alencar, para encaminhamento, para justificativa.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Senhora Presidente, novamente a busca da elucidação da conversa tida nesse almoço entre Senhor André

Fernandes e Senhor José Aparecido. É verdade que o Senhor José Aparecido declarou, aqui, que eles nada falaram nesse almoço sobre o dossiê, sobre o **e-mail**, sobre a Senhora Erenice, muito menos sobre a Senhora Dilma. Por outro lado, o Senhor André declarou que, no almoço, o Senhor Aparecido, muito nervoso, além de citar essas pessoas todas como elaboradoras do dossiê ou do banco de dados seletivo, só sobre um período da administração da Presidência da República, confirmou tudo. E o Senhor Nélcio Lacerda era o mediador, o promotor, o amigo comum.

Portanto, também nesse objetivo de fazer a boa inquirição e chegar a bom termo nos trabalhos da CPI, nós estamos propondo que venha aqui trazer as suas informações. Às vezes, quem não é funcionário graduado ou tem grandes vínculos políticos pode ser mais sincero, coisa de que essa CPMI tem carecido no que se refere aos depoentes.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu agradeço. Eu queria sugerir o encaminhamento pela base. João Magalhães?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Sim, Senhora Presidente. Pelos mesmos motivos que nós rejeitamos o Requerimento anterior, também rejeitamos esse Requerimento. O bloco vota não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A oposição? Deputado Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Votação. Carlos Willian?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Luiz Sérgio?

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marcelo Melo? Maurício Quintella? Nelson Meurer?

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não, Senhora

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Teixeira?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Não, Excelência.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim, Excelência.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho? Vic Pires Franco? Manato?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Silvio Costa? José Paulo Tóffano? João Magalhães?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marcelo Guimarães? Marcelo Teixeira? Márcio Reinaldo Moreira? Nilson Mourão? Vicentinho?

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP) – Não, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Chico Alencar?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Severiano Alves? Perpétua Almeida? Senadores. Demóstenes Torres? Antônio Carlos Júnior? Marconi Perillo? João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Presidente, não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Paim? Wellington Salgado? Almeida Lima?

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery? Efraim Moraes? José Agripino? Alvaro Dias? Flexa Ribeiro? Renato Casagrande? Marcelo Crivella? Valter Pereira? Valdir Raupp? Por 12 a três, os requerimentos foram rejeitados. O último Requerimento desta Sessão nossa é o Item nº. 11, o Requerimento 261. Requer, em caráter de urgência, que seja convocada para depor nessa CPMI a Senhora Maria de La Soledad Barro Castrillo, chefe de gabinete da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, a fim de, no prazo de 24 horas, prestar esclarecimentos sobre a elaboração da planilha da qual constou gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e da ex-primeira-dama Ruth Cardoso. [soa a campanha] De autoria dos Deputados

Carlos Sampaio e Índio da Costa. Deputado Índio, para a justificativa, depois. Deputado Carlos, primeiro.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) –

Na verdade, Senadora, eu pedi, até, aqui, a ciência do Deputado Índio. A gente está vendo que está com uma dificuldade muito grande de aprovar qualquer Requerimento de convocação para essa CPMI. Como a Senhora Maria Soledad, segundo informações da Polícia Federal, foi quem elaborou o documento com aquele formato, que eu insisto, com as duas colunas: número de folhas e observações, que nada têm a ver com o dado oficial, até porque se dado oficial fosse não poderia constar dos arquivos da Presidência uma planilha com esse tipo de informação, onde se contém uma observação que só vale para quem confeccionou o documento. Em razão disso, eu transformaria o pedido num ofício, que ela respondesse, no prazo de 24 horas, qual o papel que lhe coube.

Portanto, eu pediria um ofício de informações: qual o papel que lhe coube nessa elaboração do documento, uma vez que a Polícia Federal disse que ela deu o formato, e, até o presente momento, nós não ouvimos nada sobre ela? Ela pode simplesmente dizer que é um banco de dados e ela realmente participou ou não. Então, eu transformaria num pedido de informações e pediria aos nobres pares que nós pudéssemos votar como informações, e não como um... um Requerimento de informações, e não como um Requerimento de convocação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Pela ordem, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Modificada, então, a proposta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Se houver concordância, Senhora Presidente.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Espera aí, Senhora Presidente, eu só gostaria–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria apenas que deixasse terminar a minha [ininteligível]. Com a proposta de modificação dos autores Deputados Carlos Sampaio e Índio da Costa, para que não seja um Requerimento de convocação, mas sim de informações. Para que seja... Essas informações cheguem a essa CPMI no prazo de 24 horas. Então está... Para encaminhamento da proposta dos Deputados Índio e Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Espera só um segundinho, Dr. Gostaria de encaminhar, aqui.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelos Democratas, Deputado Índio.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Obrigado. A dificuldade clara que nós estamos tendo, aqui, de aprovar os requerimentos faz com que a criatividade, ela nos ajude a encontrar meios. E essa sugestão do Deputado Carlos Sampaio, que foi imediatamente aceita por mim, ela é uma sugestão muito inteligente. Porque o nosso objetivo, aqui, não é tão somente ter as pessoas sentadas aqui nos informando, mas ter as informações, inclusive porque o relatório das sub-relatorias está sendo feito, na verdade, a gente já tem ele praticamente pronto, só aguardando essas votações de hoje, saber se vem mais alguém, aqui, se não vem, aqui. E, vindo a informação por escrito, nós poderemos incluir no nosso relatório para sugerir ao relator Luiz Sérgio as informações referentes a esse caso. Ela é o elo perdido dessa história toda. Ela foi quem deu o formato, ela estava na reunião. Segundo os depoimentos, aqui, ela coordenou esse processo. Então, se puder vir por escrito será muito positivo para a CPMI.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Bloco PMDB, PSC e PTC. Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, quando eu interfeiri na palavra de Vossa Excelência é que a senhora disse que a proposta está formulada. Ela não está formulada. Ela poderá ser formulada, reformulada, se houver a aquiescência e a votação–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não. Foi reformulada, sim. O Deputado Carlos Sampaio e o Deputado Índio reformularam, e não é mais uma convocação. É um Requerimento de informação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Só se tiver concordância do Plenário que ela pode ser reformulada, Presidente, mas vamos deixar isso para depois.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Olha, Senhora Presidente, se for o caso, e muita persistência, a senhora, como Presidente da CPMI pode fazer um ofício, pedindo seu envio em 24 horas e pronto. Não precisa o Plenário nem votar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhor Presidente, a palavra está comigo. Gostaria que a Senhora me garantisse a palavra.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ah, sim. Eu pensei que Vossa Excelência já tinha...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não. Eu não estou conseguindo. Senhora Presidente,

a oposição, de novo, apresenta uma argumentação frágil, apresenta uma forma desarticulada que não tem consciência nem o que quer; se quer um relatório, se quer a presença, não sabe o que quer. Nós já dissemos, aqui, e vamos voltar a dizer: o que a oposição quer é formar momento político, é criar crise política no Governo que está dando certo. Portanto, eles tentam de todas as artimanhas para buscar alguém da Presidência da República. E nós estamos atentos e já dissemos que o que é da Presidência da República, os dados que vocês estão querendo, são dados amparados pela lei, que são sigilo fiscal.

Portanto, nesse último Requerimento dessa Comissão, onde tenta-se convocar a Maria de La Soleidad, nós encaminhamos contra, assim também como encaminhamos contra a convocação da Senhora Erenice, da Senhora Dilma Rousseff e de todas as pessoas ligadas à Presidência da República. E, finalizando, Senhora Presidente, com esse último Requerimento, nós entregamos ao nobre relator a responsabilidade, que já lhe é regimental, em colocar em seu relatório todos esses nossos pensamentos que foram os nossos procedimentos, para que a população brasileira saiba, Senhor Relator, no seu relatório final, de que o que nós fizemos, aqui, foi simplesmente defender um Governo, defender de uma oposição, que, sob o título de uma CPI, ao invés de buscar, de aprofundar nos problemas verdadeiros, foram buscar sustentação em fatos políticos. Portanto, o nosso encaminhamento é não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pelo Partido dos Trabalhadores, Senador João Pedro? Pelos Democratas? PSDB já é voto conhecido. Deputado Manato, PDT? PSOL?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Senhora Presidente, os Deputados Carlos Sampaio e Índio da Costa moderaram a solicitação elementar. Trata-se, agora, apenas de uma resposta por escrito da Senhora Marisol, peça importante lá na Casa Civil, na Secretaria, como secretária de administração, para que ela responda, em 24 horas, algumas questões fundamentais. Afinal, temos informações, aqui, na CPI, de que a Senhora Erenice determinou a esta servidora que organizasse a força tarefa, ainda que informal, com dez componentes, para elaborar esse dossiê seletivo, esse banco de dados de um determinado período. Não aceitar isso vai autorizar qualquer pessoa a dizer que essa Sessão, aqui, de fato foi o velório da CPI, das investigações. E, claro, não foi por decisão unânime. Há aqueles que acham que há investigações ou informações em apenas 24 horas que podem enriquecer o relatório final. Recusar-se até a isso é ser mais realista que o rei. É um tipo de postura que depõe contra a própria CPI. Nosso voto é sim, obviamente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. PV? Em votação, Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Luiz Sérgio?

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marcelo Melo? Maurício Quintella? Nelson Meurer?

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Teixeira? Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho? Vic Pires Franco?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Manato? Silvio Costa? José Paulo Tóffano? João Magalhães?

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG) – Não, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marcelo Guimarães? Marcelo Teixeira? Márcio Reinaldo Moreira? Nilson Mourão? Vicentinho? Chico Alencar?

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Sim.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Severiano Alves? Perpétua Almeida? Senadores. Demóstenes Torres? Antonio Carlos Júnior? Marconi Perillo? João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Não, Senhora

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Paulo Paim? Wellington Salgado? Almeida Lima? Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery? Efraim Moraes? José Agripino? Alvaro Dias? Flexa Ribeiro? Renato Casagrande? Marcelo Crivella? Valter Pereira? Valdir

Raupp? Por 12 “não” e três “sim”, o Requerimento de informação foi rejeitado. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada essa reunião, e eu enviarei aos gabinetes de todos os Senadores e Deputados os próximos passos da CPMI.

Sessão encerrada às 13h08. – Senadora Marisa Serrano

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CPGF (CARTÕES CORPORATIVOS) POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, DENOMINADOS ECÔNOMOS.

Ata da 16ª Reunião de 2008

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião de 2008, realizada em 28 de maio do ano corrente, às 13 horas e 30 minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos (as) Senadores (as) – **Marisa Serrano (PSDB) – Presidente, João Pedro (PT), José Nery (PSOL), Flexa Ribeiro (PSDB), Valdir Raupp (PMDB);** e dos Deputados: **Luiz Sérgio (PT) – Relator, Maurício Quintella Lessa (PR), Nelson Meurer (PP), Paulo Teixeira (PT), Carlos Sampaio (PSDB), Vic Pires Franco (DEM), João Magalhães (PMDB), Nilson Mourão (PT), Índio da Costa (DEM) e Perpétua Almeida (PC-do-B).** Na oportunidade foram apresentados os Relatórios Parciais da Sistematização e de Fiscalização de Gastos pelos Relatores Parciais, Deputados Carlos Sampaio e Índio da Costa, respectivamente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Havendo número regimental declaro aberta a 16ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/08 com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF, cartões corporativos, por integrantes da administração pública federal denominados ecônomos. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 15ª reunião da Comissão. Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apresentação dos Relatórios parciais de sistematização e de fiscalização de gastos. Os relatores parciais são os Deputados Carlos Sampaio e Índio da Costa, respectivamente. Portanto quero convidar o Deputado Carlos Sampaio e o Deputado Índio para sentarem aqui à frente para que possam fazer a leitura de seus Relatórios. Quero informar a todos que o Sr. Relator fará a leitura do seu Relatório final no dia... Na

terça-feira, dia 3, às 10h00 da manhã. Depois de um tempo de vistas, que a Mesa regimentalmente tem a obrigação de colocar à disposição dos Srs. Deputados e Senadores, nós faremos a votação do Relatório final e se houver Relatórios paralelos também serão colocados em votação. Portanto, a palavra com o Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)

– Senhora Presidente, Sr. Relator, ilustres membros desta Comissão, eu quero inicialmente pedir desculpas pelo meu atraso, obviamente involuntário, e dizer que alguns dos membros desta CPI, já no corredor, comunicaram que foram assinar suas presenças em suas respectivas comissões e voltam para cá.

Passo à leitura do Relatório parcial que, desde já esclareço, foi feito conjuntamente com o Deputado Índio da Costa. Essa primeira parte do relatório se refere à parte que me coube, a parte da sistematização, que contou, evidentemente, com a inestimável ajuda do próprio sub-relator Índio da Costa, e a parte seguinte que será lida por ele, evidentemente com uma pormenorização muito menor dos dados porque se refere à fiscalização de gastos, enquanto a nossa sub-relatoria refere-se tão-somente à parte de sistematização. Nem por isso deixamos, como V.Exas. poderão reparar, de fazer as sugestões também no âmbito da sistematização, sugestões essas sempre visando e aqui faço esse registro ao Sr. Relator, o aprimoramento do uso, o aprimoramento no uso dos cartões corporativos. Passo à leitura do relatório parcial.

O cartão corporativo, criado no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso é sem dúvida um importante instrumento de gestão que utilizado de forma adequada desburocratiza e traz eficiência à máquina administrativa. Eu informo a todos inclusive que a minha assessoria já está providenciando as cópias para que sejam entregues. Vai entregar a de ambos, então. Serão entregues a de ambos. Então, a afirmação sobre a importância do cartão corporativo vinha escudada na constatação de que os gastos públicos antes da criação do cartão eram comprovados através de notas fiscais que, quando apresentadas, não raras vezes, geravam dúvidas quanto a veracidade de seu conteúdo. Com o advento dos cartões os valores, efetivamente gastos por seus portadores, passaram a constar das faturas dos mesmos trazendo transparência aos gastos públicos.

Todavia, com o passar dos anos o que vimos foi um aumento injustificado do número de cartões corporativos e um crescimento exponencial no que tange aos gastos realizados com esses mesmos cartões. **Vejamos**, em 2002 3.6 milhões, em 2003 4.8 milhões, em 2004 14.1 milhões, em 2005 21.7 milhões, em

2006 33 milhões, em 2007 75.6 milhões. Importante ressaltar desde já que o Governo Federal no ano 2007 gastou esse montante de 75.6 milhões com o uso de cartões corporativos, ou seja, sem qualquer processo licitatório, e o que é pior, na sua maior parte, através de valores sacados em espécie na boca do caixa. No período anterior à instalação da CPMI e mesmo durante seus trabalhos, a atual administração buscou justificar o aumento desses gastos alegando que tal elevação decorreria da substituição paulatina das chamadas contas tipo B pelos cartões corporativos de pagamento do Governo Federal. Se isso de fato tivesse ocorrido, esse aumento estaria justificado e bem justificado, pois a substituição total das contas tipo B pelo CPGFs traria um enorme ganho para a administração particularmente, repita-se, no quesito transparência. Porém na prática, apesar de identificar essa não identificamos uma diminuição dos gastos com contas tipo B proporcional à elevação dos gastos com os cartões corporativos. Mas não só o aumento do número de cartões e a elevação de seus gastos chamaram atenção de parlamentares e da imprensa ao longo dos últimos anos. A constatação de que os cartões estavam sendo utilizados de forma indevida, ou seja, na modalidade de saque, também causou estranheza. Explico. A transparência decorrente das faturas nas quais constavam as despesas efetuadas, bem como dia e local da compra deu lugar à obscuridade na medida em que os pagamentos em espécie voltaram a ser comprovados com notas fiscais de origem muitas vezes duvidosa. Essa irregularidade foi constatada também pelo Tribunal de Contas da União, que ao analisar os processos de prestações de contas entre os anos de 2003 e 2005, verificou que do total de gastos desses anos, aproximadamente 60% se deu através de saques realizados na boca do caixa. Importante ainda lembrar que este subscritor, ainda no final de 2003, representou junto à Procuradoria da República do Distrito Federal visando apurar todo tipo de irregularidade que vinha sendo praticada através do manuseio dos cartões corporativos. Tal a evidência da prática de atos de improbidade administrativa, que a Procuradoria Geral do Distrito Federal, na data de 23 de janeiro do corrente ano, determinou a abertura de inquérito civil para posterior proposição de ação por atos de improbidade.

Registro ainda que a preocupação com o uso indevido dos cartões fez com que durante o período compreendido entre os anos de 2003 e 2007, muitos fossem os requerimentos de parlamentares da oposição solicitando informações sobre os referidos gastos. Em janeiro de 2008 tais irregularidades vieram à público e ganharam notoriedade quando vieram à luz gastos peculiares e irregulares por parte de integrantes

do Governo Federal. Porém, foram as análises do TCU aquelas feitas pela Procuradoria da República do Distrito Federal e pela própria imprensa que ensejaram a apresentação por parte deste sub-relator do pedido de instalação desta CPMI que ocorreu no dia 11 de março de 2008. Esta Comissão, portanto, foi instalada com o objetivo maior de apontar os desvios do uso... No uso dos cartões corporativos do Governo Federal e de apresentar alternativas concretas para dar um fim ao uso irregular e indiscriminado desses cartões.

Dos procedimentos. Para a apuração dos fatos, diversos foram os procedimentos adotados por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Com a aprovação de requerimentos apresentados por diversos membros desta Comissão, foram realizadas oitivas de testemunhas e milhares de documentos foram examinados. É certo que a não aprovação de alguns requerimentos que entendíamos imprescindíveis para aprofundarmos as investigações dificultou em parte o nosso trabalho sem, contudo, comprometê-lo. Durante todo esse período foram tomados os depoimentos de várias testemunhas. E nesse período requerimentos de informações foram votados e aprovados. Face à aprovação desses requerimentos de informações a CPMI recebeu inúmeros documentos para análise. Aproximadamente 2500 caixas. Sendo que a dimensão quantitativa desses dados foi responsável pela criação, no âmbito desta Comissão, das sub-relatorias de sistematização, de fiscalização de gastos, de aperfeiçoamento Legislativo e de controle de mecanismos de auditoria. Coube a este sub-relator, a responsabilidade de sistematizar os trabalhos desta Comissão e o resultado de nossas atividades apresentamos abaixo.

Da sistematização. O objetivo maior deste sub-relator foi de organizar por critérios de forma objetiva os dados encaminhados à CPMI e, principalmente, proporcionar àqueles que farão uso desses elementos uma maior facilidade na consulta de documentos e informações. Diante da quantidade de documentos, apresentamos na elaboração deste Relatório parcial... Apresentados na elaboração deste Relatório parcial procuramos agrupar as informações recebidas da seguinte forma: Número 01. Relatório gerencial de todas as informações. Todos esses documentos aqui requeridos se encontram em anexos ao relatório subscrito por mim e pelo Deputado Índio da Costa. Relatório gerencial de todas as informações. Esse primeiro relatório constante dos documentos anexos teve o propósito de apresentar a todos interessados, e em especial ao Sr. Relator Deputado Luiz Sérgio, uma visão geral das informações e documentos recebidos pela CPMI. Sua elaboração buscou, portanto garantir aos integrantes desta Comissão que os integrantes desta Comissão

tivessem uma visualização lógica e sistematizada dos documentos recebidos de forma a possibilitar um acesso mais simplificado dos dados trazidos à nossa apreciação. Levantamento dos tipos de compras realizados com cartões na modalidade saque. Com a consolidação das informações constantes dos documentos anexos, apontamos todo tipo de compra realizado através de saques no Brasil e no exterior.

De outro lado, identificamos também as localidades onde tais saques se deram inclusive aqueles realizados aos sábados e domingos. Na primeira tabela onde constam os saques realizados em moeda estrangeira, verificamos que os saques realizados por agentes supridos, lotados no Departamento de Administração interna do Ministério da Defesa e da Secretaria de Administração da Presidência da República se deram de forma comedida. Todavia, no que tange às outras localidades, e aqui me refiro ao Brasil, onde foram realizados os saques percebemos que muitas vezes os agentes supridos utilizaram-se indevidamente dos saques, pois poderiam ter utilizado na modalidade pagamento, entenda-se, fatura.

Essa conclusão decorre, por exemplo, do fato de muitos desses saques terem sido realizados em Brasília, ou seja, no local em que o servidor trabalha e é domiciliado. Logo, nesses casos não havia qualquer motivo justificável para o agente suprido ou ecônomo não valer-se do cartão na sua modalidade fatura. Aliás, muitos foram os ecônomos que de diferentes unidades gestoras, para nossa surpresa, utilizaram-se do cartão exclusivamente na modalidade saque como se verifica na relação abaixo. Aqui relaciono quatro servidores que só utilizaram na modalidade saque, o cartão corporativo, e nenhum deles de Agência ou daqueles órgãos que se justificam que os saques sejam feitos. Essa ocorrência corriqueira e irregular foi inclusive apontada no processo do Tribunal de Contas, TC 001110/2004-0 apenso ao TC 001126/2004-0 de 23 de novembro de 2004 através do acórdão 1783/04 que recomendou expressamente no Item 9.2.3 atenção para o caráter excepcional da realização de saques de recursos da conta única conforme previsto no Item 261 da macrofunção 021134 do manual SIAF. Embora como se pode constatar desse acórdão de 2004 a recomendação expressa do TCU tenha sido no sentido de que as despesas fossem, de que os saques fossem realizados somente em casos excepcionais, a administração pública simplesmente ignorou-a. A título de exemplo, citamos o caso do servidor Fernando Hélio da Silva, constante da tabela acima que efetuou os gastos ali mencionados na modalidade saque no período compreendido entre os dias 16 de março de 2004 e 19 de dezembro

de 2007. Ora, se referido agente suprido usou seu cartão exclusivamente para saque inclusive no ano de 2007, claro está que a unidade gestora, UG à qual ele está vinculado, simplesmente desconsiderou a orientação feita pelo Tribunal de Contas no ano de 2004. Recomendamos, e a primeira recomendação nesse caso, que a UG do Ministério do Desenvolvimento da Indústria Comércio e Comércio Exterior seja notificada a não mais adotar este tipo de procedimento, ou permitir que ele seja praticado. No acórdão a que me referi acima, o TCU também recomendou também que: Um. Esse procedimento de saque depende de prévia autorização do ordenador de despesas. Dois. A autorização deve ser devidamente formalizada, explicitando seus fundamentos que a justificaram. Três. A respectiva despesa deve ser liquidada previamente, não se justificando o uso ordinário da conta saques a classificar. Por essas razões temos que o Governo Federal ao invés de permitir os saques para todos os cartões até o limite de 30%, artigo 45 parágrafo sexto inciso II do artigo 370 de primeiro de fevereiro de 2008 da lavra do Sr. Ministro Paulo Bernardo, repito, ao invés de permitir os saques para todos os cartões até o limite de 30%, deveria simplesmente abolir essa prática, limitando os saques tão-somente a casos excepcionais e específicos constantes de uma nova Portaria a ser editada pelo mencionado Ministério e sempre respeitando procedimento acima recomendado pelo Tribunal de Contas da União.

Levantamento dos tipos de compra realizados na modalidade pagamento. Ou seja, fatura. Neste tópico consolidamos as seguintes informações. Primeiro. Compras realizadas em dólares. Documentos anexos. Quantas compras em dólares verificamos uma grande movimentação parte das universidades federais de Brasília, São Paulo e do Paraná. Infelizmente no tocante aos demais órgãos do Governo Federal não tivemos tempo suficiente para analisar esses tipos de gastos e nem mesmo de aferir a pertinência do mesmo. Todavia, o certo é que os documentos enviados a esta Comissão, e eu me refiro aos das universidades, e os fatos noticiados pela imprensa já são suficientes para recomendarmos ao Ministério do Planejamento que nessa nova Portaria sejam fixados valores limites Sr. Relator, a serem cumpridos pelos ordenadores de despesas para gastos no exterior. Para tanto, deverá considerar obviamente o tipo de viagem e o tempo da mesma. Em suma, não podemos permitir que nessas ocasiões de viagem ao exterior o valor a ser gasto seja definido pelo próprio portador, pois tal procedimento daria a este uma indesejável discricionariedade. No caso específico da UNIFESP, a questão foi ainda mais grave, pois além de constatarmos que ele usou de

forma abusiva o cartão corporativo, isso foi noticiado por toda a mídia, descobrimos que ele é o ordenador de suas próprias despesas. Tal conduta eticamente questionável ofende ainda o princípio da segregação de funções. Recomendamos que, portanto neste caso, como medida preventiva a ser adotada, que o Ministério do Planejamento determine a imediata suspensão do credenciamento do Sr. Ulysses, respectivo Reitor, até que se finalize o procedimento administrativo que deverá ser instaurado pela Controladoria-Geral da União. Este é um caso que dentre tantos outros deveria constar da nova Portaria como sendo passivo de punição com o descredenciamento definitivo de seu titular e com aplicação de uma multa a qual o servidor seria obrigado a restituir em dobro o valor gasto indevidamente. Todas essas, Sr. Relator, são sugestões que vêm identificadas com o número porque são sugestões para serem incorporadas ao Relatório de V.Ex^a. Aliás, a nossa recomendação é que todas as vezes que restar comprovado que o portador de cartão corporativo utilizou de forma indevida seja ele obrigado a restituir em dobro aos cofres públicos o valor que gastou.

Nos estabelecimentos escolhidos para aquisição de bens ou serviços por cada agente suprido. A nossa sub-relatoria, Deputado Paulo Teixeira, também fez uma divisão para melhor apreciação de todo os estabelecimentos que estão disponíveis para aquisição de bens aos agentes supridos. Quanto à variedade de estabelecimentos que podem ser escolhidos pelos agentes supridos, ou seja, pelos ecônomos, observamos que é bastante grande o número de empresas fornecedoras de um mesmo bem. Essa constatação, à princípio saudável, poderia contudo, possibilitar um indesejável direcionamento das compras a serem realizados. É certo, isso não se discute, que devemos partir da premissa de que o servidor age de boa-fé. Todavia, se isso não ocorrer como vamos saber se esse portador do cartão não está direcionando suas compras, por exemplo, para a loja de um seu amigo? Como vamos saber se esse bem que ele comprou não deveria ter sido adquirido em outra empresa que, inclusive, venceu licitação para fornecimento desse mesmo tipo de produto? Nesse particular recomendamos o envio deste Relatório parcial ao Ministério do Planejamento e até mesmo ao TCU, para que sejam realizados estudos que permitam medidas concretas para as questões aqui elencadas.

Pagamentos feitos por fatura, portanto, efetuados aos sábados e domingos. Foi um outro critério usado por essa sub-relatoria. Em relação a essas informações, constatamos de início um elevado consumo de bens e serviços durante os finais de semana. Para se ter uma idéia, no período compreendido entre os dias

20 do mês de julho de 2002 e 24 do mês de fevereiro de 2008, tais gastos somados totalizaram 1 milhão 578 mil e 58 reais. Aliás, cabe aqui um outro registro. É que infelizmente identificamos casos em que autoridades governamentais agendaram em seus estados de origem compromissos oficiais às sextas-feiras e, à pretexto de lá permanecerem todo final de semana, acabaram por utilizar nesses dias o cartão corporativo sem, contudo, terem qualquer justificativa oficial para o uso. Assim como no Item 2, que nos referimos anteriormente, estamos propondo que no tocante aos gastos de finais de semana o Ministério do Planejamento deve, abre aspas, abolir essa prática permitindo-a a tão-somente nos casos excepcionais e específicos constantes de uma nova Portaria a ser editada pelo mencionado Ministério e sempre respeitando procedimento acima recomendado pelo Tribunal de Contas da União. Ainda dentro desses gastos de finais de semana, chamou-nos atenção o elevado consumo de combustíveis por servidores dos mais variados órgãos. Sendo que em alguns casos identificamos uma discrepância injustificada entre os gastos semanais de um mesmo ecônomo. A nosso ver, esse tipo de gasto nos finais de semana também deveria, como regra, ser coibido. A exceção a essas regras deverá ser abordado no tópico específico denominado gastos com combustíveis que será lido pelo sub-relator de fiscalização de gastos.

Da identificação das empresas que efetuaram transações com cartões corporativos e que mantém contrato com o Governo Federal. Nesse tópico, levantamentos apresentados por essa sub-relatoria identificaram a existência de: Um. 452 estabelecimentos que têm sócios que são ou foram servidores. 473 sócios de estabelecimentos que são ou foram servidores. 109 órgãos que abrigam os sócios que são ou foram servidores, e 1104 portadores de cartões que efetuaram transações nesses 452 estabelecimentos. No período compreendido entre o final de 2002 e o início de 2008, essas empresas faturaram através de transações ocorridas com o uso de cartões corporativos 615 mil 423 reais. Já com relação aos contratos que essas mesmas empresas possuem com o Governo Federal, verificamos que no período compreendido entre 2003 e o início de 2008 o faturamento das mesmas foi de 651 milhões 137 mil 367 reais. Dos 473 sócios desses estabelecimentos que são ou foram servidores constatamos que 320 são sócios e trabalham no Executivo com cargo em Comissão. 134 são sócios e trabalham no Legislativo com cargo em Comissão, nove são sócios e já trabalharam no Executivo e no Legislativo, com cargo em Comissão. Três são sócios e servidores efetivos, sete são sócios e servidores efetivos do Executivo. Vê-se, portanto que existe um número

considerável de empresas que mantém relações contratuais com o Poder Público que tem no seu quadro societário sócio ou sócios que concomitantemente são ou foram servidores públicos. Essa constatação pode, sem dúvida, fazer com que nos deparemos, como de fato nos deparamos, com casos em que servidor sócio, valendo-se dessa sua condição, beneficiou a sua própria empresa. Em alguns casos esse portador efetuou saques e de posse desses recursos realizou repito, compras em sua própria empresa. Essa conduta no mínimo imoral ocorreu com o servidor Raimundo Luiz da Silva que trabalha no Hospital Universitário de Brasília e é sócio da empresa Gilvano elétrica Ltda M E. Referido funcionário, registre-se, sem nenhum constrangimento admitiu esse seu ato em entrevista nacional concedida à rádio CBN.

Com relação a esse caso específico, Sr. Relator, propomos que a unidade gestora na qual ele está lotado instaure, de imediato, processo disciplinar contra o mesmo nos termos do artigo 117 inciso IX da lei 8112 de 1990. Diz o artigo 117: Ao servidor público é proibido: Inciso IX, valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem em detrimento da dignidade da função pública. Registre-se por oportuno que o artigo 132 inciso XIII do mesmo estatuto legal, ou seja, da lei 8112 de 1990 prevê que comprovada a prática da mencionada falta disciplinar, ou seja, de que ele valeu-se de seu cargo para lograr proveito pessoal, o servidor será punido com a demissão. Um outro caso que configura em tese tráfico de influência refere-se ao da servidora Fátima Aparecida de Souza Maia de Queiroga, professora universitária da Fundação Universidade Federal de Rondônia, e sócia da empresa Micro Service Serviços de Informática Ltda. Ao analisarmos seu caso percebemos no histórico de sua empresa a existência de uma única transação realizada com cartão de crédito corporativo no valor de 60 reais, conforme quadro abaixo. Entretanto, quando a Senhora Fátima Aparecida ingressa no serviço público como professora universitária no ano de 2004 conforme se depreende do quadro abaixo, sua empresa passa a receber elevados valores autorizados no Orçamento Geral da União pelo processo ordinário de aplicação de despesas. Ela ingressa no ano de 2004, isso foi objeto de uma entrevista coletiva dada por mim e pelo Deputado Índio da Costa no serviço público. Até a presente data, ou seja, 2004, Senhora Presidente, a empresa da Senhora Fátima não tinha nenhum gasto efetivo executado com sua empresa. A partir do momento em que ela ingressa no serviço público em 2004 sua empresa teve ganhos do Poder Público no ano de 2004 da ordem de 391 mil e no ano de 2005 da ordem de 362 mil reais. Se notar que so-

mente após o seu ingresso no serviço público, no ano de 2004, é que sua empresa passa a firmar contratos com a União e a receber recursos orçamentários que, aliás, ultrapassam 390 mil reais. Além disso, ao detalharmos e aqui vem mais um fato bastante relevante, quais órgãos efetuaram as despesas acima mencionadas, identificamos que a unidade gestora na qual a professora está lotada foi responsável por significativa parcela do dispêndio público havido com a sua própria empresa. Ou seja, o local que ela trabalhava gastou só no ano de 2004, 123 mil reais dos 190 que o Governo Federal gastou com ela, registre-se gastos esses que somente ocorreram após seu ingresso no serviço público. Nesse caso estamos propondo, com relação à referida servidora, que a unidade gestora nos termos escritos acima instaure, de imediato, processo disciplinar contra a mesma nos estritos termos do artigo 117 inciso IX da lei acima referida. A liberdade de escolha dos estabelecimentos pelos agentes supridos, como já comentamos, nos motivou a recomendar estudos por parte do Ministério do Planejamento, a fim de se evitar que determinados servidores mal intencionados privilegiem certas empresas. Se isso é fato, claro está que devemos vedar terminantemente que sócios de empresas acumulem essa condição com a de servidor público, sejam portadores de cartões corporativos. Sim, pois a evidência e com muito mais razão esses servidores poderiam exercer o conhecido e nefasto tráfico de influência. Aqui faço um registro importante. Não se trata de retirar qualquer direito deste ou daquele servidor, trata-se isto sim de constatar-se que esse próprio sócio/servidor deve ter em mente que ao optar por acumular tais funções, a de sócio e de servidor deve ser o primeiro a compreender que em respeito ao princípio da transparência deve abrir mão dessa eventual prerrogativa de portar cartão corporativo. E essa é a 12ª sugestão que faço ao Sr. Relator.

Item 4. Da análise dos gastos sigilosos do TCU. Introdução. Durante o período de 30 dias realizamos uma série de visitas ao TCU no afã de analisar os gastos sigilosos realizados pela Presidência da República no período compreendido entre setembro de 2002 e julho de 2005, que esse foi o período auditado pelo Tribunal de Contas. Para tanto contamos com a inestimável ajuda dos técnicos do Tribunal de Contas que, designados para nos auxiliar, não mediram esforços para atender a todas as nossas demandas. Procuramos de forma meticulosa garantir a fidedignidade de todos os dados constantes deste Relatório, mas desde já fazemos consignar que face a exigüidade do tempo e a quantidade de documentos que tivemos que organizar e analisar admitimos que eventuais equívocos podem ter ocorrido. Registramos, contudo que esses

erros eventuais se ocorrerem não comprometem em nada o trabalho como um todo, pois em razão das precauções que tivemos de checar e posteriormente reanalisar todas as informações acreditamos que esses erros são desprezíveis em termos percentuais. Gostaríamos, todavia, desde já de isentar os analistas e auditores que nos auxiliaram de quaisquer responsabilidades, pois todas as informações aqui constantes foram por mim redigidas e sobre elas assumo total responsabilidade.

Por fim, consignamos que as planilhas que seguem abaixo não contem os dias e os locais que as compras foram efetuadas, bem como também não citam que tipo de compras foram realizadas, pois do entender da Casa Civil e do próprio Gabinete de Segurança Institucional, tais gastos são sigilosos. Portanto se qualquer integrante dessa CPMI quiser confirmar os gastos constantes das mencionadas planilhas poderão, com autorização da Presidente desta Comissão, Senadora Marisa Serrano, compilar os documentos que seguem anexos, devidamente lacrados em razão do já referido sigilo.

Dos gastos totais da Presidência. Verificados os gastos da Presidência... Desculpem. Neste tópico, colocamos ano a ano o valor global dos gastos da Presidência da República com cartões corporativos na modalidade fatura. Ano de 2002. A partir de setembro, são apenas três meses. O total de gastos da Presidência foi de 1 milhão 141 mil reais. A partir de 2003 o gasto foi para 5 milhões 737 mil reais. Em 2004 foi de 8 milhões e 11 mil reais. Em 2005 foi de 2 milhões 949 mil reais, uma vez que esse gasto deu tão-somente até julho. Em 2006 o gasto foi de 4 milhões 990 mil, em 2007 de 4 milhões 508 mil, totalizando no período 27 milhões 338 mil os gastos da Presidência. Ao verificarmos os gastos, e faço uma ressalva aqui, Sr. Relator, pela importância dessa informação. Ao verificarmos os gastos com saques constantes da planilha a que me referi acima, no qual incluímos os dados que obtivemos também do SIAF referente aos anos 2006 e 2007, verificamos uma diminuição significativa dos mesmos por parte dos agentes supridos vinculados à Administração da Presidência da República. Ou seja, houve um decréscimo no uso na modalidade saque por parte dos agentes supridos da Presidência da República que é louvável de 42.3% no ano de 2003 para 8.3% no ano de 2007.

Portanto, no que tange aos servidores agentes supridos da Presidência da República, a recomendação do TCU foi plenamente cumprida no que tange a redução dos gastos.

Gastos sigilosos dos ecônomos da Presidência. Nesse tópico, colocamos ano a ano qual o valor gasto

pelos ecônomos da Presidência abaixo relacionado, começando por aqueles que mais gastaram com cartões corporativos na modalidade saque e fatura. Elencamos apenas o nome dos três primeiros, exceto quando os gastos dos outros eram bem próximos ao do terceiro colocado. Todos os demais nomes foram agrupados num único campo sob o título "demais ecônomos". Consignamos que no tocante aos gastos efetuados com saques pode ter havido devoluções que por desconhecermos deixamos de fazer constar. Todavia, tais devoluções são de pequenos valores e, portanto não comprometem o valor total constante da planilha. Registramos inicialmente que o objetivo dessas planilhas foi o de registrar ao Relator que fizesse... Foi de permitir ao Relator que fizesse uma análise dos valores gastos ano a ano por ecônomos vinculados à Presidência da República. Todavia, face ao elevado valor dos gastos... Valor gasto por alguns desses ecônomos no período compreendido entre os anos de 2002 e 2005, recomendamos sejam tais informações encaminhadas ao Ministério do Planejamento e a CGU a fim de que verifiquem a propriedade desses gastos e encaminhem a CPMI em caráter sigiloso as justificativas apresentadas pelos respectivos ecônomos. Cito aqui os gastos, apenas como exemplo, de três ecônomos no ano de 2002. O economo Américo José Souto gastou naquele ano 503 mil reais. Isso num gasto apenas a partir de setembro de 2002. O economo Clever utilizou-se de 157 mil reais naquele ano. O economo Josafá Fernandes de Araújo utilizou 123 mil reais somente naquele ano. No ano de 2003, o economo Clever Pereira Fialho figura em primeiro lugar com 1 milhão e 76 mil reais de gastos com cartões corporativos, o economo Américo José Souto totalizou, naquele ano, gastos com cartões corporativos da ordem de 950 mil reais, o economo Mauro Augusto da Silva totalizou gastos anuais no valor de 641 mil reais. Esses dados constam também aqui, Sr. Relator, no que se refere ao ano de 2004 e no ano de 2005.

Da locação de veículos. Dentre todas as despesas realizadas pela Presidência da República, verificou-se que o maior gasto recaiu sobre a locação de veículos. Constata-se das tabelas contidas nos documentos lacrados que segue anexo que essas despesas não se justificam. A título de exemplo, entre os anos de 2003 e 2004 as despesas com locações de veículos na cidade de Florianópolis, junto à locadora Ana Rent a Car, atingiram um montante de 717 mil reais. Nos dias de hoje, um veículo ômega novo, blindado, tem o preço de mercado de aproximadamente 180 mil reais. Se atualizarmos os valores da locação da época é certo que com as despesas realizadas a título de locação seria possível adquirir quatro desses veículos. Ou en-

vão poderiam ser adquiridos nove veículos tipo Ford Fusion. Dos valores levantados, verifica-se que entre os anos de 2003 e 2004 a Presidência da República gastou um valor aproximado de 2 milhões de reais em locação de veículos incluindo alugueis realizados nas cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo. Há evidência que grande parte dessas despesas com locação de veículos poderia ter sido evitada, através de uma gestão mais eficiente, na qual se faria a substituição dessas locações pela aquisição de veículos que ficariam à disposição dos familiares da Presidência da República, tanto em Florianópolis como em São Bernardo do Campo. Tal substituição geraria evidente economia para o erário público.

Eu faço aqui um registro, que apesar de não constar do meu Relatório, tivemos a informação prestada pela Ministra Dilma Rousseff de que a questão das locações foi uma questão já superada pelo Governo Federal uma vez que foram licitadas as aquisições de veículos. No TCU, só tivemos informações... Só tivemos condições de aferir os gastos efetuados com locações em Florianópolis. Portanto, como não temos ciência se esses gastos nos últimos três anos continuam ocorrendo dessa forma, ou seja, como locação, recomendamos ao Sr. Relator... A recomendação que fazemos é no sentido de que seja adquirida, se é que tal medida já não foi adotada, uma frota de veículos de forma a atender convenientemente a demanda da Presidência da República e seus familiares em Florianópolis.

Despesas no restaurante do aeroporto de Congonhas. Esses itens A, B, C que estou citando são gastos que merecem ser verificados em razão de alguma anomalia, seja pelo valor, seja pela peculiaridade do gasto. Despesas no restaurante do aeroporto de Congonhas. No ano de 2003, identificamos uma despesa global de 65 mil reais em um único restaurante localizado no aeroporto da cidade de Congonhas. Dentro desse valor, constatamos que um único ecônomo, no mesmo dia, gastou a importância de 6.687 reais, o que, sem uma justificativa cabal, a evidência constitui num gasto incompatível com alimentação para um único dia. De se considerar ainda que do total dessas despesas realizadas nesse restaurante, aproximadamente 60% ou seja, 38 mil reais foi pago por este mesmo servidor. Diante dessa constatação recomendamos a CGU que instaure procedimento de investigação visando apurar o ocorrido. Mais adiante os senhores vão ver, quando fazemos sugestões de mudança no SUPRIM, que poderia justificar esse gasto de seis mil reais dele próprio como alimentação, num único dia, se houvesse um detalhamento maior numa das colunas do item SUPRIM.

Da sonegação de informações pelo Banco do Brasil de dados requisitados pela CPMI. Uma questão delicada com a qual nos deparamos no transcorrer das investigações refere-se às discrepâncias existentes entre os dados que nos foram enviados pelo Banco do Brasil e as informações a esta mesma... Que essa mesma instituição financeira encaminhou ao TCU. As informações a que nos referimos diziam respeito a dados não sigilosos sobre operações realizadas por meio de cartões corporativos em todas as unidades gestoras do Governo Federal.

Logo, não poderia o Banco do Brasil encaminhar ao TCU dados diferentes daqueles que enviou a esta Comissão. Ocorre que ao confrontarmos as informações recebidas por esta CPMI com aquelas enviadas pelo Banco do Brasil ao TCU, constatamos que a base de dados que nos foi encaminhada era menor do que a que foi encaminhada à já citada corte. Ou seja, o TCU. Solicitados esclarecimentos ao Banco do Brasil, essa instituição financeira encaminhou ofício justificando que a supressão dessas informações decorreu da mudança de critério na avaliação das despesas consideradas sigilosas pela Presidência da República em data posterior àquela em que foram enviados os dados ao TCU. Por tratar-se, faço aqui esse registro, de uma instituição centenária e respeitável, evidentemente que recebemos como verdadeiras as explicações ofertadas pelo Banco do Brasil. Todavia recomendamos ao Relator que oficie a referida instituição bancária a fim de esclarecer que diante da situação por ela vivenciada, na qual os dados suprimidos da análise da CPMI decorreram de fatos ulteriores e plenamente justificados, o banco deveria retificar a informação que prestou ao TCU e minimamente esclarecer à CPMI sem que para isso precisasse ser instado o banco encaminhando uma base de dados cujo teor pelos motivos já declinados foi alterado.

Portanto, a explicação foi dada, foi acolhida por esta CPMI e particularmente... Desculpe, foi acolhida por este sub-relator, mas a recomendação que fazemos é: Quando o banco do Brasil encaminha dados ao Tribunal de Contas, diferente dos dados da CPI, e justifica isso em razão de fatos posteriores ocorridos, que ele comunique ao próprio TCU que também retifique a sua base. Por quê? Para que tenhamos uma identidade de informações.

Do uso do cartão corporativo por servidores da ABIN. Inicialmente registramos que todas as informações constantes desse Relatório, mas não detalhadas, encontram-se também nas planilhas anexas que foram lacradas em razão dos dados nelas constantes serem sigilosos. As conclusões a que chegamos a partir da análise dos gastos realizados pela ABIN evidenciam

de forma ímpar a necessidade de buscarmos mecanismos que dêem mais transparência e publicidade aos gastos dessa agência. Eu tive a oportunidade, inclusive, de conversar pessoalmente com o Sr. Relator que causou-me muita estranheza o formato pelo qual os gastos são feitos na agência de inteligência, ABIN. As despesas da ABIN, as quais tivemos acesso, são as mesmas auditadas pelo Tribunal de Contas no período de 21 de março de 2002 a junho de 2006. E referem-se a uma amostragem do total de despesas realizadas por esse órgão. O valor das despesas auditadas corresponde a um montante de 2 milhões 239 mil reais o que equivale a 20% do total de gastos realizados por meio deste instrumento de pagamento. Aqui em Brasília. Muitos gastos foram feitos fora de Brasília, Sr. Senador. Três foram as irregularidades mais graves encontradas e que abaixo apontaremos cada uma delas.

Antes, porém registro que nessas três situações há um fato em comum, qual seja, a liberdade excessiva outorgada ao agente suprido no manuseio do cartão corporativo na medida em que o agente possui valores em espécie em suas mãos sem que haja qualquer elemento que justifique essa ocorrência. Houvesse no mínimo controle por parte do ordenador de despesas e tais fatos jamais ocorreriam. Sem dúvida que a consciência... Sem dúvida que a obscuridade desses gastos ante a natureza sigilosa dos mesmos contribui para essa ocorrência, o que exige desse próprio órgão uma maior atenção e, aliás, especial, particularmente no que tange ao seu ordenador de despesas. Aqui alguns fatos que entendemos que devam ser modificados imediatamente, Sr. Relator, por parte da ABIN. Saques não justificados pelos portadores que deveriam indicar os motivos da não utilização da sede afiliada do cartão corporativo. Verificou-se que os agentes supridos do referido órgão fizeram uso do cartão corporativo nos últimos três anos tão-somente na modalidade saque. Todos os agentes. Esse proceder retira do cartão corporativo sua principal contribuição para a administração pública, qual seja a transparência. A ABIN possui dentro dos seus quadros uma definição clara do que é gasto ostensivo, ou seja, gasto que é transparente, eu dizia, Deputado Paulo que a ABIN possui dentro de seus quadros uma definição clara do que são gastos ostensivos, e portanto gastos públicos e que podem ser pagos com cartão, e quais são os gastos sigilosos. Não obstante ela mesma dividir em gastos ostensivos não sigilosos e gastos sigilosos, nos últimos três anos reitero, 100% das despesas da ABIN foram feitas na modalidade saque, num total desrespeito à transparência exigida pelo cartão e no total desrespeito à própria norma interna da ABIN que define que determinado

percentual é de dado não sigiloso e, portanto deveríamos efetuar compras com o cartão corporativo e não com saques. Um segundo item que causou estranheza. A permanência de recursos excedentes em poder dos agentes supridos sem qualquer justificativa. Deparamos-nos com algumas ocorrências injustificáveis, no que se refere a permanência de valores com os ecônomos por prazo excessivo após a devida conclusão do procedimento de suprimentos de fundos. Essa é mais uma consequência decorrente do uso descontrolado do cartão corporativo na modalidade de saque pela ABIN. Saque único e não paulatino.

Esse é um fato, Sr. Relator, para o qual eu também chamo atenção de todos porque é impossível continuar adotar esse tipo de procedimento que vou relatar agora. Apurou-se ser um ato recorrente dos agentes supridos da ABIN sacar através de cartões corporativos valores vultosos para serem despendidos em longo prazo. A título de exemplo, sem que citemos o porquê, citamos o saque realizado pelo agente suprido Luiz Alberto, em 24 de maio de 2005 no montante de 108 mil reais. Em 24 de maio foi feito um saque em dinheiro no montante de 108 mil reais. Esse montante foi gasto entre os dias 31 de maio e 17 de novembro. O dinheiro ficou em sua posse, em seu poder, ordenado e autorizado pelo ordenador de despesas pelo prazo de aproximadamente cinco meses. Ou seja, o que se percebe é que o mesmo de uma única vez é que de uma única vez os recursos que seriam despendidos ao longo de seis meses foram sacados num único dia. Segundo se verificou do processo de prestação de contas referente a essa despesa, processo 682/2005, do total sacado 28 mil reais foram destinados ao pagamento de... E aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, vários são os recibos assinados por agentes da ABIN que consta o seguinte: Ele próprio, de próprio punho, firma um recibo dizendo 28 mil reais pagos a colaborador eventual em proveito da atividade da ABIN. O único comprovante dessa despesa é uma declaração do próprio servidor e, portanto, impossível saber se com certeza qual o destino dado a esse numerário. É certo que em algumas atividades da ABIN se exige que o agente preserve sua fonte, não revelando o nome dos colaboradores ou qualquer outro elemento que possa identificá-lo. Todavia, essa prática não pode impedir uma prestação de contas clara e objetiva. Esse agente suprido ele efetuou três pagamentos: Um de 28 mil reais, ao longo de seis meses, ele sacou em maio 108, um de 28, depois ele fez um de 30, outro de 30 e outro de 30. Quatro recibos todos eles com uma única especificação: pagamento feito a colaborador eventual em proveito da ABIN. Deputado Paulo sugere aqui que façamos a abertura de um concurso para colaborador. **Vejam** senhores, eu reconheço

que muitas atividades da ABIN de fato têm um caráter sigiloso. Mas não é possível que eu pegue em maio de um ano 108 mil reais e ao longo desses meses subseqüentes até novembro vá pagando colaboradores e eu mesmo de próprio punho assino um recibo dizendo que paguei a um colaborador que contribuiu com a ABIN. Sem identificar o nome, evidentemente.

Em verdade, muitos são os elementos que poderiam ter sido utilizados em sua prestação de contas para demonstrar o proveito público e a efetiva fiscalização do gasto realizado. O colaborador poderia ter... Ao colaborador poderia ter sido atribuído, por exemplo, um apelido, em favor de qual questão pública a colaboração foi prestada, em relação a qual operação da ABIN e outros. Da forma como apresentado, nem o próprio servidor saberá no futuro qual foi o destino do dinheiro público. Deve ser levado em conta ainda que a continuidade desse procedimento propicia a ocorrência de desvios em favorecimento próprio. Não estou aqui pré julgando o servidor que aqui me referi, nem quem quer que seja que não é meu papel. É apenas a constatação de um dado relevante e que eu penso o Relator deva abordar em suas considerações.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA(PR-AL) – Deputado Carlos Sampaio, isso não fica registrado na ABIN não? Como secreto?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – O dado fica registrado na ABIN, na verdade quando o auditor do TCU perguntou quem era essa pessoa a resposta que ele obteve é que: quem pagou, o ordenador e o Presidente da ABIN sabiam para quem estava pagando. Só que o fato de não constar um processo com um codinome a explicar mesmo que por vias transversas qual foi a operação, como é que o próximo Presidente, como é que o próximo agente vai ter ciência do gasto pago? Eles partem do pressuposto que como na cadeia hierárquica todos eles sabem para que foi pago, está efetivamente efetuada a prestação de contas. E eu entendo que nós temos que buscar um mecanismo diferente tanto que o auditor do TCU sugere que seja multado o ordenador de despesas e que seja mudada a orientação da ABIN.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Deputado, apenas para saber se poderíamos ter uma cópia para acompanhar a leitura.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Eu pedi a meu assessor... Ele distribuiu para a imprensa, mas principal seria...

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Se quiser posso ir lá onde está a imprensa. Vou pedir ao Estado de São Paulo, à Folha...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Desculpe-me, Deputado, houve um equívoco, a priori-

dade é para os Parlamentares. São duas... E eu pediria ao Dr. Flávio que por gentileza pegasse as outras cópias e distribuir a todos os parlamentares. Um outro exemplo... Página 26, Deputado Paulo. Um outro exemplo... Estamos falando da ABIN. Um outro exemplo pode ser verificado no saque... **Veja** esse saque em um único dia de 278 mil reais ocorrido em 11 de julho para fazer frente a despesas com aquisição de material permanente, cujos valores foram despendidos entre os dias 16 de agosto, 16 de dezembro e 22 de dezembro. O registro é o seguinte. Como é que é feito isso? A servidora sacou no dia 11 do mês de julho 278 mil reais em espécie. Sacou. E o ordenador de despesas disse a ela que ela tinha até o dia 16 do mês de dezembro, cinco meses à frente, para prestar contas. E até o dia 22 de dezembro para comprovar seus gastos. Nesse caso, os ecônomos apresentaram a seguinte justificativa: “Despesas em diversas localidades, principalmente no exterior”. Essa foi a justificativa constante do documento que autorizou o saque de 278 mil reais. Claro está que essa justificativa não procede, já que a diversidade de localidades não implica a necessidade de um único saque. Ademais, e essa é uma constatação concreta, não foi detectada nenhuma despesa no exterior no que tange a esse valor. Esses valores foram devidamente gastos com materiais permanentes. 90% desses materiais... 70% desses materiais poderiam perfeitamente ser adquiridos pelo uso do cartão, porque nenhuma natureza sigilosa continham. Ora, como já demonstrado, os saques de dinheiro só podem ocorrer em situações excepcionais, e que exigem imediatidade(F). Porém nenhum desses requisitos foi verificado nas situações acima relatadas.

Outra questão que deve ser observada é a manutenção de dinheiro nas mãos de servidor público que possibilita a ocorrência de prejuízos ao erário na medida em que esse dinheiro pode ser perdido ou mesmo furtado ou roubado. Estamos falando do saque de quase 300 mil reais num único dia. Assim, para evitar a continuidade desse tipo de ocorrência, recomendamos, Sr. Relator, além de um maior rigor na fiscalização interna, devendo os ordenadores de despesas serem qualificados para essa função, a proibição por ato normativo interno das seguintes práticas: Primeiro. Realizar saques para fazer frente a despesas de longo prazo. Efetuar o pagamento em dinheiro de bens e serviços adquiridos de estabelecimentos afiliados a administradoras de cartões. Obrigar os ecônomos a prestarem conta dos montantes sacados no prazo de 30 dias a contar da data do saque e não mais como acontece hoje, acabamos de ler, no prazo de cinco ou de sete meses. Deve ser levado em conta ainda que a continuidade desse procedimento propicia a ocorrência

de desvios em favorecimento próprio ante a informalidade dos documentos comprobatórios exigidos.

Assim, deve a unidade gestora regulamentar à forma da prestação de contas referentes a despesas específicas desse órgão, como na hipótese acima citada de maneira a permitir o efetivo controle das despesas realizadas. Por fim, foram encontradas as aquisições de produtos e serviços de natureza não sigilosa suportados com recursos liberados em processos secretos. Processos secretos que constam desses processos secretos a justificativa do saque para eventuais práticas... Para coibir eventuais práticas de terrorismo. Sob esse título adquiriu-se cartucho para computadores, se fez lavagem de veículos, se fez renovação de assinaturas de jornais e se fez locações de veículos. Sob título de saques efetuados para evitar ou para coibir o terrorismo no país. Mais uma vez resta caracterizado a informalidade no trato do dinheiro público que, pela intensidade, é questão que deve receber maior atenção por parte da ABIN, visando estabelecer um vigor formal no manuseio e na prestação de contas do suprimento de fundos.

Item 7. Do aperfeiçoamento do SUPRIM. Entre as atividades exercidas por este sub-relator desta CPMI estava a de analisar diversas planilhas emitidas pelo sistema SUPRIM do Governo Federal. Apesar de identificarmos, faço esse registro, um excelente avanço no que tange ao abastecimento dos dados constantes do SUPRIM, não podemos deixar de registrar que tivemos dificuldades para analisar determinados tipos de gastos, e aqui não é má-fé de quem quer que seja. É tão-somente, como os senhores verão nas sugestões que faremos, a falta de uma maior preocupação com o dado que está sendo colocado no SUPRIM. Com o objetivo de facilitar futuras fiscalizações por parte do Poder Legislativo, apresentamos algumas sugestões que certamente contribuirão com a clareza das informações. Antes de fazê-las, quero fazer um outro registro aqui de público. Conversando com auditores do SUPRIM, auditores do TCU, todos me informaram que de 2003 para o ano de 2008, o avanço do SUPRIM foi excelente. E que a preocupação que o Governo teve em abastecer com dados o SUPRIM, cumpriu todas as exigências do próprio TCU.

Portanto, essas direções que faço sobre erros que devam ser corrigidos é no sentido de garantir um aprimoramento ainda maior. Primeiramente, em diversos lançamentos constam como tipo de suprimento a palavra presidencial. O que pode levar a conclusão equivocada de que essas despesas foram realizadas pelo Presidente da República, sob a tarja presidencial, colocada no tipo de suprimento, muitos são os gastos que evidentemente não foram feitos pelo Presidente

da República. Porque pelos dias que lá estão e pelos valores que lá estão, fica claro para todos nós que não foi o Presidente que efetuou aqueles gastos. Só que o tipo, a forma como foi abastecido o SUPRIM, utilizando-se da tarja presidencial, pode de fato levar a conclusões equivocadas. Para se evitar qualquer confusão, fazemos aqui uma recomendação que é a de nº. 18 que na coluna acima mencionada venham especificados os nomes das pessoas que efetivamente demandaram as despesas. A título de exemplo recomendamos, e aqui é a recomendação 19 que em se tratando de uma comitiva deva constar o nome de todos aqueles que a integram, ou pelo menos o número, minimamente o número do integrante dessas comitivas para que os órgãos de controle interno e externo tenham como aferir a regularidade ou não do gasto efetuado por essas pessoas. O abastecimento é feito de forma correta, a nota não é questionada, o dia em que ocorreu está perfeitamente colocado, só que vem no tipo de suprimento vem comitiva. E sob título comitiva, se vê um gasto de 10 mil que seria perfeitamente justificável se tivéssemos os nomes, ou a quantidade dos integrantes da comitiva. Então, é uma citação que busca o aprimoramento do SUPRIM.

Outra questão que merece grande atenção pelos servidores que realizam o lançamento de informações no SUPRIM é a descrição do item despesa. Nesse campo há necessidade de se realizar uma maior distinção dos gastos, evitando-se termos genéricos que englobam na verdade, mais de um bem ou de um serviço. Explico. Nas despesas de viagem, é comum encontrarmos lançamento como hospedagem. Mas o montante do gasto inclui também alimentação. Encontramos uma situação onde a mesma nota foi lançada duas vezes. A mesma nota fiscal. Sob a mesma descrição. Todavia, ao analisarmos as respectivas notas, ou seja, não foi possível ver pelo SUPRIM, quando fomos nas notas que o próprio TCU detinha, percebemos que uma parte do valor referia-se ao bem locado, ao veículo, e a outra referia-se ao serviço prestado, ou seja, ao serviço de motorista. O que acontece? Nós tínhamos lá duas notas com valor, uma com valor de dois mil reais, a outra também com valor de dois mil reais, nós íamos no item despesas e estava lá a descrição viagem, mas quando nós fomos nos outros itens, nós lá para frente que o SUPRIM tem 22 colunas, nós identificamos que a discrepância havida é porque apesar de ser a mesma nota e com o mesmo valor, lá na última coluna, na penúltima coluna nós identificamos que um gasto era com pagamento do motorista, e o outro era com pagamento do servidor. Portanto, não havia irregularidade. O que faltava era uma informação mais clara para aqueles que vão posteriormente analisar o SUPRIM.

Esse tipo de confusão é plenamente evitável bastando que o responsável por abastecer o SUPRIM faça uma descrição fidedigna do gasto e evite a utilização de termos genéricos. Fica aqui, portanto mais essa recomendação de nº. 20 ao Sr. Relator. Retomando, Senhora Presidente.

Do uso de serviços, bens e informações públicas para confecção de um dossiê com o objetivo político. Com os desdobramentos decorrentes das investigações levadas a cabo pela Comissão Parlamentar de Inquérito, vimos-nos obrigados a ampliar o leque dos fatos que originalmente ensejaram a instalação desta Comissão. É que fato superveniente, como foi o surgimento de um dossiê elaborado por servidores da Casa Civil, no qual constavam gastos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e da ex-Primeira-dama Ruth Cardoso nos levaram a trilhar caminhos outros que todavia tinham total co-relação com os fatos que eram o escopo desta CPMI. O dossiê, constante de um quadro sinótico, com 12 folhas onde constam gastos da Presidência da República de janeiro de 1998 a outubro de 2001, esse é o período que não existia o SUPRIM. Portanto esses dados não foram, não constaram do SUPRIM e não constaram dos dados que analisamos quando a Casa Civil encaminhou os dados à CPMI. Consignamos uma série de informações. Número do processo, nome do agente, número de folhas, número de nota fiscal, nome da empresa, descrição do bem e campo de observações. Esse dossiê, embora contenha dados considerados inicialmente sigilosos ou restritos pela própria Casa Civil e o documento anexo a que me refiro aqui é o termo de sindicância instaurado pela Ministra no qual ela visa apurar o vazamento de informações sigilosas. Portanto à época o documento era tido como sigiloso. Dizia: esse dossiê, embora contenha dados inicialmente sigilosos ou restritos pela Casa Civil, ganhou publicidade após ter sido divulgado na íntegra por diversos órgãos da imprensa, *blogs*, e outros canais de comunicação disponíveis na internet. É certo que o Governo Federal através de inúmeros interlocutores, servidores e autoridades da própria administração pública que o Governo Federal nega a existência desse dossiê sob a alegação de que tais dados não são mais sigilosos e se referem a um banco de dados elaborados por integrantes do próprio Governo para atender a eventual solicitação feita por essa CPMI. Apesar dessa negativa, é certo que o citado documento é em verdade um dossiê que como se viu foi utilizado para fins escusos. Na definição do dicionário Aurélio, dossiê em sua acepção semântica é: uma coleção de documentos referentes a certos processos, a determinados assuntos, a determinado assunto ou a certo indivíduo. Bastaria essa definição

para termos a certeza de que com relação ao documento que José Aparecido encaminhou para o André estamos diante de um típico dossiê, na medida em que o documento enviado pelo servidor José Aparecido ao Assessor Parlamentar André Eduardo Silva Fernandes contém exatamente as características. Senão vejamos. Na esteira da definição acima dada, temos que o documento enviado pelo Sr. André contém um conjunto de informações que dizem respeito exclusivamente a gastos realizados ora pelo ex-Presidente Fernando Henrique, ora pela ex-Primeira-dama Senhora Ruth Cardoso. Logo, se dossiê é um documento onde se coleciona informações acerca de “um certo indivíduo”, claro está que o primeiro elemento a caracterizá-lo como tal já se fez presente. O segundo elemento diz respeito à especificação das informações. É de fácil percepção que os dados constantes desses documentos foram pinçados, aí sim, de um banco de dados maior e transportados para outra planilha. Essa que é o dossiê. Esses dados escolhidos de forma meticulosa faziam referências a gastos específicos considerados por seu autor como sendo exóticos. Eis aqui, portanto mais uma característica que segundo o dicionário Aurélio integra a definição de dossiê. Dossiê, “é uma coleção de dados referentes a determinado assunto” tanto isso é certo que conforme restou evidenciado no depoimento do Sr. André as informações constantes desse dossiê foram retiradas de um processo administrativo conjunto de informações infinitamente mais amplo e com vários outros tipos de gastos realizados à época pela Presidência da República.

Em outras palavras, se a intenção da Casa Civil era subsidiar a CPMI, os dados constantes desse dossiê deveriam referir-se à totalidade das informações existentes no citado processo, e não a informações parciais que dizem respeito a uma determinada pessoa e ainda, referentes a gastos específicos. Isso, informações parciais sobre determinada pessoa e referente a gasto específico, repita-se, é um documento que classicamente denomina-se como dossiê. Mas não é só. Temos ainda dois outros elementos de prova a demonstrar que estamos diante de um dossiê e não de um banco de dados. O primeiro diz respeito à criação de um campo específico que foi inserido no dossiê para identificar o número de folhas da qual se retirou a informação pinçada do supracitado processo administrativo. Ou seja, no documento enviado ao Sr. André Aparecido, através de **e-mail**... Desculpe, no documento enviado pelo Sr. José Aparecido através de **e-mail** para o Sr. André visualiza-se uma coluna denominada número de folhas. Referida coluna registre-se não existe em qualquer outra planilha do programa de armazenamento de dados do SUPRIM ou do Gover-

no anterior. Como é notório, alguns membros desta Comissão, inclusive esse sub-relator, tiveram acesso aos processos sigilosos que continham gastos da Presidência da República desde o ano de 1998. Eram mais de 18 volumes de informações e posso afirmar, nenhum desses processos continha em seu corpo planilha com uma coluna para designar o número de folhas da qual a informação foi retirada. Essa minha afirmação, registro, foi feita durante Audiência Pública na qual a CPML ouviu o Sr. André, e não foi rebatida nem mesmo pelos membros da base aliada, que assim como eu tiveram oportunidade de analisar todos esses processos e sabem que essa coluna “número de folhas” não existe em nenhum documento oficial do Governo. Aliás, nem poderia ser diferente, pois essa coluna só tem utilidade quando o responsável por abastecer a planilha de um dossiê precisa recordar-se de onde pinçou aquela determinada informação. Isso tudo para que no momento oportuno quando fosse instado a comprovar a existência daquela informação ou mesmo quando dela pretendesse fazer uso saberia de qual página do processo retirou aquele dado. A verdade é que um banco de dados do Governo Federal possui implicitamente fé pública, e, portanto não precisaria ser comprovado através da coluna denominada “número de folhas”. Bastaria que o responsável pelo levantamento, e assim que acontece em todos os processos de fiscalização e controle, bastaria que os responsáveis pelo levantamento fizessem referência ao número do processo por eles analisado para que as informações constantes do documento tivessem sua veracidade assegurada. Nesta linha, tomamos a liberdade de anexar, e de fato anexamos, juntamente ao Relatório do Deputado Índio, que é um Relatório único nosso, relatamos... Nós anexamos um modelo de tabela padrão utilizada pelo SUPRIM. Que somente divergem das planilhas utilizadas pelo Governo anterior na medida em que contém um número maior de informações. Isso eu faço para que os membros desta Comissão percebam que nem mesmo nesta planilha que contém 22 campos de preenchimento tem... Existe a coluna denominada número de folhas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Tem a proposta?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Por fim, no afã de debelarmos quaisquer dúvidas sobre a existência de um dossiê, temos que o questionado documento contém um outro campo também singular e também não existente em nenhuma outra planilha oficial que é um campo denominado observações. Uma coluna com item observações. Repita-se, além deste campo também não existem em planilhas do Governo anterior ou nas tabelas do SUPRIM, o pró-

prio conteúdo nele inserido evidencia o intuito político do documento entre as observações lançadas vemos as seguintes expressões: Dona Ruth, vinhos, carnes finas, óculos de natação. Ora, não é preciso um grande esforço para reconhecermos que essas observações não dizem respeito a quaisquer informações de interesse para o Poder Público, tratam-se sim de dados que só tem utilidade para aquele que confeccionou o dossiê. Constatado tratar-se o documento de um dossiê, a recomendação que fazemos ao Sr. Relator é que remeta as conclusões referidas neste Relatório parcial que estou lendo a fim de que a Polícia Federal possa valer-se das informações aqui contidas no inquérito já instaurado para fins de apurar o vazamento de informações sigilosas por servidores públicos federais. Consignamos por fim que deixamos de propor indiciamento daqueles que entendemos envolvidos, pois a própria Polícia Federal já indiciou o Sr. José Aparecido Nunes e no tocante aos demais servidores envolvidos temos que suas condutas não caracterizam ilícito, mas sim ato de improbidade administrativa que, aliás, já estão sendo analisados pela Procuradora da República do Distrito Federal. Sr. Relator, aqui um apelo a V.Ex^a., já que finalizo a leitura de meu Relatório. Procurei ao longo deste Relatório identificar pontos que visem garantir um aprimoramento e a credibilização do cartão corporativo. Nenhuma proposta que fiz, nem mesmo a última, e aqui explico com relação ao dossiê, teve o cunho político. Não se sabe efetivamente quem determinou, como se fez. O que nós tínhamos que convergir e esse é meu entendimento, é que no que tange o documento que pode ter sido mudado pelo próprio José Aparecido, mas no que tange o documento que ele José Aparecido encaminhou para o André, ali nós não temos uma planilha do Governo Federal. Essa coluna observações, se fosse uma coluna oficial, essa informação constaria para todo sempre nos arquivos do Governo Federal. E evidente que uma planilha com essa coluna não faria parte do arquivo do Governo Federal nem da Presidência da República. Não estou dizendo que para trás neste elo do José Aparecido alguém confeccionou exatamente naquele modelo, mas do José Aparecido para o André, o documento encaminhado teve o formato do dossiê. E aqui não peço indiciamento de ninguém porque o único que cometeu ilícito foi aquele que vazou, e foi o José Aparecido. E ele já foi indiciado.

Com relação aos outros o que peço a V.Ex^a. é tão-somente que encaminhe as minhas conclusões no que tange ao conceito de dossiê, ao conceito de dossiê à Polícia Federal. Até porque, Sr. Relator, me parece que na semana que vem até o dia 7 ou 8 serão efetivamente... Serão efetivamente concluídos os

trabalhos da Polícia Federal. Eu finalizo aqui a leitura retomando o que disse inicialmente. O propósito desta CPI não foi analisar nenhum fato bombástico, não foi nem mesmo como função primeira analisar essa questão do dossiê. Isso aconteceu em razão da correlação desses fatos inusitados, como o próprio dossiê, com o escopo da CPI. Mas ela não veio para esse fim. E eu procurei como sub-relator de sistematização apontar idéias e propostas que fechassem todas as portas para a corrupção na modalidade do uso do cartão corporativo. O que nós queremos é que todo contribuinte, toda a sociedade brasileira saiba que o cartão corporativo é um importantíssimo instrumento de gestão, ele desburocratiza, ele é eficiente, e só precisa ser normatizado através de uma nova Portaria do Ministério do Planejamento com as sugestões que estamos fazendo, que o Deputado Índio vai fazer que os outros sub-relatores estão fazendo e V.Ex^a. certamente fará. E que esse caminho do Governo Federal apontado no sentido de suprimir de vez as contas tipo B, substituindo-as pelos cartões corporativos seja de fato seguido e seja de fato por ele percorrido. Senhora Presidente, com essas palavras finalizo aqui a primeira parte do sub-relatório de sistematização e controle e fiscalização de gastos, lendo a parte que me coube.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Deputado. Um trabalho de fôlego e tenho certeza que muitas horas foram tomadas para que esse Relatório pudesse ser apresentado com as devidas comprovações. E, além disso, eu quero informar a V.Ex^a. e a todos os Deputados presentes que dia 3, terça-feira, às 10h00, o Sr. Relator fará a leitura do Relatório final. A partir daí, eu coloco vistas coletivas até o dia... Provavelmente até o dia 5. E dia 5, às 9h00, nós faremos a votação do Relatório e a leitura de votos em separado, se houver. E após a aprovação do Relatório final, essa Presidência encaminhará o Relatório aprovado ao Presidente do Congresso ao Deputado(F) Garibaldi, à Mesa para conhecimento do Plenário. Portanto agora, a segunda parte do Relatório, passo a palavra ao Deputado Índio da Costa, que fará a parte de fiscalização de gastos.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, permita antes do Índio, só–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Parabenizar o Deputado Carlos Sampaio pelo seu Relatório. Muito bem feito, responsável, equilibrado. Gostaria de lhe dizer que excluindo-se o Item 7, que para nós obviamente corresponde à parte política do relatório, o seu relatório nessa primeira análise é irretocável. Parabéns pelo trabalho.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado Maurício. Deputado Índio.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, Sr. Relator, meu companheiro de sub-relatório, de Relatório parcial Deputado Carlos Sampaio, Deputado Vic, meu parceiro desde o começo aqui nesta CPMI, queria pedir um segundo só para fazer duas observações. Quer dizer, uma observação. A observação é: O Relatório, essa segunda parte do Relatório tem 50 páginas. Com letra menor do que a primeira parte. Eu posso lê-lo todo. Mas eu vou encaminhar à Presidente, naturalmente, ao Relator, a imprensa também já recebeu, os Deputados e Senadores que tiverem interesse também receberão. Então eu gostaria de ir para as partes principais, porque senão... Trata de sigilo, são várias páginas tratando da questão de sigilo. Questões que já foram colocadas aqui na CPMI, mas que não precisa tratar verbalmente, mas tem que estar aqui no sub-relatório porque são questões importantes. E não posso deixar, Senhora Presidente, de me furtar ao agradecimento, ao meu partido, Democratas, ter me confiado esta tarefa, em especial aos líderes Onyx Lorenzoni, ACM Neto, Agripino Maia, o Presidente Rodrigo Maia que foi quem por fim articulou minha indicação, já falei do Deputado Vic Pires que foi um grande parceiro nesse processo todo, os técnicos que me ajudaram nesse processo porque sem eles seria muito difícil fazer esse trabalho todo. A liderança do Democratas e os técnicos Ana Beatriz, a Fabíola, a Rizomar, a Assessoria Jurídica do Dr. Carlos Francisco Portinho, da Dra. Isabela Veronese e Assessoria de Auditoria do Dr. Emil Leite.

Bem, eu inicio já na página 10 tratando da questão do propósito do uso do suprimento de fundos e os limites. Então venho decorrendo desde a página 6 sobre a Legislação, toda uma explicação da Legislação, e no fim dessa parte, desse capítulo, digamos assim, vem assim: É dever de todos e principalmente desta CPMI zelar pela moralidade administrativa no caso por meio da correta utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal. Onde o agente suprido e o ordenador da despesa não devem desprezar os preceitos éticos produzidos pela sociedade e devem agir com interesse único de perseguir sempre o bem comum. A moralidade deve balizar os atos do agente público, principalmente aquele que lida diretamente com suprimentos de fundos, seja pela modalidade da conta do tipo B, seja por meio do cartão corporativo, pois a própria Legislação define esse mecanismo como exceção, uma vez que a regra que dirige a aquisição de produtos e a contratação de serviços no âmbito da administração pública é aquela que advém da Lei 8666 de 1993 e prevê di-

versas modalidades de licitação, casos de dispensa e inexigibilidade. Eventuais desvios no uso desse meio extraordinário, portanto meio não ordinário de pagamento, inclusive em detrimento do processo ordinário de compras, pode configurar crime do artigo 89 que versa: dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou a inexigibilidade. E/ou ato de improbidade administrativa prevista na Lei 8429 de 92 ou crime de responsabilidade em conformidade com a Lei Complementar 101/2000 sem prejuízo de caracterizar eventualmente crime de peculato, previsto no artigo 312 do Código Penal. Item 3. Despesas geral dos cartões, as despesas por órgãos e a problemática dos saques. Na página seguinte, uma citação do Sr. Ministro Jorge Hage Sobrinho. Ele diz assim: Então se em 1998 o uso do cartão para suprimentos de fundos era zero, até porque ele só era previsto para compras de passagens aéreas, em 2001 quando o Governo anterior baixou o novo Decreto, prevendo a utilização do cartão para suprimento de fundos, ainda aí a execução foi zero no cartão.

Portanto em 2001 não houve uso de cartão corporativo. E 213 milhões se executaram de suprimento, ainda por conta tipo B. Em 2002 foram apenas três milhões 620 mil reais gastos por cartão, 229 milhões ainda por conta tipo B, somando 233 milhões. Em 2003, já multiplica. Na verdade 2003 oito milhões em cartão e 136 milhões em contas B somando 145 milhões. Daí a justificativa muito clara desta sub-relatoria que focou seu trabalho de 2003 até os dias de hoje. São duas razões. Primeiro, a grande quantidade de cartões que se expediu, o altíssimo volume utilizado, gasto, e naturalmente quem tem o poder de regulamentar o uso dos cartões é o atual Governo, e não o governo passado. Portanto, a gente gostaria de esclarecer para o atual Governo que houve problemas no uso dos cartões e por isso a concentração maior foi nesse período. Recebido o Relator, Luiz Sérgio, informações a respeito de Ministros do governo passado. Quero dizer, Relator, que encontrei a documentação, porque entreguei para a advogada colocar junto do trabalho. Encontrei e estava com o... Estava na própria CPMI. Ela tinha entregue ao... à Assessoria, ao Dirceu, portanto eu vou encaminhar todo o trabalho que foi feito e vou colocar aqui também as informações desse período de 98 para cá. Bom, desconsiderando-se as despesas com suprimento de fundos nos anos 2001 e 2002, porque segundo depoimento prestado pelo Secretário de Macro avaliação do TCU, Sr. Marcelo Luiz de Sousa Eira, a alteração nos critérios de contabilidade do SIAF não permite compará-los com os anos seguintes. Observa-se que se houve uma redução no total de gastos nos anos de

2004 e 2005, em comparação com o ano de 2003, a partir do ano de 2006 retomou-se a curva crescente de despesas, inclusive na modalidade conta do tipo B, superando o valor de 177 milhões em 2007. Esse está no anexo 1, na planilha de evolução de despesas do suprimento de fundos. Tem também um gráfico. E essas informações foram retiradas da apresentação do próprio Ministro Jorge Hage. Essa curva crescente foi contida somente em 2008, e aí há um gráfico aqui mostrando a curva desde a criação do cartão até hoje, portanto começa a execução em meados de 2002 e vai avançando, somente foi contida essa curva crescente de gastos no cartão em 2008, após a instalação desta CPMI. O que demonstra o quanto o rigor e a presença ostensiva da fiscalização já seriam suficientes para inibir o gasto desmedido consolidando-se esse fato como resultado positivo desta CPMI.

Quando se vê que em comparação ao mesmo período de 2007, houve uma evolução decrescente chegando a reduzir os gastos por meio do cartão corporativo, em até 68,16% como se pode verificar na comparação de maio de 2007 a maio de 2008. Até o dia de hoje, naturalmente. A gente fez essa comparação até ontem. Embora o Governo Federal tenha se dedicado a substituição gradativa das contas do tipo B pelo cartão corporativo, observa-se que a partir do ano de 2005 a disseminação indiscriminada dos cartões foi proporcionalmente acompanhada também pelo aumento significativo das despesas. Além do fato de que as despesas da conta do tipo B continuaram superiores às despesas no cartão, em que pese o malfadado processo de substituição em curso. Anexo 1, planilha de evolução de despesas de suprimento de fundos. Bom, se por um lado o cartão corporativo inspira maior transparência, o que serve de argumento para promover a substituição, pois quase em tempo real a despesa paga a um estabelecimento com cartão corporativo é lançada no portal da transparência, identificando o favorecido, de outra sorte quando o cartão corporativo é utilizado na função de saque, essa modalidade desaparece por completo, pois o portal da transparência, embora indique a data do saque e o sacador não identifica o estabelecimento favorecido onde o suprido efetuou despesa, o que somente se permite fiscalizar através da análise *in loco* dos processos de prestação de contas. E aí quero falar desse período em que fiquei lá embaixo analisando essas informações todas dos saques e as notas fiscais, as documentações ao lado de técnicos, inclusive o Deputado Carlos Sampaio também em vários momentos dividiu ali essa análise, apesar de ser uma função maior da sub-relatoria de fiscalização de gastos, ali eu tive enorme dificuldade de identificar de fato até no próprio processo de pres-

tação de contas aonde o recurso tinha sido gasto. Quer dizer, diversos processos com falta de informação. Daí a necessidade de se ter um formulário organizado que a gente saiba aonde foi gasto, como foi gasto, por quem foi gasto, enfim, informações que qualquer processo deveria conter e que infelizmente não contem. De outro modo, se o saque na conta do tipo B gera de mesma forma fisicamente a prestação de contas, esse é lançado dias após no SIAF, identificando o estabelecimento favorecido por medida de transparência ao contrário do que ocorre com o saque no cartão. Aí mostra aqui a evolução dos saques. Olha só que coisa incrível. Em que pese o saque com cartão corporativo, será exceção somente admitida para despesas em estabelecimentos que não aceitam compra a crédito, registra-se que as operações de saque no cartão sempre superaram o valor das faturas. Em 2003, se sacou 61%. Em 2004, 63. Em 2005, 62. Em 2006, 63. E no ano passado, o que justifica inclusive a criação da CPMI houve uma completa farra de saque, Deputado Paulo Teixeira, que chegou a 75% do valor gasto com cartão. Era mais fácil entregar dinheiro ao servidor do que o cartão, porque sacaram 75% do recurso gasto. Essa modalidade de saque ela nos dificulta muito, quer dizer, a todos os auditores, a todo mundo que de alguma maneira tem essa obrigação de fiscalizar, inclusive o Parlamento, de identificar onde é que foi gasto esse dinheiro. São mais de 12 mil processos aqui nesta CPMI pra gente poder analisar a prestação de contas. Portanto, essa sub-relatoria ela se concentrou em cerca de 500 processos. Bom, diz assim o Ministro Jorge Hage Sobrinho, e aí peço muita atenção do Deputado Luiz Sérgio: Toda essa conquista do cartão, entretanto ainda padecia de um grande limitador. Qual era? Palavras do Sr. Ministro Jorge Hage Sobrinho: O fato de que boa parte da despesa se realizava através de saques, e quando se realiza despesa através de saques, se perde automaticamente a vantagem da transparência.

Acompanhando a evolução, verificamos que embora o saque fosse previsto como exceção, uma vez que a regra básica é o faturamento direto, a compra direta no estabelecimento afiliado, os saques eram usados como regra. Palavra do Ministro Jorge Hage Sobrinho. Também o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Sr. Paulo Bernardo da Silva registrou com veemência nesta CPMI as suas ressalvas quanto à utilização do cartão corporativo na modalidade saque. Classificando os saques como a verdadeira anomalia como também compartilha o mesmo entendimento o Senador João Pedro. Que estava inclusive aqui há pouco... Está ali, o Senador João Pedro, que ontem, na CPMI, nos deixou claro que também entende que o saque não é a melhor modalidade para o uso do car-

tão. Diz aqui então o Sr. Ministro Paulo Bernardo da Silva entre aspas. "Eu considero que o saque é uma anomalia. Na verdade, reduz o cartão ao mecanismo como da conta B. Você começa utilizar como se fosse o mecanismo anterior. Portanto, acho que o esforço todo tem que ser para limitar ou suprimir de vez o saque". Passando-se à análise das despesas separadamente por órgãos, observa-se uma grande concentração principalmente na Presidência da República se incluídos os dados sigilosos. Assim como no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e nos Ministérios da Defesa, Fazenda, Educação e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Isso está no anexo de nº. 4. As planilhas 5 e 6 em anexo, relacionam as despesas por órgãos e identificam servidores que mais concentraram gastos no ano de 2007. Destacam-se especialmente, os ecônomos ligados à Presidência da República, ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e ao Ministério da Defesa, pelo volume movimentado somente no ano de 2007 superior no total ao valor de oito milhões de reais e numa média de 10 mil reais por mês com ênfase, sobretudo nos saques de cada ecônomo. Cada portador. São esses os ecônomos da Presidência. E aí então aqui descrevo os nomes dos ecônomos da Presidência, em seguida os ecônomos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. E no Ministério da Defesa surpreende-se o Sr. Marcel Gomes, responsável sozinho por 777 mil reais em despesas da conta do tipo B apenas no ano de 2007. Isso está colocado aqui, Sr. Relator, no anexo 5 e 6 nas planilhas de despesas dos ecônomos citados.

Destaque também merecido para a planilha 7 em anexo que demonstra a evolução dos gastos da ABIN, surpreendentemente em 2007 indicando uma despesa de aproximadamente 11.5 milhões de reais 100% superior a despesa que teve esse órgão nos anos 2005 e 2006, o que exige apuração por parte do Tribunal de Contas. Segundo o próprio acórdão 2001/2007, TCU, Item 11.8 o assunto é objeto do... O número do processo aqui... 005487/2006-6. Item 4. A fiscalização do TCU e as irregularidades apontadas. O Tribunal de Contas da União desde o ano de 2004 vem se dedicando à fiscalização das despesas do cartão corporativo tendo proferido sobre os termos acórdãos, e aí nem os números dos acórdãos com os anexos. Contudo, essa análise não compreende mais do que 2%... Mais do que cerca de 2% do total de gastos nos cartões desde 2004, com destaque ao alto custo envolvido na tarefa cumprida à risca pelo TCU dentro das suas possibilidades, o que confirma a sobrecarga desse órgão de controle e a necessidade de investimentos em tamanho proporcional ao número de cartões disseminados pela administração pública.

Inclusive, vale o registro de que o TCU assim como a Controladoria-Geral da União exerce a sua fiscalização de forma bastante restrita, focando em média em apenas nesse momento aqui na CPMI focando em média em apenas um processo por órgão a cada ano. E assim mesmo avaliando apenas questões técnicas e não se imiscuindo no mérito da despesa onde muitas vezes reside o desvio. A função do Tribunal de Contas é de fazer uma análise que tem sido aqui na CPMI, de fazer uma análise mais genérica, não fulanizando, não apontando especificamente quaisquer desvios, mas entendendo todo o uso do cartão. Daí a necessidade que nós entendemos de que essas caixas todas sejam compartilhadas minimamente ou senão enviadas para o Ministério Público para que se possa desdobrar especificamente em cima de todos os usuários do cartão corporativo uma investigação mais criteriosa, com um tempo maior. Esses acórdãos do Tribunal de Contas da União apontam, sobretudo: UM. A facilidade operacional com o uso do cartão e o aumento do valor limite para execução das despesas incentivam a concessão de suprimento de fundos aumentando a probabilidade de fracionamento de despesas como meio de fuga ao processo licitatório. Dois. Diárias de hospedagem e alimentação pagas a pessoas estranhas inclusive no local sede do órgão, onde não se autoriza o uso do cartão com essa finalidade. Três. Pagamento de despesas de cunho pessoal. Quatro. Sobrepreço. Superfaturamento de diárias de hospedagem e outras despesas. Aí corroborando com o que falou há pouco o Deputado Carlos Sampaio, inclusive que em alguns hotéis, em vários casos na realidade, vem uma nota como sendo hospedagem, mas há também a alimentação dos hóspedes embutidos nessa nota. Falta de orçamento prévio e pesquisas de preço visando a maior economicidade, e por vezes ausência de relatório de viagem. Valores registrados no SIAF aquém da movimentação realizada pelas unidades gestoras, especialmente no que toca aos saques onde não há transparência nesse meio de operação quanto ao destino dos recursos, além do inconveniente de haver nesses casos o pagamento sem a prévia liquidação da despesa. **Veja** só, primeiro se gasta e depois... Quer dizer, primeiro se garante o gasto e depois que é feita a liquidação, quer dizer, na realidade não... O controle no uso do cartão ele é muito menor do que um controle qualquer do processo de compras ou de contratação de serviços no serviço público. Por isso até que esse Item 1 do Tribunal de Contas, dessa análise de um dos acórdãos fala do valor. Se o valor fosse menor, menor ainda seria o interesse digamos assim de se usar indiscriminadamente esse cartão. Como o valor é maior, inclusive pela regra antiga até se mudou isso, a conta

de tipo B tinha um valor 50% em relação à modalidade de cartão. Tanto para obra como para contratação, para compra de qualquer produto.

Então, na hora que o cartão ele é um facilitador muito maior, acaba virando um instrumento mais utilizado e infelizmente nem sempre com o rigor que o Poder Público exige. Item 7. O excesso e o uso indiscriminado dos saques no cartão inclusive para ressarcimento de despesas pagas por terceiros. 8. Ausência de comprovação e justificativa para os saques. 9. Locação de veículos e diárias de hospedagem em períodos sobrepostos, ou por períodos superiores a efetiva utilização. Serviços não prestados. 10. Alto índice de notas fiscais inidôneas. 11. Recibos que não servem como comprovante fiscal hábil ou não discriminam as despesas. 12. Pagamento de encargos de mora pelo atraso na quitação da fatura, o que se do ponto de vista material não foi tão relevante, do ponto de vista de gestão é temeroso. 13. Inexistência de disciplina rígida para concessão e revogação de limites de crédito e divergência entre os dispositivos na IN 04/2004, da Secretaria do Tesouro Nacional e a Portaria 265/01 do Ministério do Planejamento. 14. Ainda remanesce, em muitos casos, a desorganização nos processos de prestação de contas, à exemplo, ausência de demanda, justificativas, atesto, comprovantes de despesas, e/ou a inclusão em processos diferentes de comprovantes de despesas correlacionadas, o que dificulta bastante a visão conjunta do gasto exigindo o exame de dois processos distintos. Isso é uma forma de... Educada do Tribunal de Contas mostrar que muitas vezes se utiliza do instrumento do fracionamento evitando-se licitação comprovando os gastos inclusive no mesmo produto ou no mesmo dia em processos diferentes. E como o Governo Federal não contribuiu em nada para que os processos viessem de forma organizada, para nós fazermos esse trabalho aqui embaixo foi muito difícil.

Também foram apontadas notas que não constavam lançadas no SUPRIM, e o fato do sistema não registrar o recolhimento dos saldos de saques dificultando a correlação do SIAF entre os estornos dos saques e os respectivos saques. Item 5. Os limites impostos a fiscalização no âmbito da CPMI. Antes de relatar a análise dos processos de prestação de contas submetidos à CPMI, cumpre ressaltar que além do jogo político de forma inédita muitas informações não foram enviadas pelo Governo Federal a esta Comissão. Ou desatendendo aos requerimentos aprovados, ou os cumprindo apenas parcialmente limitando sobremaneira os poderes do próprio Congresso Nacional. Não bastasse o entrave acerca dos dados de natureza sigilosa e não acessíveis a esta CPMI, o que merece capítulo a parte. Embora tenha sido aprovado

Requerimento 131/08 determinando o envio à CPMI de todos os processos de prestação de contas dos agentes supridos, as mais de 2800 caixas foram enviadas de forma completamente desordenada por não seguirem uma classificação cronológica e/ou individualizada dos processos. Além de misturar a prestação de contas de diversos órgãos e ecônomos, remeter a processos em duplicidade, subdividir as prestações de contas, dificultando a visão conjunta dos gastos. Vale a ressalva de que o próprio Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União, quando se depararam com as caixas todas aqui me perguntaram como é que eu estava fazendo para poder analisar aquilo já que era completamente desordenado o envio daquele material à CPMI. Respondi que foi garimpando, vendo caixa por caixa, analisando caixa por caixa, mas do ponto de vista técnico o próprio Tribunal de Contas entende que a forma como se enviou para a CPMI a documentação do Governo Federal foi justamente para dar trabalho, para dificultar a investigação, para fazer com que os Deputados e Senadores interessados em entender o que de fato vinha acontecendo com o uso do recurso público via cartões fosse mais difícil e moroso. Além do que também, foi enviada paulatinamente essa documentação à CPMI começando por 98, de contas B, o que nada tinha inclusive a ver com o objeto desta CPMI. Embora tenha sido aprovado esse Requerimento então, nós tivemos dificuldades de ter uma visão conjunta desses gastos.

Até o momento da elaboração deste relatório, portanto, até esta madrugada, não foram enviados à CPMI todos os documentos solicitados, como por exemplo, a prestação de contas relativas aos cartões corporativos utilizados pelo IBGE. Muito embora diversos documentos ainda estejam a caminho desta secretaria, da secretaria desta Comissão, é fato que nem todas as prestações de contas já apresentadas estão completas. Existe a ausência de diversas prestações de contas de Ministros e Ministérios, a exemplo da prestação parcial de contas da Casa Civil e de Ministérios como o da Comunicação, do Turismo, do Transporte, do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão entre outros cuja falta de envio dificulta até mesmo essa apuração exata como inclusive afirmou em conversa o Tribunal de Contas da União. É importante ressaltar que a prestação de contas dos 20 maiores sacadores do Ministério do Planejamento, objeto do Requerimento nº. 218/2008, embora aprovado nessa CPMI, não foi cumprido pelo Governo Federal, impossibilitando a sub-relatoria de fiscalização de gastos avaliar o destino dos volumosos recursos despendidos por esse órgão e seus ecônomos. Furtou-se ainda o Banco do Brasil de enviar a

esta CPMI a receita financeira total aferida pelo banco, a bandeira do cartão e demais parceiros decorrente da administração e do uso dos cartões de pagamento do Governo Federal. Esses demais parceiros aqui leia-se VISANET, que é a empresa vinculada à Visa e que é uma empresa privada. Visa é uma empresa privada, enfim uma S.A., a VISANET é uma empresa privada com a participação do Bradesco, a participação do ABN AMRO, a participação minoritária do Banco do Brasil e, portanto deveria ter participado de um processo licitatório, e não ser escolhido tão e somente como foi escolhido e o argumento do Diretor do BB cartões foi que olha, na verdade isso foi feito em 98, se iniciou assim, então nosso contrato de 2005 nós tão e somente transportamos aquela informação para o contrato de 2005. Na realidade, o Diretor do BB cartões para se chegar a Diretor de BB cartões deve entender da Legislação do serviço público e isso é absolutamente irregular, absolutamente contra a Lei 8666 de 93 que prevê licitação em diversos casos e nesse caso há milhões de reais envolvidos. O Banco do Brasil ele não recebe dinheiro do uso do cartão diretamente, Presidente. Mas indiretamente recebe sim e o pior não é o Banco do Brasil, que é um banco público. É que dois Bancos privados, 1% ou 2% do VISANET é de uma série de outras empresas financeiras também, estão recebendo dinheiro público do erário público sem ter participado de licitação alguma. Como se o único cartão no mundo fosse o dessa bandeira. E não é verdade. Além dessas limitações impostas à CPMI e a não aprovação de diversos requerimentos que visavam a convocar autoridades e servidores com o objetivo de elucidar e contribuir nas investigações descobriu-se veementemente que o arquivo digital enviado por duas vezes pelo Banco do Brasil a esta CPMI, vou repetir, enviado duas vezes, com um total de operações por estabelecimento com identificação do cartão e do titular não estava completo. E apresentava divergência em relação àquele que estava em poder do Tribunal de Contas da União.

Esta sub-relatoria, junto com o sub-relator de sistematização, constatou que foram subtraídos cerca de 828 mil reais em operações qualificadas no arquivo do Tribunal de Contas da União como informações não sigilosas. E que por isso nada obstava a sua análise pela CPMI. Essas referentes às despesas do fundo de aparelhamento da Polícia Federal e mesmo da atual Presidência da República, não coincidente de natureza similar do dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique Cardoso, vazado pela imprensa havendo assim forte indício de dolo nessa sonegação, o que merece a apuração por parte do Ministério Público, pois constitui crime omitir informações a uma Comissão Parlamentar

de Inquérito e esta então é uma comissão mista parlamentar de inquérito, portanto envolve o Congresso Nacional. E aí vale um pequeno registro. É inaceitável que os atuais gestores do Banco do Brasil coloquem em dúvida a atuação de uma empresa pública da importância que tem o Banco do Brasil como falou aqui o Deputado Carlos Sampaio, uma empresa de cem anos, ser de repente colocada... Mais de cem anos, vai fazer duzentos anos, ser colocada em xeque por conta de dois ou três gestores que naturalmente não agiram por conta própria. Naturalmente receberam ordem, porque que o banco envolve o que? Quem mexe com dados do banco são técnicos, não são políticos. Curiosamente os dados suprimidos do atual Governo foram os dados colocados do governo passado nesse dossiê, o que nos sugere, nos imagina que houve absoluta má-fé por parte do Governo no envio, ou melhor, do não envio desses dados. 6. A análise dos processos *in loco* por amostragem no âmbito desta CPMI. 6.1. Os processos de prestação de contas e a deficiência do controle interno.

No escopo do trabalho da sub-relatoria de fiscalização, através da análise *in loco* de diversos processos de prestação de contas submetidos observou-se a deficiência de muitos... E muitos desses, principalmente por não seguirem uma padronização, o que por um lado impõe a formulação de uma Legislação própria, com esse objetivo diante da fragmentação da Legislação existente, por outro demonstra a fragilidade do controle interno do Governo Federal porque muitas vezes negligente quanto às exigências para a concessão do suprimento de fundos. Há poucos órgãos que quando se lançam ao uso do suprimento de fundos se valem de orçamento preliminar e pesquisa de preços buscando atender o princípio da economicidade. O que deveria pelos princípios que regem a administração pública e pela própria Lei, ser essa justamente a preocupação e o objetivo maior dos coordenadores de despesa. Apenas alguns Ministros se dedicam a elaborar, juntar às suas prestações de contas os relatórios de viagem e as suas respectivas agendas, justificando as despesas. Procedimento raramente visto na prestação de contas de servidores de escalão inferior. Em muitos processos não se viu justificativa prévia para a demanda, enquanto em outros foram adquiridos suprimentos em quantidade maior do que havia sido demandado. Anexo 10, no processo... Está aqui o número, suprido, Carlos Ney Araújo Almeida, o órgão é do Ministério das Cidades. E assim eu vou citando aqui alguns outros casos. Dessa análise, decorre a manifesta necessidade de se padronizar, como já foi dito aqui pelo sub-relator Carlos Sampaio, o procedimento de prestações de contas seja quanto a forma, seja quanto aos formulários, sen-

do o dever sempre de fazer... Desculpa, sendo o dever sempre se fazer juntar os processos de prestações de contas. E aqui vou nominando como deveria ser, vamos nominando como deveria ser essa comprovação. Todos esses dados e documentos contidos no mesmo processo administrativo que naturalmente o sujeito não gastar e colocar aquele gasto dele em diversos processos como a gente infelizmente viu. Independente da necessidade de aperfeiçoar e consolidar a Legislação nesse aspecto há a manifesta deficiência e/ou a desídia dos órgãos de controle interno, exigindo a sua capacidade e o rigor na fiscalização dos suprimentos concedidos como forma não só de conter os gastos, economicidade e preservar a sua legalidade, como por consequência também reduzir a sobrecarga dos órgãos de controle externo. 6.2. O uso do dinheiro público e os desperdícios, despesas não emergenciais e uso em proveito próprio. Fiscalizar o uso do dinheiro público e conter os excessos e os desvios não importando se de pouca ou muita materialidade, é dever não só do próprio agente público, submetido aos princípios e a Legislação que rege a administração pública, como também dos órgãos de controle interno e externo, sobretudo o Congresso Nacional. Estabelece o artigo 37 da Constituição Federal, notadamente o caput inciso 21 é permitir a igualdade de condições entre concorrentes interessados em prestar serviços ou fornecer bens e produtos à administração pública, evitando a escolha indiscriminada ou por predileção ou pelo interesse exclusivo do agente público atendendo a eficiência, a moralidade e a economicidade. Tratando-se de dinheiro público, dinheiro do contribuinte, é preciso evitar os desperdícios buscando a proposta sempre mais vantajosa para a administração pública, sendo dever fiscalizar o destino desses recursos pelo interesse público maior que o mesmo que deve conduzir os atos de cada gestor. A contratação de hotéis deve ser guiada pelo princípio da economicidade, ainda que outras circunstâncias também devam ser atendidas.

Por isso, em razão das freqüentes despesas dessa natureza que apresentam grande parte dos gastos com o cartão, a escolha de hotéis ao menos nas principais capitais e cidades mais visitadas do país está a exigir o processo ordinário de licitação, objetivando uma vantagem maior ao erário público, o que será objeto de capítulo próprio. Sem prejuízo, ao menos no momento da contratação o agente público deve-se guiar pelo princípio da moralidade, da probidade administrativa sendo inconcebível que o Ministro de Estado ou outro servidor para se hospedar numa capital eleja impunemente aquele hotel que possui a diária mais onerosa, quando outros tantos se hospedam em hotéis do mesmo nível, com preços no mí-

nimo 50% inferiores. A hospedagem de um Ministro em São Paulo no dia 18/11/04 no expressivo valor de 1.250 reais cada diária e para seu assessor no valor de 632, bem ilustra o desperdício do dinheiro público. Por duas razões. Primeiro, a despesa do assessor de 632 por diária é muito alta. E a do Ministro é o dobro. Então veja só que ao assessor já gasta uma fortuna, o Ministro então 1.250 reais eu duvido que esse Ministro fosse gastar do próprio bolso para pagar diária em qualquer lugar do mundo num hotel. Bem, bem ilustra o desperdício do dinheiro público no anexo 12. Fato esse não isolado, pois também se verificou despesa de diária num hotel no Rio de Janeiro em 24/01/04, no valor de 1.268 reais e também outra diária em hotel em São Paulo no valor de 751 reais ainda nos idos de 2001, típico exemplo de desperdício que se confronta o princípio da moralidade. E aí até aqui para aqueles que dizem que a gente não fez nenhuma análise do governo passado, 2001 era governo passado e o anexo 12 contempla aqui informações com as notas fiscais.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – [Pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – É gravíssimo que em 2001 tenham gasto realmente a metade do que em 2004 o Ministro do atual Governo gastou. Os dois gastaram muito. Os dois fatos são graves. Outros exemplos se manifestam também quando se trata de despesas de alimentação. Ainda que não se atenda à nova técnica 194/03, COAVA, Siset, CC/PR fato que pelo princípio da moralidade e improbidade administrativa não se justificam tantas despesas, sobretudo por servidores de menor escala em restaurantes conhecidamente mais refinados. À exemplo, a ecônoma Romilda Macarini, lotada no SESP. Ministério da Educação a par de efetuar despesas de alimentação no local da sede de sua unidade, o que não é permitido pela regra, pela Legislação, destaca-se também o consumo em restaurantes dos mais caros do Rio de Janeiro, o GERO, no sábado, dia 4/09/04, no valor de 708 reais dentre outros consumos dispendiosos inclusive aos domingos. Isso está contido no anexo 13. Eu fico imaginando que prato é esse que a ecônoma Romilda pode ter comido no sábado, no restaurante GERO, 708 reais. Ou tomou um vinho muito caro ou pagou para terceiros. Os dois também são gastos irregulares. Essa servidora e outros lotados no SESP também titulares de cartão, por outras razões, respondem ação penal movido pelo Ministério Público Federal pelos crimes de enriquecimento ilícito, apropriação indébita, dispensa de licitação e improbidade administrativa, razões suficientes para que não se concedesse a estes o cartão, o que demonstra ine-

xigir cautela alguma na eleição dos ecônomos. Quem elege, quem vai ter o cartão quem não vai ter o cartão é o próprio órgão. E o órgão não faz uma análise prévia se aquela pessoa está ou não está envolvida com algum problema penal.

Às vezes tem processo, encaminhamento já para condenação, e mesmo assim o Governo Federal entrega um cartão de crédito com dinheiro dos impostos para que essa pessoa possa gastar e quem dá o critério inclusive, o teto do valor é o próprio órgão. Quer dizer, fulano vai poder gastar mais do que beltrano por determinação do ordenador de despesa daquele Ministério. E assim eu vou seguindo aqui com informações similares mostrando que há inúmeros desperdícios quando se tem acesso a prestação de contas de gastos não sigilosos da Presidência da República, voltados para freqüente aquisição de balas, doces, bebidas alcoólicas, revistas, dentre outras peculiaridades. Está no anexo 15. E a outra informação que falei há pouco está no anexo 13.1, e anexo 14. A verdade é que não há excepcionalidade alguma que justifique o uso do cartão para compra desse produto porque o uso freqüente e previsível como, por exemplo, também é o caso da dieta semanal a que se submetia um determinado Ministro da Casa Civil nos anos de 2004, pois na própria demanda dos seus assessores observa-se a justificativa... Observa-se freqüência semanal dos seus lanches que repetem sempre o mesmo cardápio, o que significaria a contratação do fornecimento por meio ordinário ou no mínimo a cotação de preços optando pelo registro mais vantajoso. **Veja**, Deputado Paulo Teixeira, que já não estou implicando com o guerreiro tomando leiteinho, já estou tratando de maneira mais densa, mais jurídica, aqui conforme falei inclusive para o Relator quando a Presidente me escolheu como sub-relator de gastos. Não suficiente, há também exemplos claros, no mínimo de desperdício, nas despesas de locomoção, senão sobrepreço. Da análise do processo de prestação de contas do Ministério da Assistência Social, constam despesas de táxi no Rio de Janeiro para visita em áreas de enchentes no feriado de festas de final de ano. Dia 24 de dezembro, 26 de dezembro, 29 de dezembro, em valores de 400 reais cada táxi. E 600 reais em 29 que é o último dia 29/12/2003. No último dia, quando o mais econômico seria o aluguel... Bom, aí nos três casos seria mais econômico aluguel de veículos ou a cotação em outra empresa de táxi, pois para fazer o mesmo trajeto nos dias de hoje, portanto cinco anos depois, praticamente, não se cobraria nada além de 300 reais. Isso está no processo 71000.003438/03-49 suprido, Sallote Lisboa, órgão: Ministério da Assistência Social. Isso está no anexo 16. Inclusive, na prestação de contas da mesma ecônoma, há recibo

de táxi no dia 1º de dezembro de 2003 para trajeto no mínimo equivalente a baixada Fluminense, Mauá, Magé, Caxias, Belfort Roxo, compreendendo oito horas à disposição no valor de 260 reais, portanto bem inferior àquelas outras despesas de condução. Essas informações, com as notas inclusive, estão no anexo 16. Mais curioso ainda é o fato de que a visita dessa comitiva às áreas de enchente teria ocorrido no dia 30/11, segundo a agenda da Ministra, juntada ao mesmo processo de prestação de contas não se justificando por isso qualquer despesa de táxi com data posterior a 01/12/03. Até porque, quanto mais porque a Ministra e sua comitiva estavam hospedadas no hotel Parque dos Coqueiros, em Aracaju, cumprindo agendas de 21 a 23/12, não se justificando suas despesas no Rio de Janeiro muito menos o pagamento das diárias ao hotel em Aracaju até o dia 26/11, afinal de contas o evento a que a Ministra estava participando se encerrou no dia 23/12, e ela permaneceu curtindo o feriado do natal até o dia 26/12 com dinheiro público, o que cabe à ecônoma justificar. Isso está no anexo 16 também. O suprido é Sallate Lisboa do Ministério da Assistência Social. Dentre os desperdícios também se destacam despesas de cunho pessoal o que demonstra o mau uso e a vulnerabilidade dos cartões. É o exemplo da ecônoma Letícia Ferreira, lotada no Ministério da Educação, FUB-Fundação Universidade de Brasília que no dia 13/11/2004 efetuou despesas em salão de beleza. Está no anexo 17. A Verena está aí? Carlos dá um pulo aqui, por favor. Também as despesas em *Free Shop* não se resumiram ao caso sob apuração do Tribunal de Contas da União, envolvendo a Ministra Matilde Ribeiro, pois a sub-Comissão de Fiscalização também identificou gasto em idêntico estabelecimento realizado pelo Reitor da Universidade de São Paulo, Sr. Ulysses Fagundes Neto, dentre outros inúmeros de cunho pessoal realizados por ele em viagem ao exterior. Ficam aqui ao Relator e a Presidente os meus protestos de que o Sr. Ulysses Fagundes Neto apesar de ter sido aprovado Requerimento de convocação para que viesse a esta CPMI, primeiro faltou e segundo não veio aqui, desprestigiou o Congresso Nacional e esta CPMI não insistiu na vinda dele aqui para depor. A despesa do oficial Jorge Pinheiro da Superintendência Federal da Agricultura e Abastecimento da Bahia, em conhecida casa de *strip tease*, chamada Tchê *Night Bar* para que fique claro, conhecida, não por este sub-relator ou sub-relator de sistematização, mas conhecida na região da Bahia. Poderia servir como maior exemplo do uso indevido do cartão em proveito próprio, e não público. Não fosse a despesa identificada em motel aqui em Brasília realizado pelo ecônomo José C. M. Sobrinho. E os gastos no local de trabalho e também

em proveito próprio exemplificado pelo caso da tapioca comprada pelo atual Ministro dos Esportes. Notas não discriminadas de... Isso está no anexo 20 e também no anexo 19. Notas não discriminadas de despesas em choperias, uisquerias, despesas de refeições pagas a terceiros também são muito comuns constantes nas informações das caixas enviadas à CPMI, estão contidas no anexo 21. Além dos gastos irregulares de cunho pessoal do Ministro da Pesca sob apuração do Tribunal de Contas, denúncia feita pelo Deputado Federal Vic Pires, Democratas do Pará, durante o depoimento do Ministro a esta CPMI comprova o uso do cartão em viagem feita ao Pará, às vésperas do segundo turno da eleição de 2006 onde discursou pedindo votos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que configura um exemplo do mau uso dos cartões em favor de interesses alheios ao da administração pública, o que merece apuração por parte do Ministério Público conforme o anexo 22. O uso do cartão para despesas estranhas à administração pública também foi identificado em outros pagamentos realizados em proveito pessoal de terceiros. É emblemático o caso identificado dos dados não sigilosos... Essa é importante, João Pedro. É emblemático o caso identificado nos dados não sigilosos da Casa Civil que acusa no dia 2/9/03 pagamento a serviço de internet em favor do filho do Presidente da República, Sr. Fábio Luiz Lula da Silva, conforme anexo 23 no processo 00200.003816/2003-90 órgão: Presidência da República. Fica a pergunta. Porque razão e com que direito os impostos pagos pelos contribuintes servem para custear despesas da família do Sr. Presidente? Despesas de terceiros que não possuem qualquer vínculo funcional nem formal com a administração pública? Esses episódios merecem apuração por parte do Ministério Público, pois revelam a vulnerabilidade do cartão corporativo, os erros, os desvios e irregularidades nos gastos do Governo Federal. Sinalizando inclusive o que pode existir nos dados sigilosos. Talvez por essa razão única tenha sido negado a esta CPMI.

Eu sugiro ao Sr. Relator, Luiz Sérgio, que solicite ao Ministério Público que analise com profundidade esses gastos via saques da Presidência da República e dos familiares da Presidência da República. Da família do Presidente, da família do Vice-Presidente, porque eles não têm vínculo funcional nenhum com o Governo Federal e não é possível que nós, pagamos impostos, enfim, a sociedade brasileira, tem que ficar custeando os gastos da família do Presidente. Quer dizer, na hora que é a segurança do familiar, do Presidente todos nós entendemos, para que o filho, a filha do Presidente, do Vice-Presidente tenham a segurança, a tranquilidade de andar pelo país e que o Presidente

não seja pressionado por conta da vulnerabilidade da sua família sem nenhum tipo de segurança. Agora, não significa dizer que o dinheiro, o recurso público pago via impostos para o bem comum seja utilizado para pagar internet para filho de Presidente e assim por diante. Nem desse nem de outro qualquer Presidente da República. 6.3. Despesas de alimentação e hospedagem na sede do próprio órgão. É o entendimento da Controladoria-Geral da União que não há previsão legal para o uso do suprimento de fundos com comida. O que significa que no âmbito do direito administrativo o que a lei não autoriza expressamente não pode ser o agente público praticar. Não pode o agente público praticar. É a diferença da iniciativa privada e da... Do Poder Público que muitas vezes as pessoas confundem a diferença básica, legal do sistema público para o sistema privado é que numa empresa privada pode-se fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, e tudo aquilo que a lei não versa sobre. Na iniciativa pública, no Poder Público, só pode ser feito aquilo que a Legislação permita ou obrigue o gestor público. É isso que torna mais burocrático, lento, difícil o trabalho no serviço público, mas por outro lado estimulante também porque com a tecnologia de hoje a gente pode modernizar bastante o sistema de administração no serviço público inclusive por meio digital, quer dizer, fazendo com que fique mais simples, mais objetivo, e que o controle do recurso público seja naturalmente garantido e mantido. Sobressaltam os gastos realizados nos mais caros restaurantes da Capital Federal, especialmente nas churrascarias Porcão e Pampa, e no refinado restaurante Piantella, e La Torreta. Não conheço. Além de pizzarias, restaurantes de massa, choperias e uisquerias estão contidos no anexo 24. Processo do Ministério das Cidades revela a frequência de despesas com alimentação na Passos&Passos Panificadora e Confeitaria Ltda, localizada em Brasília, cujas notas fiscais de 21/10/2004, 09/03/2005, 06/06/2005 além de omitirem a descrição da despesa apresentam valores consideráveis, mas incompatíveis entre si indicando ou hipótese de sobrepreço ou a hipótese de pagamento de refeições a terceiros, o que não se admite. Nem se admite que o Ministro utilize cartão aqui na própria capital como também não se admite pagar para terceiros. Quero registrar inclusive que... Não está aqui por escrito, mas numa dessas notas aqui, Relator, o... A pedido de um dos Ministros, me parece que é nesse caso mesmo aqui, do Ministro das Cidades, ele pede que a nota fiscal que já estava feita e toda... Como se chama isso? Discriminada, que ela seja trocada, não é Nota Fiscal, desculpe, o cupom fiscal já estava entregue com toda a discriminação já estava emitido com toda discriminação e o

Ministro pede que troque para uma nota fiscal sem a discriminação do que foi gasto ali. No que o caixa da panificadora pega uma caneta e anota o seguinte, a pedido, trocado o cupom fiscal por uma nota com o valor total. Quer dizer, obviamente o que o Ministro tinha como pano de fundo nesse momento era encobrir naquilo que ele estava gastando com recurso público. Além de configurar muitas vezes despesa de cunho pessoal ou em favor de terceiros, as refeições na sede própria, do próprio órgão, são por completo irregulares, na medida em que o suprimento de fundos não é autorizado para despesas de alimentação senão em viagens à trabalho. Tampouco essas hipóteses versam sobre gastos excepcionais e emergenciais cabendo a apuração e o ressarcimento ao erário público. Despesa de pequenos vultos, fragmentação de despesas e fuga a licitação. A fragmentação de despesas é prática que se evidenciou com frequência em diversos processos analisados, sobretudo na contratação de hospedagem, aluguel de veículos e compras de material de uso frequente, previsível como: alimentos, bebidas, material de papelaria, informática, placas, molduras, vidros, carimbos, espelhos, produtos de farmácia dentre centenas e centenas de outros. Muitos servidores preocupados apenas em adotar o valor da despesa aos limites da Portaria 95/02, do Ministério da Fazenda, fracionaram as suas compras acreditando assim enquadrá-las como suprimento de fundos. Tome-se, como exemplo, o processo tal da Presidência da República, tem aqui o número do processo onde se vê que o aluguel de uma Van por duas semanas foi fracionado, sendo cobrado pela primeira semana o valor de 650 reais e na segunda semana pela mesma Van o preço de 750. Se não for um caso típico de fracionamento, é pior ainda, é de superfaturamento de uma semana para outra para se utilizar a mesma Van. Isso está no anexo 25. Há casos também como da Ministra Matilde em que outros muitos servidores se valem sempre do aluguel de veículos de uma mesma companhia por predileção ou por interesse próprio não só a *LOCALIZA RENT A CAR* como é o caso do Ministério das Cidades que sempre em Porto Alegre vale-se do serviço da Milton Transporte. Não necessariamente os mais econômicos, pois isso não se sabe na medida em que as demandas nem sequer foram precedidas de consultas de preços e nenhum dos processos versa sobre a questão da economicidade.

Aliás, registro para todos os processos que pude analisar embaixo. Juntamente com a equipe técnica que me assessorou ao longo desta CPMI e o sub-relator Carlos Sampaio. Em nenhum processo houve o princípio da economicidade levado em consideração na medida em que nenhum deles mesmo naquelas despesas

que eram muito comuns, levava-se em consideração um preço a menor de um órgão ou de um estabelecimento em relação a um outro estabelecimento. E pelo cálculo, no uso arredondando de 13 mil cartões, se houver um desperdício de 100 reais por mês de cada usuário, a gente já chega ao valor de um milhão e 300 mil reais por mês de desperdício, se multiplicado por 12, já passa do valor de 15 milhões de reais de desperdício, que para o Governo são mais de 60 milhões, são quatro anos, e levando em consideração a reeleição, oito anos, 120 milhões de reais para simplesmente um erro de 100 reais por mês de cada usuário de cartão. Então um recado para aqueles que acham que 50 reais ou 30 reais ou 200 reais é pouco dinheiro para se tratar aqui nesta CPMI. Não é pouco dinheiro. Estamos tratando em primeiro lugar de princípios, em segundo lugar estamos tratando também de valores que no acumulado daria para fazer bem à sociedade brasileira, na construção de casas populares, esgotamento sanitário, enfim, coisas que são necessárias e que infelizmente ainda não foram feitas pelo Governo nem Federal nem Estaduais e de muitos Municípios. Isso está contido no anexo 26. Tem outro processo da Presidência que bem sintetiza essas ocorrências, pois detalha diversas compras de alimentos e supérfluos no supermercado Pão de Açúcar em Brasília, e em outros comércios de alimentos, materiais de limpeza, papelaria todas devidamente glosadas pelo órgão de controle interno que na sua conclusão identifica tratarem-se de despesas rotineiras. Portanto, passíveis de licitação. Passíveis, não, obrigatoriamente de licitação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA)

– Relator permita. Os dois governos, não só do Presidente Lula mas do Presidente Fernando Henrique Cardoso também.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Sim.

Na realidade, o que acontece é que no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o uso do cartão não chegou a quatro milhões de reais. Então ao longo desse período a Subcomissão de Fiscalização de gastos se ateve ao maior volume de informações que estavam contidas nas caixas de 2003 a 2008. Esse anexo especificamente aqui é de um processo de 2004. Portanto, é possível que pegue também o governo passado. É o processo... Não, desculpa, não é do Tribunal de Contas, não. Esse processo é da própria Presidência da República. Então provavelmente é desse Governo. Com efeito, cumpre considerar o suprimento como o todo e não fracionado, justamente onde reside a irregularidade. Tomando-se o suprimento como um todo, o valor global muitas vezes exige o procedimento ordinário de compra, e no outro se recomenda a sua adoção como medida de economicidade.

A planilha em anexo demonstra o quanto se acumula em despesas de papelaria, locação de veículos, materiais de construção, ferragens, eletrônicos e farmácia. Contidos no anexo 27. Outra concentra despesas somente de hospedagem permitindo uma visão global no anexo 28. O mesmo se diga em relação às despesas em postos de gasolina em razão da sua materialidade. A planilha do anexo 29 relaciona por estabelecimentos essas despesas e o valor global, valendo a ressalva de que outros estabelecimentos que não giram sob a denominação que os identifiquem como posto de gasolina podem ainda crescer essa lista. Isso foi outra dificuldade que nós tivemos Presidente, de identificar exatamente o que é que aquele nome dado àquele estabelecimento de fato era... Qual era a atividade que estava por trás daquele estabelecimento. Nem todos a gente conseguia identificar. Foi trabalhoso avançar nesse sentido. As despesas em postos de gasolina são de difícil fiscalização também, porque muitos não emitem notas rotineiramente o que permite a sua emissão posterior ao caso requerido. Ainda que não seja adquirido nele produto algum. Como funciona isso? Se forem milhares de litros vendidos por um posto de gasolina e esse posto de gasolina não emite nota fiscal, na hora que se emite uma nota fiscal qualquer já está contida dentro do imposto que aquele posto de gasolina pagará. E, portanto dificulta muito. Não sabemos aqui efetivamente se a gasolina foi ou não foi utilizada. Além do que nos postos de gasolina de hoje também tem serviços de 24 horas de alimentação. O sujeito pode ter ido lá, comido, bebido, botou 5 reais de gasolina, pegou um cartão, uma nota de 150 que foi a comida mais a gasolina. Então é difícil de a gente ter a certeza absoluta. De todo modo, conhecendo a materialidade das despesas e a concentração dessas por regiões, permite-se que através do procedimento ordinário de compras, portanto licitação, se contrate com maior economicidade o fornecimento de combustível por determinado período, objetivando a proposta mais vantajosa e aprimorando a gestão dos recursos públicos. O conhecimento dessas informações está no mínimo a exigir o procedimento ordinário de compras, sobretudo pelo valor envolvido assim como deve ser apurado profundamente pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público as despesas que se concentram nesses estabelecimentos até aqui mais favorecidos bem como os ecônomos responsáveis por esses gastos de maior materialidade. Item 6.5. Despesas em feriados e finais de semana e despesas no exterior. Eu vou passar para o 6.7, porque esse aqui já foi tratado pelo sub-relator Carlos Sampaio e o 6.6 também. O 6.6... O 6.7 também. Foi um engano meu. Então foi isso. Vamos passar para o 7. Eu pediria a

atenção de todos porque acho que de tudo que foi analisado nessa CPMI, passou ao largo da imprensa, passou ao largo dos discursos, das observações, das críticas e acho que aqui está o maior problema do uso dos cartões do Governo Federal.

Fora, naturalmente, as questões do ponto de vista ético e da economicidade, do pano de fundo disso tudo eu fui atrás para identificar com muita dificuldade se havia ou não havia prévio empenho para o pagamento. Aí depois fui descobrir que na realidade o dinheiro era sacado nessa modalidade de suprimento de fundos ele é pago diretamente, processo diferente do processo ordinário de pagamento. Ele se dá com maior velocidade. Mas, mesmo assim, há um valor global no orçamento público destinado para esse tipo de pagamento de pequeno porte. Então, existe prévio empenho. Ta bom, então aí seria crime se não houvesse. Então não constitui crime por isso. A contratação do banco, e entra no ponto 7, a contratação do banco, da bandeira do cartão, e a adquirente, a adquirente nesse caso é a VISANET. O que faz o adquirente? O adquirente ele é quem? Articula, negocia ou cadastra as empresas que usarão aquele cartão. Então, no caso do cartão VISA é a empresa VISANET. No caso do MASTERCARD é um outro que eu não lembro agora. Redecard, acho. O adquirente é a empresa, no caso nacional que faz esse trabalho. Nenhum dos dois passou por um processo licitatório, apesar dos milhões que envolve os gastos no uso desse cartão corporativo. Bom, a contratação do banco e da bandeira do cartão a contestada inexigibilidade de licitação e as suas desvantagens. O fato anterior às denúncias veiculadas pela mídia também despertou o interesse desta sub-relatoria de fiscalização. É a análise e investigação da ausência de licitação para a contratação do banco, do adquirente, empresa que credencia os estabelecimentos para aceitar a bandeira e da própria bandeira do cartão corporativo do Governo Federal.

Quero lembrar que tem o valor enorme ser o cartão oficial do Governo Federal brasileiro. Ainda mais tendo 13 mil unidades já expedidas, apesar de 11500 em uso, já tem 12997 que foram expedidas segundo o Jorge Hage, e depois confirmado num valor similar, numa quantidade similar pelo Diretor do BB cartões que falou em 12962 unidades de cartão. Mas enfim, naturalmente se despede, depois um que tinha cartão deixa de ter, esse número está na casa dos 13 mil para a gente arredondar, dos expedidos. O contrato quatro de 2006, portanto no ano de 2006, não é 2005 como eu havia informado anteriormente, me enganei, o contrato 4 de 2006 de prestação de serviços para administração de cartões de pagamento do Governo Federal, celebrado entre o Ministério do Planejamento

e o Banco do Brasil, sustenta a inviabilidade de competição para a contratação do banco. Assim como a sua *expertise* como causas de inexigibilidade. Artigo 25 da 8666 de 93. E nem sequer trata da bandeira dos cartões e do adquirente a serem contratados. Simplesmente definiram que seria a empresa VISA e a empresa VISANET e ponto final. Conforme o anexo 32. Entretanto, esse tipo de serviço não tem natureza singular. Diversas instituições bancárias e empresas de cartão de crédito estão aptas a prestá-lo com o mesmo nível de qualidade. Talvez até nível maior do ponto de vista do controle. A livre concorrência de... Para prestação desse serviço além de atender as normas vigentes da 8666, que é a lei de licitações, seria financeiramente vantajosa para a União em função das ofertas e demais Bancos e bandeiras de cartões de crédito. E vou citar aqui alguns exemplos, um dos quais na época fui Secretário de Administração da Prefeitura do Rio de Janeiro, foi absolutamente bem sucedido, um serviço que foi prestado pelo Banco do Brasil, depois a Prefeitura do Rio de Janeiro abriu para todos os Bancos e depois a Prefeitura resolveu fazer uma licitação. E foram investidos aí mais de 400 milhões de reais entre o que foi investido na Prefeitura e na cidade, o banco acabou tendo que ampliar para áreas da cidade que não tinham agência bancária para atender aos servidores públicos e a Prefeitura do Rio ficou com cerca de 400 milhões para investir nas obras do pan-americano. Um bom exemplo que possibilitou o ingresso de recursos ao Poder Público foi a realização de licitações para o recebimento das folhas de pagamento dos Municípios brasileiros. Para terem o direito de gerenciar as contas de pagamento dos funcionários públicos, instituições financeiras disputaram e ofereceram fortunas por esse serviço. As Prefeituras do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba obtiveram receita de 1.2 bilhão com a licitação de suas respectivas folhas por um prazo determinado. Bem, imagina quanto se pagaria para ser a bandeira oficial de crédito do Governo Brasileiro? Ao considerarmos que cada transação realizada nos estabelecimentos comerciais há cobrança de taxa de até 4,5%, sobre o valor da operação em benefício do banco, da adquirente e da bandeira, e ao percebermos que o montante de gastos não sigilosos foi de 33,5 milhões, conclui-se ter havido tão e somente nos gastos não sigilosos a geração de receitas em favor dos contratados superior a um milhão e meio. **Veja** só, isso é 25% do valor se levarmos em consideração que 75% nesse período agora foi saque. Então multiplicando-se por quatro, na realidade, para chegar a 100%, dariam seis milhões de reais. Uma receita de cerca de seis milhões de reais. Eu infelizmente não consegui, eu pedi aqui oficialmente pela CPMI, está registrado inclusive numa

das nossas reuniões ao Diretor do Banco do Brasil que nos enviasse quanto foi o lucro de cada um desses envolvidos, e o Banco do Brasil nos embromou aqui ao Congresso Nacional e não mandou a informação a qual foi solicitada e eu peço à Presidente que, por favor, ainda nesse período possa solicitar, cobrar do Banco do Brasil.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero informar a todos, Deputado Indio, Deputado Carlos, ao relator, que começou a Ordem do Dia e portanto nós vamos ter que suspender a nossa reunião porque aqui no Senado nenhuma Comissão pode funcionar com a Ordem do Dia em andamento.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Mesmo não tendo deliberação Presidente?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Mesmo não tendo deliberação. É diferente da Câmara. Então nesse caso eu ia sugerir ao Deputado Indio que pudesse, claro, através das cópias que nós obtivemos, pudéssemos, nós fazermos... Inquirirmos pessoalmente naquilo que achar importante.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidente, apenas uma pergunta e uma proposta. A pergunta é se esse Relatório faz parte do outro.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como do outro?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Só um minutinho. Eu não concluí.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Sei. Estou fazendo uma pergunta e um encaminhamento. Ela está fazendo o encaminhamento. A minha proposta de encaminhamento é tendo em vista—

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Presidente estou concluindo. Faltam três minutos. Se puder...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se V.Ex.^a em três minutos puder concluir...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Assim sendo, resta claro que a questão de sigilo das despesas com a segurança do Presidente da República e de seus familiares nada tem a ver com a segurança da sociedade ou do Estado. Já tratando do Item 8. A alegação de que todas as despesas do gabinete da Presidência da República estão sob sigilo por razões de segurança do Estado, não é de ser aceita por implicar afastamento imotivado da regra geral da publicidade e da transparência. Apenas os documentos públicos classificados como de mais alto grau de sigilo, por órgão público competente é que estão sob restrição quanto a sua publicidade. E é preciso que se funda-

mente a existência desse ato declaratório sob pena de tudo ser sonegado ao conhecimento público pela simples alegação de segurança do Estado. Não bastante, cumpre invocar o que dispõe o já mencionado artigo 70 da Constituição Federal de 88 que ao Congresso Nacional não impõe limites, ao contrário, confere ao Poder Legislativo o dever e a obrigação de fiscalizar não se permitindo assim negar ao Congresso Nacional o acesso aos gastos sigilosos sob pena de limitar a eficácia desse dispositivo constitucional. No Item 9 trata do dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique que no mínimo curioso por que... No mínimo é curioso porque as mesmas informações ou similares do Governo Fernando Henrique que foram vazadas no dossiê foram emitidas pelo Banco do Brasil a esta CPMI e no final peço que seja encaminhado a Polícia Federal a respeito de tal coincidência que poderá contribuir para as conclusões da Polícia Federal no inquérito que está sendo feito, razão pela qual se recomenda então o encaminhamento dessas informações à Polícia Federal e também ao Ministério Público. Das conclusões. E eu vou ler aqui tão e somente os títulos para que a gente não passe do horário, mas que depois todo mundo tenha acesso irrestrito a essas informações. A restrição aos saques. Somos plenamente contrários a qualquer centavo sacado. A padronização na prestação de contas e o investimento no controle interno e externo. A carência de pessoal e a forma como se faz a prestação de contas dificulta bastante a análise dos gastos. A criação de uma Comissão Permanente de Controle Externo que seja do Congresso Nacional composta por Senadores e Deputados Federais, incluindo membro do Ministério Público Federal com o auxílio do Tribunal de Contas da União guardando-se assim o sigilo que envolve os gastos sigilosos. 10.4. Licitação por tomada de preço e outros meios de compra mais vantajosos. 10.5. O limite para gasto com diária e hospedagem. Não é possível que o sujeito vá gastar 15 mil reais, 10 mil reais com hospedagem de cinco, dez dias com o dinheiro público. A restrição à hospedagem e alimentação na sede do próprio órgão. Os filtros e o impedimento do uso do cartão. Pode-se filtrar tecnologicamente o sujeito vai ao motel com o cartão público e o motel não aceita aquele cartão, numa Casa de strip-tease, em cabeleiros, locais que notadamente não são locais para se gastar recurso público. Limite diário para despesas. Identificação do Governo do cartão do Governo Federal, sugerimos que tenha um modelo de cartão diferente com uma cor absolutamente diferente para que ninguém diga depois como disseram aqui que foi por engano que usaram o cartão público. A consolidação

da Legislação sobre suprimento de fundos que hoje é uma baderna. São diversos entre decretos, resoluções e portarias que regulamentam o uso do cartão e é difícil do servidor comum de um órgão que recebe aquele cartão dele entender essa Legislação toda para usar o cartão.

Portanto, propomos que se consolide essa Legislação. A licitação do agente financeiro, aí principalmente do administrador e da bandeira do cartão, mas também se quiser eu achei que seria ideal, inclusive, acho que poderia se faturar bastante com isso a licitação do próprio banco também para prestar esse serviço ao Governo Federal. Estou concluindo, aqui o 10.12, a devolução em dobro dos valores glosados pelo Tribunal de Contas da União e outras penas administrativas. Até porque o que acontece é que na hora que alguém gasta o recurso público enganado, usando o cartão público, devendo ter sido o cartão privado, quando ele devolve esse dinheiro para o erário meses depois ou anos depois, ele se beneficiou disso, porque a inflação come o recurso, é como se tivesse um adiantamento de crédito no uso do recurso privado com o dinheiro do Tesouro Nacional. Os critérios para a concessão do cartão e o limite de um único cartão por particular. Que tem uma regra clara para o uso do cartão de todo mundo mesmo que seja por nível de escalonamento. Primeiro escalão, segundo escalão, por função no Governo. Não é possível que pode por vontade própria do ordenador de despesa dar um valor altíssimo para um usuário de cartão e não para outro. E inclusive também que haja proibição de um ecônomo ou usuário de cartão ter mais de um cartão de uso. Porque isso também nos dificultou muito aqui na análise, na fiscalização. Outro item. Os encaminhamentos ao TCU e ao Ministério Público. Daí aqui, Senhora Presidente, são infelizmente quatro páginas e eu peço que haja o encaminhamento de uma série de informações, uma série de dados, tudo aquilo que foi... É relativo aqui a essa... A esse sub-relatório, a esses dois sub-relatórios, essa análise feita em conjunto com o Deputado Carlos Sampaio e aqui, por fim, recomenda-se por fim o encaminhamento deste relatório também à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal com vistas a contribuir nas investigações em curso sobre o dossiê dos gastos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, diante dos fatos narrados no Item 9 acima, que dão conta da supressão de despesas da mesma natureza dos arquivos digitalizados e encaminhados por duas vezes a esta CPMI pelo Banco do Brasil. Mas classificadas como não sigilosas assim como para apurar a responsabilidade e a autoria daquele que determinou a sonegação dessas informações a esta CPMI denunciando os responsáveis por esse delito. Eu queria

pedir, Senhora Presidente, já encerrando aqui a minha fala, que a técnica que está ali do computador pudessem passar só um pequeno vídeo aqui de uma das informações do relatório, mas se precisar por conta do horário encerrar e nós pudermos ver o que é acho que seria elucidativo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Quero agradecer ao Deputado Índio e cumprimentá-lo também pelo fôlego do trabalho realizado. Imagino o quanto foi difícil. E aqui o que nós verificamos dos relatórios apresentados foram as dificuldades que nós tivemos, esta Comissão teve para chegar a essas conclusões. A não aprovação de requerimentos, por exemplo, que dificulta o caso da VISANET, por exemplo, que nós nunca vamos saber bem como é que foi feito isso, porque não tivemos oportunidade de ouvi-los, reclamaram muito os dois sub-relatores porque não tiveram tempo suficiente e foi por isso que nós lutamos para que esta Comissão pudesse ser prorrogada pelo menos por 30 dias para que os sub-relatores tivessem mais tempo, as amostras todas que foram levantadas realmente sugerem as mudanças que se predispõe a fazer, e as dificuldades que eu reclamei muito e todos são testemunhas, desde o começo, as dificuldades das análises pelo não envio dos documentos na forma organizada por meio eletrônico como nós pedimos desde o começo que fosse preferencialmente, foi a frase usada, por meio eletrônico. Nós tivemos menos de 2% desses documentos por ordem eletrônica, por meio eletrônico. O resto foi tudo por papel impresso e misturados inclusive de Ministérios e de ecônomos. Portanto,... E também o nosso foco e foi para esta CPMI cartões corporativos. Mas vinham misturadas também contas B. Portanto, tudo isso dificultou muito. Não foi fácil e, portanto quero aqui cumprimentar os dois sub-relatores pelo trabalho porque do pouco que eu vi eu sei quanto foi difícil chegar à conclusão que chegaram. E dizer então que esses documentos... Que o Relatório final que vai ser entregue ao Presidente do Congresso e ele vai enviar aos órgãos competentes que ele achar competente. Portanto—

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Deputado Carlos quer fazer só um esclarecimento?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Queria fazer uma Questão de Ordem, também.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Também queria fazer uma Questão de Ordem.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Srs. Parlamentares só um esclarecimento, acabei me atrasando por 40 minutos por conta da correção que estava fazendo no texto e a cópia que foi encaminhada a todos contem exatamente os erros que foram corrigidos, então dentro de 10 minutos estarei recebendo em disquetes, ou melhor, em meio digital todas as informações, são erros não no mérito, são erros gramaticais que estão sendo corrigidos e encaminhados, porque esse é um relatório único, mas com partes distintas. Tem a primeira parte referente à minha sub-relatoria e a segunda parte referente a sub-relatoria de fiscalização de gastos. Muito obrigado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, sei que nós regimentalmente não temos como avançar nessa Sessão. Mas seria importante, não sei se... Hoje é quase impossível se retomar isso, mas talvez antes da apresentação do relatório final do Deputado Luiz Sérgio, talvez na mesma reunião que fosse garantido aos parlamentares um tempo para discussão dos relatórios. É fundamental. A gente não veio para cá só para ouvir. Acho que é preciso que a gente discuta. Acho que não sou só eu, os outros parlamentares... Seria importante que V.Ex^a. garantisse pelo menos uma hora para que os parlamentares...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu quero dizer que não é usual. Porque o relatório inclusive normalmente os sub-relatórios normalmente nem são lidos. Eu que pedi ao Dirceu e disse que eu queria muito que todos tivessem conhecimento antes de passar ao Relator. Porque o Relator é que vai extrair aquilo que ele achar conveniente extrair desse sub-relatório. Ele pode inclusive ignorá-los completamente. Quer dizer, depende do Relator. E o Relator vai extrair daí aquilo que ele achar que é conveniente para o seu Relatório para aquilo que ele–

(falas sobrepostas.)

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, pela ordem.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente, apenas para parabenizar o sub-relator Deputado Carlos Sampaio, ele fez um trabalho muito detalhado, quero fazer minhas as palavras do Deputado Maurício Quintella no sentido de que até a página 30 temos total concordância. Percebi na leitura algumas divergências entre os dois relatórios, percebi divergências, portanto queria estudar mais até para levar as minhas contribuições e pedir para V.Ex^a. se poderia encerrar a Sessão que já tem uma votação nominal na Câmara e todos nós Deputados se não votarmos esta-

remos faltosos. Então pediria o encerramento da Sessão a V. Ex^a. e nós podemos discutir na próxima reunião esse... O Relatório final. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Como não, Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Está todo mundo levantando. Senhora Presidente, não sei o que a gente veio fazer hoje aqui. Porque nós ouvimos aqui atentamente os sub-relatores–

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O senhor veio tomar conhecimento–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Só isso?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Só isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Poderia ter sido por escrito.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está previsto na pauta de reuniões.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Mas não podemos discutir, nós não podemos fazer nada?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Claro que pode discutir.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Mas a senhora disse ainda pouco que não.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, eu disse apenas que o tempo–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Hoje quando eu vim para cá, andando aqui nesse corredor, eu estava me sentindo que eu ia bater no campo da esperança de tão longe. Isso aqui virou um velório esta CPMI. Nós estamos enterrando essa CPMI. A senhora já deu prazo, terça-feira nós vamos ver o Relatório e votar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado, V.Ex^a. não tem o direito de falar isso, não. V.Ex^a. sabe tanto quanto qualquer Deputado parlamentar aqui que nós temos prazo regimental. E porque não conseguimos as assinaturas suficientes para nós podermos prorrogar a CPMI, oficialmente eu não posso passar um dia do dia 8, que é um domingo. E, portanto eu tenho também um prazo de vistas que é regimental e eu sou obrigada a dar. Portanto a responsabilidade como Presidente dessa... Não estou aqui brincando, Sr. Deputado. Eu gostaria muitíssimo que nós tivéssemos mais tempo para poder ouvir melhor, debater melhor, pesquisar melhor, não nos

foi dada essa oportunidade, o senhor sabe disso. V.Ex^a. é testemunha disso. Foi um dos que mais brigou por isso. Portanto, V.Ex^a. não pode dizer que nós estamos aqui enterrando. Não. O pedido hoje foi para a leitura dos dois sub-relatórios. E todos sabem que o Relator pode receber ou não as sugestões dadas aqui. E que qualquer Deputado ou parlamentar aqui pode dar o destino que quiser dar aos documentos aqui exarados, que poderão ir para a Polícia Federal, para Ministério Público, e qualquer um. Eu gostaria muito de ter tido tempo, de poder marcar e discutirmos exaustivamente cada um dos itens. Porque isso aqui não é brincadeira, não. Foi trabalho de fôlego que mereceria dias de discussão. Cada um dos itens. Cada um.

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não nos foi dada a oportunidade de ter tempo para discutir esse Relatório.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu posso continuar depois dessa bronca que a senhora me deu? Posso continuar falando? Pois então, eu não retiro nada do que eu falei. Eu continuo mantendo o que lhe disse. Apesar de a senhora ter puxado como professora a minha orelha. Mas nós temos quinta, nós temos sexta, nós temos segunda, nós temos terça, nós temos quarta, nós temos quinta e nós temos sexta. O problema é que a gente só reúne duas vezes por semana. O problema também, Senhora Presidente, com todo o respeito que tenho à senhora, nós ficamos três semanas sem fazer absolutamente nada, sem reunir, eu fiquei com saudade da senhora, eu não lhe via, não via ninguém. Eu só ia lá para o TCU e ficava lá sozinho, solitário.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Vic, V.Ex^a. também sabe que foi um pedido para que pudessem analisar os documentos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu não pedi. Eu fico a vontade para dizer que não pedi.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Então V.Ex^a. não precisou analisar os documentos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Analisei sim. A senhora sabe muito bem que eu analisei.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Quem precisou ir para o TCU, quem precisou abrir as caixas, quem precisou analisar, precisava de tempo para isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, eu não vou discutir com a senhora. Eu não retiro nada do que eu falei. Eu só acho

que nós vamos ficar... Nós vamos nos reunir na terça, segunda não tem nada para discutir, porque tínhamos que discutir esse sub-relatório. Na terça-feira o Relator já vai apresentar o Relatório dele. E a gente não vai discutir absolutamente nada do que os Deputados Índio e Deputado Carlos Sampaio nos trouxeram aqui hoje. Nós fomos hoje massacrados aqui durante três horas ouvindo—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nenhuma dúvida. Se V.Ex^a. está propondo uma reunião amanhã, está feita. Para terça-feira, também. Para segunda também.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu não quero amanhã nem sábado nem domingo. Quero que a senhora marque uma reunião, com certeza o Deputado Maurício quer, para discutirmos essa. Na terça-feira.

(falas sobrepostas.)

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Amanhã? Pode ser amanhã.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, amanhã nós temos votação no Plenário da Câmara. Uma hora antes do relatório final do Deputado Luiz Sérgio.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não adianta porque ele já estará com o Relatório pronto.

(falas sobrepostas.)

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Deixa-me dar uma sugestão.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se é para discutir com seriedade, não pode ser uma hora antes de o Relator apresentar.

(falas sobrepostas.)

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Poderíamos fazer isso na terça-feira, discutir ambos os relatórios. De manhã na terça-feira, o dos sub-relatores e a tarde do nosso querido Relator. Que com certeza depois desse Relatório—

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu acho, Presidente, essa idéia... Pela ordem, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Estou perguntando ao Relator porque eu dependo do Relator. Como eu tenho que dar vistas a quem precisar ter vistas e a lei me diz, a Legislação até cinco dias, eu tenho o máximo para fazer o Relatório final na quinta ou sexta-feira, dia 5 ou 6. E não tenho mais tempo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Nós podemos fazer o acordo de entregar.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – A Presidente da CPI, nesse gesto de permitir as leituras dos sub-relatores, já foi um gesto de encontro a um processo mais democrático. Que a princípio eles teriam apenas que protocolarmente entregar os sub-relatórios. E no momento em que eu estou recebendo este material, esse material, eu tenho até terça-feira para apresentar o Relatório e aqui de público quero ressaltar que muitas das preocupações que aqui foram relatadas são minhas preocupações também, há muitos pontos convergentes do trabalho apresentado, então se formos para fazer um debate de uma hora antes, como é que um debate de uma hora antes eu terei tempo para apresentar um trabalho bem feito? Isso me tira esse tempo. Por isso entendo que esse debate deva ocorrer quando da discussão do Relatório final.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Sr. Relator, nós chegamos aqui a um entendimento, com o Deputado Vic Pires, nós vamos ouvir o Relatório final e depois vamos tecer... Fazer o debate dos sub-relatórios e Relatório porque há considerações importantes a serem feitas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Podemos ficar terça-feira inteira.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Eu tenho críticas contundentes ao relatório do Deputado Índio da Costa e queria deixar isso muito claro.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Quando o Relator apresentar o Relatório, vai ter debate. Tem que ter. É obrigatório. Quanto a isso nenhuma dúvida. Certo Deputado Vic?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Certo, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Ele vai apresentar o Relatório dele e isso obrigatoriamente vamos ter debate.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Concordo em gênero número e grau com a senhora. Peço desculpas, a senhora tem aquele comediante. Ela foi reagir – a minha Presidente foi reagir com 24 horas de atraso ao que fizeram ontem com ela a base do Governo e descontou no seu melhor opositor aqui.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Vic temos dois dias, 48 horas de vistas para sugerir as eventuais mudanças que o Relator poderá acolher.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – [Pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – A vista é quase a vista, porque terça-feira já tem que estar tudo pronto.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não, a vista é depois... [Pronunciamento fora do microfone] Ou sexta-feira.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – [Pronunciamento fora do microfone].

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Regimentalmente declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 17h03

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CPGF (CARTÕES CORPORATIVOS) POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, DENOMINADOS ECÔNOMOS.

Ata da 17ª Reunião de 2008

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião de 2008, realizada em 03 de junho de 2008, às doze horas e vinte e dois minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos (as) Senadores (as) – **Marisa Serrano (PSDB) – Presidente, Marconi Perillo (PSDB), João Pedro (PT), Serys Simessarenko (PT), Gim Argello (PTB) e José Nery (PSOL);** e dos Deputados: **Luiz Sérgio (PT) – Relator, Marcelo Melo (PMDB), Maurício Quintella Lessa (PR), Nelson Meurer (PP), Paulo Teixeira (PT), Carlos Sampaio (PSDB), Augusto Carvalho (PPS), Vic Pires Franco (DEM), Manato (PDT), Silvio Costa (PMN), João Magalhães (PMDB), Nilson Mourão (PT), Índio da Costa (DEM) e Deputada Perpétua Almeida (PC-do-B).** Na oportunidade foi apresentado o Relatório Final pelo Deputado Luiz Sérgio e concedo vista coletiva até às 09 horas do dia 05 de junho do corrente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Havendo número regimental declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº. 02/08 com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF, Cartões Corporativos, por integrantes da administração pública federal, denominados ecônomos. Antes de iniciarmos

os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião da Comissão. Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se a apresentação do Relatório final. A palavra está com o Relator Deputado Luiz Sérgio, que vai fazer as considerações iniciais enquanto a cópia do seu Relatório está chegando e vai ser distribuída a todos. Mas para não ficarmos esperando, como é alentado o seu Relatório, ele vai fazer apenas o... Começar com a introdução para que depois quando entrar nos fatos todos—

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Eu gostaria que a senhora me desse um..., pela ordem, rapidinho. Presidente, eu vou repetir aqui o que eu já disse ontem à tarde no pequeno expediente. A revista VEJA, desse final de semana, traz uma matéria onde o título é “A farsa da CPMI”. Eu, lá no nordeste, no meu Estado, tem um ditado que diz assim: “Quem cala consente”. Eu até entendo o posicionamento da revista porque ela combate um Governo que eu defendo. Entretanto, eu acho que quando o competente jornalista Otávio Cabral generaliza, ele se apequena. Todas as vezes que você faz uma generalização, você se apequena. Na matéria da **Veja**, Senhora Presidente, está escrito da seguinte forma: “A CPMI é formada por um grupo de Deputados inexpressivos e desprovidos de pudor”. O inexpressivo dá para aceitar, até porque expressão, quem diz que tem expressão a revista tem o direito de dizer quem tem expressão ou quem não tem expressão, agora, desprovido de pudor não dá para aceitar. Acho que caberia ao jornalista colocar alguns, ou boa parte, porque aí quem quisesse que botasse a carapuça na cabeça. É sempre de bom tom.

Então eu queria fazer esse registro aqui nesse início de Sessão porque eu acho que sinceramente na democracia é preciso conviver com os contrários. E é evidente que a revista, na hora que generaliza, ela desrespeita a todos. Eu sou um cara, sou professor no meu Estado, eu tenho um filho que é Deputado Estadual, Secretário de Turismo em Pernambuco, um filho que é Economista, uma filha que faz medicina, eu sou professor Diretor de uma rede de escolas, cheguei nesta Casa sem nenhum Prefeito, nenhum Vereador me apoiando, meu voto é um voto de opinião, tenho minha forma de fazer política, não tenho nada contra qualquer companheiro que tenha um processo ou no Tribunal de Contas ou no Ministério Público, não tenho nada contra. Agora, autorizo a revista VEJA a verificar se eu tenho um processo em Ministério Público, em Tribunal de Contas, em TCU, na Polícia Federal... Eu sou homem de bem, sou homem sério. Então eu não

aceito que uma revista, por mais que ela tenha força, que venha generalizar. Não quero enfrentar a revista **Veja**, até porque eu aprendi, com Juiz de Direito, Polícia e Imprensa, eu não quero confusão. E Padre também. Eu não quero confusão. Porque eles estão sempre com a caneta na mão. É difícil você brigar com alguém que tem a caneta na mão todo dia. Agora, também na democracia não dá para aceitar esse tipo de tratamento. Até porque, eu repito aqui, eu defendo o Governo Lula por dois motivos: Primeiro, porque eu tenho admiração pessoal pela história do homem Lula. Eu tenho admiração pessoal. E ninguém tem o direito de julgar aquilo que você admira. Eu tenho admiração pessoal. E o segundo, pelo espírito de gratidão ao Presidente Lula. Foi sim o maior Presidente da República para o meu Estado. O meu Estado até 2020 vai duplicar o PIB, vai gerar mais de 400 mil empregos, então até por um dever de gratidão eu sou, sim, governista radical sim. Quem quiser que fique com raiva de mim. É isso que tinha a dizer.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Deputado Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO) – Senhora Presidente, eu não poderia como Vice-Presidente desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito também deixar de manifestar a minha opinião sobre essa matéria. E dizer da satisfação que tive de conviver aqui com pessoas começando pela Senhora Presidente, do mais alto quilate aqui no Congresso Nacional, passando pelo Relator e todos os membros da situação e da oposição que fizeram parte desta Comissão Mista. E repudiar afirmações como essa que a revista fez em que procura desqualificar o trabalho realizado aqui e também no Congresso pelos Deputados que compõem esta CPMI. Então quero deixar isso aqui registrado e dizer da grandeza do trabalho que todos procuraram fazer aqui, situação e oposição, e apresentar, tenho certeza que vai ser apresentado hoje resultados concretos para o país na diminuição dos gastos, no uso do cartão corporativo, na... Apresentando sugestões para melhorar a fiscalização e o acompanhamento desses cartões. Então, não posso de maneira alguma me calar no momento que todos nós fomos atacados. Começando da Presidente até todos os membros desta Comissão ao se generalizar, como disse o Deputado Silvio Costa, com afirmações daquele quilate. Então nós repudiamos veementemente esse tipo de ação da imprensa, sempre respeitamos o trabalho da imprensa, achamos que é extremamente necessário e importante para o país e para a democracia, mas é preciso que nós possamos também ter o respeito da imprensa para com o nosso trabalho. Até parece, De-

putada Perpétua, que ser oposição para alguns órgãos de comunicação nesse país é crime, ser situação. E ser situação de um Governo que está dando certo. Se isso for crime, então eu quero me inserir nos rols de criminosos desse país, porque ao procurar direcionar os ataques só para aqueles que defendem o Governo Lula, realmente fica caracterizada a intenção da revista de se mostrar total oposicionista deste Governo. Muito obrigado, Senhora Presidente.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Presidente, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem, Deputada Perpétua.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Obrigada, Senhora Presidente. Na verdade eu nem ia me referir a esse assunto da revista VEJA, mas como os outros colegas estão aqui se pronunciando, eu acho que a revista VEJA desde o início do Governo Lula tem feito seu papel de oposicionista. E vai continuar fazendo isso. Pra mim não é nenhuma surpresa a matéria. E vai continuar dizendo o que bem entender sobre os parlamentares que estão na base de apoio ao Governo. Nós é que precisamos nos adaptar a esse empurra-empurra, a essa briga. Parte da imprensa escolheu um lado. E parte dos parlamentares também escolheram um lado. Eu escolhi um lado desde que fui eleita Deputada pelo Acre, estou no segundo mandato, inclusive como a Deputada mais bem votada por dois mandatos seguintes. O que se vê na matéria a **Veja** não consegue fazer acusações aos Parlamentares que ela se refere até porque não tem... Ainda bem que não tem, Deputado Silvio, o que dizer de Vossa **Excelência**, não tem que veio para cá, comprou a briga, defendeu o Governo. Quero saber onde está a vergonha nisso, ruim é quando você não tem posição. Dizer que sou comunista defensora do Santo Daime, aliás, eu tenho até orgulho disso, das duas coisas; de ser comunista e de ser defensora do Santo Daime. Porque o Santo Daime, o vegetal, que é uma religião genuinamente brasileira, nascida na Floresta Amazônica, que inclusive nós estamos pedindo que uso religioso milenar desse chá se transforme em patrimônio e material da cultura brasileira. Eu quero ver onde está a ofensa que a **Veja** tentou discriminar. E acho que não vejo problema nesse sentido. É a guerra, é a briga, é a disputa que a **Veja** escolheu seu lado e os Parlamentares da base do Governo escolheram o seu. E eu acho que democracia é isso. E vamos defender. Mesmo não concordando com que a **Veja** escreve na sua maioria das vezes, outras vezes sim, porque a gente não pode desprestigiar um meio de comunicação importante, mesmo não concordando com tudo que ela e outros meios de comunica-

ção escrevem, nós temos que defender até a morte que ela continue escrevendo o que quiserem, porque eu acho que isso faz parte do processo democrático. Era isso, Senhora Presidente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Pela ordem, Presidenta.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente, eu queria igualmente debater esse clima final da CPI. Por que esse clima final? Porque nós chegamos nesta Sessão com um Relatório, com inúmeras sugestões para o aperfeiçoamento do mecanismo de gasto público por meio de cartões de pagamento do Governo Federal. A própria CPI já deu um resultado muito positivo. Diminuiu de maneira muito razoável o gasto por meio de cartões corporativos. Nós temos aí dados que quase 60% desses gastos diminuiram já no momento que foi instalada esta CPI. Ao mesmo tempo este Relatório propõe uma série de medidas para aperfeiçoamento desse mecanismo de gastos. Portanto é uma contribuição para o país. Os gastos que a CPI teve no seu funcionamento, ontem eu soube por um dos informes aqui da Câmara que foi de três mil reais, o que demonstra que Vossa **Excelência**, também é firme nos gastos da própria Comissão.

Então, Senhora Presidente, a imprensa acho que precisava discutir se a aposta da oposição nos cartões corporativos foi correta. Se as informações que a oposição detinha sobre os gastos deste Governo com cartões corporativos eram informações corretas. Porque tudo se permitiu para essa investigação. 10 anos de informações foram dadas a esta Comissão. A sala da Presidência aqui da Comissão da CPI está lotada de caixas. Todos os dados foram remetidos para esta Comissão, assim como foram remetidos para o Tribunal de Contas da União. A oposição solicitou compartilhamento dos dados sigilosos do Presidente da República e pôde fazê-lo no Tribunal de Contas da União. Solicitou também aqui oitivas que foram todas aprovadas. Oitivas, inclusive, do André Fernandes e do José Aparecido.

Por fim, Senhora Presidente, nós temos dois Relatórios da oposição. Temos o Relatório que foi elaborado pelo Deputado Carlos Sampaio e o Relatório elaborado pelo Deputado Índio da Costa, que igualmente Senadores da oposição desqualificam e segmentos da oposição, da imprensa desqualificam este Relatório. Ora, nós fizemos uma investigação profunda, e essa investigação profunda está hoje consubstanciada no Relatório que será lido pelo Deputado Luiz Sérgio. Os Deputados e Senadores que aqui militaram, militaram

com muita seriedade, fizeram um bom debate, fizeram um debate de grande repercussão. Fala-se da disciplina e da lealdade desses Deputados ao Governo. Ora, Deputados que acreditam na correção desse Governo. Assim como a oposição foi leal a suas idéias e a seus princípios. Combateu o bom combate aqui.

Portanto, Senhora Presidente, nós não podemos aqui e agora tentar desqualificar os membros desta Comissão, tendo em vista que houve uma aposta da oposição. A oposição entendia que os cartões corporativos eram utilizados de maneira inadequada. E nós chegamos à conclusão que em alguns momentos, alguns órgãos do Estado Brasileiro houve uso inadequado. Mas, a fantasia desse uso inadequado no Palácio do Planalto não se confirmou por esta CPI. Ao mesmo tempo, Senhora Presidente, e eu assim concluo, alguns tentam comparar essa CPI com a CPI dos Bingos. Senhora Presidente, uma alegria minha é não ter agido como agiram aqueles que participaram da CPI dos Bingos. Aquilo pra mim foi um show de discricionariedade, de falta de... Aquilo é uma aula de como não se fazer uma CPI. O que foi feito na CPI dos Bingos, Senhora Presidente, eu me orgulho de não ter feito aquilo. Porque aquilo não seguiu qualquer regra do bom senso e a CPI extrapolou sua competência naquela CPI. Portanto, se quiserem comparar esta CPI com a CPI dos Bingos eu me orgulho de ter praticado outro tipo de política daquela que foi praticada na CPI dos Bingos. Por isso quero me solidarizar com os Deputados aqui que estão sendo atacados pela imprensa porque eles combateram o bom combate. E os perdedores não podem querer imputar a eles práticas que eles não tiveram. Então quero me solidarizar aos Deputados Silvio Costa, à Deputada Perpétua, Deputado Maurício Quintella, Deputado Carlos Willian e todos os Deputados aqui, inclusive quero me solidarizar aos Deputados da oposição que foram atacados como... Por membros da oposição quando apresentaram aqui o seu Relatório. Nós estamos apresentando os resultados aqui e queremos que aperfeiçoem os mecanismos de gastos por meio de cartões de pagamento do Governo Federal.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Pela ordem, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – Pela ordem Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Senhora Presidente eu vou destoar um pouquinho por uma razão, não li a matéria da **Veja**, ela só me chegou às mãos agora, não tenho o costume da leitura semanal dessa revista, entre outras razões por considerá-la muito editorializada. Agora, também não tenho o cos-

tumo de fazer a defesa da corporação como norma. Estou debatendo com o meu colega Senador José Nery, que é membro desta Comissão desde sempre, entrei agora, mas estou aguardando ansiosamente a apresentação do Relatório, o calhamaço aqui já me chegou, alentado às mãos, o Deputado Luiz Sérgio, mas pelo pouco que pude vivenciar aqui não avançamos o suficiente no objeto mais profundo da CPI, que nunca pra mim é o que se afirma dela instrumento da minoria. O entendimento é que CPI e CPMI é instrumento do Parlamento, do Congresso para investigar um determinado assunto, sugerir iniciativas do Ministério Público, denunciar e anunciar medidas administrativas e legislativas para sanar na raiz os eventuais erros. Gastos suntuário, excêntrico, abusivo e até criminoso no uso dos cartões corporativos da administração pública, teriam que ser devidamente investigados e combatidos aqui. Nas duas administrações em tela. Talvez essa situação se deva... A situação anunciada aí de certo esmorecimento na investigação se deva ao incômodo que pode atingir as duas partes. E o próprio episódio do dossiê que é lateral, mas é importante se tratou de uma iniciativa parcial para atacar um determinado pólo de uma disputa política nacional, ele também não foi devidamente apurado. Até recusou-se aqui outras oitivas. Então, as insuficiências eventuais da CPI, do seu Relatório final, da sua conclusão eventual aprovada por maioria não podem ser escondidas da parte daqueles que considerarem que elas existiram.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARI-SA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Deputado Maurício e aí encerramos as manifestações e partimos para a leitura do Relatório.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL) – Presidente, eu na realidade não ia nem tocar nesse assunto, mas eu queria aqui ressaltar que nós... Acho que nenhum Deputado desta CPMI precisa ser desagravado. Não há o que desagravar. Acho que a matéria em tela, o que se fala aqui foi matéria de pura agressão, com o objetivo claro que era criar um clima nessa fase final da CPI. Justamente no dia do Relatório do Deputado Luiz Sérgio. Por isso a gente tem que entender o objetivo a que se propõe a matéria. Tem uma frase, eu vi ontem por sinal no meu Estado, de Santo Agostinho que diz... Ele dizia: Eu prefiro os que me criticam, porque me corrigem aos que me bajulam, porque me corrompem. Então aos que me criticam eu tenho uma atenção muito grande dou sempre muita importância para ter a possibilidade de crescer. No caso em tela, não há o que se preocupar nem o que se observar.

Portanto, Senhora Presidente, eu aqui quero apenas ratificar que acho que fiz o que pude dentro

dessa CPMI, dei tudo de mim para poder ajudar a se chegar a esse Relatório final do Deputado Luiz Sérgio, absorvendo aquilo que achou importante de todas as sub-relatorias, portanto não tenho o que me arrepender e nem o que reparar. Claro que erro se comete, excessos às vezes, é uma CPI... Toda CPI sempre há clima. O clima é sempre muito forte. Portanto eu queria agradecer a palavra dos companheiros, mas dizer aqui que não há o que se desagrar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Então passamos à leitura do Relatório. A palavra está com o Relator Luiz Sérgio.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como todos aqui receberam o anexo, eu estou iniciando pela página nº. 05 e iniciando pelos agradecimentos. Quero aqui agradecer a todos os membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Da situação e da oposição. A Presidente, Senadora Marisa Serrano, aos sub-relatores, Maurício Quintella, Carlos Sampaio, Índio da Costa e Senador Gim Argello. E a todos aqueles que nos assessoraram no trabalho. Na pessoa do Carlos Lessa e do Valter Pereira, que me acompanham e me auxiliam aqui neste momento. E na pessoa do Dirceu e do Ednaldo que secretariaram esta Comissão, eu quero agradecer a todos do Tribunal de Contas da União, da CGU, do Banco Central, da Câmara e do Senado que nos auxiliaram neste trabalho. Da página 07 à página nº. 10, eu faço um histórico das reuniões da Comissão. Desde a sua instalação no dia 11 de março até a sua conclusão que eu espero se dê no dia 5/06. Então o número de reuniões foi de 18, nós tivemos aqui 16 audiências, pudemos ouvir Ministros, ex-ministros, funcionários do TCU, da CGU... Então essa página relata aqui o que foi o histórico das reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Na página 11 eu faço aqui uma introdução, e faço questão de ler.

Nos últimos meses tornaram-se a cada dia mais comuns notícias na mídia sobre a possibilidade do uso inadequado do cartão de pagamento do Governo Federal. Apesar de hoje se saber que em grande parte as denúncias iniciais eram resultados de equívocos, a publicação de informações sobre as despesas com cartão de pagamento no portal da transparência da Controladoria Geral da União e análise natural desses dados pela mídia e pela sociedade, foram fundamentais para que esta Comissão fosse criada. Importante por quê? Por intermédio dos trabalhos de todos os membros desta Comissão pôde-se hoje clarear os fatos que antes eram confusos e mal compreendidos. Mais relevante ainda, pois com o debate durante as sessões e

suas repercussões na sociedade pôde-se reavaliar o uso não apenas do cartão de pagamento do Governo Federal, mas também do mecanismo tradicional de pagamento de suprimento de fundos, conhecidos como contas do tipo B. Com o objetivo de se propor alterações legislativas ou quando não cabível, recomendações e sugestões. As discussões sobre o tema e sua repercussão na mídia fizeram com que o Governo Federal se antecipasse e promovesse melhorias, tais como as inseridas do Decreto nº. 6370 de primeiro de fevereiro de 2008, um mês antes da instalação desta Comissão. Isso demonstra que o Governo Federal foi sensível às queixas que se apresentaram naquele momento que antecedeu a CPMI. E muito provavelmente será solícito em receber as propostas desta Comissão Parlamentar, que visam aperfeiçoar o uso do cartão de pagamento. As sugestões que este Relator pretende ver aprovadas pelo Plenário da Comissão alcançam não apenas o Governo Federal, como também os outros poderes da República. O efeito dessas mudanças deverá ser sentido por extensão nos Estados e Municípios que utilizem ou venham a utilizar o cartão de pagamento cujos benefícios são notáveis, desde que o uso seja adequadamente regulado e controlado. E as propostas que aqui estão reunidas, elaboradas tendo como marco inicial nosso programa de trabalho, apresentado no início desta CPMI sejam... Ensejam promover a utilização do cartão de pagamento por meio de regras claras e, principalmente, com transparência.

Tratam-se, portanto, de medidas que democratizam o controle de gastos públicos em todos os seus níveis, levando cidadania à sociedade brasileira. Aqui eu falo sobre a instalação da CPI. E quero aqui ser muito mais num tom de comentário do que de leitura. Mas, mesmo no Requerimento de criação na justificativa o autor, Deputado Carlos Sampaio e outros, já enfocam a importância do cartão de pagamento. Abre aspas “de início necessário se faz consignar que o instituto do cartão corporativo é um instrumento eficiente e eficaz na desburocratização de ações emergenciais e essenciais do Governo Federal, utilizado nas modernas gestões dos mais importantes países do mundo. Apesar dos elogios, a justificativa faz menção aos gastos com cartão de pagamento nos últimos anos que partiram de 3,6 milhões em 2002 para 75,6 milhões em 2007. Mais adiante, na justificativa a meu ver se equivoca a julgar que o aumento do uso do cartão se deveu a irregularidades que, como todos sabemos, são algumas exceções apenas. Abre aspas.” Ocorre que na prática o que se constata é que os portadores desse cartão não se limitaram a usá-lo nos moldes acima prescritos. Ele se refere ao Decreto nº. 3892 de 2001. Daí compreender-se a razão pela qual o gasto anual com

os cartões de crédito do Governo Federal em 2007 superou a cifra dos 75 milhões de reais. Não buscando retirar importância da instalação e dos trabalhos desenvolvidos pela presente Comissão é importante que os fatos sejam esclarecidos e que não se legitimem informações apresentadas de maneira incorreta no nascedouro desta CPMI. Quando se diz que houve acréscimo com as despesas com cartão de pagamento do Governo Federal é necessário que se diga que simultaneamente houve redução dos gastos por meio das contas do tipo B. As despesas com suprimentos de fundo estão sendo, na verdade, reduzida ao longo dos anos, e essa soma se refere tanto às despesas por meio de cartões de pagamento como também as contas do tipo B. Sem se levar em conta a atualização dos valores de 2002 para hoje, a tabela abaixo demonstra que em 2002 o Governo Federal gastou 233 milhões de reais com suprimentos de fundo, e que esse valor caiu para 177 milhões de reais em 2007. Ainda na justificativa do Requerimento nº. 02/08, tenta induzir as pessoas a erros. A justificativa relaciona o aumento do uso do cartão com gastos irregulares.

Em outras palavras, disseram que o aumento ocorreu porque teriam acontecido muitas irregularidades, o que não é verdade. O que esta Comissão pôde apurar é que as poucas despesas chamadas de irregulares, publicadas muitas vezes pela imprensa como no caso da tapioca por 8,30 e dos gastos em *free shop*, ou do almoço com autoridades estrangeiras foram equívocos que aconteceram em proporções semelhantes, em todo o período de 1998 a 2007 em quase todos os Ministérios.

Portanto, deve ficar claro que o aumento do valor gasto por meio do cartão de pagamento do Governo Federal vem se dando dentro da normalidade, e de acordo com as expectativas, em especial devido à promoção que vem se dando ao seu uso que torna o controle de parte dos gastos públicos muito mais eficaz, tal como se encontra hoje no portal da transparência. A realidade é que os órgãos de imprensa passaram a publicar algumas vezes sem exame prévio e meticuloso relação de gastos supostamente irregulares obtidos no portal da transparência. Cumpre registrar que a quase totalidade dos gastos estranhos divulgado amplamente como delito ou crimes foi identificada como impropriedade. Tal como no caso da contratação de 20 bailarinas pela Presidência da República por 100 reais, tão bem aqui explicada pelo Deputado Carlos Willian. Tratava-se na verdade de suporte de flores conhecidas por bailarinas. E esta denúncia foi objeto de uma série de reportagens vinculada por importante jornal de circulação nacional. Diante deste contexto, no que se misturavam informações desencontradas, confusas e

algumas falhas reais no uso do cartão de pagamento, esta Comissão foi criada e instalada. Como se pode verificar no presente Relatório, alguns depoimentos de especialistas da área e de Ministros de Estados relacionados com algum tipo de irregularidade foram suficientes para que a discussão sobre os erros se esvaziasse muito. Além do mais, com o acesso dos documentos sigilosos da Presidência da República em poder do Tribunal de Contas da União a constatação de que nada de anormal foi identificado fez com que as dúvidas que pairavam sobre o uso dos cartões de pagamento fossem eliminadas.

Diante disso, este Relator acredita que o trabalho principal desta Comissão deve-se traduzir em proposições objetivas. Essas propostas visam o aprimoramento do uso do suprimento de fundos por meio do cartão de pagamento como instrumento ágil e transparente da administração pública a realizar gastos de valor reduzido e urgentes. Vale recordar que a condução dos trabalhos se mostrou uma tarefa árdua considerando-se especialmente as disputas políticas que surgiram, os embates que foram normais e democráticos não chegaram a prejudicar o andamento regular da CPMI, sem fazer com que ela abandonasse seu eixo principal, o de buscar o aprimoramento dos mecanismos dos gastos públicos com sua máxima transparência possível. Os debates democráticos, ao longo dos trabalhos da Comissão e dos depoimentos que aqui aconteceram foram essenciais para que este Relatório apresentasse proposta de alterações legislativas, sugestões e recomendações para o aperfeiçoamento do cartão de pagamento.

Neste capítulo, o capítulo de suprimentos de fundo, pretende-se dar uma visão detalhada do que sejam suprimentos de fundo. Os suprimentos de fundo foram criados em 1964. É um adiantamento feito a um servidor para que ele realize despesas urgentes, tais como compras e serviços de pequeno valor que não pode se submeter a processos de licitação regulares. Até a semana passada eram dois os mecanismos utilizados para o pagamento de suprimentos de fundos. Uma conta bancária especial, chamada de conta tipo B e o cartão de pagamento. As contas de tipo B que a partir de ontem estão sendo encerradas e, como fruto do trabalho desta CPI, utilizava-se uma conta bancária movimentada por cheques. O mecanismo do adiantamento ao servidor evoluiu com o avanço tecnológico dos últimos 44 anos. Hoje o meio moderno de se fazer pequenas despesas é o sucessor das contas tipo B, o cartão de pagamento. O cartão de pagamento do Governo Federal foi criado em 1998 e aprimorado ao longo desses últimos anos. É um cartão magnético, individual, semelhante a um cartão de crédito pesso-

al. Com ele, a administração pública Federal autoriza um servidor a usá-lo para realizar somente pequenas despesas. O cartão de pagamento é um instrumento extraordinário, porque permite gerenciar e fiscalizar as despesas públicas realizadas, com a publicação imediata da despesa no portal da transparência da CGU, na internet. Qualquer pessoa interessada pode ter acesso aos gastos feitos com o cartão. No capítulo presente é examinado o processo legal da evolução dos suprimentos de fundo até a definição do cartão como seu único meio de pagamento. Também são examinadas outras características do cartão, tais como o volume da sua utilização, a sua aceitação, o saque em espécie e as despesas sigilosas. Como se comprovará as despesas com suprimentos de fundo vem caindo muito desde 2002. Atingiu cerca de 400 milhões de reais em valores atualizados no ano de 2001 e 2002. E entre 2003 e 2007 os valores caíram para mais de 50% em relação a 2002. E oscilaram entre 140 e 200 milhões de reais. O maior uso do cartão de pagamento é explicado simplesmente pela migração do uso das contas do tipo B hoje extintas pelo cartão. Todos têm apoiado o uso do cartão de pagamento pela administração pública Federal. Tanto os técnicos assim como as mais diversas correntes políticas convergem para admitir que ele é um instrumento moderno e eficiente. Quanto ao aumento de saque em espécie durante o ano de 2007, como será detalhado neste capítulo, isto aconteceu devido aos eventos esporádicos que tiveram seus motivos hoje reconhecidos por todos. Mesmo assim, o Governo Federal editou o Decreto presidencial que limita o uso do cartão na modalidade de saque em dinheiro. Por fim, são analisadas as questões das despesas de natureza sigilosas feitas com suprimento de fundos. A conclusão é de que a regra é a despesa ser de caráter público, mas que algumas devem ser mantidas em sigilo ao menos por determinado período de tempo. Das páginas 16 até a página 24 é feito todo um histórico do suprimento de fundos até se chegar ao cartão de pagamento do Governo Federal nesses últimos 44 anos.

Eu quero chamar atenção na página 18 que o Decreto-Lei 200, de 1967, possibilitou a um servidor para que ficasse com o dinheiro disponível em sua conta bancária quando não pudesse utilizar para sacar e utilizar os recursos em dinheiro. Isso há 41 anos atrás. Quero chamar atenção na página 19 que, a meu ver, foi um equívoco que em 1993 o Decreto 941 que foi revogado pelo Decreto 6258 de 2007, determinava o uso de suprimento de fundo por servidor para arcar com despesas com viagens e deslocamento de autoridades, oportunidade em que foram extintas as diárias para Ministros de Estados. Isso há 15 anos atrás, a meu

ver um equívoco e como sugestão estamos propondo o restabelecimento das diárias para Ministro e acredito que muito do que nós pudemos verificar de problemas teriam sido evitados se os Ministros tivessem utilizando como os demais servidores e ocupantes de cargo público da administração o mecanismo das diárias de pagamento. Já na página 25, da falta de justificativa de despesas, é feito todo um trabalho que fala da evolução do gasto com cartão com a diminuição dos gastos com as contas dos chamados tipo B. É feito também já na página 29 uma... Um enorme apanhado aqui da fala de Paulo Paiva, do ex-Ministro, do Paulo Lacerda Diretor-Geral da ABIN, da importância do mecanismo do cartão de pagamento. Quero ressaltar que a média de saque em dinheiro oscilou em torno de 60%, o que no entender desta relatoria é um valor muito elevado. Mas quero aqui, num gráfico, numa tabela demonstrada na página 31, dizer também que os valores elevados do saque em dinheiro, que foi objeto de grande debate nesta CPI e por órgãos da imprensa que apenas dois órgãos, o IBGE e a ABIN foram responsáveis por 75% desses saques no ano de 2007. Para o IBGE, a justificativa foi do censo agropecuário. Para a ABIN, a justificativa se deu em face do... Principalmente dos Jogos Pan-Americanos que precisou de um trabalho muito intenso e há de ter aqui a compreensão de que todos nós tínhamos uma enorme preocupação com a imagem do Brasil relacionado à questão de segurança com os Jogos Pan-Americanos que se constituiu um sucesso de todos aqueles que buscaram organizar os Jogos Pan-Americanos. Se nós incluirmos aqui o INCRA, com mais 4%, nós chegaríamos a 80% dos saques utilizados por apenas três órgãos do Governo Federal. Mas o debate desta CPI acerca dos gastos efetuados com saque, podemos creditar as medidas que foram tomadas a partir da instalação desta CPI para verificarmos já no gráfico a página 33 que atualizados os valores do saque de janeiro a abril de 2007, em comparação com janeiro a abril de 2008, que esses valores diminuíram. E diminuíram pela primeira vez na sua série histórica. O que, a meu ver, é indiscutivelmente um saldo positivo do debate que foi travado nesta CPI de medidas que já foram tomadas e de medidas que estamos sugerindo. Na página 34 nós estamos fazendo um debate acerca dos dados sigilosos, de natureza sigilosa. Quero aqui reforçar algumas expressões ditas aqui. Em depoimento a essa Comissão o General Félix esclareceu quando foi questionado por mim: Todos aqueles gastos que eventualmente revelem rotinas, revelem quantidade de pessoas, revelem tipo de comportamento e possam levar a conclusões que afetem a segurança, eles para nós devem ser sigilosos. Na página 35, eu estou pinçando expressões que aqui foram ditas pelo Paulo

Lacerda, Diretor-Geral da ABIN. “A figura do Presidente da República, ele é na verdade uma instituição. Seja ele quem for. Esta instituição que representa o nosso país, que ora é de um partido, ora é de outro partido, é que há de ser considerada como tal. E como instituição que é o Estado deve dar-lhe toda garantia para que a sua segurança seja preservada. Para que ele possa sem nenhum tipo de restrição à sua segurança se locomover no país e fora dele. Mais abaixo o General Cardoso também concordou que parte da despesa da Presidência da República deve ser mantida em sigilo, especialmente a da ABIN. As contas que dizem respeito à segurança do Presidente da República caberia a mim analisar e concluir tal, tal, tal e tal despesa, devem continuar sigilosas. Para o General Cardoso não há dúvida alguma sobre a necessidade de se manter sigilosas as atividades da ABIN, para que a despesa com segurança do Presidente da República, essas deveriam, segundo ele, ser analisadas, caso a caso, para se definir se poderiam se tornar pública tão logo essas despesas fossem realizadas. Já na página 37, que foi objeto de grande debate aqui nesta CPI, em resposta a um ofício que enviei ao Tribunal de Contas, encaminhou informações sobre os dados do SUPRIM cuja cópia o Tribunal dispõe que foi objeto de exame por parte dos membros desta CPI, no aviso nº. 416, GP, Tribunal de Contas da União em anexo, de autoria do Vice-Presidente Ministro Ubiratan Aguiar, envia. “O detalhamento das informações contidas no arquivo eletrônico com dados do SUPRIM da Secretaria da Administração da Casa Civil da Presidência da República no qual constam as seguintes informações. A: A planilha eletrônica que hoje... A planilha eletrônica que está hoje no Tribunal de Contas da União contém despesas efetuadas com cartão de pagamento compreendendo o período de setembro de 2002 a julho de 2005. O arquivo eletrônico possui 22.915 registros, conforme relatório do acórdão 470/07 distribuído anualmente como segue. Ano de 2002, 977 registros; ano de 2003, 7219 registros; ano de 2004, 10166 registros; ano de 2005, 4553 registros; que totalizam os 22915 registros. E que quanto à natureza dos gastos informa o Tribunal de Contas da União que esses dados tratam de despesas de dois tipos de suprimentos de fundo que são movimentadas pela Secretaria de Administração da Presidência da República. O tradicional previsto no artigo 45 do Decreto 93872/86 e destinado basicamente a aquisição de bens ou contratação de serviço de pequeno vulto, e B, subordinado ao regime especial de execução para atender a peculiaridades da Presidência e Vice-Presidência da República, artigo 47 do mesmo Decreto. Pelo ofício do Tribunal de Contas da União observa-se que o SUPRIM atualizado

até julho de 2005 esteve à disposição desta Comissão compreendendo quase 23 mil itens de natureza sigilosa ou não. Tal como no julgamento do Tribunal de Contas da União em suas auditorias realizadas na Casa Civil, esta relatoria não identificou irregularidades relevantes. Ressalta-se que todas as recomendações do Tribunal de Contas vêm sendo atendidas pelo Governo Federal. O conhecimento do conteúdo desses anexos foi importante para que os membros da CPI se inteirassem da realidade dos dados sigilosos favorecendo a elaboração de um cronograma para transformar as informações sigilosas em públicas.

Este Relatório apresenta em seu capítulo específico uma proposta de período de tempo adequado após o qual os dados referentes à Presidência da República estejam disponíveis ao público. Na página 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, eu venho aqui fazendo um relato do que foram os depoimentos do Jorge Hage Sobrinho, Ministro da Controladoria-Geral da União; do Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento; do Paulo Paiva, ex-Ministro do Planejamento; do Paulo Lacerda, Diretor Geral da Agência Brasileira de Inteligência; do General Cardoso ex-Ministro do Gabinete de Segurança Institucional; e de Servidores do Tribunal de Contas todos aqui afirmam a importância do cartão de pagamento do Governo Federal evidentemente que sendo bem utilizado, todos aqui defendem que haja transparência. É preciso aqui na página 44 que a gente tenha um dado que é importante, questionado sobre o número de cartões existentes no Governo Federal, Paulo Bernardo afirmou que o número parece mais elevado do que é porque os órgãos mantêm cartões em nome de servidores, no caso de ausência do titular. Com isso do total de 11500 cartões, somente 7300 foram usados em 2007. Essa é a realidade no que se refere aos números de cartões. Do Diretor-Geral da ABIN, Paulo Lacerda, nós selecionamos alguns pontos em que ele defende o sigilo para... Na página 50. Ele defende o sigilo principalmente em algo que foi aqui objeto de muito debate no finalzinho da página 50, ao manter em absoluta reserva o nome de seus colaboradores ou fontes habituais, ou ainda de outras pessoas que façam algumas informações em caráter eventual, ao atribuir esse grau de sigilo para a proteção que é revelada os órgãos de inteligência de Estado adotam em todo mundo um dever institucional, observado desde os tempos mais remotos da história, em que no Brasil oficialmente existiu a partir do Governo de Washington Luiz. Então é um relato desde quando da nossa história esse mecanismo de sigilo para as ações de interesse do Estado vem se mantendo. Na página 54 é muito importante porque foi a audiência em que nós tivemos aqui os representantes do Tribunal de Contas

da União. O que, a meu ver, foi muito importante nesta vinda aqui dos representantes do Tribunal de Contas da União e de representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União foram os relatos de que nenhum dado fora negado ao Tribunal de Contas da União para que eles pudessem fazer os trabalhos que fizeram e as recomendações que estão expressas no acórdão 470 do Tribunal. E também fizeram elogios à utilização do cartão de pagamento. O Marcelo Eira foi categórico, na página 55. Nós entendemos que a principal virtude da utilização do cartão é a celeridade e a pouca burocracia no gasto. Existe também uma outra virtude que é a possibilidade ou uma maior facilidade de controle dessa despesa, em virtude da transparência que o sistema pode oferecer. Ou seja, o Tribunal de Contas da União em Audiência Pública nesta Comissão entendeu que o cartão de pagamento leva com que o trabalho deles de fiscalização ganha com isso muito mais eficiência. Na página 54 tem algo que foi objeto de muito debate nessa CPI, e as palavras aqui foram do Tribunal de Contas da União e eu acho muito importante para que fique claro vou ler o finalzinho aqui. De acordo com o Tribunal e tal como consta no acórdão 230/06, não foram identificadas irregularidades significativas, como se vê acima. Não se verificando, por exemplo, qualquer aquisição de bens ou fornecimento de serviço de caráter estritamente pessoal. Quero frisar. Isso está contido no acórdão 230/06 do Tribunal de Contas da União. Na terceira auditoria informou o Tribunal de Contas da União: Foram localizados alguns problemas com notas fiscais, endereços fictícios e notas calçadas, que são notas fiscais com valores diferentes entre a via do pagador e a via do fornecedor.

Cabe salientar que, no caso de notas calçadas, o que o Tribunal de Contas da União pôde comprovar foram problemas com fornecedores que teriam alterado os valores de suas vias nos blocos de notas, o que configura delitos fiscais dos donos dos estabelecimentos, sem nenhuma relação com o uso do cartão de pagamento. É o que afirma Vanda Silveira. A inidoneidade da nota pode ser responsabilidade do fornecedor. Havia indícios de que os serviços tinham sido prestados.

Indo para o sistema já no capítulo do sistema de controle, faço questão só de ler aqui a primeira... 59. O gasto público está submetido a duas espécies de controle. O controle interno que é exercido diretamente pelo próprio poder para garantir à autoridade máxima que as leis e regulamentos sejam cumpridos. O controle externo, com os mesmos objetivos, faz auditorias nas contas de todos os poderes. Com o cartão de pagamento do Governo Federal não poderia ser dife-

rente. Por isso todo o esforço de controle, seja interno ou externo, assenta-se sobre a ética e tem por objetivo garantir à sociedade que os diferentes máximos dos poderes... Garantir à sociedade que os dirigentes máximos dos poderes cumpram fielmente as prescrições legais, segundo os princípios consagrados pela Constituição. Nos sistemas de controle internos, quer na administração pública, quer no setor privado, está consagrado que a responsabilidade está segregada em dois níveis de controle. O primeiro nível de controle também chamado de controle primário é exercido diretamente pelo gestor do órgão que executa a despesa. O segundo nível de controle, especificamente no Poder Executivo da União é responsabilidade da Controladoria-Geral da União, exceto as que se referem às áreas de defesa, Relações Exteriores e Presidência da República cujos controles pertencem aos órgãos de controle interno setorial de cada unidade, CISETs. A obrigação da manutenção de um sistema de controle interno nos poderes da União está prevista na Constituição Federal nos seguintes termos. São citados aqui os artigos da Constituição Federal. Na página 60, logo abaixo do artigo 74 da Constituição Federal, o controle externo também integra o sistema de controles, especialmente por se tratar da fiscalização dos atos da gestão da administração pública. O Brasil vem avançando muito em seu sistema de controle ao adotar a transparência como fundamento, para que a população participe ativamente da fiscalização dos gastos públicos, e assim colabore diretamente com o combate à corrupção. Nesse item 3, é então feito aqui toda uma análise do controle interno da CGU e do Ciset, é uma parte mais... Que vem sustentando a Legislação, que dá sustentação, e chegando à página 63 é importante onde fala do controle externo do Tribunal de Contas da União. Quero aqui relembrar que o Requerimento que pede a instalação desta CPI cita muitas vezes o Tribunal de Contas da União.

A Constituição Federal reservou ao Congresso Nacional a atribuição de fazer, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o controle externo de toda a administração central. Os suprimentos de fundo encontram-se no âmbito das contas de gestão, cujos atos da administração pública estão submetidos ao controle externo. Para cumprimento dessa função, o Tribunal de Contas também utiliza as técnicas de amostragem para atestar a qualidade da gestão. O Senhor Jorge Pereira de Macedo, Secretário-Geral do controle externo do Tribunal de Contas da União, destacou que a seletividade da amostragem, segundo critérios de representatividade é a técnica corrente nas auditorias. Na página 64, 65, 66, elas ainda estão relatando toda a base pela qual sustenta o trabalho do Tribunal

de Contas da União. Mas, na 65 eu quero aqui ressaltar dois dados: O terceiro trabalho na Presidência da República, o que foi o terceiro trabalho do Tribunal de Contas da União nas contas da Presidência da República. E por isso quero... Faço questão de ressaltar aqui. O terceiro trabalho na Presidência da República teve como objetivo avaliar os ilícitos fiscais, ou seja, verificar a regularidade dos documentos fiscais utilizados para comprovar as despesas no período de setembro de 2002 a junho de 2005. Sob a possibilidade do uso de notas frias para a prestação de contas, concluiu o Tribunal de Contas da União que os serviços foram efetivamente prestados e a inidoneidade de algumas notas pode ser responsabilidade do fornecedor. Faço questão de ressaltar porque isso foi objeto aqui de grande debate nesta CPI. A auditoria realizada na Agência Brasileira de Inteligência ainda não foi concluída, conforme relatou a representante do Tribunal de Contas da União. Quanto ao trabalho da Agência Brasileira de Inteligência, ela foi determinada por aqueles dois acordãos. Está sendo desenvolvido de forma bastante semelhante ao que foi feito na Presidência, só que não foi apreciado ainda. Ele está em fase de conclusão. O foco foi em procedimentos de controle, prestação de conta, observância das normas, saques e comprovação de pagamento que eu quero aqui frisar que o Tribunal de Contas, como órgão de fiscalização interna, no que se refere às contas da ABIN, ele está por concluir uma auditoria. Eu queria, com a licença de vocês aqui, retornar à página 61, porque há aqui um dado a meu ver muito importante. Porque muitos têm cobrado a luta... Muitos têm cobrado a luta pelo combate à corrupção e passam a exigir, e a meu ver esses dados são muito importantes. Nos últimos cinco anos, a Controladoria aplicou 1600 expulsões do serviço público, e 60% dos casos estavam relacionados com improbidade administrativa, corrupção ou uso do cargo para obtenção de vantagens pessoais. Somente em 2007 foram aplicadas 437 penas de demissões e expulsões do serviço público. O resultado dessas ações integradas com a Polícia Federal, a COAF e o Ministério Público, mereceu destaque do Ministro Jorge Hage. Quero aqui ressaltar porque mostra uma máquina pública que continua na sua linha de zelar pelo que é de todos. Na página 66, quero aqui frisar no finalzinho algo a meu ver também muito importante. O Tribunal informou a esta Comissão que não houve qualquer dificuldade para que os auditores fiscais tivessem acesso às informações da Presidência da República, inclusive as de caráter sigilosos. Sendo questionado aqui pelo Deputado... Pelo Senador Antônio Carlos Júnior, do DEM da Bahia. A imposição do sigilo sobre algumas despesas públicas pode excluir a possibilidade de controle externo sobre

elas? Respondeu a Senhora Vanda Lúcia Romano da Silveira: não. Só muito rapidamente nossos trabalhos nós não enfrentamos nenhum obstáculo. Não houve nenhum obstáculo. A Presidência disponibilizou todo o material que foi pedido. Então o que mostra que todo o material esteve disponível ao Tribunal de Contas da União. Além do Tribunal de Contas da União afirmar que não houve nenhum obstáculo a ter acesso a dados, mesmo os sigilosos, eu gostaria de ressaltar, ainda na página 66, que o representante do Tribunal de Contas, Senhor Marcelo Luiz de Souza Eira, ao ser questionado se amostras do processo da Presidência da República seria suficiente para espelhar a realidade, informou que a amostra era significativa e representava a totalidade das operações. Destacou ainda, que algumas das auditorias realizadas na Secretaria de Administração da Casa Civil foram feitas à exaustão, ou seja, abrangendo todos os processos. No capítulo 3, do controle social da transparência, quero aqui ressaltar uma fala do Ministro Jorge Hage. Reforçando aqui o portal da transparência como instrumento preventivo da luta contra a corrupção. Abre aspas. "Não há nada tão eficaz quanto à transparência como preventivo da corrupção, como inibidor de práticas irregulares e até mesmo como estimulador de um maior cuidado até mesmo por parte dos gestores honestos, mas que aqui e ali pudessem cometer algum deslize de gravidade menor por falta de um cuidado de uma preocupação com as normas do direito administrativo. Então não há nada igual às medidas de transparência como preventivo da corrupção". Entrando no capítulo 4, já na página 69, sobre a análise dos documentos de 98 a 2008. Pelos depoimentos dos Ministros Jorge Hage e Orlando Silva, pode verificar o quão excessivo foi o rigor com que a mídia e a oposição trataram de casos concretos como do próprio Ministro Orlando Silva. O erro deste foi o de se alimentar em Brasília, o que é vedado pelo fato do Ministro não estar então em deslocamento. Mas sua despesa foi de apenas oito reais e 30 centavos.

Este relatório busca demonstrar que situações bem mais graves do que esse foram identificados em diversos outros órgãos federais no período compreendido entre 98 e 2007. Da mesma maneira cabe observar semelhante ao caso do Ministro Gregolin, que pagou almoço a autoridades estrangeiras em Brasília. A simplicidade dos erros ou enganos cometidos pelos Ministros fez com que a Comissão presenciasse sessões esvaziadas, quando nem mesmo membros autores das convocações demonstrassem algum tipo de interesse em questionar os convocados. Como será visto, após o exame de documentos das contas tipo B no período 98 a 2008, pôde-se confirmar a existên-

cia de erros ou delitos muito mais graves do que os já mencionados. É o que se verifica em muitos processos de prestações de contas de suprimentos de fundos nos quais é obrigação a apresentação de notas fiscais que comprovem as despesas. Mas a nota fiscal sem o exame apropriado de seu conteúdo nada apresenta, pois tem sido verificado que o suprido, que é o servidor que detêm os suprimentos de fundo apresenta notas fiscais com os itens não permitidos, tais como os de bebida alcoólica. Como por exemplo, pode se referir à manchete do Jornal do Brasil de 2/3/08 já mencionado anteriormente: Cartão serve até para contratar bailarinas. Que aqui o Deputado Carlos Willian, em reunião do dia 26/3/2008 pôde esclarecer o que seriam as bailarinas. No capítulo 4, da metodologia utilizada. Para se obter resultado justo com a máxima isenção possível, procurou-se examinar alguns casos contendo algum tipo de irregularidade no período de 98 a 2007. O que se quer demonstrar neste Relatório é que problemas identificados tanto em prestações de contas do tipo B quanto em cartões de pagamento refere-se na maioria dos casos a erro ou engano simples e remediáveis. Pode-se afirmar que por extensão esses defeitos devem se fazer presentes em muitas outras prestações de contas de quase todos os órgãos do Governo Federal, independentemente do período a ser examinado. São apresentados a seguir alguns casos concretos, levantados por esta relatoria com o objetivo de que sejam utilizados, especialmente como parte da fundamentação necessária às propostas de aprimoramento, que esta relatoria apresenta para a sociedade. A maior parte dos casos relacionados aqui é de conhecimento público. Alguns já foram sujeitos a exame por parte de auditorias da Controladoria-Geral da União, cujas notas técnicas ou relatórios se encontram anexo. Casos identificados, ex-Ministro da Educação Paulo Renato, notas fiscais em série para pagamento de serviço de transportes. Gastos sem prestação de contas, gastos com alimentação em Brasília, o que é... Encontra-se em desacordo com o Decreto 941/2003. Item 4.2. Caso encontrado do ex-Ministro do Planejamento Marcos Tavares. No processo, há aqui o número do processo, 10 de abril de 2001, nas folhas 14 há uma nota fiscal de nº. 485 do restaurante Maximus de São Paulo datada de 26/6/01 e na nota a palavra "despesas". E o valor é de 686 reais. Chama atenção o valor elevado para uma única refeição, já que a conta suprimento de fundos só pode pagar a alimentação do Ministro. Quero frisar que as notas fiscais se encontram em anexo... Do anexo distribuído a todos os Parlamentares. No item B é um outro processo, também em que a nota é muito elevada para uma única refeição, e esta foi uma... Um número. E no item C há uma nota fiscal no valor de

1146 que deveria ser provavelmente a metade, 550. Mais uma vez a servidora teria... Aqui a nota fiscal é apresentada e apresentada como também se pagando para uma servidora que estaria acompanhando o Ministro, mas nesse caso a servidora dispõe de diária para o pagamento. Aos casos aqui encontrados com o ex-Ministro Pimenta da Veiga, também alimentação em Brasília, a aquisição de um tucano de pedra e não pode se utilizar recursos para compras de bens duráveis, no item 4 nós temos aqui os casos do ex-Ministro Raul Jungmann. Primeiro há uma seqüência grande de despesa no seu domicílio eleitoral, Pernambuco, e as notas fiscais seqüenciais estão no anexo. Despesas de caráter pessoal no Rio de Janeiro, o que é proibido. Gastos com bebida alcoólica expressa também na nota, o que não se pode. Nota em série, em evidência de fracionamento de licitação, reparo em carros feito em Salgueiro em Pernambuco, mas pago pela sede do INCRA aqui em Brasília. No item E, notas em duplicidades de hospedagens em São Paulo e Curitiba, e despesas com alimentação em Brasília. A quantidade de despesa com alimentação em Brasília do ex-Ministro Raul Jungmann, com restaurantes, lanchonetes, ela é muito elevada e, como o Decreto não permite, aqui nós estamos sugerindo ações da Controladoria-Geral da União. E quero aqui fazer uma observação, que quero ler aqui no final. A observação de item nº. 1. O ex-Ministro realizava com freqüência pagamento com despesa de hospedagem de terceiros que é proibido por Decreto presidencial. Outro problema agrupado a esse foi a constância com que se hospedava em Recife, onde tinha e tem domicílio eleitoral. Ver letra A parte da lista contida, parte da nota técnica da CGU pode ser examinada a seguir. Ela se encontra em anexo. O que eu quero aqui frisar é que a CGU não pode ter critérios diferentes. No caso do Ministro Orlando Silva, na avaliação das notas fiscais da prestação de contas, quando a CGU entendeu que o valor era relativamente alto para uma única refeição, ela exigiu o ressarcimento da metade. E não utilizou este mesmo critério no caso do ex-Ministro Raul Jungmann.

Então esta relatoria requer isonomia de métodos no exame das contas deste Ministro. Por uma questão de justiça. O item 4.5 é do ex-Ministro da Cultura Francisco Weffort. Então há muitas despesas com transporte de uma empresa do Rio de Janeiro, praticamente em série, há uma seqüência grande de despesas com alimentação em Brasília que está em desacordo com o Decreto 941 de 1993, há despesas com acompanhantes, o que o suprimento de fundos não permite. De acordo com os dados à disposição desta relatoria, as despesas com hotéis no Rio de Janeiro, com ênfase nos finais de semana, conforme tabela em anexo,

totalizam 34 mil 750 reais e 92 centavos em valores nominais de 1999 a 2002. Despesas elevadas em bares e restaurantes no Rio de Janeiro. Em resumo, como já foi relatado aqui por diversas vezes, o uso de suprimentos de fundos ao substituir o repasse de diárias ao Ministro de Estado como meio de arcar com suas despesas quando estivesse em viagem a serviço no país permite gastos de alimentação apenas com o Ministro em si. No caso do ex-Ministro Francisco Weffort, portanto, deverá ser necessário o ressarcimento justo e atualizado aos cofres públicos das despesas extras com alimentação. São inusitados os gastos do ex-Ministro da Cultura em Brasília. Enquanto a sociedade pôde acompanhar o processo de ridicularização a que foi submetido o atual Ministro do Esporte pela despesa com alimentação em Brasília no valor de 8 reais e 30 centavos o ex-Ministro Weffort com base nos dados preliminares apurados pela Comissão realizou despesas com alimentação em valores à época de mais de 47 mil reais, e com voracidade especial em alguns estabelecimentos entre 1992 a 2002. Só no Dom Francisco foram 71 notas fiscais. Quero aqui ressaltar que ele foi...

Quero aqui dizer que ele foi desrespeitoso com o Deputado Silvio Costa, que me enviou toda esta documentação. Ele em seguida a folha não localizou... Weffort disse que os gastos foram feitos pelo Ministério, que as locadoras eram escolhidas após pesquisa de preço, e considerou brincadeira a hipótese de devolver dinheiro à União. Todos os gastos não eram definidos por mim, mas pelo Ministério. Em anexo eu coloco aqui todas as notas fiscais, mas só para ver como era tratado nos seus artigos que escreveu para os jornais ele deveria a meu ver citar seu próprio exemplo que contribuiria mais para a democracia brasileira. O item 6 é do Ministro do Esporte, Ministro Orlando Silva, que em depoimento nesta Comissão falou sobre as irregularidades que foram identificadas em suas prestações de contas referente ao uso de cartão de pagamento, especialmente com relação à despesa com alimentação e hospedagem. Quero aqui frisar que os gastos de 2006 foram... Como mostra a tabela de 10 mil reais, 2007, 20 mil reais e 2008, 3507 reais. O Ministro Orlando Silva tão logo teve o seu nome citado ele devolveu à União os 34.378 reais e 37 centavos que havia gasto. A CGU fez todo o trabalho e concluiu que ele teria que devolver 8.405 reais e 36 centavos. Sendo assim, no caso do Ministro Orlando ele tem que ser ressarcido em torno de 26 mil reais. O 7 é o caso da ex-secretária de especial... De Igualdade Racial Ministra Matilde Ribeiro. A ex-Ministra Matilde Ribeiro utilizou cartão de pagamento a trabalho em muitas viagens que fez pelo país. Com isso contratou serviços de locação de

veículos, quando o correto seria proceder à licitação. A ex-Ministra adquiriu produtos em um *Free Shop* com cartão de pagamento. Essa compra foi no valor de 461 reais e 16 centavos, segundo revelou a Senhora Matilde foi por engano. Ela acreditava estar utilizando o seu cartão de crédito pessoal que é semelhante ao cartão de pagamento do Governo Federal. A CGU realizou auditoria relativa ao uso de cartão de pagamento por parte da ex-Ministra Matilde e a nota técnica de nº. 357 da CGU em anexo, de 21 de fevereiro de 2008, faz uma série de recomendações à ex-Ministra, e solicitou esclarecimentos para que fossem justificados os gastos realizados. De acordo com a nota técnica, a ex-Ministra realizou as seguintes despesas. Estão abaixo relacionados, já que o total gasto com cartão foi na ordem de 171 mil 556 reais e nove centavos. O problema principal das contas da ex-Ministra se refere ao pagamento de horas-extras para motoristas, o serviço utilizado durante as muitas locações de veículos. A CGU considerou relevante que a ex-Ministra apresente justificativa para esses pagamentos excessivos no valor de quase 20 mil reais como se verifica nas recomendações finais no relatório da auditoria. Ao apresentar no prazo de 30 dias os esclarecimentos adicionais que possam justificar a necessidade de realização de hora-extra de motorista em cada uso no montante de 19.245 reais, deduzidos dos 135 já recolhidos ao erário no valor que são justificados. Não havendo a justificativa, evidentemente que os valores terão que ser devolvidos ao cofre da União. O ex-Ministro especial de Aquicultura e Pesca, Ministro Altamiro Gregolin, o erro... Por isso que a relatoria propõe no final uma verba de representação, mas o Ministro Gregolin ele... Houve um equívoco porque pagou um almoço a uma delegação chinesa que estava em visita ao Ministério. Que, a nosso ver, precisa ser corrigido porque é inadmissível que um Ministro não possa utilizar o mecanismo da reciprocidade para pagar um jantar a uma delegação estrangeira em visita ao nosso país. E eu proponho que os Ministérios possam criar uma verba de representação para o pagamento; a meu ver beira a falta de educação não poder retribuir e muitos dos que estão aqui que já viajaram a outros países sabem perfeitamente de como somos recebidos quando em visita a outros países. No item 9, eu gostaria de frisar aqui, porque a meu ver não são todas, mas as universidades brasileiras, no que se refere à utilização de cartão de pagamento do Governo Federal, além de beirar a irresponsabilidade deram uma péssima aula de cidadania ao nosso país. E eu friso aqui porque as universidades federais elas têm autonomia administrativa. Usa os cartões para os mesmos fins que a Legislação respalda no caso do Executivo. Mas é

inadmissível e incompreensível, principalmente para este Parlamento que é muito comum receber aqui os reitores em busca de mais recursos, que legítimo as suas reivindicações para as suas universidades de que os cartões de pagamento tenham sido utilizados e a meu ver é injustificável ainda que a Universidade de Brasília seja aquela que gastou, por exemplo, algo superior a um milhão de reais sendo que 50% desses recursos foram via saques. Aqui uma recomendação para que as universidades com a sua autonomia que tenha possam rever este capítulo de uma péssima aula de cidadania aos nossos... Ao nosso povo. Aqui no item 4 do... Ainda no item 3, aqui anexo a esse relatório, uma nota técnica que foi elaborada a partir de uma ordem de serviço nº. 1 de 25 de abril de 2008, em anexo neste Relatório, que fiz aos técnicos da CGU e do TCU que nos auxiliaram e que fizeram uma amostragem até naquele momento nas 2.601 caixas que estavam em poder desta Comissão e então eles mostram aqui do escopo da fonte de informação, dos Ministérios, relataram também uma dificuldade que foi deles e foi nossa da limitação de auditoria de como o material se encontrava, a metodologia da execução dos trabalhos, eles frisam aquilo que já foi relatado aqui de utilização inadequada do cartão de pagamento na modalidade principalmente de saque. O quadro mostra na página 96, quantificando a inobservância da excepcionalidade dos saques que quero aqui frisar, eles continuam, melhoraram, mas ainda são muito elevados. O único dado que nos dá certo... Nos dá uma alegria é de verificar que os valores comparativos de 2007 de janeiro a abril de 2007 para janeiro a abril de 2008, pela primeira vez em sua série histórica, há uma diminuição dos saques em dinheiro. Na página de nº. 100 há aqui os valores ano a ano, e as quantidades de processos que foram pinçadas das 2.600 caixas para o trabalho de amostragem, e aí há um trabalho por temas. O tema hospedagem, há o detalhamento da amostragem por transporte que ficou evidenciado problemas sérios principalmente com notas em série, então batem aqui muito do que o trabalho técnico feito com o trabalho de Parlamentares que nos relacionaram problemas e enviaram a esta Relatoria, algo que chama muita atenção é que os gastos com alimentação não é permitido a alimentação em Brasília. Então, na página 104, o detalhamento da amostragem de... Com alimentação, aqui foi pego por unidade da federação. Paraná, Mato Grosso, Pará, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, e Rio de Janeiro e Distrito Federal. O que é que podemos verificar? [Soa a campainha] Dos 30, a amostragem pegou notas fiscais no valor de 33.550 reais. E desta amostragem, dois terços, ou seja, 22 mil 351 reais e

25 centavos foram com despesas em Brasília, o que é proibido pelo Decreto que criou e que regulamentou o suprimento de fundos. Aí há outras despesas, porque num processo de amostragem algumas evidentemente que não ficam dentro daquelas classificadas, mas gostaria de ler aqui a conclusão na página 107. O uso do cartão de pagamento para operacionalizar a execução de despesa de suprimentos de fundo subordina-se a uma sistemática de controle já sedimentada na administração pública Federal.

Conforme observado nesse trabalho de auditoria, há significativas vantagens na utilização do cartão de pagamento do Governo Federal em comparação ao suprimento tradicional movimentado por contas do tipo B entre as quais se destacam maior segurança contra fraudes e desvios, melhor controle dos limites de utilização, maior transparência dos gastos e obtenção de melhores preços, melhores preços, melhores preços...

Aqui ficou repetido temos que corrigir, em suas compras devido aos fornecedores terem a certeza da data do efetivo pagamento. O nível de transparência do processo aquisitivo é significativamente maior quando o cartão é utilizado para compras diretamente nos estabelecimentos afiliados. As faturas e demonstrativos mensais disponibilizados pela administradora permitem monitorar as operações, constituindo-se um importante instrumento de controle e da regularidade do processo de aquisição. Os trabalhos de auditoria foram executados com base em cópias de documentação relativos à prestação de contas de suprimentos de fundo encaminhado à Comissão em atendimento ao Requerimento 131 de 12 de março de 2008 e também recorreu ao banco de dados disponibilizado pelo Banco do Brasil contendo transações do cartão de natureza não sigilosa, excluída pelos órgãos do Poder Executivo no período de 2002 a 2008. Na fase de planejamento da auditoria, a equipe deparou-se com limitação relevante advinda da inadequada indexação das cópias dos processos de prestações de contas encaminhado à Comissão. Em face dessa dificuldade adotou-se então a seguinte sistemática para a realização da amostra. Com base no critério de materialidade dos gastos de suprimentos de fundo obtido com dados do Banco do Brasil cartões e atendendo-se apenas aos órgãos da administração direta, cujos documentos estavam disponíveis, efetivou-se o exame de um processo por ano de cada órgão no período de 98 a 2007. Operacionalizados por cartão de pagamento e contas de tipo B, foram analisados processos de prestações de contas dos seguintes órgãos. MDA, INCRA, MCT, MME, MEC, Ministério da Fazenda, Ministério da Cultura, MPS, Casa Civil da Presidência da República

e Ministério da Previdência Social. Ressalta-se que as limitações apontadas não prejudicaram o alcance do principal objetivo desta auditoria nos termos da ordem de serviço 01/08 e de orientação do Deputado Luiz Sérgio, Relator da CPMI, avaliar os controles internos relacionados à execução de despesa de suprimentos de fundo e propor medidas corretivas. É importante frisar, por fim, que o cartão de pagamento como meio de operacionalização da despesa de suprimentos de fundo apresenta significativas vantagens comparando-se com a sistemática por meio das contas do tipo B. No entanto, conforme apontado nesta nota técnica há necessidade de correções e aperfeiçoamentos. Com destaque para o controle eficaz dos gastos realizados por meios de saque em espécie e da ocorrência de fracionamento de despesas. O capítulo a seguir, sugestões... Ainda é a seqüência da auditoria.

Sugestões para o aperfeiçoamento do cartão. Como sempre defendi, este é um Relatório propositivo que aponta para o futuro e que torna o cartão de pagamento o meio mais eficiente, com maior controle e transparência. Nele constam 10 sugestões que não são fruto de idéias próprias e sim colhidas nas audiências feitas pela Comissão e discutidas profundamente com autoridades e técnicos que assessoram os trabalhos desta Relatoria. Passo a ler as sugestões. Quero ressaltar que muitas delas coincidem e também refletem pontos que foram apresentados pelos sub-relatores Carlos Sampaio e Índio da Costa. Os principais problemas identificados com o uso de cartão de pagamento ou as contas de suprimento de fundos já extintos são causados pela ocorrência de saque em espécie, ou seja, aquele onde o suprido tem a posse e a guarda do papel moeda. Nas audiências com representante da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, evidenciaram a necessidade do estabelecimento de critérios objetivos que definissem quais seriam os eventos de saques que atenderiam as despesas de pequeno valor e de natureza eventual.

A Controladoria-Geral da União destacou que o saque sob o enfoque do controle social, ou seja, aquele exercido diretamente pelo cidadão dificulta os esforços da transparência que o Governo Federal pretende imprimir na gestão pública. Para o representante do Tribunal de Contas, os saques sempre existirão, mesmo que represente maior complexidade à fiscalização. Destacou ainda a necessidade de se definirem as situações em que os mesmos seriam admitidos. O Ministro Jorge Hage da Controladoria-Geral da União afirmou que há necessidade para se estabelecer taxativamente quais seriam os eventos que caracterizariam a despesa de natureza excepcional, em decorrência das peculiaridades de cada órgão e das inúmeras hi-

póteses em que o conceito seria aplicado. A CGU também destacou a tendência de estabilização em termos percentuais do saque em espécie após a criação de cartão de pagamento ocorrido em 2001, justificando elevação em decorrência do censo agropecuário e do PAN, embora a nosso ver e ao ver desta Comissão e da relatoria a estabilização dos saques em torno de percentual médio acima de 60% de saque é muito alto e precisa ser modificado.

Sob o aspecto da alteração da Legislação por meio de Decreto de nº. 6370/08, o Ministro destacou que os novos critérios para a realização de despesas com suprimento de fundos, em especial a extinção das contas do tipo B, a obrigatoriedade do uso do cartão e a definição de limite para saque em espécie até 30% do total de despesa anual do órgão. Quero aqui frisar, o saque até aqui é de 30% do total de despesa anual do órgão. Então você pode ter um suprido que pode sacar todos os seus recursos. A relatoria não concorda em relação ao saque. Propõe que o limite seja de 30% por suprido. Além disso, por meio da Portaria do Ministério da Fazenda, 95/02, o Ministério da Fazenda já fixava critérios objetivos para a concessão de suprimento de fundos ao estabelecer por despesa o limite de 10% sob o valor previsto na Lei 866 de 93, ou seja, 15 mil reais para obras de serviço de engenharia e 8 mil reais para compras e serviços em geral. Tem aqui a portaria do Ministério da Fazenda. Quero aqui frisar que um bom exemplo aqui veio do Banco Central, mostrando que o Meireles sabe tomar conta do cofre. Porque a Portaria... Nós estamos sugerindo que cada Ministério possa regulamentar em que casos possam ser efetivados os saques. Além de limitar o saque para no máximo de 30% do suprido. E dou como exemplo a Portaria de nº. 44374 do Banco Central em que o Banco Central, o Banco Central determina aqui de maneira bem direta em que casos específicos o saque pode ser efetuado. Quero aqui ressaltar que ainda no debate com muitos há questões simples, mas muito emergenciais para o Ministério que hoje é preciso ser feito com a utilização do dinheiro em espécie, como por exemplo, o pagamento nos Correios ou o pagamento de custas judiciais que às vezes o Ministério tem prazo para recorrer e esses recursos não podem ser pagos com a utilização do cartão de pagamento.

No item 02, nós estamos solicitando o restabelecimento das diárias para Ministros de Estado, a exemplo do que ocorre com os demais servidores públicos e ocupantes dos cargos de Comissão. E entendemos que muitos dos problemas aqui relatados seriam evitados se o mecanismo utilizado fosse o mecanismo das diárias.

No item 03, nós estamos solicitando a criação de um suprimento de fundo para relacionamento institucional. O Brasil, com o que representa diante do mundo, pela sua economia, pela sua importância estratégica, é inadmissível que um Ministro recebendo, como foi o caso aqui citado do Ministro Gregolin, que recebeu o representante da Academia Chinesa de Ciência Pesqueira, órgão do Governo da China e após a reunião não possa convidar os representantes da Academia Chinesa de Ciências para um jantar. A meu ver nós precisamos a administração pública Federal precisa criar mecanismos que permita esse relacionamento institucional, evidentemente que com todos os critérios e os cuidados que necessitam para esse e para qualquer outro caso de utilização de recursos públicos. Mas beira a falta de educação convidar uma autoridade em visita oficial ao país para jantar e depois dizer que tem que dividir a despesa. Isso não reflete a importância que o Brasil tem no cenário internacional.

Filtro para a utilização do cartão. Quero aqui frisar que por ramos de atividade podem se estabelecer os filtros. E nós estamos aqui pedindo, como sugestões para que cada Ministério possa normatizar e estabelecer, por suprido, os filtros em que aquele cartão não possa ser utilizado. Fazer uma generalização dos filtros, por parte desta relatoria poderia, a meu ver, criar problemas. Mas, cada Ministério, cada órgão, cada entidade no seu cotidiano tem condições de normatizar e solicitar ao Banco do Brasil para que os filtros possam ser estabelecidos aperfeiçoando a utilização do cartão de pagamento e se evitando muitos casos como o que nós presenciamos aqui nesta Comissão. Coincidindo com sugestões que foram também apresentadas pelos sub-relatores, nós estamos sugerindo ao Banco do Brasil que altere o *layout* do cartão para que ninguém mais venha com a desculpa de que se confundiu com o seu cartão pessoal. Mas, mais do que isso, nós estamos sugerindo que se modifique o *layout*, se utilize o cartão com o chip, que haja a obrigatoriedade da senha e evidentemente recomendando que ninguém possa depois cadastrar uma senha que seja idêntica à sua, coincidente com a sua do dia-a-dia.

No item 7 nós estamos pedindo, sugerindo a redução do prazo de aplicação do suprimento de fundo. O prazo para a aplicação do suprimento de fundos ele é de 90 dias, restando 30 dias para que o suprido apresente a prestação de contas. A soma desses dois prazos é de 120 dias. Nós achamos alto. Estamos propondo a redução para 90 dias, dos 90 dias para 30 dias e com 30 dias para a prestação de contas. Então esse prazo que é hoje de 120 dias seria reduzido para 60 dias, o que permitiria uma gestão financeira

a meu ver mais adequada e mais positiva para o Tesouro Nacional.

No item nº. 08 há uma solicitação a meu ver muito importante. Porque em qualquer empresa privada que utilize recursos há sempre o órgão acima daquele envolvido na operação para se fazer a auditoria. Então, para melhorar a qualidade do processo de prestação de contas, esta Comissão sugere ao Poder Executivo que após a prestação de contas pelo ordenador de despesas, as mesmas sejam enviadas para outra aprovação da área setorial contábil do respectivo órgão ou entidade, mediante registro no sistema do SIAF. Ou seja, nós não queremos mais a metodologia utilizada até hoje em que a prestação de contas acaba nos Ministérios sendo aprovadas apenas pelo ordenador de despesas. Queremos que uma outra... Um outro órgão, o setorial contábil de cada Ministério possa também avaliar esta... A prestação de contas do cartão de pagamento. Acolhendo aqui a sugestão tantas vezes solicitada pelo Deputado Manato, nós estamos sugerindo uma cartilha em que esteja ali dita, informada as regras para utilização do cartão de pagamento.

No item 10, melhoria das prestações de contas. Na análise das prestações de contas, dos deslocamentos de Ministro... Isso no capítulo 4. Observa-se que as justificativas de muitas notas fiscais para comprovação das despesas com alimentação eram preenchidas com expressões genéricas, como despesas ou refeições, e que não permitiriam avaliar a razoabilidade da quantidade dos itens adquiridos. Como os recursos destinam-se unicamente à pessoa do Ministro, frisando, como os recursos destinam-se unicamente à pessoa do Ministro, já que os auxiliares que o acompanham recebem diárias, as notas fiscais deveriam informar apenas as despesas dessa autoridade. Outro aspecto importante na prestação de contas é a falta de indicação do motivo da viagem. Os recibos não informam os motivos da viagem e nem justificam sua necessidade para o órgão. Com isso foram apresentados, por exemplo, recibo de locação de veículos e faturas de hotéis sem que se saiba se aquela estada faz parte de uma atividade oficial. Como melhoria do processo de prestação de contas, recomendamos ao Poder Executivo que os supridos sejam orientados para que... Sejam orientados para que instituam suas prestações de contas com notas fiscais e recibos bem mais detalhados, especificando-se a data e a quantidade de itens adquiridos. E no caso de deslocamento de Ministros, o motivo da viagem.

Proposta Legislativa. Comentário ao Projeto de Lei complementar. Considero uma das partes mais relevantes das proposições que estou apresentando. Como o objeto do projeto foi traçar normas gerais para

a emissão e uso do cartão por toda a administração pública da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. Com observância ao pacto federativo e respeitadas as competências constitucionais de cada ente. Não foi conveniente neste momento tornar obrigatória a utilização do cartão pela diversidade dos Municípios brasileiros. Diversidade dos Municípios brasileiros. Acredito que gradativamente os Estados e Municípios irão substituir o uso das contas correntes para o cartão, especialmente porque há demanda da sociedade para mais transparência nos gastos públicos. O projeto também tratou da questão dos gastos sigilosos da Presidência da República. A proposta é tornar público os extratos dos gastos considerados sigilosos após um ano do término do mandato do Presidente. O prazo de um ano, entendo, seria suficiente para que o sistema de segurança se reorganizasse. Por fim, prestigiaram-me as ações da transparência da gestão fiscal, incluindo a obrigatoriedade da divulgação mensal dos extratos dos cartões por meio eletrônico de livre acesso à população. Aqui há a proposta do Projeto de Lei que visa tornar públicos os gastos sigilosos, mas visa também que Estados e Municípios e os outros órgãos públicos da administração que utilizarem o mecanismo cartão de pagamento sejam obrigados a estabelecer mecanismo de transparência para disponibilizar os extratos da utilização desse cartão que peço empenho a todos os membros desta CPI para que possamos aprovar o Projeto de Lei Complementar.

Considerações finais. Quando aceitei o convite para assumir a relatoria desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, as notícias que circulavam pela imprensa davam conta de que o cartão de pagamento do Governo Federal vinha sendo usado ostensivamente sem critério nem controle. Isso acabou por conduzir parte da sociedade a formular uma condenação prévia do instrumento do cartão de pagamento do Governo Federal. Após analisar cada uma das denúncias apresentadas, permaneço convicto de que os cartões são, em verdade, o instrumento mais ágil e transparente de que dispomos para a realização de pequenos gastos da administração pública. Ao longo dos trabalhos da CPMI ficou evidente como visto neste Relatório que o juízo favorável à utilização dos cartões encontra eco entre técnicos, autoridades e políticos dos mais variados matizes ideológicos que se dispuseram a travar um debate sério e isento sobre o tema. Disso concluímos que a opinião pública foi vitimada por informações pouco precisas, embora houvesse realmente casos isolados de uso incorreto do cartão de pagamento do Governo Federal que merece a atenção desta Comissão bem como dos órgãos de controles competentes. Em sua apresentação o Ministro Jorge Hage da Controladoria-

Geral da União informou ter investigado até aquela data 56 denúncias publicadas pela imprensa que relatavam o suposto mau uso do cartão. Ao fim concluiu-se que todas eram desprovidas de fundamento. Foi possível então verificar que muitas vezes os jornalistas responsáveis pela produção das reportagens em tela eram induzidos a erro pela análise de informações incompletas. A Comissão também teve acesso aos gastos de natureza sigilosa da Presidência da República. Esses gastos são excepcionais e envolvem questões de segurança de Estado, como é o caso da segurança pessoal do Presidente e de seus familiares. O acesso às contas da Presidência da República era imprescindível aos Parlamentares da oposição que, apesar de terem examinado exaustivamente essas contas não identificaram os gastos questionáveis ou de natureza pessoal. É importante esse esclarecimento à população, pois mesmo as despesas sigilosas são objeto de controle interno exercido pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República e de controle externo, cuja atribuição é do Tribunal de Contas da União. Deve-se enfatizar que as auditorias do Tribunal de Contas da União nas contas da Presidência foram realizadas com o objetivo específico de averiguar se havia gasto de natureza pessoal ou quanto ao aspecto da regularidade fiscal.

O eventual uso de notas frias. O Tribunal concluiu que não existem gastos de natureza pessoal e os eventuais casos de inidoneidade das notas podem ser atribuídas aos fornecedores, uma vez que como consta o Tribunal de Contas da União os serviços foram efetivamente prestados. Louvável é o caminho trilhado pelo Governo Federal no combate à corrupção ao implantar o seu portal da transparência, instrumento que permite acesso universal aos gastos da administração pública através da internet. O livre acesso às informações permite consolidar o controle social e transformar cada pessoa em fiscal da boa utilização do dinheiro público. Entendo que a ratificação, ampliação e universalização dos instrumentos de transparência serão os maiores contribuidores que essa Comissão oferecerá à sociedade com a apresentação do Projeto de Lei Complementar que pretende regular o uso do cartão em todas as esferas de poder, incluindo entre os instrumentos que aperfeiçoarão a gestão fiscal. Sem dúvida, resta claro que o país carece de uma modernização geral que ofereça maior segurança e confiabilidade à aplicação deste instrumento. Apesar do reconhecimento dos especialistas de que o cartão de pagamento constitui um instrumento ágil e eficaz para pagamento de despesas com suprimento de fundos, além de possibilitar maior transparência em relação a outros instrumentos utilizados pela adminis-

tração. Ofereço à sociedade brasileira o Relatório que aponta para o futuro que trilha o caminho do combate à corrupção que torna mais eficaz o instrumento de gestão e aperfeiçoa a gestão pública. Creio que cumpro o meu objetivo.

Aqui um resumo das recomendações feitas. Há no capítulo 9, a solicitação para que sejam enviadas cópias à Casa Civil; Gabinete de Segurança Institucional; Agência Brasileira de Inteligência; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas, Presidência da Câmara dos Deputados e, ainda, muito bem aqui assessorado pelos dois que estão aqui me ajudando, há dois pontos que eu estava esquecendo aqui de frisar que é muito importante. Primeiro foi objeto nesta CPI de muito debate, de conflitos. Os sub-relatores de fiscalização e sistematização informaram ter encontrado casos onde alguns ecônomos teriam utilizado o cartão em estabelecimento onde supostamente tais ecônomos figurariam como sócios. Essa suspeita poderia indicar a existência de conflito entre os interesses públicos e privados. Como Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei nº. 7528/06, que trata especificamente do conflito de interesse no âmbito do Poder Executivo Federal, recomendamos à Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados que priorize a aprovação deste Relatório. Recomendamos também à CGU e ao Tribunal de Contas da União, considerando a grande quantidade de cópias de prestação de contas encaminhada à Comissão, e ainda, a recente criação por proposta da CGU acolhida pelo Tribunal de Contas da União de um Grupo de Trabalho conjunto CGU/TCU para uniformização de entendimentos a respeito da regularidade de despesas com suprimento de fundo. Recomendamos que o referido grupo após definidas as espécies de gastos elegíveis, proponha critérios de amostragem para realização de auditoria específica a ser feita por esses dois órgãos especializados sobre os processos de prestações de contas que apresentarem maior potencial de risco.

Senhora Presidente, nesta sequência de encaminhamentos que está de 1 a 10, quero aqui acrescentar também nas notas taquigráficas e acrescentar que uma cópia deste Relatório também seja enviado à Procuradoria-Geral da União. Então estão todos aqui. Este é o meu Relatório. A todos os senhores e senhoras o meu muito obrigado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senhor Relator. Realmente um Relatório...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, gostaria de pedir vistas ao relatório.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vistas ao relatório ao...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Eu havia pedido a palavra antes.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nesse caso damos vistas coletivas então ao projeto... Portanto, vistas coletivas ao... Está concedida a vista.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Senhora Presidente, só aqui na última página, no... Cópias deste Relatório devem ser remetidos. A numeração de 1 a 10. Aqui estou solicitando porque ficou faltando aqui ao Ministério Público. Então acrescentar o Ministério Público para recebimento de cópias deste Relatório, evidentemente caso venha ser aprovado nessa Comissão.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vistas concedida, coletiva...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vistas coletivas ao Relatório. Está concedida até as 9h00 de quinta-feira.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, vou falar pelo PSDB, pela liderança do PSDB.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos Sampaio e depois Deputado Índio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Senhora Presidente, acompanhei atentamente a leitura do Deputado Luiz Sérgio, percebi que se esmerou principalmente no que tange ao período do Presidente Fernando Henrique Cardoso em apontar gastos individuais de Ministros, reconheço alguns avanços e que incorporou algumas das sugestões que fizemos, discordo de algumas ponderações, particularmente no que se refere a continuar autorizando 30% dos gastos com suprido, eu acho que os gastos com saques devem ser abolidos e permitidos tão-somente em situações especiais, não de forma genérica 30% para todos os supridos. Percebi também, Senhora Presidente, que a ponderação por ele feita no sentido de que os... A elevação dos gastos com cartões corporativos deveu-se a proporcionalmente a redução dos gastos com as contas tipo B. Essa afirmação não corresponde aos fatos porque se redução houve das contas tipo B evidentemente não foram proporcionais à elevação dos gastos com cartões corporativos.

Eu confesso, Senhora Presidente, que quando propus esta CPI tinha em mente garantir o aprimoramento desse instrumento, desse importante instrumento de gestão e apontar irregularidades. Até estranhei quando o Deputado Luiz Sérgio disse que ficou claro que não houve utilização pessoal e nem desvio de finalidades do cartão corporativo. Isso não é verdade. Acho que a própria constatação de que 68% houve uma redução de 68% dos gastos cartão corporativo na modalidade saque no primeiro quadrimestre desse ano para o primeiro quadrimestre do ano passado é uma demonstração inequívoca da importância desta CPMI até para seu efeito inibitório. Antes os gastos eram feitos de uma forma aleatória e seria uma preocupação, tal passou a ser preocupação que 70% dos gastos com saques no primeiro quadrimestre desse ano foram reduzidas. Eu tinha pra mim que o objetivo maior dessa CPI era o de apontar os desvios e as irregularidades havidas neste Governo e no anterior, e apresentar alternativas concretas para pôr fim ao uso indiscriminado dos cartões. Sempre vi assim.

Acho que comprovamos aqui várias coisas. A utilização para mordomias pessoais, o pagamento de gastos, despesas inconcebíveis, até mesmo de motéis, o gasto exagerado nos finais de semana, os sócios que são portadores de cartão corporativo e compram em suas próprias empresas, o cartão utilizado como mecanismo de fuga a licitação o cartão utilizado na modalidade saque em quase 60% de seus gastos. Enfim, apontamos inúmeras, dezenas de irregularidades e fizemos exatamente 23 recomendações para alterá-las. Mas tem um ponto, Senhora Presidente, que aqui eu peço vênias aos ilustres colegas e ao próprio relator, eu sei que muitos, muitos criticaram a própria imprensa em razão da forma como ela abordou o assunto CPI dos cartões corporativos. Eu particularmente tive o meu relatório abordado de uma forma bastante crítica por parte da imprensa. E, portanto hoje criticar a imprensa pelo seu posicionamento talvez fosse uma medida natural para alguns. Eu procurei inverter a lógica desse raciocínio, Senhora Presidente, e ao invés de fazer uma crítica ao procedimento da imprensa que nada mais justo que retratar o sentimento da sociedade, eu resolvi fazer uma auto crítica. O meu relatório ele constou tudo o que deveria ser feito. Como medidas para efetivamente fechar as portas à corrupção, aos desvios e desmandos. No que tange as pessoas envolvidas por equívoco deste sub-relator, ele fez constar também, mas sempre com uma referência DOC anexo. Esse sub-relator representou ao Procurador-Geral da República pedindo indiciamento no dia 16 de abril do corrente ano da Senhora Ministra Dilma Rousseff, Tarso Genro, do Senhor Paulo Bernardo e do Senhor

Jorge Hage. O pedido de indiciamento foi feito e protocolizado no dia 16 de abril, anexo ao sub-relatório por mim apresentado. Este sub-relator representou junto à Procuradoria da República representação feita juntamente com o PSDB contra vários outros envolvidos nesse episódio da confecção do dossiê. Representou na Procuradoria da República contra o Ministro Gregolin sequer mencionado aqui fato grave trazido à baila pelo Deputado Vic que foi o uso indevido de uma cerimônia pública na qual ele foi e naquele momento fez uso do cartão corporativo para pedir votos para o Presidente Lula. Todo indiciamento por mim pedido, todas as representações por mim feitas por atos de improbidade feita foram colocadas anexas ao relatório. E aí a minha autocrítica.

Eu peço vênias, peço escusa porque deveria ter incorporado ao Relatório e se esse pedido de vistas que faço agora se dá dessa forma, numa análise de autocrítica do meu sub-relatório, é porque eu quero num voto em separado nesta quinta-feira, Senhora Presidente, incorporar ao meu sub-relatório todas as representações que fiz e que constavam em anexo, mas passarão a constar no corpo do Relatório todas as representações que fiz, todos os pedidos de indiciamento que fiz e todas as justificativas para caracterização de atos de improbidade administrativa por parte de Ministros e funcionários deste Governo.

O Relator foi primoroso na sua análise em referência ao caso dos Ministros à época da gestão do Fernando Henrique Cardoso. E este sub-relator talvez por um descuido constou em anexo apesar de fazer referência expressa aos fatos, constou em anexo aquilo que deveria fazer parte do corpo desse Relatório. Então esta autocrítica é para dizer que nesta quinta-feira o meu sub-relatório que não terá nenhuma alteração no que tange a metodologia que acho que deva ser adotada para que acabemos com os desvios, para que possamos pôr um fim aos desmandos, aos usos pessoais, aos gastos de finais de semana, tudo isso será mantido. Mas será incorporado a ele as representações que fiz e a sociedade não é obrigada a saber aquilo que constava anexo ao meu documento principal. Se fizer parte dele, como de fato fará na quinta-feira e se eu ler este sub-relatório com aquilo que fiz, aí sim a sociedade, a imprensa terão conhecimento dos procedimentos que adotei. E esse meu erro talvez tenha ensejado essa má compreensão do sub-relatório que fiz porque dediquei 90 dias, Senhora Presidente, com muito afinco a uma investigação aprofundada e não concebo ser tratado como alguém que participou de um acordo ou de uma pizza. Acho que a própria imprensa, grande parte da imprensa que me conhece, os Parlamentares, Vossa Excelência, que sabe da mi-

na história, do meu proceder, sabe que isso não se coaduna com o meu jeito de ser. Acordo, pizza, não faz parte da minha formação como cidadão, como homem, como promotor de justiça e como parlamentar. Se faço esta autocrítica é porque de fato não passei à sociedade anexando documentos aquilo que deveria passar incorporando no relatório e por essa razão reafirmo, apresentarei nessa quinta-feira um voto em separado com nenhuma novidade que nenhuma dessas três representações que fiz pedindo a caracterização do ato de improbidade e o indiciamento de Ministros, Ministros e autoridades do Governo Federal.

Portanto essas três representações integrarão o sub-relatório, o voto em separado que farei nessa quinta-feira para colocar na apreciação de todos os nossos pares. Porque eu quero que todos digam se me equivoquei ao caracterizar no pedido de indiciamento de alguns a caracterizar o ato de improbidade por parte de outros, mas que todos se manifestem. Porque eu usei o caminho da Procuradoria que foi um caminho talvez isolado. Deveria ter compartilhado essas informações com esta CPI, e vou fazê-lo agora. Não porque estou fazendo tardiamente àquilo que deveria fazer, mas porque não fiz aquilo que fiz antecipadamente. De forma isolada. Estou me referindo a representações feitas no dia 16 de abril, no dia 31 de março e no dia 26 de maio. Portanto, todas essas datas antecedem à leitura do meu sub-relatório e eu incorporarei registro para que fique claro à sociedade que eu não me quedei inerte, ao contrário, tomei as medidas que achava cabíveis porque imaginava que a base não iria de forma alguma aprovar os indiciamentos, aprovar representações. Mas numa fala final resumo o meu sub-relatório como sendo... A minha fala de agora como sendo uma autocrítica para fazer incorporar ao meu relatório tudo àquilo que nele foi anexado, porque não paire dúvidas para a sociedade brasileira, para a imprensa que bem retratou o sentimento da sociedade brasileira de que nunca... Repito, Senhora Presidente, nunca me quedei inerte, nunca me curvei e nunca estive a admitir ou conceber que acordos fossem feitos. Na quinta-feira lerei meu voto em separado sem nenhuma novidade do que tange a Procuradoria porque todos lá sabem, mas para esta CPI é importante que saibam o que fiz, porque representei e porque indiciamento lá e não aqui. Muito obrigado Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Carlos. Deputado Indio...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu não estou inscrito, mas eu pedi a palavra. Eu pedi, mas a senhora disse ainda há pouco o Deputado Vic.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Bom, tinha o Deputado Carlos, Deputado Indio e Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Eu falo depois do Deputado Indio?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – É porque eu tinha errado o nome. O senhor me desculpe.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Pois não.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, eu tive uma reunião de manhã com os democratas, com o líder Agripino, com o Presidente Deputado Rodrigo Maia, trabalhei durante essa semana e esse final de semana no que será a nossa proposta do democratas do voto em separado do relatório paralelo, que será lido aqui na quinta-feira conjuntamente com os outros relatórios paralelos. Queria dizer que os colegas, os Deputados e Senadores de oposição ou os governistas que entenderem que esse relatório está bem feito, consistente e que quiserem assiná-lo que está à disposição. Informar, deixar claro que o relatório, infelizmente não tive tempo de ler, porque começou a Sessão no Senado, ele está aqui dentro. E quando na semana passada eu da questão de oferecer denúncia, e não era a palavra indiciar, oferecer denúncia, oferecer denúncia é mais grave que indiciar. Você primeiro indicia e depois oferece denúncia porque a justiça proceda. Portanto em nenhum momento a parte que me coube do relatório ela passou mão na cabeça de ninguém e para ficar mais claro eu puxei agora, extraí desse voto em separado, extraí trechos dele para colocar logo no começo. E eu gostaria de ler apenas um parágrafo aqui. Dizer que o Senador Agripino nesse momento está conversando com... Ou nesse momento ou daqui a pouco conversará com o Senador Arthur Virgílio para oferecer o voto em separado que preparei. A partir da audiência de hoje certamente como só vou apresentar na quinta-feira, ainda posso incorporar mais um ou outro detalhe a partir da leitura do Deputado Luiz Sérgio, do relatório oficial, o relatório do relator, e meu Advogado ficou aqui, enfim, minha assessoria, anotando, tenho gravada a audiência vou ver com calma entre hoje e amanhã para na quinta-feira fazer um voto em separado único, consistente e tal. Bem, diz aqui logo na primeira página para que fique muito claro. Os desvios arrolados nesse relatório paralelo motivam seu encaminhamento ao Ministério Público, à Polícia Federal e ao Tribunal de Contas da União. Para fins de indiciamento e denúncia à justiça pelo Ministério Público Federal respondendo os responsáveis conforme o caso pelos crimes de tráfico de influência, corrupção, improbidade administrativa,

responsabilidade fiscal e peculato. Assim como pelos crimes do artigo 89 da Lei 8666/93. Aqui lá dentro vem o nome das pessoas e pela minha análise jurídica caberia a partir da análise da documentação que fiz nessa CPMI caberia para cada uma das pessoas a serem indiciadas e a receberem denúncia via Ministério Público na Justiça Federal.

Eu com isso gostaria de agradecer, Senhora Presidente, a todas as pessoas aqui dessa Casa que contribuíram tecnicamente para que eu chegasse até esse relatório. Agradecer ao Presidente Rodrigo Maia, ao Senador Agripino Maia, líder no Senado do meu partido, ao líder ACM Neto líder na Câmara dos Deputados, e sem dúvida nenhuma agradecimento ao Deputado Vic Pires que inclusive é um membro efetivo dessa Comissão que me deu espaço como suplente para que eu pudesse trabalhar e também ao esforço conjunto com o Deputado Carlos Sampaio no sentido de encontrar informações e oferecer caminhos para que o cartão corporativo ele continue sendo usado sim, porém, de maneira séria e evitando absolutamente qualquer tipo de corrupção ou de benefício pessoal a partir do uso desses cartões. Muito obrigado, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada Deputado. Com a palavra o Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, por favor, Senhora Presidente, não vá interpretar como na última reunião. O que eu vou falar aqui não vou nem olhar para senhora para senhora não me cortar a palavra. Eu vou olhar para o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O senhor pode olhar tranquilamente. Mas não se preocupe não que como Vossa Excelência disse da última vez não vou discutir, brigar com o senhor hoje.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – De jeito nenhum. O relator aqui nas suas considerações finais ele diz o seguinte. Ofereço à sociedade um relatório que aponta para o futuro. Com todo respeito que eu tenho ao senhor, Senhor Relator, o senhor está apontando para uma grande pizzeria. Sem tamanho. É para onde esse seu relatório aponta. O senhor não aponta nada para o futuro. Muito pelo contrário, o senhor aponta para uma grande festa do Governo que com certeza vai ter lá no Palácio do Planalto. Como vocês queriam. Como o senhor disse aqui, quando aceitei o convite, o senhor aceitou o convite já com a missão de preparar isso que o senhor preparou aqui. Um gasto de papel. Nada mais é do que um grande gasto de papel. Foi o que o senhor nos apresentou hoje. Mais despe-

sas para o Estado e para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal. Esse seu relatório é isso que me mostra. Nada. Zero. Com todo respeito pessoal que eu tenho por Vossa Excelência. O senhor, no seu relatório, o senhor usa 14 páginas para citar o finado Fernando Henrique Cardoso. Usa seis páginas para citar o nosso Presidente Lula. Ao invés do senhor usar irregularidades que é a palavra certa, o senhor troca elegantemente, como é o seu estilo, nesse ponto eu tenho que tirar o chapéu por problemas, equívocos, utilização indevida, e nada mais. E fica tudo por aí, e todo mundo feliz da vida. Eu não vou falar mais aqui do tal Ministro da pesca, porque esse homem ainda é um santo, Senhora Presidente, que eu nunca vi. Estava na última reunião apontado para passar o tal filme do Ministro da pesca. Aí acabou a reunião, começou o Senado, acabou. Que a gente nunca vai ter oportunidade de assistir o Ministro da pesca pedindo voto, tendo usado, aqui, as notas fiscais dos hotéis, tudo, foi lá pedir voto para o Presidente Lula. Então, eu não vou nem tocar neste homem porque eu já vi que ele tem realmente o santo muito forte. Mas e os outros? O dossiê? Eu não posso aceitar que a imprensa venha com uma manchete, Senhora Presidente, a senhora também não, e diga que aqui acabou tudo numa pizza, Deputado Carlos Sampaio. Eu confesso sinceramente, Deputado, que eu fiquei muito triste na quinta-feira. Quando foi que nós vimos o sub-relatório? Na quarta. Confesso que fiquei muito triste. Não entendi. Eu saí com clima de velório. Eu saí com clima de que eu tinha que dar alguma explicação lá na minha terra, no aeroporto, onde eu andasse. Porque parecia que nós da oposição estávamos ali tudo certo, tudo tranquilo. Eu no lugar do relator eu teria colocado todo o sub-relatório aqui. Todo. Porque não ia fazer diferença nenhuma. Não ia fazer diferença nenhuma. Vossa Excelência termina de falar daqui a pouco. Vossa Excelência começa a falar. Eu vou apresentar um voto em separado. Porque eu não vi nada de pedido de indiciamento. Que me prove que tenha um pedido de indiciamento nesses relatórios. Não tem. Vossa Excelência se quiser dialogar comigo é uma honra. É uma grande honra. Não, o relator.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Não vou dialogar nem com Vossa Excelência nem com nenhum outro par. Eu entendo que regimentalmente já foi dado vistas e que não cabe nesta Sessão o debate—

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Se não vai dialogar fique calado. Eu estou com a palavra e Vossa Excelência não vai dialogar.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – É que há uma complacência com as palavras. Como foi concedido vista, o relatório a meu ver–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Vossa **Excelência** estava lendo. Eu não sou surdo e gravei tudo que Vossa **Excelência** leu. E baseado no que Vossa **Excelência** leu durante duas horas eu estou fazendo minhas observações. Eu não posso ficar impedido de falar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Pode continuar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Ah, pois não. Na página 14, vamos lá para a página 14. Tem aqui. “Além do mais, com o acesso aos documentos sigilosos da Presidência da República em poder do Tribunal de Contas, a constatação de que nada de anormal foi identificado...” Aonde que nada de anormal foi identificado lá, Senhor Relator? Pelo amor de Deus. Nós vamos mostrar que foi. Que fez com que as dúvidas que pairavam sobre o uso dos cartões de pagamento fossem eliminadas. Acho que a gente está no mundo da Disney. É pateta... Nós somos patetas aqui. Pato Donald... Porque não existe isso. Aí vamos para a página 37. Isso foi o que já pude ler graças à leitura do nobre relator. Página 37. Pelo ofício do TCU nota-se que o SUPRIM utilizado até junho de 2005 esteve à disposição dessa Comissão, compreendendo quase 23 mil ignorantes. Nós fomos para o Tribunal de Contas, Senhora Presidente, analisar apenas 2%, Deputado Carlos Sampaio, é verdade ou não? 2%. 98% nós não analisamos. Não investigamos e não vimos. A imprensa outro dia, não sei qual foi o jornal mostrou caixas e mais caixas fechadas aí. Porque nós não tivemos tempo. Nós não trouxemos aqui a Erenice e o Senhor Relator disse que tudo correu às mil maravilhas. Nós não trouxemos a Dra. Dilma, tudo correu às mil maravilhas. Nós não trouxemos o Noberto. Acho que o relator está na Disney, no mundo encantado do Pato Donald e Pateta. Só pode. É fazer a gente de besta, Senhor Relator. Que o senhor queira fazer seu dever de casa do Governo, faça. Mas não nos faça de direito. Não tem esse direito. De trazer um aqui que nada mais é do que uma como se nada tivesse acontecido. Não houve nada, foi tudo... A imprensa... O senhor chama os jornalistas aqui de burros. Tudo 53 itens que foram colocados na imprensa que graças a isso foi montada a CPI foram todos equívocos. Os jornalistas foram induzidos ao erro. Como se todos aqui fossem burro. Nada. Não aconteceu nada. No seu mundo de fantasia, no seu relatório o senhor não conseguiu trazer nada para nós. E nos diz que vai nos mandar para o futuro? Eu acho que o senhor está querendo nos mandar para outro lugar. E elegantemente diz que vai nos mandar

para o futuro. Porque eu não vejo nada, nada disso que justifique seu relatório. O senhor não consegue achar erro em nada. Nada. Ninguém errou. Ninguém usou o cartão indevidamente. Ninguém. Todo mundo... Foi um equívoco. Trocou o cartão de amarelo por... Aquilo e aquilo, e ficou por isso. Como é que vamos acabar essa CPI? Como vocês querem. Nessa grande pizza uma grande pizza que eu não vou participar. Eu não vou participar. Eu vou... Já peguei vistas, não é isso, tenho aqui esses dois dias para ler esse catatau aqui de coisas onde o senhor cita o finado FHC 14 vezes e seis vezes o nosso Presidente Lula. Isso eu vou ler, tenho maior respeito pelo senhor e o senhor sabe disso. Agora, aqui estamos em campos extremamente opostos. Eu nunca cheguei nesse TCU, Senhora Presidente, e pego o testemunho de todos os Deputados aqui para dizer o seguinte. Eu só quero ver Lula, eu só quero ver FHC. Não. Ao contrário de companheiros, estão lá os auditores de testemunha, eu só quero ver Fernando Henrique Cardoso. Só quero ver Fernando Henrique Cardoso. Respeito todos os colegas aqui.

O Deputado Índio se comprometeu a fazer um relatório em que houvesse indiciamento de figuras do Governo que participaram na elaboração, por exemplo, desse dossiê. Não se pode, Senhora Presidente, indiciar a dona Erenice sem indiciar... Está lá no dicionário. Indício é indício. É indício que há algum problema. Ninguém está com condenando nada. Índice, Nem índice o meu nobre relator coloca aqui. Nada. Todos são... Acho que é uma miragem. Então eu não posso entender Senhora Presidente, como é que nós vamos encerrar essa CPI quinta-feira... O que é que a senhora vai chegar e dizer na sua terra? Banco Central vão lhe questionar. Não é verdade? A senhora fez um trabalho magnífico. E espero que continue fazendo esse trabalho magnífico que tem feito. Eu não tenho a reclamar nada da senhora. A não ser aquele puxão de orelha na última quarta-feira que aquilo eu tomei mais como uma professora, eu lembrei das minhas professoras que me davam esse puxão de orelha e mais nada. Com o carinho que tenho pela senhora. Mas o meu relator me faz andar até a presidência com esse catatau aqui que está me dando bursite. Aí haja procura e a gente procurando lá. Eu... Nada. Zero. Não tem nada. Não aconteceu nada. Cartão corporativo foi uma beleza. Ninguém fez nada. Ninguém foi para rodeio, ninguém tomou uísque de graça às nossas custas. Não houve nada. Nada, nada. O senhor fez seu serviço muito bem feito, relator. Acho que o Presidente da República vai ligar para o senhor e a dona Dilma e oferecer um uísque 25 anos para festejar seu trabalho com certeza aqui na quinta-feira com o voto dos governistas. Não com o nosso voto. Eu tenho certeza que o Deputado

Carlos Sampaio... Eu não vou nominar para evitar que acho que a gente pode pegar alguns insatisfeitos da base do Governo que vejo que a coisa foi feita de forma muito descarada... Há uma portaria... Eu tive que pegar uma cola aqui. Há uma portaria do Ministério do Planejamento que diz o seguinte. Que esse cartão corporativo só pode ser usado para alimentação fora de Brasília. É isso, Senhor Relator? O senhor que está mais por dentro disso aí? É isso?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Depende pela regra do local de trabalho do usuário do cartão. Não pode usar no local de trabalho e nem na cidade onde ele mora. Fora isso pode usar. Quem trabalha em Brasília não pode usar em Brasília. Ou quem mora no Rio ou no Pará não pode usar de acordo com o local de sua moradia.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Mas o que mais a gente viu foi isso. Funcionário usando para pagar jantar, uísque, caipirinha, Sinop, para pagar capital rosca, para pagar... Tudo. Nós temos isso. Mas está certo. Pode beber. Não tem problema nenhum. E fica tudo por isso. E fica tudo por isso. Então eu quero saber se nós vamos acabar quinta-feira com esta coisa aqui. Se nós não vamos ter mais acesso a absolutamente nada. Porque nós da oposição, Deputado Carlos Sampaio, Deputado Chico Alencar, Deputado Indio da Costa quem dera se pudesse também nominar Vossa **Excelência**, companheiro, mas é da base do Governo, quem sabe amanhã, mas nós vamos ter que apresentar para a opinião pública alguma coisa que valeu a pena ficarmos aqui esses três meses. Valeu a pena. Não interessa se é a Dilma, a Erenice, fulano, fulano, nós temos que apresentar alguma coisa. E eu peço para que nós possamos fazer isso em conjunto. Porque senão eu vou cuidar da minha vida. Eu vou apresentar o voto em separado. Não gostaria. Eu gostaria de apresentar um voto em separado com os companheiros da oposição. Porque nós formamos opinião sobre tudo que aconteceu. É verdade ou não? Nós trabalhamos juntos. Deputado Indio perdeu noites de sono nessas caixas e mais questões aí e não teve tempo de ver tudo. É verdade ou não? Deputado Carlos Sampaio cansei de encontrá-lo aí altas horas da noite me ligando que estava vendo, isso, aquilo, e quinta-feira vamos para casa, vamos para o Porcão e dizer: “Olha, está tudo certo. Temos que ir para uma pizzaria, convidar a imprensa, todo mundo, nosso relator, todo mundo, e festejar. Porque é uma grande pizza”. A imprensa tem toda razão. A revista VEJA dessa semana ela vem largando a talha em cima da gente. Não foi em cima de mim, mas em cima da Comissão que eu participo. Eu me sinto também agredido. Ou não? A gente se sente mal com isso aí. Parece que houve um

grande acordo que nós todos participamos. Nós saímos daquele enterro, nos colocaram numa sala perto do cemitério campo da boa esperança. Numa salinha pequena lá no final. Aí a gente vai chegar na quinta-feira, o Deputado Paulo Teixeira feliz da vida e nós com cara de enterro. Tudo bem, tudo ótimo... Porque eu vi Vossa **Excelência** chegando e não podia deixar de mencionar. Então eu acho que nós precisamos nos posicionar. Eu ia falar... Resolvi não falar. Nós precisamos nos posicionar. Mostrar que Governo é Governo e oposição é oposição. Mas não é só por isso. É porque tem e nós temos elementos para fazer alguma coisa. Levaram esse diabo desse Ministro da pesca na brincadeira. O cara foi no meu Estado, eu tenho até medo de sair e cair ali porque o homem tem um santo forte. Ele foi para meu Estado, gastou dinheiro, gastou tudo, cartão corporativo, está aqui a assinatura dele. O Ministro Gregolin, só aqui 1514 reais. No dia que ele foi lá entregar carteira da pesca, carteira de pesca e disse lá: Olha aqui o Presidente Lula... Deputado Paulo Teixeira, teve 64% de voto no primeiro turno. Agora vocês são peitudos. Nós temos que aumentar essa diferença. Vocês têm que dar mais voto para o Lula. Quem pagou essa viagem do homem? Cartão corporativo. Tá no Relatório? Não Catatau? Não está. Só estou dando esse exemplo. Tem outros exemplos.

Então, para encerrar, eu peço aos companheiros da oposição e o Deputado Indio já me deixou mais tranquilo que ele participou de uma reunião no nosso partido, e veio de lá com essa informação de que uma posição oficial do partido, eu não participei da reunião, uma posição oficial do partido que esse é o relatório que vai valer. Eu vou ler o relatório. Se pra mim valer eu assino embaixo, senão vou apresentar voto em separado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Desculpa, eu não estava aqui para... Pela ordem Vossa **Excelência** e depois...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Deputado Vic, eu pedi sim. Quando ela estava aqui no começo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – E depois o Deputado...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Deputado Vic, eu queria contrapor a sua fala. Pelo seguinte. Vossa **Excelência** não deve ter lido o relatório que eu li na quinta-feira e Vossa **Excelência** estava presente quando ao apresentar o relatório ainda na página 8ª tive que pular parte do relatório. A Presidente comunicou que o Senado tinha iniciado a Ordem do Dia. Já que não teve tempo na semana passada, a imprensa não leu com a

tranquilidade que deveria, os Deputados não puderam ouvir com a tranquilidade que eu gostaria que pudesse ouvir, eu estou trazendo aqui o relatório que apresentei na semana passada. Só para dizer o seguinte, do ponto de vista jurídico oferecer denúncia é mais profundo do que dizer que tem indícios. Isto é indiciar. Indiciar é dizer eu indico. Tem indício. O fulano é isso, o fulano é aquilo. Oferecer denúncia é depois do indiciamento, é quando já tem provas suficientes para que se possa oferecer denúncia. E vou ler o relatório da semana passada aqui alguns trechos, que digo os encaminhamentos ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público, e aí eu recomendava ao Relator, e a diferença desse documento dessa semana que estamos apresentando como documento oficial do partido que apresentaremos na quinta-feira esperamos numa reunião entre os líderes do Democratas e PSDB poder fazer um relatório único, a diferença é um é um documento jurídico entregue ao relator, que é do partido do Governo, para que ele possa aproveitar juridicamente algumas informações para o seu relatório, e a outra é uma posição política e também jurídica da oposição que essa sim deve ser apresentada num relatório paralelo, e não num momento em que os sub-relatores estão informando ao relator o que encontraram para que o relator aproveite ou não aproveite. Diz aqui no relatório lido na semana passada. Recomenda-se o encaminhamento desse relatório ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal com vistas a aprofundar as investigações cujo curso foi prejudicado nessa CPMI, especialmente, mas não exclusivamente. E aí vem: Sejam tomadas as contas dos seguintes ecônomos da Presidência da República: João Domingos da Silva neto, Cleber, José Carlos Ferreira... E assim vai seguindo. E no final identificando qualquer ilícito, sejam formuladas as denúncias. Nesse caso, presidido, nós não tivemos acesso à documentação porque são ecônomos da Presidência de contas sigilosas. Sejam tomadas as contas dos seguintes ecônomos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Célia Brandão, Ivan Silva... Assim vai indo. Identificando ilícitos, sejam formuladas as denúncias. E assim foi indo. Já no relatório atual do voto em separado, inclusive no caso que o Deputado Vic falou aqui, do Ministro Altamiro Gregolin que fez uso e começo a ler aqui seja apurado no Ministério Público a denúncia formulada pelo Deputado Federal Vic Pires envolvendo o Ministro Gregolin que fez uso do cartão corporativo em campanha para a reeleição do Presidente Lula, no Pará, em 2006. E aí vem. Instruída com as provas juntadas em anexo a este relatório indiciando-o que é o primeiro passo, e denunciando-o que é o segundo passo pelo uso do cartão em proveito próprio. Incurrendo em improbidade administrativa, peculato e crime eleitoral. Seja apurado

pelo Ministério Público as irregularidades nos gastos do cartão dos Ministros Orlando Silva e Matilde Ribeiro. Incurrendo em improbidade administrativa e peculato. E no caso do dossiê que ficou uso... Useiro e veseiro, não é assim que se fala, que não foi dito nada sobre o dossiê, foi equívoco. Está lá. E eu espero que a imprensa tenha guardado o material que entreguei na semana passada no nº. 9. Está lá muito claro. Só para pontuar, Presidente, já estou concluindo, mas não posso deixar de pontuar para que fique claro que essa preocupação inclusive de pares meus ela não precisa existir. Porque o relatório ele está absolutamente bem feito. O relatório paralelo. Assim como foi feito o relatório parcial na semana passada. Vem aqui no item 9—

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARIA SA SERRANO (PSDB-MS) — Vossa Excelência vai ter oportunidade quinta-feira de ler seu—

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) — Não, não é o atual. É o passado. Só porque não tive tempo porque começou a Sessão. A senhora bem se lembra porque eu fui interrompido pela ordem do dia do Senado. Está lá o item 6.3, item 6.5, 6.7... Só um segundo, Presidente, que são muitas páginas. Item 7, 8, já estou chegando... Ta aqui. Esse é o passado. O dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique. No decorrer dessa CPMI dois fatos graves e aparentemente correlacionados ocorreram não deixando a menor oportunidade para antes desse relatório serem esclarecidos. Primeiro, como já citado no arquivo digitalizado remetido duas vezes pelo Banco do Brasil a esta CPMI foram sonegadas, o que é crime sonegar informações a uma CPMI, muitas operações que constavam do banco de dados do Tribunal de Contas. E lá estavam classificadas como não sigilosas. Curiosamente enviado pelo mesmo Banco do Brasil, só que ao Tribunal de Contas. Nada justificando não fossem essas disponibilizadas à CPMI. Segundo, o caso dossiê vazado pela mídia compreendendo despesas classificadas como peculiaridades do Governo Fernando Henrique Cardoso. Em comum, verifica-se que as despesas da Presidência nas informações prestadas pelo Banco do Brasil a esta CPMI possuem a mesma natureza e qualificação daquelas no dossiê produzido pela Casa Civil. O que leva a crer que aquele responsável pela elaboração do dossiê dificilmente interferiu também na remessa... Possivelmente, desculpa, possivelmente interferiu também na remessa das informações do Banco do Brasil à CPMI, filtrando-as de igual modo no primeiro caso para dificultar o acesso à CPMI integralidade dos gastos não sigilosos da Presidência da República e no segundo possivelmente para constranger o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e seus aliados. Acredita-se, e estou concluindo, que o conhecimento pela Polícia

Federal a respeito de tal coincidência poderá contribuir nas suas conclusões, razão pela qual se recomenda o encaminhamento dessas informações à Polícia Federal, assim como ao Ministério Público. Portanto, o item 9 já do relatório parcial apresentado na semana passada tratava desse assunto. E para finalizar no que será lido aqui na quinta-feira. Cumpre assim apurar a responsabilidade e o envolvimento da Ministra chefe da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff e seus subornados na confecção do dossiê. E das autoridades envolvidas na sonegação dessas informações à CPMI, indicando e denunciando a Justiça Federal e os responsáveis pelos delitos. Dito isso, Senhora Presidente, queria deixar claro que são dois momentos diferentes. No primeiro momento a CPMI, os sub-relatores oferecem ao relator informações a respeito daquilo que encontraram. E no segundo momento, na hora do relatório oficial, relatório apresentado pelo relator oficial, digamos assim, é que a oposição se posiciona, e está aqui o nosso posicionamento no voto em separado pedindo o indiciamento não só da Dilma Rousseff, mas todos aqueles que não só o Ministério Público deve indiciar, mas a população brasileira exige que os indiciamentos sejam feitos.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada Deputado. A palavra está com o Chico Alencar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Senhora Presidente, por favor, me permita apenas informar ao meu companheiro Deputado Índio que o indiciamento ele tem que ser individualizado. Você não pode fazer o indiciamento geral. Você tem que pegar a Ministra Dilma, estou dando um exemplo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA) – Ah, acabou?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Chico.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Senhora Presidente, vou ser econômico no tempo como esse tipo de debate aqui agora pede. O debate sobre o relatório tem o lugar apropriado na própria quinta-feira. Será o momento. Mas queria antecipar aqui dentro dessa concepção de que um relatório de uma CPI... O DEM resolveu fazer reunião aqui e agora. Podia ter feito antes. [Soa a campainha] O relatório de uma CPI ele comporta denúncia que se traduz em representação ao Ministério Público e anúncio de propostas. E infelizmente nessa primeira oitiva do relatório não percebi a ênfase em nenhum desses dois aspectos, especialmente no primeiro. É curioso porque de início o próprio relator coloca sua estratégia, a sua visão. Para que não se legitimem informações apresentadas de maneira incorreta no nasce-

douro da CPMI. Isso é um... Uma previsão do que pode conter esse relatório. Mas também ainda no iníciozinho, nas primeiras páginas, a Comissão pôde apurar é que as poucas despesas chamadas de irregulares, publicadas muitas vezes pela imprensa foram os equívocos que aconteceram em proporção semelhante em todo o período de 98 a 2007. Em quase todos os Ministérios. Ou seja, todos falhamos, foi uma rotina equivocada, nada a fazer a não ser um Projeto de Lei e iniciativas para o futuro. O nosso entendimento é que os gastos suntuosos foram graves, mais do que inadequados, abusivos, talvez mais do que abusivos e excêntricos, e até criminosos. E isso exigiria mais contundência e detalhamento não só dos Ministros do Governo FHC, que estão bastante analisados aqui. Mas também de mazelas e equívocos, para usar o eufemismo do Governo atual. Houve uma parcialidade aí muito evidente. Não que devesse fazer análise de todo esse período histórico, mas aí há ênfase para um determinado. Um outro elemento também que podemos discutir no debate final do relatório e a questão do voto, o sigilo continua se atribuindo a outros a definição do sigilo essencial ao sistema de segurança do Estado. Acho que podemos e devemos avançar nessa área aí. Não é suficiente que as contas de gastos presidenciais venham a público, reservadas aquelas do sigilo, da segurança, um ano após o término de cada quadriênio, cada mandato. A questão do saque também, ainda que limitando a 30%, ele deve ser analisado de acordo inclusive com o local em se é feito. Muitas vezes o saque pode ser necessário numa exceção, mas não com esse percentual genérico para todo mundo. De fato, o dossiê que é uma situação lateral, não é o centro da CPMI, ele não poderia ser absolutamente desconhecido como foi no relatório.

Afinal, há suspeitas de produção de... Talvez não crime, mas uma quebra de ética na relação política quando você coloca servidores públicos para uma tarefa específica no embate político partidário. Parece que foi isso que aconteceu na elaboração do dossiê. Por fim, Senhora Presidente, fiquei aqui me lembrando, como gosto de literatura, do pouco tempo que participei aqui da CPI de um encontro magistral do grande Gabriel Garcia Marques, onde ele fala de alguém que teria sobrevivido a uma tempestade na sua viagem e chega e logo é reconhecido oficialmente com toda a pompa e circunstância como um herói, como uma celebridade. Mas ele teve a coragem de dizer que não havia heroísmo, nem houve tempestade nenhuma. Apenas o objetivo da viagem é que não era muito confessável nem publicável, mas ele dizia ali porque estava constrangido com tanto oficialismo e tantas LOAS. Na verdade, o navio afundou, felizmente eu sobrevivi, porque tínhamos nele uma carga de contrabando muito mal arrumada

lá dentro. Não sei por que, ou melhor, sei porque esse conto me veio à mente aqui. Pensando aí o caminho que ao fim ao cabo essa CPI deve tomar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senhor Deputado Chico. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente, Srs. Deputados, senhoras parlamentares e todos os presentes aqui nessa Sessão. Inicialmente eu quero parabenizar o Deputado Luiz Sérgio e toda a assessoria que o ajudou na confecção desse relatório. E o relatório ele tem uma série de propostas para o aperfeiçoamento dos mecanismos de gastos com cartões do Governo Federal. Essas propostas, se adotadas, vão ajudar e contribuir muito para o melhor... Uma melhor utilização desse mecanismo e também contribuir para um maior controle dos gastos públicos. Então, Deputado Luiz Sérgio, que ficou como relator que nesses 90 dias pôde oferecer um importante relatório com muitas propostas, diagnósticos e também com uma visão muito importante como diz ele aqui ao final sobre o futuro. E ajudando e contribuindo para que o Brasil possa, no seu futuro próximo, aperfeiçoar os mecanismos de gasto de controle de auditoria dos recursos públicos. Eu queria dizer, Senhora Presidente, que da Sessão passada para essa Sessão houve uma mudança de clima. E eu acho que nós deveríamos tentar manter o nosso trabalho no clima correto. Lendo o relatório do Deputado Carlos Sampaio, ele tem aqui algumas sugestões que foram incorporadas pelo Senhor Relator. Sugestões essas como a diminuição de saques e outras sugestões que foram incorporadas pelo Senhor Relator. E lendo o seu relatório, eu creio que nós poderíamos refletir sobre a possibilidade de incorporar outros aspectos das propostas do nobre Deputado Carlos Sampaio. Eu numa olhada assim rápida, eu creio que duas das sugestões que poderiam ser incorporadas, uma primeira é relacionada às empresas que efetuam transações com cartões corporativos e que mantêm contratos com o Governo Federal. Acho que é uma questão que poderia ser analisada para ser incorporada. E uma segunda é sobre o controle externo e a maneira de realização de gastos na Agência Brasileira de informação. Portanto eu acho que um olhar em relação aos relatórios aqui feitos pelo Deputado Carlos Sampaio e pelo Deputado Indio da Costa, nós poderíamos evoluir num relatório, senão não vai haver consenso aqui, porque a disputa política ela está presente. Mas nós poderíamos fazer um relatório que absorvesse o maior número de dois sub-relatórios ainda que nós possamos manter um núcleo de divergência política que acho que vai acontecer e que não terá jeito. Por exemplo, nos gastos da ABIN, o Congresso Nacional não vem fazendo um trabalho de controle dos

gastos da ABIN, das atividades da ABIN. Isso é grave. Então isso tem que constar no relatório final. Por isso que eu queria dizer porque a nossa sugestão é para que até quinta-feira nós possamos destrinchar o que seria um núcleo consensual, um núcleo que se esse relatório fosse feito por qualquer força política constaria o maior número de sugestões que eu acho que a base dessas sugestões estão no relatório do Deputado Luiz Sérgio e que poderia aproveitar ainda sugestões dos Deputados Carlos Sampaio e Indio da Costa. Então essa é minha sugestão para a próxima quinta-feira. E em segundo lugar, vai haver uma mudança de tom. Por exemplo, o próprio Deputado Indio da Costa, ao apresentar um voto em separado, muda radicalmente o seu tom do primeiro para o segundo relatório. Certamente por mediação da política. Nós não queremos, com isso, dizer que não é legítimo. Mas, nós entendemos que—

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não é realidade. O senhor vai ler os dois relatórios e não muda o tom, não.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Eu vi o seu relatório na íntegra, e li o seu relatório como li do Deputado Carlos Sampaio. Só a leitura do seu voto em separado o início, a introdução do seu voto em separado é muito distinta do relatório daquele dia. A introdução.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Só para concluir. A introdução, sim, mas o conteúdo, não. Só para deixar claro.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Tudo bem. Por isso que estou dizendo, há uma mudança radical de tom. Por isso que eu estou propondo, Senhora Presidente, que nós possamos até quinta-feira, digamos, apenas nos colocar de acordo com o núcleo consensual. Que ele ajuda a aperfeiçoar o instrumento político e dois, nós temos providências que também seriam consensuais. E três, tem um debate de natureza política que nós vamos fazer debate de forças políticas aqui. Portanto, essa é a sugestão que eu tenho até quinta-feira. Até quinta-feira. Eu não acredito que nós estejamos aqui para fazer um trabalho menor, nós podemos apresentar e temos os elementos para isso, Deputado Luiz Sérgio nos deu grande parte desse conteúdo, tem as contribuições do Deputado Indio da Costa, as contribuições do Deputado Carlos Sampaio, nós podemos oferecer o relatório de sugestões muito importante, muito denso, também de providências a serem tomadas e, por último, ter um núcleo de disputa política que é da luta parlamentar. E esse núcleo não será objeto central, a meu ver, dos resultados. Portanto, eu sugiro que a gente possa fazer uma análise mais detida até quinta-feira e aperfeiçoar esses... Esse relatório que eu julgo muito importante, uma contri-

buição decisiva, mas nós podíamos ir um pouquinho além para apresentar um relatório que seja fundamental para alteração do Estado de coisas no Brasil. Por isso, Senhora Presidente, eu queria dizer que nunca me senti participando de qualquer processo de breque político. Não. Acho que foi importante esta CPI, está sendo importante, deu resultado, e pode dar muito mais resultados ao Brasil. Muita gente trabalhou aqui seriamente, nosso papel agora é de pegar a contribuição de quem trabalhou e garantir um relatório que seja exemplar para o Brasil. Os ingredientes estão aqui no relatório do Deputado Luiz Sérgio, ainda faltam questões que nós poderíamos incorporar dos dois outros relatórios e avançarmos para a elaboração de algo que seja um exemplo para o nosso Brasil. E os aspectos da luta política vamos... Esse negócio da pesca, por exemplo, que o senhor tem insistido em passar o filme, o senhor já desistiu? Então tá bom. Desistiu, nós então deixamos isso para a história da disputa política do Brasil. Então, Senhora Presidente, essa é a sugestão que tenho a fazer à senhora, ao nosso relator e a todos os membros dessa Comissão.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada Senhor Deputado. Quero informar a todos antes de encerrar essa nossa reunião que quinta-feira às 9h00 nós vamos fazer a votação do relatório final, a leitura e votação... A leitura dos votos em separado, e aquelas sugestões que não forem incorporadas ao relatório do relator, é clarividente que os Deputados e Senadores terão todas as condições de incluí-las como Projetos de Lei nessa Casa. Eu quero inclusive algumas sugestões e alguma visão dessa CPI eu quero fazer essas colocações na quinta-feira até de mudanças que têm que haver e que essa Casa tem que tomar as rédeas de unificar e melhorar a Legislação não só da CPI, do funcionamento das CPIs, mas de todo o trabalho que é executado aqui e, principalmente, garantir um norte mais seguro a todos nós. Portanto, está encerrada a Sessão e convocada outra para quinta-feira às 9h00. Obrigada.

Sessão encerrada às 13h38.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CPGF (CARTÕES CORPORATIVOS) POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, DENOMINADOS ECÔNOMOS.

Ata da 18ª Reunião de 2008

Ata Circunstanciada da 18ª Reunião de 2008, realizada em 05 de junho de 2008, às nove horas, na

Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos (as) Senadores (as) – **Marisa Serrano (PSDB)** – **Presidente**, **Marconi Perillo (PSDB)**, **Fátima Cleide (PT)**, **Wellington Salgado (PMDB)**, **Gim Argello (PTB)**, **José Nery (PSOL)**, **José Agripino (DEM)**, **Flexa Ribeiro (PSDB)** e **Valdir Raupp (PMDB)**; e dos Deputados: **Luiz Sérgio (PT)** – **Relator**, **Carlos Willian (PTC)**, **Marcelo Melo (PMDB)**, **Maurício Quintella Lessa (PR)**, **Nelson Meurer (PP)**, **Paulo Teixeira (PT)**, **Carlos Sampaio (PSDB)**, **Augusto Carvalho (PPS)**, **Manato (PDT)**, **Silvio Costa (PMN)**, **Antonio Roberto (PV)**, **João Magalhães (PMDB)**, **Márcio Reinaldo Moreira (PP)**, **Nilson Mourão (PT)**, **Chico Alencar (PSOL)**, **Índio da Costa (DEM)**, Deputada **Perpétua Almeida (PC-do-B)** e esteve presente ainda o Senador **Arthur Virgílio (PSDB)**. Na oportunidade, transcorrido o prazo regimental foi apresentado voto em separado pelo Deputado Índio da Costa. Submetido à votação o relatório do Deputado Luiz Sérgio foi aprovado. Votam vencidos os Deputados Carlos Sampaio, Augusto Carvalho e Chico Alencar; e os Senadores Marconi Perillo, José Nery, José Agripino e Flexa Ribeiro. Assinam o Relatório sem voto os Deputados Nilson Mourão e Perpétua Almeida e o Senador Valdir Raupp.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Havendo número regimental declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº. 02/08, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, CPGF, Cartões Corporativos, por Integrantes da Administração Pública Federal denominados ecônomos.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 17ª reunião da Comissão. Os senhores Parlamentares que concordam queiram permaneçam como se encontram. A ata está aprovada. Para conhecimento de todos os presentes essa Presidência esclarece que essa reunião destina-se exclusivamente a em separado e a votação do relatório.

A Presidência esclarece ainda que no último dia 3 de junho tornou-se público o texto do relatório de lavra do Deputado Luiz Sérgio, e na ocasião conforme determina o Regimento Interno essa Presidência concedeu vista coletiva até hoje dia 5 de junho de 2008. Foi apresentado um voto em separado: O teor do voto em separado é prerrogativa expressa no art. 132 parágrafo 6º 1 do Regimento Interno do Senado Federal deverá ser levado a conhecimento da Comissão pelos seus autores no decorrer da discussão da matéria seguindo a lista dos oradores inscritos. Aberta a discussão. Concedo a palavra ao Deputado Índio da Costa para a leitura do voto em separado.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, eu vou... Se o Plenário estiver de acordo, Presidente, como o corpo do texto ele é muito similar ao corpo do texto que já foi lido como um relatório parcial, digamos assim, na hora que encaminhamos para o relator, eu sugeriria que a leitura ela fosse feita a partir das conclusões. Mas, se a Comissão entender que eu devo ler todo, eu terei o maior prazer de ler novamente. Bom, então eu vou partir para as conclusões. Bom, vou pegar dessa parte aqui então, Presidente, que é a pré conclusão aqui para a gente chegar lá. O dossiê dos gastos do Fernando Henrique, uma outra via de intimidar as investigações fez surgir nos corredores do Congresso e nas páginas da imprensa uma planilha produzida dentro do Palácio do Planalto com referências a gastos do gabinete pessoal do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal planilha não foi decorrente de nenhuma solicitação judicial do Tribunal de Contas da União ou mesmo da CPMI. Visto que a Comissão Mista só foi instalada posteriormente e continha informações pinçadas de forma aleatória e desprovida de um encadeamento lógico esperado de quem tivesse intenção de auditar e investigar. Ademais, não se encontrava no formato do SUPRIM, o sistema de controle de suprimentos de fundos mantido pela Presidência da República. Como atestado inclusive no depoimento do Sr. José Aparecido pires, o que caracteriza nitidamente dossiê. Ora, se houve gastos irregularidades na gestão do Fernando Henrique Cardoso esses deveriam ser com o intuito de ressarcir o erário. Nitidamente não foi essa a intenção. A maneira como tais dados foram divulgados pelo Secretário de Controle interno da Constituição Federal, Sr. José Aparecido Nunes pires, por meio de uma mensagem eletrônica enviada ao assessor do Senador Álvaro Dias deixa claro que o objetivo de tal dossiê foi o de chantagear e comprometer aqueles que faziam parte da administração anterior. De se ressaltar ainda que as informações que alimentaram o dossiê foram advindas de um outro **e-mail** anteriormente encaminhado pela Presidência da República e 37 Ministérios e órgãos da administração direta em fevereiro deste ano, com vistas a reunir informações sobre a utilização de suprimento de fundos, contas tipo B desde 1998. Segundo o referido **e-mail**, as informações eram imprescindíveis para se explicitar o avanço da adoção dos cartões em relação aos mecanismos tradicionais de gastos públicos utilizados antes. No **e-mail** o relatório dos Ministérios deveria incluir o comprovante de saneamento do erro, entre aspas, quando constatada a irregularidade. Solicitava ainda que fossem apurados e identificados personagens de preferência alguém

que estava na função antes da instituição do cartão, ou seja, antes do ano de 2001.

Percebe-se, portanto, que foi uma peça produzida nitidamente para pegar gastos do governo passado elaborado sob coordenação da Senhora Erenice Guerra, Secretária Executiva da Casa Civil e braço direito da Ministra Dilma Rousseff. Os fatos narrados sobre este episódio são preocupantes, uma vez que a idéia de coletar tais informações foi uma decisão de Governo tomada em reunião comandada pela Ministra Dilma Rousseff sem que tenha havido qualquer solicitação do Tribunal de Contas da União desta CPMI ou do Poder Judiciário. Em total desrespeito ao princípio republicano. Durante o andamento desta CPMI outro fato grave e aparentemente correlacionado a este ocorreu. Os arquivos digitalizados, remetidos por duas vezes pelo Banco do Brasil a esta CPMI sonegaram muitas informações que constavam do banco de dados do Tribunal de Contas da União e lá estavam classificados como não sigilosos. Eu queria pedir a atenção da oposição, porque nesse momento... Ou melhor, da oposição que eu queria dizer da investigação, dos governistas. Nesse momento estou explicitando que há uma coordenação da Casa Civil de um lado e do outro lado—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Pela ordem, Senhor Presidente.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Só um segundinho. Eu gostaria de pedir atenção.

(falas sobrepostas.)

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Nós queríamos acompanhar uma cópia do relatório para saber. Depois no debate onde que nós podemos nos apegar para fazer o debate. Então queríamos saber se há uma cópia e segundo, de quem é o voto em separado?

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Do Deputado Carlos Sampaio, Índio da Costa, Vic Pires, Chico Alencar...

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Então houve uma unificação do voto em separado?

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Não. Da oposição, os Deputados que querem explicar aqui.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Queria solicitar a Senhora Presidente uma linha de raciocínio e a sua linha de raciocínio tem vários fatos elencados e cada fato desses precisamos tomar conhecimento. Se a senhora pudesse providenciar pra gente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Já estou providenciando.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Durante o andamento dessa CPMI... Estou repetindo,

dado a importância desse dado aqui. Durante o andamento dessa CPMI outro fato grave e aparentemente correlacionado a este ocorreu. Os arquivos digitalizados remetidos por duas vezes pelo Banco do Brasil a esta CPMI sonegaram muitas operações que constavam do banco de dados do Tribunal de Contas da União. E lá estavam classificadas como não sigilosas. Em comum verifica-se que as despesas da Presidência omitidas nas informações prestadas pelo Banco do Brasil a esta CPMI possuem a mesma natureza e classificação daquelas do dossiê. O que leva a crer que aquele responsável pela elaboração do dossiê possivelmente interferiu também na remessa das informações do Banco do Brasil à CPMI. De igual modo no... De tal modo para dificultar o acesso da CPMI à integridade dos dados não sigilosos da Presidência da República. Acredita-se que o conhecimento da Polícia Federal a respeito de tal coincidência poderá contribuir nas suas conclusões. Razão pela qual se recomenda o encaminhamento e estaremos encaminhando estas informações para a Polícia Federal. Assim como ao Ministério Público, a fim de apurar os envolvimento de seus subornados e da própria Ministra Dilma Rousseff no episódio... Nos dois episódios correlacionados. Aí não se trata Senhora Presidente, da feitura do dossiê, mas também de que o Ministério Público e a Polícia Federal avancem no sentido de entender se houve de fato como nós acreditamos que tenha havido uma coordenação da Casa Civil para que os dados que foram sonegados do Banco do Brasil, similares aos dados do dossiê fizessem parte de uma única articulação política. Ponto 6. A conclusão. A) A restrição aos saques. Quando o cartão corporativo é utilizado na função de saque, a transparência vislumbrada desaparece por completo. Pois o portal da transparência indique a data do saque e o sacador, não identifica o estabelecimento em que efetuou a despesa, somente permite fiscalizar através de análise in loco dos mais de 12 mil processos de prestações de contas até o dia de hoje. Que na medida em que se usam mais o cartão aumenta a quantidade de processos. Em que pese o saque do cartão ser a exceção, registra-se que as operações de saques no cartão sempre superaram o valor das faturas e, portanto, viraram uma regra, o que é inadmissível. Lembrando que no ano passado foram 75% de saque do uso do cartão. Os saques são, portanto uma porta aberta para desvios e irregularidades, mesmo se restringida à sua utilização a poucos órgãos. Sobretudo, em se tratando de despesas sigilosas cuja fiscalização é por diversa prejudicada. Por essas razões recomenda-se a restrição total dos saques substituindo-os eventualmente por operações de débito eletrônico diretamente na conta do tesouro. E numa

observação em relação ao IBGE, quando ele for para Roraima, Amazônia... Onde ele não puder utilizar o cartão, basta terceirizar esse serviço para empreendo que possam de fato ter esses pequenos gastos em recursos. Bom. B) Eu vou chegar lá. A padronização nas prestações de contas e investimento no controle interno e externo. Nos mais diversos processos de prestações de contas, submetidos à análise observou-se a deficiência em muitos desses. Principalmente por não seguirem uma padronização, o que se por um lado impõe a formulação de uma Legislação própria, com esse objetivo, diante da fragmentação da Legislação existente, por outro lado demonstra a fragilidade do controle interno porque muitas vezes negligente quanto às exigências para a concessão de suprimento de fundo. Há sim a necessidade de se padronizar o procedimento de prestações de contas regulando-o por Legislação própria e eficaz para todas as esferas da administração pública, prevendo os seguintes requisitos para a e ordenação do processo de prestações de contas. I) A justificativa prévia da demanda. II) A justificativa legal do seu enquadramento na modalidade suprimento de fundos. III) A agenda ou Relatório da viagem indicando a comitiva e/ou favorecidos. IV) O orçamento prévio. V) A cotação de preços no mercado indicando a maior economicidade. VI) O atesto e VII) O comprovante da despesa assim como o comprovante de eventual ressarcimento recolhido aos cofres da União. Recomenda-se invisto ir na capacitação dos servidores responsáveis pelo controle interno para que proceda com rigor na fiscalização dos suprimentos concedidos, como forma não só de conter os gastos economicidade e preservar a sua legalidade como consequência também reduzir a sobrecarga nos órgãos de controle interno. Como mesmo reconhecido pelo Controlador-Geral da União, caso se pretenda prosseguir disseminando o uso dos cartões é preciso na mesma proporção intensificar a fiscalização. Razão pela qual se recomenda investimentos no Tribunal de Contas da União para contratação de servidores na estrutura de trabalho. C) A licitação por tomada de preços e outros meios de compra mais vantajosos. A prática que se evidenciou com frequência em diversos processos analisados. O procedimento ordinário de compras previsto na Lei 8666 permite além da concorrência e da igualdade de oportunidade a aqueles fornecedores interessados em suprir as necessidades do Poder Público com maior economicidade. O uso discriminado do cartão para despesas recorrentes permitindo de modo discricionário a servidores eleger esse ou aquele estabelecimento é outra porta aberta para desvios e irregularidades, também a exemplos das evidências objeto do capítulo 6.7 acima. Dessa

forma considerando as despesas freqüentes e previsíveis dos mais diversos órgãos da administração pública, especialmente de hospedagem, localização de veículos, combustível para veículos e aeronaves, supermercados e comércio a fim de alimentos e bebidas, produtos farmacêuticos, material de papelaria, informática, material de construção e ferragens recomenda-se adoção desses casos de processo licitatório, senão certamente para toda a administração na esfera Federal deixando o cartão corporativo para atender a sua finalidade, qual seja, a apenas as despesas de fato excepcionais. D) O limite para gastos com diária de hospedagem. Sem prejuízo da recomendação acima, é preciso estabelecer os limites para a contratação de diárias de hospedagem no âmbito da Administração Federal. Por categoria e função dos servidores desde o Presidente da República até aquele escalão inferior, isto que se impõe como forma de coibir os comprovados excessos em sintonia com os princípios da moralidade e economicidade. Ponto E) Restrição a hospedagem e alimentação na sede do próprio órgão. Muito embora não autorizado pela Legislação que somente admite despesas de hospedagem e alimentação em viagem, por isso excepcionalmente recomenda-se expressamente diante das diversas irregularidades apontadas que no aperfeiçoamento da Legislação em vigor tal restrição seja inequívoca, se possível também criando filtros junto a administra do cartão de forma a obstar o uso do mesmo para essas finalidades na sede do órgão, do titular do cartão. F) Os filtros e o impedimento do uso do cartão. Além dos filtros recomendados acima, recomenda-se também sejam criados outros pela administradora do cartão. Inibindo o uso do cartão em estabelecimentos como hotéis, choperias, uisqueiras, casas de entretenimento, casas de massagem, termas, salão de beleza, Free shops e academia de ginástica, como também a compra de bebidas alcoólicas, despesas em feriados, finais de semana e no exterior salvo mediante previa e temporária autorização do ordenador de despesa. G) O limite diário para despesas. Não obstante recomenda-se que por Legislação própria se imponha limite diário para as despesas no cartão escalonado de acordo com a função do cargo que ocupa o servidor e proporcional às suas necessidades. H) A identificação do cartão do Governo Federal. Para evitar enganos como aquele que serviu de desculpas ao Ministro Orlando Silva para justificar determinada despesa de cunho pessoal no seu cartão, e a reboque se valeu da mesma justificativa a Ministra Matilde Ribeiro, recomenda-se à administradora do cartão que o identifique o cartão do Governo por outra cor. Bem diferente dos demais cartões em circulação na praça. I) Detalhamento de informações

no SIAF. No que diz respeito ao SIAF, para que as auditorias sejam realmente eficazes seria interessante que fosse implementado o detalhamento de valores de cada uma das faturas por CPF. Pois ao se consultar os gastos atualmente é apresentado somente o valor total dos cartões por órgão. Tanto para os saques quanto para as faturas. Não se especificando aonde e como foram os gastos. Outra recomendação é quanto à forma de pesquisa dos dados no SIAF. Atualmente a pesquisa é realizada somente pelo CPF do ecônomo. Seria fundamental que se disponibilizasse a realização de pesquisa tanto pelo número de cartão de pagamento pelo CNPJ da empresa na qual foi utilizado o cartão corporativo. J) A consolidação da Legislação sobre suprimento de fundos. Isso é de fundamental importância. Em razão da fragmentação da Legislação que rege o suprimento de fundo no âmbito do Governo Federal dispersada por decretos, portarias, normas administrativas e notas técnicas de Ministérios e da Presidência da República, dificulta a sua absolvição pelos servidores. Portanto, recomenda-se a reunião e a consolidação da lei que... A lei de regência dos suprimentos de fundos e um único diploma que além de destacar a excepcionalidade desse meio de pagamento e os seus limites, seguindo as recomendações sugeridas nesse relatório, restrita à despesa de viagem com alimentação e/ou hospedagem, a idéia é que se restrinja a isso, classifique de forma inequívoca do que se tratam as despesas de pequeno vulto autorizadas por esse meio de pagamento. Excluindo aquelas para a compra de produtos e contratual de serviços de uso freqüente e previsível que configuram fragmentação de despesa recomendando sempre em primeiro plano a adoção do procedimento ordinário de compra previsto na Lei 8666 de 1993 que é a licitação. L) A licitação do agente financeiro. Remetendo aos argumentos expostos no capítulo 7º acima, recomenda-se a adoção imediata do processo licitatório para escolha do administrador e da bandeira do cartão de pagamento do Governo Federal. Diante das vantagens que se cogita obter não se podendo admitir em hipótese alguma a renúncia dessa receita a Lei de Responsabilidade Fiscal sem prejuízo da eventual denúncia do Ministério Público com o fulcro no art. 89 da Lei 8666/93. M) A devolução em dobro de valores glosados pelo TCU e outras penas administrativas. Recomenda-se também que na consolidação da Legislação que rege o suprimento de fundos sem prejuízo das penas previstas no Código Penal, na lei de improbidade administrativa, na lei de licitações, na Lei de Responsabilidade Fiscal sejam impostas sanções mais graves aos servidores públicos que utilizem de forma irregular esse meio chamado extraordinário por não ser ordinário,

porque fique claro, de pagamento prevendo dentre outras sanções administrativas a devolução em dobro parte pelo suprido e parte pelo ordenador de despesa dos valores eventualmente glosados pelo controle externo como punição pelo mau uso dos recursos por parte do suprido e pela negligência do ordenador do exercício do controle interno que lhe cumpre. Tal medida servirá para inibir o uso desmedido do cartão além de servir como punição exemplar e pedagógica, acabando também provavelmente com as desculpas de que se confundiu o cartão público com cartão pessoal. N) Os critérios para concessão do cartão e o limite de um único cartão por titular. É preciso que estejam estabelecidos os critérios e condições para a distribuição dos cartões entre os servidores da União e de órgãos da administração pública indireta. Restringindo os cartões somente a aqueles servidores de ilibada reputação, vedando expressamente sejam entregue, como se encontrou durante o processo investigatório, o cartão a servidores que respondam a processos administrativos e inclusive judiciais, a exemplos daqueles do CESPE, que embora respondam por apropriação indébita, dispensa de licitação e improbidade administrativa mesmo assim a esses foi confiado o uso do cartão corporativo do Governo Federal. É preciso que imediatamente sejam cancelados e devolvidos todos os cartões em poder de servidores e autoridades que respondam na justiça por quaisquer crimes, sobretudo contra a administração pública. Não obstante, também nada justifica ao mesmo servidor seja concedido mais do que um único cartão, o que deve ser vedado como se recomenda. Também é preciso vedar a possibilidade de um mesmo servidor acumular funções de suprido e de ordenador de despesas, como no caso do Reitor da Universidade de São Paulo, Sr. Ulysses Fagundes, dentre outros identificados. Sexto. O encaminhamento ao Ministério Público, à Polícia Federal, à Comissão de Ética Pública e ao Tribunal de Contas da União. Recomenda-se o encaminhamento desse relatório à Polícia Federal, ao Tribunal de Contas da União, à Comissão de Ética Pública e ao Ministério Público Federal com vistas a aprofundar as investigações cujo curso foi prejudicado nesta CPMI responsabilizando conforme o caso os seguintes ecônomos e seus respectivos ordenadores de despesas e autoridades beneficiadas. A. Tal foram os valores e a recorrência de saques na Presidência da República que sugerimos que sejam auditadas suas prestações de contas e abertas às contas pessoais dos seguintes ecônomos: João Domingos da Silva Neto, Kleber, José Carlos Ferreira Fernandes, José Roberto Assis, Mauro Augusto da Silva, Josafá Fernandes Araújo, Anderson Ferreira Aguiar, fria Emília, Ademar Freire, Matilde Ri-

beiro, José Henrique Oliveira de Sousa, Ivan Moisés, José Ivo de Sousa Barbosa. A confirmar, sejam essas indiciadas e formuladas as denúncias inclusive contra seus respectivos ordenadores de despesas e autoridades beneficiadas. Quero informar, Senhora Presidente, que está dessa forma aqui. Ao confirmar os ilícitos... Porque nós na CPMI não tivemos acesso à documentação desses mesmos. B. Tal foram os valores de saques no IBGE que sugerimos sejam auditadas suas prestações de contas e abertas às contas pessoais dos seguintes ecônomos do Ministério do Planejamento. Célia Brandão de Sousa, Ivan da Silva Maia, Alcides Gadelha da Silva, Ed Nilce da Silva Oliveira, e Walter Bertoen. O mesmo. Ao confirmar ilícitos sejam essas indiciadas e formuladas as denúncias, inclusive contra seus respectivos ordenadores de despesas e autoridades beneficiadas. Também não tivemos acesso a essa informação. C. Tal foram os valores e a mesma concentração de despesas do Ministério da Defesa no Sr. Marcel Gomes que sugerimos sejam auditadas suas prestações de contas e abertas suas contas pessoais. Ao confirmar ilícitos, sejam esses indiciados e formulados as denúncias inclusive contra os respectivos coordenadores de despesas e autoridades beneficiadas. Sejam auditadas as contas dos Ministérios cujos processos não foram encaminhados a esta CPMI de modo completo. Casa Civil. Ministério de Minas e Energia. Ministério do Turismo, Ministério da Comunicação, Ministério dos Transportes, Ministério do desenvolvimento Agrário essas indiciadas e formuladas as denúncias inclusive contra os seus respectivos ordenadores de despesas e autoridades beneficiadas. Sejam auditadas pelo Ministério Público todas as despesas sigilosas da Presidência da República e da ABIN, que infelizmente nós só tivemos acesso a 2%. Ao confirmar ilícitos sejam essas indiciadas e formadas as denúncias inclusive contra os respectivos ordenadores de despesas e autoridades beneficiadas. Sejam auditadas as como dos seguintes servidores. Carlos Ney Araújo Almeida, órgão: Ministério das Cidades. Ivanildo Correia Silva, da extinta R E F SA. Francisco das Chagas Cavalcante Costa, órgão: Ministério das Comunicações. Valéria, Ministério do Trabalho. Paulo Rogério Magalhães Mesquita, também trabalho. Romilda Maca Reuni, Ministério da Educação, CESPE. Célio de Oliveira Fernandes, extinta R F SA. Sallote Lisboa, Ministério da Previdência Social e a ex-ministra Benedita da Silva, beneficiada. Ecônomos Olívio Dutra do Ministério das Cidades. Ministério da Educação, Reitor da Universidade Federal de São Paulo, Jorge Pinheiro, superintendência federal de agricultura e abastecimento da Bahia, José sobrinho, educação da FUB, fundação Universidade de Brasília.

Órgão, Presidência da República. Do direito de Recursos Humanos orçamento e finanças. Augusto neto. Ministério da Educação. Isabela Guimarães, Ministério do Desenvolvimento agrário. Rolf Hackbart, Ministério do Planejamento agrário. Carlos Martins, Ministério da Defesa. Fábio Ministério da Defesa. Paulo Rangel, Ministério da Defesa. Miguel Rossetto, Ministério do Planejamento agrário. Paulo Ricardo Tito coelho, Ministério das Cidades. Juarez Mota de Paula e Dirceu da Silva Lopes, Ministério das Cidades. Paulo de Azevedo, Presidência da República. Fátima aparecida de Sousa Maia, fundação Universidade Federal de Rondônia. Raimundo Luiz da Silva. Órgão hospital universitário Brasília. Francisco das chagas correia, Ministério das Cidades. Ao confirmar os ilícitos sejam essas indicadas e formuladas as denúncias, inclusive contra os seus respectivos ordenadores de despesas e autoridades beneficiadas. G. Sejam investigados pelo Ministério Público todos os servidores e autoridades citadas nesse relatório. Ao confirmar os ilícitos que sejam indicadas e formuladas as denúncias inclusive contra os seus respectivos ordenadores de despesas e autoridades beneficiadas. H. Sejam apreciados pelo Ministério Público os contratos celebrados entre a bandeira visa, a adquirente VISANET e o Banco do Brasil. I. Como entendemos não sendo caso de dispensa de licitação sejam todos denunciados à justiça aqueles responsáveis, sobretudo às autoridades envolvidas. I. Pelo Ministério Público seja apreciado pelo Ministério Público indiciando e denunciando os responsáveis inclusive autoridades que dispensaram a licitação para aquisição de uniformes a Presidência da República, objeto do acórdão TCU 230/06 a teor do que dispõe o art. 89 da Lei 8666 e Legislação correlata. J. Seja dado prosseguimento às investigações iniciadas nesta CPMI que revelam evidências de tráfico de influência, corrupção, além de improbidade administrativa quanto as 452 empresas e seus 473 sócios também foram ou são servidores públicos que celebraram contratos com a administração pública e ao mesmo tempo realizaram transações nos seus estabelecimentos com o próprio cartão beneficiando-se duplamente. Sejam esses indicados denunciados e penalizados imediatamente pelo ilícito. K. Seja apurada pelo Ministério Público a denúncia formulada pelo Deputado Federal Vic Pires envolvendo o Ministro Altamiro Gregolin que fez uso do cartão corporativo em campanha eleitoral para a reeleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, no Pará, em 2006. Instruída com as provas juntadas em anexo a este relatório, indiciando-o e denunciando-o pelo uso indevido do cartão em proveito próprio. Indiciando por improbidade administrativa, peculato e crime eleitoral. I. Seja apurado pela Comissão de Ética

as irregularidades nos gastos do cartão e na conduta do Ministro Orlando Silva no que toca despesas em proveito próprio e fragmentação de despesas, sobretudo na contratação de hotéis, locação de veículos, indiciando-o por improbidade administrativa. Dossiê. O encaminhamento à Polícia Federal e ao Ministério Público. O objetivo é contribuir nas investigações da Polícia Federal sobre o dossiê dos gastos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Os fatos narrados no item 9 dão conta da supressão de gastos da mesma natureza dos arquivos encaminhados por duas vezes a esta CPMI. Pelo Banco do Brasil. Mas qualificadas como não sigilosas. Cumpre assim indiciar a Ministra-Chefe da Constituição Federal, Senhora Dilma Rousseff, que deixou claro o seu comando na formação e vazamento do dossiê ao não ter punido nenhum dos céus subornados envolvidos que atuam sob seu comando. Ao anexo se refere informações mais detalhadas e pedidos de indiciamento e investigação. E aí vem um quadro, Senhora Presidente, simplificando as informações. Ao Ministério Público Federal para indiciamento à Comissão de Ética Pública para a abertura de processos. As autoridades e servidores Dilma Vânia Rousseff, órgão, Casa Civil, estava no comando dos servidores, seus subornados que elaboraram dossiê contando gasto do Governo Fernando Henrique Cardoso sem um encadeamento lógico visando comprometer pessoas ligadas à administração anterior violando os deveres de honestidade, imparcialidade e lealdade às instituições. Mentiu sobre o dossiê à Comissão de Infra-estrutura do Senado. O encaminhamento/consequência. Ao Ministério Público Federal para indiciamento por violação de sigilo funcional no art. 325 do Código Penal e por improbidade administrativa no art. 11 inciso 1 da lei 8429 de 1992. Também remeto à Comissão de Ética pública, Conselho de Ética, art. 3º conforme os itens 17 e 18. Erenice Alves Guerra E Maria de sol dá Casa Civil. Conduta. Ordenaram e coordenaram a elaboração de um dossiê contendo dados do Governo Fernando Henrique Cardoso sem um encadeamento lógico pessoas ligadas à administração anterior violando os deveres de honestidade, imparcialidade lealdade às instituições. Ao Ministério Público para indiciamento por violação de sigilo funcional pelo art. 325 do Código Penal. Por improbidade administrativa art. 11 inciso 1 da lei 8429 de 1992. E também encaminha-se à Comissão de Ética Pública para que se analise do Código de Ética o art. 3º conforme incisos 3º e 18. José Aparecido Nunes pires, Casa Civil, o Secretário de Controle interno da Casa Civil revelou via **e-mail** dados sigilosos acerca das despesas do Governo Fernando Henrique Cardoso. Mentiu sobre o dossiê à CPMI. Ao Ministério Públi-

co para indiciamento. Violação de sigilo funcional. Artigo 325 do Código Penal improbidade administrativa art. 11 lei 8429 e o mesmo art. já citado da Comissão de Ética Pública. Portanto será também encaminhado à Comissão de Ética Pública. Agora um outro grupo. Ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União e à Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento. Matilde Ribeiro fez uso indevido do cartão vertendo para pagamento de despesas pessoais em Free Shop além de fragmentação de despesas como fuga ao processo licitatório quando da contratação de hotéis e locação de veículos, sobretudo. Ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento improbidade administrativa e peculato. Olívio Dutra. Despesas recorrentes com aluguel de veículo em Porto Alegre. Sem atender ao princípio da economicidade incorrendo em fragmentação de despesas como fuga à licitação, despesas com alimentação em Brasília, configurando ou sobrepreço ou o pagamento a 3ºs. Notas fiscais não detalhadas além de despesas recorrentes em choperias, conforme anexo 21 e 24. Ao Ministério Público e Tribunal de Contas da União e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento. Por improbidade administrativa e peculato. Paulo Ricardo Tito coelho, ecônomo do Ministro Olívio Dutra, responsável pelo pagamento de despesas com alimentação em Brasília configurando ou o sobrepreço ou o pagamento a 3ºs. Notas fiscais não detalhadas. Conforme o anexo 24. Ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento. Dirceu da Silva Lopes, do Ministério das Cidades. Ecônomo do Ministro Olívio Dutra também. Responsável pelas despesas recorrentes com aluguel de veículo em Porto Alegre sem atender o princípio da economicidade incorrendo em fragmentação de despesa como fuga à licitação. Ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento na investigação e indiciamento. Juarez Mota Paulo. Ecônomo do Ministro Olívio Dutra, responsável pelas despesas Porto Alegre sem atender ao princípio da economicidade e incorrendo fragmentação de despesa como fuga à licitação. A mesma punição. Carlos Ney Araújo Almeida. Adquiriu suprimentos em quantidade maior do que havia sido demandante. Ao Ministério Público, Tribunal de Contas e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento por improbidade administrativa. Francisco das Chagas Correia. Glosada a despesa pelo órgão interno de controle não se viu qualquer justificativa por

parte do suprido ou tampouco o ressarcimento do valor glosado ao Ministério Público, Tribunal de Contas da União, a Comissão de Ética Pública para aprofundamento na investigação e indiciamento por improbidade administrativa e peculato. Carlos H. V. Do Ministério da Defesa. Fez excessivas e injustificadas despesas com cartão corporativo, sobretudo em restaurantes dos mais caros aqui mesmo em Brasília. Ao Ministério Público, Tribunal de Contas e Comissão de Ética para aprofundamento na investigação e indiciamento. Fábio Açucena fez despesas excessivas injustificadas no cartão, sobretudo em restaurantes também entre os mais caros de Brasília, assim como o... Esse é do Ministério da Defesa, assim como Paulo Rangel, que é do Ministério do Trabalho os dois no anexo 24. Ao Ministério Público e à Comissão de Ética Pública para aprofundamento na investigação e indiciamento. Romilda Macrino, Ministério da Educação, fez despesas excessivas no cartão em restaurantes dos mais caros no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, inclusive nos finais de semana. Já responde por outros fatos a ação penal movida pelo Ministério Público Federal, pelos crimes de enriquecimento ilícito, apropriação indébita, improbidade administrativa. Daí a importância de que aqueles que usam o cartão corporativo que estão envolvidos com alguma ação penal deixem de tê-lo imediatamente. Ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Comissão de Ética Pública para aprofundamento na investigação e indiciamento. Augusto P. S. Neto. Ministério da Educação, SESP. Fez despesas excessivas injustificadas no cartão, sobretudo em restaurantes caríssimos em Brasília e uisquerias. Já responde por outros fatos, ação penal movida pelo Ministério Público Federal pelos crimes de enriquecimento ilícito. Apropriação indébita dispensa de e improbidade administrativa daí a mesma importância as pessoas arroladas em processo penal não tenham o cartão corporativo. Ao Ministério Público, Tribunal de Contas da União, e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento. Letícia M. Ferreira, Ministério da Educação, fez uso indevido do cartão vertendo-o para pagamentos de despesas pessoais inclusive em salão de beleza. Ao Ministério Público, Tribunal de Contas e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento na investigação e indiciamento. Por improbidade administrativa e peculato. José C. M. Sobrinho, do Ministério da Educação, da Universidade de Brasília. Fez uso indevido do cartão vertendo para pagamento de despesas em motel em Brasília. Ao Ministério Público, Tribunal de Contas da União e à Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento por improbidade administrativa e peculato. Sr. Ulysses Fagundes

Neto, Reitor da Universidade Federal de São Paulo. Fez uso indevido do cartão vertendo-o para pagamento de despesas pessoais em Free Shop. Loja de material esportivo em Berlim, acessórios de computador nos Estados Unidos. Responsável também por muitas despesas em sábados, domingos e feriados. Ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento por improbidade administrativa e peculato. Fátima aparecida de Sousa Maia, fundadora Universidade Federal de Rondônia, servidora pública, sócia de empresa privada que mantém contrato com a administração pública cujo maior valor de repasse iniciou-se a partir do seu ingresso na sociedade. Também na sua empresa foram verificadas transações com cartão beneficiando-se duplamente de modo ilícito. Ao Ministério Público, Tribunal de Contas e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento. Raimundo Luiz da Silva, hospital universitário de Brasília. Também se beneficiou do serviço público sendo sócio de empresa privada que mantém contratos com a administração pública, cujo maior volume de repasses iniciou-se a partir do seu ingresso na sociedade. Também na sua empresa foram verificadas transações com o cartão corporativo, beneficiando-se o servidor duplamente de modo ilícito. Celete Lisboa, do Ministério do Desenvolvimento Social, ecônoma da ex-ministra Benedita da Silva, transporte no Rio de Janeiro possivelmente superfaturadas e em período incoerente com a agenda da Ministra, além de despesas em hotel em Aracaju, em período superior ao da agenda da Ministra durante período natalino. Ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento na investigação e indiciamento por improbidade administrativa. Benedita da Silva, Ministério da Previdência Social, responsável por despesas excessivas de táxis no Rio de Janeiro, suas e de suas comitivas, possivelmente superfaturadas em período incoerente à sua agenda. Além de despesas em hotel em Aracaju, em período superior ao de sua agenda. Ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e à Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento por improbidade administrativa e peculato, e outros caput lados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Eunício Lopes. Hospedou-se usando cartão corporativo em São Paulo para pagamento da diária do dia 18/11/04 no valor excessivo de 1250 reais a própria diária. Ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Comissão de Ética para aprofundamento da investigação e indiciamento. Francisco das chagas Cavalcante Costa, do Ministério das Comunicações, ecônomo e assessor do

ex-ministro Eunício Lopes de Oliveira, pagou para o Ministro usando o cartão em São Paulo no dia 18/11 a diária no excessivo valor de 1250 reais e para si próprio no valor de 632 reais e 90 centavos. Ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e à Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento por improbidade administrativa. Paulo Rogério Magalhães Mesquita, ecônomo, pagou usando o cartão corporativo no Rio de Janeiro diária em valor excessivo, fugindo à moralidade e economicidade. Remete-se ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento. Valéria mol et i, Ministério do Trabalho, pagou pelo cartão no Rio de Janeiro diária em valor excessivo fugindo à moralidade e economicidade. Segue ao Ministério Público, Tribunal de Contas da União e à Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento. Célia de Oliveira Fernandes, inventariança da extinta R E F SA, despesas excessivas no cartão não se preocupando com a pesquisa prévias de preços desatendendo ao princípio da economicidade, ao Ministério Público Federal, Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento por improbidade administrativa e outros capítulos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao Ministério Público Federal... Ivanildo Correia da Silva, da inventariança da extinta R E F SA, prestações de contas se deu de modo deficiente. Seja por não ter sido apresentado documento fiscal hábil, seja porque documento fiscal não detalhava a despesa ou o fazia de modo genérico justificava-se a tomada de todas as contas desse servidor. Justifica-se a tomada de contas desse servidor. Ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento por improbidade administrativa e fraude. Jorge Pinheiro, da superintendência Federal de agricultura e abastecimento da Bahia. Fez uso indevido do cartão vertendo para pagamento de despesas pessoais em Casa de strip-tease na Bahia. Ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União e à Comissão de Ética Pública para aprofundamento da investigação e indiciamento. Isabela Guimarães, Ministério do Desenvolvimento. Fez despesas excessivas e injustificadas no cartão, sobretudo em restaurantes dos mais caros em Brasília. Já responde por outros fatos à ação penal movida pelo Ministério Público Federal pelos crimes de enriquecimento ilícito, apropriação indébita, dispensa de licitação e improbidade administrativa. É o mesmo caso do Sr. Miguel Rosseto. E é o mesmo caso do Rolf Hackbart. Por fim, nessa etapa aqui, Altamiro Gregolin, Secretário especial de agricultura e pesca. Fez

uso indevido do cartão corporativo vertendo-o para pagamento de despesas pessoais e despesas de alimentação a 3ºs no Rio de Janeiro, Florianópolis e em Brasília, além de ter pedido votos no Pará ao Presidente Lula em 2006, utilizando a máquina do Estado na ocasião tendo suas despesas arcadas com cartão corporativo. Por isso a Comissão de Ética Pública, Código de Ética art. 3º e improbidade administrativa e crime eleitoral. [Soa a campainha] Esse bloco, SENHORA Presidente, é a Comissão de Ética Pública para abertura de processos. Valdir Medeiros, Presidência da República, pagamento de serviço de internet em favor do filho do Presidente da República, Sr. Luis... Fábio Luis Lula da Silva. Desperdícios com despesas de uso freqüente e fragmentação de despesas e fuga à licitação. A Comissão de Ética Pública, Código de Ética art. 3º itens 17 e 18. Robert Soares, Presidência da República, aluguel de van ou supervisionada ou fracionando a despesas. A Comissão de Ética Pública, Código de Ética. No art. 3º. Orlando Silva Júnior, Ministério dos Esportes. Ministro dos esportes fez uso indevido do cartão vertendo para pagamento de despesas pessoais em local de trabalho, tais como alimentação em Brasília, hospedagem de familiares no Rio de Janeiro e despesas de alimentação a 3ºs, além de fragmentação de despesas em hotéis. A Comissão de Ética Pública, Código de Ética art. 3º itens 17 e 18. E aqui, Senhora Presidente, tem ao Ministério Público Federal, é a última etapa desse relatório, ao Ministério Público Federal para indiciamento por tráfico de influência e/ou Advocacia administrativa, que é a mesma coisa do tráfico de influência, porém para servidores públicos que cometeram o crime de tráfico de influência. A Comissão de Ética Pública também para a abertura de processo. E aí aqui tem o quadro com as 473 pessoas que estavam... Tinham ou têm contrato com o serviço público, tinham ou têm cargo no Poder Executivo ou no Poder Legislativo. São 473 nomes, se V. Exª quiser ou a Comissão quiser eu leio um por um senão fica dado o relatório.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada Deputado. Passamos à discussão da matéria do voto separado e do relatório. Senador Agripino, como líder.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – SENHORA Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Índio da Costa que apresenta um voto em separado em nome com certeza do PPS, do PSDB e do nosso partido Democratas. E estou seguro que também merecerá a apreciação positiva que eu desejo ouvir do PSOL, do Deputado Chico Alencar. Eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados, senhores e Sras. Senadoras e Senadores, que este voto em separado

é apresentado pelos partidos da oposição por dever perante a sociedade de não pactuar com a impunidade. Nossa maior preocupação é a impunidade. Se os requerimentos de oitivas que foram apresentados a esta Comissão e todos eles rejeitados não tivessem sido rejeitados, o relatório que acabou de ser lido não seria apresentado, porque as dúvidas teriam sido dirimidas. Os esclarecimentos teriam sido feitos. Se a acareação que foi proposta entre o Dr. André e o Sr. José Aparecido tivesse acontecido, esse pedido de indiciamento que é feito após a verificação de ilícitos seguido de denúncias que foram o caso pelo Ministério Público, não teria sentido porque os fatos teriam ficado claros. Mas o que ficou claro é que desde o começo dos trabalhos dessa Comissão Mista Parlamentar de Inquérito uma maioria governista trabalhou para que os fatos não fossem esclarecidos. E nós não vamos conviver com a impunidade. Nós poderíamos, Senhora Presidente, pedir para que esta CPMI promovesse indiciamentos. Com base no art. 6º da lei 1579/52, combinado com o art. quinto parágrafo primeiro do art. B do Código de Processo Penal. Essa CPMI tem por cautela após investigação do Ministério Público. A quem solicitamos o aprofundamento da investigação que esta CPMI não foi capaz de fazer pelo voto da maioria que evitou. O que nós estamos querendo é que a sociedade perceba que se no passado ocorreram casos como do Valdomiro, que está hoje em Goiânia e o Sr. José Aparecido que já foi para Goiânia, se isso acontece não é pela nossa convivência. Iremos ao Ministério Público e chegaremos às instâncias que pudermos chegar. Por dever e por obrigação que tem a oposição de zelar interesse da sociedade. Eu gostaria cumprimentar os membros da oposição, do PSOL, do PPS, do PSDB e dos Democratas que de forma uníssona prepararam o relatório a altura supponho da expectativa da sociedade. Não há aqui nenhum desejo de, aqui sim a obrigação de nos posicionarmos contra a impunidade. E eu desejo cumprimentar ao final V. Exª, Presidente, pela firmeza, pela dedicação, pelos momentos de sofrimento que V. Exª passou, mas V. Exª pode estar certa de que cumpriu bem o seu dever e que nós iremos até o fim no sentido de fazer dessa CPI que já produziu resultado, já caíram para mais de 60% as despesas com cartões corporativos e essas despesas só caíram pela atuação desta CPMI, o que só este fato justifica as investigações que estamos pedindo para que sejam aprofundadas. Eu quero cumprimentar V. Exª pela condução, pelo equilíbrio e firmeza que V. Exª presidiu os trabalhos dessa Comissão tem o dever de interpretar o sentimento e da opinião pública e interesse coletivo do Brasil. Obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada líder. O primeiro inscrito é o Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – SENHORA Presidente, eu pedi para senhora pela liderança do bloco PSB, PDT e PMN.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Deputado Manato. Passou para o Deputado Sílvio? Ok.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Bom, SENHORA Presidente, eu também quero começar parabenizando a sua imparcialidade, a condução de V. Ex^a à frente dessa CPMI e começar dizendo que em parte eu concordo com o Senador Agripino que essa CPMI ela já produziu resultados efetivos para a gestão pública. Primeiro eu acho que ela começou produzindo resultados pedagógicos. O que é que eu chamo de resultados pedagógicos? Acho que a maioria do povo brasileiro, inclusive aqui nessa Casa, nós não sabíamos, por exemplo, que os reitores das universidades usavam cartão corporativo. Que o Ministério Público Federal utilizava cartão corporativo. Que o Poder Judiciário Federal também utilizava cartão corporativo. Na verdade, esse caráter de explicar à opinião pública que esses outros poderes assim vamos chamar utilizavam cartão corporativo, acho que foi uma coisa positiva dessa CPMI porque a rigor aumenta a fiscalização da opinião pública desses órgãos também. Em relação à economia do cartão corporativo, eu concordo com o Senador Agripino que houve uma economia de 60%. Também dessa CPMI vai sair um resultado que eu acho definitivo. Novas regras serão estabelecidas para o uso do cartão corporativo, o próprio Presidente da República já sinalizou até com a volta das diárias em substituição ao cartão corporativo. Agora, eu não posso concordar com esse voto em separado da oposição porque uma das coisas que a gente sempre colocou desde o início era que parte da oposição queria politizar sempre o debate na CPMI. O que a oposição quer é amanhã nos jornais a seguinte manchete: “CPMI indícia Dilma Rousseff” a oposição já sabe que essa manchete não vai existir. Podia existir até o seguinte “oposição tenta e base do Governo não deixa” porque sinceramente eu não sei onde a oposição foi buscar dados contundentes, dados técnicos para indiciar metade dessas pessoas que eles estão propondo. Então eu só posso encarar esse voto em separado da oposição como o desfecho do que a base do Governo sempre vinha dizendo: A oposição sempre quis politizar a CPMI. E na CPMI, no relatório final a gente não pode fazer um relatório político. Então eu queria só fazer esse registro de dizer

que lamento que ao final da CPMI à oposição como um todo apresente um voto em separado eminentemente político. Era isso, SENHORA Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada Deputado Sílvio. Senador Arthur Virgílio. Líder.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senhora Presidente, eu entendo que houve de fato algumas consequências muito positivas para o país a partir do advento dos debates e agora da... Seja qual for da conclusão oficial e obviamente já vimos que teremos também uma conclusão oficiosa dessa CPMI. Eu repito os oradores que me antecederam porque nós temos palpáveis os seguintes resultados: Diminuição dos gastos, isso é conjuntural, mas a necessidade é de se disciplinar daqui para frente o uso dos cartões. Por outro lado, e percebo mesmo que o tom é esse, é o de nós encerrarmos os trabalhos. O relator Deputado Luiz Sérgio apresentou seu relatório inclusive tomando algumas atitudes das quais eu discordo, não é obrigado a fazer o que eu quero e nem concordar comigo, e certos nomes que ele aponta, a meu ver, serão examinados pelo Tribunal... Pelo Ministério Público e após pelo... Pela Justiça brasileira, e se sua atitude for inconsistente, isso será demonstrado a farto. Então não tenho o que me opor em relação à atitude que S. Ex^a julgou tomar. Em relação às omissões que vejo em seu relatório percebo que elas foram amplamente corrigidas pelo voto em separado apresentado em nome das oposições pelo Deputado Índio da Costa, que também passará com o seu relatório pelo crivo do Ministério Público e depois da Justiça brasileira. Eu creio que já é hora de falarmos menos. Aqui nos batemos pela discussão em torno da Ministra Dilma, e percebemos uma couraça supostamente a defendê-la, como se alguém pudesse defender alguém de acusações consistentes numa democracia como a brasileira. Nem a propósito acabamos de aprovar na Comissão de Infra-estrutura a convocação, um convite, porque ela não é agente público mais, um convite a SENHORA Denise Abreu para relatar novas denúncias. Ela é uma pessoa do Governo, não dá para dizer que é filiada ao DEM, é alguém do Governo que faz acusações muito graves envolvendo tráfico de influência, envolvendo compra de empresa aérea, enfim. E nós temos percebido a Ministra se defendendo. Não pára de se defender mais de muitos tempos para cá. Por artificialismo nosso? Eu estava posto em berço nem tão esplêndido assim quando fui surpreendido pela matéria do Estado de São Paulo. Minha atitude em relação a essa senhora que não conheço foi até de criticá-la. Porque precisa-

mente num dos eventos graves de apagão aéreo ela estava numa festa na casa de outro Diretor, de outro então Diretor da ANAC que hoje confirma *ipsis litteris* as acusações que ela faz. Mas então muito bem, não deu para se avançar nesse campo aqui, o Deputado Índio da Costa propõe em nosso nome que se aprofunde a discussão em torno da participação ou não da Ministra nesse episódio, a minha convicção é que jabuti não sobe em árvores. E chegamos ao episódio do dossiê. O dossiê que não passou longe da Casa Civil, não... Vimos àquela discussão envolvendo aqui o Senhor Aparecido, enfim, foram os episódios menos positivos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, entendo que V. Ex^a teve uma conduta impecável, eu mantenho a consideração de colega de Congresso e de amigo pessoal do Deputado Luiz Sérgio, entendo que... [Soa a campainha] E já concluo, SENHORA Presidente. Entendo que nós conseguimos estes avanços e que daqui para frente eu me sinto desobrigado de ficar falando muito. O Deputado Índio da Costa falou por nós. A votação eu já sei qual vai ser. Vai ser a aprovação do Deputado Luiz Sérgio e vai ser a negação de votos ao relatório apresentado pelo Deputado Índio da Costa. Isso não me surpreende. Seria ingenuidade da minha parte, achar que eu teria o direito de me surpreender com isso. O importante é o documento que vai para o Ministério Público e quem sabe para a Justiça brasileira para que resultados sejam produzidos, para que fatos sejam tirados daí, e para que conclusões efetivas gostem que o trabalho de V. Ex^a e de tantos nessa Comissão Parlamentar de Inquérito não foi em vão. Muito obrigado a V. Ex^a e parabéns pela sua condutão e sua conduta.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado líder. Vice líder, Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Senhora Presidente, caros colegas Deputados. Em primeiro lugar queria parabenizar V. Ex^a da forma que conduziu esses trabalhos até o presente momento de forma democrática oportunizou a todos esses membros para que pudesse se expressar e votar. E o resultado, Senhora Presidente, deste trabalho, o resultado do relatório do Deputado Luiz Sérgio é o resultado desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Não adianta alguns de seus membros virem colocar defeito no Rodrigo Rollemberg e até apresentar relatório paralelo porque se não pôde ser melhor, foi por falta de competência deles e talvez também do Governo. O que nós ficamos aqui foi ficar ter discussões políticas em cima de um dossiê que durante um período todo

só foi discutido. A oposição fez inúmeros documentos de requerimentos, toneladas de documentos estão aí guardados. Mas nem sequer foram manuseados. Portanto, a responsabilidade aqui é de todos. A mesma responsabilidade que eles queriam ver a bailarina que foi para o Palácio do Planalto, e eu trouxe essa bailarina para mostrar para eles que bailarina era essa. Até hoje eles não se encontraram diante das denúncias. Portanto, Senhora Presidente, não assiste diante das nenhum fato que possamos aprovar este relatório que agora foi apresentado. Ou mesmo recomendar a sua aprovação. Senão, vejamos. Primeiro, é uma peça elaborada pela oposição completa. Não foi de um autor somente. Uma peça de pouquíssimas palavras, pouquíssimas páginas para poder tentar contra dizer um relatório de quase mil páginas, que aqui expressam o sentimento dos assuntos que aqui foram debatidos. No relatório apresentado eles insistem em falar em dossiê, dossiê, dossiê. Quem fez o dossiê, quem não fez o dossiê, nada disso foi comprovado. Insistem ainda, Senhora Presidente, tentar imputar o relator a não análise das toneladas de documentos aqui colocadas. Mas esses documentos foram requeridos por eles. E eles não analisaram esses requerimentos. Citam pessoas e assuntos que não foram tragos aqui nessa Comissão. E agora estão pedindo indiciamento de pessoas que nós nem sabemos quem são esse é o cúmulo do absurdo. Querem indiciar, querem prender, querem levar às últimas conseqüências. Senhora Presidente, tentam imputar o relator a não citação de membros do Governo Lula. Mas da mesma forma eles não citaram membros do Governo Fernando Henrique Cardoso. Como podem apontar para o relator dizendo que ele está errado se o erro também está dentro deles? Tem que ter responsabilidade, Senhora Presidente. Se vai apontar os erros, tem que apresentar de todo mundo. E não somente os erros que eles acham que tem neste relatório. Portanto, Senhora Presidente, eles citam sido o José Aparecido e pedem o indiciamento de José Aparecido. Mas, no entanto, o André Eduardo que veio a esta CPI, que mentiu, deveria ter saído daqui preso. Porque depois que foi o depoimento que eu tomei conhecimento, Senhora Presidente, que ele disse que estava de férias e veio aqui acessar seu computador, eu gostaria que a senhora pedisse para verificar nos arquivos do departamento pessoal do Senado ele não estava de férias. Não consta férias no departamento pessoal da Câmara dos Deputados... Do Senado Federal. Mentiu a essa CPMI e a oposição não fala sobre ele. Senhora Presidente, portanto eu estou inscrito para encaminhar ou para debater. Eu não vou querer fazer,

vou somente prorrogar um pouquinho o meu tempo de liderança e vou encerrar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu estou cumprindo hoje os cinco minutos de todos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Mas o próximo orador sou eu, eu pego dele e termino. Portanto, SENHORA Presidente, este relatório é no meu ver e no meu entendimento, com todo respeito que tenho aos Deputados que assinaram, é uma peça de ficção política. Todos nós sabemos que este relatório só tem uma finalidade, que é a pirotecnia política, onde com certeza a intenção dele foi criar um fato político. E conseguiram criar um fato político. Aqui nós vamos saber de certo e já sabemos o que eles vão fazer. Eles vão atravessar a rampa, vão atravessar a rua e levar esse relatório ao Ministério Público. Achando que o Ministério Público é igual esta Comissão que tem que perder tempo com papéis insignificantes como este que foi apresentado. Portanto, Senhora Presidente, a nossa intenção e o nosso encaminhamento é pela tolerância política. Nós verdadeiramente vamos reprovar este relatório. Por quê? Porque já disse é uma peça de ficção política. E não tem nenhum dado, nenhuma argumentação que pode sobrepor o argumento e o relatório do excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Sérgio, a quem eu aproveito para parabenizar pelo relatório. Era o que eu tinha a dizer.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Vice líder João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Senhora Presidente, Srs. Senadores e Deputados Federais dessa CPMI, eu estou Senhora Presidente, surpreso com a capacidade que teve nesses poucos dias do nosso Deputado Índio em apresentar em seu voto em separado o pedido de indiciamento de servidores num total mais de 400 nomes, mais de 400 nomes, precisamente 413 nomes de servidores que não passaram por esta CPMI e aonde ele de forma muito superficial, porque não está tipificado, não apresenta com clareza que uma investigação séria exige, não apresenta os delitos, 413 servidores aqui estão sendo... Estão na lista com o pedido de indiciamento. Eu penso que esta CPMI precisa refletir esta relação. Precisamos refletir sobre a responsabilidade que tem a CPMI. Não tenho dúvida que o relatório do nosso relator, Deputado Luiz Sérgio, apresenta contribuições importantes no sentido de corrigir a utilização do uso do... Da utilização do cartão corporativo. Tem grandes contribuições. Mas o voto em separado do Deputado ele não pode de for-

ma alguma superficializar. Nós não podemos brincar com a história de pais de famílias. Nós não podemos de forma alguma pedir o indiciamento de uma lista de mais de 400 nomes, sem a observância rigorosa, sem a responsabilidade que esta CPMI tem com esses servidores. No mais, Senhora Presidente, na página 40 o voto em separado pede o indiciamento da Ministra chefe da Casa Civil. Insiste a oposição, insiste o Deputado nesta tentativa de desqualificar, de politizar uma Ministra exemplar do Governo do Presidente Lula. Da mesma forma... Eu gostaria de perguntar ao Deputado qual o delito da Ministra Dilma? Qual o delito da Ministra Dilma? Senhora Presidente, nós não podemos concordar com este relatório. Nós temos que refutar à luz da responsabilidade, da verdade, do debate construído aqui nesta CPMI. Nós não podemos... Nós temos que refutar este relatório por tudo que discutimos aqui. E pelo posicionamento transparente, firme, contundente da Ministra Dilma em negar peremptoriamente o dossiê. Não existe dossiê. Existe na Casa Civil um trabalho sério, criterioso com as contas da Presidência da República. Era o que tinha a dizer, SENHORA Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senador. Deputado Chico Alencar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Senhora Presidente, Srs. Deputados e Senadores... [Soa a campainha] Todos aqui dizemos que a conclusão da CPMI não pode ter um viés partidário. Todos afirmamos, pouco conseguem encaminhar nessa direção. Sair de uma espécie de bipolarização que existe na política institucional e superar a possibilidade de uma CPMI que seria ou da corporação ou da incorporação que se investigou, que se tentou investigar, amenizado como mera incorporação de pequenos equívocos. Nós temos uma convicção de que o relatório final apresentado pelo Deputado Luiz Sérgio foi absolutamente insuficiente e parcial. Até porque houve uma orientação que o próprio relatório explicita de priorizar a busca de aprimoramentos dos mecanismos de gastos públicos com a sua máxima transparência. Um belo princípio, uma bela afirmação de valor. Entretanto, o objetivo da CPMI em tela não é esse. Mais do que dito que na sua Constituição ela objetivava investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal por integrantes da administração pública, ao longo de um período que não se restringe ao atual Governo. Não foi isso que o relatório final nos disse. Ele não menciona até algo que prejudicou evidentemente a investigação, que foi a recusa de vários requerimentos, de várias oitivas, de

convocação de autoridades para prestarem informações. Ele também não relata o relatório que a rigor nem pode ser considerado um relatório de CPMI a questão do dossiê. Ele não menciona a investigação pífia no caso desse referido dossiê ou banco de dados seletivo. Ele aponta as irregularidades ou equívocos ou falhas no uso do cartão de pagamento por parte do Governo Federal, mas evidentemente ele detalha e traz a minúcia em relação a ministros do Governo Fernando Henrique e quase que justifica, explica ou coonestas esses chamados equívocos, estou me referindo aos termos do relatório do Governo atual. Portanto nesse sentido é absolutamente parcial. E não toca também numa questão fundamental para nós que é a contratação da operadora do cartão. Banco do Brasil, tudo bem, é um banco público, banco estatal, embora opere nos marcos do mercado capitalista como qualquer banco privado, inclusive auferindo altíssimos lucros, mais do que movimentação financeira de assalariado. Mas, de qualquer forma, a contratação da bandeira que opera o cartão, por exemplo, a visa, ele deve obedecer a um processo licitatório. Isso também não foi investigado pela CPMI. Eu ouvi a exposição do Deputado Índio, do relatório alternativo que será derrotado aqui, tendo um valor simbólico, mas assim como afirmo aqui que o voto no relatório predominante apresentado pelo Deputado Luis Sérgio, se me couber votar nós estamos avaliando aqui com toda responsabilidade para não cairmos numa disputa que é menor. Já que evidentemente... Isso é uma afirmação que eu faço, o relatório oficial foi de amenidades e para descascar entre aspas Ministros do Governo anterior, fazendo a disputa partidária, eminentemente, vamos reagir no pólo oposto. E nem se menciona a necessária investigação a bem, inclusive, de pessoas citadas ontem conversei com o colega Deputado Paulo Renato, que reclama de não ter podido vir aqui prestar esclarecimentos, e queria, e não tenho dificuldades de se submeter a qualquer investigação aí, mas isso não é mencionado no relatório que o Deputado Índio leu. Eu tenho muita preocupação porque sem trocadilho, mas é inevitável, é sempre bom a gente responsabilizar especialmente os caciques de ontem e de hoje. E não generalizar para o servidor público em geral. Mas uma lista com 413 pode significar sim... 473 pode significar injustiça. Ele me explica aqui, ainda estamos conversando sobre empresas que acabaram se beneficiando. Mas queria, Senhora Presidente, já adiantar que pelo menos dois Projetos de Lei que assumo aqui na parceria com o Deputado Carlos Sampaio são absolutamente importantes. Um que regulamente definitivamente muito além do que a

proposta do relatório Luiz Sérgio traz a emissão e a utilização dos cartões corporativos, garantindo transparência e legalidade absoluta. Austeridade também. E um que tipifica o crime de montagem de dossiê a partir de informações da administração pública para fazer o embate meramente partidário. Então nós vamos encaminhar nesse sentido. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Deputado. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senhora Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a se V. Ex^a prefere que eu faça agora ou depois quatro sugestões para o relatório do Deputado Luiz Sérgio.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – V. Ex^a pode fazer agora.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Posso fazer agora e depois fazer a minha fala?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – A palavra está com você.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Ta e depois minha fala. SENHORA Presidente, eu queria fazer ao Deputado Luiz Sérgio quatro sugestões de mudança no relatório. A primeira mudança é a seguinte. Eu vou ler só a sugestão, não quero ler aonde colocar porque aí indico para o seu relatório. Aonde se lê certamente um exame pormenorizado a ser realizado pelos órgãos de controle interno e externo, deverá indicar má aplicação de dinheiro público por parte do ex-ministro Paulo Renato. Isso está no relatório. Eu estou propondo mudar para a seguinte redação. Tira essa redação e coloca a seguinte redação: Certamente um exame pormenorizado a ser realizado pelos órgãos de controle interno e externo deverá indicar se houve ou não má aplicação de dinheiro público por parte do ex-ministro Paulo Renato, em processo adequado garantido os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. Em relação ao ex-ministro Marcos. Retirar a menção que diz o seguinte. Retirar do texto essa menção. O ex-ministro Marcos, além das bebidas alcoólicas em apenas uma refeição teria... Etc., etc. Retirar essa menção ao ex-ministro Marcos Tavares. Terceiro. É necessário que seja feito... Onde está escrito isso, eu proponho a retirada desse parágrafo. Retirar esse parágrafo. É necessário que seja feito o reexame pela CGU nos moldes praticados na auditoria realizada na prestação de contas do Ministro Orlando Silva. Retirar essa citação. E modificar os itens de casos identificados para casos exemplificativos. Com isso o relatório ele remete à CGU a análise desses casos. Eu queria só fazer algumas reflexões aqui com os Srs. Parlamen-

tares e Sras. Parlamentares. Primeiro, os Deputados Índio da Costa e carpo fizeram muitas sugestões aqui, fizeram um trabalho muito aprofundado. Queria dizer que o Deputado Luiz Sérgio acolheu 90% dessas sugestões feitas pelos Deputados Índio da Costa e Carlos Sampaio no seu relatório. Eu não tenho tempo suficiente, mas se pegar o voto em separado, ao se falar em limites de saques, responsabilização, identificação de empresas, tudo isso foi acatado. O que é que eu acho que não pode ser acatado? Vou falar o que eu acho que não pode ser acatado. Primeiro eles querem mudar a lei de licitação. A lei de licitação prevê a inexigibilidade na compra de alguns itens. Ora, quando ele propõe que na compra com os cartões você em alguns itens exija a licitação, você está burocratizando ainda mais a utilização desse meio de pagamento. [Soa a campainha] Senhora Presidente, eu pedi que aquelas sugestões fossem feitas descontando o meu tempo. Segundo. Há uma crítica dura nesse relatório ao Banco do Brasil. Diferente das considerações sobre o Banco do Brasil feitas pelo Deputado Carlos Sampaio anteriormente. Que ele diz: Por se tratar de instituição de mais alta respeitabilidade, recebemos como verdadeiras as do Banco do Brasil, e sugere um ofício ao Banco do Brasil. Portanto, esse relatório contempla indicação diferente daquela feita pelo próprio Deputado Carlos Sampaio. Terceiro. Esse relatório propõe que as contas sigilosas seja feita a sua auditoria pelo Ministério Público. Olha, ele retira a função do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União para essa finalidade. Ao mesmo tempo eu quero repetir o que disse aqui o Deputado Chico Alencar e o Senador João Pedro. Se o relatório tivesse cindido, tivesse resumido indicar aquelas situações mais gritantes investigadas nós poderíamos discuti-lo. Ao colocar quase 500 pessoas aqui, muitas delas não houve qualquer investigação, ele cai no perigo da generalização. E eu pediria, Senador Arthur Virgílio, Senador que tem feito um trabalho importante, leia os nomes. V. Ex^a verá se conhece algum daqueles nomes, se houve algum Requerimento, algum papel que nos permita indicar qualquer problema em relação àquelas pessoas. Por fim, eu não teria problema em menos nada a ver como foi feito o banco de dados na Casa Civil. A opção do relator foi outra. Mas eu não teria problemas, porque nós acreditamos nessa versão. E, portanto o relatório que o voto em separado apresentado pela oposição fala na palavra acreditamos. Não se pede indiciamento em meras opiniões. Indiciamento são indícios comprovados de que aquela pessoa cometeu um delito. Então, eu proponho aqui a votação no relatório do Deputado Luiz Sérgio,

quero que ele aqui contemple essas modificações, mas não pode prosperar o voto em separado. O voto em separado não pode prosperar por todos os equívocos que ele comete, principalmente o maior deles na generalização. E generalizar, botar o nome de um servidor público aqui, que eu não conheço, que eu não conheço qualquer ato de improbidade administrativa, ao acusá-lo eu posso cair numa condição de autuar no terreno da leviandade. Creio que os parlamentares não querem cair nesse equívoco aqui de formação sólida. Portanto eu sugiro que possamos avançar na aprovação do relatório do Deputado Luiz Sérgio, pedindo a ele para contemplar algumas modificações outras que não tive capacidade de lê-las, foi pedida aqui uma reflexão, nós podemos ainda fazer outras reflexões aqui. Mas, nós não podemos acatar o voto em separado. Nossa sugestão é votar o relatório do Deputado Luiz Sérgio e poder ainda nesse tempo que nos resta acatar algumas modificações necessárias ao equilíbrio da conclusão dos trabalhos.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senhor Deputado. Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF) – Senhora Presidente, senhoras e Srs. Senadores, senhoras e Srs. Deputados. A peça produzida pelo relator Luiz Sérgio não podia ter outra interpretação senão uma... Um componente de luta política a partir do momento em que omite diversas questões que foram aqui debatidas, e cingir-se, no voto principal na sua avaliação sobre os integrantes do alto escalão de Governo na isenção ou na absolvição dos Ministros e autoridades do atual Governo e na imputação de responsabilidades aos Ministros integrantes do Governo anterior. E aqui eu gostaria de fazer uma crítica ao Deputado Paulo Teixeira que depois o estrago feito, depois da CPMI atrair para si a crítica impiedosa da opinião pública, em razão do péssimo resultado a que chegamos, o Deputado Paulo Teixeira atenua as exigências, as contidas em relação ao ex-ministro Paulo Renato, ao... A outros integrantes do Governo Fernando Henrique Cardoso e nenhuma palavra diz sobre o ex-ministro Raul Jungmann, que no relatório, no parecer do Senhor Relator tem com descrição de detalhes envolvimento em irregularidades do gasto de dinheiro público sem sequer ter sido ouvido aqui nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A mesma crítica que o Deputado Paulo Teixeira faz quando o Deputado Índio da Costa faz referência a 473 integrantes ou funcionários de confiança do Governo que teriam cometido essas irregularidades. Senhora

Presidente, eu acho que V. Ex^a queria me congratular com a firmeza, o equilíbrio, a tentativa que V. Ex^a fez desesperadamente até ao ponto do patético de tentar dar substância aos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, mas quando vimos desde o primeiro momento que a intenção do Governo era impedir a investigação genuína, a investigação própria de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a partir do momento em que recusou requerimentos um atrás do outro, e até mesmo eu me lembro aqui Requerimento relativo à abertura das contas e os gastos relativos a cartões corporativos das empresas estatais que foi aqui apresentado. Então como se fazer um relatório sobre gasto de cartão corporativo sem passarmos por perto do que acontece na gastança que todos nós sabemos que existe em relação a cartões corporativos dos dirigentes das nossas empresas estatais, entre elas Banco do Brasil, PETROBRAS, Caixa Econômica Federal? Não se quis fazer a investigação aprofundada. Não se quis fazer a análise dos fatos que levaram aqui o Presidente Lula viesse a demitir uma auxiliar sua, a Ministra Matilde foi a piada do poder em razão das irregularidades que cometeu. Não foi a oposição que criou fato político que levasse a essa crise que culminou na criação dessa CPMI. Portanto, Senhora Presidente, eu acho que esse escândalo era um escândalo anunciado, desde que a primeira auditoria do Tribunal de Contas da União recomendava uma série de providências ao Governo. Providências essas que foram desprezadas sistematicamente pelo Governo ao contrário do que falou ou escreveu o relator Luiz Sérgio no seu relatório quando diz que o Governo atendia as recomendações do Tribunal de Contas da União. Isso não é verdade. Por isso já vimos, já sabemos de antemão qual vai ser o placar dessa votação. As correções que possam ser feitas, as atenuações que podem ser feitas não impedirão, não evitarão que o relatório majoritário e hegemônico seja uma péssima peça de disputa política de rers disputa política. Por isso eu pediria até ao Deputado Índio da Costa que quando ele faz a citação dessas 473 pessoas que tiveram gasto de cartão corporativo de maneira irregular, ao invés de fazer como fez o relator, de indiciar imediatamente sem ter a audiência das pessoas, sem poder aprofundar com mais vagar e examinar caso a caso que o Deputado Índio da Costa pudesse fazer referência à necessidade de aprofundamento da análise do caso ou dos casos que foram por ele referenciados. Obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada Deputado. Deputa-

do Marconi Perillo. Senador Marconi Perillo, desculpe. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senhora Presidente, Senhor Relator, eu acho que qualquer indicação pode ser feita ao relator e o relator vai acatar ou não o encaminhamento. Eu queria colocar, Senhora Presidente Marisa Serrano, Senhor Relator Deputado Luiz Sérgio, muitos têm falado que essa CPI não caminhou, que é uma CPI que já estava preparada para ser enterrada... E eu não concordo. Eu não concordo, Senhora Presidente. Acho que V. Ex^a conduziu essa CPMI muito bem, na democracia é sempre a maioria que decide. Já participei de CPIs onde eu perdia porque eu tinha minoria, e onde eu ganhava quando tinha maioria. Agora, essa CPMI ela tem um valor muito grande porque quando foram criados os sub-relatores, função essa que não consta no Regimento Interno nem do Senado nem da Câmara, não consta, e, no entanto a maioria aqui presente concordou porque na verdade abriu-se espaço para a oposição onde, pelo relator e pela Presidente foi liberado o acesso aos arquivos que vieram em segredo para cá, o Deputado Índio e o Deputado Vic tiveram acesso a esses documentos, alguns desses documentos foram para a imprensa, ou seja, aqui não teve nada escondido não, SENHORA Presidente. Então, essa CPMI tem um valor muito grande. Porque na hora que viu que teria que abrir um espaço para a minoria, digamos assim, esse espaço foi aberto. E deu margem para que essa minoria pudesse ir para os veículos de comunicação e colocar seus pontos de vista muito claro. Agora, dentro de uma democracia vence a maioria. Eu disse no primeiro dia aqui. Nessa CPMI eu estou do lado da maioria. E acho... Acho, não, tenho certeza que o Deputado Luiz Sérgio conduziu primorosamente a condução dos trabalhos. A Senadora Marisa também, mas sendo o Deputado da base de apoio ao Governo, no entanto eu vi poucas vezes o relator se manifestar. Eu vou ficar com essa imagem do Luiz Sérgio ali calado, firme, ouvindo todo mundo, e acatando... Tenho certeza que no seu relatório ele vai acatar algumas sugestões dos membros dessa Comissão. Que poderá até de repente ter mudanças no final... Não vou dizer que vá agradar a oposição, de maneira nenhuma. Mas de repente na consciência do relator ele vê que alguns fatos realmente não teriam fundamentos com o que não era o objetivo dessa CPMI, e fazer o relatório dentro da sua consciência, que acho que é correto. Outro fato importante, aproveitando meu um minuto e pouco, Senhora Presidente, é que vieram aqui todos a depor. Nós escutamos... Agora, tinha que

vir quem tinha interesse aqui. Só estava V. Ex^a, o relator e mais uns três componentes dessa CPMI. Isso aconteceu algumas vezes. Então, senhores, eu saio daqui convicto de que fizemos um bom trabalho. Agora, eu continuo convicto, SENHORA Presidente, que a melhor maneira de administrar um país é com cartão corporativo. Não tem como alguém sair para fazer uma despesa com uma mala de dinheiro. Agora, a CGU, Controladoria Geral da União tem que controlar, Senhora Presidente. A função dele é controlar. Quem está sacando? Por que é que saca? Para onde você sacou? Agora, achar que vamos voltar num mundo que está tecnologicamente avançado e mudando todo dia e voltar ao velho oeste e andar com uma mala de dinheiro? O Presidente vai para o exterior e leva uma mala de dólar? Não podemos. Temos que usar o cartão corporativo que foi criado pelo Fernando Henrique, mas criado corretamente. Eu antes de estar no Senado, eu estava à frente de empresas os diretores dessas empresas têm cartão corporativo. Agora, gastou? Em que é que você gastou? Alimenta o cartão, mas está correto? Alimenta de novo. Não vamos achar que saímos dessa CPMI acabando com o cartão corporativo. É impossível. Agora, a Controladoria-Geral da União, seja o controlador quem for, não quero botar carapuça em ninguém. Tem que fazer o trabalho dele. Ele foi colocado lá para isso. E o trabalho não vinha sendo feito. A verdade é essa. E esse é o grande sucesso da CPMI, Senadora Marisa Serrano. Não saia triste dessa CPMI. Independentemente do relatório que vai ser aprovado, todo mundo mudou. Do Executivo ao judiciário, todos que tinham cartãozinho mudaram, Senadora. Começaram a utilizar com atenção. Voltaram a disponibilizar na internet. Ou seja, essa CPMI criou a atenção do cartão corporativo. Então V. Ex^a está de parabéns, nós também estamos de parabéns e vamos à votação do relatório.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Eu quero antes de passar a palavra ao Deputado Carlos Sampaio informar que nós não temos dois relatórios. Nós temos um relatório e um voto em separado. O voto em separado não é votado. Um voto em separado e o voto em separado ele retirou. Ele retirou. Não é votado. Só é votado se cair o relatório. Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – SENHORA Presidente, Senhor Relator, senhores membros da Comissão, eu queria concordar com a fala do Senador Wellington Salgado no sentido de que os cartões corporativos de fato se constituem num dos mais importantes instrumentos de gestão de eficiência

e de desburocratização da máquina administrativa. E em momento algum propusemos CPMI com o intuito de descredibilizar o cartão. Ao contrário. Nosso propósito sempre foi reafirmá-lo como instrumento importante de eficiência, mas acabando com as irregularidades que eram muitas e que todas elas foram constatadas nos nossos sub-relatórios apresentados na quinta-feira passada. Então esse registro inicial que faço. O segundo registro que faço é que não existe a invasão de pedir-se o indiciamento de quem antes não tinha esse pedido. O que houve foi a mudança do campo que se pediu. Nós havíamos feito a Procuradoria da República do Distrito Federal para o indiciamento de todos esses aqui referidos, me refiro às autoridades mencionadas pelo Deputado Índio da Costa. Mas que foi feito lá veio para o campo é um segundo registro que faço. O 3º e quadrado registro que faço, peço atenção ao Deputado Índio porque é uma sugestão esse relatório foi feito a várias mãos, eu participei dele, esse voto em separado, me perdoe, mas dois itens que foram referidos que acho que por um... Três itens referidos por um dever de consciência, eu não tinha lido ainda a parte final, eu vou sugerir ao Deputado Índio da Costa se ele pudesse acatar essas sugestões que ora faço. Em primeiro lugar com relação ao indiciamento dos sugeridos 473 servidores sócios... Ou seja, aqueles que se enquadram no binômio servidores sócios ao mesmo tempo, uma vez que o que nós aferimos é que alguns deles se valeram dessa condição de sócio servidor para obter proveito próprio. E esses alguns eu diria daqui foram detectados se não me engano quatro casos, poderia haver o indiciamento desses. Mas dos 473 nós incorreríamos numa impropriedade técnica e uma injustiça bastante grande porque não foram sequer investigados. Então minha sugestão é para que mude o texto no que tange ao indiciamento desses para o aprofundamento das investigações no afã de se apurar eventuais irregularidades. É a primeira sugestão que faço. A segunda, até com relação ao Banco do Brasil, que disse o Deputado Paulo Teixeira, como eu que levantei a dúvida, o Banco do Brasil respondeu a mim e, aliás, foi acostado até... Foi juntado ao processo da CPMI, mas acho que o próprio Deputado Índio da Costa não teve a oportunidade de ver a justificativa tal como colocada.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Qual seria esse?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Com relação ao Banco do Brasil. Ao Banco do Brasil. A justificativa dada eu recebo ela como verdadeira mesmo. Mas eu acho que acabaria a essa Comissão

oficiar ao Banco do Brasil para que diabete do procedimento ocorrido, que procedimento foi esse? Mandou-se o banco de dados para o TCU e depois com a nova regulamentação feita pela CGU e pela GSI, gabinete de segurança institucional, houve uma mudança do critério do que era gasto sigiloso e eles simplesmente acolheram uma determinação. Então eles não agiram com o dolo de suprimir de nós essa informação. Mas erraram ao mandar para nós uma informação fruto de determinação de ordem superior sem comunicar que esta informação nos deu era diferente daquela que deu para o TCU. Porque fui eu que detectei essas 1056 itens de gastos que constavam do TCU e não constavam aqui. Então eu não percebi o dolo. Mas percebi o equívoco e eles reconhecem o erro de não ter comunicado a CPMI. Portanto eu com relação ao Banco do Brasil também pediria ao Deputado Índio da Costa que acolhesse essa sugestão que faço. E por último é um item específico—

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Deputado Carlos Sampaio, eu não estou ouvindo...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu gostaria que o Deputado Carlos Sampaio terminasse— aí ele passa as sugestões para V. Ex^a.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Eu por último eu redigi um tópico específico até para que não venhamos a incorrer a meu ver na parcialidade que norteou o relatório da lavra do Deputado Luiz Sérgio, que nós façamos um item específico com o seguinte título: Dos outros Ministros mencionados pelo relator. O Deputado Luiz Sérgio, quando da apresentação de seu relatório, contrariando o bom senso, agiu de forma parcial e surpreendente ao inocentar todos os Ministros que integram ou integravam a gestão do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e que comprovadamente praticaram irregularidades no uso dos cartões corporativos e agiram com inquestionável ofensa ao princípio da moralidade administrativa. Todavia, a surpresa foi ainda maior quando verificamos que o nobre relator dedicou diversas páginas de seu relatório à análise meticulosa dos gastos a seu ver irregularidades dos ex-ministros que atuaram na gestão do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso. Registra-se de início que o procedimento causou espécie particularmente pelo fato de esses mesmos ex-ministros não terem tido a oportunidade de, sequer, apresentar em suas versões sobre os traços mencionados pelo relator. Sim, pois os Ministros que atuaram na atual gestão, quais sejam? Matilde Ribeiro, Orlando da Silva e Gregolin foram convidados a comparecer a essa Comissão e,

portanto tiveram a oportunidade de apresentar suas versões. Porém, numa flagrante ofensa aos princípios democráticos do Estado de direito, o nobre relator ao tratar dos gastos dos ex-ministros Paulo Renato, Marcos Tavares, Raul Jungmann, Francisco sequeu deu oportunidade de manifestarem-se por escrito sobre as denúncias. Em que pese o registro inicial que fazemos acredito e aqui peço a atenção do ilustre Deputado Índio da Costa, em que pese o registro inicial que fazemos, não iremos assim como fez o relator desconsiderar que eventuais irregularidades devam sim ser apuradas. Portanto, no intuito de demonstrar que somos favoráveis à investigação de quaisquer fatos que, porventura, sejam tidos como irregulares propomos que após a notificação desses ex-ministros para que juntem aos autos dessa CPMI suas respectivas versões que os fatos narrados pelo relator sejam encaminhados para o departamento da Polícia Federal a fim de que sejam apuradas eventuais irregularidades. Consignamos por fim que apesar dessa decisão ter sido consenso entre todos parlamentares e oposição, e houve esse consenso de que deveríamos também mencionar os ex-ministros e também pedir a investigação sobre eles, o certo é que os ex-ministros a que me referi de forma espontânea, inclusive entraram em contato comigo alguns deles solicitando eles mesmos que os fatos fossem encaminhados pelo Deputado Luiz Sérgio para apuração de eventuais irregularidades junto à Polícia Federal. Assim sendo, cumprida a formalidade acima descrita, ou seja, dando lhes a oportunidade de ofertar suas versões sobre o ocorrido, nós propomos que sejam extraídas cópias desses documentos juntadas Deputado Luiz Sérgio e também encaminhadas à Polícia Federal para apuração assim como propomos de todas outras autoridades desse Governo. Repito, nós incorreríamos no mesmo erro que teve o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Senhor Deputado. O Deputado Marconi Périplo não estava aqui quando fiz a chamada e é o último a se... Já tinha informado ao relator que ele estava pronto para fazer suas considerações finais. O Senador Marconi Périplo e depois o relator Luiz Sérgio.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Senhora Presidente, minhas primeiras palavras são de cumprimentos a V. Ex^a, Senadora Marisa Serrano, pela condução correta, ativa, competente à frente dos trabalhos dessa CPMI. Portanto eu gostaria aqui de saudá-la como seu companheiro, como seu admirador que V. Ex^a soube conduzir esta difícil CPMI como magistrada, de forma independente, com muita competência, com muito zelo pelos trabalhos que foram realizados aqui e

com muita autoridade também. Então eu quero fazer esse registro. Por outro lado, quero também registrar os meus cumprimentos à pequena representação da minoria aqui nessa Comissão. A minoria agiu heroicamente. Participando de todas as reuniões, das oitivas, das Audiências Públicas, procurando de todas as maneiras possíveis garantir aqui que seu ponto de vista pudesse ser levado em consideração pela maioria. Mas Senhora Presidente, a nossa decepção é muito grande à medida que nós chegamos ao final com a apresentação do relatório e percebemos claramente, aliás, não só a bancada de oposição, mas a sociedade brasileira, os veículos de comunicação, a apresentação de um relatório tendencioso porque incrimina apenas Ministros do governo passado, isentando todos os Ministros do Governo atual ou ex-ministros do Governo atuais. Mas o mais grave é que nós tentamos, Senhora Presidente, de todas as maneiras possíveis aprovar a convocação ou convite de autoridades que se tivessem tido a oportunidade de vir aqui poderiam ter trazido esclarecimentos relevantes para o desfecho dessa CPMI. Eu tenho aqui um levantamento que, aliás, já foi citado por oradores da oposição que me antecederam, mas é gravíssimo o fato de que das oitivas e convocações feitas por nós, pelos parlamentares da oposição, apenas 16% foram aprovadas. Não tendo sido realizadas, rejeitadas ou não deliberadas 84% de todas as nossas solicitações. Mais grave ainda é que do ponto de vista dos requerimentos de informação da base do Governo, 36% foram rejeitados ou não deliberados. Isso requerimentos de informações feitos pelos Deputados e Senadores da base governista. Por outro lado, em relação aos requerimentos formulados pelos parlamentares de oposição 77% foram rejeitados ou sequer deliberados. Senhora Presidente, eu havia preparado e dei entrada no dia de ontem a um voto em separado que diz mais ou menos a mesma coisa que os outros votos em separado também traziam. Ou seja, a indignação, os fatos, os elementos, as constatações que muito bem depois acabaram sendo compilados num único voto em separado que foi hoje lido pelo Deputado Índio da Costa. Deputado Carlos Sampaio havia preparado um voto em separado, eu preparei um outro, o Deputado Vic Pires também um outro voto, nós resolvemos ontem aglutinar todos esses votos em separado num único voto e eu vou deixar de ler esse voto em separado, já dei entrada à Mesa, peço que conste dos anuais dessa CPMI, mas por todas as razões postas nesse voto em separado, por todas as dificuldades que tivemos aqui de fazer prevalecer o interesse público e a vontade de que os fatos fossem efetivamente esclarecidos para o bem dessa CPMI, do Congresso Nacional e para o esclarecimento das

dúvidas à sociedade brasileira, eu vou pedir a V. Ex^a que escreva nos anuais da Casa, vou reforçar aqui o voto em separado, vou votar a favor do voto em separado contra, portanto, o relatório, e por todo o exposto nós vamos, portanto votar contra o relatório do Deputado Luiz Sérgio e ademais entendemos deva ser completada a investigação com a oitiva das pessoas referidas nesse voto e no voto coletivo que nós apresentamos. Eu encerro sem querer tomar mais o tempo dos ilustres colegas, afirmando mais uma vez a minha convicção de que nós vamos conseguir muitas outras informações, apesar do encerramento da CPMI, em outras instâncias, em outras instituições, no Ministério Público Federal, junto ao Tribunal de Contas, nós vamos prosseguir esse trabalho. Mas eu de qualquer maneira peço a compreensão e a sensibilidade do relator no sentido de acolher algumas das petições, algumas das solicitações incluídas no voto em separado que foi assinado por todos nós parlamentares da oposição. A Senhora Presidente mais uma vez os meus cumprimentos e também meus cumprimentos ao relator e a todos integrantes dessa CPMI.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Pela ordem, Senhora Presidente. Artigo 14. Eu fui mencionado pelo Deputado e prestei os esclarecimentos pessoalmente, mas ele me pede que eu faça... O Deputado Augusto Carvalho, quando eu fiz as propostas de alterações, ele questiona porque tratei alguns casos e não tratei outros. Eu disse a ele que tratei todos os casos. Porque o relatório do Deputado Luiz Sérgio menciona todas as contas dos ministros mencionados. Todas as contas. Nós não estamos modificando esta postura. Nós não estamos modificando essa postura. Nós estamos mantendo essa postura. Todas as contas dos Ministros citados serão auditadas pela CGU e pelo TCU. O Deputado Augusto Carvalho me pergunta por que eu não dei o mesmo tratamento ao ex-ministro Raul Jungmann. E eu li aqui e certamente porque não o mencionei não deveria saber por quê. Mas eu disse o seguinte. O relatório, as contas do ex-ministro Raul Jungmann estão sendo auditadas pela CGU. Já foram auditadas pela CGU. O relatório propõe uma nova auditoria porque o relatório questiona a metodologia. Eu estou propondo a supressão disso. Eu digo o seguinte. Suprimir o seguinte parágrafo. É necessário que seja feito o reexame pela CGU. Estou propondo a retirada desse parágrafo, que é o parágrafo quarto, 2.4. Nos moldes praticados na auditoria realizada nas prestações de contas do Ministro Orlando Silva, na qual os valores considerados excessivos foram definidos mesmo que a nota fiscal não fosse detalhada. Esse relatório requer a auditoria de Ministro. Estamos propondo num dos nossos requerimentos a retirada

desse pedido de reexame. Porque todos estão sendo examinados pela CGU e, portanto nós achamos que esse é o procedimento correto. É a metodologia da CGU. Então nós já, Deputado Augusto Carvalho, já tínhamos proposto isso para responder sua questão. E em relação ao Ministro tem uma consideração sobre as suas contas que estamos pedindo, embora também pedindo igualmente a CGU e TCU. Por fim eu queria me somar a todos no elogio a senhora, Senhora Presidente. A senhora está fazendo um trabalho muito importante, foi serena na condução, e permite que nós cheguemos ao final num clima de tranquilidade dentro das divergências naturais. Igualmente ao nosso relator Luiz Sérgio que trabalhou de maneira árdua, detalhando as medidas. O seu relatório é um relatório que a meu ver ajuda a dar um salto na gestão pública do Brasil, portanto quero parabenizar o Deputado Luiz Sérgio e toda a assessoria. E, portanto... E por fim parabenizar nossos colegas, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, e os funcionários dessa Casa, na pessoa do Dirceu que nos deu as condições importantes de trabalho. E o Ednaldo. Os dois, o Dirceu e o Ednaldo que nos deram condições equilibradas de trabalho e orientações. Então parabenizar a todos, Senhora Presidente, e agradecer o espaço concedido.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Senhor Relator com a palavra.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) – Primeiro eu quero aqui agradecer a todos e a todas. Aos parlamentares da base, que me apoiaram aqui no trabalho, mas quero também me referir a todos os líderes da oposição. Porque nós tivemos momentos acalorados de disputa, mas foi possível termos aqui uma relação respeitosa de convívio. Quero também aqui agradecer a Presidente, Senadora, porque os momentos eu diria de harmonia na condução do trabalho foram sempre muito superiores aos momentos de atritos que em alguns momentos acabam se tornando inevitáveis. Quero aqui concordar com a fala do Senador Agripino e do Senador Virgílio no sentido de que essa CPMI produziu resultados. Os gráficos demonstram que pela... Pela primeira vez a movimentação dos cartões de pagamento houve uma redução significativa dos gastos. Quero aqui por uma questão... Como está... O Senador Marconi Perillo pediu para anexar o voto em separado, mesmo que caso não seja votado, apenas para relatar que o... Ele diz que ele solicitou o compartilhamento de informações com o Tribunal de Contas e foi rejeitado. Apenas para deixar aqui consignado de que o compartilhamento ele foi aprovado e membros dessa CPMI tiveram no Tribunal de Contas da União evidentemente que isso foi dentro de um montante que envolveu

algo em torno de 22 mil itens, mas houve o compartilhamento. Depois eu quero aqui frisar que o relatório de um relator ele não pode ser nada além do que a extração de dados do alto do inquérito parlamentar. Então aqui foi utilizada muito a expressão, pediu a incriminação. Quer dizer, aqui não estou pedindo nem a absolvição de ninguém e não estou pedindo também para se incriminar ninguém. O que estou pedindo é que o resultado desta CPMI seja enviado ao Ministério Público, à CGU, ao Tribunal de Contas da União, aonde dentro da metodologia que é a metodologia que eles utilizam cada uma das pessoas terá o direito de se defender, apresentar as suas defesas, e eles é que vão imputar ou não uma penalidade às pessoas aqui citadas. Mas entendo também que não cabe ao relator emitir juízo de valor. Então, dentro desse princípio as sugestões apresentadas pelo Paulo Teixeira em relação ex-ministro Marcos Tavares, onde ele pede a supressão do texto, além de bebidas alcoólicas em apenas uma refeição, como ela suprime juízo de valor eu estou acatando. Em relação à outra sugestão do ex-ministro da cultura, no que se refere também são inusitados os gastos dos ex-ministros como expressa juízo de valor e não entra na análise do mérito, eu não vejo problemas. O Deputado Carlos Willian, aqui na Mesa, foi o parlamentar atuante nessa Comissão, me auxiliou em muitos e muitos momentos, ele solicita que a Casa Civil crie uma Comissão para que num prazo de 90 dias possam analisar as sugestões que estão sendo apresentadas, eu não vejo nenhum problema e acato a sugestão. Para encaminhar a solução das sugestões apresentadas. Uma outra também do Paulo Teixeira, ele diz onde certamente o exame pormenorizado a ser realizado pelos órgãos de controle interno e externo, deve indicar se houve ou não má aplicação de dinheiro público parte do ex-ministro Paulo Renato, em processo adequado, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. Não vejo nenhum problema em relação a isso. E acato essa sugestão. Uma outra sugestão onde se lê casos identificados, leia-se casos exemplificados. Não vejo aqui nenhum problema. O Antônio Roberto que presidiu a Sessão de instalação dessa CPMI, ele... E muito atuante, quando fui pegar os dados para fazer o relatório final, foi exatamente no dia em que ele não pôde estar presente, mas no seu senso de responsabilidade indicou uma outra... Um outro Deputado, o Deputado João Paulo para substituí-lo. Então apenas para incluir o nome do Antônio Roberto que retorna como titular à CPMI. O Deputado Carlos Willian, João Magalhães e Márcio Reinaldo, Wellington Salgado, fazem uma solicitação acerca do ex-ministro pimenta da Veiga em relação ao fato de aqui citado expressa um símbolo

partidário. Então poderia caracterizar uma disputa utilizando. Então estou aqui acatando a sugestão. E por último uma sugestão aqui apresentada pelo Deputado Paulo Teixeira, essa eu não estou acatando. Porque por uma questão de justiça. Por maior respeito e carinho e consideração que nós temos com a CGU, mas a CGU não pode ter critérios diferenciados, que ela com a sua equipe técnica possa ali encontrar os caminhos e utilizar por uma questão de isonomia os mesmos métodos para todos. Isso é uma questão de justiça. E por final eu quero aqui deixar muito claro que eu não quero pactuar com ilegalidades, mas também não quero cometer injustiças. E... Injustiças. E o Decreto ainda em vigor 941/93, ele é muito claro. O suprimimento de fundos é para viagem e deslocamento de autoridades fora de Brasília. E os gastos dos ex-ministros que citei aqui eles foram alto em relação ao gasto com o item alimentação aqui em Brasília. Eu não estou pedindo aqui que ele seja condenado. E nem pedindo absolvição. Eu estou pedindo que dentro do mesmo critério que a CGU adotou para os atuais Ministros, adotem para esses porque esses foram casos identificados quando tivemos acesso à documentação que chegou a esta Casa. Quero frisar que em relação as recomendação que eu fiz algumas modificações no anexo que foi distribuído hoje ressaltando alguns pontos. Primeiro, no item 8 a aprovação da... Na página 136. Na prestação de contas pela área setorial contábil. Acho muito importante porque apenas uma pessoa tinha o poder e até então tem o poder de aprovar ou não as prestações de contas do cartão de pagamento. Nós estamos determinando que uma outra área faça estabelecimento aprovação, quer dizer, tirando de... De um círculo muito estreito daqueles que têm esse poder. E isso converge muito para que os sub-relatores tanto o Índio da Costa e Carlos Sampaio apresentaram. Como ainda na página 137, a melhoria das prestações de contas, com melhoria do processo de prestações de contas recomendamos que o suprido fosse orientado a instituírem suas prestações de contas com notas fiscais e recibos mais bem detalhados. Isso foi... Todos nós tivemos dificuldades em relação a olhar muitas das notas que estão lá, despesa, despesa, despesa. E despesa você não tem como checar de maneira mais detalhada. Quero aqui frisar um ponto muito debatido pelo Deputado Índio da Costa e pelo Deputado Carlos Sampaio, e aí ainda na 137, porque os sub-relatores de fiscalização e de sistematização informaram ter encontrado casos nos quais alguns ecônomo teriam utilizado o cartão em estabelecimento em que, supostamente tais ecônomo figurariam como sócios. Essa suspeita poderia indicar a existência de conflitos entre o interesse público e o interesse privado. Nós estamos

pedindo agilidade na aprovação do projeto 7528/06 que versa exatamente sobre o ponto aqui relatado. E uma questão que foi objeto aqui de muito debate acerca das contas da ABIN. E aqui quero chamar atenção de todos nós. Recomendação ao Congresso Nacional. Controle externo das atividades de inteligência. Cabe ao Congresso Nacional o controle externo das atividades de inteligência. Lei 9983/1999, que cria a Comissão de controle das atividades de inteligência. Uma Comissão Mista do Congresso Nacional. Então, aqui quando muito se falou de que a ABIN estaria sem controle, com gastos que não se justificariam, detalhes que foram apresentados que levaram a muitas dúvidas, é preciso deixar muito claro: O Congresso Nacional dispõe de ferramentas para exercer este controle, que se faz necessário. Todo órgão de inteligência se não tiver o controle da sociedade, pode evidentemente se constituir em algo que não vá em busca dos objetivos pelos quais foram apresentados. E por último apresentar aqui as sugestões do Deputado Manato de que o relatório, se aprovado, que eu espero que seja, seja também enviado à Polícia Federal. E havia esquecido quando da apresentação do relatório também ao Ministério Público Federal. A eles caberá imputar alguma penalidade a algumas pessoas aqui citadas ou não. A eles acabará absolver ou condenar. A nós acabará apresentar o com os dados que pudemos subtrair nos 90 dias quanto dos debates, das Audiências Públicas, quanto dos materiais que tivemos acesso. Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada Senhor Relator. Vamos agora então à votação do relatório do Deputado Luiz Sérgio.

Gostaria de encaminhar.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Não vai ter encaminhamento. O relatório se for aprovado encerra-se a reunião e encerra-se a CPI. Se não for aprovado, aí então vota-se o voto em separado. Portanto é assim que rege o nosso regimento e nós vamos passar agora à votação nominal do relatório do Deputado Luiz Sérgio. Senador Demóstenes Torres—

O PMDB vota sim ao relatório.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antônio Carlos Júnior. Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Voto contra o relatório, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Com o relator, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)
– Com o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Com o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com o ilustre relator, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Almeida Lima. Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Com o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Voto contra, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Efraim Moraes. José Agripino. Álvaro Dias. Flexa Ribeiro. Valter Pereira. Valdir Raupp. Deputados. Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG) – Contra o voto separado e a favor do relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Luiz Sérgio é voto conhecido. Marcelo Melo. Maurício Quintella Lessa. Nelson Meurer. Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Com o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP) – Contra o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF)
– Contra o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Vic Pires Franco. Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES) – Com o relator por ter acatado minhas sugestões.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sílvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE) – Com o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG) – Com o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) –

Voto com o relator.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Marcelo Guimarães. Marcelo Teixeira. Márcio Reinaldo Moreira.

Com o relator, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC) – Com o relator, Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Chico Alencar.

DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Não ao relatório.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ) – Eu não votei ainda, SENHORA Presidente. SENHORA Presidente, eu não votei ainda.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – O Deputado primeiro é o Chico Alencar e ele já votou. É o primeiro suplente. Sim, 14 votos. E não, 7 votos. Portanto, o relatório foi aprovado.

[palmas].

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu queria antes de encerrar essa—

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Senadora, não seria...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Antes de encerrarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 18ª reunião da Comissão. Os senhores Parlamentares que concordam queiram permaneçam como se encontram. A ata está aprovada. Eu queria também aqui fazer algumas considerações finais. Primeiro um agradecimento especial ao PSDB na figura do meu líder, a oposição aqui, aos Democratas, ao PPS e se possível ao PSOL, aos funcionários todos da casa que nos ajudaram muito, aos funcionários de outros órgãos que nos ajudaram, mas principalmente eu quis aqui como Presidente dessa CPMI garantir a todos o direito de se expressar, de debater, de expor livremente as suas idéias, mantendo a isenção, deixando claro que a CPMI ela é uma questão de responsabilidade com o uso do recurso público e não uma disputa política. Dar transparência às nossas decisões, portanto foi colocada

[soa a campainha] Toda a movimentação da CPMI na internet. Apoiar os parlamentares nas solicitações para facilitar os trabalhos de investigação. Na convocação de servidores do CGU e do TCU. O reforço na equipe administrativa da Comissão. Um reforço no acompanhamento e reiteração dos pedidos de informação aos diversos órgãos. E garantir a seriedade e responsabilidade do Congresso no cuidado com a manutenção do sigilo compartilhado. E principalmente mostrar à sociedade a importância em manter o instrumento do cartão corporativo de pagamento do Governo Federal ressaltando que esse é um bom mecanismo no controle do uso público. E finalizando, eu quero aqui dizer que quanto à questão técnica... [Soa a campainha] Eu quero dizer que quanto à questão técnica foi pedido um uso mais regular e equilibrado dos cartões e na criação de medidas para regular e ordenar esse uso dos cartões. Mas quero falar um pouquinho aqui para encerrar da questão política. A maioria dos membros dessa CPMI talvez não tivesse tido nem as condições e nem a perspicácia de poder perceber que nós poderíamos escrever uma nova história no uso dos recursos públicos pelo Governo Federal. Talvez nós tivéssemos ter pensado mais na nossa função pedagógica aqui. Porque nós estamos aqui dando um exemplo para a nação do que o Senado e a Câmara dos Deputados, portanto o Congresso Nacional, espera fazer com que a sociedade tenha uma visão positiva dessa Casa. E às vezes nós deixamos isso passar. Não usamos essa CPMI para mostrar à sociedade que ela poderia confiar e pode confiar no Congresso Nacional. Que esta Casa tem a obrigação de dar uma resposta quanto ao uso do dinheiro público. Afinal de contas, todo o Governo Federal e esta Casa são mantidos por recursos da sociedade brasileira, dos impostos que a sociedade paga. Portanto, eu quero dizer aqui que talvez nós tenhamos pedido a chance de garantir um divisor de águas na história do país a respeito do uso do dinheiro público. Que foi essa a função dessa CPMI. Garantir o bom uso do dinheiro público. E dizer que eu saio dessa CPMI com o sentimento dividido. Um, de um lado eu tenho certeza absoluta que o Governo Federal e os Governos dos Estados e municipais vão ter ainda a partir de agora que ter um cuidado maior com a utilização dos supramentos de fundo, de contas Bs que alguns Estados possam ter, o cartão corporativo de pagamento do Governo Federal. Acho que essa questão eu saio com a sensação de que o trabalho dos senhores e das senhoras foi positivo. Mas saio também um pouco decepcionada pela incompreensão de alguns Deputados, Senadores, não só dessa

Comissão, mas as nossas casas como um todo da eficácia dessa CPMI. E também quero dizer que a incompreensão com o nosso trabalho foi grande. De todos. De muitos. Mas, eu acredito que a gente vai levar daqui pelo menos a garantia do dever cumprido. Nós somos colocados aqui pelas nossas lideranças. Independente de partido político. E tivemos um trabalho a cumprir. E cabe à consciência de cada um dizer que tipo de trabalho prestou e que tipo de resposta deu à sociedade nas questões que aqui nós tratamos. Quero dizer também que talvez a gente possa ter ficado um pouco decepcionado pelas negativas em aprofundar as investigações. É claro que eu como opositora ao Governo Federal, mas principalmente como Senadora de primeiro mandato, de um ano e meio de mandato eu gostaria de aprofundar as investigações. Não conseguimos fazer isso. O Senador Almeida Lima que faz parte dessa Comissão não está hoje aqui, mas ele foi meu companheiro junto com o Senador Casagrande num outro trabalho sério e difícil que fizemos o ano passado. Nós tivemos a oportunidade de ir a fundo na investigação que nós aqui eu senti que não podemos fazer. E finalmente dizer a todos que para o bem e para o mal, essa CPMI acho que serviu de lição para todos nós. Todos nós aprendemos. Pouquinho mais, pouquinho menos, mas todos nós aqui aprendemos algo com essa CPMI. Internamente não houve vencedores nem vencidos. Não acredito nisso. Se houve alguém que foi derrotado aí foi a esperança talvez de uma parcela grande da sociedade brasileira pelos milhares de **e-mails** que recebi nesses três meses. Talvez a sociedade brasileira saia com um pouco de sabor amargo de não ter aquilo que ela esperava ver aquilo que seria um aprofundamento maior de todas as investigações. Portanto quero dizer a todos que não houve nem vencedores e nem vencidos porque todos nós temos as nossas opiniões e não vamos em hipótese alguma, pelo menos eu e tenho certeza uma parcela expressiva de Deputados e Senadores, senão todos, ninguém vai abdicar daquilo que pensa. Principalmente aqueles que têm uma linha de conduta e lutam pela sua linha de conduta vão continuar lutando para que esse país seja cada dia melhor e para que o Congresso Nacional seja respeitado pela maioria da população brasileira. Esse tem que ser nosso trabalho e eu quero aqui agradecer a todos finalizando agradecendo e encerrando essa CPMI. Muito obrigada.

[palmas].

Sessão encerrada às 12H44. – Senadora Marisa Serrano, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 013 , DE 2008

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares, e com fulcro no Ato nº. 10, de 2004, da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão Única de Licitações os servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Senado Federal: José Ausnemburgo dos Santos Sobreira Machado, na qualidade de Presidente; Wilson Roberto Theodoro, representante da Primeira-Secretaria; Florian Augusto Coutinho Madruga, representante da Diretoria-Geral; Carlos Eduardo Batista de Oliveira, representante da Diretoria-Geral Adjunta; Antonio Carlos de Nogueira Filho, representante da Advocacia-Geral; Edval Ferreira Silva, representante da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade; Otilio Rodrigues Santa Cruz, representante da Secretaria de Administração de Contratações; Marcos José da Campos Lima, representante da Secretaria de Controle Interno; Vanildo Batista da Silva, representante da Secretaria de Patrimônio; Marcus Tadeu Gomes Carneiro, representante da Secretaria de Engenharia; Carlos Eduardo Lopes Neves, representante da Secretaria Especial de Comunicação Social; Cleber de Azevedo Silva, representante da Secretaria Especial de Informática; e Cláudio Alves Cavalcante, representante da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Art. 2º - Este ato entra em vigor a partir do dia 15 de junho de 2008.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de junho de 2008.



GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1188 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 004.134/08-7,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora SILMA AYRES DA SILVA BENTO, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Taquigrafia, Nível S 45, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de junho de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
 - vago*
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Shessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁵⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	

PDT/PSOL ⁽¹¹⁾

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em 03.06.2008, o Senador João Pedro é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 060/2008-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

4. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. VAGO ⁽⁸⁾
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)

PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁸⁾

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. VAGO ^(9,13)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,12)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shlessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. VAGO ⁽¹³⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).

10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ⁽⁶⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹¹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
11. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ^(3,4)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Gim Argello (PTB) ^(7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.

8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PRAIA ⁵ (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO ⁴ (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 05.06.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja, nos termos do OF/LID/Nº 115/2008, de 16.04.2008, lido na Sessão do SF de 17.04.2008.

⁵ Indicado conforme Ofício nº 10/08-LPDT, de 04.06.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 04.06.08.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



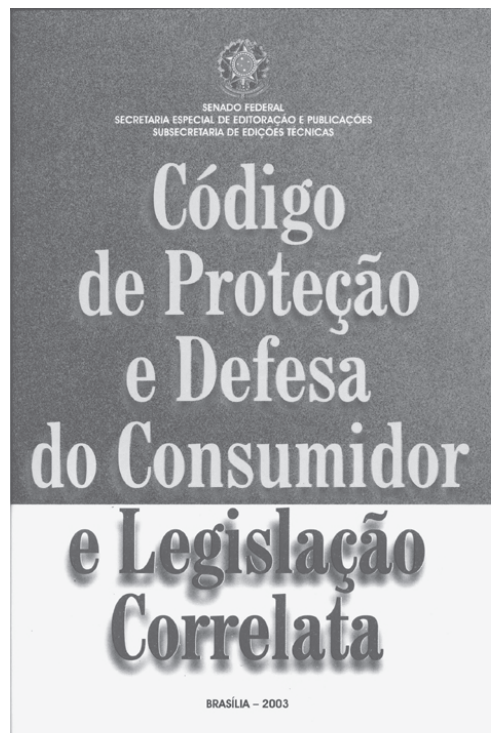
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 554 PÁGINAS